



# CONGRESSO DE PREFEITOS

Inovação, sustentabilidade e eficiência na gestão municipal



24 a 26 de Setembro de 2019 · Arena Petry · São José · SC



Conversas de  
Impacto e Inovações



Cidades em Rede  
e Redes de Inovação



Gestão Eficiente

**Cidades para pessoas,  
soluções para municípios**

A exposição, denominada **Cidades para pessoas, soluções para municípios**, ocorre no coração do evento, no centro dos acontecimentos, em um espaço denominado **Arena ÁGORA**.

# Inscrições Gratuitas

[congresso.fecam.org.br](http://congresso.fecam.org.br)

Realização:



Execução:



Patrocínio Ouro:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Patrocínio Bronze:



Apoio:





# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2909

Quinta-feira - 22 de Agosto de 2019

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Abdon Batista .....	4	Curitibaanos .....	412	Macieira.....	704
Agronômica .....	5	Descanso.....	413	Mafrá .....	709
Água Doce.....	9	Dona Emma.....	425	Maracajá .....	710
Águas de Chapecó.....	11	Flor do Sertão.....	431	Marema.....	734
Águas Frias.....	13	Formosa do Sul.....	432	Massaranduba.....	740
Águas Mornas .....	14	Forquilha.....	433	Matos Costa.....	742
Anchieta .....	15	Fraiburgo.....	435	Meleiro .....	747
Angelina .....	19	Garopaba.....	439	Modelo .....	757
Antônio Carlos .....	20	Garuva .....	441	Mondaí .....	760
Apiuna.....	22	Gaspar .....	444	Morro da Fumaça .....	770
Arabutã.....	23	Governador Celso Ramos .....	448	Morro Grande.....	780
Arroio Trinta.....	47	Gravatal.....	453	Navegantes.....	781
Arvoredo .....	51	Guaramirim.....	454	Nova Erechim.....	795
Ascurra.....	52	Guarujá do Sul .....	456	Nova Trento .....	796
Balneário Piçarras.....	53	Guatambú .....	458	Nova Veneza .....	810
Balneário Rincão .....	54	Herval d'Oeste .....	459	Orleans .....	811
Bandeirante .....	55	Ibiam .....	461	Ouro Verde .....	812
Barra Bonita.....	56	Ibicaré.....	491	Palhoça .....	814
Barra Velha.....	98	Ibirama .....	492	Palma Sola.....	818
Bela Vista do Toldo.....	103	Ilhota .....	495	Palmeira .....	825
Benedito Novo .....	105	Imarui .....	497	Palmitos .....	828
Biguaçu .....	106	Imbituba .....	499	Paulo Lopes .....	829
Blumenau .....	115	Indaial.....	518	Penha.....	830
Bom Jesus do Oeste.....	151	Iomerê .....	523	Peritiba.....	838
Bom Retiro .....	154	Ipira .....	524	Pescaria Brava .....	848
Braço do Trombudo .....	155	Iporã do Oeste.....	525	Petrolândia .....	853
Brunópolis .....	174	Ipuacú.....	527	Pinhalzinho .....	854
Brusque.....	175	Ipumirim .....	529	Pinheiro Preto .....	855
Caçador.....	179	Iraceminha .....	530	Planalto Alegre.....	856
Caibi .....	191	Irani .....	532	Pomerode.....	857
Camboriú.....	196	Irineópolis .....	534	Ponte Alta do Norte.....	860
Campo Alegre .....	197	Itá .....	537	Porto Belo.....	862
Campos Novos.....	208	Itaiópolis .....	542	Porto União.....	879
Canelinha .....	212	Itapema .....	543	Pouso Redondo .....	882
Canoinhas.....	213	Itapiranga.....	546	Presidente Getúlio .....	885
Capinzal .....	229	Itapoá .....	548	Presidente Nereu.....	891
Catanduvas.....	253	Ituporanga .....	550	Princesa .....	895
Caxambu do Sul.....	255	Jaborá .....	565	Quilombo.....	908
Celso Ramos.....	279	Jaraguá do Sul .....	567	Rancho Queimado .....	909
Cerro Negro.....	280	Joaçaba .....	599	Rio do Campo .....	912
Chapadão do Lageado .....	281	José Boiteux .....	609	Rio do Oeste.....	913
Chapecó .....	285	Lages .....	613	Rio dos Cedros.....	936
Cocal do Sul.....	290	Laguna .....	615	Rio do Sul.....	914
Concórdia .....	391	Lauro Muller .....	648	Rio Negrinho.....	938
Coronel Freitas.....	392	Lebon Regis.....	649	Romelândia.....	940
Coronel Martins.....	397	Leoberto Leal.....	695	Saltinho .....	942
Correia Pinto.....	399	Lontras.....	701	Santa Cecília .....	943
Corupá .....	402	Luiz Alves .....	702	Santa Helena .....	944
Cunhataí.....	408	Luzerna .....	703	Santo Amaro da Imperatriz .....	946





# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2909

Quinta-feira - 22 de Agosto de 2019

Florianópolis/SC

## Sumário

São Bento do Sul.....	967	Saudades.....	1058	Trombudo Central.....	1139
São Bonifácio.....	974	Schroeder.....	1070	Tunápolis.....	1140
São Domingos.....	975	Seara.....	1101	União do Oeste.....	1141
São Francisco do Sul.....	976	Serra Alta.....	1102	Urubici.....	1142
São João Batista.....	989	Sombrio.....	1108	Urussanga.....	1155
São João do Oeste.....	1007	Tangará.....	1110	Vargeão.....	1158
São João do Sul.....	1018	Tigrinhos.....	1111	Vargem.....	1159
São Joaquim.....	1023	Tijucas.....	1112	Vidal Ramos.....	1160
São José.....	1024	Timbé do Sul.....	1115	Videira.....	1161
São José do Cedro.....	1040	Timbó.....	1116	Xanxerê.....	1183
São Lourenço do Oeste.....	1041	Timbó Grande.....	1132	Xavantina.....	1191
São Miguel do Oeste.....	1046	Três Barras.....	1133	Xaxim.....	1192
São Pedro de Alcântara.....	1055	Trze Tílias.....	1135		

## Associações

AMFRI.....	1193
------------	------

## Consórcios

ARIS.....	1194
CIGA.....	1203
CIMCATARINA.....	1204
CIS/AMAUC.....	1204
CIS/AMURES.....	1206
CIS/AMVI.....	1206
CISAM.....	1228
CISAMREC.....	1248
CISNORDESTE.....	1248
CITMAR.....	1250
CVC.....	1250





# Abdon Batista

## PREFEITURA

### TOMADA DE PREÇOS 08/2019

Publicação Nº 2131325

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 84/2019

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS 08/2019

Objeto: Tomada de preços para Restauração da Casa da Memória - Etapa 02, INFORMAÇÕES CONSTANTES CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO QUE INTEGRA O PRESENTE EDITAL

TIPO : Menor preço GLOBAL

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 11 de setembro de 2019 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município [www.abdonbatista.sc.gov.br](http://www.abdonbatista.sc.gov.br)

Abdon Batista, SC, 21 de agosto de 2019

Lucimar Antônio Salmoria

Prefeito Municipal



# Agronômica

## PREFEITURA

### AVISO DO PREGÃO 34/2019

Publicação Nº 2131823

Prefeitura Municipal de Agronômica – Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2019

PREGAO PRESENCIAL Nº PR34/2019

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE BASE DE BRITA GRADUADA DE PEDRA GRANITICA E RACHÃO DE PEDRA GRANITICA PARA MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA DO MUNICÍPIO DE AGRONÔMICA

Abertura dos envelopes e sessão do pregão: 03/09/2019 às 08:30h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Agronômica na Rua 7 de Setembro, 215, Centro.

Local para a obtenção do edital: na Prefeitura, pelo e-mail: [licitacao@agronomica.sc.gov.br](mailto:licitacao@agronomica.sc.gov.br) ou pelo site [www.agronomica.sc.gov.br](http://www.agronomica.sc.gov.br).

Maiores informações: (47) 3542-0166.

Agronômica-Santa Catarina, 22 de agosto de 2019.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

### Nº 332/2019

Publicação Nº 2129589

PORTARIA Nº 332/2019 DE 22 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agronômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/1990 e suas alterações posteriores, e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando o disposto no Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, que determina a concessão anual de trinta dias de férias, aos servidores municipais,

Considerando que a servidora desta municipalidade Sra. LUCIANI ELIDIA SCHEWINSKI DA SILVA, matrícula nº 143, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR que ocupa a função de Diretor de Centro de Educação Infantil, e lotação no Departamento de Educação, encontra-se com as férias do período aquisitivo 01/02/2018 a 01/02/2019 vencidas.

#### RESOLVE:

1-) Fica, fulcro Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, homologa por este ato os períodos de férias concedidos na data de 22/08/2019 A 20/09/2019, 30 (TRINTA) dias, que referem-se ao período aquisitivo 01/02/2018 a 01/02/2019, para a servidora municipal Sra. LUCIANI ELIDIA SCHEWINSKI DA SILVA, matrícula nº 143, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR que ocupa a função de Diretor de Centro de Educação Infantil, e lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 22 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

**Nº 333/2019**

Publicação Nº 2130662

PORTARIA Nº 333/2019 DE 22 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agronômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/1990 e suas alterações posteriores, e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando o disposto no Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, que determina a concessão anual de trinta dias de férias, aos servidores municipais,

Considerando o disposto na portaria Nº 356/2018 de 06 de dezembro de 2018, que concede 10 (dez) dias de férias ao servidor desta municipalidade Sr. VALDEMIRO CANI matrícula nº 812 ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, com lotação no Departamento de Obras, iniciando-se em 27/12/2018 até 05/01/2019 referente ao período aquisitivo 22/04/2015 A 22/04/2016.

RESOLVE:

1) Corrige o período aquisitivo de férias do servidor desta municipalidade Sr. VALDEMIRO CANI matrícula nº 812, para 22/04/2017 à 22/04/2018, diante da observação de que as férias do período 22/04/2015 à 22/04/2016 já foram concedidas através das portarias Nº 164/2016 de 27 de julho de 2016, Nº 292/2016 de 22 de dezembro de 2016 e 463/2017 de 08 de dezembro de 2017.

2) Revoga-se a portaria Nº 356/2018 de 06 de dezembro de 2018.

3) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 22 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

**Nº 334/2019**

Publicação Nº 2131042

PORTARIA Nº 334/2019 DE 22 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agronômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/1990 e suas alterações posteriores, e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando o disposto no Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, que determina a concessão anual de trinta dias de férias, aos servidores municipais,

Considerando o disposto na portaria Nº 329/2019 de 21 de agosto de 2019, que converte 1/3 de férias em pecúnia ao servidor desta municipalidade Sr. VALDEMIRO CANI matrícula nº 812 ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, com lotação no Departamento de Obras, referente ao período aquisitivo 22/04/2016 A 22/04/2017.

RESOLVE:

1) Corrige o período aquisitivo de férias do servidor desta municipalidade Sr. VALDEMIRO CANI matrícula nº 812, para 22/04/2017 à 22/04/2018, diante da observação de que as férias do período 22/04/2016 à 22/04/2017 já foram concedidas através das portarias Nº 464/2017 de 08 de dezembro de 2017, Nº 177/2018 de 29 de junho de 2018, e 357/2018 de 06 de dezembro de 2018.

2) Revoga-se a portaria Nº 329/2019 de 21 de agosto de 2019.

3) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 22 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

**Nº 335/2019**

Publicação Nº 2131043

PORTARIA Nº 335/2019 DE 22 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Executivo Municipal, o autoriza editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública,

Considerando o disposto em atestado médico, como resultado de consulta e/ou procedimento médico a que foi submetido a servidora municipal Sra. SEBASTIANA IRACI LEITE, matrícula n.º 142 ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA e lotação no Departamento de Educação,

Considerando também o disposto na legislação previdenciária do Regime Geral da Previdência Social, para a qual, e que pela Edição da Lei Complementar n.º 07/2000 de 31/05/2000, Art. 1º "caput" foram filiados todos os servidores da municipalidade,

RESOLVE:

1-) Concede licença médica pelo período de 14 (quatorze) dias remunerada, iniciando-se em 21/08/2019 até 03/09/2019, à servidora municipal Sra. SEBASTIANA IRACI LEITE, matrícula n.º 142 ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA e lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, EM 22 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

**Nº 336/2019**

Publicação Nº 2131045

PORTARIA Nº 336/2019 DE 22 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agrônoma Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/1990 e suas alterações posteriores, e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando o disposto no Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, que determina a concessão anual de trinta dias de férias, aos servidores municipais,

Considerando que a servidora desta municipalidade Sra. JULIANA APARECIDA HOMEM HEIDRICH, matrícula nº 963, ocupante do cargo de provimento efetivo de PSICÓLOGO - ANS 1.11, e lotação no Departamento de Assistência Social, encontra-se com as férias do período aquisitivo 03/09/2018 a 03/09/2019 à vencer.

RESOLVE:

1-) Fica, fulcro Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, homologa por este ato os períodos de férias concedidos na data de 02/09/2019 a 21/09/2019, 20 (VINTE) dias, que referem-se ao período aquisitivo 03/09/2018 a 03/09/2019, para a servidora municipal Sra. JULIANA APARECIDA HOMEM HEIDRICH, matrícula nº 963, ocupante do cargo de provimento efetivo de PSICÓLOGO - ANS 1.11, e lotação no Departamento de Assistência Social.

2-) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 22 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal



**Nº 337/2019**

Publicação Nº 2131060

PORTARIA N.º 337/2019 DE 22 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal,

Considerando que para o desempenho de atividades laborais a que foram investidos no ato da posse para com a administração pública municipal, os servidores, se encontram amparados e submetidos ao que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais da lei Complementar nº 01/90 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/91 de 16/04/91, todas com alterações posteriores,

Considerando o atendimento das necessidades que urgem haja vista as ações a serem devolvidas por esta fazenda pública municipal no âmbito do Departamento Municipal de Educação.

Considerando, o disposto no Art. 37, seus incisos e Parágrafos, Art. 38 e incisos, Art. 39 e parágrafos da CF/88 bem como as Emendas Constitucionais correlatas,

Considerando os fundamentos do Art. 56 da Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/1990 e suas alterações posteriores, que autoriza a concessão de gratificação a servidor designado para o desempenho de função de confiança,

**RESOLVE:**

1) Fica designada por este ato a Sra. ELIS REGINA FONTANIVE LOSI, matrícula Nº. 364, servidora desta municipalidade, ocupante do Cargo de provimento efetivo de Orientador Pedagógico, brasileira, portador da carteira de identidade n.º 1.679.942, inscrito no CPF/MF sob o n.º 573.657.179-04, responsável temporariamente pela direção do CEI AGRONÔMICA no período de 22/08/2019 à 20/09/2019, visando que a servidora LUCIANI ELIDIA SCHEWINSKI DA SILVA, diretora, se encontra em período de férias.

2) Concede a gratificação de 30% (trinta por cento) sobre seu vencimento efetivo, à servidora municipal Sra. ELIS REGINA FONTANIVE LOSI, matrícula Nº. 364.

3) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 22 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

**Nº 338/2019**

Publicação Nº 2131824

PORTARIA Nº 338/2019 DE 22 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Executivo Municipal, o autoriza editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública,

Considerando o disposto em atestado médico, como resultado de consulta e/ou procedimento médico a que foi submetido a servidora municipal Sra. CLEIDE DE FATIMA DIAS NACIMENTO, matrícula n.º 691 ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA e lotação no Departamento de Educação,

Considerando também o disposto na legislação previdenciária do Regime Geral da Previdência Social, para a qual, e que pela Edição da Lei Complementar n.º 07/2000 de 31/05/2000, Art. 1º "caput" foram filiados todos os servidores da municipalidade,

**RESOLVE:**

1-) Concede licença médica pelo período de 02 (dois) dias remunerada, iniciando-se em 21/08/2019 até 22/08/2019, à servidora municipal Sra. CLEIDE DE FÁTIMA DIAS NACIMENTO, matrícula n.º 691 ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA e lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, EM 22 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

# Água Doce

## PREFEITURA

**228/2019**

Publicação Nº 2131575

PORTARIA Nº 228/2019 – DE 21 DE AGOSTO DE 2019

“CONVOCA MEMBROS PARA ATUAREM COMO PRESIDENTES DE MESA E MESÁRIOS NA ELEIÇÃO PARA ESCOLHA DE CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE/SC”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce-SC. No uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no art. 72, incisos VIII e XXXI da Lei Orgânica do Município e demais normas aplicáveis à matéria,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Ficam convocados os membros abaixo relacionados para atuarem como Presidentes de Mesa e Mesários na eleição para Conselheiros Tutelares do Município de Água Doce/SC, a ser realizada no dia 06 de outubro de 2019, no horário das 08h00 às 17h00, nos locais de votação, conforme abaixo relacionados:

Pavilhão Comunitário do Distrito de Hercilópolis:

Seção 18 (Linha Três Pinheiros) e Seção 10 (Distrito de Hercilópolis)

NOME	FUNÇÃO
LEANDRO DE MATOS	Presidente
NILDA DO AMARAL	Mesário
IONE QUELLMALZ BORTOLON	Secretária

Salão Paroquial Centro da Cidade:

Seção 7 (Linha Santo Antonio), Seção 27 (Linha Olinda), Seção 23 (Linha Zona Nova), Seções 14 e 20 (Linha Paiol de Telhas).

NOME	FUNÇÃO
ALAN ADALBERTO TOIGO	Presidente
RUBIA NEIVA ZATTA BEAL	Mesário
VERA LÚCIA DARÓS BALESTRIN	Secretária

Salão Paroquial Centro da Cidade:

Seções 3, 4, 5, 6, 15, 16, 22 e 26 (Escola de Educação Básica Ruth Lebarbechon) e Seções 1, 2 e 17 (Salão Paroquial).

NOME	FUNÇÃO
LILIAN BITTENCOURT CHÜLER	Presidente
MARILUCY SARE KUSMANN	Mesário
GLAÚCIA REGINA VARASCHIN	Secretária

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 21 de agosto de 2019.

ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Prefeito Municipal Dir. Dpto. De Recursos Humanos

**229/2019**

Publicação Nº 2131577

PORTARIA Nº 229/2019 – DE 21 DE AGOSTO DE 2019

“NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE ESCRUTINADORES PARA ATUAREM NA APURAÇÃO DOS VOTOS DA ELEIÇÃO PARA ESCOLHA DE CONSELHEIROS TUTELARES DE ÁGUA DOCE/SC”.

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce-SC. No uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no art. 72, incisos VIII e XXXI da Lei Orgânica do Município e demais normas aplicáveis á matéria,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear os seguintes membros para compor a Comissão de Escrutinadores para atuarem na apuração dos votos da Eleição para Escolha de Conselheiros Tutelares de Água Doce:

- JAMES FRANCISCO BEAL  
- EDNA DE FATIMA LEMOS VIEIRA BISSANI  
- FERNANDA BISSANI SIGNORI  
- KAREN PADILHA KLOTZ  
- LUANA COLOMBO THALER

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 21 de agosto de 2019

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Dir. Dpto. De Recursos Humanos

## 230/2019

Publicação Nº 2131579

PORTARIA Nº 230/2019 – DE 21 DE AGOSTO DE 2019

“CEDE PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA, OS VEÍCULOS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria

RESOLVE:

Art. 1º Determinar que os veículos, Ônibus placas QYV 2986, Ônibus placas QID 7742 e Ônibus placas QJQ 4749 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, ficarão à disposição da Secretaria Municipal da Administração e Fazenda, no dia 06 de outubro de 2019, para transporte de eleitores que votarão na Eleição para escolha de Conselheiros Tutelares no município;

Art. 2º Ônibus placas QYV 2986, motorista Anderson Paulo Pavelski, matrícula 21471, sairá da Linha Três Pinheiros, em frente à Empresa Agrícola Fraiburgo, passando pelo Restaurante Piccoli e Posto do Paulinho seguindo até o local de votação no Distrito de Hercilópolis; Ônibus placas QID 7742, motorista Lindomar Rosa Andrade, matrícula 21671, sairá do Assentamento Terra à Vista, passando pelo Assentamento 1º de Agosto, Linha Cocho d'Água, Linha Serra do Facão e Linha Santo Antônio, seguindo até o local de votação no centro do município de Água Doce – SC;

Ônibus com placas QJQ 4749, motorista Cleverson Ferretti, matrícula 21646, sairá do Assentamento Oziel Alves Pereira, passando pelo Assentamento 09 de Novembro, Assentamento Olaria, Linha Serra da Trincheira e Linha Paiol de Telhas, seguindo até o local de votação no centro do município de Água Doce – SC;

Art. 3º As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria serão por conta de dotações próprias do orçamento da Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 21 de agosto de 2019.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Diretora Dpto Recursos Humanos



# Águas de Chapecó

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO Nº02/2019- PREGÃO PRESENCIAL Nº01/2019- HIDROESTE-AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO ESTAÇÃO DE TELEMETRIA À SER INSTALADO JUNTO A CIA HIDROMINERAL DO OESTE CATARINENSE-HIDROESTE.**

Publicação Nº 2131617

Estado de Santa Catarina

CIA HIDROMINERAL DO OESTE CATARINENSE-HIDROESTE

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Adm. nº 02/2019. Edital Pregao Presencial nº 01/2019

Tipo: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO ESTAÇÃO DE TELEMETRIA À SER INSTALADO JUNTO A CIA HIDROMINERAL DO OESTE CATARINENSE-HIDROESTE. Recebimento dos envelopes de Proposta e Habilitação: 05 de setembro de 2019, até às 14h00min, na sala do Setor de Compras do Município de Águas de Chapecó-SC e Abertura dos envelopes as 14:15hrs no mesmo endereço e horário. Esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua porto União, 968, Centro, nos dias úteis de segunda à sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h, endereço eletrônico: [www.aguasdechapeco.sc.gov.br](http://www.aguasdechapeco.sc.gov.br) ou pelo telefone (49) 3339-0855. Águas de Chapecó/SC-21 de agosto de 2019. JATIR RAUL PILATTI - Diretor Presidente.

### **AVISO DE LICITAÇÃO Nº17/2019- PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS Nº11/2019-FMS-MATERIAL DE LIMPEZA, COPA E COZINHA.**

Publicação Nº 2131652

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE ÁGUAS DE CHAPECO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Administrativo nº17 /2019 – FMS

Pregão Presencial P/ Registro de Preços nº11/2019 – FMS

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS P/ AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE PRODUTOS DE LIMPEZA, COPA E COZINHA PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: até às 08h15min do dia 05 de setembro de 2019.

Abertura dos Envelopes: a partir das 08h15min – dia 05 de setembro de 2019.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Porto União, 968, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30h às 11:30h e das 13:00 as 17:00hrs. [www.aguasdechapeco.sc.gov.br](http://www.aguasdechapeco.sc.gov.br), e-mail [compras@guasdechapeco.sc.gov.br](mailto:compras@guasdechapeco.sc.gov.br) ou INFORMAÇÕES pelo fone (0\*\*49) 3339.0855.

ÁGUAS DE CHAPECÓ/SC, 21 de agosto de 2019.

LEONIR ANTONIO HENTGES

PREFEITO MUNICIPAL

### **EDITAL DE 12º CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019**

Publicação Nº 2130546

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ

Rua Porto União, 968 – Fone/Fax: (49) 3339.0855

CEP: 89883-000 – Águas de Chapecó - SC

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019

#### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

O Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, Sr. Leonir Antônio Hentges, no uso de suas atribuições, torna público para o conhecimento dos interessados a 12º CONVOCAÇÃO para o provimento da vaga de Auxiliar de Serviços Internos, conforme abaixo especificado.

## 1. Da data e endereço:

DATA: 23 de Agosto de 2019

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ  
Rua Porto União, 968, Centro, Águas de Chapecó-SC.

## 2. Do candidato convocado:

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS – 01 VAGA

HORÁRIO: 10:00 h

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
77	NERCI KERCKOFF FOLLMANN	19º

Águas de Chapecó, 21 de julho de 2019.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES

Prefeito Municipal

# Águas Frias

## PREFEITURA

### EXTRATO DE EDITAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº29/2019

Publicação Nº 2131438

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Adm. Nº.: 67/2019

Edital: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 29/2019

Tipo : Menor preço - TOTAL POR LOTE

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E ELÉTRICOS

Entrega dos Envelopes : Até às 08:00 horas do dia 03 de setembro de 2019.

Abertura dos Envelopes : 08:30 horas do dia 03 de setembro de 2019

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Sete de Setembro nº 512, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, pelo fone (049) 3332-0019 ou no site [www.aguasfrias.sc.gov.br](http://www.aguasfrias.sc.gov.br).

Águas Frias -SC, 21 de agosto de 2019

LAURO GONÇALVES DA SILVA

PREFEITO EM EXERCÍCIO



# Águas Mornas

## PREFEITURA

### **LEI Nº 952/2019 AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO COM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 2131828

LEI Nº 952/2019

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO COM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, até o valor de R\$ 4.830.000,00 (quatro milhões e oitocentos e trinta mil reais), no âmbito do FINISA – Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento – Modalidade Apoio Financeiro, destinados à aplicação em Despesa de Capital, para construção/ampliação da rede física de ensino, pavimentação de ruas e passeios, aquisição de equipamentos rodoviários e aquisição de veículos para transporte escolar e para a saúde, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único. Os recursos provenientes da operação de crédito autorizada no caput serão, obrigatoriamente, aplicados na viabilização de despesas de capital constantes no Plano Plurianual – PPA e dos orçamentos anuais do Município –, vedada a aplicação de tais recursos em despesas correntes.

Art. 2º O Poder Executivo está autorizado a ceder ou vincular em garantia da operação de crédito de que trata esta Lei, as cotas de repartição constitucional, do Imposto de Circulação de Mercadorias – ICMS e/ou Fundo de Participação dos Municípios – FPM, até o limite suficiente para o pagamento das prestações e demais encargos decorrentes desta Lei.

Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a incluir nos vigentes Plano Plurianual – PPA e Orçamentos Anuais do Município, e nos Planos Plurianuais e Orçamentos Gerais do Município subsequentes, dotações indispensáveis ao cumprimento das obrigações com o pagamento do principal e acessórios, do contrato firmado em decorrência desta Lei.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Águas Mornas, 22 de agosto de 2019.

OMERO PRIM

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente Lei aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove.

Toni Vidal Jochem

Secretário Municipal de Administração e Finanças

# Anchieta

## PREFEITURA

### CONTRATO 018/2019-FMS

Publicação Nº 2131331

#### CONTRATO Nº 018/2019 TERMO DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICIPIO DE ANCHIETA/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.024.687/0001-22, com sede na Avenida Anchieta 838, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, neste ato representado pelo seu Gestor o Sr. MARTINHOS SCANTAMBURLO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade e Município de Anchieta, SC, portador do CPF nº 950.525.859-34, doravante denominado de CREDENCIANTE, e de outro lado, a empresa CDIPSUL – CLÍNICA DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM DO SUL LTDA, com sede na Rua Marechal Floriano Peixoto, 430-0, Cep: 89802-010, Centro, na cidade de Chapecó/SC, inscrito no CNPJ/MF sob nº 09.427.099/0002-68, neste ato representado por SANDRA MARIA TAVARES BIER, brasileira, casada, administradora de empresas, residente e domiciliada na cidade de Pato Branco/PR, inscrita no CPF/MF sob nº 016.575.559-84, RG nº. 6.514.879-0/SSP/PR, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento para prestação de serviços de exames para a população do Município de Anchieta-SC, em decorrência do Aviso de Credenciamento n. 003/2019 - Processo Licitatório n. 024/2019 - Inexigibilidade n. 007/2019 e de conformidade com o que preceitua a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS** - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO** - O presente Contrato tem por objeto o Credenciamento de empresas prestadoras de serviços para realização de exames aos pacientes usuários do Sistema Único de Saúde do Município de Anchieta/SC. Pagos com recursos da Emenda Parlamentar 36000173347/2018-00, a saber:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	60,00	UN	Exame de Ressonância Magnética.	268,75	16.125,00
2	17,00	UN	Exame de Contraste para Ressonância Magnética.	75,00	1.275,00
17.400,00					

**CLÁUSULA TERCEIRA – CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS** - O atendimento aos usuários far-se-á pelo sistema de livre escolha dos credenciados nos termos e condições previstas neste termo A(s) credenciada(s) se compromete(m) a prestar a contento, nos termos e condições de suas propostas, no edital e do instrumento contratual firmado, os serviços propostos aos usuários mediante a apresentação da carteira de identidade, ou documento compatível, do usuário acompanhada da autorização do Fundo Municipal de Saúde. É expressamente vedada, em qualquer circunstância, por parte da credenciada a retenção e/ou exigência de apresentação de quaisquer documentos adicionais aos que estão elencados no item anterior, aposição de assinatura em guia e/ou documento em branco ou de garantia de qualquer espécie. Ao usuário é reservado o direito de denunciar a qualquer tempo e meio eventual irregularidade verificada no atendimento, faturamento e/ou prestação dos serviços, cabendo ao Fundo Municipal da Saúde a devida apuração, e, se for o caso, a imediata penalização e/ou descredenciamento do contratado, no teor da Lei e deste termo. A prestação dos serviços é exclusiva da credenciada, vedada sua transferência à empresas alheias à relação contratual. O credenciamento configurará uma relação contratual de prestação de serviços, cuja vigência deste instrumento externa uma necessidade transitória do Fundo Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE** - O Município pagará pelos serviços prestados os valores constantes da Tabela de Referência do SUS. O Município, através do FMS, efetuará o pagamento até o dia 05 (cinco) do mês subsequente ao da prestação de serviço. O pagamento será efetuado mediante o recebimento da nota fiscal e do relatório dos serviços prestados. É expressamente vedada à cobrança em qualquer hipótese de qualquer sobretaxa à tabela adotada quando do pagamento dos serviços prestados pelo credenciado. Facultar-se-á ao Município a concessão de revisão de preços dos serviços credenciados no mesmo percentual e data de revisão da Tabela de Referência do SUS, na forma disposta na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

**CLÁUSULA QUINTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO** - Na eventualidade do Município - FMS, não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

**CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS** – As despesas decorrentes do presente termo, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias de 2019:

Despesa: 62 - ADM. GERAL DOS BENS E SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COM

Órgão: 9 - SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

Unidade: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 24 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Projeto/Atividade: 2.104 - ADM. GERAL DOS BENS E SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COM

Elemento: 3.3.90.39.50.000000 - Aplicações Diretas

Recurso: 2777 – Emenda Parlamentar CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS CREDENCIADAS - A pessoa jurídica credenciada deverá realizar os exames para as quais se credenciou sem cobrança de qualquer valor ao usuário encaminhado pela Secretaria da Saúde. A credenciada deverá prestar os serviços através de estabelecimento próprio, devidamente licenciado pela vigilância sanitária, diretamente à população, mediante ordem de serviço fornecida pelo Fundo Municipal de Saúde. Deverá a pessoa jurídica contratada permitir o acompanhamento e a fiscalização de suas dependências pela Secretaria Municipal de Saúde ou da comissão designada para tal. Deverá de imediato, quando solicitada, apresentar documentos, prontuários ou demais informações necessárias ao acompanhamento da execução do contrato. Comunicar a Secretaria Municipal de Saúde a ocorrência de qualquer irregularidade de que tenha conhecimento. Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, seguros e tudo que em virtude da lei ou regulamento que recaia ou venha a recair sobre os serviços, bem como por obrigações trabalhistas, previdenciárias, de acidentes e quaisquer outros decorrentes da relação empregatícia entre a contratada e seu pessoal, bem como pelos danos/prejuízos eventualmente causados aos usuários e/ou terceiros. O credenciado obriga-se a manter, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento, sob pena de rescisão do Termo por não cumprimento do mesmo. O credenciado deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e as recomendações exigidas pela boa técnica dos serviços contratados. Na execução das atividades objeto deste termo, assegurar aos beneficiários, os mesmos padrões técnicos de conforto material e de horários dispensados aos demais usuários (pacientes).

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

O agendamento dos exames será responsabilidade da Secretaria Municipal da Saúde. A Secretaria Municipal de Saúde deverá realizar a avaliação e regulação dos serviços prestados pelas pessoas jurídicas credenciadas. Arcar com as despesas decorrentes da prestação dos serviços. Implantar de forma adequada à supervisão permanente dos serviços de modo a obter um resultado correto e eficaz. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Credenciada, assegurando ao usuário a boa prestação dos serviços. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Credenciada, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela contratante, não deixe ser interrompido. Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços. O Fundo Municipal de Saúde reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo ser descredenciado, em casos de má prestação, verificada em processo administrativo específico com garantia do contraditório e da ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA - DO DESCRENCIAMENTO

O credenciado que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas para o atendimento constantes neste termo, ensejará, após devidamente comprovadas pelo Fundo Municipal da Saúde, e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado aos usuários, concedido o direito à ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas neste edital e na lei aplicáveis in casu.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE ANCHIETA, aplicar à contratada as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- c) Rescisão Contratual;
- d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE ANCHIETA;
- e) Declaração de inidoneidade.

- A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE ANCHIETA.

- À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação de serviços ou prestação de serviços que não atendam as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

- A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE ANCHIETA, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE ANCHIETA.

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE ANCHIETA pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) - Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- b) - À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

O presente termo entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até dia 31/12/2019, podendo ser prorrogado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a critério da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO - Fica eleito o foro da Comarca de Anchieta, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida



pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Anchieta – SC, 21 de Agosto de 2019.

CONTRATADA:

SANDRA MARIA TAVARES BIER

Procuradora/Empresa

CPF: 016.575.559-84

CONTRATANTE:

MARTINHOS SCANTAMBURLO

Secretário do FMS

CPF: 950.525.859-34

TESTEMUNHAS:

NERI WILBRANTZ IDENES M. F. SCHENA

CPF: 853.985.199-72 CPF: 034.116.669-35

### CREDENCIAMENTO DE EXAMES N. 003/2019 - FMS

Publicação N° 2131329

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com a Lei 8.666/93 e posteriores alterações, que realizou Licitação na Modalidade Credenciamento 003/2019. Para: Credenciamento de empresas prestadoras de serviços para realização de exames aos pacientes usuários do Sistema Único de Saúde do Município de Anchieta/SC. Pagos com recursos da Emenda Parlamentar 36000173347/2018-00.

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unit. Máximo
1		UN	Exame de Ressonância Magnética.	268,75
2		UN	Exame de Contraste para Ressonância Magnética.	75,00

NOME DO CREDENCIADO	TERMO CRED. Nº	Nº CONTRATO
CDIPSUL – CLÍNICA DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM DO SUL LTDA.	001	018/2019

Anchieta, 21 de Agosto de 2019.

MARTINHOS SCANTAMBURLO

Gestor do FMS

### HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO - PM - PP 046/2019

Publicação N° 2131113

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO

Processo nº 071/2019 – Pregão Presencial nº 046/2019

A Prefeitura Municipal de Anchieta, por meio de seu Prefeito, torna público que Homologou a Adjudicação do Processo Licitatório nº 046/2019, instaurado sob a modalidade Pregão Presencial, Menor Preço Por Item, para: Registro de Preço para Prestação de Serviços de Recapagem, Recauchutagem e Vulcanização de Pneus dos Veículos e Máquinas das Secretarias de Infraestrutura, Agricultura e Educação, para o período de até 12 meses após a data de Homologação do Processo Licitatório.

EMPRESAS VENCEDORAS:

A.R. PNEUS LTDA – EPP.

VALOR R\$: 37.814,00

JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA – EPP.

VALOR R\$: 29.500,00

N.G. PNEUS LTDA - ME.

VALOR R\$: 23.454,00

R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA – ME.

VALOR R\$: 15.400,00

RECAPADORA MARRECA LTDA – EPP.

VALOR R\$: 41.910,00  
ROTTA & SUTILI RECAPADORA DE PNEUS LTDA - ME.  
VALOR R\$: 29.878,00  
VLK FABRICAÇÃO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP.  
VALOR R\$: 21.496,00  
Valor Total Estimado R\$: 199.452,00 (Cento e Noventa e Nove Mil, Quatrocentos e Cinquenta e Dois Reais).  
Anchieta, 21 de Agosto de 2019.  
IVAN JOSÉ CANCI – Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº372/2019**

Publicação Nº 2131826

PORTARIA nº. 372/2019  
De, 21 de Agosto de 2019.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Zenaide Teles Guerini, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula 2089, lotada na Secretaria Municipal da Assistência Social - FMAS, relativas ao período de 2016/2017, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 21/08/2019 à 04/09/2019.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 21 de Agosto de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.  
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

# Angelina

## PREFEITURA

### ERRATA - PREGÃO PRESENCIAL N° 020/2019

Publicação N° 2130994

#### ERRATA EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL nº 020/2019

Fica excluído o item 1 (Pneu 1.400 R20 24 lonas) do Edital e onde se lê: item 14 (Pneu 175/50 R13) leia-se: item 13 (Pneu 175/70 R13). Fica definido nova data de abertura do presente Processo Licitatório, para o dia 02 de setembro de 2019, às 09:00 horas. O novo edital encontra-se a disposição na Prefeitura Municipal e no endereço: [www.angelina.sc.gov.br](http://www.angelina.sc.gov.br). Angelina/SC, 21 de agosto de 2019. Gilberto Orlando Dorigon – Prefeito Municipal.

**Antônio Carlos****PREFEITURA****100ª CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO Nº 02/2017**

Publicação Nº 2131488

**100ª CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO Nº 02/2017**

O PREFEITO MUNICIPAL, Geraldo Pauli, no uso de suas atribuições, nos termos do artigo 37 de Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, CONVOCA aprovados do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2017, para comparecerem na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no dia 22/08/2019 a partir das 8 horas, nos termos da Lei Municipal n. 1.544/2017, conforme ROL abaixo:

PROFESSOR DE LICENCIATURA PLENA (PEDAGOGIA) 20H – NÃO HABILITADO		
Class.	Candidato	Inscrição
05º	MADELAINE GUERRA KOCH	534

Antônio Carlos, 21 de agosto de 2019.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 116/2019**

Publicação Nº 2130893

DECRETO Nº 000116/19 de 21 de Agosto de 2019

Abre crédito adicional - especial - abertos no Orçamento programa de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001623/19 de 6 de Agosto de 2019.

DECRETA :

Art. 1º -

Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 140.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.28.843.0012.0.010-3.2.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 75.000,00

11.01.28.843.0012.0.010-4.6.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 65.000,00

Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit financeiro 140.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 21 de Agosto de 2019

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

**PORTARIA N 388/2019**

Publicação N° 2131483

PORTARIA N° 388/2019  
Concede licença maternidade.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei Municipal n° 1.225/2009;

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Conceder LICENÇA MATERNIDADE por 180 dias a servidora ELAINE CRISTINA MARTINS, ocupante do cargo efetivo de FISCAL DE OBRAS E POSTURAS, a partir de 16 de agosto de 2019.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16/08/2019.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 21 de agosto de 2019.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 22 de agosto de 2019.

**PORTARIA N 389/2019**

Publicação N° 2131485

PORTARIA N° 389/2019

Nomeia Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio e da outras providências.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Nomear as servidoras Fernanda Alves Guesser Koch e Mirlene Manes como PREGOEIROS OFICIAIS do município e equipe de apoio composta pelos membros Cristiany Kremer Prim, Rosângela Lino e Rubens Neis Junior.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revoga-se a Portaria 173/2019, publicada no DOM no dia 16/04/2019.

Município de Antônio Carlos, em 21 de agosto de 2019.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria em 22 de agosto de 2019.



# Apiuna

## PREFEITURA

### RESOLUÇÃO N° 19/2019 - CMDCA

Publicação N° 2130591

RESOLUÇÃO N° 19/2019

CONSIDERANDO RESOLUÇÃO 007/2019;  
CONSIDERANDO EDITAL 002/2019/COMDICA;  
CONSIDERANDO ATA CMDCA 357.

O CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, POR INTERMÉDIO DA COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, RESOLVE:

Art. 1º - INDEFERIR recursos de Prova de Conhecimentos Específicos.

Art. 2º - HOMOLOGAR candidaturas para o Processo Unificado de Escolha de Membros do Conselho Tutelar;

Nome completo do (a) candidato (a)	Nº Inscrição	Situação candidatura
Brasilio Ferreira Dias	09	HOMOLOGADA
Patrícia Santos de Jesus	03	HOMOLOGADA

Art. 3º - CONVOCAR inscritos com candidatura homologada para Sessão Pública a ser realizada na data de 05/09/2019 às 18:00hs na Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 4º - Esta resolução entra em vigor na data de se sua publicação.

Apiúna/SC, 20 de agosto de 2019.

Lais Daniel

Presidente CMDCA

# Arabutã

## PREFEITURA

### ADENDO 40.2019

Publicação Nº 2130815

PRIMEIRO ADENDO AO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO nº 058/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 040/2019

O MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, SC, inscrito no CNPJ sob nº 95.995.221/0001-53, com sede administrativa na Avenida Lauro Müller, 210, Centro, Arabutã, SC, CEP 89740-000, neste ato representada por sua prefeita Leani Kapp Schmitt, torna público o Primeiro Adendo ao EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 40/2019.

Ficam alterados os subitens 1.2 e 1.3 do Edital, passando os mesmos a vigorar com a seguinte descrição:

“1.2 O recebimento dos Envelopes nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e nº 02 – DOCUMENTAÇÃO, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até às 08h45 do dia 05 de SETEMBRO de 2019, no Setor de Protocolo Geral desta Prefeitura, situado na Prefeitura Municipal de Arabutã, localizada na Avenida Lauro Muller, 210, Centro, Arabutã/SC.

1.3 - A abertura dos Envelopes nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das 09h00 do dia 05 de SETEMBRO de 2019, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações da Prefeitura de Arabutã, situada no endereço citado no item 1.2.”

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Edital.

Arabutã, 21 de Agosto de 2019.

Leani Kapp Schmitt

Prefeita

**DECRETO 2459**

Publicação Nº 2131440

**DECRETO Nº 2459, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.**

**Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 46.200,00 no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Arabutã, e dá outras providências.**

**LEANI KAPP SCHMITT**, Prefeita do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos das Leis 928 de 19 de outubro de 2018, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2019 – LDO e dá outras providências, e 934 de 17 de dezembro de 2018, que estima a Receita e Fixa a Despesa, do Município de Arabutã/SC, para o exercício de 2019 – LOA, combinado com o inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64 e Lei Municipal nº 950, de 20 de Agosto de 2019,

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o seguinte crédito adicional suplementar:

Órgão	09	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS		
Unidade	01	Fundo Municipal de Saúde – FMS		
Projeto Atividade	2.077	Concessão de Subvenções Sociais		
Modalidade	14	335000000000000000010121	Transferências a Instituições Privadas	46.200,00
<b>TOTAL</b>				<b>46.200,00</b>

**Art. 2º** O crédito adicional suplementar constante do art. 1º da presente Lei será aberto por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	09	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS		
Unidade	01	Fundo Municipal de Saúde – FMS		
Projeto Atividade	2.074	Atividades Gerais da Atenção Básica		
Modalidade	8	3.3.900000000000000000010121	Outras Despesas Correntes	46.200,00
<b>TOTAL</b>				<b>46.200,00</b>

**Art. 3º** O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

**Arabutã - SC, 20 de agosto de 2019.**

**Leani Kapp Schmitt**  
Prefeita

**Registra-se e Publica-se**  
Em, 20 de agosto de 2019.  
**Gláucia Pottratz**  
Responsável Pelas Publicações

**DECRETO 2460**

Publicação Nº 2131443

DECRETO Nº 2460, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 105.000,00 no orçamento do Município de Arabutã de Arabutã, e dá outras providências.

de Arabutã, e dá outras providências.

LEANI KAPP SCHMITT, Prefeita do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos das Leis 928 de 19 de outubro de 2018, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2019 – LDO e dá outras providências, e 934 de 17 de dezembro de 2018, que estima a Receita e Fixa a Despesa, do Município de Arabutã/SC, para o exercício de 2019 – LOA, combinado com o inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64 e Lei Municipal nº 951, de 20 de Agosto de 2019,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os seguintes créditos adicionais suplementares:

Órgão	13	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Unidade	01	Diretoria de Educação		
Projeto Atividade	1.012	Amp. e Conservação Predial para a Educação Infantil – Pré Escola		
Modalidade	16	4490000000000000000010190	Aplicações Diretas	50.000,00
Órgão	13	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Unidade	01	Diretoria de Educação		
Projeto Atividade	2.036	Serviços de Transporte Escolar – Pré-escola		
Modalidade	28	3390000000000000000010190	Aplicações Diretas	10.000,00
Órgão	13	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Unidade	01	Diretoria de Educação		
Projeto Atividade	2.044	Serviços de Transporte Escolar – Ensino Fundamental		
Modalidade	35	3390000000000000000010190	Aplicações Diretas	10.000,00
Órgão	13	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Unidade	01	Diretoria de Educação		
Projeto Atividade	2.113	Gestão das Políticas e Ações da Educação Infantil – Pré Escola		
Modalidade	53	3390000000000000000010190	Aplicações Diretas	10.000,00
Órgão	18	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
Unidade	04	Fundo Municipal de Assistência Social – FUMAS		
Projeto Atividade	2.107	Manutenção das Atividades do CRAS		
Modalidade	132	3390000000000000000010190	Aplicações Diretas	5.000,00
Órgão	90	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO		
Unidade	01	Encargos Gerais do Município		
Projeto Atividade	2.023	Manutenção do CMDA e do Conselho Tutelar		
Modalidade	171	3390000000000000000010190	Aplicações Diretas	10.000,00
Órgão	13	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Unidade	01	Diretoria de Educação		
Projeto Atividade	2.113	Gestão das Políticas e Ações da Educação Infantil – Pré Escola		
Modalidade	50	3190000000000000000010190	Aplicações Diretas	10.000,00
TOTAL				105.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar constante do art. 1º da presente Lei será aberto por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	13	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
-------	----	--	--	--

Unidade	01	Diretoria de Educação		
Projeto Atividade	1.013	Mobiliário e Equipamentos para Educação Infantil – Pré-Escola		
Modalidade	17	4490000000000000010190	Aplicações Diretas	10.000,00
Órgão	13	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Unidade	01	Diretoria de Educação		
Projeto Atividade	1.016	Mobiliário e Equipamentos – Ensino Fundamental		
Modalidade	18	4490000000000000010190	Aplicações Diretas	20.000,00
Órgão	13	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Unidade	01	Diretoria de Educação		
Projeto Atividade	1.065	Infraestrutura Predial para o Ensino Fundamental		
Modalidade	21	4490000000000000010190	Aplicações Diretas	50.000,00
Órgão	15	SECRETARIA MUN. DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA COMÉRCIO SERVIÇOS E MEIO AMBIENTE		
Unidade	02	Setor de Indústria, Comércio, Serviço, Emprego e Renda		
Projeto Atividade	2.030	Incentivo à Ampliação e Modernização do Comércio		
Modalidade	77	3350000000000000010000	Transferências a Instituições Privadas	10.000,00
Órgão	23	FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA		
Unidade	01	Fundo Municipal de Cultura		
Projeto Atividade	2.209	Manutenção do Fundo Municipal de cultura		
Modalidade	153	4490000000000000010000	Aplicações Diretas	5.000,00
Órgão	13	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Unidade	01	Diretoria de Educação		
Projeto Atividade	2.039	Gestão das Políticas e Ações do Ensino Fundamental		
Modalidade	30	3190000000000000010190	Aplicações Diretas	10.000,00
TOTAL				105.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã - SC, 20 de agosto de 2019.

Leani Kapp Schmitt  
Prefeita

Registra-se e Publica-se  
Em, 20 de agosto de 2019.  
Gláucia Pottratz  
Responsável Pelas Publicações

## DECRETO 2461

Publicação Nº 2131445

DECRETO Nº 2461, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 180.000,00 no orçamento do Município de Arabutã, e dá outras providências.

LEANI KAPP SCHMITT, Prefeita do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos das Leis 928 de 19 de outubro de 2018, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2019 – LDO e dá outras providências, e 934 de 17 de dezembro de 2018, que estima a Receita e Fixa a Despesa, do Município de Arabutã/SC, para o exercício de 2019 – LOA, combinado com o inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64 e Lei Municipal nº 952, de 20 de Agosto de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os seguintes créditos adicionais suplementares:

Art. 2º O crédito adicional suplementar constante do art. 1º da presente Lei será aberto por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Registra-se e Publica-se  
Em, 20 de agosto de 2019.  
Gláucia Pottratz  
Responsável Pelas Publicações

## Publicação Nº 2131764

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 82.150,00 no orçamento do Município de Arabutã, e dá outras providências.

LEANI KAPP SCHMITT, Prefeita do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos das Leis 928 de 19 de outubro de 2018, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2019 – LDO e dá outras providências, e 934 de 17 de dezembro de 2018, que estima a Receita e Fixa a Despesa, do Município de Arabutã/SC, para o exercício de 2019 – LOA, combinado com o inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64;

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os seguintes créditos adicionais suplementares:

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



[illegible]

Art. 2º O crédito adicional suplementar constante do art. 1º da presente Lei será aberto por conta do superávit financeiro do exercício anterior e do excesso de arrecadação nas seguintes fontes de recursos:

Fonte Financiadora: Superávit Financeiro:

Descrição da Fonte: 0.3.0322 – Rec. Vinc. Conv. Trânsito - Polícia Militar – Sup. Fin ... R\$ 2.150,00

Fonte Financiadora: Excesso de Arrecadação:

Descrição da Fonte: 0.1.0000 – Rec Ordinários – Excesso de Arrecadação ..... R\$ 80.000,00

TOTAL ..... R\$ 82.150,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã - SC, 21 de agosto de 2019.

Leani Kapp Schmitt

Prefeita

Registra-se e Publica-se

Em, 2 de agosto de 2019.

Gláucia Pottratz

Responsável Pelas Publicações

## LO 950

Publicação Nº 2131448

LEI ORDINÁRIA Nº 950 DE 20 DE AGOSTO DE 2019

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 46.200,00 no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Arabutã, e dá outras providências.

A PREFEITA DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos das Leis 928 de 19 de outubro de 2018, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2019 – LDO e dá outras providências, e 34 de 19 de Dezembro de 2018, que estima a Receita e Fixa a Despesa, do Município de Arabutã/SC, para o exercício de 2019 – LOA, combinado com o inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo aprova e ela sanciona a seguinte Lei Ordinária.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o seguinte crédito adicional suplementar:

Órgão	09	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS		
Unidade	01	Fundo Municipal de Saúde – FMS		
Projeto Atividade	2.077	Concessão de Subvenções Sociais		
Modalidade	14	33500000000000000010121	Transferências a Instituições Privadas	46.200,00
TOTAL				46.200,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar constante do art. 1º da presente Lei será aberto por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	09	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS			
Unidade	01	Fundo Municipal de Saúde – FMS			
Projeto Atividade	2.074	Atividades Gerais da Atenção Básica			
Modalidade	8	3.3.9000000000000010121	Outras Despesas Correntes	46.200,00	
TOTAL				46.200,00	

Art. 3º. Esta lei ordinária entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Arabutã, SC.

LEANI KAPP SCHMITT  
Prefeita

Registre-se e Publique-se.  
Em 20 de agosto de 2019

Glaucia Pottratz  
Responsável pelas Publicações

## LO 951

Publicação Nº 2131446

### LEI ORDINÁRIA Nº 951 DE 20 DE AGOSTO DE 2019

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 105.000,00 no orçamento do Município de Arabutã de Arabutã, e dá outras providências.

A PREFEITA DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos das Leis 928 de 19 de outubro de 2018, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2019 – LDO e dá outras providências, e 34 de 19 de Dezembro de 2018, que estima a Receita e Fixa a Despesa, do Município de Arabutã/SC, para o exercício de 2019 – LOA, combinado com o inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo aprova e ela sanciona a seguinte Lei Ordinária.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os seguintes créditos adicionais suplementares:

Órgão	13	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Unidade	01	Diretoria de Educação		
Projeto Atividade	1.012	Amp. e Conservação Predial para a Educação Infantil – Pré Escola		
Modalidade	16	44900000000000000010190	Aplicações Diretas	50.000,00
Órgão	13	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Unidade	01	Diretoria de Educação		
Projeto Atividade	2.036	Serviços de Transporte Escolar – Pré-escola		
Modalidade	28	33900000000000000010190	Aplicações Diretas	10.000,00
Órgão	13	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Unidade	01	Diretoria de Educação		
Projeto Atividade	2.044	Serviços de Transporte Escolar – Ensino Fundamental		
Modalidade	35	33900000000000000010190	Aplicações Diretas	10.000,00
Órgão	13	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Unidade	01	Diretoria de Educação		
Projeto Atividade	2.113	Gestão das Políticas e Ações da Educação Infantil – Pré Escola		
Modalidade	53	33900000000000000010190	Aplicações Diretas	10.000,00
Órgão	18	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
Unidade	04	Fundo Municipal de Assistência Social – FUMAS		
Projeto Atividade	2.107	Manutenção das Atividades do CRAS		
Modalidade	132	33900000000000000010190	Aplicações Diretas	5.000,00
Órgão	90	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO		
Unidade	01	Encargos Gerais do Município		
Projeto Atividade	2.023	Manutenção do CMDA e do Conselho Tutelar		
Modalidade	171	33900000000000000010190	Aplicações Diretas	10.000,00
Órgão	13	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Unidade	01	Diretoria de Educação		
Projeto Atividade	2.113	Gestão das Políticas e Ações da Educação Infantil – Pré Escola		

Modalidade	50	3190000000000000000010190	Aplicações Diretas	10.000,00
TOTAL				105.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar constante do art. 1º da presente Lei será aberto por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	13	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Unidade	01	Diretoria de Educação		
Projeto Atividade	1.013	Mobiliário e Equipamentos para Educação Infantil – Pré-Escola		
Modalidade	17	4490000000000000000010190	Aplicações Diretas	10.000,00

Órgão	13	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Unidade	01	Diretoria de Educação		
Projeto Atividade	1.016	Mobiliário e Equipamentos – Ensino Fundamental		
Modalidade	18	4490000000000000000010190	Aplicações Diretas	20.000,00

Órgão	13	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Unidade	01	Diretoria de Educação		
Projeto Atividade	1.065	Infraestrutura Predial para o Ensino Fundamental		
Modalidade	21	4490000000000000000010190	Aplicações Diretas	50.000,00

Órgão	15	SECRETARIA MUN. DA AGRICULTURA, INDUSTRIA COMERCIO SERVIÇOS E MEIO AMBIENTE		
Unidade	02	Setor de Indústria, Comércio, Serviço, Emprego e Renda		
Projeto Atividade	2.030	Incentivo à Ampliação e Modernização do Comércio		
Modalidade	77	3350000000000000000010000	Transferências a Instituições Privadas	10.000,00

Órgão	23	FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA		
Unidade	01	Fundo Municipal de Cultura		
Projeto Atividade	2.209	Manutenção do Fundo Municipal de cultura		
Modalidade	153	4490000000000000000010000	Aplicações Diretas	5.000,00

Órgão	13	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Unidade	01	Diretoria de Educação		
Projeto Atividade	2.039	Gestão das Políticas e Ações do Ensino Fundamental		
Modalidade	30	3190000000000000000010190	Aplicações Diretas	10.000,00
TOTAL				105.000,00

Art. 3º. Esta lei ordinária entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Arabutã, SC.

LEANI KAPP SCHMITT  
Prefeita

Registre-se e Publique-se.  
Em 20 de agosto de 2019

Glaucia Pottratz  
Responsável pelas Publicações

## Publicação Nº 2131449

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 210.000,00 no orçamento do Município de Arabutã, e dá outras providências.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os seguintes créditos adicionais suplementares:

Art. 2º O crédito adicional suplementar constante do art. 1º da presente Lei será aberto por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Art. 3º. Esta lei ordinária entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Arabutã, SC.

LEANI KAPP SCHMITT  
Prefeita

Registre-se e Publique-se.  
Em 20 de agosto de 2019

Glaucia Pottratz  
Responsável pelas Publicações

### **PREGÃO 41.2019**

Publicação Nº 2130825

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ SC, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 060/2019.  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 041/2019

Objeto:  
REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição de MATERIAL GRÁFICO,  
Tipo de Julgamento: Menor Preço por item.

Recebimento das Propostas: até 08h15 do dia 06/09/2019.  
Abertura: às 08h30 do dia 06/09/2019.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.arabuta.sc.gov.br](http://www.arabuta.sc.gov.br), link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Avenida Lauro Muller, 210, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3448-0048.

Arabutã, SC, 21 de agosto de 2019.  
Leani Kapp Schmitt  
Prefeita

### **PREGÃO 42.2019**

Publicação Nº 2131536

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ SC, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 061/2019.  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 042/2019

Objeto:  
REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição de MATERIAL de expediente  
Tipo de Julgamento: Menor Preço por item.

Recebimento das Propostas: até 08h15 do dia 09/09/2019.  
Abertura: às 08h30 do dia 09/09/2019.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.arabuta.sc.gov.br](http://www.arabuta.sc.gov.br), link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Avenida Lauro Muller, 210, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3448-0048.

Arabutã, SC, 21 de agosto de 2019.

Leani Kapp Schmitt  
Prefeita

### **PREGÃO 43.2019**

Publicação Nº 2131544

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ SC, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 062/2019.  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 043/2019

Objeto:  
REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição de peças e a prestação de serviço de mão de obra, visando o CONSERTO E REFORMA DE DIFERENCIAL EIXO (TRUQUE) DO CAMINHÃO VW 26280 CRM 6X4 ANO 2012NMKW 2866  
Tipo de Julgamento: Menor Preço Global.

Recebimento das Propostas: até 14h45 do dia 06/09/2019.  
Abertura: às 15h00 do dia 06/09/2019.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.arabuta.sc.gov.br](http://www.arabuta.sc.gov.br), link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Avenida Lauro Muller, 210, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3448-0048.

Arabutã, SC, 21 de agosto de 2019.  
Leani Kapp Schmitt  
Prefeita

## SEGUNDO ADENDO 39.2019

Publicação Nº 2130816

SEGUNDO ADENDO AO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO nº 057/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 039/2019

O MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, SC, inscrito no CNPJ sob nº 95.995.221/0001-53, com sede administrativa na Avenida Lauro Müller, 210, Centro, Arabutã, SC, CEP 89740-000, neste ato representada por sua prefeita Leani Kapp Schmitt, torna público o Segundo Adendo ao EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 039/2019.

Ficam alterados os subitens 1.2 e 1.3 do Edital, passando os mesmos a vigorar com a seguinte descrição:

"1.2 O recebimento dos Envelopes nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e nº 02 – DOCUMENTAÇÃO, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até às 14h45 do dia 05 de SETEMBRO de 2019, no Setor de Protocolo Geral desta Prefeitura, situado na Prefeitura Municipal de Arabutã, localizada na Avenida Lauro Muller, 210, Centro, Arabutã/SC.

1.3 - A abertura dos Envelopes nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das 15h00 do dia 05 de SETEMBRO de 2019, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações da Prefeitura de Arabutã, situada no endereço citado no item 1.2."

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Edital.  
Arabutã, 21 de Agosto de 2019.  
Leani Kapp Schmitt  
Prefeita

## CONTRATOS ADM 07/2019

Publicação Nº 2130661

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos - Mês: Julho/2019

Contratado: SOCIEDADE ESPORTIVA TRES DE MAIO DE CANHADA GRANDE

CNPJ: 83.075.549/0001-72

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS

Número da Licitação: 4/2017 Número do Processo: 66/2017 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 063/2017 2º adt

Fundamento Legal:

Objeto: Locação de Imóveis, edificado com quadra esportiva, cantina, banheiros, cozinha e campo de futebol. Cabendo esse espaço a ser utilizados tanto pelas escolinhas de esportes e cultura (música e dança) quanto a demais secretarias que dela necessitarem de espaço para algum outro evento.

Data da Assinatura: 01/07/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 01/07/2019

Vigência: 03/07/2019 Término: 02/07/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 6.000,00 Forma de Pagamento: Mensal

Contratado: COMERCIO DE LIVROS E JOGOS KLEIN LTDA

CNPJ: 72.380.330/0001-60

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 28/2019 Número do Processo: 42/2019 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 055/2019

Fundamento Legal:

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de brinquedos, jogos educativos e pedagógicos destinados a Secretaria Municipal de Educação.

Data da Assinatura: 01/07/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 01/07/2019



Vigência: 01/07/2019 Término: 30/06/2020  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:  
Gestão/Número: / Nr.:  
Número do Empenho:  
Valor: 5.958,60 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: SMART BRINQUEDOS  
CNPJ: 74.005.943/0001-43  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 28/2019 Número do Processo: 42/2019 Outra Entidade: Não  
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 056/2019  
Fundamento Legal:  
Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de brinquedos, jogos educativos e pedagógicos destinados a Secretaria Municipal de Educação.

Data da Assinatura: 01/07/2019  
Data da Publicação no Diário Oficial: 01/07/2019  
Vigência: 01/07/2019 Término: 30/06/2020  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:  
Gestão/Número: / Nr.:  
Número do Empenho:  
Valor: 7.281,35 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamento

Contratado: PRISCILA RAUBER HENGEMUHLE  
CNPJ: 08.863.707/0001-33  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 28/2019 Número do Processo: 42/2019 Outra Entidade: Não  
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 057/2019  
Fundamento Legal:  
Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de brinquedos, jogos educativos e pedagógicos destinados a Secretaria Municipal de Educação.

Data da Assinatura: 01/07/2019  
Data da Publicação no Diário Oficial: 01/07/2019  
Vigência: 01/07/2019 Término: 30/06/2020  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:  
Gestão/Número: / Nr.:  
Número do Empenho:  
Valor: 1.536,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: S. SCHNEIDER  
CNPJ: 28.629.492/0001-06  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 28/2019 Número do Processo: 42/2019 Outra Entidade: Não  
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 058/2019  
Fundamento Legal:  
Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de brinquedos, jogos educativos e pedagógicos destinados a Secretaria Municipal de Educação.

Data da Assinatura: 01/07/2019  
Data da Publicação no Diário Oficial: 01/07/2019  
Vigência: 01/07/2019 Término: 30/06/2020  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:  
Gestão/Número: / Nr.:  
Número do Empenho:  
Valor: 13.636,70 Forma de Pagamento: Conforme Cronograma de Pagamentos

Contratado: COMERCIO DE PRODUTOS CHEIRO BOM - EIRELI - ME  
CNPJ: 28.235.922/0001-05  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 29/2019 Número do Processo: 43/2019 Outra Entidade: Não  
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 059/2019  
Fundamento Legal:  
Objeto: Possível aquisição de 258 cargas de Gás liquefeito de petróleo, acondicionado em botijão de 13 kg (P-13) marca COPAGAS.

Data da Assinatura: 02/07/2019  
Data da Publicação no Diário Oficial: 02/07/2019  
Vigência: 02/07/2019 Término: 01/07/2020  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:  
Gestão/Número: / Nr.:  
Número do Empenho:  
Valor: 18.240,60 Forma de Pagamento: Coforme Cronograma de pagamentos

Contratado: POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA - ME  
CNPJ: 14.292.313/0001-75  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 57/2018 Número do Processo: 76/2018 Outra Entidade: Não  
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 101/2018 1ª  
Fundamento Legal:  
Objeto: Aquisição de material gráfico.

Data da Assinatura: 08/07/2019  
Data da Publicação no Diário Oficial: 08/07/2019  
Vigência: 08/07/2019 Término: 29/07/2019  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:  
Gestão/Número: / Nr.:  
Número do Empenho:  
Valor: 0,00 Forma de Pagamento: À Vista

Contratado: AUTO POSTO ZANETTI LTDA - EPP  
CNPJ: 20.897.131/0001-20  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 80/2018 Número do Processo: 110/2018 Outra Entidade: Não  
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 005/19 9ºadt  
Fundamento Legal:  
Objeto: Supressão no item 01 - GASOLINA COMUM, passando o preço de R\$ 4,50 (quatro reais com cinquenta centavos) por litro para R\$ 4,32 (quatro reais com trinta e dois centavos) por litro;

Data da Assinatura: 16/07/2019  
Data da Publicação no Diário Oficial: 16/07/2019  
Vigência: 16/07/2019 Término: 17/01/2020  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:  
Gestão/Número: / Nr.:  
Número do Empenho:  
Valor: 0,00 Forma de Pagamento: Conforme Cronograma de pagamentos

Contratado: CESAR MURILO FLORES  
CNPJ: 29.081.571/0001-80  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 27/2019 Número do Processo: 41/2019 Outra Entidade: Não  
Número do Contrato ou Aditivo: 037/2019  
Fundamento Legal:  
Objeto: Referente à aquisição de peças e mão de obra para a Revisão de 3.000 horas da Motoniveladora case VHP, Patrimonio 002646, pela Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo

Data da Assinatura: 03/07/2019  
Data da Publicação no Diário Oficial: 03/07/2019  
Vigência: 03/07/2019 Término: 02/10/2019  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:  
Gestão/Número: / Nr.:  
Número do Empenho:  
Valor: 10.297,91 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: CLAIR DACAMPO  
CNPJ: 01.029.642/0001-86  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 2/2017 Número do Processo: 2/2017 Outra Entidade: Não  
Número do Contrato ou Aditivo: 020/2017 8ºadt  
Fundamento Legal:  
Objeto: Prestação de serviço de transporte coletivo, em regime de fretamento, de alunos da rede municipal de ensino, na respectiva linha

prevista no item 15, constantes na proposta comercial da CONTRATADA.

Os quantitativos totais de quilometragem estipulados para as linhas acima citadas são aproximados, sendo, portanto, sujeitos a alterações para mais ou para menos, de acordo com a demanda do CONTRATANTE.

Data da Assinatura: 16/07/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 16/07/2019

Vigência: 16/07/2019 Término: 20/02/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 0,00 Forma de Pagamento:

Contratado: BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELI

CNPJ: 13.923.607/0001-95

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS

Número da Licitação: 0/0 Número do Processo: null/null Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 046/2019

Fundamento Legal:

Objeto: Referente a reforma das paredes internas das salas da Creche Municipal de Arabutã, sendo a remoção do reboco existente e colocação de revestimento cerâmico, de acordo com o projeto, conforme Contrato nº46/2019, pela Secretaria de Educação e Cultura.

Data da Assinatura: 16/07/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 16/07/2019

Vigência: 16/07/2019 Término: 15/10/2019

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 19.693,45 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: EMBRIOSEMEM EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA

CNPJ: 02.319.237/0001-65

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 30/2019 Número do Processo: 45/2019 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 060/2019

Fundamento Legal:

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de materiais para o programa de inseminação artificial.

Data da Assinatura: 08/07/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 08/07/2019

Vigência: 08/07/2019 Término: 07/07/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 4.770,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: ALCIONES LUIZ WOJCIECHOWSKI

CNPJ: 18.292.950/0001-00

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 30/2019 Número do Processo: 45/2019 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 061/2019

Fundamento Legal:

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de materiais para o programa de inseminação artificial.

Data da Assinatura: 08/07/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 08/07/2019

Vigência: 08/07/2019 Término: 07/07/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 12.500,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA

CNPJ: 19.278.326/0001-03

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 30/2019 Número do Processo: 45/2019 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 062/2019

Fundamento Legal:

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de materiais para o programa de inseminação artificial.

Data da Assinatura: 08/07/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 08/07/2019

Vigência: 08/07/2019 Término: 07/07/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 3.000,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: VIAGENS E TURISMO ARABUTA LTDA

CNPJ: 07.714.971/0001-42

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 31/2019 Número do Processo: 46/2019 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 081/2019

Fundamento Legal:

Objeto: Registro de preços para prestação de serviço de TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS, no âmbito municipal, intermunicipal e interestadual, em caráter eventual, incluindo seguro total contra acidentes, combustível, manutenção e mão-de-obra especializada (motoristas) devidamente habilitada para atender as necessidades do Município

Data da Assinatura: 16/07/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 16/07/2019

Vigência: 16/07/2019 Término: 16/07/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 258.080,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: PERSIO COMERCIO DE VEICULOS LTDA

CNPJ: 20.886.037/0001-76

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 32/2019 Número do Processo: 47/2019 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 047/2019

Fundamento Legal:

Objeto: CONserto DA PARTE SUPERIOR DO MOTOR CAMINHÃO IVECO DAILY 55C17 CD ABS AR 3750 AIR NÃO FAB/MOD: 1414 PLACA MLT 7349/SC

Data da Assinatura: 18/07/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 31/07/2019

Vigência: 18/07/2019 Término: 17/10/2019

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 11.000,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: SOCIEDADE ESPORTIVA, RECREAT. CULT. NOVA ESTRELA

CNPJ: 83.577.122/0001-72

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS

Número da Licitação: 4/2017 Número do Processo: 66/2017 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 064/2017 2ºadt

Fundamento Legal:

Objeto: Locação de Imóveis, edificado com quadra esportiva, cantina, banheiros, cozinha e campo de futebol. Cabendo esse espaço a ser utilizados tanto pelas escolinhas de esportes e cultura (música e dança) quanto a demais secretarias que dela necessitarem de espaço para algum outro evento.

Data da Assinatura: 01/07/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 01/07/2019

Vigência: 01/07/2019 Término: 01/07/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 12.000,00 Forma de Pagamento:

Contratado: JE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - EPP  
CNPJ: 21.203.162/0001-05  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 59/2018 Número do Processo: 79/2018 Outra Entidade: Não  
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 105/18 1ºAdt  
Fundamento Legal:  
Objeto: Referente aquisição de material de construção.

Data da Assinatura: 24/07/2019  
Data da Publicação no Diário Oficial: 24/07/2019  
Vigência: 24/07/2019 Término: 01/08/2019  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:  
Gestão/Número: / Nr.:  
Número do Empenho:  
Valor: 2.835,00 Forma de Pagamento:

Contratado: DOURADO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA  
CNPJ: 16.941.208/0001-45  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 81/2018 Número do Processo: 111/2018 Outra Entidade: Não  
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 004/19 1ºAdt  
Fundamento Legal:  
Objeto: Aquisição de BRITAS

Data da Assinatura: 25/07/2019  
Data da Publicação no Diário Oficial: 25/07/2019  
Vigência: 25/07/2019 Término: 10/01/2020  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:  
Gestão/Número: / Nr.:  
Número do Empenho:  
Valor: 8.700,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: ASSOCIACAO DA CASA FAMILIAR RURAL DE SEARA - LUDOV  
CNPJ: 06.296.761/0001-19  
Modalidade: null  
Número da Licitação: 0/0 Número do Processo: null/null Outra Entidade: Não  
Número do Contrato ou Aditivo: TC 05-2019  
Fundamento Legal:

Objeto: Conjugação de esforços no sentido de proporcionar a manutenção da entidade, propiciando atendimento em educação rural aos estudantes de educação rural de Arabutã, através do repasse financeiro, para o PARTÍCIPE, na forma do Plano de trabalho apresentado, conforme art. 42, parágrafo único, I, da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações e nos termos do Art. 6º, § 2º, Anexo II e III, da Lei Municipal nº 764/2013.

Data da Assinatura: 25/07/2019  
Data da Publicação no Diário Oficial: 31/07/2019  
Vigência: 25/07/2019 Término: 31/12/2019  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:  
Gestão/Número: / Nr.:  
Número do Empenho:  
Valor: 6.000,00 Forma de Pagamento: 03 parcelas

Contratado: Cristian Luiz Hann  
CPF: 080.636.519-60  
Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS  
Número da Licitação: 7/2019 Número do Processo: 50/2019 Outra Entidade: Não  
Número do Contrato ou Aditivo: 049/2019  
Fundamento Legal:  
Objeto: Locação de imóvel SALA COMERCIAL, situado na Rua Felipe Osvaldo Mutzemberg, nº 170, centro, Arabutã/SC, inscrição imobiliária nº. 01.01.002.0002.003.3, com suas benfeitorias e instalações, para servir de sede do Conselho Tutelar.

Data da Assinatura: 30/07/2019  
Data da Publicação no Diário Oficial: 31/07/2019  
Vigência: 30/07/2019 Término: 31/12/2019  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:  
Gestão/Número: / Nr.:  
Número do Empenho:  
Valor: 3.800,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

**CONTRATOS SAUDE 07/2019**

Publicação Nº 2130667

-----  
Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos - Mês: Julho/2019  
-----

Contratado: HOSPITRONICA - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOS

CNPJ: 17.737.428/0001-14

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

Número da Licitação: 1/2019 Número do Processo: 30/2019 Outra Entidade: Sim

Número do Contrato ou Aditivo: 038/2019

Fundamento Legal:

Objeto: Referente á aquisição de equipamento e material permanente, conforme nº da proposta 10559.943000118001, pela Secretaria Municipal de Saúde.

Data da Assinatura: 03/07/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 03/07/2019

Vigência: 03/07/2019 Término: 02/12/2019

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 10.978,00 Forma de Pagamento: Conforme Cronograma de pagamentos

Contratado: BHDENTAL COMERCIAL EIRELI

CNPJ: 29.312.896/0001-26

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

Número da Licitação: 1/2019 Número do Processo: 30/2019 Outra Entidade: Sim

Número do Contrato ou Aditivo: 039/2019

Fundamento Legal:

Objeto: Referente á aquisição de equipamento e material permanente, conforme nº da proposta 10559.943000118001, pela Secretaria Municipal de Saúde.

Data da Assinatura: 04/07/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 04/07/2019

Vigência: 04/07/2019 Término: 03/12/2019

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 360,00 Forma de Pagamento: Conforme Cronograma de Pagamentos

Contratado: QUICKBUM E-COMMERCE - EIRELI

CNPJ: 30.323.616/0001-64

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

Número da Licitação: 1/2019 Número do Processo: 30/2019 Outra Entidade: Sim

Número do Contrato ou Aditivo: 040/2019

Fundamento Legal:

Objeto: Referente á aquisição de equipamento e material permanente, conforme nº da proposta 10559.943000118001, pela Secretaria Municipal de Saúde.

Data da Assinatura: 04/07/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 04/07/2019

Vigência: 04/07/2019 Término: 03/12/2019

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 3.800,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: TATA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA SAUDE, ODONTO-M

CNPJ: 11.088.993/0001-11

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

Número da Licitação: 1/2019 Número do Processo: 30/2019 Outra Entidade: Sim

Número do Contrato ou Aditivo: 041/2019

Fundamento Legal:

Objeto: Referente á aquisição de equipamento e material permanente, conforme nº da proposta 10559.943000118001, pela Secretaria Municipal de Saúde.



Data da Assinatura: 04/07/2019  
Data da Publicação no Diário Oficial: 04/07/2019  
Vigência: 04/07/2019 Término: 03/12/2019  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:  
Gestão/Número: / Nr.:  
Número do Empenho:  
Valor: 6.800,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: L&A MERCANTIL LTDA  
CNPJ: 26.587.414/0001-52  
Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO  
Número da Licitação: 1/2019 Número do Processo: 30/2019 Outra Entidade: Sim  
Número do Contrato ou Aditivo: 042/2019  
Fundamento Legal:  
Objeto: Referente á aquisição de equipamento e material permanente, conforme nº da proposta 10559.943000118001, pela Secretaria Municipal de Saúde.

Data da Assinatura: 04/07/2019  
Data da Publicação no Diário Oficial: 04/07/2019  
Vigência: 04/07/2019 Término: 03/12/2019  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:  
Gestão/Número: / Nr.:  
Número do Empenho:  
Valor: 4.970,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: JHONATAN BAGATOLI  
CNPJ: 22.992.632/0001-11  
Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO  
Número da Licitação: 1/2019 Número do Processo: 30/2019 Outra Entidade: Sim  
Número do Contrato ou Aditivo: 043/2019  
Fundamento Legal:  
Objeto: Referente á aquisição de equipamento e material permanente, conforme nº da proposta 10559.943000118001, pela Secretaria Municipal de Saúde.

Data da Assinatura: 04/07/2019  
Data da Publicação no Diário Oficial: 04/07/2019  
Vigência: 04/07/2019 Término: 03/12/2019  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:  
Gestão/Número: / Nr.:  
Número do Empenho:  
Valor: 992,47 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: KELEN REGINA LUNARDI EIRELI  
CNPJ: 32.795.764/0001-07  
Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO  
Número da Licitação: 1/2019 Número do Processo: 30/2019 Outra Entidade: Sim  
Número do Contrato ou Aditivo: 044/2019  
Fundamento Legal:  
Objeto: Referente á aquisição de equipamento e material permanente, conforme nº da proposta 10559.943000118001, pela Secretaria Municipal de Saúde.

Data da Assinatura: 04/07/2019  
Data da Publicação no Diário Oficial: 04/07/2019  
Vigência: 04/07/2019 Término: 03/12/2019  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:  
Gestão/Número: / Nr.:  
Número do Empenho:  
Valor: 2.012,99 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: IPI MOBILIDADE CORPORATIVA LTDA.  
CNPJ: 30.105.413/0001-00  
Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO  
Número da Licitação: 1/2019 Número do Processo: 30/2019 Outra Entidade: Sim  
Número do Contrato ou Aditivo: 045/2019

**Fundamento Legal:**

Objeto: Referente á aquisição de equipamento e material permanente, conforme nº da proposta 10559.943000118001, pela Secretaria Municipal de Saúde.

Data da Assinatura: 04/07/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 04/07/2019

Vigência: 04/07/2019 Término: 03/12/2019

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 43.190,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA

CNPJ: 00.802.002/0001-02

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

Número da Licitação: 2/2019 Número do Processo: 39/2019 Outra Entidade: Sim

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 063/2019

Fundamento Legal:

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de medicamentos destinados ao Fundo Municipal de Saúde.

Data da Assinatura: 15/07/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 15/07/2019

Vigência: 15/07/2019 Término: 14/07/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 62.174,09 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: PONTAMED - Farmaceutica Ltda - EPP

CNPJ: 02.816.696/0001-54

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

Número da Licitação: 2/2019 Número do Processo: 39/2019 Outra Entidade: Sim

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 064/2019

Fundamento Legal:

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de medicamentos destinados ao Fundo Municipal de Saúde.

Data da Assinatura: 15/07/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 15/07/2019

Vigência: 15/07/2019 Término: 14/07/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 14.903,40 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PROD. HOSP. LTDA

CNPJ: 03.652.030/0001-70

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

Número da Licitação: 2/2019 Número do Processo: 39/2019 Outra Entidade: Sim

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 065/2019

Fundamento Legal:

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de medicamentos destinados ao Fundo Municipal de Saúde.

Data da Assinatura: 15/07/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 15/07/2019

Vigência: 15/07/2019 Término: 14/07/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 35.533,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: DIMASTER COM. DE PROD. HOSP. LTDA

CNPJ: 02.520.829/0001-40

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

Número da Licitação: 2/2019 Número do Processo: 39/2019 Outra Entidade: Sim

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 066/2019

**Fundamento Legal:**

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de medicamentos destinados ao Fundo Municipal de Saúde.

Data da Assinatura: 15/07/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 15/07/2019

Vigência: 15/07/2019 Término: 14/07/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 25.051,50 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

CNPJ: 05.782.733/0001-49

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

Número da Licitação: 2/2019 Número do Processo: 39/2019 Outra Entidade: Sim

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 067/2019

Fundamento Legal:

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de medicamentos destinados ao Fundo Municipal de Saúde.

Data da Assinatura: 15/07/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 15/07/2019

Vigência: 15/07/2019 Término: 14/07/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 17.446,60 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: S & R DISTRIBUIDORA LTDA

CNPJ: 04.889.315/0001-92

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

Número da Licitação: 2/2019 Número do Processo: 39/2019 Outra Entidade: Sim

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 068/2019

Fundamento Legal:

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de medicamentos destinados ao Fundo Municipal de Saúde.

Data da Assinatura: 15/07/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 15/07/2019

Vigência: 15/07/2019 Término: 14/07/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 116.210,90 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: MEDICAMENTOS DE AZ LTDA. - ME

CNPJ: 09.676.256/0001-98

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

Número da Licitação: 2/2019 Número do Processo: 39/2019 Outra Entidade: Sim

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 069/2019

Fundamento Legal:

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de medicamentos destinados ao Fundo Municipal de Saúde.

Data da Assinatura: 15/07/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 15/07/2019

Vigência: 15/07/2019 Término: 14/07/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 23.401,14 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA

CNPJ: 67.729.178/0004-91

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

Número da Licitação: 2/2019 Número do Processo: 39/2019 Outra Entidade: Sim

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 070/2019

Fundamento Legal:

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de medicamentos destinados ao Fundo Municipal de Saúde.

Data da Assinatura: 15/07/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 15/07/2019

Vigência: 15/07/2019 Término: 14/07/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 20.500,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA

CNPJ: 03.612.312/0004-97

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

Número da Licitação: 2/2019 Número do Processo: 39/2019 Outra Entidade: Sim

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 071/2019

Fundamento Legal:

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de medicamentos destinados ao Fundo Municipal de Saúde.

Data da Assinatura: 15/07/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 15/07/2019

Vigência: 15/07/2019 Término: 14/07/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 88.200,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME

CNPJ: 20.590.555/0001-48

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

Número da Licitação: 2/2019 Número do Processo: 39/2019 Outra Entidade: Sim

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 072/2019

Fundamento Legal:

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de medicamentos destinados ao Fundo Municipal de Saúde.

Data da Assinatura: 15/07/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 15/07/2019

Vigência: 15/07/2019 Término: 14/07/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 77.790,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ: 12.889.035/0001-02

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

Número da Licitação: 2/2019 Número do Processo: 39/2019 Outra Entidade: Sim

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 073/2019

Fundamento Legal:

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de medicamentos destinados ao Fundo Municipal de Saúde.

Data da Assinatura: 16/07/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 16/07/2019

Vigência: 16/07/2019 Término: 15/07/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 39.001,72 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS

CNPJ: 04.071.245/0001-60

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

Número da Licitação: 2/2019 Número do Processo: 39/2019 Outra Entidade: Sim

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 074/2019

Fundamento Legal:

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de medicamentos destinados ao Fundo Municipal de Saúde.

Data da Assinatura: 16/07/2019  
Data da Publicação no Diário Oficial: 16/07/2019  
Vigência: 16/07/2019 Término: 15/07/2020  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:  
Gestão/Número: / Nr.:  
Número do Empenho:  
Valor: 124.350,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: A G KIENEN E CIA LTDA - PROMEDIC PROD. HOSPITAL.  
CNPJ: 82.225.947/0001-65  
Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO  
Número da Licitação: 2/2019 Número do Processo: 39/2019 Outra Entidade: Sim  
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 075/2019  
Fundamento Legal:  
Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de medicamentos destinados ao Fundo Municipal de Saúde.

Data da Assinatura: 16/07/2019  
Data da Publicação no Diário Oficial: 16/07/2019  
Vigência: 16/07/2019 Término: 15/07/2020  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:  
Gestão/Número: / Nr.:  
Número do Empenho:  
Valor: 105.631,77 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA  
CNPJ: 05.531.725/0001-20  
Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO  
Número da Licitação: 2/2019 Número do Processo: 39/2019 Outra Entidade: Sim  
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 076/2019  
Fundamento Legal:  
Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de medicamentos destinados ao Fundo Municipal de Saúde.

Data da Assinatura: 16/07/2019  
Data da Publicação no Diário Oficial: 16/07/2019  
Vigência: 16/07/2019 Término: 15/07/2020  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:  
Gestão/Número: / Nr.:  
Número do Empenho:  
Valor: 83.698,50 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: MERCO SOLUCOES EM SAUDE S/A  
CNPJ: 05.912.018/0001-83  
Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO  
Número da Licitação: 2/2019 Número do Processo: 39/2019 Outra Entidade: Sim  
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 077/2019  
Fundamento Legal:  
Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de medicamentos destinados ao Fundo Municipal de Saúde.

Data da Assinatura: 16/07/2019  
Data da Publicação no Diário Oficial: 16/07/2019  
Vigência: 16/07/2019 Término: 15/07/2020  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:  
Gestão/Número: / Nr.:  
Número do Empenho:  
Valor: 9.040,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA  
CNPJ: 28.093.678/0001-85  
Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO  
Número da Licitação: 2/2019 Número do Processo: 39/2019 Outra Entidade: Sim  
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 078/2019  
Fundamento Legal:  
Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de medicamentos destinados ao Fundo Municipal de Saúde.

Data da Assinatura: 16/07/2019  
Data da Publicação no Diário Oficial: 16/07/2019  
Vigência: 16/07/2019 Término: 15/07/2020  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:  
Gestão/Número: / Nr.:  
Número do Empenho:  
Valor: 50.579,50 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA  
CNPJ: 81.706.251/0001-98  
Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO  
Número da Licitação: 2/2019 Número do Processo: 39/2019 Outra Entidade: Sim  
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 079/2019  
Fundamento Legal:  
Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de medicamentos destinados ao Fundo Municipal de Saúde.

Data da Assinatura: 16/07/2019  
Data da Publicação no Diário Oficial: 16/07/2019  
Vigência: 16/07/2019 Término: 15/07/2020  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:  
Gestão/Número: / Nr.:  
Número do Empenho:  
Valor: 70.752,27 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI  
CNPJ: 09.944.371/0001-04  
Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO  
Número da Licitação: 2/2019 Número do Processo: 39/2019 Outra Entidade: Sim  
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 080/2019  
Fundamento Legal:  
Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de medicamentos destinados ao Fundo Municipal de Saúde.

Data da Assinatura: 16/07/2019  
Data da Publicação no Diário Oficial: 16/07/2019  
Vigência: 16/07/2019 Término: 15/07/2020  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:  
Gestão/Número: / Nr.:  
Número do Empenho:  
Valor: 112.225,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: GENESE - ANALISES CLINICAS SOCIEDADE SIMPLES LTDA  
CNPJ: 07.171.451/0001-30  
Modalidade: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
Número da Licitação: 6/2019 Número do Processo: 49/2019 Outra Entidade: Sim  
Número do Contrato ou Aditivo: 048/2019  
Fundamento Legal:  
Objeto: TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, E A EMPRESA GÊNESE ANÁLISES CLÍNICAS SOCIEDADE SIMPLES LTDA OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS PARA PACIENTES DO MUNICÍPIO DE ARABUTÃ.

Data da Assinatura: 25/07/2019  
Data da Publicação no Diário Oficial: 25/07/2019  
Vigência: 25/07/2019 Término: 31/12/2019  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:  
Gestão/Número: / Nr.:  
Número do Empenho:  
Valor: 60.000,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamento

Contratado: AUTO POSTO ZANETTI LTDA - EPP  
CNPJ: 20.897.131/0001-20  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 80/2018 Número do Processo: 110/2018 Outra Entidade: Sim  
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 005/19 9ºAdt  
Fundamento Legal:  
Objeto: Supressão no item 01 - GASOLINA COMUM, passando o preço de R\$ 4,50 (quatro reais com cinquenta centavos) por litro para R\$ 4,32 (quatro reais com trinta e dois centavos) por litro;



Data da Assinatura: 16/07/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 16/07/2019

Vigência: 16/07/2019 Término: 17/01/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 0,00 Forma de Pagamento: Conforme Cronograma de Pagamentos

# Arroio Trinta

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 0068/2019

Publicação Nº 2131534

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS  
CONTRATO Nº0068/2019  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº0009/2019  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00135/2019

Pelo presente instrumento, e na melhor forma de direito, de um lado, o MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 82.826.462/0001-27, com sede na Rua XV de Novembro, nº 26, Centro, no Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CLAUDIO SPRÍCIGO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 33 no município de Arroio Trinta – SC – Santa Catarina, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, ALESSANDRO MUELLER, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/SC sob nº 36.118 e no CPF sob nº 761.296.089-34, CI sob nº 1603985, SSP-SC, com escritório profissional na Rua Tom Jobim, nº 61, Florianópolis – SC, CEP nº 88032-760, doravante denominado CONTRATADO, tendo em vista o que dispõe a Lei 8.666/93, art. 25, III, § 1º, e suas alterações e demais disposições legais aplicáveis à espécie, e o ato administrativo que declarou a inexigibilidade de procedimento licitatório para os serviços ora contratados, tem entre si ajustado contrato de prestação de serviços técnicos profissionais especializados de advocacia, nos termos das cláusulas a seguir avençadas:

#### CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento a contratação de prestação de serviços técnico profissionais especializados de advocacia, visando a realização do acompanhamento e a propositura dos recursos pertinentes, perante o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina e STJ, nos autos do processo nº 0300913-93.2017.8.24.0057 em que o MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA contende com JOSÉ DARCI RODRIGUES DE OLIVEIRA.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DOS HONORÁRIOS

Pelo objeto descrito na Clausula Primeira, a CONTRATANTE, pagará ao CONTRATADO, a quantia de R\$ 17.300,00 (DEZESSETE MIL E TREZENTOS REAIS), incluindo encargos tributários, sendo que eventuais despesa com locomoção e hospedagem para apresentação/sustentação oral de recursos em Brasília, perante o STJ, deverão ser custeados pelo Município.

Parágrafo único. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após o protocolo da petição perante o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, mediante apresentação da nota fiscal edo contrarecibo do peticionamento.

#### CLAUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes da execução do presente instrumento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária no exercício vigente: 8 - 1. 2002. 4. 122. 3. 2.4. 1. 339000 Aplicações Diretas.

#### CLAUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O CONTRATANTE deverá fornecer, os documentos e informações, necessários ao bons e rápidos andamentos administrativos, ou para atender exigências dos processos, dentro dos prazos estabelecidos, além de promover em dia o pagamento dos valores previstos na clausula segunda deste contrato.

São ainda de responsabilidade do CONTRATANTE:

- I - Fornecer todos os materiais de consumo e equipamentos que se fizerem necessários a prestação laboral, quando esta se realizar na sede do município, tais como impressos, tintas, envelopes, computador, etc;
- II - Prestar documentos e informações precisas sobre o planejamento, objetivos e outros dados necessários ao desenvolvimento das atividades a serem realizadas pelo CONTRATADO;
- III – Custear, caso necessário, o deslocamento do CONTRATADO à Brasília, para propositura de recursos perante o STJ.

Parágrafo único: Ficará o CONTRATADO isento de quaisquer responsabilidades pelos prejuízos ocorridos em razão da não entrega dos documentos e cumprimento das exigências acima, feitas fora dos prazos estipulados.

#### CLAUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

O CONTRATADO se obriga a prestar ao CONTRATANTE, com zelo e eficiência, o acompanhamento e interposição dos recursos necessários nos autos do processo nº 0300913-93.2017.8.24.0057, observada a aplicação das disposições do Código de Processo Civil e da melhor doutrina processual.

#### CLAUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá o prazo de início em 02 de agosto de 2019 até 02 de agosto de 2020, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes signatárias, por meio de termo adito, conforme autoriza o art. 57, II da Lei 8.666/93.

#### CLAUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

Poderá haver rescisão do contrato nas seguintes hipóteses:

- I - Determinada por ato unilateral do CONTRATANTE, quando não cumpridas pelo CONTRATADO as cláusulas contratuais aqui estabelecidas ou quando seu cumprimento se der do modo irregular;
- II - Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;
- III - Judicial, nos termos da legislação vigente.

#### CLAUSULA NONA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, como competente para dirimir quaisquer dúvidas e/ou omissões da aplicação do presente, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por entenderem assim, justas e acordadas, assinam o presente contrato em 03 (Três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que também Assinam.

Arroio Trinta-SC, 02 de agosto de 2019.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA  
CNPJ Nº 82.826.462/0001-27  
CLAUDIO SPRICIGO  
PREFEITO MUNICIPAL

ALESSANDRO MUELLER  
OAB/SC sob nº 36.118  
CPF sob nº 761.296.089-34  
CONTRATADO

#### TESTEMUNHAS:

MARILIA BORGIA FERRONATO  
CPF Nº: 066.042.359-63

GIZELI MAFFIOLETTI  
CPF Nº: 088.733.359-18

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0041/2019

Publicação Nº 2131009

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

MODALIDADE: Pregão PRESENCIAL Nº 0041/2019 - PR.  
Tipo: Menor preço.  
Forma de Julgamento: Lote.

OBJETO: Aquisição de rodas para colocação no Micro Ônibus Agrale MPolo Volare, utilizado pela Secretaria de Educação e aquisição de peças para realizar manutenção na Carregadeira Michigan Clark 45C, utilizada pela Secretaria de Infraestrutura.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09:00 do dia 03/09/2019.  
Abertura dos Envelopes: Às 09:30 do dia 03/09/2019.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: [compras@arroiotrinta.sc.gov.br](mailto:compras@arroiotrinta.sc.gov.br) ou através do Site: [www.arroiotrinta.sc.gov.br](http://www.arroiotrinta.sc.gov.br).

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente

ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 20 de agosto de 2019.

Claudio Spricigo  
Prefeito Municipal

## EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 0006/2019

Publicação Nº 2131373

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

### AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

MODALIDADE: Tomada de Preço PRESENCIAL Nº 0006/2019 - TP.

Tipo: Menor preço.

Forma de Julgamento: Global.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE 3 FAIXAS ELEVADAS DE PEDESTRES NA RUA DO COMÉRCIO E RUA FRANCISCO NAVA, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, CONFORME AS CONDIÇÕES TÉCNICAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09:00 do dia 06/09/2019.

Abertura dos Envelopes: Às 09:30 do dia 06/09/2019.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: [compras@arroiotrinta.sc.gov.br](mailto:compras@arroiotrinta.sc.gov.br) ou através do Site: [www.arroiotrinta.sc.gov.br](http://www.arroiotrinta.sc.gov.br).

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 21 de agosto de 2019.

Claudio Spricigo  
Prefeito Municipal

## TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0088/2019

Publicação Nº 2131411

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

Processo Administrativo Nº 0145/2019 - DL  
Dispensa por Justificativa Nº 0088/2019 - DL

### TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Prefeito de Arroio Trinta, senhor Claudio Spricigo, considerando a decisão proferida pela Comissão designada através do Decreto nº 1893/2018, bem como o parecer favorável emitido pela assessoria jurídica, e tendo constatado que o procedimento atendeu à legislação pertinente em toda sua tramitação, com fundamento no Art. 43º, VI da Lei 8.666/93, resolve:

RATIFICAR a presente Dispensa por Justificativa, do tipo Menor preço por item, embasada no Art. 24, inc. II da Lei 8.666/93 e tendo como objeto Aquisição de pernoites em hotel para a equipe de arbitragem e membros da FCBB - Federação Catarinense de Bocha e Bolão que atuarão na organização do Campeonato Catarinense "Taça de Prata" em Arroio Trinta de 22 a 25 de agosto de 2019, nestes termos: Proponente que apresentou o menor preço e seu respectivo item:

2369 - SITIO HOTEL SAN GHERMANN LTDA (83.136.747/0001-07)

Item	Material/Serviço	Unid.	Quant.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	33221 - Pernoites para Arbitragem e Membros da Federação Catarinense de Bocha e Bolão 23 Pernoites com café da manhã	Un	18	85,00	1.530,00
Total (R\$):					1.530,00

Emita-se a nota de empenho ou, sendo o caso, o respectivo contrato, publicando-se em seguida.

Arroio Trinta - SC, 20 de agosto de 2019

Claudio Spricigo.

Prefeito de Arroio Trinta.

## TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0090/2019

Publicação Nº 2130798

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

Processo Administrativo Nº 0148/2019 - DL  
Dispensa por Justificativa Nº 0090/2019 - DL

### TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Prefeito de Arroio Trinta, senhor Claudio Spricigo, considerando a decisão proferida pela Comissão designada através do Decreto nº 1893/2018, bem como o parecer favorável emitido pela assessoria jurídica, e tendo constatado que o procedimento atendeu à legislação pertinente em toda sua tramitação, com fundamento no Art. 43º, VI da Lei 8.666/93, resolve:

RATIFICAR a presente Dispensa por Justificativa, do tipo Menor preço Por item, embasada no Art. 24, inc. II da Lei 8.666/93 e tendo como objeto Aquisição de um kit de embreagem completo (disco, platô e rolamento) para o Caminhão Ford Cargo placas MGA 5914, utilizado pela Secretaria de Infraestrutura, nestes termos:

Proponentes que apresentaram o menor preço e seus respectivos itens:

1782 - MECANICA GEMELI LTDA - ME (05.453.882/0001-64)

Item	Material/Serviço	Unid.	Quant.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	33222 - Kit de embreagem (disco platô e rolamento) reforçado instalado.	Un	1	3.920,00	3.920,00
2	25377 - Mão de obra	Un	1	500,00	500,00
Total Geral					4.420,00

Emita-se a nota de empenho ou, sendo o caso, o respectivo contrato, publicando-se em seguida.

Arroio Trinta - SC, 21 de agosto de 2019.

Claudio Spricigo

Prefeito de Arroio Trinta

## TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 0009/2019

Publicação Nº 2131359

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA  
GABINETE DO PREFEITO

Processo Administrativo Nº 0135/2019 - IL  
Inexigibilidade Nº 0009/2019 - IL

### TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Prefeito de Arroio Trinta, senhor Claudio Spricigo, considerando a decisão proferida pela Comissão designada através do Decreto nº 1893/2018, bem como o parecer favorável emitido pela assessoria jurídica, e tendo constatado que o procedimento atendeu à legislação pertinente em toda sua tramitação, com fundamento no Art. 43º, VI da Lei 8.666/93, resolve:

RATIFICAR a presente Inexigibilidade, embasada no Art. 25, inc. II da Lei 8.666/93 e tendo como objeto CONTRATAÇÃO DE ADVOGADO ESPECIALISTA EM DIREITO ADMINISTRATIVO PARA O ACOMPANHAMENTO E PROPOSITURA DOS RECURSOS PERTINENTES, PERANTE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA E STJ NOS AUTOS DO PROCESSO Nº 0300913-93.2017.8.24.0057, nestes termos:

Proponentes que apresentaram o menor preço e seus respectivos itens:

3756 - Alessandro Mueller (761.296.089-34)

Item	Material/Serviço	Un. Med.	Qtd.	Vlr. Un.	Vlr. Total
1	33037 - Acompanhamento e propositura dos recursos pertinentes, perante o TJSC e STJ, nos autos do processo nº 0300913-93.2017.8.24.0057	SV	1	17.300,00	17.300,00
Total Geral					17.300,00

Emita-se a nota de empenho ou, sendo o caso, o respectivo contrato, publicando-se em seguida.

Arroio Trinta - SC, 02 de agosto de 2019.

Claudio Spricigo.

Prefeito de Arroio Trinta.

# Arvoredo

## PREFEITURA

### LICITAÇÃO 029/2019

Publicação Nº 2131833

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ARVOREDO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº029/2019  
PREGÃO Nº019/2019

Alceu Somensi, Prefeito Municipal – em exercício, do Município de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação na modalidade pregão, na forma presencial, do tipo menor preço por item, objetivando a contratação de empresa que disponibilize profissional médico para atuar como regulador, na autorização online em tempo integral do sistema SISREG. A presente licitação será regida pela Lei federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, especialmente o Decreto nº 439, de 06 de março de 2007. A sessão de processamento do Pregão de forma presencial será realizada, na Prefeitura Municipal, à Rua do Comércio, nº 183, na sala da Gerência de Administração e Gestão, com o protocolo dos envelopes da documentação e proposta preço e credenciamento dos licitantes presentes até as 08h30min do dia 03 de setembro de 2019. Na mesma data, após o credenciamento, será instalada a sessão do pregão, com as formalidades legais previstas. Cópias na íntegra do presente Edital e esclarecimentos poderão ser obtidas junto a Comissão de Licitações de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:00 horas, ou pelo fone (49) 3356 3000 na Gerência Municipal de Administração e Gestão, e no site [www.arvoredo.sc.gov.br](http://www.arvoredo.sc.gov.br).

Arvoredo, 21 de agosto de 2019.  
Alceu Somensi  
Prefeito Municipal – em exercício.

# Ascurra

## PREFEITURA

### LEI COMPLEMENTAR 216/2019

Publicação Nº 2131136

LEI COMPLEMENTAR Nº 216, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

ALTERA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 65/2006, QUE DISPÕE SOBRE O QUADRO DE PESSOAL SOB A FORMA DE EMPREGO PÚBLICO DO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA (PSF), A FIM DE ALTERAR O VALOR DA INDENIZAÇÃO POR ATIVIDADE ESPECIAL DOS MÉDICOS, CRIAR UM CARGO DE MÉDICO GERAL COMUNITÁRIO, DOIS DE ENFERMEIRO – PSF, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAIRTON ANTÔNIO POSSAMAI, Prefeito Municipal de Ascurra. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 2º da Lei Complementar n. 65/2006 passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 2º [...]

§ 2º A remuneração do médico geral comunitário 40 horas, integrante das equipes de PSF, em face das características diferenciadas e condições especiais de atuação, será a do salário previsto no Anexo I desta lei, adicionado da Indenização por Atividade Especial por exercício da função, vedada a incorporação desta à remuneração do eventual cargo efetivo ocupado no quadro permanente.

§ 3º O valor máximo da indenização por Atividade Especial, prevista no parágrafo anterior, será de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). [...]

Art. 2º Ficam criados na Tabela 1 – Dos Empregos, constante no Anexo I da Lei Complementar n. 65/2006, mais 1 (UMA) vaga de emprego público de MÉDICO GERAL COMUNITÁRIO, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, e mais 2 (DUAS) vagas de emprego público de ENFERMEIRO - PSF, com carga horária de 20 horas semanais cada, nos termos seguintes:

#### ANEXO 1

#### 1. DOS EMPREGOS

##### EMPREGO PÚBLICO

EMPREGO PÚBLICO	Nº DE VAGAS	SALÁRIO BASE	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Médico Geral Comunitário	01	R\$ 6.653,08	20 horas
Enfermeiro – PSF	02	R\$ 1.806,93	20 horas

Art. 3º Fica extinto na Tabela 1 – Dos Empregos, constante no Anexo I da Lei Complementar n. 65/2006, 1 (uma) vaga emprego público de ENFERMEIRO - PSF, com carga horária de 40 horas semanais cada, restando duas vagas do referido emprego público.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra/SC, 15 de agosto de 2019.

LAIRTON ANTÔNIO POSSAMAI

Prefeito



# Balneário Piçarras

## PREFEITURA

### ATA PP 007/2019 FME

Publicação Nº 2130986

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 012/2019 FME  
PREGÃO PRESENCIAL 007/2019 FME  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS  
HOMOLOGADO 20/08/2019

Aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove o MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS por meio do(a) FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE BALNEÁRIO PICARRAS, pessoa jurídica de direito público, situado na 700 - ALEXANDRE GUILHERME FIGUEREDO Nº. 68, CENTRO, cidade de Balneário Piçarras, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 19.572.240/0001-99, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 7/2019, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REFERENTE A ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, VISANDO A AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR, FÓRMULA INFANTIL E ALIMENTOS SEM GLÚTEN E SEM LACTOSE PARA SEREM DISTRIBUÍDOS AOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS NO ANO LETIVO DE 2019, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame.

MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE S/A – R\$ 14.700,00

MOMM COMERCIO DDE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA – EPP – R\$ 11.750,00

ROSAR ALIMENTOS LTDA EPP – R\$ 48.725,00

SUPERMERCADO E DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS COSTÃO – R\$ 41.550,00

Balneário Piçarras, 20 de agosto de 2019

LAURECI BERNADETE SCHNEIDER PEREIRA – Gestora do Fundo Municipal de Educação

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2019 – PMBP PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2019 – PMBP SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 2131560

#### PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2019 – PMBP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2019 – PMBP

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

#### MULTIENTIDADE

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão Presencial para Registro de Preços, tipo MENOR PREÇO POR TAXA DE TRANSAÇÃO para Registro de preços visando à futura Registro de preços visando à futura contratação de empresa para prestação de Serviços Especializados de Agenciamento para Fornecimento de Passagens Aéreas Nacionais e Internacionais e Passagens Rodoviárias Urbanas Estaduais e Interestaduais. Valor R\$ 108.500,00 cento e oito mil e quinhentos reais. Recebimento dos Envelopes até: 04/09/2019 às 09h. Data da Sessão Pública: 04/09/2019 às 09h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1655, Centro, Balneário Piçarras/SC. O edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras (SC), 21 de agosto de 2019. Leonel José Martins – Prefeito Municipal.

# Balneário Rincão

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 067/PMBR/2019

Publicação Nº 2131427

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 067/PMBR/2019

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

Data e horário da sessão de abertura: 05/09/2019 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para prestação de serviços de adaptação e caracterização do Veículo FORD/RANGER, pertencente a Polícia Civil do Município Balneário Rincão/SC, conforme especificações previstas no Termo de Referência Anexo ao Edital.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou através do endereço eletrônico: <http://balneariorincao.impactolicitacoes.com.br/#/publico/licitacoes> ou pelo site [www.balneariorincao.sc.gov.br](http://www.balneariorincao.sc.gov.br) no link Licitações/Editais.

Balneário Rincão – SC, 21 de Agosto de 2019.

Gisele Ferreira.

Pregoeira

# Bandeirante

## CÂMARA MUNICIPAL

### DECRETO LEGISLATIVO N. 014/2019

Publicação Nº 2130707

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 014/2019

Dispõe sobre a aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, referente ao exercício financeiro de 2017, e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovadas as contas do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, referente ao exercício financeiro de 2017, acatando Parecer Prévio n. 34/2018, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Processo PCP 18/00251634, e Parecer n. 003/2019, da Comissão Permanente de Justiça, Redação, Finanças e Orçamento.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 20 de Agosto de 2019.

CLAUDINEI ZIMMERMANN

Presidente da Câmara Municipal

**Barra Bonita****PREFEITURA****CONTRATO Nº39/2019**

Publicação Nº 2131093

MUNICIPIO DE BARRA BONITA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 39/2019  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 44/2019

DATA CONTRATO: 7 de agosto de 2019.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BARRA BONITA - Estado Santa Catarina, com endereço Avenida BUENOS AIRES, nº 600, inscrito no CNPJ/MF nº 01.612.527/0001-30, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr. MOACIR PIROCA, portador do CI/RG nº 1151263, CPF/MF nº 422.722.709-72.

CONTRATADO: E.B. INSTALACOES ELETRICAS LTDA., Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 00.212.337/0001-62, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. NADIA MARA AUGUSTINI, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 066.038.419-16, com endereço à RODOVIA SC 386 KM 26, , Distrito Industrial - 89.910-000, Descanso - SC.

OBJETO: EXECUÇÃO DE PROJETO ELÉTRICO REFERENTE A IMPLANTAÇÃO DE SE DE 112,5KVA/25KV EM POSTE SIMPLES DE CONCRETO DT DE 11M/600DAN COM MEDIÇÃO EM CABINE DE ALVENARIA PADRÃO CELESC.

VALOR: Pela execução dos serviços, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$0,00 (zero), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º.

EXECUÇÃO: Prazo para execução do contrato será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência do CONTRATO é de até 4 ( quatro ) meses, a partir da sua assinatura.

MOACIR PIROCA  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE

NADIA MARA AUGUSTINI  
E.B. INSTALACOES ELETRICAS LTDA.  
CONTRATADA

**EDITAL PREGÃO Nº70/2019**

Publicação Nº 2130625

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 70/2019  
EDITAL DE PREGÃO RP Nº 70/2019

O Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão Presencial para Registro de Preço, objetivando a Aquisição de Equipamentos para Programa Internet Comunitária conforme especificações anexas.. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 3 de setembro de 2019. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 21 de agosto de 2019.

MOACIR PIROCA  
Prefeito

**LEI COMPLEMENTAR Nº68/2019**

Publicação Nº 2131088



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BARRA BONITA**  
Av. Buenos Aires, nº 600 – Centro  
Barra Bonita/SC 89909-000  
CNPJ: 01.612.527/0001-30 Fone: (49)3649-0004

**LEI COMPLEMENTAR Nº68/2019.**

Institui a Política Municipal do Meio Ambiente e o Sistema Municipal de proteção, controle, fiscalização, melhoria da qualidade e licenciamento ambiental, cria o Fundo Municipal do Meio Ambiente e dá outras providências

**MOACIR PIROCA**, PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA BONITA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade aos incisos I e III do artigo 73 da Lei Orgânica Municipal de 11 de dezembro de 1997.

**FAZ SABER** a todos os habitantes do Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I - DAS CONCEITUAÇÕES E DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** A presente lei regulamenta a Política Municipal do Meio Ambiente e o Sistema Municipal de proteção, controle, fiscalização, melhoria da qualidade e licenciamento ambiental, cria o Fundo Municipal do Meio Ambiente, respeitadas as competências da União e do Estado, visa a assegurar, no Município de BARRA BONITA, condições ao desenvolvimento socioeconômico e proteção da dignidade da vida humana.

**Art. 2º** Esta Lei tem por princípios:

**I** - A ação do Município de BARRA BONITA, autonomamente ou em colaboração com os municípios vizinhos, o Estado e a União, na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;

**II** - A racionalização do uso do solo, subsolo, da água e do ar;

**III** - O planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais do Município;

**IV** - A proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;

**V** - O controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;

**VI** - O acompanhamento do estado da qualidade ambiental;

**VII** - A recuperação de áreas degradadas e proteção de áreas ameaçadas de degradação;

**VIII** - A educação ambiental em todos os níveis do ensino, precipuamente na educação básica e ensino fundamental, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BARRA BONITA**  
**Av. Buenos Aires, nº 600 – Centro**  
**Barra Bonita/SC 89909-000**  
**CNPJ: 01.612.527/0001-30 Fone: (49)3649-0004**

**Parágrafo único.** As diretrizes para a proteção e melhoria da qualidade ambiental serão formuladas em instruções normativas do órgão municipal ambiental, resoluções do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA e em planos administrativos, destinados a orientar a ação do governo municipal.

**Art. 3º** Para os fins previstos nesta Lei, serão adotadas as seguintes definições:

**I - esgoto sanitário:** é a água residuária de atividade higiênica, de limpeza e/ou de despejo industrial;

**II - meio ambiente:** é a interação dos fatores físicos, químicos e biológicos que condicionam a existência de seres vivos e de recursos naturais e culturais;

**III - poluição:** é degradação da qualidade ambiental é a alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de energia ou substâncias sólidas, líquidas ou gasosas, ou a combinação de elementos produzidos por atividades humanas ou delas decorrentes, em níveis capazes que direta ou indiretamente:

- a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem estar da população;
- b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;
- c) afetem desfavoravelmente a biota;
- d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;
- e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

**IV - recursos naturais:** são o ar atmosférico, as águas superficiais e subterrâneas, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera e demais componentes dos ecossistemas, com todas as suas inter-relações necessárias à manutenção do equilíbrio ecológico.

## **CAPÍTULO II - DO SISTEMA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**

**Art. 4º** O Sistema Municipal do Meio Ambiente é composto por órgãos e entidades do Município, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, assim estruturado:

**I- órgão consultivo e deliberativo:** Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, com a função de assessorar, estudar e propor ao poder executivo as diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais, e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida;



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BARRA BONITA**  
**Av. Buenos Aires, nº 600 – Centro**  
**Barra Bonita/SC 89909-000**  
**CNPJ: 01.612.527/0001-30 Fone: (49)3649-0004**

**II** - órgão executor: Departamento Ambiental ou outro órgão com a atribuição de planejar, coordenar, supervisionar, controlar, fiscalizar e executar a Política Municipal do Meio Ambiente e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente;

**III**- órgãos auxiliares: todas as secretarias, autarquias, fundações e outros órgãos municipais, nas suas respectivas áreas de atuação, responsáveis pela execução, controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental.

### **SEÇÃO ÚNICA - DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE**

**Art. 5º** O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, com a função de assessorar, estudar e propor ao poder executivo as diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais, e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida, compete:

**I** - fiscalizar as ações do órgão ambiental municipal e a utilização do Fundo Municipal do Meio Ambiente;

**II** - estudar, propor e atualizar a Política Municipal do Meio Ambiente;

**III** - zelar pelo pleno cumprimento da Política Ambiental;

**IV** - apresentar ao poder executivo sugestões sobre:

**a)** diretrizes de desenvolvimento ambiental do Município;

**b)** alterações nas leis de uso do solo no Município;

**c)** coleta e tratamento de resíduos de qualquer natureza;

**d)** instalação ou expansão de empreendimentos de qualquer natureza, potencialmente causadores de impacto ambiental, em qualquer magnitude;

**e)** uso e proteção dos recursos hídricos;

**f)** imunização do corte de árvores ou áreas de relevante interesse ecológico e paisagístico;

**V** - propor campanhas educativas para formar consciência pública da necessidade de proteger, conservar e melhorar o meio ambiente;

**VI** - propor e acompanhar a implantação de novas unidades de conservação e assessorar a efetiva implantação das existentes;





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BARRA BONITA**  
**Av. Buenos Aires, nº 600 – Centro**  
**Barra Bonita/SC 89909-000**  
**CNPJ: 01.612.527/0001-30 Fone: (49)3649-0004**

**VII** - manter intercâmbio com órgãos da administração federal, estadual e municipal, e com entidades não governamentais para receber e fornecer subsídios técnicos, úteis na defesa e recuperação do meio ambiente;

**VIII** - decidir, em grau de recurso, como última instância administrativa, sobre multas e outras penalidades impostas pelo órgão municipal ambiental;

**IX** - responder consultas sobre matéria de sua competência, orientando os interessados e a população sobre as normas de proteção ambiental;

**X** - acompanhar, examinar e opinar sobre a implementação de normas, políticas e legislação referentes ao meio ambiente no Município;

**XI** - Estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente, observada a legislação federal e estadual, com vistas ao uso racional dos recursos ambientais;

**XII** - Deliberar sobre a realização de estudos das alternativas e das possíveis consequências ambientais de projetos públicos ou privados, requisitando aos órgãos envolvidos as informações necessárias;

**XIII** - Propor e participar na elaboração de campanhas educativas relativas a problemas de saneamento básico, despoluição da água, ar e do solo, combate a vetores, proteção da fauna e da flora;

**XIV** - sempre que cientificado de ações degradadoras do meio ambiente, propor providências cabíveis à sua recuperação

**XV** - elaborar e alterar seu regimento interno.

**Art. 6º** O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA observará em sua composição a paridade de cinquenta por cento de representantes do Poder Público e cinquenta por cento de representantes da sociedade civil organizada, e para cada representante titular haverá um suplente, nomeados por Ato do Poder Executivo.

**§ 1º** As entidades que irão compor o Conselho serão definidas no Regimento Interno, estatuído por Decreto do Poder Executivo, desde que sem fins lucrativos e que estejam vinculadas, por qualquer maneira, à atividade de proteção, educação, fiscalização e/ou melhoria da qualidade ambiental no Município de BARRA BONITA ou no Estado de Santa Catarina.

**§ 2º** A inclusão ou exclusão de entidades componentes do COMDEMA, somente será possível mediante aprovação por maioria absoluta dos componentes do Conselho.

**Art. 7º** - O COMDEMA manterá com os órgãos das administrações municipal, estadual e federal, bem como os não governamentais, intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para a defesa e recuperação do meio ambiente.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BARRA BONITA**  
**Av. Buenos Aires, nº 600 – Centro**  
**Barra Bonita/SC 89909-000**  
**CNPJ: 01.612.527/0001-30 Fone: (49)3649-0004**

**Art. 8º** - O mandato dos membros do COMDEMA será de dois anos, podendo ser reconduzidos.

**Art. 9º** - O exercício das funções de membros do COMDEMA será gratuito e considerado como prestação de serviços relevantes ao Município.

### **CAPÍTULO III - DOS INSTRUMENTOS**

**Art. 10.** São Instrumentos da Política Municipal do Meio Ambiente:

**I** - O Fundo Municipal de Meio Ambiente;

**II** - A educação ambiental;

**III** - O Sistema de Informações Municipais, nos termos da Lei do Plano Diretor;

**IV** - O estabelecimento de padrões de qualidade ambiental;

**V** - A celebração de convênios e termos de cooperação técnica;

**VI** - A avaliação de impacto ambiental;

**VII** - O licenciamento, a rescisão e a revogação de atividades efetiva e potencialmente poluidoras;

**VIII** - A fiscalização e aplicação de penalidades;

**IX** - O Sistema Municipal de Unidades de Conservação;

**X** - A criação e implantação de projetos e programas ambientais;

**XI** - As auditorias realizadas pelo órgão ambiental municipal ou com a sua autorização expressa;

**XII** - cadastro técnico de atividades e instrumentos de defesa ambiental.

**Art. 11.** As atividades industriais, comerciais e de prestação de serviços deverão ser dotadas de meios e sistemas de segurança contra acidentes que possam pôr em risco a saúde pública ou o meio ambiente, por meio de Planos de Controle Ambientais – PCA's, na forma da legislação vigente.

### **SEÇÃO ÚNICA - DOS CONVÊNIOS**



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BARRA BONITA**  
**Av. Buenos Aires, nº 600 – Centro**  
**Barra Bonita/SC 89909-000**  
**CNPJ: 01.612.527/0001-30 Fone: (49)3649-0004**

**Art. 12.** O Município de BARRA BONITA poderá celebrar convênios com órgãos dos governos federal e estadual com vistas à execução e fiscalização de serviços, na forma da legislação vigente.

§ 1º Poderá ser formalizar apoio e cooperação técnica e institucional com órgãos públicos e privados visando à aplicação da Política Municipal do Meio Ambiente, e à aplicação das legislações ambientais federal, estadual e municipal.

§ 2º Poderá integrar Consorcio Público na forma da legislação vigente visando à aplicação da Política Municipal do Meio Ambiente, e à aplicação das legislações ambientais federal, estadual e municipal.

#### **CAPÍTULO IV – DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**

**Art. 13.** Fica instituído o Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMMA, cujo objetivo é apoiar o desenvolvimento de ações que pela gestão racional e sustentável dos recursos naturais do Município, colaborem para que os munícipes, das presentes e futuras gerações, tenham adequada qualidade de vida através do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

**Parágrafo único.** O desenvolvimento dos programas e diretrizes de trabalho relacionados ao meio ambiente serão coordenados pela Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e a Diretoria Ambiental e pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA.

**Art. 14.** Constituem recursos financeiros do Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMMA:

- I** – as dotações constantes do orçamento geral do município;
- II** – taxas e tarifas previstas em Lei;
- III** – créditos adicionais suplementares a ele destinados;
- VI** – as contribuições, subvenções e auxílios de órgãos da administração direta e indireta, federal, estadual e municipal;
- V** – as receitas oriundas de convênios, acordos e contratos celebrados entre o município e instituições públicas e privadas, cuja execução seja, da competência do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA ou da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável;
- VI** – as dotações recebidas de pessoas físicas ou jurídicas ou de organismos públicos nacionais ou estrangeiros;
- VII** – o produto da alienação de material ou equipamento inservíveis;
- VIII** – a remuneração oriunda de aplicações financeiras;



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BARRA BONITA**  
**Av. Buenos Aires, nº 600 – Centro**  
**Barra Bonita/SC 89909-000**  
**CNPJ: 01.612.527/0001-30 Fone: (49)3649-0004**

**IX** – produtos de taxas, preços públicos ou reembolso de despesas relativas a licenças ambientais emitidas pelo município;

**X** – as multas aplicadas por infração à legislação ambiental;

**XI** – as multas aplicadas através de Termo de Ajustamento de Conduta entre o município e o particular, com ou sem a anuência do Ministério Público, nos casos de regularização de Loteamentos ou Desmembramentos;

**XII** – preços públicos cobrados pela prestação de serviços ambientais, pela análise de projetos ambientais e pela prestação de informações ou pareceres sobre matéria ambiental;

**XIII** – reembolsos por serviços prestados, por treinamentos ou cursos de capacitação e pela venda de produtos, sempre relacionados à sua finalidade principal;

**XIV** – indenizações decorrentes de cobranças judiciais e extrajudiciais motivadas pelo parcelamento irregular ou clandestino ou ocupação indevida do solo urbano;

**XV** – condenações judiciais, cíveis, administrativas ou criminais, de pessoas físicas ou empreendimentos sediados no município ou que afetem o território municipal, decorrentes de atos ilícitos praticados contra o meio ambiente;

**XVI** – compensação financeira ambiental;

**XVII** – outras receitas especificamente destinadas ao Fundo.

**§ 1º** As receitas descritas neste artigo serão depositadas em conta específica do Fundo, mantida em instituição financeira oficial instalada no Município.

**§ 2º** Quando não estiverem sendo utilizados em suas finalidades próprias, os recursos do fundo poderão ser aplicados no mercado de capitais, objetivando o aumento das receitas do Fundo, cujos resultados a ele se reverterão.

**§ 3º** O saldo financeiro do FMMA, apurado em balanço ao final de cada exercício, será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo Fundo.

**§ 4º** A dotação prevista no Orçamento Municipal será automaticamente transferida para a conta do FMMA, tão logo os recursos pertinentes estejam disponíveis.

**Art. 15.** Os recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente – FMMA serão aplicados na execução de projetos e atividades que visem:

**I** – custear e financiar as ações de controle, fiscalização e defesa do Meio Ambiente, exercidas pelo Poder Público Municipal;



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BARRA BONITA**  
**Av. Buenos Aires, nº 600 – Centro**  
**Barra Bonita/SC 89909-000**  
**CNPJ: 01.612.527/0001-30 Fone: (49)3649-0004**

**II** – financiar planos, programas, projetos e ações, governamentais ou privados, de interesse ambiental e sem fins lucrativos, que visem:

**a)** proteção, recuperação, conservação de recursos naturais no Município ou estímulo a seu uso sustentado;

**b)** capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos em questões ambientais, podendo, para tanto, celebrar convênios com entidades filantrópicas, governamentais ou privadas sem fins lucrativos;

**c)** desenvolvimento de projetos de capacitação, educação e sensibilização voltados à melhoria da consciência ambiental, inclusive realização de cursos, congressos e seminários;

**d)** combate à poluição, em todas as suas formas, melhoria do esgotamento sanitário e destinação adequada de resíduos urbanos, industriais e da construção civil;

**e)** gestão, manejo, criação e manutenção de unidades de conservação municipais ou de outras áreas de interesse ambiental relevante, inclusive áreas verdes, parques, praças e áreas remanescentes;

**f)** desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas voltadas à melhoria ambiental e à construção do processo de sustentabilidade do município;

**g)** desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações constantes na Política Municipal de Meio Ambiente;

**h)** desenvolvimento de turismo sustentável e ecologicamente equilibrado;

**III** - aquisição de material permanente e de consumo e de outros instrumentos necessários à execução de atividades inerentes à política municipal de meio ambiente;

**IV** – contratação de serviços de terceiros, inclusive assessoria técnica e científica, para elaboração e execução de programas e projetos;

**V** – incentivo ao uso de tecnologia ecologicamente equilibrada e não agressiva ao ambiente;

**VI** – apoio à implantação e manutenção do cadastro de atividades econômicas, que utilizem ou degradem os recursos ambientais do Município e manutenção de um sistema de informações referentes ao meio ambiente e controle urbano, mediante a coleta e a catalogação de dados e informações e a construção de banco de dados;

**VII** – atendimento de despesas diversas, de caráter de urgência e inadiáveis, necessárias à execução política municipal de meio ambiente;



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BARRA BONITA**  
**Av. Buenos Aires, nº 600 – Centro**  
**Barra Bonita/SC 89909-000**  
**CNPJ: 01.612.527/0001-30 Fone: (49)3649-0004**

**VIII** – pagamentos de despesas relativas a valores e contrapartidas estabelecidas em convênios e contratos com órgãos públicos e privados de pesquisa e proteção ambiental;

**IX** – outras ações de interesse e relevância pertinentes à proteção, recuperação e conservação ambientais do Município.

**§ 1º** O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA editará resolução estabelecendo os termos de referência, os documentos obrigatórios, a forma e os procedimentos para apresentação e aprovação de projetos a serem apoiados pelo Fundo Municipal de Meio Ambiente, assim como a forma, o conteúdo e a periodicidade dos relatórios financeiros e de atividades e das prestações de contas que deverão ser apresentados pelos beneficiários.

**§ 2º** Não poderão ser financiados pelo Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMMA, projetos incompatíveis com quaisquer normas, critérios ou políticas municipais de preservação e proteção ao meio ambiente.

**Art. 16.** Compete ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA estabelecer as diretrizes, prioridades e programas de alocação dos recursos do fundo, em conformidade com a Política Municipal do Meio Ambiente obedecidas as diretrizes estaduais e federais.

**Art. 17.** O fundo será administrado pela Secretaria de Desenvolvimento Sustentável observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA.

**Art. 18.** O Fundo Municipal do Meio Ambiente somente poderá ser extinto:

**I** – mediante Lei Municipal, após demonstração administrativa ou judicial de que ele não vem cumprindo com seus objetivos; ou

**II** – mediante decisão judicial.

**Parágrafo único.** O patrimônio eventualmente apurado quando de sua extinção e as receitas de seus direitos creditórios serão absorvidos pelo Poder Público Municipal, na forma como a Lei ou decisão judicial, se for o caso, dispuser.

**Art. 19.** Os demonstrativos financeiros do FMMA obedecerão ao disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e às normas do Tribunal de Contas do Estado.

**Art. 20.** Os casos omissos relativos ao Fundo Municipal do Meio Ambiente, serão regulamentadas por Decreto do Poder Executivo, ouvido o Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA.

**CAPITULO V – DO ÓRGÃO AMBIENTAL MUNICIPAL**



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BARRA BONITA**  
Av. Buenos Aires, nº 600 – Centro  
Barra Bonita/SC 89909-000  
CNPJ: 01.612.527/0001-30 Fone: (49)3649-0004

**Art. 21.** A execução da política ambiental municipal será efetivada pelo setor de Meio Ambiente, vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura na forma da Lei Municipal nº01/1997.

## **CAPITULO VI - DAS CONDIÇÕES FÍSICAS**

### **SEÇÃO I - DA PROTEÇÃO DAS ÁGUAS**

**Art. 22.** As águas interiores situadas no Município de BARRA BONITA são classificadas segundo a resolução 357/2005 do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, ou norma posterior que a substitua.

**Art. 23.** É vedado o lançamento de efluentes de qualquer natureza e de esgotos urbanos, rurais e industriais sem o devido tratamento, em qualquer curso d'água do Município de BARRA BONITA.

**Parágrafo único.** É proibido o lançamento de qualquer resíduo sólido, assim como resíduos provenientes da suinocultura e de matadouros, nos corpos d'água do Município de BARRA BONITA.

**Art. 24.** As edificações de uso industrial e/ou as estruturas e depósitos de armazenagem de substâncias capazes de causar riscos aos recursos hídricos deverão ser dotadas de dispositivos de segurança e prevenção de acidentes, de acordo com a legislação vigente e as normas técnicas, respeitando as áreas de proteção permanente previstas no Código Florestal Nacional.

**Art. 25.** Para os padrões de qualidade da água no Município de BARRA BONITA e de emissão de efluentes líquidos, será seguido o estipulado na resolução 357/2005 do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, ou norma posterior que substituí-la.

### **SEÇÃO II – DA PROTEÇÃO DO SOLO**

**Art. 26.** Toda atividade de exploração de recursos naturais não renováveis, bem como a exploração de areia, pedras e cascalho nos leitos dos rios, subsolo e outros, fica condicionada à apresentação de Avaliação de Impacto Ambiental, conforme disposto na resolução 001/1986 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, ou outra que vier a substituí-la.

**Parágrafo único.** Em havendo degradação ou qualquer outra atividade ou obra considerada prejudicial ao meio ambiente, o agente infrator ou aquele que fizer funcionar o empreendimento, econômico ou não, deverá proceder às suas custas a recuperação da área, por meio de implantação de projeto de Recuperação de Áreas Degradadas, submetido à aprovação do órgão ambiental municipal.

### **SEÇÃO III - DA PROTEÇÃO ATMOSFÉRICA**

**Art. 27.** É proibida a queima ao ar livre de resíduos sólidos, líquidos ou de qualquer outro material combustível.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BARRA BONITA**  
**Av. Buenos Aires, n° 600 – Centro**  
**Barra Bonita/SC 89909-000**  
**CNPJ: 01.612.527/0001-30 Fone: (49)3649-0004**

**Art. 28.** Ficam estabelecidos os padrões de qualidade do ar nos termos contidos na resolução 03/1990, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, ou outra que a substituir.

**Art. 29.** Os padrões de emissões atmosféricas no Município de BARRA BONITA seguirão os padrões estabelecidos pela resolução 08/1990, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, ou outra que vier a substituí-la.

**Art. 30.** Compete ao órgão ambiental municipal, sem prejuízo da atribuição de outros órgãos estaduais ou federais legitimados, a fiscalização do cumprimento do padrão da qualidade do ar e emissões atmosféricas.

## **CAPÍTULO V - DAS ÁREAS DE PROTEÇÃO ESPECIAL E DAS ZONAS DE RESERVA AMBIENTAL**

### **SEÇÃO I - DAS ÁREAS DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE**

**Art. 31.** As áreas de preservação ambiental são as constantes na Lei do Zoneamento Municipal.

§ 1º O Poder Executivo Municipal poderá criar unidades de conservação municipais em BARRA BONITA, em conformidade com a lei federal 9.985/2000, que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC.

§ 2º O ato de criação das unidades de conservação deverá conter diretrizes para a regularização fundiária, demarcação e fiscalização adequada, bem como a indicação da respectiva área do entorno e estrutura de funcionamento.

**Art. 32.** O Sistema Municipal de Unidades de Conservação deve ser integrado aos sistemas estadual e nacional.

**Art. 33.** A alteração adversa, a redução da área ou a extinção das unidades de conservação somente será possível mediante lei municipal.

**Art. 34.** O Município poderá reconhecer, na forma da lei, unidades de conservação de domínio privado.

**Parágrafo único.** O Município pode estimular e acatar iniciativas comunitárias para criação de unidades de conservação municipais.

**Art. 35.** É proibido o corte raso das florestas, a exploração de pedreiras, macadame e barro, e outras atividades que degradem os recursos naturais e a paisagem nas faixas de terras dos locais adjacentes às unidades de conservação municipais, estaduais e federais.

### **SEÇÃO II - DAS QUEIMADAS**



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BARRA BONITA**  
Av. Buenos Aires, nº 600 – Centro  
Barra Bonita/SC 89909-000  
CNPJ: 01.612.527/0001-30 Fone: (49)3649-0004

**Art. 36.** É proibido promover queimadas no Município de BARRA BONITA.

**Art. 37.** A utilização de fogo nas atividades agropastoris e florestais obedecerá ao decreto federal 2.661/1998, e alterações.

### **SEÇÃO III - DA PROTEÇÃO DA COBERTURA VEGETAL**

**Art. 38.** O Município de BARRA BONITA, por meio do órgão ambiental municipal, fiscalizará, no território municipal, o cumprimento do Código Florestal Nacional, da Lei n. 11.428/2006 e do Decreto Federal n. 6.660/2008, e alterações.

**§1º** Para efetuar o desmatamento ou corte eventual de árvores de espécie nativa, para qualquer finalidade, o proprietário do imóvel solicitará autorização ao órgão municipal ambiental.

**§2º** Como forma de compensação ambiental ao corte, desde que respeitada a legislação federal e estadual vigentes, a autorização poderá ser condicionada ao replantio de espécies nativas em locais e quantidades definidos pelo órgão ambiental municipal, conforme o impacto ambiental gerado.

**§3º** Nos parcelamentos de solo para fins urbanos, desde que respeitada a legislação federal e estadual vigentes, o corte da vegetação na área interna aos lotes somente será autorizado quando for iniciada a construção das edificações.

### **SEÇÃO IV - DO PARCELAMENTO DO SOLO**

**Art. 39.** A arborização de logradouros públicos deverá ser feita com espécies nativas e sob o espaçamento indicados pelo órgão ambiental municipal, desde que não haja outra legislação municipal específica sobre o tema.

**Art. 40.** A aprovação do parcelamento do solo urbano fica condicionada a anuência prévia do órgão ambiental municipal, ressalvada a competência estadual para o licenciamento ambiental.

### **SEÇÃO V - DA PROTEÇÃO À FAUNA**

**Art. 41.** O órgão ambiental municipal cooperará com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina – IMA e Polícia Militar Ambiental, na apreensão e/ou liberação de qualquer animal silvestre, encontrado preso em cativeiro sem licenciamento.

### **CAPÍTULO VI - DAS ATIVIDADES CAUSADORAS DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL**

**Art. 42.** O Município de BARRA BONITA adotará a classificação de atividades potencialmente poluidoras instituída nas Resoluções 13 e 14/2012 do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA, bem como de suas eventuais alterações



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BARRA BONITA**  
**Av. Buenos Aires, nº 600 – Centro**  
**Barra Bonita/SC 89909-000**  
**CNPJ: 01.612.527/0001-30 Fone: (49)3649-0004**

**Art. 43.** Os órgãos e entidades da administração pública direta ou indireta e os empreendimentos privados que exerçam atividades potencialmente causadoras de poluição compatibilizarão seus planos, projetos e programas de investimento com os dispositivos desta Lei.

## **CAPÍTULO VII - DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

**Art. 44.** A localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos e atividades que utilizam recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de degradação ou poluição ambiental, dependem de apresentação das licenças ambientais prévias - LAP, de instalação – LAI, e de operação - LAO, expedidas pelo órgão ambiental competente, bem como da aprovação dos projetos, acompanhados da avaliação de impacto ambiental ou dos relatórios de impacto ambiental.

**§ 1º** São empreendimentos e atividades sujeitos ao licenciamento ambiental pelo órgão ambiental municipal todas aquelas delegadas ao Município por meio de convênio pelos órgãos estaduais e/ou federais, sendo a licença expedida sempre em um único nível de competência.

**§ 2º** Cabe ao órgão ambiental municipal definir os critérios de exigibilidade, o detalhamento e as informações necessárias ao licenciamento ambiental de sua competência, levando em consideração as especificidades, os riscos ambientais, o porte e outras características do empreendimento ou atividade.

**§3º** O início das atividades dependerá da apresentação, pelo interessado, de outras licenças legalmente exigíveis.

**Art. 45.** O licenciamento de empreendimentos e atividades consideradas de significativo potencial de degradação ou poluição ambiental dependerá de Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto ambiental - EIA/RIMA, ao qual se dará publicidade, inclusive com a convocação de audiências públicas.

**Art. 46.** O órgão ambiental municipal, no exercício de sua competência, expedirá as seguintes licenças:

**a) Licença Ambiental Prévia - LAP,** concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de implementação;

**b) Licença Ambiental de Instalação – LAI,** que autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes que constituam o motivo determinante;

**c) Licença Ambiental de Operação – LAO,** que autoriza a operação de atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com adoção das medidas de controle ambiental e demais condicionantes exigidos para a operação.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BARRA BONITA**  
**Av. Buenos Aires, nº 600 – Centro**  
**Barra Bonita/SC 89909-000**  
**CNPJ: 01.612.527/0001-30 Fone: (49)3649-0004**

§1º As licenças ambientais poderão ser expedidas isoladas ou sucessivamente, de acordo com a natureza, características e fase do empreendimento ou atividade.

§2º O requerimento de licenciamento ambiental deverá ser dirigido ao órgão ambiental municipal e apresentado por escrito ou por meio de sistema eletrônico, na forma disciplinada pelo COMDEMA.

§3º O órgão ambiental municipal estabelecerá os prazos de validade de cada tipo de licença, especificando-o no respectivo documento, respeitando o cronograma de execução da atividade ou empreendimento, de acordo com a resolução 237/1997 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, ou outra que a substituir.

§4º O órgão ambiental municipal poderá adotar, com anuência do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, procedimentos simplificados de licenciamento ambiental para atividades ou empreendimentos de baixo potencial de degradação ambiental, desde que observada a legislação estadual e federal.

**Art. 47.** Para cada licenciamento será cobrada uma taxa destinada a cobrir os custos operacionais do órgão ambiental municipal, bem como a manutenção de sua estrutura física.

**Art. 48.** Poderão ser estabelecidas outras formas de cobrança para os licenciamentos de baixo potencial de degradação ambiental, com anuência do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA.

## **CAPÍTULO VIII – DAS TAXAS**

### **SEÇÃO I – DA TAXA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

**Art. 49.** Fica instituída a Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais.

§ 1º Serão cobradas taxas para cada licenciamento, visando cobrir os custos e despesas de análise das licenças ambientais, bem como a manutenção da estrutura física-operacional do órgão ambiental municipal para a realização de tal fim, na forma desta Lei Complementar.

§ 2º Poderão ser estabelecidas outras formas de cobrança para os licenciamentos de baixo potencial de degradação ambiental, com anuência do Conselho Municipal de Meio Ambiente.

**Art. 50.** A Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais tem como fato gerador o exercício do poder de polícia ou a prestação de serviços pelo órgão ambiental municipal, e será devida para:

**I** - Análise prévia com vistoria para concessão de autorizações ambientais (terraplanagem) e/ou licenças ambientais (licença prévia, licença de instalação e licença de operação);

**II** - Análise prévia para concessão de licenças simplificadas;



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BARRA BONITA**  
**Av. Buenos Aires, nº 600 – Centro**  
**Barra Bonita/SC 89909-000**  
**CNPJ: 01.612.527/0001-30 Fone: (49)3649-0004**

**III** - Autorização de corte de vegetação - AuC e reposição florestal;

**IV** - Autorização municipal simplificada de cortes de árvore;

**V** - Averbação de reserva legal;

**VI** - Licença ambiental para terraplenagem urbana e rural;

**VII** - Certidão de conformidade ambiental, mediante vistoria ou não;

**VIII** - Autorização ambiental.

§ 1º Os valores referentes à taxa que trata o presente artigo serão calculados e cobrados na forma estabelecida no Anexo Único.

§ 2º Os critérios do porte do empreendimento em relação ao potencial poluidor degradador serão estabelecidos pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente, que definirá por listagem as atividades potencialmente poluidoras.

§ 3º A determinação do valor da Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais, quantificação do serviço e cronograma de execução serão definidos quando da solicitação por parte do interessado.

§ 4º A cobrança dos serviços solicitados será realizada na hora do pedido, sendo que nenhum serviço será autorizado pelo responsável sem o comprovante do respectivo pagamento.

**Art. 48.** Na análise de licenças ambientais de que tratam os incisos I e II do artigo anterior será observado o seguinte:

**I** - A taxa exigida para as referidas atividades será graduada em função do porte e do potencial poluidor degradador, conforme Tabela 01 do Anexo Único da presente lei;

**II** - As Licenças Ambientais terão prazo de validade em conformidade com o que dispuser a legislação federal, estadual e/ou regulamentação. Caberá ao CONDER e/ou ao órgão responsável a regulamentação dos procedimentos de licenciamento ambiental e de mitigação dos prazos das licenças ambientais, inclusive simplificadas e das certidões de conformidade ambiental; e

**III** - A cobrança da análise dos pedidos de licenças ambientais será efetuada em cada uma das fases do processo de licenciamento, conforme determina a legislação em vigor.

**Art. 50.** O sujeito passivo da Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais é a pessoa física ou jurídica cuja atividade esteja sujeita às leis ambientais e que requerer serviço submetido à sua incidência ou for o destinatário do exercício do poder de polícia.

§1º Estão dispensados do pagamento das taxas de serviços ambientais previstos na presente lei, exceto quando o serviço prestado demandar análise técnica do CONDER:



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BARRA BONITA**  
**Av. Buenos Aires, nº 600 – Centro**  
**Barra Bonita/SC 89909-000**  
**CNPJ: 01.612.527/0001-30 Fone: (49)3649-0004**

**I** - Os órgãos e entidades integrantes da União e o Estado, inclusive suas fundações e autarquias;

**II** – Os órgãos da Administração Direta, fundações e autarquias municipais;

**III** - As associações de pais e professores - APP, associações de moradores de bairro, associações classe, centros comunitários e associações de pais e funcionários - APF, devidamente constituídos e sem fins lucrativos;

**IV** - Os clubes de caça e tiro e as associações culturais, sociedades desportivas, recreativas e demais clubes, devidamente constituídos, reconhecidos de utilidade pública por lei municipal e sem fins lucrativos;

**V** - As instituições de educação e assistência social sem fins lucrativos.

§ 2º Para usufruir da dispensa prevista neste artigo as pessoas jurídicas acima deverão comprovar documentalmente tal condição no momento do pedido.

§ 3º O pagamento da Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais não será exigido dos Microempreendedores individuais no primeiro ano de funcionamento e pela metade no segundo ano, retornando ao valor total nos anos seguintes.

**Art. 51.** A Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais será recolhida até a data do requerimento do serviço ou atividade.

**Art. 52.** No que couber, aplica-se subsidiariamente à Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais o disposto no Código Tributário Municipal e suas alterações e na Lei Complementar n. 56/2015.

**Art. 53.** Os valores recolhidos à União, Estado, a outro Município e Distrito Federal, a qualquer outro título, tais como taxas ou preços públicos de licenciamento ou fiscalização, não constituem crédito para compensação com a Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais de que trata esta lei.

## **SEÇÃO II – DA UNIDADE MONETÁRIA AMBIENTAL**

**Art. 54.** Fica instituída a Unidade Monetária Ambiental (UMA), para efeito de cálculo de atualização monetária dos créditos pertencentes ao Município, bem como os relativos a multas e penalidades de qualquer natureza, e unidade de referência de valores expressos na legislação ambiental municipal.

**Art. 55.** A UMA terá sua expressão monetária fixada anualmente por Decreto do Chefe do Poder Executivo, segundo a variação acumulada do INPC/IBGE ou outro indexador que vier a substituí-lo, medida entre os meses de janeiro a dezembro de cada exercício imediatamente anterior.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BARRA BONITA**  
Av. Buenos Aires, nº 600 – Centro  
Barra Bonita/SC 89909-000  
CNPJ: 01.612.527/0001-30 Fone: (49)3649-0004

§1º Interrompida a apuração ou divulgação do INPC/IBGE, a expressão monetária da UMA será estabelecida com base nos indicadores disponíveis que vierem a substituí-lo, ou, em caso de não substituição, por outro indexador oficial.

§2º No caso do parágrafo anterior, o Poder Executivo divulgará, previamente à sua vigência, a metodologia empregada para a determinação da expressão monetária da UMA.

§3º A expressão monetária da UMA referente ao ano de 2020 é de R\$115,00 (cem e quinze reais).

## **CAPITULO IX - DO CONTROLE DA PROTEÇÃO AMBIENTAL**

### **SEÇÃO I - DA FISCALIZAÇÃO**

**Art. 56.** A fiscalização do cumprimento dos dispositivos estabelecidos nesta Lei, bem como das normas decorrentes, será exercida pelo órgão ambiental municipal.

**Parágrafo único.** A competência de que trata este artigo não exclui a de outros órgãos ou entidades federais ou estaduais no que tange à proteção e melhoria da qualidade ambiental.

**Art. 57.** Os agentes fiscalizadores do órgão ambiental municipal terão livre acesso, para fins de fiscalização, às instalações industriais, comerciais, agropecuárias, florestais ou outras particulares ou públicas, que exerçam atividades capazes de agredir o meio ambiente.

**Parágrafo único.** Os agentes fiscalizadores são técnicos, servidores do órgão ambiental municipal, portadores de carteira específica de identificação.

### **SEÇÃO II - DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES**

**Art. 58.** As condutas e atividades lesivas ao meio ambiente serão punidas com sanções administrativas, aplicadas pelo órgão ambiental municipal, as quais poderão acumular-se, sendo independentes entre si.

**Art. 59.** Constituem infrações ambientais:

**I** - emitir ou lançar no meio ambiente sob qualquer forma de matéria, energia, substância, mistura de substância, em qualquer estado físico, prejudiciais à atmosfera, ao solo, ao subsolo, às águas, à fauna e à flora, que possam torná-lo impróprio à saúde e ao bem-estar público, bem como ao funcionamento normal das atividades da coletividade;

**II** - causar poluição, de qualquer natureza, que provoque a degradação do meio ambiente, trazendo como consequência:

- a) ameaça ou danos à saúde e ao bem-estar do indivíduo e da coletividade;
- b) mortandade de mamíferos, aves, répteis, anfíbios ou peixes;





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BARRA BONITA**  
**Av. Buenos Aires, nº 600 – Centro**  
**Barra Bonita/SC 89909-000**  
**CNPJ: 01.612.527/0001-30 Fone: (49)3649-0004**

c) destruição de plantas cultivadas ou silvestres;

**III** - construir, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território do Município de BARRA BONITA, estabelecimentos, obras, atividades ou serviços potencialmente degradadores do meio ambiente, sem licença do órgão competente ou em desacordo com a mesma;

**IV** - obstar ou dificultar a ação dos agentes fiscais do meio ambiente no exercício de suas funções, negando informações ou vista a projetos, instalações, dependências ou produtos sob inspeção;

**V** - descumprir atos emanados da autoridade ambiental que visem à aplicação da legislação vigente.

**Parágrafo único.** Considera-se ainda infração ambiental toda ação ou omissão que importe em inobservância dos preceitos desta Lei e seus regulamentos, normas técnicas e resoluções do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e outras normas, inclusive federais e/ou estaduais, que se destinem à promoção, proteção e recuperação da qualidade do meio ambiente.

**Art. 60.** São sanções administrativas:

**I** - notificação preliminar, por meio do qual o infrator será notificado para fazer cessar a irregularidade, sob pena de imposição de outras sanções previstas nesta Lei;

**II** - multa, de 10 (dez) a 3.000 (três mil) Unidades Monetárias Ambientais–UMA's, ou outro índice oficial que a substituir;

**III** - suspensão das atividades até correção das irregularidades, salvo os casos de competência do Estado e da União;

**IV** - interdição temporária ou permanente de estabelecimento, empreendimento ou atividade;

**V** - cassação de alvará já concedido, de licença de funcionamento ou licença ambiental, em atenção ao parecer técnico emitido pelo órgão ambiental municipal;

**VI** - perda ou restrições de incentivos fiscais e/ou outros benefícios concedidos pelo Município.

**Parágrafo único.** A interdição será aplicada quando o empreendimento ou atividade estiver funcionando sem a devida autorização ou licença ambiental, ou com violação de disposição legal ou regulamentar.

**Art. 61.** Para a aplicação da pena de multa expedida pelo órgão ambiental municipal, as infrações em matéria ambiental são classificadas em:



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BARRA BONITA**  
**Av. Buenos Aires, nº 600 – Centro**  
**Barra Bonita/SC 89909-000**  
**CNPJ: 01.612.527/0001-30 Fone: (49)3649-0004**

**I - Leves**, as eventuais ou as que não venham a causar risco ou danos à saúde, à flora, à fauna, nem provoque alterações sensíveis ao meio ambiente;

**II - Média**, as que venham a prejudicar a saúde, à segurança e ao bem estar ou causar danos relevantes à fauna, à flora e a outros recursos naturais;

**III - Graves**, as que provoquem iminente risco à vida humana, à flora, à fauna e a outros recursos naturais

**IV - Gravíssimas**, as que tenham causado risco a vida humana, à flora, à fauna e a outros recursos naturais.

**Art. 62.** O valor das multas será aplicado em Unidades Monetárias Ambientais – **UMA's**, ou outro índice oficial que a substituir, de acordo com a gravidade da infração, sendo:

**I - para infrações leves**, multa de 10 (dez) a 150 (cento e cinquenta) Unidades Monetárias Ambientais – **UMA's**, ou outro índice oficial que a substituir.

**II - para infrações médias**, multa de 151 (cento e cinquenta e uma) a 300 (trezentos mil) Unidades Monetárias Ambientais – **UMA's**, ou outro índice oficial que a substituir

**III- para infrações graves**, multa de 301 (trezentos e um) a 1.000 (mil) Unidades Monetárias Ambientais – **UMA's**, ou outro índice oficial que a substituir

**IV - para infrações gravíssimas**, multa de 1.001 (mil e uma) a 3.000 (três mil) Unidades Monetárias Ambientais – **UMA's**, ou outro índice oficial que a substituir.

**§1º** Ao quantificar a pena, a autoridade administrativa fixará primeiramente a pena base, correspondente ao valor intermediário dos limites mínimos e máximos, elevando-a, nos casos com agravantes, e, reduzindo-a, nos casos com atenuantes.

**§2º** Poderão ser estipuladas multas diárias, enquanto persistirem os problemas.

**Art. 63.** As penalidades serão compatíveis com a infração verificada, levando-se em conta sua natureza, gravidade e consequências para o meio ambiente e a coletividade, assim como o porte da entidade infratora.

**§1º** São circunstâncias atenuantes a serem consideradas na aplicação das penalidades:

**I - ser primário;**

**II - ter procurado, de algum modo, evitar ou atenuar efetivamente as consequências do ato ou dano;**

**III - ter bons antecedentes em matéria ambiental.**



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BARRA BONITA**  
**Av. Buenos Aires, nº 600 – Centro**  
**Barra Bonita/SC 89909-000**  
**CNPJ: 01.612.527/0001-30 Fone: (49)3649-0004**

§2º São circunstâncias agravantes a serem consideradas na aplicação das penalidades:

**I** - ser reincidente em matéria ambiental;

**II** - prestar informações falsas ou alterar dados técnicos;

**III** - dificultar ou impedir a ação fiscalizadora;

**IV** - deixar de comunicar, imediatamente, a ocorrência de acidentes que ponham em risco o meio ambiente.

### **SEÇÃO III – DO PROCESSO ADMINISTRATIVO**

**Art. 64.** Verificando-se condutas, processos ou atividades potencialmente lesivas ao meio ambiente, o agente fiscal do meio ambiente deverá expedir notificação preliminar ao infrator para que, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, regularize a situação.

**Parágrafo único.** O agente fiscal do meio ambiente arbitrará o prazo para regularização, no ato da notificação, respeitando o prazo limite previsto no caput deste artigo.

**Art. 65.** No caso de flagrante de conduta ou atividade lesiva ao meio ambiente, não caberá notificação preliminar, devendo o infrator ser imediatamente multado.

**Art. 66.** A notificação preliminar e/ou a aplicação de multa serão feitas em formulário destacado do talonário próprio, no qual ficará cópia com a ciência do notificado, sendo que, ao infrator, dar-se-á cópia.

**Parágrafo único.** Recusando-se o notificado a dar ciência, será tal recusa declarada na notificação preliminar ou multa pela autoridade que a lavrar. Esgotado o prazo estipulado na notificação preliminar sem que o infrator tenha regularizado a situação, lavrar-se-á multa.

**Art. 67.** O valor da multa será reduzido em 30% (trinta por cento) se o pagamento da mesma for efetuado em sua totalidade, até a data do vencimento.

**Art. 68.** Em caso de atraso no pagamento da multa incidirá juros de 1% (um por cento) ao mês, mais multa moratória de 0,2% (zero vírgula dois por cento) ao dia, até o limite de 2% (dois por cento).

**Art. 69.** O pagamento das multas constantes poderá ser parcelado em até 12 (doze) parcelas.

**Art. 70.** A parcela mínima não poderá ser inferior a 05 (cinco) Unidades Monetárias Ambientais – UMA's, ou outro índice oficial que a substituir



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BARRA BONITA**  
**Av. Buenos Aires, nº 600 – Centro**  
**Barra Bonita/SC 89909-000**  
**CNPJ: 01.612.527/0001-30 Fone: (49)3649-0004**

**Parágrafo único.** O atraso no pagamento de 2 (duas) parcelas, consecutivas ou não, acarretará o cancelamento automático do parcelamento.

**Art. 71.** O infrator terá prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da lavratura do auto de infração, para apresentar defesa, com efeito suspensivo da pena de multa, formulada por escrito ou por meio de sistema eletrônico homologado pelo Município, dirigida ao titular do órgão ambiental municipal, apresentada no setor de protocolo do órgão ambiental do Poder Executivo Municipal

**§1º** O titular do órgão ambiental municipal terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para proferir decisão sobre a defesa apresentada.

**§2º** Da decisão de que trata o parágrafo anterior caberá recurso, sem efeito suspensivo, à plenária do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, que terá prazo de 10 (dez) dias úteis para proferir decisão final.

**§3º**A decisão de que trata o parágrafo anterior é irrecorrível na esfera administrativa.

## **CAPÍTULO X - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

**Art. 72.** Nos órgãos de administração direta, as entidades da administração indireta, autarquias e fundações públicas do Município de BARRA BONITA, bem como empresas subsidiárias ou controladas pelo Município devem se articular com o órgão municipal ambiental com vistas ao cumprimento dos dispositivos estabelecidos nesta Lei.

**Art. 73.** Fica o poder executivo autorizado a adotar medidas de emergência, a fim de evitar episódios críticos de poluição ambiental, ou para impedir sua continuidade, em caso de grave e iminente risco para vidas humanas ou recursos naturais.

**Art. 74.** O órgão ambiental municipal expedirá os regulamentos necessários à execução desta Lei.

**Art. 75.** Fica autorizado o poder executivo a promover a realização de eventuais alterações orçamentárias necessárias a consecução da presente lei.

**Art. 76.** Esta Lei entrará em vigor após decorridos 15 dias de sua publicação.

**Art. 77.** Ficam revogadas as disposições em contrário em especial a Lei Municipal nº345/2003.

Barra Bonita- SC, 21 de agosto de 2019.

**MOACIR PIROCA**  
Prefeito Municipal



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BARRA BONITA**  
 Av. Buenos Aires, nº 600 – Centro  
 Barra Bonita/SC 89909-000  
 CNPJ: 01.612.527/0001-30 Fone: (49)3649-0004

### **ANEXO ÚNICO**

#### **TAXA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS**

##### **1. NORMAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS NO MUNICÍPIO:**

1.1 - A cobrança dos serviços será realizada no momento do pedido, sendo que nenhum serviço será autorizado/realizado sem a comprovação do pagamento.

1.2 - Os valores arrecadados serão integralmente destinados ao órgão ambiental municipal.

1.3 - As Licenças Ambientais de Operação terão prazo de validade em conformidade com o que dispuser a legislação federal, estadual e/ou regulamentação. Caberá ao CIMVI a regulamentação dos procedimentos de licenciamento ambiental e de mitigação dos prazos das licenças ambientais, inclusive simplificadas, e das certidões de conformidade ambiental.

1.4 - A cobrança pela Análise dos Pedidos de Licenças Ambientais será efetuada em cada uma das fases do processo de licenciamento ou de forma simultânea em caso de licenciamento de regularização.

1.5 - Nos casos de pedidos de renovação de Licenças será cobrado o valor referente à classificação da atividade.

##### **2. APURAÇÃO DO VALOR PELA ANÁLISE DE LICENÇAS AMBIENTAIS:**

Para a apuração do valor a ser cobrado pelas análises dos pedidos de Licenças Ambientais de que trata a Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009 e alterações, Resoluções do CONSEMA nº 98/2017, nº 99/2017 e suas alterações, as atividades são enquadradas nos níveis I, II, III, em função do porte e do potencial poluidor/degradador, conforme Tabela nº 01.

##### **Tabela nº 01**

Enquadramentos das atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental

		<b>POTENCIAL POLUIDOR / DEGRADADOR GERAL</b>		
		<b>P</b>	<b>M</b>	<b>G</b>
<b>PORTE DO EMPREENHIMENTO</b>	<b>P</b>	P,P	P,M	P,G
	<b>M</b>	M,P	M,M	M,G
	<b>G</b>	G,P	G,M	G,G



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BARRA BONITA**  
**Av. Buenos Aires, nº 600 – Centro**  
**Barra Bonita/SC 89909-000**  
**CNPJ: 01.612.527/0001-30 Fone: (49)3649-0004**

2.1 - O potencial poluidor/degradador da atividade é considerado pequeno (P), médio (M) ou grande (G), em função dos efeitos causados sobre o solo, ar e água. O potencial poluidor/degradador geral é o maior dentre os potenciais considerados sobre cada um dos recursos ambientais analisados.

2.2 - O porte do empreendimento também é considerado pequeno (P), médio (M) ou grande (G), em função de critérios estabelecidos na Resolução CONSEMA nº 98/2017, Resolução CONSEMA nº 99/2017 e suas alterações, que define por listagem as atividades potencialmente causadoras de Degradação Ambiental.

2.3 - O potencial poluidor/degradador e o porte do empreendimento estão definidos nas Resoluções acima mencionadas.

**2.4. Licença Ambiental de Operação de Regularização**

Remuneração do processo correspondente aos três níveis de licenciamento correspondentes (LAP, LAI e LAO), conforme tabelas anteriores.

**Tabela nº 02**

Valores para Análise de Pedidos de Licenças Ambientais em UMA

LICENÇAS	NÍVEL								
	P,P	M,P	P,M	M,M	G,P	P,G	M,G	G,M	G,G
LAP	1,7516	3,0801	5,3607	9,3813	14,0954	16,4114	23,4767	28,7199	50,2216
LAI	4,3262	7,6296	13,3666	23,3239	35,0211	40,8403	58,3450	71,4177	124,9428
LAO	8,6642	15,3063	26,7449	46,6831	70,0070	81,6689	116,6901	142,8354	249,8738
Total	14,7420	26,0160	45,4722	79,3883	119,1235	138,9206	198,5118	242,9730	425,0382

**Tabela nº 03**

Valores para Análise de Pedidos de Licenças Ambientais anual em UMA para as atividades agrícola e pecuária.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BARRA BONITA**  
 Av. Buenos Aires, nº 600 – Centro  
 Barra Bonita/SC 89909-000  
 CNPJ: 01.612.527/0001-30 Fone: (49)3649-0004

LICENÇAS	NÍVEL					
	P,P ou M,P	P,M	M,M ou G,P	P,G	M,G ou G,M	G,G
LAP	1,7046	1,9750	3,1506	3,7972	6,3482	7,5944
LAI	4,7494	5,7017	9,4988	11,4386	8,6642	22,8302
LAO	3,1506	3,7972	6,3482	7,5944	12,6847	15,2358
Total	9,6046	11,4739	18,9976	22,8302	27,6971	45,6604

### **3. DETERMINAÇÃO DA ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA E RESPECTIVO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA:**

Quando o licenciamento se fizer mediante apresentação de Estudos de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, conforme determina a legislação ambiental em vigor, a determinação dos preços a serem cobrados pelos serviços prestados, conforme fórmula abaixo:

#### **3.1. Custo total das análises**

$CT = TT + VT + CE + CA$ , onde:

##### **a) Trabalho Técnico**

$TT = T \times H$  (UMA 0,6078/hora)

##### **b) Vistoria Técnica**

$VT = T \times D$  (UMA 1,4055/dia) +  $V \times R$  (UMA0,0083/Km)

##### **c) Consultoria Externa**

$CE = Cc \times H$

##### **d) Custo Administrativo**

$CA = (TT + VT + CE) \times 0,0015UMA$

#### **Legenda:**





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BARRA BONITA**  
Av. Buenos Aires, nº 600 – Centro  
Barra Bonita/SC 89909-000  
CNPJ: 01.612.527/0001-30 Fone: (49)3649-0004

<b>CT</b>	Custo Total
<b>TT</b>	Trabalho Técnico
<b>VT</b>	Vistoria Técnica
<b>CE</b>	Consultoria Externa
<b>CA</b>	Custo Administrativo
<b>H</b>	Número de Horas Trabalhadas
<b>D</b>	Número de Dias Trabalhados
<b>R</b>	Total de Km Rodados
<b>T</b>	Número de Técnicos
<b>V</b>	Número de Veículos
<b>Cc</b>	Custo de Consultoria por Hora (UMA 1,4055)
<b>Q(I)</b>	Vazão de bombeamento (m³/h)

**4. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE ANÁLISE DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO MUNICIPAL SIMPLIFICADA DE CORTE DE ÁRVORES, INCLUSIVE ARVORES DE RISCO; AUTORIZAÇÃO DE CORTE/SUPRESSÃO OU EXPLORAÇÃO DE VEGETAÇÃO; E REPOSIÇÃO FLORESTAL:**

UMA 0,8357 para corte isolado de até 10 árvores em zona urbana ou rural.

UMA 0,8357 para corte isolado de até 30 árvores em zona urbana ou rural + apresentação de projeto e doação de mudas quando necessário.

UMA 1,7474 + 0,0003 x AM para corte/supressão de vegetação em zona urbana, com área de corte.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BARRA BONITA**  
**Av. Buenos Aires, nº 600 – Centro**  
**Barra Bonita/SC 89909-000**  
**CNPJ: 01.612.527/0001-30 Fone: (49)3649-0004**

UMA 1,7474 + 0,0006 x U para manejo de Palmito limitado em 2.000 unidades.

UMA 0,9876 para aproveitamento de árvores mortas ou caídas em propriedades rurais.

UMA 1,7474 para análise de projeto de corte de vegetação – AUC para florestas plantadas em áreas protegidas (Área de Preservação Permanente - APP, Unidade de Conservação - UC, etc.), com recomposição vegetal.

UMA 0,9876 para corte eventual em zona rural (20m<sup>3</sup> ou 20 unidades).

UMA 1,7474 para supressão ou exploração de vegetação secundária em estágio inicial cujo proprietário se caracterize como pequeno produtor rural, para fins agrosilvopastoris no limite de até 2,0ha/ano.

UMA 1,7474 para supressão ou exploração de vegetação secundária em estágio inicial cujo proprietário não se caracterize como pequeno produtor rural, no limite de até 3,0ha, uma única vez.

Isento = autorização municipal para transporte de produtos e subprodutos florestais no caso de pequenos produtores rurais ou posse rural familiar.

#### **5. FÓRMULA PARA COBRANÇA DOS SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE TERRAPLENAGEM EM ÁREA URBANA:**

UMA 0,8357 para AM ≤ 500

UMA 0,8357 + 0,0010 x AM para AM > 500 e ≤ 2.000

UMA 0,8357 + 0,0010 x AM para AM > 2.000 e ≤ 5.000

UMA 0,8357 + 0,0013 x AM para AM > 5.000

#### **6. FÓRMULA PARA COBRANÇA DOS SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE TERRAPLENAGEM EM ÁREA RURAL:**

UMA 0,8357 para AM ≤ 500

UMA 0,8357 + 0,0003 x AM para AM > 500 e ≤ 2.000

UMA 0,8357 + 0,0003 x AM para AM > 2.000 e ≤ 5.000

UMA 0,8357 + 0,0006 x AM para AM > 5.000



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BARRA BONITA**  
 Av. Buenos Aires, nº 600 – Centro  
 Barra Bonita/SC 89909-000  
 CNPJ: 01.612.527/0001-30 Fone: (49)3649-0004

## 7. CERTIDÕES E DECLARAÇÕES DIVERSAS:

Pr = UMA 0,8357

### 7.1. Certidão de Conformidade Ambiental

UMA 1,0

### 7.2. Declaração de atividade não constante

UMA 1,0

## 8. AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL – AuA

**TAXA DE VISTORIA NO VALOR DE 1,0 UMA +:**

		POTENCIAL POLUIDOR / DEGRADADOR GERAL			
		P	Valor (UMA)	M	Valor (UMA)
PORTE DO EMPREENDIMENTO	inferior a P	P,P	3,00	P,M	3,50
	inferior a M	M,P	4,00	M,M	5,00
	Porte Único	3,50 UMA			

## 9. PARECER TÉCNICO EM GERAL, EXCLUINDO-SE A ANÁLISE DO EIA/RIMA:

Pr = UMA 1,9374

## 10. LISTAGEM DE VALORES PARA A ATIVIDADE DA SUINOCULTURA:



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BARRA BONITA**  
Av. Buenos Aires, n° 600 – Centro  
Barra Bonita/SC 89909-000  
CNPJ: 01.612.527/0001-30 Fone: (49)3649-0004

Granja de suínos - terminação

UMA 0,3039 + 0,0010 x NC

Unidade de Produção de Leitão - UPL

UMA 0,3039 + 0,0016 x NM

Granja de suínos - Creche

UMA 0,3039 + 0,0003 x NC

Granja de suínos - Ciclo Completo

UMA 0,3039 + 0,0052 x NM

Acrescenta-se ao valor calculado o fator de correção de 0,0380 UMA para Licença Ambiental Prévia - LAP, de 0,0570 UMA para Licença Ambiental de Instalação - LAI e de 0,0475 UMA para Licença Ambiental de Operação - LAO.

**Legenda:**

<b>Pr</b>	Preço Básico da Licença
<b>AU</b>	Área Útil em Hectare
<b>AM</b>	Área em m²
<b>NC</b>	Nº de Cabeças
<b>NM</b>	Nº de Matrizes
<b>LAP</b>	Licença Ambiental Prévia
<b>LAI</b>	Licença Ambiental de Instalação



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BARRA BONITA**  
 Av. Buenos Aires, nº 600 – Centro  
 Barra Bonita/SC 89909-000  
 CNPJ: 01.612.527/0001-30 Fone: (49)3649-0004

<b>LAO</b>	Licença Ambiental de Operação
<b>AuA</b>	Autorização Ambiental
<b>AuC</b>	Autorização de Corte de Vegetação
<b>U</b>	Unidades

**11. Análise de Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD)** (quando não licenciável por AuA, situação na qual recolherá o valor correspondente a esta):

**UMA's 1,5**

**12. Licença de Adesão ou Compromisso - LAC**

		<b>POTENCIAL POLUIDOR / DEGRADADOR GERAL</b>	
		<b>M</b>	<b>Valor (UMA)</b>
<b>PORTE DO EMPREENHIMENTO</b>	<b>P</b>	<b>P,M</b>	<b>3,00</b>
	<b>M</b>	<b>M,M</b>	<b>4,00</b>
	<b>G</b>	<b>G/M</b>	<b>5,00</b>

**13. Alteração da Razão Social (ALRS)**

**UMA's 1,0**

**14. Transferência de Titularidade**

**UMA's 1,0**



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BARRA BONITA**  
**Av. Buenos Aires, nº 600 – Centro**  
**Barra Bonita/SC 89909-000**  
**CNPJ: 01.612.527/0001-30 Fone: (49)3649-0004**

15. Emissão 2º via do certificado da licença ambiental, certidão de conformidade ambiental ou AuA

**UMA 1,0**

16. Análise de revisão ou prorrogação de prazo de validade de condicionante

**UMA 1,0**

17. Prorrogação de prazo de validade de licença ou AuA

**30% (trinta por cento) da remuneração básica da respectiva licença ou autorização**

18. Renovação da licença ou autorização ambiental

**Remuneração do processo correspondente**

19. Programa de educação ambiental

**UMA 01,00 por hora.**

**LEI Nº848/2019**

Publicação Nº 2131082

LEI nº 848/2019

DISPÕE SOBRE O DESAFETAMENTO, DOAÇÃO, REMEMBRAMENTO e REMANESCENTE DOS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE BARRA BONITA, ARMANDO OLOMIRO BENDER E OLIVIA XAVIER DOS SANTOS

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade aos incisos I , III do art.73º e, art.147º da Lei Orgânica Municipal de 11 de dezembro de 1997;

FAÇO SABER, a toda a população do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica desafetada a área de 44,95m2 abrangida pela rua de acesso à Linha Arapogas, de propriedade do atual MUNICÍPIO DE BARRA BONITA conforme AV-2/14.279, passando de sua categoria de "bem de uso comum do povo" para a categoria de "bem de uso dominical", em virtude do deslocamento parcial da referida rua; cuja área deverá ser "remembrada" com o lote urbano nº 05-A (matrícula nº 36.700) de propriedade de ARMANDO OLOMIRO BENDER e OLIVIA XAVIER DOS SANTOS.

Parágrafo único: O imóvel acima desafetado possui a seguinte denominação e confrontações: Parte do lote urbano nº 05 com a área de 44,95m2, confrontando: ao oeste, com o lote urbano nº 05-A, por linha seca medindo 61,50 metros; ao leste e sudeste, com a Rua de acesso à Linha Arapongas, medindo 45,99 metros e 15,29 metros.

Art. 2º - Fica aprovado o desdobramento de parte do lote urbano nº 05-B com a área de 52,73m2, de propriedade de ARMANDO OLOMIRO BENDER e OLIVIA XAVIER DOS SANTOS conforme R-1/36.701; cujo imóvel deverá ser "remembrado" com a área abrangida pela Rua de acesso à Linha Arapongas, de propriedade do MUNICÍPIO DE BARRA BONITA (AV-2/14.279).

Parágrafo único: O imóvel acima desdobrado possui as seguintes confrontações: ao leste, com o lote urbano nº 05-B, por duas linha secas medindo 44,33 metros e 10,48 metros; ao sudeste, com parte do lote urbano nº 06, por linha seca medindo 6,53 metros; ao oeste, com a Rua de acesso à Linha Arapongas, medindo 61,50 metros.

Ar. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado doar o imóvel medindo 44,95m2 constante do art. 1º, para os confinantes Armando Olmiro Bender e Olivia Xavier dos Santos; que, juntamente com o imóvel de propriedade dos mesmos (matrícula nº 36.700), ficam "remembrados" e passam a ter a seguinte denominação, área e confrontações: Lote urbano nº 05-A com a área de 360,00m2 e parte do lote urbano nº 05 com a área de 44,95m2, formando um único imóvel que passa a denominar-se (em sua totalidade): LOTE URBANO nº 05-A com a área de 404,95m2, confrontando: ao ao noroeste, com o lote urbano nº 04, por linha seca medindo 60,00 metros; ao leste e sudeste, com a Rua de acesso à Linha Arapongas, medindo 45,99 metros e 15,29 metros; ao sul, com a Rua Três de Maio, medindo 12,00 metros.

Art. 4º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação de Armando Olmiro Bender e Olivia Xavier dos Santos, o imóvel 52,73m2 constante do art. 2º; cujo imóvel passará a pertencer ao Domínio Público Municipal na categoria de "área de uso comum do povo".

Art. 5º - Após concretizada a doação do imóvel constante do art. 4º, ficam remembrados os imóveis do MUNICÍPIO DE BARRA BONITA, abrangidos pela Rua de acesso à Linha Arapongas (constantes da parte do lote urbano nº 05 com a área de 435,05m2 e parte do lote urbano nº 05-A com a área de 52,73m2) formando um único imóvel que passa a denominar-se (em sua totalidade): LOTE URBANO nº 05 com a área de 487,78m2, confrontando: ao nordeste, com parte da chácara nº 09, por linha seca medindo 8,00 metros; ao leste e sudeste, com o lote urbano nº 05-B, por duas linhas secas medindo 44,33 metros e 10,48 metros; ao sudeste, com parte do lote urbano nº 06, por linha seca medindo 6,53 metros; ao sudoeste, com a Rua Três de Maio, medindo 8,00 metros; ao noroeste e oeste, com o lote urbano nº 05-A, por duas linhas secas medindo 15,29 metros e 45,99 metros.

Art. 6º - REMANESCENTE: A área remanescente de 307,27m2 (matrícula nº 36.701), de propriedade de ARMANDO OLOMIRO BENDER e OLIVIA XAVIER DOS SANTOS, passa a denominar-se: LOTE URBANO nº 05-B, com a área de 307,27m2, confrontando: ao nordeste, com parte da chácara nº 09, por linha seca medindo 12,00 metros; ao sudeste, com parte do lote urbano nº 06, por linha seca medindo 53,47 metros; ao oeste, com a rua de acesso à Linha Arapongas, medindo 44,33 metros e 10,48 metros.

Art. 7º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a praticar os atos administrativos necessários ao fiel cumprimento da presente lei, bem como assumir em nome do Município, todas as despesas de transferências, registros e demais despesas das partes.

Art. 8º - Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita/SC em 21 de agosto de 2019.

MOACIR PIROCA  
Prefeito Municipal



**LEI Nº849/2019**

Publicação Nº 2131086

LEI Nº. 849 DE 21 DE AGOSTO DE 2019

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE BARRA BONITA A ADERIR AOPROGRAMA "GESTÃO AMBIENTAL" CRIADO PELO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER, FIRMANDO O RESPECTIVO CONTRATO DE PROGRAMA E CONTRATO DE RATEIO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA BONITA Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei,

Faz saber que a CÂMARA DE VEREADORES DE BARRA BONITA aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o ingresso do município de BARRA BONITA ao Programa "GESTÃO AMBIENTAL" criado pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER mediante a formalização do competente Contrato de Programa e Contrato de Rateio, que são parte integrante desta lei.

Art. 2º. Os pagamentos dos valores constantes do Contrato de Rateio – aporte inicial e 1ª parcela mensal – deverão ser feitos até a data de 10 de setembro de 2019 e as demais parcelas mensais no mesmo dia dos meses subsequentes, inclusive de forma retroativa, se necessário for.

Art. 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar o pagamento dos valores pertinentes ao Contrato de Rateio do Programa "Gestão Ambiental" do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER para os exercícios fiscais posteriores a 2019, conforme valores e índices de reajustes estabelecidos em Assembléia Geral Ordinária do consórcio.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barra Bonita, 21 de AGOSTO de 2019.

MOACIR PIROCA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N.330/2019**

Publicação Nº 2131096

PORTARIA Nº.330/2019 DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO Nº33/2019 TITULAR E SUBSTITUTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal em exercício de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal do Contrato nº33/2019 titular e substituto, para acompanhar e fiscalizar a execução do referido Contrato na forma e condições abaixo relacionada:

Contrato	33/2019		
OBJETO:	Locação de imóvel objetivando o uso de antena de telecomunicação para fornecimento de sinal de internet para Programa Internet Comunitária		
EMPRESA:	JOSIANE LUCIA DRESCH		
CNPJ/ CPF Nº:	079.087.309-57		
FISCAL TITULAR			
SERVIDOR:	LELIANDRA LUCIANA VILANOVA		
CARGO:	Assessora		
CPF:	057.352.069-07	MATRÍCULA:	
LOTAÇÃO:	Secretaria Municipal de Administração		
FISCAL SUBSTITUTO			
SERVIDOR:	MOACIR PIROCA		
CARGO:	Prefeito		
CPF:	422.722.709-72	MATRÍCULA:	
LOTAÇÃO:	Secretaria Municipal de Administração		

Art. 2º O serviço de fiscal do Contrato nº33/2019 titular e suplente, são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei 725/2015, revogadas as disposições em contrário.

Barra Bonita/SC, 21 de agosto de 2019.

MOACIR PIROCA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N.331/2019**

Publicação Nº 2131097

PORTARIA Nº.331/2019 DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO Nº34/2019 TITULAR E SUBSTITUTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal em exercício de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal do Contrato nº34/2019 titular e substituto, para acompanhar e fiscalizar a execução do referido Contrato na forma e condições abaixo relacionada:

Contrato	34/2019		
OBJETO:	Contratação de Empresa para prestação de serviço e fornecimento de material para pinturas dos prédios das Escolas Municipais localizadas na Linha Treze de Maio e Águas do Araçá.		
EMPRESA:	DUMA EMPREENDIMENTOS LTDA		
CNPJ/ CPF Nº:	72.040.892/0001-65		
FISCAL TITULAR			
SERVIDOR:	Marcelo Antonio Freiburger		
CARGO:	Engenheiro Civil		
CPF:	053.896.009-40	MATRÍCULA:	
LOTAÇÃO:	Secretaria Municipal de Administração		
FISCAL SUBSTITUTO			
SERVIDOR:	MARIA INES GRITTI CECCHIN		
CARGO:	Secretaria de Educação		
CPF:	594.216.499-15	MATRÍCULA:	
LOTAÇÃO:	Secretaria Municipal de Educação		

Art. 2º O serviço de fiscal do Contrato nº34/2019 titular e suplente, são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei 725/2015, revogadas as disposições em contrário.

Barra Bonita/SC, 21 de agosto de 2019.

MOACIR PIROCA

Prefeito Municipal

**PORTARIA N.332/2019**

Publicação Nº 2131098

PORTARIA Nº.332/2019 DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO Nº35/2019 TITULAR E SUBSTITUTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal em exercício de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal do Contrato nº35/2019 titular e substituto, para acompanhar e fiscalizar a execução do referido Contrato na forma e condições abaixo relacionada:

Contrato	35/2019		
OBJETO:	Contratação de Empresa para construção de garagem para Unidade Básica Saúde e Banheiros Públicos, conforme projeto e memorial descritivo		
EMPRESA:	BCBL CONSTRUTORA EIRELI,		
CNPJ/ CPF Nº:	09.241.672/0001-63		
FISCAL TITULAR			
SERVIDOR:	Marcelo Antonio Freiburger		
CARGO:	Engenheiro Civil		
CPF:	053.896.009-40	MATRÍCULA:	
LOTAÇÃO:	Secretaria Municipal de Administração		
FISCAL SUBSTITUTO			
SERVIDOR:	CRISTIANE ALVES DE OLIVEIRA		
CARGO:	Secretaria de Saúde		
CPF:	066.305.859-76	MATRÍCULA:	
LOTACÃO:	Secretaria Municipal de Saúde		

Art. 2º O serviço de fiscal do Contrato nº35/2019 titular e suplente, são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei 725/2015, revogadas as disposições em contrário.

Barra Bonita/SC, 21 de agosto de 2019.

MOACIR PIROCA

Prefeito Municipal

**PORTARIA N.333/2019**

Publicação Nº 2131102

PORTARIA Nº.333/2019 DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO Nº36/2019 TITULAR E SUBSTITUTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal em exercício de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal do Contrato nº36/2019 titular e substituto, para acompanhar e fiscalizar a execução do referido Contrato na forma e condições abaixo relacionada:

Contrato	36/2019		
OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HORA DE MÁQUINA DE RETRO ESCAVADEIRA 4X4 COM CONCHA DE NO MÍNIMO 1M3		
EMPRESA:	GUARAGNI & GUARAGNI LTDA,		
CNPJ/ CPF Nº:	08.799.088/0001-65		
FISCAL TITULAR			
SERVIDOR:	Claudimir Luiz Dassi		
CARGO:	Secretário de Agricultura		
CPF:	758.789.179-04	MATRÍCULA:	
LOTAÇÃO:	Secretaria Municipal de Agricultura		
FISCAL SUBSTITUTO			
SERVIDOR:	MOACIR PIROCA		
CARGO:	Prefeito		
CPF:	422.722.709-72	MATRÍCULA:	
LOTAÇÃO:	Secretaria Municipal de Administração		

Art. 2º O serviço de fiscal do Contrato nº36/2019 titular e suplente, são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei 725/2015, revogadas as disposições em contrário.

Barra Bonita/SC, 21 de agosto de 2019.

MOACIR PIROCA

Prefeito Municipal

**PORTARIA N.334/2019**

Publicação Nº 2131104



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BARRA BONITA  
Av. Buenos Aires, nº 600 – Centro  
Barra Bonita/SC 89909-000  
CNPJ: 01.612.527/0001-30 Fone: (49)3649-0004

**PORTARIA Nº.334/2019 DE 21 DE AGOSTO DE 2019.**

**“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO Nº37/2019 TITULAR E SUBSTITUTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

**MOACIR PIROCA**, Prefeito Municipal em exercício de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Nomear fiscal do Contrato nº37/2019 titular e substituto, para acompanhar e fiscalizar a execução do referido Contrato na forma e condições abaixo relacionada:

Contrato	37/2019		
OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HORA DE MÁQUINA DE RETRO ESCAVADEIRA 4X4 COM CONCHA DE NO MÍNIMO 1M3		
EMPRESA:	GUARAGNI & GUARAGNI LTDA,		
CNPJ/ CPF N°:	08.799.088/0001-65		
FISCAL TITULAR			
SERVIDOR:	Domingos Luis Constantini		
CARGO:	Secretário de Obras		
CPF:	374.330.599-20	MATRÍCULA:	
LOTAÇÃO:	Secretaria Municipal de Obras		
FISCAL SUBSTITUTO			
SERVIDOR:	MOACIR PIROCA		
CARGO:	Prefeito		
CPF:	422.722.709-72	MATRÍCULA:	
LOTAÇÃO:	Secretaria Municipal de Administração		

**Art. 2º** O serviço de fiscal do Contrato nº37/2019 titular e suplente, são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei 725/2015, revogadas as disposições em contrário.

Barra Bonita/SC, 21 de agosto de 2019.

Este ato foi registrado e Publicado na forma da Lei Orgânica Municipal.  
Ass. Resp.

Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ no Diário Oficial dos Municípios,  
conforme art. 89 da Lei Orgânica Municipal.  
Prefeitura Municipal de Barra Bonita- SC.

**MOACIR PIROCA**  
**Prefeito Municipal**

**PORTARIA N.335/2019**

Publicação Nº 2131106

PORTARIA Nº.335/2019 DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO Nº38/2019 TITULAR E SUBSTITUTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal em exercício de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal do Contrato nº38/2019 titular e substituto, para acompanhar e fiscalizar a execução do referido Contrato na forma e condições abaixo relacionada:

Contrato	38/2019		
OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTENCIA MEDICO-HOSPITALAR AMBULATORIAL, EXAMES, SERVIÇOS DE DIAGNOSTICO, CIRURGIAS E TERAPIAS, INCLUSIVE INTERNAÇÕES CLINICO-CIRURGICAS, OBSTETRICAS E EM TERAPIA INTENSIVA, TANTO EM CARATER ELETIVO QUANTO EMERGENCIAL EM HOSPITAIS E CLINICAS, COM ACOMODAÇÃO, SEM LIMITE DE IDADE CONFORME DESCRITO EM ANEXO, AOS SERVIDORES MUNICIPAIS.		
EMPRESA:	UNIMED EXTREMO OESTE CATARINENSE,		
CNPJ/ CPF Nº:	80.653.975/0001-58		
FISCAL TITULAR			
SERVIDOR:	MOACIR PIROCA		
CARGO:	Prefeito		
CPF:	422.72.709-72	MATRÍCULA:	
LOTAÇÃO:	Secretaria Municipal de Administração		
FISCAL SUBSTITUTO			
SERVIDOR:	DELCIRA GUBERT		
CARGO:	Auxiliar Administrativo		
CPF:	040.921.789-13	MATRÍCULA:	
LOTAÇÃO:	Secretaria Municipal de Administração		

Art. 2º O serviço de fiscal do Contrato nº38/2019 titular e suplente, são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei 725/2015, revogadas as disposições em contrário.

Barra Bonita/SC, 21 de agosto de 2019.

MOACIR PIROCA

Prefeito Municipal

**PORTARIA N.336/2019**

Publicação Nº 2131108

PORTARIA Nº.336/2019 DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO Nº39/2019 TITULAR E SUBSTITUTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal em exercício de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal do Contrato nº39/2019 titular e substituto, para acompanhar e fiscalizar a execução do referido Contrato na forma e condições abaixo relacionada:

Contrato	39/2019		
OBJETO:	EXECUÇÃO DE PROJETO ELÉTRICO REFERENTE A IMPLANTAÇÃO DE SE DE 112,5KVA/25KV EM POSTE SIMPLES DE CONCRETO DT DE 11M/600DAN COM MEDIÇÃO EM CABINE DE ALVENARIA PADRÃO CELESC		
EMPRESA:	E.B. INSTALACOES ELETRICAS LTDA		
CNPJ/ CPF Nº:	00.212.337/0001-62		
FISCAL TITULAR			
SERVIDOR:	Domingos Luis Constantini		
CARGO:	Secretário de Obras		
CPF:	374.330.599-20	MATRÍCULA:	
LOTAÇÃO:	Secretaria Municipal de Obras		
FISCAL SUBSTITUTO			
SERVIDOR:	MOACIR PIROCA		
CARGO:	Prefeito		
CPF:	422.722.709-72	MATRÍCULA:	
LOTAÇÃO:	Secretaria Municipal de Administração		

Art. 2º O serviço de fiscal do Contrato nº39/2019 titular e suplente, são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei 725/2015, revogadas as disposições em contrário.

Barra Bonita/SC, 21 de agosto de 2019.

MOACIR PIROCA

Prefeito Municipal

**PORTARIA N.337/2019**

Publicação Nº 2131109

PORTARIA Nº.337/2019 DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO Nº40/2019 TITULAR E SUBSTITUTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal em exercício de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal do Contrato nº40/2019 titular e substituto, para acompanhar e fiscalizar a execução do referido Contrato na forma e condições abaixo relacionada:

Contrato	40/2019		
OBJETO:	CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DAS INSTALAÇÕES DA LANCHONETE, SITUADA JUNTO AO CENTRO POLI ESPORTIVO MUNICIPAL ETELVINO FAVRETTO, LOCALIZADO NA TRAV. BUENOS AIRES, CENTRO, NESTE MUNICÍPIO.		
EMPRESA:	NILSON CANEPPELE		
CNPJ/ CPF Nº:	33.232.069/0001-08		
FISCAL TITULAR			
SERVIDOR:	Antoninho Nunes de Arnot		
CARGO:	Diretor de Esportes		
CPF:	032.920.719-92	MATRÍCULA:	
LOTAÇÃO:	Secretaria Municipal de Educação		
FISCAL SUBSTITUTO			
SERVIDOR:	Maria Ines Gritti Cechin		
CARGO:	Secretaria de Educação		
CPF:	594.216.499-15	MATRÍCULA:	
LOTACÃO:	Secretaria Municipal de Educação		

Art. 2º O serviço de fiscal do Contrato nº40/2019 titular e suplente, são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei 725/2015, revogadas as disposições em contrário.

Barra Bonita/SC, 21 de agosto de 2019.

MOACIR PIROCA

Prefeito Municipal

**PORTARIA N.338/2019**

Publicação Nº 2131110

PORTARIA Nº.338/2019 DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO Nº41/2019 TITULAR E SUBSTITUTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal em exercício de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal do Contrato nº41/2019 titular e substituto, para acompanhar e fiscalizar a execução do referido Contrato na forma e condições abaixo relacionada:

Contrato	41/2019		
OBJETO:	LOCAÇÃO DE IMÓVEL OBJETIVANDO A INSTALAÇÃO DA CENTRAL ELÉTRICA DE SANTA CATARINA - CELESC		
EMPRESA:	SERGIO CHRISTOFOLI		
CNPJ/ CPF Nº:	148.353.639-49		
FISCAL TITULAR			
SERVIDOR:	Roberto Francisco Giongo		
CARGO:	Oficial Administrativo		
CPF:	025.481.169-80	MATRÍCULA:	
LOTAÇÃO:	Secretaria Municipal de Administração		
FISCAL SUBSTITUTO			
SERVIDOR:	Leliandra Luciana Vilanova		
CARGO:	Assessora		
CPF:	057.352.069-07	MATRÍCULA:	
LOTACÃO:	Secretaria Municipal de Educação		

Art. 2º O serviço de fiscal do Contrato nº41/2019 titular e suplente, são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei 725/2015, revogadas as disposições em contrário.

Barra Bonita/SC, 21 de agosto de 2019.

MOACIR PIROCA

Prefeito Municipal

**PORTARIA N.339/2019**

Publicação Nº 2131111

PORTARIA Nº.339/2019 DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO Nº42/2019 TITULAR E SUBSTITUTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal em exercício de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal do Contrato nº42/2019 titular e substituto, para acompanhar e fiscalizar a execução do referido Contrato na forma e condições abaixo relacionada:

Contrato	42/2019		
OBJETO:	PRESTADORAS DE SERVIÇOS PARA EXAMES DE DIAGNÓSTICO EM LABORATÓRIO CLÍNICO-GERAIS E ESPECIALIZADOS, DESTINADO AOS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE BARRABONITA/SC, OS VALORES DOS EXAMES SERÃO TABELA SUS, ATRAVÉS DE PROCESSOLICITATÓRIO MODALIDADE CREDENCIAMENTO, PARA O ANO DE 2019		
EMPRESA:	ASSOCIACAO BENEF.HOSP.SAO LUCAS		
CNPJ/ CPF Nº:	86.245.982/0001-05		
FISCAL TITULAR			
SERVIDOR:	Cristiane Alves de Oliveira		
CARGO:	Secretária Municipal de Saúde		
CPF:	066.305.859-76	MATRÍCULA:	
LOTAÇÃO:	Secretaria Municipal de Saúde		
FISCAL SUBSTITUTO			
SERVIDOR:	Mara Rubia Casanova		
CARGO:	Enfermeira		
CPF:	033.211.439-25	MATRÍCULA:	
LOTACÃO:	Secretaria Municipal de Saúde		

Art. 2º O serviço de fiscal do Contrato nº42/2019 titular e suplente, são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei 725/2015, revogadas as disposições em contrário.

Barra Bonita/SC, 21 de agosto de 2019.

MOACIR PIROCA

Prefeito Municipal

**PORTARIA N.340/2019**

Publicação Nº 2131474

PORTARIA Nº.340/2019 DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO Nº43/2019 TITULAR E SUBSTITUTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal em exercício de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal do Contrato nº43/2019 titular e substituto, para acompanhar e fiscalizar a execução do referido Contrato na forma e condições abaixo relacionada:

Contrato	43/2019		
OBJETO:	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA FUTURA E EVENTUAL LOCAÇÃO POR HORA DE CAMINHÃO DISTRIBUIDOR DE ADUBO (ESTERCO) LÍQUIDO PARA SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA.		
EMPRESA:	ANDRE ALEXANDRE TREVISAN 12538947952,		
CNPJ/ CPF Nº:	32.167.700/0001-61		
FISCAL TITULAR			
SERVIDOR:	Claudimir Luiz Dassi		
CARGO:	Secretária Municipal de Agricultura		
CPF:	758.789.179-04	MATRÍCULA:	
LOTAÇÃO:	Secretaria Municipal de Agricultura		
FISCAL SUBSTITUTO			
SERVIDOR:	Moacir Piroca		
CARGO:	Prefeito		
CPF:	422.722.709-72	MATRÍCULA:	
LOTAÇÃO:	Secretaria Municipal de Administração		

Art. 2º O serviço de fiscal do Contrato nº43/2019 titular e suplente, são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei 725/2015, revogadas as disposições em contrário.

Barra Bonita/SC, 21 de agosto de 2019.

MOACIR PIROCA

Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 341, DE 21 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2131500

PORTARIA Nº 341, de 21 de agosto de 2019

"Concede diária e da outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 3,0(três) diárias ao servidor Vanderlei Ferronato, Matrícula nº 420601, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 519,00 (quinhentos e dezenove reais), para realizar transporte de pacientes em tratamento de saúde fora do domicílio em Florianópolis/SC, conforme Memorando Nº144/2019 e Roteiro de Viagem nº098/2019 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º.Conceder ADIANTAMENTO ao servidor acima citado na importância de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), para conduzir pacientes em tratamento de saúde até a cidade de Florianópolis/SC, conforme Memorando nº0143//2019, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 21 de agosto de 2019.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

**PORTARIA Nº 342, DE 21 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2131512

PORTARIA Nº 342, de 21 de agosto de 2019

"Concede diária e da outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 0,5 (meia) diária ao servidor Luiz Antonio Zaccaron, Matrícula nº 15402, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 77,50 (setenta e sete reais e cinquenta centavos), para realizar transporte de pacientes em tratamento de saúde fora do domicílio em Cascavel/PR, conforme Memorando Nº146/2019 e Roteiro de Viagem nº096/2019 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º.Conceder ADIANTAMENTO ao servidor acima citado na importância de R\$ 100,00 (cem reais), para conduzir pacientes em tratamento de saúde até a cidade de Cascavel/PR, conforme Memorando nº0145//2019, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 21 de agosto de 2019.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

**CONTRATO Nº42/2019**

Publicação Nº 2131094

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

Rua BARRA BONITA - | Barra Bonita - SC | Cep 89.909-000

Fone: | CNPJ: 11.873.495/0001-80

e-mail:

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 42/2019  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 25/2019**DATA CONTRATO:** 15 de agosto de 2019.**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE BARRA BONITA - Estado Santa Catarina, com endereço Rua BARRA BONITA, nº , inscrito no CNPJ/MF nº 11.873.495/0001-80, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr. MOACIR PIROCA, portador do CI/RG nº 1151263, CPF/MF nº 422.722.709-72.**CONTRATADO:** ASSOCIACAO BENEF.HOSP.SAO LUCAS, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 86.245.982/0001-05, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. PAULA CORRÊA, Administrador, portador do RG/CI nº 4675557 e no CPF/MF nº 067.280.949-46, com endereço à Rua DOM PEDRO I, 835, Endereço não informado - 89.920-000, Guaraciaba - SC.**OBJETO:** PRESTADORAS DE SERVIÇOS PARA EXAMES DE DIAGNÓSTICO EM LABORATÓRIO CLINICO-GERAIS E ESPECIALIZADOS, DESTINADO AOS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE BARRA BONITA/SC, OS VALORES DOS EXAMES SERÃO TABELA SUS, ATRAVÉS DE PROCESSO LICITATÓRIO MODALIDADE CREDENCIAMENTO, PARA O ANO DE 2019..**VALOR:** Pela execução dos serviços, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor total de R\$0,00 (zero), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º.**EXECUÇÃO:** Prazo para execução do contrato será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.**VIGÊNCIA:** Prazo de vigência do **CONTRATO** é de até 12 ( doze ) meses, a partir da sua assinatura.\_\_\_\_\_  
MOACIR PIROCA  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE\_\_\_\_\_  
PAULA CORRÊA  
ASSOCIACAO BENEF.HOSP.SAO LUCAS  
CONTRATADA

**CONTRATO Nº43/2019**

Publicação Nº 2131476

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNIC.DESENVOLVIMENTO RURAL**

Avenida BUENOS AIRES - | Barra Bonita - SC | Cep 89.909-000

Fone: | CNPJ: 01.612.527/0001-30

e-mail:

FUNDO MUNIC.DESENVOLVIMENTO RURAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 43/2019  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 10/2019**DATA CONTRATO:** 21 de agosto de 2019.**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE BARRA BONITA - Estado Santa Catarina, com endereço Avenida BUENOS AIRES, nº , inscrito no CNPJ/MF nº 01.612.527/0001-30, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr. MOACIR PIROCA, portador do CI/RG nº 1151263, CPF/MF nº 422.722.709-72.**CONTRATADO:** ANDRE ALEXANDRE TREVISAN 12538947952, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 32.167.700/0001-61, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. ANDRE ALEXANDRE TREVISAN, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 125.389.479-52, com endereço à Linha JATAI, S/N, INTERIOR - 89.909-000, Barra Bonita - SC.**OBJETO:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA FUTURA E EVENTUAL LOCAÇÃO POR HORA DE CAMINHÃO DISTRIBUIDOR DE ADUBO (ESTERCO) LÍQUIDO PARA SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA.**VALOR:** Pela execução dos serviços, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor total de R \$25.800,00 (vinte e cinco mil e oitocentos reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º.**EXECUÇÃO:** Prazo para execução do contrato será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.**VIGÊNCIA:** Prazo de vigência do **CONTRATO** é de até 12 ( doze ) meses, a partir da sua assinatura.\_\_\_\_\_  
MOACIR PIROCA  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE\_\_\_\_\_  
ANDRE ALEXANDRE TREVISAN  
ANDRE ALEXANDRE TREVISAN 12538947952  
CONTRATADA

# Barra Velha

## PREFEITURA

### 18º EDITAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 001//2018 PMBV

Publicação Nº 2130605

18º EDITAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 001//2018 PMBV

18ª CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO Nº001/2018

Comprovação de Requisitos

O MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, de acordo com o Edital nº 001/2018, e considerando a homologação do resultado final da prova objetiva e títulos, e Prova Prática, através do Decreto nº 1293, de 13 de março de 2019, torna público, para conhecimento dos interessados, a 18ª convocação para comprovação dos requisitos do Processo Seletivo, conforme o Edital nº. 001/2018, para os seguintes cargos:

PREFEITURA

Nível Superior

Médico da Família

Médico Psiquiatra CAPS

Psicólogo

#### 1. DA HABILITAÇÃO

1.1 Se submeterão à Comprovação de Requisitos, conforme item 13.1, 13.4 e 13.5, do Edital nº 001/2018 PMBV, os candidatos relacionados no item 3.1, que deverão apresentar no prazo de até 02 (dois) dias, cópias e original dos seguintes documentos:

- a) RG;
- b) CPF;
- c) Cartão SUS;
- d) Título de eleitor, declaração de quitação eleitoral (emitida pelo TSE);
- e) PIS/PASEP (documento emitido pela CEF ou BB);
- f) Reservista, se do sexo masculino;
- g) Certidão de nascimento/casamento;
- h) Atestado de antecedentes criminais (emitido pela Polícia Civil ou Federal);
- i) Diploma exigido no edital referente a escolaridade exigida para o cargo, e respectivo registro no conselho de classe no Estado de Santa Catarina;
- j) CNH profissional com curso específico;
- k) Comprovante de residência;
- l) Carteira de Trabalho original;
- m) Declaração de horário de trabalho, se possuir outro vínculo empregatício, para demonstração de compatibilidade com o horário disponível e de interesse do Órgão Público.
- n) Declaração de bens, com indicação das fontes de renda ou cópia da Declaração do IRRF, relativa ao último exercício;
- o) Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável, nos termos do ANEXO VI, inciso II, item 7, da Instrução Normativa nº TC-11/2011;

1.2 Caso haja necessidade, a Prefeitura Municipal de Barra Velha – SC poderá solicitar outros documentos complementares, conforme item 13.6 do Edital 001/2018 PMBV;

1.3 O não comparecimento do candidato, quando convocado, implicará na sua exclusão e desclassificação em caráter irrevogável e irretratável do Processo Seletivo, conforme item 13.10 do Edital nº 001/2018 PMBV.

#### 2. DO LOCAL DE APRESENTAÇÃO

Os candidatos relacionados no item 3.1, deverão se apresentar no horário das 08h às 11h30 ou 13h30 às 17h, no Setor de Recursos Humanos, sito a Av. Gov. Celso Ramos, n. 200, Centro, Barra Velha – SC, munido de todos os documentos relacionados no item 1.1, conforme a programação abaixo estabelecida:

#### 3. DOS CANDIDATOS CONVOCADOS

3.1 Ficam convocados para a Comprovação de Requisitos acima elencados, os candidatos a seguir relacionados:

PREFEITURA

Nível Superior

Médico da Família

22º JOÃO GUSTAVO HALUCHE PAUL

1º ANA CAROLINA DE ÁVILA

Médico Psiquiatra CAPS  
1º JOSÉ NILTON DE AZEVEDO RODRIGUES

Psicólogo  
7º CLEBERSON FABIO TABORDA

#### 4. DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 Os candidatos convocados deverão comparecer no local indicado munidos de todos os documentos listados nos itens 1.1. Não serão recebidos os documentos de forma parcial dentro do prazo de convocação deste Edital.

4.2 Todos os casos omissos ou duvidosos que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e legislação vigente serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo 001/2018 constituída para este fim.

4.3 Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 21 de agosto de 2019.  
VALTER MARINO ZIMMERMANN CROMÁCIO JOSÉ DA ROSA  
Prefeito Municipal Secretário Mun. Administração

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 001/2019 FUNREBOM

Publicação Nº 2130934

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2019 - FUNREBOM  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2019 - FUNREBOM  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2019 - FUNREBOM  
Contratada: SUPERMERCADO E DISTR DE ALIMENTOS COSTÃO LTDA ME  
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, destinados ao Corpo de Bombeiros Militar de Barra Velha, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência.  
Valor da Ata: R\$72.000,00 (setenta e dois mil reais)  
Data de Assinatura: 19/08/2019  
Data de Vencimento: 19/08/2020  
Barra Velha, 19 de agosto de 2019  
ANDERSON LINO VIEIRA  
Pela Empresa Contratada  
VALTER MARINO ZIMMERMANN  
Prefeito

### CREDENCIAMENTO 001/2019 FMAS

Publicação Nº 2131426

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 006/2019 FMAS  
CHAMAMENTO PÚBLICO DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2019 FMAS  
O Prefeito de Barra Velha/SC, torna público, o chamamento para Credenciamento de empresas de ônibus e/ou agências de viagens e turismo para fornecimento de passagens rodoviárias, destinadas a usuários cadastrados no CADÚNICO e que comprovem não ter condições de compra. Conforme Lei Municipal nº 1350, de 14 de março de 2014, Art. 5º Parágrafo III Auxílio transporte/passagem, Art. 8º O benefício eventual na forma de auxílio transporte constitui-se no fornecimento de passagens de transporte coletivo urbano, intermunicipais e / emergenciais. Conforme documento em anexo. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria da Administração, no endereço supra, no horário das 08:00 ao 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br).  
Data de abertura: a partir de 22/08/2019  
Barra Velha 21 de agosto de 2019  
VALTER MARINO ZIMMERMANN  
Prefeito

**PORTARIA Nº 1752-GAB, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2130601

PORTARIA Nº 1752-GAB, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o requerimento para retirada da função de membro de comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº 1519-GAB, de 09 de julho de 2019, alterado pela Portaria 1621-GAB, de 24 de julho de 2019, datado de 06 de agosto de 2019, formalizado pela servidora Sra. TATHIANA MARIA DALLEK, Técnica de Enfermagem, matrícula funcional nº 1504, Membro da Comissão;

**R E S O L V E:**

Artigo 1º- Alterar a comissão do PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR instaurado pela Portaria nº 1519-GAB, de 09 de julho de 2019, alterada pela Portaria 1621-GAB, de 24 de julho de 2019, para apuração dos fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos que envolveram a Sra. O. C. da S. F., servidora efetiva no cargo de Técnica de Enfermagem, matrícula funcional nº 1317, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

Artigo 2º - Para conduzir e concluir o procedimento, fica constituída nova comissão de Processo Administrativo Disciplinar, permanecendo a Sra. MARCIA NUNES SILVEIRA, Engenheira Civil, matrícula funcional nº 1674, do quadro pessoal da Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Urbano, Indústria e Comércio, para atuar como Presidente, bem como o Sr. AGNALDO PAES DE SOUZA, Fiscal de Postura, matrícula funcional nº 1670, do quadro pessoal da Secretaria Municipal de Finanças, para atuar como Membro, e designando a Sra. EDNEIA TOMAZ, matrícula funcional nº 1161, Agente Administrativo, do quadro de pessoal da Secretaria Municipal da Administração, para atuar como Secretária, destinados a apurar, no prazo de 60 dias (sessenta dias), a contar a data desta Portaria, os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos que envolveram a Sra. O. C. da S. F., servidora efetiva no cargo de Técnica de Enfermagem, matrícula funcional nº 1317, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 19 de agosto de 2019.

\_\_\_\_\_  
VALTER MARINO ZIMMERMANN  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1761, DE 19 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2130941

PORTARIA Nº 1761, DE 19 DE AGOSTO DE 2019

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto no inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal c/c arts. 6º, 10 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 116/2011, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através do Edital nº 002/2015, homologado pelo Decreto nº 1088, de 07 de março de 2016 e Decreto nº 1089, de 14 de março de 2016;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear o candidato JACKSON VIEIRA DA SILVA, para o cargo efetivo de MOTORISTA DE AUTOMÓVEL I, Nível 4, Letra "A", do Anexo II, da Lei Complementar nº 116/2011, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, e terá o prazo de 15 (quinze) dias para o servidor empossado entrar em exercício, contados da data da posse.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 19 de agosto de 2019.  
VALTER MARINO ZIMMERMANN  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1762, DE 19 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2130948

PORTARIA Nº 1762, DE 19 DE AGOSTO DE 2019

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público – Secretaria de Saúde"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto no inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal c/c arts. 6º, 10 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 116/2011, e Lei Complementar 196, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através do Edital nº 003/2015, homologado pelo Decreto nº 1091, de 21 de março de 2016;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear a candidata EUNICE EVANGELISTA DO AMARAL FARIAS para o cargo efetivo de TECNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, Nível 6, Letra "A", do Anexo II, da Lei Complementar nº 116/2011, lotada na Estratégia de Saúde da Família, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, e terá o prazo de 15 (quinze) dias para o servidor empossado entrar em exercício, contados da data da posse.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 19 de agosto de 2019.  
VALTER MARINO ZIMMERMANN  
Prefeito

**PORTARIA Nº 1763, DE 19 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2130952

PORTARIA Nº 1763, DE 19 DE AGOSTO DE 2019

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público – Secretaria de Saúde"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto no inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal c/c arts. 6º, 10 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 116/2011, e Lei Complementar 196, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através do Edital nº 003/2015, homologado pelo Decreto nº 1091, de 21 de março de 2016;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear o candidato JAISON ALBUQUERQUE para o cargo efetivo de TECNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, Nível 6, Letra "A", do Anexo II, da Lei Complementar nº 116/2011, lotado na Estratégia de Saúde da Família, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, e terá o prazo de 15 (quinze) dias para o servidor empossado entrar em exercício, contados da data da posse.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 19 de agosto de 2019.  
VALTER MARINO ZIMMERMANN  
Prefeito



**PORTARIA Nº 1764, DE 19 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2130961

PORTARIA Nº 1764, DE 19 DE AGOSTO DE 2019

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público – Secretaria de Saúde"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto no inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal c/c arts. 6º, 10 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 116/2011, e Lei Complementar 196, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através do Edital nº 003/2015, homologado pelo Decreto nº 1091, de 21 de março de 2016;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear a candidata JACQUELINE ELIZBETH LAAF para o cargo efetivo de TECNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, Nível 6, Letra "A", do Anexo II, da Lei Complementar nº 116/2011, lotada na Estratégia de Saúde da Família, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, e terá o prazo de 15 (quinze) dias para o servidor empossado entrar em exercício, contados da data da posse.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 19 de agosto de 2019.

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito

# Bela Vista do Toldo

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA N.18/2019

Publicação Nº 2131214

PORTARIA Nº 18 DE 01 DE AGOSTO DE 2019.

SANDRO MIELKE, Presidente da Câmara de Vereadores de Bela Vista do Toldo, no uso de suas atribuições legais e Constitucionais:

DECLARA

Art. 1º - Conceder a Servidora Pública SOLANGE APARECIDA POLONISKI, ocupante do cargo de SERVIÇOS GERAIS, 20 (vinte) dias de férias em conformidade com o art. 78 da Lei Municipal n.004\97.

Art. 2º - As férias são referente ao período de 17\02\2017 a 16\02\2018

Art. 3º- período que compreenderá o gozo de férias será de 20\08\2019 a 30\08\2019.

Bela Vista do Toldo, SC, 01 de agosto de 2019.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

SANDRO MIELKE  
Presidente

VALDECIR KRAUSS  
1º secretário

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Legislativa desta Casa, na data supra.

### PORTARIA N.20/2019

Publicação Nº 2131215

PORTARIA Nº 20 DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

SANDRO MIELKE, Presidente da Câmara de Vereadores de Bela Vista do Toldo, no uso de suas atribuições legais e Constitucionais:

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER ao Vereador Sr. João Maria Ferreira, licença do cargo de Vereador Suplente, conforme a Requerimento n.51 de 13 de agosto de 2019, o qual assume o cargo do Vereador titular o Sr. Antônio Alberti.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, SC, 14 de agosto de 2019.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

SANDRO MIELKE  
Presidente

VALDECIR KRAUSS  
1º secretário

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Legislativa desta Casa, na data supra.

**PORTARIA N.21/2019**

Publicação Nº 2131217

PORTARIA Nº 21 DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

SANDRO MIELKE, Presidente da Câmara de Vereadores de Bela Vista do Toldo, no uso de suas atribuições legais e Constitucionais:

**RESOLVE**

Art. 1º - Nomear o 5º Suplente de Vereador a Sra. Margarida Aparecida da Rocha Miranda, através do Ofício n.60/2019, em face da licença concedida para o 4º Suplente de vereador o Sr. João Maria Ferreira, através do Requerimento n.51/2019 de 13 de agosto de 2019.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, SC, 19 de agosto de 2019.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

SANDRO MIELKE  
Presidente

VALDECIR KRAUSS  
1º secretario

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Legislativa desta Casa, na data supra.

# Benedito Novo

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO 110/2019

Publicação Nº 2131024

#### PUBLICAÇÕES LEGAIS

#### EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

Processo Licitatório Nº 90/2019

EXTRATO DO CONTRATO Nº 110/2019

Contratada: FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA OS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

Valor do Contrato: R\$ 25.000,00

Vigência: 15/08/2019 a 31/12/2019

Data Assinatura: 15/08/2019

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito Municipal

# Biguaçu

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO Nº 40 EDITAL 001/2016

Publicação Nº 2131570

CONVOCAÇÃO Nº 40 – EDITAL 001/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 98, inciso X, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público Edital 001/2016, abaixo relacionados para comparecerem na Prefeitura Municipal de Biguaçu, situada na Praça Nereu Ramos, nº 90, Centro, Biguaçu – SC, no PRAZO MÁXIMO DE 30 (TRINTA) DIAS, munidos da Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DOS CANDIDATOS ABAIXO RELACIONADOS É INDISPENSÁVEL, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO SERÁ TIDO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA. Após aprovação no referido exame pré-admissional, os candidatos serão nomeados e tomarão posse no exercício do cargo.

Biguaçu, 19 de agosto de 2019.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

CARGO: VIGIA

07 – RODRIGO JAIR MARTINS

### DECRETO Nº 172/2019

Publicação Nº 2131796

DECRETO Nº 172/2019 DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE DESPESAS DE CUSTEIO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com art. 98, VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu; e,

Considerando as dificuldades econômico financeiras no qual atravessa o Município, visto a crescente queda da arrecadação;

Considerando a necessidade de adequação do Município às previsões da Lei Complementar 101/2000, especialmente quanto ao equilíbrio orçamentário-financeiro;

Considerando a necessidade de manutenção dos serviços básicos prestados pelo ente municipal;

Considerando a queda de receita do Município, decorrente da redução dos repasses Federais e Estaduais;

Considerando, por fim, a necessidade de se aplicar com rigor medidas que venham a favorecer o controle de aplicação dos recursos financeiros do Município, adequando-se aos preceitos da Lei Complementar nº 101/2000.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam estabelecidas as seguintes medidas administrativas e de restrições orçamentárias para o efetivo controle da despesa pública:

I - Revisão do quadro de cargos em comissão, funções gratificadas e estagiários;

II - Fica condicionada a emissão de Autorização de Fornecimento (AF), somente após o aval do Secretário Municipal de Administração e Finanças;

III - Ficam suspensos em caráter temporário:

a) Concessão de licença prêmio, a mesma só será deferida, para os servidores que não necessitarem ser substituídos;

b) a concessão de diárias, salvo em casos excepcionais e essenciais a manutenção do serviço público;

c) participação dos servidores públicos municipais em treinamentos, seminários e cursos de qualificação, bem como encontros regionais, estaduais e nacionais de quaisquer áreas, salvo casos excepcionais com autorização expressa do Prefeito Municipal;

d) concessão de novos auxílios ajuda de custo e qualquer outro tipo de subvenções sociais;

e) Locações de veículos; e

e) fica proibida a realização de serviço extraordinário;

IV - fica vedada a cessão, locação ou contratação de serviços de transporte para realização de viagens de qualquer natureza, em atividades da municipalidade ou de instituições não governamentais, ressalvados os casos determinados ou autorizados por Lei ou avençados em Convênio, ressalvados apenas nos casos expressamente autorizados pelo Prefeito Municipal.

V - suspensão de auxílio para realização de eventos promovidos por quaisquer secretarias ou instituições, exceto aqueles já autorizados ou previstos;

Art. 2º - Cada Secretário ficará responsável pelo acompanhamento e verificação quanto à observância e cumprimento das medidas estabelecidas neste Decreto junto a sua secretaria.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 21 de agosto de 2019.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Diretoria Executiva de Legislação

e Expediente

**ERRATA 01 PE 101/2018-PMB/FMS**

Publicação Nº 2131454

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS****ERRATA 01 DO EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO nº 101/2019 -  
PMB/FMS**

Comunicamos às empresas interessadas no **PE 101/2019-PMB/2019**, que tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE UNIFORMES PARA AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU**, que por solicitação do Secretário Municipal de Saúde, onde percebeu que precisava incluir mais itens, com isso deverá ser desconsiderado os itens constantes no Anexo 01 e considerados os itens conforme segue abaixo:

Leia -se no Anexo 01 do edital:

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor referência Unit.	Valor referência Total
1	BERMUDA INDUSTRIAL DE BRIM COM ELÁSTICO, CORDÃO INTERNO, 02 BERMUDA INDUSTRIAL DE BRIM COM ELÁSTICO, CORDÃO INTERNO, 02 BOLSOS CHAPADOS NA FRENTE COM COSTURA DUPLA E TRAVETE. UM BOLSO CHAPADO TRASEIRO COM COSTURA DUPLA E TRAVETADO. PESO DO BRIM, 270 G/M², COM TINGIMENTO REATIVO, APLICADO A BAIXO DO BOLSO ESQUERDO EM SERIGRAFIA. ( SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA) .TAMANHOS P, M, G, GG E XGG .QUANTIDADES A SEREM INFORMADAS NO ATO DO PEDIDO.COR AZUL MARINHO (CÓDIGO CEDRO 5098 G5 PANT. 19-3952)	UNIDADE	80	37,3300	2.986,4000
2	Calça social feminina, com bolso na lateral, em tecido spandex liso, nos tamanhos do P,M,G,GG,EX.G. COR AZUL MARINHO.	UNIDADE	30	58,6700	1.760,1000
3	Blazer feminino em tecido spandex com bordado no peito medindo 8 cm, nos tamanhos P,M,G,GG,EX.G. COR AZUL MARINHO.	UNIDADE	50	146,6700	7.333,5000
4	Calça feminina em oxford liso, nos tamanhos P,M,G,GG,EX.G. COR AZUL MARINHO.	UNIDADE	30	56,0000	1.680,0000
5	Saia lápis em tecido spandex liso, nos tamanhos P, M G, GG, EX.G. COR AZUL MARINHO.	UNIDADE	30	47,6700	1.430,1000
6	CAMISETE COM ELASTANO MANGA CURTA COM BORDADO NO PEITO MEDINDO 8 CM, TAMANHOS P,M,G,GG,EX.G. COR BRANCA. COM ESPAÇAMENTO ENTRE BOTÕES DE 5 CM E COM TRÊS BOTÕES NA LINHA DO BUSTO.	UNIDADE	80	63,3000	5.064,0000
7	BONÉ - BONÉ EM BRIM, COR AZUL TURQUEZA, LOGOMARCA FRONTAL DO PROGRAMA DE CONTROLE DA DENGUE NA COR AZUL MAR, BANDEIRA DO MUNICÍPIO E FRASES NA LATERAL BORDADAS NA COR PRETA.	UNIDADE	15	28,3000	424,5000
8	CAMISA POLO FEMININA TECIDO PIQUET (50% ALGODÃO E 50% POLIESTER), COR BRANCA OU AZUL MARINHO, COM BORDADO NA ALTURA DO PEITO (LADO ESQUERDO)MEDINDO 8 CM, CONTENDO O BRASÃO E	UNIDADE	50	50,5600	2.528,0000

1-6



Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor referência Unit.	Valor referência Total
	ESCRITO EM BAIXO PREFEITURA DE BIGUAÇU, NA MANGA DO LADO ESQUERDO BORDADO A BANDEIRA DO MUNICÍPIO E EM BAIXO PREFEITURA DE BIGUAÇU MEDINDO 3CM X 4 CM. NOS TAMANHOS P, M, G, GG, EX.G				
9	Camisa gola polo masculina, TECIDO PIQUET (50% ALGODÃO E 50% POLIESTER), COR BRANCA OU AZUL MARINHO, A COR SERÁ DETERMINADA PELA SECRETARIA NA ORDEM COMPRA, COM BORDADO NA ALTURA DO PEITO (LADO ESQUERDO)MEDINDO 8 CM, CONTENDO O BRASÃO E ESCRITO EM BAIXO PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, NA MANGA DO LADO ESQUERDO BORDADO A BANDEIRA DO MUNICÍPIO E EM BAIXO PREFEITURA DE BIGUAÇU MEDINDO 3cm x 4 cm. NOS TAMANHOS P, M, G, GG, EX.G	UNIDADE	100	50,9600	5.096,0000
10	CALÇA INDUSTRIAL DE BRIM COM ELÁSTICO, CORDÃO INTERNO, 02 BO CALÇA INDUSTRIAL DE BRIM COM ELÁSTICO, CORDÃO INTERNO, 02 BOLSOS CHAPADOS NA FRENTE COM COSTURA DUPLA E TRAVETE. PESO DO BRIM 270 G/M², COM TINGIMENTO REATIVO, APLICADO ABAIXO DO BOLSO ESQUERDO EM SERIGRAFIA (SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA).COM FAIXA REFLETIVA EM CADA PARTA COM 5CM DE LARGURA NA COR PRATA ABAIXO DO JOELHO (TIPO 3M).TAMANHOS P, M, G E GG E XGG E QUANTIDADES A SEREM INFORMADOS NO ATO DO PEDIDO COM FAIXA REFLETIVA DE 05 CM. COR: CÓDIGO CEDRO 5098 G5 PANT. 19-3952 (AZUL MARINHO).	UNIDADE	80	43,9700	3.517,6000
11	CAMISA POLO MASCULINA MANGA CURTA DE PIQUET LARANJA COM 3 (TRÊS) BORDADOS (BORDADO NO PEITO ESQUERDO PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, BORDADO DEFESA CIVIL NO PEITO DIREITO E NAS COSTAS BORDADO GRANDE DEFESA CIVIL E TELEFONE).	UNIDADE	12	50,5600	606,7200
12	CAMISETA EM MALHA TAMANHO P, M, G E GG. 77% POLIÉSTER E 33% VISCOSE, NA COR A DEFINIR PELA SECRETARIA SOLICITANTE, DE MANGA CURTA, GRAMATURA DA MALHA 160 G/M². COM SERIGRAFIA DO BRASÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU NA FRENTE, LADO ESQUERDO NA ALTURA DO PEITO, NA MANGA DO LADO DIREITO A BANDEIRA DO MUNICÍPIO, EMBaixo DA BANDEIRA EM COR PRETO OS DIZERES MUNICÍPIO DE BIGUAÇU. NAS COSTAS NOME DA SECRETARIA SOLICITANTE.	UNIDADE	173	26,7600	4.629,4800
13	CALÇA-JEANS CORTE CLÁSSICO, COM ZÍPPER E BOLSOS, NOS TAMANHOS 40, 42, 44 E 46.	UNIDADE	50	1,6326	81,6300
14	CALÇA OPERACIONAL MASCULINA MATERIAL RIP STOP PROFISSIONAL, COR A DEFINIR, NOS TAMANHOS P, M, G E GG CONFORME SERÁ SOLICITADO; ESPECIFICAÇÕES DO CORTE E DEMAIS CARACTERÍSTICAS: COMPOSIÇÃO (NORMA 20/13 E 20A/14 DA AATCC): POLIESTER 67%, ALGODÃO: 33%; TOLERÂNCIA: +/-2%, RESOLUÇÃO 02 DO CONMETRO DE 06/05/2008; GRAMATURA (NBR 10591/08): 250 G/M². TOLERÂNCIA: +/-5%; BOLSOS FRONTAIS TIPO FACA FORRADO COM TECIDO COMPATIVEL COM A COR DO TECIDO; CÓS: TECIDO DUPLO, COM O MESMO TECIDO DA CALÇA, MEDINDO 4,5CM DE LARGURA, ACABAMENTO DAS PONTAS COM TRAVETES E FECHAMENTO COM BOTÃO; O CASEADO DEVERÁ SER FEITO NA PONTA DIREITA DO CÓS DE MANEIRA QUE O BOTÃO NÃO FIQUE APARENTE. CONTENDO 05 PASSADORES EXTERNOS PARA CINTA, DO MESMO TECIDO DA CALÇA, COM 5CM DE LARGURA E 5CM DE ALTURA, EMBUTIDOS NA PARTE INFERIOR DO CÓS E TRAVETADOS NA BORDA SUPERIOR, SENDO DOIS PASSADORES APLICADOS NA PARTE FRONTAL E TRÊS NA PARTE TRASEIRA. BOLSO LATERAL DA PERNA: 02 BOLSOS, UM DE CADA LADO, COM 20,0CM DE LARGURA E 21,0CM DE ALTURA, TENDO UMA PREGA MACHO VERTICAL (ABERTA - PARA PERMITIR A EXPANSÃO DO	UNIDADE	32	154,6300	4.948,1600

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor referência Unit.	Valor referência Total
	<p>BOLSO) DE 5,0CM DE LARGURA. ABERTURA COM LIMPEZA EM OVERLOCK E BAINHA SIMPLES DE 2,0CM. TERÃO ACABAMENTO TIPO FOLE DE 3,0CM NAS LATERAIS DO BOLSO, COM PESPONTO SIMPLES NO FOLE E NO BOLSO (O FOLE DEVERÁ SER TRAVETADO NA PARTE SUPERIOR, FECHANDO O MESMO). CENTRALIZADOS SOBRE A COSTURA DE UNIÃO LATERAL DA PERNA E POSICIONADOS A 32,0CM DO CÔS (MEDIDA FEITA SEM O CÔS ATÉ A LAPELA DO BOLSO, TENDO COMO BASE O TAMANHO 44 E AJUSTADA DE ACORDO COM O TAMANHO DA PEÇA, COM GRADUAÇÃO DE 0,5CM, SENDO TOLERADO DIFERENÇA DE +/-1CM). DEVERÃO SER COBERTOS POR LAPELAS RETANGULARES, COM PESPONTO DUPLO EM TODO O CONTO, DA LARGURA DO BOLSO E 6,0CM DE ALTURA, FORRADAS INTERNAMENTE COM ENTRETELA E FECHADO ATRAVÉS DE VELCRO (2CM X 18CM), O MACHO (ÁSpero) FIXADO NO BOLSO E FÊMEA (MACIO) NA LAPELA, NÃO DEVERÁ APARECER A COSTURA DE FIXAÇÃO DO VELCRO NA LAPELA. EXTREMIDADE SUPERIOR DAS LAPELAS COM TRAVETES. NA LAPELA DO BOLSO DIREITO HAVERÁ UMA ABERTURA DE 3CM NA COSTURA PARA PASSAGEM DA CANETA. (TOLERÂNCIA DE +/- 0,5CM PARA AS MEDIDAS DO BOLSO). BOLSO TRASEIRO: 02 BOLSOS CHAPADOS, UM DE CADA LADO, SEM EFEITO DE USO, COM 15,0CM DE LARGURA E 17,5CM DE ALTURA (COM LAPELA), TENDO UMA PREGA MACHO VERTICAL (ABERTA) DE 5,0CM DE LARGURA, PESPONTO DUPLO EM TODO O CONTO. POSICIONADOS DE TAL FORMA QUE, APÓS A COLOCAÇÃO DA LAPELA FIQUE UM ESPAÇO DE 6,0CM ENTRE O CÔS E A LAPELA. DEVERÃO SER FECHADOS POR LAPELAS RETANGULARES, DA LARGURA DO BOLSO E 6,0CM DE ALTURA, FORRADAS INTERNAMENTE COM ENTRETELA, COM PESPONTO DUPLO EM TODO O CONTO DE FORMA QUE INUTILIZE O BOLSO. TRAVETE NOS QUATRO CANTOS DA LAPELA. (TOLERÂNCIA DE +/- 0,5CM PARA AS MEDIDAS DO BOLSO). BRAGUILHA: FECHADA POR ZÍPER, TRAVETES NA PARTE INFERIOR PARA NÃO HAVER RUPTURAS. PESPONTO SIMPLES EM MÁQUINA RETA, INICIANDO 3,5CM DA BORDA. GANCHOS: - GANCHO TRASEIRO - DEVERÁ SER COSTURADO EM TODA EXTENSÃO COM MÁQUINA INTERLOCK. COM REFORÇO INTERNO, DO PRÓPRIO TECIDO, APLICADO EM MÁQUINA RETA, PESPONTO SIMPLES COM 03 COSTURAS EQUIDISTANTES. - GANCHO DIANTEIRO - COM LIMPEZA EM OVERLOCK, JUNÇÃO ATÉ A BRAGUILHA EM MÁQUINA RETA E COM PESPONTO SIMPLES A 0,2CM DA BORDA. COM REFORÇO INTERNO, DO PRÓPRIO TECIDO, APLICADO EM MÁQUINA RETA, PESPONTO SIMPLES COM 03 COSTURAS EQUIDISTANTES. PERNAS: LIGEIRAMENTE CÔNICAS COM ACABAMENTO EM OVERLOCK. REFORÇOS RETANGULARES COM O MESMO TECIDO, FORRADO INTERNAMENTE COM MANTA ACRÍLICA, COM COSTURAS CRUZADAS (5,0CM X 5,0CM), APLICADO NA ALTURA DOS JOELHOS, PRESO AS COSTURAS INTERNAS E EXTERNAS DA CALÇA. PENSE TRASEIRA: UMA EM CADA LADO, PARA AJUSTE DA CINTURA, COSTURADA COM MÁQUINA RETA, TERMINANDO ABAIXO DA LAPELA, CENTRALIZADA PELO BOLSO TRASEIRO. ETIQUETA: INDICANDO O TAMANHO DO MANEQUIM, A EMPRESA FORNECEDORA DA CONFECÇÃO E DO FABRICANTE DO TECIDO, COSTURADAS INTERNAMENTE JUNTO AO PRIMEIRO PASSADOR DIANTEIRO DO LADO ESQUERDO, INFORMANDO COMPOSIÇÃO DO TECIDO E MODO DE LAVAR. COSTURAS: - MÁQUINA INTERLOCK (BITOLA 1,0CM): JUNÇÃO DO GANCHO TRASEIRO, JUNÇÃO DA LATERAL E DO ENTREPERNAS; - PESPONTO SIMPLES DE</p>				

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor referência Unit.	Valor referência Total
	0,5CM SOBRE A COSTURA DE JUNÇÃO LATERAL DAS PERNAS - 3,5 A 4 PONTOS POR CM. - CASEADOS: AS CASAS PARA OS BOTÕES TERÃO ACABAMENTO DE MODO A IMPEDIR DESFIAMENTO, RUPTURAS OU ESGARÇAMENTO.				
15	Jaqueta em Oxford cor e tamanho a definir. Especificações do corte e demais características: Brasão da Prefeitura bordado no peito esquerdo com 9 (nove) cm de altura por 6 (seis) cm de largura e bandeira do município na manga direita 06 (seis) cm de altura por 06 de largura e dizeres a definir na manga esquerda, 06 (seis) cm de altura por 06 de largura. Bolsos: dois bolsos, embutidos nas laterais, pesponto duplo em todo seu contorno, travetes horizontais na abertura. Frente: fechamento através de zíper coberto por uma vista sobreposta de 3,5cm com pesponto simples que inicia junto à gola e pesponto duplo na extremidade, iniciando também junto a gola até o término da faixa frontal do cós. Costas: inteira e lisa em tecido, com serigrafia centralizada na parte superior das costas, em branco, com a inscrição "MONITORAMENTO" em formato de arco e abaixo, a inscrição "BIGUAÇU" em formato reto, com 2 faixas refletiva prata com 5,0cm de largura na vertical. Cós: com duas tiras em tecido principal na parte frontal, uma de cada lado do zíper, medindo 14,0cm de comprimento a do lado direito e 15,5cm de comprimento a do lado esquerdo, ambas com 6,0cm de largura, com prolongamento até as costas em ribana na cor azul, medindo 6,0cm de largura. O cós direito deverá ser pregado 2,0cm além do zíper, contendo 02 caseados no sentido horizontal. Mangas: compridas com recorte na parte de trás e pesponto duplo sobre o mesmo. Punho em ribana azul, com 6,0 cm largura. A. Faixa refletiva prata com 3,0cm de largura, costurada com linha na mesma cor, posicionada a partir da junção da manga (no meio) com ombro	UNIDADE	16	181,6300	2.906,0800
16	Coturno cor preto EPI, números a definir, especificações: cabedal em couro legítimo; lona preta no cano; fechamento em cadarço; zíper na lateral para facilitar o calçar; solado emborrachado colado e costurado nas laterais; biqueira termoplástica; palmilha em EVA anti bacteriana; altura média do cano: 25 cm; resistente a água	PAR	16	385,6300	6.170,0800
17	Camisa polo feminina tecido piquet (50% algodão e 50% poliéster), cor branca ou azul marinho, com bordado na altura do peito (lado esquerdo) medindo 8 cm, contendo o brasão e escrito em baixo prefeitura de Biguaçu, na manga do lado esquerdo bordado a bandeira do município e em baixo prefeitura de Biguaçu medindo 3cm x 4 cm. Nos tamanhos P, M, G, GG, EX.G	UNIDADE	32	50,5600	1.617,9200
18	Camisa gola polo masculina, tecido piquet (50% algodão e 50% poliéster), cor branca ou azul marinho, a cor será determinada pela secretaria na ordem compra, com bordado na altura do peito (lado esquerdo) medindo 8 cm, contendo o brasão e escrito em baixo prefeitura municipal de Biguaçu, na manga do lado esquerdo bordado a bandeira do município e em baixo prefeitura de Biguaçu medindo 3cm x 4 cm. Nos tamanhos P, M, G, GG, EX.G	UNIDADE	55	50,8509	2.796,7995

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor referência Unit.	Valor referência Total
19	CAMISETA POLO MASCULINA NA COR LARANJA COM 3 BORDADOS.	UNIDADE	20	39,0000	780,0000
20	CAMISETA DE ALGODÃO COM SERIGRAFIA.	UNIDADE	30	30,0000	900,0000
21	JOGO DE UNIFORME ESPORTIVO PARA FUTEBOL DE CAMPO COM 24 CAMISAS, 24 CALÇÕES E 24 MEIAS CADA UM. TECIDO DRY-FIT, 100% POLIÉSTER, DE MANGA CURTA, COM SUBLIMAÇÃO TOTAL. CAMISA COM NUMERAÇÃO NAS COSTAS, EMBLEMA NA FRENTE, BIGUAÇU FRENTE E COSTAS E SÍMBOLO DA SECETUL NO OMBRO. CORES, MODELOS E TAMANHOS A SEREM DEFINIDOS PELA SECRETARIA.	JOGO	3	2.160,0000	6.480,0000
22	JOGO DE UNIFORME ESPORTIVO PARA FUTSAL COM 10 CAMISAS, 10 CALÇÕES E 10 MEIAS CADA UM. TECIDO DRY-FIT, 100% POLIÉSTER, DE MANGA CURTA, COM SUBLIMAÇÃO TOTAL. CAMISA COM NUMERAÇÃO NAS COSTAS, EMBLEMA NA FRENTE, BIGUAÇU FRENTE E COSTAS E SÍMBOLO DA SECETUL NO OMBRO. CORES, MODELOS E TAMANHOS A SEREM DEFINIDOS PELA SECRETARIA.	JOGO	2	1.100,0000	2.200,0000
23	JOGO DE UNIFORME ESPORTIVO PARA GOLEIRO COM 06 CAMISAS, 06 CALÇÕES E 06 MEIAS, EM CORES VARIADAS. TECIDO DRY-FIT, 100% POLIÉSTER, DE MANGA CURTA, COM SUBLIMAÇÃO TOTAL. CAMISA COM NUMERAÇÃO NAS COSTAS, EMBLEMA NA FRENTE, BIGUAÇU FRENTE E COSTAS E SÍMBOLO DA SECETUL NO OMBRO. CORES, MODELOS E TAMANHOS A SEREM DEFINIDOS PELA SECRETARIA.	JOGO	1	800,0000	800,0000
24	JOGO DE UNIFORME ESPORTIVO PARA HANDEBOL E VOLEIBOL (FEMININO) COM 14 CAMISAS, 14 BERMUDAS ELANCA. TECIDO DRY-FIT, 100% POLIÉSTER, DE MANGA CURTA, COM SUBLIMAÇÃO TOTAL. CAMISA COM NUMERAÇÃO NAS COSTAS, EMBLEMA NA FRENTE, BIGUAÇU FRENTE E COSTAS E SÍMBOLO DA SECETUL NO OMBRO. CORES, MODELOS E TAMANHOS A SEREM DEFINIDOS PELA SECRETARIA.	JOGO	4	1.400,0000	5.600,0000
25	JOGO DE UNIFORME ESPORTIVO PARA ATLETISMO COM 10 CAMISETAS REGATAS MASCULINO, 10 CALÇÕES, 10 REGATAS FEMININA E 10 BERMUDAS. TECIDO DRY-FIT, 100% POLIÉSTER, DE MANGA CURTA, COM SUBLIMAÇÃO TOTAL. CAMISA COM NUMERAÇÃO NAS COSTAS, EMBLEMA NA FRENTE, BIGUAÇU FRENTE E COSTAS E SÍMBOLO DA SECETUL NO OMBRO. CORES, MODELOS E TAMANHOS A SEREM DEFINIDOS PELA SECRETARIA.	JOGO	1	1.800,0000	1.800,0000
26	Calça social feminina, com bolso na lateral, em tecido spandex liso, nos tamanhos do P,M,G,GG,EX.G. COR AZUL MARINHO.	UNIDADE	8	58,6700	469,3600
27	Blazer feminino em tecido spandex com bordado no peito medindo 8 cm, nos tamanhos P,M,G,GG,EX.G. COR AZUL MARINHO.	UNIDADE	4	146,6700	586,6800
28	Calça feminina em oxford liso, nos tamanhos P,M,G,GG,EX.G. COR AZUL MARINHO.	UNIDADE	5	56,0000	280,0000
29	CAMISETE COM ELASTANO MANGA CURTA COM BORDADO NO PEITO MEDINDO 8 CM, TAMANHOS P,M,G,GG,EX.G. COR BRANCA. COM ESPAÇAMENTO ENTRE BOTÕES DE 5 CM E COM TRÊS BOTÕES NA LINHA DO BUSTO.	UNIDADE	12	63,3000	759,6000
30	BOLSAS TODA FORRADA PARA DOCUMENTOS E LAPTOP COM ALÇAS A TIRACOLO, MEDINDO 39 CM X 35,5 CM X 5 CM X 12,0 CM, NA COR PRETA E LOGOTIPO DA VISA	UNIDADE	20	130,9300	2.618,6000
31	COLETES PARA FISCAIS DE CAMPO, NA COR VERDE OLIVA E LOGOTIPO DA VISA, ABERTURA FRONTAL EM ZÍPERS, AJUSTES LATERAIS E FITA REFLETIVA	UNIDADE	46	104,9300	4.826,7800
32	JALECO BRANCO FEMININO ACINTURADO TAM P, M, G E GG, GOLA DE BLAZER, TECIDO OXFORD, O JALECO COM ABERTURA LATERAIS DE 15 CM (DEVENDO COMEÇAR COM 28 CM A PARTIR DA CAVA E COM ACABAMENTO.FENDA NA PARTE INFERIOR DAS COSTAS, TAMANHO 20 CM COM DEVIDOS ACABAMENTOS. NÃO	UNIDADE	400	94,9700	37.988,0000

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor referência Unit.	Valor referência Total
	DEVERÁ APARECER OS BOTÕES, (SENDO 5 BOTÕES BRANCOS).MANGA LONGA COM ELÁSTICO NO PUNHO.TRES BOLSOS, SENDO UM SUPERIOR LADO ESQUERDO COM A LOGO MARCA BORDADA (BANDEIRA DE BIGUAÇU E S.M.S), 2 BOLSOS INFERIORES EMBUTIDOS.				
33	BOLSAS CONFECCIONADAS EM NYLON 600, COR VERDE, DUAS DIVISÓRIAS, ALÇA DE MÃO E TIRACOLO, MEDINDO 39X31X13 CM, C/LOGOTIPO DA CAMPANHA COMBATE A DENGUE.MATERIAL RESISTENTES E COSTURAS DUPLAS	UNIDADE	30	102,5300	3.075,9000
34	COLETES CONFECCIONADOS EM SELETE, COM BOLSOS, ABERTURA FRONTAL COM ZÍPER E LOGOTIPO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	UNIDADE	20	104,2600	2.085,2000
35	BOTINA EM COURO SINTÉTICO, COR PRETA	UNIDADE	20	71,0000	1.420,0000
36	JALECO BRANCO MASCULINO TAM G: JALECO BRANCO MASCULINO TAM G: COM GOLA DE BLAZER, TECIDO OXFORD. O JALECO COM ABERTURAS LATERAIS DE 15 CM (DEVENDO COMEÇAR COM 28 CM A PARTIR DA CAVA E COM ACABAMENTO. FENDA NA PARTE INFERIOR DAS COSTAS, TAMANHO 20 CM COM DEVIDOS ACABAMENTOS. NÃO DEVERÁ APARECER OS BOTÕES, (SENDO 5 BOTÕES BRANCOS) NA PARTE DA VISTA DOS BOTÕES. MANGA LONGA COM ELÁSTICO NO PUNHO. TRÊS (3) BOLSOS, SENDO UM SUPERIOR LADO ESQUERDO COM A LOGO MARCA BORDADA (BANDEIRA DE BIGUAÇU E S.M.S. , 2 BOLSOS INFERIORES EMBUTIDOS, SENDO NA PARTE FRONTAL COM FRISO CONFORME ANEXO. A MANGA ESQUERDA, (SENDO O INÍCIO DO BORDADO 8 CM ABAIXO DO OMBRO) BORDAR O NOME E LOGO DO PROGRAMA, . (BORDADOS COLORIDOS) E COM BORDADO SAÚDE NAS COSTAS.	UNIDADE	300	94,9700	28.491,0000
37	CONJUNTO DE PIJAMAS MANGA CURTA COM DECOTE COM TRÊS BOLSOS FRONTAL NO TECIDO OXFORDINE CÓDIGO 879, COM BORDADO BRASÃO DA PREFEITURA DE BIGUAÇU NA MANGA DIREITA E UPA BORDADO NA MANGA ESQUERDA, SAÚDE NAS COSTAS.	UNIDADE	200	124,6600	24.932,0000
38	CALÇA CONFECCIONADA EM TECIDO JEANS, COM BOLSO, COR AZUL, COM 01 BORDADO DO BRASÃO DA PREFEITURA DE BIGUAÇU. TAMANHO A INFORMAR JUNTAMENTE NO PEDIDO.	UNIDADE	30	87,5000	2.625,0000
					<b>Total :</b> 184.295,1895

Inclui-se solicitação de retificação, o qual poderá ser retirado no endereço eletrônico: <https://bigua.atende.net>, bem como na plataforma do combrasbr.

Diante do exposto, agenda-se a data de realização da sessão de licitação:

**DATA DA REALIZAÇÃO: 04 de setembro de 2019.**

**HORÁRIO: 14:00 HORAS**

**RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS:**  
**Até às 13:45 horas, do dia 04 de setembro de 2019;**

**ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA:**  
**Às 14:00 horas, do dia 04 de setembro de 2019;**

**LOCAL DE RECEBIMENTO E ABERTURA: PRAÇA NEREU RAMOS, 90 – BIGUAÇU-SC, SETOR DE LICITAÇÕES.**

As demais informações constantes no aviso e edital de licitação permanecem inalteradas.

Biguaçu, 21 de agosto de 2019.

Gerson da Silva

Pregoeiro

# Blumenau

## PREFEITURA

**LEI N° 8.758/2019**

Publicação N° 2131611



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
GABINETE DO PREFEITO**

**LEI N° 8.758, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.**

**AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS  
ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DA  
ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO  
MUNICÍPIO DE BLUMENAU.**

**MÁRIO HILDEBRANDT**, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento da Administração Direta, até o valor de R\$ 30.712.000,00 (trinta milhões e setecentos e doze mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

**04 - PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

**0403 - Diretoria de Contencioso Judicial**

Atividade 04.03.03.092.0019.2011 - Manut. Ativ. Contencioso Judicial

Modalidade 3.1.90 (36) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

**0404 - Diretoria de Licitações e Contratos e Convênios**

Atividade 04.04.03.092.0019.2013 - Manut. Ativ. Licita. Contr. e Conv.

Modalidade 3.1.90 (40) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

**06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA**

**0602 - Diretoria de Receita**

Atividade 06.02.04.129.0021.2023 - Manut. Ativ. Receita

Modalidade 3.3.90 (84) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

**0603 - Diretoria de Contabilidade**

Atividade 06.03.04.123.0021.2024 - Manut. Ativ. Contab./Financeiro





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BLUMENAU**  
**GABINETE DO PREFEITO**

Modalidade 3.1.90 (89) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

**08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E**  
**RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**

**0803 - Diretoria de Relac. Institucional e Mídias**  
**Sociais**

Atividade 08.03.04.131.0023.2320 - Manut. Ativ. Relac.  
Institucional

Modalidade 3.1.90 (136) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

**0804 - Diretoria de Geral**

Atividade 08.04.04.131.0023.2349 - Manut. Ativ. Dir. Geral

Modalidade 3.1.90 (139) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

**09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**0903 - Diretoria de Educação Básica**

Projeto 09.03.12.361.0047.1003 - Construção/Ampl/Reformas de  
UEs

Modalidade 4.4.90 (152) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00  
Fonte de Recursos 0101.00000

Atividade 09.03.12.361.0048.2041 - Manut. Ativ. Ensino Fundamental

Modalidade 3.1.90 (167) Aplicações Diretas R\$ 2.100.000,00

Modalidade 3.1.91 (168) Aplicações Diretas R\$ 2.000.000,00

Modalidade 3.3.90 (169) Aplicações Diretas R\$ 5.690.000,00

Modalidade 4.4.90 (173) Aplicações Diretas R\$ 600.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

Atividade 09.03.12.361.0048.2036 - Transporte Escolar -  
Ens.Fundamental

Modalidade 3.3.90 (830) Aplicações Diretas R\$ 1.400.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

Projeto 09.03.12.365.0047.1006 - Constr./Ampliação/Reforma Ceis -  
Creche

Modalidade 4.4.90 (187) Aplicações Diretas R\$ 900.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

Atividade 09.03.12.365.0049.2046 - Manut. Desenv. Ensino. Educação  
Básica-Creche

Modalidade 3.1.91 (207) Aplicações Diretas R\$ 1.300.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

Atividade 09.03.12.365.0049.2340-Manut.Desenv.Ensino. Educação Básica-  
Pré-Escola

Modalidade 3.1.91 (218) Aplicações Diretas R\$ 900.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BLUMENAU**  
**GABINETE DO PREFEITO**

Atividade 09.03.12.365.0049.2413 - Manut. Ativ. Educação Infantil - Creche

Modalidade 3.1.90 (226) Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

Modalidade 3.1.91 (227) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

Modalidade 3.3.90 (229) Aplicações Diretas R\$ 4.260.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

Atividade 09.03.12.365.0049.2414 - Man. Ativ. Educ. Infantil - Pré-Escola

Modalidade 3.1.90 (236) Aplicações Diretas R\$ 233.000,00

Modalidade 3.1.91 (237) Aplicações Diretas R\$ 492.000,00

Modalidade 3.3.90 (239) Aplicações Diretas R\$ 4.540.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

Atividade 09.03.12.366.0050.2336 - Man. Ativ. Educação Jovens e Adultos

Modalidade 3.1.90 (248) Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Modalidade 3.1.91 (249) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

Atividade 09.03.12.367.0051.2047 - Man.Ativ.de Educ.Especial-Ens.Fundam.

Modalidade 3.1.90 (252) Aplicações Diretas R\$ 855.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

Atividade 09.03.12.367.0051.2481 - Manut.Ativ.de Educ.Especial-Creche

Modalidade 3.1.90 (262) Aplicações Diretas R\$ 780.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

**10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CIDADÃO**

**1001 - Administrativo do Gabinete**

Atividade 10.01.04.122.0027.2302 - Man. Ativ. Adm. Sedeci

Modalidade 3.1.90 (289) Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

**1002 - Diretoria de Defesa Civil**

Atividade 10.02.06.182.0090.2257 - Manut. Ativ. Defesa Civil

Modalidade 3.3.90 (303) Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

**11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA**

**1101 - Diretoria Administrativo-Financeira**

Atividade 11.01.04.122.0028.2277 - Manut. Ativ. Adm. Fin. Seinfra

Modalidade 3.1.90 (340) Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
GABINETE DO PREFEITO**

**12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**1201 - Diretoria de Proteção Especial**

Atividade 12.01.08.244.0055.2291 - Manut.das Ativ.de Prot.Especial  
Modalidade 4.4.90 (473) Aplicações Diretas R\$ 187.000,00  
Fonte de Recursos 0131.00000

**1204 - Diretoria Administrativo - Financeira**

Atividade 12.04.04.122.0029.2300 - Man. Ativ. Adm. Fin. Ass. Social  
Modalidade 3.1.90 (494) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

**13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO**

**1301 - Administrativo do Gabinete**

Atividade 13.01.04.122.0030.2064 - Manut.das Ativ.Adm. da Sedur  
Modalidade 3.1.90 (517) Aplicações Diretas R\$ 1.500.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

**14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO URBANA**

**1404 - Diretoria de Ilum.Pública e Sinalização Viária**

Atividade 14.04.15.452.0094.2278 - Man. Ativ. Ilum. Publ. Sin. Viária  
Modalidade 3.1.90 (592) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

**15- SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO**

**1501 - Administrativo do Gabinete**

Atividade 15.01.04.122.0032.2078 - Man. Ativ. Adm. Sedec  
Modalidade 3.1.90 (600) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

**1507 - Diretoria de Apoio ao Empreendedor**

Atividade 15.07.11.334.0097.2319 - Man. Ativ. Atendimento ao Empreendedor  
Modalidade 3.1.90 (665) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
GABINETE DO PREFEITO**

**16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E LAZER**

**1602 - Diretoria de Planejamento e Promoção**

Atividade 16.02.23.695.0080.2280 - Manut. Ativ. Planej.  
Promoção

Modalidade 3.1.90 (690) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 16.02.23.695.0080.2099 - Apoio Financ. Ao Blumenau e  
Vale Europeu Convention & Visitor

Modalidade 3.3.50 (688) Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

**21 - CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

**2101 - Administrativo do Gabinete**

Atividade 21.01.04.122.0067.2477 - Manut. Ativ. Adm. CGM

Modalidade 3.1.91 (760) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

**2102 - Diretoria de Transparência**

Atividade 21.02.04.122.0067.2478 - Manut. Ativ. Transparência

Modalidade 3.1.90 (764) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

**Art. 2º** Os créditos adicionais suplementares abertos  
no artigo 1º desta Lei, correrão por conta da redução das  
seguintes dotações orçamentárias:

**05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**0503 - Diretoria de Pessoal**

Atividade 05.03.04.128.0020.2322 - Manut. Concessão Benef. Serv.  
Publico

Modalidade 3.3.90 (62) Aplicações Diretas R\$ 1.970.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

**06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA**

**0601 - Administrativo do Gabinete**

Atividade 06.01.04.122.0021.2022 - Manut. Ativ. Adm. Segefi

Modalidade 3.3.90 (78) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BLUMENAU**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**0903 - Diretoria de Educação Básica**

Projeto 09.03.12.361.0047.1004 - Constr/Cobertura de Quadras Esportivas

Modalidade	3.3.90 (157)	Aplicações Diretas	R\$	100.000,00
Modalidade	4.4.90 (158)	Aplicações Diretas	R\$	200.000,00
Fonte de Recursos	0101.00000			

Atividade 09.03.12.361.0048.2043 - Man.Des.Ens.Educ.Básica-Ens.Fund.

Modalidade	3.1.90 (177)	Aplicações Diretas	R\$	2.100.000,00
Fonte de Recursos	0101.00000			

Atividade 09.03.12.361.0048.2326 - Man. Concessão Benef. Serv. Publico EF

Modalidade	3.3.90 (185)	Aplicações Diretas	R\$	8.690.000,00
Fonte de Recursos	0101.00000			

Projeto 09.03.12.365.0047.1194 - Constr/Ampl/Ref.Ceis-Pré-Escola

Modalidade	3.3.90 (194)	Aplicações Diretas	R\$	200.000,00
Fonte de Recursos	0101.00000			

Atividade 09.03.12.365.0049.2046 - Man.Desenv.Ens.Educ.Básica-Creche

Modalidade	3.1.90 (204)	Aplicações Diretas	R\$	2.000.000,00
Fonte de Recursos	0101.00000			

Atividade 09.03.12.365.0049.2340 - Man.Desen.Ens.Educ.Bás-Pré-Escol

Modalidade	3.1.90 (215)	Aplicações Diretas	R\$	5.550.000,00
Fonte de Recursos	0101.00000			

Atividade 09.03.12.365.0049.2341 - Man.Concessão Benef. Serv. Publ.Creche

Modalidade	3.3.90 (224)	Aplicações Diretas	R\$	3.960.000,00
Fonte de Recursos	0101.00000			

Atividade 09.03.12.365.0049.2342 - Man.Concessão Ben.Serv.Publ.Pré-Escola

Modalidade	3.3.90 (225)	Aplicações Diretas	R\$	4.340.000,00
Fonte de Recursos	0101.00000			

Atividade 09.03.12.367.0051.2482 - Man.Ativ.Educ.Especial-Pré-Escola

Modalidade	3.3.90 (272)	Aplicações Diretas	R\$	100.000,00
Fonte de Recursos	0101.00000			

**10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CIDADÃO**

**1002 - Diretoria de Defesa Civil**

Atividade 10.02.06.182.0090.2301 - Man. Diques Contenção de Cheias

Modalidade	4.4.90 (311)	Aplicações Diretas	R\$	45.000,00
Fonte de Recursos	0100.00000			



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BLUMENAU**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**1202 - Diretoria de Proteção Básica**

Projeto 12.02.08.244.0029.1144 - Proj.Esp.p/Exec.Ações  
Assis.Social

Modalidade 4.4.90 (479) Aplicações Diretas R\$ 187.000,00

Fonte de Recursos 0131.00000

**13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO**

**1304 - Diretoria de Fiscalização**

Atividade 13.04.15.125.0030.2261 - Manut.das Ativ.de  
Fiscalização

Modalidade 3.1.90 (541) Aplicações Diretas R\$ 1.200.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

**16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E LAZER**

**1602 - Diretoria de Planejamento e Promoção**

Atividade 16.02.23.695.0080.2100-Apoio Fin.Assoc.Clubes de Caça  
e Tiro

Modalidade 3.3.50 (689) Aplicações Diretas R\$ 40.800,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 16.02.23.695.0080.2280 - Manut.Ativ. Planejamento e  
Promoção

Modalidade 3.3.90 (691) Aplicações Diretas R\$ 19.200,00

Fonte de Recursos 0100.00000

**Art. 3º** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento da Administração Indireta do Município, até o valor de R\$ 6.690.000,00 (seis milhões e seiscentos e noventa mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

**23 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU**

**2301 - Fundação Cultural de Blumenau**

Atividade 23.01.13.122.0037.2130 - Manut.das Ativ.da Fundação

Modalidade 3.3.90 (5) Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

**32 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE**

**3201 - Presidência**

Atividade 32.01.04.122.0042.2202 - Manut. Ativ. Presidência



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BLUMENAU**  
**GABINETE DO PREFEITO**

Modalidade 3.3.90 (4) Aplicações Diretas R\$ 250.000,00  
 Fonte de Recursos 0206.00000

**3204 - Diretoria Técnica**

Atividade 32.04.17.605.0081.2211 - Manut. Ativ. Projetos  
 Modalidade 3.1.90 (28) Aplicações Diretas R\$ 425.000,00  
 Fonte de Recursos 0206.00000

**3205 - Diretoria de Operações**

Atividade 32.05.17.605.0081.2210 - Manut. Sistema Abastecimento Água  
 Modalidade 3.3.90 (52) Aplicações Diretas R\$ 6.000.000,00  
 Fonte de Recursos 0206.00000

**Art. 4º** Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 3º desta Lei, correrão por conta das reduções das seguintes dotações orçamentárias:

**11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA**

**1102 - Diretoria de Obras Conveniadas**

Projeto 11.02.15.451.0052.1105 - Ter/Dren/Pav.Lig.Chile c/a Rep.Arg.Progr.Mobil.Sust.Bnau  
 Modalidade 4.4.90 (393) Aplicações Diretas R\$ 15.000,00  
 Fonte de Recursos 0100.00000

**32 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE**

**3202 - Diretoria Administrativa**

Atividade 32.02.04.122.0042.2205 - Manut. Ativ. Adm. Samae  
 Modalidade 3.1.90 (12) Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00  
 Modalidade 3.3.90 (14) Aplicações Diretas R\$ 2.000.000,00  
 Fonte de Recursos 0206.00000

**3205 - Diretoria de Operações**

Atividade 32.05.17.512.0082.2208 - Manut. Ativ. Colete/Tratamento Destinação Final  
 Modalidade 3.1.90 (34) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00  
 Fonte de Recursos 0206.00000  
 Projeto 32.05.17.512.0083.1056 - Ampliação Sistema Tratam. Esgoto  
 Modalidade 4.4.90 (38) Aplicações Diretas R\$ 675.000,00  
 Fonte de Recursos 0206.00000  
 Atividade 32.05.17.605.0081.2210 - Manut. Sistema Abastecimento Água  
 Modalidade 3.1.90 (50) Aplicações Diretas R\$ 2.500.000,00  
 Fonte de Recursos 0206.00000





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BLUMENAU**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 20 de agosto de 2019.

**MÁRIO HILDEBRANDT**  
**Prefeito Municipal**

**DECRETO Nº 12.308/2019**

Publicação Nº 2131612

DECRETO Nº 12.308, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO AOS OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO PODER EXECUTIVO E DE SUAS AUTARQUIAS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, I, "b", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 91 da Lei Complementar n. 660, de 28 de novembro de 2007,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedida Gratificação de Representação correspondente a 30% (trinta por cento) do valor do respectivo vencimento aos ocupantes dos cargos de provimento em comissão previstos:

I – no Anexo XXIV da Lei Complementar n. 1.234, de 06 de junho de 2019, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Município de Blumenau;

II – no Anexo III da Lei Complementar n. 1.235, de 06 de junho de 2019, que institui a Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Município – PGM;

III – no Anexo II da Lei Complementar n. 1.220, de 17 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estrutura organizacional, o funcionamento e as atribuições da Controladoria-Geral do Município – CGM;

IV – no Anexo II da Lei Complementar n. 509, de 17 de março de 2005, que dispõe sobre a estrutura organizacional do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAMAE;

V – no art. 59 da Lei Complementar n. 308, de 22 de dezembro de 2000, que cria o Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau - ISSBLU.

Parágrafo único. A Gratificação de Representação será concedida apenas aos ocupantes dos cargos de provimento em comissão símbolo CC-1B, CC-2, CC-3, CC-3A e CC-4.

Art. 2º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de verba própria, consignada no orçamento do Município.

Art. 3º Fica revogado o Decreto n. 9.903, de 07 de janeiro de 2013.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 20 de agosto de 2019.  
MÁRIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 23.214/2019**

Publicação Nº 2131615

PORTARIA Nº 23.214, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

NOMEIA MEMBROS PARA CONSTITUIREM O CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – CMHIS E O CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – FMHIS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, “g” da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o disposto nos artigos 18 e 21, da Lei Complementar nº 1.014, de 11/12/2015, e atendendo a solicitação efetuada pelo Secretário de Municipal de Desenvolvimento Social, através do Memorando/GAB-SEMUDES nº 094/2019, de 12/08/2019, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 1.014, de 11/12/2015 e no Decreto nº 10.991, de 21/06/2016, para constituírem o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS e o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, juntamente com os demais membros:

OSCAR GUILHERME GROTMANN FILHO e SORAYA DAMBROSO CAIGAR DE MEDEIROS, representantes titular e suplente, respectivamente, da Política de Habitação, em substituição a JOÃO VALLE NETO e ALTAMIR REIF, nomeados pela Portaria nº 22.685, de 11 de março de 2019;

FERNANDA TESSAROLO ESPÍNDOLA representante titular da Política de Regularização Fundiária, em substituição a IVO ALBERTO DI-CKMANN JÚNIOR, nomeado pela Portaria nº 22.685, de 11 de março de 2019;

PATRÍCIA MORASTONI SASSE, representante suplente da Política de Desenvolvimento Social, em substituição a SORAYA DAMBROSO CAIGAR DE MEDEIROS, nomeada pela Portaria nº 22.685, de 11 de março de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de agosto de 2019.  
MÁRIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal

Republicada por incorreção.

## **PORTARIA Nº 23.238/2019**

Publicação Nº 2131618

PORTARIA Nº 23.238, DE 16 DE AGOSTO DE 2019.

DISPENSA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, ‘a’, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 100, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/07, e atendendo ao pedido efetuado pelo Secretário Municipal de Administração, por meio do Memorando nº 626/2019, de 12/08/2019, resolve:

DISPENSAR, a contar de 14 de agosto de 2019, os servidores públicos municipais abaixo, do exercício de função gratificada de confiança, estabelecida no Anexo XXV da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19, na Secretaria Municipal de Educação - SEMED:

JAKELINE DANIELA HOFFMANN PITZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, da função gratificada de confiança de Coordenador de Serviços na Educação Infantil - FGC de 50%, concedida pela Portaria nº 23.109, de 04/07/2019;

MARCIONEI SENEM, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, da função gratificada de confiança de Coordenador Ensino Fundamental - FGC de 50%, concedida pela Portaria nº 23.109, de 04/07/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de agosto de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 23.239/2019**

Publicação Nº 2131620

PORTARIA Nº 23.239, DE 16 DE AGOSTO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO, PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, e de acordo com o parágrafo segundo do artigo 50 da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19, e atendendo ao pedido efetuado pelo Secretário Municipal de Administração, por meio dos Memorandos nº 627/2019, 628/2019 e 630/2019, resolve:

DESIGNAR, no dia 15 de agosto de 2019, os servidores públicos municipais abaixo, ocupantes de cargos de provimento efetivo, lotados na Secretaria Municipal de Educação – SEMED, para o exercício de função gratificada de confiança, estabelecida no Anexo XXV da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19, naquela Secretaria:

JAKELINE DANIELA HOFFMANN PITZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, para o exercício da função gratificada de confiança de Coordenador Curricular - FGC de 70%;  
MARCIONEI SENEM, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, para o exercício da função gratificada de confiança de Coordenador Curricular - FGC de 70%;  
BARBARA GABRIELA HANNIBAL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, para o exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Serviços na Educação Infantil - FGC de 50%.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de agosto de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 23.240/2019**

Publicação Nº 2131622

PORTARIA Nº 23.240, DE 16 DE AGOSTO DE 2019.

DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ADILVO ANDREAZZA, PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEDEAD.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, e de acordo com o parágrafo segundo do artigo 50 da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19, e atendendo ao pedido efetuado pelo Secretário Municipal de Administração, por meio do Memorando nº 631/2019, resolve:

DESIGNAR, a contar de 13 de agosto de 2019, o servidor público municipal ADILVO ANDREAZZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, para o exercício da função gratificada de confiança de Coordenador Técnico do Serviço de Medicina do Trabalho - FGF 70%, naquela Secretaria, concedida com base no art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e estabelecida no Anexo XXV da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de agosto de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 23.241/2019**

Publicação Nº 2131623

PORTARIA Nº 23.241, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

NOMEIA ROGÉRIO COTRIM DALAQUA PARA OCUPAR O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, I da Lei Complementar n. 660, de 28/11/2007, e

Considerando a decisão liminar concedida pela 1ª Vara da Fazenda, Acidentes do Trab. e Reg. Público, nos autos do Processo nº 0302359-16.2019.8.24.0008, e a solicitação efetuada através do Memorando nº 0151/2019, de 16/08/2019, da Secretaria Municipal de Administração – Serviço de Seleção Pública, resolve:

NOMEAR, a contar de 22 de agosto de 2019, ROGÉRIO COTRIM DALAQUA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 20 de agosto de 2019.  
MÁRIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 23.242/2019**

Publicação Nº 2131624

PORTARIA Nº 23.242, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

DISPENSA ROGÉRIO ALVES DA SILVA DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SEFAZ.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 100, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/07, e atendendo ao pedido efetuado pelo Secretário Municipal da Fazenda, por meio do Memorando nº 089/2019, de 14/08/2019, resolve:

DISPENSAR, a contar de 14 de agosto de 2019, o servidor público municipal ROGÉRIO ALVES DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Empreendedorismo - SEDEC, da função gratificada de confiança de Coordenador de Prestação de Contas - FGC de 50%, na Secretaria Municipal da Fazenda, estabelecida no Anexo XXV da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19, concedida pela Portaria nº 23.109, de 04/07/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 20 de agosto de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 23.243/2019**

Publicação Nº 2131626

PORTARIA Nº 23.243, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

DESIGNA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CLEIA SCHMITT HACK, PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SEFAZ.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, e de acordo com o parágrafo segundo do artigo 50 da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19, e atendendo ao pedido efetuado pelo Secretário Municipal da Fazenda, por meio do Memorando nº 089/2019, resolve:

DESIGNAR, a contar de 15 de agosto de 2019, a servidora pública municipal CLEIA SCHMITT HACK, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda - SEFAZ, para o exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Prestação de Contas - FGF 50%, naquela Secretaria, concedida com base no art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e estabelecida no Anexo XXV da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 20 de agosto de 2019.  
MÁRIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal

**EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2017**

Publicação Nº 2131628

EXTRATO – 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 002/2017

PARTES:  
MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

ORCALI SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância patrimonial desarmada - FCB.

PROCESSO: Pregão Presencial nº 122/2016.

ALTERAÇÃO: Alterar o CONTRATANTE do contrato em epígrafe, que deixa de ser a Fundação Cultural de Blumenau, inscrita no CNPJ 83.799.551/0001-94, e passará a ser, a partir de 01/09/2019, de inteira responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais (SMC), novo órgão da administração direta do Município de Blumenau, atuando, a partir da data acima referenciada, sob o CNPJ de nº. 83.108.357/0001-15 (do Município de Blumenau).

DATA: 19 de julho de 2019.

## **EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 124/2018**

Publicação Nº 2131630

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 124/2018

PARTES:  
MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA.

OBJETO: Execução de serviços de terraplenagem, drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização viária, na Rua Norberto Seara Heusi, Bairro Escola Agrícola, localizada no Município de Blumenau/SC, conforme planilhas, Cronograma Físico Financeiro e demais especificações constantes no edital. Contrato de Repasse 1828839/2016 – Ministério das Cidades/CEF e Contrapartida do Município – (LOTE 02) - SEMOB.

PROCESSO: Concorrência nº 007/2018.

PRAZO: Prorroga-se o prazo de vigência por mais 180 (cento e oitenta) dias, ou seja, de 10 de junho até 06 de dezembro de 2019, para o trâmite das medições finais, pagamentos e prestação de contas junto a Caixa Econômica Federal.

VALOR: Acrescenta a quantia de R\$ 19.274,95(5,54% a mais que o valor inicialmente previsto); suprime a quantia de R\$ 328,55 (0,09% a menos que o valor inicialmente previsto); totalizando o valor do contrato em R\$ 366.560,98.

DATA: 13 de agosto de 2019.

## **EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 147/2016**

Publicação Nº 2131631

EXTRATO – 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 147/2016

PARTES:  
MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

WEBERGRAFIC COMÉRCIO DE MATERIAIS GRÁFICOS EIRELI ME

OBJETO: Contratação de empresa para impressão da revista "Blumenau em Cadernos", sendo 04 edições para 2016 e 02 edições para 2017, pelo período de 01 (um) ano (ITEM 02) - FCB.

PROCESSO: Pregão Presencial nº 037/2016.

ALTERAÇÃO: Alterar o CONTRATANTE do contrato em epígrafe, que deixa de ser a Fundação Cultural de Blumenau, inscrita no CNPJ nº. 83.799.551/0001-94, e passará a ser, a partir de 01/09/2019, de inteira responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais (SMC), novo órgão da administração direta do Município de Blumenau, atuando, a partir da data acima referenciada, sob o CNPJ 83.108.357/0001-15 (do município de Blumenau).

DATA: 19 de julho de 2019.

## **EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 161/2016**

Publicação Nº 2131634

EXTRATO – 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 161/2016

PARTES:  
MUNICÍPIO DE BLUMENAU (SETERB)

E A EMPRESA

EXPRESSO PRESIDENTE GETÚLIO EIRELI.

OBJETO: Permissão de uso de área de 18,86m<sup>2</sup>, situada no piso térreo do TRPPHD – Terminal Rodoviário de Passageiros Prefeito Hercílio Deeke, para instalação de agência emissora de passagens e despacho de mercadorias/cargas rodoviárias - SETERB.

PROCESSO: Inexigibilidade nº 09-052/2016.

ALTERAÇÃO: Altera-se no preâmbulo do contrato a razão social da empresa EXPRESSO PRESIDENTE GETÚLIO LTDA (sociedade limitada em empresa individual de responsabilidade limitada) para EXPRESSO PRESIDENTE GETÚLIO EIRELI, com subrogação de todos os direitos e obrigações pertinentes.

VALOR: Reajusta o valor pago pela Permissionária ao SETERB para R\$ 1.314,55 mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 15.774,60.

DATA: 02 de agosto de 2019.

### **EXTRATO CONTRATO Nº 169/2019**

Publicação Nº 2131635

EXTRATO – CONTRATO Nº. 169/2019

PARTES:

MUNICÍPIO DE BLUMENAU (SETERB)

E A EMPRESA

FREENETWORKS SOLUÇÕES LTDA.

OBJETO: Fornecimento e manutenção de links de interconexão via fibra óptica com capacidade mínima de 20 MB interligando todos os equipamentos implantados para o funcionamento da Central de Controle Operacional (CCO) de Trânsito de Blumenau a sua própria sede, nos termos técnicos constantes neste Termo de Referência e seus anexos, pelo período de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação de até 60 (sessenta) meses, conforme especificações constantes no edital - SETERB.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 10.520/2002 e alterações.

PROCESSO: Pregão Presencial n. 044/2019.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze meses), a contar de sua assinatura.

PREÇO: R\$ 908.700,00 (novecentos e oito mil e setecentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 01 de agosto de 2019.

### **EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 332/2016**

Publicação Nº 2131636

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 332/2016

PARTES:

MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

ORCALI SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de Vigilância Eletrônica monitorada 24 horas, sendo pontos de alarme e acesso por senha - FCB.

PROCESSO: Tomada de Preços nº 02-002/2016.

ALTERAÇÃO: Alterar o CONTRATANTE do contrato em epígrafe, que deixa de ser a Fundação Cultural de Blumenau, inscrita no CNPJ 83.799.551/0001-94, e passará a ser, a partir de 01/09/2019, de inteira responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais (SMC), novo órgão da administração direta do Município de Blumenau, atuando, a partir da data acima referenciada, sob o CNPJ de nº. 83.108.357/0001-15 (do Município de Blumenau).

DATA: 19 de julho de 2019.

**HOMOLOGAÇÃO CONVITE Nº 01-001/2019**

Publicação Nº 2131637

Convite nº 001/2019 - Contratação de empresa especializada para serviços de levantamento topográfico, planialtimétrico e cadastral para desenvolvimento de projetos de faixa de travessia elevada no Município, conforme especificações constantes neste edital e seus anexos – CEF / FINISA – contrato nº 0498699 DV 69 – SEDUR.

Contratada: 1ª colocada: GREIDE ENGENHARIA LTDA, no valor total de R\$ 45.395,88 (quarenta e cinco mil e trezentos e noventa e cinco reais e oitenta e oito centavos).

**PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 001/2019**

Publicação Nº 2131640

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO  
EDITAL N. 001/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, torna público o Edital de abertura para realização do Processo Seletivo Público Simplificado (PSPS) n. 001/2019, destinado ao preenchimento de vagas temporárias para o quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação para o ano letivo de 2020, que se regerá pela Lei Orgânica do Município, Leis Complementares n. 660/2007, 662/2007, Lei Ordinária n. 7.564/2010 e pelas normas estabelecidas neste Edital, que está disponível no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Blumenau [www.blumenau.sc.gov.br](http://www.blumenau.sc.gov.br), aba Blumenau, Processos Seletivos, Secretaria de Educação, Processo Seletivo n. 001/2019.

O período de inscrição será de 06 a 24 de setembro de 2019, no endereço eletrônico da Fundação Universidade de Blumenau: [concursos.furb.br](http://concursos.furb.br), link Prefeitura Municipal de Blumenau – Processo Seletivo Público Simplificado - Edital N. 001/2019.

ANDERSON ROSA  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 837/2019 - FAEMA**

Publicação Nº 2131646

PORTARIA NO 837

DESIGNA MEMBRO PARA COMPOR O PLANO MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA (PMMA).

EDER ANTÔNIO BORON, Presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso VI, da Lei Complementar nº 507, de 17 de março de 2005, resolve:

DESIGNAR,

ARNOR BUBLITZ, matrícula nº 969, ocupante do cargo de provimento efetivo de Biólogo, para compor o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA), em substituição à servidora ANA FLÁVIA BOENI, matrícula nº 1212, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Florestal, designada anteriormente pela Portaria nº 768, de 20 de julho de 2018.

Blumenau(SC), 20 de agosto de 2019.  
EDER ANTÔNIO BORON  
Presidente da FAEMA

**PORTARIA Nº 838/2019 - FAEMA**

Publicação Nº 2131648

PORTARIA Nº 838

NOMEIA ANDREI DE SOUZA PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE GERENTE DE RECURSOS NATURAIS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FAEMA.

EDER ANTÔNIO BORON, Presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso VI, da Lei Complementar nº 507, de 17 de março de 2005, resolve:

NOMEAR

ANDREI DE SOUZA, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Gerente de Recursos Naturais da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, símbolo CC-3, a contar desta data.

Blumenau(SC), 21 de agosto de 2019.  
EDER ANTÔNIO BORON  
Presidente da FAEMA



**AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS - C2 - SEMUS**

Publicação Nº 2131656

**AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO A BASE DE SUBSTÂNCIAS SUJEITAS A CONTROLE ESPECIAL – C2 (RETINÓICOS DE USO SISTÊMICO)**

Informamos que a empresa Farmácia Tonin Ltda, CNPJ: 01406401000370, Endereço: Benjamin Constant, 991, sala 01, Bairro: Escola Agrícola, Blumenau, Responsável técnico: Andréa Custódio, Número de inscrição no conselho de classe: CRF/SC 6498, está cadastrada e autorizada por este órgão, a adquirir para dispensação 10 (dez) caixas mensais do medicamento ISOTRETINOÍNA 10mg, 20 (vinte) caixas mensais do medicamento ISOTRETINOÍNA 20 mg, 10 (dez) caixas mensais de ROACUTAN 10mg e 10 (dez) caixas mensais de ROACUTAN 20mg, 5 (cinco) caixas ACNOVA 10mg e 15 (quinze) caixas mês de ACNOVA 20mg; sujeitos a controle especial C2 (Retinóides de uso sistêmico), de acordo com os preceitos da Portaria 344/98 e suas atualizações. Observação: Informamos que na troca de responsável técnico do estabelecimento, nova autorização deverá ser cadastrada para o profissional habilitado.

**RESOLUÇÃO CGFMHIS Nº 01/2019**

Publicação Nº 2131659

**RESOLUÇÃO CGFMHIS Nº. 01/2019**

**DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – CGFMHIS.**

O Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS, no uso de suas competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 1.014 de 11 de dezembro de 2015.

**CONSIDERANDO:**

- a Lei Complementar nº. 1.014 de 11 de dezembro de 2015 que institui o Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social - SMHIS e dispõe sobre a Política Municipal de Habitação de Interesse Social, o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social e o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;

- o Regimento Interno do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social aprovado pelo Decreto Municipal nº. 10.992, de 21 de junho de 2016;

- a Portaria 22.571 de 07 de fevereiro de 2019 que nomeia Júlio César Pereira para o exercício do cargo em comissão de Secretário Municipal de Regularização Fundiária e Habitação;

-

**RESOLVE:**

Art. 1º Ficam nomeados os Conselheiros abaixo para comporem a Mesa Diretora do CGFMHIS:

I – Presidente – Júlio César Pereira, Secretário Municipal de Regularização Fundiária e Habitação;

II – Vice Presidente – Arlon Tonolli, representando o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina – CREA;

III – Secretário Geral – Ivo Alberto Dickmann Junior, representando a Secretaria Municipal de Regularização Fundiária e Habitação;

Blumenau, 25 de março de 2019.

Júlio César Pereira

Presidente do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

**RESOLUÇÃO CGFMHIS Nº 02/2019**

Publicação Nº 2131664

**RESOLUÇÃO CGFMHIS Nº. 02/2019**

**APROVA ALTERAÇÃO NA COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA, NA FUNÇÃO DE SECRETARIO DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – CGFMHIS, GESTÃO 2016/2020.**

O Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – CGFMHIS, no uso de suas competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 1.014 de 11 de dezembro de 2015 e de acordo com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 13 de Agosto de 2019.

**CONSIDERANDO:**

- a Lei Complementar nº. 1.014 de 11 de dezembro de 2015 que institui o Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social - SMHIS e dispõe sobre a Política Municipal de Habitação de Interesse Social, o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, o Fundo Municipal

de Habitação de Interesse Social e o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;

- o Regimento Interno do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – CGFMHIS aprovado pelo Decreto Municipal nº. 10.992, de 21 de junho de 2016;

- o Parágrafo único do Regimento Interno do Conselho de Municipal de Habitação de Interesse Social, estabelece que a Vice-Presidência e a Secretaria Geral serão exercidas, a cada mandato, de forma alternada por representantes não governamentais e por representantes de movimento populares.

- a Portaria nº 22.685, de 11 de março de 2019 que nomeou os Conselheiros Governamentais e Não Governamentais para constituírem o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - CGFMHIS para a Gestão 2016-2020;

- que à função de secretaria deste conselho encontra-se atualmente em vacância, realizando uma nova eleição para esta função.

- a deliberação do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – CGFMHIS, que aprovou a referida composição da Mesa Diretora em Plenária Ordinária, realizada em 13 de agosto de 2019, conforme consta na Ata nº 03/2019,

#### RESOLVE:

Fica nomeado o seguinte Conselheiro para compor a Mesa Diretora do CGFMHIS, Gestão 2016/2020, na função de secretário do conselho:

I – Presidente – Oscar Guilherme Grotmann Filho, Gestor da Política Municipal de Habitação e Regularização Fundiária;

II – Vice Presidente – Arlon Tonolli, representando o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina – CREA;

III – Secretário Geral – Jean Claude Cardoso, representando o Instituto dos Arquitetos do Brasil - IAB;

Blumenau, 13 agosto de 2019.

Oscar Guilherme Grotmann Filho

Presidente do Conselho Gestor do Fundo Municipal  
de Habitação de Interesse Social

### RESOLUÇÃO CGFMHIS Nº 03/2019

Publicação Nº 2131666

#### RESOLUÇÃO CGFMHIS Nº. 03/2019

APROVA A PROPOSTA DE VALORES REFERENTES À ESTIMATIVA DE RECEITA E FIXAÇÃO DE DESPESAS PARA COMPOR A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA, RELATIVOS AO FUNDO MUNICIPAL HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, PARA O EXERCÍCIO 2020.

O Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – CGFMHIS, no uso de suas competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 1.014 de 11 de dezembro de 2015;

#### CONSIDERANDO:

- a Lei Complementar nº. 1.014 de 11 de dezembro de 2015 que institui o Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social - SMHIS e dispõe sobre a Política Municipal de Habitação de Interesse Social, o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social e o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;

- a deliberação do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, em Plenária Ordinária no dia 13 de Agosto de 2019, conforme consta na Ata nº 03/2019;

#### RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a proposta de valores, apresentada pelo Órgão Gestor, referente à Estimativa de Receita e Fixação da Despesa para compor a lei Orçamentária Anual – LOA, relativo ao Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS, para o exercício 2020, sendo o total orçado no valor de R\$ 4.690.000,00 (Quatro Milhões seiscentos e noventa mil reais).

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 13 agosto de 2019.

OSCAR GUILHERME GROTMANN FILHO

Presidente do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

**RESOLUÇÃO CMHIS Nº 01/2019**

Publicação Nº 2131669

RESOLUÇÃO CMHIS Nº. 01/2019

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – CMHIS.

O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS, no uso de suas competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 1.014 de 11 de dezembro de 2015.

CONSIDERANDO:

- a Lei Complementar nº. 1.014 de 11 de dezembro de 2015 que institui o Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social - SMHIS e dispõe sobre a Política Municipal de Habitação de Interesse Social, o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social e o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;

- o Regimento Interno do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social aprovado pelo Decreto Municipal nº. 10.991, de 21 de junho de 2016;

- a Portaria 22.571 de 07 de fevereiro de 2019 que nomeia Júlio César Pereira para o exercício do cargo em comissão de Secretário Municipal de Regularização Fundiária e Habitação;

-

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os Conselheiros abaixo para comporem a Mesa Diretora do CMHIS:

I – Presidente – Júlio César Pereira, Secretário Municipal de Regularização Fundiária e Habitação;

II – Vice Presidente – Arlon Tonolli, representando o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina – CREA;

III – Secretário Geral – Ivo Alberto Dickmann Junior, representando a Secretaria Municipal de Regularização Fundiária e Habitação;

Blumenau, 25 de março de 2019.

Júlio César Pereira

Presidente do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social

**RESOLUÇÃO CMHIS Nº 02/2019**

Publicação Nº 2131673

RESOLUÇÃO CMHIS Nº. 02/2019

APROVA ALTERAÇÃO NA COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA, NA FUNÇÃO DE SECRETARIO DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – CMHIS, BIÊNIO 2016/2020.

O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS, no uso de suas competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 1.014 de 11 de dezembro de 2015 e de acordo com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 13 de Agosto de 2019.

CONSIDERANDO:

- a Lei Complementar nº. 1.014 de 11 de dezembro de 2015 que institui o Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social - SMHIS e dispõe sobre a Política Municipal de Habitação de Interesse Social, o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social e o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;

- o Regimento Interno do Conselho de Municipal de Habitação de Interesse Social aprovado pelo Decreto Municipal nº. 10.991, de 21 de junho de 2016;

- o Parágrafo único do Regimento Interno do Conselho de Municipal de Habitação de Interesse Social, estabelece que a Vice-Presidência e a Secretaria Geral serão exercidas, a cada mandato, de forma alternada por representantes não governamentais e por representantes de movimento populares.

- a Portaria nº 22.685, de 11 de março de 2019 que nomeou os Conselheiros Governamentais e Não Governamentais para constituírem o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS para a Gestão 2016-2020;

- a deliberação do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS, que aprovou a referida composição da Mesa Diretora em Plenária ordinária, realizada em 13 de agosto de 2019, conforme consta na Ata nº 03/2019,

- que à função de secretaria deste conselho encontra-se atualmente em vacância, realizando uma nova eleição para esta função;

- a deliberação do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – CGFMHIS, que aprovou a referida composição da Mesa Diretora em Plenária Ordinária, realizada em 13 de agosto de 2019, conforme consta na Ata nº 03/2019,

**RESOLVE:**

Fica nomeado o seguinte Conselheiro para compor a Mesa Diretora do CMHIS, Gestão 2016/2020, na função de secretário do conselho:

I – Presidente – Oscar Guilherme Grotmann Filho, Gestor da Política Municipal de Habitação e Regularização Fundiária;

II – Vice Presidente – Arlon Tonolli, representando o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina – CREA;

III – Secretário Geral – Jean Claude Cardoso, representando o Instituto dos Arquitetos do Brasil - IAB;

Blumenau, 13 agosto de 2019.  
Oscar Guilherme Grotmann Filho  
Presidente do Conselho Municipal  
de Habitação de Interesse Social

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2230/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2131675

**PREGÃO PRESENCIAL 06-2230/2019**

**OBJETO** Registro de preços para prestação de serviços de borracharia, conserto, balanceamento e geometria da frota de veículos da Autarquia, pelo período de 01(um) ano - SAMAE. **ENTREGA ENVELOPES:** dia 04 de setembro de 2019, até às 08:30 horas. **ABERTURA ENVELOPES:** dia 04 de setembro de 2019, às 09:00 horas. **EDITAL COMPLETO:** sem custas site oficial do município ([www.blumenau.sc.gov.br](http://www.blumenau.sc.gov.br)) e/ou ([www.samae.com.br](http://www.samae.com.br)) e/ou via e-mail [marcelofileti@samae.com.br](mailto:marcelofileti@samae.com.br) Contato (47) 3331-8421. Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e nº 7.732/04, Lei Complementar 123/06, e suas alterações, Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau (SC), 22/08/2019.  
André Espezim  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7522/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2131681

**PORTARIA Nº 7522/19****REVOGA PORTARIAS QUE DESIGNAM SERVIDORES PARA FISCALIZAREM CONTRATOS.**

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019, **RESOLVE:**

**R E V O G A R**

A Portaria 7464/19, de 07 de agosto de 2019, que designa servidores para fiscalizarem o contrato nº 2211/19 firmado com ELEKTRA LTDA-EPP;

A Portaria 7465/19, de 07 de agosto de 2019, que designa servidores para fiscalizarem o contrato nº 2201/19 firmado com STARTUBO COMERCIAL EIRELI- EPP;

A Portaria 7466/19, de 07 de agosto de 2019, que designa servidores para fiscalizarem o contrato nº 2213/19 firmado com SENEAUT DO BRASIL;

A Portaria 7469/19, de 07 de agosto de 2019, que designa servidores para fiscalizarem o contrato nº 2202/19 firmado com PURI AZUL-SOLUÇÕES AMBIENTAIS EIRELI;

A Portaria 7470/19, de 07 de agosto de 2019, que designa servidores para fiscalizarem o contrato 2203/19 firmado com SAINT-GOBAIN CANALIZAÇÃO LTDA;

A Portaria 7471/19, de 07 de agosto de 2019, que designa servidores para fiscalizarem o contrato nº 2204/19 firmado com SENEAUT DO BRASIL LTDA- EPP;

A Portaria 7472/19, de 07 de agosto de 2019, que designa servidores para fiscalizarem o contrato nº 2207/19 firmado com LOT METAIS EIRELI-ME;

A Portaria 7474/19, de 07 de agosto de 2019, que designa servidores para fiscalizarem o contrato nº 2205/19 firmado com CONAUT CONTROLES AUTOMÁTICOS LTDA;

A Portaria 7475/19, de 07 de agosto de 2019, que designa servidores para fiscalizarem o contrato nº 2208/19 firmado com BRÁSIDAS EIRELI;

A Portaria 7476/19, de 07 de agosto de 2019, que designa servidores para fiscalizarem o contrato nº 2206/19 firmado com BERMAD BRASIL INDUSTRIA DE VÁLVULAS LTDA;

A Portaria 7479/19, de 07 de agosto de 2019, que designa servidores para fiscalizarem o contrato nº 2209/14 firmado com DRJ RADIO COMUNICAÇÃO;

A Portaria 7481/19, de 07 de agosto de 2019, que designa servidores para fiscalizarem o contrato nº 2242/15 firmado com MTG HIDRO E ELETRICA LTDA;

A Portaria 7482/19, de 07 de agosto de 2019, que designa servidores para fiscalizarem, o contrato nº 75/14 firmado com FREEDOM TER-RAPLENAGEM LTDA;

A Portaria 7483/19, de 07 de agosto de 2019, que designa servidores para fiscalizarem o contrato nº 2207/18 firmado com RAMOS TER-RAPLANAGEM LTDA;

A Portaria 7488/19, de 07 de agosto de 2019, que designa servidores para fiscalizarem o contrato nº 2221/18 firmado com CORR PLASTIK INDUSTRIAL LTDA;

A Portaria 7489/19, de 07 de agosto de 2019, que designa servidores para fiscalizarem o contrato nº 2220/18 firmado com SAINT-GOBAIN CANALIZAÇÃO LTDA;

A Portaria 7491/19, de 07 de agosto de 2019, que designa servidores para fiscalizarem o contrato nº 2239/15 firmado com SLM TRANSPORTE E CONSTRUÇÃO EIRELI;

A Portaria 7492/19, de 07 de agosto de 2019, que designa servidores para fiscalizarem o contrato nº 2218/18 firmado com RAMOS TER-RAPLANAGEM LTDA;

A Portaria 7494/19, de 07 de agosto de 2019, que designa servidores para fiscalizarem o contrato nº 2206/15 firmado com HEXIS CIENTIFICA S.A.;

A Portaria 7513/19, de 07 de agosto de 2019, que designa servidores para fiscalizarem o contrato nº 2216/18 firmado com SM7 ENGENHARIA, TECNOLOGIA E IMPORTAÇÃO LTDA.

Samae, 16 de agosto de 2019.  
ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente

## **PORTARIA Nº 7523/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2131685

PORTARIA Nº 7523/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2211/19 FIRMADO COM ELEKTRA LTDA-EPP

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019,

DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem o contrato de aquisição de painéis elétricos com inversores de frequência para uso no sistema de bombeamento do setor R-1 e Cisterna ETA II, aquisição e instalação de painel elétrico tipo armário para acionamento das moto-bombas de reversão, bombas do cloro-gás e demais cargas, fornecimento de materiais e serviços para conserto de transformadores, conforme especificações do edital:

AMMANDA KHAROLYNE BORGES DE JESUS LIMA, cadastro 230556, ocupante de cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Diretoria de Operações, atuando como GESTORA do contrato;

ECIO DA SILVEIRA, cadastro 1490-7, ocupante de cargo de provimento efetivo de Técnico Eletricista, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 16 de agosto de 2019.  
ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7524/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2131687

PORTARIA Nº 7524/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2201/19 FIRMADO COM STARTUBO COMERCIAL EIRELI EPP.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem o contrato de aquisição dos materiais hidráulicos- Pregão 06-2245/18:

GRAZIELE REGINA PEIXER GARCIA, cadastro 1885-6, ocupante de cargo de provimento efetivo de Engenheira Civil, lotada na Diretoria Técnica, atuando como GESTORA do contrato;

FELIPE LEITE, cadastro 2066-4, ocupante de cargo de provimento em comissão de Gerente de Obras, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato;

JACKSON JACOB DUARTE DE MEDEIROS JUNIOR, cadastro 2117-2, ocupante de cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 16 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7525/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2131689

PORTARIA Nº 7525/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2213/19 FIRMADO COM SANEAUT DO BRASIL LTDA- EPP.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019,

DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem o contrato de aquisição de painéis elétricos com inversores de frequência para uso no sistema de bombeamento do setor R-1 e Cisterna ETA II, aquisição e instalação de painel elétrico tipo armário para acionamento das moto-bombas de reversão, bombas do cloro-gás e demais cargas, fornecimento de materiais e serviços para conserto de transformadores, conforme especificações do edital:

AMMANDA KHAROLYNE BORGES DE JESUS LIMA, cadastro 230556, ocupante de cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Diretoria de Operações, atuando como GESTORA do contrato;

ECIO DA SILVEIRA, cadastro 1490-7, ocupante de cargo de provimento efetivo de Técnico Eletricista, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 16 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente



**PORTARIA N° 7526/2019 - SAMAE**

Publicação N° 2131693

PORTARIA N° 7526/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO N° 2202/19 FIRMADO COM PURI AZUL- SOLUÇÕES AMBIENTAIS EIRELI

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar N° 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria N° 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem o contrato de aquisição dos materiais hidráulicos- Pregão 06-2245/18:

GRAZIELE REGINA PEIXER GARCIA, cadastro 1885-6, ocupante de cargo de provimento efetivo de Engenheira Civil, lotada na Diretoria Técnica, atuando como GESTORA do contrato;

FELIPE LEITE, cadastro 2066-4, ocupante de cargo de provimento em comissão de Gerente de Obras, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato;

JACKSON JACOB DUARTE DE MEDEIROS JUNIOR, cadastro 2117-2, ocupante de cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato;

FRANCIANE SOUZA DE ALBUQUERQUE, cadastro 1950-0, ocupante de cargo de provimento efetivo de Agente de Logística, lotada na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 16 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente

**PORTARIA N° 7527/2019 - SAMAE**

Publicação N° 2131697

PORTARIA N° 7527/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO N° 2203/19 FIRMADO COM SAINT-GOBAIN CANALIZAÇÃO LTDA.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar N° 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria N° 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem o contrato de aquisição dos materiais hidráulicos- Pregão 06-2245/18:

GRAZIELE REGINA PEIXER GARCIA, cadastro 1885-6, ocupante de cargo de provimento efetivo de Engenheira Civil, lotada na Diretoria Técnica, atuando como GESTORA do contrato;

FELIPE LEITE, cadastro 2066-4, ocupante de cargo de provimento em comissão de Gerente de Obras, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato;

JACKSON JACOB DUARTE DE MEDEIROS JUNIOR, cadastro 2117-2, ocupante de cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato;

FRANCIANE SOUZA DE ALBUQUERQUE, cadastro 1950-0, ocupante de cargo de provimento efetivo de Agente de Logística, lotada na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 16 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente



**PORTARIA N° 7528/2019 - SAMAE**

Publicação N° 2131699

PORTARIA N° 7528/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO N° 2204/19 FIRMADO COM SANEAUT DO BRASIL LTDA EPP.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar N° 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria N° 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem o contrato de aquisição dos materiais hidráulicos- Pregão 06-2245/18:

GRAZIELE REGINA PEIXER GARCIA, cadastro 1885-6, ocupante de cargo de provimento efetivo de Engenheira Civil, lotada na Diretoria Técnica, atuando como GESTORA do contrato;

FELIPE LEITE, cadastro 2066-4, ocupante de cargo de provimento em comissão de Gerente de Obras, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato;

JACKSON JACOB DUARTE DE MEDEIROS JUNIOR, cadastro 2117-2, ocupante de cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato;

FRANCIANE SOUZA DE ALBUQUERQUE, cadastro 1950-0, ocupante de cargo de provimento efetivo de Agente de Logística, lotada na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 16 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente

**PORTARIA N° 7529/2019 - SAMAE**

Publicação N° 2131701

PORTARIA N° 7529/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO N° 2207/19 FIRMADO COM LOT METAIS EIRELI-ME

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar N° 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria N° 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem o contrato de aquisição dos materiais hidráulicos- Pregão 06-2245/18:

GRAZIELE REGINA PEIXER GARCIA, cadastro 1885-6, ocupante de cargo de provimento efetivo de Engenheira Civil, lotada na Diretoria Técnica, atuando como GESTORA do contrato;

FELIPE LEITE, cadastro 2066-4, ocupante de cargo de provimento em comissão de Gerente de Obras, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato;

JACKSON JACOB DUARTE DE MEDEIROS JUNIOR, cadastro 2117-2, ocupante de cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato;

FRANCIANE SOUZA DE ALBUQUERQUE, cadastro 1950-0, ocupante de cargo de provimento efetivo de Agente de Logística, lotada na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 16 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente

**PORTARIA N° 7530/2019 - SAMAE**

Publicação N° 2131706

PORTARIA N° 7530/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO N° 2205/19 FIRMADO COM CONAUT CONTROLES AUTOMÁTICOS LTDA

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar N° 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria N° 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem o contrato de aquisição dos materiais hidráulicos- Pregão 06-2245/18:

GRAZIELE REGINA PEIXER GARCIA, cadastro 1885-6, ocupante de cargo de provimento efetivo de Engenheira Civil, lotada na Diretoria Técnica, atuando como GESTORA do contrato;

FELIPE LEITE, cadastro 2066-4, ocupante de cargo de provimento em comissão de Gerente de Obras, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato;

JACKSON JACOB DUARTE DE MEDEIROS JUNIOR, cadastro 2117-2, ocupante de cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato;

FRANCIANE SOUZA DE ALBUQUERQUE, cadastro 1950-0, ocupante de cargo de provimento efetivo de Agente de Logística, lotada na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 16 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente

**PORTARIA N° 7531/2019 - SAMAE**

Publicação N° 2131709

PORTARIA N° 7531/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO N° 2208/19 FIRMADO COM BRÁSIDAS EIRELI

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar N° 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria N° 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem o contrato de aquisição dos materiais hidráulicos- Pregão 06-2245/18:

GRAZIELE REGINA PEIXER GARCIA, cadastro 1885-6, ocupante de cargo de provimento efetivo de Engenheira Civil, lotada na Diretoria Técnica, atuando como GESTORA do contrato;

FELIPE LEITE, cadastro 2066-4, ocupante de cargo de provimento em comissão de Gerente de Obras, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato;

JACKSON JACOB DUARTE DE MEDEIROS JUNIOR, cadastro 2117-2, ocupante de cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato;

FRANCIANE SOUZA DE ALBUQUERQUE, cadastro 1950-0, ocupante de cargo de provimento efetivo de Agente de Logística, lotada na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 16 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente

**PORTARIA N° 7532/2019 - SAMAE**

Publicação N° 2131711

PORTARIA N° 7532/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO N° 2206/19 FIRMADO COM BERMAD BRASIL INDUSTRIA DE VÁLVULAS LTDA

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar N° 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria N° 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem o contrato de aquisição dos materiais hidráulicos- Pregão 06-2245/18:

GRAZIELE REGINA PEIXER GARCIA, cadastro 1885-6, ocupante de cargo de provimento efetivo de Engenheira Civil, lotada na Diretoria Técnica, atuando como GESTORA do contrato;

FELIPE LEITE, cadastro 2066-4, ocupante de cargo de provimento em comissão de Gerente de Obras, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato;

JACKSON JACOB DUARTE DE MEDEIROS JUNIOR, cadastro 2117-2, ocupante de cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato;

FRANCIANE SOUZA DE ALBUQUERQUE, cadastro 1950-0, ocupante de cargo de provimento efetivo de Agente de Logística, lotada na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 16 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente

**PORTARIA N° 7533/2019 - SAMAE**

Publicação N° 2131714

PORTARIA N° 7533/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO N° 2221/18 FIRMADO COM CORR PLASTIK INDUSTRIAL LTDA.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar N° 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria N° 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem material hidráulico para execução de rede dos reservatórios da Fortaleza e Caçadores:

GRAZIELE REGINA PEIXER GARCIA, cadastro 1885-6, ocupante de cargo de provimento efetivo de Engenheira Civil, lotada na Diretoria Técnica, atuando como GESTORA do contrato;

FELIPE LEITE, cadastro 2066-4, ocupante de cargo de provimento em comissão de Gerente de Obras, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato;

JACKSON JACOB DUARTE DE MEDEIROS JUNIOR, cadastro 2117-2, ocupante de cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato;

FRANCIANE SOUZA DE ALBUQUERQUE, cadastro 1950-0, ocupante de cargo de provimento efetivo de Agente de Logística, lotada na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 16 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente

**PORTARIA N° 7534/2019 - SAMAE**

Publicação N° 2131717

PORTARIA N° 7534/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO N° 2220/18 FIRMADO COM SAINT-GOBAIN CANALIZAÇÃO LTDA.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar N° 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria N° 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem material hidráulico para execução de rede dos reservatórios da Fortaleza e Caçadores:

GRAZIELE REGINA PEIXER GARCIA, cadastro 1885-6, ocupante de cargo de provimento efetivo de Engenheira Civil, lotada na Diretoria Técnica, atuando como GESTORA do contrato;

FELIPE LEITE, cadastro 2066-4, ocupante de cargo de provimento em comissão de Gerente de Obras, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato;

JACKSON JACOB DUARTE DE MEDEIROS JUNIOR, cadastro 2117-2, ocupante de cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato;

FRANCIANE SOUZA DE ALBUQUERQUE, cadastro 1950-0, ocupante de cargo de provimento efetivo de Agente de Logística, lotada na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 16 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM

Diretor Presidente

**PORTARIA N° 7535/2019 - SAMAE**

Publicação N° 2131718

PORTARIA N° 7535/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO N° 2218/18 FIRMADO COM RAMOS TERRAPLANAGEM LTDA.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar N° 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria N° 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem a execução das redes de interligação dos reservatórios Caçadores e Fortaleza:

GRAZIELE REGINA PEIXER GARCIA, cadastro 1885-6, ocupante de cargo de provimento efetivo de Engenheira Civil, lotada na Diretoria Técnica, atuando como GESTORA do contrato;

SAMANTHA BLAUTH KEIM MEJIA FERRETTI, cadastro 2002-8, ocupante de cargo de provimento efetivo de Engenheira Sanitarista, lotada na Diretoria Técnica, atuando como FISCAL do contrato;

JACKSON JACOB DUARTE MEDEIROS JUNIOR, cadastro 2117-2, ocupante de cargo de provimento efetivo Engenheiro Civil, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 16 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7536/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2131720

PORTARIA Nº 7536/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2216/18 FIRMADO COM SM7 ENGENHARIA, TECNOLOGIA E IMPORTAÇÃO LTDA.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem a execução e fornecimentos de materiais para implantação do reservatório Caçadores (R3 b) e Fortaleza (R1 b):

SAMANTHA BLAUTH KEIM MEJIA FERRETI, cadastro 2002-8, ocupante de cargo de provimento efetivo de Engenheiro Sanitarista, lotada na Diretoria Técnica, atuando como GESTORA do contrato;

GRAZIELE REGINA PEIXER GARCIA, cadastro 1885-6, ocupante de cargo de provimento efetivo de Engenheira Civil, lotada na Diretoria Técnica, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 16 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7537/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2131722

PORTARIA Nº 7537/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2209/14 FIRMADO COM DRJ RADIO COMUNICAÇÃO

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem a contratação de empresa para a manutenção preventiva e corretiva no sistema de automação remota e telemetria, sistema de rádio e comunicação e dos serviços de engenharia para manutenção e atualização do licenciamento ANATEL, com fornecimento de peças:

AMMANDA KHAROLYNE BORGES DE JESUS LIMA, cadastro 230556, ocupante de cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Diretoria de Operações, atuando como GESTORA do contrato;

ECIO DA SILVEIRA, cadastro 1490-7, ocupante de cargo de provimento efetivo de Técnico Eletricista, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 16 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7538/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2131723

PORTARIA Nº 7538/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2207/18 FIRMADO COM RAMOS TERRAPLANAGEM LTDA.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019,

**DESIGNAR**

Os servidores listados para fiscalizarem os serviços na rua Emilio Stein:

FELIPE LEITE, cadastro 2066-4, ocupante de cargo de provimento em comissão de Gerente de Obras, lotado na Diretoria de Operações, atuando como GESTOR do contrato;

JACKSON JACOB DUARTE DE MEDEIROS JUNIOR, cadastro 2117-2, ocupante de cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato;

FRANCIANE SOUZA DE ALBUQUERQUE, cadastro 1950-0, ocupante de cargo de provimento efetivo de Agente de Logística, lotada na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 16 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente

**PORTARIA N° 7539/2019 - SAMAE**

Publicação N° 2131725

PORTARIA N° 7539/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO N° 2242/15 FIRMADO COM MTG HIDRO E ELETRICA LTDA.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3° da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar N° 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria N° 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem a contratação de empresa para execução de serviços continuados de pintura interna e externa das unidades do SAMAE, execução de limpeza geral de área externas de alambrados e cerca com mourões de concreto:

PATRICK ALMY BALLAND, cadastro 2149-0, ocupante de cargo provimento em comissão de Gerente de Manutenção, lotado na Diretoria de Operações, atuando como GESTOR do contrato;

ALINE CRISTINA CASAS, cadastro 2031-1, ocupante de cargo de provimento efetivo de Agente de Logística, lotada na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato;

VOLDINEI FURLANETO NEVES, cadastro 1837-6, ocupante de cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 16 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente

**PORTARIA N° 7540/2019 - SAMAE**

Publicação N° 2131727

PORTARIA N° 7540/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO N° 75/14 FIRMADO COM FREEDOM TERRAPLENAGEM LTDA.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3° da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar N° 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria N° 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem os serviços de manutenção corretiva na rede de sistema rodoviário municipal:

PATRICK ALMY BALLAND, cadastro 2149-0, ocupante de cargo provimento em comissão de Gerente de Manutenção, lotado na Diretoria de Operações, atuando como GESTOR do contrato;

VILSON CORREA, cadastro 1269-6, ocupante de cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, lotada na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato;

VOLDINEI FURLANETO NEVES, cadastro 1837-6, ocupante de cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 16 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM

Diretor Presidente

## **PORTARIA Nº 7541/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2131728

PORTARIA Nº 7541/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2239/15 FIRMADO COM SLM TRANSPORTE E CONSTRUÇÃO EIRELI.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem (LOTE01) execução de calçadas tipo paver, demolição de paredes de alvenaria, demolição de estruturas de concreto armado, execução de blocos de ancoragens, reparos de bocas de lobo, revestimento de calçadas, assentamento de meio fio, reparos em parede de alvenaria:

PATRICK ALMY BALLAND, cadastro 2149-0, ocupante de cargo provimento em comissão de Gerente de Manutenção, lotado na Diretoria de Operações, atuando como GESTOR do contrato;

ALINE CRISTINA CASAS, cadastro 2031-1, ocupante de cargo de provimento efetivo de Agente de Logística, lotada na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato;

VOLDINEI FURLANETO NEVES, cadastro 1837-6, ocupante de cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 16 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM

Diretor Presidente

## **PORTARIA Nº 7542/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2131730

PORTARIA Nº 7542/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2206/15 FIRMADO COM HEXIS CIENTIFICA S.A.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de manutenção preventiva, corretiva, ajustes e calibração de equipamentos de laboratório, com reposição de peças:

JANOR FERNANDES ANDRÉ, cadastro 1993-3, ocupante de cargo de provimento efetivo de Químico, lotado na Diretoria de Operações, atuando como GESTOR do contrato;

VIVIANE CAVALLI, cadastro 1111-8, ocupante de cargo de provimento efetivo Técnico de Laboratório de Análise de Água e Esgoto, lotada na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Samae, 16 de agosto de 2019.  
ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente

**EXTRATO Nº 397/2019 - FURB**

Publicação Nº 2131733

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU**

Extrato nº. 397/2019

**PARTES:** FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
e  
CARLOS PATRICIO CAMUSSETTI MUNOZ ME

**OBJETO:** Aquisição de materiais laboratoriais para uso da Universidade.**FUNDAMENTO LEGAL:** Pregão Presencial nº 262/2019 e Contrato nº 174/2019, com validade a partir de 19 de agosto de 2019.**PREÇO:** Pelo objeto contratado, a **CONTRATANTE** pagará o preço constante na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**:

Item	Código FURB	Qtde	Und.	Descrição do Item	Marca	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	10217	20	caixa	Papel filtro quantitativo / faixa preta / diâmetro 9cm / caixa com 100 folhas	J. Prolab	28,00	560,00
4	9665	6	caixa	Papel indicador de pH / de 00 a 14 / caixa com 100 tiras / validade mínima de 01 ano	Merck	30,50	183,00
7	20087	2	peça	Termo-higrômetro de leitura direta / com 2 termômetros / bulbo seco e úmido / tabela de conversão direta / visor de aumento para leitura	Incoterm	139,00	278,00
9	19879	250	peça	Placa de Petri / completa / sem divisão / descartável / diâmetro 60mm / altura 15mm / fabricado em poliestireno cristal	Olen	1,80	450,00
10	32011	2	caixa	Pipeta sorológica estéril / descartável / com filtro / capacidade 1 ml / caixa com 100 peças.	Kasvi	270,00	540,00
14	22008	2	pacote	Ponteira para micropipeta / volume de 20 a 200ul / pacote com 1000 unidades	Olen	11,00	22,00
18	28698	1	caixa	Cubeta em acrílico para espectrofotômetro / capacidade total de volume de 1,5 ml / volume de amostra de 1,4ml / caixa com 100 unidades	Kasvi	55,00	55,00
20	16114	2	peça	Micropipetador automático mecânico / monocal / volume fixo 1000 microlitros / com ejetor automático de ponteiros.	Kasvi	270,00	540,00
21	9112	10	peça	Pipeta volumétrica / volume 2ml / esgotamento total (1 traço) / graduação permanente / bocal e bico temperados	Uniglas	18,20	182,00
22	9083	10	peça	Pipeta volumétrica / volume 5ml / esgotamento total (1 traço) / graduação permanente / bocal e bico temperados	Uniglas	20,50	205,00
23	39442	1	caixa	Unidade filtrante Millipak Express 20; 0,22 uM de poro; não estéril; 1 unidade/caixa.	Millipore	935,00	935,00
24	33490	1	peça	Filtro Smartpak para ultrapurificador de água modelo DQ3 SPR00SIA1.	Millipore	2.635,00	2.635,00
25	39364	1	peça	Lâmpada de UV de duplo comprimento para uso em Sistema de Ultra-Purificação de Água Direct-Q3UV; código de referência da Millisul: SYN185UV1.	Millipore	1.429,00	1.429,00
31	18421	20	caixa	Lâminula de vidro para microscopia / tamanho 24mm x 60mm / caixa com 100 unidades.	Kasvi	8,00	160,00
37	10381	3	pacote	Saco para autoclavação / capacidade de 20L / pacote com 20 sacos	Olen	20,50	61,50
38	10081	150	peça	Tubo porta lâminas para citologia / em polipropileno / com tampa rosca / capacidade 3 lâminas.	J. Prolab	10,50	1.575,00
39	9600	6	peça	Copo de Griffin (Becker) / volume 250ml /	Uniglas	7,50	45,00

				graduado / forma baixa / em vidro borossilicato branco			
40	19880	300	peça	Placa de Petri / completa / com divisão / descartável / diâmetro 90mm / altura 15mm	J. Prolab	2,70	<b>810,00</b>
46	14342	1	peça	Micropipetador automático mecânico / monocal / volume variável 20-200 microlitros / com ejetor automático de ponteiros.	Olen	245,00	<b>245,00</b>
53	39636	2	peça	Termômetro digital de máxima e mínima interno/externo, com alarme; ponta e sensor em aço inox; faixa de medição de - 50°C a 70°C; resolução de 0,1°C; calibrado nos pontos 8,10,15, 20, 25 e 30°C.	Incoterm	435,00	<b>870,00</b>
<b>Preço Total (em reais, em algarismos)</b>				<b>11.780,50</b>			
<b>Preço Total (em reais, por extenso)</b>				<b>Onze mil, setecentos e oitenta reais e cinquenta centavos</b>			

**PAGAMENTO:** O pagamento será realizado em até **30 (trinta) dias consecutivos** após a efetiva entrega (com descarga) dos materiais desde que estas sejam aprovados pela Gestão Contratual e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da **CONTRATADA**) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** Por se tratar de contratação imediata, este contrato terá início a partir da data de sua assinatura e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro, em conformidade com o descrito no caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.

**DATA:** 19/08/2019

**EXTRATO Nº 409/2019 - FURB**

Publicação Nº 2131735

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU**

Extrato nº. 409/2019

**PARTES:** FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
E  
FEHRMANN & CIA LTDA EPP

**ADITIVO DE REPACTUAÇÃO****TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 258/2018**

**OBJETO:** Contratação de serviços de mão de obra de profissional eletricista e auxiliar de eletricista para pequenas obras e manutenções nos diversos *campi* da FURB.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Pregão Presencial nº 362/2018 e Contrato nº 258/2018 firmado em 28 de setembro de 2018.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REAJUSTE DOS VALORES:**

A contar de 1º de maio de 2019, os valores das horas dos profissionais passam a ser:

<b>Código FURB</b>	<b>Und.</b>	<b>Descrição dos Serviços</b>	<b>Preço da Hora de Serviço (em R\$)</b>
33140	Horas	Prestação Serviços de mão de obra de profissional eletricista para pequenas obras e manutenções nos diversos Campi da FURB, em conformidade com edital de Pregão Presencial nº 362/2018 e seus Anexos.	38,82
34322	Horas	Serviços de mão de obra de auxiliar de eletricista para pequenas obras e manutenções nos diversos Campi da FURB, em conformidade com edital de Pregão Presencial nº 362/2018 e seus Anexos.	31,42

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR TOTAL E FORMA DE PAGAMENTO:**

O valor total para cobrir as despesas relativas à repactuação corresponde a **R\$ 8.809,56 (oito mil, oitocentos e nove reais e cinquenta e seis centavos, sendo:**

**a) R\$ 4.659,56 (quatro mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e seis centavos)** correspondente a repactuação relativa ao período de 1º/05/2019 a 31/07/2019, serão pagos mediante apresentação de nota fiscal única, em data a ser definida entre gestor e contratada.

**b) R\$ 4.150,00 (quatro mil, cento e cinquenta reais)** correspondente ao período de 1º de agosto de 2019 a 13 de outubro de 2019, que será integrado ao valor mensal, não sendo necessário nota fiscal separada.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS:**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato de nº 258/2018, que não colidirem com o presente termo.

**DATA:** 19/08/2019

**EXTRATO N° 410/2019 - FURB**

Publicação N° 2131738

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU**

Extrato n°. 410/2019

**PARTES:** FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

**Tira Entulhos Ltda.****ADITIVO DE PRORROGAÇÃO E REAJUSTE****TERMO ADITIVO N° 003 AO CONTRATO N° 202/2017**

**OBJETO:** contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta e transporte de lixo comum, com fornecimento de recipientes e destinação final, para os diversos campi da Universidade.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Pregão Presencial n°. 208/2017 e Contrato N° 202/2017, de 21 de agosto de 2017.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA:**

O prazo de vigência previsto na Cláusula Primeira, Item 1.3 do Contrato n° 202/2017 fica prorrogado por mais doze (12) meses, a contar de **1° de setembro de 2019** até **31 de agosto de 2020**, totalizando 36 (trinta e seis) meses contratados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO:**

A Cláusula Primeira, Item 1.2 do Contrato n°. 202/2017 passa a ter a seguinte redação, a partir de 1° de setembro de 2019:

**1.2. Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço constante na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA:**

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário mensal (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	31529	1500	Coleta	Serviço de transporte de lixo comum (com fornecimento de recipientes) dos diversos Campi da FURB, nesta cidade, através de recipientes (caixa para compactador) com capacidade mínima de 1,4m³ e com tampa.	97,86	146.790,00

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DO GESTOR:**

Altera-se a Cláusula Terceira, em virtude da modificação do Gestor do Contrato, definido a seguir:

*“A execução do presente Contrato será acompanhada e fiscalizada pelo servidor Sérgio de Souza, o qual será denominado neste instrumento como Gestor, tendo poderes (...)”*

**CLÁUSULA QUARTA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS:**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato nº. 202/2017 e aditivos n.º 01 a 02, que não colidirem com o presente Termo Aditivo.

**DATA:** 13/08/2019.

**EXTRATO Nº 411/2019 - FURB**

Publicação Nº 2131740

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU**

Extrato nº. 411/2019

**PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU**

e a empresa

**TIRA ENTULHOS LTDA.****ADITIVO DE SUPLEMENTAÇÃO****TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO Nº 202/2017**

**OBJETO:** contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta e transporte de lixo comum, com fornecimento de recipientes e destinação final, para os diversos campi da Universidade.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Pregão Presencial nº. 208/2017 e Contrato Nº 202/2017, de 21 de agosto de 2017.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA SUPLEMENTAÇÃO:**

Fica o Termo de Contrato nº 202/2017 suplementado em **R\$ 13.174,00 (treze mil, cento e setenta e quatro reais)**, decorrente do acréscimo quantitativo do objeto, correspondente a 9,33% (nove vírgula trinta e três por cento), para o período de vigência do aditivo nº 02 ( 1º/09/19 a 31/08/20), de acordo com o quadro abaixo:

Item	Código FURB	Qtde a ser suplementada.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)
1	31529	140	Coleta	Serviço de transporte de lixo comum (com o fornecimento de recipientes) dos diversos Campi da FURB, nesta cidade, através de recipientes (Caixa para Compactador) com capacidade mínima de 1,4m3 e com tampa.	94,10

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS:**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições que não conflitarem com o contrato nº.202/2017 e aditivos nº 01 a 03.

**DATA:** 21/08/2019.



# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### EDITAL Nº 007/2019, DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.

Publicação Nº 2131598

#### EDITAL Nº 007/2019 DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR III- ECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Considerando situação de necessidade emergencial devido a questões de gozo de Licença Prêmio da servidora efetiva do Município, e por não haver Processo Seletivo vigente nesta disciplina, o Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC, Sr. RONALDO LUIZ SENER, no uso de suas atribuições e com base no art. 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988, e no disposto na Lei Complementar nº 917/2013 e suas alterações, torna público que estão abertas as inscrições do processo seletivo simplificado para Contratação de Pessoal, por prazo determinado conforme descrição das vagas constantes deste edital.

#### CRONOGRAMA

DATA	ATO
22/08/2019	PUBLICAÇÃO DA CHAMADA
23/08/2019 ATÉ 28/08/2019	INSCRIÇÃO PRESENCIAL NO SETOR DE RECURSOS HUMANOS DA PREFEITURA MUNICIPAL
29/08/2019	CONTAGEM DOS PONTOS E PUBLICAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR
30/08/2019	RECURSO CONTRA RESULTADO PRELIMINAR
02/09/2019	HOMOLOGAÇÃO E PUBLICAÇÃO DA ATA E RESULTADO FINAL

#### 1- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O processo seletivo simplificado será regido pelo presente Edital, coordenado pela Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Bom Jesus do Oeste - SC;

1.2 O processo seletivo simplificado destina-se à seleção de profissionais para Professor III- Ecologia e Desenvolvimento Sustentável, pelo período de 90 dias.

1.3 O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação;

1.4 O contrato temporário extinguir-se-á sem direito a indenizações quando:

I – Pelo término do prazo contratual;

II – Por iniciativa da Administração Pública;

III – Por iniciativa do Contratado, mediante formalização por escrito;

IV- Cessado o motivo que lhe deu causa;

V – A finalização de Processo Seletivo de Prova e/ou Títulos.

1.5 A seleção dos candidatos será publicada no Órgão de Publicações Oficiais da Prefeitura Municipal e no portal eletrônico do município.

1.6 A validade do processo seletivo simplificado será por 90 dias, podendo ser prorrogado por igual período em caso de necessidade.

#### 2- DA INSCRIÇÃO

2.1 As inscrições serão recebidas do dia 23/08 a 28/08 de 2019, das 07h:30min as 11h:30min e das 13h:00 as 17h:00min, nas dependências da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC, no Setor de Recursos Humanos, sito à Avenida Nossa Senhora de Fátima, nº 120, centro de Bom Jesus do Oeste - SC;

2.2 São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Emenda Constitucional 1988;

b) Ter idade mínima de 18 anos;

c) Estar em dia com o serviço militar, se do sexo masculino;

d) Ter capacidade física para a função a ser desempenhada;

e) Estar ciente de que no ato da inscrição deverá comprovar que preenche todos os requisitos exigidos para a vaga, neste Edital, sob pena de perda do direito à vaga, podendo tal documento ser reapreciado em qualquer etapa do processo;

f) Preencher e assinar a ficha de inscrição contida no Anexo II;

g) Apresentar Documentos comprobatórios de escolaridade, (DIPLOMA EM Licenciatura em Ciências) e experiência na área.

h) Cópia RG, CPF, Comprovante de Residência.

2.3 As inscrições que não satisfizerem as exigências contidas neste Edital serão indeferidas.

2.4 Após a data e horário fixado, com término do prazo para o recebimento das inscrições, não serão admitidas quaisquer outras, sob qualquer condição ou pretexto;

2.5 Serão oferecidas, de acordo com a escolaridade, as seguintes vagas:

CARGO	REQUISITOS	CARGA HORÁRIA	Nº DE VAGAS	VENCIMENTO
Professor III- Ecologia e Desenvolvimento Sustentável	Habilitação em Licenciatura em Ciências ou Áreas Afins.	10- Horas Semanais	01	R\$ 766,08

## 2.6 Descrição da vaga:

Atribuições do Cargo conforme Plano de Cargos e Carreiras Do Magistério, no Anexo I da Lei Complementar Nº 917/2013 De 20 De Dezembro de 2013.

## 3- DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

3.1 O processo seletivo simplificado dar-se-á mediante Análise curricular onde serão avaliados e pontuados os títulos e experiência comprovada.

3.2 Para contagem de títulos e experiência comprovada na área de atuação, serão considerados apenas os descritos no anexo I, devendo os candidatos apresentarem os documentos comprobatórios a estes no ato da inscrição.

## 4- DA CLASSIFICAÇÃO

4.1 A classificação final dos candidatos consistirá no somatório da contagem de títulos e da experiência comprovada na área de atuação.

4.2 Na classificação final, entre os candidatos com igual número de pontuação serão fatores de desempate:

I - Tempo de Serviços prestado ao município de Bom Jesus do Oeste - SC

II- Maior idade considerando ano, mês e dia de nascimento.

## 5- DA CONTRATAÇÃO

5.1 A contratação e o exercício da função dependerão da comprovação dos seguintes requisitos básicos:

- Idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data da inscrição;
- Aptidão física e mental para o exercício da função mediante apresentação de atestado laboral;
- Estar em regularidade com a Justiça Eleitoral e com o Serviço Militar;
- Escolaridade em conformidade com a habilitação exigida;
- Nº do PIS/PASEP;
- Conta Salário na Caixa Econômica Federal;
- Qualificação cadastral no E-social correta
- E demais documentação exigida pela administração

## 6- DOS RECURSOS

6.1 Da classificação preliminar, os candidatos poderão interpor recurso escrito, uma única vez, endereçada à Comissão, no dia 30/08/2019 diretamente na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes da Prefeitura Municipal.

6.2 O recurso deverá conter a perfeita identificação do recorrente e as razões do pedido recursal;

6.3 Será possibilitada vista de documentos apresentados pelo candidato na presença da Comissão, permitindo-se anotações;

6.4 Havendo a reconsideração da decisão classificatória pela Comissão, o nome do candidato passará a constar no rol de selecionados;

## 7- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 A homologação do resultado será publicada no Mural de Publicações Oficiais da Prefeitura Municipal de Bom Jesus Do Oeste e portal eletrônico do município.

7.2 O não comparecimento dos chamados em até 5 dias úteis após o chamado caracterizará desistência.

7.3 A não observância dos prazos e a inexistência das informações ou a constatação, mesmo que posterior, de irregularidades nos documentos eliminarão o candidato do Processo Seletivo Simplificado 007/2019

7.4 Os candidatos serão contratados em regime temporário por prazo determinado;

7.5 Os casos omissos deste Edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado;

7.6 Fica o Prefeito Municipal responsável por autorizar a Comissão a convocar outros servidores e assessoria técnica para participar da operacionalização deste Processo Seletivo Simplificado;

7.7 Fica eleito o foro da Comarca de Modelo – SC para dirimir questões oriundas do presente Processo Seletivo Simplificado.

7.8 Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Jesus do Oeste - SC, 21 de agosto de 2019.

RONALDO LUIZ SINGER

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

Para o Cargo de Professor III-Ecologia e Desenvolvimento Sustentável.

1- Serão considerados para títulos de classificação os seguintes pontos:

### 0.1 – Titulação

TITULAÇÃO	PONTUAÇÃO	MÁXIMO
Especialização na área de Ciências (Ecologia)	03 pontos por especialização	15
Experiência na área de atuação.	02 pontos por ano de experiência comprovado	40

TOTAL MAXIMO

55

- 1.1.1 – Na comprovação da Graduação em Ensino Superior e Especialização, serão aceitas fotocópias, que permitam a identificação de todas as informações pertinentes, de diplomas oriundos de instituições de ensino superior reconhecidas pelo MEC, desde que autenticadas.
- 1.1.2 – Para Comprovação da experiência serão aceitas fotocópias de CTPS, certidões ou declarações expedidas por órgão público devidamente timbrado e assinadas ou outro documento que permita a comprovação de experiência, desde que autenticadas.

## ANEXO II

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE  
FICHA DE INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO  
EDITAL Nº 007/2019.

Número de Inscrição:

Cargo Pretendido: Carga Horária:

Nome do (a) Candidato (a):

Nº RG

Data de nascimento: \_\_/\_\_/\_\_\_\_

Sexo: M – ( ) F – ( )

CPF:

Estado Civil:

e-mail:

Endereço:

Bairro:

Município:

Estado:

Fone: ( )

Declaro que concordo e aceito as exigências especificadas no Edital de abertura deste Processo Seletivo Simplificado nº007/2019, responsabilizando-me pelas informações aqui prestadas.

Local e Data:

Assinatura do Candidato:

# Bom Retiro

## PREFEITURA

### RETIFICAÇÃO CONTRATO 149/2019

Publicação Nº 2130996

#### RETIFICAÇÃO EXTRATO CONTRATO 149/2019

O Município de Bom Retiro vem a público retificar Extrato Contrato 149/2019, publicado dia 09/08/2019. Alterar ONDE SE LÊ:

Objeto: Prestação de serviços de execução de projetos na área, Educacional, Cultural e Lazer para os munícipes da Contratante nos dias e horários determinados no cronograma de atividades que segue Anexo ao presente instrumento.

LEIA-SE:

Objeto: O SESC prestará os serviços de execução de projetos na área, Educacional, Cultural, Assistência Social, Saúde e Lazer para os munícipes da CONTRATANTE nos dias e horários determinados no cronograma de atividades que segue Anexo ao presente instrumento.

Bom Retiro, 22 de agosto de 2019.

Vilmar José Neckel

Prefeito Municipal

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 082/2019

Publicação Nº 2131162

DECRETO Nº. 082/2019.

Anula e Suplementa no Orçamento do Município de Braço do Trombudo.

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o inciso III do Art. 9º da Lei Municipal nº 0909, de 11 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada no Orçamento Anual do Município, relativo ao exercício de dois mil e dezenove, na dotação orçamentária abaixo o valor de R\$ 4.300,00 (Quatro mil e trezentos reais), conforme segue:

05 – SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E LAZER

01 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA

2.044 – Manut. Das Atividades e Reeq. Da Sec. De Cultura Turismo e Lazer

(90) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 4.300,00

Art. 2º - Com os recursos orçamentários provenientes do Art. 1º deste decreto, fica suplementada a dotação orçamentária abaixo no valor de R\$ 4.300,00 (Quatro mil e trezentos reais), conforme segue:

05 – SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E LAZER

01 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA

2.044 – Manut. Das Atividades e Reeq. Da Sec. De Cultura Turismo e Lazer

(89) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 4.300,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 12 de Agosto de 2019.

NILDO MELMESTET

Prefeito Municipal

### EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 31/2019 - SRP

Publicação Nº 2130110

PROCESSO ADMINISTRATIVO 38/2019

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 31/2019 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 09h00min do dia 05/09/2019, estará selecionando a melhor Registro de Preços visando à contratação de serviços de Laboratório especializado em análises de água tratada, (em conformidade com as especificações da portaria Nº 2914 do Ministério da Saúde de 12/12/2011 e Portaria de Consolidação Nº 5, de 28/09/2017), sendo que as coletas serão realizadas na Estação de tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Serril. Informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: [licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br](mailto:licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br) ou pelo site [www.bracodotrombudo.sc.gov.br](http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br).

Braço do Trombudo, em 16 de agosto de 2019.

Nildo Melmestet - Prefeito Municipal.

**EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 31/2019 - SRP**

Publicação Nº 2126639

PROCESSO ADMINISTRATIVO 38/2019  
EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 31/2019 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 09h00min do dia 05/09/2019, estará selecionando a melhor Registro de Preços visando à contratação de serviços de Laboratório especializado em análises de água tratada, (em conformidade com as especificações da portaria Nº 2914 do Ministério da Saúde de 12/12/2011 e Portaria de Consolidação Nº 5, de 28/09/2017), sendo que as coletas serão realizadas na Estação de tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Serril. Informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: [licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br](mailto:licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br) ou pelo site [www.bracodotrombudo.sc.gov.br](http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br).

Braço do Trombudo, em 16 de agosto de 2019.

Nildo Melmestet - Prefeito Municipal.

## ATA REGISTRO DE PREÇOS 25 2018

Publicação Nº 2084763

Página: 1/14

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2018

Número do Registro de Preços: 25/2018      Data do Registro: 22/08/2018      Válido até: 22/08/2019						
Objeto da Compra: Registro de Preço para eventual aquisição de itens de decoração e serviço para as Secretarias do Município de Braço do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
1	Coelho de tecido c/ enchimento p (22961)	UND	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	VICENTIN	0	22,6000
2	Coelho de tecido c/ enchimento p2 (22962)	UND	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	VICENTIN	0	24,0000
3	Coelho de tecido c/ enchimento m (22963)	UND	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	VICENTIN	0	40,8500
4	Coelho de tecido c/ enchimento sentado (22964)	UND	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	VICENTIN	0	51,9000
5	Coelho de tecido c/ enchimento g (22965)	UND	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	VICENTIN	0	72,8000
6	Coelho de tecido c/ enchimento 60cm (22966)	UND	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	ARTE FLOR	0	92,5000
7	Coelho de tecido c/ enchimento 80cm (22967)	UND	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	ARTE FLOR	0	159,5000
8	Coelho de tecido c/ enchimento 1,30mt (22968)	UND	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	FLORIC GLAM	0	335,0000
9	Coelho de tecido c/ enchimento na plataforma p/ foto de rosto 1,30mt (22969)	UND	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	FLORIC GLAM	0	530,0000
10	Ovos de pascoa de isopor liso pacote c/6 (22970)	PCT	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	M.D.	0	12,8000
11	Plk de cenoura, coelho e ovinhos de pascoa pq (22971)	UND	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	M.D.	0	2,0000
12	Cenoura de tecido c/ enchimento 12cm (22972)	UND	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	M.D.	0	6,0000



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2018**

Página: 2/14

Número do Registro de Preços: 25/2018		Data do Registro: 22/08/2018		Válido até: 22/08/2019			
Objeto da Compra: Registro de Preço para eventual aquisição de itens de decoração e serviço para as Secretarias do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Ovinhos de isopor decorado pacote c/6 (22973)	PCT	SICRET RISTOWTESKE - ME (7452)	M.D.	0	4,2000	1
14	Ovinhos de isopor decorado pacote c/4 (22974)	PCT	SICRET RISTOWTESKE - ME (7452)	M.D.	0	3,9000	1
15	Ovinhos de isopor decorado pp pacote c/24 (22975)	PCT	SICRET RISTOWTESKE - ME (7452)	M.D.	0	7,9000	1
16	Casquinha decorativa pacote c/3 (22976)	PCT	SICRET RISTOWTESKE - ME (7452)	M.D.	0	3,9000	1
17	Casquinha decorativa pacote c/4 (22977)	UND	SICRET RISTOWTESKE - ME (7452)	M.D.	0	4,0000	1
18	Casquinha resistente lisa pacote c/4 (22978)	PCT	SICRET RISTOWTESKE - ME (7452)	M.D.	0	3,2000	1
19	Casquinha resistente decorada pacote c/3 (22979)	PCT	SICRET RISTOWTESKE - ME (7452)	M.D.	0	3,2000	1
20	Cenoura decorativa pacote c/3 (22980)	PCT	SICRET RISTOWTESKE - ME (7452)	M.D.	0	6,9000	1
21	Mt fia TNT c/ lurex 4 cm (22981)	MT	SICRET RISTOWTESKE - ME (7452)	UNIARTE	0	0,5000	1
22	Mt fia trit c/ lurex 6 cm (22982)	MT	SICRET RISTOWTESKE - ME (7452)	UNIARTE	0	0,7000	1
23	Mt fia trit s/ lurex 4 cm (22983)	MT	SICRET RISTOWTESKE - ME (7452)	UNIARTE	0	0,4000	1
24	Mt fia trit s/ lurex 6 cm (22984)	MT	SICRET RISTOWTESKE - ME (7452)	UNIARTE	0	0,7000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2018**

Página: 3/14

Número do Registro de Preços: 25/2018      Data do Registro: 22/08/2018      Válido até: 22/08/2019						
Objeto da Compra: Registro de Preço para eventual aquisição de itens de decoração e serviço para as Secretarias do Município de Braco do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
25	Mt fita creponada 4cm (22985)	MT	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	SOFT. SENSA	0	0,3000
26	Mt fita de tecido decorada ou lisa c/ 6cm (22986)	MT	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	CROMUS	0	3,2000
27	Mt fita de tecido decorada ou lisa c/ 4cm (22987)	MT	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	CROMUS	0	2,8000
28	Mt fita de tecido decorada ou lisa D2 c/ 4cm (22988)	MT	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	PROGRESSO	0	1,9000
29	Mt fita de cetin, decorada, xadrez, lisa c/ 4cm (22989)	MT	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	PROGRESSO	0	2,3000
30	Mt fita de cetin (fita bebe) 2cm (22990)	MT	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	PROGRESSO	0	0,5000
31	Mt fita de cetin (fita bebe) 0,5mm (22991)	MT	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	PROGRESSO	0	0,3000
32	Mt de fita plástico lisa ou decorada c/ 4cm (22992)	MT	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	ALBANO	0	0,4000
33	Mt rafia sintética 0,5mm (22993)	MT	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	SINTHETIC	0	0,4000
34	Folhas de seda lisa und (22994)	UND	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	ALBANO	0	0,5000
35	Folhas de seda estampada und. (22995)	UND	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	CROMUS	0	1,0000
36	Folha de sujinho lisa ou estampada und. (22996)	UND	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	CROMUS	0	1,5000

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2018**

Página: 4/14

**Número do Registro de Preços: 25/2018      Data do Registro: 22/08/2018      Válido até: 22/08/2019**

**Objeto da Compra:** Registro de Preço para eventual aquisição de itens de decoração e serviço para as Secretarias do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
37	Bastão de cola de silicone fino (22997)	UND	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	RENDICOLLA	0	1,2500	1
38	Argila pedra 8x16cm und. (22998)	UND	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	FLORIC GLAW	0	1,8000	1
39	Espuma floral und. (22999)	UND	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	OASIS	0	5,3000	1
40	Acabamento de renda ponta com 6cm mt (23000)	MT	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	NAJAR S.A.	0	1,1000	1
41	Bordado ingles mt (23001)	MT	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	GITESC	0	2,8000	1
42	Acabamento de gripir ponta c/ 6cm (23002)	MT	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	GITESC	0	6,8000	1
43	Acabamento de rendas diversas 6cm (23003)	MT	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	NAJAR S.A.	0	3,9000	1
44	Mela pérola em metro pq (23004)	MT	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	K.R. IMPORTA	0	3,9500	1
45	Mela pérola em metro md (23005)	MT	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	K.R. IMPORTA	0	5,8000	1
46	Pedra em metro md (23006)	MT	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	K.R. IMPORTA	0	6,8000	1
47	Pérola em metro pq (23007)	MT	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	K.R. IMPORTA	0	2,8000	1
48	Pérola em metro gr (23008)	MT	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	K.R. IMPORTA	0	4,1000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2018**

Página: 5/14

**Número do Registro de Preços: 25/2018      Data do Registro: 22/08/2018      Válido até: 22/08/2019**

**Objeto da Compra:** Registro de Preço para eventual aquisição de itens de decoração e serviço para as Secretarias do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
49	Trit cores lisas rolo c/ 50 mts (23009)	UND	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	FLORIC. GLAI	0	5,0000	1
50	Trit estampado c/ 50 mts (23010)	UND	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	FLORIC. GLAI	0	9,0000	1
51	Tecido algodão c/ 1,40 de altura o mt (23011)	MT	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	KARSTEN	0	32,5000	1
52	Tecido algodão c/ 2,50 de altura o mt (23012)	MT	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	RENNER	0	32,5000	1
53	Tecido de algodão para patchwork 0 mt (23029)	MT	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	KARSTEN	0	30,8000	1
54	Enchimento acrílico kg (23030)	KG	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	BELLINHA	0	24,0000	1
55	Manta acrílica trisof mt (23031)	MT	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	TRISOF	0	3,7000	1
56	Manta acrílica altemburg mt (23032)	MT	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	ALTEMBURG	0	6,9000	1
57	Feltro 1,40 mt (23033)	UND	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	ALTEMBURG	0	21,2000	1
58	Velcro costura 16 mm (23034)	UND	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	BELLINHA	0	3,8000	1
59	Velcro auto colante 25 mm (23035)	UND	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	BELLINHA	0	11,9000	1
60	Tuli mt (23036)	MT	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	KARSTEN	0	10,6000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 25/2018**

Página: 6/14

Número do Registro de Preços: 25/2018			Data do Registro: 22/08/2018			Válido até: 22/08/2019		
Objeto da Compra: Registro de Preço para eventual aquisição de itens de decoração e serviço para as Secretarias do Município de Braço do Trombudo.								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.	
61	elanca mt (23037)	MT	SICRET RISTOWTESKE - ME (7452)	ALTEMBURG	0	10,6500	1	
62	Festão Natalino verde e nevado 16cm c/ 2m (23038)	UND	SICRET RISTOWTESKE - ME (7452)	M.D.	0	10,0000	1	
63	Festão natalino 9cm 2mt (23039)	UND	SICRET RISTOWTESKE - ME (7452)	M.D.	0	5,0000	1	
64	Festão natalino verde e nevado 2,70 ms c/ 80 galhos aramado (23040)	UND	SICRET RISTOWTESKE - ME (7452)	M.D.	0	28,7500	1	
65	Festão natalino aramado 2mts c/ 60 galhos americano (23041)	UND	SICRET RISTOWTESKE - ME (7452)	M.D.	0	19,5000	1	
66	Festão natalino aramado 4,80mts c/ 130 galhos (23042)	UND	SICRET RISTOWTESKE - ME (7452)	M.D.	0	79,5000	1	
67	Capim de plástico verde e dourado natal 96 cm (23043)	UND	SICRET RISTOWTESKE - ME (7452)	FLOR ARTE	0	8,9000	1	
68	Flor de natal unitário de plastico colorido 34cm (23044)	UND	SICRET RISTOWTESKE - ME (7452)	FLOR ARTE	0	3,2000	1	
69	Flor de natal unitário de plástico 28cm (23045)	UND	SICRET RISTOWTESKE - ME (7452)	FLOR ARTE	0	6,1000	1	
70	Galho de flor de natal c/ 3 37cm (23046)	PCT	SICRET RISTOWTESKE - ME (7452)	FLOR ARTE	0	10,9000	1	
71	Galho de flor de natal c/ 4 42cm (23047)	UND	SICRET RISTOWTESKE - ME (7452)	FLOR ARTE	0	16,9000	1	
72	Galho de flor de natal branco vermelho dourado c/ 5 peq (23048)	PCT	SICRET RISTOWTESKE - ME (7452)	FLOR ARTE	0	4,2000	1	

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 25/2018**

Página: 7/14

**Número do Registro de Preços: 25/2018      Data do Registro: 22/08/2018      Válido até: 22/08/2019**

**Objeto da Compra:** Registro de Preço para eventual aquisição de itens de decoração e serviço para as Secretarias do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
73	Galho de flor de natal branco vermelho dourado c/ 5 md (23049)	PCT	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	FLORARTE	0	9,9000	1
74	Galho de flor de natal branco vermelho dourado c/ 5 gr (23050)	PCT	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	FLORARTE	0	17,9000	1
75	Bola de natal decorada 10 cm (23051)	UND	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	M.D.	0	18,6000	1
76	Bola de natal decorada 12cm (23052)	UND	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	M.D.	0	23,0000	1
77	Bola de natal decorada 7cm (23053)	UND	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	M.D.	0	6,3000	1
78	Tubo de bolas de natal c/ 12 5cm (23054)	PCT	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	M.D.	0	12,8000	1
79	Tubo de bolas de natal c/ 12 6cm (23055)	PCT	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	M.D.	0	13,6000	1
80	Tubo de enfeite de natal (sino bengala estrela boneco) c/6 (23056)	PCT	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	M.D.	0	12,5000	1
81	Tubo de bola de natal c/ 6 8cm (23057)	PCT	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	M.D.	0	12,6000	1
82	Tubo de bola de natal c/ 4 10cm (23058)	PCT	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	M.D.	0	15,9000	1
83	Bola de natal dourada e vermelha 25 cm (23059)	UND	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	M.D.	0	54,8000	1
84	Estrela de natal dourada e vermelha 25cm (23060)	UND	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	M.D.	0	56,8000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2018**

Página: 8/14

Número do Registro de Preços: 25/2018			Data do Registro: 22/08/2018			Válido até: 22/08/2019		
Objeto da Compra: Registro de Preço para eventual aquisição de itens de decoração e serviço para as Secretarias do Município de Braço do Trombudo.								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
85	Bola de natal dourada e vermelha 15cm (23061)	UND	SICRET RISTOWTESKE - ME (7452)	M.D.	0	17,5000	1	
86	Bolas, sinos estrela aramadas douradas 35cm (23062)	UND	SICRET RISTOWTESKE - ME (7452)	M.D.	0	68,9000	1	
87	Papai noel e boneco de neve de tecido 13cm (23063)	UND	SICRET RISTOWTESKE - ME (7452)	FLOR ARTE	0	14,9500	1	
88	Papai noel e boneco de neve de tecido 17cm (23064)	UND	SICRET RISTOWTESKE - ME (7452)	FLOR ARTE	0	19,8000	1	
89	Papai noel e boneco de neve e rena de tecido 30cm (23065)	UND	SICRET RISTOWTESKE - ME (7452)	FLOR ARTE	0	34,9000	1	
90	Papai noel e boneco de neve e rena de tecido 37cm (23066)	UND	SICRET RISTOWTESKE - ME (7452)	FLOR ARTE	0	42,9000	1	
91	Papai noel de tecido na plataforma 70cm (23067)	UND	SICRET RISTOWTESKE - ME (7452)	VICENTIN	0	236,0000	1	
92	Papai noel de tecido na plataforma 1,30cm (23068)	UND	SICRET RISTOWTESKE - ME (7452)	VICENTIN	0	378,0000	1	
93	Árvore de natal artificial 1,50 mt 110 galhos flocada ou verde (23069)	UND	SICRET RISTOWTESKE - ME (7452)	FLOR ARTE	0	75,3500	1	
94	Árvore de natal artificial 1,20 mt 75 galhos flocada e verde (23070)	UND	SICRET RISTOWTESKE - ME (7452)	FLOR ARTE	0	59,9000	1	
95	Árvore de natal artificial 1,80 mt 480 galhos flocada e verde (23071)	UND	SICRET RISTOWTESKE - ME (7452)	FLOR ARTE	0	399,0000	1	
96	Árvore de natal artificial 0,60cm 80 galhos verde (23072)	UND	SICRET RISTOWTESKE - ME (7452)	FLOR ARTE	0	23,0000	1	



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2018**

Página: 9/14

Número do Registro de Preços: 25/2018			Data do Registro: 22/08/2018			Válido até: 22/08/2019		
Objeto da Compra: Registro de Preço para eventual aquisição de itens de decoração e serviço para as Secretarias do Município de Braço do Trombudo.								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.	
97	Árvore natalina de led 1,50mt c/160 lampadas flocada (23073)	UND	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	FLOR ARTE	0	465,0000	1	
98	Árvore de natal artificial 1,00mt 100 galhos (23074)	UND	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	FLOR ARTE	0	270,0000	1	
99	Guirlanda elétrica 100 led 8 funções 9 mts (23075)	UND	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	M.D.	0	13,8000	1	
100	Guirlanda elétrica 50 led 8 funções 4 mts (23076)	UND	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	M.D.	0	9,0000	1	
101	Guirlanda elétrica 300 led 8 funções 25 mts (23077)	UND	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	TASCHIBRA	0	42,8500	1	
102	Guirlanda elétrica 200 led 8 funções 17 mts (23078)	UND	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	TASCHIBRA	0	29,7500	1	
103	Guirlanda elétrica cascata 400 led 4,80 mts (23079)	UND	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	TASCHIBRA	0	49,9000	1	
104	Guirlanda elétrica cascata 288 led 4 m (23080)	UND	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	TASCHIBRA	0	66,9000	1	
105	Cerca verde c/ folhagem 1,20x2,00 mts (23081)	UND	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	M.D.	0	75,9000	1	
106	Cerca verde c/ folhagem 0,70x2,00 mts (23082)	UND	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	M.D.	0	49,9000	1	
107	Mt fita de tecido natalino 6cm (23083)	MT	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	MERITA	0	3,2000	1	
108	Mt fita de tecido natalino 4cm (23084)	MT	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	MERITA	0	2,7000	1	

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2018**

Página: 10/14

Número do Registro de Preços: 25/2018			Data do Registro: 22/08/2018		Válido até: 22/08/2019		
Objeto da Compra: Registro de Preço para eventual aquisição de itens de decoração e serviço para as Secretarias do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
109	Rafia de palha (pacote) (23085)	PCT	SICRET RISTOWTESKE - ME (7452)	EMBALE BEM	0	57,0000	1
110	Galho de flor artificial misto c/5 (23086)	UND	SICRET RISTOWTESKE - ME (7452)	BRILLIANCE	0	3,2000	1
111	Galho de flor artificial misto c/6 (23087)	UND	SICRET RISTOWTESKE - ME (7452)	BRILLIANCE	0	12,9000	1
112	Galho de flor artificial misto c/7 (23088)	UND	SICRET RISTOWTESKE - ME (7452)	BRILLIANCE	0	14,9000	1
113	Galho de verdes artificial c/ 5 p (23089)	UND	SICRET RISTOWTESKE - ME (7452)	BRILLIANCE	0	3,2000	1
114	Galho de verdes artificial c/ 5 m (23090)	UND	SICRET RISTOWTESKE - ME (7452)	BRILLIANCE	0	6,9000	1
115	Galho de verdes artificial c/ 5 g (23091)	UND	SICRET RISTOWTESKE - ME (7452)	BRILLIANCE	0	13,9000	1
116	Galho de flores artificiais maiores entre 7 e 14 galhos (23092)	UND	SICRET RISTOWTESKE - ME (7452)	BRILLIANCE	0	39,9000	1
117	Guirlandas decorativas temáticas 35cm (23093)	UND	SICRET RISTOWTESKE - ME (7452)	FLORIC GLAW	0	82,0000	1
118	Guirlandas decorativas temáticas 45cm (23094)	UND	SICRET RISTOWTESKE - ME (7452)	FLORIC GLAW	0	95,0000	1
119	Guirlandas decorativas temáticas 55cm (23095)	UND	SICRET RISTOWTESKE - ME (7452)	FLORIC GLAW	0	195,0000	1
120	Planta artificial 1,30 mt (23096)	UND	SICRET RISTOWTESKE - ME (7452)	DISTRISUL	0	245,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2018**

Página: 11/14

Número do Registro de Preços: 25/2018		Data do Registro: 22/08/2018		Válido até: 22/08/2019			
Objeto da Compra: Registro de Preço para eventual aquisição de itens de decoração e serviço para as Secretarias do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

121	Planta artificial 1,50 mt (23097)	UND	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	DISTRISUL	1
122	Planta artificial 1,80 mt (23098)	UND	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	DISTRISUL	1
123	Arranjo de flores de crisântemo para mesa (23099)	UND	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	FLORIC GLAW	1
124	Arranjo de flores de crisântemo c/ rosas para mesa (23100)	UND	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	FLORIC GLAW	1
125	Arranjo de flores mistas p (23101)	UND	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	FLORIC GLAW	1
126	Arranjo de flores mistas m (23102)	UND	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	FLORIC GLAW	1
127	Arranjo de flores mistas g (23103)	UND	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	FLORIC GLAW	1
128	Arranjo de flores mistas gg (23104)	UND	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	FLORIC GLAW	1
129	Arranjo de flores (rosa gerberas cravos e campo) (23105)	UND	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	FLORIC GLAW	1
130	Cesta de flores mistas (23106)	UND	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	FLORIC GLAW	1
131	Cesta de flores mistas gg (23107)	UND	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	FLORIC GLAW	1
132	Botão de rosa vermelho cabo 40 (23108)	UND	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	FLORIC GLAW	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2018

Página: 12/14

Número do Registro de Preços: 25/2018		Data do Registro: 22/08/2018		Válido até: 22/08/2019			
Objeto da Compra: Registro de Preço para eventual aquisição de itens de decoração e serviço para as Secretarias do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
133	Botão de rosa vermelho cabo 50 (23109)	UND	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	FLORIC GLAW	0	4,8000	1
134	Botão de rosa colorido cabo 40 (23110)	UND	SICRET RISTOW TESKE - ME (7452)	FLORIC GLAW	0	3,2000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2018

Página: 13/14

Número do Registro de Preços: 25/2018		Data do Registro: 22/08/2018		Válido até: 22/08/2019			
Objeto da Compra: Registro de Preço para eventual aquisição de itens de decoração e serviço para as Secretarias do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
135	Hora de serviço (23111)	HORA	SICRET RISTOWTESKE - ME (7452)	FLORIC GLAW	0	30,0000	1

Página: 14/14

**Válido até: 22/08/2019**

Item	Unid.	Forneecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
Especificação						

**REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2018**

(7452) - SECRET RISTOW TESKE - ME

Braço do Trombudo, 22 de Agosto de 2018.

## ATA REGISTRO DE PREÇOS 34 2018

Publicação Nº 2084788

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 34/2018

Número do Registro de Preços: 34/2018		Data do Registro: 22/11/2018		Válido até: 22/11/2019		Objeto da Compra: Registro de Preços para contratação de serviços de lavagem dos veículos e máquinas da frota do Município de Braco do Trombudo, SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Serviço de lavagem completa de veículos linha leve (automóveis): limpeza completa interna e externa do veículo sem motor e secagem. (Uno, Celta, Pallo, Gol, Corsa, SpaceFox, Fluence, Strada, Saveiro e Ipanema). (21058)	LAV	KISLA DE SOUZA 62566130906 (8918)	MACHADO	0	41,5800	1
2	Serviço de lavagem completa de veículos linha leve (automóveis): limpeza completa interna e externa do veículo com motor e secagem. (Uno, Celta, Pallo, Gol, Corsa, SpaceFox, Fluence, Strada, Saveiro e Ipanema). (21059)	LAV	KISLA DE SOUZA 62566130906 (8918)	MACHADO	0	53,9000	1
3	Serviço de lavagem completa de veículos (Doblo, Spirm, Kangoo e Kombi): limpeza completa interna e externa do veículo sem motor e secagem. (21060)	LAV	KISLA DE SOUZA 62566130906 (8918)	MACHADO	0	52,0000	1
4	Serviço de lavagem completa de veículos (Doblo, Spirm, Kangoo e Kombi): limpeza completa interna e externa do veículo com motor e secagem. (21061)	LAV	KISLA DE SOUZA 62566130906 (8918)	MACHADO	0	64,4000	1
5	Serviço de lavagem completa de veículos (Sprinter e master): limpeza completa interna e externa do veículo sem motor e secagem. (21062)	LAV	KISLA DE SOUZA 62566130906 (8918)	MACHADO	0	75,5000	1
6	Serviço de lavagem completa de veículos (Sprinter e master): limpeza completa interna e externa do veículo com motor e secagem. (21063)	LAV	KISLA DE SOUZA 62566130906 (8918)	MACHADO	0	88,0000	1
7	Serviço de lavagem completa de veículos (micro ônibus e caçamba toco): limpeza completa interna e externa. (21064)	LAV	KISLA DE SOUZA 62566130906 (8918)	MACHADO	0	98,5000	1
8	Serviço de lavagem completa para caminhão caçamba truck: limpeza completa interna e externa. (21065)	LAV	KISLA DE SOUZA 62566130906 (8918)	MACHADO	0	120,0000	1
9	Serviço de lavagem completa para caminhão pipa: limpeza completa interna e externa. (21066)	LAV	KISLA DE SOUZA 62566130906 (8918)	MACHADO	0	112,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 34/2018**

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 34/2018 Data do Registro: 22/11/2018 Válido até: 22/11/2019

Objeto da Compra: Registro de Preços para contratação de serviços de lavação dos veículos e máquinas da frota do Município de Braco do Trombudo, SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
10	Serviço de lavação completa para máquinas pesadas: limpeza completa interna e externa. (21067)	LAV	KISLA DE SOUZA 62566130906 (8918)	MACHADO	0	246,0000	1



Página: 3/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 34/2018

Número do Registro de Preços: 34/2018      Data do Registro: 22/11/2018      Válido até: 22/11/2019  
Objeto da Compra: Registro de Preços para contratação de serviços de lavagem dos veículos e máquinas da frota do Município de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS N° 34/2018  
PROCESSO N° 47/2018

(8918) - KISLA DE SOUZA 62566130906

Braço do Trombudo, 22 de Novembro de 2018.

# Brunópolis

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº 25/2019

Publicação Nº 2131551

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS

#### RATIFICAÇÃO

Processo Licitatório nº 25/2019 – Dispensa de Licitação nº 05/2019

Na qualidade de Prefeito Municipal de Brunópolis/SC, no uso de minhas atribuições legais, RATIFICO a decisão emanada pela Comissão Permanente de Licitações no Processo de Dispensa de Licitação nº 05/2019, relativo à contratação de serviços de suporte técnico para geração das peças orçamentárias para 2020, em favor de JK Matz Comércio e Serviços Ltda ME, no valor de R\$ 13.200,00.

Brunópolis/SC, 21 de agosto de 2019.

Ademil Antonio da Rosa - Prefeito Municipal.

# Brusque

## PREFEITURA

### EDITAL Nº 04 - 2019 – HOMOLOGAÇÃO -SEME

Publicação Nº 2131734

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EDITAL Nº 04 / 2019 – SEME, 20 DE AGOSTO DE 2019

A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, PUBLICA O RESULTADO PRELIMINAR em ordem ALFABÉTICA do Processo Seletivo para o cargo de VOLUNTARIADO DE ASSISTENTE DE ALFABETIZAÇÃO, conforme segue:

ASSISTENTE DE ALFABETIZAÇÃO

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
01	BRUNA SILVEIRA MACHADO MACIEL
02	DANIELE FELICIANO
03	LILIAN LOFY MARCHI ROSA
04	ROBERTO ABREU ESILVA

BRUSQUE, 20 DE AGOSTO DE 2019

Eliani Aparecida Busnardo Buemo

Secretária Municipal de Educação Brusque.

### EDITAL Nº 001-2018 - TERMO DE CONVOCAÇÃO - 7º ENG AMB-SAMAE

Publicação Nº 2131737

EDITAL 001/2018

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CONVOCAÇÃO

Convocamos o candidato a seguir relacionado para comparecer na sede do SAMAE, à Rua Doutor Penido, 297 – Centro – Brusque/SC, até o dia 28/08/2019, a partir das 08:00 horas para apresentação de documentos conforme item 6 do Edital 001/2018 e encaminhamento para realização de exame médico admissional.

Em caso de desistência do cargo, fica o (a) candidato (a) ora convocado(a), a comparecer ou encaminhar o Termo de Desistência para o mesmo endereço supracitado.

ENGENHEIRO AMBIENTAL

CLASSIFICAÇÃO	NOME	Nº INSCRIÇÃO
7º	ANA JULIA FEUZER MATOS	026

Brusque, 21 de agosto de 2019.

DEJAIR MACHADO

Diretor Presidente

### EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 087-2017

Publicação Nº 2131724

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 087-2017

Espécie: 4º Termo Aditivo, Contrato nº 087/2017 entre o Município de Brusque e CONSTRUTORA WDD LTDA Objeto: quantitativo R\$145.906,00 Origem Pregão nº 014/2017 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Rafael Kniss e Vagner Dallabrida

**EXTRATO CONTRATO N° 20-00401-X**

Publicação N° 2131729

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

**EXTRATO DE CONTRATO**

Espécie: Contrato de Financiamento nº20/00401-X

Beneficiário: Município de Brusque

Financiador: Banco do Brasil S.A. - Agência Setor Público, Florianópolis - SC

Objeto: Aquisição de Máquinas, equipamentos, veículos e software, capacitação de servidores e serviços técnicos especializados vinculados aos bens.

Amparo Legal: Lei Municipal nº4.139, de 11/07/2018

Valor: R\$ 4.998.192,00 (quatro milhões novecentos e noventa e oito mil e cento e noventa e dois reais)

Data da Assinatura: 16/08/2019.

Signatários: Jonas Oscar Paegle, pelo Beneficiário, e Edilberto J.S. Passos, pelo Financiador, na qualidade de Mandatário do Banco do Brasil S.A. - Agência Setor Público, Florianópolis - SC .

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO 05 CONTRATO N° 004-2017 -SAMAE**

Publicação N° 2131731

**EXTRATO TERMO ADITIVO 05 AO CONTRATO 004/2017**

ESPÉCIE: Prorrogação de contrato. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 078/2016 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.0017.0512.0301.2292.3390399900.6000000; VIGÊNCIA: 31/12/2019. FISCAL CONTRATO: Diego Ribeiro Pena. DATA DA ASSINATURA: 21/08/2019; CONTRATADA: DRJ Radiocomunicação Ltda.. Diretor do SAMAE.

Brusque, 21 de agosto de 2019.

PUBLIQUE-SE

Dejair Machado  
Diretor Presidente  
SAMAE - Brusque

**EXTRATO PROCESSO LICITATORIO N° 067-2019- SAMAE**

Publicação N° 2131741

PROCESSO LICITATÓRIO 067/2019

MODALIDADE TOAMDA DE PREÇOS

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 067/2019, na modalidade de Tomada de Preços, do tipo menor preço por item, para serviço de manutenção e montagens de painéis de inversores e telemetria para o SAMAE. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 10 de setembro de 2019, às 13:00 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: [www.samaebru.com.br](http://www.samaebru.com.br)

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Dejair Machado  
Diretor Presidente  
SAMAE – Brusque

**PORTARIA Nº 34-2019-LEGISLATIVO**

Publicação Nº 2131743

Portaria Nº 34, de 19 de agosto de 2019.  
Concede Férias e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias ao funcionário Guilherme Murinelli Francisco, ocupante do cargo de Advogado do Quadro Único dos Servidores da Câmara Municipal, referente ao período de 2017 a 2018, na seguinte forma:

- usufruídos 14 (quatorze) dias no período compreendido entre 24 de dezembro de 2018 a 06 de janeiro de 2019 - férias coletivas;
- para usufruir de 16 (dezesesseis) dias no período compreendido entre 26/08/2019 a 10/09/2019.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento de um terço a mais do que o vencimento normal ao Servidor em gozo de férias, na forma do art. 113 da Lei Complementar nº 147/2009.

Brusque, 19 de agosto de 2019.

José Zancanaro

Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Jefferson Silveira

Diretor Geral

**PORTARIA Nº 35-2019-LEGISLATIVO**

Publicação Nº 2131744

Portaria Nº 35, de 19 de agosto de 2019.  
Concede Férias e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias à funcionária Aline Polzin Bortoluzzi, ocupante do cargo de Jornalista do Quadro Único dos Servidores da Câmara Municipal, referente ao período de 2018 a 2019, na seguinte forma:

- usufruídos 14 (quatorze) dias no período compreendido entre 24 de dezembro de 2018 a 06 de janeiro de 2019 - férias coletivas;
- para usufruir de 16 (dezesesseis) dias no período compreendido entre 26/08/2019 a 10/09/2019.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento de um terço a mais do que o vencimento normal à Servidora em gozo de férias, na forma do art. 113 da Lei Complementar nº 147/2009.

Brusque, 19 de agosto de 2019.

José Zancanaro

Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Jefferson Silveira

Diretor Geral

**RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 5-2019-LEGISLATIVO**

Publicação Nº 2131746

Resolução Administrativa Nº 5, de 14 de agosto de 2019.

Autoriza a participação de Servidora no Curso de Formação e Capacitação de Pregoeiros e Equipes de Apoio.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições Regimentais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica autorizada a participação da Servidora Silvana Ventura no Curso de Formação e Capacitação de Pregoeiros e Equipes de Apoio, a ser realizado pela NP Treinamentos Ltda, nos dias 27 e 28 de agosto de 2019, em Curitiba/PR.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Resolução Administrativa correrão à conta de dotação orçamentária do Poder Legislativo.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 14 de agosto de 2019.

José Zancanaro

Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Jefferson Silveira

Diretor Geral

## RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 6-2019-LEGISLATIVO

Publicação Nº 2131748

Resolução Administrativa Nº 6, de 14 de agosto de 2019.

Nomeia os Vereadores Membros da Comissão Especial criada pelo Requerimento nº 52/2019 - Sistema Municipal de Saúde.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os Vereadores Alessandro André Moreira Simas, Gerson Luis Morelli, Jean Daniel dos Santos Pirola, Celso Carlos Emydio da Silva e Paulo Rodrigo Sestrem, para comporem a Comissão Especial criada pelo Requerimento nº 52/2019 - assunto: Sistema Municipal de Saúde.

Art. 2º Os Vereadores nomeados na forma regimental, reunir-se-ão em data a ser definida de comum acordo entre os Membros, para eleição e posse do Presidente da Comissão.

Art. 3º As despesas relativas ao trabalho da Comissão Especial correrão à conta de dotações próprias do Orçamento do Poder Legislativo.

Art. 4º Esta Resolução Administrativa entra em vigor na data de sua publicação.

Brusque, 14 de agosto de 2019.

José Zancanaro

Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Jefferson Silveira

Diretor Geral

# Caçador

## PREFEITURA

### CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Publicação Nº 2131300

Conforme Artigos 16 e 17 do Edital de Convocação para o X Fórum para Eleições dos Membros da Sociedade Civil para composição do Conselho Municipal de Saúde de Caçador - Biênio 2019/2021, a Comissão Organizadora deferiu as seguintes inscrições para concorrer no Fórum de Eleição, com a seguinte classificação:

Representantes de Prestadores de Serviço:

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais Caçador - APAE

Associação Franco Brasileira – Hospital Maicé

Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador – Bombeiros Voluntários

Representantes de Trabalhadores em Saúde:

Associação dos Psicólogos de Caçador e Região – APSC

Associação de Assistentes Sociais de Caçador – AASC

Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina – COREN

Núcleo de Base do Conselho Regional de Serviço Social Vale do Rio do Peixe – NUCRESS

Representantes de entidades dos Usuários do Sistema Único de Saúde

Pastoral da Criança

Pastoral da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – AIDS

Pastoral da Saúde

Pastoral da Pessoa Idosa

Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais de Caçador – BPW

União das Associações de Moradores de Caçador

Associação de Moradores do Bairro Vila Paraíso

Conselho Comunitário do Bairro Sorgatto

Associação de Moradores Monge João Maria Caçador

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC

Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC- SENAI e SESI

Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Caçador e Região – SINTRAFCAR

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Caçador – SC

Rede Feminina de Combate ao Câncer de Caçador

Lions Clube Caçador Centro

Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe -UNIARP

Caçador SC, 21 de agosto de 2019

### DECRETO Nº 8.308

Publicação Nº 2131358

Mem. 18533/2019

DECRETO Nº 8.308, de 16 de agosto de 2019.

Nomeia Comissão Especial para elaboração do Edital de Chamamento Público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas, para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão Especial para elaboração do Edital de Chamamento Público da Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, para seleção de propostas para a celebração de parceria para a realização de controle de natalidade de cães e gatos no município:

I - Caroline Rodrigues;

II - Gustavo Kutcher Furlin;

III - Andrea Tozzo Marafon;

IV - Amanda de Almeida Kirschner.

Parágrafo único. À Comissão compete, ainda, a seleção dos projetos do Edital.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 16 de agosto de 2019.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

## **DECRETO Nº 8.316**

Publicação Nº 2131433

DECRETO Nº 8.316, de 21 de agosto de 2019.

Designa servidora para exercer fiscalização de contrato administrativo.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a Servidora Aires Roberta da Rosa Brandalise para exercer a fiscalização do Contrato Administrativo nº 025/2019, vinculado ao Processo Licitatório nº 09/2019FMS – Credenciamento nº 05/2019, cujo objeto é o chamamento público para credenciamento de profissionais especialistas na área de urologia.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Administração, em 21 de agosto de 2019.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

## **DECRETO Nº 8.320**

Publicação Nº 2131434

DECRETO Nº 8.320, de 21 de agosto de 2019.

Designa servidora para exercer fiscalização de contrato administrativo.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a Servidora Yana Kutcher para exercer a fiscalização do Contrato Administrativo nº 024/2019, vinculado ao Processo Licitatório nº 26/2019FMS – Dispensa nº 02/2019, cujo objeto é a locação de imóvel para sede do CAPS II.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Administração, em 21 de agosto de 2019.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.



**DECRETO Nº 8.324**

Publicação Nº 2131795

DECRETO Nº 8.324, de 21 de agosto de 2019.

Designa servidor para exercer fiscalização de contrato administrativo.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Servidor Antonio Carlos do Nascimento Bittencourt para exercer a fiscalização do Contrato Administrativo nº 83/2019, vinculado ao Processo Licitatório nº 127/2019 – Dispensa nº 28/2019, que tem por objeto a locação de terreno para estacionamento do Parque Central.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Administração, em 21 de agosto de 2019.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

**DESPACHO DE REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 112/2019 - TOMADA DE PREÇOS Nº. 08/2019**

Publicação Nº 2131616

DESPACHO DE REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 112/2019 - TOMADA DE PREÇOS Nº. 08/2019 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO/INSTALAÇÃO DE PASSARELA PÊNSIL EM ARCO SEM APOIOS CENTRAIS A SER INSTALADA SOBRE O RIO DO PEIXE LIGANDO O PARQUE CENTRAL JOSÉ ROSSI ADAMI À RUA ARISTILIANO RAMOS

O Prefeito Municipal, no uso das suas atribuições e com fundamento no art. 49 da Lei nº 8.666/93, e CONSIDERANDO que:

- sendo deflagrado certame, houve a apresentação de impugnação ao Edital formalizada pela empresa OTTIMIZZARE ENGENHARIA;
- após análise detalhada dos pontos impugnados pela referida empresa, pelo setor técnico do Instituto de Planejamento e Pesquisa de Caçador – IPPUC, verificou-se a necessidade de readequar o objeto a ser licitado;
- para evitar transtornos e prejuízos seja a Administração Municipal, seja ao licitante vencedor do certame, importante se torna a sondagem do terreno onde será efetuada a obra, necessitando-se aguardar o término do referido serviço, o que auxiliará na readequação do objeto;
- a previsão do item 15.2 do Edital que estabelece: "15.2. O Prefeito do Município poderá revogar ou anular a Licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital."

RESOLVE, a bem do interesse público, REVOGAR o Edital de Tomada de Preços n.º 08/2019.

Publique-se. Intime-se.

Caçador/SC, 15 de agosto de 2019.

SAULO SPEROTTO  
Prefeito Municipal

**EDITAL 008/2019 CMDCA**

Publicação Nº 2131791

PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE CAÇADOR/SC

EDITAL Nº 008/2019 – CMDCA

A Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), Resolução nº 170/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, assim como pela Lei Municipal nº 3.214/2015 e suas alterações, Lei 3.500/2019 e Resoluções nº 08 e 10/2019, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Caçador/SC, sendo realizado sob a responsabilidade deste e fiscalização do Ministério Público, divulga e torna pública a lista por ordem alfabética com os nomes dos (as) candidatos (as) e seus devidos números de votação:

- 1) Adriana Pegoraro Donatti - 851
- 2) Alexandre Piacentini - 852

- 3) Cristiane Tibes Evangelista - 853
- 4) Doraci Cracco Lopes - 854
- 5) Dorisete Iaczinski - 855
- 6) Eduardo Daniel Pereira dos Santos - 856
- 7) Eliane Aparecida França Zonta - 857
- 8) Eliane Balvedi Medeiros - 858
- 9) Francine de Matias - 859
- 10) Maria Augusta Nhoatto Moreira - 860
- 11) Maria Sirlei Terencio - 861
- 12) Marilaine Aparecida Chaves Witiuk - 862
- 13) Milene Rodrigues da Silva - 863
- 14) Neoli Aparecida Ribeiro de Andrade - 864
- 15) Raquel Castilho - 865
- 16) Rosangela da Costa e Souza Buczek - 866
- 17) Simone Casagrande - 867
- 18) Sirlei Heinemann Weber - 868
- 19) Susana Ribeiro - 869
- 20) Suzana Ribeiro dos Santos - 870
- 21) Taélis Tasca - 871
- 22) Valdecir Gainete Lopes Ramos dos Santos - 872

Caçador, 16 de agosto de 2019.

### INFORMATIVO ADITIVO Nº 33º

Publicação Nº 2131726

#### INFORMATIVO DE ENVIO DE ADITIVO DE CONTRATO PARA ASSINATURAS Nº 33/2019

Informamos o envio por e-mail do aditivo de CONTRATO: 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 101/2018 da Prefeitura Municipal de Caçador, para assinatura do (s) representantes da (s) empresa (s): MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A.

O (s) aditivo (s) do (s) contrato (s) assinado (s) deverá ser entregue no endereço: Av. Santa Catarina Nº 195 – Centro, CEP 89500-124, Caçador/SC, em no máximo três dias úteis prorrogáveis por igual período, a contar do primeiro dia desta publicação. O despacho deverá conter 3 (três) vias assinadas encaminhadas por SEDEX, transportadora ou pessoalmente, na sede da Prefeitura Municipal de Caçador.

Para os representantes que não são do estado de Santa Catarina, poderá ser dilatado o prazo conforme justificativa e necessidade, e ambas devem ser protocoladas na Prefeitura Municipal de Caçador, ou pelo site em seu protocolo online [www.cacador.sc.gov.br](http://www.cacador.sc.gov.br), ou ainda encaminhadas para o e-mail [licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br).

O responsável pela assinatura, deve enviar por e-mail ou junto com as vias do(s) aditivo(s) de CONTRATO(S), as certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, Seguridade Social - INSS e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011, em atendimento ao art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.

Na ausência do retorno do (s) aditivo(s) do(s) Contrato(s), e apresentação das certidões atualizadas de regularidade fiscal, no prazo estabelecido, ou deixar de fazê-la, além de decair do direito, sujeitar-se-á às penalidades previstas no instrumento contratual.

Caçador, 21 de agosto de 2019.

### INFORMATIVO ATA Nº 27º

Publicação Nº 2131678

#### INFORMATIVO DE ENVIO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO PARA ASSINATURAS Nº 27/2019

Informamos o envio por e-mail da ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 153/2019 da Prefeitura Municipal de Caçador, ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 12/2019 do Fundo Municipal de Saúde de Caçador, para assinatura do (s) representantes da (s) empresa (s): LANCHONETE E RESTAURANTE CACHOEIRA, SANTA VITTA INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ORTOPEDICOS LTDA.

As Atas assinadas deverá ser entregue no endereço: Av. Santa Catarina Nº 195 – Centro, CEP 89500-124, Caçador/SC, em no máximo três dias úteis prorrogáveis por igual período, a contar do primeiro dia desta publicação. O despacho deverá conter 3 (três) vias assinadas encaminhadas por SEDEX, transportadora ou pessoalmente, na sede da Prefeitura Municipal de Caçador.

Para os representantes que não são do estado de Santa Catarina, poderá ser dilatado o prazo conforme justificativa e necessidade, e ambas devem ser protocoladas na Prefeitura Municipal de Caçador, ou pelo site em seu protocolo online [www.cacador.sc.gov.br](http://www.cacador.sc.gov.br), ou ainda encaminhadas para o e-mail [licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br).

O responsável pela assinatura, deve enviar por e-mail ou junto com as vias das ATA (S) DE REGISTRO DE PREÇO, as certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, Seguridade Social - INSS e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011, em atendimento ao art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.

Na ausência do retorno da Ata (s) de registro de preço, e apresentação das certidões atualizadas de regularidade fiscal, no prazo estabelecido, ou deixar de fazê-la, além de decair do direito, sujeitar-se-á às penalidades previstas no instrumento contratual.

Caçador, 21 de agosto de 2019.

**INFORMATIVO DE CONTRATO Nº 30º**

Publicação Nº 2131667

**INFORMATIVO DE ENVIO DE CONTRATOS PARA ASSINATURAS Nº 30/2019**

Informamos o envio por e-mail do CONTRATO Nº 80/2019, Nº 81/2019, Nº 82/2019, da Prefeitura Municipal de Caçador, CONTRATO Nº 24/2019 e 25/2019 do Fundo Municipal de Saúde de Caçador, para assinatura do (s) representantes da (s) empresa (s): MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A, GENTE SEGURADORA SA, PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, LUZIO WALTER GAST e MOREIRA CLIVATTI SERVICOS MEDICOS.

O contrato assinado deverá ser entregue no endereço: Av. Santa Catarina Nº 195 – Centro, CEP 89500-124, Caçador/SC, em no máximo três dias úteis prorrogáveis por igual período, a contar do primeiro dia desta publicação. O despacho deverá conter 3 (três) vias assinadas encaminhadas por SEDEX, transportadora ou pessoalmente, na sede da Prefeitura Municipal de Caçador.

Para os representantes que não são do estado de Santa Catarina, poderá ser dilatado o prazo conforme justificativa e necessidade, e ambas devem ser protocoladas na Prefeitura Municipal de Caçador, ou pelo site em seu protocolo online [www.cacador.sc.gov.br](http://www.cacador.sc.gov.br), ou ainda encaminhadas para o e-mail [licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br).

O responsável pela assinatura, deve enviar por e-mail ou junto com as vias do CONTRATO, as certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, Seguridade Social - INSS e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011, em atendimento ao art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.

Na ausência do retorno do Contrato, e apresentação das certidões atualizadas de regularidade fiscal, no prazo estabelecido, ou deixar de fazê-la, além de decair do direito, sujeitar-se-á às penalidades previstas no instrumento contratual.

Caçador, 21 de agosto de 2019.

**PORTARIA Nº 31.310**

Publicação Nº 2131799

PORTARIA Nº 31.310, de 31 de julho de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

CONSIDERANDO as faltas injustificadas apuradas no período de 16 de junho a 15 de julho de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º. EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE, especificando código, nome, cargo e número de horas descontadas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
11784	Aline Mendes Luciano	Médico Veterinário	47,58
15285	Christiane Driessen	Secretário Municipal	30
854	Claudio Antonio Machado	Técnico Agrícola	3
15127	Francisco Antonio Stefanos	Diretor de Desenvolvimento Rural	3,5
305	Ginesio Alves de Oliveira	Auxiliar Serviços Gerais	4,3
17779	Lindamir Goncalves	Auxiliar Serviços Gerais	220

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 31 de julho de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 31.341**

Publicação Nº 2131800

PORTARIA Nº 31.341, de 31 de julho de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e em conformidade com o art. 65, § 3º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e art. 11, do Decreto Municipal nº 4.949, de 08/08/2011, que regulamenta a prestação do serviço extraordinário,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o pagamento das horas creditadas em banco de horas e não compensadas aos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, em virtude de exonerações/rescisões, especificando código, nome do servidor, cargo e número de horas, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Nº de Horas
14037	Lindamir Teresinha Kuracz	Agente Comunitário de Saúde	7,44
15287	Marcos Roberto Ozogowski	Motorista	101,31
12059	Rodolfo Lorengo da Rosa	Odontólogo ESF	11,24
15675	Sarah Michelson Alves	Médico	6,2

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 31 de julho de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

### PORTARIA Nº 31.378

Publicação Nº 2131801

PORTARIA Nº 31.378, de 08 de agosto de 2019.  
Dispõe sobre posse e início do exercício de Servidora nomeada  
por Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, e em conformidade com os arts. 21 e 23 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências,

CONSIDERANDO a Portaria nº 31.352, de 1º de agosto de 2019, que nomeia Isadora Carneiro Kovalhuk em virtude de aprovação em concurso público, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 05 de agosto de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º. DAR POSSE E ATRIBUIR EXERCÍCIO à Servidora ISADORA CARNEIRO KOVALHUK para ocupar o cargo de Fisioterapeuta, pertencente ao Grupo Ocupacional Superior, referência 21, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais e vinculada à Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 08 de agosto de 2019.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 08 de agosto de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DE SAÚDE.

### PORTARIA Nº 31.384

Publicação Nº 2131802

PORTARIA Nº 31.384, de 12 de agosto de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

CONSIDERANDO a falta de Servidores concursados,

CONSIDERANDO que todos os candidatos aprovados para o cargo no Concurso Público e no Processo Seletivo vigentes já foram convocados,

CONSIDERANDO e o caráter essencial de atendimento à saúde da população que não pode ficar desassistida,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR DIOGO BORBA SCHULZ para exercer a função de Médico, pertencente ao Grupo Ocupacional Superior, referência 40, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vinculado à Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º. A vigência do contrato está vinculada à realização e publicação do resultado final de novo Concurso Público e/ou Processo Seletivo.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de agosto de 2019.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 12 de agosto de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

### **PORTARIA Nº 31.405**

Publicação Nº 2131803

PORTARIA Nº 31.405, de 19 de agosto de 2019.

OS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 31 da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVEM:

Art. 1º. COLOCAR À DISPOSIÇÃO da Secretaria Municipal da Administração a Servidora MARIA GENI HUÇULAK, matrícula 1318, ocupante do cargo de Servente e lotada na Secretaria Municipal da Educação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de agosto de 2019.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete dos Secretários Municipais de Caçador, em 19 de agosto de 2019.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA  
EDUCAÇÃO.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

**PORTARIA Nº 31.407**

Publicação Nº 2131804

Memorando nº 17025/2019

PORTARIA Nº 31.407, de 19 de agosto de 2019.

A SECRETARIA MUNICIPAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018,

CONSIDERANDO a Portaria nº 31.379, de 08 de agosto de 2019, que convoca os Servidores lotados na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação para comporem escala para prestação de serviço sob o regime de sobreaviso durante o mês de agosto de 2019,

**R E S O L V E:**

Art. 1º RETIFICAR as escalas para prestação de serviço sob o regime de SOBREAVISO dos dias 14 e 19 de agosto de 2019, estabelecidas no artigo 1º da Portaria nº 31.379, de 08 de agosto de 2019, passando a vigorar da seguinte forma:

Onde se lê:

Data	Dia da semana	Período	Nº Horas	Servidores em Sobreaviso	Cargo
14	Quarta-feira	17h00 – 08h00	15 h	Juçara Schneider Muller João Hermes Huçulak Carneiro	Assistente Social Motorista

Data	Dia da semana	Período	Nº Horas	Servidores em Sobreaviso	Cargo
19	Segunda	17h00 – 08h00	15 h	Silvia Linhares Martelo Rodrigo de Paula	Assistente Social Motorista

Leia-se:

Data	Dia da semana	Período	Nº Horas	Servidores em Sobreaviso	Cargo
14	Quarta-feira	17h00 – 08h00	15 h	Silvia Linhares Martelo Hermes Huçulak Carneiro	Assistente Social Motorista

Memorando nº 17025/2019

Data	Dia da semana	Período	Nº Horas	Servidores em Sobreaviso	Cargo
19	Segunda	17h00 – 08h00	15 h	Juçara Schneider Muller João Rodrigo de Paula	Assistente Social Motorista

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação de Caçador, em 19 de agosto de 2019.

Graziela Wagner da Costa Bender – SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.



**PORTARIA Nº 31.413**

Publicação Nº 2131805

PORTARIA Nº 31.413, de 20 de agosto de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 30 e seguintes da Lei Complementar nº 203, de 23 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ascensão de nível por tempo de serviço dentro do plano de carreira à Servidora abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a ser pago a contar do mês de AGOSTO, especificando código, nome, cargo e nível ascendido:

Código	Nome	Cargo	Nível ascendido
7785	Elizete Farias	Assistente Social	Nível 6

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação de Caçador, em 20 de agosto de 2019.

Graziela Wagner da Costa Bender – SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

**PORTARIA Nº 31.419**

Publicação Nº 2131806

PORTARIA Nº 31.419, de 20 de agosto de 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto art. 90 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias regulamentares acrescidas do respectivo adicional à Servidora abaixo relacionada, especificando código, nome, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
14060	Claudete Natus	20/11/2018 a 19/11/2019	12/08/2019 a 26/08/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Fazenda de Caçador, em 20 de agosto de 2019.

Osório Elias Timmermann – SECRETÁRIO DA FAZENDA.

**RESOLUÇÃO Nº 01-2019 CMI**

Publicação Nº 2131789

Resolução 01/2019 de 20 de agosto de 2019

Dispõe sobre a composição das Comissões do CMI Gestão 2019/2021.

O Conselho Municipal do Idoso - CMI, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.953, de 14 de agosto de 2003 que institui o Conselho Municipal do Idoso e suas alterações.

CONSIDERANDO a Reunião Ordinária realizada no dia vinte de agosto de 2019, Ata nº 125.

Resolve:

Art. 1º. Compor as Comissões do CMI, conforme segue:

I – COMISSÃO DE NORMAS E ANÁLISE DE DOCUMENTOS:

- Silvia Linhares Martelo
- Elizete Farias
- Marilene Montovani
- Gracieli Hamester.



**II- COMISSÃO DE DENÚNCIAS, MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO:**

- Dayane Cordeiro
- Jessica Krulikowski
- Edegar Roberto Mazzotti
- Milene Rodrigues

**III – COMISSÃO DE FINANÇAS:**

- Cristiane Aline Santi
- Elizete Farias
- Mirela Carla Urio
- Gracieli Hamester.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 20 de agosto de 2019.

Sara Haymussi Sales

Presidente do Conselho Municipal do Idoso- CMI

## **RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 24/2019 – FMS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2019 - DISPENSA Nº 02/2019**

Publicação Nº 2131249

RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 24/2019 – FMS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2019 - DISPENSA Nº 02/2019 - LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA SEDE DO CAPS II.

**ONDE ERA:**

CONTRATADA: LUZIO WALTER GAST, pessoa física, brasileiro inscrito no CPF sob o nº 105.099.099-49, residente e domiciliado em Caçador, SC e MARLI CELESTINA ROSSETTI, pessoa física, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 923.414.629-87, residente e domiciliada em Caçador, SC. O preço certo e ajustado entre as partes é de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil) para a totalidade do presente contrato pela locação do imóvel acima descrito, sendo R\$ 6.000,00 (seis mil reais) mensais. O presente Contrato tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, iniciando na data de 20/08/2019 e findando dia 20/08/2020, podendo ser renovado nos termos do art. 57, da Lei 8.666/93.

Data Adjudicação	Item	Material/Serviço	Unid. med	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
20/08/2019	1	70075 - Locação de imóvel para acomodações do CAPS II, sendo que o imóvel deverá ser com área útil de aproximadamente 300m², com no mínimo 06 salas, cozinha, recepção, no mínimo 02 banheiros, sendo que um banheiro deverá ter chuveiro e ser adaptado para cadeirantes. O imóvel deve ter acessibilidade, corrimões, rampa de acesso, ter instalações elétricas em boas condições, ser no centro próximo a ponto de ônibus.	MES	12	6.000,00	72.000,00
Total						72.000,00

**PASSA A SER:**

CONTRATADA: LUZIO WALTER GAST, pessoa física, brasileiro inscrito no CPF sob o nº 105.099.099-49, residente e domiciliado em Caçador, SC e MARLI CELESTINA ROSSETTI, pessoa física, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 923.414.629-87, residente e domiciliada em Caçador, SC. O preço certo e ajustado entre as partes é de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil) para a totalidade do presente contrato pela locação do imóvel acima descrito, sendo R\$ 6.000,00 (seis mil reais) mensais. O presente Contrato tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, iniciando na data de 20/08/2019 e findando dia 20/08/2020, podendo ser renovado nos termos do art. 57, da Lei 8.666/93. A fiscalização do presente Contrato ficará a cargo da servidora Yana Kutcher.

Data Adjudicação	Item	Material/Serviço	Unid. med	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
20/08/2019	1	70075 - Locação de imóvel para acomodações do CAPS II, sendo que o imóvel deverá ser com área útil de aproximadamente 300m², com no mínimo 06 salas, cozinha, recepção, no mínimo 02 banheiros, sendo que um banheiro deverá ter chuveiro e ser adaptado para cadeirantes. O imóvel deve ter acessibilidade, corrimões, rampa de acesso, ter instalações elétricas em boas condições, ser no centro próximo a ponto de ônibus.	MES	12	6.000,00	72.000,00
Total						72.000,00

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC****ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL**

Publicação Nº 2131091

**ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL**

Aos seis dias do mês de agosto de dois mil e dezenove, às dezesseis horas, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal do IPASC, em sua sede, sita a Rua General Osório, 52, Centro, nesta cidade, nomeados através do Decreto 8.251/2019: FERNANDO SCOLARO, AIRTON CARLOS LEITE, ANDREA RUI PISTORE, CAROLINA FRUET DE LIMA, WALMIR RIGO, FRANCIELE A. DE MACEDO, VITOR HUGO DE LIMA, JULIANA MACIEL KOHL, JOSÉ LUIZ FURLIN, TEREZINHA CASTANHEIRO ANCIUTTI, DANIELA MAGUEROSKI CORREA em reunião Ordinária. Ao iniciar os trabalhos foi realizada a leitura da ata da reunião anterior, a qual foi procedido o cancelamento da Eleição de Presidente da ata 25/2019, realizada no dia 19 de julho de 2019, por motivo de adequação ao regimento vigente, os trabalhos iniciais foram presididos pela senhora Terezinha Castanheiro Ancutti, membro de maior idade entre os presentes. Eleição do Presidente foi realizado por votação, sendo eleita por unanimidade a senhorita CAROLINA FRUET DE LIMA, após sua posse, deu continuidade aos trabalhos, na ordem do dia constavam os seguintes assuntos: ASSUNTO1 – Mudanças do Regimento Interno: referente as alterações do Regimento interno ficou definido que cada conselheiro fará a leitura e apontamentos, que será feito uma reunião extraordinária, na sede do IPASC, ficando agendado para o dia 27 de agosto, às 16 horas. ASSUNTO2 – Calendário de Reuniões – Após discussões optou-se em manter as datas previstas, e as pautas serão definidas nas mudanças do Regimento, bem como o Projeto de objetivos e metas a serem atingidas pelo Conselho Fiscal. ASSUNTO3 – Equipamentos e Mobiliário – Foi discutido e aprovado a solicitação para Presidência Administrativa do IPASC, de aquisição de notebook, mouse e um armário com chave para guardar documentos e materiais do Conselho Fiscal. ASSUNTO4 – Referente a numeração de ATA – Ficou definido que será mantido a sequência até o final do corrente ano. ASSUNTO5 – Ausência: As Conselheiras ANDREIA RUI PISTORE e JULIANA MACIEL KOHL justificaram suas ausências e foram representadas pelos seus suplentes TEREZINHA CASTANHEIRO ANCIUTTI e JOSÉ LUIZ FURLIN. Nada mais havendo a ser tratado, a Presidente eleita, encerrou a presente reunião, e eu Airton Carlos Leite, lavrei a presente ata, que vai por todos os presentes assinado.

CAROLINA FRUET DE LIMA FERNANDO SCOLARO

AIRTON CARLOS LEITE FRANCIELE A. DE MACEDO

VITOR HUGO DE LIMA TEREZINHA CASTANHEIRO ANCIUTTI

JOSÉ LUIZ FURLIN

LISTA DE PRESENÇA – REUNIÃO ORDINÁRIA – 06/08/2019

NOME	ASSINATURA

**ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL**

Publicação Nº 2131072

**ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL**

Aos dezenove dias do mês de julho de dois mil e dezenove, às dezesseis horas, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal do IPASC, nomeados através o Decreto 8.251/2019 : FERNANDO SCOLARO, AIRTON CARLOS LEITE, ANDREA RUI PISTORE, CAROLINA FRUET DE LIMA, WALMIR RIGO, FRANCIELE A. DE MACEDO, VITOR HUGO DE LIMA, JULIANA MACIEL KOHL, JOSÉ LUIZ FURLIN, TEREZINHA CASTANHEIRO ANCIUTTI. Ao iniciar os trabalhos foi apresentado e lido o código de ética do IPASC, pelas servidoras Fernanda Fiorelli e Elizabeth Olsen. Na sequência foi realizado a eleição da nova diretoria que ficou assim constituída: Presidente Vitor Hugo de Lima, Vice-Presidente Fernando Scolaro e Secretário Airton Carlos Leite. Referente a reunião agendada para dia vinte e três de julho de dois mil e dezenove fica transferida para o dia seis de agosto, às dezesseis horas, por motivo da capacitação que será nos dia primeiro e segundo de agosto. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente eleito encerrou a presente reunião, e eu Airton Carlos Leite, lavrei a presente ata, que vai por todos os presentes assinado.

VITOR HUGO DE LIMA FERNANDO SCOLARO

AIRTON CARLOS LEITE ANDREA RUI PISTORE

CAROLINA FRUET DE LIMA FRANCIELE A. DE MACEDO

JOSÉ LUIZ FURLIN TEREZINHA CASTANHEIRO ANCIUTTI

# Caibi

## PREFEITURA

**LEI Nº 2.568/2019**

Publicação Nº 2131466



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

**LEI Nº 2.568/2019**, de 19 de Agosto de 2019.

Suprime dispositivos e altera valores do anexo I da lei Municipal nº 2.557/2019, de 29 de março de 2019, que dispõe sobre a concessão de Diárias para servidores públicos e agentes políticos municipais do poder Executivo do Município de Caibi/SC, e dá outras providências.

ELÓI JOSÉ LÍBANO Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas pela legislação vigente, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** - O artigo 3º da Lei Municipal nº 2.557/2019, de 29 de Março de 2019, passa a vigorar suprimido dos §2º e §3º que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“**Art. 3º.** Os valores das diárias serão fixados por grupos de cargos, empregos e funções e corresponderão aos valores estabelecidos no **Anexo I** da presente lei.*

***Parágrafo único.** Os valores correspondentes às diárias serão atualizados anualmente pelo índice do INPC/IBGE, acumulado no período dos últimos 12 meses, contados da data da publicação desta lei.”*

**Ar. 2º** - O anexo I da Lei Municipal nº 2.557/2019, de 29 de Março de 2019, passa a vigorar com os valores constantes do anexo I da Presente.

**Art. 3º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 19 de Agosto de 2019

**ELÓI JOSÉ LÍBANO**  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

DIRLEI LEMES DE ALMEDA  
Secretário DE Administração e Planejamento

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000  
<http://www.caibi.sc.gov.br>  
[administracao@caibi.sc.gov.br](mailto:administracao@caibi.sc.gov.br)



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

**ANEXO I**  
**TABELA DE DIÁRIAS COM VALORES**

DESTINO  FUNÇÃO	<u>Campo 1</u>	<u>Campo 2</u>	<u>Campo 3</u>	<u>Campo 4</u>
	Capital Federal e viagens internacionais	Capitais de Estado ou Centros Urbanos com mais de 200mil habitantes distantes mais de 400km	Santa Catarina Cidade da AMMOC, AMARP, AMURC e AMPLASC. <b>Paraná e Rio G. do Sul:</b> Cidades – Distantes entre 251 à 400 Quilômetros.	Santa Catarina Cidades da AMEOSC, AMNOROESTE, AMOSC, AMAI e AMAUC. <b>Paraná e Rio G. do Sul:</b> Cidades distantes até 250 Quilômetros.
Servidores Municipais	R\$ 400,00	R\$ 350,00	R\$ 250,00	R\$ 150,00
Quando o deslocamento constituir exigência permanente do exercício do cargo	R\$ 300,00	R\$ 200,00	R\$ 150,00	R\$ 100,00

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000  
<http://www.caibi.sc.gov.br>  
[administracao@caibi.sc.gov.br](mailto:administracao@caibi.sc.gov.br)

**LEI Nº 2.569/2019**

Publicação Nº 2131450

LEI Nº 2.569/2019, de 19 de Agosto de 2019.

Autoriza o Município de Caibi firmar Termo de Colaboração com Associação que especifica, e dá outras providências.

ELOI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal devidamente autorizado a firmar termo de colaboração para repasse de recursos financeiros com a Câmara de Dirigentes Lojistas, inscrita no CNPJ sob o nº 75.433.847/0001-69, com sede na Rua São Domingos, 566 na cidade de Caibi/SC, no valor de até R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais) que destinar-se-ão, para custeio de despesas decorrentes das atividades do "Doce Natal" 2019.

Art. 2º - A transferência financeira, a aplicação dos recursos, a prestação de contas e demais procedimentos referente a execução do convênio deverão obedecer o disposto no Decreto Municipal nº 027/2014, de 20 de Fevereiro de 2014 bem como as disposições da Lei nº 13.019/2014, de 31 de Julho de 2014.

Art. 3º - As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotação orçamentária do orçamento vigente.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Caibi, em 19 de Agosto de 2019

ELÓI JOSÉ LÍBANO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

DIRLEI LEMES DE ALMEIDA

Secretário de Administração Planejamento

**LEI Nº 2.570/2019**

Publicação Nº 2131417

LEI Nº 2570/2019, de 19 de Agosto de 2019.

Altera o Art. 2º da Lei Municipal nº 2.178/2009 - Que dispõe sobre a Contribuição financeira do município de Caibi para o Consórcio Inter-municipal de Saúde da AMERIOS – CIS/AMERIOS, e dá outras providências.

ELÓI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - O artigo 2º da Lei Municipal nº 2.178/2009, de 25 de Março de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - O Repasse mencionado no "caput" do artigo 1º será mensal e terá início em janeiro de 2018, que será destinado ao pagamento de consultas, exames e procedimentos médicos, autorizados pela Secretaria Municipal de Saúde deste município.

§ 1º - O município contribuirá mensalmente com o valor de até R\$ 8,00 (oito reais) por habitante, conforme censo do IBGE de 2010 (6.219 habitantes), totalizando o valor de até R\$ 49.752,00 (quarenta e nove mil setecentos e cinquenta e dois reais);

§ 2º - havendo despesas excedentes ao valor da contribuição mensal, no que se refere aos procedimentos autorizados de consultas e exames, fica o município obrigado ao seu pagamento, até o dia 5(cinco) do mês subsequente ao que deu origem à despesa, mediante apresentação de recibo do CIS/AMERIOS."

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se a Lei 2.519/2017, de 24 de Novembro de 2017 e demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi/SC, em 19 de Agosto de 2019.

ELÓI JOSÉ LÍBANO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

DIRLEI LEMES DE ALMEIDA

Secretário de Administração e Planejamento

**LEI Nº 2.571/2019**

Publicação Nº 2131421

LEI Nº. 2.571/2019 de 19 de Agosto de 2019

Autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar Operação de Crédito com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e dá outras providências.

ELÓI JOSÉ LÍBANO Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas pela legislação vigente, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar operação de crédito junto à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, até o valor de R\$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais), no âmbito do programa FINISA – Modalidade Apoio Financeiro, destinados à Aquisição de Maquinas e Equipamentos (Motoniveladora), Infraestrutura Urbana (Pavimentação de Ruas e Construção de Galeria na Rua Ricardo Valduga), Ampliação da Escola Municipal Pedro Ivo Campos e Implantação de Iluminação no Estádio Municipal, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único - A autorização mencionada no caput deste artigo não obriga a contratação, ficando a cargo do Chefe do Poder Executivo a análise da conveniência e oportunidade.

Art. 2º - Para pagamento principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito, fica a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL autorizada a utilizar como garantia, a modo pro solvendo, as receitas e Quotas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) a que se refere o art. 159, Inciso I da Constituição Federal.

Art. 3º - Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 4º - Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 5º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caibi SC,  
em 19 de Agosto de 2019.

ELÓI JOSÉ LÍBANO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

DIRLEI LEMES DE ALMEIDA

Secretário de Administração e Planejamento

**LEI Nº 2.572/2019**

Publicação Nº 2131428

LEI Nº 2572/2019 DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre inclusão de novas ações no Plano Plurianual 2018 X 2021 – PPA, no Anexo de Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para 2019 e na Lei Orçamentária - LOA para 2019 e dá Outras Providências.

ELÓI JOSÉ LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica incluído no Plano Plurianual 2018 X 2021 - PPA Lei Municipal nº. 2515/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019 - LDO Lei Municipal nº. 2541/2018 e na Lei Orçamentárias Anual para 2019 - LOA Lei Municipal nº. 2549/2018 as seguintes ações:

Órgão: 09.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade: 09.01 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Função: 15 – URBANISMO

Subfunção 451 – INFRA-ESTRUTURA URBANA

Programa: 0013 – URBANIZAÇÃO DE VIAS

Atividade: 1.059 – CONSTRUÇÃO DE GALERIA NA RUA RICARDO VALDUGA

Modalidade de Aplicação: (1113) 4.4.90 – Investimentos – Aplicações Diretas

Valor: R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais).

Fonte de Recursos: 0183 Operações de Credito Internas - Outros Programas

Órgão: 09.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade: 09.02 – DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Função: 26 – TRANSPORTE

Subfunção: 782 – TRANSPORTE RODOVIÁRIO  
Programa: 0022 – ESTRADAS VICINAIS  
Atividade: 1.060 – AQUISIÇÃO DE MOTONIVELADORA  
Modalidade de Aplicação: (1114) 4.4.90 – Investimentos – Aplicações Diretas  
Valor: R\$ 620.000,00 (seiscentos e vinte mil reais).  
Fonte de Recursos: 0183 Operações de Crédito Internas - Outros Programas

Art. 2º - Para fazer face as despesas de que trata o artigo anterior serão utilizados recursos da operação de crédito com a Caixa Econômica Federal – Programa FINISA da fonte de recurso 0183 Operações de Créditos Internas – Outros Programas no valor de R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em Contrário.  
Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 19 de Agosto de 2019.  
ELÓI JOSÉ LIBANO  
Prefeito Municipal  
Registrado e publicado na data supra.

DIRLEI LEMES DE ALMEIDA  
Secretário de Administração e Planejamento



# Camboriú

## PREFEITURA

### CC 03/19 - PMC

Publicação Nº 2131074

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº. 003/2019 - PMC

OBJETO: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, PARA INSTALAÇÃO DE INDÚSTRIAS, VISANDO O DESENVOLVIMENTO SOCIAL-ECONÔMICO DA CIDADE.

TIPO DE JULGAMENTO: MELHOR TECNICA

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 15 (quinze) de outubro de 2019, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 21 de Agosto de 2019

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

### PR 088/19 - PMC

Publicação Nº 2131391

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 088/2019-PMC –EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE .

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (CAFÉ, AÇUCAR E ÁGUA) PARA SER UTILIZADO NAS SECRETARIAS, DEPARTAMENTOS E PAÇO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 16:00 horas do dia 04 (quatro) de Setembro de 2019, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú 21 de agosto de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

### PR 87/19 - PMC

Publicação Nº 2131393

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 087/2019-PMC – LICITAÇÃO DIFERENCIADA –EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PARA OS LOTES 1 – 4 – E 6.

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICO, FERRAMENTAS, HIDRAULICO E PINTURA PARA TODAS AS UNIDADES E SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 12:30 horas do dia 06 (seis) de Setembro de 2019, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú 21 de agosto de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal



# Campo Alegre

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO Nº 183/2019

Publicação Nº 2130818

DECRETO Nº 12.174 DE 21 DE AGOSTO DE 2019

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA REDAÇÃO DO ARTIGO 2º DO DECRETO Nº 12.161 DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o inciso VII do artigo 71 da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art. 1º Fica alterado o artigo 2º do Decreto nº 12.161 de 15 de agosto de 2019, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º A presente contratação, dá-se em razão da classificação de JESSICA MAIARA DANNA ALVES, ter sido aprovada em 60º lugar, no Processo Seletivo nº 02/2018, Homologado pelo Decreto nº 11.714 de 14 de janeiro de 2019”.

Parágrafo único. A alteração de que trata o caput deste artigo em virtude de engano do nome da Servidora Pública Contratada.

Art. 2º As demais disposições previstas no Decreto nº 12.167 de 15 de agosto de 2019, permanecem vigentes na integra.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 15 de agosto de 2019.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
21 de agosto de 2019.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 22/08/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### CONVOCAÇÃO Nº 184/2019

Publicação Nº 2130820

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 02/2018

CONVOCAÇÃO Nº 184/2019

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Srª. ANA CARLA HUMMELGEN, inscrita no CPF/MF sob nº 064.719.939-43 aprovada em 19º lugar no Processo Seletivo nº 02/2018, para o Cargo Público de PROFESSOR II na Função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 26 de agosto de 2019, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Campo Alegre/SC., 21 de agosto de 2019.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

ROSA REGINA DZIEDZIC  
Secretária Municipal de Educação

**DECRETO Nº 12.174 DE 21 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2130822

DECRETO Nº 12.174 DE 21 DE AGOSTO DE 2019

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA REDAÇÃO DO ARTIGO 2º DO DECRETO Nº 12.161 DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o inciso VII do artigo 71 da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art. 1º Fica alterado o artigo 2º do Decreto nº 12.161 de 15 de agosto de 2019, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º A presente contratação, dá-se em razão da classificação de JESSICA MAIARA DANNA ALVES, ter sido aprovada em 60º lugar, no Processo Seletivo nº 02/2018, Homologado pelo Decreto nº 11.714 de 14 de janeiro de 2019”.

Parágrafo único. A alteração de que trata o caput deste artigo em virtude de engano do nome da Servidora Pública Contratada.

Art. 2º As demais disposições previstas no Decreto nº 12.167 de 15 de agosto de 2019, permanecem vigentes na íntegra.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 15 de agosto de 2019.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

21 de agosto de 2019.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 22/08/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 12.175 DE 21 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2131016

DECRETO Nº 12.175 DE 21 DE AGOSTO DE 2019

INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, NOMEIA COMISSÃO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos VII e XIII do art. 71 da Lei Orgânica Municipal; e

Considerando as informações contidas no Comunicado e seus anexos (fls. 06 a 16), expedido pelo Chefe do Serviço de Frotas, acerca de ato, em tese, da Servidora Pública Municipal I.F.S., matrícula funcional nº 000781, registro no sistema sob nº 955401, ocupante do Cargo Público de Técnico de Nível Médio, exercendo a Função de Técnico de Enfermagem;

Considerando que minimamente confirmada a autoria e materialidade dos fatos ensejadores de penalidades, em momento oportuno e de acordo com o alcance de eventual punição, os sujeitos participantes serão devidamente intimados para apresentação de defesa ou justificativa, sabedores da motivação e do alcance de eventual aplicação de penalidade, para se resguardar o devido e constitucional exercício do contraditório e da ampla defesa;

Considerando ainda, que o interesse maior da Administração Pública Municipal enquanto julgadora de possíveis ilícitos administrativos é a busca da verdade sem prejuízo aos Direitos Constitucionais do Servidor Público Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica Instaurada Sindicância Administrativa de cunho investigativo, para apurar a veracidade das informações contidas no Comunicado e seus anexos (fls. 06 a 16) do Processo Administrativo nº 959/2019.

Art. 2º Ficam designados para compor a Comissão da Sindicância Administrativa os seguintes Servidores Públicos Municipais, efetivos e estáveis, sob a Presidência do primeiro:

I – ANA LUIZA TELMA, matrícula funcional nº 000779 e registro no sistema sob nº 955399, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II.

II – MARIA ADRIANA CORDEIRO DA CRUZ, matrícula funcional nº 000669 e registro no sistema sob nº 955094, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Instrutor de Informática;

III – JEANINE DOS SANTOS SOPCHAKI, matrícula funcional nº 000794 e registro no sistema sob nº 955456, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II;

Art. 3º A Comissão deverá observar o que dispõe o Estatuto do Servidor Público Municipal acerca dos procedimentos a serem adotados na presente sindicância, especialmente o disposto no art. 247 do referido diploma legal.

Art. 4º Os membros da Comissão de que trata o caput do art. 2º deste Decreto, reunir-se-ão na Sala de Reuniões no Prédio "Manoel Vieira Piske" Anexo da Sede Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco nº 292, Centro, neste Município.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
21 de agosto de 2019.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 22/08/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 12.176 DE 21 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2131261

DECRETO Nº 12.176 DE 21 DE AGOSTO DE 2019  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o inciso I do art. 11 da Lei Municipal nº 4.767 de 11 de dezembro de 2018; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), a fim de suplementar os seguintes Elementos de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
15.452.0045.2.023 -	Vias Públicas e Logradouros	
300000.00.0896 -	Despesas Correntes	
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.0896 -	Material de Consumo	R\$ 5.000,00
339039.00.0896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 5.000,00
400000.00.0896 -	Despesas de Capital	
440000.00.0896 -	Investimentos	
449000.00.0896 -	Aplicações Diretas	
449052.00.0896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 3.000,00
	Total	R\$ 13.000,00

Art. 2º Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 21 de agosto de 2019.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 22/08/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 12.177 DE 21 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2131769

DECRETO Nº 12.177 DE 21 DE AGOSTO DE 2019

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.808 de 21 de agosto de 2019:

Art. 1º Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), nos seguintes Elementos de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
12.361.0010.2.105 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino Fundamental	
300000.00.0519 -	Despesas Correntes	
330000.00.0519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0519 -	Aplicações Diretas	
339030.00.0519 -	Material de Consumo	R\$ 20.000,00
339039.00.0519 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 20.000,00
	Total	R\$ 40.000,00

Art. 2º Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulação parcial do Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
12.365.0011.2.106 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Educação Infantil	
300000.00.0519 -	Despesas Correntes	
330000.00.0519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0519 -	Aplicações Diretas	
339030.00.0519 -	Material de Consumo	R\$ 40.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
21 de agosto de 2019.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 22/08/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## LEI Nº 4.808 DE 21 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2131765

LEI Nº 4.808 DE 21 DE AGOSTO DE 2019

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir Crédito suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), nos Elementos de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
12.361.0010.2.105 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino Fundamental	
300000.00.0519 -	Despesas Correntes	
330000.00.0519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0519 -	Aplicações Diretas	
339030.00.0519 -	Material de Consumo	R\$ 20.000,00
339039.00.0519 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 20.000,00
	Total	R\$ 40.000,00

Art. 2º Os créditos a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
12.365.0011.2.106 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Educação Infantil	
300000.00.0519 -	Despesas Correntes	
330000.00.0519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0519 -	Aplicações Diretas	
339030.00.0519 -	Material de Consumo	R\$ 40.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
21 de agosto de 2019.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 22/08/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## PORTARIA Nº 17.052 DE 08 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2130837

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 17.052 DE 08 DE AGOSTO DE 2019

HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAPE REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente os dispostos nos art's 40 e 44 da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012 e suas alterações; Resolve:

Art. 1º Homologar o resultado da avaliação de Estágio Probatório, realizada pela CAPE, no mês de agosto de 2019, considerando-se aprovado o Estágio Probatório da Servidora Pública Municipal JOCELINE DOS SANTOS LINZMEYER, matrícula funcional nº 000874, registro no sistema sob nº 955593, ocupante do Cargo Público de Professor III, exercendo a Função de Professor de Artes, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. A data de início do estágio probatório da Servidora Pública Municipal de que trata o caput deste artigo, a partir de 17 de junho de 2017 e conclusão em data de 09 de março de 2019, fica por este ato declarado estável no Serviço Público, nos termos do § 4º do art. 41, da Constituição Federal do Brasil de 1988.

Art.2º A homologação de que trata o caput do artigo 1º desta Portaria, em atenção ao Ofício nº 019/CAPE/2019, expedido em data de 08 de agosto de 2019, devidamente protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 08 de agosto de 2019, sob nº 006172.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 09 de março de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
08 de agosto de 2019.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

CAMILA BRAUN MACHADO  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 09/08/2019.

JOSÉ LUIS SILIVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito Interino

## **PORTARIA Nº 17.063 DE 19 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2130839

PORTARIA Nº 17.063 DE 19 DE AGOSTO DE 2019  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora ANDRIÉLI MAINARA FRANÇA, matrícula funcional nº 00893, registro no sistema sob nº 955670, no Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Administração, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal gozará as férias no período de 20 de agosto de 2019 á 08 de setembro de 2019, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolizada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data 19 de agosto de 2019 sob nº 006644.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20 de agosto de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
19 de agosto de 2019.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 20/08/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## **PORTARIA Nº 17.071 DE 21 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2130827

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 17.071 DE 21 DE AGOSTO DE 2019

REVOGA TODAS AS DISPOSIÇÕES DA PORTARIA Nº 16.596 DE 06 DE MARÇO DE 2019.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o inciso VII do art. 71 da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art. 1º Revogar todas as disposições da Portaria nº 16.596 de 06 de março de 2019.  
Parágrafo único. A revogação de que trata o caput deste artigo em razão de emissão em duplicidade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06 de março de 2019.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.



Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 21 de agosto de 2019.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 22/08/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

## **PORTARIA Nº 17.072 DE 21 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2131040

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 17.072 DE 21 DE AGOSTO DE 2019

CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL POR EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao art. 341, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder Progressão Vertical, por Experiência Profissional a Servidora Pública Municipal, RITA ZEZOTKO SCHOLZE, matrícula funcional nº 000579, registro no sistema sob nº 954768, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo III, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. A Progressão que trata o caput deste artigo desta Portaria dá-se em razão de Progressão Vertical, por Experiência Profissional, passando do Nível 5A Sub-Nível 52A, Referência "A" para o Nível 5A Sub-Nível 52A Referência "A" no valor de R\$ 3.651,81 (três mil, seiscentos e cinquenta e um reais, oitenta e um centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 13 de julho de 2019.

Art. 2º Na folha de pagamento do mês de setembro de 2019, será pago o valor de R\$ 528,22 (quinhentos e vinte e oito reais, vinte e dois centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de julho de 2019, já descontado o valor de R\$ 65,29 (sessenta e cinco reais, vinte e nove centavos), referente à Contribuição da Servidora Pública ao IPRECAL. O valor de R\$ 130,57 (cento e trinta reais, cinquenta e sete centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 13 de julho de 2019.

Art. 4º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 21 de agosto de 2019.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 22/08/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

## **PORTARIA Nº 17.073 DE 21 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2131140

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 17.073 DE 21 DE AGOSTO DE 2019

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS A CHEFE DO SERVIÇO DE SUPRIMENTOS.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, a Servidora Pública Municipal, MARIA CRISTINA MARCINIÁK MUNHOZ, matrícula funcional nº 335, registro no sistema sob nº 124240, ocupante do Cargo Público e na Função de Agente Administrativo II, exercendo atualmente a Função Gratificada de Chefe do Serviço de Suprimentos, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Parágrafo único. O abono pecuniário de que trata o caput deste artigo refere-se ao período aquisitivo 01 de junho de 2018 a 01 de junho de 2019, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção da Servidora a qual requereu ao Serviço de Pessoal, requerimento devidamente assinado, protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 21 de maio de 2018, sob nº 006776.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
21 de agosto de 2019.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 22/08/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## **PORTARIA Nº 17.074 DE 21 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2131540

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 17.074 DE 21 DE AGOSTO DE 2019  
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS A CHEFE DO SERVIÇO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, a Servidora Pública Municipal, SIRLONE DE SOUZA CARNEIRO, matrícula funcional nº 000428, registro no sistema sob nº 954286, ocupante do Cargo Público de Técnico em Nível Médio, exercendo a Função Gratificada de Chefe do Serviço de Vigilância Sanitária, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. O abono pecuniário de que trata o caput deste artigo refere-se ao período aquisitivo 01 de agosto de 2018 a 01 de agosto de 2019, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção do Servidor o qual requereu ao Serviço de Pessoal, requerimento devidamente assinado, protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 08 de agosto de 2019, sob nº 0006215.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
21 de agosto de 2019.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 22/08/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## **PORTARIA Nº 17.075 DE 21 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2131541

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 17.075 DE 21 DE AGOSTO DE 2019  
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, a Servidora Pública Municipal MARIA DE LURDES CÂNDIDO DA ROSA, matrícula funcional nº 000252, registro no sistema sob nº 788900, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a disposição e exercendo suas Funções na Sede do Corpo de Bombeiros Militares do Estado de Santa Catarina, no Município Campo Alegre/SC.

Parágrafo único. O abono pecuniário de que trata o caput deste artigo refere-se ao período aquisitivo 01 de agosto de 2018 a 31 de julho de 2019, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção da Servidora o qual requereu ao Serviço de Pessoal, requerimento devidamente assinado, protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 21 de agosto de 2019, sob nº 006775.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
21 de agosto de 2019.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 22/08/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## **PORTARIA Nº 17.076 DE 21 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2131621

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 17.076 DE 21 DE AGOSTO DE 2019  
AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao art. 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento de Licença Prêmio a Servidora Pública Municipal TAISE CUBAS MUNHOZ DREVECK, matrícula funcional nº 000860, registro no sistema sob nº 955559, ocupante do Cargo Público de Professor III, exercendo a Função de Professor de Artes, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. A Licença Prêmio de que trata o caput deste artigo referente ao período aquisitivo, 27 de janeiro de 2016 a 27 de janeiro de 2019, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 20 de maio de 2019 sob o nº 003410.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 21 de agosto de 2019.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 22/08/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## **PORTARIA Nº 17.077 DE 21 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2131676

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 17.077 DE 21 DE AGOSTO DE 2019  
AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao art. 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento de Licença Prêmio a Servidora Pública Municipal BRUNA SCHWARZ, matrícula funcional nº 000816, registro no sistema sob nº 955484, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Parágrafo único. A Licença Prêmio de que trata o caput deste artigo referente ao período aquisitivo, 01 de julho de 2015 a 01 de julho de 2018, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 31 de julho de 2019 sob o nº 005908.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 21 de agosto de 2019.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 22/08/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

## **PORTARIA Nº 17.078 DE 21 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2131679

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 17.078 DE 21 DE AGOSTO DE 2019

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao art. 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento de Licença Prêmio a Servidora Pública Municipal ORIANE LINZMEYER STELZNER, matrícula funcional nº 0168, registro no sistema sob nº 269001, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. A Licença Prêmio de que trata o caput deste artigo referente ao período aquisitivo, 16 de março de 2016 a 16 de março de 2019, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 06 de agosto de 2019 sob o nº 006055.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 21 de agosto de 2019.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 22/08/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

## **PORTARIA Nº 17.079 DE 21 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2131707

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 17.079 DE 21 DE AGOSTO DE 2019

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao art. 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento de Licença Prêmio a Servidora Pública Municipal IARA NEIDE DE OLIVEIRA DE JESUS, matrícula funcional nº 000813, registro no sistema sob nº 955480, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. A Licença Prêmio de que trata o caput deste artigo referente ao período aquisitivo, 1º de julho de 2015 a 1º de julho de 2018, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 12 de agosto de 2019 sob o nº 006273.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 21 de agosto de 2019.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 22/08/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

## **PORTARIA Nº 17.080 DE 21 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2131732

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 17.080 DE 21 DE AGOSTO DE 2019

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao art. 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento de Licença Prêmio a Servidora Pública Municipal ELOÁ CRISTHINE PRIM, matrícula funcional nº 000701, registro no sistema sob nº 955145, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Médica Veterinária, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Parágrafo único. A Licença Prêmio de que trata o caput deste artigo referente ao período aquisitivo, 05 de novembro de 2015 a 05 de novembro de 2018, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 09 de agosto de 2019 sob o nº 0062 73.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 21 de agosto de 2019.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 22/08/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

# Campos Novos

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PP 62/2019

Publicação Nº 2131552

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE COMPRA Nº 109/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2019

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 04 de setembro de 2019 às 14 horas Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, REMANEJAMENTO, REMOÇÃO DE VIDROS À MEDIDA QUE HOUVER NECESSIDADE, PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS, FUNDOS E AUTARQUIAS MUNICIPAIS DE CAMPOS NOVOS - SC.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 13h15min às 18h45min diariamente.

Campos Novos, 21 de agosto de 2019.  
SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### AVISO DE LICITAÇÃO - PP 63/2019

Publicação Nº 2131556

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE COMPRA Nº 110/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2019

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 06 de setembro de 2019 às 14 horas Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DE CAMA E CORRELATOS, PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS, FUNDOS E AUTARQUIAS MUNICIPAIS DE CAMPOS NOVOS - SC.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 13h15min às 18h45min diariamente.

Campos Novos, 21 de agosto de 2019.  
SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### AVISO DE LICITAÇÃO - PP 64/2019

Publicação Nº 2131559

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE COMPRA Nº 111/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2019

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 11 de setembro de 2019 às 14 horas Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E CORRELATOS, PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS, FUNDOS E AUTARQUIAS MUNICIPAIS DE CAMPOS NOVOS - SC.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 13h15min às 18h45min diariamente.

Campos Novos, 21 de agosto de 2019.  
SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**AVISO DE LICITAÇÃO - PP 65/2019**

Publicação N° 2131561

**AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO DE COMPRA N° 112/2019  
PREGÃO PRESENCIAL N° 65/2019

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 12 de setembro de 2019 às 14 horas Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS, FUNDOS E AUTARQUIAS MUNICIPAIS DE CAMPOS NOVOS - SC.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida n° 323, no horário das 13h15min às 18h45min diariamente.

Campos Novos, 21 de agosto de 2019.  
SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**AVISO DE LICITAÇÃO - PP 66/2019**

Publicação N° 2131793

**AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO DE COMPRA N° 114/2019  
PREGÃO PRESENCIAL N° 66/2019

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 03 de setembro de 2019 às 14 horas Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, COMPONENTES, MATERIAIS E ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS, ORIGINAIS OU GENUÍNOS, PARA VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA DA PREFEITURA, FUNDOS E AUTARQUIA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS E ENTIDADES CONVENIADAS, conforme Termo de Referência.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida n° 323, no horário das 13h15min às 18h45min diariamente.

Campos Novos, 21 de agosto de 2019.  
SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**DECRETO N° 8.361/19 DE 19/08/2019. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.**

Publicação N° 2131080

DECRETO N° 8.361/19 DE 19/08/2019.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei n° 4.371 de 21/09/17 (Plano Plurianual), Lei n° 4.432 de 07/06/2018 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei n° 4.516/18 de 31/12/2018 (Lei Orçamentária Anual),  
DECRETA:

Art 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$ 695.660,00 (Seiscentos e noventa e cinco mil e seiscentos e sessenta reais), às seguintes dotações:

ÓRGÃO: 19- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
UNIDADE: 01- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROJETO/ATIVIDADE: 1.044- Reequipamento da Saúde- Fdo. Mun. da Saúde  
Elementos de despesa: 66- 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0033.000102- Aplicações Diretas ..... R\$ 185.860,00

ÓRGÃO: 19- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
UNIDADE: 02- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN DE SAÚDE  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.065- Manutenção do Programa da Atenção Básica – PAB Fixo  
Elementos de despesa: 67- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0038.000096- Aplicações Diretas ..... R\$ 509.800,00

Art. 2º. Para a cobertura dos créditos previsto no Art. 1º, será subtraído do excesso de arrecadação, emendas parlamentares para atenção básica, no montante de R\$ 185.860,00 e PAB incremento temporário, no montante de R\$ 509.800,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 19 de agosto de 2019.  
Sílvia Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 12/2019 PROCESSO Nº 113/2019**

Publicação Nº 2131786

**EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 12/2019 PROCESSO Nº 113/2019**

REFERENTE: A finalidade do presente edital de chamamento público é selecionar Organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos interessada em realizar parceria com o município de Campos Novos através da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo para coordenação e realização de atividades e decorações alusivas às festividades natalinas de 2019.

RESUMO: Termo de Fomento com Organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos para a realização das festividades natalinas 2019.

DO RESUMO DA JUSTIFICATIVA: O presente edital atende à solicitação de parceria emitida por Organização da Sociedade Civil de Campos Novos e busca receber e avaliar propostas de outras Associações interessadas que se julgam aptas em coordenar a realização de atividades e decorações alusivas às festividades natalinas de 2019. As Finalidades e Objetivos específicos da parceria estão voltados para fomentar o espírito natalino no município de Campos Novos, principalmente através de: a) Decoração Natalina dos principais pontos da cidade; b) Realização de atividades/eventos/ações que envolvam, principalmente, crianças de 01 a 12 anos e familiares; c) Realização de atividades/eventos/ações artísticas e culturais. O procedimento de seleção reger-se-á pela Lei nº 13.019/2014, do Decreto Municipal nº 8.089/2018 e pelos eventuais normativos aplicáveis, além das condições previstas neste Edital. Será selecionada uma única proposta, sob o valor máximo de R\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais), observada a ordem de classificação e a disponibilidade orçamentária para a celebração do termo de parceria. O recebimento da documentação e das propostas / planos de trabalho se dará por meio digital através da inserção no Sistema de Gestão de Recursos Repassados – GERR, disponível no endereço eletrônico <https://grso.com.br/gerr>, a partir das 14h do dia 22 de agosto de 2019 até às 23h59min do dia 23 de setembro de 2019

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

**REPÚBLICADO DECRETO Nº 8.360/19 DE 19/08/2019. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 2131077

**REPÚBLICADO**

DECRETO Nº 8.360/19 de 19/08/2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 4.371 de 21/09/17 (Plano Plurianual), Lei nº 4.432 de 07/06/2018 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.516/18 de 31/12/2018 (Lei Orçamentária Anual),

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica suplementado no orçamento do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) nos projetos/atividades abaixo discriminados:

17.512.0018.2.060 – Manutenção do Sistema de Operação e Manutenção do Sistema de Esgoto  
3.3.9.0.00.00.00.00.00.0600–Aplicações Diretas ..... R\$ 100.000,00

Art.2º - Para dar cobertura ao crédito a ser aberto no artigo anterior indicamos como fonte de recursos na forma do disposto no Art. 43, Parágrafo 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, o SUPERAVIT FINANCEIRO apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2018.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 20 de agosto de 2019.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****MOÇÃO Nº 31/2019**

Publicação Nº 2131200

MOÇÃO Nº 31/2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte...

**"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"**

O Poder Legislativo Municipal de Campos Novos, vem por meio de seus representantes legais, manifestar integral e irrestrita parabenização ao Senhor...

**"LUCIMAR ANTÔNIO SALMÓRIA"**

É com grande satisfação que vimos por meio deste parabenizar o Senhor "LUCIMAR ANTÔNIO SALMÓRIA" pelos relevantes serviços prestados à população abdonense, bem como da nossa região.

É de conhecimento e apreço a trajetória política do Lucimar, sempre priorizando o bem viver das pessoas e a evolução de sua cidade.

A frente da Prefeitura de Abdon Batista desde do ano de 2013, realizou grandes obras e projetos que beneficiaram e contribuíram para o enriquecimento, crescimento e destaque para o seu município.

Lucimar em suas atividades políticas não só beneficiou a cidade de Abdon, mas também as cidades vizinhas. Como podemos mencionar a "OPERAÇÃO TAPA BURACOS" realizada na SC 284 – trecho que liga os municípios de Campos Novos a Abdon Batista.

Uma operação realizada pela Prefeitura Municipal, que refletiu de forma positiva no distrito de Ibicuí e neste município de Campos Novos.

Desta forma, honra-nos muito homenagear o Prefeito LUCIMAR ANTÔNIO SALMÓRIA" por ser merecedor de reconhecimento das ações realizadas na cidade de Abdon Batista que contribuíram de forma direta e benéfica a todos os municípios vizinhos.

Diante de tais fatos apresentados, pedimos aos nossos pares a aprovação desta presente MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO ao Prefeito Lucimar.

Sala das Sessões, em 09/08/2019.

Darcy Rodrigo Pedroso

Presidente da Mesa Continuação moção nº. 31/2019...

Gilson Cesar Lopes	Dirceu José Kaiper
Vice-Presidente	1º Secretário
Adavilson Telles	Antônio Rosa
2º Secretário	Vereador
José Adelar Carpes	Marciano Dalmolin
Vereador	Vereador

Maurílio Castro Campagnoni

Vereador



# Canelinha

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL 015/SEMAIS/2019

Publicação Nº 2131852

ESTADO DE SANTA CATARINA

SEMAIS - Serviço Municipal de Água, Infraestrutura e Saneamento de Canelinha SC.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial 015/SEMAIS/2019

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, a aquisição de uma Retroescavadeira para uso do SEMAIS Serviço Municipal de Água, Infraestrutura e Saneamento de Canelinha – SC; de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas neste Edital. DATA DE ABERTURA: 05 de setembro de 2019, às 08h30min horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br). Canelinha/SC 20 de agosto de 2019. EDUARDO FURTADO - Diretor Administrativo do SEMAIS.

### PREGÃO PRESENCIAL 024/FMS/2019

Publicação Nº 2131847

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial 024/FMS/2019

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, a aquisição de medicamentos visando atender a demanda do componente básico da assistência farmacêutica do município, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas neste Edital. DATA DE ABERTURA: 04 de setembro de 2019, às 08:30hrs. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br). Canelinha/SC, 20 de agosto de 2019. VERA LUCIA DE JESUS – Secretária de Saúde.

### PREGÃO PRESENCIAL 138/PMC/2019

Publicação Nº 2131848

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial 138/PMC/2019

OBJETO: A presente licitação tem como objeto, a contratação de empresa para serviços de lavagem nos veículos do CRAS do Município de Canelinha, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas no Edital. DATA DE ABERTURA: 29 de agosto de 2019, às 09h30min. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br). Canelinha/SC, 15 de agosto de 2019. Maria Bernadete T. Orsi – Secretária de Assistência Social e da Cidadania

### PREGÃO PRESENCIAL 139/PMC/2019

Publicação Nº 2131851

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial 139/PMC/2019

OBJETO O presente pregão tem por objeto, a aquisição de materiais de expediente para Conselho Tutelar do Município de Canelinha SC; de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas neste Edital. DATA DE ABERTURA: 29 de agosto de 2019, às 14h30min. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br). Canelinha/SC, 15 de agosto de 2019. Maria Bernadete T. Orsi – Secretária de Assistência Social e da Cidadania



# Canoinhas

## PREFEITURA

### DECISÃO EM RECURSO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO 20/2019

Publicação Nº 2131133

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20/2019  
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº. 22/2019

O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.384/0001-80, com sede e foro nesta cidade, representado neste ato seu Prefeito Municipal Gilberto do Passos, resolve impor:

#### DECISÃO EM RECURSO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20/2019

em face da empresa LOURIVAL PAUL ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF 85.165.280/0001-40, localizada na Rua Fauri de Lima, nº 372, Campo do Água Verde, CEP 89460-000, Canoinhas, SC, na pessoa de seu representante legal, conforme razões que passa a expor.

#### 1. Síntese Fática:

A empresa Lourival Paul ME sagrou-se vencedora do Processo de Licitação PMC nº 01/2019, Pregão Presencial PMC nº 01/2019, cujo objeto consistiu no registro de preço para contratação parcelada de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos automotores pertencentes à frota da prefeitura, fundos e fundações municipais, corpo de bombeiros, polícia militar e polícia civil, incluindo o fornecimento de peças, componentes e materiais novos e originais ou genuínos (não remanufaturados ou recondicionados).

Após o início da prestação do objeto, a empresa comunicou o Município de Canoinhas sobre o seu pedido de encerramento da consecução dos citados serviços por não estar conseguindo manter os preços anteriormente pactuados por meio da proposta oferecida no procedimento licitatório, conforme Protocolo nº 3.603/2019:

Coube ao Município, comprometendo-se com a integridade da frota municipal e com a segurança de seus usuários, acatar com o referido pedido, reconhecendo, contudo, a incidência da conduta tipificada no art. 7º da Lei 10.520/2002 e a penalidade prevista naquele dispositivo, consistente no impedimento de contratar com a Administração por até (cinco) anos pela não manutenção da proposta. O prazo estipulado foi de 2 (dois) anos.

Notificada para manifestar-se a respeito da penalidade, a empresa recorreu pedindo a retirada da punição sob o argumento de que os percentuais de descontos por ela oferecidos no procedimento licitatório foram de 49,5% sobre a mão de obra e 70,5% sobre as peças, perfazendo um índice de desconto de 62.1 pontos sobre a Tabela CILIA, sugerida no edital.

Igualmente, afirmou que prestou os serviços mantendo a sua proposta até protocolar o pedido de rescisão de contrato em virtude de não ter logrado êxito nas tentativas de correção de valores por meio de formalização de termos aditivos.

Por fim, sustentou a empresa que com o lançamento do Pregão 82/2019, cujo objeto é o mesmo, o valor global foi majorado em 78,21% e o índice de desconto foi reduzido para 18,93 na tabela CILIA, dando a entender que os preços no novo certame estão superfaturados.

Em que pese as alegações apresentadas, a penalidade imposta merecer prevalecer em virtude do que segue nos tópicos posteriores.

#### 2. Dos Fundamentos da Decisão:

A empresa Lourival Paul ME não foi capaz de conservar as condições da proposta apresentada no certame licitatório, pois ela mesma relata em seu pedido de rescisão que não estava "conseguindo manter preços e descontos pactuados no contrato", consubstanciando, portanto, na conduta prevista no art. 7º da Lei 10.520/2002, e na incidência de suas respectivas penalidades:

Art. 7º Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Nesse sentido, a jurisprudência pátria é firme no sentido de ser aplicado o impedimento de licitar com a Administração, inclusive nas hipóteses em que a sanção não esteja expressamente prevista em edital. :

ADMINISTRATIVO. PREGÃO ELETRÔNICO. NÃO MANUTENÇÃO DA PROPOSTA. REINCIDÊNCIA. SANCIONAMENTO. ARTIGO 7º, LEI Nº 10.520/02. ART. 28, LEI ESTADUAL Nº 13.191/03. Justifica-se o apenamento imposto à impetrante, reincidente na prática de não manutenção das propostas ofertadas em pregões eletrônicos, na esteira do que dispõe o art. 7º, Lei nº 10.520/02, e o art. 28, Lei Estadual nº

13.191/03, insubsistente argumento que oferta quanto à não apresentação de certidão claramente reclamada pelo edital.(TJ/RS Mandado de Segurança, Nº 70078595675, Décimo Primeiro Grupo Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Armínio José Abreu Lima da Rosa, Julgado em: 19-10-2018 (destacado)

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL. NÃO MANUTENÇÃO DA PROPOSTA PELA LICITANTE VENCEDORA. APLICAÇÃO DE PENALIDADE. PREVISÃO LEGAL. CABIMENTO. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. AGRAVO RETIDO, APELAÇÃO E REMESSA OFICIAL PROVIDAS.

1. Remessa oficial, tida como interposta, e apelação da União contra sentença que, em Mandado de Segurança, impetrado por empresa licitante em face do Diretor da Secretaria-Geral do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba - TRE/PB, concedeu a segurança para determinar a anulação de decisão que imputou penas à impetrante de multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor da contratação e impedimento de contratar/licitar com a União pelo prazo de seis meses.
2. Pedido de julgamento do agravo retido interposto contra a decisão que deferiu a liminar para determinar a imediata suspensão das penalidades aplicadas. Análise feita conjuntamente com a apelação e a remessa por se confundir com o mérito da demanda.
3. A empresa apelada impetrou o mandado de segurança objetivando tornar sem efeito as penalidades decorrentes da não manutenção da proposta em pregão presencial, ou reduzi-las, em respeito aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.
4. A Lei nº 10.520/02, que rege a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, estabelece expressamente que a não manutenção da proposta pelo licitante vencedor resultará no impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e no descredenciamento no Sicaf ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais (art. 7º).
5. No caso em exame, da análise dos documentos acostados aos autos, verifica-se que, procedida à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, foram constatadas algumas inconsistências nas propostas de algumas das empresas licitantes, inclusive na proposta da apelada, ocasião em que declarou que "no preço cotado estão inclusas todas as despesas, tais como: fretes, seguros, taxas, impostos e outros gravames que possam incidir sobre o objeto licitado" (fl.160). A seguir, depois de declarada vencedora no item 27 do certame (fornecimento de 14.000 envelopes protetores para o transporte das memórias eletrônicas com o resultado das urnas e dos respectivos boletins), deixou de assinar a ata da sessão, alegando que não tinha interesse em executar o serviço, que havia preparado a proposta sem o devido cuidado e que por aquele preço não iria executar o serviço (fl. 167).
6. Configurada a não manutenção da proposta, conduta reprimida pela própria lei do pregão, que prescinde de previsão editalícia, cabível a imposição da penalidade.
7. Considerando que a Lei do Pregão prevê o impedimento de licitar e contratar por até cinco anos e o edital prevê multa compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do item contratado, constata-se que o impedimento de licitar e contratar com a União por seis meses e a multa de 15% (quinze por cento) não se mostram desprovidos de razoabilidade e proporcionalidade.
8. Registra-se, por fim, que o fato de a empresa apelada ter sido declarada inabilitada posteriormente não descaracteriza a conduta reprimida pela lei de não manutenção da proposta.
9. Agravo retido, apelação e remessa oficial, tida como interposta, providas para denegar a segurança. (TRF-5; PROCESSO: 00080358820124058200, AC - Apelação Cível - 565839, DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA, Quarta Turma, JULGAMENTO: 17/12/2013, PUBLICAÇÃO: DJE (destacado)

Outrossim, carece de veracidade a afirmação da empresa de que não logrou êxito nas tentativas de correção de valores mediante aditivo, uma vez não comprovou que fez qualquer pleito nesse sentido. Neste cenário, cabe argumentar que, se fosse realizado, o pedido seria descabido, pois a correção somente é possível num período igual ou superior a 1 (um) ano por força do art. 2º, §1º, da Lei 10.192/2001, sendo nula a correção inferior a esse ínterim:

Art. 2º É admitida estipulação de correção monetária ou de reajuste por índices de preços gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos de produção ou dos insumos utilizados nos contratos de prazo de duração igual ou superior a um ano.

§ 1º É nula de pleno direito qualquer estipulação de reajuste ou correção monetária de periodicidade inferior a um ano.

Desta forma, considerando que as aquisições decorrentes do Processo de Licitação PMC nº 01/2019, Pregão Presencial PMC nº 01/2019, ocorreram por registro de preços, ou seja, sem a formalização do instrumento contrato, como erroneamente é afirmado pela Requerente, somente decorrido um ano da data da apresentação da proposta é que teria a empresa, como beneficiária da ata, o direito de pleitear o reajuste.

Quanto aos preços obtidos na licitação posterior, Pregão Presencial nº 82/2019, houve a alteração do formato da disputa, de modo que a forma de manutenção e fornecimento de peças dos veículos foi organizada em três lotes, diferentemente daquela disposta na licitação em que a Requerente restou vencedora, pois nesta o objeto foi organizado em apenas um lote. Sendo assim, analisando o histórico de lances realizados no primeiro certame, denota-se que o fato de haver lote único e a possibilidade de somente uma empresa ser a vencedora, levou a Requerente a oferecer percentuais de desconto de 49,5% para mão de obra e 70,5% sobre o fornecimento de peças, demonstrando que, com base no pedido de rescisão por ela protocolado, os preços mostraram-se impraticáveis.

Não há que se falar, portanto, em superfaturamento no segundo procedimento licitatório. Neste, houve a participação de três interessados, tendo ocorrido disputas de lances, de forma que os percentuais obtidos refletem os preços praticados em mercado e, de consequência, demonstram que os valores oferecidos anteriormente pela Requerente é que estavam fora da realidade, sendo, portanto, inexequíveis.

Dessa forma, é forçoso concluir que o anseio da Requerente em ser a detentora da ata de registro de preços no Processo de Licitação nº 01/2019, Pregão Presencial nº 01/2019 fez com que ela oferecesse preços incapazes de cobrir os custos pela prestação do objeto, motivo esse que a levou formalizar o pedido de "rescisão contratual". Isto posto, mesmo que não tenha havido dolo da empresa ao adotar tal conduta, a imposição da penalidade é medida merece prevalecer, conforme entendimento já exposto pelo TCU:

A aplicação de sanção de impedimento de licitar e contratar com a União, estados, Distrito Federal ou municípios, em face de irregularidade elencada no art. 7º da Lei 10.520/02, não depende da comprovação de dolo ou má-fé. Requer tão somente a evidenciação da prática

injustificada de ato ilegal tipificado nesse dispositivo legal. (Acórdão 754/2015-Plenário, TC 015.239/2012-8, relator Ministra Ana Arraes, 8.4.2015) (destacado)

Portanto, é de se olvidar a tese levantada em recurso de que os preços no Pregão posterior sejam superfaturados, tendo em vista que, tendo o objeto sido separado em três lotes, a disputa resultou com que as empresas interessadas não chegassem ao ponto de oferecer preços abaixo de seus custos, havendo assim um ajuste de ofertas de acordo com os gastos inerentes à prestação do objeto, restando adequadas, portanto, à realidade mercadológica do setor.

No que tange ao quantum da penalidade imposta, esta aparenta ser razoável por, mediante uma interpretação literal, respeitar o patamar máximo legal de 5 (cinco) anos previsto no citado dispositivo a Lei do Pregão, que utiliza a expressão "até". Igualmente, há que se considerar a conduta da empresa, que, motivada em ser detentora da ata de registro de preços a qualquer custo, agiu desprovida de planejamento visando a manutenção de sua proposta. A Administração, por conta da desistência, teve de deflagrar outro procedimento licitatório (Pregão Presencial nº 82/2019) visando à devida manutenção de sua frota.

### 3. Conclusão:

Ante o exposto, o Município de Canoinhas, SC, decide no sentido de não acatar o recurso apresentado pela empresa Lourival Paul ME, mantendo, de consequência, a penalidade imposta no art. 7º da Lei 10.520/2002, impedindo-a de contratar com esta Administração pelo prazo de 2 (dois) anos.

Canoinhas, SC, 23 de julho de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

## DECRETO Nº 190/2019

Publicação Nº 2130880

### DECRETO Nº 190/2019

"REGULAMENTA O PROGRAMA "ADOTE UMA PRAÇA PÚBLICA, CANTEIROS CENTRAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que a lei lhe confere; Considerando que o objetivo da Lei nº 4.469/2010, de 15/12/2010, é estimular a comunidade e entidades privadas a participar espontaneamente da urbanização, conservação e manutenção de espaços públicos; Considerando, ainda, a necessidade de regulamentar a Lei nº 4.469/2010, de 15/12/2010. Considerando também a importância da já mencionada Lei para a Municipalidade, uma vez que a parceria do Programa "Adote uma Praça", visa melhorias urbanas, paisagísticas e ambientais em nosso Município:

### DECRETA

Art. 1º - O Programa "Adote uma Praça", instituído pela Lei nº 4.469/2010, de 15/12/2010, fica regulamentado de acordo com as disposições deste Decreto.

Art. 2º - O Programa "Adote uma Praça" objetiva a participação espontânea de pessoas físicas ou jurídicas, interessadas em preservar espaços públicos, em conjunto com a Administração Pública Municipal, através de Termo de Parceria.

Art. 3º - Poderão ser objeto do Programa "Adote uma Praça", áreas verdes, parques, jardins, praças, rotatórias, canteiros centrais de avenidas, pontos turísticos e outros bens de propriedade no Município.

Art. 4º - O interessado deverá oficiar o Chefe do Poder Executivo Municipal, descrevendo os serviços que pretende realizar no local por ele escolhido.

§ 1º- Poderá o interessado, fazer proposta para execução de serviços de conservação, obras e manutenção do local, bem como executar serviços de limpeza, dentre outros serviços.

§ 2º- Deverá a Prefeitura Municipal, após o recebimento de proposta de um interessado, publicar no Diário Oficial do Município, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis, para que outras pessoas possam manifestar seu interesse quanto ao mesmo objeto do "Termo de Parceria".

§ 3º- Na hipótese de haver mais de um interessado no mesmo local, uma Comissão formada por 02 (dois) servidores escolherá a melhor proposta.

§ 4º- A Comissão que trata o parágrafo anterior, será composta por 01 membro da Secretaria de Planejamento e 01 (um) membro da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. A proposta do "Termo de Parceria" será analisada ainda pela Procuradoria do Município.

§ 5º- Aprovada a proposta, o interessado será convidado a apresentar-se na Secretaria de Meio Ambiente, onde receberá informações para a boa execução dos serviços e obras.

§ 6º Qualquer tipo de intervenção relacionada à arborização urbana e áreas verdes do perímetro urbano, deverá ser aprovada pela

Secretaria do Meio Ambiente.

Art. 5º - Deverá a Administração Pública, fiscalizar a execução das obras e serviços, durante a vigência do Termo de Parceria "Adote uma Praça", fazendo recomendações ao parceiro se necessário.

Art. 6º - O Termo de Parceria poderá ser rescindido a qualquer tempo pela Administração Pública, mediante simples comunicação, quando verificado o descumprimento de quaisquer de suas cláusulas pelo interessado, ou ainda quando se revelar contrário ao interesse público, obrigando-se o interessado a retirar, no prazo de 15 (quinze) dias a placa que houver instalada na área, sem direito a qualquer indenização.

Art. 7º - As benfeitorias realizadas pelo parceiro, sejam elas quais forem, incorporam-se a Administração Pública, não ensejando qualquer tipo de indenização.

Art. 8º- O prazo do Termo de Parceria "Adote uma Praça", será de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser renovado por iguais e sucessivos períodos.

Art. 9º- Os parceiros do Programa "Adote uma Praça", serão compensados com o direito de exploração de publicidade na área a que se refere o Termo.

Art. 10º - A publicidade de que trata o artigo anterior poderá ser colocada no local, após terem sido realizadas pelo menos 50% (cinquenta) por cento das obras e/ou serviços ajustados.

Art. 11º- Fica garantido ao Parceiro a colocação de placas e/ou mensagens indicativas, no local do empreendimento objeto do Termo de Parceria, no prazo de sua validade, obedecendo aos seguintes parâmetros:

I - para áreas de até 2.000m<sup>2</sup> (dois mil metros quadrados), apenas 01 (uma) placa elevada verticalmente do solo, com dimensões máximas de 50cm (cinquenta centímetros) de altura x 80cm (oitenta centímetros) de largura, afixadas a uma altura de 30cm (trinta centímetros) do solo;

II- para áreas de 2.000 até 5.000 m<sup>2</sup>, até duas placas elevadas verticalmente do solo, com dimensões máximas de 100cm (cem centímetros) de altura x 80cm (oitenta centímetros) de largura, afixadas a uma altura de 30cm (trinta centímetros) do solo;

III - em se tratando de canteiros centrais de vias, a placa elevada verticalmente do solo deverá ter as seguintes dimensões:

a) para canteiros conservados com largura de até 03 (três) metros, uma placa de dimensões máximas de 30 cm de altura x 30m de largura, afixadas a uma distância de 30m do solo, na proporção máxima de uma placa a cada 200 (duzentos) metros lineares ou fração de canteiro conservado, devendo ser observada a distância mínima de 5,0m (cinco metros) do início do canteiro;

b) para canteiros conservados com largura superior a 03 (três) metros, uma placa de dimensões máximas de 50 cm de altura x 50 cm de largura, afixada a uma altura de 30 cm do solo, na proporção máxima de uma placa a cada 200 (duzentos) metros lineares ou fração de canteiro, devendo ser observada a distância mínima de 5,0m (cinco metros) do início do canteiro;

§ 1º Todas as despesas de instalação, manutenção e operação correrão às expensas do Parceiro.

§ 2º Fica proibida a veiculação de marca, logomarca ou o nome fantasia de empresas que tenham como objeto a produção ou venda de bebidas alcoólicas, cigarros, produtos agrotóxicos, que incentivem a exploração de pessoas a qualquer título, ou qualquer tipo de propaganda político-partidária nos espaços públicos elencados neste Decreto.

§ 3º Todas as placas deverão conter nome do Parceiro, brasão do Município, referência ao número da Lei Municipal instituidora do Programa "Adote uma Praça", e deverá ser aprovada pela Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 12º - Fica vedado ao Parceiro, mediante realização das melhorias urbanas avençadas, conferir qualquer outra utilização ou destinação ao bem público municipal que não seja aquela condizente com a sua natureza no tocante às características urbanísticas, paisagísticas e ambientais, não podendo viabilizar, promover ou realizar eventos de qualquer natureza nas áreas verdes definidas, sem a expressa autorização do Poder Público, por seus órgãos competentes.

Art. 13º- Fica garantido o livre acesso do bem público permitido ao uso comum do povo, sendo vedada qualquer medida que impeça o respectivo uso, segundo características de cada bem.

Art. 14º - Fica instituído o título de "Empresa Amiga da Cidade", o qual será conferido às empresas que participarem efetivamente do Programa pelo prazo consecutivo de 05 (cinco) anos.

§ 1º Deverá o parceiro, após 05 (cinco) anos consecutivos de efetiva participação, oficial o Chefe do Poder Executivo Municipal, solicitando o título de "Empresa Amiga da Cidade", que deverá deliberar sobre o assunto no prazo de até 30 (trinta) dias.

Art. 15º- No caso de descumprimento de qualquer das cláusulas previstas no Termo de Parceria, o parceiro será notificado para no prazo de 15 (quinze) dias, justificar-se e/ou comprovar a regularização dos serviços, sob pena de rescisão do Termo, não cabendo qualquer espécie de indenização.

Art. 16º- Os casos omissos neste Decreto, serão analisados e deliberados pela Secretaria de Planejamento.

Art. 17º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 18º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de Agosto de 2019.  
GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/08/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

## DECRETO Nº 191/2019

Publicação Nº 2130884

DECRETO Nº 191/2019

“REGULAMENTA A LEI 6.269/2018”

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que a lei lhe confere;

Considerando o objetivo da Lei nº 6.269/2018, que “Autoriza o programa de captação das águas pluviais e dá outras providências”, e a necessidade de sua regulamentação;

### DECRETA

Art. 1º - No protocolo para concessão do alvará de construção, o proprietário do imóvel ou responsável técnico deverá apresentar junto à Secretaria de Planejamento, projeto específico de captação das águas pluviais com cisterna, inserido no Projeto Hidrossanitário ou no Projeto de Drenagem, contendo os seguintes itens, atendendo as especificações da NBR 15.527:

- I - Locação da Cisterna e Filtro em Planta Baixa
- II - Detalhe de Cisterna e Filtro em Corte
- III – Identificação das Tubulações em Planta Baixa, sendo que deverão ser exclusivas para aproveitamento das águas.
- IV - Tabela de descrição do sistema adotado descrevendo volume e dimensões.
- V - Memorial descrevendo como será utilizado o sistema de acordo com artigo 4º da Lei.
- VI - Tabela de cálculo do volume adotado
- VII - Tabela de cálculo da área necessária de captação.
- VIII - Apresentar ART ou RRT da solução adotada.

Art. 2º - Somente após a vistoria e o atestado de implantação do sistema, será liberado o habite-se.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de agosto de 2019.  
GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/08/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

## PORTARIA Nº 1142/2019

Publicação Nº 2130649

PORTARIA Nº. 1142/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

### NOMEAR

Art.1º - Fica nomeada CIBELE NEUDORF BATISTA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor Executivo, junto ao Instituto Canoinhense de Previdência, no período de 21/08/2019 a 30/08/2019, interinamente, até o retorno do titular, conforme Memorando nº 7.964/ICPREV/2019.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogadas as disposições em contrário.



Canoinhas/SC, 20 de Agosto de 2019.  
GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/08/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK  
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## **PORTARIA Nº 1143/2019**

Publicação Nº 2130655

PORTARIA Nº. 1143/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

### **CONCEDER FÉRIAS REMUNERADAS**

Art. 1º - Fica autorizada a conversão de 10 (dez) dias de Férias em Dinheiro, a servidora KARINA DE CASSIA KOHLER WENDT, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2016/2017, conforme Memorando nº 7.155/DP/2019.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de agosto de 2019.  
GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/08/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK  
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## **PORTARIA Nº 1144/2019**

Publicação Nº 2130622

PORTARIA Nº. 1144/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, as Leis Municipais 5.528 de 25/03/2015 e Lei nº 4.851 de 14/11/2011 e Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 002/SME/2017, Edital nº 006/SME/2017 de 08/12/2017, resolve:

### **CONTRATAR PROFISSIONAIS PARA ATUAREM NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO ANO LETIVO/2019**

Art. 1º - Fica contratada IVETE TEREZINHA DA SILVA, no cargo de Monitor de Educação Especial, Ensino Médio, 20 horas semanais, para atuar no CEI Vinícius de Moraes (um aluno com Transtorno do Espectro Autista), no período de 19/08/2019 a 13/12/2019. Em conformidade com a Nota Técnica do SEESP/GAB nº 19/2010 e Lei 13.146 de 06/07/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, conforme Memorando nº 7.947/SME/2019.

Art. 2º - Fica contratada PALOMA SAMPAIO CRUZ, no cargo de Professor de Arte, MAG II, 15% de regência, 20 horas semanais, para atuar na EBM Gertrudes Müller, EBM Alberto Wardenski e EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, no período de 19/08/2019 a 11/09/2019. Em vaga temporária/transitória no Projeto Tempo Integral. Vaga ocupada pela servidora ACT Janaina Aparecida Godoy, a qual encontra-se em licença tratamento de saúde, conforme Memorando nº 7.947 /SME/2019.

Art. 3º - Fica contratada VÂNIA MARIA BREDUN GRACIANO, no cargo de Monitor de Educação Infantil, Ensino Médio, 30 horas semanais, para atuar no CEI Prefeito Antonio Souza Costa, no período de 26/08/2019 a 13/12/2019. Em vaga temporária/transitória, conforme Memorando nº 7.947/SME/2019.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de agosto de 2019.  
GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/08/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK  
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## **PORTARIA Nº 1145/2019**

Publicação Nº 2130621

PORTARIA Nº. 1145/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, as Leis Municipais 5.528 de 25/03/2015 e Lei nº 4.851 de 14/11/2011 e Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 002/SME/2017, Edital nº 006/SME/2017 de 08/12/2017, resolve:

**CONTRATAR PROFISSIONAIS PARA ATUAREM NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO ANO LETIVO/2019**

Art. 1º - Fica contratada JAMILLE CRISTIANE PILOTTO MORANTT, no cargo de Monitor de Educação Especial, Ensino Médio, 20 horas semanais, para atuar na EBM Presidente Castelo Branco (um aluno com Deficiência intelectual leve – DIL), no período de 19/08/2019 a 10/12/2019. Em conformidade com a Nota Técnica do SEESP/GAB nº 19/2010 e Lei 13.146 de 06/07/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Vaga ocupada pela servidora ACT Andrieli Soares da Maia, a qual encontra-se em licença gestação, conforme Memorando nº 7.981 /SME/2019.

Art. 2º - Fica contratada JAMILLE CRISTIANE PILOTTO MORANTT, no cargo de Monitor de Educação Especial, Ensino Médio, 20 horas semanais, para atuar no CEI Rodolfo Linzmeier (um aluno com Espectro Autista), no período de 19/08/2019 a 10/12/2019. Em conformidade com a Nota Técnica do SEESP/GAB nº 19/2010 e Lei 13.146 de 06/07/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Vaga ocupada pela servidora ACT Andrieli Soares da Maia, a qual encontra-se em licença gestação, conforme Memorando nº 7.981 /SME/2019.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de agosto de 2019.  
GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/08/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK  
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## **PORTARIA Nº 1146/2019**

Publicação Nº 2130618

PORTARIA Nº. 1146/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

**CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a AGLACI SABATKE IURKIV, contratada na função de Professor de Anos Iniciais, atuando na EBM Gertrudes Muller e EBM Dr Aroldo Carneiro de Carvalho, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16/08/2019 sendo que a partir do 16º dia do afastamento de suas atribuições, competirá ao Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, conforme Memorando nº 8.032/SME/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de agosto de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/08/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

## **PORTARIA Nº 1147/2019**

Publicação Nº 2130619

PORTARIA Nº. 1147/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

**NOMEAR APROVADA PELO PROCESSO SELETIVO MUNICIPAL**

Art. 1º – Fica nomeada para exercer o cargo de Odontólogo, 20 horas, a profissional CARLA BENEDITA DOS SANTOS DIAS DE LIMA, aprovada em hábil e competente Processo Seletivo 002/SMS/2019, e convocada conforme Edital nº 071/SMS/2019, para atuar na UBS do Alto das Palmeiras, junto a Secretaria Municipal de Saúde, iniciando suas atividades a partir de 02/09/2019 à 01/03/2020, conforme Memorando nº 8.056/SMS/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de agosto de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/08/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## **PORTARIA Nº 1148/2019**

Publicação Nº 2130615

PORTARIA Nº. 1148/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, as Leis Municipais 5.528 de 25/03/2015 e Lei nº 4.851 de 14/11/2011 e Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 002/SME/2017, Edital nº 006/SME/2017 de 08/12/2017, resolve:

**CONTRATAR PROFISSIONAL PARA ATUAR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO ANO LETIVO/2019**

Art. 1º - Fica contratada KETELYN CAROLINE GOMES, no cargo de Servente Feminino, 40 horas semanais, para atuar na EBM Maria Izabel de Lima Cubas, no período de 21/08/2019 a 18/10/2019. Vaga vinculada a servidora efetiva Elizabete Meirelles da Silva Nogath, a qual solicitou licença prêmio neste período, conforme Memorando nº 8.059/SME/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de agosto de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/08/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## **PORTARIA Nº 1149/2019**

Publicação Nº 2130613

PORTARIA Nº. 1149/2019



GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, as Leis Municipais 5.528 de 25/03/2015 e Lei nº 4.851 de 14/11/2011 e Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 002/SME/2017, Edital nº 006/SME/2017 de 08/12/2017, resolve:

**CONTRATAR PROFISSIONAL PARA ATUAR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO ANO LETIVO/2019**

Art. 1º - Fica contratada LEDIANE CORRÊA, no cargo de Professor de Língua Portuguesa, MAG II, 15% de regência, 20 horas semanais, para atuar na EBM Maria Lovatel Pires, no período de 14/08/2019 a 25/11/2019. Vaga vinculada a servidora efetiva Janira Adriana Prust, a qual encontra-se em licença tratamento de saúde, conforme Memorando nº 7.742/SME/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de agosto de 2019.  
GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/08/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK  
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 1150/2019**

Publicação Nº 2130610

**PORTARIA Nº. 1150/2019**

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 14 do Decreto Municipal nº 118/2004, resolve:

**CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO**

Art. 1º - Fica concedido a servidora MARILENE TEREZINHA PAULO ARTNER, efetiva no cargo de Datilógrafo, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a Progressão por Titulação, em razão da conclusão de "Graduação", incorporando em seus vencimentos o percentual de 20% (vinte por cento), a partir do mês de agosto de 2019, conforme Decisão Judicial nos Autos nº 0302377-16.2019.8.24.0015

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de agosto de 2019.  
GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/08/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK  
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

**PORTARIA Nº 1151/2019**

Publicação Nº 2130608

**PORTARIA Nº. 1151/2019**

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias ao servidor SAMUEL DE AGUIAR SIMÕES, efetivo no cargo de Orientador Social, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2017/2018, a desfrutar no período de 16/09/2019 a 25/09/2019, conforme Memorando nº 7.492/SEMAS/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de agosto de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 20/08/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

## **PORTARIA Nº 1152/2019**

Publicação Nº 2130607

PORTARIA Nº. 1152/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

### **CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias a servidora MARLI TABORDA DRANKA, efetiva no cargo de Servente, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, a desfrutar no período de 20/08/2019 a 29/08/2019, conforme Memorando nº 8.024/SEMAS/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de agosto de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 20/08/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

## **PORTARIA Nº 1153/2019**

Publicação Nº 2130606

PORTARIA Nº. 1153/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

### **CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias ao servidor HANDERSON LUIZ MELO, efetivo no cargo de Agente de Trânsito, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2017/2018, a desfrutar no período de 16/09/2019 a 30/09/2019, conforme Memorando nº 7.959/DETRACAN/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de agosto de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 20/08/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

## **PORTARIA Nº 1155/2019**

Publicação Nº 2130604

PORTARIA Nº. 1155/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

**ALTERAR**

Art. 1º - Fica alterado o local de trabalho do servidor LUIZ RONALTE NUNES, efetivo no cargo de Servente, junto a Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, para agora atuar junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, conforme Memorando nº 8.085/SMO/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de agosto de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 20/08/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

**PORTARIA Nº 1158/2019**

Publicação Nº 2130905

PORTARIA Nº. 1158/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90, resolve:

**PRORROGAR LICENÇA MATERNIDADE**

Art. 1º - Fica concedida Prorrogação de Licença Maternidade à SILVANE DE SOUZA LEITE, contratada no cargo de Professor de Educação Física, junto a Secretaria Municipal de Educação, cuja licença será gozada no período de 03/09/2019 a 16/10/2019, conforme Memorando nº 8.186/SME/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de agosto de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/08/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

**PORTARIA Nº 1159/2019**

Publicação Nº 2130907

PORTARIA Nº. 1159/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias ao servidor FABRICIO JOSNEI PEREIRA, efetivo no cargo de Instrutor de Informática, junto a Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, a desfrutar no período de 28/08/2019 a 11/09/2019, conforme Memorando nº 8.122/SMAFO/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de agosto de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 20/08/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

## **PUBLICAÇÃO DA ATA DE ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA TOMADA DE PREÇO Nº PMC 21/2019**

Publicação Nº 2131432

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 21/2019, QUE TEM POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTES A INSTALAÇÃO/MANUTENÇÃO ELÉTRICA DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES OURO VERDE, PARA A 23ª FESMATE E 3ª EXPOCANOINHAS, ENTRE OS DIAS 12 E 15 DE SETEMBRO.

Aos 20 (vinte) dias do mês de agosto do ano de 2019, às 13h45min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Adilson Fernando Ribeiro, Sr. Maurício Afonso Sobczak, Sr. José Carlos Herbst e a Sra. Andreia Fontana Kauva, nomeados pela Portaria nº 910/2019, sob a Presidência do primeiro, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos verificou-se a participação das empresas INSTALADORA J3 LTDA ME, representada pela Sra. Marlene Hempckemaier Monteiro, empresa CLERCIO FRANCISCO GEMRA ME, representada pelo Sr. Cleber Antonio Gemra, empresa GM INSTALADORA EIRELI, representada pelo Sr. Paulo Cesar Safanelli e empresa ZANELI SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA EPP, sem representante presente. Primeiramente foram verificados todos os protocolos a fim de ser verificado o cumprimento do horário limite. Dando continuidade aos trabalhos, foi aberto o envelope contendo a documentação das empresas participantes, as quais foram analisadas e rubricadas pela Comissão de Licitação e representantes presentes. O CNPJ das empresas participantes foram consultados no Portal da Transparência, onde foi constatado que as empresas participantes não constam como inidôneas no referido Portal. As empresas INSTALADORA J3 LTDA ME, CLERCIO FRANCISCO GEMRA ME, GM INSTALADORA EIRELI e ZANELI SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA EPP apresentaram documentação comprovando enquadramento de ME/EPP e, por este motivo, participam com os benefícios garantidos pela Lei Complementar 123/2006. Em razão da documentação apresentada atender as exigências do Edital, a Comissão de Licitação declarou as empresas INSTALADORA J3 LTDA ME, CLERCIO FRANCISCO GEMRA ME, GM INSTALADORA EIRELI e ZANELI SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA EPP, HABILITADAS no certame. Aberta a palavra aos participantes, os mesmos declinaram de usá-la. Os representantes das empresas participantes assinaram o termo de renúncia de interposição de recursos, referente à fase de habilitação. A Comissão de Licitação decidiu proceder à abertura das propostas das empresas habilitadas no certame, quais sejam, as empresas INSTALADORA J3 LTDA ME, CLERCIO FRANCISCO GEMRA ME, GM INSTALADORA EIRELI e ZANELI SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA EPP. Primeiramente foram verificadas as inviolabilidades das propostas, as quais estavam devidamente lacradas. Abertos os envelopes de propostas das empresas HABILITADAS, os valores para execução da totalidade dos serviços previstos no edital ficaram assim distribuídos: em 1º lugar a empresa CLERCIO FRANCISCO GEMRA ME, com o valor GLOBAL de R\$ 39.979,54, em 2º lugar, a empresa ZANELI SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA EPP, com o valor GLOBAL de R\$ 45.000,00, em 3º lugar, a empresa INSTALADORA J3 LTDA ME, com o valor GLOBAL de R\$ 48.061,37 e em 4º lugar, a empresa GM INSTALADORA EIRELI, com o valor GLOBAL de R\$ 48.891,87. A comissão DECLAROU vencedora a empresa CLERCIO FRANCISCO GEMRA ME do certame, com o valor GLOBAL de R\$ 39.979,54. Os representantes das empresas participantes assinaram o termo de renúncia de interposição de recursos, referente à fase de propostas. A comissão de licitação encerrou os trabalhos, nada mais havendo a tratar, a presente ata vai assinada pela Comissão de Licitação e representantes presentes.

Adilson Fernando Ribeiro Mauricio Afonso Sobczak José Carlos Herbst Andreia Fontana Kauva  
Presidente Secretário Membro Membro

INSTALADORA J3 LTDA ME CLERCIO FRANCISCO GEMRA ME GM INSTALADORA EIRELI

## **PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO Nº PMC 99/2019 (PRESENCIAL)**

Publicação Nº 2131163

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS


PREGÃO N.º PMC 99/2019 ( Presencial )

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna pública a revogação do PREGÃO Nº 99/2019 (Presencial), que tem por objeto AQUISIÇÃO DE GRAMA SÃO CARLOS, FITA SEPARADORA DE JARDIM E MUDAS DE ÁRVORES DESTINADAS AO PROJETO DE PAISAGISMO DA PRAÇA LAURO MULLER, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Motivo: Licitação fracassada. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação REVOGADA.

Gilberto dos Passos

Prefeito



**Prefeitura Municipal de Canoinhas**  
Rua Felipe Schmidt, 10 - Centro - 89.460-000 - Canoinhas/ SC  
CNPJ: 83.102.384/0001-80 Fone: (47) 3621-7700  
<https://www.pmc.sc.gov.br>

Usuário: Adilson Fernando

Chave de Autenticação Digital  
1571-4339-921

Página  
1 / 1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

**Licitação:** CC4/2019

**Modalidade:** Concorrência

**Objeto:** CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE EXPLORAÇÃO, CONTROLE E MANUTENÇÃO DO ESTACIONAMENTO ROTATIVO DE VEÍCULOS NAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, COM 1.315 VAGAS

**Fornecedor:** 4877 - HIPER OFF LTDA EPP

**CPF/CNPJ:** 21.708.170/0001-03

**Valor total (R\$):** 4.829.377,50


Data	Item	Material/Serviço/Denominação	Un.	Medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
12/08/2019	1	62254 - CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE EXPLORAÇÃO, CONTROLE E MANUTENÇÃO DO ESTACIONAMENTO ROTATIVO DE VEÍCULOS NAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, COM 1.315 VAGAS	SERVICO		1,00000	4.829.377,50000	4.829.377,50
<b>Total Adjudicado (R\$):</b>							4.829.377,50
<b>Total de licitações adjudicadas: 1</b>						<b>Total Geral Adjudicado (R\$):</b>	<b>4.829.377,50</b>

Gilberto dos Passos

Prefeito

Winston Beyersdorff Lucchiar

Assessor Jurídico



**Prefeitura Municipal de Canoinhas**  
Rua Felipe Schmidt, 10 - Centro - 89.460-000 - Canoinhas/ SC  
CNPJ: 83.102.384/0001-80 Fone: (47) 3621-7700  
<https://www.pmtc.sc.gov.br>

Usuário: Adilson Fernando

Chave de Autenticação Digital  
1121-4783-813

Página  
1 / 1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

**Licitação:** CC06/2019

**Modalidade:** Concorrência

**Registro de preço:** Não

**Controla quantidade:** Sim

**Objeto:** CONCESSÃO DE USO REMUNERADO, POR TEMPO DETERMINADO, DE 01 (UMA) SALA COMERCIAL, LOCALIZADA NA RUA PAUL HARRYS, CENTRO – CANOINHAS, ANEXO AO TERMINAL RODOVIÁRIO, PARA IMPLANTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE RESTAURANTE OU LANCHONETE, DO TIPO MAIOR OFERTA POR ITEM.


**Fornecedor:** 11736 - EVANI LEFFER DA CRUZ

Data	Item	Material/Serviço/Denominação	Un. Medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
15/08/2019	1	Licitação "CC06/2019"		120,00000	810,00000	97.200,00
<b>Total Adjudicado (R\$):</b>					<b>97.200,00</b>	

**Total Geral Adjudicado (R\$):**  
**97.200,00**

**Gilberto dos Passos**  
Prefeito

**Winston Beyersdorff Lucchiarri**  
Assessor Jurídico



**Prefeitura Municipal de Canoinhas**  
Rua Felipe Schmidt, 10 - Centro - 89.460-000 - Canoinhas/ SC  
CNPJ: 83.102.384/0001-80 Fone: (47) 3621-7700  
<https://www.pmc.sc.gov.br>

Usuário: Adilson Fernando

Chave de Autenticação Digital  
1977-2195-521

Página  
1 / 1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

**Licitação:** PE87/2019      **Modalidade:** Pregão      **Julgamento:** Lote      **Registro de preço:** Não      **Controla quantidade:** Sim  
**Objeto:** AQUISIÇÃO DE UNIFORMES OPERACIONAIS DOS AGENTES DE TRÂNSITO E DA EQUIPE DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA, DESTINADOS AO OPERACIONAL DO DETRACAN - FISCALIZAÇÃO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO.

Fornecedor: 6922 - MARCA D'AGUA LTDA - ME				CPF / CNPJ: 64.377.518/0001-21		Valor total (R\$):		8.554,36
Data	Item	Material/Serviço/Denominação	Un. Medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)		
14/08/2019	1	62871 - JAQUETA OPERACIONAL IMPERMEÁVEL	UNIDADE	4,00000	214,25000	857,00		
14/08/2019	2	62872 - CAMISA OPERACIONAL MANGA LONGA	UNIDADE	8,00000	142,00000	1.136,00		
14/08/2019	3	62873 - CAMISA OPERACIONAL MANGA CURTA	UNIDADE	8,00000	138,25000	1.106,00		
14/08/2019	4	62874 - BLUSA DE LÃ AZUL MARINHO	UNIDADE	8,00000	134,67000	1.077,36		
14/08/2019	5	62876 - CALÇA TÁTICA OPERACIONAL URBANO MASCULINA	UNIDADE	12,00000	125,50000	1.506,00		
14/08/2019	6	62877 - CAMISETA AZUL MANGA CURTA	UNIDADE	8,00000	63,00000	504,00		
14/08/2019	7	62878 - CAMISETA PRETA MANGA CURTA (serigrafia descolorida)	UNIDADE	8,00000	63,00000	504,00		
14/08/2019	8	62879 - COBERTURA MODELO URBANO	CAIXA	8,00000	35,50000	284,00		
14/08/2019	10	62881 - CINTO PRETO DE NYLON 600	UNIDADE	4,00000	26,00000	104,00		
14/08/2019	11	62882 - CAMISA TÁTICA MANGA LONGA - (COMBAT SHIRT)	UNIDADE	8,00000	184,50000	1.476,00		
				Total Adjudicado (R\$):				8.554,36

**Total de licitações adjudicadas: 1**      **Total Geral Adjudicado (R\$):**      **8.554,36**

Gilberto dos Passos

Prefeito

Winston Beyersdorff Lucchiari

Assessor Jurídico



## Publicação Nº 2130949

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

Fornecedor: 11747 - PAVFACIL TECNOLOGIA EM PAVIMENTOS ESPECIAIS LTDA				CPF / CNPJ: 05.143.816/0001-98	Valor total (R\$):	36.700,00
Data	Item	Material/Serviço/Denominação	Un. Medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
16/08/2019	1	37313 - MASSA ASFALTICA USINADA A QUENTE (CBUQ)	SACA	2.000,00000	18,35000	36.700,00
Total Adjudicado (R\$):						36.700,00

**Total Geral Adjudicado (R\$):** 36.700,00

**Winston Beyersdorff Lucchiari**  
Assessor Jurídico



# Capinzal

## PREFEITURA

### Decreto nº 067/2019

Publicação Nº 2131297

DECRETO No 067, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

Regulamenta o art. 2º, da Lei no 2.486/2003, de 2 de outubro de 2003, que instituiu o "Troféu "Destaque Econômico".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, em consonância com a Lei Municipal no 2.486, de 2 de outubro de 2003,

CONSIDERANDO que o "Troféu Destaque Econômico" foi instituído pela Lei Municipal no 2.456/2003, com a finalidade de premiar, periodicamente, os agentes econômicos que se destacaram na geração do Valor Adicionado ("VA"), que se constitui no agente formador do Índice de participação dos Municípios, utilizado na partilha da arrecadação do ICMS (Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual, intermunicipal e de Comunicação), consoante previsão inciso IV, art. 157, da Constituição Federal de 1988, constituindo-se na fonte de Receita Ordinária mais importante para os municípios;

CONSIDERANDO que a formação do ("VA") resulta da soma de todas as riquezas geradas pelos setores produtivos do município, como: comércio, indústria, serviços de transporte, agronegócio, telecomunicações e consumo de energia elétrica; diminuídas as riquezas adquiridas de fontes de fora do município, como: matérias primas, mercadorias, serviços de transporte. Podendo ser traduzido para uma linguagem simples, o ("VA") é a soma de tudo o que for agregado à produção no âmbito do município, com objetivo de circulação, consumo ou produzir novos produtos e riquezas;

#### DECRETA:

Art. 1º A execução do disposto na Lei no 2.486, de 2 de outubro de 2003, que instituiu o Troféu "Destaque Econômico", será feito em conformidade com o presente regulamento.

Art. 2º O trabalho de classificação dos estabelecimentos empresariais e rurais para nortear os destaques a serem premiados pelo "Troféu Destaque Econômico 2019", teve fundamento nos relatórios do Movimento Econômico de 2018, disponibilizados pela Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina e do Movimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISQN/ISS) de 2018, disponibilizado pelo Departamento Municipal de Fiscalização Tributária, seguindo-se uma logística, baseada em critérios técnicos, objetivando premiar aqueles que efetivamente se destacaram dentro das respectivas categorias econômicas.

Art. 3º A equipe de trabalho, coordenada pelo INCOTUR, adotaram critérios eminentemente técnicos, fez a indicação dos premiados, separando-os nas seguintes categorias econômicas:

I - 10 (dez) participantes do agronegócio com maior volume de receita de produção, classificando-os do 1º ao 10º colocado;

II - 10 (dez) empresas prestadoras de serviços, classificando-as da 1ª a 10ª colocada pela geração de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISQN/ISS);

III - 10 (dez) empresas optantes do Simples Nacional, na categoria Microempresa (Me), com faturamento de até R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), classificando-as da 1ª a 10ª colocada, pelo maior ("VA") apurado;

IV - 10 (dez) empresas optantes do Simples Nacional, na categoria Empresas de Pequeno Porte (EPP), com faturamento Entre R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) à R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), classificando-as da 1ª a 10ª colocada, pelo maior ("VA") apurado;

V - 10 (dez) empresas de transporte, classificando-as da 1ª a 10ª colocada, pelo maior ("VA") apurado;

VI - 5 (cinco) empresas de telecomunicações e energia elétrica, classificando-as da 1ª a 5ª colocada, com base no ("VA") adicionado;

VII - 10 (dez) empresas comerciais, classificando-as da 1ª a 10ª colocada, pelo maior ("VA") apurado;

VIII - 10 (dez) empresas industriais, classificando-as da 1ª a 10ª colocada, pelo maior ("VA") apurado;

IX - 01 (uma) empresa de maior contribuição para o movimento econômico será concedido o "Troféu Empresário Irineu José Maestri", caracterizado como Destaque Econômico Especial.

Art. 4º A concessão do Troféu "Destaque Econômico 2019" ocorrerá no dia 4 de outubro de 2019, às 20 horas, no Centro Educacional Prefeito Celso Farina.

Art. 5º O Poder Executivo Municipal promoverá ampla divulgação do resultado apurado, como forma de reconhecimento e incentivo aos agentes econômicos que contribuem para o movimento econômico de Capinzal.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 20 de agosto de 2019.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

**FMS PROCESSO LICITATÓRIO 0038/2019 PREGÃO PRESENCIAL 0008/2019**

Publicação Nº 2131513

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0038/2019  
Pregão Presencial Nº 0008/2019

**OBJETO:** Registro de Preço para possível contratação de horas/homens para prestação de serviços na área elétrica, para manutenção das atividades da Secretaria de Saúde. Com Recursos Próprios.

**RECEBIMENTO DOS ENVELOPES:** Os Envelopes de DOCUMENTAÇÃO e PROPOSTA DE PREÇO dos interessados protocolo até às 13h25min do dia 03/09/2019.

**ABERTURA DA SESSÃO:** Dia 03/09/2019 às 13h30min.

**FORMA DE JULGAMENTO:** Menor Preço Item

**INFORMAÇÕES DO EDITAL:** No site do Município de Capinzal: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br) ou no Setor de Compras e Licitações do Município de Capinzal, situado junto ao Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, na Rua Carmello Zócolli, n. 155, centro, neste Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina.

Horário de expediente, de segunda a sexta-feira, das 7h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min.

Contato: pelo telefone 49 3555-8739 e 3555-8716 ou pelo e-mail [licitacoes@capinzal.sc.gov.br](mailto:licitacoes@capinzal.sc.gov.br).

Capinzal, 22 de Agosto de 2019.

KAMILLE SARTORI BEAL  
Secretária de Saúde  
Fundo Municipal de Saúde de Capinzal

**FMS TERMO ADITIVO 001/2019 C08**

Publicação Nº 2131543

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
Aditivo Nº ..... : TA 001/2019 C08 - Contrato Nº: 0008/2019		
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
Contratada...: CLINICA DE OLHOS DR.LUIZ CARLOS B.PINTO LTDA		
Valor ..... : 0,00 (zero)		
Vigência ..... : Início: 21/08/2019 Término: 31/12/2019		
Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 0003/2019 Processo_Licitatório.....: 0007 / 2019		
Recursos ..... : Dotação:		
Objeto ..... : O objeto do presente Termo Aditivo é a alteração Cadastral da Empresa CLINICA DE OLHOS DR. LUIZ CARLOS B. PINTO LTDA, considerando a solicitação da mesma, ficando alterados os seguintes dados: CNPJ: 04.487.212/0002-87 e Endereço: Rua Carmelo Zocolli, nº 150, sala 404, Centro, Município de Capinzal/SC, CEP: 89.655-000.		
Capinzal, 21 de Agosto de 2019		

**PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0136/2019 PREGÃO PRESENCIAL 0073/2019**

Publicação Nº 2131497

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0136/2019  
Pregão Presencial Nº 0073/2019

**OBJETO:** Registro de Preço para possível contratação de serviços de esquadrias, manutenção, reforma e fabricação de esquadrias em ferro e alumínio, para manutenção das atividades das Secretarias e Fundos. Com Recursos Próprios e Federais.

**RECEBIMENTO DOS ENVELOPES:** Os Envelopes de DOCUMENTAÇÃO e PROPOSTA DE PREÇO dos interessados protocolo até às 08h25min do dia 03/09/2019.

ABERTURA DA SESSÃO: Dia 03/09/2019 às 08h30min.

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Item

INFORMAÇÕES DO EDITAL: No site do Município de Capinzal: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br) ou no Setor de Compras e Licitações do Município de Capinzal, situado junto ao Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, na Rua Carmello Zócolli, n. 155, centro, neste Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina.

Horário de expediente, de segunda a sexta-feira, das 7h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min.

Contato: pelo telefone 49 3555-8739 e 3555-8716 ou pelo e-mail [licitacoes@capinzal.sc.gov.br](mailto:licitacoes@capinzal.sc.gov.br).

Capinzal, 22 de Agosto de 2019.

IVAIR LOPES RODRIGUES  
Secretário de Administração e Finanças  
Município de Capinzal

## **PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0137/2019 LEILÃO 0001/2019**

Publicação N° 2131299

### **AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0137/2019  
LEILÃO PÚBLICO N° 0001/2019

OBJETO: Leilão para alienação de bens móveis inservíveis do patrimônio do Município de Capinzal.

O Leilão se realizará em sessão pública, de forma presencial, na seguinte data, horário e local:

DATA: 12 de setembro de 2019.

HORÁRIO: 09h00min

LOCAL: Câmara Municipal de Vereadores de Capinzal, localizada na Rua Alexandre Thomazoni, n. 120, centro, no Município de Capinzal-SC.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, no Setor de Compras e Licitações, com endereço na Rua Carmello Zócolli, n. 155, centro, no Município de Capinzal-SC, das 7h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, ou por meio dos telefones n. (049) 3555-8711 ou (049) 3555-8739 ou ainda, no site oficial do Município de Capinzal ([www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)).

Capinzal-SC, 23 de agosto de 2019.

NILVO DORINI  
Prefeito  
Município de Capinzal

## **PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0138/2019 LEILÃO 0002/2019**

Publicação N° 2131302

### **AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO N° 138/2019  
LEILÃO PÚBLICO N° 0002/2019

OBJETO: Alienação de terreno rural de cultura, situado no Distrito de Alto Alegre, neste município, de propriedade do Município de Capinzal, autorizado por Lei Municipal.

O Leilão realizar-se-á em sessão pública, de forma presencial, na seguinte data, horário e local:

DATA: 12 de setembro de 2019.

HORÁRIO: 14h00min

LOCAL: Câmara Municipal de Vereadores de Capinzal, localizada na Rua Alexandre Thomazoni, n. 120, centro, no Município de Capinzal-SC.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, no Setor de Compras e Licitações, com endereço na Rua Carmello Zócolli, n. 155, centro, no Município de Capinzal-SC, das 7h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, ou por meio dos telefones n. (049) 3555-8711 ou (049) 3555-8739 ou ainda, no site oficial do Município de Capinzal ([www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)).

Capinzal-SC, 23 de agosto de 2019.

NILVO DORINI  
Prefeito  
Município de Capinzal

**PMC TERMO ADITIVO 001/2019 C116**

Publicação Nº 2131545

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA 001/2019 C116 - Contrato Nº: 0116/2019

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: GAIA RODOVIAS LTDA.

Valor ..... : 71.313,29 (setenta e um mil trezentos e treze reais e vinte e nove centavos)

Vigência ..... : Início: 21/08/2019 Término: 31/12/2019

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 0005/2019 Processo\_Licitatório....: 0045 / 2019

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : O objeto do presente termo aditivo, é o ACRÉSCIMO do valor de R\$ 71.313,29 (setenta e um mil trezentos e treze reais e vinte e nove centavos), justificado pela modificação do projeto inicial, conforme solicitação da Secretaria, Parecer Técnico e Parecer Jurídico, anexos ao Processo Licitatório.

Capinzal, 21 de Agosto de 2019

**PORTARIA 1020/2019**

Publicação Nº 2130909

PORTARIA Nº 1020, DE 23 DE JULHO DE 2019

Nomeia servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991 e suas alterações, resolve:

Art. 1º Nomear, a contar de 23 de julho de 2019, Rafael Müller Rebelatto, matrícula nº 410501/01, para exercer o cargo de provimento efetivo de Fiscal de Obras e Posturas, nível 392, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, com lotação no Secretaria da Administração e Finanças.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 23 de julho de 2019.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

**TERMO DE POSSE E COMPROMISSO**

Termo de Posse e Compromisso prestado por Rafael Muller Rebelatto

Aos vinte e três dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove, perante o Exmo. Sr. Prefeito de Capinzal, Nilvo Dorini, no Gabinete do Prefeito, compareceu o Sr. Rafael Muller Rebelatto, matrícula nº 410501/01, a fim de tomar posse no cargo de provimento efetivo de Fiscal de Obras e Posturas, nomeada pela Portaria nº 1020/2019.

Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrúpulo os deveres inerentes à função em que foi investido, envidando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, em exercício e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 23 de julho de 2019

Empossado

Prefeito Municipal

**PORTARIA 1024/2019**

Publicação N° 2130587

PORTARIA N° 1024, DE 29 DE JULHO DE 2019  
Concede Progressão Funcional a servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 29 a 33 da Lei Complementar n° 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o n° 16666/2019, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por curso de formação educacional à servidora Lusiana Angeli Hachmann, matrícula n° 331236/02.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Escriturário, nível 153, referência D, conforme o anexo I da Lei Complementar n° 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 153, referência F.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de agosto de 2019.  
NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO  
Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL  
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

**PORTARIA 1029/2019**

Publicação N° 2130895

PORTARIA N° 1029, DE 01 DE AGOSTO DE 2019  
Concede férias a servidores

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 68 Lei Complementar n° 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Conceder férias aos seguintes servidores:

MAT.	SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO		GOZO	ABONO
12405201	CARLA DAMBROS VICARI	01/12/2017	30/11/2018	05 A 14/08/2019	0
				16 A 25/09/2019	
				27/01 A 05/02/2020	
32198201	CELIO SANTOS DA SILVA	04/05/2018	03/05/2019	01 A 15/08/2019	0
33008601	JOSIMARI DONDONI DO AMARAL	02/01/2018	01/01/2019	15/07 A 13/08/2019	0
15890908	ROSANE DE LURDES CORONETI	02/02/2018	01/02/2019	11 A 31/08/2019	10
33331001	SERGIO GIRIOLI	02/01/2018	01/01/2019	01 A 30/08/2019	0

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de agosto de 2019.  
NOEMI MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO  
Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

IVAIR LOPES RODRIGUES  
Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 1030/2019**

Publicação N° 2130603

PORTARIA N° 1030, DE 01 DE AGOSTO DE 2019  
Concede Licença Prêmio a servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto na Lei Complementar n° 167, de 21 de março de 2014, resolve:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio, conforme requerimento protocolado sob o n° 16472/2019, à servidora Silvana Salete Bonato, matrícula n° 319104/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Escriturário, nível 153, referência J, conforme o anexo I da Lei Complementar

nº 146, de 04 de abril de 2012, referente ao quinquênio de 21 de março de 2011 a 20 de março de 2016, pelo período de 01 de agosto a 31 de outubro de 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de agosto de 2019.

NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO

Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL

Secretária da Educação, Cultura e Esportes

## **PORTARIA 1031/2019**

Publicação Nº 2130592

PORTARIA Nº 1031, DE 01 DE AGOSTO DE 2019

Concede Progressão a servidor

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso das atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 15366/2019, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por cursos de capacitação à servidora Rubia Samara Fabro, matrícula nº 410094/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência D, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 372, referência E do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de agosto de 2019.

NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO

Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL

Secretária da Educação, Cultura e Esportes

## **PORTARIA 1032/2019**

Publicação Nº 2130899

PORTARIA Nº 1032, DE 01 DE AGOSTO DE 2019

Nomeia servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991 e suas alterações, resolve:

Art. 1º Nomear, a contar de 01 de agosto de 2019, Monica Lopes da Cunha, matrícula nº 410503/01, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auditor Fiscal Tributário, nível 397, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, com lotação no Secretaria da Administração e Finanças.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de agosto de 2019.

NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO

Prefeita de Capinzal, em exercício

Registrada e publicada.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

### **TERMO DE POSSE E COMPROMISSO**

Termo de Posse e Compromisso prestado por Monica Lopes da Cunha

Ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, perante o Exma. Srª. Prefeita de Capinzal, em exercício, Noemia Maria Bonamigo Pizzamiglio, no Gabinete do Prefeito, compareceu a Srª. Monica Lopes da Cunha, matrícula nº 410503/01, a fim de tomar posse no cargo de provimento efetivo de Auditor Fiscal Tributário, nomeada pela Portaria nº 1032/2019.

Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com

exatidão e escrúpulo os deveres inerentes à função em que foi investido, envidando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, em exercício e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 01 de agosto de 2019

Empossado

Prefeito Municipal

## **PORTARIA 1034/2019**

Publicação Nº 2130683

PORTARIA Nº 1034, DE 01 DE AGOSTO DE 2019

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Patricia Fatima Teixeira Baretta, matrícula nº 324892/16, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais.

Parágrafo único: A servidora fica contratada pelo período de 01 de agosto a 13 de dezembro de 2019, na Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho, em substituição a titular Andrea Aparecida de Azevedo Scheuermann, que está à disposição do Apoio Pedagógico da Escola.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de agosto de 2019.

NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO

Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL

Secretária da Educação, Cultura e Esportes

## **PORTARIA 1035/2019**

Publicação Nº 2130681

PORTARIA Nº 1035, DE 01 DE AGOSTO DE 2019

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Alesandra Cabral, matrícula nº 410504/01, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de dez (10) horas semanais.

Parágrafo único: A servidora fica contratada pelo período de 01 de agosto a 13 de dezembro de 2019, na Escola Municipal Ivo Silveira, em substituição a titular Marcia Rosana Barth, que está em tratamento de saúde.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de agosto de 2019.

NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO

Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL

Secretária da Educação, Cultura e Esportes



**PORTARIA 1036/2019**

Publicação Nº 2130680

PORTARIA Nº 1036, DE 01 DE AGOSTO DE 2019

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, conforme requerimento protocolado sob o nº 16669/2019, a contar de 31 de julho de 2019, Manuela Di Domenico, matrícula nº 410437/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme anexo IV da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de agosto de 2019.

NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO

Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL

Secretária da Educação, Cultura e Esportes

**PORTARIA 1037/2019**

Publicação Nº 2130677

PORTARIA Nº 1037, DE 05 DE AGOSTO DE 2019

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Jaqueli de Freitas, matrícula nº 410339/02, para exercer as funções do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais.

Parágrafo único: A servidora fica contratada pelo período de 05 de agosto a 13 de dezembro de 2019, na Creche Municipal Primeiros Passos, em substituição a titular Carla Simone Vigolo, que está em tratamento de saúde.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 05 de agosto de 2019.

NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO

Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL

Secretária da Educação, Cultura e Esportes

**PORTARIA 1038/2019**

Publicação Nº 2130653

PORTARIA Nº 1038, DE 05 DE AGOSTO DE 2019

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Daniela Techio, matrícula nº 410019/05, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais.

Parágrafo único: A servidora fica contratada pelo período de 05 de agosto a 13 de dezembro de 2019, na Escola Municipal Viver e Conhecer, em substituição a titular Tailane Esganzela, que está à disposição do apoio pedagógico da escola.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 05 de agosto de 2019.

NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO

Prefeita de Capinzal, em exercício



Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL  
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

## PORTARIA 1039/2019

Publicação Nº 2130886

PORTARIA Nº 1039, DE 05 DE AGOSTO DE 2019

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Priscila Lorenzon, matrícula nº 410505/01, para exercer as funções do cargo de Médico, nível 178, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais.

Parágrafo único: A servidora fica contratada pelo período de 05 de agosto a 13 de dezembro de 2019, na unidade sanitária central.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 05 de agosto de 2019.

NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO  
Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL  
Secretária da Saúde

## PORTARIA 1040/2019

Publicação Nº 2130579

PORTARIA Nº 1040, DE 05 DE AGOSTO DE 2019

Altera disposto em portaria

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor e conforme requerimento protocolado sob o nº 1671/2019, resolve:

Art. 1º Altera o disposto na portaria nº 0552/2019, passando a vigorar com a seguinte redação:

33002701	JOSE VANDERLI GO-TARDO	09/02/2018	08/02/2019	01 A 11/07/2019 20 a 30/08/2019	10
----------	------------------------	------------	------------	------------------------------------	----

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 05 de agosto de 2019.

NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO  
Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

LEIMAR BERNARDI  
Secretário da Agricultura e Meio Ambiente

## PORTARIA 1041/2019

Publicação Nº 2130623

PORTARIA Nº 1041, DE 05 DE AGOSTO DE 2019  
Concede Licença Prêmio a servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto na Lei Complementar nº 167, de 21 de março de 2014, resolve:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio, conforme requerimento protocolado sob o nº 16496/2019, à servidora Aderlei Teresinha de Araujo Bazi,

matrícula nº 172847/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência E, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, referente ao quinquênio de 15 de fevereiro de 2012 a 14 de fevereiro de 2017, pelo período de 01 de agosto a 31 de outubro de 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 05 de agosto de 2019.

NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO

Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL

Secretária da Educação, Cultura e Esportes

## **PORTARIA 1042/2019**

Publicação N° 2130617

PORTARIA N° 1042, DE 05 DE AGOSTO DE 2019

Concede Licença Prêmio a servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto na Lei Complementar nº 167, de 21 de março de 2014, resolve:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio, conforme requerimento protocolado sob o nº 16495/2019, à servidora Rosangela Vitoria Rossete Scheuerman, matrícula nº 324990/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 9, referência C, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, referente ao quinquênio de 21 de maio de 1998 a 20 de maio de 2003, pelo período de 01 de agosto a 31 de outubro de 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 05 de agosto de 2019.

NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO

Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL

Secretária da Educação, Cultura e Esportes

## **PORTARIA 1043/2019**

Publicação N° 2130609

PORTARIA N° 1043, DE 05 DE AGOSTO DE 2019

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Suelin Carla Borsoi, matrícula nº 410171/03, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais.

Parágrafo único: A servidora fica contratada pelo período de 05 de agosto a 13 de dezembro de 2019, no Centro Municipal de Educação Infantil Conquistando meu Espaço, em substituição a titular Nadia Maria Suzin, que está em Licença Maternidade.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 05 de agosto de 2019.

NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO

Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL

Secretária da Educação, Cultura e Esportes

**PORTARIA 1044/2019**

Publicação Nº 2130831

PORTARIA Nº 1044, DE 06 DE AGOSTO DE 2019

Coloca servidor à disposição

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no § 2º do artigo 18 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, e memorando da Secretaria da Educação, resolve:

Art. 1º Colocar à disposição da Creche Municipal Primeiros Passos, com carga horária de quarenta (40) horas semanais, a servidora Leonir Aparecida Machado, matrícula nº 410087/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em substituição a titular Mara Ferreira que está em licença para tratamento de saúde.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 06 de agosto de 2019.

NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO  
Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL  
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

**PORTARIA 1045/2019**

Publicação Nº 2130828

PORTARIA Nº 1045, DE 06 DE AGOSTO DE 2019

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Marcia Maria Pereira Mores, matrícula nº 410506/01, para exercer as funções do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais.

Parágrafo único: A servidora fica contratada pelo período de 06 de agosto a 13 de dezembro de 2019, no Centro Municipal de Educação Infantil Crescendo Juntos, em substituição a titular Leonir Aparecida Machado, que está à disposição da Creche Municipal Primeiros Passos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 06 de agosto de 2019.

NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO  
Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL  
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

**PORTARIA 1046/2019**

Publicação Nº 2130826

PORTARIA Nº 1046, DE 06 DE AGOSTO DE 2019

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Deniz Maria Madruga Cantele, matrícula nº 407444/03, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais.

Parágrafo único: A servidora fica contratada pelo período de 06 de agosto a 10 de setembro de 2019, na Escola Municipal Ernesto Ha-chmann, em substituição a titular Marcia Rosana Barth, que está em licença para tratamento de saúde.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 06 de agosto de 2019.

NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO

Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL

Secretária da Educação, Cultura e Esportes

## **PORTARIA 1047/2019**

Publicação Nº 2130814

PORTARIA Nº 1047, DE 06 DE AGOSTO DE 2019

Designa servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009 e pela Lei Complementar nº 186, de 11 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Designar Regiane Cristina de Lima Giuliato, matrícula nº 332720/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 7, referência B, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder pela Direção da Escola Municipal Carlos Jaime da Rocha.

Art. 2º Conceder gratificação de 25% (vinte e cinco por cento) à servidora, conforme o artigo 24, inciso I da Lei Complementar nº 045/2000.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de agosto de 2019.

NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO

Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL

Secretária da Educação, Cultura e Esportes

## **PORTARIA 1048/2019**

Publicação Nº 2130808

PORTARIA Nº 1048, DE 06 DE AGOSTO DE 2019

Cessa efeito de portaria

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar efeito da portaria nº 0134/2017, que designou a servidora Regiane Cristina de Lima Giuliato, matrícula nº 332720/01, para responder pela Coordenação da Escola Municipal Carlos Jaime da Rocha e concedeu FC - 2.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de agosto de 2019.

NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO

Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL

Secretária da Educação, Cultura e Esportes

## **PORTARIA 1049/2019**

Publicação Nº 2130792

PORTARIA Nº 1049, DE 01 DE AGOSTO DE 2019

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, conforme requerimento protocolado sob o nº 16739/2019, a contar de 01 de agosto de 2019, Silvio Baretta, matrícula nº 333433/04, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04

de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de agosto de 2019.

NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO  
Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL  
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

## PORTARIA 1053/2019

Publicação Nº 2131117

PORTARIA Nº 1053, DE 09 DE AGOSTO DE 2019

Exonera servidor

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar Municipal nº 006/91, demais legislação pertinente, e:

CONSIDERANDO o disposto no art. 31, inciso V, da Lei Complementar Municipal nº 006/91, que estabelece o Estatuto e o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Capinzal, que assim dispõe: Artigo 31 - A vacância de cargo público decorre de: [...] V – aposentadoria;

CONSIDERANDO a expressa disposição legal, de que a concessão de aposentadoria, independente de qual seja o regime de previdência, gera a vacância do cargo público;

CONSIDERANDO que a vacância é ato administrativo pelo qual o servidor é desligado do cargo, emprego ou função, rompendo o vínculo jurídico existente entre o Servidor e a Administração Pública, ensejando a exoneração e a impossibilidade de permanência na atividade laboral;

CONSIDERANDO que o Servidor encontra-se na situação de aposentado, conforme informações oficiais disponibilizadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;

CONSIDERANDO que foi assegurado o exercício do contraditório e da ampla defesa à Servidora em sede administrativa, concedido conforme Notificação Extrajudicial;

CONSIDERANDO o entendimento pacificado no Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina – TJSC, acerca da desnecessidade de instauração de processo administrativo específico, mesmo que se trate de servidor público efetivo.

CONSIDERANDO as instruções do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC a respeito da vacância do cargo efetivo em razão da aposentadoria do servidor;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, por motivo de vacância do cargo decorrente de aposentadoria, a servidora Vera Amália Bazzi, matrícula nº 320528/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 9, referência D, conforme anexo IV da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, a partir de 10 de agosto de 2019.

Art. 2º Ficam indenizadas na rescisão da servidora as Licenças Prêmio adquiridas, na forma da Lei Complementar Municipal nº 006/91, e não gozadas durante o exercício da função, referentes aos seguintes quinquênios:

- I. 06 de fevereiro de 2000 a 05 de fevereiro de 2005;
- II. 06 de fevereiro de 2005 a 05 de fevereiro de 2010;
- III. 06 de fevereiro de 2010 a 05 de fevereiro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 10 de agosto de 2019.

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL  
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

**PORTARIA 1054/2019**

Publicação Nº 2131115

PORTARIA Nº 1054, DE 09 DE AGOSTO DE 2019

Exonera servidor

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar Municipal nº 006/91, demais legislação pertinente, e:

CONSIDERANDO o disposto no art. 31, inciso V, da Lei Complementar Municipal nº 006/91, que estabelece o Estatuto e o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Capinzal, que assim dispõe: Artigo 31 - A vacância de cargo público decorre de: [...] V – aposentadoria;

CONSIDERANDO a expressa disposição legal, de que a concessão de aposentadoria, independente de qual seja o regime de previdência, gera a vacância do cargo público;

CONSIDERANDO que a vacância é ato administrativo pelo qual o servidor é desligado do cargo, emprego ou função, rompendo o vínculo jurídico existente entre o Servidor e a Administração Pública, ensejando a exoneração e a impossibilidade de permanência na atividade laboral;

CONSIDERANDO que o Servidor encontra-se na situação de aposentado, conforme informações oficiais disponibilizadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;

CONSIDERANDO que foi assegurado o exercício do contraditório e da ampla defesa à Servidora em sede administrativa, concedido conforme Notificação Extrajudicial;

CONSIDERANDO o entendimento pacificado no Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina – TJSC, acerca da desnecessidade de instauração de processo administrativo específico, mesmo que se trate de servidor público efetivo.

CONSIDERANDO as instruções do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC a respeito da vacância do cargo efetivo em razão da aposentadoria do servidor;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, por motivo de vacância do cargo decorrente de aposentadoria, a servidora Marinês Pereira Schu, matrícula nº 324329/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 7, referência B, conforme anexo IV da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, a partir de 10 de agosto de 2019.

Art. 2º A servidora não possuía Licenças Prêmio a indenizar.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 10 de agosto de 2019.

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL  
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

**PORTARIA 1055/2019**

Publicação Nº 2131100

PORTARIA Nº 1055, DE 09 DE AGOSTO DE 2019

Exonera servidor

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar Municipal nº 006/91, demais legislação pertinente, e:

CONSIDERANDO o disposto no art. 31, inciso V, da Lei Complementar Municipal nº 006/91, que estabelece o Estatuto e o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Capinzal, que assim dispõe: Artigo 31 - A vacância de cargo público decorre de: [...] V – aposentadoria;

CONSIDERANDO a expressa disposição legal, de que a concessão de aposentadoria, independente de qual seja o regime de previdência, gera a vacância do cargo público;

CONSIDERANDO que a vacância é ato administrativo pelo qual o servidor é desligado do cargo, emprego ou função, rompendo o vínculo jurídico existente entre o Servidor e a Administração Pública, ensejando a exoneração e a impossibilidade de permanência na atividade laboral;

CONSIDERANDO que o Servidor encontra-se na situação de aposentado, conforme informações oficiais disponibilizadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;

CONSIDERANDO que foi assegurado o exercício do contraditório e da ampla defesa à Servidora em sede administrativa, concedido conforme Notificação Extrajudicial;

CONSIDERANDO o entendimento pacificado no Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina – TJSC, acerca da desnecessidade de instauração de processo administrativo específico, mesmo que se trate de servidor público efetivo.

CONSIDERANDO as instruções do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC a respeito da vacância do cargo efetivo em razão da aposentadoria do servidor;

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, por motivo de vacância do cargo decorrente de aposentadoria, a servidora Marcia Manfredini, matrícula nº 314447/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 9, referência C, conforme anexo IV da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, a partir de 10 de agosto de 2019.

Art. 2º Fica indenizada na rescisão da servidora a Licença Prêmio adquirida, na forma da Lei Complementar Municipal nº 006/91, e não gozada durante o exercício da função, referente ao seguinte quinquênio:

I. 06 de fevereiro de 2010 a 05 de fevereiro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 10 de agosto de 2019.

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL  
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

**PORTARIA 1056/2019**

Publicação Nº 2131107

PORTARIA Nº 1056, DE 09 DE AGOSTO DE 2019

Exonera servidor

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72, inciso II, alínea “a”, da Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar Municipal nº 006/91, demais legislação pertinente, e:

CONSIDERANDO o disposto no art. 31, inciso V, da Lei Complementar Municipal nº 006/91, que estabelece o Estatuto e o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Capinzal, que assim dispõe: Artigo 31 - A vacância de cargo público decorre de: [...] V – aposentadoria;

CONSIDERANDO a expressa disposição legal, de que a concessão de aposentadoria, independente de qual seja o regime de previdência, gera a vacância do cargo público;

CONSIDERANDO que a vacância é ato administrativo pelo qual o servidor é desligado do cargo, emprego ou função, rompendo o vínculo jurídico existente entre o Servidor e a Administração Pública, ensejando a exoneração e a impossibilidade de permanência na atividade laboral;

CONSIDERANDO que o Servidor encontra-se na situação de aposentado, conforme informações oficiais disponibilizadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;

CONSIDERANDO que foi assegurado o exercício do contraditório e da ampla defesa à Servidora em sede administrativa, concedido conforme Notificação Extrajudicial;

CONSIDERANDO o entendimento pacificado no Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina – TJSC, acerca da desnecessidade de instauração de processo administrativo específico, mesmo que se trate de servidor público efetivo.

CONSIDERANDO as instruções do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC a respeito da vacância do cargo efetivo em razão da aposentadoria do servidor;

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, por motivo de vacância do cargo decorrente de aposentadoria, a servidora Merci Surdi, matrícula nº 316059/01, ocupante



do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 9, referência D, conforme anexo IV da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, a partir de 10 de agosto de 2019.

Art. 2º Ficam indenizadas na rescisão da servidora as Licenças Prêmio adquiridas, na forma da Lei Complementar Municipal nº 006/91, e não gozadas durante o exercício da função, referentes aos seguintes quinquênios:

- I. 06 de fevereiro de 1990 a 05 de fevereiro de 1995 – carga horária de 20 (vinte) horas;
- II. 06 de fevereiro de 1995 a 05 de fevereiro de 2000;
- III. 06 de fevereiro de 2000 a 05 de fevereiro de 2005;
- IV. 06 de fevereiro de 2005 a 05 de fevereiro de 2010;
- V. 06 de fevereiro de 2010 a 05 de fevereiro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 10 de agosto de 2019.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL

Secretária da Educação, Cultura e Esportes

## PORTARIA 1057/2019

Publicação Nº 2131112

PORTARIA Nº 1057, DE 09 DE AGOSTO DE 2019

Exonera servidor

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar Municipal nº 006/91, demais legislação pertinente, e:

CONSIDERANDO o disposto no art. 31, inciso V, da Lei Complementar Municipal nº 006/91, que estabelece o Estatuto e o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Capinzal, que assim dispõe: Artigo 31 - A vacância de cargo público decorre de: [...] V – aposentadoria;

CONSIDERANDO a expressa disposição legal, de que a concessão de aposentadoria, independente de qual seja o regime de previdência, gera a vacância do cargo público;

CONSIDERANDO que a vacância é ato administrativo pelo qual o servidor é desligado do cargo, emprego ou função, rompendo o vínculo jurídico existente entre o Servidor e a Administração Pública, ensejando a exoneração e a impossibilidade de permanência na atividade laboral;

CONSIDERANDO que o Servidor encontra-se na situação de aposentado, conforme informações oficiais disponibilizadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;

CONSIDERANDO que foi assegurado o exercício do contraditório e da ampla defesa à Servidora em sede administrativa, concedido conforme Notificação Extrajudicial;

CONSIDERANDO o entendimento pacificado no Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina – TJSC, acerca da desnecessidade de instauração de processo administrativo específico, mesmo que se trate de servidor público efetivo.

CONSIDERANDO as instruções do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC a respeito da vacância do cargo efetivo em razão da aposentadoria do servidor;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, por motivo de vacância do cargo decorrente de aposentadoria, o servidor Darvin Nelson Stumpf, matrícula nº 307971/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Carpinteiro, nível 79, referência J, conforme anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, a partir de 10 de agosto de 2019.

Art. 2º Ficam indenizadas na rescisão do servidor as Licenças Prêmio adquiridas, na forma da Lei Complementar Municipal nº 006/91, e não gozadas durante o exercício da função, referentes aos seguintes quinquênios:

- I. 01 de setembro de 1990 a 31 de agosto de 1995;
- II. 01 de setembro de 1995 a 31 de agosto de 2000;
- III. 01 de setembro de 2000 a 31 de agosto de 2005;
- IV. 01 de setembro de 2005 a 31 de agosto de 2010;
- V. 01 de setembro de 2010 a 05 de agosto de 2015.



Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 10 de agosto de 2019.

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL  
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

## PORTARIA 1060/2019

Publicação Nº 2131095

PORTARIA Nº 1060, DE 09 DE AGOSTO DE 2019

Exonera servidor

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar Municipal nº 006/91, demais legislação pertinente, e:

CONSIDERANDO o disposto no art. 31, inciso V, da Lei Complementar Municipal nº 006/91, que estabelece o Estatuto e o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Capinzal, que assim dispõe: Artigo 31 - A vacância de cargo público decorre de: [...] V – aposentadoria;

CONSIDERANDO a expressa disposição legal, de que a concessão de aposentadoria, independente de qual seja o regime de previdência, gera a vacância do cargo público;

CONSIDERANDO que a vacância é ato administrativo pelo qual o servidor é desligado do cargo, emprego ou função, rompendo o vínculo jurídico existente entre o Servidor e a Administração Pública, ensejando a exoneração e a impossibilidade de permanência na atividade laboral;

CONSIDERANDO que o Servidor encontra-se na situação de aposentado, conforme informações oficiais disponibilizadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;

CONSIDERANDO que foi assegurado o exercício do contraditório e da ampla defesa à Servidora em sede administrativa, concedido conforme Notificação Extrajudicial;

CONSIDERANDO o entendimento pacificado no Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina – TJSC, acerca da desnecessidade de instauração de processo administrativo específico, mesmo que se trate de servidor público efetivo.

CONSIDERANDO as instruções do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC a respeito da vacância do cargo efetivo em razão da aposentadoria do servidor;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, por motivo de vacância do cargo decorrente de aposentadoria, a servidora Eliane Maria Helt, matrícula nº 309087/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 8, referência E, conforme anexo IV da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, a partir de 10 de agosto de 2019.

Art. 2º Ficam indenizadas na rescisão da servidora as Licença Prêmio adquiridas, na forma da Lei Complementar Municipal nº 006/91, e não gozadas durante o exercício da função, referente aos seguintes quinquênios:

- I. 21 de fevereiro de 2004 a 20 de fevereiro de 2009;
- II. 21 de fevereiro de 2009 a 20 de fevereiro de 2014;
- III. 21 de fevereiro de 2014 a 20 de fevereiro de 2019.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 10 de agosto de 2019.

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL  
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

**PORTARIA 1061/2019**

Publicação Nº 2130965

PORTARIA Nº 1061, DE 09 DE AGOSTO DE 2019

Exonera servidor

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar Municipal nº 006/91, demais legislação pertinente, e:

CONSIDERANDO o disposto no art. 31, inciso V, da Lei Complementar Municipal nº 006/91, que estabelece o Estatuto e o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Capinzal, que assim dispõe: Artigo 31 - A vacância de cargo público decorre de: [...] V – aposentadoria;

CONSIDERANDO a expressa disposição legal, de que a concessão de aposentadoria, independente de qual seja o regime de previdência, gera a vacância do cargo público;

CONSIDERANDO que a vacância é ato administrativo pelo qual o servidor é desligado do cargo, emprego ou função, rompendo o vínculo jurídico existente entre o Servidor e a Administração Pública, ensejando a exoneração e a impossibilidade de permanência na atividade laboral;

CONSIDERANDO que o Servidor encontra-se na situação de aposentado, conforme informações oficiais disponibilizadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;

CONSIDERANDO que foi assegurado o exercício do contraditório e da ampla defesa à Servidora em sede administrativa, concedido conforme Notificação Extrajudicial;

CONSIDERANDO o entendimento pacificado no Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina – TJSC, acerca da desnecessidade de instauração de processo administrativo específico, mesmo que se trate de servidor público efetivo.

CONSIDERANDO as instruções do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC a respeito da vacância do cargo efetivo em razão da aposentadoria do servidor;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, por motivo de vacância do cargo decorrente de aposentadoria, o servidor Maximino Vicente Tenutti, matrícula nº 316016/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas Pesadas, nível 200, referência J, conforme anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria da Infraestrutura, a partir de 10 de agosto de 2019.

Art. 2º Ficam indenizadas na rescisão do servidor as Licenças Prêmio adquiridas, na forma da Lei Complementar Municipal nº 006/91, e não gozadas durante o exercício da função, referente aos seguintes quinquênios:

- I. 01 de setembro de 1990 a 31 de agosto de 1995;
- II. 01 de setembro de 1995 a 31 de agosto de 2000;
- III. 01 de setembro de 2000 a 31 de agosto de 2005;
- IV. 01 de setembro de 2005 a 31 de agosto de 2010;
- V. 01 de setembro de 2010 a 31 de agosto de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 10 de agosto de 2019.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

CLEBERSON CARLOS CORDEIRO DOS SANTOS

Secretário da Infraestrutura

PORTARIA Nº 1061, DE 09 DE AGOSTO DE 2019

Exonera servidor

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar Municipal nº 006/91, demais legislação pertinente, e:

CONSIDERANDO o disposto no art. 31, inciso V, da Lei Complementar Municipal nº 006/91, que estabelece o Estatuto e o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Capinzal, que assim dispõe: Artigo 31 - A vacância de cargo público decorre de: [...] V – aposentadoria;

CONSIDERANDO a expressa disposição legal, de que a concessão de aposentadoria, independente de qual seja o regime de previdência, gera a vacância do cargo público;

CONSIDERANDO que a vacância é ato administrativo pelo qual o servidor é desligado do cargo, emprego ou função, rompendo o vínculo

jurídico existente entre o Servidor e a Administração Pública, ensejando a exoneração e a impossibilidade de permanência na atividade laboral;

CONSIDERANDO que o Servidor encontra-se na situação de aposentado, conforme informações oficiais disponibilizadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;

CONSIDERANDO que foi assegurado o exercício do contraditório e da ampla defesa à Servidora em sede administrativa, concedido conforme Notificação Extrajudicial;

CONSIDERANDO o entendimento pacificado no Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina – TJSC, acerca da desnecessidade de instauração de processo administrativo específico, mesmo que se trate de servidor público efetivo.

CONSIDERANDO as instruções do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC a respeito da vacância do cargo efetivo em razão da aposentadoria do servidor;

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, por motivo de vacância do cargo decorrente de aposentadoria, o servidor Maximino Vicente Tenutti, matrícula nº 316016/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas Pesadas, nível 200, referência J, conforme anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria da Infraestrutura, a partir de 10 de agosto de 2019.

Art. 2º Ficam indenizadas na rescisão do servidor as Licenças Prêmio adquiridas, na forma da Lei Complementar Municipal nº 006/91, e não gozadas durante o exercício da função, referente aos seguintes quinquênios:

VI. 01 de setembro de 1990 a 31 de agosto de 1995;

VII. 01 de setembro de 1995 a 31 de agosto de 2000;

VIII. 01 de setembro de 2000 a 31 de agosto de 2005;

IX. 01 de setembro de 2005 a 31 de agosto de 2010;

X. 01 de setembro de 2010 a 31 de agosto de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 10 de agosto de 2019.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

CLEBERSON CARLOS CORDEIRO DOS SANTOS

Secretário da Infraestrutura

**PORTARIA 1062/2019**

Publicação Nº 2130911

PORTARIA Nº 1062, DE 09 DE AGOSTO DE 2019

Exonera servidor

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72, inciso II, alínea “a”, da Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar Municipal nº 006/91, demais legislação pertinente, e:

CONSIDERANDO o disposto no art. 31, inciso V, da Lei Complementar Municipal nº 006/91, que estabelece o Estatuto e o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Capinzal, que assim dispõe: Artigo 31 - A vacância de cargo público decorre de: [...] V – aposentadoria;

CONSIDERANDO a expressa disposição legal, de que a concessão de aposentadoria, independente de qual seja o regime de previdência, gera a vacância do cargo público;

CONSIDERANDO que a vacância é ato administrativo pelo qual o servidor é desligado do cargo, emprego ou função, rompendo o vínculo jurídico existente entre o Servidor e a Administração Pública, ensejando a exoneração e a impossibilidade de permanência na atividade laboral;

CONSIDERANDO que o Servidor encontra-se na situação de aposentado, conforme informações oficiais disponibilizadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;

CONSIDERANDO que foi assegurado o exercício do contraditório e da ampla defesa à Servidora em sede administrativa, concedido conforme Notificação Extrajudicial;

CONSIDERANDO o entendimento pacificado no Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina – TJSC, acerca da desnecessidade de instauração de processo administrativo específico, mesmo que se trate de servidor público efetivo.

CONSIDERANDO as instruções do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC a respeito da vacância do cargo efetivo em razão da aposentadoria do servidor;

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, por motivo de vacância do cargo decorrente de aposentadoria, o servidor Adão Jocir Martins, matrícula nº 304557/05, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência H, conforme anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria da Infraestrutura, a partir de 10 de agosto de 2019.

Art. 2º Ficam indenizadas na rescisão do servidor as Licenças Prêmio adquiridas, na forma da Lei Complementar Municipal nº 006/91, e não gozadas durante o exercício da função, referente aos seguintes quinquênios:

- I. 02 de maio de 1991 a 01 de maio de 1996;
- II. 02 de maio de 1996 a 01 de maio de 2001;
- III. 02 de maio de 2001 a 01 de maio de 2006;
- IV. 02 de maio de 2006 a 01 de maio de 2011;
- V. 02 de maio de 2011 a 01 de maio de 2016.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 10 de agosto de 2019.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

CLEBERSON CARLOS CORDEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Infraestrutura

**PORTARIA 1064/2019**

Publicação Nº 2131092

PORTARIA Nº 1064, DE 09 DE AGOSTO DE 2019

Exonera servidor

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar Municipal nº 006/91, demais legislação pertinente, e:

CONSIDERANDO o disposto no art. 31, inciso V, da Lei Complementar Municipal nº 006/91, que estabelece o Estatuto e o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Capinzal, que assim dispõe: Artigo 31 - A vacância de cargo público decorre de: [...] V – aposentadoria;

CONSIDERANDO a expressa disposição legal, de que a concessão de aposentadoria, independente de qual seja o regime de previdência, gera a vacância do cargo público;

CONSIDERANDO que a vacância é ato administrativo pelo qual o servidor é desligado do cargo, emprego ou função, rompendo o vínculo jurídico existente entre o Servidor e a Administração Pública, ensejando a exoneração e a impossibilidade de permanência na atividade laboral;

CONSIDERANDO que o Servidor encontra-se na situação de aposentado, conforme informações oficiais disponibilizadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;

CONSIDERANDO que foi assegurado o exercício do contraditório e da ampla defesa à Servidora em sede administrativa, concedido conforme Notificação Extrajudicial;

CONSIDERANDO o entendimento pacificado no Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina – TJSC, acerca da desnecessidade de instauração de processo administrativo específico, mesmo que se trate de servidor público efetivo.

CONSIDERANDO as instruções do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC a respeito da vacância do cargo efetivo em razão da aposentadoria do servidor;

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, por motivo de vacância do cargo decorrente de aposentadoria, a servidora Irene Borin Concatto, matrícula nº 310883/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, nível 65, referência J, conforme anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria da Saúde, a partir de 10 de agosto de 2019.

Art. 2º Ficam indenizadas na rescisão da servidora as Licenças Prêmio adquiridas, na forma da Lei Complementar Municipal nº 006/91, e não gozadas durante o exercício da função, referentes aos seguintes quinquênios:

- I. 01 de março de 1996 a 28 de fevereiro de 2001;
- II. 01 de março de 2001 a 28 de fevereiro de 2006;

III. 01 de março de 2006 a 28 de fevereiro de 2011;  
IV. 01 de março de 2011 a 28 de fevereiro de 2016.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 10 de agosto de 2019.  
NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL  
Secretária da Saúde

## **PORTARIA 1065/2019**

Publicação N° 2130878

PORTARIA N° 1065, DE 09 DE AGOSTO DE 2019

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Janaina Backes Isidoro da Silva, matrícula nº 410507/01, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais.

Parágrafo único: A servidora fica contratada pelo período de 09 de agosto a 13 de dezembro de 2019, na Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho, em substituição a titular Maria Elizabete dos Santos Fraron, em licença para tratamento de saúde e posterior Licença Maternidade.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 09 de agosto de 2019.  
NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO  
Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL  
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

## **PORTARIA 1068/2019**

Publicação N° 2130800

PORTARIA N° 1068, DE 09 DE AGOSTO DE 2019

Coloca servidor à disposição

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no § 2º do artigo 18 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, e memorando da Secretaria da Educação, resolve:

Art. 1º Colocar à disposição da Escola Municipal Viver e Conhecer, com carga horária de vinte (20) horas semanais, a servidora Odaia Bernardi, matrícula nº 410175/02, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o Anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para trabalhar com as aulas de leitura.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 05 de agosto de 2019.  
NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO  
Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL  
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

**PORTARIA 1069/2019**

Publicação N° 2130838

PORTARIA N° 1069, DE 09 DE AGOSTO DE 2019

Cessa efeito de portaria

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar efeito das portarias nº 0155/2017 e 0640/2017, que designaram a servidora Rosangela Vitória Rossete Scheuerman, matrícula nº 324990/01, para responder pela Direção da Escola Municipal Carlos Jaime da Rocha.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de agosto de 2019.

NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO

Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL

Secretária da Educação, Cultura e Esportes

**CÂMARA MUNICIPAL****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 7/2019 - RETIFICAÇÃO DE EDITAL**

Publicação Nº 2130956

**AVISO DE LICITAÇÃO****RETIFICAÇÃO DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2019**

A Câmara Municipal de Vereadores de Capinzal, SC, pessoa jurídica de direito público interno, situada à Rua Alexandre Thomazoni, 120, inscrita no CNPJ sob o nº 78.476.447/0001-29, representada neste ato pelo PRESIDENTE, VEREADOR RENATO MARCELO MARKUS, no uso de suas atribuições, torna pública a todos os interessados a Retificação do Edital Pregão Presencial nº 002/2019, Processo Licitatório nº 007/2019, cujo o edital foi publicado no sítio da Câmara Municipal na data de 9/8/2019, no DOM e o Mural Público na data de 12/8/2019. Onde se lê:

7.2

l) Comprovação de que a empresa possui, no mínimo, um profissional com formação Técnica em Eletrotécnica, em Engenharia Elétrica ou Eletrônica, legalmente habilitado e devidamente registrado junto ao CREA, para acompanhamento, supervisão e orientação das atividades técnicas de vigilância eletrônica (alarme).

Ler-se-á:

7.2

l) Comprovação de que a empresa possui, no mínimo, um profissional com formação Técnica em Eletrotécnica, em Engenharia Elétrica ou Eletrônica, legalmente habilitado e devidamente registrado junto ao CREA/CFT - Técnico Industriais ou órgão equivalente, para acompanhamento, supervisão e orientação das atividades técnicas de vigilância eletrônica (alarme).

Fica também alterada a data de realização do certame para o dia 5 de setembro de 2019 às 10h05min. Mantidos inalterados os demais itens publicados.

Aos interessados, informação bem como Edital completo estará à disposição na Câmara Municipal de Vereadores de Capinzal, em horário das 8h às 12h e das 13h às 17h, telefone: (49) 3555-2399, no sítio: [www.camaracapinzal.sc.gov.br](http://www.camaracapinzal.sc.gov.br) e e-mail: [diogo@camaracapinzal.sc.gov.br](mailto:diogo@camaracapinzal.sc.gov.br).

Capinzal-SC, 21 de agosto de 2019.

Vereador Renato Marcelo Markus

Presidente

**RESUMO DA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 20 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2131247

**RESUMO DA****SESSÃO PLENÁRIA****20 DE AGOSTO DE 2019**

- Aprovada a Ata nº 3.014, de 2019, referente à Sessão Plenária do dia 13/8/2019.
  - Leitura dos ofícios recebidos e expedidos.
  - Deu entrada na Casa e lido na Sessão:
  - Substitutivo ao Projeto de Lei nº 12, de 2019, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2020. à O Substitutivo foi encaminhado às Comissões competentes para análise e Pareceres.
  - Expediente dos Vereadores: Indicações: os Vereadores Bruno Michel Fávero e Gilmar Junior da Silveira solicitaram para que a CMEI crescendo Junto do Loteamento Vila sete de Julho, na modalidade 24h, que o atendimento noturno, seja transferido da pasta da Educação para a Assistencial, e que também seja colocado em prática a Lei 3.294 da obrigatoriedade de profissionais com atendimento a primeiros socorros nos estabelecimento de ensino de Capinzal. O Vereador Rafael Edgar Tonial solicitou pavimentação com calçamento ou até mesmo asfáltica e também uma tubulação com capacidade para o escoamento da água das chuvas, na Rua Frei Constantino Gosso do Loteamento Jardim da Serra Capinzal e para que a Creche da Vila Sete de Julho, CMEI crescendo Junto, seja transferida da Educação para responsabilidade da Assistência Social, em especial os horários que requer atendimento noturno. O Vereador Valmor de Vargas solicitou redutor de velocidade na Rua João Bugança próximo a propriedade do morador Schumann no Loteamento Colina Capinzal e redutor de velocidade na Avenida José Leonardo Santos, próximo à revenda de carros "Lambari" no Loteamento Vila Sete de Julho Capinzal. Pedido de Informação: os Vereadores Gilmar Junior da Silveira e Renato Marcelo Markus solicitaram informações em relação aos imigrantes. Moção de Repúdio: o Poder Legislativo repudiou a Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina, pelo aumento do ICMS. A Moção foi aprovada por unanimidade.
  - Palavra Livre.
  - Convocação dos Vereadores para Sessão Plenária, no dia 27 de agosto de 2019, às 18h30min.
  - O Vídeo da Sessão está disponível no site [www.camaracapinzal.sc.gov.br](http://www.camaracapinzal.sc.gov.br), no Link "Sessões Gravadas", pela página do Facebook <https://www.facebook.com/cmvcoficial/?fref=ts> e pelo Youtube: <https://www.youtube.com/channel/UCPckMKQPWEUVbP9QMOJ-dfw>.
- Câmara de Vereadores, 21 de agosto de 2019.
- Vereador Renato Marcelo Markus
- Presidente



**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL****AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/25/2019**

Publicação Nº 2131246

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/25/2019  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº CAO/0310/2019

OBJETO DA LICITAÇÃO: Contratação de empresa especializada para execução de manutenção reparadora (solda, chapeação, funilaria e pintura automotiva), compreendendo a prestação dos serviços, bem como, o fornecimento e substituição das peças e acessórios com desgaste ou defeituosos, por outros novos, genuínos ou originais.

Dados do veículo a ser reformado: Uma camionete Ford tipo F-350, cabine dupla, ano 2002, código de patrimônio nº 337.

TIPO: Menor Preço Global

REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por Preço Global

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Até às 14:00 horas, do dia 03 de setembro de 2019.

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail francieli@simaecao.sc.gov.br ou pelo site do SIMAE [www.simaecao.sc.gov.br](http://www.simaecao.sc.gov.br).

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas.

Capinzal/SC, 22 de agosto de 2019.

Francieli A. da Rosa  
Pregoeira



# Catanduvas

## PREFEITURA

### ADENDO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0118/2019 - PREGÃO Nº 0075/2019

Publicação Nº 2130981

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0118/2019  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0075/2019

Objeto: Contratação empresa para aquisição de 01 (uma) plantadeira de arrasto, visando a necessidade da Diretoria de Agricultura, conforme necessidade da Secretaria de Infraestrutura do município de Catanduvas - SC

#### ADENDO Nº 001 ÀO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0075/2019

O Município de Catanduvas, pessoa jurídica de direito público interno, situado à Rua Felipe Schmidt, 1435, Centro, neste município de Catanduvas, SC, representado pela Sra. Márcia Pasqualli, Secretária Municipal de Infraestrutura, TORNA PÚBLICO a ocorrência de ALTERAÇÃO do descritivo do item 01 do EDITAL da licitação modalidade Pregão Presencial 0075/2019, na seguinte conformidade:

1. Novo descritivo está publicado no site do município Pregão 0075/2019
2. Face ao acima exposto, e em observância ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei nº 8.666/93, fica INALTERADO, o prazo de recebimento (protocolização) dos Envelopes nº 01 – Proposta Comercial e dos Envelopes nº 02 - Documentação dos interessados, cuja sessão pública de abertura e julgamento terá início a partir das 14h00min do dia 28 de agosto de 2019.

Catanduvas, 20 de agosto de 2019.

MARCIA PASQUALLI  
Secretária Municipal de Infraestrutura

### PROCESSO LICITATÓRIO 0120/2019 - CREDENCIAMENTO 0006/2019

Publicação Nº 2131480

#### AVISO DE LICITAÇÃO

CREDENCIAMENTO UNIVERSAL Nº 006/2019  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Objeto: CREDENCIAMENTO de hospitais ou clínicas para a realização de cirurgias eletivas e procedimentos especializados, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Catanduvas, SC.

Abertura das Propostas: a partir da 08h00min, do dia 22 de agosto de 2019.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 21 de agosto de 2019, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Maiores Informações: das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira pelo telefone (049) 3525-6529.

Catanduvas – SC, 21 de agosto de 2019.

Ely Terezinha Magnabosco Moterle  
Secretária Municipal de Saúde

**PROCESSO LICITATÓRIO 0121/2019 - CREDENCIAMENTO 0007/2019**

Publicação Nº 2131484

**AVISO DE LICITAÇÃO**

CREDENCIAMENTO UNIVERSAL Nº 007/2019  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Objeto: CREDENCIAMENTO de EMPRESAS/CLÍNICAS PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS EM CARÁTER DE URGÊNCIA, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Catanduvas, SC.

Abertura das Propostas: a partir da 08h00min, do dia 22 de agosto de 2019.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 21 de agosto de 2019, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Maiores Informações: das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira pelo telefone (049) 3525-6529.

Catanduvas – SC, 21 de agosto de 2019.

Ely Terezinha Magnabosco Moterle  
Secretária Municipal de Saúde

# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

**Decreto nº 086/2019**

Publicação Nº 2131539

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Número da Lei: 1430  
Ano da Lei: 2018  
Data da Lei: 07/12/2018

**DECRETO Nº 86, de 21 de agosto de 2019**

**Abre crédito adicional suplementar no orçamento programa de 2019, proveniente do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2018 do município de Caxambu do Sul e dá outras providências.**

Abre crédito adicional suplementar no orçamento programa de 2019, proveniente do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2018 do município de Caxambu do Sul e dá outras providências.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 92.000,00 (noventa e dois mil reais):

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Gabinete do Prefeito	02.004.0004.0122.0002.2002.333900000000000000.03000109	92.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos:

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		- 03000109	92.000,00

Art. 3º - Este DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Caxambu do Sul - Santa Catarina, 21 de agosto de 2019

GLAUBER BURTET  
PREFEITO

**TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 017-2019 PCS - 001 ALTERMED MATERIAIS E MEDICAMENTOS HO**

Publicação Nº 2131378

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2019 PCS

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 017/2019 PCS

O MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.021.816/0001-29, com sede administrativa na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 615, Centro, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Glauber Burtet, e a empresa ALTERMED MATERIAIS E MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.802.002/0001-02 nesta Ata representada pelo seu Administrador, Sr. Anacleto Ferrari, portador do CPF nº 523.140.819-00, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 017/2019 PCS, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

**Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades**

1.1. A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para o Registro de preços para aquisição de material de higiene e limpeza, de acordo com as especificações constantes no Anexo "A" do Processo licitatório nº 049/2019 PCS, modalidade de Pregão Presencial SRP nº 017/2019 PCS.

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO EM R\$
8	ALGODÃO EM BOLAS PACOTES DE 100 G	UNID	50,00	2,96
10	ALGODÃO PACOTES DE 500G	UNID	50,00	10,90
36	DETERGENTE ENZIMÁTICO. DETERGENTE LÍQUIDO ENZIMÁTICO CONTENDO 3 A 4 ENZIMAS, ÁLCOOL ISOPROPÍLICO, DETERGENTE NÃO IÔNICO, NÃO IRRITANTE DE PELE E MUCOSAS, PH NEUTRO, NÃO CORROSIVO, ESPECÍFICO PARA A LIMPEZA MANUAL E AUTOMÁTICA DE INSTRUMENTAIS, E OUTROS ARTIGOS. GALÃO DE 5 LITROS ACOMPANHANDO BOMBA DOSADORA DE 4ML PARA DILUIÇÃO, ADAPTÁVEL À EMBALAGEM.	UNID	20,00	81,79

**Cláusula Segunda – Da validade da Ata**

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da assinatura da ata de registro de preços.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Caxambu do Sul não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei 8.666/93.

**Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro**

3.1. A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

3.2. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 017/2019 PCS e a proposta da Detentora da Ata.

3.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapeco - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.4. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Caxambu do Sul - SC, em 21 de agosto de 2019.

ALTERMED MATERIAIS E MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA Anacleto Ferrari	GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal.
---	--

**TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 017-2019 PCS - 002 PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI**

Publicação Nº 2131381

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2019 PCS

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 017/2019 PCS

O MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.021.816/0001-29, com sede administrativa na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 615, Centro, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Glauber Burtet, e a empresa PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI, inscrita no CNPJ nº 24.170.620/0001-37 nesta Ata representada pelo seu Administrador, Sr. Andre Luiz dos Santos, portador do CPF nº 005.501.609-06, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 017/2019 PCS, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1.1. A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para o Registro de preços para aquisição de material de higiene e limpeza, de acordo com as especificações constantes no Anexo "A" do Processo licitatório nº 049/2019 PCS, modalidade de Pregão Presencial SRP nº 017/2019 PCS.

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO EM R\$
3	ÁGUA SANITÁRIA APROPRIADA PARA HIGIENIZAÇÃO DE ALIMENTOS, COM ESPECIFICAÇÃO NO RÓTULO, FRASCO PLÁSTICO DE 1L	UNID	200,00	1,60
4	ALCOOL ETILICO HIDRATADO LIQUIDO 70% EMBALAGEM 1 LITRO.	UNID	150,00	3,50
5	ÁLCOOL EM GEL, 46º INPM, REMOVEDOR DE BACTÉRIAS, FRASCO COM 500 ML. O PRODUTO DEVERÁ INDICAR NO RÓTULO O NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, BEM COMO IDENTIFICAÇÃO DO QUÍMICO RESPONSÁVEL.	UNID	150,00	3,57
16	BALDE PLASTICO 20 LITROS.	UNID	30,00	7,60
17	BALDE PLÁSTICO COM CAPACIDADE APROXIMADA DE 12 LITROS, SEM TAMPA, COM ALÇA, PARA CONCRETO, DE ALTA RESISTÊNCIA E QUALIDADE, COR PRETO.	UNID	30,00	5,35
18	BALDE PLÁSTICO, RESISTENTE, 08 LITROS, COM ALÇA DE METÁLICA.	UNID	30,00	3,84
32	DESINFETANTE LÍQUIDO, PARA USO GERAL, COM AÇÃO BACTERICIDA/GERMICIDA, DESODORIZANTE, COM PRESENÇA MÍNIMA DE 0,5% DE COMPONENTES ATIVOS E REGISTRO NA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA. MATERIAL ACONDICIONADO EM EMBALAGENS PLÁSTICAS CONTENDO 500 ML	UNID	100,00	1,89
34	DESODORIZADOR SANITÁRIO, COM BASTÃO DE 25 GRAMAS E SUPORTE NO FORMATO DE CESTINHA PARA ACOMODAÇÃO DO MESMO.	UNID	100,00	0,58
43	ESCOVA SANITÁRIA COM SUPORTE. ESCOVA PARA LIMPEZA DE VASO SANITÁRIO COM SUPORTE, CABO DE POLIPROPILENO E CERDAS DE SINTÉTICO. DIMENSÕES DE 34,5X 12CM.	UNID	100,00	3,94
52	HIPOCLORITO DE SÓDIO CLORO ATIVO 5%, EMBALAGEM COM 5 LITROS.	UNID	50,00	8,00
57	LIMPA VIDRO COM ALCOOL, BAMBONA DE 05L	UNID	50,00	10,00
58	LIMPA VIDROS COM PULVERIZADOR, 500ML.	UNID	150,00	5,00
69	LUVA DESCARTÁVEL, EM LÁTEX, TAMANHO P. COM 100 UNIDADES.	CX	100,00	20,65
84	PAPEL HIGIÊNICO ROLÃO. PAPEL HIGIÊNICO EM ROLO, BRANCO, NÃO RECICLADO, 100% DE FIBRAS NATURAIS, NEUTRO, GROFADO, MACIO, COM ALTO PODER DE ABSORÇÃO, COM DISTRIBUIÇÃO HOMOGÊNEA DAS FIBRAS AO LONGO DO PAPEL, DIMENSÃO: 10 CM C 300 MT. CAIXA COM 8 ROLOS DE 300 METROS.	CX	100,00	35,75
85	PAPEL TOALHA EM BOBINA. PAPEL-TOALHA EM BOBINA. DIMENSÃO: 20 CM X 200 MT. GRAMATURA MÍNIMA: 32 G/M². CELULOSE: 100% DE FIBRAS NATURAIS, COM ALTO PODER DE ABSORÇÃO. CAIXA COM 6 BOBINAS DE 200 METROS.	CX	200,00	74,40

87	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO. PAPEL TOALHA INTERFOLHADO, FOLHAS 100% CELULOSE VIRGEM, ACONDICIONADOS EM CAIXAS DE PAPELÃO COM 5000 FOLHAS E EMBALADAS EM PACOTES PLÁSTICOS DE 200 UNIDADES. GRAMATURA 32 G/M2.	CX	100,00	50,00
----	---	----	--------	-------

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da assinatura da ata de registro de preços.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Caxambu do Sul não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1. A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

3.2. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 017/2019 PCS e a proposta da Detentora da Ata.

3.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapeco - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.4. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Caxambu do Sul - SC, em 21 de agosto de 2019.

PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI Andre Luiz dos Santos	GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal.
--	--

**TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 017-2019 PCS - 003 HB SUL COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA**

Publicação Nº 2131383



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL****TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2019****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2019 PCS****PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 017/2019 PCS**

O **MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.021.816/0001-29, com sede administrativa na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 615, Centro, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Glauber Burtet**, e a empresa **HB SUL COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 22.094.574/0001-09 nesta Ata representada pelo seu Administrador, Sr. **Amarildo Paim Henrique**, portador do CPF nº 072.695.639-26, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 017/2019 PCS, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

**Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades**

1.1. A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para o Registro de preços para aquisição de material de higiene e limpeza, de acordo com as especificações constantes no Anexo “A” do Processo licitatório nº 049/2019 PCS, modalidade de Pregão Presencial SRP nº 017/2019 PCS.

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO EM R\$
7	ÁLCOOL SPRAY PARA AS MÃOS. HIGIENIZADOR DE MÃOS EM SPRAY, REFIL DE 600 ML COM HIDRATANTE. ELIMINA 99,9% DAS BACTÉRIAS, LÍQUIDO ANTISSÉPTICO PARA MÃOS E BRAÇOS. CAIXA COM 6 REFIS DE 600ML. CADA REFIL DEVERA CONTER SUA PRÓPRIA VÁLVULA DE ACIONAMENTO E PROPORCIONAR NO MÍNIMO 4.000 ACIONAMENTOS. BOLETIM TÉCNICO E FISPQ DO PRODUTO. CAIXA COM 6 REFIS.	CX	100,00	68,00

Av. Pres. Getúlio Vargas, nº 615 – Fone (0XX49) 3326-0127 – CNPJ 83.021.816/0001-29 – CEP 89880-000 – Caxambu do Sul/SC.



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL**

12	ALVEJANTE DE TECIDOS. PARA REMOÇÃO DE MANCHAS DE SANGUE, MEDICAMENTOS, ETC., ALVEJAMENTO E DESCONTAMINAÇÃO DAS ROUPAS DE ALGODÃO E POLIÉSTER/ALGODÃO. DEVE SER EM PÓ HOMOGÊNEO DE COR BRANCA E COM PH ENTRE 7,5 E 8,5. COMPONENTES: AGENTE OXIDANTE, SEQUESTRANTE E COADJUVANTE. PRINCÍPIO ATIVO: PERBORATO DE SÓDIO. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA DE 5 KG.	UNID	20,00	98,40
19	BALDE, EM POLIPROPILENO DE ALTA DENSIDADE, COM ALÇA DE METAL REFORÇADA, CAPACIDADE DE 20 L	UNID	30,00	7,80
20	BOBINA DE SACOS PLÁSTICOS PICOTADO TAMANHO DE 16 CM X 30 CM DE 500 UNIDADES	UNID	30,00	8,40
21	BOBINA PAPEL FILME PARA EMBALAR MALA 50 CM X 25 METROS	UNID	30,00	3,10
22	BOBINA SACO PLÁSTICO PICOTADO 35X50 C/400 UNIDADES.	UNID	30,00	24,50
28	DESENTUPIDOR DE PIA, C/ CABO DE PLÁSTICO COM 20 CM.	UNID	10,00	4,20
29	DESENTUPIDOR DE VASO SANITÁRIO, C/ CABO DE MADEIRA COM 50 CM	UNID	10,00	5,80
31	DESINFETANTE DE SUPERFÍCIES E EQUIPAMENTOS A BASE DE GLUCOPROTAMINA: DESINFETANTE DE NÍVEL INTERMEDIÁRIO, SUPERFÍCIES FIXAS E EQUIPAMENTOS À BASE DA SUBSTÂNCIA ATIVA GLUCOPROTAMINA EM CONCENTRAÇÃO MÍNIMA DE 12% EM SUA FORMULAÇÃO, PARA USO DILUÍDO A 0,5%, PARA LIMPEZA E DESINFECÇÃO SIMULTÂNEA DE SUPERFÍCIES FIXAS E EQUIPAMENTOS E ARTIGOS MÉDICOS. BOMBONA DE 6 LITROS.	UNID	10,00	980,00

Av. Pres. Getúlio Vargas, nº 615 – Fone (0XX49) 3326-0127 – CNPJ 83.021.816/0001-29 – CEP 89880-000 – Caxambu do Sul/SC.





Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL**

33	DESINFETANTE PARA BANHEIROS. DESINFETANTE MULTIUSO ULTRA CONCENTRADO BACTERICIDA LIMPA E DESINFETA AO MESMO TEMPO, COM FRAGRÂNCIA DE GRANDE FIXAÇÃO E COMPROVADO EFEITO BACTERICIDA. DILUIÇÃO: 1 LITRO DE PRODUTO PARA 5 LITROS DE ÁGUA. AGENTE BACTERICIDA: QUATERNÁRIO DE AMÔNIA DE QUARTA GERAÇÃO. GALÃO DE 5 LITROS. GALÃO 5 LITROS.	UNID	100,00	7,00
38	DISPENSADOR DE COPOS. SUPORTE DE COPOS NO SISTEMA UNICOPO, ONDE AO SER PRESSIONADO LIBERA UM COPO POR VEZ. DEVE SER PRODUZIDO EM PLÁSTICO RESISTENTE E ACONDICIONAR COPOS DE 180ML.	UNID	20,00	31,80
42	ESCOVA DE PLÁSTICO PARA LAVAR ROUPA, COM FORMATO OVAL DE APROXIMADAMENTE 12 CM DE COMPRIMENTO, CERDAS EM NYLON.	UNID	100,00	2,20
46	ESPONJA DE LÃ DE AÇO CONTEM 8 UNIDADES DE 60 GRAMAS. MARCAS: BOM BRIL OU ASSOLAN.	PCT	200,00	1,60
49	FLANELA, MATERIAL FLANELA, COMPRIMENTO 40, LARGURA 30, COR AMARELA.	PCT	100,00	1,60
50	FRASCO PULVERIZADOR INCIDIN. FRASCO PULVERIZADOR DE COR VERDE OPACA, COM CAPACIDADE PARA 500ML E GATILHO NA COR BRANCA. DEVERÁ CONTER ETIQUETA QUE NÃO SAI COM ÁGUA OU PRODUTOS DE LIMPEZA, PARA IDENTIFICAÇÃO E VALIDADE DO PRODUTO.	UNID	10,00	3,25
51	GUARDANAPO DESCARTÁVEL, TAMANHO 24X22 CM, EXTRA BRANCO, SEM ESTAMPA E 100% DE FIBRAS NATURAIS, PACOTE COM 50 UNIDADES.	PCT	300,00	0,70
62	LIXEIRA PLÁSTICA PARA ROUPAS 34L	UNID	20,00	14,50
65	LUVA DE BORRACHA AMARELA	PAR	100,00	2,40

Av. Pres. Getúlio Vargas, nº 615 – Fone (0XX49) 3326-0127 – CNPJ 83.021.816/0001-29 – CEP 89880-000 – Caxambu do Sul/SC.



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL**

	TAM: P			
67	LUVA DESCARTÁVEL, EM LÁTEX, TAMANHO G. COM 100 UNIDADES.	CX	80,00	20,60
70	LUVA EM LATEX NATURAL SEM FORRO, CANO LONGO. PRENDE-SE AO ANTEBRAÇO, ANTIDERRAPANTE. PROTEGE O ANTEBRAÇO, É EXCELENTE PARA ATIVIDADES MOLHADAS E DE IMERSÃO.	PAR	100,00	7,45
71	LUVA LÁTEX ELABORADA COM BORRACHA 100% NATURAL, DE ALTA QUALIDADE, FLEXÍVEL E RESISTENTE, FORRO 100% ALGODÃO, QUE PROPORCIONAM CONFORTO E ÓTIMA MALEABILIDADE, ANTIDERRAPANTE, TEM UM ÓTIMO CALÇAMENTO E DISPENSA O USO DE TALCO. BORDA AJUSTADA. QUE POSSUI CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – C.A. DO MTE. NO TAMANHO MÉDIO.	PAR	100,00	7,45
72	LUVA LÁTEX ELABORADA COM BORRACHA 100% NATURAL, DE ALTA QUALIDADE, FLEXÍVEL E RESISTENTE, FORRO 100% ALGODÃO, QUE PROPORCIONAM CONFORTO E ÓTIMA MALEABILIDADE, ANTIDERRAPANTE, TEM UM ÓTIMO CALÇAMENTO E DISPENSA O USO DE TALCO. BORDA AJUSTADA. QUE POSSUI CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – C.A. DO MTE. NO TAMANHO GRANDE.	PAR	100,00	7,45
75	MEGA PANÃO. APROXIMADAMENTE 80% ALGODÃO E 20% VISCOSE CONTÉM 1 UNIDADE, 80 X 90 CM.	UNID	50,00	7,05
76	PÁ PARA LIXO, EM PLÁSTICO COM CABO DE MADEIRA, MEDIDA APROXIMADA 60 CM.	UNID	20,00	5,00
77	PÁ PARA LIXO, EM	UNID	30,00	1,70

Av. Pres. Getúlio Vargas, nº 615 – Fone (0XX49) 3326-0127 – CNPJ 83.021.816/0001-29 – CEP 89880-000 – Caxambu do Sul/SC.



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL**

	POLIPROPILENO.			
86	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO. PAPEL TOALHA INTERFOLHADO, FOLHAS 100% CELULOSE VIRGEM, ACONDICIONADOS EM CAIXAS DE PAPELÃO COM 1.000 FOLHAS E EMBALADAS EM PACOTES PLÁSTICOS DE 200 UNIDADES. GRAMATURA 32 G/M2.	CX	200,00	9,30
88	PREGADOR DE ROUPA, MATERIAL PLÁSTICO, APROXIMADAMENTE 9CM, PACOTE COM 12 UNID	PCT	20,00	1,20
100	SABÃO EM BARRA 200 GR - A BASE DE SÓDIO, COADJUVANTE, EMULIENTE, CARGA, BRANQUEADORA OPTICA, OPACIFICANTE, SEQUESTRANTE ESPESSANTE, DISPERSANTE, PRESERVANTE, CORANTE, PERFUME E ÁGUA. PACOTE COM 5 UNIDADES.	PCT	100,00	4,20
105	SACO PARA FREAZZER BOBINA COM 100 UNIDADES DE 5 LITROS.	PCT	50,00	3,60
106	SACO PARA LIXO 100 LITROS – PRETO. SACOS PARA ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE USO INSTITUCIONAL, PRODUZIDO EM POLIETILENO RECICLADO DE PRIMEIRA, COM CAPACIDADE DE 100 LITROS, MEDINDO 75X105, DE COR PRETA COM OPACIDADE NECESSÁRIA A APLICAÇÃO, FORNECIDO EM PACOTES COM 100 UNIDADES.	PCT	200,00	23,30
107	SACO PARA LIXO 15 LITROS – PRETO. SACOS PARA ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE USO INSTITUCIONAL, PRODUZIDO EM POLIETILENO RECICLADO DE PRIMEIRA, COM CAPACIDADE DE 15 LITROS MEDINDO 39X58, DE COR PRETA COM OPACIDADE NECESSÁRIA A APLICAÇÃO, FORNECIDO EM PACOTES COM 100 UNIDADES.	PCT	200,00	6,30
108	SACO PARA LIXO 30 LITROS –	PCT	200,00	8,20

Av. Pres. Getúlio Vargas, nº 615 – Fone (0XX49) 3326-0127 – CNPJ 83.021.816/0001-29 – CEP 89880-000 – Caxambu do Sul/SC.



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL**

	PRETO. SACOS PARA ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE USO INSTITUCIONAL, PRODUZIDO EM POLIETILENO RECICLADO DE PRIMEIRA, COM CAPACIDADE DE 30 LITROS MEDINDO 59X62, DE COR PRETA COM OPACIDADE NECESSÁRIA A APLICAÇÃO, FORNECIDO EM PACOTES COM 100 UNIDADES.			
110	SACO PARA LIXO INFECTANTE DE 100 LITROS. SACOS PARA ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS INFECTANTES DA ÁREA DA SAÚDE, SUPER-REFORÇADO, PRODUZIDO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) VIRGEM, COM CAPACIDADE DE 100 LITROS CONFORME NORMA ABNT NBR 9191, DE COR BRANCO LEITOSO COM OPACIDADE NECESSÁRIA A APLICAÇÃO, DEVE SER REGISTRADO NA ANVISA CONSTANDO TODAS A INFORMAÇÕES LEGAIS DE REGISTRO DO PRODUTO EM CADA SACO, FORNECIDO EM PACOTES COM 100 UNIDADES. DEVE SER PRODUZIDO, ARMAZENADO E DISTRIBUÍDO CONFORME LEGISLAÇÃO EM VIGOR – NORMA ABNT NBR 9191, NBR 7500 E ANVISA RDC 306.	PCT	20,00	44,30
111	SACO PARA LIXO INFECTANTE DE 30 LITROS. SACOS PARA ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS INFECTANTES DA ÁREA DA SAÚDE, SUPER-REFORÇADO, PRODUZIDO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) VIRGEM, COM CAPACIDADE DE 30 LITROS CONFORME NORMA ABNT NBR 9191, DE COR BRANCO LEITOSO COM OPACIDADE NECESSÁRIA A APLICAÇÃO, DEVE SER	PCT	30,00	18,90

Av. Pres. Getúlio Vargas, nº 615 – Fone (0XX49) 3326-0127 – CNPJ 83.021.816/0001-29 – CEP 89880-000 – Caxambu do Sul/SC.



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL**

	REGISTRADO NA ANVISA CONSTANDO TODAS A INFORMAÇÕES LEGAIS DE REGISTRO DO PRODUTO EM CADA SACO, FORNECIDO EM PACOTES COM 100 UNIDADES. DEVE SER PRODUZIDO, ARMAZENADO E DISTRIBUÍDO CONFORME LEGISLAÇÃO EM VIGOR – NORMA ABNT NBR 9191, NBR 7500 E ANVISA RDC 306.			
112	SACO PARA LIXO INFECTANTE DE 50 LITROS. SACOS PARA ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS INFECTANTES DA ÁREA DA SAÚDE, SUPER- REFORÇADO, PRODUZIDO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) VIRGEM, COM CAPACIDADE DE 50 LITROS CONFORME NORMA ABNT NBR 9191, DE COR BRANCO LEITOSO COM OPACIDADE NECESSÁRIA A APLICAÇÃO, DEVE SER REGISTRADO NA ANVISA CONSTANDO TODAS A INFORMAÇÕES LEGAIS DE REGISTRO DO PRODUTO EM CADA SACO, FORNECIDO EM PACOTES COM 100 UNIDADES. DEVE SER PRODUZIDO, ARMAZENADO E DISTRIBUÍDO CONFORME LEGISLAÇÃO EM VIGOR – NORMA ABNT NBR 9191, NBR 7500 E ANVISA RDC 306.	PCT	20,00	32,20
119	TOUCA DESCARTÁVEL CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	100,00	7,00

**Cláusula Segunda – Da validade da Ata**

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da assinatura da ata de registro de preços.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Caxambu do Sul não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida,

---

Av. Pres. Getúlio Vargas, nº 615 – Fone (0XX49) 3326-0127 – CNPJ 83.021.816/0001-29 – CEP 89880-000 – Caxambu do Sul/SC.



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL**

sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei 8.666/93.

### **Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro**

3.1. A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

3.2. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 017/2019 PCS e a proposta da Detentora da Ata.

3.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapeco - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.4. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Caxambu do Sul - SC, em 21 de agosto de 2019.

**HB SUL COMÉRCIO DE ALIMENTOS  
LTDA  
Amarildo Paim Henrique**

**GLAUBER BURTET,  
Prefeito Municipal.**

**TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 017-2019 PCS - 004 DANIEL VEDOVATTO ME**

Publicação N° 2131384



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL****TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 004/2019****PROCESSO LICITATÓRIO N° 049/2019 PCS****PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 017/2019 PCS**

O **MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.021.816/0001-29, com sede administrativa na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 615, Centro, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Glauber Burtet**, e a empresa **DANIEL VEDOVATTO ME**, inscrita no CNPJ nº 00.188.304/0001-24 nesta Ata representada pelo seu Procurador, Sr. **Sergio Adriano Schwartz**, portador do CPF nº 028.916.159-21, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 017/2019 PCS, e homologada pela autoridade competente, **RESOLVEM** registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

**Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades**

1.1. A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para o Registro de preços para aquisição de material de higiene e limpeza, de acordo com as especificações constantes no Anexo “A” do Processo licitatório nº 049/2019 PCS, modalidade de Pregão Presencial SRP nº 017/2019 PCS.

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO EM R\$
1	ACENDEDOR DE FOGÃO A GÁS – AUTOMÁTICO/ INFLAMÁVEL	UNID	20,00	11,49
9	ALGODÃO PACOTES DE 100G	UNID	50,00	6,45
13	AMACIANTE DE ROUPAS 5 LITROS. ASPECTO FÍSICO VISCOSO, TENSOATIVO, CATIONICO, ESPESSANTE, SEQUESTRANTE, AGENTE CONTROLADOR DE PH, CONSERVANTE, CORANTE, FRAGRANCIA E AGUA. COMPONENTE ATIVO: CLORETO DE CETIL TRIMETRIL AMÔNIO. MARCAS: YPÊ, CONFORTO, BOMBRIL, FOFO)	UNID	100,00	14,17
14	AMACIANTE DE ROUPAS, COM HIDRACERAMIDAS - FRASCO COM 2 LITROS. MARCAS: YPÊ, CONFORTO, BOMBRIL, FOFO)	UNID	100,00	5,83
23	CAIXAS DE FÓSFORO GRANDE C/ 50UN	CX	30,00	1,98

Av. Pres. Getúlio Vargas, nº 615 – Fone (0XX49) 3326-0127 – CNPJ 83.021.816/0001-29 – CEP 89880-000 – Caxambu do Sul/SC.





Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL**

24	CERA LÍQUIDA INCOLOR PARA TODOS OS TIPOS DE PISOS, EMBALAGEM PLÁSTICA COM 750 ML, COMPOSIÇÃO: CARNAÚBA, DISPERSÃO ACRÍLICA, METALIZADA, SOLVENTE, TENSOATIVOS NÃO IÔNICOS, COADJUVANTE, ALCALINIZANTE, PLASTIFICANTE, 1,2 BENZOISOTHAZALINONA-3 E ÁGUA. PRODUTO COM VALIDADE DE 02 ANOS, COM DATA DE VALIDADE E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM. MARCAS: BRAVO, INGLESA, BRILHO FÁCIL	UNID	100,00	7,03
30	DESINFETANTE 500 ML - COMPOSIÇÃO: OLEO DE PINHO, CLORETO DE BENZALCÔNIO, ALCOOL ETILICO, ACIDO CRITICO, TENSOATIVO NÃO IÔNICO, FRAGRÂNCIA FLORAL, CORANTE E ÁGUA. MARCAS: YPÊ, PINHO BRIL	UNID	500,00	2,35
35	DETERGENTE DESENGORDURANTE PARA LIMPEZA DE BANHEIROS E PISOS. DETERGENTE DESENGORDURANTE PARA LIMPEZA PESADA, PODEROSO NA REMOÇÃO DE GORDURAS DE TODOS OS TIPOS, ESPUMA DE PODER CONTROLADO, FACILITANDO A OPERAÇÃO DE LIMPEZA. COMPONENTES: TENSOATIVO ANIÔNICO, ALCALINIZANTE, TENSOATIVO, NÃO -IÔNICO, QUELANTE, SEQUESTRANTE, ESSÊNCIA, CORANTE E VEÍCULO. PRINCÍPIO ATIVO: DODECILBENZENO SULFONATO DE SÓDIO. DILUIÇÃO MÍNIMA 3%. GALÃO 5 LITROS.	UNID	50,00	12,87
44	ESPANADOR DE TETO, COM CABO DE 3 METROS.	UNID	10,00	29,30
45	ESPONJA DE AÇO INOX PARA LAVAR LOUÇA/PANELAS, PACOTE COM DUAS UNIDADES. MARCAS: BRILHINOX, SCOTH BRITE, ASSOLAN	PCT	100,00	2,97
56	LENÇOS UMEDECIDOS, EMBALAGEM ECONÔMICA DE 450 UNIDADES DE 20X12CM. MARCAS:	PCT	100,00	16,80

Av. Pres. Getúlio Vargas, nº 615 – Fone (0XX49) 3326-0127 – CNPJ 83.021.816/0001-29 – CEP 89880-000 – Caxambu do Sul/SC.





Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL**

	BABY POPPY, HUGGIES OU JOHNSONS.			
59	LIMPADOR MULTI USO PARA COZINHAS, BANHEIROS, PIAS, AZULEJOS. REMOVE GORDURA, FULIGEM, POEIRA, MARCAS DE DEDOS, RISCOS DE LÁPIS. EMBALAGEM 500 ML. MARCAS: VEJA, UAU, PRATICE (BOMBRIL) OU YPÊ.	UNID	100,00	2,58
61	LIXEIRA PLÁSTICA COM PEDAL 30 LITROS. CESTO PLÁSTICO QUADRADO COM TAMPA E PEDAL TODO EM PLÁSTICO. COM MEDIDAS 465MM (ALTURA) X 405MM (LARGURA) X 340MM (PROFUNDIDADE). CESTO E TAMPA INJETADOS EM PLÁSTICO POLIPROPILENO. MECANISMO DO PEDAL PARA ABERTURA DO CESTO CONFECCIONADO EM PLÁSTICO RESISTENTE NA COR CINZA. DEVE ACOMPANHAR ARO INTERNO PARA ACOMODAÇÃO DO SACO DE LIXO. COR: BRANCA, CAPACIDADE: 30 LITROS.	UNID	60,00	46,39
64	LUVA CANO LONGO. LUVA EM MATERIAL 100% LÁTEX LONGA E SEM FORRO. PUNHO COM VIROLA QUE SE PRENDE AO ANTEBRAÇO. ANTIDERRAPANTE EXTRA. TAMANHO M.	PAR	100,00	4,99
66	LUVA DE BORRACHA, MATERIAL LÁTEX ACETINADO, TAMANHO M, COR VERDE, AVELUDADA INTERNAMENTE E ANTIDERRAPANTE, USO DOMÉSTICO.	PAR	100,00	6,99
74	MÁSCARA DE PROTEÇÃO DOBRÁVEL, PARA POEIRA, SEM VÁLVULA. DESCARTÁVEL, PCT C/10 UNIDADES.	PCT	40,00	10,49
78	PANO DE CHÃO, ALVEJADO EM ALGODÃO, COM COSTURAS LATERAIS, ALTA ABSORÇÃO DE UMIDADE, TAMANHO EQUIVALENTE A UM SACO DE AÇÚCAR DE 50 KG VAZIO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 80X50 CM, GRAMATURA DE 22 DE BATIDA,	UNID	150,00	3,40

Av. Pres. Getúlio Vargas, nº 615 – Fone (0XX49) 3326-0127 – CNPJ 83.021.816/0001-29 – CEP 89880-000 – Caxambu do Sul/SC.



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL**

	PESO APROXIMADAMENTE DE 200GR.			
80	PANO MULTIUSO (COM 5 UNIDADES CADA)	PCT	100,00	5,75
82	PAPEL ALUMÍNIO ROLO 30 CM X 100M	ROLO	50,00	38,90
83	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO PICOTADO E TEXTURIZADO FOLHA SIMPLES PICOTADA, DE ALTA QUALIDADE COM 4 ROLOS DE 60M X 10CM CADA, NEUTRO, COMPOSIÇÃO 100% FIBRAS NATURAIS. MARCAS: PERSONAL, NEVE OU DUETTO.	PCT	500,00	2,99
92	REPELENTE INFANTIL, EMBALAGEM COM 100ML.	UNID	100,00	12,90
94	RODO DE 62 CM GALVANIZADO, COM CABO E BASE DE ALUMÍNIO, BORRACHA COM ÓTIMA ADERÊNCIA E EFICÁCIA NA SECAGEM. MARCAS: BETTANIN OU CONDOR.	UNID	20,00	44,49
95	RODO DE 100 CM GALVANIZADO, COM CABO E BASE DE ALUMÍNIO, BORRACHA COM ÓTIMA ADERÊNCIA E EFICÁCIA NA SECAGEM. MARCAS: BETTANIN OU CONDOR.	UNID	20,00	57,75
96	RODO DE ESPUMA DUPLA FACE (ESPUMA E ESPONJA), COM CABO APROPRIADO PARA LIMPEZA DE PISOS. MARCAS: SÊNDOR, BETTANIN OU CONDOR.	UNID	50,00	10,33
97	RODO DE ESPUMA PARA PASSAR CERA DE 30CM, COM CABO APROPRIADO PARA LIMPEZA DE PISOS. MARCAS: SÊNDOR, BETTANIN OU CONDOR.	UNID	50,00	10,48
98	RODO DE PLÁSTICO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 40 CM, BORRACHA DUPLA, CABO DE MADEIRA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,18M. MARCAS: BETTANIN OU CONDOR.	UNID	20,00	6,90
99	RODO PEQUENO 30 CM, MULTIUSO IDEAL PARA COZINHA E BANHEIRO, EFICIENTE EM SUPERFÍCIES LISAS E SEMI-RUGOSAS. MARCAS:	UNID	20,00	6,85

Av. Pres. Getúlio Vargas, nº 615 – Fone (0XX49) 3326-0127 – CNPJ 83.021.816/0001-29 – CEP 89880-000 – Caxambu do Sul/SC.



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL**

	BETTANIN OU CONDOR.			
101	SABÃO EM PÓ. SABÃO EM PÓ PARA LAVAGEM DE ROUPAS. COMPOSIÇÃO: TENSOATIVO ANIÔNICO, DISPERSANTE, SEQUESTRANTE, COADJUVANTE, ALCALINIZANTES, BRANQUEANTE ÓTICO, AGENTE ANTIRREDEPOSITANTE, CORANTE, FRAGRÂNCIAS E ENZIMAS. PRINCÍPIO ATIVO: DODECILBENZENO SULFONATO DE SÓDIO. EMBALAGEM EM SACO PLÁSTICO DE NO MÍNIMO 1 KG. MARCAS: OMO, TIXAN YPÊ OU BRILHANTE.	PCT	1000,00	7,39
102	SABONETE 90 GR. MARCAS: PALMOLIVE, LUX OU PROTEX.	UNID	100,00	1,28
113	SACOLA PLÁSTICA 48X58 CM, CAIXA COM 1000 UNIDADES.	CX	10,00	62,90
114	SAPONÁCEO CREMOSO. LINEAR ALQUIBENZENO, SUFONATO DE SÓDIO, COADJUVANTES, ESPESSANTES, ALCALINIZANTES, ABRASIVO, CONSERVANTES, FRAGRÂNCIA E VEÍCULO. EMBALAGEM DE 300 ML. MARCAS: BOMBRIL, ASSOLAN OU CIF.	UNID	200,00	4,92
116	SHAMPOO INFANTIL, NÃO IRRITANTE AOS OLHOS, HIPOALERGÊNICO, EMBALAGEM COM 200ML. MARCAS: JOHNSONS, PALMOLIVE OU HUGGIES.	UNID	30,00	13,85
118	TAPETE ANTIDERRAPANTE PARA BANHEIRO INFANTIL	UNID	50,00	10,50
120	VASSOURA DE NYLON, COM CABO, ESPESSA E DE BOA QUALIDADE. MARCAS: BETTANIN OU CONDOR.	UNID	100,00	8,90
121	VASSOURA DE PALHA, COM CABO EM MADEIRA DE BOA QUALIDADE, CERDAS RESISTENTES, COMPACTADAS, DE TAMANHO GRANDE.	UNID	200,00	12,45
122	VASSOURA GRANDE DE PALHA COM CABO EXTENSOR, PARA LIMPEZA EM ÁREAS ALTAS.	UNID	10,00	40,90
123	VASSOURÃO DE PELO SINTÉTICO 40CM, COM CABO. MARCAS:	UNID	100,00	38,60

Av. Pres. Getúlio Vargas, nº 615 – Fone (0XX49) 3326-0127 – CNPJ 83.021.816/0001-29 – CEP 89880-000 – Caxambu do Sul/SC.



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL**

BETTANIN OU CONDOR.

**Cláusula Segunda – Da validade da Ata**

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da assinatura da ata de registro de preços.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Caxambu do Sul não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei 8.666/93.

**Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro**

3.1. A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

3.2. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 017/2019 PCS e a proposta da Detentora da Ata.

3.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapeco - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.4. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Caxambu do Sul - SC, em 21 de agosto de 2019.

**DANIEL VEDOVATTO ME**  
Sergio Adriano Schwartz

**GLAUBER BURTET,**  
Prefeito Municipal.

**TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 017-2019 PCS - 005 SCS COMÉRCIO LTDA**

Publicação Nº 2131385



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL****TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2019****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2019 PCS****PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 017/2019 PCS**

O **MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.021.816/0001-29, com sede administrativa na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 615, Centro, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Glauber Burtet**, e a empresa **SCS COMÉRCIO LTDA**, inscrita no CNPJ nº 13.995.853/0001-52 nesta Ata representada pela sua Administradora, Sra. **Solange Castanha Schmelfenig**, portadora do CPF nº 015.942.379-13, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 017/2019 PCS, e homologada pela autoridade competente, **RESOLVEM** registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

**Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades**

1.1. A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para o Registro de preços para aquisição de material de higiene e limpeza, de acordo com as especificações constantes no Anexo “A” do Processo licitatório nº 049/2019 PCS, modalidade de Pregão Presencial SRP nº 017/2019 PCS.

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO EM R\$
11	ALVEJANTE CONCENTRADO, COM CLORO ATIVO, BAMBONA DE 5L	UNID	100,00	98,00
25	CESTO DE LIXO, FABRICADO EM MATERIAL PLÁSTICO, COM TAMPA PLÁSTICA, CAPACIDADE DE 65 LITROS.	UNID	50,00	24,00
39	DISPENSER PARA PAPEL HIGIÊNICO ROLÃO.	UNID	20,00	23,00
40	DISPENSER PARA PAPEL TOALHA BRANCO PARA 1000 FOLHAS	UNID	20,00	23,00
41	ESCADA DOMÉSTICA, DE ALUMÍNIO, 6 OU 7 DEGRAUS, COM PÉS ANTI DERRAPANTES, PATAMAR DE ALUMINIO LARGO, FITA DE SEGURANÇA. SUPER RESISTENTE. TRAVA DE SEGURANÇA, TAPETE ANTI	UNID	10,00	170,00

Av. Pres. Getúlio Vargas, nº 615 – Fone (0XX49) 3326-0127 – CNPJ 83.021.816/0001-29 – CEP 89880-000 – Caxambu do Sul/SC.



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL**

	DERRAPANTE EM CADA DEGRAU, CAPACIDADE PARA NO MÍNIMO 150 KG.			
47	ESPONJA DUPLA FACE (ESPUMA DE POLIURETANO COM BACTERICIDA / FIBRA SINTÉTICA COM ABRASIVO), UTILIZADA PARA LAVAR LOUÇAS, 110 MM X 70 MM X 20 MM. MARCAS: SCOTH BRITE, BOM BRIL OU ASSOLAN.	UNID	2000,00	1,00
48	FLANELA BRANCA, 280 MM X 480 MM, PACOTE COM 6 UNIDADES	PCT	100,00	8,50
53	INSETICIDA LÍQUIDO, SPRAY, REMOVEDOR DE MOSQUITOS, MOSCAS, BARATAS E FORMIGAS, LATA COM 500 ML. O PRODUTO DEVERÁ INDICAR NO RÓTULO O NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, BEM COMO IDENTIFICAÇÃO DO QUÍMICO RESPONSÁVEL.	UNID	50,00	9,60
54	LENÇOL HOSPITALAR. LENÇOL HOSPITALAR, PRODUZIDO EM FIBRAS CELULÓSICAS 100% VIRGEM, NA MEDIDA 50CM X 50M, GRAMATURA MÍNIMA: 35R/M², EMBALADO EM CAIXAS DE PAPELÃO COM 6 (SEIS) ROLOS EMPACOTADOS INDIVIDUALMENTE.	CX	20,00	52,70
55	LENÇOL HOSPITALAR. LENÇOL HOSPITALAR, PRODUZIDO EM FIBRAS CELULÓSICAS 100% VIRGEM, NA MEDIDA 70CM X 50M, GRAMATURA MÍNIMA: 35R/M², EMBALADO EM CAIXAS DE PAPELÃO COM 6 (SEIS) ROLOS EMPACOTADOS INDIVIDUALMENTE.	CX	20,00	70,70
60	LIXEIRA COM PEDAL, COM TAMPA E CORPO EM AÇO INOX, COM CAPACIDADE PARA 15 LITROS.	UNID	50,00	99,30
73	MANGUEIRA LISA PARA JARDIM, COM ESGUICHO, 30 METROS. RESISTENTE E DURÁVEL, TOTALMENTE FLEXÍVEL FACILITANDO A LOCOMOÇÃO DURANTE A LAVAGEM DE	UNID	10,00	73,50

Av. Pres. Getúlio Vargas, nº 615 – Fone (0XX49) 3326-0127 – CNPJ 83.021.816/0001-29 – CEP 89880-000 – Caxambu do Sul/SC.



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL**

	QUALQUER SUPERFÍCIE. ACOMPANHA ESGUICHO COM REGULAGEM DE ABERTO E FECHADO, QUE POTENCIALIZA O JATO DE ÁGUA.			
79	PANO DE MICROFIBRA. PANO DE MICROFIBRA PARA USO GERAL. PARA LIMPEZA EFETIVA COM UMA ABSORÇÃO SUPERIOR AOS TECIDOS DE ALGODÃO. SECAGEM RÁPIDA, NÃO RETÉM ODORES, FÁCIL LAVAGEM À MÃO. REMOVE ATÉ 99,1% DE BACTÉRIAS. MEDIDAS DE 40X 40CM.	UNID	100,00	7,60
81	PANO/TOALHA DE PRATO, LISO E COSTURADO EM OVERLOCK. TECIDO GROSSO DE ALTA QUALIDADE. EXELENTE PARA RESTAURANTES, HOTÉIS, PARA LIMPAR E ENXUGAR VEÍCULOS, ENTRE OUTRAS UTILIDADES. FEITO EM SACARIA DE ALGODÃO COM A TRAMA DO TECIDO EM PÉ DE GALINHA. PACOTE COM 30 UNIDADES. TAMANHO INDIVIDUAL: 70X48CM. 100% ALGODÃO. NA COR BRANCA.	UNID	200,00	85,00
125	LIMPA PISO SUPER KLIM COR ROSA, EMBALAGEM 5 LITROS	UNID	100,00	24,50

**Cláusula Segunda – Da validade da Ata**

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da assinatura da ata de registro de preços.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Caxambu do Sul não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei 8.666/93.

**Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro**

---

Av. Pres. Getúlio Vargas, nº 615 – Fone (0XX49) 3326-0127 – CNPJ 83.021.816/0001-29 – CEP 89880-000 – Caxambu do Sul/SC.





*Estado de Santa Catarina*

***PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL***

3.1. A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

3.2. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 017/2019 PCS e a proposta da Detentora da Ata.

3.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapeco - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.4. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Caxambu do Sul - SC, em 21 de agosto de 2019.

**SCS COMÉRCIO LTDA**  
**Solange Castanha Schmelfenig**

**GLAUBER BURTET,**  
**Prefeito Municipal.**

---

Av. Pres. Getúlio Vargas, nº 615 – Fone (0XX49) 3326-0127 – CNPJ 83.021.816/0001-29 – CEP 89880-000 – Caxambu do Sul/SC.



**TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 017-2019 PCS - 006 NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA**

Publicação Nº 2131387

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2019 PCS

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 017/2019 PCS

O MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.021.816/0001-29, com sede administrativa na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 615, Centro, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Glauber Burtet, e a empresa NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.814.016/0001-87 nesta Ata representada pela sua Administradora, Sra. Gisele dos Santos, portadora do CPF nº 037.326.939-02, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 017/2019 PCS, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

**Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades**

1.1. A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para o Registro de preços para aquisição de material de higiene e limpeza, de acordo com as especificações constantes no Anexo "A" do Processo licitatório nº 049/2019 PCS, modalidade de Pregão Presencial SRP nº 017/2019 PCS.

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO EM R\$
2	ÁGUA SANITÁRIA 5 LITROS. COMPOSIÇÃO: HIPOCLORITO DE SÓDIO E AGUA; PRINCIPIO ATIVO: HIPOCLORITO DE SODIO; TEOR DE CLORO ATIVO: 2.0 % A 2,5 % P/P. MARCAS: QBOA, YPÊ, BRILHANTE, GIRANDO SOL)	UNID	200,00	8,00
6	ÁLCOOL LÍQUIDO 96º, 1000 ML CAIXA COM 12 UNIDADES. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE E PRAZO DE VALIDADE.	CX	20,00	62,80
15	AROMATIZADOR DE AMBIENTE AEROSOL, COM 360 ML. (AROMAS FLORAIS, TALCO, OUTROS). MARCAS: GLADE, BOM AR, ULTRA FRESH.	UNID	100,00	6,90
26	COPO DESCARTÁVEL DE 50 ML PACOTE C/ 100UN	PCT	200,00	1,22
27	COPO DESCARTÁVEL, 180ML, TRANSPARENTE, COM 100 UNIDADES.	PCT	300,00	2,39
37	DETERGENTE LÍQUIDO, CONCENTRADO, NEUTRO, BIODEGRADÁVEL, COM ALTO PODER DE LIMPEZA, PARA LAVAGEM DE LOUÇA E TALHERES, FRASCO COM 500 ML. MARCAS: LIMPOL, YPÊ, BRILHANTE.	UNID	600,00	1,70
63	LUSTRA MOVEIS, 200ML.	UNID	150,00	2,08
68	LUVA DESCARTÁVEL, EM LÁTEX, TAMANHO M. COM 100 UNIDADES.	CX	100,00	20,85
89	QUEROSENE 900 ML	UNID	200,00	8,49
91	REMONOX EMBALAGEM 5 LITROS.	UNID	20,00	29,38
103	SABONETE BACTERICIDA EM ESPUMA. SABONETE BACTERICIDA EM ESPUMA PARA ANTISSEPISIA DAS MÃOS DOS PROFISSIONAIS DAS ÁREAS DE SAÚDE E ALIMENTOS. ELIMINA 99,99% DOS GERMES E BACTÉRIAS. CAIXA COM 6 REFIS DE 600ML. CADA REFIL DEVERÁ CONTER SUA PRÓPRIA VÁLVULA DE ACIONAMENTO E PROPORCIONAR NO MÍNIMO 2000 APLICAÇÕES. CAIXA COM 6 REFIS.	CX	100,00	33,95
104	SACO ALVEJADO. SACO ALVEJADO DE ALGODÃO, MEDINDO 48X61 CM.	UNID	50,00	3,30
109	SACO PARA LIXO 50 LITROS – PRETO. SACOS PARA ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE USO INSTITUCIONAL, PRODUZIDO EM POLIETILENO RECICLADO DE PRIMEIRA, COM CAPACIDADE DE 50 LITROS, MEDINDO 63X80, DE COR PRETA COM OPACIDADE NECESSÁRIA A APLICAÇÃO, FORNECIDO EM PACOTES COM 100 UNIDADES.	PCT	200,00	11,43
115	SAPONÁCEO NEUTRO EM PÓ, EMBALAGEM DE 300 G	UNID	100,00	1,80
117	SODA CÁUSTICA - POTE 1 KG	PCT	100,00	14,70
124	CERA EM PASTA AMARELA PARA PISO DE MADEIRA EMBALAGEM 375 GRAMAS	UNID	100,00	9,30
126	CONCENTRADO ANTI MOFO, EMBALAGEM 1 LITRO	UNID	50,00	12,80
127	TOALHA DE BANHO FAVO, TAMANHO 60CM X 100CM; 100% ALGODÃO	UNID	30,00	16,00

**Cláusula Segunda – Da validade da Ata**

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da assinatura da ata de registro de preços.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Caxambu do Sul não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1. A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

3.2. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 017/2019 PCS e a proposta da Detentora da Ata.

3.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapeco - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.4. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Caxambu do Sul - SC, em 21 de agosto de 2019.

NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA  
Gisele dos Santos

GLAUBER BURTET,  
Prefeito Municipal.

**Celso Ramos****PREFEITURA****CONTRATO 99/2019**

Publicação Nº 2131619

Página: 1/1

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS**  
Relação dos Contratos

Seq. Contrato	Nr. Contrato/Aditivo	Assinatura	Vencimento	Proc/Apo	Outra Entidade	Valor do Contrato	Data Cancel.	Tipo	Fornecedor
1028	99/2019	21/08/2019	31/12/2019	50/2019	Não	9.800,00		Prestação de Serviços	GEORGE ALMEIDA
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO E APLICAÇÃO DE PROVAS DE CONCURSO PÚBLICO A SER REALIZADO NO MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS.									
<b>Total: 1</b>									

# Cerro Negro

## PREFEITURA

### AVISO PREGÃO 005-2019 - FMS - MATERIAIS ODONTOLÓGICOS

Publicação N° 2131223

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CERRO NEGRO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL N°. 005/2019 - FMS

Objeto: Registro de preços para possível aquisição de materiais odontológicos para depósito nas unidades sanitárias de saúde deste município para manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde (FMS) deste município.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até às 09h45 do dia 03/09/2019.

Abertura: às 10h00 do dia 03/09/2019.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.cerronegro.sc.gov.br](http://www.cerronegro.sc.gov.br), link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Setor de Compras deste Município, situado na Avenida Orides Delfes Furtado, 739, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone (49) 3258-0000.

Cerro Negro, SC, 21 de agosto de 2019.

ADEMILSON CONRADO

Prefeito Municipal

### AVISO PREGÃO 032-2019 - PMCN - AULAS DE DANÇA

Publicação N° 2131610

MUNICIPIO DE CERRO NEGRO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL N°. 032/2019 - PMCN

Objeto: Registro de Preços para possível contratação de empresa para instrução de aulas de dança para oficinas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do CRAS.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até às 14h45 do dia 03/09/2019.

Abertura: às 15h00 do dia 03/09/2019.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.cerronegro.sc.gov.br](http://www.cerronegro.sc.gov.br), link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Setor de Compras deste Município, situado na Avenida Orides Delfes Furtado, 739, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone (49) 3258-0000.

Cerro Negro, SC, 21 de agosto de 2019.

ADEMILSON CONRADO

Prefeito Municipal

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### AVISO DE SUSPENSÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 81/2019 - PREGÃO PRESENCIAL N° 54/2019

Publicação N° 2131004

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 81/2019  
PREGÃO PRESENCIAL N° 54/2019 - SRP  
SUSPENSÃO DO EDITAL

O Município de Chapadão do Lageado, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações, vem por meio deste expediente, TORNAR PÚBLICO, a todas as empresas interessadas em participar do referido certame, a SUSPENSÃO do Edital de Pregão Presencial n. 54/2019.

CONSIDERANDO a previsão no Edital:

“24.1 Fica assegurado à Entidade de Licitação o direito de:

24.1.1 Adiar a data de abertura da presente Licitação, dando conhecimento aos interessados, através de publicação no Mural Público Municipal e no Diário Oficial dos Municípios, com a antecedência de pelo menos 24 (vinte e quatro) horas, antes da data inicialmente marcada;”

CONSIDERANDO, pedidos de esclarecimentos de empresas, em relação a especificação técnica dos itens;

CONSIDERANDO, pedido de esclarecimento de empresa, em relação exequibilidade do valor previsto no Termo de Referência.

O Município de Chapadão do Lageado informa a SUSPENSÃO do presente edital por prazo indeterminado.

Informa os interessados que a nova data de abertura será informada pelos meios oficiais: Mural Público Municipal, [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e [www.chapadaodolageado.sc.gov.br](http://www.chapadaodolageado.sc.gov.br)

Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação sobre o presente edital, bem como o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: [compras@chapadaodolageado.sc.gov.br](mailto:compras@chapadaodolageado.sc.gov.br), endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes;

Chapadão do Lageado/SC, 21 de agosto de 2019.  
MARLI GORETTI KAMMERS  
Prefeita Municipal

### DECRETO N° 059, DE 21.08.2019

Publicação N° 2131069

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO N° 059, DE 21.08.2019

Homologa Resolução nº 010/2019, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Chapadão do Lageado-SC.

A PREFEITA MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 70, inciso I, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado a Resolução nº. 010/2019, de 19 de agosto de 2019, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Chapadão do Lageado, que “Acata o requerimento da Sra. Lucimara da Silva Oliveira, que solicita a renúncia da Função Pública de Conselheira Tutelar do Município de Chapadão do Lageado, a partir de 15 de agosto de 2019 e Convoca o suplente a assumir a função, em decorrência da vacância prevista no art.35, I, da Lei n.º 0568 de 01.03.2013, na mesma escala de trabalho realizada pela Conselheira Lucimara da Silva Oliveira.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 19.08.2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 21 de agosto de 2019.  
MARLI GORETTI KAMMERS  
Prefeita Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO Nº010/2019

Dispõe sobre a vaga da Função Pública de Conselheiro Tutelar do Município de Chapadão do Lageado/SC.

O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Chapadão do Lageado, instituído pela Lei nº0629 de 18.03.2015, nomeado pela Portaria nº 176/2018 de 08.05.2018, no uso de suas atribuições legais, conforme disposições da Ata nº 124, datada de 16.08.2019,

RESOLVE:

Art. 1º Acatar o requerimento da Sra. Lucimara da Silva Oliveira, que solicita a renúncia da Função Pública de Conselheira Tutelar do Município de Chapadão do Lageado, a partir de 15 de agosto de 2019.

Art. 2º Convocar o suplente a assumir a função, em decorrência da vacância prevista no art.35, I, da Lei n.º 0568 de 01.03.2013, na mesma escala de trabalho realizada pela Conselheira Lucimara da Silva Oliveira.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Chapadão do Lageado, 19 de agosto de 2019.

Joici Demétrio Caovilla

Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente

**DECRETO Nº 060, DE 21.08.2019**

Publicação Nº 2131122

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 060, DE 21.08.2019

Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.3º, III, "a" da Lei nº 0710 de 21.12.2018,

DECRETA:

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 115 (transferência de convênios - educação) no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), fica aberto um crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente:

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

01 – Divisão de Ensino

12 – Educação

361– Ensino Fundamental

07 – Educação para o Futuro

115 – Transferência de Convênios - Educação

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.099 - Manutenção do Programa Transporte Escolar Fundamental ..... R\$ 25.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 21 de agosto de 2019.

Marli Goretti Kammers

Prefeita Municipal

**PORTARIA Nº 256/2019**

Publicação Nº 2130585

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 256/2019

- CONSIDERANDO, o preceituado no artigo 1º, § 2º da Lei complementar nº 0019/05;

- CONSIDERANDO a apresentação de atestado médico pela Servidora Pública Municipal LENIR PAUL KERSCHBAUM, pelo período de (07) sete dias;

- CONSIDERANDO que o § 2º da Lei Complementar supramencionada prevê que os afastamentos em decorrência de atestados médicos, com períodos superior a 3 (três) e inferior a 15 (quinze) dias, serão considerados como Licença para Tratamento de Saúde e deverão, obrigatoriamente, ser submetidos à avaliação da Junta Médica Oficial do Município para que tenham validade;

- CONSIDERANDO que o art. 2º da mesma Lei define que a junta Médica será constituída por três profissionais com registro no Conselho Regional de Medicina;

- CONSIDERANDO que o § 4º, do art. 1º da Lei Complementar nº 0019/05, dispõe que os atestados médicos que não forem avaliados ou ratificados pela Junta Médica Oficial do Município serão considerados inválidos para efeitos de remuneração e justificativa de faltas.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 70 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o artigo 1º, § 2º da Lei Complementar nº 0019/05:

**RESOLVE:**

Art.1º Nomear Junta Médica Oficial para proceder à Avaliação Médica Pericial, em razão do atestado médico apresentado pela Servidora Pública acima mencionada.

Art. 2º A Junta Médica Oficial de que trata o art. 1º, será composta pelos seguintes médicos:

I – Pollyana Beckhauser Rizzotto – CRM Nº 16670

II – Bruno Muniz Andrade – CRM Nº 24752

III - Arnaldo Amorim Junior – CRM Nº 1237

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 20 de agosto de 2019.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

**PORTARIA Nº 258/2019**

Publicação Nº 2131114

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 258/2019

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Complementar 008 de 23.12.1999 e de acordo com o Anexo Único da Lei Complementar 047 de 01.12.2010,

**RESOLVE:**

Art.1º Nomear LUCIMARA DA SILVA DE OLIVEIRA, para ocupar o cargo de Secretária Municipal de Assistência Social, da Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, na condição de Agente Político, a partir desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 21 de agosto de 2019.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

**PORTARIA Nº 257/2019**

Publicação Nº 2131103

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 257/2019

ALTERA A PORTARIA Nº 007/2016, QUE DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA FUNÇÃO PÚBLICA DE CONSELHEIRO TUTELAR DO MUNICIPIO.

- CONSIDERANDO a Renúncia apresentada pela Conselheira Tutelar LUCIMARA DA SILVA DE OLIVEIRA, da Função Pública ocupada;

- CONSIDERANDO as disposições da Resolução nº 010/2019 e Ata nº 124 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 70, II,

alínea c, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com as Leis Municipais nº 0629 de 18.03.2015 e nº 0568 de 01.03.2013, Resolução nº 010/2019 e Ata nº 124 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o inciso IV, do art. 1º da Portaria nº 007/2016, de 11.01.2006, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º .....

.....

IV – ROSMERI PAUL DE OLIVEIRA;

..... ”

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 21 de agosto de 2019.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal



# Chapecó

## PREFEITURA

### EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO

Publicação Nº 2131390

**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº. 029/2017****CONCEDENTE** – Prefeitura Municipal de Chapecó.**CONVENIENTE** – Associação de Deficientes Visuais do Oeste de Santa Catarina – ADEVOSC**OBJETO** – O presente Aditivo ao Termo de Convênio de Cooperação Técnica nº 029/2017, tem por finalidade estabelecer a parceria entre o Centro Associativo de Deficientes Visuais do Oeste de Santa Catarina – ADEVOSC e o Município de Chapecó, mediante a cessão de servidores públicos municipais para a prestação de serviços voltados a pessoas com deficiência visual e a seus familiares, sendo 3 (três) professores com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e 2 (dois) auxiliares de serviços internos com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, totalizando 200 (duzentas) horas semanais.**DA RATIFICAÇÃO E INCORPORAÇÃO** - Ficam ratificadas as demais cláusulas do Termo de Convênio de Cooperação Técnica nº. 029/2017, incorporando-se ao mesmo o presente aditamento para todos os efeitos legais.**DATA E ASSINATURAS** – Chapecó, 21 de Maio de 2019 – Luciano José Buligon, Prefeito Municipal de Chapecó, Antônio Carlos Rigo, Presidente da Entidade.**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº. 027/2017****CONCEDENTE** – Prefeitura Municipal de Chapecó.**CONVENIENTE** – Centro Associativo de Atividades Psicofísicas Patrick – CAPP**OBJETO** – O presente Aditivo ao Termo de Convênio de Cooperação Técnica nº 027/2017, tem por finalidade estabelecer a parceria entre o Centro Associativo de Atividades Psicofísicas Patrick – CAPP e o Município de Chapecó, mediante a cessão de servidores públicos municipais para a prestação de serviços voltados a pessoas com deficiência e a seus familiares, sendo 1 (um) pedagogo com carga horária de 20 (vinte) horas semanais e 7 (sete) pedagogos com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e 3 (três) professores de educação física com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, totalizando 360 (trezentas e sessenta) horas semanais.**DA RATIFICAÇÃO E INCORPORAÇÃO** - Ficam ratificadas as demais cláusulas do Termo de Convênio de Cooperação Técnica nº. 027/2017, incorporando-se ao mesmo o presente aditamento para todos os efeitos legais.**DATA E ASSINATURAS** – Chapecó, 21 de Maio de 2019 – Luciano José Buligon, Prefeito Municipal de Chapecó, Ivonei Barbiero, Presidente da Entidade.**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº. 028/2017****CONCEDENTE** – Prefeitura Municipal de Chapecó.**CONVENIENTE** – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Chapecó - APAE**OBJETO** – O presente Aditivo ao Termo de Convênio de Cooperação Técnica nº 028/2017, tem por finalidade estabelecer a parceria entre a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Chapecó – APAE e o Município de Chapecó, mediante a cessão de servidores públicos municipais para a prestação de serviços voltados a pessoas com deficiência e a seus familiares, sendo 9 (nove) professores com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, 1 (um) professor com carga horária de 20 (vinte) horas semanais e 01 (uma) assistente social, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, totalizando 410 (quatrocentos e dez) horas semanais.**DA RATIFICAÇÃO E INCORPORAÇÃO** - Ficam ratificadas as demais cláusulas do Termo de Convênio de Cooperação Técnica nº. 028/2017, incorporando-se ao mesmo o presente aditamento para todos os efeitos legais.**DATA E ASSINATURAS** – Chapecó, 21 de Maio de 2019 – Luciano José Buligon, Prefeito Municipal de Chapecó, Leandro Ugolini, Presidente da Entidade.**EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº. 002/2019****CONVENIADO** – Prefeitura Municipal de Chapecó.**CONCEDENTE** – Conselho Comunitário dos Bairros Saic e Jardim Itália**OBJETO** – O presente termo de convênio tem por finalidade estabelecer a parceria entre o Conselho Comunitário dos Bairros SAIC e Jardim Itália e o Município de Chapecó, mediante a cessão de 01 (um) Professor de Educação Física (40 horas semanais) e 01 (um) Professor de Educação Física (20 horas semanais).**DO PRAZO E DA VIGÊNCIA** – O presente Acordo de Cooperação terá validade a partir da data de sua assinatura, com término em 31 de Dezembro de 2020. Podendo ser renovado, mediante a lavratura de Termo Aditivo.**DATA E ASSINATURAS** – Chapecó, 21 de Maio de 2019 – Luciano José Buligon, Prefeito Municipal de Chapecó, Eduardo Sebastião Cimolin, Presidente da Entidade.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR SUMÁRIO: PORTARIA N.º 7.713, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2018.**

Publicação N° 2131396

Processo Administrativo Disciplinar Sumário: Portaria n.º 7.713, de 06 de novembro de 2018.

**JULGAMENTO**

Estando os autos do Processo Administrativo Disciplinar Sumário instaurado pela Portaria n° 7.713, de 06 de novembro de 2018, para julgamento final.

Analisando o conjunto probatório trazido nestes autos, resta a esta Autoridade acolher o Relatório Final da Comissão Processante e acolher o Parecer n° 0867/202019 da Procuradoria Geral do Município, para determinar a aplicação da penalidade de DEMISSÃO à ex-empregada pública SUZANA LETÍCIA CORREA, ocupante do cargo de Agente de Combate às Endemias, com fundamento no artigo 21, III da Lei Complementar n°. 617/2018.

Nada mais.

Chapecó, 08 de agosto de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito

**PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR: PORTARIA N.º 7.636, DE 30 DE AGOSTO DE 2018.**

Publicação N° 2131395

Processo Administrativo Disciplinar: Portaria n.º 7.636, de 30 de agosto de 2018.

**JULGAMENTO**

Estando os autos do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria n.º 7.636, de 30 de agosto de 2018, para julgamento final.

Analisando o conjunto probatório trazido nestes autos, resta a esta Autoridade acolher o Relatório Final da Comissão Processante e o contido no Parecer Jurídico n° 0846/2019, para:

- DETERMINAR a aplicação da penalidade de SUSPENSÃO por 15 (quinze) dias, à servidora pública municipal ALCINEIA PEDROSO BERTOLDI, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, pela infração ao art. 3º, I, III e IX da Lei Complementar n°. 617/2018 e art. 482, alíneas "b" e "e" da CLT.

Nada mais.

Chapecó, 07 de agosto de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito

**PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR: PORTARIA N.º 7.714, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2018.**

Publicação N° 2131397

Processo Administrativo Disciplinar: Portaria n.º 7.714, de 09 de novembro de 2018.

**JULGAMENTO**

Estando os autos do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria n.º 7.714, de 09 de novembro de 2018, para julgamento final.

Analisando o conjunto probatório trazido nestes autos, resta a esta Autoridade acolher o Relatório Final da Comissão Processante para:

- DETERMINAR a aplicação da penalidade de SUSPENSÃO por 15 (quinze) dias, à servidora pública municipal JUCELIA DE OLIVEIRA LEMES, ocupante do cargo de Agente de Combate às Endemias, pela infração ao art. 3º, IV e XI e ao art. 4º, IV da Lei Complementar n°. 617/2018 e art. 482, alíneas "b", "e", "h" e "j" da CLT.

Nada mais.

Chapecó, 07 de agosto de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito

**PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR: PORTARIA N.º 8.144, DE 29 DE ABRIL DE 2019.**

Publicação Nº 2131402

Processo Administrativo Disciplinar: Portaria n.º 8.144, de 29 de abril de 2019.

**JULGAMENTO**

Estando os autos do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 8.144, de 29 de abril de 2019, para julgamento final.

Analisando o conjunto probatório trazido nestes autos, resta a esta Autoridade acolher o Relatório Final da Comissão Processante e acolher o Parecer nº 0890/2019 da Procuradoria Geral do Município, para determinar a aplicação da penalidade de DEMISSÃO à empregada pública MICHELI PEREIRA DA SILVA, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, matrícula 63607, por infração ao inciso X do art. 3º e ao inciso XV do artigo 4º e artigo 32, ambos da Lei Complementar nº. 617/2018 e mais o que estabelece o art. 482, "e" da CLT.

Nada mais.

Chapecó, 13 de agosto de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito

**PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA REVISÃO DE ATO: PORTARIA Nº 7.520, DE 09 DE JULHO DE 2018.**

Publicação Nº 2131392

Processo Administrativo para Revisão de Ato: Portaria nº 7.520, de 09 de julho de 2018.

**JULGAMENTO**

Estando os autos do Processo Administrativo para Revisão de Ato instaurado pela Portaria nº 7.520, de 09 de julho de 2018, para julgamento final.

Analisando o conjunto probatório trazido nestes autos, resta a esta Autoridade acolher o Relatório Final da Comissão Processante e o Parecer Jurídico nº. 0898/2019 da Procuradoria Geral do Município, para determinar o ARQUIVAMENTO do presente Processo Administrativo para Revisão de Ato.

Nada mais.

Chapecó, 16 de agosto de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

**RESOLUÇÃO Nº 001, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2131408

RESOLUÇÃO Nº 001, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

O Conselho Municipal de Ciência Tecnologia e Inovação, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº. 6.476 de 15 de outubro de 2013, e considerando as deliberações que ocorreram na sessão plenária realizada na data de 13 de junho de 2019 RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o formulário para solicitações dos benefícios da presente Lei, apresentado pela empresa Nord Electric Soluções em Engenharia Elétrica Ltda. inscrita no CNPJ nº. 85.342.580/0001-72; e,

Art. 2º - Aprovar o recebimento de incentivos por parte da empresa mencionada no Artigo anterior, quais sejam:

I - Redução em 100% (cem por cento) do valor do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, pelo período de 10 (dez) anos;

II – Redução da alíquota do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN de 4% (quatro por cento) para 2,6% (dois inteiros e seis décimos por cento) pelo período de 10 (dez) anos sobre a atividade: 17.01- Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.

Art. 3º - Determinar que os incentivos aprovados sejam condicionados ao desenvolvimento do projeto apresentado.

Art. 4º - Estabelecer obrigação do beneficiário dos incentivos, realizar a prestação de contas a este Conselho, quanto ao progresso do projeto, podendo estes incentivos ser revogados em detrimento ao não desenvolvimento do mesmo.

Art. 5º - Esta resolução entra em vigor a partir desta data, produzindo efeitos a partir da data de homologação do Chefe do Poder Executivo Municipal;

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de sessões, em 20 de agosto de 2019.

ERNANI ZOTTIS

Presidente Do CMCTI

**RESOLUÇÃO Nº 002, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2131403

RESOLUÇÃO Nº 002, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

O Conselho Municipal de Ciência Tecnologia e Inovação, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº. 6.476 de 15 de outubro de 2013, e considerando as deliberações que ocorreram na sessão plenária realizada na data de 13 de junho de 2019 RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o formulário para solicitações dos benefícios da presente Lei, apresentado pela empresa Inova Serviços Tecnológicos Ltda. Inscrição no CNPJ nº. 12.801.397/0001-08; e,

Art. 2º - Aprovar o recebimento de incentivos por parte da empresa mencionada no Artigo anterior, quais sejam:

I - Redução em 70% (setenta por cento) do valor do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, pelo período de 10 (dez) anos;

II – Redução da alíquota do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN de 4% (quatro por cento) para 2,6% (dois inteiros e seis décimos por cento) pelo período de 10 (dez) anos.

III – Redução de 70% (setenta por cento) da taxa de Licença Localização e Permanência pelo período de 10 (dez) anos.

Art. 3º - Determinar que os incentivos aprovados sejam condicionados ao desenvolvimento do projeto apresentado.

Art. 4º - Estabelecer obrigação do beneficiário dos incentivos, realizar a prestação de contas a este Conselho, quanto ao progresso do projeto, podendo estes incentivos ser revogados em detrimento ao não desenvolvimento do mesmo.

Art. 5º - Esta resolução entra em vigor a partir desta data, produzindo efeitos a partir da data de homologação do Chefe do Poder Executivo Municipal;

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de sessões, em 20 de agosto de 2019.

ERNANI ZOTTIS

Presidente Do CMCTI

**RESOLUÇÃO Nº 003, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2131405

RESOLUÇÃO Nº 003, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

O Conselho Municipal de Ciência Tecnologia e Inovação, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº. 6.476 de 15 de outubro de 2013, e considerando as deliberações que ocorreram na sessão plenária realizada na data de 13 de junho de 2019 RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o formulário para solicitações dos benefícios da presente Lei, apresentado pela empresa Fluxo Equipamentos Eletrônicos Ltda. Inscrição no CNPJ nº. 19.391.435/0001-32; e,

Art. 2º - Aprovar o recebimento de incentivos por parte da empresa mencionada no Artigo anterior, quais sejam:

I – Redução da alíquota do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN de 4% (quatro por cento) para 2,4% (dois inteiros e quatro décimos por cento) pelo período de 3 (três) anos.

Art. 3º - Determinar que os incentivos aprovados sejam condicionados ao desenvolvimento do projeto apresentado.

Art. 4º - Estabelecer obrigação do beneficiário dos incentivos, realizar a prestação de contas a este Conselho, quanto ao progresso do projeto, podendo estes incentivos ser revogados em detrimento ao não desenvolvimento do mesmo.

Art. 5º - Esta resolução entra em vigor a partir desta data, produzindo efeitos a partir da data de homologação do Chefe do Poder Executivo Municipal;

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de sessões, em 20 de agosto de 2019.

ERNANI ZOTTIS

Presidente Do CMCTI

**RESOLUÇÃO Nº 004, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2131407

RESOLUÇÃO Nº 004, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

O Conselho Municipal de Ciência Tecnologia e Inovação, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº. 6.476 de 15 de outubro de 2013, e considerando as deliberações que ocorreram na sessão plenária realizada na data de 13 de junho de 2019 RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o formulário para solicitações dos benefícios da presente Lei, apresentado pela empresa Acessoline Telecomunicações Ltda. Inscrição no CNPJ nº. 14.798.740/0001-20; e,

Art. 2º - Aprovar o recebimento de incentivos por parte da empresa mencionada no Artigo anterior, quais sejam:

I - Redução em 70% (setenta por cento) do valor do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, pelo período de 10 (dez) anos;

II – Redução da alíquota do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN de 4% (quatro por cento) para 2,6% (dois inteiros e seis décimos por cento) pelo período de 10 (dez) anos.

III – Redução de 70% (setenta por cento) na Taxa de Licença Localização e Permanência pelo período de 10 (dez) anos.

Art. 3º - Determinar que os incentivos aprovados sejam condicionados ao desenvolvimento do projeto apresentado.

Art. 4º - Estabelecer obrigação do beneficiário dos incentivos, realizar a prestação de contas a este Conselho, quanto ao progresso do projeto, podendo estes incentivos ser revogados em detrimento ao não desenvolvimento do mesmo.

Art. 5º - Esta resolução entra em vigor a partir desta data, produzindo efeitos a partir da data de homologação do Chefe do Poder Executivo Municipal;

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de sessões, em 20 de agosto de 2019.

ERNANI ZOTTIS

Presidente Do CMCTI

**SINDICÂNCIA: PORTARIA N.º 7.547, DE 30 DE JULHO DE 2018.**

Publicação Nº 2131394

Sindicância: Portaria n.º 7.547, de 30 de julho de 2018.

**JULGAMENTO**

Estando os autos do Processo de Sindicância instaurado pela Portaria nº 7.547, de 30 de julho de 2018, para julgamento final.

Analisando o conjunto probatório trazido nestes autos, resta a esta Autoridade acolher o Relatório Final da Comissão Sindicante e o contido no Parecer Jurídico nº. 0845/2019 da Procuradoria Geral do Município para determinar o ARQUIVAMENTO do presente Processo de Sindicância.

Nada mais.

Chapecó-SC, 02 de agosto de 2019.  
LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

**SINDICÂNCIA: PORTARIA N.º 7.941, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019.**

Publicação Nº 2131398

Sindicância: Portaria n.º 7.941, de 27 de fevereiro de 2019.

**JULGAMENTO**

Estando os autos do Processo de Sindicância instaurado pela Portaria nº 7.941, de 27 de fevereiro de 2019, para julgamento final.

Analisando o conjunto probatório trazido nestes autos, resta a esta Autoridade acolher o Relatório Final da Comissão Sindicante e o contido no Parecer Jurídico nº. 0874/2019 da Procuradoria Geral do Município para determinar o ARQUIVAMENTO do presente Processo de Sindicância.

Nada mais.

Chapecó-SC, 14 de agosto de 2019.  
LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

**SINDICÂNCIA: PORTARIA N.º 8.093, DE 22 DE ABRIL DE 2019.**

Publicação Nº 2131399

Sindicância: Portaria n.º 8.093, de 22 de abril de 2019.

**JULGAMENTO**

Estando os autos do Processo de Sindicância instaurado pela Portaria nº 8.093, de 22 de abril de 2019, para julgamento final.

Analisando o conjunto probatório trazido nestes autos, resta a esta Autoridade acolher o Relatório Final da Comissão Sindicante e o contido no Parecer Jurídico nº. 0847/2019 da Procuradoria Geral do Município para determinar o ARQUIVAMENTO do presente Processo de Sindicância.

Nada mais.

Chapecó-SC, 07 de agosto de 2019.  
LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

**Cocal do Sul****PREFEITURA****AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/PMCS/2019 (REGISTRO DE PREÇOS)**

Publicação Nº 2131116

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 121/PMCS/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/PMCS/2019 (Registro de Preços)

Objeto: Registro de preços de material de COPA E COZINHA, para uso no município de Cocal do Sul/SC.

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento dos envelopes: Até às 08h45min do dia 03/09/2019.

Abertura: Dia 03/09/2019, às 09h.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br), link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail [licitacao@cocaldosul.sc.gov.br](mailto:licitacao@cocaldosul.sc.gov.br).

Cocal do Sul, 21 de agosto de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

**DECRETO SAF/N. 424/19**

Publicação Nº 2131025

DECRETO SAF/ Nº 42419, de 14 de agosto de 2019.

SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei n. 1.454, de 19 de dezembro de 2018, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º Fica suplementado do orçamento vigente, a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 09 – Secretaria de Obras Viárias, Edif., San., Ref., Transp. e Serv. Públicos

2.036 – Manutenção dos Serviços da Secretria de Obras	
3.3.93.00.00.00.00.00.0.3.00.0000 – Aplicações Diretas	30.000,00

TOTAL. .... R\$ 30.000,00

Parágrafo único. A suplementação acima se dá pelo superávit financeiro do exercício de 2018, na fonte de recursos 00 Recursos Ordinários.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 14 de agosto de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 425/19**

Publicação Nº 2131026

DECRETO SAF/Nº. 425/19, de 16 de agosto de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições resolve

NOMEAR

CLEUNICE FLORENCIO, portadora do CPF nº. 078.088.889-82, Servente de Limpeza ACT 40 horas, para atuar na Escola de Ensino Fundamental Demétrio Bettiol, a partir de 13 de agosto de 2019.



Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 16 de agosto de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

## **DECRETO SAF/N. 426/19**

Publicação Nº 2131126

DECRETO SAF/Nº. 426/19, de 20 de agosto de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

ENCERRAR

o Contrato de Trabalho por prazo determinado de REGINA BORGES DE OLIVIERA AMANCIO, portadora do CPF nº. 036.636.409-06, Professor ACT, 20 horas, nomeada pelo Decreto SAF/N. 111/17, de 07 de fevereiro de 2017, a partir de 01 de agosto de 2019.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 20 de agosto de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

## **DECRETO SAF/N. 427/19**

Publicação Nº 2131127

DECRETO SAF/Nº. 427/19, de 20 de agosto de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

ANDRESA MATTOS DE JESUS, portadora do CPF nº 100.202.249-58, Merendeira ACT 40 horas, nomeada pelo Decreto SAF/N. 136/19, de 07 de fevereiro de 2019, a partir de 20 de agosto de 2019.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 20 de agosto de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretario de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

## **DECRETO SAF/N. 428/19**

Publicação Nº 2131129

DECRETO SAF/Nº. 428/19, de 20 de agosto de 2019.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO – ADMINISTRAÇÃO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, PARA ADMISSÃO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul, usando de suas atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município, a Lei Complementar nº 61, de 03 de setembro de 2015, e

CONSIDERANDO a realização de Concurso Público para provimento efetivo no serviço público municipal, conforme Edital nº 001/2015, de 20 de novembro de 2015, homologado através do Decreto SAF/Nº 50/16, de 02 de fevereiro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o candidato aprovado no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, realizado de acordo com o Edital nº 001/2015, de 20 de novembro de 2015, conforme relacionado no Anexo Único deste Decreto, obedecendo à ordem de classificação.

Art. 2º O candidato têm o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da publicação deste Decreto, para tomar posse.

Art. 3º No ato da posse o candidato deve apresentar os seguintes documentos:

- a) comprovação da idade mínima de 18 anos;
- b) prova de quitação das obrigações eleitorais;
- c) prova de quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- d) comprovação da escolaridade, conforme estabelecido no edital;

e) comprovação da capacidade técnica (qualificação para o exercício da função) conforme estabelecido no edital;  
f) declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único da Lei nº 8.112/1990;  
g) declaração de bens, na forma da Lei nº 8.730/1993;  
h) declaração negativa de acumulação de cargo público;  
i) atestado de médico declarando aptidão para exercer o respectivo cargo;  
j) nacionalidade brasileira ou gozo das prerrogativas insertas nos Decretos nºs 70.391/1972 e 70.436/1972.  
Parágrafo único. Não serão aceitos protocolos dos documentos exigidos, nem fotocópias não autenticadas.  
Art. 4º Será considerado desistente e, portanto, eliminado do concurso publico o candidato que não comparecer nas datas estabelecidas para posse, ou deixar de cumprir os requisitos exigidos.  
Parágrafo único. A falta de um único documento inabilitará o candidato á posse do cargo.  
Art. 5º O nomeado para posse será lotado de acordo com a conveniência da Administração, no respectivo cargo a que se inscreveu e fora considerado aprovado, conforme Edital.  
Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 20 de agosto de 2019.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

#### ANEXO ÚNICO

#### FARMACÊUTICO

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO
2º	260380	Livia Caroline Feltrin

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 20 de agosto de 2019.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

### DECRETO SAF/N. 429/19

Publicação Nº 2131130

DECRETO SAF/Nº. 429/19, de 20 de agosto de 2019.  
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO EDITAL 001/2018, PARA PREENCHIMENTO DE FUNÇÃO TEMPORÁRIA, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL.

ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul, usando de suas atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município, e a Lei nº. 1.275, de 30 de setembro de 2015 e  
CONSIDERANDO a realização do Processo Seletivo para preenchimento de funções temporárias para Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, conforme Edital nº 001/2018, homologado através do Decreto SAF/Nº 484/18, de 22 de outubro de 2018.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o candidato aprovado no Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, realizado de acordo com o Edital nº 001/2018, de 17 de agosto de 2018, conforme relacionado no Anexo Único deste Decreto, obedecendo à ordem de classificação.  
Art. 2º O candidato têm o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da publicação deste Decreto, para tomar posse.  
Art. 3º No ato da posse o candidato deve apresentar os seguintes documentos:  
a) comprovação da idade mínima de 18 anos;  
b) prova de quitação das obrigações eleitorais;  
c) prova de quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;  
d) comprovação da escolaridade, conforme estabelecido no edital;  
e) comprovação da capacidade técnica (qualificação para o exercício da função) conforme estabelecido no edital;  
f) declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único da Lei nº 8.112/1990;  
g) declaração de bens, na forma da Lei nº 8.730/1993;  
h) declaração negativa de acumulação de cargo público;  
i) atestado de médico declarando aptidão para exercer o respectivo cargo;  
j) nacionalidade brasileira ou gozo das prerrogativas insertas nos Decretos nºs 70.391/1972 e 70.436/1972.  
Parágrafo único. Não serão aceitos protocolos dos documentos exigidos, nem fotocópias não autenticadas.  
Art. 4º Será considerado desistente e, portanto, eliminado do processo seletivo o candidato que não comparecer nas datas estabelecidas para posse, ou deixar de cumprir os requisitos exigidos.  
Parágrafo único. A falta de um único documento inabilitará o candidato á posse do cargo.  
Art. 5º O nomeado para posse será lotado de acordo com a conveniência da Administração, no respectivo cargo a que se inscreveu e fora



considerado aprovado, conforme Edital.  
Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 20 de agosto de 2019.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

ANEXO ÚNICO

MÉDICO DERMATOLOGISTA

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO
1º	207476	Júlia Zanatta Lazzarin

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 20 de agosto de 2019.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

## DECRETO SAF/N. 430/19

Publicação N° 2131131

DECRETO SAF/Nº. 430/19, de 21 de agosto de 2019.  
DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, DE COCAL DO SUL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, e de acordo com o art. 9º. da Lei nº. 1.032, de 15 de dezembro de 2010, e da Lei nº. 1.463, de 29 de março de 2019.  
DECRETA

Art. 1º. Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – C.M.D.C.A, que tem a seguinte composição:

### a) Entidades governamentais do Município

Leonardo De Faveri Souza – titular  
Douglas Gava – suplente (representantes da Procuradoria do Município/Assessoria Jurídica);

Jéssica Gislon Sazan – titular  
Patrícia de Lucca Baschiroto – suplente (representantes da Secretaria de Ação Social e da Família);

Juraci Teresinha de Bona Sartor – titular  
Sabrina José da Silva – suplente (representantes da Secretaria de Saúde Pública);

Magda Freitas – titular  
João Geraldo Echeli – suplente (representantes da Secretaria de Administração, Planejamento, Fazenda e Finanças Públicas);

Janaína da Soler Magnus – titular  
Jéssica Ramos – suplente (representantes da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura).

### b) Entidades não-governamentais:

Rosiclei Prior Viola – titular  
Janaina Matiola de Souza – suplente (representantes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE);

Jordana de Souza Bortolotto de Fáveri – titular  
Helena Possamai Della – suplente (representantes do Instituto Maximiliano Gaidzinski - IMG);

Nelson Rosso – titular  
Danielle Regina Szyndrowski – suplente (representantes da Associação Atlética Cocal do Sul e do Grupo de Escoteiros);

Fabrcio Vieira Querino – titular  
Laércio de Costa – suplente (representantes da Igreja Assembleia de Deus e Igreja Católica);

Tamara Joaquim da Rosa– titular

Luciana Gonsalves de Souza – suplente (representantes da Associação de Pais e Professores – APP).

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revoga-se o Decreto SAF/N. 283/18, de 16 de abril de 2018.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 21 de agosto de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**CÂMARA MUNICIPAL****CONTROLE INTERNO 07/2019**

Publicação Nº 2130659

**CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**  
**CONTROLE INTERNO MÊS JULHO DE 2019.**

**Relatório de Controle Interno da análise circunstanciada dos dados informados no mês em epígrafe, relativo a movimentação orçamentária e financeira, da Câmara Municipal de Cocal do Sul, conforme determina o § 3º art. 2º da Resolução nº TC-11/2004, que alterou o art. 5º da Resolução TC 16/94.**

**DETALHAMENTO DAS TRANSFERENCIAS RECEBIDAS**

<u><b>Títulos</b></u>	<b>Orçado</b>	<b>Arrecadada</b>		<b>Percentual</b>
		<b>No Mês</b>	<b>Até o Mês</b>	
Transf.Recebida	2.050.000,00	170.833,33	1.198.833,39	58,479%

Em nossa análise, foi constatado que o Executivo Municipal enviou ao Legislativo Municipal as transferências financeiras devidas dentro do prazo.

**DETALHAMENTO DA DESPESA FIXADA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA**

<b>Títulos</b>	<b>Orçado</b>	<b>Realizada</b>		<b>Percentual</b>
		<b>No Mês</b>	<b>Até o Mês</b>	
CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL	2.050.000,00	120.059,64 – 758.708,69		37,010 %
CÂMARA DE VEREADORES	2.050.000,00	120.059,64 – 758.708,69		37,010 %
TOTAL DA ENTIDADE	2.050.000,00	120.059,64 – 758.708,69		37,010 %

A despesa Orçamentária liquidada até o mês importou o valor de R\$ 758.708,69 (setecentos e cinquenta e oito mil, setecentos e oito reais e sessenta e nove centavos), Correspondendo a 37,010% do orçamento anual e 58,479% das transferências recebidas até o mês.

E em nossa análise, e por amostragem, não constatamos quaisquer irregularidades sobre as despesas empenhadas até o mês.

**REMUNERAÇÃO DO VEREADOR**

MÊS	REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES	REMUNERAÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS	%
Janeiro	5.887,23	25.322,25	23,25
Fevereiro	5.887,23	25.322,25	23,25
Março	5.887,23	25.322,25	23,25
Abril	5.887,23	25.322,25	23,25
Mai	6.185,71	25.322,25	24,43
Junho	6.185,71	25.322,25	24,43
Julho	6.185,71	25.322,25	24,43

A Remuneração dos Vereadores não ultrapassou o limite de 30% referente ao numero de seus habitantes sobre a remuneração dos Deputados Estaduais ficando assim em acordo com o Art. 29, inciso V alínea b da CF/88.

b)= Em Município de 10.001 a 50.000 habitantes, os Subsídios máximo dos Vereadores corresponderá a 30% dos Subsídios dos Deputados Estaduais.

**Limite máximo de 6% da Receita Corrente Líquida para gastos com pessoal do Poder Legislativo Municipal – Câmara Municipal – conforme especifica o Art. 20, II, 'a' da Lei Complementar 101/2000.**

Componentes	Valor (R\$)	%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	59.201.052,44	100,00
-Transf. obrigatórias da União relativas as emendas individuais (V)(\$13,art.166 da cf)	380.000,00	
=RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	58.821.052,44	100,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (VII) = (III a + III b)	1.176.175,69	2,00
LIMITE MÁXIMO (VIII) ( incisos I, II, art. 20 da LRF)	3.529.263,15	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (paragrafo único do art. 22 da LRF)	3.352.799,99	5,70
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) ( inciso II do §1º. Do art. 59 da LRF)	3.176.336,84	5,40

O Demonstrativo do Poder Legislativo Municipal identifica que foi aplicado 2,09 % do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal estando assim em cumprimento com as normas estabelecidas no Art. 20, III 'a' da Lei complementar 101/2000.

a) – 6% para o Legislativo, incluindo o Tribunal de contas do Município,quando houver.

**DEMONSTRATIVO DAS SUPLEMENTAÇÕES REALIZADAS**

	No Mês	Até o Mês
Pela Reserva de Contingência	0,00	0,00
Pela Reserva Legal	0,00	0,00
Pelo Excesso de Arrecadação	0,00	0,00
Por Anulação de Dotações Orçamentárias	0,00	0,00
Por Outros Casos	0,00	0,00
Outros Casos	0,00	0,00

**O Demonstrativo da Dívida Fundada Interna teve no mês, teve a seguinte movimentação**

Saldo do Mês Anterior	0,00
Nova Formação da Dívida no Mês	0,00
Amortização Verificada no Mês	0,00
Saldo Para o Mês Seguinte	0,00

<b>Total Geral</b>	<b>0,00</b>
--------------------	-------------

**O Balanço Financeiro Apresenta a seguinte movimentação empenhada até o mês**

<b>RECEITA ORÇAMENTARIA</b>	<b>0,00</b>	<b>DESPESA ORÇAMENTARIA</b>	<b>29.325,22</b>
ORDINARIA	0,00	ORDINARIA	29.325,22
		RECURSOS ORDINARIOS MUNICIPAIS	29.325,22
VINCULADA	0,00	VINCULADA	0,00
<b>TRANSFERENCIA FINANCEIRA RECEBIDA</b>	<b>170.833,33</b>	<b>TRANSF. FINANC.CONCEDIDA</b>	<b>0,00</b>
EXTRAORDIANARIAS	-75.153,89	EXTRAORDINARIAS	7.047,63
INSC. DE RESTOS A PAGAR NÃO PROC.	-90.734,42	PAGTS DE RESTOS A PAGAR NÃO PROC	0,00
INSC. DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	-976,61	PAGTS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00
DEP. RESTITUIVEIS E VALORES VINCUL.	16.557,14	DEP. RESTITUIVEIS VALORES VINCULADOS	7.047,63
<b>SALDO ANTERIORES</b>	<b>425.797,79</b>	<b>SALDO ATUAIS</b>	<b>485.104,38</b>
CAIXA	0,00	CAIXA	0,00
CONTA CORRENTE	65.787,89	CONTA CORRENTE	1.200,00
APLICAÇÃO	360.009,90	APLICAÇÃO	483.904,38
<b>TOTAL</b>	<b>521.477,23</b>	<b>TOTAL</b>	<b>521.477,23</b>

**O Balanço Patrimonial ate o mês teve a seguinte movimentação**

**BALANÇO PATRIMONIAL**

	<b>EXERCICIO ATUAL</b>
<b>ATIVO</b>	<b>624.806,52</b>
<b>ATIVO CIRULANTE</b>	<b>483.904,38</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	483.904,38
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	483.904,38
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL – CONSOLIDAÇÃO	483.904,38
BANCO CONTA MOVIMENTO – DEMAIS CONTA	0,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	483.904,38
VARIAÇÃO PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS A PAGAR ANTECIPADAMENTE	0,00
ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR	0,00
ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR - CONSOLIDAÇÃO	0,00
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>140.902,14</b>
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>140.902,14</b>

<b>BENS MOVEIS</b>	<b>223.408,18</b>
<b>BENS MOVEIS – CONSOLIDADO</b>	<b>223.408,18</b>
<b>MAQUINAS, APARELHOS, EQUIP., E FERRAMENTAS</b>	<b>12.187,00</b>
<b>BENS DE INFORMATICA</b>	<b>58.977,46</b>
<b>MOVEIS E UTENSILIOS</b>	<b>104.400,72</b>
<b>MATERIAL CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO</b>	<b>47.843,00</b>
<b>(-) DEPRECIACÃO, EXASTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULDAS</b>	<b>-82.506,04</b>
<b>(-) DEPRECIACÃO, EXASTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULDAS – CONSOLIDAÇÃO</b>	<b>-82.506,04</b>
<b>(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA BENS MOVEIS</b>	<b>-82.506,04</b>
<b>PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO</b>	<b>624.806,52</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>111.425,99</b>
<b>OBRIGAÇÃO TRAB., PREVIDENCIARIAS, ASSISTENCIAS A PAGAR A CURTO PRAZO</b>	<b>50.480,36</b>
<b>PESSOAL A PAGAR</b>	<b>48.952,60</b>
<b>PESSOAL A PAGAR – CONSOLIDADO</b>	<b>48.952,60</b>
<b>PESSOAL A PAGAR NO EXERCICIO</b>	<b>48.952,60</b>
<b>DÉCIMO TERCEIRO SALARIO</b>	<b>12.502,56</b>
<b>FERIAS</b>	<b>36.450,04</b>
<b>ENCARGOS SOCIAS A PAGAR</b>	<b>1.527,76</b>
<b>ENCARGOS SOCIAS A PAGAR – INTER OFSS-UNIÃO</b>	<b>1.527,76</b>
<b>FGTS</b>	<b>1.527,76</b>
<b>FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO</b>	<b>3.670,45</b>
<b>FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO</b>	<b>3.670,45</b>
<b>FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO – CONSOLIDAÇÃO</b>	<b>3.670,45</b>
<b>FORNECEDORES NACIONAIS</b>	<b>3.670,45</b>
<b>DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO</b>	<b>57.275,18</b>
<b>VALORES RESTITUIVEIS</b>	<b>57.275,18</b>
<b>VALORES RESTITUIVEIS – CONSOLIDAÇÃO</b>	<b>57.275,18</b>
<b>CONSIGNAÇÕES</b>	<b>54.291,64</b>
<b>IMPOSTO SOBRE A RENDA NA FONTE - IRRF</b>	<b>54.080,50</b>
<b>ISS</b>	<b>211,14</b>
<b>DEPOSITOS NÃO JUDICIAS</b>	<b>2.983,54</b>
<b>PATRIMONIO LIQUIDO</b>	<b>513.380,53</b>
<b>PATRIMONIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL</b>	<b>127.809,37</b>
<b>PATRIMONIO SOCIAL</b>	<b>127.809,37</b>
<b>PATRIMONIO SOCIAL - CONSOLIDAÇÃO</b>	<b>127.809,37</b>
<b>RESULTADOS ACUMULADOS</b>	<b>385.571,16</b>
<b>SUPERATIVS OU DEFICITS ACUMULADOS</b>	<b>385.571,16</b>
<b>SUPERATIVS OU DEFICITS ACUMULADOS – CONSOLIDAÇÃO</b>	<b>-5.142.100,69</b>
<b>SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO</b>	<b>-769.004,38</b>
<b>SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIO ANTERIORES</b>	<b>-4.373.096,31</b>
<b>SUPERATIVS OU DEFICITS ACUMULADOS – INTRA OFSS</b>	<b>6.264.842,96</b>
<b>SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO</b>	<b>1.195.833,35</b>
<b>SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIO ANTERIORES</b>	<b>5.069.009,61</b>
<b>SUPERATIVS OU DEFICITS ACUMULADOS – INTRA OFSS – UNIÃO</b>	<b>-445.379,39</b>
<b>SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIO ANTERIORES</b>	<b>-445.379,39</b>
<b>SUPERATIVS OU DEFICITS ACUMULADOS – INTRA OFSS – ESTADO</b>	<b>-291.791,72</b>
<b>SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIO ANTERIORES</b>	<b>-291.791,72</b>

**QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES**

	<b>EXERCICIO ATUAL</b>
<b>ATIVO (I)</b>	<b>627.336,70</b>
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>483.904,38</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>143.432,32</b>
<b>PASSIVO (II)</b>	<b>797.948,58</b>
<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>748.995,98</b>
<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	<b>48.952,60</b>

<b>SALDO PATRIMONIAL (III) = (I-II)</b>	<b>-170.611,88</b>
---	--------------------

**QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO**

	<b>EXERCICIO ATUAL</b>
--	------------------------

<b>ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>0,00</b>
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERES	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	0,00
<b>ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>51.835,14</b>
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS	0,00
OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERES	0,00
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	51.835,14
OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00

**QUADRO DO SUPERAVIT/DEFICIT FIANCEIRO**

	<b>EXERCICIO ATUAL</b>
<b>TOTAL POR FONTES DE RECURSOS</b>	<b>-265.091,60</b>
01000000 - RECURSOS ORDINARIOS MUNICIPAIS	-234.265,63
01000010 - RECURSOS PROPRIOS	-30.825,97

**TOTAL DA REMUNERAÇÃO COM VEREADORES**

<b>RECEITA TOTAL DO MUNICIPIO</b>	<b>REMUNERAÇÃO TOTAL DOS VEREADORES</b>	<b>%</b>
<b>34.688.404,39</b>	<b>378.954,45</b>	<b>1,092</b>

O Total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de 5% da receita do Município

O Montante gasto com a remuneração dos Vereadores até o mês foi de R\$ 378.954,45 (trezentos e setenta e oito mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos ) representando assim 1,087% da receita do Município desta forma fica estabelecido o Art. 29, VII da CF/88.

**DEMONSTRATIVO DAS DIARIAS CONCEDIDAS**

<b>EMPENHO/DATA</b>	<b>SERVIDORES / AGENTES POLITICOS</b>	<b>ROTEIRO DA VIAGEM</b>	<b>PRESTAÇÃO DE CONTAS</b>
28 - 08/02/2019	ADRIANO POSSAMAI DELLA VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 27/28 FEVEREIRO A 01 MARÇO DE 2019 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE REGIMENTO INTERNO E LEI ORGANICA A SER REALIZADO PELO CEAP NO CASTELMAR HOTEL, CONFORME ROTEIRO DE VIAGEM NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 27/28 FEVEREIRO A 01 MARÇO DE 2019 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE REGIMENTO INTERNO E LEI ORGANICA A SER REALIZADO PELO CEAP NO CASTELMAR HOTEL.	OK
		NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 27/28 FEVEREIRO A 01 MARÇO DE 2019 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE REGIMENTO INTERNO	

<b>29 - 08/02/2019</b>	MOISES DOS SANTOS VEREADOR	E LEI ORGANICA A SER REALIZADO PELO CEAP NO CASTELMAR HOTEL, CONFORME ROTEIRO DE VIAGEM NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 27/28 FEVEREIRO A 01 MARÇO DE 2019 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE REGIMENTO INTERNO E LEI ORGANICA A SER REALIZADO PELO CEAP NO CASTELMAR HOTEL.	<b>OK</b>
<b>30 – 08/02/2019</b>	DIORGINIS CASTAGNEL ASSESSOR JURIDICO	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 27/28 FEVEREIRO A 01 MARÇO DE 2019 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE REGIMENTO INTERNO E LEI ORGANICA A SER REALIZADO PELO CEAP NO CASTELMAR HOTEL, CONFORME ROTEIRO DE VIAGEM NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 27/28 FEVEREIRO A 01 MARÇO DE 2019 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE REGIMENTO INTERNO E LEI ORGANICA A SER REALIZADO PELO CEAP NO CASTELMAR HOTEL.	<b>OK</b>
<b>44 – 20/03/2019</b>	LUIZ HENRIQUE DE BITTENCOURT VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 27/03/2019 A 29/03/2019 PARA PARTICIPAR DE UM CURSO SOBRE TECNICAS LEGISLATIVAS E A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ELABORAÇÃO DE LEIS A SER RELAIZADO PELO CEAP NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 27/03/2019 A 29/03/2019 PARA PARTICIPAR DE UM CURSO SOBRE TECNICAS LEGISLATIVAS E A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ELABORAÇÃO DE LEIS A SER RELAIZADO PELO CEAP	<b>OK</b>
<b>45 – 20/03/2019</b>	AGENOR BENATI PEDROSO VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 27/03/2019 A 29/03/2019 PARA PARTICIPAR DE UM CURSO SOBRE TECNICAS LEGISLATIVAS E A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ELABORAÇÃO DE LEIS A SER RELAIZADO PELO CEAP NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 27/03/2019 A 29/03/2019 PARA PARTICIPAR DE UM CURSO SOBRE TECNICAS LEGISLATIVAS E A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ELABORAÇÃO DE LEIS A SER RELAIZADO PELO CEAP	<b>OK</b>
<b>46- 20/03/2019</b>	ADRIANO POSSMAI DELLA VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 27/03/2019 A 29/03/2019 PARA PARTICIPAR DE UM CURSO SOBRE TECNICAS LEGISLATIVAS E A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ELABORAÇÃO DE LEIS A SER RELAIZADO PELO CEAP NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 27/03/2019 A 29/03/2019 PARA PARTICIPAR DE UM CURSO SOBRE TECNICAS LEGISLATIVAS E A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ELABORAÇÃO DE LEIS A SER RELAIZADO PELO CEAP	<b>OK</b>
<b>47- 20/03/2019</b>	ERIK PEREIRA ZEFERINO VEREADOR-PRESIDENTE	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 27/03/2019 A 29/03/2019 PARA PARTICIPAR DE UM CURSO SOBRE TECNICAS LEGISLATIVAS E A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ELABORAÇÃO DE LEIS A SER RELAIZADO PELO CEAP NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 27/03/2019 A 29/03/2019 PARA PARTICIPAR DE UM CURSO SOBRE TECNICAS LEGISLATIVAS E A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ELABORAÇÃO DE LEIS A SER RELAIZADO PELO CEAP	<b>OK</b>



<b>48 - 20/03/2019</b>	LUCIANE TROMBIN NIEHUES OFICIAL LEGISLATIVO	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 27/03/2019 A 29/03/2019 PARA PARTICIPAR DE UM CURSO SOBRE TECNICAS LEGISLATIVAS E A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ELABORAÇÃO DE LEIS A SER RELAIZADO PELO CEAP NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 27/03/2019 A 29/03/2019 PARA PARTICIPAR DE UM CURSO SOBRE TECNICAS LEGISLATIVAS E A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ELABORAÇÃO DE LEIS A SER RELAIZADO PELO CEAP	<b>OK</b>
<b>49 - 20/03/2019</b>	MOISES DOS SANTOS VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 27/03/2019 A 29/03/2019 PARA PARTICIPAR DE UM CURSO SOBRE TECNICAS LEGISLATIVAS E A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ELABORAÇÃO DE LEIS A SER RELAIZADO PELO CEAP NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 27/03/2019 A 29/03/2019 PARA PARTICIPAR DE UM CURSO SOBRE TECNICAS LEGISLATIVAS E A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ELABORAÇÃO DE LEIS A SER RELAIZADO PELO CEAP	<b>OK</b>
<b>51 - 20/03/2019</b>	RICHARDSON VIEIRA VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 27/03/2019 A 29/03/2019 PARA PARTICIPAR DE UM CURSO SOBRE TECNICAS LEGISLATIVAS E A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ELABORAÇÃO DE LEIS A SER RELAIZADO PELO CEAP NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 27/03/2019 A 29/03/2019 PARA PARTICIPAR DE UM CURSO SOBRE TECNICAS LEGISLATIVAS E A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ELABORAÇÃO DE LEIS A SER RELAIZADO PELO CEAP	<b>OK</b>
<b>52 - 20/03/2019</b>	ROSENY CITTADIN BARBOSA VEREADORA	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 27/03/2019 A 29/03/2019 PARA PARTICIPAR DE UM CURSO SOBRE TECNICAS LEGISLATIVAS E A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ELABORAÇÃO DE LEIS A SER RELAIZADO PELO CEAP NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 27/03/2019 A 29/03/2019 PARA PARTICIPAR DE UM CURSO SOBRE TECNICAS LEGISLATIVAS E A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ELABORAÇÃO DE LEIS A SER RELAIZADO PELO CEAP	<b>OK</b>
<b>85 - 03/06/2019</b>	ADRIANO POSSAMAI DELLA VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 26/06/2019 A 28/06/2019 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE ORÇAMENTO 2020 E EMENDAS IMPOSITIVAS A SER REALIZADO PELO CEAP NO CASTELMAR HOTEL	<b>OK</b>
<b>86 - 03/06/2019</b>	MOISES DOS SANTOS VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 26/06/2019 A 28/06/2019 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE ORÇAMENTO 2020 E EMENDAS IMPOSITIVAS A SER REALIZADO PELO CEAP NO CASTELMAR HOTEL	<b>OK</b>
<b>87 - 03/06/2019</b>	LUIZ HENRIQUE BITTENCOURT	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 26/06/2019 A 28/06/2019 PARA PARTICIPAR	

	VEREADOR	CURSO SOBRE ORÇAMENTO 2020 E EMENDAS IMPOSITIVAS A SER REALIZADO PELO CEAP NO CASTELMAR HOTEL	OK
88 – 03/06/2019	RICHARDSON VIEIRA VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 26/06/2019 A 28/06/2019 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE ORÇAMENTO 2020 E EMENDAS IMPOSITIVAS A SER REALIZADO PELO CEAP NO CASTELMAR HOTEL	OK
89 – 03/06/2019	AGENOR BENATI PEDROSO VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 26/06/2019 A 28/06/2019 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE ORÇAMENTO 2020 E EMENDAS IMPOSITIVAS A SER REALIZADO PELO CEAP NO CASTELMAR HOTEL	OK
90 – 03/06/2019	ERIK PEREIRA ZEFERINO VEREADOR-PRESIDENTE	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 26/06/2019 A 28/06/2019 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE ORÇAMENTO 2020 E EMENDAS IMPOSITIVAS A SER REALIZADO PELO CEAP NO CASTELMAR HOTEL	OK
91 – 03/06/2019	LUIZ CARLOS GONÇALVES TEC,CONTABIL	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 26/06/2019 A 28/06/2019 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE ORÇAMENTO 2020 E EMENDAS IMPOSITIVAS A SER REALIZADO PELO CEAP NO CASTELMAR HOTEL	OK
104 - 01/07/2019	AGENOR BENATI PEDROSO VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 24/07/2019 A 26/07/2019 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE GESTÃO AMBIENTAL NAS CAMARAS DE VEREADORES : LOTEAMENTOS, ENCOSTAS E CODIGO FLORESTAL A SER REALIZADO PELO CEAP NO CASTEL HOTEL.	OK
105 – 01/07/2019	LUIZ HENRIQUE DE BITTENCOURT VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 24/07/2019 A 26/07/2019 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE GESTÃO AMBIENTAL NAS CAMARAS DE VEREADORES : LOTEAMENTOS, ENCOSTAS E CODIGO FLORESTAL A SER REALIZADO PELO CEAP NO CASTEL HOTEL.	OK
106 – 01/07/2019	RICHARDSON VIEIRA VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 24/07/2019 A 26/07/2019 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE GESTÃO AMBIENTAL NAS CAMARAS DE VEREADORES : LOTEAMENTOS, ENCOSTAS E CODIGO FLORESTAL A SER REALIZADO PELO CEAP NO CASTEL HOTEL.	OK
107- 01/07/2019	ROSENY CITTADIN BARBOSA VEREADORA	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 24/07/2019 A 26/07/2019 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE GESTÃO AMBIENTAL NAS CAMARAS DE VEREADORES : LOTEAMENTOS, ENCOSTAS E CODIGO FLORESTAL A SER REALIZADO PELO CEAP NO CASTEL HOTEL.	OK
108 – 01/07/2019	LUCIANE TROMBIM NIEHUS	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 24/07/2019 A 26/07/2019 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE GESTÃO AMBIENTAL NAS	

		CAMARAS DE VEREADORES : LOTEAMENTOS, ENCOSTAS E CODIGO FLORESTAL A SER REALIZADO PELO CEAP NO CASTEL HOTEL.	OK
--	--	---	----

## DEMONSTRATIVO DOS CONTRATOS E ADITIVOS VIGENTES

CONTRATO / DATA	CONTRATADA	OBJETO DO CONTRATO	VALOR
006 = 01/07/2017	BETHA SISTEMAS LTDA	CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATO O LICENCIAMENTO DE USO DE APLICATIVOS DE GESTÃO PUBLICA PARA USO TEMPORARIO NÃO EXCLUSIVO DE CONTABILIDADE PUBLICA, PATRIMONIO, COMPRAS E LICITAÇÃO, FOLHA DE PAGAMENTO E FLY TRNANSPARENCIA PELO PERIODO DE 12 MESES.	16.572,00
001 = 01/01/2019	SOFTCAM SOLUÇÕES LTDA	CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATO PORTAL WEB CAMARA, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM CONFIGURAÇÃO E PARAMETIZAÇÃO COMFORMES PROCEDIMENTOS	9.876,00
002 = 01/01/2019	VIGILANCIA RADAR LTDA	CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATO MONITORAMENTO REMOTO DE ALARME 24H DURANTE O PERIODO DE 24H DE SEGUNDA FEIRA A DOMINGO PELO PERIODO DE 12 MES	1.673,16
003 = 01/01/2018	VIGILANCIA RADAR LTDA	CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATO LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA MONITORAMENTO REMOTO 24 H	334,80
004 – 01/01/2019	INFOWAY COM.DE INFORMATICA E TELECOM LTDA	A CONTRATADA FORNECERÁ PELO PRESENTE CONTRATO UM PONTO DE IP FIXO E UM UPGRADE DO PLANO FIBERWAY 20 MBPS E PARA O, PLANO INFOFIBRA 50 MBPS (TAXA DE DOWNLOUD DE 50 MBPS) E TAXA DE 25 MBPS DE UPGRADE DE ACESSO A INTERNET LIVRE DE LINHA TELEFONICA, PROVEDOR E MODEM	2.158,80
005 – 01/06/2019	JORNAL COCAL NOTICIAS	CONSTITUI OBJETO DESTE INSTRUMENTO CONTRATUAL A CONTRATAÇÃO DE IMPRESSÃO EM JORNAL ESCRITO (PUBLICAÇÃO) DOS ATOS OFICIAIS DO PODER LEGISLATIVO, COM OBJETIVO DE DIVULGAÇÃO POPULAR DESDE PROJETOS DE LEIS EM ANÁLISES E OS APROVADOS, TRAMITAÇÃO LEGAIS NA CAMARA, INFORMAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO EM GERAL, COMO REUNIÕES, AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS NA CAMARA POR INICIATIVAS DE VEREADORES OU NÃO E ATOS DEBATIDOS EM PLENÁRIO.	2.000,00

006 - 01/06/2019	ASSOCIAÇÃO DIFUSÃO COMUNITARIA COCAL DOS SUL	CONSTITUI OBJETO DESTE INSTRUMENTO CONTRATUAL A CONTRATAÇÃO DE (DIVULGAÇÃO) DOS ATOS DO PODER LEGISLATIVO, COM OBJETIVO DE DIVULGAÇÃO POPULAR DESDE PROJETOS DE LEI EM TRAMITAÇÃO LEGAIS NA CAMARA, INFORMAÇÕES DE INTERESSE PUBLICO EM GERAL, COMO REUNIÕES REALIZADAS NA CAMARA POR INICIATIVA DOS VEREADORES, ATOS DO PLENARIO, INDICAÇÃO E TRANSMISSÃO DA SEÇÃO NA INTEGRA NA QUARTA FEIRA E NA SEXTA FEIRA SUBSEQUENTE A SEÇÃO.	
002- 01-07-2018	BETHA SISTEMAS LTDA  TERMO ADITIVO	O PRESENTE CONTRATO TEM COMO OBJETO A PRORROGAÇÃO DA VIGENCIA E O REAJUSTE DO CONTRATO FIRMADO ENTRE AS PARTES EM 01-07-2018 ATÉ 30-06-2019 CONTRATO 6/2017	8.638,98

**Demonstrativo da despesa realizada com folha de pagamento**

Transferência Financeira Orçada	Liquidado com Folha de Pagamento	%
2.050.000,00	656.264,60	32,012

O total da despesa com folha de pagamento do Poder Legislativo Municipal, incluindo os subsídios dos Vereadores e excluindo os gastos com inativos não ultrapassará os 70% de sua receita com folha de pagamento, incluindo os gastos com subsídios de seus Vereadores conforme Art. 29-A § 1º. Da C.F

**ERIK PEREIRA ZEFERINO**  
**PRESIDENTE**

**LUIZ CARLOS GONÇALVES**  
**RESPONSÁVEL TEMPORARIO PELO CONTROLE INTERNO**

**TERMO ADITIVO 01/2019**

Publicação Nº 2131253

**TERMO ADITIVO N. 01/2019 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 06/2017.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, com sede na Rua Angelo Peruchi, 126 inscrito no CNPJ sob n.º 01.637.334/0001-33 neste ato representado pelo Sr. **ERIK PEREIRA ZEFERINO** CPF nº 040.020.669-24, a seguir denominado CONTRATANTE e a empresa **BETHA SISTEMAS LTDA**, com sede na Rua João Pessoa, nº 134, Criciúma - SC, inscrita no CNPJ sob nº 00.456.865/0001-67, neste ato representado pelo Sr. Ernesto Muniz de Souza Junior, CPF 004.770.259-19, a seguir denominada CONTRATADA, têm entre si justos e avençados, e celebram o presente termo aditivo ao Contrato n.º 06/2017, instruído no Processo Administrativo nº. 37/PMCS/2017 Pregão Presencial nº 31/PMCS/2017, Registro de Preço 51/PMCS/2017, Ofício 25/2017-PL, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e às seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1-** O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO da vigência e o REAJUSTE do Contrato firmado entre as partes em 01/07/2017.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO**

**2.1-** Pelo presente termo aditivo, fica prorrogada a vigência do Contrato de 01/07/2019 até 30/06/2020

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO TERMO ADITIVO**

**3.1-** O valor total deste termo aditivo para cobrir as despesas relativas à prorrogação do contrato, pelo período de 12 (doze) meses, é **R\$ 22.227,20 (vinte e dois mil, duzentos e vinte e sete reais e vinte centavos)**.

**3.1.1- O valor estimado deste termo aditivo referente a licenciamento de uso dos aplicativos é de R\$ 18.598,08(dezoito mil, quinhentos e noventa e oito reais e oito centavos) (Anexo I, item 01)**

**3.1.2- O valor estimado deste contrato referente os possíveis SERVIÇOS PRESTADOS será de R\$ 3.629,12 (tres mil, seiscentos e vinte e nove reais e doze centavos) (Anexo I, item 02).**

**CLÁUSULA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL**

**4.1-** O presente termo aditivo decorre de autorização da Presidente do Legislativo e da contratante e encontra amparo legal no artigo 57, inciso IV, da Lei n.º 8.666/93, bem como na cláusula quinta do contrato 06/2017.

**CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS**

**5.1-** Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial firmado entre as partes.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, abaixo.

COCAL DO SUL 01 DE JULHO DE 2019

**ERIK PEREIRA ZEFERINO**

Presidente da Câmara

**BETHA SISTEMAS LTDA**

Contratada

**TESTEMUNHAS:**

**Luiz Carlos Gonçalves**

601.586.899-68

**Luciane TrombinNiehues**

901.121.649-00

**ANEXO I****CÂMARA DE VEREADORES DE COCAL DO SUL****1. Licenciamento de uso dos aplicativos**

ITEM	QTDE	UN	APLICATIVOS	USUÁRIOS	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$
46	12	Mês	Contabilidade Pública Cloud	01	276,54	3.318,48
47	12	Mês	Patrimônio Cloud	01	209,87	2.518,44
48	12	Mês	Compras Cloud	01	350,67	4.208,04
49	12	Mês	Folha de Pagamento Cloud	01	410,74	4.928,88
50	12	Mês	Transparência Fly	----	199,76	2.397,12
51	12	Mês	Sistema de Contratos Cloud	01	38,75	465,00
52	12	Mês	Sistema Planejamento Cloud	01	33,37	400,44
53	12	Mês	Sistema Tesouraria Cloud	01	30,14	361,68
<b>VALOR TOTAL R\$</b>				<b>18.598,08 (dezoito mil, quinhentos e noventa e oito reais e oito centavos)</b>		

**2. Serviços Técnicos**

ITEM	QTDE	UN	SERVIÇOS	PARCELAS	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
54	32	Hora	Serviços Técnicos, após implantação dos aplicativos, quando solicitado.	01	89,78	2.872,96
55	88	KM	Deslocamento nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico <i>in loco</i>	01	0,89	78,32
56	04	Diária	Estada e alimentação nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico <i>in loco</i>	01	169,46	677,84
<b>VALOR TOTAL R\$</b>				<b>3.629,12 (três mil, seiscentos e vinte e nove reais e doze centavos)</b>		

COCAL DO SUL 01 DE JULHO DE 2019.

**ERIK PEREIRA ZEFERINO**  
Presidente da Câmara

**BETHA SISTEMAS LTDA**  
Contratada

**TESTEMUNHAS:**

**Luiz Carlos Gonçalves**  
601.586.899-68

**Luciane TrombinNiehues**  
901.121.649-00

**TERMO ADITIVO 02/2019**

Publicação Nº 2131259

**TERMO ADITIVO**

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 06/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA DE VEREADORES DE COCAL DO SUL E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

**A Câmara de Vereadores de Cocal do Sul**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 01.637.334/0001-33, situada na Rua Angelo Peruchi, 126 por meio de seu Presidente Sr. ERIK PEREIRA ZEFERINO CPF 040.020.669-24, adiante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.456.865/0001-67, sediada na Rua João Pessoa, nº 134, 1º andar, Centro, Criciúma-SC, neste ato representada por sua Procuradora Sr.<sup>a</sup> Helena Beatriz Pacheco Daros, portadora da cédula de identidade profissional OAB/SC n.º 42.043 inscrita no CPF sob o nº 071.421.329-22, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente termo aditivo, considerando o disposto no inciso I do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993, que traz a possibilidade de alteração contratual “quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos”, considerando que seria anti-econômico, diante do custo de novas conversões, implantações e treinamentos, realizar-se licitação neste momento para readequação do objeto do contrato às supervenientes necessidades de interesse público, caracterizando sacrifício insuportável ao erário nas circunstâncias, considerando que seria contrário ao princípio constitucional da eficiência administrativa promover novo certame licitatório com a readequação parcial do objeto contratado, uma vez que ocorreria paralisação parcial de serviços essenciais e também a inevitável retirada de servidores da frente de serviço visando novas e custosas capacitações individuais, considerando, que o ambiente web é solução tecnologicamente mais atual no mercado, de acordo com as necessidades de cada área de aplicação, permitindo o acesso em dispositivos móveis devidamente conectados à Internet, considerando que a unificação do banco hospedado em datacenter sob responsabilidade da CONTRATADA, com atualizações automáticas, cruzamento de informações em real-time reduzindo-se o tempo e os custos inerentes às atividades técnicas internas de manutenção, atualização e configuração contínua das bases replicadas, unificando-se assim, as rotinas, aumentando-se a performance e consequentemente a produtividade dos usuários e agilidade aos munícipes, além de conferir maior padronização, segurança e celeridade às transações realizadas obedecendo as condições estabelecidas nas Leis nº8.666/1993 e mediante as cláusulas e condições seguinte, aprovadas pelo setor jurídico.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

Com fundamento no artigo 65, §1º da Lei 8.666/93, altera-se qualitativamente o pacote de sistemas desktop (**Contabilidade Pública, Compras e Licitações, Patrimônio**) migrando para o pacote de sistemas **Cloud com usuários ilimitados (Contabilidade, Planejamento, Tesouraria, Compras, Contratos, Convênios e Patrimônio**, em nova plataforma disponível pela Contratada, sem de alteração do valor total mensal, substituindo as funcionalidades previstas no edital pelas seguintes abaixo.

**CONTABILIDADE CLOUD**

1. Possibilitar ao usuário realizar a configuração do momento que irá realizar as retenções da entidade, que pode ser: na liquidação, no pagamento ou individual por retenção.
2. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de Assinaturas através da listagem, sendo possível a edição, exclusão e até mesmo realizar a cópia das Assinaturas.



3. Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar Assinaturas. Na listagem, a pesquisa de Assinaturas pode ser feita por Descrição do grupo de assinatura, Nome do assinante ou ainda pelo CPF do assinante. Os assinantes, seus respectivos CPF's e grupo ao qual se enquadram, podem ser visualizados facilmente pela listagem.
4. Possibilitar ao usuário a Configuração de assinaturas, sendo possível selecionar quem assinará determinado documento ou relatório. Grupo: conforme grupos de configuração de assinaturas e Assinantes: conforme registros de assinantes.
5. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de Atos, realizando operações de edição e exclusão de atos, bem como ter a possibilidade de visualizar documentos em anexo aos atos e fazer o download dos mesmos, por meio da listagem.
6. Possibilitar ao usuário efetuar a pesquisa de atos, podendo ser feita pelo número e ementa. Na listagem, as informações: Código sequencial, número, tipo, natureza do texto jurídico, publicação, a vigorar e situação estão visíveis e são passíveis de ordenação pelos usuários.
7. Possibilitar ao usuário cadastrar atos conforme a necessidade da entidade, informando qual o tipo de lei que o respectivo ato representa, a natureza de texto jurídico, a data da sanção, publicação, vigor e revogação, destacando ainda a ementa e a fonte de divulgação. A funcionalidade possibilita o controle e facilidade na identificação das alterações e revogações dos atos.
8. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de fontes de divulgação, realizando operações de edição e exclusão por meio da listagem.
9. Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar as fontes de divulgação. A pesquisa se dá por meio do Nome da fonte e por Meio de comunicação. Na listagem, as informações do nome e meio de comunicação são disponibilizadas aos usuários e são passíveis de ordenação.
10. Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar as naturezas dos textos jurídicos. A pesquisa pelas naturezas dos textos, se dá pela descrição. Na listagem, a informação da descrição é visível ao usuário e passível de ordenação.
11. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de Naturezas de texto jurídico, realizando operações de edição e exclusão de naturezas, por meio da listagem.
12. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de Tipos de atos, realizando operações de edição e exclusão por meio da listagem.
13. Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar os tipos de atos pela listagem. A pesquisa pelos tipos de atos pode ser realizada pela descrição e pela classificação. Na listagem as informações da descrição e classificação são visíveis ao usuário e passíveis de ordenação.
14. Possibilitar ao usuário cadastrar os Tipos de atos que são utilizados nos cadastros de atos propriamente ditos. O cadastro consiste em informar sua Descrição e Classificação.
15. Possibilitar aos usuários interagir com os cadastros de Agências bancárias, realizando operações de edição e exclusão de agências por meio da listagem.
16. Possibilitar ao usuário realizar pesquisas das agências bancárias previamente cadastradas, possibilitando filtrar por nome, número-dígito e bancos.
17. Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar as agências bancárias através da listagem. A pesquisa por agências bancárias na listagem pode ser feita pelo nome, número da agência e banco. Na listagem a informação do nome, número da agência bancária e banco, são visíveis e passíveis de ordenação.
18. Possibilitar ao usuário cadastrar Agências bancárias com informações referentes ao seu Banco, seu Nome, seu número e dígito além do endereço (conforme base de dados dos correios).
19. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de contas bancárias, realizando operações de edição e exclusão de contas bancárias por meio da listagem.
20. Possibilitar ao usuário cadastrar as contas bancárias pertencentes à entidade. O cadastro consiste em informar seu Banco (conforme tabela FEBRABAN), sua Agência, seu Número e Dígito, sua Descrição, seu Organograma, seu Tipo de conta bancária, a Classificação da conta bancária, seu Responsável, além de efetuar o controle de vigência da conta, onde deve constar a Data Inicial e Final além dos seus motivos. Também é possível vincular Marcadores para personalizar o cadastro.
21. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de deduções de receitas podendo realizar, através da listagem, operações de edição e exclusão de deduções, bem como realizar a ativação de determinada dedução de receita.

22. Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar as deduções da receita através da listagem. A pesquisa pelas deduções de receitas cadastradas pode ser realizada pela descrição e pelo tipo. Na listagem, a informação da descrição e o tipo de dedução são visualizáveis pelo usuário e passíveis de ordenação.

23. Possibilitar ao usuário cadastrar deduções das receitas que representam os descontos oferecidos e abatimentos de impostos que incidem diretamente sobre a receita orçamentária da entidade. O cadastro de dedução consiste em informar a Descrição da dedução e seu respectivo Tipo (Descontos Concedidos, FUNDEB, Restituições, Renúncia, Retificações, Compensações e Outras Deduções).

24. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de despesas não previstas na LOA (Lei Orçamentária Anual), podendo realizar através da listagem, operações de edição e exclusão.

25. Possibilitar visualizar e pesquisar as despesas não prevista na LOA (Lei Orçamentária Anual) por meio da listagem. A pesquisa pode ser realizada por: Número de Organograma, Descrição do organograma, Número do Programa, Descrição do Programa, Descrição do localizador, Número da Função, Descrição da Função, Número da Subfunção, Descrição da Subfunção, Número da Ação, Descrição da Ação, Número da natureza da despesa e Descrição da natureza da despesa. Na listagem as informações do número da despesa e código e descrição da ação fica visível ao usuário.

26. Possibilitar ao usuário cadastrar Despesas não prevista na LOA (Lei Orçamentária Anual) que objetiva registrar despesas que não tiveram seus gastos previstos na elaboração da LOA e que receberão recursos financeiros através de operações de alterações orçamentárias (Suplementações).

27. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de endereços, realizando operações de edição e exclusão, através da listagem.

28. Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar os endereços através da listagem. Na listagem as informações são visíveis e passíveis de ordenação pelo usuário. A pesquisa pode ser realizada:

- Por logradouros: - Tipo, Nome, CEP e Município.
- Por condomínios: - Nome, Logradouro, número, Bairro e CEP.
- Por Loteamento: - Nome, Bairro, Município e Distrito.
- Por Bairros: - Nome e Município.
- Por Distrito: - Nome e Município.
- Por Estado: - Nome, Sigla, Código do IBGE e País.
- Por Municípios: - Nome, Estado, Sigla, Código do IBGE e Código SIAFI.

29. Possibilitar ao usuário cadastrar endereços previamente, que serão utilizados em diversas funcionalidades do sistema como por exemplo: Cadastro de credores e Cadastro de responsáveis. O cadastro consiste no preenchimento dos dados de Logradouros Condomínios, Loteamentos, Bairros, Distritos, Estados e Municípios.

30. Possibilitar ao usuário interagir com o cadastro de origens de alterações da despesa, podendo realizar através da listagem, operações de edição e exclusão de origens, bem como realizar a ativação de determinadas origens.

31. Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar as origens de alterações de despesa através da listagem. A pesquisa pode ser realizada pela descrição da origem e pelo enquadramento. Na listagem a informação da descrição e do enquadramento legal são disponibilizadas ao usuário e são passíveis de ordenação.

32. Possibilitar ao usuário cadastrar as origens de alterações de despesa objetivando determinar o enquadramento legal para as operações de alterações orçamentárias da despesa. O preenchimento do cadastro consiste em informar sua Descrição e respectivo Enquadramento legal.

33. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de Receitas não previstas na LOA, podendo realizar através da listagem, operações de edição e exclusão.

34. Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar o cadastro de Receitas não prevista na LOA (Lei Orçamentária Anual) através da listagem. A pesquisa pode ser realizada através do: Número de Organograma, Descrição do organograma, Número da natureza da receita e Descrição da natureza da receita. Na listagem as informações do número da receita, organograma e natureza da receita são visíveis ao usuário.

35. Possibilitar o usuário de cadastrar Receitas não prevista na LOA (Lei Orçamentária Anual) que objetiva cadastrar receitas que não foram previstas na LOA e que recebem recursos financeiros através

da alteração orçamentária da receita podendo ser por meio de reestimativa ou atualização monetária. O cadastro consiste em informar uma Natureza da receita e seu organograma.

36. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de tipos de administração, realizando operações de edição e exclusão por meio da listagem.

37. Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar os tipos de administração através da listagem. A pesquisa pode ser realizada pela descrição. Na listagem a informação da descrição é visível ao usuário e passível de ordenação.

38. Possibilitar ao usuário cadastrar tipos de administração que serão utilizados para definir a classificação dos organogramas da entidade. O cadastro consiste em preencher uma Descrição, a Natureza jurídica, o Tipos de administração vinculada assim como seu respectivo Poder.

39. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de tipos de alterações de receitas podendo realizar, através da listagem, operações de edição e exclusão, bem como realizar a ativação de determinado tipo de alteração de receita.

40. Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar os tipos de alterações de receita através da listagem. A pesquisa dos tipos de alterações pode ser realizada pela descrição e pelo tipo. Na listagem, a descrição e o tipo de alteração são visíveis ao usuário e passíveis de ordenação.

41. Possibilitar ao usuário cadastrar tipos de alterações da receita, utilizados nas alterações orçamentárias das receitas propriamente ditas. O cadastro consiste em informar uma Descrição, e seu Tipo (Reestimativa ou Atualização Monetária), objetivando alterar o valor previsto da Receita.

42. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de tipos de bloqueios, podendo realizar através da listagem, operações de edição e exclusão, bem como realizar a ativação de determinados tipos de bloqueios.

43. Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar os tipos de bloqueios através da listagem. A pesquisa pode ser realizada pela descrição. Na listagem a informação da descrição é visível e passível de ordenação pelo usuário.

44. Possibilitar ao usuário cadastrar tipos de bloqueios, que objetivam classificar bloqueios orçamentários propriamente ditos utilizados pela entidade. O cadastro consiste em informar somente sua Descrição.

45. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastro de tipos de dívidas, realizando operações de edição e exclusão de tipos de dívidas, através da listagem.

46. Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar os tipos de dívidas através da listagem.

47. A pesquisa pode ser realizada pela descrição, pelo tipo e pelo complemento do tipo. Na listagem, as informações da descrição, tipo e complemento do tipo são visíveis e passíveis de ordenação pelo usuário.

48. Possibilitar ao usuário cadastrar tipos de dívidas, que serão utilizadas nos cadastros de dívidas propriamente ditas como forma de classificar a mesma. O cadastro consiste em informar uma Descrição, seu Tipo (Empréstimo, Financiamento, Dívida mobiliária, Recebimento antecipado de valores, Arrendamento mercantil (leasing), ARO - Antecipação de Receita Orçamentária e Confissão de dívida). Além do Complemento do tipo podendo ser Interno ou Externo.

49. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de tipos de precatórios, realizando operações de edição e exclusão de tipos de precatórios através da listagem.

50. Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar os tipos de precatórios através da listagem. A pesquisa pelos tipos de precatórios podem ser realizados através da descrição e pelo tipo. Na listagem as informações da descrição e tipo são visíveis e passíveis de ordenação pelo usuário.

51. Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar os tipos de responsáveis. A pesquisa dos tipos de responsáveis pode ser realizada pela descrição. Na listagem a informação da descrição é visível ao usuário e passível de ordenação.

52. Possibilitar ao usuário cadastrar os tipos de responsáveis que complementa o cadastro de responsáveis propriamente ditos. O cadastro consiste basicamente em informar sua Descrição.

53. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de transações financeiras podendo realizar, através da listagem, operações de edição e exclusão, bem como realizar a ativação de determinadas transações financeiras.

54. Possibilitar visualizar e pesquisar as transações financeiras através das listagens. A pesquisa

55. pode ser realizada pela descrição e pelo tipo. Na listagem, a descrição e o tipo são visíveis e passíveis de ordenação pelos usuários.

56. Possibilitar ao usuário cadastrar transações financeiras, utilizadas para classificar as operações que envolvem as transações financeiras da entidade. Seu cadastro consiste em informar a Descrição e seu Tipo (Crédito Bancário, Débito automático, Ordem Bancária, Cheque, Dinheiro, Transferência, Bem Patrimonial, Obrigação e Inexistente).
57. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de unidades de medidas, realizando operações de edição e exclusão, através da listagem.
58. Possibilitar ao usuário a visualização e pesquisa das unidades de medidas através da listagem. A pesquisa pode ser realizada pela abreviação ou pela descrição. Na listagem, as informações da abreviatura e descrição são disponibilizadas para o usuário, e são passíveis de ordenação.
59. Possibilitar ao usuário cadastrar unidades de medidas que serão utilizadas em outras funcionalidades cadastrais do sistema. As informações necessárias ao preenchimento do cadastro são sua Abreviatura e Descrição.
60. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de tipos de responsáveis, realizando operações de edição e exclusão por meio da listagem.
61. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de administração de recursos, realizando operações de edição e exclusão de administração de recursos por meio da listagem.
62. Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar as administrações de recursos através da listagem. A pesquisa pode ser realizada pelo número do recurso. Na listagem, a informação do recurso (número + descrição), conta bancária administradora (banco+agencia+conta) e retenção extraorçamentária ficam visíveis aos usuários. A informação do recurso pode ser ordenada pelo usuário.
63. Possibilitar ao usuário cadastrar a Administração de recursos, onde são informadas as contas bancárias administradoras dos recursos e quais retenções extras são administradas por esses recursos. O cadastro consiste em informar o Recurso, a Conta bancária administradora e a respectiva Retenção extraorçamentária administrada.
64. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de Comprovantes, podendo serem realizadas operações de edição e exclusão de Comprovantes através da listagem.
65. Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar Comprovantes através da listagem. A pesquisa pelos comprovantes pode ser por Credor, Tipo e Número. Na listagem, as informações do Credor, Tipo, Número, Data e Valor líquido são visíveis e passíveis de ordenação pelos usuários.
66. Possibilitar ao usuário interagir com o cadastro de tipos de comprovantes, realizando operações de edição e exclusão, através da listagem.
67. Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar os tipos de comprovante através da listagem. A pesquisa dos tipos de comprovantes pode ser realizada pela descrição e pelo tipo. Na listagem as informações da descrição e do tipo de comprovante são visíveis ao usuário e passíveis de ordenação.
68. Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar Diárias através da listagem. A pesquisa das diárias pode ser realizada pelo Número, Credor, CPF, Finalidade ou ainda pelo Organograma, além de poder pesquisar por intervalo de datas de emissão das diárias e período de partida.
69. Na listagem, as informações visíveis aos usuários são: Número, Credor, CPF, Data, Destino e finalidade.
70. A ordenação da listagem pode ser feita por: Número, Credor, CPF, Data e Finalidade.
71. Possibilitar ao usuário cadastrar Solicitação de diárias, que visam objetivar a gestão de diárias a serem concedidas, para os servidores eletivos, efetivos e eventuais, além de prestar informações acerca de dados vinculados às despesas efetuadas com diárias e dos dispositivos formais que as autorizam.
72. Seu cadastro consiste em informar seu Número, sua Data, seu Credor, seu Organograma, sua Finalidade, seu Destino, Origem, Datas e Horários de partida e retorno, Natureza da diária, seu Valor unitário e Quantidade.
73. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de Diárias através da listagem, realizando operações de edição, exclusão e visualização de diárias.
74. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de localizadores por meio da listagem, podendo realizar operações de edição e exclusão de localizadores.
75. Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar os localizadores por meio da listagem. A pesquisa pode ser feita pela Descrição do localizador. A informação da descrição é visível e passível de ordenação pelo usuário na listagem.

76. Possibilitar ao usuário cadastrar Localizadores por meio de uma descrição, conforme a necessidade da entidade, interagindo com outras funcionalidades cadastrais as quais os mesmos são informados.
77. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de Receitas extraorçamentárias através da listagem. Através da listagem, o usuário poderá realizar ações de: edição e exclusão, além de poder ativar determinadas Receitas extraorçamentárias para determinado exercício.
78. Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar as Receitas extraorçamentárias através da listagem. A pesquisa pode ser realizada pela Descrição. Na listagem, as informações visíveis e passíveis de ordenação são: Descrição e Tipo.
79. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de Recursos, realizando operações de edição e exclusão de recursos por meio da listagem.
80. Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar os Recursos por meio da listagem. A pesquisa por Recursos pode ser efetuada pelo seu número, sua descrição, seu marcador vinculado e pelo tipo. Na listagem as informações do número, descrição e tipo ficam visíveis aos usuários.
81. Possibilitar ao usuário cadastrar as Configurações para os Recursos. O cadastro da configuração consiste em informar a Descrição da configuração, Enumerar de forma distinta os recursos de superávit financeiro, e definir os Níveis (limite de 6 níveis e com limite total de 30 dígitos). Caso marcada a opção "Enumerar de forma distinta os recursos de superávit" no recurso deverá ser possível ao usuário vincular o recurso de superávit financeiro. Caso esta opção esteja desmarcada, para todos os recursos criados da configuração o sistema registra de forma automática os recursos de superávit com o mesmo número para futura utilização na execução orçamentária, sem a necessidade de criação por parte dos usuários.
82. Em um exercício, é possível colocar em uso uma configuração, tornando recursos válidos para para utilização no exercício.
83. Possibilitar ao usuário cadastrar Retenções extraorçamentárias que objetivam criar e armazenar cadastralmente as Receitas extraorçamentárias que futuramente incidirão na execução extraorçamentária das arrecadações e pagamentos extras. Seu cadastro consiste em informar sua Descrição, seu Tipo e Recursos vinculados.
84. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de Retenções podendo realizar, através da listagem, operações de edição e exclusão de retenções, bem como realizar a ativação de determinada retenção.
85. Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar as Retenções. É possível pesquisar as retenções pela Descrição e pelo Tipo. Na listagem as informações da Descrição e Tipo ficam visíveis e passíveis de ordenação pelos usuários.
86. Possibilitar ao usuário cadastrar Retenções que incidirão na execução orçamentária da despesa. O cadastro de Retenções consiste em informar sua Descrição e seu Tipo podendo ser Orçamentária (Vincula-se a uma receita previamente cadastrada no sistema) ou Extraorçamentária. Pode ser marcado também se o pagamento é antecipado ou não.
87. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de organogramas, realizando operações de edição e exclusão de organogramas por meio da listagem.
88. Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar os organogramas através da listagem. A pesquisa de organogramas pode ser realizada pelo Número, Descrição e Tipo de administração. Na listagem essas informações são visíveis aos usuários.
89. Possibilitar ao usuário configurar organogramas, visando atender às necessidades de organização estrutural da entidade. O cadastro consiste em informar a Descrição da configuração, seu Nível (limitado até 6 níveis), sua Descrição, a Quantidade de dígitos (limitada até 16 dígitos) o Separador (ponto, hífen ou barra). Em um exercício, é possível colocar em uso uma configuração, tornando organogramas válidos para para utilização no exercício.
90. Possibilitar ao usuário cadastrar organogramas que visam atender a organização estrutural da entidade. O cadastro consiste em informar o Número, a Descrição e seu Tipo de administração.
91. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de Ações por meio da listagem, podendo o usuário editar e excluir o registro de uma Ação. Além disso o usuário poderá visualizar as alterações da Ação, bem como desfazer essas alterações.
92. Possibilitar ao usuário visualizar, ordenar e pesquisar as Ações por meio do Número, Descrição e/ou Finalidade por meio de listagem. A pesquisa pode ser realizada por Descrição, Tipo e Finalidade.



Na listagem as informações da Descrição e Tipo são visíveis ao usuário. O usuário ainda pode ordenar as Ações pela descrição.

93. Possibilitar ao usuário cadastrar as Ações de governo conforme necessidade da entidade, consistindo em informar seu Número, seu Tipo, sua Descrição e Finalidade.

94. Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar Funções/Subfunções por meio de listagem. A pesquisa pode ser realizada pelo Número da ação ou pela Descrição. Na listagem as informações do Número e Descrição são visíveis ao usuário.

95. Possibilitar ao usuário registrar Função e Subfunção, informando seu Código e Descrição em atendimento a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999 e alterações posteriores.

96. Possibilitar ao usuário cadastrar a configuração de Função e Subfunção conforme a necessidade do município, indicando que está em uso uma determinada configuração e validando as Funções e Subfunções para utilizá-las no exercício, bem como, informar alguma descrição.

97. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de Programas através da listagem, podendo o usuário realizar a edição ou a exclusão do cadastro de um programa.

98. Possibilitar ao usuário visualizar, ordenar e pesquisar os Programas de governo por meio do Número, Descrição, Público alvo e Objetivos por meio de listagem. Na listagem as informações Número, Público alvo e Objetivos são visíveis e passíveis de ordenação.

99. Possibilitar ao usuário cadastrar Programas de governo conforme necessidade da entidade. O cadastro consiste em informar seu Número e descrição, seu Público alvo, seus Objetivos, Justificativa, Diretrizes, Responsável, e Horizonte temporal.

100. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de Naturezas de despesas, sendo possível realizar a edição, exclusão e o desdobramento de Natureza da despesa através da listagem.

101. Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar as Naturezas de despesas. A pesquisa por Naturezas de despesas pode ser realizada tanto pelo Número quanto pela Descrição. Na listagem, as informações do Número e da Descrição são facilmente identificadas.

102. Possibilitar ao usuário cadastrar Naturezas de despesas conforme necessidade da entidade. O cadastro consiste em informar sua Descrição e seus Níveis (com limite de 30 níveis e com limite total de 30 dígitos). Em um exercício, é possível colocar em uso uma configuração, tornando Naturezas da despesa válidas para utilização no exercício.

103. Possibilitar ao usuário configurar Naturezas de despesas informando sua Descrição, seus Níveis (com limite de 30 níveis e com limite total de 30 dígitos). Em um exercício, é possível colocar em uso uma configuração, tornando Naturezas de despesas válidas para utilização no exercício.

104. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de Naturezas de receita, sendo possível realizar a edição, exclusão e o desdobramento das Naturezas de receitas através da listagem.

105. Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar as Naturezas das Receitas por meio da listagem. A pesquisa do cadastro de Naturezas de receitas pode ser realizada tanto pelo Número da natureza quanto por qualquer palavra que compõe sua Descrição. A listagem permite visualizar o Número e a Descrição da natureza de receita.

106. Possibilitar ao usuário cadastrar Naturezas das receitas com suas respectivas características específicas e segundo o fato gerador, ou seja, acontecimento real que ocasiona o ingresso da receita no cofre público. A Natureza de receita é a menor célula de informação no contexto orçamentário para as receitas públicas, ela contém todas as informações necessárias para as devidas alocações orçamentárias.

107. O cadastro consiste em informar seu Número: respeitando a formatação previa na configuração de natureza de receita, seu Tipo (sintético ou analítico), sua Descrição e

108. Marcadores vinculados.

109. Possibilitar ao usuário configurar Naturezas de receitas informando sua Descrição, Níveis: com limite de 30 níveis e com limite total de 30 dígitos. Em um exercício, é possível colocar em uso uma configuração, tornando Naturezas de Receitas válidas para utilização no exercício.

110. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de assinantes através da listagem, podendo o usuário realizar a edição e exclusão de um assinante.

111. Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar assinantes. A pesquisa pode ser feita por: Nome, CPF ou função do assinante. Na listagem, as informações: Nome, CPF e Função do assinante são visíveis e passíveis de ordenação.

112. Possibilitar ao usuário cadastrar os assinantes dos diversos documentos e relatórios do sistema. O cadastro consiste em informar o Nome do assinante, seu CPF, sua Função e Complemento. É possível realizar consulta por pessoas previamente registradas buscando pelos documentos de identificação pessoal tais como o CPF, RG, PIS, etc.

113. Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar os credores. A pesquisa de credores pode ser realizada pelo nome, CPF se pessoa física ou CNPJ se pessoa jurídica. Na listagem as informações visíveis aos usuários são: Nome, Tipo de Pessoa, CPF/CNPJ, Data de inclusão e Situação. As informações: Nome, Tipo de Pessoa e Data de inclusão são passíveis de ordenação.

114. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de credores, podendo realizar a edição ou exclusão de um registro de credor.

115. Possibilitar ao usuário cadastrar os Credores da entidade. O Cadastro consiste em informar seu Nome, seu CPF/CNPJ, sua Data de inclusão, seu Endereço, seu Telefone, seu e-mail e sua Profissão.

116. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de ordenadores da despesa através da listagem, sendo possível realizar a edição e exclusão do registro de ordenadores de despesa.

117. Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar os ordenadores da despesa. A pesquisa pode ser realizada pelo nome, CPF, número do organograma ou descrição do organograma. A listagem dos ordenadores, é destacada pelo Nome, CPF e Organograma do ordenador.

118. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de responsáveis através da listagem, realizando a edição e exclusão do registro de responsáveis.

119. Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar os responsáveis. A pesquisa pode ser realizada por: Nome, CPF, Cargo, Tipo de responsável e Situação. Na listagem, as informações disponíveis são: Nome, Descrição do cargo, Tipo de responsável, Período da responsabilidade e a Situação do responsável.

120. Possibilitar ao usuário cadastrar responsáveis, pessoas que podem assumir algum tipo de responsabilidade perante a Administração Pública ou fora dela, respondendo sobre as informações de sua responsabilidade na entidade. Esses, podem pertencer ao quadro de funcionários do órgão ou poderão ser terceiros que são designados para exercer determinada função, por exemplo: um engenheiro, um técnico de informática. Diante das características citadas dos responsáveis, permite-se informar o período de responsabilidade mantida sob seu domínio, bem como os dados para cadastro como seus dados pessoais (nome, RG, CPF, endereço, e-mail e telefone) e descrição do cargo que ocupa.

121. Possibilitar ao usuário interagir com os adiantamentos concedidos de suprimentos de fundos e de diárias através da listagem. O usuário poderá filtrar os adiantamentos pelas etapas: "Concedido" e "Comprovado". Também poderá realizar filtros dos adiantamentos "a prestar contas", "encerrados" ou "todos".

122. Possibilitar ao usuário efetuar a anulação da prestação de contas de adiantamento. O preenchimento do cadastro consiste em informar o Número, sua Data, seu Valor; seus Comprovantes vinculados assim como o respectivo Valor a anular.

123. Possibilitar ao usuário cancelar valores das parcelas da dívida já cadastrada. O cadastro consiste em informar a Data de cancelamento, seu Principal, Juros, Encargos e o Motivo (sendo possível informar os últimos motivos utilizados).

124. Possibilitar ao usuário cadastrar acréscimos no valor principal da dívida, que consiste em adicionar um acréscimo no montante da dívida já cadastrada. O usuário interage com esta funcionalidade pelo ícone "engrenagem" ao lado do cadastro da Dívida. O cadastro consiste em informar a Data de acréscimo, seu Valor e sua Especificação (podendo pesquisar as últimas utilizadas).

125. Possibilitar ao usuário cadastrar incorporação de encargos na dívida, que consiste em acrescentar o valor dos encargos nas parcelas da dívida já cadastrada. O usuário interage com esta funcionalidade pelo ícone "engrenagem" ao lado do cadastro da Dívida desejada. O cadastro consiste em informar a Data da incorporação, seu Valor e sua Especificação (podendo pesquisar as últimas utilizadas).

126. Possibilitar ao usuário cadastrar incorporações de juros na dívida já cadastrada, que consiste em acrescentar o valor dos juros nas parcelas da dívida. O usuário interage com esta funcionalidade pelo ícone "engrenagem" ao lado da Dívida. O cadastro de Incorporação de juros é individual por dívida e consiste em informar a Data da Incorporação, seu Valor e sua Especificação (podendo pesquisar as últimas utilizadas).

127. Possibilitar ao usuário interagir com o cadastro de dívidas/precatórios, realizando operações de edição e exclusão de dívidas/precatórios, através da listagem. É possível interagir com a visualização do histórico, que é toda a tramitação temporal da dívida/precatório, além de possibilitar a interação com filtros que possibilitam listar apenas as "Dívidas", "Pecatórios", "Todos", ou apenas "Com saldo".

128. Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar o cadastro de Dívidas. A pesquisa pode ser realizada pelo: Número da dívida, Descrição do credor, Especificação, Número do ato, Data do reconhecimento, Data da apresentação, Tipo da dívida.

129. Na listagem as informações visíveis ao usuário são: Número da dívida, Credor, CPF ou CNPJ, Especificação, Data do reconhecimento, Valor e identificador de dívida (se é dívida ou precatório).

130. Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar os cadastros de Precatórios. A pesquisa por precatórios se dá por: Número, Descrição do credor, Especificação, Número do ato, Data do precatório e Tipo de precatório.

131. Na listagem, as informações visíveis ao usuário são: Número do precatório, Credor, CPF ou CNPJ, Especificação, Data do precatório, Valor e Identificador do precatório.

132. Possibilitar ao usuário cadastrar tipos de precatórios que serão utilizados para classificar os precatórios propriamente ditos. O cadastro consiste em informar a Descrição, e seu Tipo, podendo o mesmo ser Ordinário ou Especial.

133. Possibilitar ao usuário realizar o cadastro de Dívidas, que corresponde ao montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas para amortização em prazo superior a doze meses, decorrentes de Leis, Contratos, Convênios ou tratados e da realização de Operações de crédito. O cadastro consiste em informar a Data de reconhecimento da Dívida, o Valor do principal; seu Número, o Tipo da dívida, seu Credor, seu Ato, sua Especificação (sendo possível inclusive pesquisar as mais recentes); as Parcelas que compõem a Dívida, com seus respectivos Vencimentos, Principal, Juros, Encargos e Marcadores vinculados caso possuam.

134. Possibilitar ao usuário visualizar a descrição, o tipo e complemento do tipo, do cadastro de tipo de dívida ao realizar o cadastro da dívida propriamente dita.

135. Possibilitar ao usuário o cadastro de precatórios que são requisições de pagamento expedidas pelo Judiciário para cobrar de municípios, estados ou da União, assim como de autarquias e fundações, o pagamento de valores devidos após condenação judicial definitiva.

136. O cadastro de precatórios se dá pelo ambiente de dívidas e seu cadastro contém informações relacionadas às Datas do Precatório e de sua Apresentação, seu Valor, Número de identificação, Tipo de precatório, a identificação do seu Credor, o ato relacionado ao precatório, sua especificação, a(s) parcela(s) que o compõe(m) com seu(s) respectivo(s) valor(es) e data(s) de vencimento. Também é possível vincular marcadores para agrupamento dos precatórios desejados.

137. Possibilitar a interação do cadastro de alterações orçamentárias da despesa através da listagem. Através da listagem o usuário poderá interagir com as etapas da alteração orçamentárias que podem ser: Proposta em elaboração, Proposta Concluída, No Legislativo e Sancionada.

138. Na etapa "Proposta em elaboração" o usuário poderá editar, excluir ou ainda avançar o crédito orçamentário para as seguintes etapas: Proposta Concluída, No Legislativo ou Sancionada.

139. Na etapa "Proposta Concluída", o usuário poderá: Reabrir Proposta, retornando-a para a etapa "Proposta em elaboração", Enviar ao Legislativo ou ainda Sancioná-la.

140. Na etapa "No Legislativo", o usuário poderá Reabrir a proposta, retornando-a para a etapa "Proposta em elaboração", ou ainda Sancioná-la.

141. Na etapa "Sancionada", o usuário poderá apenas reabrir a proposta, retornando-a para a etapa "Proposta em elaboração".

142. Nas etapas onde é possível realizar a sanção da proposta, deve ser informado: O ato autorizativo, o ato de abertura e a data da sanção.

143. Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar as alterações orçamentárias da despesa através da listagem. A pesquisa das alterações orçamentárias da despesa pode ser realizada por: Número do organograma da despesa, Descrição do organograma da despesa, Número da despesa creditada, Número da natureza da despesa, Finalidade, Descrição da ação da despesa, Descrição da natureza da despesa, Motivo do crédito não informado, Motivo da origem não informada.

144. Na listagem, as informações visíveis para o usuário são: Despesa, Organograma, Natureza da despesa, Origens, Valor do crédito, Data de conclusão da proposta, Data do envio ao legislativo, Data da sanção, Finalidade.



145. Possibilitar ao usuário cadastrar alterações orçamentárias da despesa que objetivam a intervenção da administração pública, sempre via ato legal (ex.: Lei e/ou Decreto) com alterações no orçamento previamente estipulados. Alterações estas, que devem ser fundamentadas via Fontes de recurso para créditos adicionais (ex.: Anulação de outras despesas (com saldo), Superávit financeiro do exercício anterior, Excesso de arrecadação no exercício, etc), ou seja, todo crédito orçamentário a ser concedido deve ser devidamente fundamentado e com recurso disponível para tal ação. O cadastro consiste em informar o Crédito, a respectiva Despesa que será alterada, o Valor do crédito, a Fonte de recurso e seu Valor, o Tipo de crédito da alteração da despesa, sua Finalidade. Também deve informar a Origem que irá suprir o crédito e sua respectiva Despesa, seu Valor, sua Fonte de recurso e Valor, e um Motivo quando sua origem for não identificada.

146. Possibilitar ao usuário interagir com o cadastro de bloqueios e desbloqueios através da listagem. Através da listagem o usuário poderá interagir com o filtros dos bloqueios, selecionando os registros por: "Todos", "Desbloqueados" ou a "Desbloquear". Poderá realizar operações como: Desbloquear, editar ou excluir bloqueios. Poderá interagir com o histórico do bloqueio, que além de visualizar toda movimentação do registro (bloqueios e desbloqueios), poderá, pelo histórico, editar ou excluir um registro.

147. Possibilitar ao usuário a visualização e pesquisa dos bloqueios/desbloqueios através da listagem. A pesquisa para os bloqueios e desbloqueios pode ser realizada por: Natureza da despesa, Número da natureza da despesa, Descrição da natureza da despesa, Descrição da ação da despesa e Finalidade do bloqueio. Na listagem, as informações visíveis aos usuários são: Número da despesa, Descrição da despesa, Natureza da despesa, Data do bloqueio, Número da solicitação de compras, Valor do bloqueio, Status do bloqueio e Total dos bloqueios pelos filtros realizados.

148. Possibilitar ao usuário desbloquear despesas já bloqueadas para a realização da execução orçamentária. Seu cadastro consiste em informar a Data, seu Valor, sua Finalidade e sua Fonte de recurso.

149. Possibilitar ao usuário cadastrar bloqueios de despesas que é o procedimento feito pelo executivo com objetivo de assegurar o equilíbrio orçamentário, ou seja, equilibrar a execução das despesas e a disponibilidade efetiva de recursos. O cadastro consiste em informar a Despesa bloqueada, a Solicitação de compras, o Processo administrativo, a Data do bloqueio, o Tipo de bloqueio, seu Valor, sua Finalidade e respectiva Fonte de recurso.

150. Possibilitar ao usuário realizar a baixa das despesas extras, cujo objetivo é efetivar o pagamento da despesa extra. O preenchimento do cadastro consiste em informar sua Data, sua Transação financeira, seu Número do documento, sua Conta bancária, seu Recurso e seu Valor.

151. Possibilitar ao usuário interagir com o cadastro de Despesas extras através da listagem. O usuário poderá realizar operações de pagar, editar, anular, excluir, emitir relatório e emitir nota. Poderá ainda interagir com o histórico da despesa extra, onde além de visualizar todas as tramitações da despesa extra, poderá interagir com as mesmas, editando-as, excluindo-as ou anulando-as. Por último, existe a possibilidade de interação com os filtros das despesa extras na listagem, onde o usuário poderá selecionar quais despesas extras deseja visualizar, se "todas", "a pagar", ou "pagas".

152. Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar despesas extras por meio da listagem. A pesquisa por despesas extras pode ser realizada pelo: Número da despesa extra, Credor, CPF ou CNPJ, Especificação, Classificação, por data de emissão ou ainda por valor emitido. Na listagem, as informações visíveis aos usuários são: Credor, CPF ou CNPJ, Especificação, Data de Emissão, Valor, Status e o Totalizador dos valores das despesas extras por filtro.

153. Possibilitar ao usuário cadastrar despesas extras que são despesas cujo pagamento depende de autorização legislativa, ou seja, não integra o orçamento público. Resume-se à devolução de valores arrecadados sob o título de Receitas extraorçamentárias. O cadastro consiste em informar seu Número, sua Data, seu Credor, sua Especificação, sua Classificação, seu Valor, a Vinculação de suas origens, seu Vencimento, suas Retenções, seus Comprovantes. Na baixa da Despesa extra deve ser informada a Transação financeira vinculada, o Número do documento, o Valor da baixa, sua Conta bancária, sua Fonte de recurso e o respectivo Valor da própria baixa.

154. Possibilitar o controle dos saldos das despesas extras por: classificação e fonte de recursos vinculadas a liquidações ou ordens de pagamentos, bem como a realização de seu cadastro de forma dinâmica.

155. Possibilitar ao usuário realizar a anulação total da despesa extra. O preenchimento do cadastro consiste em informar seu Número, sua Data, seu Valor (sendo que o mesmo já é sugerido) e seu Motivo.
156. Possibilitar ao usuário cadastrar a anulação de Em liquidação. O cadastro consiste em informar seu Número, sua Data, seu Valor a anular e respectivo Motivo.
157. Possibilitar ao usuário cadastrar a anulação de empenhos. O cadastro consiste em informar seu Número, Data, Valor a anular e Motivo.
158. Possibilitar ao usuário cadastrar uma anulação de empenho complementar. O cadastro consiste em informar seu Número, sua Data, seu Valor a anular e Motivo.
159. Possibilitar ao usuário cadastrar a Anulação de liquidação. O cadastro consiste em informar o Número, sua Data, seu Valor a anular e o respectivo motivo.
160. Possibilitar ao usuário cadastrar a anulação de pagamento. O cadastro consiste em informar seu Número, sua Data, seu Valor total a anular, seu respectivo Motivo e sua Baixa.
161. Possibilitar ao usuário cadastrar a anulação de um subempenho. O cadastro consiste em informar seu Número, sua Data, seu Valor a Anular e o Motivo da anulação.
162. Possibilitar ao usuário realizar o cadastro de "Em liquidação" que busca o registro contábil no patrimônio de acordo com a ocorrência do fato gerador, não do empenho. Essa regra possibilita a separação entre os empenhos "não liquidados" que possuem fato gerador dos que não possuem, evitando assim a dupla contagem para fins de apuração do passivo financeiro.
163. As informações necessárias ao preenchimento do cadastro são seu Número, sua Data, seu Valor, seus Comprovantes vinculados e suas Retenções caso possuam.
164. Possibilitar ao usuário interagir com o cadastro de empenhos através da listagem. Por meio da listagem, o usuário poderá editar e excluir empenhos, além de poder realizar cópias de empenho, adicionar subempenho, adicionar liquidação, adicionar pagamento, adicionar anulação, emitir relatório e emitir nota. Poderá ainda realizar filtros por empenhos ou restos e empenhos a comprovar.
165. Através do botão tramitar, o usuário poderá efetivar as etapas do "em liquidação", "liquidação" e "pagamento", além de poder gerar um empenho complementar.
166. Através do botão saldo do empenho e subempenho, o usuário poderá verificar o saldo individualizado do empenho e do subempenho, total empenhado e subempenhado, liquidado, pago, comprovado em liquidação, a comprovar e apagar, com projeção "infinita" ou até o fim do exercício financeiro.
167. Através do botão histórico, o usuário poderá verificar todos os tramites do empenho e do subempenho, anulações de empenho e subempenho, em liquidações e anulações, liquidações e anulações, pagamentos e anulações, comprovantes vinculados, retenções, contas bancárias utilizadas nos pagamentos e forma de pagamento. Além disso, através do histórico poderá, anular, editar ou excluir determinada etapa do empenho. Quando
168. Através da listagem, o usuário poderá interagir com as etapas do empenho, filtrando os empenhos por: Emitido, Em liquidação, Liquidado, Pago.
169. Através da interação com o botão resumo geral, localizado no rodapé da pagina, o usuário tem uma visão ampla da situação dos empenhos da entidade, sendo possível identificar o total de valores Inscritos em restos a pagar: Não processado, Processado, Não processado em liquidação; Empenhado, Liquidado, Pago, Emitidos, Comprovados, A pagar não liquidado, Anulados, Cancelados de restos, a pagar liquidado, Em liquidação, A Comprovar e A pagar.
170. Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar os empenhos através da listagem. A pesquisa por empenho pode ser realizada por: Nome do credor, CPF ou CNPJ do credor, Especificação do empenho, Número do empenho, número do em liquidação, número da liquidação, número do pagamento, número do comprovante, número da anulação de empenho, número da anulação do em liquidação, número da anulação da liquidação, número da anulação do pagamento, número da despesa, número do convênio, número da diária, número da dívida, número do precatório, Organogramas, Programas, Ações, Função, Subfunção, Conta bancária, Retenções, Identificador, Tipo, Por data de emissão e valores emitidos. A pesquisa pode ser salva pelo usuário para utilização posterior.
171. As informações da listagem visíveis ao usuário são: Credor, CPF ou CNPJ, Data do empenho, Valor, Especificação e estágio do empenho e total empenhado no rodapé da pagina.
172. Possibilitar ao usuário realizar o cadastro de empenhos objetivando atender o fluxo operacional proporcionado pela Lei nº 4.320/64, onde em seu art. 60 prevê que "é vedada a realização de despesa

sem prévio empenho". Ou seja, este ato visa resguardar saldo orçamentário e criar obrigação de pagamento (art. 58) perante ao credor que realizará a futura despesa.

173. As informações que constam nos registros de empenhos são o seu Número, a Data, Despesa, seu Desdobramento, seu Recurso, detalhamento do recurso, Marcadores, Tipo do empenho, Valor; Especificação. No momento do registro do empenho também é possível vinculá-lo a um identificador que corresponde a um processo específico do sistema tais como:

- Identificador Adiantamento/Credor:
- Credor;
- Identificador Contrato:
- Contrato;
- Obras
- Identificador Convênio:
- Convênio.
- Credor
- Identificador Diária:
- Diária
- Identificador Dívida:
- Dívida;
- Amortização.
- Identificador Precatório:
- Precatório
- Identificador Processo Administrativo:
- Processo Administrativo;
- Participante;
- Contratos;
- Obras.
- Conta bancária do Credor.

174. Também a partir do cadastro do empenho, no momento de salvar, o usuário tem a possibilidade de iniciar imediatamente a fase de "Em liquidação" ou ainda iniciar diretamente a fase da "Liquidação".

175. Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar os adiantamentos concedidos de suprimentos de fundos e de diárias através da listagem. A pesquisa dos adiantamentos se dá pelo: Nome do credor, CPF, CNPJ e pela Especificação do empenho. Na listagem as informações visíveis ao usuário são: Credor, CPF ou CNPJ, Número do adiantamento, Número do empenho, especificação do empenho, data do adiantamento, valor, data limite para utilização, data limite para prestação de contas e status do adiantamento.

176. Possibilitar ao usuário cadastrar adiantamentos concedidos de suprimento de fundos e de diárias. Essa funcionalidade registra todos os adiantamentos concedidos através do pagamento de empenhos que possuam identificadores de "Adiantamento" ou "Diária".

177. Possibilitar ao usuário cadastrar empenhos utilizando como identificador, processos administrativos de exercícios anteriores.

178. Possibilitar ao usuário cadastrar um empenho de contrato sem a existência de um processo administrativo.

179. Possibilitar ao usuário a opção de sugerir o texto da especificação do empenho no cadastro da liquidação, sem a necessidade de digitação.

180. Possibilitar ao usuário realizar o cadastro de liquidação. Conforme dispõe o art. 63 da Lei nº 4.320/1964, a liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito e tem por objetivo apurar: § 1º Essa verificação tem por fim apurar: I – a origem e o objeto do que se deve pagar; II – a importância exata a pagar; III – a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação. § 2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base: I – o contrato, ajuste ou acordo respectivo; II – a nota de empenho; III – os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

181. As informações constantes do preenchimento do cadastro são: Número, Data, Valor, Especificação; Comprovantes vinculados, respectivos Vencimentos e Retenções caso possua.

182. Possibilitar ao usuário a sugestão do histórico do empenho para a liquidação, sem haver a necessidade de digitação.

183. Possibilitar ao usuário realizar o cadastro de pagamento de empenho. O pagamento consiste na entrega de numerário ao credor por meio de cheque nominativo, ordens de pagamentos ou crédito em conta, e só pode ser efetuado após a regular liquidação da despesa.

184. A Lei nº 4.320/64, no art. 64, define ordem de pagamento como sendo o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa liquidada seja paga. A ordem de pagamento só pode ser exarada em documentos processados pelos serviços de contabilidade.

185. As informações necessárias ao preenchimento do cadastro são seu Número, sua Data, o Valor total do pagamento. As informações constantes na baixa são sua Transação financeira e respectivo Número do documento, Valor da baixa, Conta bancária, Recurso e Valor.

186. Possibilitar ao usuário cadastrar subempenhos. A funcionalidade objetiva atender o cenário de resguardo de saldo não utilizado do empenho, objetivando ao atendimento de realização de despesas executadas de forma fracionada. Assim, utiliza-se a figura do subempenho para que não se destine saldo do empenho para outra finalidade que não seja da despesa que está por se realizar. Este ato portanto ocorre antes da realização da despesa (liquidação do empenho).

187. Seu cadastro consiste em informar o número do empenho de referência, a sequência do subempenho, caso não queira a geração automática, a Data, o Valor, sua Conta bancária e Especificação.

188. Possibilitar ao usuário cadastrar uma Solicitação de Diária com Identificador no empenho, com isso, no momento de realizar um Empenho utilizando o identificador "Diária", esse empenho ficará associado à solicitação da diária.

189. Possibilitar ao usuário cadastrar um empenho complementar que objetiva complementar o valor da diferença do empenho do tipo estimativo, quando esta diferença for a maior.

190. Possibilitar ao usuário realizar a Programação financeira da despesa, objetivando especificar e visualizar a Programação financeira mensal para cada Receita aprovada na LOA (Lei Orçamentária Anual).

191. Possibilitar ao usuário interagir com o cadastro de Programação da despesa através da listagem. O usuário poderá realizar filtros da Programação financeira da despesa por: "A programar", "Programado" ou "Todos". Além disso, poderá realizar a programação financeira mensal da Meta financeira estipulada na LOA (Lei Orçamentária Anual), tendo como opção, o rateio do valor por 12 meses.

192. Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar a Programação financeira da despesa através da listagem. A pesquisa da Programação da despesa pode ser realizada por: Número da despesa, Número da ação, Descrição da ação, Natureza da despesa, Número da natureza da despesa, Descrição do organograma e Número do organograma.

193. Na listagem, as informações visíveis ao usuário são: Número da despesa, Natureza da despesa, Descrição da natureza da despesa, Descrição do organograma, Número do organograma, Valor da despesa na LOA (Lei Orçamentária Anual), Valor programado, Status da despesa, Total programado e Detalhe por mês da programação pelo filtro realizado.

194. Possibilitar ao usuário interagir com o cadastro de Programação da receita através da listagem. O usuário poderá realizar filtros da Programação financeira da receita por: "A programar", "Programado" ou "Todos". Além disso, poderá realizar a Programação financeira mensal da Meta financeira estipulada na LOA (Lei Orçamentária Anual), tendo como opção, o rateio do valor por 12 meses.

195. Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar a Programação financeira da receita através da listagem. A pesquisa da Programação da receita pode ser realizada por: Descrição da natureza da receita, Número da natureza da receita, Descrição do organograma e Número do organograma.

196. Na listagem, as informações visíveis ao usuário são: Natureza da receita, Descrição da natureza da receita, Descrição do organograma e Número do organograma, valor da receita na LOA (Lei Orçamentária Anual), Valor programado, Status da receita, Total programado e Detalhe por mês da programação pelo filtro realizado.

197. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros das alterações orçamentárias de receitas. No ambiente da listagem, poderá realizar a edição e exclusão de uma alteração orçamentária desde que esta, não esteja sancionada. Também tem a possibilidade de realizar a sanção da alteração orçamentária da receita, informando a data da sanção e seu respectivo ato. Pode também interagir com

a reabertura de uma alteração orçamentária da receita já sancionada. Também é possível realizar o filtro das alterações por: "Todos", "A sancionar" e "Sancionado".

198. Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar as alterações orçamentária da receita. A pesquisa pode ser realizada por: Número da natureza da receita, Descrição da natureza da receita, Finalidade e Ato. Na listagem as informações visíveis ao usuário são: Tipo de alteração, Finalidade, Número da natureza de receita, Descrição da natureza da receita, Recurso da receita, status, impacto da alteração e data da sanção. Também é possível visualizar no rodapé da página o totalizador dos valores exibidos na listagem.

199. Possibilitar ao usuário interagir com as arrecadações através da listagem. O usuário poderá realizar filtros de arrecadações: "Todas", "Orçamentárias" e "Extra Orçamentárias", "Em elaboração" e "Anuladas". É possível realizar operações de edição, exclusão, emissão de nota de arrecadação e emitir relatório de arrecadação. Ainda na listagem, o usuário poderá interagir com o histórico da arrecadação, onde, além de visualizar toda a movimentação da arrecadação, poderá efetuar operações de anulação, edição e exclusão a partir do histórico.

200. Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar as arrecadações orçamentárias através da listagem. A pesquisa das arrecadações pode ser feita por: Número da natureza da receita, Descrição da natureza da receita, Número da conta bancária, Número da agência bancária, Número do documento, Especificação, Descrição da dedução da receita, Banco e período de arrecadação.

201. Na listagem, as informações visíveis ao usuário são: Transação, Tipo de conta, Data da arrecadação, Valor líquido da arrecadação, Natureza da receita, Descrição da natureza da receita, Valor bruto da arrecadação, Especificação, informação do tipo de arrecadação: se orçamentária ou extra, status da arrecadação (se anulada total ou parcial), informação do estágio da arrecadação (se está em elaboração) e a informação do Total arrecadado conforme aplicação dos filtros (rodapé da página).

202. Possibilitar ao usuário cadastrar arrecadações Extra Orçamentária das receitas que não fazem parte do orçamento de modo que não serão consideradas quando da fixação das despesas públicas. São receitas públicas apenas na acepção mais ampla do termo, uma vez que não poderá o administrador público contar com elas para custear despesas públicas previstas na peça orçamentária. O único motivo que justifica sua inserção no conceito de receita, malgrado não se incorporem ao patrimônio público, é que como adentram nos cofres públicos deverão ser precedidas de lançamento.

203. Seu cadastro consiste em informar a Data da arrecadação, sua Transação financeira identificando a forma de recebimento dos recursos, o Número do documento, seu Valor, a Conta bancária vinculada em conformidade com a Transação financeira previamente selecionada, o Tipo de conta quando informado uma conta bancária, sua Especificação, sua Receita extra orçamentária, o Valor da receita extra orçamentária, sua Fonte de recurso. Caso a arrecadação possua vínculo com outros processos/funcionalidades poderá ser vinculada pelo usuário por meio de um identificador com um Contrato, Convênio ou Dívida.

204. Possibilitar ao usuário anular uma arrecadação extra orçamentária. Seu cadastro consiste em informar a Data da anulação, o Valor a anular (total ou parcial), o Motivo da anulação, Valor da receita e recurso a anular.

205. Possibilitar ao usuário anular uma arrecadação orçamentária. Seu cadastro consiste em informar a Data da anulação, o Valor a anular (total ou parcial), o Motivo da anulação, Valor da receita e recurso a anular.

206. Possibilitar ao usuário realizar a baixa da devolução de receitas, que consiste em determinar a efetivação da devolução da receita. Os dados necessários ao preenchimento do registro são sua Data, sua respectiva transação financeira, seu Número do documento e sua Conta bancária.

207. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de Devoluções de receitas, podendo realizar através da listagem, a edição, exclusão e o pagamento de uma devolução de receita. O usuário ainda poderá interagir com os filtros da listagem, podendo selecionar quais devoluções deseja visualizar, se "todas", "pagas" ou "a pagar".

208. Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar o cadastro de devoluções de receitas através da listagem. A pesquisa pelas devoluções de receita pode ser realizada por: Credor, CPF, CNPJ, Finalidade, Número da natureza da receita, Descrição da natureza da receita, Número da conta bancária da entidade, Número da agência bancária da entidade, banco e por períodos de pagamento.

209. Na listagem as informações visíveis para os usuários são: Credor, Finalidade, Número da natureza da receita, Descrição da natureza da receita, Data da devolução, Data da baixa, Valor da



devolução e Status da devolução. Também é possível visualizar no rodapé da página o totalizador dos valores exibidos na listagem.

210. Possibilitar ao usuário realizar o cadastro de devolução de receitas, com a possibilidade de seleção de transação financeira flexível e possibilidade de descrição da finalidade bem como detalhamento de credor e receitas que foram fato gerador da devolução. Deve ainda permitir um controle de baixa permitindo assim que devolução possa ser registrada para posterior efetivação. Seu objetivo consiste na devolução total ou parcial de receitas orçamentárias que foram recolhidas a maior ou indevidamente, as quais, em observância aos princípios constitucionais da capacidade contributiva e da vedação ao confisco, devem serem devolvidas..

211. Possibilitar ao usuário interagir com o cadastro de Lançamento de receitas, podendo realizar através da listagem, a edição, exclusão, a anulação parcial ou total do Lançamento da receita, bem como, consultar o histórico com a movimentação temporal dos acontecimentos dos lançamentos.

212. Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar os lançamentos de receitas através da listagem. A pesquisa pode ser feita pelo: Número da natureza da receita, Descrição da natureza da receita e Descrição do Lançamento. Na listagem as informações visíveis para o usuário são: Número e Natureza da receita, Descrição do lançamento, Valor, Data, status (Anulada parcial e Anulada Total). Também é possível visualizar o no rodapé da página, o total dos valores da listagem exibida.

213. Possibilitar ao usuário cadastrar o lançamento de receitas consistindo no registro de valores a receber de determinadas receitas da entidade. Conforme Art. 53 da Lei nº 4.320/64: "O lançamento da receita é ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta."

214. Seu cadastro consiste em informar a data, sua receita vinculada, o valor e descrição.

215. Possibilitar ao usuário cadastrar arrecadações orçamentárias das receitas que foram previstas no orçamento de modo que serão consideradas quando da fixação das despesas públicas. O administrador público poderá contar com elas para fazer frente às despesas públicas em que incorrerá o ente, posto que tais receitas são incorporadas ao patrimônio público (não são passíveis de restituição). A arrecadação das receitas orçamentárias carecem de autorização legislativa e a realização desta receita se vinculará à execução do orçamento.

216. Seu cadastro consiste em informar a Data da arrecadação, sua Transação financeira identificando a forma de recebimento dos recursos, o Número do documento, seu Valor Líquido, a Conta bancária vinculada em conformidade com a Transação financeira previamente selecionada, o Tipo de conta quando informado uma conta bancária, sua Especificação, sua Receita orçamentária, o Valor bruto da receita, sua Fonte de recurso. Caso possua Dedução vinculada também deverá ser informada, seu Valor e Fonte de recurso. Caso à arrecadação possua vínculo com outros processos/funcionalidades poderá ser vinculada pelo usuário por meio de um identificador com um Contrato, Convênio, Dívida e se a receita foi lançada previamente ou não.

217. Possibilitar ao usuário emitir o Balancete Dinâmico sendo possível controlar através de filtros a consulta aos lançamentos e movimentações das contas contábeis. Também é possível visualizar os lançamentos das contas conforme o filtro, apresentando em forma de razão da conta, as movimentações da conta analítica em questão.

218. Os filtros possíveis para emissão do balancete dinâmico são por Período: Anual, Mensal e Diário; Grupo, Conta, Visão, Apenas saldo atual, Conta corrente, Componente, Registro contábil, Totalizador por dia, Saldos iniciais, abertura, diários, encerramento e documentos escriturados.

219. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de componentes através da listagem. O usuário poderá realizar operações de edição e exclusão de componentes.

220. Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar os componentes através da listagem. A pesquisa pode ser realizada pela descrição do componente. Na listagem as informações visíveis ao usuário são sua Descrição, sua configuração e seus documentos.

221. Possibilitar ao usuário cadastrar componentes das contas correntes contábeis. É possível criar todos os componentes que serão utilizados para as contas correntes que serão criados. Juntamente com os componentes, que são informações para serem salvas na conta corrente, serão definidos os documentos que irão enviar tais informações para a configuração criada para o componente.

222. O cadastro consiste em informar sua Descrição, sua Configuração, sua Máscara, a Expressão regular, Data limites, Código, Descrição, Mensagem, Documentos de escrituração e respectiva Condição.

223. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de contas correntes contábeis através da listagem. O usuário poderá realizar operações de edição e exclusão de conta corrente, adição, edição e exclusão de conta contábil.

224. Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar os Contas correntes contábeis. A pesquisa pode ser realizada por: Lote, Máscara da conta contábil, Descrição da conta corrente e sua composição. Na listagem, as informações visíveis são: Descrição, Lote, Componente e Conta contábil.

225. Possibilitar ao usuário interagir com a escrituração contábil através do ambiente de escrituração. Através do ambiente de escrituração é possível que o usuário interaja com os filtros do ambiente, podendo selecionar os documentos por: "Todos", "Escrituráveis", "Descartado", "Atrasado", "Não escriturado", "Inconsistente" ou "Escriturado". Também é possível realizar a interação com o calendário, podendo realizar filtros e pesquisas por mês ou por dia selecionado. O usuário ainda poderá realizar operações de escriturar, reescrever, descartar, apagar ou editar documentos, além de poder realizar fechamentos e abertura de períodos.

226. Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar a escrituração de documentos através da listagem. A pesquisa por escrituração contábil pode ser feita pela descrição ou ainda por documento escriturável.

227. Na listagem as informações visíveis ao usuário são: Documento escriturado e seus detalhamentos, descrição, data da escrituração, valor, e status do documento.

228. Possibilitar ao usuário realizar diversos filtros no ambiente de escrituração contábil, tais como: Mês e dia, por documento escriturado e por status(descartado, atrasado, não escriturado, inconsistente e escriturado).

229. Possibilitar ao usuário escriturar contratações com as informações do tipo e descrição do "tipo de objeto".

230. Possibilitar ao usuário realizar o encerramento do período contábil. Através dessa funcionalidade, pelo ambiente de escrituração de documentos contábeis, é possível realizar o encerramento do período contábil, onde uma vez encerrado, este período ficará restrito para escriturações contábeis. O encerramento de período consiste em informar a data para o encerramento.

231. Possibilitar ao usuário reabrir o período contábil após encerrado. Através do próprio ambiente de escrituração contábil, o usuário poderá reabrir o período contábil, onde uma vez reaberto o período não ficará mais restrito para escrituração.

232. Possibilitar ao usuário interagir com as Contas contábeis do Plano de contas através da listagem. O usuário poderá realizar operações de edição, exclusão e de desdobramento de contas.

233. Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar contas contábeis do plano de contas através da listagem. A pesquisa por contas contábeis do plano de contas pode ser realizada pela Descrição e pela Máscara. Na listagem as informações disponíveis ao usuário são a Máscara da conta e sua Descrição.

234. Possibilitar ao usuário cadastrar regras de documentos. O objetivo deste assistente é fazer com que regras contábeis específicas de planos de contas (ex.: PCASP) ou definições de descartes possam aqui ser construídas para aplicação nos documentos escrituráveis cabíveis, ou seja, este assistente terá sua regra aplicada individualmente a um documento recebido.

235. O cadastro consiste em informar sua Descrição, seu Status, o Documento escriturável e sua Condição.

236. Disponibilizar ao usuário recursos para permitir a criação e emissão de relatórios de forma flexibilizada.

237. Disponibilizar aos usuários recursos para permitir a criação e geração de arquivos de forma flexibilizada.

238. Permitir que o cliente seja mantido no mesmo exercício ao alternar a entidade logada no sistema.

239. Possibilitar ao usuário a possibilidade de poder alterar a entidade logada no sistema rapidamente.

240. Permitir ao usuário trocar de Entidade e/ou Exercício sem sair do sistema.

241. Permitir acessar outros sistemas de forma dinâmica partindo do atual logado pelo usuário por meio de uma janela de contexto que exiba outros sistemas.

242. Permitir personalizar o registro com informações complementares conforme necessidade da entidade, selecionando o tipo de dado que pode ser Área de Texto, CNPJ, CPF, Data, Data/Hora, E-Mail, Hora, Inteiro, Lista de seleção, Múltipla Seleção, Telefone, Texto e Valor (Fracionário), Descrição,

Tamanho, Dica de preenchimento quando o tipo de dado exigir e ainda indicar se ele é de preenchimento obrigatório ou não.

243. Deve possibilitar também o agrupamento destes dados e a sua publicação entre as entidades.

244. Possibilitar ao usuário emitir notas e relatórios a partir dos próprios ambientes do sistema

245. Permitir personalizar o registro com informações complementares conforme necessidade da entidade utilizando informações adicionais.

246. Permitir personalizar o registro com informações complementares conforme necessidade da entidade utilizando informações adicionais.

247. Assegurar que as contas só recebam lançamentos contábeis no último nível de desdobramento do Plano de Contas.

248. Efetuar os lançamentos automáticos das variações patrimoniais no momento da liquidação de empenho e arrecadação da receita.

249. Não permitir a exclusão de lançamentos contábeis automáticos da execução orçamentaria.

250. Possibilitar ao usuário a emissão e utilização de relatórios anuais obrigatórios - Lei 4.320/86:

251. AN-01 - Demonstrativo Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas

252. AN-02 - Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas

253. AN-02 - Receita segundo as Categorias Econômicas

254. AN-06 - Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária

255. AN-08 - Dem. Despesas por Funções, Subfunções e Programas conforme Vínculo

256. AN-09 - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções

257. AN-15 - Demonstração das Variações Patrimoniais

258. AN-16 - Demonstração da Dívida Fundada Interna/Externa

259. Permitir personalizar o registro com informações complementares conforme necessidade da entidade utilizando informações adicionais.

260. Permitir personalizar o registro com informações complementares conforme necessidade da entidade utilizando informações adicionais.

261. No estorno de empenhos gerados através de ordens de compra permitir estornar também os itens da ordem.

262. Permitir personalizar o registro com informações complementares conforme necessidade da entidade utilizando informações adicionais.

263. Permitir estorno total ou parcial tanto do saldo da liquidação quanto do valor das retenções, possibilitando a substituição ou alteração dos documentos fiscais.

264. Permitir personalizar o registro com informações complementares conforme necessidade da entidade utilizando informações adicionais.

265. Emitir relatório das notas extra orçamentárias emitidas, estornadas e pagas, consolidando por entidade.

266. Emitir os razões analíticos de todas as contas integrantes dos Sistemas Financeiro, Patrimonial e de Controle.

267. Permitir emissão da receita por fontes e legislação.

268. Anexos da Lei 4.320: Anexo 15 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais (Lei 4320/64).

269. Anexos da Lei 4.320: Anexo 13 - Balanço Financeiro (Lei 4320/64art.103).

270. Emitir Livro Razão e Livro Diário com termo de abertura e encerramento.

271. Permitir a emissão de anexos em atendimento a Resolução do Tribunal de Contas.

272. Permitir a emissão de relatórios de restos a pagar inscritos, processados e pagos separado por ano, em processados e não processados , agrupado por função, subfunção, elemento totalizando cada agrupamento e consolidando por entidade.

273. Permitir personalizar o registro com informações complementares conforme necessidade da entidade utilizando informações adicionais.

274. Permitir o bloqueio e desbloqueio de dotações, inclusive objetivando atender ao artigo 9 da Lei Complementar 101/2000 (LRF).

275. Controlar os saldos das dotações orçamentárias em tempo real não permitindo bloquear ou empenhar sem que exista saldo disponível.

276. Permitir personalizar o registro do desbloqueio com informações complementares conforme necessidade da entidade utilizando informações adicionais.



277. Permitir personalizar o registro de bloqueio com informações complementares conforme necessidade da entidade utilizando informações adicionais.
278. Permitir personalizar o registro com informações complementares conforme necessidade da entidade utilizando informações adicionais.
279. Não permitir o cadastro de fornecedores duplicados com o mesmo CNPJ ou CPF.
280. Permitir personalizar o registro com informações complementares conforme necessidade da entidade utilizando informações adicionais.
281. Permitir personalizar o registro com informações complementares conforme necessidade da entidade utilizando informações adicionais.
282. Controlar os saldos das dotações orçamentárias em tempo real não permitindo bloquear ou empenhar sem que exista saldo disponível.
283. Permitir a alteração das datas de vencimento dos empenhos visualizando a data atual e a nova data de vencimento sem a necessidade de efetuar o estorno das liquidações do empenho.
284. Permitir personalizar o registro com informações complementares conforme necessidade da entidade utilizando informações adicionais.
285. Possibilitar ao usuário a sugestão dos mesmos marcadores vinculados ao Recurso da Despesa da LOA, no empenho.
286. Possibilitar ao usuário a sugestão nos empenhos, dos mesmos marcadores da Despesa da LOA e Despesa não prevista na LOA.
287. Permitir personalizar o registro com informações complementares conforme necessidade da entidade utilizando informações adicionais.
288. Possibilitar ao usuário a utilização de validações de escrituração visando armazenar e gerir as integridades contábeis dos registros contábeis mantidos no ambiente de escrituração de documentos.
289. Permitir personalizar o registro com informações complementares conforme necessidade da entidade utilizando informações adicionais.
290. Permitir a transferência dos saldos de balanço para o exercício seguinte, no encerramento do exercício.
291. Permitir a anulação de empenhos estimativos para que os mesmos não sejam inscritos em restos a pagar.
292. Verificar estruturação da configuração de fases de encerramento de exercício.
293. Criar virada de exercício da escrituração
294. Permitir personalizar o registro com informações complementares conforme necessidade da entidade utilizando informações adicionais.
295. Permitir ao administrador definir as configurações de permissões para os acessos às funcionalidade do sistema da entidade, identificando se o usuário possui autorização para acesso, criação, edição ou exclusão de dados.
296. Possibilitar ao usuário utilizar marcadores nos cadastros de Contas Bancárias, Despesas extras, Despesas e Receitas não previstas na LOA, podendo, conforme o caso, classificar, identificar ou organizar os cadastros supracitados, conforme sua necessidade.
297. Permitir emitir prévia e geração automática de empenhos da folha de pagamento.
298. Permitir configuração da despesa e da receita para controles, como de gastos com educação (Lei 9424/1996), FUNDEB (Lei 9394/1996), saúde, pessoal e renúncia de receitas
299. Permitir ao usuário realizar a assinatura digital de documentos emitidos no sistema com certificados do Tipo A1 e A3 e possibilitando a aplicação de múltiplas assinaturas nos documentos.
300. Permitir personalizar o registro com informações complementares conforme necessidade da entidade utilizando informações adicionais.
301. Possibilitar ao usuário emitir Relatórios Gerenciais, tais como:
- Relatório de Arrecadações orçamentárias;
  - Relatório de Arrecadações extraorçamentárias;
  - Relatório do comparativo da Receita orçada e arrecadada.
  - Relatório do comparativo da Despesa autorizada com a realizada.
302. Permitir personalizar o registro com informações complementares conforme necessidade da entidade utilizando informações adicionais.
303. Permitir personalizar o registro com informações complementares conforme necessidade da entidade utilizando informações adicionais.

304. Permitir inscrever as contas contábeis automaticamente no Sistema de Compensação dos empenhos de adiantamentos, quando da sua concessão e o lançamento de baixa respectivo, quando da prestação de contas.
305. Permitir personalizar o registro com informações complementares conforme necessidade da entidade utilizando informações adicionais.
306. Gerar os arquivos para o Tribunal de Contas do Estado. e-Sfinge (SC) etc.
307. Permitir a emissão de relatórios nos moldes das solicitações dos sistemas de Prestações de Contas SIACE/LRF.
308. Emitir relatório de VPA/VPD por nível de consolidação, permitindo consolidar por entidade.
309. Emitir relatórios demonstrativos para recolhimento do PASEP e INSS de autônomos;
310. Efetuar o controle automático dos saldos das contas, apontando eventuais estouros de saldos.
311. Permitir o gerenciamento das notas de despesa extra orçamentárias e dos seus estornos totais ou parciais e o cancelamento da sua anulação.
312. Permitir a emissão do Demonstrativo de funções, subfunções e programas por categoria econômica da despesa realizada.
313. Permitir a geração automática do(s) arquivo(s) para envio do SIOPS do Ministério da Saúde, conforme leiaute disponibilizado pelo Ministério da Saúde
314. Permitir gerar comparativo por fonte de recurso, demonstrando as receitas e despesas.
315. Permitir que seja feita a contabilização do regime próprio de previdência em conformidade com a Portaria 916 do ministério de previdência e de demais normas legais.
316. Possuir consulta dos saldos das contas contábeis e dos saldos por vínculo de recursos de cada conta, demonstrando os valores mês a mês.
317. Permitir a emissão de relatório de despesa por função, órgão e fonte de recurso.
318. Emitir relatórios demonstrativos dos gastos com Educação ( Lei 9424/1996), FUNDEB (Lei 9394/1996), Saúde e Pessoal, com base nas configurações efetuadas nas despesas e nos empenhos.
319. Possuir consulta/demonstrativo de excesso de arrecadação por conta de receita e por fonte de recursos.
320. Emitir documento final (recibo de prestação de contas) no momento da prestação de contas do recurso antecipado.
321. Emitir relatório gerencial de execução de créditos adicionais abertos por Excesso de Arrecadação por ?Destinação de Recursos?, evidenciando possíveis divergências.
322. Permitir gerar relatórios de reserva e dos saldos disponíveis das dotações.
323. Permitir a emissão de relatórios de empenhos emitidos, liquidados e pagos consolidando por entidade.
324. Controlar os restos a pagar em contas separadas por exercício, para fins de cancelamento, quando necessário.
325. Emitir relatório gerencial de execução de créditos adicionais abertos por Superávit Financeiro por ?Destinação de Recursos?, evidenciando possíveis divergências.
326. Permitir a emissão de extratos por: Empenho (nos modos: EMPENHADO, LIQUIDADO, A PAGAR, A LIQUIDAR E PAGO); Fornecedor; Dotação; Restos a pagar processado; Restos a pagar não processado.
327. Permitir um controle de custos dos gastos por item, tais como: despesas com energia elétrica, gasolina, papel, telefone, etc., conforme determina o artigo 50 Parágrafo 3º da LRF.
328. Permitir a emissão de relatórios para controle de bloqueios:
329. Emissão da nota de bloqueios/desbloqueio;
330. Relação de bloqueios de Dotação com Saldo.
331. Possuir um validador de dados possibilitando gerar relatórios para conferência de inconsistências a serem corrigidas no sistema antes de gerar os arquivos para TCE, de forma a indicar os campos a serem preenchidos e /ou corrigidos.
332. Emitir relatório da posição dos precatórios.
333. Permitir na emissão do empenho a validação da data de vencimento certidões negativas apresentadas na licitação.
334. Permitir bloqueio na liquidação de despesa cuja chave de controle da Nota Fiscal seja inválida;
335. Possuir tela de geração sequencial de diferenças de fontes de recursos detalhando todas as fontes.

336. Permitir a geração de relatório para conferência de inconsistências a serem corrigidas no software antes de gerar os arquivos para o Tribunal de Contas do Estado.
337. Possibilitar ao usuário a emissão e utilização de relatórios mensais
338. Possibilitar ao usuário cadastrar fontes de divulgação, que são os meios de comunicação por onde serão divulgados com transparência as publicações dos atos da Administração Pública. O cadastro consiste em informar o Nome da fonte de divulgação e seu respectivo Meio de comunicação.
339. Possibilitar ao usuário cadastrar naturezas de texto jurídico, cujo objetivo é determinar a essência do texto do ato. O cadastro consiste somente em informar sua Descrição.
340. Possibilitar ao usuário cadastrar Comprovantes que poderão ser vinculados a diversos cadastros dos sistema tais como: Liquidações, Prestações de contas de adiantamentos e diárias e Despesas extras.
341. O cadastro do comprovante consiste em informar sua Classificação(Compras e Serviços ou Prestação de contas), seu Tipo de comprovantes, seu Nº comprovante, sua Data de emissão, sua Série do comprovante, seu Código de validação do comprovante, seu Credor, Valor e Finalidade.
342. Possibilitar ao usuário cadastrar os tipos de comprovantes que serão utilizados no cadastro de comprovantes para identificar o tipo de documento fiscal (Nota fiscal, Sentença Judicial, Guia de recolhimento, Outros, Recibo, Fatura, Bilhete de passagem, Cupom fiscal, Conhecimento). O preenchimento do cadastro consiste em informar sua Descrição e respectivo Tipo ( NF-Nota fiscal, SJ-Sentença Judicial, GR-Guia de recolhimento, OU-Outros, RE-Recibo, FA-Fatura, BP-Bilhete de passagem, CF-Cupom fiscal e CN-Conhecimento).
343. Possibilitar ao usuário cadastrar Recursos que representam as fontes financeiras que deverão sustentar e assegurar o desenvolvimento do plano de ação e atingir o objetivo do governo.
344. O cadastro consiste em informar seu Número (Respeitando a formatação prévia da configuração de recursos), seu Tipo (Ordinário e Vinculado), sua Descrição e se trata de um Recurso de superávit financeiro (somente habilitado se na configuração de recursos estiver marcada a opção "Enumerar de forma distinta os recursos de superávit").
345. Possibilitar ao usuário cadastrar entidades que são a representação jurídica da corporação que possui a licença do software, além da representação jurídica e legal da entidade em si. A efetivação da entidade proprietária depende de uma licença de uso do software.
346. O cadastro consiste em informar a Imagem(brasão) da entidade, seu Nome, seu CNPJ, seu Município, sua Sigla, sua Natureza jurídica, seu Endereço, seu Número, Complemento, Bairro, CEP, E-mail, Site, Telefone, Fax, Horário de Funcionamento, Esfera de governo, Identificador de entidade, RPPS e Fuso horário.
347. Possibilitar ao usuário cadastrar os ordenadores da despesa, que são autoridades cujo seus atos resultam em emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimimento ou dispêndio de recursos. O cadastro consiste em informar seu Nome, seu CPF, seu Organograma vinculado, seu Período de Responsabilidade (Data Inicial e Data Final) e o Motivo da baixa caso ocorra.
348. Possibilitar ao usuário anexar arquivos no cadastro de atos.
349. Possibilitar ao usuário efetuar a prestação de contas de adiantamento de suprimentos de fundos e de diárias, cuja finalidade é um dever constitucional de qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros,
350. bens e valores públicos e, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, constituindo
351. instrumento de transparência de gestão fiscal.
352. Após o pagamento de um empenho de adiantamento ou de diária, esse adiantamento ficará disponível para prestação de contas no ambiente de adiantamentos. A prestação de contas do adiantamento é realizada pela interação do usuário com o ambiente de listagem, sendo que na efetiva prestação de contas deverão ser informados o respectivo Número e Data da prestação, os comprovantes das despesas vinculadas e seus respectivos valores. Também é possível efetuar a devolução de valores não utilizados, caso existam.
353. Possibilitar ao usuário realizar a devolução de valores não utilizados no adiantamento, atendendo a necessidade da devolução dos valores de adiantamento ou de diárias que não foram utilizados. O usuário pode executar a devolução do saldo, o que desencadeia a anulação dos documentos de pagamento, liquidação, em liquidação (se existir) e empenho com o valor devolvido.
354. Permitir vincular Marcadores nos cadastros de dívidas, a fim de classificar, identificar e organizar registros com características comuns entre si.

355. Possibilitar ao usuário o cadastro de alterações orçamentárias da receita que objetiva alterar o valor previsto da Receita ou até mesmo criar Receitas que por algum motivo não foram previstas na LOA. Esta alteração pode ocorrer ou não por opção do usuário por meio de algum ato autorizativo (Lei, Decreto, etc.). O cadastro consiste em informar o tipo de alteração, sua finalidade, a respectiva Receita, o Recurso da Receita, a Dedução, o Valor da dedução, seu Impacto da alteração( se aumenta ou diminui), e o respectivo Valor.

356. Possibilitar ao usuário cadastrar Contas correntes contábeis que têm como objetivo criar toda a configuração de Contas correntes, desde seu lote, seus componentes, como também suas configurações. O cadastro consiste em informar sua Descrição, seu Lote, sua Vigência e os componentes que o integram.

357. Possibilitar ao usuário estornar um lançamento contábil, que consiste em reverter a escrituração de lançamentos contábeis já existentes. Seu cadastro consiste em informar o Lançamento contábil desejado, sua data de estorno, seu histórico e valor.

358. Possibilitar ao usuário realizar o cadastro de Lançamentos de Abertura que dentre outros, são os lançamentos dos resultados acumulados de exercícios anteriores e inscrição de restos a pagar.

359. Possibilitar ao usuário realizar o cadastro dos saldos contábeis iniciais. Através do ambiente de escrituração de documentos, é possível realizar os lançamentos de inscrição de saldos nas contas contábeis. O cadastro consiste em informar a conta contábil, o tipo de lançamento, valor, Fase e histórico do lançamento.

360. Possibilitar ao usuário recepcionar/armazenar os documentos enviados pelos departamentos competentes para proceder com a escrituração contábil. O ambiente de escrituração é responsável pela escrituração contábil de todas as rotinas do sistema. Todas as operações passíveis de escrituração, serão abrangidas e registradas no ambiente. O ambiente recepcionará tanto documentos do próprio sistema Contábil como documentos advindos de outros sistemas, como é o caso do sistema de Patrimônio. A materialização do registro contábil no ambiente de escrituração, se dá através do estímulo de cada documento. Por exemplo, ao salvar um empenho, o registro contábil já deverá imediatamente, estar no ambiente de escrituração, o mesmo acontece com a liquidação, pagamento e etc.

361. Possibilitar ao usuário realizar o cadastro de Lançamento Contábil de forma manual. Através do ambiente de escrituração contábil, há a possibilidade de realizar os lançamentos contábeis que não são contemplados por rotinas do sistema, seja por motivos de ajustes ou por razões legais. O cadastro consiste em informar o Número do lançamento, sua data, seu histórico, suas contas contábeis, seu tipo, valor e par. Nessa funcionalidade, o usuário também tem a possibilidade de informar um roteiro contábil pré-definido utilizando os eventos contábeis.

362. Possibilitar ao usuário cadastrar Eventos contábeis objetivando configurar roteiros pré-definidos para a realização da escrituração contábil conforme particularidade de cada documento escriturável. O cadastro de Eventos consiste em informar o Número do evento, seu Título, sua Vigência, o respectivo Documento escriturável, sua Abrangência, sua Aplicabilidade, sua Condição que é a definição de um script para reconhecimento da escrituração, a descrição de seu Histórico, o Histórico de Estorno. No Roteiro Contábil devem ser informadas as Contas contábeis integrantes do Roteiro, seu Tipo (Débito ou Crédito), seu Par e Desdobramento caso possua.

363. Possibilitar ao usuário cadastrar contas contábeis no Plano de Contas conforme determina sua Legislação aplicada, seja ela Federal ou Estadual. O cadastro de contas contábeis consiste em informar a Máscara da conta, seu Tipo (Sintético ou Analítico), seu Período de vigência, sua Descrição e descrever sua Função.

364. Possibilitar ao usuário configurar o plano de contas conforme determina a legislação Federal ou de seu Estado. Consiste em informar a Descrição da sua configuração, seu Nível (limitado até 30 níveis), uma Descrição, a Quantidade de dígitos (limitado até 10 dígitos), o Separador podendo ser ponto, hífen ou barra. Em um exercício, é possível colocar em uso uma configuração, tornando o plano de contas válido para utilização no exercício.

365. Possibilitar ao usuário gerar informações do sistema Contábil para o SIOPE

366. Possibilitar ao usuário emitir e utilizar relatórios legais da LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal.

367. Relatório Resumido da Execução Orçamentárias:

- Anexo 1 - Balanço Orçamentário
- Anexo 2 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
- Anexo 3 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

- Anexo 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias
  - Anexo 6 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal
  - Anexo 7 - Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão
  - Anexo 8 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
  - Anexo 12 - Demonstrativo das Receitas de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde
  - Anexo 13 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas
  - Anexo 14 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
- Relatório de Gestão Fiscal:
- Anexo 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Estados, DF e Municípios
  - Anexo 2 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - DCL
  - Anexo 3 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores
  - Anexo 4 - Demonstrativo das Operações de Crédito
368. Anexo 6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal
369. Possibilitar ao usuário criar e configurar as Classificações contábeis no intuito de contribuir na construção de relatórios e demais artefatos.
370. Possibilitar ao usuário a realização da prestação de contas para o Tribunal de Contas de Santa Catarina, através do envio de arquivos via web.
371. Possibilitar ao usuário enviar dados do sistema contábil para o portal da transparência, visando a disponibilização em tempo real, das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira dos municípios.
372. Gerar os arquivos para o Tribunal de Contas do Estado.
373. Permitir ao usuário interagir através de um painel com os registros oriundos do serviço de interação do compras, possibilitando a efetivação do bloqueio e desbloqueio orçamentário.
374. Possibilitar ao usuário efetuar a interação de Empenhos do sistema Contábil com o Compras dispensando-o de informar um processo administrativo.
375. Permitir ao usuário interagir através de um painel com os registros oriundos do serviço de interação de empenhos, possibilitando a efetivação do empenho, anulação de empenho, em liquidação, anulação de em liquidação, liquidação e anulação de em liquidação.
376. Possibilitar ao usuário realizar a interação entre os sistemas Contábil e Folha de Pagamento, tornando possível a interação com o cadastro de empenhos da folha sem a necessidade de digitação. Permitir a geração prévia dos empenhos possibilitando manutenções dos registros antes da efetivação.
377. Permitir ao usuário interagir através de um painel com os registros oriundos do serviço de interação da arrecadação, possibilitando a sua efetivação.
378. Permitir ao usuário configurar a interação com o sistema de tributos possibilitando um de/para entre a natureza da receita e dedução de receita na contabilidade e o tributo formando uma descrição e um tipo que pode ser tributo, correção, multa, juros, dívida ativa tributária e correção de dívida ativa tributária.
379. Permitir ao usuário interagir com os registros de interação através do ambiente de escrituração com as mesmas características de um documento interno. Os documentos passíveis desta interação são: Inscrição de Dívida Ativa, Cancelamento de Dívida Ativa, Prescrição de Dívida Ativa, Desconto de adiantamento de férias, Desconto de adiantamento de décimo terceiro salário, Desconto de adiantamento de remunerações. Apropriação de férias, Apropriação de décimo terceiro salário, Apropriações diversas, Baixa de apropriação de férias, Baixa de apropriação de décimo terceiro salário e Baixa de apropriações diversas.
380. Possibilitar ao usuário utilizar alterações contratuais do tipo "aditivo" ou "apostilamento" via interação com o compras; na emissão de empenhos; arrecadações, bem como na escrituração desses documentos.
381. Possibilitar ao usuário descartar registros de interações nos serviços de empenhos, bloqueios/desbloqueios, arrecadações e escrituração.
382. Possibilitar ao usuário realizar a interação entre os sistemas Contábil e Tributos, sendo possível interagir com registros de arrecadações orçamentárias e extraorçamentárias, devoluções de receitas, lançamentos de receitas e dívida ativa.



**COMPRAS CLOUD**

1. Permitir a um profissional autorizado pela entidade registrar os textos das contratações, como o próprio contrato, possibilitando nomeá-lo, indicar sua referência, selecionar um modelo de layout previamente definido e, disponibilizar as ferramentas de edição de texto necessárias para criação do mesmo diretamente no sistema.
2. Permitir que o usuário possa consultar e fazer download dos documentos anexados no registro da sessão de julgamento.
3. Permitir ao usuário criar e editar a ata da sessão de julgamento durante o andamento da sessão e a partir de um modelo de ata selecionado pelo usuário.
4. Permitir ao usuário visualizar as atas de registro de preços conforme sua situação, caso esteja vigente, vencida, suspensa ou cancelada. Possibilitando a utilização de filtros ou pesquisa rápida para mostrar apenas o que for desejado pelo usuário.
5. Permitir ao usuário visualizar a lista das atas de registro de preços cadastradas no sistema, mostrando algumas informações principais, tais como: o número, fornecedor, processo administrativo, data da assinatura e vencimento, valor e situação atual.
6. Permitir ao usuário inserir as atas de registro de preços, podendo ser a partir da homologação do processo de licitação ou então com base nos itens de uma ata de registro de preço cancelada e que possui saldo pendente.
7. Permitir ao usuário inserir uma nova ata de registro de preço com base nos itens cancelados de uma outra ata. O saldo pendente dos itens que foram cancelados deverão ser controlados automaticamente pelo sistema.
8. Permitir ao usuário informar os atos finais do processo referentes a homologação e adjudicação, informando o tipo de ato, a data e responsável pelo ato.
9. Permitir a um profissional autorizado pela entidade cadastrar os atos administrativos da administração pública, possibilitando informar caso se trate de uma lei, decreto ou portaria, indicar o número, sua natureza jurídica, ementa, data da criação, data da publicação, data a vigorar, data da revogação, bem como os dados da publicação como o número do diário oficial e o fornecedor responsável.
10. Permitir a um profissional autorizado pela entidade cadastrar as despesas orçamentárias do exercício e que serão utilizadas para garantir o pagamento das aquisições, permitindo que sejam inseridas manualmente ou então importadas do sistema de contabilidade.
11. Permitir a um profissional autorizado pela entidade manter os dados cadastrais da entidade como endereço, telefone, e-mail, site, horário de funcionamento e a indicação se a entidade possui um regime próprio de previdência privada.
12. Permitir cadastrar os dados correspondentes aos endereços, possibilitando informar os logradouros, condomínios, loteamentos, bairros, distritos, estados e municípios.
13. Possibilitar a um profissional autorizado pela entidade incluir novos campos nos principais cadastros do sistema, podendo selecionar o tipo de dado, descrição e tamanho quando o tipo de dado exigir e ainda indicar se ele é de preenchimento obrigatório ou não.
14. Permitir cadastrar os cargos dos responsáveis envolvidos com os processos de compras da entidade.
15. Permitir a um profissional autorizado cadastrar processos referentes a chamada pública para credenciamento de fornecedores interessados em atender o objeto do edital, permitindo que mais de um fornecedor possa ser credenciado para um mesmo item.
16. Permitir ao usuário executar a classificação das propostas de forma automática, aplicando as diversas regras indicadas como forma de julgamento no cadastramento do processo licitatório, possibilitando ainda que o usuário modifique a classificação indicada pelo sistema, se necessário.
17. Permitir a um profissional autorizado pela entidade, indicar a configuração da estrutura organizacional a ser utilizada no exercício, onde ainda podem ser criadas novas configurações caso exista necessidade.
18. Permitir a um profissional cadastrar os consórcios formados por empresas para participarem de processos licitatórios, informando se o consórcio está constituído ou em formação, sua descrição, o CNPJ caso já esteja constituída e informar as empresas que fazem parte do consórcio, indicando o seu CNPJ e o percentual de participação e qual delas é a principal.

19. Permitir a um profissional cadastrar os convidados para a licitação da modalidade Convite, informando o fornecedor, data e hora do convite, do recebimento e ainda se o mesmo mostrou interesse em participar da licitação, registrando sua auto-convocação.
20. Permitir a um profissional autorizado pela entidade reabrir uma cotação de preços após finalizada, a fim de ajustar valores ou dados da pesquisa de preço efetuada.
21. Possibilitar a visualização das cotações de preços realizadas pela entidade, com a indicação do objeto, quantidade de itens, data de validade e situação.
22. Permitir a um profissional autorizado pela entidade registrar as cotações de preços necessárias para estimar o preço dos itens que deseja adquirir ou contratar, realizando a média desses preços automaticamente ao finalizar a cotação, informando o responsável pela cotação, condição de pagamento, prazo de entrega ou execução, validade e o objeto.
23. Permitir ao usuário informar os dados da origem do processo de adesão à ata de registro de preços, podendo informar o órgão público de origem, os dados principais do processo, número da ata e a data da ata e sua validade.
24. Possibilitar a um profissional autorizado pela entidade informar as despesas orçamentárias referentes ao processo administrativo manualmente, ou de forma automática com o vínculo da solicitação de compra de origem.
25. Permitir ao usuário do sistema registrar os documentos apresentados pelo fornecedor e correspondentes a sua habilitação para participar do processo de licitação, informando suas datas de emissão e validade, bem como sua situação, se está válida, inválida ou não apresentou.
26. Permitir a um profissional autorizado a indicar os documentos e/ou certidões que serão exigidos dos participantes do processo licitatório.
27. Possibilitar a um profissional autorizado pela entidade criar um processo de licitação atendendo a demanda de várias entidades interessadas em participar do processo, e visualizar essas entidades posteriormente que estão vinculadas no processo. São os processos multientidade, onde o sistema administra a quantidade dos itens individualmente, bem como controla o envio dos dados para empenhamento na contabilidade de cada entidade.
28. Permitir realizar a inclusão de diversas especificações do material ou serviço que estão relacionadas. Isso para que não haja duplicidade de registros com informações semelhantes.
29. Permitir ao profissional cadastrar as fontes de divulgação dos atos administrativos registrados pela entidade pública, possibilitando informar a descrição e o meio de comunicação correspondente.
30. Possibilitar a um profissional autorizado pela entidade selecionar a forma de contratação ou procedimento a ser adotado para o processo, caso se trate de uma licitação, contratação direta, adesão à ata de registro de preço ou chamada pública / credenciamento.
31. Permitir desativar o registro de um fornecedor para que essa informação não seja mais listada para vínculo em novas solicitações ou processos.
32. Permitir que o usuário realize uma pesquisa no registro dos fornecedores, a fim de localizá-los, pelo nome ou pelo CNPJ ou CPF, devendo mostrar os dados caso já exista cadastro.
33. Permitir aos profissionais da entidade registrar os sócios da empresa fornecedora, nome, as datas de inclusão e desligamento e o percentual de participação na sociedade.
34. Permitir aos profissionais da entidade cadastrar os fornecedores, sejam eles pessoa física ou jurídica, contendo o nome, o CPF ou CNPJ, telefone, e-mail, site e endereço. Para os casos específicos de pessoa jurídica possibilitar inserir os dados do ato constitutivo da empresa.
35. Possibilitar que o responsável pelo processo possa finalizá-lo e disponibilizá-lo para a geração dos contratos em cada entidade participante do processo ou conforme configuração selecionada. As contratações serão inseridas no sistema de gestão de contratos da entidade correspondente.
36. Possibilitar a um profissional autorizado pela entidade gerenciar as permissões dos usuários por grupo ou individualmente.
37. Disponibilizar a um profissional autorizado pela entidade recursos para geração de arquivos para sistemas/órgãos externos.
38. Permitir ao usuário criar validações das funcionalidades de forma personalizada, conforme a necessidade do usuário.
39. Disponibilizar a um profissional autorizado pela entidade recursos para geração de validações específicas nas funcionalidades do sistema.

40. Possibilitar a um profissional autorizado pela entidade criar relatórios personalizados para a entidade.
41. Permitir a um profissional registrar os grupos e classes, utilizados para categorizar os materiais e serviços.
42. Possibilitar que o usuário registre as impugnações feitas ao processo informando o nome do impugnante, data, motivo, além de possibilitar o registro do resultado final após análise por parte dos responsáveis pelo processo.
43. Permitir aos profissionais acessar outros sistemas contratados pela entidade simultaneamente.
44. Permitir aos usuários do sistema trocar de entidade e/ou exercício sem ter que fechá-lo.
45. Disponibilizar infraestrutura para execução da aplicação web e seu banco de dados.
46. Possibilitar a exportação dos itens do processo para serem utilizados por sistema ou aplicativo específico de digitação de proposta de preço, o qual irá gerar arquivo contendo os preços ofertados pelo fornecedor e que serão posteriormente importados para dentro do sistema.
47. Possibilitar a exportação dos Itens da cotação de preços para serem utilizados por sistema ou aplicativo específico de digitação de proposta de preço, o qual irá gerar arquivo contendo os preços ofertados pelo fornecedor e que serão posteriormente importados para dentro do sistema.
48. Possibilitar que o usuário registre as interposições de recursos realizadas pelos participantes do processo administrativo, informando o protocolo de registro, a data, a referência para qual etapa o participante interpôs o recurso, qual o participante e o motivo pelo qual o fez. Permitindo ainda que seja registrada a sua tramitação, conforme as etapas de análise do recurso, o qual poderá ser deferido ou indeferido.
49. Permitir ao usuário inserir os itens da ata de registro de preços com base nos itens do processo de licitação que foram vencidos pelo fornecedor que foi informado na ata de registro de preços.
50. Permitir a um profissional autorizado pela entidade selecionar as solicitações de compra que farão parte da cotação de preço que será criada para apuração do preço médio a ser estimado, devendo agrupar as quantidades dos itens da solicitação que possuam o mesmo material.
51. Permitir a um profissional autorizado pela entidade registrar os itens da solicitação de compra, informando o material ou serviço que deseja, a quantidade e o preço unitário estimado.
52. Permitir a um profissional autorizado pela entidade inserir os itens do processo administrativo contendo o material ou serviço a ser adquirido, quantidade, preço unitário previsto, preço total e, se desejar, a indicação da solicitação de compra de origem.
53. Possibilitar a um profissional autorizado pela entidade cadastrar lotes e indicar os itens que o compõe no processo administrativo, isso quando a forma de julgamento desse exigir, informando o valor máximo ou mínimo e o tipo de cota do lote, se é livre, reservada ou exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte.
54. Possibilitar a um profissional autorizado pela entidade efetuar a inclusão dos itens do processo administrativo de forma automática, buscando-os nas solicitações de compras que serão vinculadas ao processo, quando for o caso.
55. Permitir a um profissional autorizado indicar a realização das licitações com julgamento pela menor taxa administrativa.
56. Permitir a um profissional autorizado realizar licitações com julgamento pelo maior desconto sobre uma tabela de preços.
57. Permitir a um profissional autorizado realizar licitações de Pregão com julgamento pelo maior lance, como para os casos concessão de espaço público ou para qualquer licitação que seja permitida a utilização do Pregão e não gere despesa e sim receita para o órgão público.
58. Permitir a um profissional autorizado indicar a realização das licitações com julgamento pelo menor adicional de acréscimo sobre uma tabela da preço.
59. Permitir ao pregoeiro efetuar a habilitação dos participantes ao final de cada item/lote, ou então, somente após o encerramento de todos os itens/lotos. Ao registrar a inabilitação de um licitante o sistema deve possibilitar a validação da documentação do próximo classificado e assim sucessivamente.
60. Possibilitar que o pregoeiro possa desfazer o último lance e corrigir os lances já registrados, e posteriormente encerrá-los e confirmá-los e, se necessário, desfazer o encerramento e reabrir o item/lote.
61. Possibilitar que o pregoeiro visualize o histórico dos lances já encerrados e dos em andamento, mostrando a classificação final dos itens/lotos que já tiveram seus lances encerrados.



62. Permitir que o pregoeiro possa informar um novo lance ou declinar o participante dos lances do pregão, salvando automaticamente os lances já registrados, e possibilitar que ao retornar aos lances, caso esses tenham sido interrompidos, possa ser continuado do momento de onde parou.
63. Possibilitar que o pregoeiro visualize, em forma de listagem, os classificados para lances do pregão pela sua ordem de classificação.
64. Possibilitar que o pregoeiro tenha a opção para disparar cronômetro para controle do tempo dos lances dos pregão.
65. Possibilitar que o sistema execute a distribuição automática da diferença entre o valor do lote proposto e o valor final do lote vencido pelo participante. Isso porque os itens do lote deverão ter seu valor unitário ajustado até que a soma do valor total dos itens seja o mesmo do valor final do lote proposto pelo vencedor.
66. Permitir ao usuário abrir os itens/lotes para a disputa entre os fornecedores classificados para a etapa de lances do pregão, possibilitando alterar o valor mínimo aceitável entre os lances.
67. Permitir a um profissional autorizado pela entidade registrar os locais, de recebimento de materiais, da prestação do serviço ou da execução de uma obra, definindo uma descrição para o mesmo.
68. Permitir registrar os materiais e serviços contratados pela entidade, contendo o nome do material, grupo e classe em que pertence, natureza da despesa, classificação, caso se trate de um gênero alimentício, medicamento, combustível ou lubrificante, unidade de medida, a indicação se é estocável ou não, e ainda o tipo do item caso se trate de material, bem permanente ou serviço.
69. Permitir a um profissional cadastrar as modalidades de licitação, informando sua descrição, a indicação de qual a modalidade legal e os valores limites para compras e serviços especializados, bem como para obras e serviços de engenharia.
70. Possibilitar a criação de modelos de documentos (templates) para serem utilizados no editor de texto do sistema, sendo alguns deles as atas, pareceres e editais.
71. Permitir ao profissional cadastrar as naturezas jurídicas dos atos administrativos realizados pela entidade.
72. Permitir a consulta aos fornecedores de acordo com a ramo de atividade vinculado ao mesmo;
73. Permitir consulta on-line de débitos de contribuintes pessoa física/jurídica na emissão de ordem de compra, ou contrato.
74. Permitir a inserção dos dados cadastrais dos fornecedores como: dados bancários
75. Possibilitar ao usuário registrar as suas críticas, elogios e sugestões de melhorias no sistema.
76. Permitir ao usuário visualizar a lista das ocorrências registradas para uma ata de registro de preços, mostrando dados como os cancelamentos, suspensões, prorrogações ou alterações de preços.
77. Permitir ao usuário efetuar o cancelamento de uma ata de registro de preços, informando o responsável e a justificativa para tal, possibilitando que o saldo pendente dos itens cancelados possam ser informados em uma nova ata de registro de preços para um dos fornecedores classificados na sequência.
78. Permitir a um profissional autorizado pela entidade configurar os órgãos, unidades orçamentárias e centros de custo da entidade.
79. Permitir ao usuário cadastrar pareceres referentes ao processo administrativo de compra, possibilitando informar o tipo do parecer se é contábil, jurídico, da autoridade competente ou parecer técnico. Além disso deve permitir informar um texto e/ou anexar arquivo correspondente ao parecer emitido pelo responsável.
80. Permitir a um profissional autorizado pela entidade indicar os fornecedores que participarão da cotação e, também, informar os preços que cada um dos participantes ofereceu para os itens solicitados.
81. Possibilitar a classificação automática dos preços ofertados pelos participantes da cotação de preços, marcando aquele que tiver o menor preço, mas possibilitando que o usuário selecione outro fornecedor, caso seja necessário.
82. Possibilitar a importação automática dos preços cotados pelos fornecedores participantes da cotação de preços.
83. Permitir a um profissional autorizado registrar os fornecedores participantes do processo de licitação, informando se o participante é um consórcio de empresas ou se é um fornecedor comum, indicar se a empresa possui um representante presente, a data e hora do seu credenciamento e seu enquadramento ou não como micro ou pequena empresa.

84. Possibilitar a um profissional autorizado pela entidade enviar os dados dos processos de compra para o portal da transparência.

85. Permitir cadastrar os prazos de entrega dos materiais e/ou execução dos serviços e obras, informando a descrição, se a entrega é única ou parcelada e a quantidade de dias ou meses.

86. Permitir a um profissional autorizado pela entidade a visualizar os processos administrativos através de filtros, listando aqueles que se encontram em determinada etapa de seu andamento dentro da fase interna (preparatória) ou da fase externa (executória).

87. Permitir a um profissional autorizado cadastrar as comissões de licitação, possibilitando selecionar se a comissão é permanente ou especial, suas datas de expiração, exoneração e designação, além do nome e função dos membros que farão parte da mesma.

88. Possibilitar a um profissional autorizado pela entidade informar, após a indicação da forma de contratação, se as propostas dos participantes do processo administrativo deverão ou não ser desclassificadas se estiverem acima/abaixo do valor limite estabelecido para os itens ou lotes.

89. Permitir a um profissional autorizado pela entidade visualizar o histórico das tramitações realizadas nos processos administrativos, visualizando a data e hora, usuário e tipo de tramitação.

90. Permitir a um profissional autorizado pela entidade tramitar os processos administrativos entre as diversas etapas existentes na fase interna e externa do processo, possibilitando encaminhá-lo, por exemplo: para pareceres, autorizações, aguardo de publicação, aguardo de julgamento, atos de homologação e adjudicação. Possibilita, também, que o usuário pule etapas desnecessárias e deixe o processo na situação atual sem ter que passar por todos os trâmites.

91. Permitir a um profissional autorizado pela entidade retornar a situação do trâmite anterior do processo administrativo, quando for necessário.

92. Permitir a um profissional autorizado pela entidade cadastrar processos administrativos para compra de materiais ou contratação de serviços ou obras, informando o protocolo de abertura, a data, o tipo do objeto, descrição do objeto, condição de pagamento, forma de julgamento, regime de execução, prazo de entrega, local de entrega, indicar se há previsão de subcontratação e a forma que deverá ser efetuado o controle do saldo dos itens, por quantidade ou valor.

93. Permitir ao usuário do sistema cadastrar as propostas de preços dos participantes da licitação ou opcionalmente optar pela importação da proposta digitada pelo participante por outro aplicativo.

94. Permitir a um profissional registrar as publicações referentes aos processos de compra, possibilitando informar o tipo de publicação, data, meio de divulgação e veículo em que foi publicado.

95. Permitir ao usuário emitir os Relatórios Gerenciais pertinentes às Compras e Licitações, por exemplo:

- - CRC-Certificado de Registro Cadastral do Fornecedor
- - Ofício de Solicitação de Documentos Vencidos
- - Listagem dos Itens da Licitação
- - Controle do Saldo dos Itens do Registro de Preços
- - Protocolo de Recebimento de Propostas
- - Mapa Comparativo de Preços da Cotação
- - Mapa Comparativo de Preços das Propostas
- - Demonstrativo de Economicidade no Pregão
- - Processos homologados por período
- Permitir ao usuário emitir os Relatórios Legais pertinentes às Compras e Licitações, por exemplo:
  - - Nota de Solicitação de Compra
  - - Nota de Cotação de Preços
  - - Termo de Solicitação de abertura de processo licitatório
  - - Termo de Autorização de abertura de processo licitatório
  - - Parecer Contábil
  - - Recursos orçamentários (Dotações Utilizadas)
  - - Texto do Edital de Licitação
  - - Parecer Jurídico
  - - Convites para Licitação na modalidade Convite
  - - Justificativa da Dispensa ou Inexigibilidade de Licitação

- - Aviso de Licitação
- - Declaração de Publicação da Licitação
- - Termo de Entrega de Edital de Licitação
- - Termo de Homologação e Adjudicação
- - Termo de Anulação ou Revogação do Processo
- - Ata da Sessão de Julgamento
- - Ata do Registro de Preço
- - Ata do Pregão Presencial
- - Demonstrativo das compras para Publicação (Art. 16, Lei 8.666/93)

96. Permitir a um profissional cadastrar os responsáveis pelos atos administrativos da entidade, informando além de seu nome, o CPF, telefone, e-mail, indicar se é funcionário do município, matrícula, cargo, natureza do cargo e o endereço.

97. Permitir a um profissional autorizado cadastrar a sessão de julgamento de um processo administrativo de licitação, informando o tipo da sessão, data e hora, responsável, membros da comissão presentes, bem como a situação da sessão possibilitando indicar quando ocorrer o encerramento, suspensão judicial ou administrativa e cancelamento.

98. Permitir a um profissional autorizado pela entidade duplicar uma solicitação de compra criando uma nova com informações semelhantes, possibilitando informar a nova data de solicitação, novo organograma solicitante, nome do solicitante e ainda duplicar também os itens da solicitação e as despesas orçamentárias.

99. Permitir a um profissional autorizado pela entidade visualizar o histórico das tramitações realizadas na solicitação de compra, visualizando a data e hora, usuário e tipo de tramitação.

100. Permitir a um profissional autorizado pela entidade cancelar as solicitações de compras registradas, quando necessário.

101. Permitir a um profissional autorizado pela entidade retornar a situação do trâmite anterior de atendimento das solicitações de compras, quando for necessário.

102. Permitir a um profissional autorizado pela entidade tramitar as solicitações de compra dentro de um fluxo que exija autorização, cotação de preços e aprovação, ou então, aprovando-as para atendimento diretamente após o seu cadastramento.

103. Permitir a um profissional autorizado pela entidade a visualizar as solicitações de compra através de filtros, listando aquelas que se encontram em cada etapa de atendimento, ou ainda agrupar os registros conforme as cotações realizadas, pelo organograma ou pela entidade solicitante.

104. Permitir a um profissional autorizado pela entidade cadastrar as solicitações de compra dos itens em que os departamentos necessitam que sejam adquiridos. Essas podem ser registradas pelas secretarias, pelos próprios departamentos da entidade ou pelo setor de compras e licitações, informando a unidade e/ou centro de custo solicitante, a data da solicitação, o tipo de necessidade, caso seja material de consumo, serviço ou bem permanente, o local de entrega dos itens, o objeto da solicitação, justificativa e o nome do solicitante

105. Permitir que o responsável pelo processo possa inserir os dados do processo administrativo em um modelo de edital previamente selecionado, possibilitando utilizar um editor de textos próprio do sistema.

106. Permitir ao profissional cadastrar os tipos de ato administrativo que podem ser realizados pela entidade, informando sua descrição e classificação.

107. Permitir cadastrar as formas que serão efetuados os pagamentos das aquisições realizadas pela entidade.

108. Permitir cadastrar os tipos de documentos a serem solicitados aos participantes do processo, informando a descrição, a indicação de que o documento é uma certidão e qual o tipo, caso se trate de certidão do INSS, FGTS, débitos trabalhistas, municipal, estadual ou federal, bem como a sua validade em dias.

109. Permitir a um profissional cadastrar as possíveis formas de julgamento dos processos licitatórios, informando a descrição, tipo de licitação, caso se trate de menor preço, melhor técnica, técnica e preço, melhor lance ou oferta ou maior retorno econômico, o tipo de julgamento quando for por item, por lote ou preço global e formas especiais de julgamento, quando for maior desconto sobre tabela ou sobre item,

menor taxa administrativa, menor adicional sobre tabela, maior lance no pregão ou ainda os credenciamentos de chamada pública com quantidade fixa, rateada ou livre.

110. Permitir a um profissional cadastrar os tipos de interposição de recurso, informando a descrição e a qual ato administrativo o recurso se refere, se é na habilitação, propostas, habilitação e propostas, anulação ou revogação.

111. Permitir a um profissional autorizado cadastrar os tipos de motivos da revogação ou anulação do processo, informando a descrição, a referência se é revogação ou anulação, e as possíveis classificações, caso se trate de razões de interesse público, licitação deserta, licitação fracassada ou ilegalidade.

112. Permitir cadastrar os tipos de objetos a serem aplicados aos processos licitatórios, informando sua descrição e a classificação para o qual pertence, caso se trate de uma alienação de bens, cessão de direitos, compras e serviços, concessão, concurso e locação. Ainda possibilitar informar se o objeto da contratação é de uso de bem público ou não, para os casos de concessão e locação.

113. Permitir a um profissional cadastrar os tipos de pareceres possíveis de serem utilizados nas etapas do processo licitatório, informando a descrição e a classificação do parecer, caso se trate de parecer contábil, jurídico, técnico ou da autoridade competente.

114. Permitir cadastrar os tipos de publicação das etapas do processo licitatório, possibilitando informar a descrição e a classificação a qual ela pertence, caso se trate da publicação de um edital, retificação do edital, prorrogação, cancelamento, homologação, retificação da homologação, justificativa ou ratificação.

115. Permitir cadastrar os possíveis regimes de execução das aquisições realizadas pela entidade, informando além de sua descrição, a sua classificação, caso se trate de alienação de bens, cessão de direitos, compras, concessão comum de uso e de direito real de uso, execução direta, indireta, serviços ou tarefas.

116. Permitir a um profissional cadastrar os tipos sessão de julgamento possíveis de serem utilizados nos julgamentos da licitação, como nos casos de julgamento da habilitação e proposta, proposta técnica, habilitação, proposta de preço, sorteio, amostras ou divulgação.

117. Permitir a um profissional cadastrar as unidades de medida dos materiais e serviços adquiridos pela entidade

118. Permitir cadastrar os fornecedores utilizados para realizar a publicidade dos atos administrativos da entidade pública, informando além do seu nome, o tipo de veículo de publicação, a informação caso ele seja contratado por licitação e se sim, possibilitar o registro do número do processo licitatório de origem e ainda a data do início das publicações.

119. Permitir a um profissional autorizado cadastrar órgãos públicos externos para serem informados nas contratações por adesão à ata de registro de preços realizada por outras entidades, informando a descrição do órgão, CNPJ, unidade e esfera de governo.

120. Permitir a um profissional autorizado pela entidade configurar a aplicação dos benefícios da Lei Complementar 123/2006 destinados às Micro e Pequenas Empresas.

121. Permitir a um profissional autorizado pela entidade gerar automaticamente o item com a cota reservada à participação das MPEs-Micro e Pequenas Empresas. Isso quando o item possui uma quantidade divisível conforme determina a Lei Complementar 123/2006, informando o percentual que deseja destinar às MPEs e controlar possíveis alterações no item principal e no item com a cota reservada para manter o cálculo correto de acordo com o percentual informado.

122. Permitir ao usuário enviar as despesas da solicitação de compra para bloqueio na contabilidade.

123. Possibilitar a um profissional autorizado pela entidade a visualizar todos os registros de dados das solicitações de compra e processo administrativo enviados para bloqueio ou desbloqueio orçamentário na contabilidade, permitindo visualizar as informações da solicitação ou do processo, o valor total, a despesa orçamentária, a situação e ação realizada.

## CONVÊNIOS

1. Permitir ao usuário realizar o registro das modalidades em que os convênios podem ser firmados, ao informar sua respectiva descrição.

2. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de modalidades de convênios por meio da listagem, realizando operações de edições e exclusões das mesmas.

3. Permitir a pesquisa das modalidades de convênios cadastradas ao informar uma descrição, demonstrando-as por meio de listagem, ensejando maior visibilidade das informações que o usuário necessitar, bem como, ordená-las ao serem demonstradas.
4. Possibilitar o cadastro de responsáveis, pessoas que podem assumir algum tipo de responsabilidade perante os convênios de determinado ente público. Diante do citado, informa-se os dados para cadastro como seus dados pessoais, nome e CPF, bem como, o tipo de sua ocupação, ou seja, prefeito, contador etc.
5. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de responsáveis por meio da listagem, realizando operações de edições e exclusões dos mesmos.
6. Permitir a pesquisa dos responsáveis cadastrados ao informar um nome, CPF ou tipo de sua ocupação, demonstrando-os por meio de listagem, ensejando maior visibilidade das informações que o usuário necessitar.
7. Permitir ao usuário realizar o registro dos tipos de certidões expedidas por órgãos, ao informar uma descrição, utilizadas no cadastro de certidões dos convênios.
8. Possibilitar o cadastro de tipos de aditivos de convênios, informar sua classificação como decréscimo ou acréscimo, a configuração do seu tipo como prazo, valor ou prazo e valor, bem como, uma descrição para identificação cadastral.
9. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de tipos de aditivos por meio da listagem, realizando operações de edições e exclusões dos mesmos.
10. Permitir a pesquisa dos tipos de aditivos de convênios cadastrados ao informar uma descrição, demonstrando-as por meio de listagem, ensejando maior visibilidade das informações que o usuário necessitar, bem como, ordená-las ao serem demonstradas.
11. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de tipos de certidões por meio da listagem, realizando operações de edições e exclusões das mesmas.
12. Permitir a pesquisa dos tipos de certidões dos convênios cadastrados ao informar uma descrição, demonstrando-os por meio de listagem, ensejando maior visibilidade das informações que o usuário necessitar, bem como, ordená-los ao serem demonstrados.
13. Permitir ao usuário realizar o registro dos tipos de comprovantes fiscais, permitindo a identificação e vinculação aos comprovantes, objetivando a identificação desse para a devida prestação de contas dos convênios recebidos e repassados. Para isso, informa-se-á uma descrição e o tipo, ou seja, nota fiscal, cupom fiscal, recibo etc.
14. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de tipos de comprovantes por meio da listagem, realizando operações de edições e exclusões dos mesmos.
15. Permitir a pesquisa das modalidades dos tipos de comprovantes cadastrados ao informar uma descrição e o tipo a que se refere, demonstrando-os por meio de listagem, ensejando maior visibilidade das informações que o usuário necessitar, bem como, ordená-los ao serem demonstrados.
16. Permitir ao usuário realizar o registro do tipo de repasse dos convênios, ao informar uma descrição e uma classificação que represente tal repasse.
17. Possibilitar a interação do usuário com o cadastro de tipos de repasses por meio da listagem, realizando operações de edições e exclusões dos mesmos.

18. Possibilitar ao usuário realizar a pesquisa dos tipos de repasses dos convênios cadastrados, ao informar a descrição, demonstrando-os e ordenando-os por meio de listagem a informação da pesquisa, ensejando maior visibilidade das informações que o usuário necessitar.
19. Possibilitar ao usuário realizar o registro do tipo de responsáveis, ao informar uma descrição que o identifique.
20. Possibilitar a interação do usuário com o cadastro de tipos de responsáveis por meio da listagem, realizando operações de edições e exclusões dos mesmos.
21. Possibilitar ao usuário realizar a pesquisa dos tipos de responsáveis cadastrados, ao informar a descrição, demonstrando-os e ordenando-os por meio de listagem a informação da pesquisa, ensejando maior visibilidade das informações que o usuário necessitar.
22. Permitir ao usuário realizar o registro do tipo de situação dos convênios ao informar uma descrição.
23. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de tipos de situação, ou seja, a situação ou posição em que o convênio se encontra, por meio da listagem, realizando operações de edições e exclusões dos mesmos.
24. Possibilitar ao usuário a pesquisa dos tipos de situações dos convênios cadastrados, ao informar a descrição, demonstrando-os e ordenando-os por meio de listagem a informação da pesquisa, ensejando maior visibilidade das informações que o usuário necessitar.
25. Permitir ao usuário realizar o cadastro de comprovantes que poderão ser vinculados a diversos cadastros do sistema, ao informar qual o tipo, o número e a série do comprovante, bem como, a data da emissão, o código de validação, o credor, o valor e uma descrição da finalidade do mesmo.
26. Possibilitar a interação do usuário com o cadastro de comprovantes por meio da listagem, realizando operações de edições e exclusões dos mesmos.
27. Possibilitar ao usuário realizar a pesquisa dos comprovantes cadastrados, ao informar o respectivo conveniente, seu CPF ou CNPJ, bem como, o número, o tipo ou a finalidade do comprovante demonstrando-os e ordenando-os por meio de listagem a informação da pesquisa, bem como, o valor bruto e líquido, ensejando maior visibilidade das informações que o usuário necessitar.
28. Permitir o registro dos entes que são a representação jurídica da corporação que possui a licença do software, além da representação jurídica e legal da entidade em si, ao informar dados como o imagem do brasão da entidade, seu nome, CNPJ, sigla, natureza jurídica, seu endereço, bairro, município, número e CEP, os dados para contato como e-mail, site, telefone, fax, bem como, o horário de funcionamento do ente, a esfera governamental, o identificador de entidade RPPS e o fuso horário.
29. Permitir ao usuário realizar o registro de certidões da entidade ao informar o número, o tipo da certidão, a data da emissão e validade.
30. Possibilitar a interação do usuário com o cadastro de certidões da entidade por meio da listagem, realizando operações de edições e exclusões dos mesmos.
31. Possibilitar ao usuário realizar a pesquisa das certidões da entidade cadastradas, ao informar o seu número e o tipo, demonstrando-os e ordenando-os por meio de listagem a informação da pesquisa, bem como, a data de emissão e validade, ensejando maior visibilidade das informações que o usuário necessitar.
32. Permitir ao usuário realizar o registro de certidões do conveniente ou proponente, ao informar qual o nome do mesmo, o número e o tipo da certidão, bem como, a data da emissão e validade.



33. Possibilitar a interação do usuário com o cadastro de certidões de convenientes por meio da listagem, realizando operações de edições e exclusões dos mesmos.
34. Possibilitar ao usuário realizar a pesquisa das certidões de convenientes cadastradas, ao informar o respectivo conveniente, o número da certidão e o tipo, demonstrando-os e ordenando-os por meio de listagem a informação da pesquisa, bem como, a data de emissão e validade, ensejando maior visibilidade das informações que o usuário necessitar.
35. Permitir ao usuário realizar o registro de concedentes ao informar o nome, o CPF ou CNPJ, bem como, a esfera administrativa a qual faz parte, seja Federal, Estadual, Municipal ou Não Governamental, integrando os dados cadastrais com o cadastro único de pessoas.
36. Possibilitar a interação do usuário com o cadastro de concedentes por meio da listagem, realizando operações de edições e exclusões dos mesmos.
37. Possibilitar ao usuário realizar a pesquisa dos concedentes cadastrados, ao informar o seu nome, CPF ou CNPJ, demonstrando-os e ordenando-os por meio de listagem a informação da pesquisa, bem como, se é uma pessoa do tipo jurídica ou física, ensejando maior visibilidade das informações que o usuário necessitar.
38. Permitir ao usuário realizar o registro de convenientes ao informar o nome, o CPF ou CNPJ, integrando os dados cadastrais com o cadastro único de pessoas.
39. Possibilitar a interação do usuário com o cadastro de convenientes por meio da listagem, realizando operações de edições e exclusões dos mesmos.
40. Possibilitar ao usuário realizar a pesquisa dos convenientes cadastrados, ao informar o seu nome, CPF ou CNPJ, demonstrando-os e ordenando-os por meio de listagem a informação da pesquisa, bem como, se é uma pessoa do tipo jurídica ou física, ensejando maior visibilidade das informações que o usuário necessitar.
41. Possibilitar ao usuário realizar a prestação de contas de convênios recebidos de forma ágil, por meio de informações básicas como a data da respectiva prestação e o valor da mesma, o valor do rendimento da aplicação, bem como, o devolvido.
42. Possibilitar ao usuário realizar a inclusão de aditivos a convênios recebidos de forma ágil e flexível, ao informar o número e tipo do aditivo, a data da assinatura e do término, o valor decrescido no repasse e na contrapartida, bem como, o valor global do decréscimo e justificativa.
43. Possibilitar ao usuário realizar atualizações das situações que o convênio se encontra, de forma flexível ao permitir a definição do tipo da situação, data e observações ou motivos.
44. Permitir ao usuário realizar o cadastro dos convênios recebidos ao informar o número do respectivo convênio, o valor do repasse, da contrapartida e o global, o referente objeto, o período, a data da assinatura, a conta bancária, qual a modalidade do respectivo convênio, o concedente, as certidões emitidas, bem como, o(s) responsável(eis) e o recurso. Esse cadastro relaciona-se com outros, oferecendo flexibilidade da modalidade, como por exemplo, os registro de concedentes, certidões e responsáveis, tanto quanto, acompanha a situação do convênio até sua conclusão em formato workflow.
45. Possibilitar ao usuário realizar pesquisar dos convênios recebidos cadastrados ao informar respectivo convênio, seu objeto ou situação do mesmo, o aditivo, sua justificativa ou situação do mesmo, demonstrando-os e ordenando-os por meio de listagem as informações do registro, ensejando maior visibilidade das informações que o usuário necessitar.
46. Possibilitar a interação do usuário com o cadastro de convênios recebidos por meio da listagem, aplicando filtros conforme a necessidade do mesmo, seja na opção por visualizar todos os registros ou



somente aqueles que são os convênios ou mesmo somente os aditivos, tanto quanto, aqueles que estão em situação de prestação ou mesmo se já foram concluídos, realizando operações de edições e exclusões das prestações de contas, caso possuam, bem como, verificar e excluir as situações que o convênio apresentar.

47. Possibilitar ao usuário realizar a prestação de contas de convênios repassados de forma ágil, gerados de forma automática com base nos pagamento de empenho de convênios, por meio de informações básicas como a data da respectiva prestação e os comprovantes.

48. Possibilitar ao usuário realizar a inclusão de aditivos a convênios repassados de forma ágil e flexível, ao informar o número e tipo do aditivo, a data da assinatura e do término, o valor decrescido no repasse e na contrapartida, bem como, o valor global do decréscimo e justificativa.

49. "Permitir ao usuário realizar o cadastro dos convênios repassados ao informar o número do respectivo convênio, o valor do repasse, da contrapartida e o global, o referente tipo e objeto, o período, a data da assinatura, a conta bancária, qual a modalidade do respectivo convênio, o conveniente, as certidões emitidas, bem como, o(s) responsável(eis). Esse cadastro relaciona-se com outros, oferecendo flexibilidade da modalidade, como por exemplo, os registro de convenientes, certidões e responsáveis, tanto quanto, acompanha a situação do convênio até sua conclusão em formato workflow.

50. Possibilitar ao usuário realizar pesquisar dos convênios repassados cadastrados ao informar respectivo convênio, seu objeto ou justificativa do mesmo, demonstrando-os e ordenando-os por meio de listagem as informações do registro, ensejando maior visibilidade das informações que o usuário necessitar.

51. Possibilitar a interação do usuário com o cadastro de convênios repassados por meio da listagem, aplicando filtros conforme a necessidade do mesmo, seja na opção por visualizar todos os registros ou somente aqueles que são os convênios ou mesmo somente os aditivos, tanto quanto, aqueles que estão em situação de prestação ou mesmo se já foram concluídos. Visualizar ainda a etapa que os convênios se encontram, ou seja, se estão ainda em formalização, se estão em execução ou em prestação de contas, bem como, se foram concluídos. Além de realizar operações de edições, exclusões ou reaberturas dos mesmos, bem como, verificar e excluir as situações que o convênio apresentar.

52. Permitir ao usuário selecionar outra entidade sem a necessidade de logout do sistema.

53. Permitir ao usuário o acesso a outros sistemas sem a necessidade de logout do sistema e refazer login em outro.

54. Possibilitar o usuário incluir novos campos nos principais cadastros do sistema, podendo selecionar o tipo de dado que pode ser Área de Texto, CNPJ, CPF, Data, Data/Hora, E-Mail, Hora, Inteiro, Lista de seleção, Múltipla Seleção, Telefone, Texto e Valor(Fracionário), descrição, tamanho, dica de preenchimento quando o tipo de dado exigir e ainda indicar se ele é de preenchimento obrigatório ou não. Possibilitar também o agrupamento destes dados e a sua publicação entre as entidades.

55. Permitir ao administrador definir as configurações de permissões para os acessos às funcionalidade do sistema da entidade, identificando se o usuário possui autorização para acesso, criação, edição ou exclusão de dados.

56. Permitir a construção de várias interações com usuário como validações, notificações, envio de e-mail etc., mostradas durante a operacionalização de funcionalidades, objetivando alertá-lo ou comunicá-lo.

57. Permitir a construção de relatórios personalizados com base nos registros da funcionalidade, possibilitando sua configuração por meio da divisão dos dados em grupos, bem como a realização de cálculos e totalizadores, disponibilizando a informação conforme a necessidade do ente.

58. Permitir a construção de uma linguagem unificada por meio do programa de scripts, possibilitando a realização de diversas operações que podem gerar saída dos dados ou processar alguma entrada de dados para uma funcionalidade.

## **PATRIMÔNIO**

1. Possibilitar registrar os seguros de bens da entidade, com controles de vigência, valor, apólice e seguradora.
2. Permitir que os bens sejam adicionados a partir do cadastro dos processos de apólices, baixas, inventários, reavaliações, depreciações e transferências.
3. Permitir registrar as baixas de bens, possibilitando identificar o responsável, o tipo de baixa, bem como o motivo pelo qual o bem esta sendo baixado.
4. Permitir registrar os bens que foram vendidos, informar o valor da venda e o comprador do bem.
5. Possibilitar estornar a baixa após sua finalização, retornando automaticamente o bem para a situação antes de ser baixado.
6. Possibilitar cancelar a baixa antes de finalizar, sem a necessidade de excluir o registro.
7. Permitir baixar bens individual ou em lote, atualizando automaticamente a situação do bem para baixado.
8. Possibilitar eliminar o último movimento de reavaliação, transferências e baixa, exceto a depreciação.
9. Permitir a um profissional autorizado pela entidade cadastrar os atos administrativos da administração pública, possibilitando informar caso se trate de uma lei, decreto ou portaria, indicar o número, sua natureza jurídica, ementa, data da criação, data da publicação, data a vigorar, data da revogação, bem como os dados da publicação como o número do diário oficial e o fornecedor responsável.
10. Possibilitar a um profissional autorizado pela entidade incluir novos campos nos principais cadastros do sistema, podendo selecionar o tipo de dado, descrição e tamanho quando o tipo de dado exigir e ainda indicar se ele é de preenchimento obrigatório ou não.
11. Permitir cadastrar os cargos dos responsáveis pelos bens da entidade.
12. Permitir enviar, retornar e consultar bens cedidos ou emprestados e ainda registrar qual a data do retorno para maior controle dos bens.
13. Possibilitar ao usuário cadastrar as comissões da entidade, que serão utilizadas na realização dos inventários e reavaliações, e devem possibilitar informar o ato que a nomeou, as datas de expiração e exoneração, sua finalidade, bem como os membros que a compõem, indicando aquele que é o responsável principal.
14. Possibilitar ao usuário configurar o organograma do município em até 13 níveis, válida para o exercício.
15. Permitir ao usuário o registro de exercícios.
16. Permite informar a data que o bem foi colocado em uso, de forma individual ou em lote, e deve ser igual ou maior a data de aquisição do bem.
17. Permitir ter uma visão geral do sistema em um único lugar (dashboard), demonstrando as principais funcionalidades e as principais tarefas que são executadas diariamente.
18. Permitir controlar a garantia dos bens, registrando as data de início e prazo final da garantia.
19. Permitir registrar bens contendo as principais informações, como placa, descrição, tipo, grupo, espécie, estado de conservação, data da aquisição, organograma, localização física, responsável, valor de aquisição, valor líquido contábil e campo para observação.
20. Possibilitar ao usuário pesquisar e visualizar os bens cadastrados por código, placa, descrição, filtrando por tipo, grupo, organograma, responsáveis e estado de conservação.
21. Permitir configurar a identificação dos bens, com a quantidade de dígitos, bem como a indicação do registro de forma automática, permitindo parametrizar se é somente números ou letras e números.
22. Permitir pesquisar e visualizar todos os bens registrados, separados por situação.
23. Permitir a remoção do registro do bem até o momento que o mesmo for colocado em uso.
24. Permitir identificar na listagem de bens a situação que o bem se encontra atualmente, como nos casos em que está ou não em uso.

25. Permitir informar e acompanhar todos os movimentos dos bens que são passíveis de depreciação, como definir a data de início, o valor depreciável com base no valor residual, o saldo acumulado já depreciado e o que falta a depreciar.
26. Permitir vincular pessoas física que serão responsáveis por zelar os bens do patrimônio público que estão sob sua responsabilidade.
27. Permitir identificar a moeda de aquisição do bem e conversão dos valores do bem para moeda vigente.
28. Permitir cadastrar as informações do registro de imóveis quando este se tratar de um bem imóvel.
29. Permitir efetuar o controle dos bens através de registro de placas de forma manual ou automática, com letras ou números, alterando sua numeração quando for necessário e não permitindo a inserção de números de placas já utilizados
30. Permitir vincular um ou mais bens a outro bem, quando esses tiverem uma dependência em sua utilização.
31. Permitir visualizar em tempo real o valor atual do bem após passarem pelas movimentações de depreciação e reavaliação.
32. Permitir armazenar diversos documentos relacionados ao bem por meio dos arquivos em formato pdf, doc, docx, txt, html, xls, xlsx, jpg, png com tamanho máximo de 10MB.
33. Possibilitar efetuar a cópia do registro dos bens e realizar novas configurações, independente a situação do bem a ser copiado.
34. Permitir registrar os dados do processo administrativo que originou a compra do bem, incluindo os dados do empenho, fornecedor, garantia e documento fiscal.
35. Permitir registrar a utilização do bem e classificá-los em dominicais, uso comum do povo, uso especial, em andamento, quando o bem for imóvel.
36. Permitir identificar onde o bem esta alocado, por meio dos registros do órgão, unidade orçamentária, centro de custo e localização física.
37. Permitir reservar e retornar o bem em desuso.
38. Possibilitar o encerramento e estorno mensal de competência.
39. Permitir cadastrar os dados correspondentes aos endereços, possibilitando informar os logradouros, condomínios, loteamentos, bairros, distritos, estados e municípios.
40. Permitir a um profissional autorizado pela entidade manter os dados cadastrais da entidade como endereço, telefone, e-mail, site, horário de funcionamento e a indicação se a entidade possui um regime próprio de previdência privada.
41. Permitir cadastrar a espécie de bens e vincular a um grupo correspondente.
42. Possibilitar detalhar o estado de conservação dos bens como péssimo, ruim, regular, bom, ótimo.
43. Permitir realizar a exclusão de bens em lote, quando o bem está com a situação 'Em edição' ou 'Aguardando tombamento'.
44. Possibilitar ao usuário registrar as suas críticas, elogios e sugestões de melhorias no sistema.
45. Disponibilizar serviço web das funcionalidades para migrar dados para o sistema.
46. Disponibilizar os dados dos registros efetuados para a criação de relatórios, scripts e validações.
47. Permitir ao profissional cadastrar as fontes de divulgação dos atos administrativos registrados pela entidade pública, possibilitando informar a descrição e o meio de comunicação correspondente.
48. Permitir desativar o registro de um fornecedor para que essa informação não seja mais listada para vínculo.
49. Permitir aos profissionais da entidade registrar os sócios da empresa fornecedora, nome, as datas de inclusão e desligamento e o percentual de participação na sociedade.
50. Permitir que o usuário realize uma pesquisa no registro dos fornecedores, a fim de localizá-los, pelo nome ou pelo CNPJ ou CPF, devendo mostrar os dados caso já exista cadastro.
51. Permitir aos profissionais da entidade cadastrar os fornecedores, sejam eles pessoa física ou jurídica, contendo o nome, o CPF ou CNPJ, telefone, e-mail, site e endereço. Para os casos específicos de pessoa jurídica possibilitar inserir os dados do ato constitutivo da empresa.
52. Possibilitar a um profissional autorizado pela entidade gerenciar as permissões dos usuários por grupo ou individualmente.
53. Disponibilizar recursos para permitir a geração de arquivos para sistemas/órgãos externos

54. Disponibilizar a um profissional autorizado pela entidade recursos para geração de validações específicas nas funcionalidades do sistema.
55. Permitir criar relatórios personalizados para a entidade.
56. Possibilitar registrar grupos de bens e definir qual o percentual de depreciação anual, valor residual do bem e sua vida útil deste grupo de bens.
57. Permitir manter o histórico das placas dos bens, demonstrando as placas anteriores e a atual, bem como a data do registro e o usuário que realizou a alteração da placa.
58. Disponibilizar infraestrutura para execução da aplicação web e seus banco de dados.
59. Permitir que no momento do inventário físico, a movimentação de transferência seja bloqueada até a sua finalização.
60. Permitir registrar abertura, conferência dos bens localizados e não localizados e encerramento do inventário.
61. Possibilitar no inventário o registro do novo organograma, localização física e responsável, bem como o estado de conservação e sua situação, permitindo realizar transferências automaticamente no encerramento do inventário.
62. Permitir armazenar diversos documentos relacionados a localização do bem por meio dos arquivos em formato pdf, doc, docx, txt, html, xls, xlsx, jpg, png com tamanho máximo de 10MB.
63. Possibilitar cadastrar as localizações físicas sintéticas ou analíticas em até 5 níveis, permitindo que seja ativada ou desativada.
64. Permitir visualizar os bens que estão em manutenção e a quantidade de vezes em que houve manutenção deste bem.
65. Permitir enviar, retornar e consultar bens da manutenção e ainda registrar qual a data da próxima revisão.
66. Manter registro histórico de todas as movimentações dos bens patrimoniais, como aquisição, transferência, baixa, reavaliação e depreciação.
67. Permitir registrar fórmula de cálculo para diferentes método de depreciação, exaustão e amortização e classificá-los em linear, soma de dígitos ou unidades produzidas, onde é possível ativá-lo ou desativá-lo quando for necessário.
68. Permitir ao profissional cadastrar as naturezas jurídicas dos atos administrativos realizados pela entidade.
69. Possibilitar configurar os órgãos, unidades orçamentárias e centro de custo da entidade.
70. Permitir enviar os dados dos bens ativos e baixados para portal da transparência.
71. Permitir registrar reavaliação contendo as principais informações, como tipo de valorização e desvalorização, comissão, responsável pelo laudo, critérios e fundamentação.
72. Permitir aplicar o processo de reavaliação, valorizando ou desvalorizando o valor do bem, atualizando o valor residual, vida útil, percentual de depreciação anual, método de depreciação e capacidade produtiva, permitindo que seja por reavaliação, ajustes ou redução ao valor recuperável.
73. Permite registrar reavaliação de bens individual ou por lote, atualizando automaticamente os novos valores reavaliados no bem.
74. Permitir cadastrar os responsáveis por zelar pelos bens da entidade, informando além de seu nome, o CPF, telefone, e-mail, indicar se é funcionário do município, matrícula, cargo, natureza do cargo e o endereço.
75. Permitir processar e aplicar depreciação com base na vida útil, valor residual e percentual anual, considerando o valor depreciável de acordo com o valor da aquisição ou da última reavaliação.
76. Permite registrar a depreciação, amortização e exaustão de todos os bens que estão em uso, individual ou por lote, atualizando automaticamente os novos valores depreciados no bem
77. Permitir utilizar formas de depreciações flexíveis com base na necessidade do usuário.
78. Permitir ao profissional cadastrar os tipos de ato administrativo que podem ser realizados pela entidade, informando sua descrição e classificação.
79. Permitir cadastrar tipos de comissão e classificá-los como inventários, reavaliação.
80. Permitir cadastrar tipos de aquisição de bens e classificá-los como compras, doação, produção própria, locação, permuta, comodato, desapropriação, usucapião, desmembramento, dação em pagamento.
81. Permitir cadastrar tipos de baixa e classificá-los como dação em pagamento, doação/cessão, perda, permuta, roubo/furto, sucata, venda.

82. Permitir cadastrar tipos de bens patrimoniais e classificá-los por bens imóveis, intangíveis, móveis e recursos naturais.
83. Permitir cadastrar os tipos de cobertura das apólices de seguros dos bens.
84. Possibilitar o cadastramento dos possíveis tipos de comprovantes de aquisição dos bens, informando além da descrição, a sua classificação, caso se trate de uma nota fiscal, sentença judicial, guia de recolhimento, recibo, fatura, bilhete de passagem, cupom fiscal ou conhecimento.
85. Permitir cadastrar tipos de conferências e classificá-los como localizado e não localizado e identificar informações obrigatórias do novo organograma, responsável e localização física
86. Permitir cadastrar tipos de reavaliação e classificá-los como reavaliação, redução ao valor recuperável e ajustes, bem como identificar a variação dos tipos valorização e desvalorização.
87. Permitir cadastrar tipos de transferências e classificá-los como responsável, organograma, grupo e localização física.
88. Permitir tomba o bem evidenciando o organograma, placa e responsável.
89. Permitir tomba bens individualmente ou em lote, colocando o bem com a situação 'Em uso'
90. Permitir registro de transferências de bens entre organograma, responsáveis, grupos e localizações físicas
91. Permitir efetuar transferências individual ou por lote, atualizando automaticamente os novos registros no bem.
92. Permitir cadastrar unidade de medida dos bens da entidade, no singular ou plural e informar sua abreviatura, grandeza.

Possibilitar que no ambiente de controle de período aquisitivo de licença prêmio, sejam demonstradas informações como o nome do funcionário, descrição do cargo, data de admissão e situação.

Permitir a inserção de benefícios de vale transporte e plano de saúde, empréstimos e convênios com a entidade para o servidor.

Permitir o lançamento das licenças por motivo de doença do servidor, acidente de trabalho e atestado de horas, sem prejuízo na frequência diária do servidor

Permitir parametrização para abatimentos em tempo de serviço com afastamentos, selecionando por tipo de afastamento;

Permitir o cadastro dos afastamentos por motivo de doença do servidor, acidente de trabalho, cessão e atestado de horas, sem prejuízo na frequência diária do servidor.

Manter o cadastro de todos os períodos aquisitivos, possibilitando o registro da licença prêmio dos servidores, desde a admissão até a exoneração.

Permitir o lançamento automático de afastamento do servidor nos períodos de férias e licença prêmio.

Possibilitar que por meio do ambiente de controle de período aquisitivo de licença prêmio seja acionada a rotina de remodelagem, onde aplica-se os ajustes de cancelamento e suspensão, conforme as definições da configuração de licença prêmio.

Permitir a organização de datas dos períodos, acionados pela remodelagem de período aquisitivo de licença prêmio, alterados devidos à afastamentos, suspensões ou cancelamentos.

Permitir o registro da quantidade de vales-transportes diários ou mensal utilizados pelo servidor no percurso de ida e volta ao local de trabalho.

Manter a nomenclatura do cargo efetivo no cadastro funcional de servidor efetivo que exerça cargo em comissão ou função comissionada, incluindo o registro do cargo/função.

"Permitir o cadastro de todos os cargos do quadro de pessoal.

Exemplo: Efetivos, comissionados, temporários, agentes políticos."

Vincular o curso no cadastro de área de atuação

Permitir a alteração ou mesmo reformulação total da estrutura organizacional de uma competência para outra, oferecendo também ferramentas que permitam a alteração de uma estrutura para outra.

Possibilitar o registro de tempo de serviço cumprido em outras entidades e/ou empresas.

Permite realizar o anexo de documentos de modo que fiquem disponíveis aos servidores

Permitir que no cadastro de matrículas dos servidores, ao informar o cargo, seja disponibilizado apenas os níveis salariais configurados para o cargo e o campo salário seja preenchido de acordo com o nível/classe/referência selecionado.

Permitir informar valores de previdência ou base de cálculo de previdência já apurados em outras empresas.

Possuir tela para controle de estagiários que permita anexar documentos diversos integrado a tela de estagiários

Possibilitar que o processamento de remodelagem do período de licença prêmio seja executada em segundo plano e que o usuário seja notificado quando do término do processamento.

Possibilitar que por meio do ambiente de gestão do período aquisitivo de licença prêmio, seja acionada a tela para o registro período de gozo e/ou abono da licença prêmio.

Informar se o vale-transporte deverá ser descontado do servidor.

Permitir o cadastro da tabela salarial instituída pela legislação municipal, contemplando progressões horizontais e verticais, viabilizando a vinculação da faixa salarial dos cargos.

Permitir o registro das áreas de atuação

Permitir ao usuário trocar de entidade sem sair do sistema

Permitir ao usuário que tem a permissão de acesso liberada, alternar o acesso entre todos os sistemas contratados da plataforma, sem a necessidade de novo login.

Validar número do CPF, PIS/PASEP e CNPJ.

Permitir visualizar a movimentação de pessoal ocorrida no período de permanência do servidor na entidade.

Permitir a informação do motivo da alteração salarial, e também possibilitar a criação de novos motivos.

Permitir a informação do motivo da alteração de cargo, e também possibilitar a criação de novos motivos.

Permitir alteração e exclusão apenas para o registro histórico mais atual.

Permitir ao usuário criar relatórios personalizados para a entidade

Possibilitar o controle de histórico dos contratos, para informações que podem ser modificadas com o passar do tempo, como cargo, salário, organograma e campos adicionais.

Possibilitar que o usuário acesse as informações da pessoa física, a partir do cadastro de matrículas.

Possibilitar ao usuário, alternar entre as demais matrículas existentes para a mesma pessoa, na entidade logada.

Possibilitar o registro de informações adicionais no cadastro de matrículas

Permitir o registro das deficiências da pessoa.

Configurando > Cadastros auxiliares > vínculos empregatícios

Permitir o registro de empresas , possibilitando o cadastramento dos dados de forma centralizada, possibilitando informar dados específicos de cada tipo de empresa e também dados comuns como, razão social, inscrição municipal, CNPJ, nome fantasia, data.

Permitir cadastrar em ambiente centralizado os endereços do sistema, possibilitando o registro de Países, Estados, Municípios, Bairros e Logradouros, para ser utilizado pelo sistema.

"Possibilitar o registro das rotas de transporte e seus respectivos valores unitários, afim de posteriormente definir os valores do benefício de vale-transporte.

Ao definir as rotas, deve-se permitir informar a empresa de transporte, meio de transporte, perímetro, linha, valor e vigência."

Disponibilizar ambiente que possibilite realizar o cálculo das despesas de vales transportes para os funcionários de forma individual ou coletiva por meio de filtros avançados, competência e período. Além de consultar de forma unificada os vales transportes calculados para os funcionários.

Permitir o registro dos vencimentos ao processo de aposentadorias e pensões

Possibilitar registrar o processo de aposentadorias e pensões, onde seja possível documentar os trâmites legais do processos, colocando desde o início da análise até o deferimento do causa.

"Permitir registrar as ocorrências disciplinares do tipo suspensão aplicadas aos funcionários e estagiários ao longo da sua vida laboral na entidade, possibilitando informar a data e o responsável pela aplicação da ocorrência. Informando também, a quantidade e período de dias suspensos para a geração do afastamento.

A suspensão, contém a informação da data da ocorrência, permitindo informar a competência que será realizado o efetivo desconto."

Permitir registrar todas as ocorrências disciplinares do tipo elogio e advertência aplicadas para os servidores ao longo da sua vida profissional na entidade, possibilitando informar a data e o responsável pela aplicação da ocorrência além de adicionar os motivos e testemunhas da ocorrência.

Permitir o registro das funções, para controle do pagamento de funções gratificadas

Possibilitar o registro de informações adicionais no cadastro de cargos



Permitir registrar a divisão hierárquica dos setores na entidade, informando onde os servidores desempenham suas atividades laborais considerando os fatores de riscos

Permitir registrar todas as configurações das estruturas de níveis das lotações físicas utilizadas para determinar o local de trabalho do servidor na entidade

Permitir registrar todas as configurações das estruturas de níveis dos organogramas utilizados na entidade, definindo a quantidade de níveis, dígitos e separador da máscara dos organogramas

Possibilitar a configuração dos afastamentos que cancelam os períodos aquisitivos de adicionais

Possibilitar a vinculação de atestados médicos com afastamentos

Possibilitar o registro de afastamentos para funcionários e estagiários, ativos no sistema.

Permitir o cadastro de cursos, definindo o tipo, a área de atuação, a instituição de ensino, duração, carga horária e outras informações.

Possibilitar o cadastro de cursos, seminários, congressos, simpósios e outros treinamentos liberados para a entidade

Permitir a vinculação da configuração de licença prêmio disponível para o cargo do funcionário e a matrícula do funcionário.

"Permitir o registro de vínculos empregatícios, com intuito de representar um agrupador entre os funcionários e a entidade.

Ao registrar o vínculo é possível informar a descrição, regime trabalhista, regime previdenciário, categoria do trabalhador, categoria do SEFIP, vínculo temporário, motivo da rescisão, data final obrigatória, sai no CAGED, gera licença-prêmio, sai na RAIS, código RAIS."

Permitir registrar as jornadas de trabalho e vincular os horários de cada dia trabalhado estabelecido pela entidade para os servidores, podendo ser por jornada semanal ou clico de revezamento, com a possibilidade de compensação diária ou semanal, gerando históricos com das alterações.

Permitir o registro dos horários de trabalho realizado pelo trabalhador

"Permitir o registro de pessoas, possibilitando informar:

- Dados Principais, composto de nome, CPF, data de nascimento, idade, estado civil, sexo, dados pessoais, endereço(s), telefone(s), e-mail(s), rede social, filiação(ões), moléstia(s) grave(s), grau de escolaridade, raça, cor dos olhos, estatura, peso, tipo sanguíneo, indicativo de doador, deficiência(s), base(s) de outra(s) empresa(s) ;

- Dados de documentos, composto por naturalidade, nacionalidade, RG, órgão emissor, UF, data da emissão, número do título de eleitor, zona, seção, número do CNS, data da emissão, RIC, órgão emissor, UF, data da emissão, certidão(ões) civil(s), número do certificado de reservista, número da CTPS, série, UF, data da emissão, número do PIS / PASEP, data da emissão, inscrição municipal, número da CNH, UF, categoria, data da emissão, data da 1ª habilitação, data de vencimento, observações da CNH, conta(s) bancária(s).

Além de permitir também, o anexo de arquivos de até 10 Megabyte dos tipos DOC, DOCX, TXT, HTML, XLS, XLSX, JPG ou PNG."

, possibilitando o preenchimento de dados de "Identificação" e "Informações Gerais".

Permitir o gerenciamento dos valores de custos para a entidade e para o servidor, sobre os benefícios de plano de saúde

Permitir o lançamento e a manutenção das despesas de procedimentos e mensalidades de planos de saúde de forma manual

Permitir cadastrar os procedimentos médicos do plano de saúde, permitindo inserir o valor do procedimento.

Permitir a configuração da tabela de valores dos planos de saúde de acordo com a faixa etária dos servidores e dependentes

Permitir ao usuário escolher a melhor forma de aplicação de subsídios para os servidores e dependentes, podendo ser pelo salário contratual, tempo de serviço, idade e data de admissão

Permitir cadastrar os planos de saúde por abrangência, disponibilizados pela operadora de plano de saúde

Permitir cadastrar dependentes da pessoa física com o grau de parentesco, motivos da dependência, indicador de incidências de IRRF, de salário Família e de pensão alimentícia.

Permitir inserir para a pessoa física mais de uma previdência para a mesma experiência anterior.

Permitir copiar os salários de contribuições da pessoa física para outros meses da experiência anterior.



Configurar os valores de adicional de tempo de serviço, podendo configurar a progressão e o limite máximo do percentual recebido

Infomar os cursos realizados pela pessoa física do servidor.

Permitir escolher qual a configuração de lotação física será utilizada pela entidade

Permitir o cadastro da configuração da estrutura de níveis de Lotação física e padrão de mascara do código , possibilitando quantos níveis forem necessários para entidade.

Ao preencher a matrícula do servidor, é permitido ao usuário vincular o preenchimento ao tipo pensionista, possibilitando o preenchimento de dados de dados de identificação e de informações gerais do pensionista.

Permitir o registro de uma matrícula do tipo Aposentado, possibilitando o preenchimento de dados de "Identificação" e "Informações Gerais".

Permitir o cadastro de atos legais da entidade, tais como leis, portarias, decretos, requisições estabelecidos pelo órgão.

"Permitir o registro de níveis salariais com controle de histórico, possibilitando compor suas variações de classe e referência dentro do nível.

Ao registrar os níveis é possível informar a Descrição, Data de vigência, Valor, Carga horária, Coeficiente, Data de Criação, Ato de Criação, Plano de cargos de salários, Último ato, Motivo, Classes e referencias, Campos adicionais."

Permitir que seja definido o plano de carreira do cargo, viabilizando a configuração do nível classe e referência salarial

"Permitir a disponibilização de vagas para o cargo em questão, possibilitando sub-dividir a quantidade de vagas entre as Áreas de atuação e Lotação física

"Permitir o registro de cargos, com controle histórico das alterações.

Além da descrição do cargo, é possível registrar informações gerais vinculadas ao ato, tipo do cargo, quadro de vagas, Grau de instrução mínimo exigido, configuração de férias, CBO, Acúmulo de cargos, Dedicção exclusiva e contagem especial de tempo de serviço.

Também é permitido informar as diárias, os vínculos empregatícios e os campos adicionais disponíveis para o cargo."

Permitir o registro do quadro de cargos da entidade, informando a descrição, o percentual mínimo, o ato de criação e do percentual mínimo e também o ato de revogação.

Permitir integração das alterações cadastrais, afastamentos e benefícios fixos do funcionário com movimento de ato legal que autoriza a movimentação

Possuir cadastro de servidores com todos os campos exigidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e que possibilite, inclusive, a dispensa do livro de registro dos servidores, conforme Portaria nº 41 de 28/03/2007, além de permitir a inserção de novos campos para cadastramento de informações adicionais.

Possibilitar montar as estruturas dos ambientes de trabalho onde estão estabelecidas as lotações dos funcionários.

Permitir registrar todas as configurações das estruturas de níveis dos organogramas utilizadas na entidade, definindo a quantidade de níveis, dígitos e separador da máscara dos organogramas, possibilitando ainda informar em qual nível do organograma será realizado o controle de vagas dos cargos. Somente poderá ser utilizada uma configuração por vez.

Permitir cadastrar grupos funcionais que serão vinculados posteriormente nas matrículas, afim de atuar como um agrupador de matrículas dentro do sistema.

Permitir informar um período de carência para executar o cancelamento do adicional ou licença prêmio.

"Possibilitar cadastrar os afastamentos que irão cancelar os períodos aquisitivos de licença prêmio.

Deverão ser informado além do tipo de afastamento, o número de dias para cancelar, quando deverá executar o cancelamento.

Podem ser parametrizado se o cancelamento será executado de acordo com o resultado da soma de todos os afastamentos ou aplicado para cada afastamento."

Possibilitar cadastrar diárias de várias naturezas e valores.

Possibilitar averbar as experiências anteriores e os contratos de trabalho da pessoa para a utilização em adicionais, licença prêmio, tempo de serviço e tempo de carreira

Disponibilizar a gestão de afastamentos dos funcionários de forma centralizada, possibilitando o acompanhamento de todo o histórico de afastamento de uma matrícula. Para os afastamentos

decorrentes de Férias, Rescisão ou Ocorrência disciplinar, será permitido apenas a consulta neste ambiente, isso porque o registro destes afastamentos é permitido respectivamente no ambiente de concessão de férias, de rescisão e de registro de ocorrências disciplinares.

Inserir o benefício de empréstimos para as matrículas de funcionário, estagiário, aposentado e pensionista.

Permitir o cadastro da configuração das regras que definem a aquisição do adicional de tempo de serviço.

Vincular o curso no cadastro de cargos

Permitir cadastrar as experiências anteriores com suas contribuições previdenciárias.

"Permitir cadastrar a configuração de licença prêmio como:

- Criar as faixas de períodos para a geração de aquisição de licença prêmio;
- Informar os tipos de afastamentos que poderão ser prorrogadas as licenças através das suspensões;
- Informar um ou mais formas de cancelamentos da licença prêmio;
- Informar as movimentações que serão geradas na aquisição ou concessão da licença prêmio;
- Informar o tipo de afastamento que será gerado o afastamento de licença prêmio de forma automática;"

#### PONTO

1. Permitir registrar o quadro de cargos da entidade, informando a descrição, o percentual mínimo, o ato de criação e do percentual mínimo e também o ato de revogação.
2. Possibilitar realizar a manutenção das marcações das matrículas
3. Possibilitar o bloqueio de manutenção para o período de apuração
4. "Possibilitar o cadastro de tipos de ausências para justificativas de faltas.
5. Exemplo: Folga, Viagem à trabalho, Curso, Treinamento, Conferência, Congresso, Palestra, Seminário, Encontro técnico, Fórum, Workshop, Nascimento de filho(a)."
6. "Permitir o cadastro de todos os cargos do quadro de pessoal.
7. Exemplo: Efetivos, comissionados, temporários, agentes políticos."
8. Permitir a configuração de layout de importação padrão de EFD e layout específico do cliente.
9. Aplicação totalmente integrada com o sistema de Recursos Humanos e Folha, não gerando duplicidade de informações
10. Disponibilizar serviço web das funcionalidades para migrar dados para o sistema
11. Na rotina de apuração do ponto, possuir filtros por data inicial e final do período de apuração, por servidor, por regime, por centro de custo, por cargo e por lote.
12. Permitir a configuração de vários tipos de horários para o servidor.
13. "Permitir o cadastro dos afastamentos dos servidores.
14. Exemplo: Afastamentos por motivo de doença, acidente de trabalho, cessão e atestado de horas, sem prejuízo na frequência diária do servidor."
15. Permitir a vinculação do cargo com a tabela salarial.
16. Possuir função de gravar os filtros utilizados em determinado emissão de relatório, para usar em futuras emissões do mesmo tipo de relatório
17. Permitir cadastrar as informações do funcionário exigidas pelo MTE, dispensando o livro registro conforme determinação da Portaria nº 41 de 28/03/2007., além de permitir a inserção de novos campos para cadastramento de informações adicionais.
18. Permitir acessar o dia para inserir a marcação faltante ou desconsiderar uma marcação equivocada, possibilitando processar novamente o dia.
19. Permitir a parametrização de horas noturnas, intervalo mínimo entre batidas e valor mínimo de horas para desconto.
20. Permitir o controle para compensação de horas extras e folgas.
21. a tela de estagiários
22. Possibilitar o acionamento do cadastro de afastamentos, a partir da data onde se está realizando a manutenção de marcações
23. Permitir o registro da máscara a ser utilizada nas classes e referências e as regras de progressão salarial
24. Possibilitar o registro dos servidores convocados para participar do evento extraordinário
25. Permitir ao usuário trocar de entidade sem sair do sistema

26. Validar número do CPF, PIS/PASEP e CNPJ.
27. Permitir ao usuário acessar pela janela de contexto os sistemas liberados da contratada, como Recursos Humanos, Ponto, Minha Folha e eSocial
28. Permitir o controle de substituição de período a cada dia, semana ou mês para o servidor.
29. Permitir lançar afastamentos para funcionários
30. Permitir o registro das deficiências da pessoa.
31. Possibilitar o registro de informações adicionais no cadastro de dependentes.
32. Possibilitar o autocompletar no registro de matrículas, com dados já existentes no sistema.
33. Possibilitar que o usuário defina o código da matrícula.
34. Possibilitar o registro informações adicionais no cadastro de matrículas.
35. Possibilitar o registro de afastamentos para funcionários e estagiários, a partir do cadastro de matrículas.
36. Possibilitar ao usuário, alternar entre as demais matrículas existentes para a mesma pessoa, na entidade logada.
37. Possibilitar que o usuário acesse as informações do cadastro da pessoa, a partir do cadastro de matrículas.
38. Permitir o registro centralizado de endereços
39. Permitir a configuração dos limites do plano salarial no cargo
40. Possibilitar o controle de histórico dos contratos, para informações que podem ser modificadas com o passar do tempo, como cargo, salário, organograma e campos adicionais.
41. Possibilitar a visualização de todos os registros de histórico do funcionário.
42. Permitir alteração e exclusão apenas para o registro histórico mais atual.
43. Permitir a informação do motivo da alteração de cargo, e também possibilitar a criação de novos motivos.
44. Permitir a informação do motivo da alteração salarial, e também possibilitar a criação de novos motivos.
45. Permitir controle de Funcionários Substitutos.
46. Permitir a gestão de afastamentos de forma centralizada.
47. Permitir vincular um afastamento a outros afastamentos que deram origem ou sequencia ao afastamento.
48. Possibilitar a vinculação de atestados médicos com afastamentos.
49. Permitir o cadastro dos tipos de afastamento que poderão ser realizados pelo funcionário/estagiário.
50. Permitir o registro da estrutura de Lotação Física
51. Permitir registrar todas as configurações das estruturas de níveis das lotações físicas utilizadas para determinar o local de trabalho do servidor na entidade
52. Possibilitar a interação de dados com o sistema de folha de pagamento da empresa mantenedora da plataforma.
53. Possibilitar a consulta das ocorrências apuradas apartir da manutenção de marcações
54. Permitir o registro de Feriados fixos, variáveis e ponto facultativo
55. Permitir o registro de vínculos empregatícios, com intuito de representar um agrupador entre os funcionários e a entidade. Ao registrar o vínculo é possível informar a descrição, regime trabalhista, regime previdenciário, categoria do trabalhador, categoria do SEFIP, vínculo temporário, motivo da rescisão, data final obrigatória, sai no CAGED, gera licença-prêmio, sai na RAIS, código RAIS.
56. Permitir o cadastro de todos os cargos do quadro de pessoal dos tipos efetivo, comissionado, temporário, agentes políticos, estabilizados pela CF/88, dentre outros conforme a necessidade do cliente, com nome do cargo, tipo de cargo, grau de instrução, CBO, escolaridade mínima, carga horária mensal, referência salarial inicial e quantidade de vagas criada.
57. Possibilitar a desativação de horários previamente cadastrados
58. Possibilitar o controle histórico de alteração para cada registro de horário
59. Possibilitar a identificação de qual configuração de lotação física esta em uso não sendo necessário criar uma para cada ano vigente.
60. Possibilitar a identificação de qual configuração de organograma esta em uso não sendo necessário criar uma para cada ano vigente

61. Possibilitar a copia de uma ocorrência previamente cadastrada facilitando assim alterações em novas ocorrências geradas a partir da ocorrência copiada.
62. Possibilitar o controle histórico de alteração para cada registro de ocorrência, permitindo a exclusão ou edição do histórico mais atual.
63. Possibilitar a desativação de ocorrências previamente cadastradas
64. Permitir o desenvolvimento de formulas de calculo para execução de ocorrências do ponto
65. Permitira seleção de scripts de importação de marcações a partir do cadastro de relógios.
66. Permitir o cadastro dos horários utilizados pelos servidores, possibilitando informar o código, descrição, vigência, entrada, saída, se é flexível, espera, carga horária.
67. Permitir o registro de atos legais como leis, portarias, decretos, requisições, possibilitando informar o número oficial do ato, tipo de natureza do texto jurídico, data de criação do ato, data a vigorar do ato, data de publicação do ato, data da resolução do ato, número do diário oficial, responsável, fonte(s) de divulgação, ementa e anexos. É permitido anexar arquivos de até 10 megabyte, dos tipos DOC, DOCX, TXT, HTML, XLS, XLSX, JPG ou PNG.
68. Permitir registrar todas as configurações das estruturas de níveis dos organogramas utilizados na entidade, definindo a quantidade de níveis, dígitos e separador da máscara dos organogramas
69. Permitir o cadastro da configuração da estrutura de níveis de Organogramas, possibilitando quantos níveis forem necessários para entidade, e definindo em qual nível do Organograma será realizado o controle de vagas dos Cargos.
70. Permitir o cadastro de grupos funcionais possibilitando o agrupamento de funcionários
71. Permitir a consulta e alteração de informações da entidade que o sistema foi liberado. Possibilitando ao usuário alterar informações como sigla da entidade, CNAE, responsável da entidade, endereço da entidade, telefone da entidade, e-mails da entidade, site da entidade, horário de funcionamento da entidade, indicativo de RPPS, tipo de administração, número da UG SIAFI, sindicato, classificação tributária, indicativo de registro eletrônico de funcionário, classificação tributária e situação da entidade.
72. Possibilitar a configuração de parâmetros para auxílio nas apurações de marcações e impactos em folha de pagamento, permitindo informar a tolerância de marcações, tolerância diária, período noturno, tempo mínimo entre batidas, tempo mínimo de interjornada, tempo mínimo e máximo de intrajornada, ocorrência gera eventos na folha e indicativo de segue portaria 1.510/2009.
73. Possibilitar a consulta e acompanhamento de ações do sistema e rotinas de cálculo via log
74. Possibilitar que o usuário realize o controle de compensação de horas dos estagiários
75. Possibilitar que o usuário realize o controle de compensação de horas dos funcionários e estagiários
76. Permitir o registro da criação, alteração e extinção dos cargos, juntamente com a fundamentação legal de cada um destes registros.
77. Possibilitar o lançamento de ausências dos funcionários e estagiários, para justificar as faltas
78. "Possibilitar o cadastro de eventos extraordinários, definindo o período do evento, se será concedido folga para os participantes, a quantidade de dias de folga a conceder e o período em que o participante pode folgar, por conta da participação no evento.
79. Exemplo: Campanha de vacinação no sábado e domingo"
80. Possibilitar que o usuário realize o lançamento de permutas para os estagiários e funcionários.
81. Possibilitar que o usuário realize o lançamento de horas extras e horas faltas no sistema.
82. Possibilitar a configuração da permissão de acesso por grupos de usuários e individualmente para cada usuário.
83. Possibilitar a apuração das marcações de ponto dos estagiários
84. "Ao registrar uma matrícula do tipo estagiário, será permitido preencher informações:
85. Dados pessoais, composto por nome, CPF, data de nascimento, idade, estado civil, sexo, filiação(ões), grau de escolaridade, conta(s) bancária(s);
86. Dados do contrato, composto por data inicial, data final, categoria do Trabalhador, ato, instituição de ensino, agente de integração, formação, período, fase, responsável, indicativo de estágio obrigatório, objetivo, número do contrato, indicativo de seguro de vida, número da apólice, número do cartão ponto, parâmetro do ponto;

87. Dados de cargos e salários, composto por cargo, área de atuação, nível salarial, classe e referência, horas por mês, valor da bolsa de estudo, forma de pagamento, conta bancária, indicativo de ocupa vaga, configuração de férias;
88. Dados da estrutura, composto por grupo funcional, jornada de trabalho, estrutura organizacional, lotação(ões) física(s)."
89. Permitir a realização da manutenção do cartão ponto, sem possibilitar a exclusão da marcação original.
90. Possibilitar a apuração das marcações de ponto dos funcionários
91. Possibilitar a importação de marcações das matrículas por arquivo txt gerado a partir do layout configurado no cadastro de relógios.
92. Possibilitar o registro das funções de marcações para os relógios do ponto
93. Possibilitar o cadastro de períodos de apuração de ponto possibilitando sua utilização no processo de apuração das marcações.
94. Possibilitar o registro de relógios de ponto, permitindo informar o número do relógio, descrição, lotação física, tipo de relógio, indicativo de REP, marca, número de fabricação.
95. Possibilitar o registro de ocorrências de ponto, permitindo informar o código, descrição, competência, classificação, sigla, indicativo para gera eventos na folha.
96. "A partir do Cadastro de Matrículas o sistema permite o registro de um Funcionário, possibilitando o preenchimento de informações como: Dados da Identificação composta por informações como nome, CPF, data de nascimento, idade, estado civil, sexo, filiação(ões), grau de escolaridade, conta(s) bancária(s);
97. Dados do contrato composto por data de admissão, data-base, vínculo empregatício, indicativo de admissão, tipo de admissão, indicativo de primeiro emprego, natureza da atividade, Indicativo de optante de FGTS, data da opção do FGTS, conta do FGTS, sindicato, tipo de provimento, lei do contrato, ato de admissão, data da nomeação, data da posse, tempo de aposentadoria, indicativo de provimento, número do cartão ponto, parâmetro do ponto, previdência;
98. Dados de cargos e salários composto por cargo, área de atuação, salário contratual, cargo comissionado, área de atuação, salário comissionado, nível salarial (comissionado), classe e referência (comissionado), configuração de férias, horas por mês, horas por semana, unidade de pagamento, forma de pagamento, conta bancária, indicativo de ocupa vaga, função(ões) gratificada(s);
99. Dados da Estrutura composto por grupo funcional, jornada de trabalho, estrutura organizacional, ocorrência SEFIP, controle de jornada, indicativo de jornada parcial, lotação(ões) física(s)."
100. "Possibilitar o registro de dependentes das pessoas físicas, informando nome, grau de dependência,
101. data inicial da dependência, motivo, data final da dependência, motivo, estuda, período, se é dependente no IRRF, se é dependente de salário família, se é dependente de pensão, início do benefício, duração, data de vencimento, alvará judicial, data do alvará, aplicação de desconto, valor, pensão sobre FGTS, representante legal, forma de pagamento e
102. conta bancária."
103. "Permitir o registro de pessoas, possibilitando informar:
104. Dados Principais, composto de nome, CPF, data de nascimento, idade, estado civil, sexo, dados pessoais, endereço(s), telefone(s), e-mail(s), rede social, filiação(ões), moléstia(s) grave(s), grau de escolaridade, raça, cor dos olhos, estatura, peso, tipo sanguíneo, indicativo de doador, deficiência(s), base(s) de outra(s) empresa(s) ;
105. Dados de documentos, composto por naturalidade, nacionalidade, RG, órgão emissor, UF, data da emissão, número do título de eleitor, zona, seção, número do CNS, data da emissão, RIC, órgão emissor, UF, data da emissão, certidão(ões) civil(s), número do certificado de reservista, número da CTPS, série, UF, data da emissão, número do PIS / PASEP, data da emissão, inscrição municipal, número da CNH, UF, categoria, data da emissão, data da 1ª habilitação, data de vencimento, observações da CNH, conta(s) bancária(s).
106. Além de permitir também, o anexo de arquivos de até 10 Megabyte."

## CONTRATOS

1. Permitir a um profissional autorizado pela entidade registrar aditivos contratuais, informando o tipo do aditivo, caso se trate de alteração de prazo, acréscimo ou supressão, reajuste, a data do aditamento, o objeto e a informação se a execução da contratação é contínua.
2. Permitir a um profissional autorizado inserir a nova data de vencimento do contrato no registro do aditivo contratual, quando esse se tratar de uma alteração de prazo.
3. Permitir que sejam anexados no registro da rescisão contratual, do apostilamento, da publicação e do aditivo contratual arquivos nos formatos PDF, DOC, DOCX, TXT, HTML, XLS, XLSX, JPG ou PNG, com tamanho máximo de até 10 MB.
4. Permitir ao usuário informar a nova data de vencimento do contrato ao registro do apostilamento contratual, quando esse se tratar de um registro para prorrogação.
5. Permitir a um profissional autorizado pela entidade cadastrar os documentos fiscais que comprovam o recebimento do material, a prestação do serviço ou a execução de uma obra, informando o tipo de documento fiscal, número, data, valor bruto, de desconto ou líquido, fornecedor, finalidade e informações de autenticidade do comprovante como a série e o código de validação.
6. Permitir a um profissional cadastrar os responsáveis pelas contratações da entidade, informando além de seu nome, o CPF, telefone, e-mail, indicar se é funcionário do município, matrícula, cargo, natureza do cargo e o endereço.
7. Permitir a um profissional autorizado inserir os itens das contratações, possibilitando inserir manualmente ou então buscando os itens vencidos pelo fornecedor dentro do processo administrativo.
8. Permitir a um profissional autorizado pela entidade visualizar e controlar o andamento das contratações cadastradas, listando-as cada qual em sua situação, possibilitando utilizar filtros de pesquisa e, agrupar os registros por entidade e por fornecedor.
9. Permitir a um profissional autorizado pela entidade registrar contratações diretas sem a exigência do cadastramento de processo administrativo.
10. "Permitir a um profissional autorizado cadastrar todas as contratações da entidade, precedidas ou não de procedimento licitatório, controlando quando há exigência de termo contratual e quando não for exigido um termo formal do contrato, informando essas numerações, caso possuam, bem como o objeto da contratação, fornecedor, data de assinatura, período de vigência e valor original da contratação.
11. Permitir a um profissional autorizado pela entidade cadastrar as despesas orçamentárias do exercício e que serão utilizadas para garantir o pagamento das contratações, permitindo que sejam inseridas manualmente ou então importadas do sistema de contabilidade.
12. Permitir a um profissional autorizado pela entidade manter os dados cadastrais da entidade como endereço, telefone, e-mail, site, horário de funcionamento e a indicação se a entidade possui um regime próprio de previdência privada.
13. Permitir a um profissional autorizado pela entidade inserir os itens correspondentes no registro do aditivo contratual, quando esse se tratar de uma alteração de quantidade ou valor.
14. Possibilitar a um profissional autorizado pela entidade incluir novos campos nos principais cadastros do sistema, podendo selecionar o tipo de dado, descrição e tamanho quando o tipo de dado exigir e ainda indicar se ele é de preenchimento obrigatório ou não.



15. Permitir a um profissional autorizado pela entidade cancelar uma contratação que foi registrada no sistema, porém não houve andamento por falta de interesse do fornecedor vencedor, informando além da data do cancelamento, o seu motivo.
16. Permitir a um profissional autorizado pela entidade, indicar a configuração da estrutura organizacional a ser utilizada no exercício, onde ainda podem ser criadas novas configurações caso exista necessidade.
17. Possuir controle automático do Saldo dos Itens do Contrato, podendo ser pela quantidade do item ou pelo valor total do item, considerando valor e quantidade original, aditamentos de acréscimo ou supressão, entre outras alterações contratuais que refletem no saldo quantitativo ou financeiro.
18. Permitir a um profissional cadastrar as possíveis condições de pagamento dos valores das contratações realizadas pela entidade.
19. Permitir a um profissional inserir e substituir os grupos de despesas ao registro do apostilamento contratual, quando esse se tratar de um apostilamento de alteração de despesa.
20. Permitir cadastrar os dados correspondentes aos endereços, possibilitando informar os logradouros, condomínios, loteamentos, bairros, distritos, estados e municípios.
21. Permitir realizar a inclusão de diversas especificações do material ou serviço que estão relacionadas. Isso para que não haja duplicidade de registros com informações semelhantes.
22. Disponibilizar a um profissional autorizado pela entidade recursos para geração de validações específicas nas funcionalidades do sistema.
23. Permitir ao profissional cadastrar as fontes de divulgação dos atos administrativos registrando pela entidade pública, possibilitando informar a descrição e o meio de comunicação correspondente.
24. Permitir aos profissionais da entidade cadastrar os fornecedores, sejam eles pessoa física ou jurídica, contendo o nome, o CPF ou CNPJ, telefone, e-mail, site e endereço. Para os casos específicos de pessoa jurídica possibilitar inserir os dados do ato constitutivo da empresa, bem como as informações dos sócios que compõem a sociedade.
25. Permitir desativar o registro de um fornecedor para que essa informação não seja mais listada para vínculo em novas contratações.
26. Permitir que o usuário realize uma pesquisa no registro dos fornecedores, a fim de localizá-los, pelo nome ou pelo CNPJ ou CPF, devendo mostrar os dados caso já exista cadastro.
27. Possibilitar a um profissional autorizado pela entidade gerenciar as permissões dos usuários por grupo ou individualmente.
28. Disponibilizar a um profissional autorizado pela entidade recursos para geração de arquivos para sistemas/órgãos externos.
29. Permitir ao usuário criar validações das funcionalidades de forma personalizada, conforme a necessidade do usuário.
30. Possibilitar a um profissional autorizado pela entidade criar relatórios personalizados para a entidade.
31. Permitir a um profissional registrar os grupos e classes, utilizados para categorizar os materiais e serviços.
32. Permitir aos profissionais acessar outros sistemas contratados pela entidade simultaneamente.



33. Permitir aos usuários do sistema trocar de entidade e/ou exercício sem ter que fechá-lo.
34. Disponibilizar infraestrutura para execução da aplicação web e seu banco de dados.
35. Possibilitar que os dados dos contratos da entidade possam ser compartilhados com outros sistemas.
36. Possibilitar a um profissional autorizado pela entidade a visualizar todos os registros de dados das contratações enviados para empenhamento, anulação ou liquidação na contabilidade, permitindo visualizar as informações do contrato, do processo, o valor do registro, o número, a despesa orçamentária, a situação e ação realizada.
37. Permitir a um profissional autorizado pela entidade enviar a liquidação dos empenhos das contratações na contabilidade, informando a data de referência e a situação das informações, se elas estão aguardando envio, em edição, contabilizado manualmente ou não contabilizar. Além de indicar o número do empenho, o tipo de liquidação, se ela é provisória ou definitiva e o seu valor, disponibilizando para consulta a despesa orçamentária, seu desdobramento, o recurso e o valor total do empenho.
38. Permitir a um profissional autorizado pela entidade realizar o envio das informações das contratações para escrituração contábil.
39. Possibilitar o envio dos dados dos aditivos e apostilamentos contratuais para a contabilidade.
40. "Permitir a um profissional autorizado pela entidade enviar os dados das contratações para criar os empenhos na contabilidade, informando a origem das informações, se é da contratação ou do registro do fornecimento dos materiais ou serviços, a data de referência e a situação das informações, se elas estão aguardando envio, em edição, contabilizado manualmente ou não contabilizar. Além da especificação do empenho, a despesa orçamentária, seu desdobramento, o recurso e o valor da despesa.
41. Permitir a um profissional autorizado informar os materiais da tabela de preços que deseja fazer a aquisição para envio ao fornecedor, quando o processo de licitação de origem, for julgado por maior desconto sobre tabela de preços ou pela menor taxa, ou seja, em percentuais.
42. Permitir a um profissional autorizado pela entidade registrar os locais, de recebimento de materiais, da prestação do serviço ou da execução de uma obra, definindo uma descrição para o mesmo.
43. Permitir registrar os materiais e serviços contratados pela entidade, contendo o nome do material, grupo e classe em que pertence, natureza da despesa, classificação, caso se trate de um gênero alimentício, medicamento, combustível ou lubrificante, unidade de medida, a indicação se é estocável ou não, e ainda o tipo do item caso se trate de material, bem permanente ou serviço.
44. Possibilitar a criação de modelos de documentos (templates) para serem utilizados no editor de texto do sistema, sendo alguns deles os contratos e aditivos.
45. Possibilitar ao usuário registrar as suas críticas, elogios e sugestões de melhorias no sistema.
46. Permitir a um profissional autorizado pela entidade configurar os órgãos, unidades orçamentárias e centros de custo da entidade.
47. Permitir cadastrar os prazos de entrega dos materiais e/ou execução dos serviços e obras, informando a descrição, se a entrega é única ou parcelada e a quantidade de dias ou meses.
48. Permitir a um profissional autorizado pela entidade registrar as publicações referentes as contratações realizadas, bem como das alterações relacionadas a elas, possibilitando informar o tipo de publicação, data, número, meio de divulgação e veículo em que foi publicado.

49. Permitir a um profissional autorizado pela entidade cadastrar os recebimentos dos itens indicados nas solicitações de fornecimento enviadas aos fornecedores, informando o responsável, se o recebimento é provisório ou definitivo e suas respectivas datas, se houve desconto no valor dos itens, se houve retenção tributária, disponibilizar para visualização as informações do contrato, do fornecedor e da solicitação efetuada ao mesmo.

50. Permitir a um profissional autorizado pela entidade cadastrar um ou mais documentos fiscais recebidos referente a solicitações de fornecimento, informando o tipo de comprovante, o número, data de emissão, valores bruto e de desconto e finalidade.

51. "Permitir ao usuário emitir os Relatórios Gerenciais pertinentes aos Contratos e a sua execução, por exemplo:

- - Relação das Contratações cadastradas por período
- - Relação das Compras Diretas sem Processo Administrativo
- - Acompanhamento da Execução dos Contratos
- - Despesas por período e por Material
- - Resumo dos Itens do Processo por Fornecedor e Contrato
- - Controle do Saldo dos Itens do Contrato

52. "Permitir ao usuário emitir os Relatórios Legais pertinentes aos Contratos e a sua execução, por exemplo:

- - Modelos de Contratos
- - Nota de Solicitação de Fornecimento
- - Extrato dos Contratos para Publicação na Imprensa Oficial
- - Relação das Compras efetuadas no mês (Art. 16, Lei 8.666/93)
- - Relação dos Contratos assinados no Mês (Art. 16, Lei 8.666/93)

53. Permitir a um profissional autorizado vincular os responsáveis pelo contrato, informando além do seu nome, o tipo e o período de responsabilidade.

54. Permitir a um profissional autorizado pela entidade cadastrar as sanções e penalidades administrativas aplicadas ao fornecedor contratado, informando o fornecedor, tipo de sanção, número do contrato, data da sanção, período que deverá ser aplicada, processo administrativo sancionatório, fundamento legal e motivo.

55. Permitir que sejam anexados no registro da sanção aplicada ao fornecedor contratado, arquivos nos formatos PDF, DOC, DOCX, TXT, HTML, XLS, XLSX, JPG ou PNG, com tamanho máximo de até 10 MB.

56. Permitir a um profissional autorizado pela entidade registrar as solicitações de fornecimento para envio aos fornecedores, dos materiais constantes no contrato, informando a data da solicitação, a unidade ou centro de custo que está solicitando, o nome do solicitante, o local e prazo em que a entrega deverá ocorrer, disponibilizando para consulta os dados do contrato para conferência.

57. Permitir ao usuário emitir a solicitação de fornecimento pelo próprio cadastro ou listagem, servindo de documento para ser entregue ao fornecedor e contendo os itens e quantidades previamente informadas pelos itens da solicitação de fornecimento.
58. "Permitir a um profissional autorizado informar o item solicitado ao fornecedor contratado, vinculando ao registro da requisição.
59. Permitir a um profissional da entidade cadastrar os tipos de aditivos contratuais informando a qual classificação pertence, caso de trate de um acréscimo, supressão, prazo, reajuste, subcontratação ou atualização monetária.
60. Permitir que a entidade cadastre os tipos de administração para as contratações, podendo informar se ela é direta ou indireta e ainda a qual poder ela pertence, legislativo ou executivo.
61. Permitir a um profissional da entidade cadastrar os tipos de apostilamentos contratuais informando a qual classificação pertence, caso de trate de um reajuste de preço, alteração da despesa orçamentária ou de prorrogação.
62. Permitir cadastrar os tipos de garantias para os contratos que podem ser utilizadas para garantir a execução do contrato, possuindo classificação de caução em dinheiro, título da dívida pública, seguro garantia, fiança bancária ou não possuir nenhuma garantia.
63. Permitir cadastrar os tipos de instrumentos de contratação, informando a descrição, a indicação se o instrumento exige termo formal, a inclusão do dispositivo legal e a sua classificação, caso se trate de ata, contrato, adesão, credenciamento, parceria, colaboração ou fomento.
64. Permitir a um profissional da entidade cadastrar os possíveis motivos de rescisão contratual, informando a sua descrição e a legislação a qual está embasado.
65. Permitir cadastrar os tipos de objetos a serem aplicados às contratações, informando sua descrição e a classificação para o qual pertence, caso se trate de uma alienação de bens, cessão de direitos, compras e serviços, concessão, concurso e locação. Ainda possibilitar informar se o objeto da contratação é de uso de bem público ou não, para os casos de concessão e locação.
66. Permitir cadastrar os tipos de publicação das contratações, possibilitando informar a descrição e a classificação a qual ela pertence, caso se trate da publicação de um aditivo, apostila, extrato, inidoneidade, rescisão ou suspensão.
67. Permitir cadastrar os tipos de rescisão contratual, possibilitando informar a descrição e a classificação a qual pertence, caso se trate de uma rescisão unilateral, amigável ou judicial.
68. Permitir cadastrar os tipos de responsáveis pelos contratos, informando além de sua descrição a sua classificação, caso se trate de fiscal, gestor, assinante, suplente ou controlador.
69. Permitir cadastrar os tipos de sanções administrativas, podendo informar a classificação, caso de trate de advertência, impedimento, multa, inidoneidade ou suspensão.
70. Permitir cadastrar os tipos de comprovantes fiscais, possibilitando informar a descrição e sua categoria, caso se trate de uma nota fiscal, sentença judicial, guia de recolhimento, recibo, fatura, bilhete de passagem, cupom fiscal ou conhecimento.
71. Permitir a um profissional cadastrar as unidades de medida dos materiais e serviços adquiridos pela entidade.
72. Permitir cadastrar os fornecedores utilizados para realizar a publicidade dos atos administrativos da entidade pública, informando além do seu nome, o tipo de veículo de publicação, a informação caso

ele seja contratado por licitação e se sim, possibilitar o registro do número do processo licitatório de origem e ainda a data do início das publicações.

73. Permitir aos profissionais acessar outros sistemas contratados pela entidade simultaneamente.

74. Possibilitar a um profissional autorizado pela entidade incluir novos campos nos principais cadastros do sistema, podendo selecionar o tipo de dado, descrição e tamanho quando o tipo de dado exigir e ainda indicar se ele é de preenchimento obrigatório ou não.

75. Possibilitar ao usuário registrar as suas críticas, elogios e sugestões de melhorias no sistema.

76. Permitir ao usuário criar validações das funcionalidades de forma personalizada, conforme a necessidade do usuário.

77. Permitir ao usuário emitir a solicitação de fornecimento pelo próprio cadastro ou listagem, servindo de documento para ser entregue ao fornecedor e contendo os itens e quantidades previamente informadas pelos itens da solicitação de fornecimento.

## **PLANEJAMENTO**

1. Permitir ao usuário selecionar outra entidade e/ou exercício sem a necessidade de logout do sistema.

2. Permitir ao usuário o acesso a outros sistemas sem a necessidade de logout do sistema e refazer login em outro.

3. Permitir personalizar o registro com informações complementares conforme necessidade da entidade utilizando informações adicionais.

4. Possibilitar o usuário incluir novos campos nos principais cadastros do sistema, podendo selecionar o tipo de dado como sendo área de texto, CNPJ, CPF, data, data/hora, e-mail, hora, inteiro, lista de seleção, múltipla seleção, telefone, texto e valor (fracionário), descrição, tamanho, dica de preenchimento quando o tipo de dado exigir e ainda, indicar se ele é de preenchimento obrigatório ou não, ou mesmo possibilitar o agrupamento destes dados e a sua publicação entre as entidades.

5. Permitir personalizar o registro com informações complementares conforme necessidade da entidade utilizando informações adicionais.

6. Permitir personalizar o registro com informações complementares conforme necessidade da entidade utilizando informações adicionais.

7. Possibilitar o usuário incluir novos campos nos principais cadastros do sistema, podendo selecionar o tipo de dado como sendo área de texto, CNPJ, CPF, data, data/hora, e-mail, hora, inteiro, lista de seleção, múltipla seleção, telefone, texto e valor (fracionário), descrição, tamanho, dica de preenchimento quando o tipo de dado exigir e ainda, indicar se ele é de preenchimento obrigatório ou não, ou mesmo possibilitar o agrupamento destes dados e a sua publicação entre as entidades.

8. Permitir personalizar o registro com informações complementares conforme necessidade da entidade utilizando informações adicionais.

9. Respeitar a configuração de permissões definidas pelo administrador de acessos da entidade, identificando se o usuário possui autorização para acesso, criação, edição ou exclusão de dados da funcionalidade.

10. Permitir a elaboração ou construção de relatórios personalizados com base nos registros das funcionalidades, possibilitando sua configuração com a divisão dos dados em grupos, bem como a realização de cálculos e totalizadores.

11. Permitir emitir relatórios gerenciais das receitas e despesas das peças orçamentárias:

12. Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos

13. Despesas por Órgão conforme Vínculo e Recursos

14. Despesas por Órgão, Unidade e Categorias Econômicas

15. Projeto de Lei da LDO

16. Discriminação das Despesas

17. Discriminação das Receitas

18. Planejamento das despesas

19. Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

20. Receitas por Órgão, Unidade e Categorias Econômicas
21. Relatório de Transferências Financeiras
22. Relatório sobre Projetos em Execução e Despesas com Conserv. do Patrimônio Público
23. \*Demonstrativos complementares:\*
24. Demonstrativo das receitas e prioridades das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino - MDE
25. Demonstrativo das receitas de impostos e das prioridades das despesas próprias com saúde
26. Demonstrativo das prioridades das despesas com pessoal
27. Permitir emitir relatórios gerenciais das receitas e despesas das peças orçamentárias:
28. Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos
29. Despesas por Órgão conforme Vínculo e Recursos
30. Despesas por Órgão, Unidade e Categorias Econômicas
31. Discriminação das Despesas
32. Discriminação das Receitas
33. Planejamento das despesas
34. Receitas e Despesas por Fontes de Recursos
35. Receitas por Órgão, Unidade e Categorias Econômicas
36. Relatório de Transferências Financeiras
37. Demonstrativos complementares:
38. Demonstrativo das receitas e prioridades das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino - MDE
39. Demonstrativo das receitas de impostos e das prioridades das despesas próprias com saúde
40. Demonstrativo das prioridades das despesas com pessoal
41. Permitir emitir relatórios gerenciais:
42. Anexo II - Modelo da Planilha de Despesa por Programa e Ações
43. Anexo III - Compatibilização das origens com as destinações dos recursos
44. Anexo III Demonstrativo da Consolidação da Despesa por Programas
45. Planejamento das despesas do PPA
46. Projeto de Lei do PPA
47. Programação das Receitas
48. Relatório Resumo de Ações por Organograma
49. Resumo das Receitas e Despesas por Fonte de Recurs
50. Resumo das Despesas por Fonte de Recurso
51. Resumo das Receitas por Fonte de Recurso
52. Permite a visualização de diferenças, inclusão, atualização ou exclusão de receitas da LOA em comparação a LDO, possibilitando:
53. - A visualização de uma receita existente na LDO, inserindo-a na LOA de forma individual ou coletivamente, com base no orçamento elaborado na LDO;
54. - A visualização de uma receita existente na LDO e existente na LOA, mas com diferenças, permitindo atualizar na LOA de forma individual ou coletivamente, de acordo com a LDO;
55. - A visualização de uma receita existente na LDO e existente na LOA, mas com diferenças, permitindo excluir de forma individual ou coletivamente, na LOA;
56. Permitir a visualização das despesas existentes na LDO e inseri-las na LOA de forma individual ou coletiva. E se existentes também na LOA, mas com diferenças entre as peças citadas, possibilita a atualização ou exclusão de forma também individual ou coletiva, em concordância com a elaboração orçamentária entre as peças.
57. Permitir registrar cenários macroeconômicos na LDO para aplicação nas receitas e despesas, informando:
58. Variável
59. Método de cálculo (percentual ou valor)
60. Percentual ou valor para o ano Atual e para os próximos anos
61. Além disso possibilita informar texto, para detalhar as premissas utilizadas.
62. Permitir a visualização de todas as despesas elaboradas no PPA, conforme quadriênio selecionado, possibilitando de um forma rápida inserir de forma individual ou em lote, registros de despesas na LDO, para atendimento do Art. 165 da Constituição Federal 1988. O recurso do saldo à

priorizar disponível é da meta financeira conforme saldo orçamentário da despesa (previsto no PPA menos o priorizado na despesa da LDO do referido quadriênio.

63. Abaixo segue detalhes no qual a rotina possibilita:

64. Ao adicionar uma despesa por meio da tela de priorização, quando não ter valor informado na priorização e a meta financeira não estiver detalhada anualmente, todos os campos devem ser preenchidos a partir do PPA, com exceção a meta financeira, valor da natureza de despesa (se o PPA estiver detalhado por naturezas da despesa, valor dos recursos e quantidade da meta física.

65. Quando a despesa do PPA for detalhada por meta financeira anual, todos os dados da despesa são replicados para a despesa da LDO com os valores do respectivo exercício, juntamente com os dados dados da meta física (quantidade anual, unidade medida, produto e localizador).

66. Caso o valor da priorização for diferente da respectiva meta financeira anual na priorização da LDO ou a meta financeira for quadrianual no PPA, efetua-se o cálculo do valor informado na priorização e registra-se a despesa na LDO com valores abaixo:

67. Meta financeira: com valor informado na priorização;

68. Valor da natureza de despesa: calcula-se a porcentagem do valor da natureza cfe. abaixo:

69.  $\text{valor da meta financeira} / \text{valor da natureza da despesa} * 100 = \%$ . Com resultado (%) aplica-se a porcentagem no valor informado na priorização, o resultado é setado no valor da respectiva natureza de despesa. Aplica-se esta regra se o PPA estiver detalhado por naturezas da despesa;

70. Valor do recurso da meta financeira: Aplica-se a porcentagem do respectivo recurso no valor informado na priorização, e o valor do resultado é setado. Caso a despesa do PPA estiver detalhada por natureza de despesa a porcentagem é aplicada no valor da sua respectiva natureza de despesa.

71. Meta física:

72. Quantidade: valor zerado

73. Unidade medida: sugere-se a unidade informada na respectiva meta física

74. Produto: sugere-se o produto informado na respectiva meta física

75. Localizador: sugere-se o produto informado na respectiva meta física

76. Permitir a utilização de organizadores (marcadores) nas despesas da LDO. Os mesmos são customizáveis, podendo ter qualquer descrição e agrupar os dados em qualquer segmento, abrindo um leque de possibilidades para emissão de relatórios, consultas ou geração de arquivos personalizados.

77. Permitir a pesquisa das despesas previamente cadastradas ao informar a entidade pública,

78. o organograma, o programa, a ação, a função, a subfunção, o recurso, a natureza da despesa ou seu respectivo valor, visualizando-as e ordenando-as por meio de listagem, e realizando a expansão quando o registro se apresentar informações agrupadas, e assim detalhando-as.

79. Por meio da pesquisa, as informações demonstradas poderão ser ordenadas pelos itens da listagem por programa, organograma e recurso, apresentando registros agrupados na listagem.

80. A listagem apresenta um totalizador que permite a visualização do:

- total geral dos registros da listagem;
- total de registros conforme organizador em valor e quantidade agrupado;
- total de resultados por página e quantidade de páginas do registro.

81. Além disso, os totalizadores respeitam os filtros aplicados na listagem, retornando valores de acordo com a lista apresentada.

82. Permitir identificar os registros de receitas e despesas da LDO com pendências cadastrais no envio ao legislativo, permitindo filtrar e visualizar no ambiente somente os registros com inconsistências.

83. Permitir a pesquisa dos limites da LDO previamente cadastrados por meio da possibilidade de informar o valor, o tipo de crédito, a base de cálculo, a origem do crédito orçamentário e a classificação, visualizando-as e ordenando-as por meio de listagem. Essa, possibilita a visualização do total de resultados por página e quantidade de páginas do registro.

84. Permitir a visualização de todas as receitas elaboradas no PPA, conforme quadriênio selecionado, possibilitando de um forma rápida inserir de forma individual ou em lote os registros de receitas na LDO, para atendimento do Art. 165 da Constituição Federal 1988. O recurso do saldo à priorizar disponível é da meta financeira conforme saldo orçamentário da receita (previsto no PPA menos o priorizado na receita da LDO do referido quadriênio.

85. Abaixo segue detalhes no qual a rotina possibilita:

86. Ao adicionar uma receita por meio da tela de priorização e não ter valor informado na priorização e a meta financeira não estiver detalhada anualmente, todos os campos devem ser preenchidos a partir



do PPA, com exceção a meta financeira, valor dos recursos da meta financeira, valor das deduções e valor dos recursos das deduções.

87. Quando a receita do PPA for detalhada por meta financeira anual ou valor informado na priorização for igual ao valor da respectiva meta anual do PPA, todos os dados da receita são replicados para a receita da LDO (recursos/deduções) com os valores do respectivo exercício.

88. Caso o valor da priorização for diferente da respectiva meta anual na priorização da LDO ou a meta financeira for quadrianual no PPA, efetua-se o cálculo do valor informado na priorização e registra-se a receita na LDO com valores abaixo:

89. Meta financeira: com valor informado na priorização;

90. Valor do recurso da meta financeira: Aplica-se a porcentagem do respectivo recurso no valor informado na priorização, e o valor do resultado é setado;

91. Valor da dedução: Aplica-se a porcentagem da respectiva dedução valor informado na priorização, e o valor do resultado é setado;

92. Valor dos recursos das deduções: Aplica-se a porcentagem do respectivo recurso da dedução no valor informado na priorização, e o valor do resultado é setado.

93. Além disso, a funcionalidade deve sugerir o saldo à priorizar disponível da meta financeira conforme saldo orçamentário da receita (previsto no PPA menos o priorizado nas receitas da LDO do referido quadriênio.

94. Permite a visualização do total de receitas e despesas elaboradas, bem como, os saldos provenientes da diferença entre essas, objetivando o acompanhamento orçamentário e a dispensa de possíveis emissões de relatórios para se conhecer o total planejado.

95. Permitir a utilização de organizadores (marcadores) nas receitas da LDO. Os mesmos são customizáveis, podendo ter qualquer descrição e agrupar os dados em qualquer segmento, abrindo um leque de possibilidades para emissão de relatórios, consultas ou geração de arquivos personalizados.

96. Permitir a pesquisa das receitas previamente cadastradas ao informar a entidade pública,

97. o organograma, o recurso, a natureza da receita ou o seu respectivo valor, visualizando-as e ordenando-as por meio de listagem, e realizando a expansão quando o registro se apresentar informações agrupadas, e assim detalhando-as.

98. Por meio da pesquisa, as informações demonstradas poderão ser ordenadas pelos itens da listagem por organograma e recurso, apresentando registros agrupados na listagem.

99. A listagem apresenta um totalizador que permite a visualização do:

- total geral dos registros da listagem;
- total de registros conforme organizador em valor e quantidade agrupado;
- total de resultados por página e quantidade de páginas do registro.

100. Além disso, os totalizadores respeitam os filtros aplicados na listagem, retornando valor de acordo com a lista apresentada.

101. Permitir a realização de filtros rápidos dos recursos das peças orçamentárias, por meio de painéis interativos, selecionando diretamente o recurso conforme a necessidade do usuário, listando-as somente as receitas ou despesas relacionadas a esse.

102. Permitir a utilização de organizadores (marcadores) nas despesas da LOA. Os mesmos são customizáveis, podendo ter qualquer descrição e agrupar os dados em qualquer segmento, abrindo um leque de possibilidades para emissão de relatórios, consultas ou geração de arquivos personalizados.

103. Permitir a pesquisa das despesas previamente cadastradas ao informar a entidade pública,

104. o organograma, o programa, a ação, a função, a subfunção, o recurso, a natureza da despesa, o marcador, o valor ou seu respectivo número, visualizando-as e ordenando-as por meio de listagem, e realizando a expansão quando o registro se apresentar informações agrupadas, e assim detalhando-as.

105. Por meio da pesquisa, as informações demonstradas poderão ser ordenadas pelos itens da listagem por programa, organograma, recurso, entidade, função, subfunção e natureza da despesa, apresentando registros agrupados na listagem.

106. A listagem apresenta um totalizador que permite a visualização do:

- total geral dos registros da listagem;
- total de registros conforme organizador em valor e quantidade agrupado;
- total de resultados por página e quantidade de páginas do registro.



107. Além disso, os totalizadores respeitam os filtros aplicados na listagem, retornando valores de acordo com a lista apresentada.

108. Permitir identificar os registros de receitas e despesas da LOA com pendências cadastrais no envio ao legislativo, permitindo filtrar e visualizar no ambiente somente os registros com inconsistências.

109. Permitir a pesquisa dos limites da LOA previamente cadastrados por meio da possibilidade de informar o valor, o tipo de crédito, a base de cálculo, a origem do crédito orçamentário e a classificação, visualizando-as e ordenando-as por meio de listagem. Essa, possibilita a visualização do total de resultados por página e quantidade de páginas do registro.

110. Permite a visualização do total de receitas e despesas elaboradas, bem como, os saldos provenientes da diferença entre essas, objetivando o acompanhamento orçamentário e a dispensa de possíveis emissões de relatórios para se conhecer o total planejado.

111. Permitir a utilização de organizadores (marcadores) nas receitas da LOA. Os mesmos são customizáveis, podendo ter qualquer descrição e agrupar os dados em qualquer segmento, abrindo um leque de possibilidades para emissão de relatórios, consultas ou geração de arquivos personalizados.

112. Permitir a pesquisa das receitas previamente cadastradas ao informar a entidade pública,

113. o organograma, o recurso, a natureza da receita, o marcador, o valor ou seu respectivo número, visualizando-as e ordenando-as por meio de listagem, e realizando a expansão quando o registro se apresentar informações agrupadas, e assim detalhando-as.

114. Por meio da pesquisa, as informações demonstradas poderão ser ordenadas pelos itens da listagem por organograma e recurso, apresentando registros agrupados na listagem.

115. A listagem apresenta um totalizador que permite a visualização do:

- total geral dos registros da listagem;
- total de registros conforme organizador em valor e quantidade agrupado;
- total de resultados por página e quantidade de páginas do registro.

116. Além disso, os totalizadores respeitam os filtros aplicados na listagem, retornando valor de acordo com a lista apresentada.

117. Permitir a realização de filtros rápidos das entidades por meio de painéis interativos, selecionando os saldos positivos ou negativos conforme a necessidade do usuário, listando-as somente os relacionados a esses.

118. Permitir a realização de filtros rápidos nas receitas das peças orçamentárias, por meio da seleção da entidade conforme a necessidade do usuário, listando-as somente as relacionadas a essa.

119. Permitir a visualização do saldo do orçamento por entidade (receitas (+) transferências recebidas (-) despesas (-) transferências concedidas) durante a elaboração da peça orçamentária, dispensando por exemplo, realizar emissões de relatórios para conhecer o saldo planejado. Toda essa visualização é beneficiada ao possibilitar a efetuação de filtro e pesquisa por determinada entidade

120. Permitir a realização de filtros rápidos dos recursos das peças orçamentárias, por meio de painéis interativos, selecionando diretamente o recurso conforme a necessidade do usuário, listando-as somente as receitas ou despesas relacionadas a esse.

121. Permitir a realização de filtros rápidos dos recursos das peças orçamentárias, por meio de painéis interativos, selecionando diretamente o recurso conforme a necessidade do usuário, listando-as somente as receitas ou despesas relacionadas a esse.

122. Permitir a realização de filtros rápidos dos recursos das peças orçamentárias, por meio de painéis interativos, selecionando os saldos positivos ou negativos conforme a necessidade do usuário, listando-as somente os relacionados a esses.

123. Permite que o usuário receba mensagens ou notificações de todas as interações que o sistema realizar, facilitando a percepção do término de qualquer processo inicializado, ou seja, seu status.

124. Permite desfazer a sanção do Plano Plurianual (PPA) retornando o status da peça para elaboração, possibilitando efetuar alterações necessárias no orçamento.

125. Permitir a pesquisa das despesas previamente cadastradas ao informar a entidade pública,

126. o organograma, o programa, a ação, a função, a subfunção, o recurso ou a natureza da receita, visualizando-as e ordenando-as por meio de listagem.

127. Por meio da pesquisa, as informações demonstradas poderão ser ordenadas pelos itens da listagem por programa, organograma e recurso, apresentando registros agrupados na listagem.

128. A listagem apresenta um totalizador que permite a visualização do:

- total geral dos registros da listagem;

- total de registros conforme organizador em valor e quantidade agrupado;
  - total de registros conforme organizador em valor por metas anuais, quando PPA estiver parametrizado por metas anuais;
  - total de resultados por página e quantidade de páginas do registro.
129. Além disso, os totalizadores respeitam os filtros aplicados na listagem, retornando valores de acordo com a lista apresentada.
130. Permitir a utilização de organizadores (marcadores) nas despesas do PPA. Os mesmos são customizáveis, podendo ter qualquer descrição e agrupar os dados em qualquer segmento, abrindo um leque de possibilidades para emissão de relatórios, consultas ou geração de arquivos personalizados.
131. Permitir a criação/alteração das despesas do PPA, LDO e LOA de forma incremental durante a elaboração ou alteração do orçamento, solicitando somente informações obrigatórias, mas possibilitando que as demais sejam informadas em momento posterior. Permanece assim com a situação em elaboração, notificando ao usuário de que estão pendentes algumas informações, e logo preenchidas, é possibilitado o envio ao legislativo e sanção da referida peça orçamentária.
132. Permitir identificar os registros de receitas e despesas do PPA com pendências cadastrais no envio ao legislativo, permitindo filtrar e visualizar no ambiente somente os registros com inconsistências.
133. Permitir ao usuário informar apenas os recursos na dedução que estejam vinculados a receita, demonstrando nas deduções somente os recursos da receita para seleção e uso.
134. Permitir a identificação quando o valor da meta financeira da receita não está totalmente alocada nos recursos, confrontando valor da meta em comparação com o valor aplicado nos recursos, demonstrando a diferença a maior ou a menor.
135. Permite a visualização do total de receitas e despesas elaboradas, bem como, os saldos provenientes da diferença entre essas, objetivando o acompanhamento orçamentário e a dispensa de possíveis emissões de relatórios para se conhecer o total planejado. A visualização de valores no PPA também é possibilitada por meio do total geral e do detalhamento dos valores de receitas e despesas para os quatro exercícios, ou seja, detalhamento anual.
136. Permitir a identificação nos registros de receitas e despesas a ausência de informação ou informação indevida, onde o usuário receberá a orientação devida referente a qual informação deverá ser complementada ou ajustada.
137. Permitir após a aprovação orçamentária do PPA ou da LDO, efetuar alteração quando as peças estiver com situação de sancionada para em alteração, pois durante o processo de alteração de um registro já gravado, o sistema possibilita de forma individual, visualizar tais alterações comparando com a versão anterior aprovada do orçamento. Essa visualização é possibilitada nos registros de receitas, despesas, programas e ações de governo, indicando nas suas respectivas listagens quais foram alterados, podendo ainda, as alterações nas receitas e despesas serem desfeitas individual ou coletivamente, retornando automaticamente para a situação igual a sancionada, quando estiverem em alteração, mas forem desfeitas as mesmas.
138. Permitir a utilização de organizadores (marcadores) nas receitas do PPA. Os mesmos são customizáveis, podendo ter qualquer descrição e agrupar os dados em qualquer segmento, abrindo um leque de possibilidades para emissão de relatórios, consultas ou geração de arquivos personalizados.
139. Permitir a criação/alteração das receitas do PPA, LDO e LOA de forma incremental durante a elaboração ou alteração do orçamento, solicitando somente informações obrigatórias, mas possibilitando que as demais sejam informadas em momento posterior. Permanece assim com a situação em elaboração, notificando ao usuário de que estão pendentes algumas informações, e logo preenchidas, é possibilitado o envio ao legislativo e sanção da referida peça orçamentária.
140. Permitir a pesquisa das receitas previamente cadastradas ao informar a entidade pública,
141. o organograma, o recurso, a natureza da receita ou o valor, visualizando-as e ordenando-as por meio de listagem.
142. Por meio da pesquisa, as informações demonstradas poderão ser ordenadas pelos itens da listagem por organograma e recurso, apresentando registros agrupados na listagem para possível expansão, revelando detalhes do registro da receita.
143. A listagem apresenta um totalizador que permite a visualização do:
- total geral dos registros da listagem;
  - total de registros conforme organizador em valor e quantidade agrupado;

- total de registros conforme organizador em valor por metas anuais, quando PPA estiver parametrizado por metas anuais;
  - total de resultados por página e quantidade de páginas do registro.
144. Além disso, os totalizadores respeitam os filtros aplicados na listagem, retornando valor de acordo com a lista apresentada.
145. Permitir a realização de filtros rápidos dos recursos das peças orçamentárias, por meio de painéis interativos, selecionando os saldos positivos ou negativos conforme a necessidade do usuário, listando-as somente os relacionados a esses.
146. Permitir as alterações nas parametrizações da LDO quando a peça estiver em elaboração ou alteração, ou mesmo, conter nos registros de despesas ou receitas a existência de dados das informações já parametrizadas, ou seja, os recursos, o organograma, bem como, a função e subfunção, e caso ocorra várias alterações nos parâmetros, essas informações são armazenadas não ocorrendo sua perda, mas sim, seu retorno, conforme necessidade do cliente e novas alterações.
147. Permitir as alterações nas parametrizações da LOA quando a peça estiver em elaboração ou alteração, ou mesmo, conter nos registros de despesas ou receitas a existência de dado da informação já parametrizada, ou seja, o organograma, e caso ocorra várias alterações nos parâmetros, essa informação é armazenada não ocorrendo sua perda, mas sim, seu retorno, conforme necessidade do cliente e novas alterações.
148. Permitir as alterações nas parametrizações do PPA quando a peça estiver em elaboração ou alteração, ou mesmo, conter nos registros de despesas ou receitas a existência de dados das informações já parametrizadas, ou seja, os recursos, as metas anuais, o organograma, a função e subfunção, bem como, a natureza da despesa, e caso ocorra várias alterações nos parâmetros, essas informações são armazenadas não ocorrendo sua perda, mas sim, seu retorno, conforme necessidade do cliente e novas alterações.
149. Permitir ao usuário a inclusão da configuração de assinaturas. A partir desta configuração é informado um grupo pré-definido, sendo possível vincular um ou mais assinantes a este grupo. Desta forma, os assinantes aparecerão em impressões de relatório, notas e qualquer documento passível de impressão.
150. Permitir a pesquisa das assinaturas previamente cadastrados por meio da possibilidade de informar a descrição do grupo de assinatura, o nome ou CPF do assinante, visualizando-as e ordenando-as por meio de listagem, que possibilita ainda a edição, exclusão e até mesmo realizar a cópia das assinaturas.
151. Permitir a pesquisa de assinaturas previamente cadastradas ao informar o descrição do grupo de assinantes, nome do assinante e CPF do assinante, visualizando-as e ordenando-as por meio de listagem, ensejando maior visibilidade.
152. Permitir o registro de grupos de assinaturas ao informar a descrição que identificará um conjunto de assinantes, conforme necessidade do município.
153. Permitir o registro de atos conforme a necessidade do município, informando qual o tipo de lei que o respectivo ato representa, a natureza de texto jurídico, a data da sanção, publicação, vigor e revogação, destacando ainda a ementa e a fonte de divulgação. Portanto, esta funcionalidade possibilita o controle e facilidade na identificação das alterações e revogações dos atos.
154. Permitir a definição de quais colunas serão exibidas na listagem para visualização e ordenação das informações referentes ao cadastro de atos, como o tipo de lei que o respectivo ato representa, a natureza do texto jurídico, a data da publicação e início do vigor e situação do ato, indicando quais dados o usuário deseja visualizar.
155. Permitir a pesquisa de atos cadastrados ao informar o respectivo número e/ou a ementa, visualizando-os e ordenando-os por meio de listagem, ensejando maior visibilidade.
156. Permitir a pesquisa de fontes de divulgação cadastradas ao informar o nome e/ou o meio de comunicação utilizado na sua publicação, visualizando-as e ordenando-as por meio de listagem, ensejando maior visibilidade.
157. Permitir o registro de fontes de divulgação onde serão publicados os atos legais de necessidade do município, ao informar o nome da fonte e o meio de comunicação utilizado, como por exemplo, o jornal com circulação nacional, estadual, regional ou municipal, o diário oficial da união, do estado ou do município, o diário da justiça ou da assembleia, o mural público, a internet ou mesmo uma editora.

158. Permitir o registro da natureza de texto jurídico conforme a necessidade do município, ao informar uma descrição, e salienta-se a restrição quando a existência na duplicidade da descrição de naturezas do texto jurídico.

159. Permitir a pesquisa da natureza de texto jurídico cadastrada ao informar a sua descrição, visualizando-as e ordenando-as por meio de listagem, ensejando maior visibilidade.

160. Permitir o registro das audiências realizadas para elaboração do orçamento e/ou sugestões da sociedade, ao informar o tema, o Ato autorizativo, a data e hora, a equipe de planejamento, a situação, o endereço, o tipo de audiência, o(s) endereço(s) da(s) audiência(s), o assunto, bem como, anexar documentos da audiência registrada.

161. Permitir visualizar e pesquisar audiência informando tema, tipo de audiência e/ou assunto, por meio de listagem.

162. Além disso, na lista é possível acompanhar o status da audiência (Não Analisada, Em andamento ou Realizada)

163. Permitir a pesquisa das audiências previamente cadastradas ao informar o respectivo tema, o tipo de audiência e/ou assunto, visualizando-as e ordenando-as por meio de listagem, ensejando maior visibilidade.

164. Permitir a pesquisa das equipes de planejamento previamente cadastrados ao informar a descrição e/ou seus os membros pertencentes, visualizando-as e ordenando-as por meio de listagem, ensejando maior visibilidade.

165. Permitir o registro de equipes de planejamento da base estratégica conforme necessidade do município, ao informar alguma descrição, o ato de nomeação, o período inicial e final, as atribuições e os membros pertencentes.

166. Permitir a pesquisa das orientações estratégicas de governo previamente cadastradas ao informar a denominação, a justificativa e/ou orientações, visualizando-as e ordenando-as por meio de listagem, ensejando maior visibilidade.

167. Permitir a pesquisa das sugestões realizadas para a elaboração do orçamento previamente cadastradas ao informar o seu assunto, a sugestão apresentada, a categoria, tipo, período e origem, visualizando-as por meio de listagem, ensejando maior visibilidade.

168. Permitir a pesquisa de dedução da receita ao informar sua descrição e/ou tipo por meio de listagem, ensejando maior visibilidade das informações que o usuário necessitar, bem como, ordená-las ao serem demonstradas.

169. Permitir o registro de endereços conforme o tipo, ou seja, se é logradouro, condomínio, loteamento, bairro, distrito, estado ou mesmo um município. Os domicílios disponíveis também podem provir dos endereços padrões previamente disponibilizados pelos Correios.

170. Possibilitar a realização de pesquisas de endereços, visualizando e ordenando as informações por meio da listagem. Tais pesquisas podem ser realizadas:

- Por logradouros, podendo informar o tipo, o nome, o CEP ou o município;
- Por condomínios, podendo informar o nome, o logradouro, o número, o bairro ou o CEP;
- Por loteamento, podendo informar o nome, o bairro, o município ou o distrito.
- Por bairros, podendo informar o nome ou o município;
- Por distrito, podendo informar o nome ou o Município;
- Por estado, podendo informar o nome, a sigla, o código do IBGE ou o País;
- Por municípios, podendo informar o nome, o estado, a sigla, o código do IBGE ou o código SIAFI.

171. Permitir registrar organizadores (marcadores) no sistema.

172. Permitir a utilização de organizadores (marcadores) nos registros de receitas e despesas das pelas orçamentárias PPA, LDO e LOA, em naturezas da despesa e receita, bem como, em recursos. Esses organizadores são customizáveis, podendo ter qualquer descrição e agrupar os dados em qualquer segmento, abrindo um leque de possibilidades para emissão de relatórios, consultas ou geração de arquivos personalizados.

173. Permitir o registro das origens de crédito orçamentário para utilização no cadastro alterações orçamentárias da despesa, identificando qual o crédito vinculado à necessidade do ente ou estado.

174. Permitir o registro dos tipos de alterações da receita, conforme a necessidade do município e utilizá-los na elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) nos registros de alterações orçamentárias da receita.

175. Permitir o registro dos tipos de renúncias fiscais, conforme a necessidade do município e utilizá-los na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) nos registros de renúncias fiscais.
176. Possibilitar ao usuário o cadastros dos tipos de responsáveis que complementar o cadastro de responsáveis, informando uma respectiva descrição.
177. Permitir o registro dos tipos de responsáveis de acordo com a necessidade do cadastrante para utilização nos cadastros de responsáveis.
178. Permitir a pesquisa dos tipos de responsáveis cadastrados ao informar a respectiva descrição, visualizando-os e ordenando-os por meio de listagem,
179. Permitir o registro dos tipos de resultado nominal, conforme a necessidade do município e utilizá-los na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) nos registros de resultados nominais.
180. Permitir os registros das unidades de medida por meio de uma abreviatura e descrição, conforme a necessidade do município, interagindo com outras funcionalidades cadastrais as quais os mesmos são informados.
181. Permitir a pesquisa de unidades de medida cadastradas ao informar a respectiva abreviatura e descrição, visualizando-as e ordenando-as por meio de listagem, ensejando maior visibilidade.
182. Permitir o registro da configuração de função e subfunção conforme a necessidade do município, indicando que está em uso uma determinada configuração e validando as funções e subfunções para utilizá-las no exercício, bem como, informar alguma descrição.
183. Permitir a pesquisa das funções e subfunções ao informar o respectivo número e/ou ementa, visualizando-os por meio de listagem, ensejando maior visibilidade.
184. Permitir a pesquisa das subfunções ao informar o respectivo número e/ou ementa, visualizando-os por meio de listagem, ensejando maior visibilidade.
185. Permitir os registros de localizadores por meio de uma descrição, conforme a necessidade do município, interagindo com outras funcionalidades cadastrais as quais os mesmos são informados.
186. Permitir a pesquisa de localizadores cadastrados ao informar a respectiva descrição, visualizando-os e ordenando-os por meio de listagem, ensejando maior visibilidade.
187. Permitir ao usuário a criação de uma configuração de recursos personalizada para que o registro desses seja realizado conforme a organização da entidade pública. Tal configuração realiza-se ao informar uma descrição, bem como, a máscara que o recurso terá, definindo níveis e quantidade de dígitos de cada nível, limitados em 6 e 30 dígitos, respectivamente.
188. Além disso, permite-se a escolha de enumerar de forma distinta os recursos de superávit financeiro, cuja a opção desta seleção relaciona-se com os casos onde o Tribunal de Contas define o rol de recursos específicos para tal. Caso contrário, serão criados automaticamente recursos de superávit financeiro na mesma estrutura do recurso principal no momento do seu cadastro, ou seja, com o mesmo número para futura utilização na execução orçamentária, sem a necessidade de criação por parte dos usuários.
189. Permitir a definição de quais colunas serão exibidas na listagem para visualização e ordenação das informações referentes ao cadastro de fontes de recursos, como a descrição e o tipo que o recurso representa, indicando quais dados o usuário deseja visualizar.
190. Permitir a pesquisa das fontes de recursos ao informar o número, descrição, tipo e/ou marcador, ensejando maior visibilidade das informações que o usuário necessitar, bem como, ordená-las ao serem demonstradas.
191. Possibilitar ao usuário o cadastro de entidades que são a representação jurídica da corporação que possui a licença do software, além da representação jurídica e legal da entidade em si. A efetivação da entidade proprietária depende de uma licença de uso do software, e seu registro consiste nas informações como a imagem do brasão, o nome, CNPJ, município, sigla, qual a natureza jurídica, endereço (número, complemento, bairro, CEP), e-mail, site, telefone, fax, horário de funcionamento, a esfera de governo, o identificador de entidade RPPS, bem como, o fuso horário.
192. Possibilitar ao usuário o cadastro de organogramas que visa atender a organização estrutural da entidade, ao informar o número do organograma, a descrição e o tipo de administração.
193. Permitir ao usuário a criação de uma configuração de organogramas personalizada para que o registro seja realizado conforme a organização estrutural da entidade pública. Tal configuração realiza-se ao informar uma descrição, bem como, a máscara que esse terá na configuração, definindo níveis e quantidade de dígitos de cada nível, limitados em 6 e 16 dígitos, respectivamente, tal qual, colocar em uso uma configuração, tornando os organogramas válidos para utilização no exercício.



194. Permitir a pesquisa de organogramas cadastrados ao informar o respectivo número, descrição e/ou tipo de administração a qual pertence, visualizando-os por meio de listagem, ensejando maior visibilidade.
195. Permitir a pesquisa das ações de governo ao informar o número, descrição e/ou finalidade, ensejando maior visibilidade das informações que o usuário necessitar, bem como, ordená-las ao serem demonstradas.
196. Permitir a definição de quais colunas serão exibidas na listagem para visualização e ordenação das informações referentes ao cadastro de programas de governo, como o público-alvo e objetivos, indicando quais dados o usuário deseja visualizar.
197. Permitir a pesquisa dos programas de governos cadastrados ao informar o número, a descrição, o público alvo e os objetivos por meio de listagem, ensejando maior visibilidade das informações que o usuário necessitar, bem como, ordená-las ao serem demonstradas.
198. Permitir a utilização de organizadores (marcadores) na natureza da receita
199. Estes organizadores são customizáveis, podendo ter qualquer descrição e agrupar os dados em qualquer segmento, abrindo um leque de possibilidades para emissão de relatórios, consultas ou geração de arquivos personalizados.
200. Permitir a utilização de organizadores (marcadores) nos cadastros de naturezas da despesa utilizadas na elaboração das peças orçamentárias. Os mesmos são customizáveis, podendo ter qualquer descrição e agrupar os dados em qualquer segmento, abrindo um leque de possibilidades para emissão de relatórios, consultas ou geração de arquivos personalizados.
201. Permitir a pesquisa de naturezas das despesas cadastradas, ao informar total ou parcial a máscara ou o texto da descrição da natureza, visualizando-as por meio de listagem.
202. Permitir o registro da configuração de natureza de despesa conforme necessidade do município, possibilitando informar uma descrição, os níveis limitados em 30 níveis e total de 30 dígitos, bem como, indicar que está em uso uma determinada configuração e validando as naturezas de despesa para utilizá-las no exercício.
203. Permitir o registro da natureza de receita conforme necessidade do município, informando um determinado número (este respeita a formatação prévia da respectiva configuração), o tipo sintético ou analítico, a descrição e marcadores. Esta funcionalidade possibilita identificar a origem das receitas públicas nos registros que foram utilizadas.
204. Permitir a utilização de organizadores (marcadores) nas naturezas da receita utilizadas na elaboração das peças orçamentárias. Os mesmos são customizáveis, podendo ter qualquer descrição e agrupar os dados em qualquer segmento, abrindo um leque de possibilidades para emissão de relatórios, consultas ou geração de arquivos personalizados.
205. Permitir a pesquisa de naturezas das receitas cadastradas, ao informar total ou parcial a máscara ou o texto da descrição da natureza, visualizando-as por meio de listagem.
206. Permitir o registro da configuração de natureza de receita conforme necessidade do município, possibilitando informar uma descrição, os níveis limitados em 30 níveis e total de 30 dígitos, bem como, indicar que está em uso uma determinada configuração e validando as naturezas de receita para utilizá-las no exercício.
207. Permitir o registro de assinantes conforme necessidade do município ao informar um nome, ou seja, inseri-lo após a possibilidade de realizar consultas das pessoas previamente cadastradas por meio dos dados pessoais; o CPF, a função e algum dado complementar que desejar o registro.
208. Permitir a pesquisa de pessoas previamente cadastradas como assinantes ao informar o respectivo nome, CPF e função, visualizando-as e ordenando-as por meio de listagem, ensejando maior visibilidade.
209. Possibilitar a sugestão do endereço caso o CPF ou CNPJ do mesmo já estiver cadastrado no banco de dados. Desta forma, ao ser informado CPF ou CNPJ é sugerido de forma automática o endereço já registrado anteriormente.
210. Permitir o registro de atuário conforme a necessidade do município ao informar dados como o nome, CPF ou CNPJ, o registro do IBA e endereço(s).
211. Permitir a utilização de organizadores (marcadores) nos recursos. Os mesmos são customizáveis, podendo ter qualquer descrição e agrupar os dados em qualquer segmento, abrindo um leque de possibilidades para emissão de relatórios, consultas ou geração de arquivos personalizados.

212. Permitir o registro dos tipos de compensação conforme a necessidade do cadastrante para utilização nos cadastros de expansão da despesa.

213. Permitir a pesquisa das metas fiscais da despesa previamente cadastrados por meio da possibilidade de informar a descrição e número do programa, a descrição e número da ação, a descrição e número do organograma, bem como, o nome da entidade e o número da natureza da despesa, visualizando-as e ordenando-as por meio de listagem. Essa, possibilita a visualização do total de registros do exercício atual e dos próximos dois, e o total de resultados por página e quantidade de páginas do registro.

214. E por meio dessa possibilidade de pesquisa, há o retorno demonstrando os valores totalizados conforme os filtros de busca aplicados para a listagem, bem como, demonstrar nessa o status da meta fiscal, facilitando a identificação dos registros que estão programados ou a programar.

215. Permitir a pesquisa de metas fiscais da receita previamente cadastradas ao informar a natureza da receita ou organograma, visualizando-as e ordenando-as por meio de listagem. Essa, possibilita a visualização do total geral dos registros referente ao exercício atual e dos próximos dois exercícios, o total de resultados por página e quantidade de páginas do registro, bem como, apresenta o status da meta fiscal para facilitar a identificação dos registros que estão programados ou a programar.

216. Permitir a visualização mediante pesquisa das renúncias fiscais previamente cadastradas ao informar a natureza da receita, a descrição da natureza da receita e a respectiva descrição, visualizando-as e ordenando-as por meio de listagem. Tal qual, visualizar também mediante a ordenação dos itens da listagem com a opção de exibição pela natureza da receita, o tipo, a descrição e/ou exercício, apresentado as informações por um totalizador que permite vislumbrar o total de resultados por página e quantidade de páginas do registro.

217. Permitir a visualização mediante pesquisa dos resultados nominais previamente cadastrados ao informar o tipo do resultado, visualizando-as e ordenando-as por meio de listagem. Tal qual, visualizar também mediante a ordenação dos itens da listagem com a opção de exibição pelos exercícios, apresentando as informações por um totalizador que permite vislumbrar o total de resultados por página e quantidade de páginas do registro.

218. Permitir a pesquisa de riscos fiscais previamente cadastrados ao informar o tipo, a entidade ou detalhamento, visualizando-os e ordenando-os por meio de listagem. Essa, possibilita a visualização do total de resultados por página e quantidade de páginas do registro.

219. Permitir a pesquisa das transferências da LDO previamente cadastradas por meio da possibilidade de informar a descrição da entidade de origem e/ou destino, a descrição do organograma de origem e/ou destino, bem como, o recurso e a finalidade, visualizando-as e ordenando-as por meio de listagem. Essa, possibilita a visualização do total geral dos registros.

220. Possibilitar a pesquisa das alterações orçamentárias da despesa ao informar o número ou a descrição do organograma da despesa, o número da despesa creditada, o número ou a descrição da natureza da despesa, a finalidade, a descrição da ação da despesa, o motivo do crédito não informado ou da origem não informada, visualizando-as e ordenando-as por meio da despesa, organograma, natureza da despesa, origens, valor do crédito, data de conclusão da proposta, do envio ao legislativo ou da sanção, bem como, pela finalidade.

221. Possibilitar a interação dos cadastros de alterações orçamentárias das despesas realizadas por meio de listagem interativa, ou seja, o usuário realiza navegação entre as etapas da alteração orçamentárias, ou seja, proposta em elaboração, proposta concluída, se está no legislativo, ou mesmo, sancionada. Tal interação, possibilita avançar etapas do respectivo registro, bem como, regressar a mesma. Todavia, ao realizar a etapa da sanção de uma proposta, dever-se-á informar o ato autorizativo, o ato de abertura e a data da sanção realizada.

222. Possibilitar ao usuário pesquisar as alterações orçamentárias da receita, ao informar o número da natureza da receita, a descrição da natureza da receita, a finalidade ou o Ato autorizativo, visualizando todas essas informações por meio de listagem, bem como o tipo de alteração, o recurso da receita, situação que se encontra, ou seja, a sancionar ou sancionado, impacto da alteração e data da sanção. Também é possível visualizar o totalizador dos valores exibidos na listagem.

223. Permitir a pesquisa das transferências da LOA cadastradas ao informar sua respectiva descrição da entidade de origem (transferente) e/ou destino (transferido), descrição do organograma origem e/ou destino, bem como, o recurso e finalidade, visualizando-as por meio de listagem. Essa, apresenta um totalizador referente aos registros demonstrada ao usuário.



224. Possuir integração entre os módulos PPA, LDO e LOA, com cadastro único das peças de planejamento como organograma, programa, ação, função, subfunção, naturezas da receita e despesa e recursos.
225. Permitir ao usuário realizar a assinatura digital de documentos emitidos no sistema com certificados do Tipo A1 e A3 e possibilitando a aplicação de múltiplas assinaturas nos documentos.
226. Permitir atualizar o PPA/ LDO pelas alterações orçamentárias da despesa
227. Permitir emitir relatório ou gerar scripts por meio de um menu do sistema
228. O usuário deve ter a possibilidade de reenviar a LOA para escrituração
229. e caso seja efetuada alguma alteração no orçamento elaborado, é possível reenviar os documentos alterados para escrituração.
230. Permitir registrar execução de metas físicas e realizar a avaliação, informando:
- Ação
  - Programa
  - Entidade
  - Produto
  - Unidade de medida
  - Localizador
  - Meta física estimada
  - Meta física executada
  - Observações
  - Situação (A executar, Em execução, Executada)
231. Além disso, na listagem é possível realizar uma pesquisa pelas registros do ambiente, sendo possível filtrar por:
- Ação: número e descrição
  - Programa: número e descrição
  - Situação
  - Produto
  - Unidade de medida;
  - Localizador.
232. Permitir acesso a fonte de dados cadastrais e fonte de movimentação do sistema
233. Permitir nos parâmetros da LDO escolher o grau do plano de contas de receita e despesa a ser utilizado
234. O usuário deve ter a possibilidade de replicar os marcadores de receitas e despesa do PPA para LDO por meio da priorização da LDO.
235. Permitir realizar feedbacks das funcionalidades
236. Permitir registrar os resultados nominais mensais de forma automática (dividir por 12).
237. Além disso, caso o valor do rateio não fechar com valor total do ano logado, o sistema avisa e indica a diferença a ser ajustada.
238. Permitir após a sanção da LOA disponibilizar as receitas e despesas para execução orçamentária.
239. Permitir o controle de alteração dos dados do plano plurianual para que, depois de aprovado, os dados não possam ser alterados;
240. Permitir personalizar o registro com informações complementares conforme necessidade da entidade, selecionando o tipo de dado que pode ser Área de Texto, CNPJ, CPF, Data, Data/Hora, E-Mail, Hora, Inteiro, Lista de seleção, Múltipla Seleção, Telefone, Texto e Valor(Fracionário), descrição, tamanho, dica de preenchimento quando o tipo de dado exigir e ainda indicar se ele é de preenchimento obrigatório ou não. Deve possibilitar também o agrupamento destes dados e a sua publicação entre as entidades.
241. Disponibilizar recursos para permitir a geração de arquivos para sistemas/órgãos externos
242. Permitir registrar a origem e aplicação de recursos de alienação de ativos
243. Permitir registrar a evolução do patrimônio líquido
244. Quando da criação de um novo Plano Plurianual é possibilitado copiar Plano Plurianual (PPA) já existente, onde no decorrer do processo o usuário deve informar as opções a serem copiadas para novo PPA:

245. Do PPA a ser copiado o ente deve definir as opções a serem copiadas:
- Parametrização
  - Receitas
  - Despesas
246. Após informado as opções acima o novo PPA estará disponível com as informações copiadas.
247. Demonstrar diferenças entre orçamento elaborado no PPA x LDO
248. Disponibilizar layout para geração de arquivos de importação do PPA pelos órgãos da administração indireta e do Poder Legislativo;
249. Permitir o registro de dedução da receita conforme a necessidade do município, ao informar uma descrição, o tipo, ou seja, se é um desconto concedido, uma restituição, renúncia, retificação ou compensação ou mesmo se representa uma dedução ao FUNDEB. Esse registro da dedução tem a possibilidade de ser ativado para que fique disponível para utilização em um novo exercício.
250. Permitir o registro de função e subfunção no qual pertencem a uma configuração previamente criada, informando seu código e descrição em atendimento a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999 e alterações posteriores.
251. Permitir o registro de subfunção no qual pertencem a uma configuração previamente criada, informando seu código e descrição em atendimento a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999 e alterações posteriores.
252. Permitir o registro das fontes de recursos, tipos ordinário e vinculado, conforme a configuração dos mesmos previamente cadastrada e necessidade do município, informando o número (este respeita a formatação previamente na configuração de recursos), a descrição, ou até mesmo, se é um recurso de superávit financeiro, informação habilitada quando a configuração designar uma enumeração de forma distinta para aqueles que são caracterizados como tal.
253. Permitir o cadastramento das ações de governo, operações especiais, projetos, atividades e reserva de contingência, informando dados como o número da ação, o tipo, a descrição e a finalidade.
254. Possibilitar ao usuário cadastrar os programas de governo conforme necessidade da entidade.
- Campos do cadastro:
- Número e descrição;
  - Público alvo
  - Objetivos
  - Justificativa
  - Diretrizes
  - Responsável
  - Horizonte temporal
255. Permitir o registro da natureza de despesa conforme necessidade do município, informando um determinado número (este respeita a formatação prévia da respectiva configuração), o tipo sintético ou analítico, a descrição e marcadores. Esta funcionalidade possibilita identificar a finalidade dos gastos públicos nos registros que foram utilizadas.
256. Possibilitar o cadastro de responsáveis, pessoas que podem assumir algum tipo de responsabilidade perante a Administração Pública ou fora dela, respondendo sobre as informações de sua responsabilidade na entidade. Esses, podem pertencer ao quadro de funcionários do órgão ou poderão ser terceiros que são designados para exercer determinada função, por exemplo: um engenheiro, um técnico de informática. Diante das características citadas dos responsáveis, permite-se informar o período de responsabilidade mantida sob seu domínio, bem como os dados para cadastro como seus dados pessoais (nome, RG, CPF, endereço, e-mail e telefone) e descrição do cargo que ocupa.
257. Permitir realizar as alterações legais nos instrumentos de planejamento: PPA, LDO, LOA.
258. Possibilitar ao usuário a emissão e utilização de relatórios da Lei 4.320/64:
- Anexo 1 - demonstrativo da receita e despesa segundo categorias econômicas
  - Anexo 2 - receita por categoria econômica
  - Anexo 2 - natureza da despesa por categoria econômica
  - Anexo 5 - funções e subfunções de governo
  - Anexo 6 - programa de trabalho do governo
  - Anexo 7 - programa de trabalho do governo (consolidação)

- Anexo 8 - demonstrativo da despesa por funções, subfunções e programas conforme vínculo com os demais recursos
  - Anexo 9 - demonstrativo da despesa por órgão e funções
259. Quadro das Dotações por Órgão do Governo e da Administração
260. Demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais
261. Possibilitar ao usuário a emissão e utilização de relatórios legais da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF
262. Permitir o registro da peça Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do município, ao informar o respectivo exercício, a parametrização com a composição de receita e despesa, indicando se no orçamento conterà o recurso, informar se a composição da receita serão detalhadas pelo organograma, e se das despesas, por função e subfunção, bem como, indicar se todas as naturezas de despesas registradas são apresentadas, ou apenas um nível específico para a respectiva elaboração do orçamento, como exemplo, o nível de modalidade (XXXX).
263. Permitir o registro da peça Lei Orçamentária Anual (LOA) do município, ao informar o respectivo exercício, a parametrização com a composição da receita, o organograma, indicando se as receitas serão detalhadas por esse, o nível da natureza da despesa, indicando se todas as naturezas de despesas registradas são apresentadas, ou apenas um nível específico para a respectiva elaboração do orçamento, como exemplo, o nível de modalidade (XXXX); bem como, informar a geração de número reduzido para receitas e despesas, indicando como serão gerados tais números sequenciais para ordenação, a reinicialização da numeração sequencial de receitas e despesas (números), indicando se serão gerados por entidade ou mesmo se a numeração de receitas e despesas serão informadas manualmente.
264. Permitir o registro da peça Plano Plurianual (PPA) do município, ao informar a respectiva vigência do quadriênio, a parametrização da composição da receita e da despesa, se as mesmas conterà o recurso, e se serão detalhadas por metas anuais. Em relação a composição da receita, se a mesma será detalhada por organograma, a composição da despesa, detalhada por função e subfunção, a natureza da despesa, detalhada por natureza e até mesmo informar o nível do detalhamento, podendo optar livremente, ou seja, onde todas as naturezas de despesa registradas são apresentadas ou determinar um nível específico para elaboração do orçamento, como por exemplo em nível de modalidade (XXXX).
265. Permitir, na LDO, o registro de expansões das despesas e as suas respectivas compensações, uma descrição, o Ato regulamentar, o valor para o ano atual e para as projeções dos dois anos subsequentes, bem como, a(s) compensação(ões), informando o tipo, ou seja, se é uma elevação de alíquota etc., a receita, o Ato regulamentador, a localização, o valor para o o ano atual e para as projeções dos dois anos subsequentes e uma descrição.
266. Este registro é realizado para possibilitar a elaboração do relatório solicitado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, Art. 4º, § 1º:
267. \_V - demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.\_
268. Permitir o registro das metas fiscais da despesa, ao informar os valores dessas para os dois próximos exercícios das despesas da LDO. Este registro é realizado para possibilitar a elaboração do relatório solicitado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, Art. 4º, § 1º: § 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.
269. Permitir o registro das metas fiscais da receita, ao informar os valores dessas para os dois próximos exercícios das receitas da LDO e das suas respectivas deduções. Este registro é realizado para possibilitar a elaboração do relatório solicitado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, Art. 4º, § 1º: § 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.
270. Permitir o registro das projeções atuariais no qual projeta-se o fluxo anual de receitas, despesas e saldo do regime próprio de previdência social dos servidores públicos para um período de 75 anos. Este registro é realizado para atendimento do Art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

271. Permitir o registro das renúncias fiscais, ao informar a receita da LDO renunciada, o tipo, ou seja, se é uma redução, isenção etc., a localização, o Ato regulamentador, uma descrição e os valores para o exercício atual e os dois subsequentes. Permite ainda registrar a(s) compensação(ões) informando as mesmas informações citadas, bem como, o setor beneficiário.

272. Este registro é realizado para possibilitar a elaboração do relatório solicitado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, Art .4º, § 2º inciso V: V - demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

273. Permitir o registros dos riscos fiscais ao informar o tipo de risco, a entidade pública, o organograma, o detalhamento e a providência, bem como, o exercício atual e os próximos dois.

274. Este registro é realizado para possibilitar a elaboração do relatório solicitado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, Art .4º, § 3º:§ 3º A lei de diretrizes orçamentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

275. Possibilitar ao usuário cadastrar alterações orçamentárias da despesa que objetivam a intervenção da administração pública, sempre via ato legal (ex.: Lei e/ou Decreto) com alterações no orçamento previamente estipulados. Alterações estas, que devem ser fundamentadas via Fontes de recurso para créditos adicionais (ex.: Anulação de outras despesas (com saldo), Superávit financeiro do exercício anterior, Excesso de arrecadação no exercício, etc), ou seja, todo crédito orçamentário a ser concedido deve ser devidamente fundamentado e com recurso disponível para tal ação.

276. O cadastro consiste em informar o Crédito, a respectiva Despesa que será alterada, o Valor do crédito, a Fonte de recurso e seu Valor, o Tipo de crédito da alteração da despesa, sua Finalidade. Também deve informar a Origem que irá suprir o crédito e sua respectiva Despesa, seu Valor, sua Fonte de recurso e Valor, e um Motivo quando sua origem for não identificada.

277. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros da alterações orçamentárias de receitas. Através do ambiente da listagem, podendo realizar a edição e exclusão de uma alteração orçamentária desde que esta, não esteja sancionada. Também tem a possibilidade de realizar a sanção da alteração orçamentária da receita, informando a data da sanção e seu respectivo ato, realizar a reabertura de uma alteração orçamentária da receita já sancionada, bem como, aplicar filtros das alterações conforme as situações que se encontrarem, ou seja, se estão a sancionar, sancionado ou todas essas situações.

278. Possibilitar ao usuário realizar o cadastro de alterações orçamentárias da receita que objetiva alterar o valor previsto da receita ou até mesmo criá-las, quando não previstas na LOA antecipadamente. E por meio de algum ato autorizativo, essas alterações podem ocorrer ou não conforme a necessidade do município, informando assim, o tipo de alteração, sua finalidade, a respectiva receita e seu recurso, a dedução e seu valor, o impacto da alteração, ou seja, se é aumentativo ou diminutivo, e o seu respectivo valor.

279. Possibilitar ao usuário o cadastro dos tipos de administração que serão utilizados para definir a classificação dos organogramas da entidade.

280. O cadastro consiste em informar os seguintes dados:

- Descrição;
- Natureza jurídica;
- Tipos de administração;
- Poder.

281. Permitir o registro do cenário macroeconômico para LDO, ao informar as variáveis, o método de cálculo em valor ou percentual, os exercícios, sejam eles, atual e próximos dois exercícios subsequentes, bem como, a premissa utilizada para o respectivo cenário.

282. Este registro é realizado para possibilitar a elaboração do relatório solicitado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, Art .4º, § 2º inciso II: - demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

283. Permite desfazer a sanção da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), retornando o status da peça para elaboração, possibilitando efetuar alterações necessárias no orçamento.

284. Permitir o registro das despesas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), conforme necessidade do município, ao informar a entidade pública, o organograma, a função e subfunção a qual pertence, o programa e ação de governo, a meta financeira anual e as metas físicas, o(s) recurso(s), a

natureza da despesa, bem como, os marcadores que facilitam a pesquisa e identificação desses registros. A função e subfunção e os recursos, são informados mediante parametrização, conforme necessidade do cliente.

285. Permite o registro de envio ao legislativo quando o orçamento estiver elaborado, possibilitando informar:

- Data de envio ao legislativo
- Observações
- Após o envio permite retorno ao executivo para alterações ou sancionar.
- Além disso quando estiver como enviado ao legislativo não é permitido que a peça orçamentária seja alterada garantindo a integridade dos registros.

286. Permitir o registro dos limites da LDO, ao informar qual o tipo de crédito, o tipo do valor em monetário ou percentual, o valor ou percentual autorizado, a base de cálculo da receita ou despesa, a origem do crédito orçamentário e a classificação em limite ou exclusão. Este registro é realizado em atendimento a CF/1988 Art .99º, § 5º que cita: § 5º Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

287. Permitir o registro das receitas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) conforme necessidade do município, ao informar a entidade pública, a natureza da receita, o organograma a qual pertence, a meta financeira para o respectivo exercício, o(s) recurso(s) e a(s) dedução(ões), bem como, os marcadores que facilitam a pesquisa e identificação desses registros. O organograma e recurso são informados mediante parametrização, conforme necessidade do cliente, sendo que as deduções podem ser informadas na receita, no mesmo registro da natureza da receita principal, demonstrando o saldo líquido da receita no registro.

288. Permite o registro da sanção da peça orçamentária após seu envio ao legislativo, ao informar a respectiva data de envio ao legislativo, o Ato autorizativo, possíveis observações, bem como, não permitir que a peça orçamentária seja alterada quando a mesma estiver sancionada, garantindo a integridade dos registros.

289. Permitir o registro das transferências financeiras na LDO, ao informar os dados de origem como a entidade pública e o organograma a qual pertence, e os dados de destino como a entidade pública, o organograma a qual pertence, o recurso, finalidade e valor. Este registro é realizado para atendimento do Art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, Art. 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e: I - disporá também sobre: [...] f) demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

290. Permitir o registro das despesas da Lei Orçamentária Anual (LOA), conforme necessidade do município, ao informar a entidade pública, o organograma, a função e subfunção a qual pertence, o programa e ação de governo, a meta financeira anual e as metas físicas, o(s) recurso(s), a natureza da despesa, bem como, os marcadores que facilitam a pesquisa e identificação desses registros.

291. Permite o registro do envio ao legislativo da peça orçamentária após sua elaboração, ao informar a respectiva data de envio ao legislativo, possíveis observações, bem como, permitir o retorno ao executivo para alterações e nova sanção, assim como, não permitir que a peça orçamentária seja alterada quando a mesma estiver sido enviada ao legislativo, garantindo a integridade dos registros.

292. Permitir ao usuário o registro de limites da LOA, ao informar o tipo de crédito, o tipo do valor como monetário ou percentual, o valor ou percentual autorizado, a base de cálculo da receita ou despesa, a origem do crédito orçamentário, bem como, a classificação como limite ou exclusão. Este registro é realizado em atendimento a CF/1988 Art .99º, § 5º que cita: § 5º Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

293. Permitir o registro de receitas da Lei Orçamentária Anual (LOA) de necessidade do município, ao informar a entidade pública, a natureza da receita, o organograma a qual pertence, a meta financeira para o respectivo exercício, o(s) recurso(s) e a(s) dedução(ões), bem como, os marcadores que facilitam a pesquisa e identificação desses registros. O organograma é informado mediante parametrização,



conforme necessidade do cliente, sendo que as deduções podem ser informadas na receita, no mesmo registro da natureza da receita principal, demonstrando o saldo líquido da receita no registro.

294. Permite o registro da sanção da peça orçamentária após seu envio ao legislativo, ao informar a respectiva data de envio ao legislativo, o Ato autorizativo, possíveis observações, bem como, não permitir que a peça orçamentária seja alterada quando a mesma estiver sancionada, garantindo a integridade dos registros.

295. Permitir o registro de transferências financeiras na LOA, ao informar os dados da origem da transferência, bem como, os dados do destino ou destinatário. O primeiro citado é contemplado com informações como a entidade e organograma, e o segundo, contempla as informações como a entidade, o organograma, o recurso, a finalidade e o valor.

296. Permitir o registro das despesas do Plano Plurianual (PPA), conforme necessidade do município, ao informar a entidade pública, o organograma, a função e subfunção a qual pertence, o programa e ação de governo, a meta financeira anual ou quadrienal e as metas físicas, o(s) recurso(s), a natureza da despesa, bem como, os marcadores que facilitam a pesquisa e identificação desses registros. A meta financeira anual, a função e subfunção, a natureza da despesa e os recursos, são informados mediante parametrização, conforme necessidade do cliente.

297. Permite o registro do envio ao legislativo da peça orçamentária após sua elaboração, ao informar a respectiva data de envio ao legislativo, possíveis observações, bem como, permitir o retorno ao executivo para alterações e nova sanção, assim como, não permitir que a peça orçamentária seja alterada quando a mesma estiver sido enviada ao legislativo, garantindo a integridade dos registros.

298. Permitir o registro das receitas do Plano Plurianual (PPA), conforme necessidade do município, ao informar a entidade pública, a natureza da receita, o organograma a qual pertence, as metas financeiras anuais ou quadrienais, o(s) recurso(s) e a(s) dedução(ões), bem como, os marcadores que facilitam a pesquisa e identificação desses registros. O organograma, as metas financeiras anuais e os recursos são informados mediante parametrização, conforme necessidade do cliente, sendo que as deduções podem ser informadas na receita, no mesmo registro da natureza da receita principal, demonstrando o saldo líquido da receita no registro.

299. Possibilitar ao usuário o registro dos recursos que representam as fontes financeiras, que sustentarão e assegurarão o desenvolvimento do plano de ação e atingimento do objetivo do governo. Tal registro é possível por meio de informações como o número, conforme a formatação configurada dos recursos, o tipo ordinário ou vinculado, uma descrição, bem como, se é um recurso de superávit financeiro, também conforme a configuração.

300. Permite o registro da sanção da peça orçamentária após seu envio ao legislativo, ao informar a respectiva data de envio ao legislativo, o Ato autorizativo, possíveis observações, bem como, não permitir que a peça orçamentária seja alterada quando a mesma estiver sancionada, garantindo a integridade dos registros.

301. Permitir registrar tipos de riscos fiscais.

302. Possibilitar a realização do envio de dados para o portal da transparência, visando o disponibilização em tempo real, das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira dos municípios.

303. Permitir registrar os resultados nominais possibilitando informar:

- Descrição
- Valor do exercício atual: permite informar valores detalhados mensalmente

304. Valores de anos anteriores (4 anos anteriores e dois anos posteriores) Este registro é realizado para possibilitar a elaboração do relatório solicitado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, Art .30º, § 1º item IV: IV - metodologia de apuração dos resultados primário e nominal.

305. Permitir o envio dos registros de receitas e despesas da LDO para escrituração contábil após a peça orçamentária ser sancionada, possibilitando a visualização de quais documentos já foram enviados para escrituração, e se efetuada alguma alteração no orçamento elaborado, reenviá-los novamente.

306. Permitir o envio dos registros de receitas e despesas do PPA para escrituração após a peça orçamentária ser sancionada, visualizando quando os documentos já foram enviados para escrituração, e caso se efetue alguma alteração no orçamento elaborado, permite-se reenviar os documentos alterados para escrituração.

## TESOURARIA

1. Permitir a realização de aberturas de movimentos diários cadastrados, bem como, reaberturas quando os mesmos tiverem sido fechados.
2. Permitir a criação de critérios da conciliação para automatização da conciliação bancária por meio de uma descrição e scripts, customizando a automatização da conciliação bancária e proporcionando que movimentos financeiros e itens do extrato bancário serão conciliados caso possuam mesmas características pré-definidas, por exemplo: mesmo valor, mesma data, mesma descrição, entre outros.
3. Permitir a personalização do registro com informações complementares conforme necessidade da entidade utilizando informações adicionais.
4. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de movimentos diários por meio da listagem, realizando operações de edições e exclusões dos mesmos.
5. Permitir a emissão de relatórios dos movimentos diários do tesouraria, a partir da visualização da listagem dos mesmos.
6. Permitir a realização de pesquisa dos movimentos diários cadastrados, ao informar uma observação, bem como, buscá-los por meio de filtros ágeis e fáceis, visualizando-os por meio de listagem.
7. Permitir a customização da configuração de geração de arquivo de remessa bancária, possibilitando que seja realizada para qualquer banco e qualquer leiaute.
8. Permitir a personalização do registro com informações complementares conforme necessidade da entidade utilizando informações adicionais.
9. Permitir a movimentação diária no Tesouraria sem necessidade de controle por abertura e fechamento de movimento. A decisão de utilização ou não controle por movimentação diária deve ser por meio de parametrização realizada pelo usuário.
10. Permitir ao usuário a inclusão da configuração de assinaturas. A partir desta configuração é informado um grupo pré-definido, sendo possível vincular um ou mais assinantes a este grupo. Desta forma, os assinantes aparecerão em impressões de relatório, notas e qualquer documento passível de impressão.
11. Possibilitar ao usuário interagir com os registros de configurações de assinaturas por meio da listagem, realizando a cópia das mesmas quando na seleção de uma anterior, facilitando a inserção de dados.
12. Possibilitar ao usuário interagir com os registros de configurações de assinaturas por meio da listagem, realizando operações de edições e exclusões das mesmas.
13. Possibilitar ao usuário realizar a pesquisa de configurações de assinaturas cadastradas, ao informar a descrição do grupo, o nome ou CPF do assinantes, demonstrando-as e ordenando-as por meio de listagem as informações da pesquisa, ensejando maior visibilidade das informações que o usuário necessitar.
14. Permitir ao usuário a inclusão de grupos de configurações de assinaturas. A partir deste grupo é criada a configuração de assinaturas, de forma que os assinantes aparecerão em impressões de relatórios conforme esta configuração.
15. Possibilitar ao usuário interagir com os registros dos grupos de configurações de assinaturas por meio da listagem, realizando operações de edições e exclusões das mesmas.
16. Possibilitar ao usuário realizar a pesquisa dos grupos de configuração de assinaturas cadastrados, ao informar a descrição do grupo, demonstrando-os e ordenando-os por meio de listagem a informação da pesquisa, ensejando maior visibilidade das informações que o usuário necessitar.
17. Permitir ao usuário realizar o cadastro de agências bancárias, ao informar seus dados, como o banco, conforme relação do Banco Central do Brasil, nome da agência, número, dígito e endereço.
18. Permitir ao usuário realizar o registro de endereços nos cadastro de agências bancárias, ao informar o logradouro, número, CEP, bairro e município (conforme base de dados dos correios).
19. Possibilitar ao usuário interagir com os registros de agências bancária por meio da listagem, realizando operações de edições e exclusões das mesmas.
20. Possibilitar ao usuário realizar a visualização e ordenação das agências bancárias cadastradas por meio da listagem das mesmas, seja por nome, por número e o dígito da agência ou por banco, ensejando maior apresentação das informações que o usuário necessitar.



21. Possibilitar ao usuário realizar a pesquisa das agências bancárias cadastradas, ao informar o nome ou o número e o dígito das mesmas, demonstrando-as por meio de listagem as informações da pesquisa, bem como, por banco, ensejando maior visibilidade das informações que o usuário necessitar.
22. Permitir ao usuário realizar a inclusão de cheques, ao informar o número do cheque, a conta bancária, o número inicial e final, bem como, as observações necessárias e a quantidade.
23. Proporcionar facilidades na inclusão de cheques (talão) por meio de um assistente, ao informar o número do cheque inicial do talão, bem como, o número final.
24. Possibilitar ao usuário interagir com os registros de cheques por meio da listagem, administrando-os ao utilizar-se de filtros definidos pelos status em disponíveis, emitidos ou anulados.
25. Possibilitar ao usuário interagir com os registros de cheques por meio da listagem, definindo os status a partir de anulações, onde informar-se a data e o motivos das mesmas.
26. Possibilitar ao usuário interagir com os registros de cheques por meio da listagem, administrando-os ao realizar operações de emissões e anulações dos mesmos.
27. Possibilitar ao usuário interagir com os registros de cheques por meio da listagem, definindo os status a partir de emissões, onde informar-se a data e valor das mesmas.
28. Possibilitar ao usuário realizar a pesquisa dos cheques cadastrados, ao informar o número do cheque, a conta bancária, o favorecido, bem como, o período, demonstrando-as por meio de listagem as informações da pesquisa, ensejando maior visibilidade das informações que o usuário necessitar.
29. Possibilitar que seja informado um ou mais responsáveis no cadastro de contas bancárias.
30. Permitir ao usuário realizar a inclusão de contas bancárias, ao informar o banco, dados da agência, uma descrição, o organograma, bem como, o tipo, ou seja, se é corrente, poupança ou salário, objetivando o controle das movimentações e saldos por esse.
31. Permitir ao usuário realizar o controle de vigência da conta bancária, informando data da criação da conta e da inativação, o motivo das mesmas, bem como, incluir outros períodos de controle.
32. Permitir a utilização de organizadores (marcadores) nos cadastros das contas bancárias. Os mesmos são customizáveis, podendo ter qualquer descrição e agrupar os dados em qualquer segmento, abrindo um leque de possibilidades para emissão de relatórios, consultas ou geração de arquivos personalizados.
33. Permitir ao usuário visualizar as contas bancárias cadastradas, contemplando as informações do registro, como o banco, a descrição, a agência, o número e dígito, bem como, o organograma, tipo da conta, responsáveis e a vigência.
34. Possibilitar ao usuário interagir com os registros de contas bancárias por meio da listagem, realizando operações de edições e exclusões das mesmas.
35. Permitir ao usuário realizar o registro das deduções das receitas, ao informar uma descrição, bem como, o tipo que se refere tal dedução, ou seja, se é um desconto concedido, FUNDEB, restituição, renúncia, retificação, compensação ou outras deduções, objetivando vincular às respectivas arrecadações.
36. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros das deduções das receitas por meio da listagem, realizando operações de edições e exclusões das mesmas.
37. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros das deduções das receitas por meio da listagem, ativando ou desativando os respectivos registros para o exercício atual ou para posteriores conforme a necessidade da entidade.
38. Possibilitar ao usuário a pesquisa das deduções das receitas cadastradas, ao informar uma descrição, demonstrando-as e ordenando-as por meio de listagem as informações da pesquisa, bem como, o tipo a que se refere tal dedução, ensejando maior visibilidade das informações que o usuário necessitar.
39. Permitir realizar o registro de endereços, que pode ser do tipo: Logradouro Condomínio Loteamento Bairro Distrito Estado Município Além dos endereços inseridos pelo usuário, também existem os endereços padrões disponibilizados pelos Correios.
40. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de endereços por meio da sua respectiva listagem, ou seja, conforme o tipo logradouros, condomínios, loteamentos, bairros, distritos, estados e municípios, realizando operações de edições e exclusões dos mesmos.
41. Possibilitar a realização de pesquisas de endereços, visualizando e ordenando as informações por meio da listagem. Tais pesquisas podem ser realizadas:
  - Por logradouros, podendo informar o tipo, o nome, o CEP ou o município;

- Por condomínios, podendo informar o nome, o logradouro, o número, o bairro ou o CEP;
- Por loteamento, podendo informar o nome, o bairro, o município ou o distrito.
- Por bairros, podendo informar o nome ou o município;
- Por distrito, podendo informar o nome ou o Município;
- Por estado, podendo informar o nome, a sigla, o código do IBGE ou o País;
- Por municípios, podendo informar o nome, o estado, a sigla, o código do IBGE ou o código SIAFI.

42. Permitir ao usuário realizar o registro dos tipos de documentos, ao informar uma descrição, objetivando vinculá-lo no extrato da conciliação bancária.

43. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros dos tipos de documentos a serem vinculados no extrato conciliação bancária por meio da listagem, ativando ou desativando os respectivos registros para o exercício atual ou para posteriores conforme a necessidade da entidade.

44. Possibilitar ao usuário a pesquisa dos tipos de documentos vinculados no extrato da conciliação bancária cadastrados, ao informar a descrição, demonstrando-os e ordenando-os por meio de listagem a informação da pesquisa, ensejando maior visibilidade das informações que o usuário necessitar.

45. Possibilitar ao usuário a pesquisa dos tipos de movimentos de conciliação bancária cadastrados, ao informar a descrição, demonstrando-os e ordenando-os por meio de listagem a informação da pesquisa, bem como, o respectivo tipo ensejando maior visibilidade das informações que o usuário necessitar.

46. Permitir ao usuário realizar o registro do tipo de administração da entidade, ao informar uma descrição, a natureza jurídica, bem como, o tipo de administração, ou seja, se é direta ou indireta e o poder.

47. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros dos tipos de administração por meio da listagem, realizando operações de edições e exclusões dos mesmos.

48. Possibilitar ao usuário a pesquisa dos tipos de administração cadastrados, ao informar a descrição, demonstrando-os e ordenando-os por meio de listagem a informação da pesquisa, ensejando maior visibilidade das informações que o usuário necessitar.

49. Permitir ao usuário realizar o registro dos tipos de aplicação, ao informar uma descrição, objetivando vinculá-los à operação de aplicação financeira para identificação da finalidade, como exemplo, cita-se títulos de emissão do Tesouro Nacional, fundos de investimentos etc.

50. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros dos tipos de aplicação financeira por meio da listagem, realizando operações de edições e exclusões dos mesmos.

51. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros dos tipos de aplicação financeira por meio da listagem, ativando ou desativando os respectivos registros para o exercício atual ou para posteriores conforme a necessidade da entidade.

52. Possibilitar ao usuário a pesquisa dos tipos de aplicações financeiras cadastrados, ao informar a descrição, demonstrando-os e ordenando-os por meio de listagem a informação da pesquisa, bem como, ensejando maior visibilidade das informações que o usuário necessitar.

53. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros dos tipos de documentos a serem vinculados no extrato da conciliação bancária por meio da listagem, realizando operações de edições e exclusões dos mesmos.

54. Permitir ao usuário realizar o registro dos tipos de movimentação da conciliação bancária, ao informar uma descrição, bem como, o tipo que se refere tal movimento, ou seja, se é uma entrada não considerada pelo banco ou pela contabilidade, bem como, uma saída não considerada pelo banco ou pela contabilidade, objetivando assim, o vínculo ao processo de conciliação bancária.

55. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros dos tipos de movimentos da conciliação bancária por meio da listagem, realizando operações de edições e exclusões dos mesmos.

56. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros dos tipos de movimentos da conciliação bancária por meio da listagem, ativando ou desativando os respectivos registros para o exercício atual ou para posteriores conforme a necessidade da entidade.

57. Possibilitar ao usuário realizar o cadastro dos tipos de responsáveis que complementar o cadastro de responsáveis, informando uma respectiva descrição.

58. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros dos tipos de responsáveis por meio da listagem, realizando operações de edições e exclusões dos mesmos.

59. Possibilitar ao usuário a pesquisa dos tipos de responsáveis cadastrados, ao informar a descrição, demonstrando-os por meio de listagem a informação da pesquisa, ensejando maior visibilidade das informações que o usuário necessitar.
60. Possibilitar ao usuário o cadastros prévio das transações financeiras que complementar o cadastro de qualquer movimentação financeira da entidade, informando uma respectiva descrição, bem como, o tipo a que se refere, ou seja, se é cheque, dinheiro, débito automático, crédito bancário, bem patrimonial, ordem bancária, transferência ou uma obrigação.
61. Desta forma, apesar dos tipos serem fixos conforme citados acima, a descrição do registro fica a cargo do tesoureiro, possibilitando que os ambientes de movimentações financeiras fiquem para ele mais amigável e autêntico aos tipos permitidos pelo Tribunal de Contas do seu estado.
62. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros das transações financeiras por meio da listagem, realizando operações de edições e exclusões dos mesmos.
63. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros das transações financeiras a serem vinculadas em qualquer movimentação financeira da entidade por meio da listagem, ativando ou desativando os respectivos registros para o exercício atual ou para posteriores conforme a necessidade da entidade.
64. Possibilitar ao usuário a pesquisa das transações financeiras cadastradas, ao informar a descrição ou o respectivo tipo, demonstrando-as e ordenando-as por meio de listagem a informação da pesquisa, ensejando maior visibilidade das informações que o usuário necessitar.
65. Permitir ao usuário incluir receitas extraorçamentárias para posterior vinculação nos registros de arrecadações. A inclusão se dá ao informar uma descrição, o tipo, podendo ser uma ARO (Antecipação de Receita Orçamentária), um depósito, uma consignação, uma transferência financeira ou de duodécimo, ou mesmo outros tipos não especificados anteriormente.
66. Possibilitar ao usuário interagir com os registros de receitas extraorçamentárias por meio da listagem, realizando operações de edições e exclusões dos mesmos.
67. Possibilitar ao usuário realizar a pesquisa das receitas extraorçamentárias cadastradas, ao informar a descrição, demonstrando-as e ordenando-as por meio de listagem a informação da pesquisa, bem como, por tipo, ensejando maior visibilidade das informações que o usuário necessitar.
68. Possibilitar ao usuário o registro dos recursos que representam as fontes financeiras, que sustentarão e assegurarão o desenvolvimento do plano de ação e atingimento do objetivo do governo. Tal registro é possível por meio de informações como o número, conforme a formatação configurada dos recursos, o tipo ordinário ou vinculado, uma descrição, bem como, se é um recurso de superávit financeiro, também conforme a configuração.
69. Permitir ao usuário a criação de uma configuração de recursos personalizada para que o registro desses seja realizado conforme a organização da entidade pública. Tal configuração realiza-se ao informar uma descrição, bem como, a máscara que o recurso terá, definindo níveis e quantidade de dígitos de cada nível, limitados em 6 e 30 dígitos, respectivamente.
70. Além disso, permite-se a escolha de enumerar de forma distinta os recursos de superávit financeiro, cuja a opção desta seleção relaciona-se com os casos onde o Tribunal de Contas define o rol de recursos específicos para tal. Caso contrário, serão criados automaticamente recursos de superávit financeiro na mesma estrutura do recurso principal no momento do seu cadastro, ou seja, com o mesmo número para futura utilização na execução orçamentária, sem a necessidade de criação por parte dos usuários.
71. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de recursos por meio da listagem, realizando operações de edições e exclusões dos mesmos.
72. Possibilitar ao usuário interagir com a configuração de recursos (que define máscaras e outras personalizações) cadastradas para utilização no exercício atual e/ou posteriores.
73. Possibilitar ao usuário realizar a pesquisa dos recursos cadastrados, ao informar o número referente, descrição, o tipo (ordinário ou vinculado), bem como, o marcador, demonstrando-os por meio de listagem as informações da pesquisa, ensejando maior visibilidade das informações que o usuário necessitar.
74. Permitir ao usuário informar os dados da entidade referente ao envio para o Portal da Transparência. Tais dados são contemplados em chave de acesso, data do primeiro envio do portal, a data e hora do último envio, bem como, o e-mail de retorno.
75. Permitir o registro dos entes que são a representação jurídica da corporação que possui a licença do software, além da representação jurídica e legal da entidade em si, ao informar dados como o

imagem do brasão da entidade, seu nome, CNPJ, sigla, natureza jurídica, seu endereço, bairro, município, número e CEP, os dados para contato como e-mail, site, telefone, fax, bem como, o horário de funcionamento do ente, a esfera governamental, o identificador de entidade RPPS e o fuso horário.

76. Possibilitar ao usuário o cadastro de organogramas que representam a estrutura da entidade, ao informar o número, conforme a formatação da máscara pré-configurada, o tipo de administração, direta ou indireta, bem como, uma descrição.

77. Permitir ao usuário a criação de uma configuração de organogramas personalizada para que o registro seja realizado conforme a organização estrutural da entidade pública. Tal configuração realiza-se ao informar uma descrição, bem como, a máscara que o organograma terá na configuração, definindo níveis e quantidade de dígitos de cada nível, limitados em 6 e 16 dígitos, respectivamente.

78. Possibilitar ao usuário interagir com os registros de organogramas por meio da listagem, realizando operações de edições e exclusões dos mesmos.

79. Possibilitar ao usuário interagir com a configuração de organogramas (que define máscaras e outras personalizações) cadastradas para utilização no exercício atual e/ou posteriores.

80. Possibilitar ao usuário realizar a pesquisa dos organogramas cadastrados, ao informar o número do mesmo, a descrição, bem como, o tipo de administração a qual pertence, demonstrando-os por meio de listagem as informações da pesquisa, ensejando maior visibilidade das informações que o usuário necessitar.

81. Possibilitar ao usuário cadastrar os assinantes, ao informar o seu nome, CPF, função, bem como, algum complemento necessário. O assinante tem por função aparecer em relatórios, notas e qualquer documento passível de impressão.

82. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de assinantes por meio da listagem, realizando operações de edições e exclusões dos mesmos.

83. Possibilitar ao usuário a pesquisa dos assinantes cadastrados, ao informar o nome, o CPF a função que exerce, demonstrando-os e ordenando-os por meio de listagem as informações da pesquisa, ensejando maior visibilidade das informações que o usuário necessitar.

84. Possibilitar ao usuário inserir os dados bancários nos cadastros de credores da entidade, ao informar o banco, agência, o número da conta e o tipo dessa, bem como, a data de abertura, encerramento e status, indicando ainda qual a conta bancária principal do respectivo credor.

85. Possibilitar ao usuário inserir os dados pessoais nos cadastros de credores da entidade, ao informar o endereço, telefone, e-mail, bem como, a profissão que exerce.

86. Possibilitar ao usuário inserir os documentos nos cadastros de credores da entidade, ao informar sua naturalidade e nacionalidade, RG, o PIS/PASEP/NIT, bem como, a inscrição municipal e o município da inscrição.

87. Possibilitar ao usuário cadastrar os credores da entidade, ao informar seu nome, seu CPF ou CNPJ, bem como, a data de inclusão

88. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de credores por meio da sua edição, realizando a operação de desativação dos mesmos, quando não estão mais em uso pela entidade.

89. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de credores por meio da listagem, realizando operações de edições e exclusões dos mesmos.

90. Possibilitar ao usuário a pesquisa de credores cadastrados, ao informar o nome, o tipo, física ou jurídica, bem como o CPF ou CNPJ, demonstrando-os e ordenando-os por meio de listagem as informações da pesquisa, tal qual por data da inclusão e situação, ensejando maior visibilidade das informações que o usuário necessitar.

91. Possibilitar o cadastro de responsáveis, pessoas que podem assumir algum tipo de responsabilidade perante a Administração Pública ou fora dela, respondendo sobre as informações de sua responsabilidade na entidade. Esses, podem pertencer ao quadro de funcionários do órgão ou poderão ser terceiros que são designados para exercer determinada função, por exemplo: um engenheiro, um técnico de informática. Diante das características citadas dos responsáveis, permite-se informar o período de responsabilidade mantida sob seu domínio, bem como os dados para cadastro como seus dados pessoais (nome, RG, CPF, endereço, e-mail e telefone) e descrição do cargo que ocupa.

92. Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de responsáveis por meio da listagem, realizando operações de edições e exclusões dos mesmos.

93. Possibilitar ao usuário realizar a pesquisa de responsáveis cadastros, ao informar o nome, CPF, o cargo que ocupa, o tipo de responsável, bem como, a situação, demonstrando-os por meio de listagem as informações da pesquisa, tal qual, o período da responsabilidade, ensejando maior visibilidade das informações que o usuário necessitar.

94. Permitir a utilização de organizadores (marcadores) nos recursos. Os mesmos são customizáveis, podendo ter qualquer descrição e agrupar os dados em qualquer segmento, abrindo um leque de possibilidades para emissão de relatórios, consultas ou geração de arquivos personalizados.

95. Permitir ao usuário realizar a customização e utilização de critérios para a realização da conciliação bancária da entidade. Desta forma, ao possuírem mesmas características pré-definidas, os movimentos financeiros e itens do extrato bancário serão conciliados simultaneamente. Todavia, permite-se a conciliação manual, ou seja, sem a utilização destes critérios, havendo a necessidade de intervenção do usuário.

96. Permitir ao usuário realizar a conciliação das contas bancárias da entidade em período específicos, equiparando dessa forma o saldo financeiro das movimentações registradas em determinada conta com o saldo disponibilizado no extrato bancário.

97. Permitir ao usuário visualizar e conciliar itens do extrato bancário não conciliados em períodos anteriores, bem como, facilitar a pesquisa dos mesmos por meio de filtros ágeis, otimizando o tempo do processo conciliatório.

98. Possibilitar os registros de diferenças entre o saldo financeiro das movimentações e o saldo do extrato bancário, bem como, justificá-las na conciliação das contas bancárias da entidade. Tais registros podem ser inseridos pelo usuário de forma individual ou simultaneamente, ou seja, no momento em que o processo de conciliação for finalizado, declarando assim, os registros não conciliados, sejam de origens como entradas não consideradas pelo banco ou pela contabilidade, bem como, saídas não consideradas pelo banco ou pela contabilidade.

99. Permitir ao usuário interagir com os registros das conciliações bancárias da entidade, realizando o devido controle das mesmas, ao possibilitar sua visualização por meio de listagem provindos de filtros que apresentem aquelas em situação de elaboração, concluídas ou todas, bem como, filtrá-las por período, banco, conta ou agência bancária, ensejando melhor visibilidade das informações conforme necessidade.

100. Possibilitar ao usuário interagir com os registros de conciliações bancárias por meio de listagem, realizando operações de edições e exclusões das mesmas.

101. Permitir a inserção de registros individuais de itens para serem considerados em conjunto com os dados do extrato do banco importado na conciliação bancária da entidade, possibilitando informar a data, o valor, a transação do tipo cheque, movimentação bancária, entre outras, bem como, o número do documento e a descrição, objetivando assertividade de fidedignidade do processo conciliatório.

102. Permitir ao usuário interagir com o processo de conciliação bancária da entidade com a visualização dos itens do extrato ainda não conciliados, ou seja, pendentes, por meio de filtros ágeis para a pesquisa dos mesmos, bem como, realizar a devida conciliação, otimizando o processo conforme a necessidade.

103. Permitir ao usuário interagir com o processo de conciliação bancária da entidade com a visualização dos itens do extrato conciliados, bem como, reabri-los, caso objetiva-se ou necessita-se realizar um novo processo conciliatório posteriormente.

104. Permitir ao usuário interagir com o processo de conciliação bancária da entidade com a visualização dos itens do extrato que foram descartados, bem como, reabri-los, caso objetiva-se ou necessita-se realizar um novo processo conciliatório posteriormente.

105. Permitir ao usuário a utilização de dados do extrato bancário com arquivo em formato OFX, ou seja, tipo de arquivo usado para armazenar informações financeiras, geralmente aplicados pelos bancos, no processo conciliação de contas bancárias da entidade.

106. Permitir ao usuário interagir com o processo de conciliação bancária da entidade, realizando o descarte de itens do extrato a conciliar, caso não existam registros de movimentações financeiras correspondentes durante o processo conciliatório, como as taxas cobradas indevidamente pelo banco.

107. Permitir ao usuário interagir com o processo de conciliação bancária da entidade com a possibilidade de inserir registros de aplicação, resgate, depósito, saque ou ajustes bancários a partir de um item do extrato. Tal processo é muito benéfico quando há registros no extrato bancário mas não há movimentações referentes.



108. Permitir ao usuário realizar o registro individual de movimentações bancárias de anos anteriores para ser considerado em conjunto com as atuais, conciliando-as mutuamente, bem como, beneficiar processos de implantações, onde pode ser muito utilizado.

109. Permitir ao usuário interagir com o processo de conciliação bancária da entidade com a visualização das movimentações bancárias ainda não conciliadas, ou seja, pendentes, por meio de filtros ágeis para a pesquisa das mesmas, bem como, realizar a devida conciliação, otimizando o processo conforme a necessidade.

110. Permitir ao usuário interagir com o processo de conciliação bancária da entidade com a visualização das movimentações bancárias já conciliadas, bem como, reabri-las, caso objetiva-se ou necessita-se realizar um novo processo conciliatório posteriormente.

111. Permitir ao usuário interagir com o processo de conciliação bancária da entidade com a possibilidade de selecionar valores da movimentação financeira e itens do extrato bancário, conciliando-os parcialmente, mantendo assim, o valor restante para posterior processos conciliatórios futuros.

112. Permitir a visualização de todos os dados referentes a movimentações bancárias da entidade por período (anual, mensal ou diário) com o intuito da realização da gestão bancária: saldo anterior, total de entradas, total de saídas e saldo final, bem como, visualizar esses dados agrupados por tipo de conta, ou seja, poupança (aplicação) ou corrente.

113. Possibilitar ao usuário realizar os registros de movimentações financeiras de aplicações bancárias, ao informar o valor da respectiva aplicação, o tipo, a conta bancária, a descrição da finalidade, bem como, o valor por fonte de recurso.

114. Permitir ao usuário interagir com os registros das contas bancárias da entidade, realizando o devido controle das mesmas ao possibilitar a inclusão de ajustes bancários, indicando se uma entrada ou saída financeira, o valor, a conta bancária, o tipo da conta, corrente, poupança ou salário, a descrição, finalidade e o valor por fonte de recurso, conforme necessidade.

115. Possibilitar ao usuário interagir com os registros de movimentações financeiras de ajustes bancários, por meio do ambiente de controle das contas bancárias da entidade, realizando operações de edições e exclusões dos mesmos.

116. Possibilitar ao usuário interagir com os registros de movimentações financeiras de aplicações bancárias, por meio do ambiente de controle das contas bancárias da entidade, realizando operações de edições e exclusões das mesmas.

117. Possibilitar ao usuário interagir com os registros de movimentações financeiras de depósitos bancários, por meio do ambiente de controle das contas bancárias da entidade, realizando operações de edições e exclusões dos mesmos.

118. Possibilitar ao usuário interagir com os registros de resgates financeiros, por meio do ambiente de controle das contas bancárias da entidade, realizando operações de edições e exclusões dos mesmos.

119. Possibilitar ao usuário interagir com os registros de movimentações financeiras de saldos iniciais bancários, por meio do ambiente de controle das contas bancárias da entidade, realizando operações de edições e exclusões dos mesmos.

120. Possibilitar ao usuário interagir com os registros de movimentações financeiras de saques bancários, por meio do ambiente de controle das contas bancárias da entidade, realizando operações de edições e exclusões dos mesmos.

121. Possibilitar ao usuário interagir com os registros de movimentações das contas do ambiente de controle bancário por meio da listagem, visualizando informações detalhadas como o tipo, entrada ou saída, a data e o valor do movimento, o histórico, o valor por fonte de recurso, bem como, o saldo da conta após o respectivo movimento, ensejando maior visibilidade das informações que o usuário necessitar.

122. Permitir ao usuário interagir com os registros das contas bancárias da entidade, realizando o devido controle das mesmas ao possibilitar a inclusão de depósitos bancários, indicando o respectivo valor, a conta bancária, a descrição da finalidade e o valor por fonte de recurso, conforme necessidade.

123. Possibilitar ao usuário interagir com os registros das contas bancárias, realizando o controle das mesmas a partir da visualização dos seus respectivos dados, de forma apresentar os registros que tiveram ou não a conciliação bancária realizada, conforme necessidade.

124. Permitir ao usuário realizar o controle bancário da entidade a partir da visualização dos dados das operações financeiras, sejam essas aplicações, resgates, depósitos, saques, ajustes, registros de

saldos iniciais, arrecadações orçamentárias e suas anulações, arrecadações extraorçamentárias e suas anulações, pagamentos e suas anulações, bem como, as devoluções de receitas e transferências, servindo como filtro.

125. Permitir ao usuário interagir com os registros das contas bancárias da entidade, realizando o controle das mesmas a partir da visualização dos seus respectivos dados, de forma a possibilitar o filtro por tipo de conta, seja corrente, poupança ou salário, conforme necessidade.

126. Permitir ao usuário interagir com os registros das contas bancárias da entidade, realizando o controle das mesmas a partir da visualização dos seus respectivos dados, de forma a possibilitar o filtro por fontes de recursos, indicando ainda se a pesquisa é pra todos os registros, apenas ou exceto para alguns, conforme necessidade.

127. Permitir ao usuário interagir com os registros das contas bancárias da entidade, realizando o devido controle das mesmas ao possibilitar a inclusão de resgates bancários, indicando o respectivo valor, a conta bancária, a descrição da finalidade, o valor por fonte de recurso e o tipo do resgate, conforme necessidade.

128. Permitir ao usuário interagir com os registros das contas bancárias da entidade, realizando o devido controle das mesmas ao possibilitar a inclusão do saldo inicial bancário, indicando o respectivo valor, a conta bancária e o tipo da mesma, corrente, poupança ou salário, a descrição da finalidade e o valor por fonte de recurso, conforme necessidade.

129. Permitir ao usuário interagir com os registros das contas bancárias da entidade, realizando o devido controle das mesmas ao possibilitar a inclusão de saques bancários, indicando o respectivo valor, a conta bancária, a descrição da finalidade e o valor por fonte de recurso, conforme necessidade.

130. Possibilitar ao usuário interagir com os registros de transferências bancárias por meio da listagem, realizando operações de edições e exclusões das mesmas.

131. Possibilitar ao usuário interagir com os registros de transferências bancárias da entidade, realizando o controle das mesmas a partir da visualização dos seus respectivos dados, de forma a possibilitar o filtro por situação do tipo pagas ou a pagar, bem como, apresentar todas.

132. Possibilitar ao usuário interagir com os registros de transferências bancárias da entidade, realizando a inserção de novas transferências por meio da cópia de uma já existente, objetivando a facilidade na inserção de dados.

133. Possibilitar ao usuário interagir com os registros de transferências bancárias da entidade, realizando a classificação a partir da baixa das mesmas, informando a data e o número do documento, apresentando a situação ou status igual a pago e facilitando assim, sua identificação.

134. Permitir ao usuário realizar transferências de valores financeiros entre contas bancárias, ao informar a data do registro, a fonte de recurso, o valor, a conta bancária de origem e de destino, bem como, a finalidade e data de vencimento.

135. Possibilitar ao usuário interagir com os registros das transferências bancárias da entidade, a partir de pesquisas com dados informados como o número ou descrição do recurso, a finalidade, a agência ou conta bancária de destino, bem como, da origem ou mesmo, o número do documento referente a transferência, ensejando maior visibilidade das mesmas por meio de uma listagem e conforme a necessidade.

136. Possibilitar ao usuário interagir com os registros das transferências bancárias da entidade por meio de listagem, possibilitando a emissão individual ou coletiva das notas de transferências a partir das respectivas visualizações.

137. Permitir controlar numeração de talonário de cheques na rotina de pagamento e na inclusão do cheque avulso.

138. Permitir a inclusão de ingressos de financeiros provenientes de receitas orçamentárias da entidade, informando uma ou mais receitas, bem como o tipo da transação, número do documento, valor, conta bancária, tipo de conta (corrente ou poupança), bem como, informar uma ou mais receitas orçamentárias.

139. Permitir ao usuário criar e alterar as arrecadações orçamentárias e extraorçamentárias de forma incremental, ou seja, nem todos os dados são obrigatórios e as informações pendentes de preenchimento podem ser informadas em momento posterior, ficando tais registros, com o status de em elaboração. Todavia, tal status não impede a gravação do registro, mas exigirá todas as informações no momento que se fizerem necessárias, onde a arrecadação será considerada como concluída.



140. Permitir a inclusão dos ingressos financeiros de valores que são classificados como extraorçamentários pela entidade. Estes ingressos são transferências de outras entidades ou recebimentos para futuros pagamentos extraorçamentários. Tal cadastro é possibilitado ao informar o tipo da transação, número do documento, valor, conta bancária, tipo de conta (corrente ou poupança), bem como, informar uma ou mais receitas extraorçamentárias previamente cadastradas.

141. Possibilitar ao usuário interagir com os registros de arrecadações por meio da listagem, filtrando-as aquelas que estão em elaboração, anuladas, bem como, visualizar todas essas.

142. Possibilitar ao usuário interagir com os registros de arrecadações por meio da listagem, filtrando-as em orçamentárias, extraorçamentárias, bem como, visualizar todas essas.

143. Possibilitar ao usuário interagir com os registros de anulações de arrecadações extraorçamentárias por meio da listagem, realizando operações de edição ou exclusões das mesmas, ou seja, das anulações.

144. Possibilitar ao usuário interagir com os registros de anulações de arrecadações orçamentárias por meio da listagem, realizando operações de edição ou exclusões das mesmas, ou seja, das anulações.

145. Possibilitar ao usuário interagir com os registros de arrecadações orçamentária e extraorçamentárias por meio da listagem, visualizando o histórico e exibindo dados desde a sua concepção até anulações realizadas, bem como, a data e o valor da movimentação.

146. Possibilitar ao usuário interagir com os registros de arrecadações extraorçamentárias por meio da listagem, realizando operações de anulações parciais ou totais das mesmas.

147. Possibilitar ao usuário interagir com os registros de arrecadações orçamentárias por meio da listagem, realizando operações de anulações parciais ou totais das mesmas.

148. Possibilitar ao usuário realizar a pesquisa das arrecadações cadastradas, ao informar o número ou descrição da natureza da receita, número da conta, da agência ou do documento, a especificação ou mesmo, a descrição da dedução da receita, demonstrando-as por meio de listagem as informações da pesquisa, ensejando maior visibilidade das informações que o usuário necessitar.

149. Permitir ao usuário realizar a inclusão de devolução de receita, ao informar uma dedução, o valor, o credor, descrição da finalidade, bem como, informar uma ou mais receitas e seus respectivos valores, tal qual a data de vencimento.

150. Permitir a partir do acesso ou registro de uma devolução de receita classificar seu status ou situação no momento da sua baixa, ao informar a data, o tipo de transação, cheque, débito automático etc., a conta bancária, bem como, o número do documento, transitando para a situação de pago.

151. Possibilitar ao usuário interagir com os registros de devoluções de receitas por meio da listagem, realizando operações de edições e exclusões das mesmas.

152. Possibilitar ao usuário interagir com os registros de devoluções de receitas por meio de uma listagem, filtrando-os por pagas, a pagar, bem como, visualizar todas.

153. Possibilitar ao usuário interagir com os registros de devoluções de receitas por meio da listagem, realizando operações de exclusão de baixa das mesmas, caso desfrute de saldo para tal processo de exclusão.

154. Possibilitar ao usuário realizar a pesquisa das devoluções de receitas cadastradas, ao informar o número ou descrição da natureza da receita, o credor, CPF ou CNPJ, o número da conta bancária ou da agência da entidade, bem como, a finalidade, demonstrando-as por meio de listagem as informações da pesquisa, ensejando maior visibilidade das informações que o usuário necessitar.

155. Possibilitar ao usuário interagir com os registros dos pagamentos de despesas extras, liquidações de empenhos e subempenhos por meio da listagem, realizando a visualização somente dos que possuem saldo a pagar.

156. Possibilitar ao usuário interagir com os registros de pagamentos que contêm somente saldos a pagar por meio de uma listagem, filtrando-os por despesas extras, empenhos ou subempenhos bem como, visualizar todos.

157. Possibilitar ao usuário interagir com os registros das contas a pagar, a partir de pesquisas com dados informados como o período da data de vencimento ou de emissão, ensejando maior visibilidade das mesmas, por meio de uma listagem, que o usuário necessitar.

158. Possibilitar ao usuário a visualização de totalizadores do valor a pagar e valor pago por meio da seleção ou elaboração dos documentos a pagar.

159. Possibilitar a otimização do processo de pagamento ao permitir que esse seja realizado parcialmente, conforme a disponibilização financeira da entidade pública no momento, realizando o cálculo automático do saldo pendente e permanecendo como a pagar.

160. Possibilitar a otimização do tempo ao permitir a sugestão do recurso no momento do pagamento, dispensando a digitação, isso se deve, conforme a configuração da conta bancária do credor na administração de recursos.

161. Possibilitar a otimização do tempo ao permitir a sugestão da conta bancária vinculada ao credor para pagamentos de ordem bancária, facilitando a digitação.

162. Permitir ao usuário selecionar um ou mais itens de contas a pagar, sejam referentes a despesas extras, empenhos ou subempenhos, formando um agrupamento para a realização de um único pagamento.

163. Pagamento este que pode ser baixado com diversas transações bancárias (cheque, banco, remessa bancária) ou única, conforme necessidade.

164. Permitir pagar documentos em lote, bem como informar dados referentes aos conjunto de documentos sendo pago (que podem ser empenhos ou despesas extras, ambos do exercício ou exercício anterior): transação (débito automática, cheque, ordem bancária, entre outros), número do documento, valor da baixa, recurso e valor por recurso, conta bancária e código de barras.

165. Não permitir que o usuário informar um cheque anulado ao realizar o pagamento. Tal situação do cheque pode ser consultada por meio da administração de cheques.

166. Possibilitar ao usuário facilidades na inserção de dados no pacote de pagamentos de despesas extras, empenhos e subempenhos por meio de um assistente, ao informar o número do documento e/ou conta bancária, assumindo essas informações em todos os documentos que estão sendo pagos.

167. Possibilitar ao usuário interagir com os registros dos pagamentos já efetuados por meio da listagem, realizando operações de emissões de notas dos mesmos.

168. Possibilitar ao usuário interagir com os registros de pagamento efetuados por meio da listagem, realizando operações de exclusão de anulação dos mesmos, caso desfrute de saldo para tal processo de exclusão.

169. Permitir que sejam visualizados os dados de pagamentos já realizados, estes por sua vez são contemplados em saber a descrição, o tipo da transação, a data do pagamento, o credor, o valor efetivamente pago, bem como, o recurso.

170. Possibilitar ao usuário interagir com os registros de pagamentos de empenhos e subempenhos por meio da listagem, realizando operações de anulações parciais ou totais dos mesmos.

171. Possibilitar ao usuário interagir com os registros das contas pagas por meio de uma listagem, filtrando-os por transação do tipo cheque, débito automático, dinheiro, obrigação, ordem bancária, bem como, visualizar todas.

172. Possibilitar ao usuário interagir com os registros de pagamentos já efetuados por meio da listagem, realizando operação de anulação parcial ou total dos mesmos ao informar valor a anular e motivo.

173. Possibilitar ao usuário interagir com os registros de pagamentos já efetuados por meio da listagem, realizando operação de geração de ordem bancária a partir da seleção de um pacote de pagamento.

174. Possibilitar ao usuário interagir com os registros de pagamentos já efetuados por meio da listagem, realizando operação de geração de remessa bancária a partir da seleção de um pacote de pagamento (que pode ser gerado para determinado credor), e indicando um configuração de remessa pré realizada.

175. Possibilitar ao usuário interagir com os registros das contas pagas, a partir de pesquisas com dados informados como o período da data de vencimento, de emissão ou de pagamento. Tal pesquisa também se permite realizar por tipo de documento, ou seja, empenho, subempenho ou despesa extra, tal qual, por origem do pagamento, tesouraria ou contabilidade, ensejando maior visibilidade das mesmas, por meio de uma listagem, que o usuário necessitar.

176. Possibilitar ao usuário interagir com os registros de pagamentos já efetuados por meio da listagem, realizando operações de reabertura dos pacotes de pagamentos, assim todos os pagamentos constantes nele passam a ser considerados como a pagar.

177. Possibilitar ao usuário interagir com os registros de pagamentos já efetuados por meio da listagem, realizando operações de reabertura de um ou mais itens constantes no pacote de pagamento,

assim o pacote não é reaberto totalmente, passando a ser considerado como a pagar somente aqueles itens reabertos individualmente.

178. Possibilitar ao usuário interagir com os registros de anulação de pagamentos já efetuados por meio da listagem, realizando a visualização de todos os dados dessa operação.

179. Possibilitar ao usuário interagir com os registros dos pagamentos de despesas extras, liquidações de empenhos e subempenhos por meio da listagem, realizando a visualização somente dos que foram pagos.

180. Permitir a nomeação ou descrição do pacote de pagamento para melhor reconhecimento após a baixa. Tal pacote pode ser categorizado como gastos com pessoal, gastos com combustível, pagamentos com vencimento em janeiro entre outras descrições.

181. Permitir a visualização das movimentações financeiras que não foram concebidas pelo tesouraria como os pagamentos de despesa extra e anulações, os pagamentos de empenhos e subempenhos e anulações, as transferências bancárias, as devoluções das receitas, as arrecadações orçamentárias e anulações, as arrecadações extraorçamentárias e anulações.

182. A partir desta visualização (que exibe dados como conta bancária, descrição do documento, tipo de transação financeira, valor e data), o tesoureiro poderá realizar o reconhecimento destes documentos, considerando que tem o domínio sobre o Tesouraria e precisa ter ciência de todas as movimentações financeiras realizadas. Este procedimento é opcional e caso a entidade opte por não realizá-lo, as movimentações financeiras não realizadas pelo tesouraria passam a ser reconhecidas instantaneamente na sua criação.

183. Permitir ao usuário a partir das movimentações financeiras realizar o estímulo para a escrituração contábil, enviando todos os dados necessários.

184. Permitir vínculo das movimentações financeiras (movimentações em dinheiro e/ou bancárias) com fontes de recursos, sendo possível realizar a gestão dos saldos das contas por fonte.

185. Permitir a inclusão de movimentos diários do tesouraria para que todos os registros realizados possam estar vinculados a ele, objetivando o controle tempestivo das informações e a organização.

186. Permitir a realização de fechamentos de movimentos diários cadastrados, bem como, reaberturas quando os mesmos tiverem sido fechados.

187. Permitir a personalização do registro com informações complementares conforme necessidade da entidade utilizando informações adicionais.

188. Permitir a personalização do registro com informações complementares conforme necessidade da entidade, definindo o tipo da informação (texto, número, data, entre outros), seu tamanho, sua obrigatoriedade e inclusive especificando uma orientação de preenchimento.

189. Permitir a personalização do registro com informações complementares conforme necessidade da entidade utilizando informações adicionais.

190. Possibilitar o usuário incluir novos campos nos principais cadastros do sistema, podendo selecionar o tipo de dado que pode ser Área de Texto, CNPJ, CPF, Data, Data/Hora, E-Mail, Hora, Inteiro, Lista de seleção, Múltipla Seleção, Telefone, Texto e Valor(Fracionário), descrição, tamanho, dica de preenchimento quando o tipo de dado exigir e ainda indicar se ele é de preenchimento obrigatório ou não. Possibilitar também o agrupamento destes dados e a sua publicação entre as entidades.

191. Permitir a personalização do registro com informações complementares conforme necessidade da entidade utilizando informações adicionais.

192. Permitir a personalização do registro com informações complementares conforme necessidade da entidade utilizando informações adicionais.

193. Permitir a personalização do registro com informações complementares conforme necessidade da entidade utilizando informações adicionais.

194. Permitir ao administrador definir as configurações de permissões para os acessos às funcionalidade do sistema da entidade, identificando se o usuário possui autorização para acesso, criação, edição ou exclusão de dados.

195. Permitir a construção de relatórios personalizados com base nos registros da funcionalidade, possibilitando sua configuração por meio da divisão dos dados em grupos, bem como a realização de cálculos e totalizadores, disponibilizando a informação conforme a necessidade do ente.

196. Permitir a construção de uma linguagem unificada por meio do programa de scripts, possibilitando a realização de diversas operações que podem gerar saída dos dados ou processar alguma entrada de dados para uma funcionalidade.

197. Permitir o envio de dados das movimentações bancárias para o Portal da Transparência.
198. Permitir a inclusão de vários tipos de dedução de receita orçamentária simultaneamente tendo como contrapartida uma única conta bancária.
199. Permitir a inclusão de várias receitas orçamentárias simultaneamente em uma arrecadação, tendo como contrapartida uma única conta bancária.
200. Emitir demonstrativo diário de receitas arrecadadas e despesas realizadas.
201. Permitir a emissão de empenhos em aberto por credores.
202. Emitir relatório de conciliação bancária.
203. Permitir a emissão de notas de pagamento.
204. Permitir a visualização de todos os dados referentes a movimentações em dinheiro (caso houver) da entidade por período (anual, mensal ou diário) com o intuito da realização da gestão: saldo anterior, total de entradas, total de saídas e saldo final.
205. Caso o usuário opte por controlar movimentações diárias e não esteja adentrado a nenhuma movimentação: avisar ao acessar cadastros financeiros que uma movimentação diária deve ser selecionada.
206. Permitir ao usuário realizar a assinatura digital de documentos emitidos no sistema com certificados do Tipo A1 e A3 e possibilitando a aplicação de múltiplas assinaturas nos documentos.
207. Permitir efetuar o pagamento do borderô através de arquivo de retorno do banco.
208. Permitir visualizar por meio de relatório a situação das contas bancárias em relação a conciliação: se ela está em elaboração, concluída ou pendente. Em relação as pendentes, também é possível identificar a conta ainda não conciliada possui movimentação no período.
209. Permitir ao usuário interagir com os registros das movimentações em dinheiro da entidade, realizando o devido controle das mesmas ao possibilitar a inclusão do saldo inicial, indicando o respectivo valor, a finalidade e o valor por fonte de recurso, conforme necessidade.
210. Possibilitar ao usuário interagir com os registros de movimentações financeiras de saldos iniciais em dinheiro, realizando operações de edições e exclusões dos mesmos.
211. Permitir a emissão de Cheque de Transferência para transações que envolvam as contas bancárias de uma mesma entidade.
212. Permitir a emissão de relatório gerencial sobre o comportamento mensal da arrecadação em comparação com exercícios anteriores, inclusive por fonte de recursos das receitas;
213. Permitir a emissão de pagamentos e recebimentos estornados.
214. Permitir um controle das operações financeiras, por período, impedindo o usuário de qualquer alteração, inclusão ou exclusão nos registros.
215. Permitir a emissão de nota de estorno de pagamento.
216. Possibilitar a otimização do tempo, evitando o retrabalho ao permitir a realização da baixa automática na contabilidade quando existirem documentos criados por ela, mas o pagamentos pelo tesouraria.
217. Permitir ao usuário realizar consultas de pagamentos já realizados, bem como exibir a identificação da origem do pagamento, ou seja, se esse foi efetuado pela tesouraria ou pela contabilidade.
218. Possibilitar ao usuário interagir com os registros de pagamento efetuados por meio da listagem, realizando operações de anulações parciais ou totais dos mesmos na tesouraria, caso tais pagamentos tem sido realizados pela contabilidade.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA SUBSTITUIÇÃO DOS APLICATIVOS**

A substituição poderá ocorrer no prazo de 60 (sessenta) dias, durante os quais, poderá haver o uso paralelo de ambas as versões, eventuais falhas da nova versão não serão consideradas ou tratadas como infrações contratuais, nem tampouco, configurarão justificativas para sanções à CONTRATADA durante esse interim, exceto quando comprovado prejuízo a que deu causa à CONTRATADA, salvaguardando os direitos de ressarcimento ao erário público inerente à CONTRANTE e de contraditório e ampla defesa inerentes à CONTRATADA. Ao final da migração, os sistemas dektops serão automaticamente suprimidos do presente termo contratual.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

Fica eleito o Foro da Regional de Fazenda Rio Grande, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR, Estado do Paraná, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por seus representantes legais, em 03 vias de igual teor e forma e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Aditivo firmado conforme indicação e embasamento no parecer jurídico e memorando da Secretaria de Finanças

Cocal do Sul, 02 de Janeiro de 2019.

\_\_\_\_\_  
CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
BETHA SISTEMAS LTDA.  
HELENA BEATRIZ PACHECO DAROS  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
Nome: LUIZ CARLOS GONÇALVES  
CPF n.º 601.586.899-68

\_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
CPF n.º \_\_\_\_\_

**TERMO ADITIVO 03/2019**

Publicação Nº 2131262

**TERMO ADITIVO 03/2019 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, 05/2019 DE 01/06/2019, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A CAMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, SC DE OUTRO, JORNAL COCAL NOTICIAS LTDA.**

Pelo presente instrumento particular de Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços, 05/2019 de 01/06/2019, **CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ n. 01.637.334/0001-33, com endereço na Rua Angelo Peruchi n. 126, Centro, Cocal do Sul, neste ato representada por seu Presidente, O Vereador Presidente Erik Pereira Zeferino do RG Sob o n. 4.482.999 SSP SC e CPF sob o n. 040.020.669-24 e do outro lado, **CONTRATADA: JORNAL COCAL NOTICIAS LTDA**, com sede em Cocal do Sul, Sc sita na Rua Anita Garibaldi 97, Bairro Centro, inscrita no CNPJ sob n. 08.239.598/001-88, neste ato representada pelo seu, Socio Administrador Sr.Cassio Pagnam, (nacionalidade brasileiro, casado), CPF sob o nº: 015.538.919-02, têm entre si justas e acordadas as seguintes cláusulas e condições, que mutuamente aceitam e se obrigam a cumprir e respeitar:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO** - O presente TERMO ADITIVO tem como objeto proceder à alteração na cláusula Quinta 6.1 do contrato de Prestação de Serviços 05/2019 firmado em 01/06/2019.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO CONTRATUAL** - Este termo vigorará pelo prazo de **(02) meses**, a contar da data de sua assinatura, ou seja de 01/08/2019 a 30/09/2019, podendo ser prorrogado, se assim for do interesse de ambas as partes, mediante a formalização de novo Termo Aditivo, sem que qualquer uma das partes possa requerer qualquer vinculação, subordinação, solidariedade ou subsidiariedade entre si.

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Permanecem em vigor as demais cláusulas do Contrato de Prestação de Serviços, não alteradas no presente instrumento ato jurídico.

E por estarem assim ajustadas, as partes firmam o presente Termo Aditivo, em 2 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Cocal do Sul, Sc - 01, de Agosto de 2019.

---

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE COCAL DO SUL  
PRESIDENTE: VEREADOR ERIK PEREIRA ZEFERINO  
CONTRATANTE

---

JORNAL COCAL NOTÍCIAS LTDA  
Socio Administrador Cassio Pagnan



**TERMO ADITIVO 04/2019**

Publicação Nº 2131264

**TERMO ADITIVO 04/2019 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, 06/2019 DE 01/06/2019, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A CAMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, SC DE OUTRO, ASSOCIAÇÃO DIFUSÃO COMUNITARIA COCAL DO SUL**

Pelo presente instrumento particular de Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços, 06/2019 de 01/06/2019, **CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ n. 01.637.334/0001-33, com endereço na Rua Angelo Peruchi n. 126, Centro, Cocal do Sul, neste ato representada por seu Presidente, O Vereador Presidente Erik Pereira Zeferino do RG Sob o n. 4.482.999 SSP SC e CPF sob o n. 040.020.669-24 e do outro lado, **CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DIFUSÃO COMUNITARIA COCAL DO SUL**, com sede em Cocal do Sul, Sc sita na Avenida Polidoro Santiago, 97 Bairro Centro, inscrita no CNPJ sob n. 13.544.828/0001-52, neste ato representada pelo seu, Socio Administrador Sr. Evandro Carlos Rodrigues (nacionalidade brasileiro, casado), CPF sob o nº: 774.431.799-87, têm entre si justas e acordadas as seguintes cláusulas e condições, que mutuamente aceitam e se obrigam a cumprir e respeitar:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO** - O presente TERMO ADITIVO tem como objeto proceder à alteração na cláusula Sexta 6.1 do contrato de Prestação de Serviços 06/2019 firmado em 01/06/2019.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO CONTRATUAL** - Este termo vigorará pelo prazo de **(02) meses**, a contar da data de sua assinatura, ou seja de 01/08/2019 a 30/09/2019, podendo ser prorrogado, se assim for do interesse de ambas as partes, mediante a formalização de novo Termo Aditivo, sem que qualquer uma das partes possa requerer qualquer vinculação, subordinação, solidariedade ou subsidiariedade entre si.

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Permanecem em vigor as demais cláusulas do Contrato de Prestação de Serviços, não alteradas no presente instrumento ato jurídico.

E por estarem assim ajustadas, as partes firmam o presente Termo Aditivo, em 2 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Cocal do Sul, Sc - 01, de Agosto de 2019.

---

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE COCAL DO SUL  
PRESIDENTE: VEREADOR ERIK PEREIRA ZEFERINO  
CONTRATANTE

---

ASSOCIAÇÃO DIFUSÃO COMUNITARIA COCAL DO SUL  
SOCIO ADM: EVANDRO CARLOS RODRIGUES

# Concórdia

## PREFEITURA

### ADENDO 02 AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 7/2019 – FMC

Publicação Nº 2131236

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE CONCÓRDIA  
ADENDO 02 AO EDITAL DE  
CREDENCIAMENTO Nº 07/2019 – FMC

A Fundação Municipal de Cultura - FMC, por intermédio de Diretor Geral, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de Credenciamento em referência: Credenciamento de músicos individuais e/ou bandas/conjuntos musicais locais para apresentação na abertura de shows durante a Expo Concórdia 2019, sofreu alterações. Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, está à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Credenciamento Público". Quaisquer informações poderão ser obtidas junto à Fundação Municipal de Cultura, sito a Rua Abramo Eberle nº 322, Concórdia SC, ou através do telefone nº (49) 3444 7781, 3442 3930 ou 3442 3248, em horário de expediente das 8h às 11h30 e das 13h30 às 17h, de segunda a sexta-feira, exceto feriado ou e-mail [cultura@concordia.sc.gov.br](mailto:cultura@concordia.sc.gov.br) ou [culturaadministrativo@concordia.sc.gov.br](mailto:culturaadministrativo@concordia.sc.gov.br).

Concórdia, SC, 21 de agosto de 2019.  
JULIO GOMES  
Diretor Geral da Fundação Municipal de Cultura

### EDITAL DE NOMEAÇÃO 049/2019

Publicação Nº 2131414

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
EDITAL DE NOMEAÇÃO 049/2019  
CHAMADA DE CONCURSO PÚBLICO Nº 2/2018.

A Secretária Municipal de Administração deste Município, Sra. NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA, de acordo com as atribuições que lhe são conferidas, pelo Decreto nº 82/2017, NOMEIA, obedecida rigorosamente a ordem final de classificação, o candidato aprovado no Concurso Público para o provimento de vaga no nível inicial de cargo efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Concórdia abaixo relacionado:

Nº CPF	Nome	Cargo
056.246.419-07	ELISABELE MARIA DE OLIVEIRA	PROFESSOR – MATEMÁTICA

O candidato acima relacionado deverá, no prazo de 08 (oito) dias a contar da publicação deste, apresentar-se à Diretoria de Recursos Humanos do Município de Concórdia, localizada no Centro Administrativo Municipal, 3º andar, Rua Leonel Mosele, 62, Centro, Concórdia/SC, munido de documentos pessoais para manifestar o aceite da vaga, conforme o item número 15.7 do Edital 1/2018.

O não comparecimento na data prevista neste Edital implicará no reposicionamento para o final da lista de classificados, sendo chamado o candidato imediatamente seguinte, conforme item supracitado. O reposicionamento não garante o chamamento da vaga.

Concórdia, 21 de agosto de 2019.  
Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

# Coronel Freitas

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 26/2019

Publicação Nº 2131361

PUBLICAÇÃO ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 26/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

Estado de Santa Catarina

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 26/2019

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MECÂNICA DA FROTA DE VEÍCULOS LEVES, UTILITÁRIOS, VANS, MINIVANS, MICRO ÔNIBUS, ÔNIBUS, CAMINHÕES, MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO E TODOS OS ADQUIRIDOS, CEDIDOS, EMPRESTADOS E CONVENIADOS.

Validade: 12 meses

Ata registro de preço Nº 26/2019

Empresa com preços registrados: MECANICA JONES LTDA. - ME

CNPJ: 01.762.059/0001-80

Lote: 1 e 2

Total: R\$ 179.880,00 (cento e setenta e nove mil e oitocentos e oitenta reais)

Ata registro de preço Nº 26/2019

Empresa com preços registrados: IVEPECAS COMERCIO DE PECAS EIRELI - EPP

CNPJ: 05.346.235/0001-53

Lote: 3

Total: R\$ 277.000,00 (duzentos e setenta e sete mil reais).

Ata registro de preço Nº 26/2019

Empresa com preços registrados: AUTO MECANICA BRUGALLI LTDA. - ME

CNPJ: 00.547.529/0001-20

Lote: 4

Total: R\$ 374.910,00 (trezentos e setenta e quatro mil e novecentos e dez reais).

Ata registro de preço Nº 26/2019

Empresa com preços registrados: GAUCHINHO MAQUINAS E IMPLEMENTOS LTDA ME

CNPJ: 14.330.863/0001-31

Lote: 5

Total: R\$ 416.010,00 (quatrocentos e dezesseis mil e dez reais).

Coronel Freitas (SC), 19 de agosto de 2019.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

### DECRETO 8490/2019

Publicação Nº 2131574

DECRETO Nº. 8.490, 19 De AGOSTO De 2019

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº.70/2019, PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2019, DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Srº. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93;

#### DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no Processo De Licitação nº. 70/2019 – Pregão Presencial Nº. 47/2019, do Município de Coronel Freitas, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida: MECÂNICA JONES LTDA - ME, com o Lote Nº 1, item Nº: 1 no valor de R\$ 67.890,00 (sessenta e sete mil e oitocentos e noventa reais ); Lote Nº2, com o item Nº 2 no valor de R\$ 111.990,00 (cento e onze mil e novecentos e noventa reais); IVEPECAS COMERCIO DE PEÇAS EIRELI - EPP, com o Lote Nº 3, item Nº 3, no valor de R\$ 277.000,00 (duzentos e setenta e sete mil reais); AUTO MECÂNICA BRUGALLI LTDA – ME, com o Lote Nº 4, item Nº 4 no valor de R\$ 374.910,00 (trezentos e setenta e quatro mil e novecentos e dez reais); GAUCHINHO MAQUINAS E IMPLEMENTOS LTDA ME, com o Lote Nº 5, item Nº 5 no valor de R\$ 416.010,00 (quatrocentos e dezesseis mil e dez reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de Agosto de 2019.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

## DECRETO 8491/2019

Publicação Nº 2131576

DECRETO Nº. 8.491, 20 De AGOSTO De 2019

DISPÕE SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Srº. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 2.272/2018.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotação por superávit financeiro do exercício anterior, no orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 06.01 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Unidade: 06.01 – Departamento de Serviços Urbanos.

Função: 15 – Urbanismo.

Subfunção: 451 – Infra- Estrutura Urbana.

Programa: 0018 – Serviço de Utilidade Pública.

Ação: 2.050 – Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos.

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000 – Superávit do Exercício Anterior R\$ 100.000,00

Órgão: 05.01 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Unidade: 05.01 – Departamento de Agricultura.

Função: 20 – Agricultura.

Subfunção: 606 – Extensão Rural.

Programa: 0010 – Programa de Incentivo a Produção Agropecuária.

Ação: 2.037 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura.

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000 – Superávit do Exercício Anterior R\$ 100.000,00

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2018, conforme decreto nº. 8.327/2019.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de Agosto de 2019.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças

## DECRETO 8492/2019

Publicação Nº 2131580

DECRETO Nº. 8.492, 20 DE AGOSTO de 2019.

INSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE JULGAMENTO DE CONVITES, TOMADAS DE PREÇOS, CONCORRENCIAS E LEILÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA

Art. 1º. O art.3º, do Decreto Nº 8.320/2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º. A referida Comissão fica assim constituída: Carolina Rosalen Piva (Presidente), Andrey Maffisoni (Vice-Presidente), Camar Fatima Valandro Tofoli (Membro), Paulo Cesar Strada (Membro), Simone Zanella Strada (Membro).

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de Agosto de 2019.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

## DECRETO 8493/2019

Publicação Nº 2131581

DECRETO Nº. 8.493, 20 de Agosto de 2019.

Designa Pregoeiro e equipe de apoio para atuarem no âmbito do Município de Coronel Freitas em 2019/2020, e dá outras providências.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Srº. Izeu Jonas Tozetto, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no inciso IV, art. 3º da Lei 10.520/2002.

DECRETA

Art. 1º. O inciso II, do art.3º, do Decreto Nº 8.319/2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

“II – Marlova Grando Cipriani - matrícula municipal sob o nº. 700, CPF nº. 038.670.899-14, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, Obras e Vigilância Sanitária.”

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de Agosto de 2019.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças

## DECRETO 8494/2019

Publicação Nº 2131583

DECRETO Nº. 8.494, 20 De Agosto De 2019

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR DE DOTAÇÃO POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Srº. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 2.272/2018.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar adicional de dotação por superávit financeiro do exercício anterior, no orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 38.463,56 (trinta e oito mil quatrocentos e sessenta e três reais e cinquenta e seis centavos), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 03.02 – Secretaria de Administração e Finanças.

Unidade: 03.02 – Departamento de administração e Finanças.

Função: 04 – Administração.

Subfunção: 122 – Administração Geral.

Programa: 0003 – Administração Geral.

Ação: 2.087 – Indenizações e Restituições.

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000 – Superávit do Exercício Anterior R\$ 38.463,56

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2018, conforme decreto nº. 8.327/2019.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de Agosto de 2019.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

## DECRETO 8495/2019

Publicação Nº 2131585

DECRETO Nº. 8.495, 20 de Agosto de 2019.

DISPÕE SOBRE ADICIONAL POR PRÊMIO ASSIDUIDADE A SERVIDORES MUNICIPAIS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Srº. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no art. 75, parágrafo único da Lei Municipal N. 2.078/2015;

DECRETA

Art. 1º. Fica concedido adicional por prêmio assiduidade aos servidores municipais de cargo efetivo e estável, previsto em Lei Municipal, relativo ao semestre de Janeiro a Junho de 2019. (servidores que tiveram pedido de revisão).

Parágrafo Único - Os servidores municipais abaixo relacionados obsequiados pelo artigo 1º passarão a receber o percentual de 50% (cinquenta por cento) do piso mínimo do município.

Edson Luis Regoso

Luis Carlos Oss

Jonatan Cleber Montagna

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de Agosto de 2019.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane lunardi Marafon.

Secretária de Administração e Finanças.

## EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 01/2019 AO PREGÃO Nº 62/2019

Publicação Nº 2131326

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 90/2019

EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 01/2019

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2019

Objeto: Pregão Presencial para AQUISIÇÃO DE PREMIAÇÕES ESPORTIVAS PARA O EVENTO JACTAS ESTUDANTIL 2019, conforme relação e especificações constantes no Anexo "D" do Edital.

RETIFICAÇÃO Nº 01 AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2019 MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Santa Catarina, 1022, Centro, Coronel Freitas - SC, através da Prefeita Municipal em Exercício, TORNA PÚBLICO, que promoveu alterações no edital do Processo Licitatório nº. 90/2019, Edital de Pregão Presencial nº 62/2019, passando o edital a vigorar com as seguintes retificações:

1 – DO ANEXO "D" DO EDITAL: RELAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS ITENS DO OBJETO DESTA LICITAÇÃO

O MATERIAL DE CONFECÇÃO DOS TROFÉUS DEVERÁ SER "ABS", NA COR DOURADA.



1.1 – DATA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08H30MIN DO DIA 03/09/2019.

2 – DAS DEMAIS CLÁUSULAS DO EDITAL

Permanecem em vigor e, sem alteração as demais cláusulas do Edital de Pregão Presencial nº 62/2019.

Coronel Freitas-SC, 21 de agosto de 2019.

IZEU JONAS TOZETTO

Prefeito Municipal

# Coronel Martins

## PREFEITURA

### QUARTO EDITAL DE CHAMAMENTO DE CANDIDATO APROVADO EM PROCESSO SELETIVO 001/2019

Publicação Nº 2130916

QUARTO EDITAL DE CHAMAMENTO DE CANDIDATO CLASSIFICADO EM PROCESSO SELETIVO N. 001/2019, HOMOLOGADO PELO DECRETO MUNICIPAL N. 105, DE 26 DE JUNHO DE 2019.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal do Município de Coronel Martins-SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 94 da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos, que fica convocado a se apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, até dia 10/09/2019, para a nomeação, posse e exercício de cargo de provimento temporário do Poder Executivo Municipal, o seguinte candidato e respectivo cargo classificado no supramencionado processo seletivo:

Cargo	Nome	Classificação
TECNICO EM FARMÁCIA	FELIPE TEODORO BRITO	1º

O candidato supra relacionado deverá apresentar-se até o dia 10 Setembro de 2019, junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, cópia acompanhado dos originais dos seguintes documentos:

1. Carteira de Identidade;
2. Cadastro de Pessoa Física – CPF;
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de quitação eleitoral;
5. Certidão de Nascimento ou Casamento;
6. Certidão de Nascimento de filhos menores (se houver);
7. Quitação com o Serviço Militar (sexo masculino);
8. 02 (duas) fotos 3 x 4 recentes;
9. Número de Inscrição no PIS/PASEP;
10. Carteira de Trabalho – CTPS;
11. Diploma ou Certificado de Conclusão fornecido por instituição de ensino, comprovando a escolaridade exigida para o cargo;
12. Carteira Nacional de Habilitação (para cargos exigíveis);
13. Atestado de aptidão física e mental para o exercício do cargo;
14. Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Foro do domicílio do candidato;
15. Declaração negativa de acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em Lei;
16. Conta Bancária;
17. Declaração de bens e fontes de rendas;
18. Declaração de dependentes junto ao INSS;
19. Declaração de ter ou não sofrido, nos últimos 05 (cinco) anos, no exercício da função pública, penalidade disciplinar de demissão do serviço público.
20. Comprovante de Endereço

A não apresentação da documentação relacionada até o prazo estabelecido implicará na exclusão do candidato aprovado e convocado.

Caso o candidato, por qualquer motivo, não possa assumir o cargo desta convocação, poderá solicitar, desde que o faça por escrito, a sua reclassificação para o último lugar dos classificados para o mesmo cargo.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins-SC, em 21 de Agosto de 2019.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

### QUINTO EDITAL DE CHAMAMENTO DE CANDIDATO APROVADO EM PROCESSO SELETIVO 001/2019

Publicação Nº 2130919

QUINTO EDITAL DE CHAMAMENTO DE CANDIDATA CLASSIFICADA EM PROCESSO SELETIVO N. 001/2019, HOMOLOGADO PELO DECRETO MUNICIPAL N. 105, DE 26 DE JUNHO DE 2019.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal do Município de Coronel Martins-SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 94 da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos, que fica convocada a se apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, até dia 10/09/2019, para a nomeação, posse e exercício de cargo de provimento temporário do Poder Executivo Municipal, a seguinte candidata e respectivo cargo classificado no supramencionado processo seletivo:

Cargo	Nome	Classificação
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (MICROÁREA 05)	LUCINEIA BIAZIN	1º

A candidata supra relacionada deverá apresentar-se até o dia 10 de Setembro de 2019, junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, cópia acompanhada dos originais dos seguintes documentos:

1. Carteira de Identidade;
2. Cadastro de Pessoa Física – CPF;
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de quitação eleitoral;
5. Certidão de Nascimento ou Casamento;
6. Certidão de Nascimento de filhos menores (se houver);
7. Quitação com o Serviço Militar (sexo masculino);
8. 02 (duas) fotos 3 x 4 recentes;
9. Número de Inscrição no PIS/PASEP;
10. Carteira de Trabalho – CTPS;
11. Diploma ou Certificado de Conclusão fornecido por instituição de ensino, comprovando a escolaridade exigida para o cargo;
12. Carteira Nacional de Habilitação (para cargos exigíveis);
13. Atestado de aptidão física e mental para o exercício do cargo;
14. Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Foro do domicílio do candidato;
15. Declaração negativa de acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em Lei;
16. Conta Bancária;
17. Declaração de bens e fontes de rendas;
18. Declaração de dependentes junto ao INSS;
19. Declaração de ter ou não sofrido, nos últimos 05 (cinco) anos, no exercício da função pública, penalidade disciplinar de demissão do serviço público.
20. Comprovante de Endereço

A não apresentação da documentação relacionada até o prazo estabelecido implicará na exclusão da candidata aprovada e convocada.

Caso a candidata, por qualquer motivo, não possa assumir o cargo desta convocação, poderá solicitar, desde que o faça por escrito, a sua reclassificação para o último lugar dos classificados para o mesmo cargo.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins-SC, em 21 de Agosto de 2019.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

**Correia Pinto****PREFEITURA****CHAMADA PÚBLICA Nº 011 /2019 - EDUCAÇÃO**

Publicação Nº 2131641

**EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 011/2019**

O Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em obediência aos Princípios Constitucionais da Impessoalidade, Publicidade e Eficiência Administrativa, tendo em vista que foram esgotados e chamados todos os classificados na área, segundo a classificação final do Processo Seletivo realizado através do Edital nº 005/2017 da Secretaria Municipal de Educação, bem como, pela existência temporária de vagas para o cargo de PROFESSOR, torna público pelo presente Edital, as normas para CHAMADA PÚBLICA, que será regida pela Lei Complementar nº 019/2007 que será regida pela Lei Municipal nº 1010/2001, que trata das contratações temporárias por excepcional interesse público.

**1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1. Pelo presente edital ficam convocados os interessados em assumir as vagas temporárias existentes, para comparecerem junto à Secretaria Municipal de Educação, com sede na Rua Av. Tancredo Neves, nº 1879, Loteamento Gracilio Felipe, Município de Correia Pinto/SC – Fone: (49) 3243-1426, munidos da documentação exigida, a fim de participarem de PROVA DE TÍTULOS e TEMPO DE SERVIÇO, nos dias e horários estabelecidos abaixo:

CARGO	DATA	HORÁRIO
Professor de Educação Infantil	26/08/2019	10:00 Horas

1.2. O número de vagas/aulas, os valores dos respectivos vencimentos, a jornada de trabalho são os constantes do Anexo I deste Edital.

**2. Requisitos Básicos para Contratação**

- 2.1. Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- 2.2. Estar em pleno gozo dos direitos políticos;
- 2.3. Quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- 2.4. Nível de escolaridade e capacitação técnica exigida para o exercício do cargo;
- 2.5. Idade mínima de 18 anos;
- 2.6. Ter aptidão física e mental para o exercício e atribuições do cargo;
- 2.7. Apresentar, quando se tratar de profissão regulamentada, no ato da posse, o competente; registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- 2.8. Apresentar declaração firmada de não possuir acúmulo de cargo público, exceto aqueles previstos na Constituição Federal;
- 2.9. Apresentar declaração firmada pelo interessado na qual conste não haver sofrido condenação definitiva por crime doloso ou contravenção, nem penalidade disciplinar de demissão a bem do serviço público no exercício de função pública qualquer.

**3. DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA**

- 3.1. É considerada pessoa com deficiência a que se enquadra nas categorias descritas no art.º 4º, do Decreto Federal nº. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, comprovada através de laudo médico com data inferior a 1 (um) ano, garantida a sua participação desde que a sua deficiência não seja incompatível com as atribuições do cargo ao qual concorre.
- 3.2. Os candidatos com deficiência participarão da Chamada Pública em igualdade de condições com os demais candidatos.

**4. DA PARTICIPAÇÃO NA CHAMADA PÚBLICA**

- 4.1. A participação na presente Chamada Pública implica, desde logo, o conhecimento e tácita aceitação pelo candidato, das condições estabelecidas neste Edital e das demais informações que porventura venham a ser divulgadas, das quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.
- 4.2. É de inteira responsabilidade do candidato à conferência da documentação exigida, razão pela qual deve ser atenciosamente conferida antes do horário da chamada, pois não será permitida apresentação de documentos após o encerramento do prazo.
- 4.3. Não há possibilidade de alteração/troca de cargos após a escolha.

**5. TÍTULOS E TEMPO DE SERVIÇO**

- 5.1. Serão atribuídos pontos, mediante comprovação de tempo de serviço e aos títulos apresentados pelos candidatos aos cargos de Professor mediante apresentação de documentação original e cópia (a ser autenticada no ato da apresentação) ou cópia autenticada em cartório.
- 5.2. Os pontos referidos no item anterior obedecerão aos critérios a seguir:
  - Formação continuada: Cursos de capacitação com certificado de conclusão com registro no MEC, Secretarias Estaduais ou Municipais, desde que sejam relacionados à área de atuação e que realizados nos anos de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018. Serão creditados 04 (quatro) pontos a cada 40 horas de curso. Máximo a ser considerado: 200 horas.
  - Curso de Magistério – 10 (dez) pontos.
  - Comprovante de matrícula, a partir do 2º semestre, em curso de licenciatura na área, sendo considerado 0,5 ponto para cada período já concluído.
  - Diploma de conclusão de licenciatura na área, reconhecido pelo MEC – Ministério da Educação, ou Declaração/Atestado de conclusão de licenciatura na área com a respectiva colação de grau: 20 (vinte) pontos.
  - Especialização lato sensu: reconhecido pelo MEC – Ministério da Educação, com o mínimo de 360 (trezentos e sessenta) horas/aula, desde

que não seja requisito para provimento, e que seja afim a área de atuação: 15 (quinze) pontos. Somente será considerado um certificado.

- Mestrado: reconhecido pelo MEC – Ministério da Educação, desde que não seja requisito para provimento, e que seja afim a área de atuação: 20 (vinte) pontos.

- Tempo de Serviço: Certidão de tempo de serviço emitida por órgão público municipal, estadual ou federal e ou declaração firmada por estabelecimento de ensino particular, certificando o tempo de serviço no exercício de Magistério do requerente, em qualquer nível de escolaridade e ou disciplina, expresso em meses e dias, sendo considerado 01 (um) ponto por período de 12 (doze) meses completos, limitado ao máximo de 120 meses.

ü Será considerada como válida a experiência comprovada a partir do mês de janeiro de 2007.

ü O tempo de serviço será contado em meses até o dia da Chamada Pública, sendo arredondado para 01 mês quando superior a 15 dias.

ü Se duas, ou mais, certidões de tempo de serviço corresponder ao mesmo período, uma única será computada para atribuição de pontuação.

ü Não será computado o tempo de estágio ou de serviço em Secretaria, Direção ou Coordenação de qualquer natureza.

5.3. Não serão pontuados os documentos que não atenderem estritamente o disposto neste Edital, não entregues no prazo e local determinados, borrados, rasurados, riscados, incompletos ou cujo inteiro teor não seja facilmente legível ou ainda não entregue pelo próprio candidato.

## 6. CONTAGEM DOS PONTOS

6.1. A contagem dos pontos será obtida pela soma dos pontos atribuída aos Títulos e ao Tempo de Serviço.

6.2. Os candidatos serão classificados em ordem decrescente de acordo com a nota final obtida.

## 7. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

7.1. Em caso de igualdade de pontos na classificação, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios para o desempate dos candidatos:

1º) maior número de filhos;

2º) maior idade;

3º) sorteio.

## 8. RECURSOS E REVISÕES

8.1. Aos candidatos serão assegurados recursos em todas as etapas do Processo de Chamada.

8.2. O candidato que se sentir prejudicado em qualquer das etapas, poderá interpor recurso, mediante requerimento individual, desde que:

a) Seja dirigido ao Presidente da Comissão de Acompanhamento e Avaliação da Chamada Pública e protocolado no setor de Recursos Humanos da Prefeitura, Avenida Duque de Caxias, 1569 - Centro horário das 8h às 11h 30 min e das 13h30min às 17h, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados após o ato que motivou a reclamação;

b) Conste obrigatoriamente do recurso nome completo do candidato, denominação do cargo o qual se candidatou, fundamentação clara e ampla dos motivos.

8.3. Será indeferido, liminarmente, o requerimento que não atender ao estabelecido no item 7.2.

8.4. Não serão aceitos recursos interpostos por telegrama, Internet ou outro meio que não seja o especificado neste Edital.

8.5. Será dada publicidade às decisões dos recursos.

## 9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. A presente Chamada Pública será processada pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação.

9.2. O resultado e demais atos da Chamada Pública será homologado pelo Prefeito e publicado no Mural da Prefeitura de Correia Pinto, no Diário Oficial dos Municípios e no site [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br).

9.3. No ato de contratação o candidato deve apresentar os documentos exigidos, bem como os exames médicos admissionais solicitados, sob pena de perda da vaga.

9.4. Os casos omissos nesse Edital serão resolvidos pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação da presente Chamada Pública.

## 10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. A contratação gerada através da Chamada Pública terá vigência enquanto perdurar o afastamento do titular, ou condicionado à existência de aluno especial, conforme o caso.

10.2. O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo nos casos de retorno do titular, por abandono ao serviço sem justificativa, pelo não cumprimento do horário, pelo excesso de faltas ou por problemas de ordem pedagógica e/ou administrativa, desde que devidamente justificado e registrado em Ata de reunião da equipe gestora da Unidade Escolar e Conselho Municipal de Educação.

10.3. Será partes integrantes deste Edital o anexo I e II.

Correia Pinto, 21 de agosto de 2019.

Celso Rogério Alves Ribeiro

Prefeito

## ANEXO I

### DOS CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA e VENCIMENTO.

1.1 – Os cargos, vagas, carga horária e vencimento, estão definidos no quadro abaixo:

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO
Professor de Educação Infantil	01	20h/s – Vespertino – CEI Pingo de Gente	R\$ 1.278,87

**ANEXO II**  
**REQUERIMENTO PARA RECURSO****IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO**

Candidato: \_\_\_\_\_  
Cargo Pretendido: \_\_\_\_\_ Fone: ( \_\_\_\_ ) \_\_\_\_\_  
E-mail: \_\_\_\_\_

À COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA  
O PRESENTE RECURSO REFERE-SE À: \_\_\_\_\_

**RAZÕES DO RECURSO:**

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Assinatura do candidato

**DECRETO Nº 1471/2019**

Publicação Nº 2130698

DECRETO Nº 1471/2019  
DE 20 DE AGOSTO DE 2019

"NOMEIA GESTOR E COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2019 – FIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VIII, art. 95, da Lei Orgânica do Municipal:

CONSIDERANDO a necessidade de designação de gestor e de composição de Comissão de Monitoramento e Avaliação, conforme Lei Federal nº 13.019/2014, DECRETA:

Art. 1º- Fica nomeada a Sra. Rita de Cássia Alves Julio, Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação, para atuar como Gestora de Controle e Fiscalização do Termo de Colaboração nº 004, firmado entre o Município de Correia Pinto através do Fundo para Infância e Adolescência – FIA e Associação Comunitária Dona Ema Sevei - OSC, "Projeto Esporte para Todos – Preservando Vidas".

Art. 2º - Ficam nomeados os seguintes membros abaixo relacionados para comporem a Comissão de Monitoramento e Avaliação.

I – Fabiana Bárbara Pereira;  
II – Ednise de Fátima Rocha Nascimento;  
III – Maria de Lourdes Cunha.

Parágrafo único. Cabe à Comissão de Monitoramento e Avaliação realizar o monitoramento e avaliação do Termo de Colaboração nº 004 celebrado, emitindo para tanto, parecer técnico quanto à execução física do atingimento dos objetivos, bem como parecer financeiro que se relacione à correta e regular aplicação dos recursos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 20 de agosto de 2019.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registre-se e Publique-se

# Corupá

## PREFEITURA

### ANÁLISE E JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO TOMADA DE PREÇOS Nº 002/19

Publicação Nº 2131182

Processo Licitatório nº 082/19

Tomada de Preços nº 002/19

#### ANÁLISE E JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Cuida-se de julgamento do Recurso interposto pela empresa GABRIEL AARON LUIZ EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 24.703.351/0001-27, com sede comercial a Rua Eugenio de Souza, n. 77, sala 02, Bairro Centro, Canoinhas/SC, e análise das contrarrazões apresentada pela empresa IMPLANTEST CONSTRUTORA EIRELI -EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 86.721.008/0001-62, com sede comercial a Rua Eduardo Neidert, n. 655, Bairro Cruzeiro, Rio Negrinho/SC, referente a fase da habilitação das empresas participantes da Tomada de Preços 002/19, cujo objeto consisti na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA VIABILIZAR A EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL PARA CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE (UBS), PORTE I, NA RUA WERNER WEBER, BAIRRO JOÃO TOZINI, NO MUNICÍPIO DE CORUPÁ COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PROJETOS E DEMAIS ANEXOS QUE FAZEM PARTE INTEGRANTE DESTES PROCESSOS.

#### 1. PRELIMINARMENTE

Inicialmente, cabe analisar o requisito de admissibilidade do referido recurso e contrarrazões, ou seja, apreciar se os mesmos foram interpostos dentro do prazo e formas estabelecidos para tal. Dessa forma, o art. 109 Lei 8.666/93, dispõe o seguinte:

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) habilitação ou inabilitação do licitante;

[...]

§ 3º Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

A empresa GABRIEL AARON LUIZ EIRELI encaminhou o seu recurso na data de 06/08/2019 e, considerando que a abertura da sessão pública ocorreu no dia 30/07/2019, verifica-se que o ato é tempestivo. A empresa IMPLANTEST CONSTRUTORA EIRELI -EPP encaminhou suas contrarrazões no dia 09/08/2019 e, considerando que o recurso havia sido recebido no dia 06/08/2019, verifica-se a sua tempestividade.

#### 2. DO BREVE RELATO DO RECURSO E CONTRARRAZÕES

Resumidamente alega a empresa recorrente que a empresa Implantest Construtora Ltda ME foi declarada inidônea pelo Município de Canoinhas/SC, apresenta cópia da decisão do Processo Administrativo n. 12/2019, no qual a referida empresa recorrida foi penalizada com fulcro nos art. 77, 78 e 87 da Lei n. 8.666/1993, conforme decisão do Secretário Municipal de Planejamento Rafael Roeder.

Ainda, anexou cópia da Declaração de Idoneidade apresentada pela empresa recorrida e certidão Positiva de Débitos n. 5677/2019.

Por último devidamente intimada a empresa recorrida apresentou contrarrazões ao recurso alegando sumariamente que a Prefeitura de Canoinhas/SC não declarou a empresa inidôneas, que foi penalizada administrativamente sendo aplicada as penas de a) multa e b) suspensão por 1 ano e que a referida penalidade apenas se restringe à esfera municipal de Canoinhas.

Quanto a CND municipal positiva que apresentou a CND com vigência de 60 dias e que se enquadra nos benefícios previstos na Lei Complementar n. 123/2006 por ser Empresa de Pequeno Porte.

É simples o relatório, passamos a fundamentar.

#### 4. DO MÉRITO

Primeiramente vale destacar que a presente licitação tem escora nos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, bem assim nos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço, seletividade e comparação objetiva das propostas, conforme estabelece o art. 3º da Lei nº 8.666/93.

Em outras palavras pode-se dizer que a licitação tem como objetivo garantir que todos os interessados possam participar do processo em condições iguais e selecionar proposta mais vantajosa para o interesse público.

Destaca-se ainda que, não só é facultado à Administração, mas é seu dever propriamente, a escolha da melhor proposta, conceito em que se inclui tanto o quesito preço, quanto o quesito capacidade técnica. Não é dado à Administração, por razão exclusiva de menor preço, abdicar de requisitos de qualidade mínimos, sob pena de ferir o interesse público com uma contratação de má-qualidade.

São condições para participação dos interessados no edital de Tomada de Preços 002/19, conforme estabelecido no item 3.3 do referido edital que:

3.3 Não poderão participar da presente licitação os interessados que estejam cumprindo as sanções previstas no inciso III e IV do art. 87



da Lei nº. 8.666/93.

Quanto ao mérito pretende o recorrente a reforma da decisão da Comissão de licitação de declarou habilitada a empresa recorrida requerente ao final sua inabilitação, ao argumento de que a suspensão do direito de licitar e contratar prevista no art. 87, inciso III, da Lei n. 8.666/1993 abrange todos os órgãos públicos.

Dispõe o art. 87 da Lei n. 8.666/1993:

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior

Entretanto conforme alega a empresa IMPLANTEST CONSTRUTORA EIRELI -EPP, a mesma foi penalizada pelo Município de Canoinhas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública local pelo prazo de 1 (um) ano, conforme decisão de Processo Administrativo publicado no Diário Oficial dos Municípios em 10 de junho de 2019.

Quanto à matéria, contudo, o Superior Tribunal de Justiça se posiciona no sentido de que a punição prevista no inciso III do artigo 87 da Lei n. 8.666/1993 não produz efeitos somente em relação ao órgão ou ente federado que impôs a sanção, mas a toda a Administração Pública. Colhe-se da jurisprudência:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAR DE LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR. ALCANCE DA PENALIDADE. TODA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 1. Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2). 2. De acordo com a jurisprudência do STJ, a penalidade prevista no art. 87, III, da Lei n. 8.666/1993 não produz efeitos apenas em relação ao ente federativo sancionador, mas alcança toda a Administração Pública (MS 19.657/DF, rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/08/2013, DJe 23/08/2013). 3. Agravo desprovido (AgInt no REsp 1.382.362/PR, rel. Min. Gurgel de Faria, DJe 31-3-2017).

Também:

ADMINISTRATIVO – MANDADO DE SEGURANÇA – LICITAÇÃO – SUSPENSÃO TEMPORÁRIA – DISTINÇÃO ENTRE ADMINISTRAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - INEXISTÊNCIA – IMPOSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE LICITAÇÃO PÚBLICA – LEGALIDADE – LEI 8.666/93, ART. 87, INC. III.

- É irrelevante a distinção entre os termos Administração Pública e Administração, por isso que ambas as figuras (suspensão temporária de participar em licitação (inc. III) e declaração de inidoneidade (inc. IV) acarretam ao licitante a não-participação em licitações e contratações futuras.

- A Administração Pública é uma, sendo descentralizadas as suas funções, para melhor atender ao bem comum.

- A limitação dos efeitos da suspensão de participação de licitação não pode ficar restrita a um órgão do poder público, pois os efeitos do desvio de conduta que inabilita o sujeito para contratar com a Administração se estendem a qualquer órgão da Administração Pública.

- Recurso especial não conhecido (REsp. 151.567/RJ, Rel. Min. FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, DJ 14.4.2003).

Na mesma linha é o entendimento do Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

LICITAÇÃO. INABILITAÇÃO EM PREGÃO. ALEGADA VIOLAÇÃO AO EDITAL. VEDAÇÃO EXPRESSA DE PARTICIPAÇÃO SOMENTE EM RELAÇÃO À PESSOAS JURÍDICAS PROIBIDAS DE LICITAR COM O MUNICÍPIO. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. INTERPRETAÇÃO DO INSTRUMENTO EDITALÍCIO EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. IMPETRANTE IMPEDIDA DE CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO EM DECORRÊNCIA DE PENALIDADE IMPOSTA PELO ESTADO DE SÃO PAULO, BASEADA NO ART. 7ª, DA LEI 10.520/02. FINALIDADE DA NORMA DE RESGUARDAR O INTERESSE PÚBLICO E EVITAR POSSÍVEIS DANOS AO ERÁRIO. PENALIDADE QUE NÃO SE RESTRINGE AO ENTE SANCIONADOR. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

"A limitação dos efeitos da "suspensão de participação de licitação" não pode ficar restrita a um órgão do poder público, pois os efeitos do desvio de conduta que inabilita o sujeito para contratar com a Administração se estendem a qualquer órgão da Administração Pública." (STJ, REsp n. 151.567/RJ,

Segunda Turma, rel. Ministro Francisco Peçanha Martins) (AC n. 0300213-24.2018.8.24.0012, de Caçador, rel. Des. Ronei Danielli, j. 19-3-2019).

Também:

MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO. EMPRESA VENCEDORA COM REGISTRO DE PENALIDADE DE SUSPENSÃO DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR (ART. 87, III, DA LEI N. 8.666/1993) VIGENTE NA DATA DE ABERTURA DO CERTAME. PUNIÇÃO IMPOSTA POR ENTE MUNICIPAL, MAS QUE ALCANÇA TODA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. DIREITO LÍQUIDO E CERTO À ANULAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO A PARTIR DA HABILITAÇÃO DA PARTICIPANTE IMPEDIDA.

É assente na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça que "a penalidade prevista no art. 87, III, da Lei n. 8.666/1993 não produz

efeitos apenas em relação ao ente federativo sancionador, mas alcança toda a Administração Pública (MS 19.657/DF, rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/08/2013, DJe 23/08/2013)" (STJ, Agravo Interno no Recurso Especial n. 1.382.362/PR, rel. Min. Gurgel de Faria, j. 7-3-2017).

Assim, está impedida de participar de processo licitatório aberto por ente estadual a empresa a quem foi imposta a penalidade de suspensão do direito de licitar e contratar, ainda que a punição tenha advindo de procedimento administrativo de âmbito municipal.

SEGURANÇA CONCEDIDA (MS n. 4019902-95.2018.8.24.0000, da Capital, rel. Des. Odson Cardoso Filho, j. 28-11-2019).

Ainda:

MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO. EMPRESA VENCEDORA COM REGISTRO DE PENALIDADE DE SUSPENSÃO DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR (ART. 87, III, DA LEI N. 8.666/1993) VIGENTE NA DATA DE ABERTURA DO CERTAME. PUNIÇÃO IMPOSTA POR ENTE MUNICIPAL, MAS QUE ALCANÇA TODA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. DIREITO LÍQUIDO E CERTO À ANULAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO A PARTIR DA HABILITAÇÃO DA PARTICIPANTE IMPEDIDA. É assente na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça que "a penalidade prevista no art. 87, III, da Lei n. 8.666/1993 não produz efeitos apenas em relação ao ente federativo sancionador, mas alcança toda a Administração Pública (MS 19.657/DF, rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/08/2013, DJe 23/08/2013)" (STJ, Agravo Interno no Recurso Especial n. 1.382.362/PR, rel. Min. Gurgel de Faria, j. 7-3-2017).

Diante todo o exposto, constata-se que a empresa IMPLANTEST CONSTRUTORA LTDA ME está impedida de participar de processo licitatório aberto tanto pelo ente a quem foi imposta a penalidade de suspensão do direito de licitar e contratar, como também por todos os outros órgãos da Administração Pública, ainda que a punição tenha advindo de procedimento administrativo de âmbito municipal.

Assim, porquanto na época em que lançado o edital do Processo de Licitação nº 086/2019, Tomada de Preços nº 002/19 havia registro de penalidade imposta à empresa IMPLANTEST CONSTRUTORA LTDA ME de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, assim deve ser reconhecido o presente recurso neste ponto.

## 5. DA DECISÃO

DIANTE DO EXPOSTO, por toda análise do entendimento jurisprudencial e, em obediência às normas legais e da necessidade da Administração Pública tomar providências em atenção ao recurso impetrado pelo recorrente decido, CONHECER o presente RECURSO, para no mérito DAR-LHE PROVIMENTO, considerando inabilitada a empresa IMPLANTEST CONSTRUTORA LTDA ME, para participar da Tomada de Preços 002/19.

Dê ciência à Recorrente e a todas as empresas participantes do referido Processo Licitatório, após divulgue-se esta decisão junto ao portal municipal [corupa.atende.net](http://corupa.atende.net) e DOM - Diário Oficial dos Municípios <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>.

Corupá (SC), 21 de agosto de 2019.

JESSICA TAMARA PEZZATTO PATERNO

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

PORTARIA Nº 5268/19

## AVISO DE CONVOCAÇÃO DE SESSÃO DE ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇO TOMADA DE PREÇO Nº 002/19

Publicação Nº 2131186

### AVISO DE CONVOCAÇÃO DE SESSÃO DE ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇO TOMADA DE PREÇO Nº 002/19

O MUNICÍPIO DE CORUPÁ, através da Comissão Permanente de Licitação nomeada pela Portaria nº 5268/19, torna público para conhecimento de todos os representantes legais das empresas OMVS CONSTRUTORA EIRELI, GABRIEL AARON EIRELI, VATTARO CONSTRUÇÕES EIRELI ME, ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA EPP, TECNOPONTA COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA-ME e CONSTRUTORA FAON LTDA e a quem mais possa interessar, que realizará a sessão pública de abertura dos envelopes de propostas de preços das licitantes habilitadas no Processo Licitatório nº 086/19, Tomada de Preços nº 002/19, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA VIABILIZAR A EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL PARA CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE (UBS), PORTE I, NA RUA WERNER WEBER, BAIRRO JOÃO TOZINI, NO MUNICÍPIO DE CORUPÁ COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PROJETOS E DEMAIS ANEXOS QUE FAZEM PARTE INTEGRANTE DESTE PROCESSO, no dia 23 de agosto de 2019, às 09:00 horas na Sala de Licitações, situada na Av. Getúlio Vargas, nº 443, Centro, Corupá – SC.

Informamos que a presença do representante legal é de fundamental importância para a continuidade dos fatos.

Corupá, 21 de agosto de 2019.

JESSICA TAMARA PEZZATTO PATERNO

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

**CT 2626.0526.751-37/2019/CAIXA;**

Publicação Nº 2131858

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

CAIXA / CORUPÁ/SC; CPNJ 83.102.467/0001-70; CT 2626.0526.751-37/2019/CAIXA;

OBJETO: Pavimentação de vias, Aquisição de equipamentos e maquinários, Construção de ETA, Adequação da nova sede da Prefeitura; PROGRAMA: Finisa; VALOR DO INVESTIMENTO: R\$ 7.000.000,00 (sete milhões); Valor do empréstimo sob forma de financiamento com recursos Caixa: R\$ 7.000.000,00 (sete milhões); DESEMBOLSO: 03 (três) parcelas trimestrais; CARÊNCIA: 24 meses; AMORTIZAÇÃO: 96 meses; DATA E ASSINATURAS: 09 de agosto de 2019 por JACEMAR BITTENCOURT DE SOUZA E JOÃO CARLOS GOTTARDI.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

**DECISÃO FINAL AUTORIDADE SUPERIOR TP 002/19**

Publicação Nº 2131334

Processo Licitatório nº 082/19

Tomada de Preços nº 002/19

**DECISÃO FINAL AUTORIDADE SUPERIOR**

Face o exposto, em observância aos princípios norteadores do certame licitatório elencados na legislação vigente, notadamente o da Legalidade, Isonomia, Impessoalidade, Moralidade e Probidade Administrativa, Vinculação ao Instrumento Convocatório, Julgamento Objetivo e Celeridade, DECIDO acolher o explicitado na análise da Presidente da Comissão Permanente de Licitação constituída pela Portaria nº 5268/19 por, manter a decisão que julgou inabilitada a empresa IMPLANTEST CONSTRUTORA EIRELI -EPP para participar da Tomada de Preços 002/19.

Publique-se.

Corupá (SC), 21 de agosto de 2019.

WELLINGTON LORIEL BORGES

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

**DECRETO Nº 1716/19**

Publicação Nº 2131820

DECRETO Nº 1716/19

AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DOS BANANICULTORES DE CORUPÁ – ASBANCO, A FAZER A UTILIZAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA A REALIZAÇÃO DA SEMANA DA BANANA/DIA DA BANANA.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do artigo 66, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com os artigos 152 e 155 da Lei Complementar Municipal nº 010/2009, de 29 de setembro de 2009,

CONSIDERANDO o pedido formulado pela Associação dos Bananicultores de Corupá – ASBANCO;

CONSIDERANDO que se trata de uma festa tradicional, com a participação de vários grupos e famílias de agricultores, justificando o nome do evento;

CONSIDERANDO que é objetivo da Administração Pública o fomento da preservação cultural, ao turismo, a boa convivência societária, entre outros;

CONSIDERANDO o contido na Lei nº 2.103/13, que dispõe:

Art. 1º – Fica proibida a comercialização e o consumo de bebidas alcoólicas de qualquer graduação em Logradouros Públicos do Município de CORUPÁ-SC.

Art. 2º – Para os efeitos desta Lei, são considerados Logradouros Públicos:

I – as avenidas;

II – as rodovias;

III – as ruas;

IV – as alamedas, servidões;

V – as calçadas;

VI – as praças;

VII – as ciclovias;

VIII – a via férrea;

IX – as pontes e viadutos;  
X – o hall de entrada dos edifícios e estabelecimentos comerciais que sejam conexos à via pública e que não sejam cercados;  
XI – os pátios e estacionamentos dos estabelecimentos que sejam conexos à via pública e que não sejam cercados;  
XII – a área externa dos campos de futebol, ginásios de esportes e praças esportivas de propriedade pública;  
XIII – as repartições públicas e adjacências.

Parágrafo Único: Nos locais enquadrados nos itens acima, poderá haver o consumo de bebidas alcoólicas quando houver evento realizado pelo Poder Público ou devidamente autorizado por ele.

CONSIDERANDO o contido no Decreto nº 604/13, que dispõe:

Art. 1º Fica proibida a comercialização e o consumo de bebidas alcoólicas de qualquer graduação em logradouros públicos do Município de Corupá – SC.

Art. 2º Para os efeitos deste Decreto, são considerados logradouros públicos:

I - as avenidas;  
II - as rodovias;  
III - as ruas;  
IV - as alamedas, servidões, caminhos e passagens;  
V - as calçadas;  
VI - as praças;  
VII - as ciclovias;  
VIII - a via férrea;  
IX - as pontes e viadutos;  
X - o hall de entrada dos edifícios e estabelecimentos comerciais que sejam conexos à via pública e que não sejam cercados;  
XI - os pátios e estacionamentos dos estabelecimentos comerciais que sejam conexos à via pública e que não sejam cercados;  
XII - a área externa dos campos de futebol, ginásios de esportes e quadras esportivas públicas;  
XIII - as repartições públicas e adjacências.

§ 1º - Quando houver evento realizado pelo Poder Público ou devidamente autorizado por ele poderá haver a comercialização e o consumo de bebidas alcoólicas nos logradouros identificados no presente artigo.

§ 2º - O Poder Público delimitará a área onde estará autorizada a comercialização e o consumo de bebidas alcoólicas nos termos do parágrafo anterior.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado, no período de 24 a 25 de agosto de 2019, o uso do espaço público da Praça Artur Müller, incluindo todas as suas dependências, das 07:00 horas até 22:00 horas. No dia 25 de agosto de 2019 a partir das 07:00 horas até as 20:00, o uso da Avenida Getúlio Vargas a partir do entroncamento com a Rua Vicente Brugnetti até a altura do comércio Foto Silva e, da Rua Nereu Ramos até o entroncamento com a Rua Jaraguá para o 3º Encontro de Veículos Antigos e para a largada do 4º Banana Bike, não permitindo nestes logradouros o tráfego de veículos, com exceção dos veículos de emergência.

Para a realização das comemorações do evento da Semana da Banana / Dia da Banana, tendo como responsável o Senhor Adolar Behnke, Presidente da Associação dos Bananicultores de Corupá – ASBANCO.

Art. 2º - A limpeza (principalmente dos banheiros públicos), segurança, zelo e integridade do patrimônio público, relativamente ao local da realização do evento, fica sob inteira responsabilidade da ASBANCO.

Art. 3º - A autorização para uso do espaço público não acarreta em prejuízo a necessidade de observância aos ditames do Código de Posturas e demais Leis.

Art. 4º - Em razão da natureza do evento a ser realizado não há a restrição do consumo de bebida alcóolica no espaço e horário em que o evento está autorizado.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 22 de agosto de 2019.

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

## **PREGÃO PRESENCIAL 050/19**

Publicação Nº 2131360

MUNICÍPIO DE CORUPÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ  
AVISO LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇOS  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2019.

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FRACIONADAS DE MATERIAIS DE DESGASTE (LÂMINAS/ DENTES/UNHAS) PARA UTILIZAÇÃO NO MAQUINÁRIO CONSTANTE DA FROTA MUNICIPAL, nas quantidades e especificações constantes do Termo de Referência e Anexo I

- Quantitativo.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h do dia 22/08/2019 às 09h do dia 03/09/2019.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 03/09/2019.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443 e também no site [http:// www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORARIO: das 08h às 12h e das 13h30min às 16h30min.

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 22 de agosto de 2019

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

---

## CÂMARA MUNICIPAL

---

### 1º EXTRATO ADITIVO CONTRATO 004-2018

Publicação Nº 2131419

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE CORUPÁ

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 004/2018

PRORROGAÇÃO - PRAZO

Processo Licitatório nº 001/2018

Tomada de preços nº 001/2018

CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o n.º 83.539.684/0001-21, com sede na rua Padre Vicente Schmitz, 45 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: CLICZOOM PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA. EPP, inscrita no CGC/MF sob o nº. 08.295.563/0001-66, estabelecida na Rua João Marcatto, n.º 260, Ed. Tower Center, sala 402, no Centro do município de Jaraguá do Sul (SC).

OBJETO: Prorrogação de prazo ao Contrato n.º 004/2018, celebrado em 09 de agosto de 2018, referente à prestação de serviços de publicidade, destinados a Câmara de Vereadores de Corupá

Data da Assinatura: 10/08/2019

Data da Vigência: 09/08/2020

DATA: 21/08/2019

LAIRTON HARTMANN MULLER

Presidente

# Cunhataí

## PREFEITURA

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 34/2019

Publicação Nº 2130747

Extrato DO CONTRATO ADM Nº 34/2019

Processo Administrativo nº 51/2019

Inexigibilidade de Licitação nº 03/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ – SC.

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE – AMUSPE.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL NO TRADICIONAL BAILE DE KERB, EVENTO FESTIVO ALUSIVO AO 24º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA/ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ/SC.

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato se iniciará na data de assinatura deste termo e se findará em 31/12/2019.

VALOR: R\$ 14.800,00 (Quatorze mil e oitocentos reais).

DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do presente correrão por conta do Orçamento vigente, cuja fonte de recurso tem a seguinte classificação:

Projeto/Atividade nº: 2.048;

Modalidade de Aplicação nº: 33.90;

Signatários: Dirceu Hoss e Vendelino Konell.

Cunhataí/SC, 22/08/2019.

### PORTARIA Nº 161/2019

Publicação Nº 2130940

PORTARIA Nº. 161/2019 DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

Concede licença saúde a servidora pública municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 77, inc. IX, c/c o Art. 100, inc. II, da Lei Orgânica Municipal, o Art. 105 da Lei Compl. nº. 002/2007,

Considerando, o atestado médico protocolado sob nº 409/2019 em 21/08/2019, e assinado pelo Dr. Luiz Afonso Pensin.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a partir de 20 de agosto de 2019 a 30 de agosto de 2019 10 (dez) dias, Licença para tratamento de saúde servidora pública municipal CRISTIANY MEES, ocupante do cargo de Psicóloga – 20hs semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cunhataí - SC, 21 de agosto de 2019.

DIRCEU HOSS

Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se e Publique -se.

AUGUSTO DIEL MARSCHALL

Coordenador De Gestão em Administração e Planejamento

### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51/2019

Publicação Nº 2130744

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2019

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2019

#### 1. OBJETO

1.1 Trata-se da contratação de empresa para apresentação artística e cultural no tradicional BAILE DE KERB, com a empresa ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE – AMUSPE apresentando a BANDA OS MONTANARI, no dia 28 de Setembro de 2019 nas dependências do Salão Comunitário localizado na Rua 04 de julho, s/n, centro do Município de Cunhataí/SC em razão das festividades alusivas e culturais referentes ao 24º Aniversário de Emancipação Política/Administrativa do Município de Cunhataí, conforme lei Municipal nº 931/2018 de 13 de Dezembro de 2018.

#### 2. JUSTIFICATIVA

2.1 Tendo em vista as Festividades Alusivas Culturais ao 24º Aniversário de Emancipação Política/Administrativa do Município de Cunhataí, para qual está municipalidade já possui calendário festivo a cada ano, a administração municipal optou por presentear a comunidade com mais uma apresentação artística de Baile com a BANDA OS MONTANARI.

#### 3. ENQUADRAMENTO LEGAL

3.1 O presente processo de inexigibilidade de licitação encontra-se fundamentado no Artigo 25, inciso III, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de



1993, consolidada, com documentação apensa aos autos deste processo, fatos estes então ora enumerados e justificados que caracterizam claramente a contratação:

Lei Federal nº 8.666/93; artigo 25 é inexigível a licitação, inciso III;

(...) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública (...).

#### 4. DOS RECURSOS FINANCEIROS

4.1 Os recursos financeiros para o pagamento de que trata este objeto, serão próprios do Município de Cunhataí/SC para o exercício de 2019.

#### 5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 Os recursos orçamentários previstos correrão por conta dos consignados no orçamento do município de Cunhataí/SC para o ano de 2019, sendo: Coordenadoria de Gestão em Administração e Planejamento;

Código reduzido nº 20;

Projeto Atividade 2.048;

Elemento de despesa - 3.3.90.00.00.00.00.1000;

#### 6. PREÇO E JUSTIFICATIVA

6.1 O valor global ajustado com a empresa ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE – AMUSPE para as apresentações da BANDA OS MONTANARI, objeto desta inexigibilidade de licitação, é de R\$ 14.800,00 (Quatorze mil e oitocentos reais), fixo sem reajuste.

6.2 O pagamento será efetuado a vista diretamente ao representante legal da empresa ou depósito em conta do CNPJ contratante, ou boleto Bancário, mediante a devida documentação fiscal e contábil conforme ordem cronológica de empenho por DR.

6.3 Para efeito de verificar a razoabilidade do preço a ser desembolsado pela Administração pública e definir sobre a validade da contratação direta, por inexigibilidade de licitação, de show/baile com a empresa ASSOCIAÇÃO DOS MUSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE – AMUSPE, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº 07.453.253/0001-60, com sede na Rua XV de Novembro, nº 2219, Sala B, Centro, na cidade de Pomerode/SC, sob CEP 89.107.000, para a apresentação dos artistas da BANDA OS MONTANARI, o valor de R\$ 14.800,00 (Quatorze mil e oitocentos reais), valor este informado pela Secretaria de Administração e por meio de consultas prévias, aparenta encontrar-se compatível com o interesse público.

6.4 Isto porque, à primeira vista, pelo notório conhecimento nacional da BANDA OS MONTANARI, no mercado artístico, sabe-se que estes possuem valor costumeiramente elevado, não sendo possível a contratação do profissional, para essa mesma finalidade, nestas datas ou natureza, por preço inferior.

6.5 O que é o caso do preço informado R\$ 14.800,00 (Quatorze mil e oitocentos reais), cuja modicidade se conclui pela conveniência das apresentações com Shows e Baile, e pelo grau de especialização decorrente da reputação profissional e sucesso regional, estadual e nacional para com o objetivo previsto.

#### 7. RAZÃO DE ESCOLHA DO FORNECEDOR

7.1 A escolha desta Administração Municipal para a contratação direta da empresa ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE – AMUSPE, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº 07.453.253/0001-60, com sede na Rua XV de Novembro, nº 2219, Sala B, Centro, na cidade de Pomerode/SC, sob CEP 89.107.000, para a apresentação dos artistas da BANDA OS MONTANARI, o valor de R\$ 14.800,00 (Quatorze mil e oitocentos reais), no dia 28 de Setembro de 2019, durante o tradicional BAILE DE KERB, evento esse referente ao 24º Aniversário de Emancipação Político/Administrativo do Município de Cunhataí, Conforme Lei Municipal nº 931/2018 de 13 de Dezembro de 2018, fundamentalmente, por ser consagrado pela opinião pública e crítica especializada, sendo muito conhecidos pelos Shows e Baile que realizam, gozando de excelente conceito e aceitação popular em todo território regional, estadual e nacional.

7.2 Para esta Administração Municipal, não paira nenhuma dúvida que a empresa ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE – AMUSPE, apresentando o Show/Baile da BANDA OS MONTANARI possui renome, reputação e experiência consagradas pela crítica especializada e pelo gosto popular, isto tudo compatível com a dimensão do evento que se propõe a Administração Municipal de Cunhataí/SC a realizar aos municípios e região de nosso Estado.

#### 8. COMUNICAÇÃO

8.1 Comunicamos ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal a situação de inexigibilidade neste processo caracterizado, sobre a qual requeremos despacho, para que possamos dar continuidade à contratação no atendimento dos interesses da Administração Municipal, conforme artigo 26, caput, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

Cunhataí/SC, em 21 de agosto de 2019.

Atenciosamente,

AUGUSTO DIEHL MARSCHALL

Coordenador de Gestão em Administração e Planejamento



**PARECER JURIDICO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2019  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2019

Inexigibilidade de Licitação por justificativa, tendo em vista apresentação da BANDA OS MONTANARI.

Valor total estimado: R\$ 14.800,00 (Quatorze mil e oitocentos reais).

Vejo a parecer desta assessoria jurídica processo de inexigibilidade de licitação tendo como justificativa a realização de Schow/Baile em razão 24º Aniversário de Emancipação Político/Administrativo do Município de Cunhataí, Conforme Lei Municipal nº 931/2018 de 13 de Dezembro de 2018, com a contratação da empresa ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE – AMUSPE, apresentando o Schow/Baile da BANDA OS MONTANARI para atender a Secretaria Municipal de Administração de Cunhataí/SC, contemplando seus municípios e toda a região conforme exposto.

Consoante ao rever o que dispõe a Lei nº 8.666/93 no seu art. 25, inciso III;

Art. 25. É inexigível a licitação, inciso III;

(...) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública (...).

Registre-se que a empresa ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE – AMUSPE, apresentando o Schow/Baile da BANDA OS MONTANARI é conhecida em nosso Estado e na Região Sul do País, e nacionalmente, gozando de excelente conceito e aceitação popular, a contratação, portanto, nos moldes em que se apresenta, ou seja, de forma direta de um profissional singular é o meio adequado, sendo está perfeitamente legal, vez que se amolda a um dos casos legais de inexigibilidade de licitação no inciso III do art. 25 da Lei de Licitações nº 8.666/93 consolidada.

Havendo justificativa da situação real de necessidade e de preço, demonstrando o adequado valor de mercado e atendido o interesse público a contratação não posso sugerir outra forma senão a inexigibilidade de licitação com base nos dispositivos legais mencionados.

Diante de todo o exposto, esta Assessoria Jurídica se manifesta pelo deferimento do pedido, aprovando, por consequência, o correspondente contrato.

É o parecer.

Cunhataí/SC, em 21 de agosto de 2019.

BRUNA J. B. EBELING  
OAB/SC Nº 38.959

**TERMO DE RATIFICAÇÃO**  
**DESPACHO DO EXMO SR. PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2019  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2019

Respaldo Legal: Art. 25 inciso III da Lei nº 8.666/93 consolidada.

Trata-se de contratação de empresa para prestação de serviços com a apresentação Schow/Baile durante as Festividades alusivas ao Aniversário de Emancipação política, administrativa de Cunhataí - SC.

RATIFICO, DEFIRO e AUTORIZO a contratação da empresa ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE – AMUSPE, apresentando o Schow/Baile da BANDA OS MONTANARI, inscrito no CNPJ nº 07.453.253/0001-60, com sede na Rua XV de Novembro, nº 2219, Sala B, Centro, na cidade de Pomerode/SC, sob CEP 89.107.000, no valor de R\$ 14.800,00 (Quatorze mil e oitocentos reais) no dia 28 de Setembro de 2019, durante o Tradicional BAILE DE KERB evento esse referente ao 24º Aniversário de Emancipação Político/Administrativo do Município de Cunhataí, Conforme Lei Municipal nº 931/2018 de 13 de Dezembro de 2018, com a realização do certame licitatório nº 51/2019 e Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 03/2019, com respaldo legal nos termos do artigo 25 inciso III da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993 consolidada, observados então, os ditames legais aplicáveis à espécie.

Cunhataí/SC, em 21 de agosto de 2019.  
DIRCEU HOSS  
Prefeito Municipal de Cunhataí em Exercício

**RESUMO PARA PUBLICAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2019  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2019

Respaldo Legal: Art. 25 inciso III da Lei nº 8.666/93 consolidada.

O Município de Cunhataí/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.116/0001-44, torna público que está realizando despesa no valor total estimado em R\$ 14.800,00 (Quatorze mil e oitocentos reais), com a contratação da empresa ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE – AMUSPE, empresa de direito privado inscrito no CNPJ nº 07.453.253/0001-60, com sede na Rua XV de Novembro, nº 2219, Sala B, Centro, na cidade de Pomerode/SC, sob CEP 89.107.000, no valor de R\$ 14.800,00 (Quatorze mil e oitocentos reais), no dia 28 de setembro de 2019, durante o Tradicional BAILE DE KERB evento esse referente ao 24º Aniversário de Emancipação Político/Administrativo do Município de Cunhataí, Conforme Lei Municipal nº 931/2018 de 13 de Dezembro de 2018, com todas as justificativas e condições já citadas conforme informações contidas no processo supra mencionado.

Determino a publicação do extrato deste processo de Inexigibilidade de Licitação nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada e Lei Municipal nº 931/2018 de 13 de dezembro de 2018 para que desta forma surta todos os seus efeitos legais.

Cunhataí/SC, em 21 de agosto de 2019.

DIRCEU HOSS

Prefeito Municipal de Cunhataí em Exercício

# Curitibanos

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 157/2019

Publicação Nº 2131280

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 157/2019

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração para a AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE TINTAS PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 03/09/2019, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 03/09/2019, será realizada sessão pública para a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na página da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 20 de Agosto de 2019.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

# Descanso

## PREFEITURA

### **LEI 39/2019, INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E O SISTEMA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO, CONTROLE, FISCALIZAÇÃO, MELHORIA DA QUALIDADE E LICENCIAMENTO AMBIENTAL, CRIA O FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 2130866

LEI COMPLEMENTAR Nº 39/2019, de 14 de agosto de 2019.

INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E O SISTEMA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO, CONTROLE, FISCALIZAÇÃO, MELHORIA DA QUALIDADE E LICENCIAMENTO AMBIENTAL, CRIA O FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

#### CAPÍTULO I

##### DAS CONCEITUAÇÕES E DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A presente lei regulamenta a Política Municipal do Meio Ambiente e o Sistema Municipal de proteção, controle, fiscalização, melhoria da qualidade e licenciamento ambiental, cria o Fundo Municipal do Meio Ambiente, respeitadas as competências da União e do Estado, visa a assegurar, no Município de DESCANSO, condições ao desenvolvimento socioeconômico e proteção da dignidade da vida humana.

Art. 2º Esta Lei tem por princípios:

I - A ação do Município de DESCANSO, autonomamente ou em colaboração com os municípios vizinhos, o Estado e a União, na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;

II - A racionalização do uso do solo, subsolo, da água e do ar;

III - O planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais do Município;

IV - A proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;

V - O controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;

VI - O acompanhamento do estado da qualidade ambiental;

VII - A recuperação de áreas degradadas e proteção de áreas ameaçadas de degradação;

VIII - A educação ambiental em todos os níveis do ensino, precipuamente na educação básica e ensino fundamental, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

Parágrafo único. As diretrizes para a proteção e melhoria da qualidade ambiental serão formuladas em instruções normativas do órgão municipal ambiental, resoluções do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA e em planos administrativos, destinados a orientar a ação do governo municipal.

Art. 3º Para os fins previstos nesta Lei, serão adotadas as seguintes definições:

I - esgoto sanitário: é a água residuária de atividade higiênica, de limpeza e/ou de despejo industrial;

II - meio ambiente: é a interação dos fatores físicos, químicos e biológicos que condicionam a existência de seres vivos e de recursos naturais e culturais;

III - poluição: é degradação da qualidade ambiental é a alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de energia ou substâncias sólidas, líquidas ou gasosas, ou a combinação de elementos produzidos por atividades humanas ou delas decorrentes, em níveis capazes que direta ou indiretamente:

a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem estar da população;

b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;

c) afetem desfavoravelmente a biota;

d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;

e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

IV - recursos naturais: são o ar atmosférico, as águas superficiais e subterrâneas, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera e demais componentes dos ecossistemas, com todas as suas inter-relações necessárias à manutenção do equilíbrio ecológico.

#### CAPÍTULO II

##### DO SISTEMA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Art. 4º O Sistema Municipal do Meio Ambiente é composto por órgãos e entidades do Município, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, assim estruturado:

I- órgão consultivo e deliberativo: Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, com a função de assessorar, estudar e propor ao poder executivo as diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais, e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida;

II - órgão executor: Departamento Ambiental ou outro órgão com a atribuição de planejar, coordenar, supervisionar, controlar, fiscalizar e executar a Política Municipal do Meio Ambiente e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente;

III- órgãos auxiliares: todas as secretarias, autarquias, fundações e outros órgãos municipais, nas suas respectivas áreas de atuação, responsáveis pela execução, controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental.

#### SEÇÃO ÚNICA

##### DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Art. 5º O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, com a função de assessorar, estudar e propor ao poder executivo as diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais, e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre

normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida, compete:

- I - fiscalizar as ações do órgão ambiental municipal e a utilização do Fundo Municipal do Meio Ambiente;
- II - estudar, propor e atualizar a Política Municipal do Meio Ambiente;
- III - zelar pelo pleno cumprimento da Política Ambiental;
- IV - apresentar ao poder executivo sugestões sobre:
  - a) diretrizes de desenvolvimento ambiental do Município;
  - b) alterações nas leis de uso do solo no Município;
  - c) coleta e tratamento de resíduos de qualquer natureza;
  - d) instalação ou expansão de empreendimentos de qualquer natureza, potencialmente causadores de impacto ambiental, em qualquer magnitude;
  - e) uso e proteção dos recursos hídricos;
  - f) imunização do corte de árvores ou áreas de relevante interesse ecológico e paisagístico;
- V - propor campanhas educativas para formar consciência pública da necessidade de proteger, conservar e melhorar o meio ambiente;
- VI - propor e acompanhar a implantação de novas unidades de conservação e assessorar a efetiva implantação das existentes;
- VII - manter intercâmbio com órgãos da administração federal, estadual e municipal, e com entidades não governamentais para receber e fornecer subsídios técnicos, úteis na defesa e recuperação do meio ambiente;
- VIII - decidir, em grau de recurso, como última instância administrativa, sobre multas e outras penalidades impostas pelo órgão municipal ambiental;
- IX - responder consultas sobre matéria de sua competência, orientando os interessados e a população sobre as normas de proteção ambiental;
- X - acompanhar, examinar e opinar sobre a implementação de normas, políticas e legislação referentes ao meio ambiente no Município;
- XI - Estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente, observada a legislação federal e estadual, com vistas ao uso racional dos recursos ambientais;
- XII - Deliberar sobre a realização de estudos das alternativas e das possíveis consequências ambientais de projetos públicos ou privados, requisitando aos órgãos envolvidos as informações necessárias;
- XIII - Propor e participar na elaboração de campanhas educativas relativas a problemas de saneamento básico, despoluição da água, ar e do solo, combate a vetores, proteção da fauna e da flora;
- XIV - sempre que cientificado de ações degradadoras do meio ambiente, proporá providências cabíveis à sua recuperação
- XV - elaborar e alterar seu regimento interno.

Art. 6º O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA observará em sua composição a paridade de cinquenta por cento de representantes do Poder Público e cinquenta por cento de representantes da sociedade civil organizada, e para cada representante titular haverá um suplente, nomeados por Ato do Poder Executivo.

§ 1º As entidades que irão compor o Conselho serão definidas no Regimento Interno, estatuído por Decreto do Poder Executivo, desde que sem fins lucrativos e que estejam vinculadas, por qualquer maneira, à atividade de proteção, educação, fiscalização e/ou melhoria da qualidade ambiental no Município de DESCANSO ou no Estado de Santa Catarina.

§ 2º A inclusão ou exclusão de entidades componentes do COMDEMA, somente será possível mediante aprovação por maioria absoluta dos componentes do Conselho.

Art. 7º - O COMDEMA manterá com os órgãos das administrações municipal, estadual e federal, bem como os não governamentais, intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para a defesa e recuperação do meio ambiente.

Art. 8º - O mandato dos membros do COMDEMA será de dois anos, podendo ser reconduzidos.

Art. 9º - O exercício das funções de membros do COMDEMA será gratuito e considerado como prestação de serviços relevantes ao Município.

### CAPÍTULO III DOS INSTRUMENTOS

Art. 10. São Instrumentos da Política Municipal do Meio Ambiente:

- I - O Fundo Municipal de Meio Ambiente;
- II - A educação ambiental;
- III - O Sistema de Informações Municipais, nos termos da Lei do Plano Diretor;
- IV - O estabelecimento de padrões de qualidade ambiental;
- V - A celebração de convênios e termos de cooperação técnica;
- VI - A avaliação de impacto ambiental;

VII - O licenciamento, a rescisão e a revogação de atividades efetiva e potencialmente poluidoras;

VIII - A fiscalização e aplicação de penalidades;

IX - O Sistema Municipal de Unidades de Conservação;

X - A criação e implantação de projetos e programas ambientais;

XI - As auditorias realizadas pelo órgão ambiental municipal ou com a sua autorização expressa;

XII - cadastro técnico de atividades e instrumentos de defesa ambiental.

Art. 11. As atividades industriais, comerciais e de prestação de serviços deverão ser dotadas de meios e sistemas de segurança contra acidentes que possam pôr em risco a saúde pública ou o meio ambiente, por meio de Planos de Controle Ambientais – PCA's, na forma da legislação vigente.

### SEÇÃO ÚNICA DOS CONVÊNIOS

Art. 12. O Município de DESCANSO poderá celebrar convênios com órgãos dos governos federal e estadual com vistas à execução e fiscalização de serviços, na forma da legislação vigente.

§ 1º Poderá ser formalizado apoio e cooperação técnica e institucional com órgãos públicos e privados visando à aplicação da Política Municipal do Meio Ambiente, e à aplicação das legislações ambientais federal, estadual e municipal.

§ 2º Poderá integrar Consórcio Público na forma da legislação vigente visando à aplicação da Política Municipal do Meio Ambiente, e à aplicação das legislações ambientais federal, estadual e municipal.

#### CAPÍTULO IV

#### DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Art. 13. Fica instituído o Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMMA, cujo objetivo é apoiar o desenvolvimento de ações que pela gestão racional e sustentável dos recursos naturais do Município, colaborem para que os municípios, das presentes e futuras gerações, tenham adequada qualidade de vida através do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Parágrafo único. O desenvolvimento dos programas e diretrizes de trabalho relacionados ao meio ambiente serão coordenados pela Secretaria de Agricultura e pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA.

Art. 14. Constituem recursos financeiros do Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMMA:

I – as dotações constantes do orçamento geral do município;

II – taxas e tarifas previstas em Lei;

III – créditos adicionais suplementares a ele destinados;

VI – as contribuições, subvenções e auxílios de órgãos da administração direta e indireta, federal, estadual e municipal;

V – as receitas oriundas de convênios, acordos e contratos celebrados entre o município e instituições públicas e privadas, cuja execução seja, da competência do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA ou da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável;

VI – doações recebidas de pessoas físicas ou jurídicas ou de organismos públicos nacionais ou estrangeiros;

VII – o produto da alienação de material ou equipamento inservíveis;

VIII – a remuneração oriunda de aplicações financeiras;

IX – produtos de taxas, preços públicos ou reembolso de despesas relativas a licenças ambientais emitidas pelo município;

X – as multas aplicadas por infração à legislação ambiental;

XI – as multas aplicadas através de Termo de Ajustamento de Conduta entre o município e o particular, com ou sem a anuência do Ministério Público, nos casos de regularização de Loteamentos ou Desmembramentos;

XII – preços públicos cobrados pela prestação de serviços ambientais, pela análise de projetos ambientais e pela prestação de informações ou pareceres sobre matéria ambiental;

XIII – reembolsos por serviços prestados, por treinamentos ou cursos de capacitação e pela venda de produtos, sempre relacionados à sua finalidade principal;

XIV – indenizações decorrentes de cobranças judiciais e extrajudiciais motivadas pelo parcelamento irregular ou clandestino ou ocupação indevida do solo urbano;

XV – condenações judiciais, cíveis, administrativas ou criminais, de pessoas físicas ou empreendimentos sediados no município ou que afetem o território municipal, decorrentes de atos ilícitos praticados contra o meio ambiente;

XVI – compensação financeira ambiental;

XVII – outras receitas especificamente destinadas ao Fundo.

§ 1º As receitas descritas neste artigo serão depositadas em conta específica do Fundo, mantida em instituição financeira instalada no Município.

§ 2º Quando não estiverem sendo utilizados em suas finalidades próprias, os recursos do fundo poderão ser aplicados no mercado de capitais, objetivando o aumento das receitas do Fundo, cujos resultados a ele se reverterão.

§ 3º O saldo financeiro do FMMA, apurado em balanço ao final de cada exercício, será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo Fundo.

Art. 15. Os recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente – FMMA serão aplicados na execução de projetos e atividades que visem:

I – custear e financiar as ações de controle, fiscalização e defesa do Meio Ambiente, exercidas pelo Poder Público Municipal;

II – financiar planos, programas, projetos e ações, governamentais ou privados, de interesse ambiental e sem fins lucrativos, que visem:

a) proteção, recuperação, conservação de recursos naturais no Município ou estímulo a seu uso sustentável;

b) capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos em questões ambientais, podendo, para tanto, celebrar convênios com entidades filantrópicas, governamentais ou privadas sem fins lucrativos;

c) desenvolvimento de projetos de capacitação, educação e sensibilização voltados à melhoria da consciência ambiental, inclusive realização de cursos, congressos e seminários;

d) combate à poluição, em todas as suas formas, melhoria do esgotamento sanitário e destinação adequada de resíduos urbanos, industriais e da construção civil;

e) gestão, manejo, criação e manutenção de unidades de conservação municipais ou de outras áreas de interesse ambiental relevante, inclusive áreas verdes, parques, praças e áreas remanescentes;

f) desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas voltadas à melhoria ambiental e à construção do processo de sustentabilidade do município;

g) desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações constantes na Política Municipal de Meio Ambiente;

h) desenvolvimento de turismo sustentável e ecologicamente equilibrado;

III - aquisição de material permanente e de consumo e de outros instrumentos necessários à execução de atividades inerentes à política municipal de meio ambiente;

IV – contratação de serviços de terceiros, inclusive assessoria técnica e científica, para elaboração e execução de programas e projetos;

V – incentivo ao uso de tecnologia ecologicamente equilibrada e não agressiva ao ambiente;

VI – apoio à implantação e manutenção do cadastro de atividades econômicas, que utilizem ou degradem os recursos ambientais do Município e manutenção de um sistema de informações referentes ao meio ambiente e controle urbano, mediante a coleta e a catalogação de dados e informações e a construção de banco de dados;

VII – atendimento de despesas diversas, de caráter de urgência e inadiáveis, necessárias à execução política municipal de meio ambiente;

VIII – pagamentos de despesas relativas a valores e contrapartidas estabelecidas em convênios e contratos com órgãos públicos e privados



de pesquisa e proteção ambiental;

IX – outras ações de interesse e relevância pertinentes à proteção, recuperação e conservação ambientais do Município.

§ 1º O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA editará resolução estabelecendo os termos de referência, os documentos obrigatórios, a forma e os procedimentos para apresentação e aprovação de projetos a serem apoiados pelo Fundo Municipal de Meio Ambiente, assim como a forma, o conteúdo e a periodicidade dos relatórios financeiros e de atividades e das prestações de contas que deverão ser apresentados pelos beneficiários.

§ 2º Não poderão ser financiados pelo Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMMA, projetos incompatíveis com quaisquer normas, critérios ou políticas municipais de preservação e proteção ao meio ambiente.

Art. 16. Compete ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA estabelecer as diretrizes, prioridades e programas de alocação dos recursos do fundo, em conformidade com a Política Municipal do Meio Ambiente obedecidas as diretrizes estaduais e federais.

Art. 17. O fundo será administrado pela Secretaria de Agricultura, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA.

Art. 18. O Fundo Municipal do Meio Ambiente somente poderá ser extinto:

I – mediante Lei Municipal, após demonstração administrativa ou judicial de que ele não vem cumprindo com seus objetivos; ou

II – mediante decisão judicial.

Parágrafo único. O patrimônio eventualmente apurado quando de sua extinção e as receitas de seus direitos creditórios serão absorvidos pelo Poder Público Municipal, na forma como a Lei ou decisão judicial, se for o caso, dispuser.

Art. 19. Os demonstrativos financeiros do FMMA obedecerão ao disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e às normas do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 20. Os casos omissos relativos ao Fundo Municipal do Meio Ambiente, serão regulamentadas por Decreto do Poder Executivo, ouvido o Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA.

## CAPÍTULO V

### DO ÓRGÃO AMBIENTAL MUNICIPAL

Art. 21. A execução da política ambiental municipal será efetivada pelo Fundo Municipal do Meio Ambiente, vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura na forma da presente Lei.

## CAPÍTULO VI

### DAS CONDIÇÕES FÍSICAS

#### SEÇÃO I - DA PROTEÇÃO DAS ÁGUAS

Art. 22. As águas interiores situadas no Município de DESCANSO são classificadas segundo a resolução 357/2005 do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, ou norma posterior que a substitua.

Art. 23. É vedado o lançamento de efluentes de qualquer natureza e de esgotos urbanos, rurais e industriais sem o devido tratamento, em qualquer curso d'água do Município de DESCANSO.

Parágrafo único. É proibido o lançamento de qualquer resíduo sólido, assim como resíduos provenientes da suinocultura e de matadouros, nos corpos d'água do Município de DESCANSO.

Art. 24. As edificações de uso industrial e/ou as estruturas e depósitos de armazenagem de substâncias capazes de causar riscos aos recursos hídricos deverão ser dotadas de dispositivos de segurança e prevenção de acidentes, de acordo com a legislação vigente e as normas técnicas, respeitando as áreas de proteção permanente previstas no Código Florestal Nacional.

Art. 25. Para os padrões de qualidade da água no Município de DESCANSO e de emissão de efluentes líquidos, será seguido o estipulado na resolução 357/2005 do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, ou norma posterior que substituí-la.

#### SEÇÃO II – DA PROTEÇÃO DO SOLO

Art. 26. Toda atividade de exploração de recursos naturais não renováveis, bem como a exploração de areia, pedras e cascalho nos leitos dos rios, subsolo e outros, fica condicionada à apresentação de Avaliação de Impacto Ambiental, conforme disposto na resolução 001/1986 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, ou outra que vier a substituí-la.

Parágrafo único. Em havendo degradação ou qualquer outra atividade ou obra considerada prejudicial ao meio ambiente, o agente infrator ou aquele que fizer funcionar o empreendimento, econômico ou não, deverá proceder às suas custas a recuperação da área, por meio de implantação de projeto de Recuperação de Áreas Degradadas, submetido à aprovação do órgão ambiental municipal.

#### SEÇÃO III - DA PROTEÇÃO ATMOSFÉRICA

Art. 27. É proibida a queima ao ar livre de resíduos sólidos, líquidos ou de qualquer outro material combustível.

Art. 28. Ficam estabelecidos os padrões de qualidade do ar nos termos contidos na resolução 03/1990, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, ou outra que a substituir.

Art. 29. Os padrões de emissões atmosféricas no Município de DESCANSO seguirão os padrões estabelecidos pela resolução 08/1990, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, ou outra que vier a substituí-la.

Art. 30. Compete ao órgão ambiental municipal, sem prejuízo da atribuição de outros órgãos estaduais ou federais legitimados, a fiscalização do cumprimento do padrão da qualidade do ar e emissões atmosféricas.

## CAPÍTULO V

### DAS ÁREAS DE PROTEÇÃO ESPECIAL E DAS ZONAS DE RESERVA AMBIENTAL

#### SEÇÃO I - DAS ÁREAS DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE



Art. 31. As áreas de preservação ambiental são as constantes na Lei do Zoneamento Municipal.

§ 1º O Poder Executivo Municipal poderá criar unidades de conservação municipais em DESCANSO, em conformidade com a lei federal 9.985/2000, que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC.

§ 2º O ato de criação das unidades de conservação deverá conter diretrizes para a regularização fundiária, demarcação e fiscalização adequada, bem como a indicação da respectiva área do entorno e estrutura de funcionamento.

Art. 32. O Sistema Municipal de Unidades de Conservação deve ser integrado aos sistemas estadual e nacional.

Art. 33. A alteração adversa, a redução da área ou a extinção das unidades de conservação somente será possível mediante lei municipal.

Art. 34. O Município poderá reconhecer, na forma da lei, unidades de conservação de domínio privado.

Parágrafo único. O Município pode estimular e acatar iniciativas comunitárias para criação de unidades de conservação municipais.

Art. 35. É proibido o corte raso das florestas, a exploração de pedreiras, macadame e barro, e outras atividades que degradem os recursos naturais e a paisagem nas faixas de terras dos locais adjacentes às unidades de conservação municipais, estaduais e federais.

## SEÇÃO II - DAS QUEIMADAS

Art. 36. É proibido promover queimadas no Município de DESCANSO.

Art. 37. A utilização de fogo nas atividades agropastoris e florestais obedecerá ao decreto federal 2.661/1998, e alterações.

## SEÇÃO III - DA PROTEÇÃO DA COBERTURA VEGETAL

Art. 38. O Município de DESCANSO, por meio do órgão ambiental municipal, fiscalizará, no território municipal, o cumprimento do Código Florestal Nacional, da Lei n. 11.428/2006 e do Decreto Federal n. 6.660/2008, e alterações.

§1º Para efetuar o desmatamento ou corte eventual de árvores de espécie nativa, para qualquer finalidade, o proprietário do imóvel solicitará autorização ao órgão municipal ambiental.

§2º Como forma de compensação ambiental ao corte, desde que respeitada a legislação federal e estadual vigentes, a autorização poderá ser condicionada ao replantio de espécies nativas em locais e quantidades definidos pelo órgão ambiental municipal, conforme o impacto ambiental gerado.

§3º Nos parcelamentos de solo para fins urbanos, desde que respeitada a legislação federal e estadual vigentes, o corte da vegetação na área interna aos lotes somente será autorizado quando for iniciada a construção das edificações.

## SEÇÃO IV - DO PARCELAMENTO DO SOLO

Art. 39. A arborização de logradouros públicos deverá ser feita com espécies nativas e sob o espaçamento indicados pelo órgão ambiental municipal, desde que não haja outra legislação municipal específica sobre o tema.

Art. 40. A aprovação do parcelamento do solo urbano fica condicionada a anuência prévia do órgão ambiental municipal, ressalvada a competência estadual para o licenciamento ambiental.

## SEÇÃO V - DA PROTEÇÃO À FAUNA

Art. 41. O órgão ambiental municipal cooperará com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina – IMA e Polícia Militar Ambiental, na apreensão e/ou libertação de qualquer animal silvestre, encontrado preso em cativeiro sem licenciamento.

## CAPÍTULO VI - DAS ATIVIDADES CAUSADORAS DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

Art. 42. O Município de DESCANSO adotará a classificação de atividades potencialmente poluidoras instituída nas Resoluções 13 e 14/2012 do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA, bem como de suas eventuais alterações.

Art. 43. Os órgãos e entidades da administração pública direta ou indireta e os empreendimentos privados que exerçam atividades potencialmente causadoras de poluição compatibilizarão seus planos, projetos e programas de investimento com os dispositivos desta Lei.

## CAPÍTULO VII - DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Art. 44. A localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos e atividades que utilizam recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de degradação ou poluição ambiental, dependem de apresentação das licenças ambientais prévias - LAP, de instalação – LAI, e de operação - LAO, expedidas pelo órgão ambiental competente, bem como da aprovação dos projetos, acompanhados da avaliação de impacto ambiental ou dos relatórios de impacto ambiental.

§ 1º São empreendimentos e atividades sujeitos ao licenciamento ambiental pelo órgão ambiental municipal todas aquelas delegadas ao Município por meio de convênio pelos órgãos estaduais e/ou federais, sendo a licença expedida sempre em um único nível de competência.

§ 2º Cabe ao órgão ambiental municipal definir os critérios de exigibilidade, o detalhamento e as informações necessárias ao licenciamento ambiental de sua competência, levando em consideração as especificidades, os riscos ambientais, o porte e outras características do empreendimento ou atividade.

§3º O início das atividades dependerá da apresentação, pelo interessado, de outras licenças legalmente exigíveis.

Art. 45. O licenciamento de empreendimentos e atividades consideradas de significativo potencial de degradação ou poluição ambiental dependerá de Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto ambiental - EIA/RIMA, ao qual se dará publicidade, inclusive com a convocação de audiências públicas.

Art. 46. O órgão ambiental municipal, no exercício de sua competência, expedirá as seguintes licenças:

a) Licença Ambiental Prévia - LAP, concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de implementação;

b) Licença Ambiental de Instalação – LAI, que autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes que constituam

o motivo determinante;

c) Licença Ambiental de Operação – LAO, que autoriza a operação de atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com adoção das medidas de controle ambiental e demais condicionantes exigidos para a operação.

§1º As licenças ambientais poderão ser expedidas isoladas ou sucessivamente, de acordo com a natureza, características e fase do empreendimento ou atividade.

§2º O requerimento de licenciamento ambiental deverá ser dirigido ao órgão ambiental municipal e apresentado por escrito ou por meio de sistema eletrônico, na forma disciplinada pelo COMDEMA.

§3º O órgão ambiental municipal estabelecerá os prazos de validade de cada tipo de licença, especificando-o no respectivo documento, respeitando o cronograma de execução da atividade ou empreendimento, de acordo com a resolução 237/1997 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, ou outra que a substituir.

§4º O órgão ambiental municipal poderá adotar, com anuência do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, procedimentos simplificados de licenciamento ambiental para atividades ou empreendimentos de baixo potencial de degradação ambiental, desde que observada a legislação estadual e federal.

Art. 47. Para cada licenciamento será cobrada uma taxa destinada a cobrir os custos operacionais do órgão ambiental municipal, bem como a manutenção de sua estrutura física.

Art. 48. Poderão ser estabelecidas outras formas de cobrança para os licenciamentos de baixo potencial de degradação ambiental, com anuência do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA.

## CAPÍTULO VIII DAS TAXAS

### SEÇÃO I – DA TAXA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Art. 49. Fica instituída a Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais.

§ 1º Serão cobradas taxas para cada licenciamento, visando cobrir os custos e despesas de análise das licenças ambientais, bem como a manutenção da estrutura física-operacional do órgão ambiental municipal para a realização de tal fim, na forma desta Lei Complementar.

§ 2º Poderão ser estabelecidas outras formas de cobrança para os licenciamentos de baixo potencial de degradação ambiental, com anuência do Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Art. 50. A Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais tem como fato gerador o exercício do poder de polícia ou a prestação de serviços pelo órgão ambiental municipal, e será devida para:

I - Análise prévia com vistoria para concessão de autorizações ambientais (terraplanagem) e/ou licenças ambientais (licença prévia, licença de instalação e licença de operação);

II - Análise prévia para concessão de licenças simplificadas;

III - Autorização de corte de vegetação - AuC e reposição florestal;

IV - Autorização municipal simplificada de cortes de árvore;

V - Averbção de reserva legal;

VI - Licença ambiental para terraplanagem urbana e rural;

VII - Certidão de conformidade ambiental, mediante vistoria ou não;

VIII - Autorização ambiental.

§ 1º Os valores referentes à taxa que trata o presente artigo serão calculados e cobrados na forma estabelecida no Anexo Único.

§ 2º Os critérios do porte do empreendimento em relação ao potencial poluidor degradador serão estabelecidos pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente, que definirá por listagem as atividades potencialmente poluidoras.

§ 3º A determinação do valor da Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais, quantificação do serviço e cronograma de execução serão definidos quando da solicitação por parte do interessado.

§ 4º A cobrança dos serviços solicitados será realizada na hora do pedido, sendo que nenhum serviço será autorizado pelo responsável sem o comprovante do respectivo pagamento.

Art. 48. Na análise de licenças ambientais de que tratam os incisos I e II do artigo anterior será observado o seguinte:

I - A taxa exigida para as referidas atividades será graduada em função do porte e do potencial poluidor degradador, conforme Tabela 01 do Anexo Único da presente lei;

II - As Licenças Ambientais terão prazo de validade em conformidade com o que dispuser a legislação federal, estadual e/ou regulamentação. Caberá ao CONDER e/ou ao órgão responsável a regulamentação dos procedimentos de licenciamento ambiental e de mitigação dos prazos das licenças ambientais, inclusive simplificadas e das certidões de conformidade ambiental; e

III - A cobrança da análise dos pedidos de licenças ambientais será efetuada em cada uma das fases do processo de licenciamento, conforme determina a legislação em vigor.

Art. 50. O sujeito passivo da Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais é a pessoa física ou jurídica cuja atividade esteja sujeita às leis ambientais e que requerer serviço submetido à sua incidência ou for o destinatário do exercício do poder de polícia.

§1º Estão dispensados do pagamento das taxas de serviços ambientais previstos na presente lei, exceto quando o serviço prestado demandar análise técnica do CONDER:

I - Os órgãos e entidades integrantes da União e o Estado, inclusive suas fundações e autarquias;

II - Os órgãos da Administração Direta, fundações e autarquias municipais;

III - As associações de pais e professores - APP, associações de moradores de bairro, associações classe, centros comunitários e associações de pais e funcionários - APF, devidamente constituídos e sem fins lucrativos;

IV - Os clubes de caça e tiro e as associações culturais, sociedades desportivas, recreativas e demais clubes, devidamente constituídos, reconhecidos de utilidade pública por lei municipal e sem fins lucrativos;

V - As instituições de educação e assistência social sem fins lucrativos.

§ 2º Para usufruir da dispensa prevista neste artigo as pessoas jurídicas acima deverão comprovar documentalmente tal condição no momento do pedido.

§ 3º O pagamento da Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais não será exigido dos Microempreendedores individuais no primeiro ano de funcionamento e pela metade no segundo ano, retornando ao valor total nos anos seguintes.

Art. 51. A Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais será recolhida até a data do requerimento do serviço ou atividade.

Art. 52. No que couber, aplica-se subsidiariamente à Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais o disposto no Código Tributário Municipal e suas alterações e na Lei Complementar n. 01/2005.

Art. 53. Os valores recolhidos à União, Estado, a outro Município e Distrito Federal, a qualquer outro título, tais como taxas ou preços públicos de licenciamento ou fiscalização, não constituem crédito para compensação com a Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais de que trata esta lei.

## SEÇÃO II – DA UNIDADE MONETÁRIA AMBIENTAL

Art. 54. Fica instituída a Unidade Monetária Ambiental (UMA), para efeito de cálculo de atualização monetária dos créditos pertencentes ao Município, bem como os relativos a multas e penalidades de qualquer natureza, e unidade de referência de valores expressos na legislação ambiental municipal.

Art. 55. A UMA terá sua expressão monetária fixada anualmente por Decreto do Chefe do Poder Executivo, segundo a variação acumulada do INPC/IBGE ou outro indexador que vier a substituí-lo, medida entre os meses de janeiro a dezembro de cada exercício imediatamente anterior.

§1º Interrompida a apuração ou divulgação do INPC/IBGE, a expressão monetária da UMA será estabelecida com base nos indicadores disponíveis que vierem a substituí-lo, ou, em caso de não substituição, por outro indexador oficial.

§2º No caso do parágrafo anterior, o Poder Executivo divulgará, previamente à sua vigência, a metodologia empregada para a determinação da expressão monetária da UMA.

§3º A expressão monetária da UMA referente ao ano de 2020 é de R\$115,00 (cem e quinze reais).

## CAPÍTULO IX

### DO CONTROLE DA PROTEÇÃO AMBIENTAL

#### SEÇÃO I - DA FISCALIZAÇÃO

Art. 56. A fiscalização do cumprimento dos dispositivos estabelecidos nesta Lei, bem como das normas decorrentes, será exercida pelo órgão ambiental municipal.

Parágrafo único. A competência de que trata este artigo não exclui a de outros órgãos ou entidades federais ou estaduais no que tange à proteção e melhoria da qualidade ambiental.

Art. 57. Os agentes fiscalizadores do órgão ambiental municipal terão livre acesso, para fins de fiscalização, às instalações industriais, comerciais, agropecuárias, florestais ou outras particulares ou públicas, que exerçam atividades capazes de agredir o meio ambiente.

Parágrafo único. Os agentes fiscalizadores são técnicos, servidores do órgão ambiental municipal, portadores de carteira específica de identificação.

#### SEÇÃO II - DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 58. As condutas e atividades lesivas ao meio ambiente serão punidas com sanções administrativas, aplicadas pelo órgão ambiental municipal, as quais poderão acumular-se, sendo independentes entre si.

Art. 59. Constituem infrações ambientais:

I - emitir ou lançar no meio ambiente sob qualquer forma de matéria, energia, substância, mistura de substância, em qualquer estado físico, prejudiciais à atmosfera, ao solo, ao subsolo, às águas, à fauna e à flora, que possam torná-lo impróprio à saúde e ao bem-estar público, bem como ao funcionamento normal das atividades da coletividade;

II - causar poluição, de qualquer natureza, que provoque a degradação do meio ambiente, trazendo como consequência:

a) ameaça ou danos à saúde e ao bem-estar do indivíduo e da coletividade;

b) mortandade de mamíferos, aves, répteis, anfíbios ou peixes;

c) destruição de plantas cultivadas ou silvestres;

III - construir, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território do Município de DESCANSO, estabelecimentos, obras, atividades ou serviços potencialmente degradadores do meio ambiente, sem licença do órgão competente ou em desacordo com a mesma;

IV - obstar ou dificultar a ação dos agentes fiscais do meio ambiente no exercício de suas funções, negando informações ou vista a projetos, instalações, dependências ou produtos sob inspeção;

V - descumprir atos emanados da autoridade ambiental que visem à aplicação da legislação vigente.

Parágrafo único. Considera-se ainda infração ambiental toda ação ou omissão que importe em inobservância dos preceitos desta Lei e seus regulamentos, normas técnicas e resoluções do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e outras normas, inclusive federais e/ou estaduais, que se destinem à promoção, proteção e recuperação da qualidade do meio ambiente.

Art. 60. São sanções administrativas:

I - notificação preliminar, por meio do qual o infrator será notificado para fazer cessar a irregularidade, sob pena de imposição de outras sanções previstas nesta Lei;

II - multa, de 10 (dez) a 3.000 (três mil) Unidades Monetárias Ambientais— UMA's, ou outro índice oficial que a substituir;

III - suspensão das atividades até correção das irregularidades, salvo os casos de competência do Estado e da União;

IV - interdição temporária ou permanente de estabelecimento, empreendimento ou atividade;

V - cassação de alvará já concedido, de licença de funcionamento ou licença ambiental, em atenção ao parecer técnico emitido pelo órgão ambiental municipal;

VI - perda ou restrições de incentivos fiscais e/ou outros benefícios concedidos pelo Município.

Parágrafo único. A interdição será aplicada quando o empreendimento ou atividade estiver funcionando sem a devida autorização ou licença ambiental, ou com violação de disposição legal ou regulamentar.

Art. 61. Para a aplicação da pena de multa expedida pelo órgão ambiental municipal, as infrações em matéria ambiental são classificadas em:

I - Leves, as eventuais ou as que não venham a causar risco ou danos à saúde, à flora, à fauna, nem provoque alterações sensíveis ao meio ambiente;

II - Médias, as que venham a prejudicar a saúde, à segurança e ao bem estar ou causar danos relevantes à fauna, à flora e a outros recursos naturais;

III - Graves, as que provoquem iminente risco à vida humana, à flora, à fauna e a outros recursos naturais

IV - Gravíssimas, as que tenham causado risco a vida humana, à flora, à fauna e a outros recursos naturais.

Art. 62. O valor das multas será aplicado em Unidades Monetárias Ambientais – UMA's, ou outro índice oficial que a substituir, de acordo com a gravidade da infração, sendo:

I - para infrações leves, multa de 10 (dez) a 150 (cento e cinquenta) Unidades Monetárias Ambientais – UMA's, ou outro índice oficial que a substituir.

II - para infrações médias, multa de 151 (cento e cinquenta e uma) a 300 (trezentos mil) Unidades Monetárias Ambientais – UMA's, ou outro índice oficial que a substituir

III- para infrações graves, multa de 301 (trezentos e um) a 1.000 (mil) Unidades Monetárias Ambientais – UMA's, ou outro índice oficial que a substituir

IV - para infrações gravíssimas, multa de 1.001 (mil e uma) a 3.000 (três mil) Unidades Monetárias Ambientais – UMA's, ou outro índice oficial que a substituir.

§1º Ao quantificar a pena, a autoridade administrativa fixará primeiramente a pena base, correspondente ao valor intermediário dos limites mínimos e máximos, elevando-a, nos casos com agravantes, e, reduzindo-a, nos casos com atenuantes.

§2º Poderão ser estipuladas multas diárias, enquanto persistirem os problemas.

Art. 63. As penalidades serão compatíveis com a infração verificada, levando-se em conta sua natureza, gravidade e consequências para o meio ambiente e a coletividade, assim como o porte da entidade infratora.

§1º São circunstâncias atenuantes a serem consideradas na aplicação das penalidades:

I - ser primário;

II - ter procurado, de algum modo, evitar ou atenuar efetivamente as consequências do ato ou dano;

III - ter bons antecedentes em matéria ambiental.

§2º São circunstâncias agravantes a serem consideradas na aplicação das penalidades:

I - ser reincidente em matéria ambiental;

II - prestar informações falsas ou alterar dados técnicos;

III - dificultar ou impedir a ação fiscalizadora;

IV - deixar de comunicar, imediatamente, a ocorrência de acidentes que ponham em risco o meio ambiente.

### SEÇÃO III – DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 64. Verificando-se condutas, processos ou atividades potencialmente lesivas ao meio ambiente, o agente fiscal do meio ambiente deverá expedir notificação preliminar ao infrator para que, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, regularize a situação.

Parágrafo único. O agente fiscal do meio ambiente arbitrará o prazo para regularização, no ato da notificação, respeitando o prazo limite previsto no caput deste artigo.

Art. 65. No caso de flagrante de conduta ou atividade lesiva ao meio ambiente, não caberá notificação preliminar, devendo o infrator ser imediatamente multado.

Art. 66. A notificação preliminar e/ou a aplicação de multa serão feitas em formulário destacado do talonário próprio, no qual ficará cópia com a ciência do notificado, sendo que, ao infrator, dar-se-á cópia.

Parágrafo único. Recusando-se o notificado a dar ciência, será tal recusa declarada na notificação preliminar ou multa pela autoridade que a lavrar. Esgotado o prazo estipulado na notificação preliminar sem que o infrator tenha regularizado a situação, lavrar-se-á multa.

Art. 67. O valor da multa será reduzido em 30% (trinta por cento) se o pagamento da mesma for efetuado em sua totalidade, até a data do vencimento.

Art. 68. Em caso de atraso no pagamento da multa incidirá juros de 1% (um por cento) ao mês, mais multa moratória de 0,2% (zero vírgula dois por cento) ao dia, até o limite de 2% (dois por cento).

Art. 69. O pagamento das multas constantes poderá ser parcelado em até 12 (doze) parcelas.

Art. 70. A parcela mínima não poderá ser inferior a 05 (cinco) Unidades Monetárias Ambientais – UMA's, ou outro índice oficial que a substituir

Parágrafo único. O atraso no pagamento de 2 (duas) parcelas, consecutivas ou não, acarretará o cancelamento automático do parcelamento.

Art. 71. O infrator terá prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da lavratura do auto de infração, para apresentar defesa, com efeito suspensivo da pena de multa, formulada por escrito ou por meio de sistema eletrônico homologado pelo Município, dirigida ao titular do órgão ambiental municipal, apresentada no setor de protocolo do órgão ambiental do Poder Executivo Municipal

§1º O titular do órgão ambiental municipal terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para proferir decisão sobre a defesa apresentada.

§2º Da decisão de que trata o parágrafo anterior caberá recurso, sem efeito suspensivo, à plenária do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, que terá prazo de 10 (dez) dias úteis para proferir decisão final.

§3º A decisão de que trata o parágrafo anterior é irrecorrível na esfera administrativa.

## CAPÍTULO X

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 72. Nos órgãos de administração direta, as entidades da administração indireta, autarquias e fundações públicas do Município de DESCANSO, bem como empresas subsidiárias ou controladas pelo Município devem se articular com o órgão municipal ambiental com vistas ao cumprimento dos dispositivos estabelecidos nesta Lei.

Art. 73. Fica o poder executivo autorizado a adotar medidas de emergência, a fim de evitar episódios críticos de poluição ambiental, ou para impedir sua continuidade, em caso de grave e iminente risco para vidas humanas ou recursos naturais.

Art. 74. O órgão ambiental municipal expedirá os regulamentos necessários à execução desta Lei.

Art. 75. Fica autorizado o poder executivo a promover a realização de eventuais alterações orçamentárias necessárias a consecução da presente lei.



Art. 76. Esta Lei entrará na data de sua publicação.

Descanso, 14 de agosto de 2019.

Sadi Inácio Bonamigo  
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Lei em data supra.

Eduarda A. Busnello – Chefe da Divisão de Pessoal.  
Anexo único

#### Taxa de Prestação de Serviços Ambientais

#### 1. NORMAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS NO MUNICÍPIO:

1.1 - A cobrança dos serviços será realizada no momento do pedido, sendo que nenhum serviço será autorizado/realizado sem a comprovação do pagamento.

1.2 - Os valores arrecadados serão integralmente destinados ao órgão ambiental municipal.

1.3 - As Licenças Ambientais de Operação terão prazo de validade em conformidade com o que dispuser a legislação federal, estadual e/ou regulamentação. Caberá ao CIMVI a regulamentação dos procedimentos de licenciamento ambiental e de mitigação dos prazos das licenças ambientais, inclusive simplificadas, e das certidões de conformidade ambiental.

1.4 - A cobrança pela Análise dos Pedidos de Licenças Ambientais será efetuada em cada uma das fases do processo de licenciamento ou de forma simultânea em caso de licenciamento de regularização.

1.5 - Nos casos de pedidos de renovação de Licenças será cobrado o valor referente à classificação da atividade.

#### 2. APURAÇÃO DO VALOR PELA ANÁLISE DE LICENÇAS AMBIENTAIS:

Para a apuração do valor a ser cobrado pelas análises dos pedidos de Licenças Ambientais de que trata a Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009 e alterações, Resoluções do CONSEMA nº 98/2017, nº 99/2017 e suas alterações, as atividades são enquadradas nos níveis I, II, III, em função do porte e do potencial poluidor/degradador, conforme Tabela nº 01.

Tabela nº 01

Enquadramentos das atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental

POTENCIAL POLUIDOR / DEGRADADOR GERAL					
P	M	G			
PORTE DO EMPREENDIMENTO	P	P,P	P,M	P,G	
	M	M,P	M,M	M,G	
	G	G,P	G,M	G,G	

2.1 - O potencial poluidor/degradador da atividade é considerado pequeno (P), médio (M) ou grande (G), em função dos efeitos causados sobre o solo, ar e água. O potencial poluidor/degradador geral é o maior dentre os potenciais considerados sobre cada um dos recursos ambientais analisados.

2.2 - O porte do empreendimento também é considerado pequeno (P), médio (M) ou grande (G), em função de critérios estabelecidos na Resolução CONSEMA nº 98/2017, Resolução CONSEMA nº 99/2017 e suas alterações, que define por listagem as atividades potencialmente causadoras de Degradação Ambiental.

2.3 - O potencial poluidor/degradador e o porte do empreendimento estão definidos nas Resoluções acima mencionadas.

2.4. Licença Ambiental de Operação de Regularização

Remuneração do processo correspondente aos três níveis de licenciamento correspondentes (LAP, LAI e LAO), conforme tabelas anteriores.

Tabela nº 02

Valores para Análise de Pedidos de Licenças Ambientais em UMA

LICENÇAS	NÍVEL								
	P,P	M,P	P,M	M,M	G,P	P,G	M,G	G,M	G,G
LAP	1,7516	3,0801	5,3607	9,3813	14,0954	16,4114	23,4767	28,7199	50,2216
LAI	4,3262	7,6296	13,3666	23,3239	35,0211	40,8403	58,3450	71,4177	124,9428
LAO	8,6642	15,3063	26,7449	46,6831	70,0070	81,6689	116,6901	142,8354	249,8738
Total	14,7420	26,0160	45,4722	79,3883	119,1235	138,9206	198,5118	242,9730	425,0382

Tabela nº 03

Valores para Análise de Pedidos de Licenças Ambientais anual em UMA para as atividades agrícola e pecuária.

LICENÇAS	NÍVEL					
	P,P ou M,P	P,M	M,M ou G,P	P,G	M,G ou G,M	G,G
LAP	1,7046	1,9750	3,1506	3,7972	6,3482	7,5944
LAI	4,7494	5,7017	9,4988	11,4386	8,6642	22,8302
LAO	3,1506	3,7972	6,3482	7,5944	12,6847	15,2358
Total	9,6046	11,4739	18,9976	22,8302	27,6971	45,6604

3. DETERMINAÇÃO DA ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA E RESPECTIVO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA: Quando o licenciamento se fizer mediante apresentação de Estudos de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, conforme determina a legislação ambiental em vigor, a determinação dos preços a serem cobrados pelos serviços prestados, conforme fórmula abaixo:

3.1. Custo total das análises

CT = TT + VT + CE + CA, onde:

a) Trabalho Técnico

TT = T x H (UMA 0,6078/hora)

b) Vistoria Técnica

VT = T x D (UMA 1,4055/dia) + V x R (UMA0,0083/Km)

c) Consultoria Externa

CE = Cc x H

d) Custo Administrativo

CA = (TT + VT + CE) x 0,0015UMA

Legenda:

CT	Custo Total
TT	Trabalho Técnico
VT	Vistoria Técnica
CE	Consultoria Externa
CA	Custo Administrativo
H	Número de Horas Trabalhadas
D	Número de Dias Trabalhados
R	Total de Km Rodados
T	Número de Técnicos
V	Número de Veículos
Cc	Custo de Consultoria por Hora (UMA 1,4055)
Q(I)	Vazão de bombeamento (m³/h)

4. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE ANÁLISE DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO MUNICIPAL SIMPLIFICADA DE CORTE DE ÁRVORES, INCLUSIVE ÁRVORES DE RISCO; AUTORIZAÇÃO DE CORTE/SUPRESSÃO OU EXPLORAÇÃO DE VEGETAÇÃO; E REPOSIÇÃO FLORESTAL:

UMA 0,8357 para corte isolado de até 10 árvores em zona urbana ou rural.

UMA 0,8357 para corte isolado de até 30 árvores em zona urbana ou rural + apresentação de projeto e doação de mudas quando necessário.

UMA 1,7474 + 0,0003 x AM para corte/supressão de vegetação em zona urbana, com área de corte.

UMA 1,7474 + 0,0006 x U para manejo de Palmito limitado em 2.000 unidades.

UMA 0,9876 para aproveitamento de árvores mortas ou caídas em propriedades rurais.

UMA 1,7474 para análise de projeto de corte de vegetação – AUC para florestas plantadas em áreas protegidas (Área de Preservação Permanente - APP, Unidade de Conservação - UC, etc.), com recomposição vegetal.

UMA 0,9876 para corte eventual em zona rural (20m³ ou 20 unidades).

UMA 1,7474 para supressão ou exploração de vegetação secundária em estágio inicial cujo proprietário se caracterize como pequeno produtor rural, para fins agrosilvopastoris no limite de até 2,0ha/ano.

UMA 1,7474 para supressão ou exploração de vegetação secundária em estágio inicial cujo proprietário não se caracterize como pequeno produtor rural, no limite de até 3,0ha, uma única vez.

Isento = autorização municipal para transporte de produtos e subprodutos florestais no caso de pequenos produtores rurais ou posse rural familiar.

5. FÓRMULA PARA COBRANÇA DOS SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE TERRAPLENAGEM EM ÁREA URBANA:

UMA 0,8357 para AM ≤ 500

UMA 0,8357 + 0,0010 x AM para AM > 500 e ≤ 2.000

UMA 0,8357 + 0,0010 x AM para AM > 2.000 e ≤ 5.000

UMA 0,8357 + 0,0013 x AM para AM > 5.000

6. FÓRMULA PARA COBRANÇA DOS SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE TERRAPLENAGEM EM ÁREA RURAL:

UMA 0,8357 para AM ≤ 500

UMA 0,8357 + 0,0003 x AM para AM > 500 e ≤ 2.000

UMA 0,8357 + 0,0003 x AM para AM > 2.000 e ≤ 5.000

UMA 0,8357 + 0,0006 x AM para AM > 5.000

7. CERTIDÕES e DECLARAÇÕES DIVERSAS:

Pr = UMA 0,8357

7.1. Certidão de Conformidade Ambiental

UMA 1,0

7.2. Declaração de atividade não constante

UMA 1,0

8. AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL – AuA

## TAXA DE VISTORIA NO VALOR DE 1,0 UMA +:

POTENCIAL POLUIDOR / DEGRADADOR GERAL							
P	Valor (UMA)	M	Valor (UMA)				
PORTE DO EMPREENDIMENTO	inferior a P		P,P	3,00	P,M	3,50	
	inferior a M		M,P	4,00	M,M	5,00	
	Porte Único		3,50 UMA				

## 9. PARECER TÉCNICO EM GERAL, EXCLUINDO-SE A ANÁLISE DO EIA/RIMA:

Pr = UMA 1,9374

## 10. Listagem de valores para A ATIVIDADE DA SUINOCULTURA:

Granja de suínos - terminação

UMA 0,3039 + 0,0010 x NC

Unidade de Produção de Leitoão - UPL

UMA 0,3039 + 0,0016 x NM

Granja de suínos - Creche

UMA 0,3039 + 0,0003 x NC

Granja de suínos - Ciclo Completo

UMA 0,3039 + 0,0052 x NM

Acrescenta-se ao valor calculado o fator de correção de 0,0380 UMA para Licença Ambiental Prévia - LAP, de 0,0570 UMA para Licença Ambiental de Instalação - LAI e de 0,0475 UMA para Licença Ambiental de Operação - LAO.

Legenda:

Pr	Preço Básico da Licença
AU	Área Útil em Hectare
AM	Área em m <sup>2</sup>
NC	Nº de Cabeças
NM	Nº de Matrizes
LAP	Licença Ambiental Prévia
LAI	Licença Ambiental de Instalação
LAO	Licença Ambiental de Operação
AuA	Autorização Ambiental
AuC	Autorização de Corte de Vegetação
U	Unidades

## 11. Análise de Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD) (quando não licenciável por AuA, situação na qual recolherá o valor correspondente a esta):

UMA 's 1,5

## 12. Licença de Adesão ou Compromisso - LAC

POTENCIAL POLUIDOR / DEGRADADOR GERAL					
M	Valor (UMA)				
PORTE DO EMPREENDIMENTO	P	P,M	3,00		
	M	M,M	4,00		
	G	G/M	5,00		

## 13. Alteração da Razão Social (ALRS)

UMA 's 1,0

## 14. Transferência de Titularidade

UMA 's 1,0

## 15. Emissão 2º via do certificado da licença ambiental, certidão de conformidade ambiental ou AuA

UMA 1,0

## 16. Análise de revisão ou prorrogação de prazo de validade de condicionante

UMA 1,0

## 17. Prorrogação de prazo de validade de licença ou AuA

30% (trinta por cento) da remuneração básica da respectiva licença ou autorização

## 18. Renovação da licença ou autorização ambiental

Remuneração do processo correspondente

## 19. Programa de educação ambiental



UMA 01,00 por hora.

Descanso, 14 de agosto de 2019.

SADI INÁCIO BONAMIGO  
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Lei em data supra.

Eduarda A. Busnello – Chefe da Divisão de Pessoal.

**PORTARIA 14779/2019, NOMEIA GESTOR PERMANENTE PARA PARCERIAS FIRMADAS COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL-OCS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 2131843

PORTARIA Nº 14779/2019, de 21 de agosto de 2019.

NOMEIA GESTOR PERMANENTE PARA PARCERIAS FIRMADAS COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL-OCS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal e Lei Federal 13.019/2014 e alterações:

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Marise Terezinha Previdi Giombelli, Matrícula 3.094, CPF 605.891.400-00, como gestora da parceria com Organizações da Sociedade Civil-OCS.

Art. 2º O Gestor é um agente público responsável pela gestão de parceria celebrada por meio de termo de colaboração ou termo de fomento, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização;

Art. 3º São obrigações do gestor:

I - acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

II - informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

III - emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei 13.019/2014;

IV - disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

V - comunicar ao administrador público quaisquer hipóteses de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil para que se cumpra o disposto no art. 62 da Lei 13.019/2014.

Art. 4º As designações supra mencionadas não acarretam ônus para os cofres Públicos municipais por se tratar de serviço relevante prestado ao Município.

Descanso - SC, 21 de agosto de 2019.

Sadi Inácio Bonamigo  
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Eduarda A. Busnello – Chefe da Divisão de Pessoal.

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2019 - FMS**

Publicação Nº 2131481

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DESCANSO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2019

Objeto: Aquisição de medicamentos para distribuição gratuita a população do Município de Descanso/SC, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 09h00min do dia 04/09/2019, no Departamento de Licitações e Contratos do Município de Descanso - Prefeitura, sito a Avenida Marechal Deodoro, nº 146, iniciando a fase de lances às 09h00min do mesmo dia. A integral do Edital encontra-se no endereço eletrônico [www.descanso.sc.gov.br](http://www.descanso.sc.gov.br) Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 22 de Agosto de 2019.

Cleber Luiz Rech  
Gestor do FMS

# Dona Emma

## PREFEITURA

**LEI COMPLEMENTAR Nº 157/2019, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2131194



### **MUNICÍPIO DE DONA EMMA ESTADO DE SANTA CATARINA**

CNPJ nº 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº 3493 – Centro – 89.155-000 – Dona Emma – SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 – E-mail: [prefeitura@donaemma.sc.gov.br](mailto:prefeitura@donaemma.sc.gov.br)

**LEI COMPLEMENTAR Nº 157/2019, DE 21 DE AGOSTO DE 2019**

**Altera dispositivos da Lei Complementar nº 03/91, de 16 de abril de 1991, que dispõe sobre o Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo Municipal de Dona Emma.**

**NERCI BARP**, Prefeito Municipal de Dona Emma, Estado de Santa Catarina...

**FAÇO** saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º** Fica criado o cargo de **Controlador Interno**, nível inicial de carreira 52, com 1 (uma) vaga e carga horária semanal de 35 (trinta e cinco) horas de trabalho, no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, na forma do Anexo I que faz parte integrante desta Lei.

**Art. 2º** O cargo de provimento efetivo de **Técnico em Enfermagem**, constante do Anexo I da Lei Complementar nº 03/91, de 16 de abril de 1991, fica enquadrado no nível inicial de carreira **37**, da Tabela de Níveis de Vencimentos e Funções Gratificadas de que trata o Anexo V da respectiva Lei, com uma carga horária semanal de 40 (quarenta) horas de trabalho.

**Art. 3º** O cargo de provimento efetivo de **Técnico em Saúde Bucal**, constante do Anexo I da Lei Complementar nº 03/91, de 16 de abril de 1991, fica enquadrado no nível inicial de carreira **37**, da Tabela de Níveis de Vencimentos e Funções Gratificadas de que trata o Anexo V da respectiva Lei, com uma carga horária semanal de 40 (quarenta) horas de trabalho.

**Art. 4º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

**Dona Emma (SC)**, 21 de agosto de 2019.

**NERCI BARP**  
Prefeito Municipal

Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 1540/2017, de 19 de setembro de 2017.

**RUBENS STANKE**  
Contabilista, respondendo pelo expediente da Secretaria de  
Administração, Finanças e Planejamento



# **MUNICÍPIO DE DONA EMMA ESTADO DE SANTA CATARINA**

CNPJ nº 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº 3493 – Centro – 89.155-000 – Dona Emma – SC

Fone/Fax: (47) 3364-0131 – E-mail: [prefeitura@donaemma.sc.gov.br](mailto:prefeitura@donaemma.sc.gov.br)

## **ANEXO I**

### **QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO**

DENOMINAÇÃO DO CARGO	CLASSE/NÍVEL DE VENCIMENTO						QUANTIDADE DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL DE TRABALHO	
	A	B	C	D	E	F	P	V	T
Controlador Interno	52	53	54	55	56	57	-	01	01
	35 (trinta e cinco) horas								

### **QUADRO DE ATIVIDADES TÍPICAS E DE HABILITAÇÃO DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO**

NOME DO CARGO	ATRIBUIÇÕES FÍSICAS SUMÁRIAS	HABILITAÇÃO GERAL	HABILITAÇÃO ESPECÍFICA
Controlador Interno	<p>Desenvolver atividades de controle auxiliando na organização e no planejamento das ações governamentais. Orientar os gestores públicos sobre normas e procedimentos a serem adotados pela administração.</p> <p>São atividades do Controle Interno, entre outras:</p> <p>I - Contribuir para o aprimoramento da gestão pública, orientando os responsáveis quanto à arrecadação e aplicação dos recursos públicos com observância dos princípios da economicidade, eficiência, eficácia e efetividade;</p> <p>II - Acompanhar, supervisionar e avaliar:</p>	<p>Curso Superior em Ciências Contábeis ou Administração ou Economia ou Direito e conhecimentos em informática</p>	<p>Possuir diploma devidamente registrado, de curso de graduação em nível superior de Bacharel em Ciências Contábeis ou Administração ou Economia ou</p>



# **MUNICÍPIO DE DONA EMMA**

## **ESTADO DE SANTA CATARINA**

CNPJ nº 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº 3493 – Centro – 89.155-000 – Dona Emma – SC

Fone/Fax: (47) 3364-0131 – E-mail: [prefeitura@donaemma.sc.gov.br](mailto:prefeitura@donaemma.sc.gov.br)

			<p>Direito.</p> <p>Registro profissional no respectivo Conselho Regional de sua atuação no Estado de Santa Catarina</p>
	<p>a) O cumprimento das metas previstas no plano plurianual e a execução dos programas de governo, em conformidade com a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento do Município;</p> <p>b) Os resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração pública, e da aplicação de recursos públicos concedidos a entidades de direito privado;</p> <p>c) O cumprimento dos limites e das condições para realização de operações de crédito e inscrição em restos a pagar;</p> <p>d) A adoção de providências para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos limites de que trata a Lei Complementar nº 101/2000;</p> <p>e) O cumprimento dos limites da despesa com pessoal e a adoção de medidas para o seu retorno aos limites estabelecidos nos artigos 22 e 23 da Lei Complementar nº 101/2000;</p> <p>f) O cumprimento das normas relativas à destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, previstas na Lei Complementar nº 101/2000;</p> <p>g) A instituição, previsão e efetiva arrecadação dos tributos de competência do ente da federação, em consonância com o artigo 11 da Lei Complementar nº 101/2000;</p> <p>III - Supervisionar e avaliar o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como os direitos e haveres do Município;</p> <p>IV- Avaliar a consistência dos dados contidos no Relatório de Gestão Fiscal, conforme estabelece o artigo 54 da Lei Complementar nº 101/2000;</p>		



CNPJ nº 83.102.426/0001-83  
Rua Alberto Koglin nº 3493 – Centro – 89.155-000 – Dona Emma – SC  
Fone/Fax: (47) 3364-0131 – E-mail: [prefeitura@donemma.sc.gov.br](mailto:prefeitura@donemma.sc.gov.br)

<p>V - Fiscalizar o cumprimento do limite de gastos totais do Poder Legislativo Municipal;</p> <p>VI - Emitir relatório sobre a execução dos orçamentos que deve ser encaminhado com a prestação de contas anual de governo, em atendimento ao disposto no artigo 47, parágrafo único, e no artigo 51 da Lei Complementar Estadual nº 202/2000;</p> <p>VII - Promover a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades da administração pública quanto à legalidade, à legitimidade e à economicidade;</p> <p>VIII - Verificar o cumprimento dos requisitos estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000 para a concessão de renúncia de receitas;</p> <p>IX - Organizar e executar, por iniciativa própria ou por solicitação do Tribunal de Contas do Estado, programação de auditoria contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas sob seu controle, enviando à Corte de Contas os respectivos relatórios quando solicitado;</p> <p>X - Dar ciência ao titular da unidade, indicando as providências a serem adotadas para a sua correção, a ocorrência de atos e fatos ilegais ou ilegítimos praticados por agentes públicos na utilização de recursos públicos e bens públicos, inclusive para que instaure tomada de contas especial sempre que tomar conhecimento de qualquer irregularidade causadora de dano ao erário;</p> <p>XI - Realizar exame e avaliação da prestação de contas anual do órgão ou entidade e dos responsáveis sob seu controle emitindo relatório e parecer.</p>	
---	--



# **MUNICÍPIO DE DONA EMMA** **ESTADO DE SANTA CATARINA**

CNPJ nº 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº 3493 – Centro – 89.155-000 – Dona Emma – SC

Fone/Fax: (47) 3364-0131 – E-mail: [prefeitura@donaemma.sc.gov.br](mailto:prefeitura@donaemma.sc.gov.br)

	<p>XII - Emitir parecer sobre a legalidade de ato de admissão de pessoal ou de concessão de aposentadoria, reforma e pensão;</p> <p>XIII - Manifestar-se acerca da análise procedida pelos setores competentes sobre a prestação de contas de recursos concedidos e sobre a tomada de contas especial, indicando o cumprimento das normas legais e regulamentares, eventuais ilegalidades ou ilegalidades constatadas, concordando ou não com a conclusão da análise feita pela unidade competente, emitindo relatório, certificado de auditoria e parecer;</p> <p>XIV - Representar ao Tribunal de Contas quando a autoridade administrativa não adotar as providências para correção de irregularidade ou instauração de tomada de contas especial;</p> <p>XV - Prestar informações individualizadas sobre as ações realizadas no âmbito da unidade sob seu controle, em cumprimento às decisões do Tribunal de Contas que tenham recomendado ou determinado a adoção de providências administrativas ou a instauração de tomada de contas especial e respectivos resultados;</p> <p>XVI - Coordenar e promover a remessa de dados e informações das unidades sob seu controle, exigidos pelo Tribunal, em meio informatizado;</p> <p>XVII - Receber notificação de alerta emitida por meio dos sistemas informatizados do Tribunal de Contas e dar ciência formal às autoridades competentes;</p> <p>XVIII - Acompanhar a atualização do rol de responsáveis do órgão ou</p>	



# **MUNICÍPIO DE DONA EMMA ESTADO DE SANTA CATARINA**

CNPJ nº 83.102.426/0001-83  
Rua Alberto Koglin nº 3493 – Centro – 89.155-000 – Dona Emma – SC  
Fone/Fax: (47) 3364-0131 – E-mail: [prefeitura@donaemma.sc.gov.br](mailto:prefeitura@donaemma.sc.gov.br)

	<p>entidade sob seu controle;</p> <p>XIX - Verificar a correta composição da prestação de contas anual;</p> <p>XX - Supervisionar a divulgação da prestação de contas de gestão na internet, na forma e prazos estabelecidos pela Legislação;</p> <p>XXI - Emitir Instruções Normativas sobre rotinas, procedimentos e responsabilidades funcionais, para a administração pública, limitado hierarquicamente aos atos dos Poderes Executivo e Legislativo;</p> <p>XXII - Dirigir o veículo oficial do Município quando for necessário o deslocamento para cumprir as funções do cargo, no interesse do Município;</p> <p>XXIII – Exercer outras atividades inerentes ao sistema de controle interno.</p>		
--	--	--	--

**Dona Emma (SC), 21 de agosto de 2019.**

**NERCI BARP**  
Prefeito Municipal



# Flor do Sertão

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 189/2019

Publicação Nº 2130903

	PORTARIA Nº 189/2019
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

#### RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal LUCIANE HAHN, ocupante do Cargo de Assistente de Administração, lotada na Câmara de Vereadores, no período de 21/08/2019 a 04/09/2019, conforme Decreto nº 002/2017 relativo ao período aquisitivo 08/16 a 08/17.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 21 dias do mês de Agosto de 2019.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER

Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal

# Formosa do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº66/2019

Publicação Nº 2131589

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADM. Nº: 66/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 34/2019

Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES

Entrega dos Envelopes: 09:00 do dia 03/09/2019.

Abertura dos Envelopes: 09:00 do dia 03/09/2019.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos junto ao site [www.formosa.sc.gov.br](http://www.formosa.sc.gov.br) e no seguinte endereço e horários: Av. Getúlio Vargas, Nº 580, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, pelo telefone (49) 3343 0043 ou pelo e-mail: [licitacao@formosa.sc.gov.br](mailto:licitacao@formosa.sc.gov.br)

FORMOSA DO SUL, 21 de Agosto de 2019

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

# Forquilha

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 01/FMS/2019 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/FMS/2019

Publicação Nº 2131083

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 02/2019 FMS - Ata do Sistema de Registro de Preços 01/2019 – FMS - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para aquisição de medicamentos, para atendimento as unidades da rede municipal de saúde de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 20/02/2020  
3ª Publicação

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 10/FMS/2019 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/FMS/2019

Publicação Nº 2130562

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 15/2019 FMS - Ata do Sistema de Registro de Preços 10/2019 – FMS - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para aquisição de material Médico e Hospitalar, para atendimento as unidades da rede municipal de saúde de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 17/05/2020  
2ª Publicação

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 39/PMF/2019 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 83/PMF/2019

Publicação Nº 2130548

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 39/2019 - PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços nº 83/2019 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para aquisição de gêneros de alimentação para uso na manutenção da Polícia Militar de Santa Catarina do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 20/05/2020  
2ª Publicação

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 134/PMF/2019

Publicação Nº 2130549

AVISO DE LICITAÇÃO  
REGISTRO DE PREÇO  
MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 134/PMF/2019

OBJETIVO: A presente licitação tem como objetivo REGISTRAR PREÇO para prestação de serviços de agenciamento e fornecimento de passagens aéreas no âmbito nacional e internacional, para atender as necessidades do Município de Forquilha/SC, no período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 06 de setembro de 2019 às 08:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 12:00; 13:00 às 16:00 horas, ou por e-mail: [editais@forquilha.sc.gov.br](mailto:editais@forquilha.sc.gov.br) ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 21 de agosto de 2019.

TAINARA SILVEIRA REDIVO  
Pregoeira Substituta

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0084\_2019 RP 0077 - PMF-DOM

Publicação Nº 2131197

Aviso do Pregão Presencial nº 0084/2019 – PMF  
Registro de Preços nº 0077/2019  
Processo Administrativo Licitatório nº 0155/2019  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC  
EDITAL COM COTA RESERVADA PARA ME/EPP

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando contratação futura de empresa do ramo para prestação de serviços de torno, solda, corte, plaina, furadeira, prensa, fresa, montagem e desmontagem de peças em veículos e máquinas da frota do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo), durante um período de 12 (doze) meses. Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 horas do dia 04.09.2019, deverão ser entregues junto ao setor de Compras e Licitações, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:15 horas do mesmo dia, junto ao Setor de Compras e Licitação. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 21 de agosto de 2019.  
Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

### Decreto nº 212 - 2019

Publicação Nº 2131192

DECRETO Nº 212, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2428 de 05 de Dezembro de 2018.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Fraiburgo, para o exercício de 2019, no valor de R\$ 20.658,18 (vinte mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e dezoito centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

12.00 – Secretaria de desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura		
12.03 – Fundo Municipal do Turismo		
23.695.0028.2.068 – Manutenção do Fundo Municipal de Turismo		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (183)	R\$	10.658,18
23.695.0030.2.070 – Incentivo a Eventos Feiras e Exposições Turísticas		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (186)	R\$	10.000,00
TOTAL	R\$	20.658,18

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

12.00 – Secretaria de desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura		
12.03 – Fundo Municipal do Turismo		
23.695.0028.2.068 – Manutenção do Fundo Municipal de Turismo		
3.3.50.00.00 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos – Recurso 0.1.0200 (182)	R\$	1.000,00
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (184)	R\$	9.658,18
23.695.0030.2.070 – Incentivo a Eventos Feiras e Exposições Turísticas		
3.3.50.00.00 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos – Recurso 0.1.0200 (185)	R\$	10.000,00

TOTAL	R\$	20.658,18

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.  
FRAIBURGO, 21 DE AGOSTO DE 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 2909 e 22/08/2019, disponibilizada no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente

### Decreto nº 213 - 2019

Publicação Nº 2131193

DECRETO Nº 213, DE 21 DE AGOSTO DE 2019  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com os Artigos 14 e 16 da Lei 2428 de 05 de Dezembro de 2018;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2019 no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), nas seguintes dotações:

10.00 – Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana		
10.01 - Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana		
15.451.0016.2.052 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (119)	R\$	85.000,00
12.00 – Secretaria de desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura		
12.03 – Fundo Municipal do Turismo		
23.695.0030.2.070 – Incentivo a Eventos Feiras e Exposições Turísticas		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (186)	R\$	15.000,00
TOTAL	R\$	100.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício de acordo com cada fonte de recurso.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.  
FRAIBURGO, 21 DE AGOSTO DE 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 2909 e 22/08/2019, disponibilizada no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente

**EDITAL INTIMAÇÃO\_CONSELHO\_2019\_14**

Publicação Nº 2131198

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SESSÃO DE LEITURA E APROVAÇÃO DOS ACÓRDÃOS DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima os(as) interessados(as) abaixo e/ou seus procuradores para a sessão de leitura e aprovação dos acórdãos, a qual acontecerá na data de 18/09/2019 às 09:00 horas, no Auditório do Paço da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, situado na Av. Rio das Antas, nº 185, Bairro Centro, na cidade de Fraiburgo/SC, a saber:

Processo Administrativo nº 4392/2018  
Recorrente: ELIZANDRO ADELAR BULOW  
Relator: SIDNEI REZZADORI

Processo Administrativo nº 0574/2019  
Recorrente: VALCIR DENARDI  
Relator: SIDNEI REZZADORI

Processo Administrativo nº 0956/2019  
Recorrente: TERRABRÁS AGRICULTURA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA  
Relator: GIOVANI GREGOLON

Processo Administrativo nº 0961/2019  
Recorrente: MARCOS ANTÔNIO BALESTRIN  
Relator: SIDNEI REZZADORI

Processo Administrativo nº 1147/2019  
Recorrente: SABRINA STEINWANDTER  
Relator: ALEXANDRE BROLLO

Processo Administrativo nº 2015/2019  
Recorrente: LUIZ CARLOS CELANTE DA SILVA  
Procurador: FLÁVIO RENATO DICK  
Relator: ALEXANDRE BROLLO

JOÃO CARLOS PADILHA  
Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo

**EDITAL INTIMAÇÃO\_CONSELHO\_2019\_15**

Publicação Nº 2131199

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SESSÃO DE JULGAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima os(as) interessados(as) abaixo e/ou seus procuradores para a sessão de julgamento de recursos, a qual acontecerá na data de 18/09/2019 às 09:00 horas, no Auditório do Paço da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, situado na Av. Rio das Antas, nº 185, Bairro Centro, na cidade de Fraiburgo/SC, a saber:

Processo Administrativo nº 3060/2019  
Recorrente: JOCELINO LINS  
Relator: ALEXANDRE BROLLO

JOÃO CARLOS PADILHA  
Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo

**EXTRATO 0004 - SANEFRAI**

Publicação Nº 2131503

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0004 DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

O PRESIDENTE DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, para as funções públicas Operador de ETA/ETE, Instalador Hidráulico, Agente Operacional, Motorista, Tecnólogo em Saneamento e Operador de Máquinas: Retroescavadeira e Trator de Esteira. O preenchimento de vagas será para o ano de 2019 e 2020, em conformidade com a Lei Municipal nº 186, de 03 de novembro de 2016. As inscrições serão realizadas via Internet, no endereço eletrônico <http://fraiburgoact.fepese.org.br/>, no período compreendido entre às 12 horas de 22 de agosto de 2019 às 15 horas do dia 23 de setembro de 2019. A íntegra do Edital estará disponível na internet no site "www.



fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3059 ou junto a FEPESE, pelo fone (48) 3953-1000.

Fraiburgo, 20 de agosto de 2019.

NIVALDO JOSÉ BONALDO

Presidente da Autarquia Municipal de Fraiburgo - SANEFRAI

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

## EXTRATO 10 EDUCAÇÃO

Publicação Nº 2131504

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0010 DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

A PREFEITA MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, para as funções públicas de Auxiliar de Alimentação e Nutrição, Agente de Serviços Gerais, Auxiliar Educacional – Educação Infantil e Ensino Fundamental, Coordenador Pedagógico, Professor de Educação Infantil, Ensino Fundamental - Anos Iniciais, Atendimento Educacional Especializado – AEE, Artes, Ciências e Programas de Saúde, Educação Física, Filosofia ou Teologia, Geografia, História, Intérprete de Libras, Língua Inglesa, Língua Portuguesa e Matemática. O preenchimento de vagas será para o ano de 2020, em conformidade com a Lei Municipal nº 186 e 187, de 03 de novembro de 2016. As inscrições serão realizadas via Internet, no endereço eletrônico <http://fraiburgoact.fepese.org.br/>, no período compreendido entre às 12 horas de 22 de agosto de 2019 às 15 horas do dia 23 de setembro de 2019. A íntegra do Edital estará disponível na internet no site "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3059 ou junto a FEPESE, pelo fone (48) 3953-1000.

Fraiburgo, 20 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal.

## EXTRATO 2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2131506

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0011 DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

A PREFEITA MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, para as funções públicas de, Enfermeiro, Desenhista Técnico, Engenheiro Civil, Farmacêutico, Farmacêutico Bioquímico, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Médico Clínico Geral, Médico Clínico Geral com Formação em Saúde Mental, Médico Clínico Geral – ESF, Médico Clínico Geral com Especialização em Ginecologia/Obstetrícia, Médico Pediatra, Nutricionista, Odontólogo, Psicólogo, Terapeuta Ocupacional, Auxiliar de Saúde Bucal, Fiscal da Vigilância Sanitária, Técnico em Saúde Bucal, Técnico em Enfermagem, Monitor Social, Agente de Combate as Endemias, Agente Operacional, Instrutor de Trabalhos Manuais, Mecânico, Motorista, Operador Trator de Pneu; e Operador de Maquinas, sendo: Retroescavadeira, Britador, Motoniveladora, Rolo Compactador; além da função de Agente Comunitário de Saúde para as seguintes localidades: Santo Antônio, Nações, Portal, Liberata, Faxinal dos Carvalhos, Roland Mayer, Vila Salete, Faxinal dos Domingues I e II, Gruta/Linha Conte, Rio Mansinho/Fischer, Campina do Cerro/ Santa Helena/ Assentamento Contestado, Faxinal dos Domingues, Taquaruçu de Cima, Rio Mansinho/Assentamento Rio Mansinho, Assentamento Dandara/ Barro Preto, Assentamento Butia Verde/ Vila Reflor e Assentamento Butiá Verde II. O preenchimento de vagas será para o ano de 2019 e 2020, em conformidade com a Lei Municipal nº 186, de 03 de novembro de 2016. As inscrições serão realizadas via Internet, no endereço eletrônico <http://fraiburgoact.fepese.org.br/>, no período compreendido entre às 12 horas de 22 de agosto de 2019 às 15 horas do dia 23 de setembro de 2019. A íntegra do Edital estará disponível na internet no site "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3059 ou junto a FEPESE, pelo fone (48) 3953-1000.

Fraiburgo, 20 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal.

# Garopaba

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PE056/2019

Publicação Nº 2131453

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 056/2019  
PROCESSO Nº 090/2019

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP – Atendimento ao inciso I do Artigo 48 da LC147/2014

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição parcelada de uniforme para ambulantes credenciados, fiscais e funcionários das Secretarias administradas pela Prefeitura Municipal de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sítio <http://bllcompras.org.br> até as 14h00min do dia 03/09/2019. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 03/09/2019, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 21 de agosto de 2019.  
Nilton Batista Raupp  
Prefeito Municipal em Exercício

### DECRETO Nº 189/2019

Publicação Nº 2131785

DECRETO N.º 189, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

HOMOLOGA A RESOLUÇÃO N.º 17, DE 20 DE AGOSTO DE 2019, DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

NILTON BATISTA RAUPP, Prefeito Municipal de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica Homologada a Resolução n.º 17, de 20 de agosto de 2019, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que Autorizar e aprovar a participação de 2 (dois) Conselheiros Tutelares para freqüentar o V Congresso Nacional de Parto Humanizado que irá ocorrer nos dias 22 e 23 de agosto de 2019, na cidade de Florianópolis, na Assembléia Legislativa do Estado de SC", conforme anexo único do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de agosto de 2019.  
NILTON BATISTA RAUPP  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 22/08/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

Anexo Único

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
GAROPABA – SC  
LEI MUNICIPAL Nº 446/93

Resolução nº 17, de 20 de agosto de 2019.

O CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Ordinária nº 446/1993 e o ECA, Lei nº 8.069 de 1990.

Considerando a reunião ordinária do CMDCA realizada em 20 de agosto de 2019, aprovado em plenária:

Resolve,  
Art. 1º Autorizar e aprovar a participação de 2 (dois) Conselheiros Tutelares para freqüentar o V Congresso Nacional de Parto Humanizado que irá ocorrer nos dias 22 e 23 de agosto de 2019, na cidade de Florianópolis, na Assembléia Legislativa do Estado de SC.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 20 de agosto de 2019.  
Anamalia Thorstemberg Ribas  
Presidente do CMDCA

## ERRATA Nº 1: DECRETO Nº 187, DE 20 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2131400

ERRATA N.º 1: Decreto nº 187, de 20 de agosto de 2019

A Prefeitura Municipal de Garopaba por sua Secretaria de Administração, no uso de suas atribuições, torna público a seguinte alteração na publicação do Decreto nº 187/2019, publicado no DOM/SC, Edição 2908, pagina 302 em 21/08/2019.

Onde se Lê:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	188.900,00
07.02 FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BASICA	188.900,00
12.361.00281.017 - Aquisição de veículos escolares	188.900,00
4.4.90.0.1.22.001011 - Aplicações Diretas	188.900,00

Leiam – se:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	188.900,00
07.02 FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BASICA	188.900,00
12.361.00281.017 - Aquisição de veículos escolares	188.900,00
4.4.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	188.900,00

Os demais itens do decreto permanecem inalterados.

Garopaba, 21 de agosto de 2019.  
HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

Publicado a presente Errata no DOM/SC em 22/08/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

## RESOLUÇÃO Nº 17/2019 CMDCA

Publicação Nº 2131782

Resolução nº 17, de 20 de agosto de 2019.

O CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Ordinária nº 446/1993 e o ECA, Lei nº 8.069 de 1990.

Considerando a reunião ordinária do CMDCA realizada em 20 de agosto de 2019, aprovado em plenária:

Resolve,  
Art. 1º Autorizar e aprovar a participação de 2 (dois) conselheiros tutelares para freqüentar o V Congresso Nacional de Parto Humanizado que irá ocorrer nos dias 22 e 23 de agosto de 2019, na cidade de Florianópolis, na Assembleia Legislativa do Estado de SC.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 20 de agosto de 2019.  
Anamalia Thorstemberg Ribas  
Presidente do CMDCA

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 22/08/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

# Garuva

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 151/2019

Publicação Nº 2130595

DECRETO Nº. 151 de 20 de agosto de 2019

"Dispõe sobre a nomeação do servidor Richard Lourenço Hericks, para a função de Chefe do Setor de Cultura."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

Art. 1o. – Fica nomeado o servidor RICHARD LOURENÇO HERICKS, portador do CPF nº 059.060.809-61, para a função de confiança de Chefe do Setor de Cultura - FC, subordinado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2o - Este Decreto entra em vigor a contar de 20 de agosto de 2019.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 152/2019

Publicação Nº 2131422

DECRETO Nº 152 DE 21 DE AGOSTO DE 2019

"Dispõe sobre desapropriação por utilidade pública de área de terras localizada no Município de Garuva."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Garuva, pelas disposições da Constituição Federal de 1988 e observando os ditames do Decreto-Lei nº 3365/41 e, CONSIDERANDO que o ato desapropriatório extrajudicial e o consequente procedimento administrativo são mecanismos mais céleres para atender ao interesse público;

CONSIDERANDO o parecer avaliativo imobiliário nº 012/2019 da Comissão Municipal instituída para o ato;

CONSIDERANDO o Decreto nº 034 de 19 de março de 2019 que declarou de Utilidade Pública área constante na Matrícula nº 280 do Registro de Imóveis da Comarca de Garuva,

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Compromisso para fins de desapropriação amigável, na forma do art. 5º, alíneas "e" e "h" do Decreto-Lei nº 3.365/41, entre o MUNICÍPIO DE GARUVA e ALDO PABST, CPF/MF sob o nº 496.373.639-04, conforme declaração de utilidade pública constante no Decreto nº 034, de 19 de Março de 2019, e Anexo I do presente Decreto, um imóvel com os limites descritos no Anexo II do presente Decreto, devidamente registrado sob a Matrícula nº 280, ficha 01, do Livro 02 de Registro Geral do Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca de Garuva/SC, situado no perímetro urbano do município.

Art. 2º O imóvel desapropriado se caracteriza como: "um terreno situado no perímetro urbano do Município de Garuva/SC, iniciando no ponto P1 25,00 metros, fazendo frente com a Estrada Otto Roeder até o ponto P4 a Oeste, distante do P0 82 metros; Fundos ao Sul, saindo do P1 até o P2 medindo 25,00 metros confrontando com a área remanescente "B" do proprietário; Fundos ao Norte, saindo do P4 até o P3, 25,00 metros confrontando com a área remanescente "B" do proprietário; Travessa fundos ao Leste, partindo do P3, 25,00 metros até o ponto P2 distando do P5, 33,00 metros, perfazendo uma área total de 625,00m², sem benfeitorias".

Parágrafo único. A sua afetação será destinada para captação e ampliação da rede de fornecimento de água do Município de Garuva.

Art. 3º O imóvel expropriado foi avaliado pela Comissão Municipal Permanente de Avaliação para Fins de Desapropriação, no valor de R\$ 46.875,00 (quarenta e seis mil, oitocentos e setenta e cinco reais), conforme Parecer Técnico de Avaliação expedido em 02 de abril de 2019, Anexo III do presente Decreto, valor este destinado para indenização do expropriado.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotações específicas, consignadas no orçamento público.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 153/2019

Publicação Nº 2131424

DECRETO Nº 153 DE 21 DE AGOSTO DE 2019

"DISPÕE SOBRE O AJUSTE NA BASE DE CÁLCULO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE GARUVA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RODRIGO ADRIANY DAVID, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o teor do art. 11, inciso IV da Lei 13.485/2017, que dispõe sobre o encontro de contas entre débitos e créditos previdenciários

dos Municípios e do Regime Geral de Previdência Social decorrentes, entre outros, de valores referentes às verbas de natureza indenizatória indevidamente incluídas na base de cálculo para incidência das contribuições previdenciárias;

CONSIDERANDO que o dispositivo legal supracitado prevê que o terço constitucional de férias, o horário extraordinário, o horário extraordinário incorporado, os primeiros quinze dias do auxílio-doença e o auxílio-acidente e aviso prévio indenizado são verbas indenizatórias, e, portanto, não são passíveis de incidência da contribuição previdenciária patronal;

CONSIDERANDO, o teor do Parecer Jurídico nº 72/2019 sugerindo a edição de Decreto, para que seja determinado ao Setor de Recursos Humanos, que, imediatamente, deixe de considerar como base de cálculo das contribuições previdenciárias (patronal e descontadas do servidor), as verbas indenizatórias previstas no art. 11, inciso IV, da Lei 13.485/2017;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica determinado ao Setor de Recursos Humanos deste Município que proceda imediatamente o ajuste da folha de pagamento, base de cálculo da contribuição previdenciária, para que esta não incida sobre as verbas indenizatórias previstas no art. 11, inciso IV, da Lei 13.485/2017, quais sejam:

- a) Terço constitucional de férias;
- b) Horário extraordinário;
- c) Horário extraordinário incorporado;
- d) Primeiros quinze dias do auxílio-doença;
- e) Auxílio-acidente e aviso prévio indenizado;

V – Valores pagos incidentes sobre as parcelas indenizatórias na base de cálculo da contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

VI – Valores devidos e não pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) referentes ao estoque previdenciário nos termos da Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, relacionados ao período de outubro de 1988 a junho de 1999;

VII – Valores pagos a título de contribuição previdenciária pelos Municípios sobre a remuneração de servidores em comissão que possuem vinculação com o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) no cargo ou emprego de origem;

VIII – Valores pagos a título de contribuição previdenciária pelos Municípios sobre a remuneração de agentes políticos que antes da publicação da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, possuíam vínculo funcional com o RPPS na origem;

IX – Valores pagos a título de contribuição previdenciária pelos Municípios sobre a remuneração de servidores vinculados ao RPPS.

Art. 2º. Fica determinado ao Setor de Recursos Humanos que proceda a apuração das contribuições previdenciárias incidentes sobre as verbas indenizatórias previstas no art. 1º no últimos 10 anos, a fim de que seja efetuado o encontro de contas previsto no art. 11 da Lei 13.485/2017, conforme objeto do Pregão Presencial 002/2019.

Art. 3º. Fica determinado ao Setor de Recursos Humanos que, além das verbas descritas no art. 1º, realize levantamento retroativo aos últimos 10 anos das demais verbas não incorporáveis aos proventos de aposentadoria do servidor público em que incidiu a contribuição previdenciária, a fim de que, administrativamente ou judicialmente, seja buscada a compensação junto a Fazenda Nacional.

Art. 3º. Revogaram-se as disposições em contrato, especificamente o Decreto nº 132/2019.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

## **EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA - PLANO DIRETOR 01/2019**

Publicação Nº 2131409

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA 01/2019**

A Prefeitura Municipal de Garuva convida toda a população, preferencialmente a população local, para participar da Audiência Pública para apresentação e discussão do Projeto de Lei Complementar 01/2019, que altera a Lei Complementar 92/2015 – Plano Diretor. Neste projeto são apresentadas propostas para alteração das diretrizes de parcelamento de solo para os usos permissíveis do Município de Garuva, especificamente para as chamadas áreas mistas.

Data: 09/09/2019

Local: Escola Municipal Ernesto Alberto Hattenhauer

Bairro: Três Barras

Horário: 19:00 horas

Márcio Ricardo Herpich

Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

## **PORTARIA Nº 147/2019**

Publicação Nº 2131137

PORTARIA Nº. 147 de 21 de agosto de 2019.

“DESIGNAR SERVIDORES PARA ATUAR NA FISCALIZAÇÃO E/OU NA GESTÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS FIRMADOS PELO ÓRGÃO.”

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e Leis Municipais Complementares, 01/98 de 02/03/98 e 45/09 de 15/10/2009;

CONSIDERANDO, o disposto no Art. 67 da Lei Federal nº 8666/1993, arts. 118 a 123 da Lei Estadual nº 15.608/2007,

**RESOLVE:**

Art. 1o. – Designar MARCELO CARLOS FERREIRA – portador do CPF nº 963.941.709-25, Diretor de Infraestrutura, servidor desta municipalidade, para atuar como fiscal do contrato PMG nº 015/2019, firmado com a empresa MTECH EDIFICAÇÕES EIRELI - ME, inscrita no CNPJ sob nº 07.468.331/0001-08, cujo objeto é “Contratação de empresa especializada para execução de construção de escola municipal, com área total de 1.653,04 m² e quadra esportiva, com área total de 750 m², com fornecimento de mão de obra e materiais, conforme planilhas orçamentárias, memoriais descritivos e projetos anexos”.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA N° 149/2019**

Publicação N° 2131141

PORTARIA N°. 149, de 21 de agosto de 2019.

“DISPÕE SOBRE A READAPTAÇÃO DA SERVIDORA MARGARETE DO ROCIO PEREIRA DE SIQUEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS N° 001/98, 002/98 e 012/01,

CONSIDERANDO Processo nº 91351/2019;  
CONSIDERANDO parecer da junta médica do município;

### **RESOLVE:**

Art. 1o. – Remanejar temporariamente a servidora pública municipal MARGARETE DO ROCIO PEREIRA DE SIQUEIRA, da função de Auxiliar de Serviços Gerais, para exercer funções administrativas na recepção da Unidade de Saúde da Família Centro II.

Art. 2º. - Comunique-se a Junta Médica Oficial de Readaptação para reavaliar a servidora após 180(dias) a contar da vigência desta portaria.

Art. 3o. - Esta portaria entra em vigor na data de 21 de agosto de 2019.

RODRIGO ADRIANY DAVID  
Prefeito Municipal



# Gaspar

## PREFEITURA

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/2019

Publicação Nº 2131498

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO 193/2019

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/2019

OBJETO: Registro de Preços para futuras aquisições de Concreto Usinado e Tela de Aço Soldada Nervurada. ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 09h00min do dia 04/09/2019, no Departamento de Compras, Rua São Pedro, nº 128, 2º Piso – Edifício Edson Elias Wieser, ao lado da sede da Prefeitura. ABERTURA a partir das 09h30min, do mesmo dia e local. Íntegra do Edital no site: [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br).

Gaspar (SC), 21/08/2019.

JEAN ALEXANDRE DOS SANTOS

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

### ERRATA AO DECRETO Nº 8.950, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2131148

ERRATA AO DECRETO Nº 8.950, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições, RETIFICA a publicação do Decreto nº 8.950, de 13 de agosto de 2019, veiculado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, Edição 2903, de 15 de agosto, nos seguintes termos:

Onde se lê o número do CPF do servidor Marcos Roberto da Cruz:

“038.676.309.76”

Leia-se:

“007.937.979-69”

Gaspar, 16 de agosto de 2019.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

### JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Publicação Nº 2130630

Justificativa de Dispensa de Chamamento Público

Processo nº 001/2019.

Órgão: Secretaria Municipal de Educação de Gaspar/SC

“Justifica-se a dispensa de chamamento público com fundamento no art. 30, inciso VI, da Lei nº 13.019/2014 e alterações, na Lei Municipal nº 3.993/2019 e no Decreto Municipal nº 900/2005.

De acordo com o estabelecido no art. 30, inciso VI da Lei Federal nº 13.019/2014, alterada pela Lei Federal 13.204/2015, é dispensável o chamamento público “no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)”

No presente caso, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, inscrita no CNPJ sob o nº 83.794.982/0001-68 é a única entidade especializada no atendimento de pessoas com deficiências de Gaspar e promoverá o evento inclusivo permitindo o passeio de pessoas com deficiências pelas vias públicas de Gaspar com automóveis com tração 4x4, sendo o evento denominado “1ª Inclusão Off Road”.

O auxílio financeiro a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais pelo Município de Gaspar para execução do evento “1ª Inclusão Off Road” está previsto na Lei Municipal nº 3.993, de 06 de Agosto de 2019.

KLEBER EDSON WAN- DALL  
Prefeito Municipal  
CPF nº028.823.189-95

ZILMA MÔNICA SANSÃO BENEVENUTTI  
Secretária Municipal de Educação  
CPF nº 816.525.269-00



**LEI Nº 3.993, DE 06 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2130552

LEI Nº 3.993, DE 06 DE AGOSTO DE 2019.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE GASPAR A CONCEDER SUBVENÇÃO À ENTIDADE QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Gaspar autorizado a conceder subvenção à entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionas de Gaspar - APAE, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, sob o nº 83.794.982/0001-68, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), em parcela única, com a finalidade de auxiliar a custear o projeto da 1ª Inclusão Off Road.

Art. 2º O valor discriminado na presente Lei somente será repassado à respectiva entidade após verificado o cumprimento de todos os requisitos previstos no Decreto Municipal nº 900, de 15 de junho de 2005, Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas posteriores modificações.

Art. 3º A entidade beneficiada com o recurso financeiro previsto nesta Lei sujeitar-se-á à prestação de contas de sua correta aplicação, diretamente ao Município de Gaspar, de acordo com o regulamento citado no artigo anterior desta Lei.

Parágrafo único. Os recursos deverão ser aplicados segundo as finalidades indicadas, notadamente para a realização da 1ª Inclusão Off Road a ser realizada no mês de agosto do corrente ano no Município de Gaspar, nos moldes a serem definidos no projeto que será apresentado ao Município.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da dotação própria, consignada ao orçamento do Município de Gaspar.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 06 de agosto de 2019.

Kleber Edson Wan-Dall

Prefeito

**MUNICÍPIO DE GASPAR/SC PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 251/2018 AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 129/2018 PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 69/2018**

Publicação Nº 2130809

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 251/2018

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 129/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 69/2018

OBJETO: Primeiro Termo Aditivo de Acréscimo do Item 1 da presente Ata de Registro de preços para futuras aquisições de materiais elétricos a serem utilizados na decoração natalina do Município de Gaspar/SC. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (CNPJ nº 83.102.244/0001-02). CONTRATADA: MG LIGHT COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI (CNPJ nº 12.147.139/0001-41). VALOR DO ADITIVO: R\$ 3735,00 (três mil setecentos e trinta e cinco reais).

Gaspar (SC), 21/08/2019.

CELSON DE OLIVEIRA

Secretário de Desenvolvimento Econômico, Renda e Turismo

**MUNICÍPIO DE GASPAR/SC PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 251/2018 AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 129/2018 SEGUNDO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 69/2018**

Publicação Nº 2130811

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 251/2018

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 129/2018

SEGUNDO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 69/2018

OBJETO: Segundo Termo Aditivo de Acréscimo dos Itens 2, 4, 5 e 6 da presente Ata de Registro de preços para futuras aquisições de materiais elétricos a serem utilizados na decoração natalina do Município de Gaspar/SC. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (CNPJ nº 83.102.244/0001-02). CONTRATADA: COMERCIAL VITORIA LTDA ME (CNPJ nº 18.138.763/0001-69). VALOR DO ADITIVO: R\$ 721,86 (setecentos e vinte e um reais e oitenta e seis centavos).

Gaspar (SC), 21/08/2019.

CELSON DE OLIVEIRA

Secretário de Desenvolvimento Econômico, Renda e Turismo

**PORTARIA Nº 5.941, DE 02 DE JULHO DE 2019.**

Publicação Nº 2130563

PORTARIA Nº 5.941, DE 02 DE JULHO DE 2019.

DESIGNA EDMUNDO DE JESUS ARAÚJO JUNIOR PARA ATUAR COMO FISCAL DO CONTRATO SAF Nº 60/2019.

ZILMA MONICA SANSÃO BENEVENUTTI, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, e em observância ao disposto no Decreto Municipal nº 7.889, de 05 de fevereiro de 2018, e Decreto nº 8.092, de 26 de abril de 2018,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar, a partir de 06 de maio de 2019, o servidor EDMUNDO DE JESUS ARAÚJO JUNIOR, inscrito no CPF sob o nº 648.748.859-34, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, para atuar como Fiscal do Contrato SAF nº 60/2019, firmado entre o Município de Gaspar e Raphaela Sacavem Engenharia Ltda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 06 de maio de 2019.

Gaspar, 02 de julho de 2019.

ZILMA MONICA SANSÃO BENEVENUTTI  
Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 6.000, DE 08 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2130567

PORTARIA Nº 6.000, DE 08 DE AGOSTO DE 2019.

DESIGNA MÁRIO SERGIO CRESPI PARA ATUAR COMO FISCAL DO CONTRATO SAF Nº 82/2015.

ZILMA MÔNICA SANSÃO BENEVENUTTI, Secretária Municipal da Educação, no uso de suas atribuições legais, e em observância ao disposto no Decreto Municipal nº 7.889, de 05 de fevereiro de 2018, e Decreto nº 8.092, de 26 de abril de 2018,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar, a partir de 26 de julho de 2019, o servidor MARIO SERGIO CRESPI, inscrito no CPF sob o nº 817.128.559-72, ocupante do cargo de Diretor-Geral Administrativo, para atuar como Fiscal do Contrato SAF nº 82/2015 firmado ente o Município de Gaspar e Diocese de Blumenau/Paróquia São Pedro Apóstolo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 26 de julho de 2019.

Gaspar, 08 de agosto de 2019.

ZILMA MÔNICA SANSÃO BENEVENUTTI  
Secretária Municipal da Educação

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SAF Nº 02/2018**

Publicação Nº 2130850

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SAF Nº 02/2018

Pregão Presencial nº.: 125/2017. OBJETO: Acréscimo de 1 unidade do item nº 3 do Grupo nº 1 do Lote nº 1 (Impressão/cópia colorida em papel A4) do Contrato SAF nº 2/2018. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: A4 DIGITAL PRINT LTDA (09.285.968/0001-86). VALOR: R\$ 456,01 (quatrocentos e cinquenta e seis reais e um centavo).

Gaspar/SC, 21 de agosto de 2019

CARLOS ROBERTO PEREIRA  
Secretário Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 198/2019 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 52/2019**

Publicação Nº 2131015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 198/2019

Inexigibilidade de Licitação nº 52/2019

OBJETO: Aquisição de 01 (uma) licença perpétua do software EBERICK V7 para atualização do software EBERICK V2019, desenvolvido pela Empresa MN Tecnologia e Treinamento. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (CNPJ nº 83.102.244/0001/02). CONTRATADA: MN TECNOLOGIA E TREINAMENTO LTDA (CNPJ nº 03.984.954/0001-74). VALOR TOTAL JULGADO: R\$ 9.552,00 (nove mil quinhentos e cinquenta e dois reais). BASE LEGAL: Art. 25, I, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 21/08/2019

ZILMA MÔNICA SANSÃO BENEVENUTTI  
Secretária Municipal de Educação

**CÂMARA MUNICIPAL****DISPENSA DE LICITAÇÃO PDL - 015/2019**

Publicação Nº 2131101

DISPENSA DE LICITAÇÃO PDL-015/2019 — AQUISIÇÃO DE MESAS E CADEIRAS PARA SEREM MONTADAS E INSTALADAS NA SALA DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR, COM A OBSERVÂNCIA AS NORMAS DA ABNT e NR-17.

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2019.

FUNDAMENTAÇÃO: Licitação dispensável na forma do artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/1993.

INTERESSADA: Câmara Municipal de Vereadores de Gaspar. CNPJ nº 83.543.546/0001-16.

OBJETO A aquisição de 02 (duas) cadeiras tipo diretor, giratórias e com encosto de cabeça, 05 (cinco) cadeiras tipo diretor, giratórias, 02 (duas) cadeiras tipo diretor, fixas, 01 (uma) mesa em formato "L" de canto, com tampo, pés e gaveteiro confeccionada em MDF; 01 (uma) mesa retangular para reuniões com tampo e pés confeccionada em MDF, 01 (um) armário baixo com 03 (três) portas e nichos laterais confeccionado em MDF, todos com observância as normas técnicas da ABNT e NR-17, ambos montados e instalados na sala da Presidência da Câmara Municipal de Gaspar.

PRAZO DE ACEITAÇÃO DE PROPOSTAS: Será de 05 (cinco) dias úteis a partir dessa publicação no Diário Oficial dos Municípios, para os interessados em fazer o orçamento dos referidos objetos, cuja visita poderá ocorrer de segunda a sexta-feira, entre 13h e 19h, na Câmara Municipal de Gaspar, ou solicitado a carta pesquisa através do e-mail: celio@camaragaspar.sc.gov.br

Gabinete da Presidência, 20 de agosto de 2019.

Ciro André Quintino

Presidente da Câmara Municipal de Gaspar

**DISPENSA DE LICITAÇÃO PDL-014/2019**

Publicação Nº 2131781

DISPENSA DE LICITAÇÃO PDL-014/2019 — AQUISIÇÃO DE CAVALETES DE MADEIRA PARA AS EXPOSIÇÕES DE OBRAS DE ARTE NA CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR.

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2019.

FUNDAMENTAÇÃO: Licitação dispensável na forma do artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/1993.

INTERESSADA: Câmara Municipal de Gaspar. CNPJ nº 83.543.546/0001-16.

OBJETO aquisição de 12 (doze) cavaletes de madeira com as medidas de: largura, altura e profundidade (80cm X 1,70cm X 50cm), na cor branca, que é necessário por serem práticos e de fácil montagem e desmontagem, para que as obras de arte sejam colocadas à mostra nas exposições que são realizadas anualmente nas dependências desta Edilidade.

PRAZO DE ACEITAÇÃO DE PROPOSTAS: Será de 02 (dois) dias úteis a partir dessa publicação no Diário Oficial dos Municípios, para os interessados em fazer o orçamento do referido objeto, entrar em contato através do e-mail: celio@camaragaspar.sc.gov.br.

Gabinete da Presidência, 21 de agosto de 2019.

Ciro André Quintino

Presidente da Câmara Municipal de Gaspar

**SAMAE - GASPAR****EXTRATO DO CONTRATO 129/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2130620

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 183/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 094/2019

EXTRATO DO CONTRATO SAF Nº 129/2019

Início da vigência: 20/08/2019. Vencimento: 19/08/2020. Objeto do Contrato: Fornecimento de Tampa Em Concreto Armado Para Caixa De Registro. Contratado: HEXAGON ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA (CNPJ Nº 31.473.057/0001-31). Valor total: R\$ 28.900,00 (vinte e oito mil e novecentos reais).

Gaspar/SC, 20 de agosto de 2019.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor-Presidente do SAMAE

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO 1030/2018 - SAMAE**

Publicação Nº 2130832

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO 1030/2018

PREGÃO PRESENCIAL nº.: 108/2017. OBJETO: concessão de reajuste contratualmente previsto de 5,50% conforme disposto na cláusula 4.3 do presente contrato.

CONTRATANTE: SAMAE (CNPJ nº 82.636.028/0001-84). CONTRATADA: INTERSEPT VIGILÂNCIA PATRIMONIAL (CNPJ nº 08.282.615/0002-40). VALOR DO APOSTILAMENTO: R\$ 12.341,28 (doze mil trezentos e quarenta e um reais e vinte e oito centavos).

Gaspar/SC, 15 de agosto de 2019.

José Hilário Melato - | Diretor Presidente do SAMAE

# Governador Celso Ramos

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 72/2019

Publicação Nº 2131763

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

#### PREGÃO PRESENCIAL 72/2019

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação Menor Preço.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL E SEGURO PARA USO DO DETER (DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE E TERMINAIS) PARA VEÍCULOS OFICIAIS EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO I, PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 03/09/2019 até às 17h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 03/09/2019 às 17h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: [www.governadorcelsoramos.sc.gov.br](http://www.governadorcelsoramos.sc.gov.br) através do link Licitações.

Governador Celso Ramos, 21 de Agosto de 2019.

PAULO HENRIQUE SILVEIRA DE SOUZA

Secretário de Administração

### LEI 1.362 2019 - ORDENA O USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DO ZONEAMENTO ÁREA

Publicação Nº 2131774

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.362, DE 21 DE AGOSTO DE 2019

ORDENA O USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DO ZONEAMENTO ÁREA 2, NO BAIRRO AREIAS DE BAIXO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO DUARTE CAMPOS Prefeito de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Ficam aprovados as diretrizes de uso e ocupação do solo do zoneamento área 2, conforme segue:

§ 1º - A área demarcada no levantamento topográfico e coordenadas constantes no inciso I do presente parágrafo passa a ser destinada exclusivamente ao uso RESIDENCIAL, em consonância com as determinações existente na referida área, conforme previsto na Lei Municipal n. 751/2011.

I - A poligonal tem início no marco 0=PP com coordenadas UTM N=6.967.551,673 e E=735.584344, segue com o rumo de 191°34'20" e percorre 34.13 m, até o marco 1, segue com o rumo de 202°17'00" e percorre 44.56 m, até o marco 2, segue com o rumo de 179°41'57" e percorre 75.21 m, até o marco 3, segue com o rumo de 282°41'42" e percorre 214.62 m, até o marco 4, segue com o rumo de 282°09'43" e percorre 103.28 m, até o marco 5, segue com o rumo de 283°16'24" e percorre 85.50 m, até o marco 6, segue com o rumo de 283°19'44" e percorre 138.69 m, até o marco 7, segue com o rumo de 283°33'46" e percorre 155.06 m, até o marco 8, segue com o rumo de 283°41'03" e percorre 205.98 m, até o marco 9, segue com o rumo de 283°34'06" e percorre 290.98 m, até o marco 10, segue com o rumo de 350°44'34" e percorre 12.95 m, até o marco 11, segue com o rumo de 80°02'03" e percorre 202.93 m, até o marco 12, segue com o rumo de 169°58'40" e percorre 35.18 m, até o marco 13, segue com o rumo de 113°50'36" e percorre 173.87 m, até o marco 14, segue com o rumo de 113°50'36" e percorre 10.65 m, até o marco 15, segue com o rumo de 79°58'40" e percorre 132.16 m, até o marco 16, segue com o rumo de 63°27'49" e percorre 6.00 m, até o marco 17, segue com o rumo de 153°27'49" e percorre 6.27 m, até o marco 18, segue com o rumo de 63°27'49" e percorre 36.00 m, até o marco 19, segue com o rumo de 86°51'22" e percorre 74.57 m, até o marco 20, segue com o rumo de 79°58'40" e percorre 46.50 m, até o marco 21, segue com o rumo de 12°37'16" e percorre 5.77 m, até o marco 22, segue com o rumo de 102°37'17" e percorre 533.78 m, até o marco 0=PP, onde teve início esta descrição.

§ 2º - A área demarcada no levantamento topográfico e coordenadas constantes no inciso I do presente parágrafo passa a ser destinada exclusivamente ao uso RESIDENCIAL, em consonância com as determinações existente na referida área, conforme previsto na Lei Municipal n. 751/2011.

I - A poligonal tem início no marco 0=PP com coordenadas UTM N=6.968.300,058 e E=735.613,409, segue com o rumo de 189°38'12" e percorre 180.97 m, até o marco 1, segue com o rumo de 99°38'50" e percorre 26.88 m, até o marco 2, segue com o rumo de 189°38'50" e percorre 36.00 m, até o marco 3, segue com o rumo de 279°38'50" e percorre 12.00 m, até o marco 4, segue com o rumo de 189°42'19" e percorre 146.94 m, até o marco 5, segue com o rumo de 282°37'16" e percorre 29.64 m, até o marco 6, segue com o rumo de 192°30'40" e percorre 5.00 m, até o marco 7, segue com o rumo de 282°37'15" e percorre 129.61 m, até o marco 8, segue com o rumo de 282°37'16" e percorre 78.60 m, até o marco 9, segue com o rumo de 192°37'16" e percorre 7.99 m, até o marco 10, segue com o



rumo de 282°37'16" e percorre 29.27 m , até o marco 11, segue com o rumo de 12°37'16" e percorre 8.00 m , até o marco 12, segue com o rumo de 282°37'31" e percorre 231.10 m , até o marco 13, segue com o rumo de 282°37'31" e percorre 16.00 m , até o marco 14, segue com o rumo de 282°37'31" e percorre 159.60 m , até o marco 15, segue com o rumo de 282°38'25" e percorre 12.00 m , até o marco 16, segue com o rumo de 282°37'31" e percorre 30.00 m , até o marco 17, segue com o rumo de 282°37'31" e percorre 28.20 m , até o marco 18, segue com o rumo de 192°37'31" e percorre 26.67 m , até o marco 19, segue com o rumo de 278°41'43" e percorre 2.15 m , até o marco 20, e percorre 11.81 m , até o marco 21, segue com o rumo de 238°28'12" e percorre 83.49 m , até o marco 22, segue com o rumo de 333°27'49" e percorre 15.00 m , até o marco 23, segue com o rumo de 243°27'49" e percorre 25.00 m , até o marco 24, segue com o rumo de 248°26'34" e percorre 12.05 m , até o marco 25, segue com o rumo de 259°59'04" e percorre 127.46 m , até o marco 26, segue com o rumo de 17°26'31" e percorre 41.70 m , até o marco 27, segue com o rumo de 79°59'04" e percorre 91.90 m , até o marco 28, e percorre 7.44 m , até o marco 29, segue com o rumo de 333°27'49" e percorre 70.33 m , até o marco 30, segue com o rumo de 63°27'49" e percorre 11.83 m , até o marco 31, segue com o rumo de 7°44'26" e percorre 235.85 m , até o marco 32, segue com o rumo de 277°38'56" e percorre 14.00 m , até o marco 33, segue com o rumo de 7°44'26" e percorre 444.25 m , até o marco 34, segue com o rumo de 99°38'50" e percorre 965.05 m , até o marco 35, segue com o rumo de 189°38'50" e percorre 32.00 m , até o marco 36, segue com o rumo de 279°38'50" e percorre 24.50 m , até o marco 37, segue com o rumo de 189°38'50" e percorre 150.00 m , até o marco 38, segue com o rumo de 279°38'50" e percorre 4.00 m , até o marco 39, segue com o rumo de 189°38'50" e percorre 141.50 m , até o marco 40, segue com o rumo de 279°38'50" e percorre 6.50 m , até o marco 41, segue com o rumo de 189°38'50" e percorre 30.00 m , até o marco 42, segue com o rumo de 99°38'50" e percorre 9.51 m , até o marco 0=PP, onde teve início esta descrição.

§ 3º- A área demarcada no levantamento topográfico e coordenadas constantes no inciso I do presente parágrafo passa a ser destinada exclusivamente ao uso RESIDENCIAL E COMERCIAL, em consonância com as determinações existente no zoneamento dado à referida área, conforme previsto na Lei Municipal n. 751/2011.

I - A poligonal tem início no marco 0=PP com coordenadas UTM N=6.967.551,673 e E=735.584,344, , segue com o rumo de 282°37'16" e percorre 83.78 m , até o marco 1, segue com o rumo de 282°37'16" e percorre 12.00 m , até o marco 2, segue com o rumo de 282°37'16" e percorre 60.00 m , até o marco 3, segue com o rumo de 282°37'16" e percorre 16.00 m , até o marco 4, segue com o rumo de 282°37'16" e percorre 60.00 m , até o marco 5, segue com o rumo de 282°37'16" e percorre 12.00 m , até o marco 6, segue com o rumo de 282°37'11" e percorre 60.00 m , até o marco 7, segue com o rumo de 282°37'31" e percorre 16.00 m , até o marco 8, segue com o rumo de 282°37'16" e percorre 60.00 m , até o marco 9, segue com o rumo de 282°35'58" e percorre 12.00 m , até o marco 10, segue com o rumo de 282°37'31" e percorre 60.00 m , até o marco 11, segue com o rumo de 282°31'02" e percorre 15.96 m , até o marco 12, segue com o rumo de 282°38'56" e percorre 66.04 m , até o marco 13, segue com o rumo de 192°37'16" e percorre 5.77 m , até o marco 14, segue com o rumo de 259°58'40" e percorre 46.50 m , até o marco 15, segue com o rumo de 266°51'22" e percorre 74.57 m , até o marco 16, segue com o rumo de 243°27'49" e percorre 36.00 m , até o marco 17, segue com o rumo de 333°27'49" e percorre 6.27 m , até o marco 18, segue com o rumo de 243°27'49" e percorre 6.00 m , até o marco 19, segue com o rumo de 259°58'40" e percorre 31.29 m , até o marco 20, segue com o rumo de 259°58'40" e percorre 100.87 m , até o marco 21, segue com o rumo de 293°50'36" e percorre 126.71 m , até o marco 22, segue com o rumo de 349°58'40" e percorre 127.39 m , até o marco 23, segue com o rumo de 259°58'40" e percorre 0.98 m , até o marco 24, segue com o rumo de 349°58'40" e percorre 89.20 m , até o marco 25, e percorre 12.09 m , até o marco 26, segue com o rumo de 349°58'43" e percorre 83.01 m , até o marco 27, segue com o rumo de 259°58'43" e percorre 30.55 m , até o marco 28, segue com o rumo de 349°59'04" e percorre 8.00 m , até o marco 29, segue com o rumo de 17°26'31" e percorre 28.17 m , até o marco 30, segue com o rumo de 79°59'04" e percorre 127.46 m , até o marco 31, segue com o rumo de 68°26'34" e percorre 12.05 m , até o marco 32, segue com o rumo de 63°27'49" e percorre 25.00 m , até o marco 33, segue com o rumo de 153°27'49" e percorre 23.03 m , até o marco 34, segue com o rumo de 58°28'12" e percorre 84.19 m , até o marco 35, e percorre 7.79 m , até o marco 36, segue com o rumo de 12°37'31" e percorre 34.83 m , até o marco 37, segue com o rumo de 102°37'31" e percorre 28.20 m , até o marco 38, segue com o rumo de 102°37'31" e percorre 30.00 m , até o marco 39, segue com o rumo de 102°38'25" e percorre 12.00 m , até o marco 40, segue com o rumo de 102°37'31" e percorre 159.60 m , até o marco 41, segue com o rumo de 102°37'31" e percorre 16.00 m , até o marco 42, segue com o rumo de 102°37'31" e percorre 231.10 m , até o marco 43, segue com o rumo de 192°37'16" e percorre 8.00 m , até o marco 44, segue com o rumo de 102°37'16" e percorre 29.27 m , até o marco 45, segue com o rumo de 12°37'16" e percorre 7.99 m , até o marco 46, segue com o rumo de 102°37'16" e percorre 78.60 m , até o marco 47, segue com o rumo de 102°37'15" e percorre 129.61 m , até o marco 48, segue com o rumo de 12°30'40" e percorre 5.00 m , até o marco 49, segue com o rumo de 102°37'16" e percorre 29.64 m , até o marco 50, segue com o rumo de 9°42'19" e percorre 146.94 m , até o marco 51, segue com o rumo de 99°38'50" e percorre 12.00 m , até o marco 52, segue com o rumo de 9°38'50" e percorre 36.00 m , até o marco 53, segue com o rumo de 279°38'50" e percorre 26.88 m , até o marco 54, segue com o rumo de 9°38'12" e percorre 180.97 m , até o marco 55, segue com o rumo de 279°38'50" e percorre 9.51 m , até o marco 56, segue com o rumo de 9°38'50" e percorre 30.00 m , até o marco 57, segue com o rumo de 99°38'50" e percorre 6.50 m , até o marco 58, segue com o rumo de 9°38'50" e percorre 141.50 m , até o marco 59, segue com o rumo de 99°38'50" e percorre 4.00 m , até o marco 60, segue com o rumo de 9°38'50" e percorre 150.00 m , até o marco 61, segue com o rumo de 99°38'50" e percorre 24.50 m , até o marco 62, segue com o rumo de 9°38'50" e percorre 32.00 m , até o marco 63, segue com o rumo de 98°56'59" e percorre 31.62 m , até o marco 64, segue com o rumo de 200°53'29" e percorre 61.31 m , até o marco 65, segue com o rumo de 205°02'31" e percorre 10.90 m , até o marco 66, segue com o rumo de 198°52'45" e percorre 6.58 m , até o marco 67, e percorre 52.28 m , até o marco 68, segue com o rumo de 189°39'50" e percorre 234.02 m , até o marco 69, segue com o rumo de 189°39'50" e percorre 102.36 m , até o marco 70, e percorre 50.68 m , até o marco 71, e percorre 78.30 m , até o marco 72, e percorre 63.10 m , até o marco 73, segue com o rumo de 198°58'38" e percorre 29.12 m , até o marco 74, e percorre 45.85 m , até o marco 75, e percorre 65.94 m , até o marco 76, segue com o rumo de 282°37'16" e percorre 22.77 m , até o marco 77, segue com o rumo de 175°09'09" e percorre 47.18 m , até o marco 78, segue com o rumo de 175°54'48" e percorre 72.88 m , até o marco 79, segue com o rumo de 91°21'02" e percorre 16.83 m , até o marco 80, segue com o rumo de 91°21'02" e percorre 65.66 m , até o marco 81, segue com o rumo de 91°21'02" e percorre 26.20 m , até o marco 82, segue com o rumo de 191°04'57" e percorre 143.63 m , até o marco 83, segue com o rumo de 191°34'20" e percorre 98.87 m , até o marco 0=PP, onde teve início esta descrição.

§ 4º- A área demarcada no levantamento topográfico e coordenadas constantes no inciso I do presente parágrafo passa a ser destinada exclusivamente ao uso INDUSTRIAL, em consonância com as determinações existente no zoneamento dado à referida área, conforme previsto na Lei Municipal n. 751/2011.

I - A poligonal tem início no marco 0=PP com coordenadas UTM N= 6.967.831,214 e E=734.625,279, , segue com o rumo de 169°58'40" e percorre 41.00 m , até o marco 1, segue com o rumo de 79°58'40" e percorre 0.98 m , até o marco 2, segue com o rumo de 169°58'40" e

percorre 127.39 m , até o marco 3, segue com o rumo de 293°50'36" e percorre 57.81 m , até o marco 4, segue com o rumo de 349°58'40" e percorre 35.17 m , até o marco 5, segue com o rumo de 260°02'15" e percorre 202.93 m , até o marco 6, segue com o rumo de 170°44'34" e percorre 11.15 m , até o marco 7, segue com o rumo de 260°44'34" e percorre 4.27 m , até o marco 8, segue com o rumo de 212°41'09" e percorre 19.55 m , até o marco 9, segue com o rumo de 198°16'21" e percorre 6.10 m , até o marco 10, segue com o rumo de 260°44'34" e percorre 31.85 m , até o marco 11, segue com o rumo de 260°44'34" e percorre 15.00 m , até o marco 12, segue com o rumo de 350°44'34" e percorre 173.84 m , até o marco 13, segue com o rumo de 58°39'56" e percorre 72.30 m , até o marco 14, e percorre 15.39 m , até o marco 15, segue com o rumo de 58°35'18" e percorre 161.11 m , até o marco 16, e percorre 6.64 m , até o marco 17, segue com o rumo de 79°59'04" e percorre 88.93 m , até o marco 18, segue com o rumo de 169°59'04" e percorre 8.01 m , até o marco 19, segue com o rumo de 169°58'40" e percorre 75.00 m , até o marco 20, e percorre 12.09 m , até o marco 21, segue com o rumo de 169°58'40" e percorre 48.20 m , até o marco 0=PP, onde teve início esta descrição.

Art. 2º - Ficam respeitadas as áreas de preservações permanentes, ambientais ou reservas legais, insertas nas áreas supramencionadas.

Art. 3º - Os ordenamentos aqui descritos não eximem os proprietários, posseiros ou adquirentes de terras localizadas dentro das dimensões constantes nesta lei, de realizar os devidos licenciamentos e requerer as autorizações necessárias para as realizações de construções e edificações, nos termos do Código de Postura e do Plano Diretor Municipal, a partir da vigência da presente lei.

Art. 4º - Fazem parte integrantes desta lei complementar os memoriais descritivos e os levantamentos topográficos.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 21 de agosto de 2019.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

## LEI 1.363 2019 - ALTERA O ZONEAMENTO - CAMBOA (LADO DIREITO)

Publicação Nº 2131775

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.363, DE 21 DE AGOSTO DE 2019

ALTERA O ZONEAMENTO NA REGIÃO ESPECIFICADA, NO BAIRRO FAZENDA DA ARMAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Passa a constar como AREA RESIDENCIAL (AR), a área de anteriormente denominada como ÁREA DE PRESERVAÇÃO LIMITADA (APL), cujas confrontações e coordenadas são:

"A poligonal tem início no marco 0=PP com coordenadas UTM no datum SIRGAS 2000, N:6.970.347,073 e E:743.949,855, e percorre 36.57 m que faz divisa com terrenos de AREA DE MARINHA, até o marco 1, segue com o rumo de 180°55'21" e percorre 13.04 m que faz divisa com terrenos de AREA DE MARINHA, até o marco 2, e percorre 67.41 m que faz divisa com terrenos de AREA DE MARINHA, até o marco 3, segue com o rumo de 167°33'57" e percorre 16.40 m que faz divisa com terrenos de AREA DE MARINHA, até o marco 4, segue com o rumo de 167°34'18" e percorre 25.16 m que faz divisa com terrenos de AREA DE MARINHA, até o marco 5, segue com o rumo de 263°58'57" e percorre 680.05 m que faz divisa com terrenos de IMOBILIARIA ITAGUAÇU, até o marco 6, segue com o rumo de 333°42'21" e percorre 10.41 m que faz divisa com terrenos de RUA LUIZ ALEXANDRINO SILVA, até o marco 7, segue com o rumo de 337°29'03" e percorre 137.18 m que faz divisa com terrenos de RUA LUIZ ALEXANDRINO SILVA, até o marco 8, segue com o rumo de 348°40'43" e percorre 39.58 m que faz divisa com terrenos de RUA LUIZ ALEXANDRINO SILVA, até o marco 9, segue com o rumo de 2°20'24" e percorre 8.82 m que faz divisa com terrenos de RUA LUIZ ALEXANDRINO SILVA, até o marco 10, segue com o rumo de 15°24'49" e percorre 112.80 m que faz divisa com terrenos de RUA LUIZ ALEXANDRINO SILVA, até o marco 11, segue com o rumo de 81°35'33" e percorre 14.02 m que faz divisa com terrenos de RUA LUIZ ALEXANDRINO SILVA, até o marco 12, segue com o rumo de 75°55'41" e percorre 577.61 m que faz divisa com terrenos de RUA SIBIPIRUNA, até o marco 13, e percorre 23.68 m que faz divisa com terrenos de AREA DE MARINHA, até o marco 14, segue com o rumo de 153°31'17" e percorre 29.65 m que faz divisa com terrenos de AREA DE MARINHA, até o marco 15, e percorre 109.14 m que faz divisa com terrenos de AREA DE MARINHA, até o marco 16, segue com o rumo de 136°23'11" e percorre 29.52 m que faz divisa com terrenos de AREA DE MARINHA, até o marco 17, e percorre 30.57 m que faz divisa com terrenos de AREA DE MARINHA, até o marco 18, e percorre 17.02 m que faz divisa com terrenos de AREA DE MARINHA, até o marco 19, e percorre 3.12 m que faz divisa com terrenos de AREA DE MARINHA, até o marco 20, segue com o rumo de 210°29'36" e percorre 18.80 m que faz divisa com terrenos de AREA DE MARINHA, até o marco 21, segue com o rumo de 210°25'17" e percorre 10.51 m que faz divisa com terrenos de AREA DE MARINHA, até o marco 0=PP, onde teve início esta descrição."

Art. 2º Ficam respeitadas as áreas de preservação permanente, ambientais ou reservas legais, insertas na área supramencionada.

Art. 3º A alteração do zoneamento não exime o proprietário, posseiro ou adquirente de terras localizadas dentro das dimensões constantes na descrição do artigo 1º, de realizar os devidos licenciamentos e requerer as autorizações necessárias para a realização de construções, nos termos do Código de Postura e do Plano Diretor Municipal vigente e leis correlatas.

Art. 4º A área submetida a alteração do zoneamento que trata o artigo 1º, passa a estar sujeita às diretrizes urbanísticas existentes no Plano Diretor Municipal vigente, para as ÁREAS RESIDENCIAIS (AR), a partir da vigência da presente lei.

Art. 5º Integram a presente Lei Complementar os memoriais descritivos e levantamentos topográficos em anexo.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos/SC, em 21 de agosto de 2019.

JULIANO DUARTE CAMPOS

PREFEITO MUNICIPAL

**LEI 1.364 2019 - ALTERA O ZONEAMENTO - CAMBOA (LADO ESQUERDO)**

Publicação Nº 2131776

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.364, DE 21 DE AGOSTO DE 2019

ALTERA O ZONEAMENTO NA REGIÃO ESPECIFICADA (CAMBOA), NO BAIRRO FAZENDA DA ARMAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Passa a constar como AREA RESIDENCIAL (AR), a área anteriormente denominada como ÁREA DE PRESERVAÇÃO LIMITADA (APL), cujas confrontações e coordenadas são:

"A poligonal tem início no marco 0=PP, com coordenadas no datum SIRGAS 2000 N:6.971.330,077 e E:743.588, 517, e percorre 164.15 m que faz divisa com terrenos de AREA DE MARINHA, até o marco 1, segue com o rumo de 16°36'38"SE e percorre 252.27 m que faz divisa com terrenos de AREA DE MARINHA, até o marco 2, segue com o rumo de 74°54'37"SO e percorre 547.57 m que faz divisa com terrenos de RUA GUARAPUVU, até o marco 3, segue com o rumo de 54°11'34"NO e percorre 125.09 m que faz divisa com terrenos de AREA MISTA CENTRAL DA RUA LUIZ ALEXANDRINO SILVA, até o marco 4, segue com o rumo de 59°40'07"NO e percorre 137.26 m que faz divisa com terrenos de AREA MISTA CENTRAL DA RUA LUIZ ALEXANDRINO SILVA, até o marco 5, segue com o rumo de 81°40'00"NO e percorre 189.62 m que faz divisa com terrenos de AREA MISTA CENTRAL DA RUA LUIZ ALEXANDRINO SILVA, até o marco 6, segue com o rumo de 89°53'05"SO e percorre 91.14 m que faz divisa com terrenos de AREA MISTA CENTRAL DA RUA LUIZ ALEXANDRINO SILVA, até o marco 7, segue com o rumo de 15°50'33"NE e percorre 89.27 m que faz divisa com terrenos de AREA MISTA CENTRAL DA RUA DIMAS ANTONIO DIAS, até o marco 8, segue com o rumo de 13°01'50"NE e percorre 50.06 m que faz divisa com terrenos de AREA MISTA CENTRAL DA RUA DIMAS ANTONIO DIAS, até o marco 9, segue com o rumo de 17°54'36"NE e percorre 31.59 m que faz divisa com terrenos de AREA MISTA CENTRAL DA RUA DIMAS ANTONIO DIAS, até o marco 10, segue com o rumo de 18°32'49"NE e percorre 30.74 m que faz divisa com terrenos de AREA MISTA CENTRAL DA RUA DIMAS ANTONIO DIAS, até o marco 11, segue com o rumo de 15°06'22"NE e percorre 27.33 m que faz divisa com terrenos de AREA MISTA CENTRAL DA RUA DIMAS ANTONIO DIAS, até o marco 12, segue com o rumo de 28°48'45"NE e percorre 1.81 m que faz divisa com terrenos de AREA MISTA CENTRAL DA RUA DIMAS ANTONIO DIAS, até o marco 13, segue com o rumo de 28°48'45"SO e percorre 1.81 m que faz divisa com terrenos de AREA MISTA CENTRAL DA RUA DIMAS ANTONIO DIAS, até o marco 14, segue com o rumo de 74°18'05"NE e percorre 31.02 m que faz divisa com terrenos de AREA MISTA CENTRAL DA RUA DIMAS ANTONIO DIAS, até o marco 15, segue com o rumo de 84°03'03"NE e percorre 25.11 m que faz divisa com terrenos de AREA MISTA CENTRAL DA RUA DIMAS ANTONIO DIAS, até o marco 16, segue com o rumo de 76°25'13"NE e percorre 33.25 m que faz divisa com terrenos de AREA MISTA CENTRAL DA RUA DIMAS ANTONIO DIAS, até o marco 17, segue com o rumo de 60°17'19"NE e percorre 38.31 m que faz divisa com terrenos de AREA MISTA CENTRAL DA RUA DIMAS ANTONIO DIAS, até o marco 18, segue com o rumo de 39°12'42"NE e percorre 33.19 m que faz divisa com terrenos de AREA MISTA CENTRAL DA RUA DIMAS ANTONIO DIAS, até o marco 19, segue com o rumo de 19°18'52"NE e percorre 33.43 m que faz divisa com terrenos de AREA MISTA CENTRAL DA RUA DIMAS ANTONIO DIAS, até o marco 20, segue com o rumo de 2°24'42"NE e percorre 38.50 m que faz divisa com terrenos de AREA MISTA CENTRAL DA RUA DIMAS ANTONIO DIAS, até o marco 21, segue com o rumo de 6°12'44"NE e percorre 22.36 m que faz divisa com terrenos de AREA MISTA CENTRAL DA RUA DIMAS ANTONIO DIAS, até o marco 22, segue com o rumo de 6°20'55"NE e percorre 23.56 m que faz divisa com terrenos de AREA MISTA CENTRAL DA RUA DIMAS ANTONIO DIAS, até o marco 23, segue com o rumo de 6°20'55"SO e percorre 23.56 m que faz divisa com terrenos de AREA MISTA CENTRAL DA RUA DIMAS ANTONIO DIAS, até o marco 24, segue com o rumo de 15°36'47"NE e percorre 45.23 m que faz divisa com terrenos de AREA MISTA CENTRAL DA RUA DIMAS ANTONIO DIAS, até o marco 25, segue com o rumo de 25°13'52"NE e percorre 40.27 m que faz divisa com terrenos de AREA MISTA CENTRAL DA RUA DIMAS ANTONIO DIAS, até o marco 26, segue com o rumo de 26°13'08"NE e percorre 34.69 m que faz divisa com terrenos de AREA MISTA CENTRAL DA RUA DIMAS ANTONIO DIAS, até o marco 27, segue com o rumo de 27°30'52"NE e percorre 35.68 m que faz divisa com terrenos de AREA MISTA CENTRAL DA RUA DIMAS ANTONIO DIAS, até o marco 28, segue com o rumo de 6°33'18"NE e percorre 46.94 m que faz divisa com terrenos de AREA MISTA CENTRAL DA RUA DIMAS ANTONIO DIAS, até o marco 29, segue com o rumo de 0°00'00"NE e percorre 53.04 m que faz divisa com terrenos de AREA MISTA CENTRAL DA RUA DIMAS ANTONIO DIAS, até o marco 30, segue com o rumo de 0°01'55"NO e percorre 56.71 m que faz divisa com terrenos de AREA MISTA CENTRAL DA RUA DIMAS ANTONIO DIAS, até o marco 31, segue com o rumo de 21°42'05"NO e percorre 68.86 m que faz divisa com terrenos de AREA MISTA CENTRAL DA RUA DIMAS ANTONIO DIAS, até o marco 32, segue com o rumo de 46°17'36"NO e percorre 73.83 m que faz divisa com terrenos de AREA MISTA CENTRAL DA RUA DIMAS ANTONIO DIAS, até o marco 33, segue com o rumo de 64°26'51"NO e percorre 56.24 m que faz divisa com terrenos de AREA MISTA CENTRAL DA RUA DIMAS ANTONIO DIAS, até o marco 34, segue com o rumo de 57°00'42"NO e percorre 11.44 m que faz divisa com terrenos de AREA MISTA CENTRAL DA RUA DIMAS ANTONIO DIAS, até o marco 35, segue com o rumo de 57°00'42"SE e percorre 11.44 m que faz divisa com terrenos de AREA MISTA CENTRAL DA RUA DIMAS ANTONIO DIAS, até o marco 36, segue com o rumo de 72°44'52"SE e percorre 745.91 m que faz divisa com terrenos de EMPREENDIMENTO MIRANTE DAS BAIAS, até o marco 37, e percorre 95.69 m que faz divisa com terrenos de AREA DE MARINHA, até o marco 38, segue com o rumo de 8°45'38"SE e percorre 151.27 m que faz divisa com terrenos de AREA DE MARINHA, até o marco 0=PP, onde teve início esta descrição."

Art. 2º Ficam respeitadas as áreas de preservação permanente, ambientais ou reservas legais, insertas na área supramencionada.

Art. 3º A alteração do zoneamento não exime o proprietário, posseiro ou adquirente de terras localizadas dentro das dimensões constantes na descrição do artigo 1º, de realizar os devidos licenciamentos e requerer as autorizações necessárias para a realização de construções, nos termos do Código de Postura e do Plano Diretor Municipal vigente e leis correlatas.

Art. 4º A área submetida a alteração do zoneamento que trata o artigo 1º, passa a estar sujeita às diretrizes urbanísticas existentes no Plano Diretor Municipal vigente, para as ÁREAS RESIDENCIAIS (AR), a partir da vigência da presente lei.

Art. 5º Integram a presente Lei Complementar os memoriais descritivos e levantamentos topográficos em anexo.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos/SC, em 21 de agosto de 2019.

JULIANO DUARTE CAMPOS

PREFEITO MUNICIPAL



**REPUBLICAÇÃO DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 69/2019**

Publicação Nº 2131567

**REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

**PREGÃO PRESENCIAL 69/2019**

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação, tipo Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL SEM GÁS CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, INCLUINDO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

NOVA DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 03/09/2019 até às 14h00min.

NOVA DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 03/09/2019 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: [www.governadorcelso-ramos.sc.gov.br](http://www.governadorcelso-ramos.sc.gov.br)

Governador Celso Ramos, 21 de agosto de 2019.

PAULO HENRIQUE SILVEIRA DE SOUZA

Secretário de Administração

**CÂMARA MUNICIPAL****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2019**

Publicação Nº 2131332

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2019**

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E COMPONENTES PARA OS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA ATENDIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS

Aos 20 dias do mês de Agosto do ano de 2019, no Estado de Santa Catarina, através da CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, Órgão Gerenciador desta Ata de Registro de Preços, com sede na Avenida Bela Vista, 956, Calheiros, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 82.703.018/0001-14, representada por seu Presidente Sr. Nedison Nildo Martins, são registrados os preços da empresa OUTSOURCING CENTER COMERCIO DE COPIADORA E IMPRESSORAS EIRELI ME, estabelecida à Rua São Jorge, 28 – Prado de Baixo – Biguaçu - SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 11.416.991/0001-04, neste ato representado pelo Sr. Osmael Antônio Coutinho, brasileiro, casado, empresário, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 014.368.019-66, portador(a) do RG nº 3091723, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E COMPONENTES PARA OS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA ATENDIMENTO DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial nº 2/2019, objeto do Processo 4/2019. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	1ª CLASSIFICADA	MARCA(S)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	EMPRESA			
01	SERVIÇO REF. MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA MENSAL NOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA.	SERVIÇO	1.740,00	20.880,00

Governador Celso Ramos/SC, 20 de Agosto de 2019.

OUTSOURCING CENTER COMERCIO DE COPIADORA E IMPRES. EIRELI ME

Contratada
------------

NÉDISON SILDO MARTINS

Presidente

# Gravatal

## PREFEITURA

### LEI 1.974/2019

Publicação Nº 2130556

LEI ORDINÁRIA Nº 1.974 DE 21 DE AGOSTO DE 2019

"INSTITUI A "SEMANA LARANJA" NOS DIAS 21 A 28 DO MÊS DE AGOSTO COMO DIAS DEDICADOS À REALIZAÇÃO E PREVENÇÃO ÀS DEFICIÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRAVATAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas no inc. I, do art. 46, corroborada com o art. 19 e 20, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído no Município de Gravata a "SEMANA LARANJA", nos dias 21 a 28 do mês de agosto, como semana dedicada à realização de ações de "Conscientização e Prevenção às Deficiências".

Art. 2º Poder Executivo, através das Secretarias de Educação, Saúde, Assistência Social, em conjunto com as entidades afins, poderá realizar campanhas de conscientização, prevenção e mobilidade das pessoas com deficiências.

Art. 3º Durante estes dias do mês de agosto serão abordados todos os tipos de deficiências, sejam as físicas, mentais, auditivas, visuais ou múltiplas, de caráter transitório ou permanente, bem como suas causas, considerando os indivíduos nos diferentes ciclos da vida, de forma a garantir, inclusive, a abordagem de especificidades.

Art.º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Gravatal (SC) em 21 de agosto de 2019

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial do Município em 22/08/2019.

# Guaramirim

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº 202/2019 - PMG

Publicação Nº 2130594

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
SETOR DE LICITAÇÕES

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preços nº 202/2019 – PMG  
Processo Licitatório: 202/2019 – PMG  
Tipo: Menor preço/lance por item

Objeto: Contratação de empresa para serviço asfáltico com caminhão especial e equipamentos, com fornecimento e aplicação de CAUQ, conforme termo de referência

Entrega dos Envelopes: até 05/09/2019 às 14h00min

Abertura dos Envelopes: 05/09/2019 às 14h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, pelo site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 21 de agosto de 2019.  
LUIS ANTONIO CHIODINI  
Prefeito Municipal de Guaramirim

### EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2019 – FCG.

Publicação Nº 2131496

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

#### EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2019 – FCG.

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE PINTURA E PLOTAGEM DE PÓRTICO DO PORTAL DE ENTRADA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Modalidade de Licitação: Dispensa de licitação.

Fundamento Legal: Artigo 24, inciso II da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, 2042, Centro – Guaramirim/SC, através da Fundação Cultural de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 79.363.206/0001-36.

Contratado: LIBELULA COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA – ME, sob o CNPJ nº 05.077.945/0001-25, estabelecida na Rua Antonio Zimmermann, nº 438, Bairro Centro, Guaramirim - SC, CEP: 89.270-000.

Valor: R\$ 16.980,00 (dezesseis mil novecentos e oitenta reais).

Guaramirim (SC), 21 de agosto de 2019.  
LUIS ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 06/2014 - FMS

Publicação Nº 2131165

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES  
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 06/2014 - FMS  
Processo de Licitação: 18/2014 - FMS

Modalidade: Pregão Presencial.

Objeto da Licitação: MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM (SC), inscrita no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, 2042, Centro – Guaramirim/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60.

Contratada: ODONTO BLU COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA – EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 79.291.878/0001-83, estabelecida na Rua São Paulo, nº 2871, sala 03, bairro Itoupava Seca, município de Blumenau, estado de Santa Catarina, CEP 89.030-000.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

- a) prorrogar o prazo de vigência do contrato;
- b) reajustar o valor do contrato.

Data da Assinatura: 22/08/2019 Vigência 21/08/2020

Guaramirim (SC), 21 de agosto de 2018.

LUIS ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

## EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 04/2019 - PMG

Publicação N° 2131128

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 04/2019 - PMG

Processo de Licitação: 36/2019 - PMG

Modalidade: Dispensa de Licitação.

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSO À INTERNET DE REDE DE FIBRA ÓPTICA DE 300MBPS, EM CARÁTER EMERGENCIAL.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Contratada: NAXI TELECOMUNICAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.608.275/0001-66, estabelecida na Rua Bernardo Dornbusch, nº 2195, bairro Vila Lalau, município de Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina, CEP 89.256-213.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

- a) prorrogar o prazo de vigência do contrato;

Vigência: Início: 19/08/2019 Término: 17/11/2019

GUARAMIRIM (SC), 21/08/2019

LUIS ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

## PORTARIA N° 407/2019

Publicação N° 2131266

PORTARIA N° 407/2019

Aplica Penalidade ao servidor T. D..

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, tendo em vista a Lei Complementar nº. 007/2001, bem como o julgamento constante do Processo Administrativo Disciplinar nº. 11/2018, instaurado pela Portaria nº. 358/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Aplicar a penalidade de advertência ao servidor T. D., matrícula nº. 374504, por ter infringido o disposto no art. 49, I, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2001.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 20 de agosto de 2019.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO - PREF 29/2019

Publicação Nº 2131439

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº. 29/2019

PROCESSO LICITATORIO Nº. 39/2019– PREGÃO PRESENCIAL Nº. 32/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: PORTALMAQ COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO E INDUSTRIA LTDA

OBJETO: Aquisição de Equipamento Agrícolas (Ensiladeira Área total e Kit Área Total) para utilizado pela Secretaria Municipal de Agricultura do município de Guarujá do Sul.

VALOR: R\$ 43.170,00

VIGENCIA: 31/12/2019

Guarujá do Sul, SC, 21 de agosto de 2019.

Claudio Junior Weschenfelder,

Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO - 21.08

Publicação Nº 2131841

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 10/2018

PROCESSO LICITATORIO Nº. 56/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2018

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: GENTE SEGURADORA SA

OBJETO: O prazo de vigência, previsto na Cláusula Sétima do contrato, fica prorrogado por mais um ano, a partir de 29 de agosto de 2019 (GM Classic LS MLP 9317, Fiat Ducato Multi TA MLP 9447 e Fiat Ducato Multi TA MLP 9447 RCO ). Os valores não serão reajustados.

VALOR: R\$ 8.077,84

VIGENCIA: Um ano

Guarujá do Sul, SC, 21 de agosto de 2019.

Volnei Luis Gossler

Secretário do FMS.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 64/2018

PROCESSO LICITATORIO Nº. 56/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2018

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: MAPFRE SEGUROS EM GERAIS S.A.

OBJETO: O prazo de vigência, previsto na Cláusula Sétima do contrato, fica prorrogado por mais um ano, a partir de 30 de agosto de 2019 (Ônibus VW EOD 15.190 QHT 4173, Ônibus VW EOD 15.190 QHT 4153 ). Os valores não serão reajustados.

VALOR: R\$ 9.895,00

Guarujá do Sul, SC, 21 de agosto de 2019.

Claudio Junior Weschenfelder,

Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 65/2018

PROCESSO LICITATORIO Nº. 56/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2018

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: GENTE SEGURADO SA

OBJETO: O prazo de vigência, previsto na Cláusula Sétima do contrato, fica prorrogado por mais um ano, a partir de 29 de agosto de 2019 (Ônibus VW EOD 15.190 (RCO) ). Os valores não serão reajustados.

VALOR: R\$ 1.798,30

Guarujá do Sul, SC, 21 de agosto de 2019.  
Claudio Junior Weschenfelder,  
Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 63/2018

PROCESSO LICITATORIO Nº. 56/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2018

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

OBJETO: O prazo de vigência, previsto na Cláusula Sétima do contrato, fica prorrogado por mais um ano, a partir de 12 de setembro de 2019 (Fiat Palio Fire E MLP 9257, Fiat Uno Vivace MLP 9367 e Fiat Ducato Mult Jaedi T QHQ 5814). Os valores não serão reajustados.

VALOR: R\$ 7.310,00

Guarujá do Sul, SC, 21 de agosto de 2019.  
Claudio Junior Weschenfelder,  
Prefeito Municipal.

# Guatambú

## PREFEITURA

### AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO 504/2019

Publicação Nº 2131339

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE GUATAMBU  
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO  
Processo Adm. Nº. 504/2019

Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 466/2019 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE FORMULÁRIO NOTA DE PRODUTOR RURAL PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

Contratada: Caluz Comercio Varejista de Artigos de Papelaria Eireli

Valor: R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais).

Fundamento: Inciso II do Art. 24 da Lei º. 8.666/93, c/redação da Lei 8.883/94.

Guatambu, 21 de agosto de 2019.  
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA  
Prefeito Municipal

### AVISO PREGÃO PRESENCIAL RP 30/2019

Publicação Nº 2131014

Estado de Santa Catarina  
Município de Guatambu  
Aviso de Licitação

O Município de Guatambu, SC através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a Lei 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 503/2019.

Pregão Presencial RP n. 30/2019.

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM, VULCANIZAÇÃO E CONserto DE PNEUS DOS VEÍCULOS, CAMINHÕES E MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL, de acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos neste edital.

Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 03/09/2019.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 03/09/2019.

O Edital poderá ser obtido no site [www.guatambu.sc.gov.br](http://www.guatambu.sc.gov.br) ou ainda no seguinte endereço e horário: Rua Manuel Rolim de Moura, n. 825, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 3336-0102.

Guatambu, SC, 22 de agosto de 2019.  
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA  
Prefeito Municipal



# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 058/2019

Publicação Nº 2131861

Estado de Santa Catarina  
Município de Herval d'Oeste

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2019  
EXTRATO CONTRATO Nº 040/2019  
CONTRATANTE:  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE HERVAL D'OESTE

CONTRATADO:  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA.

OBJETO: Prestação de serviços para Oficina de capacitação sobre os componentes gerais da política de Assistência Social, a exigência/função do controle social e as atribuições dos conselheiros do CMAS; oficina de elaboração do plano de ação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) estabelecendo as ações prioritárias, estratégias, prazo de execução e organização das comissões temáticas. com carga horária de 08 (oito) horas

VALOR: R\$ 1.550,00

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2019, conformidade com a Lei Orçamentária Anual – LOA nº 3.313/2018 de 28/12/2018.

Herval d'Oeste (SC), 15 de agosto de 2019.  
Mauro Sérgio Martini  
Prefeito em exercício.  
Aristides Cimadon  
Pela Contratada

### PORTARIA Nº 1163/2019

Publicação Nº 2131692

PORTARIA Nº 1163/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 60 (SESSENTA) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, ao servidor SÉRGIO LUIZ NAGEL (MATRÍCULA 18), ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Tributos, Nível – 11, Referência - O, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, conforme prevê o artigo 103 da Lei Complementar nº 281/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2016, para serem gozadas a contar de 21 de agosto de 2019 a 19 de outubro de 2019.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.  
Herval d'Oeste/SC, 21 de Agosto de 2019.  
AMÉRICO LORINI  
Prefeito

### PORTARIA Nº 1164/2019

Publicação Nº 2131694

PORTARIA Nº 1164/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (DOZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, ao servidor ADEMIR TOSATTI (MATRÍCULA 882), ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência - G, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, conforme prevê o artigo 103 da Lei Complementar nº 281/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 19 de agosto de 2018 a 18 de agosto de 2019, para serem gozadas a contar de 21 de agosto de 2019 a 01 de setembro de 2019.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 21 de Agosto de 2019.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

## **PORTARIA Nº 1165/2019**

Publicação Nº 2131696

PORTARIA Nº 1165/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

### **RESOLVE:**

DESIGNAR a servidora LEIDIONETE ZARPELON DANIELLI (MATRÍCULA 3727), ocupante do cargo em provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência - A, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, a conduzir veículo público do município de Herval d'Oeste, responsabilizando-se a mesma pelo veículo na sua totalidade, inclusive por multas de trânsito e danos que possa dar causa em virtude da condução do veículo, a contar de 21 de agosto de 2019.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 21 de Agosto de 2019.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

**Ibiam****PREFEITURA****PORTARIA Nº 185/2019**

Publicação Nº 2130540

PORTARIA Nº 185, DE 26 DE JUNHO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

Considerando o Contrato Administrativo nº 005/2019, celebrado com o Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA;

Considerando o Processo Licitatório nº 0030/2018 – Pregão Eletrônico nº 0028/2018 e Ata de Registro de Preços AT18CIM10220 (Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA);

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designar os servidores ALCINDO PEROSA e CÉLIO LUCAS RAMOS, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
Ata de Registro de Preços nº AT18CIM10220, que tem como objeto a aquisição de coletes para a Defesa Civil.	WOLLUE CONFECÇÕES LTDA.

Art. 2º. Fica designado e nomeado substituto do Fiscal, em eventuais impedimentos, o servidor MARCOS ROBERTO BAZZEN.

Art. 3º. Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 4º. Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 26 DE JUNHO DE 2019.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

Ciente em: ____/____/____  CÉLIO LUCAS RAMOS Fiscal	Ciente em: ____/____/____  MARCOS ROBERTO BAZZEN Substituto do Fiscal
--	---

**PORTARIA Nº 197/2019**

Publicação Nº 2130547

PORTARIA Nº 197, DE 05 DE JULHO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designar os servidores NEIVO GONÇALVES PADILHA e DANIEL GONZATTO, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
Ata de Registro N. 031/2018 – PMI, aquisição de troféus e medalhas para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Comunitário, Cultura e Esporte, para o período de doze meses	DOUGLAS ALLAN HEINEN TOTAL SPORTS LTDA ME ONEVIO BETTONI

Art. 2º. Fica designado e nomeado substituto do Fiscal, em eventuais impedimentos, o servidor RODRIGO PEROSA..

Art. 3º. Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 4º. Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 05 DE JULHO DE 2019.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

Ciente em: ____/____/____	Ciente em: ____/____/____
DANIEL GONZATTO Fiscal	RODRIGO PEROSA Substituto do Fiscal

**PORTARIA Nº 198/2019**

Publicação Nº 2130553

PORTARIA Nº 196, DE 05 DE JULHO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designar as servidoras MARIA IVETE GOMES DE OLIVEIRA e JANETE APARECIDA FELICETTI, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
Ata de Registro N. 001/2019 – FMS, visando futuras possíveis contratações de sessões de fisioterapia, com pedidos parcelados para o Fundo Municipal de Saúde, pelo período de doze meses.	FABRÍCIO BAZZEN COSER

Art. 2º. Fica designado e nomeado substituto do Fiscal, em eventuais impedimentos, o servidor MARIA SOLANGE DA SILVA MATOS BORSOI.

Art. 3º. Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 4º. Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 05 DE JULHO DE 2019.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

Ciente em: ____/____/____	Ciente em: ____/____/____
JANETE APARECIDA FELICETTI Fiscal	MARIA SOLANGE DA SILVA MATOS BORSOI Substituto do Fiscal

## PORTARIA Nº 201/2019

Publicação Nº 2130559

PORTARIA Nº 201, DE 05 DE JULHO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

Considerando o Contrato Administrativo nº 007/2019, celebrado com a empresa SILVA E CUCCATO.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores ORÁCIO BATISTA e CÉLIO LUCAS RAMOS, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
Contrato Administrativo N. 007/2019 – PMI, referente aquisição de nitrogênio líquido, como incentivo agrícola, destinado ao abastecimento, para os agricultores do município	SILVA E CUCCATO

Art. 2º. Fica designado e nomeado substituto do Fiscal, em eventuais impedimentos, o servidor MARCOS ROBERTO BAZZEN.

Art. 3º. Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 4º. Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 05 DE JULHO DE 2019.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

Ciente em: ____/____/____	Ciente em: ____/____/____
CÉLIO LUCAS RAMOS Fiscal	MARCOS ROBERTO BAZZEN Substituto do Fiscal

## PORTARIA Nº 203/2019

Publicação Nº 2130640

PORTARIA Nº 203, DE 05 DE JULHO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

Considerando o Contrato Administrativo nº 014/2019, celebrado com a empresa IZIQUEL FERREIRA GONÇALVES;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores CAIO MURILO RINALDI e RODRIGO PEROSA, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
1.1 Contrato Administrativo N. 014/2019 – PMI, visando a contratação de transporte escolar para as Linhas São Pascoal e São Sebastião, no interior do município de Ibiã.	IZIQUEL FERREIRA GONÇALVES

Art. 2º. Fica designado e nomeado substituto do Fiscal, em eventuais impedimentos, o servidor DANIEL GONZATTO.

Art. 3º. Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 4º. Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 05 DE JULHO DE 2019.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

RODRIGO PEROSA  
Fiscal

Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

DANIEL GONZATTO  
Substituto do Fiscal**PORTARIA Nº 205/2019**

Publicação Nº 2130643

PORTARIA Nº 205, DE 05 DE JULHO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

Considerando o Contrato Administrativo nº 016/2019, celebrado com a empresa GEE SOLUÇÕES ECOLÓGICA EIRELI;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designar os servidores ALCINDO PEROSA e ROGEL TAIBA, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
Contrato Administrativo N. 016/2019 – PMI, referente contratação de empresa especializada em trabalhos em turismo, devendo desenvolver e aperfeiçoar o diagnóstico turístico, definindo vocações, pesquisas, análises, identificar pontos atrativos e fomentar parcerias com a iniciativa privada	GEE SOLUÇÕES ECOLÓGICAS EIRELI

Art. 2º. Fica designado e nomeado substituto do Fiscal, em eventuais impedimentos, o servidor MARCOS ROBERTO BAZZEN.

Art. 3º. Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 4º. Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 05 DE JULHO DE 2019.

IVANIR ZANIN  
Prefeito Municipal**Publicação e Registro:**

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA  
Secretário da Adm. e da Fazenda

Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

ROGEL TAIBA  
Fiscal

Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

MARCOS ROBERTO BAZZEN  
Substituto do Fiscal



**PORTARIA Nº 206/2019**

Publicação Nº 2130645

PORTARIA Nº 206, DE 05 DE JULHO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

Considerando o Contrato Administrativo nº 020/2019, celebrado com a empresa BRANDALISE CLINICA, ASSESSORIA E CONULTORIA EM SEGURANÇA, HIGIENE E MEDICINA DO TRABALHO LTDA;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designar os servidores ALCINDO PEROSA e CARMELITA CHIESA TRAGANCIN, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
Contrato Administrativo N. 020/2019 – PMI, referente a contratação de empresa especializada em emissão de laudos de segurança no trabalho.	BRANDALISE CLINICA, ASSESSORIA E CONULTORIA EM SEGURANÇA, HIGIENE E MEDICINA DO TRABALHO LTDA.

Art. 2º. Fica designado e nomeado substituto do Fiscal, em eventuais impedimentos, o servidor FLÁVIA LENITA PELENIR.

Art. 3º. Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 4º. Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 05 DE JULHO DE 2019.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

Ciente em: ____/____/____	Ciente em: ____/____/____
CARMELITA CHIESA TRAGANCIN Fiscal	FLÁVIA LENITA PELENIR Substituto do Fiscal

**PORTARIA Nº 207/2019**

Publicação Nº 2130648

PORTARIA Nº 207, DE 05 DE JULHO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE FISCAL SUBSTITUTO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

Considerando, que não houve nomeação de fiscal substituto ao objeto do TA N. 054/2018, CA N. 010/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designar e nomear substituto do Fiscal, em eventuais impedimentos, a servidor DANIEL LUTKEMEYER GONZATTO, do Contrato

abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
Contrato Administrativo 010/2017, Termo Aditivo 054/2018, que visa Contratação de Transporte escolar do CEI – Ibiã/ APAE Tangará no período da manhã e à tarde por aproximadamente 200 dias letivos. Veículo deverá apresentar capacidade para 15 passageiros. Quilometragem diária de aproximadamente 54,4 km e Transporte escolar para linha gramadinho/Ibiã, e vice-versa, no período manhã e tarde, para aproximadamente 200 dias letivos. Veículo com capacidade para 15 passageiros. Quilometragem diária de aproximadamente 32,8 km.	JM TUR TRANSPORTES LTDA

Art. 2º. Incumbe ao gestor e ao fiscal fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 3º. Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 05 DE JULHO DE 2019.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

DANIEL LUTKEMEYER GONZATTO Substituto do Fiscal

## PORTARIA Nº 208/2019

Publicação Nº 2130652

PORTARIA Nº 208, DE 05 DE JULHO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE FISCAL SUBSTITUTO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

Considerando, que não houve nomeação de fiscal substituto ao objeto do TA N. 072/2018, CA N. 007/2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar e nomear substituto do Fiscal, em eventuais impedimentos, o servidor DANIEL LUTKEMEYER GONZATTO, do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
Contrato Administrativo 007/2017, Termo Aditivo 072/2018, que visa Contratação de Transporte Escolar para a Linha Cerro Azul/Ibiã, e vice e versa no período da manhã, por aproximadamente 200 dias letivos. Veículo com capacidade para 43 passageiros. Quilometragem diária de aproximadamente 59,6Km.	ROBERSON KERN ME

Art. 2º. Incumbe ao gestor e ao fiscal fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 3º. Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 05 DE JULHO DE 2019.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

DANIEL LUTKEMEYER GONZATTO Substituto do Fiscal

## PORTARIA Nº 209/2019

Publicação Nº 2130657

PORTARIA Nº 209, DE 05 DE JULHO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE FISCAL SUBSTITUTO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

Considerando, que não houve nomeação de fiscal substituto ao objeto do TA N. 053/2018, CA N. 009/2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar e nomear substituto do Fiscal, em eventuais impedimentos, a servidor DANIEL LUTKEMEYER GONZATTO, do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
Contrato Administrativo 009/2017, Termo Aditivo 053/2018, que visa a Contratação de Transporte escolar para a Linha União/Ibiã, e vice e versa no período manhã e tarde, para aproximadamente 200 dias letivos. Veículo com capacidade para 16 passageiros. Quilometragem diária de aproximadamente 58,2 km, para o ano de 2019.	ANTENOR PEGORARO

Art. 2º. Incumbe ao gestor e ao fiscal fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 3º. Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 05 DE JULHO DE 2019.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

DANIEL LUTKEMEYER GONZATTO

Substituto do Fiscal

**PORTARIA Nº 210/2019**

Publicação Nº 2130658

PORTARIA Nº 210, DE 05 DE JULHO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

Considerando o Contrato Administrativo nº 025/2019, celebrado com a empresa AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designar os servidores MARIA IVETE GOMES DE OLIVEIRA e GISELI SEFFER ALVES DE ANHAIA, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
Contrato Administrativo N. 025/2019 – PMI, visa futuras possíveis aquisições, com pedidos parcelados de Cestas Básicas para distribuição gratuita a municípios que se encontram em situação de vulnerabilidade/carentes, pelo período de até 12 meses.	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA

Art. 2º. Fica designado e nomeado substituto do Fiscal, em eventuais impedimentos, o servidor LEILA APARECIDA RAMOS ARALDI.

Art. 3º. Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 4º. Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 05 DE JULHO DE 2019.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

Ciente em: ____/____/____	Ciente em: ____/____/____
GISELI SEFFER ALVES DE ANHAIA Fiscal	LEILA APARECIDA RAMOS ARALDI Substituto do Fiscal

**PORTARIA Nº 211/2019**

Publicação Nº 2130660

PORTARIA Nº 211, DE 05 DE JULHO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE FISCAL SUBSTITUTO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

Considerando, que não houve nomeação de fiscal substituto ao objeto do TA N. 061/2018, CA N. 013/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designar e nomear substituto do Fiscal, em eventuais impedimentos, a servidor DANIEL LUTKEMEYER GONZATTO, do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
Contrato administrativo 013/2017, Termo Aditivo 061/2018, Transporte escolar para a linha Cerro Azul/Ibiam, e vice e versa no período da tarde, por aproximadamente 200 dias letivos. Veículo com capacidade para 45 passageiros. Quilometragem diária de aproximadamente 71,3Km.	RENATO WILLE TRANSPORTES – ME

Art. 2º. Incumbe ao gestor e ao fiscal fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 3º. Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 05 DE JULHO DE 2019.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

DANIEL LUTKEMEYER GONZATTO Substituto do Fiscal

**PORTARIA Nº 212/2019**

Publicação Nº 2130663

PORTARIA Nº 212, DE 05 DE JULHO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

Considerando o Contrato Administrativo nº 028/2019, celebrado com ORILDO JACÓ FERRO;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designar os servidores ROGEL TAIBA e MARCOS ROBERTO BAZZEN, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
Contrato Administrativo N. 028/2019 – PMI, referente a contratação de 250 horas de serviços técnicos de engenharia e consultoria para implantação e pavimentação de vias rurais e consultoria na área de projetos de engenharia civil.	ORILDO JACÓ FERRO

Art. 2º. Fica designado e nomeado substituto do Fiscal, em eventuais impedimentos, o servidor BRUNA RINALDI VIECELI.

Art. 3º. Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 4º. Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 05 DE JULHO DE 2019.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

MARCOS ROBERTO BAZZEN

Fiscal

Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BRUNA RINALDI VIECELI

Substituto do Fiscal

## PORTARIA Nº 213/2019

Publicação Nº 2130666

PORTARIA Nº 213, DE 05 DE JULHO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE FISCAL SUBSTITUTO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

Considerando, que não houve nomeação de fiscal substituto ao objeto do TA N. 063/2018, CA N. 011/2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar e nomear substituto do Fiscal, em eventuais impedimentos, a servidor DANIEL LUTKEMEYER GONZATTO, do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
Contrato administrativo 011/2017, Termo Aditivo 063/2018, Transporte escolar da Linha Nova/Ibiã e vice-versa, período manhã e tarde, para aproximadamente 200 dias letivos, veículo com capacidade para 21 passageiros. Quilometragem diária de aproximadamente 74,2 km	NELSON JOSÉ SOUTHER MEI

Art. 2º. Incumbe ao gestor e ao fiscal fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 3º. Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 05 DE JULHO DE 2019.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

DANIEL LUTKEMEYER GONZATTO

Substituto do Fiscal

**PORTARIA Nº 214/2019**

Publicação Nº 2130671

PORTARIA Nº 214, DE 05 DE JULHO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE FISCAL SUBSTITUTO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

Considerando, que não houve nomeação de fiscal substituto ao objeto do TA N. 064/2018, CA N. 014/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designar e nomear substituto do Fiscal, em eventuais impedimentos, o servidor DANIEL LUTKEMEYER GONZATTO, do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCE-DORA
Contrato administrativo 014/2017, Termo Aditivo 064/2018, Transporte universitário da cidade de Ibiam/Sc até a cidade de Videira/Sc, e vice e versa, no período noturno, por aproximadamente 210 dias letivos. Veículo com capacidade de 33 passageiros. Quilometragem diária de aproximadamente 84 km.	PERTILLE TRANSPORTES EIRELI ME

Art. 2º. Incumbe ao gestor e ao fiscal fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 3º. Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 05 DE JULHO DE 2019.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

**Publicação e Registro:**

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

DANIEL LUTKEMEYER GONZATTO Substituto do Fiscal

**PORTARIA Nº 215/2019**

Publicação Nº 2130672

PORTARIA Nº 215, DE 05 DE JULHO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE FISCAL SUBSTITUTO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

Considerando, que não houve nomeação de fiscal substituto ao objeto do TA N. 065/2018, CA N. 064/2018;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designar e nomear substituto do Fiscal, em eventuais impedimentos, o servidor DANIEL LUTKEMEYER GONZATTO, do Contrato abaixo relacionado:



CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
Contrato administrativo 064/2018, Termo Aditivo 065/2018, Transporte escolar para Linha Gaúcha e vice e versa, período matutino e vespertino. Veículo com capacidade igual ou superior a 15 passageiros mais motorista. Quilometragem diária de aproximadamente 69 km.	PERTILLE TRANSPORTES EIRELI ME

Art. 2º. Incumbe ao gestor e ao fiscal fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 3º. Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 05 DE JULHO DE 2019.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

DANIEL LUTKEMEYER GONZATTO

Substituto do Fiscal

## PORTARIA Nº 216/2019

Publicação Nº 2130674

PORTARIA Nº 216, DE 05 DE JULHO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

Considerando o Contrato Administrativo nº 029/2019, celebrado com a empresa ASCENCE CONSULTORS ASSOCIADOS LTDA;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores ALCINDO PEROSA e FLÁVIA LENITA PELENTIR, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
0.1 Contrato Administrativo N. 029/2019 – PMI, referente a serviços em consultoria e assessoria contábil, financeira e nas rotinas administrativas, bem como, suporte no preenchimento das informações a serem enviadas através dos sistemas SIOPE, SIOPS, SICONFI.	ASCENCE CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA

Art. 2º. Fica designado e nomeado substituto do Fiscal, em eventuais impedimentos, o servidor ELZA RINALDI COSER.

Art. 3º. Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 4º. Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 05 DE JULHO DE 2019.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

## Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

Ciente em: ____/____/____	Ciente em: ____/____/____
FLÁVIA LENITA PELENTIR Fiscal	ELZA RINALDI COSER Substituto do Fiscal

**PORTARIA Nº 217/2019**

Publicação Nº 2130675

PORTARIA Nº 217, DE 05 DE JULHO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

Considerando o Contrato Administrativo nº 030/2019, celebrado com a empresa COR URBANA INDUSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA EPP;

## RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores CAIO MURILO RINALDI e RODRIGO PEROSA, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
Contrato Administrativo N. 030/2019 – PMI, referente a aquisição de uniformes escolares, creche, pré-escola e ensino fundamental, para os alunos do Centro Educacional Eliziane Titon e Creche Municipal José Atílio Grassi.	COR URBANA INDUSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA EPP

Art. 2º. Fica designado e nomeado substituto do Fiscal, em eventuais impedimentos, o servidor DANIEL GONZATTO.

Art. 3º. Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 4º. Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 05 DE JULHO DE 2019.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

## Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

Ciente em: ____/____/____	Ciente em: ____/____/____
RODRIGO PEROSA Fiscal	DANIEL GONZATTO Substituto do Fiscal

**PORTARIA Nº 219/2019**

Publicação Nº 2130679

PORTARIA Nº 219, DE 05 DE JULHO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE FISCAL SUBSTITUTO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

Considerando, que não houve nomeação de fiscal substituto ao objeto do TA N. 066/2018, CA N. 031/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designar e nomear substituto do Fiscal, em eventuais impedimentos, o servidor RODRIGO PEROSA, do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
Contrato administrativo 031/2017, Termo Aditivo 066/2018, que visa a contratação de professor de educação física (pessoa jurídica) para ministrar aulas de Dança Sênior e Danças Circulares, aulas de balé, auxílio em projetos municipais como grupo de tabagismo, atividades físicas, entre outros, para grupo de idosos, adolescentes e crianças.	PATRICIA SIMONE KASTELLER

Art. 2º. Incumbe ao gestor e ao fiscal fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 3º. Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 05 DE JULHO DE 2019.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

RODRIGO PEROSA

Substituto do Fiscal

**PORTARIA Nº 220/2019**

Publicação Nº 2130734

PORTARIA Nº 220, DE 05 DE JULHO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

Considerando o Contrato Administrativo nº 031/2019, celebrado com a empresa INDUSTRIA E COMÉRCIO DE SUCOS SÃO CARLOS LTDA-ME;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designar os servidores CAIO MURILO RINALDI e ADRIANA DE ANDRADE SOARES TAIBA, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
Contrato Administrativo N. 030/2019 – PMI, referente a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.	INDUSTRIA E COMÉRCIO DE SUCOS SÃO CARLOS LTDA- ME

Art. 2º. Fica designado e nomeado substituto do Fiscal, em eventuais impedimentos, o servidor RODRIGO PEROSA.

Art. 3º. Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 4º. Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 05 DE JULHO DE 2019.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

Ciente em: ____/____/____	Ciente em: ____/____/____
ADRIANA DE ANDRADE SOARES TAIBA Fiscal	RODRIGO PEROSA Substituto do Fiscal

**PORTARIA Nº 221/2019**

Publicação Nº 2130736

PORTARIA Nº 221, DE 05 DE JULHO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE FISCAL SUBSTITUTO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

Considerando, que não houve nomeação de fiscal substituto ao objeto do TA N. 076/2018, CA N. 023/2015;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designar e nomear substituto do Fiscal, em eventuais impedimentos, o servidor NEIVO GONÇALVES PADILHA, do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
Contrato administrativo 023/2015, Termo Aditivo 076/2018, que visa a contratação de empresas especializadas para execução dos serviços de coleta, transporte e destino final do lixo urbano do município de Ibiã, para o ano de 2019	LIDER MATERIAIS ELETRICOS LTDA EPP

Art. 2º. Incumbe ao gestor e ao fiscal fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 3º. Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 05 DE JULHO DE 2019.

IVANIR ZANIN  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA  
Secretário da Adm. e da Fazenda  
Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

NEIVO GONÇALVES PADILHA Substituto do Fiscal

## PORTARIA Nº 222/2019

Publicação Nº 2130737

PORTARIA Nº 222, DE 05 DE JULHO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

Considerando o Contrato Administrativo nº 034/2019, celebrado com a empresa TELECAL TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores CAIO MURILO RINALDI e MONICA TRAGANCIN HOLLEWEGER, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
Contrato Administrativo N. 034/2019 – PMI, referente aquisição de relógio ponto destinado a controlar entrada/saída da CRECHE MUNICIPAL JOSÉ ATÍLIO GRASSI	TELECAL TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA

Art. 2º. Fica designado e nomeado substituto do Fiscal, em eventuais impedimentos, o servidor TIAGO VIECELI.

Art. 3º. Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 4º. Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 05 DE JULHO DE 2019.

IVANIR ZANIN  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA  
Secretário da Adm. e da Fazenda

Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

MONICA TRAGANCIN HOLLEWEGER  
Fiscal

Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

TIAGO VIECELI  
Substituto do Fiscal

**PORTARIA Nº 223/2019**

Publicação Nº 2130805

PORTARIA Nº 223, DE 05 DE JULHO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE FISCAL SUBSTITUTO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

Considerando, que não houve nomeação de fiscal substituto ao objeto do TA N. 068/2018, CA N. 087/2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar e nomear substituto do Fiscal, em eventuais impedimentos, a servidora ELZA RINALDI COSER, do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
Contrato administrativo 087/2016, Termo Aditivo 068/2018, que visa a contratação de Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública.	BETHA SISTEMAS LTDA

Art. 2º. Incumbe ao gestor e ao fiscal fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 3º. Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 05 DE JULHO DE 2019.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

ELZA RINALDI COSER

Substituto do Fiscal

**PORTARIA Nº 224/2019**

Publicação Nº 2130740

PORTARIA Nº 224, DE 05 DE JULHO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

Considerando o Contrato Administrativo nº 035/2019, celebrado com a empresa PERTILLE TRANSPORTES EIRELI- ME;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores CAIO MURILO RINALDI e RODRIGO PEROSA, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
0.1 Contrato Administrativo N. 035/2019 – PMI, referente a contratação de transporte escolar para a Linha Rui Barbosa, no interior do município de Ibiã.	PERTILLE TRANSPORTES EIRELI- ME

Art. 2º. Fica designado e nomeado substituto do Fiscal, em eventuais impedimentos, o servidor DANIEL GONZATTO.

Art. 3º. Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 4º. Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 05 DE JULHO DE 2019.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

Ciente em: ____/____/____	Ciente em: ____/____/____
RODRIGO PEROSA Fiscal	DANIEL GONZATTO Substituto do Fiscal

## PORTARIA Nº 225/2019

Publicação Nº 2130741

PORTARIA Nº 225, DE 05 DE JULHO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE FISCAL SUBSTITUTO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

Considerando, que não houve nomeação de fiscal substituto ao objeto do TA N. 077/2018, CA N. 008/2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar e nomear substituto do Fiscal, em eventuais impedimentos, o servidor DANIEL LUTKEMEYER GONZATTO, do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
Contrato administrativo 008/2017, Termo Aditivo 079/2018, Transporte escolar para a Linha Santo Alécio/Vista Alegre/Ibiã, e vice e versa no período manhã e tarde, por aproximadamente 200 dias letivos. Veículo com capacidade para 25 passageiros. Quilometragem diária de aproximadamente 87,2 km.	JOÃO VILMAR PELENTIR
Tipo de Veículo: Micro-ônibus, Ônibus.	

Art. 2º. Incumbe ao gestor e ao fiscal fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 3º. Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.



CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 05 DE JULHO DE 2019.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

DANIEL LUTKEMEYER GONZATTO Substituto do Fiscal

## PORTARIA Nº 227/2019

Publicação Nº 2130743

PORTARIA Nº 227, DE 05 DE JULHO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE FISCAL SUBSTITUTO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

Considerando, que não houve nomeação de fiscal substituto ao objeto do TA N. 079/2018, CA N. 039/2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar e nomear substituto do Fiscal, em eventuais impedimentos, o servidor DANIEL LUTKEMEYER GONZATTO, do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
Contrato Aditivo 039/2017, Termo Aditivo 079/2018, que visa a contratação de prestação de serviços especializados em Fonoaudiologia para atendimento no Centro Educacional Eliziane Titon.	ISO SEGURANÇA E COM. DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL LTDA ME

Art. 2º. Incumbe ao gestor e ao fiscal fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 3º. Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 05 DE JULHO DE 2019.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

DANIEL LUTKEMEYER GONZATTO

Substituto do Fiscal

**PORTARIA Nº 228/2019**

Publicação Nº 2130751

PORTARIA Nº 228, DE 05 DE JULHO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

Considerando o Contrato Administrativo nº 036/2019, celebrado com a empresa RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designar os servidores ROGEL TAIBA e EDSSON GOMES DE OLIVEIRA, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
Contrato Administrativo N. 036/2019 – PMI, referente a contratação de empresa para fornecimento de peças, de um radiador novo á óleo para TRATOR DE ESTEIRAS NEW HOLLAND D 150 B XLT CAB/ 2014.	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA

Art. 2º. Fica designado e nomeado substituto do Fiscal, em eventuais impedimentos, o servidor ANTONIO ENORI GONÇALVES DA SILVA.

Art. 3º. Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 4º. Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 05 DE JULHO DE 2019.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

**Publicação e Registro:**

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

Ciente em: ____/____/____	Ciente em: ____/____/____
EDSSON GOMES DE OLIVEIRA Fiscal	ANTONIO ENORI GONÇALVES DA SILVA Substituto do Fiscal

**PORTARIA Nº 229/2019**

Publicação Nº 2130753

PORTARIA Nº 229, DE 05 DE JULHO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

Considerando o Contrato Administrativo nº 037/2019, celebrado com a empresa JV COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÕES

LTDA;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designar os servidores ALCINDO PEROSA e FLÁVIA LENITA PELENTIR, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
Contrato Administrativo N. 037/2019 – PMI, referente a aquisição de materiais diversos para manutenção do sistema de segurança contra incêndios dos prédios públicos municipais.	JV COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÕES LTDA

Art. 2º. Fica designado e nomeado substituto do Fiscal, em eventuais impedimentos, a servidora JULIANA LIZOT.

Art. 3º. Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 4º. Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 05 DE JULHO DE 2019.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

**Publicação e Registro:**

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

Ciente em: ____/____/____	Ciente em: ____/____/____
FLÁVIA LENITA PELENTIR Fiscal	JULIANA LIZOT Substituto do Fiscal

**PORTARIA Nº 230/2019**

Publicação Nº 2130755

PORTARIA Nº 230, DE 05 DE JULHO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

Considerando o Contrato Administrativo nº 038/2019, celebrado com a empresa ADELVO BASQUERA E CIA LTDA-EPP;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designar os servidores ALCINDO PEROSA e FLÁVIA LENITA PELENTIR, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
Contrato Administrativo N. 038/2019 – PMI, referente a aquisição de materiais diversos para manutenção do sistema de segurança contra incêndios dos prédios públicos municipais.	ADELVO BASQUERA E CIA LTDA-EPP

Art. 2º. Fica designado e nomeado substituto do Fiscal, em eventuais impedimentos, a servidora JULIANA LIZOT .

Art. 3º. Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 4º. Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 05 DE JULHO DE 2019.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

Ciente em: ____/____/____	Ciente em: ____/____/____
FLÁVIA LENITA PELENTIR Fiscal	JULIANA LIZOT Substituto do Fiscal

## PORTARIA Nº 231/2019

Publicação Nº 2130756

PORTARIA Nº 231, DE 05 DE JULHO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

Considerando o Contrato Administrativo nº 039/2019, celebrado com a empresa MAGNUN LUIZ SERPA.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores ALCINDO PEROSA e FLÁVIA LENITA PELENTIR, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
Contrato Administrativo N. 039/2019 – PMI, referente a serviços de preparação, organização e condução de Leilão Público, online e presencial, destinado à alienação de bens patrimoniais móveis e inservíveis pertencentes ao Município de Ibiã-SC.	MAGNUN LUIZ SERPA

Art. 2º. Fica designado e nomeado substituto do Fiscal, em eventuais impedimentos, o servidor EDSSON GOMES DE OLIVEIRA .

Art. 3º. Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 4º. Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 05 DE JULHO DE 2019.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

FLÁVIA LENITA PELENTIR  
Fiscal

Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

EDSSON GOMES DE OLIVEIRA  
Substituto do Fiscal**PORTARIA Nº 232/2019**

Publicação Nº 2130760

PORTARIA Nº 232, DE 05 DE JULHO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

Considerando o Contrato Administrativo nº 040/2019, celebrado com a empresa J.L ALVES DE JESUS E CIA LTDA-ME

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designar os servidores CAIO MURILO RINALDI e ALCINDO PEROSA, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
Contrato Administrativo N. 040/2019 – PMI, referente contratação de BANDA MUSICAL para apresentação nas FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO no dia 14 DE JULHO DE 2019.	J.L ALVES DE JESUS E CIA LTDA-ME

Art. 2º. Fica designado e nomeado substituto do Fiscal, em eventuais impedimentos, o servidor NEIVO GONÇALVES PADILHA .

Art. 3º. Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 4º. Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 05 DE JULHO DE 2019.

IVANIR ZANIN  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA  
Secretário da Adm. e da Fazenda

Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

ALCINDO PEROSA  
Fiscal

Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

NEIVO GONÇALVES PADILHA Substituto do Fiscal

**PORTARIA Nº 233/2019**

Publicação Nº 2130762

PORTARIA Nº 233, DE 05 DE JULHO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e

fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

Considerando o Contrato Administrativo nº 041/2019, celebrado com a empresa GRUPO MUSICAL KARISMA LTDA

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designar os servidores CAIO MURILO RINALDI e ALCINDO PEROSA, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
Contrato Administrativo N. 041/2019 – PMI, referente contratação de BAN-DA MUSICAL para apresentação nas FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO no dia 14 DE JULHO DE 2019.	GRUPO MUSICAL KARISMA LTDA

Art. 2º. Fica designado e nomeado substituto do Fiscal, em eventuais impedimentos, o servidor NEIVO GONÇALVES PADILHA .

Art. 3º. Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 4º. Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 05 DE JULHO DE 2019.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

Ciente em: ____/____/____	Ciente em: ____/____/____
ALCINDO PEROSA Fiscal	NEIVO GONÇALVES PADILHA Substituto do Fiscal

**PORTARIA Nº 234/2019**

Publicação Nº 2130765

PORTARIA Nº 234, DE 05 DE JULHO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

Considerando o Contrato Administrativo nº 042/2019, celebrado com a empresa TRIÂNGULO ENGENHARIA EIRELI;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designar os servidores ROGEL TAIBA e MARCOS ROBERTO BAZZEN, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
Contrato Administrativo N. 042/2019 – PMI, contratação de empresa para executar pavimentação asfáltica com C.B.U.Q. na comunidade de Linha União - interior, com área de intervenção de 1.973,98 m, incluindo material e mão de obra, conforme projeto básico.	TRIÂNGULO ENGENHARIA EIRELI

Art. 2º. Fica designado e nomeado substituto do Fiscal, em eventuais impedimentos, o servidor ORILDO JACÓ FERRO.

Art. 3º. Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as

ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 4º. Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 05 DE JULHO DE 2019.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

Ciente em: ____/____/____	Ciente em: ____/____/____
MARCOS ROBERTO BAZZEN Fiscal	ORILDO JACÓ FERRO Substituto do Fiscal

## PORTARIA Nº 235/2019

Publicação Nº 2130767

PORTARIA Nº 235, DE 05 DE JULHO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

Considerando o Contrato Administrativo nº 043/2019, celebrado com a empresa VM TREINAMENTO CAPACITACAO E EVENTOS LTDA;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores CAIO MURILO RINALDI e RODRIGO PEROSA, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
Contrato Administrativo N. 043/2019 – PMI, referente prestação de serviços profissionais em capacitação de professores e equipe diretiva educacional baseando-se no tema: DEIFICULDADES DE APRENDIZAGEM. Serão seis encontros ao todo, de forma mensal, oito horas por encontro	VM TREINAMENTO CAPACITACAO E EVENTOS LTDA

Art. 2º. Fica designado e nomeado substituto do Fiscal, em eventuais impedimentos, o servidor DANIEL GONZATTO.

Art. 3º. Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 4º. Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 05 DE JULHO DE 2019.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:



Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA  
Secretário da Adm. e da Fazenda

Ciente em: ____/____/____	Ciente em: ____/____/____
RODRIGO PEROSA Fiscal	DANIEL GONZATTO Substituto do Fiscal

## PORTARIA Nº 236/2019

Publicação Nº 2130768

PORTARIA Nº 236, DE 05 DE JULHO DE 2019.  
DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

Considerando o Contrato Administrativo nº 044/2019, celebrado com a empresa A.S INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E SERVIÇOS LTDA;

### RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores MARIA IVETE GOME DE OLIVEIRA e RODRIGO PEROSA, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
Contrato Administrativo N. 044/2019 – PMI, referente a contratação de empresa que preste curso de capacitação aos candidatos a CONSELHEIROS TUTELARES, aplicação e correção de provas para eleição ano 2019.	A.S INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E SERVIÇOS LTDA

Art. 2º. Fica designado e nomeado substituto do Fiscal, em eventuais impedimentos, o servidor GISELI SEFFER ALVES DE ANHAIA.

Art. 3º. Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 4º. Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 05 DE JULHO DE 2019.

IVANIR ZANIN  
Prefeito Municipal

### Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA  
Secretário da Adm. e da Fazenda

Ciente em: ____/____/____	Ciente em: ____/____/____
RODRIGO PEROSA Fiscal	GISELI SEFFER ALVES DE ANHAIA Substituto do Fiscal

**PORTARIA Nº 238/2019**

Publicação Nº 2130772

PORTARIA Nº 238, DE 05 DE JULHO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

Considerando o Contrato Administrativo nº 005/2019, celebrado com a empresa SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA- SESI;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designar os servidores MARIA IVETE GOME DE OLIVEIRA e GISELI SEFFER ALVES DE ANHAIA, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
Contrato Administrativo N. 005/2019 – FMS, referente a atividades mensais realizadas em parceria com o SESI que contemplem questões relacionadas a temas ligados a qualidade de vida.	SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA- SESI

Art. 2º. Fica designado e nomeado substituto do Fiscal, em eventuais impedimentos, o servidor LEILA APARECIDA RAMOS ARALDI.

Art. 3º. Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 4º. Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 05 DE JULHO DE 2019.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

Ciente em: ____/____/____	Ciente em: ____/____/____
GISELI SEFFER ALVES DE ANHAIA Fiscal	LEILA APARECIDA RAMOS ARALDI Substituto do Fiscal

**PORTARIA Nº 239/2019**

Publicação Nº 2130774

PORTARIA Nº 239, DE 05 DE JULHO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

Considerando o Contrato Administrativo nº 006/2019, celebrado com a empresa NANDIS- COMÉRCIO DE GASES ATMOSFÉRICOS LTDA; RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores MARIA IVETE GOME DE OLIVEIRA e EDSSON GOMES DE OLIVEIRA, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
Contrato Administrativo N. 006/2019 – FMS, referente a aquisição de gás medicinal para pessoas que necessitem de uso domiciliar no MUNICÍPIO DE IBIAM para o exercício do ano de 2019	NANDIS- COMÉRCIO DE GASES ATMOSFÉRICOS LTDA

Art. 2º. Fica designado e nomeado substituto do Fiscal, em eventuais impedimentos, o servidor KELLY CAROLINE ANDRADE.

Art. 3º. Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 4º. Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 05 DE JULHO DE 2019.

IVANIR ZANIN  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA  
Secretário da Adm. e da Fazenda

Ciente em: ____/____/____  EDSSON GOMES DE OLIVEIRA Fiscal	Ciente em: ____/____/____  KELLY CAROLINE ANDRADE Substituto do Fiscal
---	---

## PORTARIA Nº 240/2019

Publicação Nº 2130777

PORTARIA Nº 240, DE 05 DE JULHO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores MARIA IVETE GOME DE OLIVEIRA e DEISE SANTETTI SCORTEGAGNA, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
ATA N. 003/2019 – FMS, visando a aquisição de brindes personalizados para as campanhas a serem realizadas pela Secretaria de Saúde, por um período de doze meses.	ALEX POSSAMAI DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME KS IMPORT SOLUCOES PERSONALIZADAS LTDA MARCELO SIMONI SUPERA UNIFORMES INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA

Art. 2º. Fica designado e nomeado substituto do Fiscal, em eventuais impedimentos, o servidor ROSE MARI KOWALCZUK.

Art. 3º. Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 4º. Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 05 DE JULHO DE 2019.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

Ciente em: ____/____/____	Ciente em: ____/____/____
DEISE SANTETTI SCORTEGAGNA Fiscal	ROSE MARI KOWALCZUK Substituto do Fiscal

## PORTARIA Nº 281/2019

Publicação Nº 2130807

PORTARIA Nº 281, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores MARIA IVETE GOMES DE OLIVEIRA e GISELI SEFFER ALVES DE ANHAIA, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do Contrato resultante do Processo Licitatório 081/2019 Pregão Presencial 035/2019 SRP 023/2019, que tem como objeto contratação de serviços de transporte de passageiros para o fundo de Assistência Social e Grupo de Idosos.

Art. 2º. Fica designado e nomeado substituto do Fiscal, em eventuais impedimentos, o servidor LEILA APARECIDA RAMOS ARALDI.

Art. 3º. Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 4º. Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 20 DE AGOSTO DE 2019.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

Ciente em: ____/____/____	Ciente em: ____/____/____
GISELI SEFFER ALVES DE ANHAIA Fiscal	LEILA APARECIDA RAMOS ARALDI Substituto do Fiscal

# Ibicaré

## PREFEITURA

### EXTRATO 1 TA T. CREDENCIAMENTO Nº 004/2018 PM

Publicação Nº 2130632

MUNICÍPIO DE IBICARÉ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Extrato Primeiro Termo Aditivo Termo de Credenciamento nº 004/2018/PM  
FUNDAMENTO LEGAL - Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993.  
DA ALTERAÇÃO  
CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO DE ALTERAÇÃO  
"DO PRAZO  
O prazo de vigência passará a vigorar até o dia 20 de agosto de 2020".  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ - SC  
CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE FREI ROGÉRIO

Ibicaré, SC, aos 21 de agosto de 2019.  
Gianfranco Volpato  
Prefeito

# Ibirama

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4.387, DE 21 DE AGOSTO DE 2019 - SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Publicação Nº 2131063

DECRETO nº 4.387, de 21 de agosto de 2019.  
"SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e fundamentado no artigo 5º, inciso II, da Lei nº 3.365 de 11 de dezembro de 2018,

#### DECRETA:

Art. 1º Por conta do Superávit Financeiro do exercício de 2018 na fonte de recurso 03620000 – Transferências de Convênios – Estado/Educação, no valor de R\$ 36.079,89 (trinta e seis mil, setenta e nove reais e oitenta e nove centavos), fica suplementada a seguinte dotação orçamentária, a saber:

07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
001 – Departamento de Supervisão Pedagógica  
0012.0361.0051.2066 – Manutenção do Convênio Transporte Escolar Estadual  
03620000 – Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenv. Educação - FNDE  
333900 – Aplicações Diretas ..... R\$36.079,89  
TOTAL ..... R\$36.079,89

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 21 de agosto de 2019.  
ADRIANO POFFO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO  
Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO Nº 4.388, DE 21 DE AGOSTO DE 2019 - ALTERA O PROGRAMA DE TRABALHO DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA, MEDIANTE REMANEJAMENTO DE RECURSOS DENTRO DA MESMA PROGRAMAÇÃO DE DESPESA

Publicação Nº 2131065

DECRETO nº 4.388, de 21 de agosto de 2019.

"ALTERA O PROGRAMA DE TRABALHO DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA, MEDIANTE REMANEJAMENTO DE RECURSOS DENTRO DA MESMA PROGRAMAÇÃO DE DESPESA."

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e fundamentado no artigo 5º, inciso II, da Lei nº 3.365 de 11 de dezembro de 2018,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Programa de Trabalho do orçamento, no montante de R\$ 455.000,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil reais) anulando parcialmente os Elementos dos Projetos Atividade, a saber:

06 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO/MEIO AMBIENTE  
001 – Departamento Agropecuário  
0018.0541.0031.2014 – Manutenção do Depto de Desen. Meio Ambiente  
01000000 – Recursos Ordinários  
344900 – Aplicações Diretas ..... R\$5.000,00  
07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
001 – Departamento de Supervisão Pedagógica  
0012.0361.0051.2064 – Manutenção do Ensino Fundamental  
01010000 – Receitas Impostos e Transferências de Impostos – Educação  
331900 – Aplicações Diretas ..... R\$200.000,00  
0012.0365.0050.2058 – Manutenção do Ensino Pré-Escolar

01010000 – Receitas Impostos e transferências de Impostos – Educação  
331900 – Aplicações Diretas ..... R\$150.000,00  
003 – Departamento de Cultura  
0013.0392.0055.2026 – Manutenção do Departamento de Serviços Culturais  
01000000 – Recursos Ordinários  
331900 – Aplicações Diretas ..... R\$100.000,00  
TOTAL ..... R\$455.000,00

Art. 2º Por conta do recurso a que se refere o artigo 1º, ficam suplementados os Elementos dos Projetos Atividade, a saber:

06 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO/MEIO AMBIENTE  
001 – Departamento Agropecuário  
0018..541.0031.2014 – Manutenção do Depto de Desenv. Meio Ambiente  
01000000 – Recursos Ordinários  
333900 – Aplicações Diretas ..... R\$5.000,00  
07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
001 – Departamento de Supervisão Pedagógica  
0012.0361.0051.2064 – Manutenção do Ensino Fundamental  
01010000 – Receitas de Impostos e transferências de Impostos - Educação  
333900 – Aplicações Diretas ..... R\$200.000,00  
0012.0365.0050.2058 – Manutenção do ensino Pré-Escolar  
01010000 – Receitas de Impostos e Transferências de impostos – Educação  
333900 – Aplicações Diretas ..... R\$150.000,00  
003 – Departamento de Cultura  
0013.0392.0055.2026 – Manutenção do Departamento de Serviços Culturais  
01000000 – Recursos Ordinários  
333900 – Aplicações Diretas ..... R\$100.000,00  
TOTAL ..... R\$455.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 21 de agosto de 2019.

ADRIANO POFFO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO  
Secretário de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 4.389, DE 21 DE AGOSTO DE 2019-NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PARA INSTRUÇÃO, CONDUÇÃO E SANEAMENTO DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS, TENDO POR OBJETO A APLICAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA PREVISTA NA LEI FEDERAL Nº 13.465, DE 11 DE JULHO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIA**

Publicação Nº 2131066

DECRETO nº 4.389, de 21 de agosto de 2019.

“NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PARA INSTRUÇÃO, CONDUÇÃO E SANEAMENTO DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS, TENDO POR OBJETO A APLICAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA PREVISTA NA LEI FEDERAL Nº 13.465, DE 11 DE JULHO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão de Regularização Fundiária Urbana no Município de Ibirama, sendo composta pelos seguintes membros:

I - Fabiani Tenfen Soberanski, representante da Secretaria de Assistência Social e Habitação e representante do Chefe do Executivo;

II - Tatiane Lasta, representante da Secretaria de Assistência Social e Habitação;

III- Inácio Pavanello e Iago Felipe Tottene, representantes da Consultoria Jurídica do Município;

IV - Beatriz Werner Fusinato, Cristiane Schattenberg, Francisco Antonio Heinzen e Ramon Felipe Wasch Paes, representantes da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;



V - Lauro Mett, representante da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos;

VI - Matheos Abner Silva, representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente.

VII - Fernando Jost, representante do Departamento de Proteção e Defesa Civil.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o art. 1º do Decreto nº 4.161, de 29 de novembro de 2017.

Art. 3º Ficam mantidas as demais determinações do Decreto nº 4.161, de 29 de novembro de 2017.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 21 de agosto de 2019.

ADRIANO POFFO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO

Secretário de Administração e Finanças

### **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 88/2019**

Publicação Nº 2131062

MUNICÍPIO DE IBIRAMA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 88/2019

REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: Registro de Preços para eventuais compras parceladas de alimentação em marmitas destinado para atendimento dos servidores a serviço desta municipalidade, na forma da Lei 10.520/2002. Abertura:: 03 de setembro de 2019, as 09:15 h - Departamento de compras e Licitações - Prefeitura Municipal de Ibirama. Recebimento envelopes: Até 09:00 h do mesmo dia 03/09/19 Informações: (47) 3357 8523 - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br), [compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) ou na Prefeitura Municipal, no horário comercial. Ibirama, 21 de agosto de 2019. Adriano Poffo – Prefeito Municipal

### **LEI Nº 3.392, DE 20 DE AGOSTO DE 2019 - ALTERA O ARTIGO 4º DA LEI Nº 2.659, DE 16 DE SETEMBRO DE 2009, QUE CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO - COMUTRAN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2130782

LEI Nº 3.392, de 20 de agosto de 2019.

"ALTERA O ARTIGO 4º DA LEI Nº 2.659, DE 16 DE SETEMBRO DE 2009, QUE CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO - COMUTRAN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a redação do art. 4º da Lei nº 2.656, de 16 de setembro de 2009, passando a ter a seguinte redação:

"Art. 4º O Conselho Municipal de Trânsito de Ibirama será composto por 10 (dez) membros assim distribuídos:

I- 05 (cinco) Representantes do Executivo Municipal.

II- 05 (cinco) Representantes da Sociedade Civil Organizada a saber:

- a) 02 (dois) representantes de Associações Empresariais e Comerciais.
- b) 02 (dois) representantes de Associações de Moradores e/ou Comunitárias.
- c) 01 (um) representantes de Associação de Bombeiros Voluntários."

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, em especial, o inciso II, do art. 4º, da Lei nº 2.659, de 16 de setembro de 2009.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 20 de agosto de 2019.

ADRIANO POFFO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO

Secretário de Administração e Finanças

# Ilhota

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO 054 - 2019 MUL - REGISTRO DE PREÇO - PELÍCULAS

Publicação Nº 2131569

PROCESSO Nº 377/2019

PREGÃO PRESENCIAL – Nº 054/2019 - MUL

Registro de Preço

SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
-------	--------------------------------------

TIPO	MENOR PREÇO - TOTAL POR ITEM
------	------------------------------

OBJETO	DO OBJETO - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PELÍCULAS DE CONTROLE SOLAR AUTOADESIVA, LINHA PROFISSIONAL, DO TIPO JATEADO EM LISTRAS DECORATIVAS (CONFORME MODELO FORNECIDO PELA FISCALIZAÇÃO), JATEADO LISO, PELÍCULA PERFURADA COM IMPRESSÃO DIGITAL COLORIDA À PARTIR DE FOTO/PAISAGENS E PELÍCULAS LISAS COLORIDAS A PARTIR DE FOTOS/PAISAGENS, AMBAS CONFORME MODELO FORNECIDO PELA CONTRATANTE, conforme anexo I do edital.
--------	---

ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 04/09/2019 às 09:00 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 04/09/2019 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.

REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.931/2001, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

**MAIORES INFORMAÇÕES:**O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site [www.ilhota.sc.gov.br](http://www.ilhota.sc.gov.br) e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: [licitacao3@ilhota.sc.gov.br](mailto:licitacao3@ilhota.sc.gov.br) - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 8826.

Horário de Expediente da Prefeitura: Das 08 às 12:00 das 13:00 às 17:00

ERICO OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Ilhota, 20 de Agosto de 2019.

### DECRETO 454/2019

Publicação Nº 2131120

DECRETO Nº 454 DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

“Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 17º, inciso II, da Lei Municipal 1.931 de 05/12/2018 (LOA) e dá outras providências”.

O Prefeito do Município de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 72, IV da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), destinado a suplementar a dotação abaixo descrita, pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 21–Samae Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

Unidade Orçamentária: 001 – Departamento de Saneamento Básico

Funcional-programática: 17.512.0041

Atividade: 2.073 – Manutenção e Funcionamento do Departamento de Águas e Saneamento

Modalidade de Aplicação/Dotação: 3.3.90.00.00/530

Fonte de Recurso: 100 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 180.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior, será coberto com recurso proveniente da anulação parcial da dotação abaixo descrita, na mesma importância:

Órgão: 21–Samae Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

Unidade Orçamentária: 001 – Departamento de Saneamento Básico

Funcional-programática: 17.512.0041

Atividade: 2.073 – Manutenção e Funcionamento do Departamento de Águas e Saneamento

Modalidade de Aplicação/Dotação: 4.4.90.00.00/532

Fonte de Recurso: 100 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 180.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota (SC), 20 de Agosto de 2019.  
Erico de Oliveira  
Prefeito Municipal de Ilhota

# Imarui

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 061, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2131056

DECRETO Nº. 061, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS PARA A COMISSÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

CONSIDERANDO a CI nº 34/2019 da Secretaria de Administração e Finanças;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Comissão de Estágio Probatório integrada pelos membros abaixo descritos:

I – Haline de Mendonça Jacques Dias – Matrícula: 7435;

II – Giovanna Barreto Damas – Matrícula: 3773;

III – Adriana Carvalho Pacheco Pereira – Matrícula: 3772;

IV – Darlan dos Passos – Matrícula: 6220;

V – Suzana Fortunato de Sousa – Matrícula: 7642.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Imaruí, 21 de agosto de 2019.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

### DECRETO Nº. 062, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2131058

DECRETO Nº. 062, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art. 61, inciso VI da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo aos funcionários e servidores públicos municipais, nas Repartições Públicas do Município de Imaruí no dia 26 de agosto de 2019, em razão do feriado municipal referente ao aniversário de Emancipação Político-Administrativa do Município de Imaruí em 27/08/2019 (art. 3º, §1º IV da Lei Orgânica).

§ 1º Haverá expediente normal na Unidade Central de Saúde Ampliada, com atendimento 24 horas.

§ 2º Não será facultativo o ponto nas repartições, cujos serviços são considerados essenciais, e não podem, por sua natureza, serem suspensos, mesmo que temporariamente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Imaruí, SC, 21 de agosto de 2019.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Publicado no Diário oficial dos Municípios – DOM.

**EXTRATO DE CONTRATO PMI Nº 009/2019**

Publicação Nº 2130539

**EXTRATO DE CONTRATO PMI Nº 009/2019**

Chamada Pública PMI Nº. 004/2019. Contratante: Município de Imaruí, CNPJ 82.538.851/0001-57. Contratado: Cooperativa dos Agricultores Familiares de Rio Fortuna e toda Santa Catarina COOPER-FAMILIA, CNPJ 09.263.339/0001-55. Objeto: aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, para alunos da rede de educação municipal, verba FNDE/PNAE, exercício de 2019/2020. Fundamentação legal: Resolução CD/FNDE nº 26/2013, Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 11.947/2009. Recurso: Programa Nacional da Alimentação Escolar – PNAE. Vigência: 31/12/2019, podendo ser prorrogado. Valor total: R\$ 538.899,00. Data de assinatura: 07/08/2019. Signatário pelo Município: Rui José Candemil Júnior - Prefeito, pela contratada: Lino de Sousa – Presidente.

# Imbituba

## PREFEITURA

### CONTRATO 2019/03 - A/00 PROC 04/2019 SANEAMENTO

Publicação Nº 2131794

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: Contrato SANEAMENTO 2019/03 – A/00

Contratado: COOPERATIVA DE TRABALHO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE IMBITUBA - COOPERZIMBA  
CNPJ: 07.028.626/0001-55  
Objeto: PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DA NOVA COLETA SELETIVA MUNICIPAL COM CONTRATAÇÃO DE COOPERATIVA DE CATADORES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA SELETIVA DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO MUNICÍPIO DE IMBITUBA/SC  
Fundamento: Processo nº 04/2019 Dispensa nº 02/2019  
Imbituba, 14 de agosto de 2019.

Gilberto Pereira  
Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento  
Contratante

COOPERATIVA DE TRABALHO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE IMBITUBA - COOPERZIMBA  
Representante legal  
Contratado

### CONTRATO 40/2019 - A/00 PROC 03/2019 SANEAMENTO

Publicação Nº 2131790

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: Contrato SANEAMENTO 2019/40 – A/00

Contratado: SERRANA ENGENHARIA LTDA  
CNPJ: 83.073.536/0001-64  
Objeto: O CONTRATADO prestará ao CONTRATANTE, serviços especializados do ramo de engenharia sanitária para realizar a gestão dos resíduos sólidos urbanos produzidos pelo município de Imbituba/SC, compreendendo a) coleta de resíduos sólidos domiciliares, comerciais e públicos, com monitoramento via satélite; b) transporte rodoviário, com monitoramento via satélite, tratamento e destino final de resíduos sólidos domiciliares, comerciais e públicos em aterro sanitário devidamente licenciado; em local indicado pelo Município.  
Fundamento: Processo nº 03/2019 Concorrência nº 01/2019  
Imbituba, 15 de agosto de 2019.

Gilberto Pereira  
Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento  
Contratante

SERRANA ENGENHARIA LTDA  
Representante legal  
Contratado

### CONTRATO 41/2019 - A/00 - PROC 08/2019 - SEMUSA

Publicação Nº 2131291

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: SEMUSA 2019/41 – A/00  
Contratada: CENTRO DE FISIOTERAPIA SAUDE E BELEZA EIRELI  
CNPJ: 11.310.107/0001-52

Objeto: CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES PRIVADAS, FILANTROPICAS E SEM FINS LUCRATIVOS, PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE ASSISTENCIA A SAUDE, NA AREA AMBULATORIAL, PARA O CONJUNTO DE PROCEDIMENTOS DE FISIOTERAPIA, GRUPO 03 E SUB-GRUPO 02, DA TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS, ORTESES, PROTESES E MATERIAIS ESPECIAIS DO SUS.  
Prazo: Será de 12 meses  
Fundamento: Processo nº 08/2019 Inexigibilidade 01/2019  
Imbituba, 12 de agosto de 2019.

Graciela Wiemes Ribeiro  
Secretaria Municipal de Saúde  
Credenciante

Fisioterapia Saúde e Beleza Eireli  
Representante legal  
Credenciada

**EDITAL Nº 013/2019/SEFAZ/CFT**

Publicação Nº 2131683

EDITAL Nº 013/2019/SEFAZ/CFT

**NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DO ISSQN**

A Coordenadoria de Fiscalização Tributária, em conformidade com o que dispõe o artigo 139, I e II, da Lei Complementar Municipal nº 3019/2006 (Código Tributário Municipal – CTM), após esgotadas as tentativas de ciência por outros meios, NOTIFICA, pelo presente edital, os contribuintes relacionados no Anexo Único, do lançamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza em seu nome, nos termos dos artigos 267, caput e item 7.02 e 7.05 da Lista de Serviços, art. 270, III, art. 273, art. 278, art. 287, art. 288, II, e art. 295, todos da Lei Complementar Municipal 3019/2006; arts. 12 e 14 da Lei Complementar Municipal 4499/2014.

Ficam também os contribuintes cientes de que dispõem de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste edital, para recolher à Secretaria da Fazenda a quantia descrita ou, no mesmo prazo, apresentar Reclamação, perante o Secretário Municipal da Fazenda, conforme dispõem os arts. 158 e 159 do CTM. Nada sendo alegado e não paga a citada quantia, dentro do prazo assinalado, será feita a inscrição do débito tributário em dívida ativa para efeito de cobrança amigável ou judicial, nos termos da lei em vigor.

Os contribuintes poderão comparecer à Coordenadoria de Fiscalização Tributária deste Poder Público, localizado no Paço Municipal Prefeito Nelson Souza, sito à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, Imbituba/SC, para receber o documento de arrecadação, ou acessando o sítio da Prefeitura Municipal: [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br), no link "Guia de ISS".

Imbituba, 21 de agosto de 2019.

EDUARDO CRISTIANO MORAES LUCIANE FALLEIRO MURADÁS  
AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS AUDITORA FISCAL DE TRIBUTOS  
MAT. Nº 5.451 MAT. Nº 5.575

DANIEL FERNANDES DE CARVALHO  
AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS  
MAT. Nº 8.500

**ANEXO ÚNICO - EDITAL Nº 013/2019/SEFAZ/CFT****NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DO ISSQN  
EXTRATO**

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	Cadastro Econômico/Contribuinte	Nº NOTIFICAÇÃO FISCAL	VALOR
ANTONIO PEDRO DE SOUZA	032.921.129-31	280.543	076M/2019	R\$ 908,53
JEANE MARIA DE DEUS BANDEIRA	149.993.628-13	279.188	080M/2019	R\$ 4.109,41

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ANULAÇÃO PROC 81 2019 PREGAO 57 2019 DESERTA**

Publicação Nº 2131768

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA, PREGÃO PRESENCIAL Nº 81/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 57/2019.

O MUNICÍPIO DE IMBITUBA, Estado de Santa Catarina, torna público que a licitação realizada no dia 21/08/2019, às 16:00hs (dezesesseis horas), na modalidade Pregão Presencial nº 81/2019, com objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA O PROJETO DEFESA CIVIL NA ESCOLA, foi considerada DESERTA, em razão do não comparecimento de interessados.

Imbituba, 22 de agosto de 2019.

Fernando Melo da Silva  
Pregoeiro Oficial



**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE REABERTURA PROCESSO Nº 59/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2019 (3) (SEINFRA)**

Publicação Nº 2131288

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
PROCESSO Nº 59/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2019

O Pregoeiro Oficial do Município de Imbituba, torna público, o fim da suspensão do processo licitatório nº 59/2019, que tem como objeto a "CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELETROMECÂNICOS E ELETRÔNICOS PARA MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE IMBITUBA INSTALADOS NA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NA ÁREA DE RESPONSABILIDADE DA AGÊNCIA REGIONAL DA CELESC-D DE TUBARÃO – ARTUB E CERPALO". A sessão pública para recebimento dos envelopes, referente ao objeto supracitado realizar-se-á em 04 de SETEMBRO de 2019, às 14:00 horas, na Diretoria de Licitações.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 22 de agosto de 2019.  
Fernando Melo da Silva  
Pregoeiro Oficial

**INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO SEASTH 004/2019**

Publicação Nº 2131809

INEXIGIBILIDADE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2019 SEASTH

O presente documento trata da INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO para celebração de Termo de Colaboração Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE.

O Inciso II do artigo 31 da Lei Federal Nº 13.019/2014 de 31/07/2014, alterado pela Lei Federal Nº 13.204/2015, regulamenta a questão da inexigibilidade do Chamamento Público: "Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:

(...) II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando a exposição do dispositivo legal acima descrito, defiro a formalização do Termo de Colaboração junto à entidade abaixo relacionada:

Entidade: Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE.

Nome fantasia: Escola Especial Girassol

CNPJ: 83.291.807/0001-58

Endereço: Rua Farrapos, 841- Vila Nova

Modalidade: Termo de Cooperação

Objeto: Viabilizar ações de atenção integral à pessoa com deficiência intelectual e múltipla TEA e AGD, promovendo a inclusão social e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Período: 02/09/2019 a 30/12/2019

Valor: até R\$ 60.000,00 ( sessenta mil reais/ano).

Justificativa:

O município de Imbituba torna pública a inexigibilidade de chamamento público, nos termos do art. 31, inciso II, da Lei Federal Nº 13.019/2014, visando firmar parceria com a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, para atendimento às pessoas com deficiência, matriculadas na Escola Especial Girassol, em razão da inviabilidade de competição, considerando que a atividade objeto do plano de trabalho é de natureza singular, que desconhecemos outra entidade no município que desenvolva a atividade proposta, bem como, por ser de interesse da municipalidade desenvolver projetos desta natureza.

Imbituba-SC, 21 de agosto de 2019.  
Rosiane da Silva Costa  
Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação

**LEI COMPLEMENTAR N.º 5.054, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2131783

LEI COMPLEMENTAR N.º 5.054, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

Dá nova redação a Ementa da Lei Complementar nº 3.430, de 23 de dezembro de 2008, que Cria taxa compulsória à Associação Beneditina da Providência – ABENP – Hospital São Camilo de Imbituba, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A ementa da Lei Complementar nº 3.430, de 23 de dezembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cria taxa compulsória a Sociedade Beneficente São Camilo – Hospital São Camilo, inscrita no CNPJ sob nº 60.975.737/0092-99, e dá outras providências".

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 21 de agosto de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini

Administrador

**LEI COMPLEMENTAR N.º 5.055, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2131788

LEI COMPLEMENTAR N.º 5.055, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

Altera a redação do Art. 2º da Lei Complementar n.º 5.044, de 19 de julho de 2019, que altera Anexo da Lei nº 3.135, de 25 de julho de 2007, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O Art. 2º da Lei Complementar n.º 5.044, de 19 de julho de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência financeira janeiro 2019, conforme Portaria nº 201, de 7 de fevereiro de 2019, do Ministério da Saúde, que fixa o valor do incentivo de custeio referente à implantação de Agentes Comunitários de Saúde (ACS)."

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 21 de agosto de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini

Administrador

**LEI N.º 5.053, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2131459

LEI N.º 5.053, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a Gratificação do PMAQ para os Profissionais que atuam na Atenção Básica, Saúde Bucal, NASF e Centro de Especialidades Odontológicas, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, o Programa de Incentivo ao Programa de Melhoria do Acesso e Qualidade dos serviços de Atenção Básica - (Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica – PMAQ /AB-SB-CEO-NASF), mediante repasse dos recursos financeiros decorrentes da Portaria MS 1654/2011 na forma de gratificação aos servidores concursados e contratados lotados nas funções definidas nesta Lei.

Parágrafo único: A Gratificação do PMAQ somente perdurará enquanto existir, na esfera federal, programa de repasse de recursos para os Municípios que atendam especificamente ao Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica – PMAQ, aplicados à Estratégia de Saúde da Família, de Saúde Bucal, NASF e ao Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, nos termos da Portaria

expedida pelo Ministério da Saúde, bem como, durante o período de adesão deste Município ao PMAQ.

Art. 2º Farão jus à Gratificação todos os servidores, concursados ou contratados, desde que estejam desempenhando ativamente as atividades inerentes ao PMAQ-AB-SB-CEO-NASF-COORDENADOR DA ESF e mediante ao mês de seu ingresso na unidade de saúde, quando houver. §1º A gratificação do PMAQ-AB será variável, podendo ser 20%, 60% ou 100% do PAB variável da Equipe de Saúde da Família, CEO e NASF, de acordo com avaliação de cada Equipe de Saúde, realizada pelo Ministério da Saúde, na forma da Portaria vigente deste órgão e da análise realizada pelos responsáveis por cada equipe em reunião própria.

§2º A Gratificação fica condicionada ao repasse dos respectivos valores pelo Ministério da Saúde e será creditada na folha de pagamento quadrimestralmente e, caso o repasse financeiro do PMAQ efetuado pelo Ministério da Saúde atrase e não seja efetuado no mês devido, poderá a gratificação ter efeito acumulativo e ser creditado na folha de pagamento do funcionário juntamente com o repasse do mês em curso.

§3º A relação dos beneficiários desta gratificação será elaborada pelos coordenadores de cada equipe, ou seja, AB, SB, NASF e CEO, mediante análise do cumprimento do termo de compromisso firmado pelas equipes beneficiadas pelo PMAQ.

§4º Perderão o direito a receber a gratificação expressa nesta Lei no quadrimestre em que for identificado o descumprimento das obrigações que seguem: os servidores que não participarem e desenvolverem ativamente as atividades educativas inerentes a AB-SB-NASF-CEO, e desligarem-se da equipe, por meio de término de contrato, 1 ou mais cometimento de faltas sem justificativas, atestados de 5 ou mais dias, conforme Termo de Compromisso firmado pelas equipes beneficiadas com PMAQ, bem como todas as atribuições já descritas na Portaria 2488/2011 e o disposto na Política Nacional de Saúde Bucal em relação aos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) do Ministério da Saúde.

§ 5º A gratificação da qual trata esta Lei será creditada em folha de pagamento conforme forem recebidos os repasses do Ministério da Saúde relativos a cada Equipe de Estratégia de Saúde da Família, Saúde Bucal, NASF e CEO.

§ 6º O valor desta gratificação será repassado em folha de pagamento, não podendo ser incorporado ao salário do servidor beneficiário em hipótese alguma.

Art. 3º O valor da gratificação será correspondente a 70% do repasse recebido do Ministério da Saúde de acordo com a avaliação de cada Equipe de Saúde da Família, Saúde Bucal, NASF e CEO e será calculada conforme a certificação recebida.

Parágrafo único. Não fará jus à gratificação o profissional que estiver em atestado médico de 05 dias ou mais (consecutivos ou intercalados) do referido mês de afastamento.

Art. 4º Ao Fundo Municipal de Saúde serão destinados os 30% restantes do valor do repasse do Ministério da Saúde, para manutenção e benfeitorias das Unidades da Estratégia de Saúde da Família, de Saúde Bucal NASF, CEO e para encargos sociais e previdenciários, bem como os reflexos salariais decorrentes da gratificação de que trata esta lei,

Parágrafo único. Os valores da gratificação não pagos ao servidor, nos casos de ausência injustificada nas atividades inerentes ao termo de compromisso e demais documentos legais já mencionados, conforme parágrafo 4º do artigo segundo da presente lei, serão distribuídos aos membros das equipes de Atenção Básica, SB, NASF e CEO.

Art. 5º O percentual a que se refere o artigo 3º e 4º terá validade por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por prazo indeterminado enquanto durar o PMAQ-AB.

Art.6º As coordenadoras da Equipe, farão jus ainda ao valor correspondente a 08% do repasse ao Município pelo Ministério da Saúde da qual é integrante, de acordo com a avaliação do Ministério da Saúde, pela condução do processo do PMAQ frente a sua equipe. Os demais coordenadores da AB-SB-NASF E CEO, farão jus a 5% deste repasse. A coordenadora de todas as equipes fará juz a 01% deste repasse.

Art. 7º O Conselho Municipal de Saúde fará o monitoramento in loco das atividades inerentes ao PMAQ, a fim de auxiliarem no desenvolvimento da qualidade dos serviços prestados e ampliação do acesso, de acordo com as exigências do Ministério da Saúde para fins de avaliação.

Art. 8º As regras contidas nesta Lei poderão ser regulamentadas por Decreto.

Art. 9º Fica revogada a Lei nº 4.562 de 28 de maio de 2015.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 21 de agosto de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini  
Administrador

**PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO - PMI/SEAD Nº 232/2019**

Publicação Nº 2131239

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO  
PMI/SEAD Nº 232/2019

A Secretária Municipal de Administração Interina, Sra. ADRIANE MARTINS LUIZ, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA a servidora nomeada pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 756, de 21 de agosto de 2019, para exercer a função temporária de PROFESSORA, habilitada pelo Processo Seletivo Simplificado Edital nº 14/2018.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Função	CPF
Sara Cabral	Prof II Ed Infantil – 20h	064.782.409-40

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestou o certame público, bem como, com a legislação em vigor, a servidora entra em exercício em 21/08/2019.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 21 de agosto de 2019.

Adriane Martins Luiz

Secretária Municipal de Administração  
(Interina)

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

**PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO - PMI/SEAD Nº 233/2019**

Publicação Nº 2131258

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO  
PMI/SEAD Nº 233/2019

A Secretária Municipal de Administração Interina, Sra. ADRIANE MARTINS LUIZ, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA a servidora nomeada pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 757, de 21 de agosto de 2019, para exercer a função temporária de PROFESSORA, habilitada pelo Processo Seletivo Simplificado Edital nº 14/2018.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Função	CPF
Adrielly Souza Damázio	Prof I Ed Infantil – 20h	090.006.399-80

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestou o certame público, bem como, com a legislação em vigor, a servidora entra em exercício em 21/08/2019.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 21 de agosto de 2019.

Adriane Martins Luiz

Secretária Municipal de Administração  
(Interina)

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

**PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO - PMI/SEAD Nº 234/2019**

Publicação Nº 2131293

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO  
PMI/SEAD Nº 234/2019

A Secretária Municipal de Administração Interina, Sra. ADRIANE MARTINS LUIZ, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA a servidora nomeada pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 758, de 21 de agosto de 2019, para exercer a função temporária de PROFESSORA, habilitada pelo Processo Seletivo Simplificado Edital nº 14/2018.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Função	CPF
Adrielly Souza Damázio	Prof I Ed Infantil – 20h	090.006.399-80

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestou o certame público, bem como, com a legislação em vigor, a servidora entra em exercício em 22/08/2019.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 22 de agosto de 2019.

Adriane Martins Luiz

Secretária Municipal de Administração  
(Interina)

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

**PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO - PMI/SEAD Nº 235/2019**

Publicação Nº 2131312

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO  
PMI/SEAD Nº 235/2019

A Secretária Municipal de Administração Interina, Sra. ADRIANE MARTINS LUIZ, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA a servidora nomeada pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 759, de 21 de agosto de 2019, para exercer a função temporária de PROFESSORA, habilitada pelo Processo Seletivo Simplificado Edital nº 14/2018.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Função	CPF
Tamiris Américo Pacheco	Prof II Ed Infantil – 20h	068.925.839-97

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestou o certame público, bem como, com a legislação em vigor, a servidora entra em exercício em 22/08/2019.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 22 de agosto de 2019.

Adriane Martins Luiz

Secretária Municipal de Administração  
(Interina)

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

**PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO - PMI/SEAD Nº 236/2019**

Publicação Nº 2131327

**PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO**  
**PMI/SEAD Nº 236/2019**

A Secretária Municipal de Administração Interina, Sra. ADRIANE MARTINS LUIZ, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA a servidora nomeada pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 760, de 21 de agosto de 2019, para exercer a função temporária de PROFESSORA, habilitada pelo Processo Seletivo Simplificado Edital nº 14/2018.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Função	CPF
Maria Eduarda Nascimento de Souza	Prof I Ed Infantil – 20h	115.499.029-03

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestou o certame público, bem como, com a legislação em vigor, a servidora entra em exercício em 22/08/2019.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 22 de agosto de 2019.

Adriane Martins Luiz

Secretária Municipal de Administração  
(Interina)

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

**PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO - PMI/SEAD Nº 237/2019**

Publicação Nº 2131348

**PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO**  
**PMI/SEAD Nº 237/2019**

A Secretária Municipal de Administração Interina, Sra. ADRIANE MARTINS LUIZ, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA a servidora nomeada pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 761, de 21 de agosto de 2019, para exercer a função temporária de PROFESSORA, habilitada pelo Processo Seletivo Simplificado Edital nº 14/2018.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Função	CPF
Kátia Regina Marques	Prof I Ed Infantil – 20h	029.727.239-02

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestou o certame público, bem como, com a legislação em vigor, a servidora entra em exercício em 22/08/2019.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 22 de agosto de 2019.

Adriane Martins Luiz

Secretária Municipal de Administração  
(Interina)

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal



**PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO - PMI/SEAD Nº 238/2019**

Publicação Nº 2131363

**PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO**  
**PMI/SEAD Nº 238/2019**

A Secretária Municipal de Administração Interina, Sra. ADRIANE MARTINS LUIZ, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA a servidora nomeada pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 762, de 21 de agosto de 2019, para exercer a função temporária de PROFESSORA, habilitada pelo Processo Seletivo Simplificado Edital nº 14/2018.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Função	CPF
Kátia Regina Marques	Prof I Ed Infantil – 20h	029.727.239-02

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestou o certame público, bem como, com a legislação em vigor, a servidora entra em exercício em 23/08/2019.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 22 de agosto de 2019.

Adriane Martins Luiz

Secretária Municipal de Administração  
(Interina)

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

**PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO - PMI/SEAD Nº 239/2019**

Publicação Nº 2131369

**PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO**  
**PMI/SEAD Nº 239/2019**

A Secretária Municipal de Administração Interina, Sra. ADRIANE MARTINS LUIZ, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA a servidora nomeada pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 695, de 02 de agosto de 2019, para exercer a função temporária de PSICÓLOGA, habilitada pelo Processo Seletivo Simplificado Edital nº 14/2018.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Função	CPF
Terezinha Cruz da Cunha Pardo	Psicóloga	948.939.771-72

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestou o certame público, bem como, com a legislação em vigor, a servidora entra em exercício em 22/08/2019.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 22 de agosto de 2019.

Adriane Martins Luiz

Secretária Municipal de Administração  
(Interina)

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal



**PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO - PMI/SEAD Nº 240/2019**

Publicação Nº 2131761

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO  
PMI/SEAD Nº 240/2019

A Secretária Municipal de Administração Interina, Sra. ADRIANE MARTINS LUIZ, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA o servidor nomeado pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 768, de 21 de agosto de 2019, para exercer a função temporária de PROFESSOR, habilitada pelo Processo Seletivo Simplificado Edital nº 14/2018.

Art. 1º O servidor abaixo descrito, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Função	CPF
Alexssander Agapito de Oliveira	Prof II Ed Física – 40h	077.752.819-36

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestou o certame público, bem como, com a legislação em vigor, o servidor entra em exercício em 22/08/2019.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 22 de agosto de 2019.

Adriane Martins Luiz

Secretária Municipal de Administração  
(Interina)

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

**PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO - PMI/SEAD Nº 241/2019**

Publicação Nº 2131784

PORTARIA PMI/SEAD Nº 769, de 21 de agosto de 2019.

Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 01/2019, para exercer a função temporária de Professora, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão	Motivo da Contratação
Sara Ingrid Matias Carvalho	Prof I Ed Especial – 20h	074.292.069-05	22/08/2019	Atendimento de aumento excepcional de demanda temporária

Art. 2º A rescisão contratual ocorrerá no dia útil seguinte ao término do ano letivo de 2019, ou se houver punição disciplinar, ou no momento em que cessar o motivo que justificou a contratação acima, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo Único. A critério da Administração Pública, se não houver punição disciplinar ou cessação do motivo que justificou a contratação acima, tal contrato temporário pode ser prorrogado do término do ano letivo de 2019 até o término da colônia de férias.

Art. 3º A servidora admitida para a referida função, dará início ao seu efetivo exercício laborativo, tão-somente, após a entrega de toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação, bem como, a assinatura do termo de posse caso constatado a sua aptidão, de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 21 de agosto de 2019.

Adriane Martins Luiz

Secretária Municipal de Administração  
(Interina)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

**PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO -PMI/SEAD Nº 231/2019**

Publicação Nº 2131206

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO  
PMI/SEAD Nº 231/2019

O Prefeito Municipal de Imbituba, Sr. ROSENVALDO DA SILVA JÚNIOR, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.110, de 11 de setembro de 2012, EMPOSSA nesta data, o Conselheiro Tutelar nomeado pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 738, de 15 de agosto de 2019, para exercer as atividades de CONSELHEIRO TUTELAR, junto ao Conselho Tutelar de Imbituba.

Art. 1º O Conselheiro Tutelar abaixo descrito, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Cargo	CPF
JOEL LUIZ PIRES	CONSELHEIRO TUTELAR	764.568.119-53

Art. 2º Em conformidade com o disposto na legislação vigente, o Conselheiro Tutelar entra em exercício em 21/08/2019.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 21 de agosto de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior  
Prefeito Municipal  
(Interina)

Adriane Martins Luiz  
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

**PORTARIA PMI/SEAD Nº 755/2019**

Publicação Nº 2131143

PORTARIA PMI/SEAD Nº 755, de 21 de agosto de 2019.

Dispõe sobre a Exoneração de servidores em cargos de provimento em comissão, dos órgãos superiores correspondentes, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, os servidores abaixo descritos, nomeados para cargos de provimento em comissão nos respectivos órgãos superiores.

LC nº 4.800/2017				
Nome	Órgão Superior	Cargo	CPF	Exoneração
Vinícius de Souza	SEAD	Diretor de Planejamento e Gestão	067.572.289-63	21/08/2019
Jéssica Possamai Silveira	SEAD	Chefe de Departamento de Atos Licitatórios	065.658.349-54	21/08/2019
Selma Martins Andrade	SEAD	Chefe de Departamento de Apoio Administrativo	455.230.459-34	21/08/2019
Josimara Martins Krausen	SEDURB	Assistente de Chefe de Departamento	038.894.969-46	21/08/2019
Pedro Bryan de Freitas	PGM	Assistente de Chefe de Departamento	061.298.819-83	21/08/2019
Marciel Fermio Soares	SEMUSA	Chefe de Departamento de Sistemas de Informação Tecnológica	101.991.759-85	21/08/2019
Luciana Freitas da Rosa Feliciano	SEMUSA	Assessora Especial	841.255.199-00	21/08/2019
Selma Dias	SEMUSA	Assistente de Chefe de Departamento	854.580.319-20	21/08/2019
Herculano Feliciano	SEDUCE	Chefe de Departamento de Articulação e Desenvolvimento Institucional	432.890.619-49	21/08/2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 21 de agosto de 2019.

Imbituba, 21 de agosto de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior  
Prefeito Municipal  
(Interina)

Adriane Martins Luiz  
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

### PORTARIA PMI/SEAD Nº 756/2019

Publicação Nº 2131222

PORTARIA PMI/SEAD Nº 756, de 21 de agosto de 2019.  
Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

#### RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 14/2018, para exercer a função temporária de Professora, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão	Motivo da Contratação
Sara Cabral	Prof II Ed Infantil – 20h	064.782.409-40	21/08/2019	Atendimento de aumento excepcional de demanda temporária

Art. 2º A rescisão contratual ocorrerá no dia útil seguinte ao término do ano letivo de 2019, ou se houver punição disciplinar, ou no momento em que cessar o motivo que justificou a contratação acima, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo Único. A critério da Administração Pública, se não houver punição disciplinar ou cessação do motivo que justificou a contratação acima, tal contrato temporário pode ser prorrogado do término do ano letivo de 2019 até o término da colônia de férias.

Art. 3º A servidora admitida para a referida função, dará início ao seu efetivo exercício laborativo, tão-somente, após a entrega de toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação, bem como, a assinatura do termo de posse caso constatado a sua aptidão, de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 21 de agosto de 2019.  
Adriane Martins Luiz  
Secretária Municipal de Administração  
(Interina)

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

### PORTARIA PMI/SEAD Nº 757/2019

Publicação Nº 2131243

PORTARIA PMI/SEAD Nº 757, de 21 de agosto de 2019.  
Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

#### RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 14/2018, para exercer a função temporária de Professora, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão	Motivo da Contratação
Adrielly Souza Damázio	Prof I Ed Infantil – 20h	090.006.399-80	21/08/2019	Atendimento de aumento excepcional de demanda temporária

Art. 2º A rescisão contratual ocorrerá no dia útil seguinte ao término do ano letivo de 2019, ou se houver punição disciplinar, ou no momento em que cessar o motivo que justificou a contratação acima, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo Único. A critério da Administração Pública, se não houver punição disciplinar ou cessação do motivo que justificou a contratação acima, tal contrato temporário pode ser prorrogado do término do ano letivo de 2019 até o término da colônia de férias.

Art. 3º A servidora admitida para a referida função, dará início ao seu efetivo exercício laborativo, tão-somente, após a entrega de toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação, bem como, a assinatura do termo de posse caso constatado a sua aptidão, de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 21 de agosto de 2019.  
Adriane Martins Luiz  
Secretária Municipal de Administração  
(Interina)

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

### PORTARIA PMI/SEAD Nº 758/2019

Publicação Nº 2131272

PORTARIA PMI/SEAD Nº 758, de 21 de agosto de 2019.  
Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

#### RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 14/2018, para exercer a função temporária de Professora, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão	Motivo da Contratação
Adrielly Souza Damázio	Prof I Ed Infantil – 20h	090.006.399-80	22/08/2019	Atendimento de aumento excepcional de demanda temporária

Art. 2º A rescisão contratual ocorrerá no dia útil seguinte ao término do ano letivo de 2019, ou se houver punição disciplinar, ou no momento em que cessar o motivo que justificou a contratação acima, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo Único. A critério da Administração Pública, se não houver punição disciplinar ou cessação do motivo que justificou a contratação acima, tal contrato temporário pode ser prorrogado do término do ano letivo de 2019 até o término da colônia de férias.

Art. 3º A servidora admitida para a referida função, dará início ao seu efetivo exercício laborativo, tão-somente, após a entrega de toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação, bem como, a assinatura do termo de posse caso constatado a sua aptidão, de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 21 de agosto de 2019.  
Adriane Martins Luiz  
Secretária Municipal de Administração  
(Interina)

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

### PORTARIA PMI/SEAD Nº 759/2019

Publicação Nº 2131303

PORTARIA PMI/SEAD Nº 759, de 21 de agosto de 2019.  
Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

#### RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 14/2018, para exercer a função temporária de

Professora, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão	Motivo da Contratação
Tamiris Américo Pacheco	Prof II Ed Infantil – 20h	068.925.839-97	22/08/2019	Em substituição da Professora Sra. Patrícia Martins do Nascimento Ferreira

Art. 2º A rescisão contratual ocorrerá no dia útil seguinte ao término do ano letivo de 2019, ou se houver punição disciplinar, ou no momento em que cessar o motivo que justificou a contratação acima, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo Único. A critério da Administração Pública, se não houver punição disciplinar ou cessação do motivo que justificou a contratação acima, tal contrato temporário pode ser prorrogado do término do ano letivo de 2019 até o término da colônia de férias.

Art. 3º A servidora admitida para a referida função, dará início ao seu efetivo exercício laborativo, tão-somente, após a entrega de toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação, bem como, a assinatura do termo de posse caso constatado a sua aptidão, de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 21 de agosto de 2019.  
Adriane Martins Luiz  
Secretária Municipal de Administração  
(Interina)

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

## PORTARIA PMI/SEAD Nº 760/2019

Publicação Nº 2131320

PORTARIA PMI/SEAD Nº 760, de 21 de agosto de 2019.  
Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

### RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 14/2018, para exercer a função temporária de Professora, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão	Motivo da Contratação
Maria Eduarda Nascimento de Souza	Prof I Ed Infantil – 20h	115.499.029-03	22/08/2019	Em substituição da Professora Sra. Patrícia Martins do Nascimento Ferreira

Art. 2º A rescisão contratual ocorrerá no dia útil seguinte ao término do ano letivo de 2019, ou se houver punição disciplinar, ou no momento em que cessar o motivo que justificou a contratação acima, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo Único. A critério da Administração Pública, se não houver punição disciplinar ou cessação do motivo que justificou a contratação acima, tal contrato temporário pode ser prorrogado do término do ano letivo de 2019 até o término da colônia de férias.

Art. 3º A servidora admitida para a referida função, dará início ao seu efetivo exercício laborativo, tão-somente, após a entrega de toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação, bem como, a assinatura do termo de posse caso constatado a sua aptidão, de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 21 de agosto de 2019.  
Adriane Martins Luiz  
Secretária Municipal de Administração  
(Interina)

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

**PORTARIA PMI/SEAD Nº 761/2019**

Publicação Nº 2131340

PORTARIA PMI/SEAD Nº 761, de 21 de agosto de 2019.  
Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

**RESOLVE:**

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 14/2018, para exercer a função temporária de Professora, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão	Motivo da Contratação
Kátia Regina Marques	Prof I Ed Infantil – 20h	029.727.239-02	22/08/2019	Atendimento de aumento excepcional de demanda temporária

Art. 2º A rescisão contratual ocorrerá no dia útil seguinte ao término do ano letivo de 2019, ou se houver punição disciplinar, ou no momento em que cessar o motivo que justificou a contratação acima, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo Único. A critério da Administração Pública, se não houver punição disciplinar ou cessação do motivo que justificou a contratação acima, tal contrato temporário pode ser prorrogado do término do ano letivo de 2019 até o término da colônia de férias.

Art. 3º A servidora admitida para a referida função, dará início ao seu efetivo exercício laborativo, tão-somente, após a entrega de toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação, bem como, a assinatura do termo de posse caso constatado a sua aptidão, de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 21 de agosto de 2019.  
Adriane Martins Luiz  
Secretária Municipal de Administração  
(Interina)

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

**PORTARIA PMI/SEAD Nº 762/2019**

Publicação Nº 2131356

PORTARIA PMI/SEAD Nº 762, de 21 de agosto de 2019.  
Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

**RESOLVE:**

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 14/2018, para exercer a função temporária de Professora, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão	Motivo da Contratação
Kátia Regina Marques	Prof I Ed Infantil – 20h	029.727.239-02	23/08/2019	Atendimento de aumento excepcional de demanda temporária

Art. 2º A rescisão contratual ocorrerá no dia útil seguinte ao término do ano letivo de 2019, ou se houver punição disciplinar, ou no momento em que cessar o motivo que justificou a contratação acima, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo Único. A critério da Administração Pública, se não houver punição disciplinar ou cessação do motivo que justificou a contratação acima, tal contrato temporário pode ser prorrogado do término do ano letivo de 2019 até o término da colônia de férias.

Art. 3º A servidora admitida para a referida função, dará início ao seu efetivo exercício laborativo, tão-somente, após a entrega de toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação, bem como, a assinatura do termo de posse caso constatado a sua aptidão, de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Imbituba, 21 de agosto de 2019.  
Adriane Martins Luiz  
Secretária Municipal de Administração  
(Interina)

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

### PORTARIA PMI/SEAD Nº 763/2019

Publicação Nº 2131431

PORTARIA PMI/SEAD Nº 763, de 21 de agosto de 2019.  
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando ainda o disposto no Protocolo nº 11.490/2019 e na legislação em vigor;

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora, Sra. TÂNIA BERNARDO, Assistente Administrativa, inscrita no CPF sob o n.º 455.101.309-97, admitida em 16 de agosto de 1984, contrato nº 532, referente ao quinquênio devido, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição	Conversão
2014 a 2019	01.10.2019 a 30.10.2019 02.01.2020 a 31.01.2020	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de setembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 21 de agosto de 2019.  
Rosivaldo da Silva Júnior  
Prefeito Municipal  
(Interina)

Adriane Martins Luiz  
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

### PORTARIA PMI/SEAD Nº 764/2019

Publicação Nº 2131465

PORTARIA PMI/SEAD Nº 764, de 21 de agosto de 2019.  
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando o Protocolo nº 11.592/2019, ainda o disposto na legislação em vigor;

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora, Sra. MERI LUCIANA SILVEIRA, Professora, inscrita no CPF sob o n.º 770.025.209-20, admitida em 06 de fevereiro de 2014, contrato nº 7568, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2014 a 2019	23.08.2019 a 20.11.2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 21 de agosto de 2019.  
Rosivaldo da Silva Júnior  
Prefeito Municipal  
(Interina)

Adriane Martins Luiz  
Secretária Municipal de Administração



Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

### **PORTARIA PMI/SEAD Nº 765/2019**

Publicação Nº 2131478

PORTARIA PMI/SEAD Nº 765, de 21 de agosto de 2019.  
Dispõe sobre a Nomeação de Motorista e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, em 22 de agosto de 2019, o Sr. MOISÉS PAULO MACHADO, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 042.380.329-85, em decorrência de sua aprovação em 4º lugar no Processo Seletivo Simplificado n. 14/2018, para exercer a função temporária de Motorista, com a remuneração consignada na legislação pertinente, em virtude da desistência do candidato anterior, devido ao afastamento do Sr. Jeferson dos Santos, servidor de carreira, que encontra-se exercendo Função Gratificada.

Art. 2º O(A) nomeado(a) para o referido cargo tem o prazo de até 30 dias, a contar da publicação deste ato, para entregar toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação e, com isso, tomar posse.

Art. 3º Após assinatura do termo de posse caso constatada a sua aptidão de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019, o(a) nomeado(a) terá o prazo de até 15 (quinze) dias para se apresentar para o labor e entrar em exercício.

Art. 4º Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer no prazo apontado no art. 2º.

Art. 5º O(A) servidor(a) empossado(a) que não entrar em exercício no prazo estabelecido no art. 3º será exonerado(a), de ofício, da função temporária ao qual fora nomeado(a).

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 21 de agosto de 2019.  
Adriane Martins Luiz  
Secretária Municipal de Administração  
(Interina)

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

### **PORTARIA PMI/SEAD Nº 766/2019**

Publicação Nº 2131516

PORTARIA PMI/SEAD Nº 766, de 21 de agosto de 2019.  
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando o Memorando nº 14.311/2019, ainda o disposto na legislação em vigor;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora, Sra. MARILÉIA DA SILVA QUERINO ALVES, Professora, inscrita no CPF sob o n.º 521.049.749-68, admitida em 26 de março de 1984, contrato nº 782, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2009 a 2014	02.09.2019 a 30.11.2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 21 de agosto de 2019.  
Rosivaldo da Silva Júnior  
Prefeito Municipal  
(Interina)

Adriane Martins Luiz  
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

## PORTARIA PMI/SEAD Nº 767/2019

Publicação Nº 2131702

PORTARIA PMI/SEAD Nº 767, de 21 de agosto de 2019.  
Dispõe sobre a Nomeação de Assistente Social, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

### RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 22 de agosto de 2019, a Sra. KELLEN ALYNE DORTA GOES SIMON, brasileira, assistente social, inscrita no CPF sob o n.º 043.662.199-13, em decorrência de sua aprovação em 3º lugar no Processo Seletivo Simplificado n. 22/2017, para exercer a função temporária de Assistente Social, com a remuneração consignada na legislação pertinente, devido ao afastamento da Sra. Mariane Luize de Oliveira, servidora de carreira, que encontra-se exercendo Função Gratificada.

Art. 2º O(A) nomeado(a) para a referida função temporária tem o prazo de até 30 dias, a contar da publicação deste ato, para entregar toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação e, com isso, tomar posse.

Art. 3º Após assinatura do termo de posse caso constatada a sua aptidão de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019, o(a) nomeado(a) terá o prazo de até 15 (quinze) dias para se apresentar para o labor e entrar em exercício.

Art. 4º Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer no prazo apontado no art. 2º.

Art. 5º O(A) servidor(a) empossado(a) que não entrar em exercício no prazo estabelecido no art. 3º será exonerado(a), de ofício, da função temporária ao qual fora nomeado(a).

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 21 de agosto de 2019.  
Adriane Martins Luiz  
Secretária Municipal de Administração  
(Interina)

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

## PORTARIA PMI/SEAD Nº 768/2019

Publicação Nº 2131752

PORTARIA PMI/SEAD Nº 768, de 21 de agosto de 2019.  
Dispõe sobre a admissão de Professor, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

### RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 14/2018, para exercer a função temporária de Professor, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão	Motivo da Contratação
Alexssander Agapito de Oliveira	Prof II Ed Física – 40h	077.752.819-36	22/08/2019	Em substituição do Professor Sr. Michel da Silva Farias

Art. 2º A rescisão contratual ocorrerá no dia útil seguinte ao término do ano letivo de 2019, ou se houver punição disciplinar, ou no momento em que cessar o motivo que justificou a contratação acima, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo Único. A critério da Administração Pública, se não houver punição disciplinar ou cessação do motivo que justificou a contratação acima, tal contrato temporário pode ser prorrogado do término do ano letivo de 2019 até o término da colônia de férias.

Art. 3º O servidor admitido para a referida função, dará início ao seu efetivo exercício laborativo, tão-somente, após a entrega de toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação, bem como, a assinatura do termo de posse caso constatado a sua aptidão, de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 21 de agosto de 2019.  
Adriane Martins Luiz  
Secretária Municipal de Administração  
(Interina)

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

## PORTARIA PMI/SEAD Nº 769/2019

Publicação Nº 2131779

PORTARIA PMI/SEAD Nº 769, de 21 de agosto de 2019.  
Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

### RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 01/2019, para exercer a função temporária de Professora, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão	Motivo da Contratação
Sara Ingrid Matias Carvalho	Prof I Ed Especial – 20h	074.292.069-05	22/08/2019	Atendimento de aumento excepcional de demanda temporária

Art. 2º A rescisão contratual ocorrerá no dia útil seguinte ao término do ano letivo de 2019, ou se houver punição disciplinar, ou no momento em que cessar o motivo que justificou a contratação acima, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo Único. A critério da Administração Pública, se não houver punição disciplinar ou cessação do motivo que justificou a contratação acima, tal contrato temporário pode ser prorrogado do término do ano letivo de 2019 até o término da colônia de férias.

Art. 3º A servidora admitida para a referida função, dará início ao seu efetivo exercício laborativo, tão-somente, após a entrega de toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação, bem como, a assinatura do termo de posse caso constatado a sua aptidão, de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 21 de agosto de 2019.  
Adriane Martins Luiz  
Secretária Municipal de Administração  
(Interina)

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

# Indaial

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1315/19

Publicação Nº 2130745

. DECRETO Nº 1315/19  
. De 20 de agosto de 2019  
Nomeia Suely Vehmuth Diretora I (DAE 3)\_  
Revoga Decreto nº 86 de 2017.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei nº 3990/2009 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a partir de 25 de julho de 2019, SUELY VEHMUTH para o cargo de Diretora I – DAE 3, previsto no anexo III da Lei 3.990/09, exercendo suas funções na E.B.M. Mulde Baixa.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto 86/17.

Município de Indaial, em 20 de agosto de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

### DECRETO Nº 1316/19

Publicação Nº 2130748

. DECRETO Nº 1316/19  
. De 20 de agosto de 2019  
Nomeia Zilda Maria Garcia de Garcia DAE 3 -  
Revoga Decreto nº 92 de 2017

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei nº 3990/2009 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a partir de 25 de julho de 2019, ZILDA MARIA GARCIA DE GARCIA, para o cargo de Diretora I – DAE 3, previsto no anexo III da Lei 3.990/09, para atuar no Centro de Educação de Jovens e Adultos.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente os efeitos do Decreto 92/17.

Município de Indaial, em 20 de agosto de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

**EDITAL 11/2019 DE PAVIMENTAÇÃO- SISTEMA MUTIRÃO - DA RUA JOSÉ FLORIANO**

Publicação Nº 2131487



Indaial, 15 de julho de 2019

**EDITAL Nº 11/2019**

O Prefeito de Indaial, André Luiz Moser, torna público de acordo com o estabelecido na Lei Complementar 79/2007, Leis 4580/2011 e 4841/2013 e Decreto Municipal nº 2472/2012, orçamento contendo custos da **pavimentação** com lajota tijolão de concreto – Sistema Mutirão - da **Rua José Floriano**, Bairro Warnow, totalizando 1.291,60 m<sup>2</sup> de pavimentação (267,33 metros de extensão) e 329,90 metros lineares de testadas. Importando a obra em R\$ 116.976,13 (cento e dezesseis mil, novecentos e setenta e seis reais e treze centavos). Iniciando na rua Bezerra de Menezes pelo lado direito e rua Alexandre Osvald Tarnowski pelo lado esquerdo, terminando na propriedade de Márcio Rodrigo Kirsten pelo lado direito e de Pedro de Jesus pelo lado esquerdo.

**MEMORIAL DESCRITIVO****1. MATERIAL**

- 1.1 – Fornecimento de lajota tijolão de concreto;
- 1.2 – Fornecimento de meio-fio de concreto;
- 1.3 – Colchão de areia;
- 1.4 – Tijolos comuns param confecção e reparação de caixas coletoras;
- 1.5 – Grelha para caixa coletora;
- 1.6 – Tubos de concreto 30 cm;
- 1.7 – Tubos de concreto 40 cm;
- 1.8 – Cimento para rejunte.

**2. MÃO-DE-OBRA**

- 2.1 – Colocação de lajota tijolão de concreto com preparação do colchão para assentamento e rejunte das sarjetas;
- 2.2 – Colocação de meio-fio com rejunte de fugas;
- 2.3 – Reparo de caixa coletora;
- 2.4 – Colocação de tubos;
- 2.5 – Máquina p/ abertura de vala p/ colocação de tubos;
- 2.6 – Máquina para preparação de cancha;
- 2.7 – Transporte de material p/ apiloamento de vala;
- 2.8 – Rolo compactador;
- 2.9 – Transporte de material excedente;
- 2.10 - Carregadeira.

DISCRIMINAÇÃO	UNID	QUANT.	UNIT.	TOTAL R\$
---------------	------	--------	-------	-----------

**1. MATERIAL**

1.1 – Fornecimento de lajota tijolão de concreto	m <sup>2</sup>	1.291,60	49,50	63.934,20
1.2 – Fornecimento de meio-fio de concreto	m	329,90	27,00	8.907,30
1.3 – Colchão de areia	m <sup>3</sup>	130,00	75,00	9.750,00
1.4 – Tijolo comum para confecção e reparação de caixa coletora	unid	270,00	0,50	135,00

1.5 – Grelha para caixa coletora	pç	3,00	195,58	585,84
1.6 – Tubos de concreto DN = 30cm	m	15,00	71,30	1.069,50
1.7 – Tubos de concreto DN = 40cm	m	15,00	97,28	1.459,20
1.8 – Cimento para rejunte	kg	300,00	0,66	197,89
<b>TOTAL ITEM 01</b>	=		<b>R\$</b>	<b>86.038,93</b>

## 2. MÃO-DE-OBRA

2.1 – Execução de pav. com preparação de colchão	m²	1.291,60	16,00	20.665,60
2.2 – Execução de meio-fio com rejunte	m	329,90	4,00	1.319,60
2.3 – Reparo de caixa coletora	unid	3,00	50,00	150,00
2.4 – Colocação de tubos	m	30,00	16,00	480,00
2.5 – Máquina p/ abertura de vala p/ colocação de tubos	h	12,00	150,00	1.800,00
2.6 – Máquina para preparação de cancha	h	12,00	240,00	2.880,00
2.7 – Transporte de material p/ apiloamento de vala	h	12,00	80,00	960,00
2.8 – Rolo compactador	h	12,00	80,00	960,00
2.9 – Transporte de material excedente	h	12,00	63,50	762,00
2.10 – Carregadeira	h	12,00	80,00	960,00
<b>TOTAL ITEM 02</b>	=		<b>R\$</b>	<b>30.937,20</b>

<b>TOTAL GERAL ITEM 01 E 02</b>	=		<b>R\$</b>	<b>116.976,13</b>
---------------------------------	---	--	------------	-------------------

## 3. CUSTOS DA OBRA

3.1 Participações dos moradores	95.364,67
3.2 – Participações do Poder Público	
3.2.1 – Infraestrutura e melhorias	12.201,54
3.2.2 – Embocamento/Testadas	9.409,92
<b>TOTAL ITEM 03</b>	= <b>R\$ 116.976,13</b>

### DISTRIBUIÇÃO DOS CUSTOS POR PROPRIETÁRIOS

PROPRIETÁRIOS	TESTADA	ÁREA	TOTAL - R\$
	(m)	(m²)	
Lado Direito			
Município de Indaial – Testada Rua Bezerra de Menezes	12,00	48,00	3.893,76
Emerson Felipe Couto	10,00	40,00	3.244,80
Márcia Aparecida Waier	10,00	40,00	3.244,80
Odair Petersen	10,00	40,00	3.244,80
Jeferson Collelo	10,00	40,00	3.244,80

Givanildo da Conceição Maria	10,00	40,00	3.244,80
Márcio de Oliveira	10,00	40,00	3.244,80
Alberto Barbosa Vieira	10,00	40,00	3.244,80
Jéssica Aline Ennes	10,00	40,00	3.244,80
Ademir Freiburger	10,00	40,00	3.244,80
Francinaldo Assis de Freitas	10,00	40,00	3.244,80
Tairine Lúcio	10,00	40,00	3.244,80
Marcílio Maus	10,00	40,00	3.244,80
Gerson de Oliveira	10,00	40,00	3.244,80
Marcio Rodrigo Kirsten	10,00	40,00	3.244,80

**Lado Esquerdo**

Município de Indaial - Embocamento	14,00	28,00	2.271,36
Município de Indaial – Testada rua Alexandre Osvald Tarnowski	10,00	40,00	3.244,80
Jean Carlos Felippi	18,00	72,00	5.840,64
Rodrigo Roegelin	9,00	36,00	2.920,32
Marta de Andrade	9,30	37,20	3.017,66
Willyan Barreto	9,00	36,00	2.920,32
John William Machado	9,00	36,00	2.920,32
Francielle C. Wolf	10,00	40,00	3.244,80
Cícero de Moura	8,90	35,60	2.887,87
Fabício Almeida Campos	9,00	36,00	2.920,32
Denis Liston Lima	10,00	40,00	3.244,80
Benedito da Silva Gonçalves	10,00	40,00	3.244,80
Iago Flores	8,60	34,40	2.790,53
Fernandes Veiga	8,60	34,40	2.790,53
Marlene de Fátima Oliveira Rutsatz	8,50	34,00	2.758,08
Pablo Henrique Rutsatz	8,50	34,00	2.758,08
Osmar Moik	8,50	34,00	2.758,08
Pedro de Jesus	9,00	36,00	2.920,32

Ficam notificados todos os proprietários beneficiados, supramencionados, que não aderiram ao sistema mutirão para, no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar quaisquer elementos dos custos apresentados.

1. Vencimento 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação para pagamento total ou 1ª parcela.
2. Em 12 (doze) parcelas, conforme artigo 9º da Lei 4580/2011, com redação dada pela Lei 4841/2013, incidindo juros de 1% (um por cento) ao mês sobre o saldo devedor, conforme



Art. 407 da Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal) e artigo 9º da Lei 4580/2011, alterado pela Lei 4841/2013.

3. O não pagamento implicará:

3.1 - MULTA: conforme Art. 458 e 459 da Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal)

3.2 - JUROS: conforme Art. 62 da Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal) artigo 9º da Lei 4580/2011, alterado pela Lei 4841/2013.

3.3 - CORREÇÃO MONETÁRIA: conforme Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal).

**ANDRÉ LUIZ MOSER**  
**PREFEITO**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 185/2019**

Publicação Nº 2130665

PUBLICAÇÃO DE EDITAL  
MUNICÍPIO DE INDIAIAL

Processo Licitatório nº 185/2019  
Edital de Pregão Presencial nº 076/2019-10430  
Registro de Preços

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Aquisição de água engarrafada - Exclusiva para ME e EPP.

Entrega dos envelopes: 04/09/2019 - 14h15min – Horário de Brasília

Abertura das propostas: 04/09/2019 - 14h30min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic3@indaial.sc.gov.br, e o site [www.indaial.sc.gov.br](http://www.indaial.sc.gov.br).

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

# Iomerê

## PREFEITURA

### CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Publicação Nº 2130577

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

LUCIANO PAGANINI, Prefeito Municipal de Iomerê, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 40, §4º, inciso I, da Lei Federal 10.257, de 10 de julho de 2001, visando assegurar a participação da população no processo de revisão do plano diretor municipal, bem como na regularização de edificações em desconformidade com a legislação, CONVOCA a população em geral, bem como as associações representativas interessadas e demais segmentos da comunidade, para participarem da Audiência Pública que fará a revisão do Plano Diretor Municipal, no que diz respeito a regularização de edificações em desconformidade com a legislação, nos limites a serem acordados. A Audiência Pública ocorrerá no seguinte local:

Auditório da Prefeitura Municipal

Data: 24 de setembro de 2019

Hora: 09:00 horas

Iomerê, 21 de agosto de 2019.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

# Ipira

## PREFEITURA

### PROCESSO DE LICITAÇÃO 054/2019-PMI

Publicação N° 2130738

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPIRA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 054/2019 - PMI  
Pregão Presencial nº 032/2019 - PMI

O Município de Ipira torna público para o conhecimento dos interessados que estará realizando Processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial - Registro de Preços para futura contratação, a fim de viabilizar os serviços de lavagem de veículos e máquinas para a Frota da Prefeitura Municipal de Ipira. Entrega dos envelopes até às 08:45 horas do dia 04 de setembro de 2019. Informações e íntegra do Edital, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, na Prefeitura Municipal, ou pelo Telefone (0\*\*49) 3558-0451 – E-mail: neocir@ipira.sc.gov.br.

Ipira (SC), 21 de agosto de 2019.  
Emerson Ari Reichert  
Prefeito Municipal

### CONTRATO 129/2019-PMI

Publicação N° 2131608

21/08/2019 31/12/2019 21/08/2019 2019 55 2547 129/2019 0 1 O objeto deste instrumento é a contratação de entidade especializada para a elaboração do edital de inscrição e operacionalização do I Torneio de Robótica Inspiração para crianças e jovens de 09 a 15 anos de idade, durante a II Expo Ipira - Feira Cultural e Multissetorial, com o intuito de fortalecer as ações desenvolvidas de incremento do empreendedorismo e inovação, despertando o interesse dos jovens e comunidade em geral para as áreas de tecnologia e inovação. 17541,48 102892 SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA J 1 91 2019 0 39 C 0 0 8 DL 4 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

# Iporã do Oeste

## PREFEITURA

### Lei 1.865/2019

Publicação Nº 2131377

LEI Nº 1.865 DE 21 DE AGOSTO DE 2019

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE - SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica incluído no anexo da Lei nº. 1.789 de 18 de setembro de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para os exercícios de 2018 a 2021 na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente a seguinte unidade orçamentaria e programa:

UNIDADE: 002 – Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMMA

PROGRAMA: 0024 – Políticas de Proteção e Conservação do Meio Ambiente

DIRETRIZ: Fomentar ações e atividades de proteção, controle, fiscalização, melhoria da qualidade e licenciamento ambiental, visando assegurar, no Município de Iporã do Oeste, condições ao desenvolvimento socioeconômico e proteção da dignidade da vida humana.

OBJETIVO: instituir o sistema municipal de proteção, controle, fiscalização, melhoria da qualidade e licenciamento ambiental, criação do fundo municipal do Meio Ambiente;

Art. 2º Fica INCLUÍDA à Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO Lei nº 1.838, de 23 de novembro de 2018, na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente a seguinte unidade orçamentaria e programa o seguinte:

UNIDADE: 002 – Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMMA

PROGRAMA: 0024 – Políticas de Proteção e Conservação do Meio Ambiente

DIRETRIZ: Fomentar ações e atividades de proteção, controle, fiscalização, melhoria da qualidade e licenciamento ambiental, visando assegurar, no Município de Iporã do Oeste, condições ao desenvolvimento socioeconômico e proteção da dignidade da vida humana.

OBJETIVO: instituir o sistema municipal de proteção, controle, fiscalização, melhoria da qualidade e licenciamento ambiental, criação do fundo municipal do Meio Ambiente;

AÇÃO: 2040 – Manutenção das Ações do Departamento do Meio Ambiente

ELEMENTOS DE DESPESA/FONTES DE RECURSOS:

31.71.00.00.00 – 01.00.00.00

33.71.00.00.00 – 01.00.00.00

33.90.00.00.00 – 01.00.00.00

44.71.00.00.00 – 01.00.00.00

44.90.00.00.00 – 01.00.00.00

Art. 3º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual – LOA, Lei nº 1.841 de 20 de novembro de 2018, no orçamento do Município de Iporã do Oeste, com a abertura de um Crédito Adicional Especial, na ação e valores abaixo especificados:

Órgão:	07.00	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade:	07.02	Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMMA
Proj./Ativ.	0018.541.0024.2040	Manutenção das Ações do Departamento do Meio Ambiente
3.1.71.00.00.00.00.00		Transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio
01.00.00.00		Recursos Ordinários 3.346,80
3.3.71.00.00.00.00.00		Transferências a consórcios públicos
01.00.00.00		Recursos Ordinários 5.020,20
3.3.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas
01.00.00.00		Recursos Ordinários 750,00
4.4.71.00.00.00.00.00		Transferências a consórcios públicos
01.00.00.00		Recursos Ordinários 7.789,00
4.4.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas
01.00.00.00		Recursos Ordinários 94,00
		Total 17.000,00

Art. 4º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 3º, redução parcial e/ou total das dotações orçamentárias abaixo especificadas, com fulcro no inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes:

Órgão:	07.00	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade:	07.01	Fundo Munic. Desenvolvimento Rural - FMDR
Proj./Ativ.	20.606.0016.2039	Manutenção Ações Departamento de Agricultura e Meio Ambiente

3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	
01.00.00.00	Recursos Ordinários	17.000,00

Art. 5º Em consequência da abertura do crédito adicional especial autorizado no artigo 3º, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2018/2021 - Lei Municipal nº 1.789/2017, da LDO 2019 - Lei Municipal nº 1.838/2018 e da LOA 2019 – Lei Municipal nº 1.841/2018, serão alterados nas importâncias correspondentes, no valor de até R\$ 17.000,00 (dezesete reais).

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Iporã do Oeste – SC, 21 de agosto de 2019.

LÚCIO MALLMANN  
Prefeito

JONAS KAISER  
Secretário de Administração e Finanças

## PR 053-2019

Publicação Nº 2130833

MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE – SANTA CATARINA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2019  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/2019

O MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 09h00min do dia 04 de Setembro de 2019, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Iporã do Oeste/SC, localizada na Rua Santo Antônio, nº 100, Centro, município de Iporã do Oeste/SC.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JUNTO AO DISTRITO FEDERAL/BRASILIA/DF PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Licitações, pelo telefone (49 3634-1210), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município, <iporadooeste.atende.net>.

Iporã do Oeste/SC, 21 de Agosto de 2019.

LÚCIO MALLMANN  
PREFEITO MUNICIPAL.

# Ipuaçu

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 142 DE 20 DE AGOSTO DE 2019. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2019 PELO REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 2131118

DECRETO Nº 142

DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2019 PELO REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito em exercício do Município de Ipuaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes nos incisos VI e XXVII do Art. 91 da Lei Orgânica, Art. 9º da Lei 888 de 30 de novembro de 2018 – Lei Orçamentária para o exercício de 2019;

DECRETA:

Art. 1º Abre crédito adicional suplementar pelo remanejamento de dotação na seguinte programação de despesa:

Da programação de despesa:

06.00 – Secretaria de Infraestrutura e Obras

Projeto/Atividade n. 26.782.2601.2.047 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura e Obras

Modalidade de Aplicação: 44900000

Fonte de Recurso: 0.100 –Recursos Ordinários

Despesa: 77 – R\$ 112.430,00

Para a programação de despesa:

06.00 – Secretaria de Infraestrutura e Obras

Projeto/Atividade n. 26.782.2601.2.047 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura e Obras

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recurso: 0.100 –Recursos Ordinários

Despesa: 74 – R\$ 112.430,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em exercício de Ipuaçu-SC, em 20 de agosto de 2019.

NELSON BRISOLA

Prefeito Municipal em exercício

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

Publicado no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br

### **PL PREF 70.2019 PP PREF 32.2019 PRORROGAÇÃO**

Publicação Nº 2131310

DESPACHO/ DECISÃO

PROCESSO LICITATÓRIO PREF N. 70/2019

PREGÃO PRESENCIAL PREF N. 32/2019

1. OBJETO: Visa o presente edital a aquisição de uma motoniveladora, nova, ano e modelo mínimo 2019 para o Município de Ipuaçu-SC, conforme descrito no anexo I termo de referência em atendimento ao processo de operação de crédito interno PVL 02.002702/2019-26 programa BADESC cidades.

Considerando impugnação do edital enviada na data de 19 de agosto de 2019, pela empresa SHARK MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA inscrita no CNPJ sob o n.º 06.224.121/0019-22;

Considerando impugnação do edital enviada na data de 20 de agosto de 2019, pela empresa MANTOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA inscrita no CNPJ sob o n.º 79.879.318/0001-44;

Considerando que a administração pública municipal zela pelos princípios da livre e ampla competição e economicidade ao erário público;

Considerando que o município não pode ser um inibidor da competição, e sim um ente que busca garantir suas necessidades respeitando os princípios basilares da Constituição Federal de 1988.

Considerando a importância de aquisição de um bem proporcional com as necessidades do município;

2. FICAM PROMOVIDAS AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PREF N. 32/2019 (PROCESSO LICITATÓRIO N. 70/2019) AS ALTERAÇÕES/ADEQUAÇÕES QUE SEGUEM SOBRE O DESCRITIVO DO ITEM:

Item	Qtd	Und	Descrição	Preço Máximo und	Preço Max. Total
01	01	und	01 (uma) Motoniveladora, nova (zero hora), ano/modelo mínimo 2019, Acionada por motor diesel, atendem aos padrões de emissão de poluentes ao Tier 3 do EPA (Environmental Protection Agency, Órgão de Proteção Ambiental), motor turbo de no mínimo 6 cilindros, com potência líquida de no mínimo 140hp, com tecnologia VHP, - Servo transmissão de acionamento direto e controle eletrônico, com dois modos de operação (automático e manual); - Iluminação de trabalho frontal e traseira - barra reta- Lâmina de no mínimo 3.600 mm x 600 mm x 16 mm constituída de aço altamente resistente, com deslocamento lateral hidráulico, a lâmina devesa possuir deslocamento lateral de 90°, sistema hidráulico sensível a carga, formato em curva envolvente e sela móvel de no mínimo 3 posições de serviços com trava hidráulica; - Lâmina com borda cortante – rotação da lamina em 360º - Cabine fechada com ar condicionado; - Freios de serviços, com discos banhados a óleo, localizado em cada uma das 04 (quatro) rodas traseiras, vedados livres de ajustes; - Riper traseiro com no mínimo 5 dentes; - no mínimo 6 marchas a frente e 3 à ré. Possuir modo econômico de operação do equipamento. Banco com suspensão; engrenagem do círculo com dentes; - monitoramento via satélite- Monitoramento remoto do equipamento; - Pneus 14.0-24 L2, mínimo 12 lonas convencional em aro multipeças; - Peso Operacional mínimo de: 15.000 kg.	R\$ 730.000,00	R\$ 730.000,00
			VALOR TOTAL MÁXIMO		R\$ 730.000,00

03 – Embora das alterações promovidas não alterem a essência do edital, visando-se propiciar a mais ampla participação possível de empresas interessadas, fica prorrogado o prazo para recebimento e abertura da documentação e propostas conforme segue:

#### RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

Até o dia 05 (cinco) de setembro de 2019, até às 13h40min.

#### ABERTURA DAS PROPOSTAS

Dia 05 (cinco) de setembro de 2019 a partir das 14h00min.

04 - Permanecem inalteradas e re-ratificadas as demais disposições do edital não afetadas por este instrumento.

COMUNIQUE-SE,  
PUBLIQUE-SE,  
CUMPRA-SE.

Ipuaçu-SC, 21 de agosto de 2019.  
NELSON BRISOLA  
Prefeito Municipal, em exercício  
De acordo:

Julcemar Comachio  
OAB/SC n. 18.445



# Ipumirim

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº. 374/2019 DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2131322

#### CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA EFETIVA À PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

#### CONCEDE:

A MARIA ALZIRA SCHRODER, matrícula 514, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 2017 a 2018 e gozo de 21 de Agosto de 2019 a 19 de Agosto de 2019.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 21 de Agosto de 2019.

Ipumirim - SC, 20 de Agosto de 2019.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

Prefeito Municipal

# Iraceminha

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 234/2019, 20 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2130597

PORTARIA Nº 234/2019, 20 DE AGOSTO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar Municipal Nº 086/2018 de 17 de Dezembro de 2018 e Estatuto dos Servidores Públicos.

#### RESOLVE:

Art. 1º - CONSIDERAR o retorno ao serviço da funcionária Sra. MARIA ROSA BAIRLE FERRI ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, A PARTIR DESTA DATA.

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Iraceminha, 20 de Agosto de 2019.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

### PORTARIA Nº 235/2019, 20 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2130599

PORTARIA Nº 235/2019, 20 DE AGOSTO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar Municipal Nº 086/2018 de 17 de Dezembro de 2018 e Estatuto dos Servidores Públicos.

#### RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a Sra. CINTIA APARECIDA SCHWENGBER contratada em Caráter Temporário (ACT) de excepcional interesse público, mediante Lei Municipal nº 1334/2017 de 07 de Março de 2017, para atuar como AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 40 horas, a partir desta data. Em decorrência do retorno ao serviço da funcionária Sra. MARIA ROSA BAIRLE FERRI ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Iraceminha, 20 de Agosto de 2019.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

### PORTARIA Nº 236/2019, 20 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2130600

PORTARIA Nº 236/2019, 20 DE AGOSTO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar Municipal Nº 086/2018 de 17 de Dezembro de 2018 e Estatuto dos Servidores Públicos.

#### RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER férias regulamentares pelo período de 15 dias, ao Servidor Público Municipal, Sr. ARNO JANICH, funcionário efetivo no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 40 horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, no período DE 26 DE AGOSTO a 09 DE SETEMBRO DE 2019, referente ao período aquisitivo 12/03/2018 a 11/03/2019.

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Iraceminha, 20 de Agosto de 2019.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

**PORTARIA Nº 237/2019, 20 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2130602

PORTARIA Nº 237/2019, 20 DE AGOSTO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar Municipal Nº 086/2018 de 17 de Dezembro de 2018 e Estatuto dos Servidores Públicos.

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER férias regulamentares pelo período de 30 dias, ao Servidor Público Municipal, Sra. MICHELI CARLA BORTOLOTTI, funcionária efetiva no cargo de PSICÓLOGO CRAS, 40 horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, no período DE 26 DE AGOSTO a 24 DE SETEMBRO DE 2019, referente ao período aquisitivo 20/03/2018 A 19/03/2019.

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Iraceminha, 20 de Agosto de 2019.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

# Irani

## PREFEITURA

### EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO Nº 004/2019

Publicação Nº 2131333

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IRANI

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 004/2019

Concedente: MUNICÍPIO DE IRANI

Conveniente: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES MICROBACIA RIO ENGANO, inscrito no CNPJ nº 02.906.610-0001-84.

Objeto: O objeto é a cessão de direito de uso de Distribuidor de adubo seco e calcário da marca IAC, 6000 kg, Patrimônio 07174 e uma grade aradora 12 discos da marca Piccin, patrimônio 07187. Título gratuito, visando à prestação de serviço a todos os agricultores residentes na região a que a associação abrange.

Vigência: 02 de Agosto de 2024.

Irani/SC 02 de Agosto de 2019.

Sivio Antonio Lemos das Neves – Prefeito.

### EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO Nº 005/2019

Publicação Nº 2131335

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IRANI

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 005/2019

Concedente: MUNICÍPIO DE IRANI

Conveniente: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES MICROBACIA DE LAGEADO DO MEIO, inscrito no CNPJ nº 02.906.599/0001-52.

Objeto: O objeto é a cessão de direito de uso de Distribuidor de adubo Liquido, da marca Rino, 4000 L, Patrimônio 07138 . Título gratuito, visando à prestação de serviço a todos os agricultores residentes na região a que a associação abrange.

Vigência: 02 de Agosto de 2024.

Irani/SC 02 de Agosto de 2019.

Sivio Antonio Lemos das Neves – Prefeito.

### EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO Nº 006/2019

Publicação Nº 2131336

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IRANI

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 006/2019

Concedente: MUNICÍPIO DE IRANI

Conveniente: ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DE AGRICULTORES DE LAJEADO DA ANTA, inscrito no CNPJ nº 26.763.929/0001-66.

Objeto: O objeto é a cessão de direito de uso de uma plantadora de Grãos Graudos, da marca THUROW, duas linhas, Patrimônio 07139 e uma grade aradora da marca PICCIN, doze discos, Patrimônio 07186. . Título gratuito, visando à prestação de serviço a todos os agricultores residentes na região a que a associação abrange.

Vigência: 02 de Agosto de 2024.

Irani/SC 02 de Agosto de 2019.

Sivio Antonio Lemos das Neves – Prefeito.

### EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO Nº 007/2019

Publicação Nº 2131338

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IRANI

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 007/2019

Concedente: MUNICÍPIO DE IRANI

Conveniente: ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DE AGRICULTORES MICROBACIA DE ALTO LAGEADO DO MEIO, inscrito no CNPJ nº 07.300.644/0001-44

Objeto: O objeto é a cessão de direito de uso de uma roçadeira para trator, da marca Metalurgica Freitas, patrimônio 07175 e um pulverizador da marca RUBEMAQ

Patrimônio 07172. Título gratuito, visando à prestação de serviço a todos os agricultores residentes na região a que a associação abrange.

Vigência: 02 de Agosto de 2024.

Irani/SC 02 de Agosto de 2019.  
Sívio Antonio Lemos das Neves – Prefeito.

**EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO Nº 008/2019**

Publicação Nº 2131345

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IRANI

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 008/2019

Concedente: MUNICÍPIO DE IRANI

Conveniente: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DE ALTO CASCALHO, inscrito no CNPJ nº 02.481.666/001-34.

Objeto: O objeto é a cessão de direito de uso de um distribuidor de adubo seco e calcário da Marca IAC, 5000 kg, patrimônio 07173. Título gratuito, visando à prestação de serviço a todos os agricultores residentes na região a que a associação abrange.

Vigência: 02 de Agosto de 2024.

Irani/SC 02 de Agosto de 2019.

Sívio Antonio Lemos das Neves – Prefeito.

**EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO Nº 009/2019**

Publicação Nº 2131324

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IRANI

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 009/2019

Concedente: MUNICÍPIO DE IRANI

Conveniente: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DE SÃO VICENTE, inscrito no CNPJ nº 14.957.890/0001-39.

Objeto: O objeto é a cessão de direito de uso de um Trator Agrícola, modelo LS U80, patrimônio 07193. Título gratuito, visando à prestação de serviço a todos os agricultores residentes na região a que a associação abrange.

Vigência: 20 de Agosto de 2024.

Irani/SC 20 de Agosto de 2019.

Sívio Antonio Lemos das Neves – Prefeito.

# Irineópolis

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 2623050081096/2017 - PM/CAIXA

Publicação Nº 2131119

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 2623.0500.810-96/2017

Contratante – Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratado – Caixa Econômica Federal

Objeto – Contrato de Financiamento , destinado a execução de obras/serviços no Município de Irineópolis, no âmbito do Pró-transporte. Valor –R\$ 3.613.739,57 (três milhões seiscentos e treze mil setecentos e trinta e nove reais e cinquenta e sete centavos).

Vigência – 16/08/2019 a 15/08/2039.

Base Legal – Lei Municipal nº 1961/2018.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

### LEI Nº. 2.031/2019

Publicação Nº 2131554

LEI Nº 2.031/2019.

Ratifica as alterações realizadas no Protocolo de Intenções consubstanciado no Contrato de Consórcio Público da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), e dá outras providências.

JULIANO POZZI PEREIRA Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e do artigo 29 do Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público do consórcio público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), firmado entre este Município e o Consórcio Público ARIS, mediante autorização da Lei Municipal nº 1.669/2013, alterada pela Lei Municipal nº 1.912/2016.

Art. 2º O texto consolidado do Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público está publicado nas páginas 1544/1627 da edição nº 2771 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC (Edição de 08 de março de 2019, disponível em: [http://edicao.dom.sc.gov.br/1552066503\\_edicao\\_2771\\_assinada.pdf](http://edicao.dom.sc.gov.br/1552066503_edicao_2771_assinada.pdf)).

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Irineópolis, SC, 20 de Agosto de 2019.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

### LEI Nº. 2.032/2019

Publicação Nº 2131558

Lei Nº 2.032/2019.

DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE BIOMBOS ENTRE OS CAIXAS E OS CLIENTES EM ESPERA NAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS E INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS E DÁ OUTRA PROVIDÊNCIAS.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que o Plenário da Câmara de Vereadores aprovou Projeto de Lei de iniciativa do Legislativo e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º As agências bancárias e as instituições financeiras que atuam no Município de Irineópolis deverão instalar em suas agências, um painel opaco de proteção, tipo biombo ou similar, com altura compatível para impedir a visualização das pessoas nas filas de espera de atendimento nos caixas, com as que estão sendo atendidas, de modo a aumentar a segurança no período de atendimento.

Parágrafo único. Cada agência bancária e instituição financeira de que de que trata o caput deste artigo deverá manter em funcionamento um painel eletrônico que indique o caixa que está disponível ao atendimento do próximo cliente da fila de espera.

Art. 2º As instituições bancárias deverão implantar estes equipamentos no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data de publicação desta lei.

Parágrafo único. O não atendimento ao disposto na presente lei, no prazo acima estipulado, implicará na imposição de multa diária no valor de 10 UFRM por dia de descumprimento, devendo o PROCON fiscalizar o seu cumprimento.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das respectivas agências bancárias ou instituições financeiras no Município de Irineópolis.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às em contrário.

Irineópolis, em 21 de Agosto de 2019.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

## RESOLUÇÃO HMBJ Nº 019/2019

Publicação Nº 2131364

RESOLUÇÃO N º 019/2019.

“EXONERA SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

A Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, cidadã DULCE MARA DOLINSKI BEDRECHUK, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no artigo 105, inciso VII da Lei Complementar nº 07/2001, de 15/10/2001, e demais legislação pertinente,

RESOLVE:

Art 1st - Exonerar a servidora MIRIANE FRIEDRICH REICHARDT, do Cargo de Provimento em Comissão de SUPERVISORA DE SERVIÇOS DE ENFERMAGEM, para o qual foi nomeada através da Resolução nº 35/2018 de 04/09/2018.

Art 2nd - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 12 de Agosto de 2019.

DULCE MARA DOLINSKI BEDRECHUK

Presidente.

## RESOLUÇÃO HMBJ Nº 023/2019

Publicação Nº 2131371

RESOLUÇÃO Nº 023/2019.

INSTITUI A COMISSÃO DE REVISÃO DE PRONTUÁRIOS, DESIGNA OS MEMBROS PARA A SUA COMPOSIÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, cidadã DULCE MARA DOLINSKI BEDRECHUK, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que lhe confere o inciso VII do artigo 105 da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001, e, considerando o disposto na Resolução CPM nº 1.638/2002, de 10 de Julho de 2002,

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir a Comissão de Revisão de Prontuários do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, que será composta pelos(as) seguintes servidores(as):

- Kelli Vanessa da Silva Malagoli – Representante dos(as) Enfermeiros(as);
- Maria Luciane Cardozo – Representante dos(as) Técnicos(as) de Enfermagem;
- Vinicius Marques Kingerski – Representante do Corpo Clínico;
- Alberto Aurélio Posenato – Diretor Clínico;
- Edinilson Brand – Representante do Serviço de Farmácia;
- Daniele Pavarin – Representante do Setor Administrativo.

Art. 2º - A Comissão de Revisão de Prontuário tem a seguinte organização e funcionamento:

§ 1º - Fica estabelecido que o mandato da Comissão de Revisão de Prontuários terá a duração de dois anos;

§ 2º - A função de membro da Comissão é de relevância pública, não sendo remunerada, e, portanto, garante a sua dispensa do trabalho, sem prejuízo para o membro da Comissão, durante o período das reuniões e ações específicas da mesma;

§ 3º - A Comissão reunir-se-á, ordinariamente, mensalmente, e, extraordinariamente, quando convocado pela sua Coordenação;

§ 4º - As competências e atribuições dos membros da Comissão são aquelas estabelecidas no Art. 5º da Resolução CFM nº 1.638/2002.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.



Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis (SC), 20 de Agosto de 2019.  
DULCE MARA DOLINSKI BEDRETSCHUK.  
Presidente HMBJ.

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**PORTARIA Nº 13/2019**

Publicação Nº 2131662

Portaria Nº 13/2019  
"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

FERNANDO TURRA Presidente da Câmara Municipal de Irineópolis, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa e de conformidade com o artigo 41, inciso II da Lei Orgânica Municipal.

Conceder a Servidora ELENICE IZAURA NEPPEL WAISMANN, Contadora, o gozo das férias pelo período de 22/08/2019 à 31/08/2019, de acordo com o artigo 101 da Lei Complementar nº 001/97, retornando as atividades normais em 02/09/2019, convertendo 1/3 em abono pecuniário.

Referente ao período aquisitivo de 01/03/2017 à 28/02/2018.

Gabinete da Presidência, 22 Agosto de 2019.

FERNANDO TURRA
----------------

Presidente da Mesa
--------------------

# Itá

## PREFEITURA

### ATA DE ANALISE DA PROPOSTA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2019

Publicação Nº 2130742

ATA DE ABERTURA E ANALISE DA PROPOSTA REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2019 EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 005/2019, DO MUNICIPIO DE ITÁ. Às 08h30min do dia vinte e um do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto nº 004 de 07 de janeiro de 2019, senhor Presidente Delso Minski, membros Silviane Carla Mertins e Franciele Dall Bello para o ato de abertura e análise do envelope de proposta de preço das empresas ECGT CONSTRUÇÕES EIRELI e CANEPPELE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI, habilitadas no certame licitatório. Esteve presente a sessão Tiago Caneppele representante da empresa CANEPPELE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI. O Senhor Presidente, em prosseguimento, verificou a inviolabilidade do envelope que continha todos os envelopes de proposta das empresas participantes do certame, aberto e retirado os envelopes de propostas das empresas, passando para à abertura dos envelopes das empresas habilitadas, cujos documentos foram numerados e rubricados pela comissão de licitações e vistado pelo representante presente. Da análise das propostas restou em classificar em primeiro lugar a empresa: CANEPPELE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI, com o preço total de R\$ 23.066,77 (vinte e três mil, sessenta e seis reais e setenta e sete centavos), sendo R\$ 12.762,98 (doze mil setecentos e sessenta e dois reais e noventa e oito centavos) referente a materiais, e R\$ 10.303,79 (dez mil trezentos e três reais e setenta e nove centavos) de mão de obra. E em segundo lugar a empresa: ECGT CONSTRUÇÕES EIRELI, com o preço total de R\$ 24.086,10 (vinte e quatro mil. Oitenta e seis reais e dez centavos), sendo R\$ 16.860,27 (dezesseis mil oitocentos e sessenta reais e vinte e sete centavos) referente a materiais, e R\$ 7.225,83 (sete mil duzentos e vinte e cinco reais e oitenta e três centavos) referente a mão de obra; Diante do fato abre-se o prazo de cinco dias uteis para recursos, transcorrido o prazo de recursos ou julgados estes será homologado o presente edital. Intima-se os participantes da decisão. Em nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a sessão, lavrando-se esta ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelo presidente e membros da Comissão e licitante presente. Esta ata será publicada no mural público do Município de Itá, na página do Município na internet [www.ita.sc.gov.br](http://www.ita.sc.gov.br). e licitante presente

Delso Minski  
Presidente

Silviane Carla Mertins  
Membro

Franciele Dall Bello  
Membro

CANEPPELE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI  
Licitante

### ATA RESULTADO SEGUNDA AVALIAÇÃO AMOSTRAS PL 041/2019

Publicação Nº 2131124

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2019

Segue parecer da comissão de avaliação das novas amostras:

#### 1 – Objetiva Comércio de Equipamentos Ltda ME:

Item 54: Fita crepe (marca Adelbras)

Aprovada

Item 60: Fita dupla face (marca Adelbras)

Aprovada

Item 86: papel fotográfico A4 (marca Masterprint)

Reprovada, Conforme avaliação da comissão, não foi possível identificar a descrição do produto.

#### 2 – Pégasus Atacadista Ltda ME

Item 02: Alfinete de cabeça (marca Bacchi)

Não foi apresentada amostra

Item 52: EVA atalhado (marca Haiti)

Reprovada, Conforme avaliação da comissão, não foi possível identificar que o produto é atóxico.

Item 58: Fita adesiva 12x40 (marca FSP)

Aprovada

Item 82: Papel couche (marca São João)

Aprovada

Item 94: Papel sulfite A4 AP60 (marca Pauta Branca)

Aprovada

Item 106: Pincel Atômico 1100-P (marca Bic)  
Aprovada

3 – Tendência Materiais para Informática e Escritório

Item 21: Caneta para retroprojektor 2.0mm (marca Maxprint)  
Não foi apresentada amostra  
Item 22: Caneta marcador para retroprojektor 1.0mm (marca Cis)  
Não foi apresentada amostra  
Item 90: Papel contact transparente (marca Polifix)  
Não foi apresentada amostra  
Item 103: Pincel artístico nº 08 (marca condor)  
Não foi apresentada amostra  
Item 104: Pincel artístico nº 16 (marca condor)  
Não foi apresentada amostra  
Item 105: Pincel artístico nº 20 (marca condor)  
Não foi apresentada amostra

4 – Maxi Móveis e Papelaria Ltda

Item 12: Borracha branca (marca jogar)  
Não foi apresentada amostra  
Item 17: Caixa para arquivo morto (marca Maxi)  
Não foi apresentada amostra  
Item 44: Envelope médio (marca Scpty)  
Não foi apresentada amostra  
Item 56: Fitolho colorido (marca Emfesta)  
Não foi apresentada amostra  
Item 69: Grampo para pasta tipo trilho (marca BRW)  
Não foi apresentada amostra  
Item 76: Molha dedo (marca Waleu)  
Não foi apresentada amostra

5 – AMB Suprimentos para Escritório

Item 20: Marca texto (marca Bic)  
Aprovada

Tendo em vista parecer da comissão de avaliação e sendo constatada pela mesma, a necessidade de amostras de novos itens, ficam convocados para fornecimento de amostra no prazo 05 dias uteis os seguintes itens para suas respectivas empresas:

1 – Objetiva Comércio de Equipamentos Ltda ME:

Item 22: Caneta marcador para retroprojektor 1.0mm (marca acrillex)  
Item 44: Envelope médio (marca Scripty)  
Item 52: EVA atalhado (marca Make)  
Item 56: Fitolho colorido (marca Nizuri)  
Item 90: Papel contact transparente (marca Plasticover)  
Item 76: Molha dedo (marca Waleu)

2 – Pégasus Atacadista Ltda ME

Item 12: Borracha branca (marca Red Bor)

3 – Maxi Móveis e Papelaria Ltda

Item 86: papel fotográfico A4 (marca Masterprint)  
Item 02: Alfinete de cabeça (marca Bacchi)

Tendo em vista lista de marcas pré aprovadas, passam a ser vencedoras nos itens a seguir as seguintes empresas:

1 – Objetiva Comércio de Equipamentos Ltda ME

Item 21: Caneta para retroprojektor 2.0mm (marca Goller)  
Item 17: Caixa para arquivo morto (marca Framo)

2 – Pégasus Atacadista Ltda ME

Item 69: Grampo para pasta tipo trilho (marca ACC)

**AVISO DE ADENDO 01 AO PL 046/2019**

Publicação Nº 2131415

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITÁ  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2019  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2019  
ADENDO 01

O Prefeito Municipal em Exercício de Itá - SC, torna público que em razão da necessidade, houve alteração no Anexo "D", do edital do Pregão Presencial, para contratação de empresa para aquisição de materiais, montagem e manutenção do "BRILHA ITÁ 2019". Em consequência das alterações, as propostas serão recebidas até às 08h30min do dia 04 de setembro de 2019 e abertas nesta mesma data. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do edital. O edital e o Adendo nº 01 encontram-se disponíveis no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9510.

Itá - SC, 21 de agosto de 2019.  
DOMINGOS RODRIGUES DOS SANTOS  
Prefeito Municipal em Exercício

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 015 - CONCURSO PÚBLICO 001/2019**

Publicação Nº 2130739

EDITAL 015 DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019

DOMINGOS RODRIGUES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Itá em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, de conformidade com o Inciso VII do Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal, Torna Público que tendo em vista a classificação no Concurso Público nº001/2019, homologado pelo Decreto nº033 de 26 de abril de 2019, Convoca os abaixo relacionados para comparecerem ao setor de pessoal, no prazo de até 30 dias da publicação deste edital para a contratação, munidos dos seguintes documentos: CÓPIA CARTÃO DO PIS/PASEP; CÓPIA C.P.F; CÓPIA CARTEIRA DE IDENTIDADE; CÓPIA REGISTRO CIVIL DE CASAMENTO OU NASCIMENTO; CÓPIA CERTIDÃO DE NASCIMENTO DOS FILHOS MENORES DE 14 ANOS; COMPROVANTE DE VACINAÇÃO DOS FILHOS ATÉ OS 7 ANOS; ATESTADO DE ESCOLARIDADE FILHOS MAIORES DE 7 ANOS A 14 ANOS; 01 FOTO 3X4; CÓPIA CERTIFICADO MILITAR (Sexo Masculino); CÓPIA TÍTULO ELEITORAL; CÓPIA COMPROVANTE DE ÚLTIMA VOTAÇÃO; ATESTADO MÉDICO (ORIGINAL); CARTEIRA PROFISSIONAL: nº SÉRIE E DATA EMISSÃO; CONTA BANCÁRIA (conta corrente), Nº DA AGÊNCIA E NOME DO BANCO; CÓPIA CERTIFICADO DE ESCOLARIDADE (CONCLUÍDO); CÓPIA CARTEIRINHA DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL; CÓPIA COMPROVANTE VACINAÇÃO TÉTANO e RUBEOLA PARA AMBOS OS SEXOS; DECLARAÇÃO DE BENS OU CÓPIA DA DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA; FOLHA CORRIDA JUDICIAL (www.tjsc.jus.br / certidões on line/ criminal); DECLARAÇÃO PENALIDADES (ORIGINAL); DECLARAÇÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS (ORIGINAL); DECLARAÇÃO DE IRF E SALÁRIO FAMÍLIA.

CARGO: Agente de Serviços Gerais	
CONVOCADOS	N.º DE INSCRIÇÃO
Josemar dos Santos	1429979
Robson de Abreu Santos	1421691

Itá, 21 de agosto de 2019.  
DOMINGOS RODRIGUES DOS SANTOS  
Prefeito Municipal em Exercício

NOME	DATA DO CIENTE	ASSINATURA
	___/___/___	
	___/___/___	

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 040 - PROCESSO SELETIVO 001/2018**

Publicação Nº 2131859

Editais de Convocação 040- PS 001/2018  
Fica convocado os abaixo listados classificados no PS 001/2018, para comparecer:

Data: 22 de Agosto de 2019  
Local: Secretaria Municipal de Educação  
Horário: 09:00 h

Auxiliar de Creche

Posição	Nome
59	Maristela Dalavechia
60	Valdete Aparecida Furlan
61	Adriana Martiori
62	Alexandra Neves Da Silva

Itá, 22 de Agosto de 2019  
Domingos Rodrigues dos Santos  
Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO DE ATAS 36 A 48**

Publicação Nº 2130746

**EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 037/2019, PL 033/2019**

PARTES: Município de Itá e AUTO MECÂNICA ITAENSE LTDA.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 021/2019

OBJETO: contratação de empresa especializada na prestação de serviço (hora/homem) de conserto e regulagem de bomba e bico injetor, conserto de caixa e diferencial e retífica de motores, para manutenção das máquinas e veículos da frota do Município de Itá.

ITENS: 01, e 04

VALOR: R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)

VIGÊNCIA: Início: 12/06/2019 Término: 11/06/2020

Domingos Rodrigues dos Santos – Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 038/2019, PL 033/2019**

PARTES: Município de Itá e MARCOS ANTONIO BEZERRA MEI.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 021/2019

OBJETO: contratação de empresa especializada na prestação de serviço (hora/homem) de conserto e regulagem de bomba e bico injetor, conserto de caixa e diferencial e retífica de motores, para manutenção das máquinas e veículos da frota do Município de Itá.

ITENS: 02, e 03

VALOR: R\$ 142.200,00 (cento e quarenta e dois mil e duzentos reais)

VIGÊNCIA: Início: 12/06/2019 Término: 11/06/2020

Domingos Rodrigues dos Santos – Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 039/2019, PL 034/2019**

PARTES: Município de Itá e FM PNEUS LTDA.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 022/2019

OBJETO: contratação de serviço de recapagem de pneus.

ITENS: 01, 02, 06, 08, 14 e 15

VALOR: R\$ 71.850,00 (setenta e um mil oitocentos e cinquenta reais)

VIGÊNCIA: Início: 03/07/2019 Término: 02/07/2020

Domingos Rodrigues dos Santos – Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 040/2019, PL 034/2019**

PARTES: Município de Itá e F. VACHILESKI &amp; CIA LTDA.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 022/2019

OBJETO: contratação de serviço de recapagem de pneus.

ITENS: 12 e 13

VALOR: R\$ 60.480,00 (sessenta mil quatrocentos e oitenta reais)

VIGÊNCIA: Início: 03/07/2019 Término: 02/07/2020

Domingos Rodrigues dos Santos – Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 041/2019, PL 034/2019**

PARTES: Município de Itá e GIARETTA PNEUS EIRELLI.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 022/2019

OBJETO: contratação de serviço de recapagem de pneus.

ITENS: 03, 04 e 09

VALOR: R\$ 55.150,00 (cinquenta e cinco mil cento e cinquenta reais)

VIGÊNCIA: Início: 03/07/2019 Término: 02/07/2020

Domingos Rodrigues dos Santos – Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 042/2019, PL 034/2019**

PARTES: Município de Itá e BORILLI PNEUS LTDA.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 022/2019

OBJETO: contratação de serviço de recapagem de pneus.

ITENS: 05, 07, 10 e 11

VALOR: R\$ 63.280,00 (sessenta e três mil e duzentos reais)

VIGÊNCIA: Início: 03/07/2019 Término: 02/07/2020

Domingos Rodrigues dos Santos – Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 043/2019, PL 040/2019**

PARTES: Município de Itá e JOVIL SEGURANÇA PRIVADA EIRELI ME.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 024/2019

OBJETO: serviços de segurança desarmada, para atender os eventos realizados pelo Município.

## ITENS: 01

VALOR: R\$ 35.500,00 (trinta e cinco mil e quinhentos reais)

VIGÊNCIA: Início: 24/07/2019 Término: 23/07/2020

Domingos Rodrigues dos Santos – Prefeito Municipal em Exercício

## EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 044/2019, PL 040/2019

PARTES: Município de Itá e JOVISERV SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 024/2019

OBJETO: serviços de brigadista, para atender os eventos realizados pelo Município.

## ITENS: 02

VALOR: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)

VIGÊNCIA: Início: 24/07/2019 Término: 23/07/2020

Domingos Rodrigues dos Santos – Prefeito Municipal em Exercício

## EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 045/2019, PL 037/2019

PARTES: Município de Itá e LEONIR TERESINHA COSSA.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 023/2019

OBJETO: contratação de gêneros alimentícios para compor a merenda escolar para o segundo semestre de 2019.

ITENS: 11, 27, 29, 45, 50, 51, 54, 70, 71, 76, 77, 88, 89, 94, 95 e 101

VALOR: R\$ 3.138,55 (três mil cento e trinta e oito reais e cinquenta e cinco centavos)

VIGÊNCIA: Início: 26/07/2019 Término: 30/01/2020

Domingos Rodrigues dos Santos – Prefeito Municipal em Exercício

## EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 046/2019, PL 037/2019

PARTES: Município de Itá e COMERCIO DE PRODUTOS CHEIRO BOM - EIRELI.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 023/2019

OBJETO: contratação de gêneros alimentícios para compor a merenda escolar para o segundo semestre de 2019.

ITENS: 01, 06, 10, 15, 16, 17, 19, 26, 39, 40, 42, 55, 56, 64, 65, 66, 68, 69, 72, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 93, 98 e 99.

VALOR: R\$ 34.717,80 (trinta e quatro mil setecentos e dezessete reais e oitenta centavos)

VIGÊNCIA: Início: 26/07/2019 Término: 30/01/2020

Domingos Rodrigues dos Santos – Prefeito Municipal em Exercício

## EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 047/2019, PL 037/2019

PARTES: Município de Itá e ODILA GRANDO - ME.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 023/2019

OBJETO: contratação de gêneros alimentícios para compor a merenda escolar para o segundo semestre de 2019.

ITENS: 24, 25, 28, 41, 48, 52 e 92.

VALOR: R\$ 7.737,70 (sete mil setecentos e trinta e sete reais e setenta centavos)

VIGÊNCIA: Início: 26/07/2019 Término: 30/01/2020

Domingos Rodrigues dos Santos – Prefeito Municipal em Exercício

## EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 048/2019, PL 037/2019

PARTES: Município de Itá e COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCÓRDIA.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 023/2019

OBJETO: contratação de gêneros alimentícios para compor a merenda escolar para o segundo semestre de 2019.

ITENS: 02, 03, 04, 07, 08, 09, 12, 13, 14, 18, 20, 21, 22, 23, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 44, 46, 47, 49, 53, 57, 58, 59, 62, 63, 73, 74, 75, 79, 90, 91, 96, 97 e 100.

VALOR: R\$ 51.167,75 (cinquenta e um mil cento e sessenta e sete reais e setenta e cinco centavos)

VIGÊNCIA: Início: 26/07/2019 Término: 30/01/2020

Domingos Rodrigues dos Santos – Prefeito Municipal em Exercício

## 7º ADITIVO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 098/2018, PL 061/2018

PARTES: Município de Itá e Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 044/2018

OBJETO: Redução no valor da gasolina comum e óleo diesel S10

VALOR: R\$ 4,17 (quatro reais e dezessete centavos) por litro da gasolina;

R\$ 3,55 (três reais e cinquenta e cinco centavos) por litro do óleo diesel S10;

VIGÊNCIA: Início: 15/07/2019 Término: 31/12/2019

Domingos Rodrigues dos Santos – Prefeito Municipal em Exercício

## 1º ADITIVO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 018/2019, PL 017/2019

PARTES: Município de Itá e ACADEMIA HIPEREAÇÃO LTDA

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 011/2019

OBJETO: aditivo de 360 atendimentos a idosos no item 02.

VIGÊNCIA: Início: 08/07/2019

Domingos Rodrigues dos Santos – Prefeito Municipal em Exercício

# Itaiópolis

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

### EXTRATO DO CONTRATO N° 38/2019

Publicação N° 2130654

Extrato do contrato n° 38/2019. Pregão Presencial n° 17/2019. Objeto: Aquisição de 01 (um) veículo novo, zero Km, com capacidade para 07 lugares, para uso do Programa de Educação Permanente em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde. Contratante: Fundo Municipal de Saúde. Contratada: Maxicar Distribuidora de Veículos Ltda. Valor Total R\$ 92.500,00 (noventa e dois mil e quinhentos reais). Vigência 12 meses. Itaiópolis, 20/08/2019. Felipe Tavares – Secretário Municipal da Saúde.

### RESULTADO DO PR 37/2019

Publicação N° 2131412

Resultado de Licitação PR n° 37/2019. Objeto: aquisição parcelada de Pneus para a frota da Secretaria Municipal da Saúde, e da Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio de Itaiópolis. Empresas vencedoras: Do Sul Pneus Joinville Eireli. Valor: R\$ 5.080,00; I. Bordignon Pneus Eireli. Valor: R\$ 54.548,00. Vigência: 20/08/2020. Itaiópolis, 21/08/2019. Felipe Tavares – Secretário Municipal da Saúde.



# Itapema

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 039 - AUTORIZA À SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA, ESPORTE 2ª ETAPA FUTSAL

Publicação Nº 2131184

DECRETO Nº 039/2019

Autoriza à Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Desenvolvimento Econômico, a concessão de adiantamento para o Chefe da Delegação de atletas do Município de Itapema, para custear despesas de alimentação e despesas acessórias inerentes ao custeio dos atletas, para a 2ª Etapa do Campeonato Catarinense de Futsal Sub-15 Feminino, que será realizado na cidade de Anita Garibaldi.

A Prefeita Municipal de Itapema, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Municipal 3.721/2018, expede o seguinte:

#### DECRETO

Art. 1º Fica autorizada à Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Desenvolvimento Econômico, a concessão de adiantamento para o Chefe da Delegação de atletas do Município de Itapema, para custear despesas de alimentação e despesas acessórias inerentes a estadia dos atletas inscritos pelo Município de Itapema para a 2ª Etapa do Campeonato Catarinense de Futsal Sub-15 Feminino, que será realizado na cidade de Anita Garibaldi, entre os dias 30 a 31 de agosto do corrente ano.

Art. 2º O valor a ser suportado é de R\$ 2.100,00 (Dois mil e cem reais), conforme detalhamento de despesas produzido pela Assessoria Especial de Esporte.

Art. 3º O custeio deve ser exclusivo aos itens descritos no artigo 3º, da Lei Municipal 3.721/2018.

Art. 4º O servidor responsável pela disposição do numerário indicado pela Assessoria Especial de Esporte, é o servidor Flamarion Fernandes, Professor Técnico Desportivo, com matrícula - 12416.

Art. 5º O servidor responsável deverá prestar contas do valor recebido, a título de adiantamento, no prazo máximo de trinta dias, remetendo as notas de despesas à Coordenadoria de Controle Interno Municipal, sob pena de em não prestando ser imputado o débito ao servidor.

Art. 6º O Município possui delegação de 18 (dezoito) pessoas que participarão do evento, do dia 30 a 31 de agosto de 2019.

Art. 7º A despesa da presente Lei será suportada pela rubrica nº 2.065, Gestão e Administração do Departamento de Esportes, nº 147, Aplicações Diretas nº 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Desenvolvimento Econômico.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapema, 19 de agosto de 2019.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal de Itapema

### HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 126/2019 PREGÃO PRESENCIAL 04.081.2019 REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS A FIM DE ATENDER À PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA.

Publicação Nº 2131780

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE ITAPEMA

HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO 126/2019 – PREGÃO – 04.081.2019

ATA REGISTRO DE PREÇOS 081/2019

BASE LEGAL: Art. 15, Lei 8.666/93 e alterações.

#### OBJETO:

Registro de Preços para aquisição de materiais esportivos a fim de atender à Prefeitura Municipal de Itapema, conforme especificações e quantitativos estimados constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.081.2019.

VALOR TOTAL: R\$ 947.639,00 (novecentos e quarenta e sete mil seiscentos e trinta e nove reais).

PRAZO: 12 (doze) meses.

#### EMPRESAS:

ANDRE E. S. SCHILLING ME

G T A ATACADO E VAREJO EIRELI EPP

IGOR CORREIA DE SIQUEIRA ME

L.MOHR EIRELI

MILRAU COMÉRCIO DE ARTIGOS PEDAGÓGICOS LTDA

Ata disponível na íntegra no site [www.itapema.sc.gov.br](http://www.itapema.sc.gov.br)

Itapema, 14 de agosto de 2019.

NILZA NILDA SIMAS  
Prefeita de Itapema

**HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 140/2019 PREGÃO PRESENCIAL 04.089.2019 REGISTRO DE PREÇOS – AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA COMPLEMENTARES PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA.**

Publicação Nº 2131777

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE ITAPEMA

HOMOLOGAÇÃO  
PROCESSO 140/2019 – PREGÃO – 04.089.2019  
ATA REGISTRO DE PREÇOS 089/2019

BASE LEGAL: Art. 15, Lei 8.666/93 e alterações.

OBJETO:  
Registro de Preços – Aquisição de materiais de higiene e limpeza complementares para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.089.2019.

VALOR TOTAL: R\$ 125.700,00 (cento e vinte e cinco mil e setecentos reais).

PRAZO: 12 (doze) meses.

EMPRESAS:

LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA-EPP  
PAULO ROBERTO DOS SANTOS

Ata disponível na íntegra no site [www.itapema.sc.gov.br](http://www.itapema.sc.gov.br)

Itapema, 21 de agosto de 2019.

NILZA NILDA SIMAS  
Prefeita de Itapema

**PUBLICAÇÃO 337 - PROCESSO 099.2019 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 061.2019 - EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS - HOMOLOGAÇÃO**

Publicação Nº 2131766

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE ITAPEMA

HOMOLOGAÇÃO  
PROCESSO 099/2019 – PREGÃO – 04.061.2019  
ATA REGISTRO DE PREÇOS 061/2019

BASE LEGAL: Art. 15, Lei 8.666/93 e alterações.

OBJETO: Registro de Preços - aquisição de equipamentos odontológicos, para atender as Unidades de Saúde e Centro de Especialidades Odontológicas do Município de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.061.2019.

VALOR TOTAL: R\$ 156.852,30 (cento e cinquenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e trinta centavos)

PRAZO: 12 (doze) meses.

EMPRESAS:

ALTERMED MATERIAL MEDICO - HOSPITALAR LTDA  
BHDENTAL COMERCIAL EIRELI  
CALMED DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS TÉCNICOS EIRELI  
JEFERSON DUWE ME  
M.H.M DOCOUTO COMERCIAL

QUICKBUM E-COMMERCE EIRELI  
STOKMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Ata disponível na íntegra no site [www.itapema.sc.gov.br](http://www.itapema.sc.gov.br)

Itapema, 21 de agosto de 2019.  
NILZA NILDA SIMAS  
Prefeita de Itapema

# Itapiranga

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 119/2019

Publicação Nº 2131416

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 119/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PARA A FESTA DA MELHOR IDADE DOS GRUPOS DE IDOSOS DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA.

Modalidade: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço global.

Recebimento das Propostas: até as 13h30 do dia 03/09/2019.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município itapiranga.atende.net ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00. Informações através do e-mail [compras@itapiranga.sc.gov.br](mailto:compras@itapiranga.sc.gov.br) ou fone (49) 3678-7714.

Itapiranga, SC, 21 de agosto de 2019.  
Karine Ritter Grutzmann Berwanger  
Secretária de Assistência Social

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 122/2019

Publicação Nº 2131404

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 122/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA DESTINADOS PARA DISTRIBUIÇÃO A FAMÍLIAS CARENTES CADASTRADAS NOS PROGRAMAS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das Propostas: até 08h30min do dia 03/09/2019.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município itapiranga.atende.net ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail [compras@itapiranga.sc.gov.br](mailto:compras@itapiranga.sc.gov.br) ou fone (49)3678-7700.

Itapiranga, SC, 21 de agosto de 2019.  
Karine Ritter Grutzmann Berwanger  
Secretária de Assistência Social

### DECRETO Nº 125, DE 20 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2131562

DECRETO Nº 125, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

DESIGNA E DELEGA ATRIBUIÇÕES AO CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 59 da Lei Orgânica Municipal;

**D e c r e t a:**

Art. 1º Ficam pelo presente Decreto delegadas atribuições ao Chefe de Gabinete do Prefeito, Jaime Luis Henkes, matrícula nº 15557/01, para cumulativamente, efetuar a assinatura de toda documentação da Secretaria de Fazenda e Planejamento, de 20 a 24 de agosto de 2019, período de atestado médico da Secretária Tecla Royer Scholz, matrícula nº 15262/01.

Parágrafo único. Esta delegação não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor com efeitos a partir do dia 20 de agosto de 2019.

Itapiranga, SC, 20 de agosto de 2019.  
JORGE WELTER  
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios  
José Gilvane Lauer  
Secretário Municipal de Administração

**EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 063/2018**

Publicação Nº 2130520

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA  
EXTRATO CONTRATUAL

CONTRATO Nº : 063/2018  
ADITIVO Nº : 5 T.A 063/2018  
TIPO ADITIVO : PRAZO  
CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
CONTRATADA : VM CONSTRUÇOES E SERVICOS LTDA  
LICITAÇÃO : TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA 116/2018  
OBJETO : PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CRECHE PINGUINHO DE GENTE (ITEM 01).  
VIGÊNCIA : INÍCIO: 15/08/2019 TÉRMINO: 30/09/2019  
ASSINATURA : 15/08/2019  
ITAPIRANGA, 21 DE AGOSTO DE 2019

# Itapoá

## PREFEITURA

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 62/2019

Publicação Nº 2131033

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 62/2019

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: CONSTRUTORA FORTUNATO LTDA, com sede à Rua XV de Novembro, nº 4190, Bairro: Glória, na cidade de Joinville/SC, CEP: 89216-201, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 82.607.623/0001-91, e Inscrição Estadual n.º 255.056.486, representada neste ato pela representante legal, Sra JOSIANE KEMPER, portadora do CNPF/MF nº 061.980.799-70, e do CI.RG nº 5.287.899-9 SSP/SC.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2019 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2019 - PROCESSO Nº 71/2019

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento parcelado de saibro de rocha britado, Material 3A, conforme especificações constantes no edital e seus anexos.

VALOR R\$: R\$ 1.389.800,00

DATA DA ASSINATURA: 21/08/2019

PRAZO DE VIGÊNCIA: 21/08/2020

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 21 de agosto de 2019.

STEFANIE LIARA DE CASTILHO

SECRETÁRIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

### PORTARIA Nº 5125/2019

Publicação Nº 2130879

PORTARIA Nº 5.125/2019.

De: 14 de agosto de 2019.

Dispõe sobre a substituição de servidor (a) em caso de afastamento temporário, conforme Lei Municipal 044/2014, art. 41, § 1º, 2º, 3º e 4º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; conforme:

- C. I. nº 826/2019 da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Substituição por motivo de Licença Saúde, do (a) servidor (a) MARIZELIA FRANZ PERRONY, Diretora Escolar, pelo(a) servidor(a) DIEGO ANDRÉ AZAMBUJA, Professor II, para exercer as funções da referida Diretora no período de 14.08.19 à 29.09.19 (47 dias).

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá, 14 de agosto de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

### PORTARIA Nº 5141/2019

Publicação Nº 2130877

PORTARIA Nº 5.141/2019.

De: 19 de agosto de 2019.

Dispõe sobre a substituição de servidor (a) em caso de afastamento temporário, conforme Lei Municipal 044/2014, art. 41, § 1º, 2º, 3º e 4º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; conforme:

- C.I. nº 827/2019 da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Substituição por motivo de Licença Saúde, do (a) servidor (a) SOLANGE APARECIDA NUNES, Diretora Escolar, pelo(a) servidor(a) RENATA MARIA MILDEMBERGER MARAFIGO, Professor II, para exercer as funções da referida Diretora no período de 19.08.19 à 29.09.19 (42 dias).

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá, 19 de agosto de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ: TERMO CONVOCAÇÃO Nº 93/2019 EDITAL 040/2018

Publicação Nº 2131052

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 93/2019

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 40/2018 – Luíza Montalvão de Oliveira Bongalhardo, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 23/08/2019, CONFORME O HORÁRIO ESTIPULADO, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

09H00 MIN

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
51	40h	Ed. Infantil	Liziane Machado Morena	02/09/2019	31/10/2019

De acordo com o item 8.1 do edital 040/2018:

Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados que:

- Não responderem à convocação publicada no site da Prefeitura Municipal de Itapoá, no prazo de 02 dias úteis;
- Não se apresentarem no dia e horário determinado pela Secretaria Municipal de Educação;
- Não aceitarem a vaga oferecida;
- Desistirem da vaga;
- Assumir a vaga e não se apresentarem no trabalho na data estabelecida.

Itapoá, 21 de agosto de 2019.

Luíza Montalvão de Oliveira Bongalhardo

Secretária de Educação

## TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2019 PROCESSO SELETIVO Nº 040/2019 ALUNOS ESTAGIÁRIOS

Publicação Nº 2131051

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2019

PROCESSO SELETIVO Nº 040/2019

ALUNOS ESTAGIÁRIOS

Joselene Gonçalves do Nascimento Cunha, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais CONVOCA o candidato relacionado abaixo, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 03 (três) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela contratação mediante a apresentação dos seguintes documentos, originais e cópias:

- Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
- Uma foto recente 3x4;
- Comprovante de residência;
- Declaração de matrícula ou frequência regular, na área pretendida;
- Inscrição no CIEE;
- Conta corrente no Banco do Brasil.

CANDIDATO	NÍVEL
Richard Bernardes Haag	Superior – Educação Física

OBSERVAÇÃO: O HORÁRIO DE TRABALHO SERÁ CONFORME A NECESSIDADE DA SECRETARIA CORRESPONDENTE.

Itapoá, 21 de agosto de 2019.

Joselene Gonçalves do Nascimento Cunha

Secretária de Administração



# Ituporanga

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 1004, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2130910

PORTARIA Nº 1004, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

GERVÁSIO MACIEL Prefeito Municipal em exercício de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com a Lei 2.738/2018,  
RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora CLEIRE MARIEN COELHO, admitido em caráter temporário no cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO na Secretaria da Educação, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, com desempenho da função no CEI. Dr. Mário Cesar Sens.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 08 de agosto de 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 12 de agosto de 2019.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

### PORTARIA Nº 1024, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2130913

PORTARIA Nº 1024, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

GERVÁSIO MACIEL Prefeito Municipal em exercício de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com a Lei 2.738/2018,  
RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora LUCILEIDE STUPP, admitido em caráter temporário no cargo de SERVENTE na Secretaria da Educação, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12 de agosto de 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 13 de agosto de 2019.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

### PORTARIA Nº 1040, DE 16 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2130912

PORTARIA Nº 1040, DE 16 DE AGOSTO DE 2019.

GERVÁSIO MACIEL Prefeito Municipal em exercício de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com a Lei 2.738/2018,  
RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora LARISSA DE SOUZA, admitido em caráter temporário no cargo de SERVENTE na Secretaria da Educação, com desempenho de sua função no CEI. Luciane Haverroth com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de agosto de 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 16 de agosto de 2019.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

### PORTARIA Nº 993, DE 08 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2130974

PORTARIA Nº 993, DE 08 DE AGOSTO DE 2019.

GERVÁSIO MACIEL Prefeito Municipal em exercício de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com a Lei 2.738/2018,  
RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora JESSICA STEINBACH, admitida em caráter temporário no cargo de SERVENTE na Secretaria da Educação, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, com desempenho da função no CEI. Luciane Haverroth.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 07 de agosto de 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 08 de agosto de 2019.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

## **PORTARIA Nº 994, DE 08 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2130973

PORTARIA Nº 994, DE 08 DE AGOSTO DE 2019.

GERVÁSIO MACIEL Prefeito Municipal em exercício de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com a Lei 2.738/2018, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora ELAINE HEINZ, admitida em caráter temporário no cargo de SERVENTE na Secretaria da Educação, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, com desempenho da função no CEI. Luciane Haverroth.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 07 de agosto de 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 08 de agosto de 2019.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

## **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2019/FEX CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DESPORTIVA PARA OS EVENTOS A SEREM REALIZADOS POR ESTA FUNDAÇÃO (CAMPEONATO INTEGRAÇÃO RURAL E MUNICIPAL DE FUTSAL).**

Publicação Nº 2131010

FEXPONACE - FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES, FEIRAS E EVENTOS TURÍSTICOS, CULTURAIS E ESPORTIVOS DE ITUPORANGA  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº12/2019

Processo: 17/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DESPORTIVA PARA OS EVENTOS A SEREM REALIZADOS POR ESTA FUNDAÇÃO (CAMPEONATO INTEGRAÇÃO RURAL E MUNICIPAL DE FUTSAL). FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Global. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 03 de setembro de 2019 até as 09:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 03 de setembro 2019 às 09:30 horas no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas e pelo fone (\*\*47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: [www.ituporanga.sc.gov.br](http://www.ituporanga.sc.gov.br), no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 22 de agosto de 2019

Nilson Werter

Presidente da Fexponace

## **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2019/FMS REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DOS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS - CEO DESTE MUNICÍPIO.**

Publicação Nº 2131029

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL RP nº12/2019

Processo: 15/2019/FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DOS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS - CEO DESTE MUNICÍPIO. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 05 de setembro de 2019 até as 09h00min. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 05 de setembro de 2019 às 09h30min no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10h00min do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min e pelo fone (\*\*47) 3533 -1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: [www.ituporanga.sc.gov.br](http://www.ituporanga.sc.gov.br), no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 22 de agosto de 2019

Jucilene Lais Rossa Bonfim – Secretária Interina da Saúde

**EXTRATOS DOS CONTRATOS E ADITIVOS FIRMADOS NO MÊS DE AGOSTO DE 2019 COM O MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC**

Publicação Nº 2130900

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO CONTRATO PROCESSO 02/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2019

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, CNPJ 00.802.002/0001-02, R\$ 83.308,50 (oitenta e três mil trezentos e oito reais e cinquenta centavos). METROMED COM. DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, CNPJ 83.157.032/0001-22, R\$ 1.790,00 (um mil setecentos e noventa reais). SEBOLD COMECIAL ATACADO DE PRODUTOS LTDA, CNPJ 09.196.745/0001-42 R\$ 4.160,00 (quatro mil cento e sessenta reais). OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS INFANTIS E GERIÁTRICAS PARA OS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA. Data da assinatura: 15 de agosto de 2019 – Jucilene Laís Rossa Bonfim – Secretária Interina da Saúde

**EXTRATOS DOS CONTRATOS E ADITIVOS FIRMADOS NO MÊS DE AGOSTO DE 2019 COM O MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC**

Publicação Nº 2131031

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO PROCESSO 07/2019 TOMADA DE PREÇO Nº 03/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITUPORANGA

CONTRATADA: KURTZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, CNPJ 13.624.323/0001-06, VALOR: R\$ 8.755,60 (oito mil setecentos e cinquenta e cinco sessenta centavos). OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REVITALIZAÇÃO DO PARQUE DA CIDADE DO MUNICÍPIO, COMPLEMENTO DA 2ª ETAPA REFERENTE AO CONVÊNIO 801999/2014 DO MINISTÉRIO DO TURISMO. Data da assinatura: 16 de agosto de 2019 – Gervasio Jose Maciel – Prefeito em Exercício

**PORTARIA N. 1.035, DE 15 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2130968

PORTARIA N. 1.035, DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

GERVÁSIO MACIEL Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o inciso VII do artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Ituporanga-SC,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora LUCIANA STUPP, ocupante do cargo de SERVENTE na Secretaria da Assistência Social, com a jornada de trabalho de 40 horas semanais, para desempenhar suas funções no CEI. Luciane Haverroth.

Art. 2º Esta Portaria entre em vigor a partir de 15 de agosto de 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 15 de agosto de 2019.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1.014, DE 13 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2130955

PORTARIA Nº 1.014, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

GERVÁSIO MACIEL Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o inciso I do artigo 140 da Lei Complementar nº 020, de 17 de dezembro de 2008, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde a servidora MARISE MOMM WIGGERS, ocupante do cargo de PROFESSORA, no período de 05/08/2019 a 09/08/2019, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05 de agosto de 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 13 de agosto de 2019.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1.015, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2130957

PORTARIA Nº 1.015, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

GERVÁSIO MACIEL Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o inciso I do artigo 140 da Lei Complementar nº 020, de 17 de dezembro de 2008, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde à servidora ALDA MOHR, ocupante do cargo de PROFESSORA, no período de 29/07/2019 a 02/08/2019, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 29 de julho de 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 13 de agosto de 2019.

GERVÁSIO MACIEL  
Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1.022, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2130966

PORTARIA Nº 1.022, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

GERVÁSIO MACIEL Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com as Leis nº 11.770, de 09 de setembro de 2008, bem como Decreto nº 708, de 24 de novembro de 2009 e Requerimento nº 2555/2019, RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR a licença gestação da servidora GREICE KELLY MAY, ocupante do cargo de ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO na Secretaria da EDUCAÇÃO, concedida pela Portaria Nº 573/2019, pelo prazo de sessenta (60) dias, no período de 30/08/2019 a 28/10/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 30 de agosto de 2019.

Ituporanga, SC, 13 de agosto de 2019.

GERVÁSIO MACIEL  
Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1.026, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2130964

PORTARIA Nº 1.026, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

GERVÁSIO MACIEL Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso IX do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei nº 2.738, de 18 de outubro de 2018, RESOLVE;

Art. 1º. PRORROGAR até 23/09/2019 o contrato de trabalho de BERNARDINA GARCIA RENGEL, admitida em caráter temporário no cargo de PROFESSORA III na Secretaria da Educação, com jornada de trabalho de 20 horas semanais, com desempenho da função no CE. Pedro Julio Muller, em vaga vinculada a vaga de Ricardo Henn que se encontra em licença prêmio.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de junho de 2019.

Ituporanga, 14 de agosto de 2019.

GERVÁSIO MACIEL  
Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1.027, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2130962

PORTARIA Nº 1.027, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

GERVÁSIO MACIEL Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso IX do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei nº 2.738, de 18 de outubro de 2018, RESOLVE;

Art. 1º. PRORROGAR até 18/01/2020 o contrato de trabalho de MARILENE KLAUMANN KUHNEN, admitida em caráter temporário no cargo de PROFESSORA III na Secretaria da Educação, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, com desempenho da função no CE. Pedro Julio Muller, em vaga vinculada ao servidor Nilo Antonio Schwartz que se encontra em readaptação.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 23 de julho de 2019.

Ituporanga, 14 de agosto de 2019.  
GERVÁSIO MACIEL  
Prefeito em Exercício

#### **PORTARIA Nº 1.028, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2130960

PORTARIA Nº 1.028, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

GERVÁSIO MACIEL Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso IX do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei nº 2.738, de 18 de outubro de 2018, RESOLVE;

Art. 1º. PRORROGAR até 17/09/2019 o contrato de trabalho de ROSEMERI HAMANN, admitida em caráter temporário no cargo de PROFESSORA III na Secretaria da Educação, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, com desempenho da função no CE. Pedro Julio Muller, em vaga vinculada a servidora Sirlei Velho que se encontra em readaptação.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de março de 2019.

Ituporanga, 14 de agosto de 2019.  
GERVÁSIO MACIEL  
Prefeito em Exercício

#### **PORTARIA Nº 1.032, DE 15 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2130951

PORTARIA Nº 1.032, DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

GERVÁSIO MACIEL Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso IX do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei nº 2.738, de 18 de outubro de 2018, RESOLVE;

Art. 1º. PRORROGAR até 28/10/2019 o contrato de trabalho de ALINE PETRY, admitida em caráter temporário no cargo de ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO na Secretaria da Educação, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, com desempenho da função no CE. Curt Hamm, em vaga vinculada a servidora Greice Kelly May que se encontra em licença maternidade.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 30 de agosto de 2019.

Ituporanga, 14 de agosto de 2019.  
GERVÁSIO MACIEL  
Prefeito em Exercício

#### **PORTARIA Nº 1.033, DE 15 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2130947

PORTARIA Nº 1.033, DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

GERVÁSIO MACIEL Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso IX do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei nº 2.738, de 18 de outubro de 2018, RESOLVE;

Art. 1º. PRORROGAR até 05/10/2019 o contrato de trabalho de IARA LETÍCIA MEES, admitida em caráter temporário no cargo de PROFESSORA na Secretaria da Educação, com jornada de trabalho de 20 horas semanais, com desempenho da função no CE. Bernadina Farias de Matos, em vaga vinculada a servidora Susana Carla Costa que se encontra em licença maternidade.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação com efeitos retroativos a 07 agosto de 2019.

Ituporanga, 14 de agosto de 2019.  
GERVÁSIO MACIEL  
Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1.034, DE 15 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2130943

PORTARIA Nº 1.034, DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

GERVÁSIO MACIEL Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso IX do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei nº 2.738, de 18 de outubro de 2018, RESOLVE;

Art. 1º. PRORROGAR até 05/10/2019 o contrato de trabalho de CLEONICE CLAUDINO SCHMOLLER, admitida em caráter temporário no cargo de PROFESSORA na Secretaria da Educação, com desempenho da função no CE. Olinda Israel Laurindo nas turmas do Pré II e 1º ao 5º ano (anos iniciais) e CE. Curt Hamm, em vaga vinculada a servidora Ester Marian Santos que se encontra na gestão da mesma unidade.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação com efeitos retroativos a 07 agosto de 2019.

Ituporanga, 14 de agosto de 2019.

GERVÁSIO MACIEL  
Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1.041, DE 16 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2130942

PORTARIA Nº 1.041, DE 16 DE AGOSTO DE 2019

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com a Lei nº 1.839/2000, RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR o contrato de GEISILAINE DIAS GOEDERT, admitida em caráter temporário no cargo de PROFESSORA I na Secretaria de Educação, para o período de 08/08/2019 à 13/12/2019, com desempenho da função no CEI. Irma Kempner De Farias 20 horas semanais e CE. Bernardina Farias De Matos 20 horas semanais totalizando com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 08 de agosto de 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 16 de agosto de 2018.

GERVÁSIO MACIEL  
Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1.052, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2131270

PORTARIA Nº 1.052, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

ADRIANO JOSÉ COELHO Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o inciso IV do artigo 140 da Lei Complementar nº 020, de 17 de dezembro de 2008, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde a FABIANE NOVAZICK BENVENUTTI BRUNN, ocupante do cargo de SERVENTE, no período de 30/07/2019 a 02/08/2019, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 30 de julho de 2019.

Ituporanga, SC, 21 de agosto de 2019.

ADRIANO JOSÉ COELHO  
Prefeito em Exercício

SANDRA REGINA BERNES CLASEN  
Secretária Interina da Educação

**PORTARIA Nº 1.054, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2131294

PORTARIA Nº 1.054, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

ADRIANO JOSÉ COELHO Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o inciso I do artigo 140 da Lei Complementar nº 020, de 17 de dezembro de 2008, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor ODAIR JOSÉ MARCILIO, ocupante do cargo de MOTORISTA, no período de



29/07/2019 a 02/08/2019, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 29 de julho de 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 21 de agosto de 2019.

ADRIANO JOSÉ COELHO

Prefeito em Exercício

### **PORTARIA Nº 1.055, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2131278

PORTARIA Nº 1.055, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

ADRIANO JOSÉ COELHO Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o inciso I do artigo 140 da Lei Complementar nº 020, de 17 de dezembro de 2008, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde a servidora MARISE MOMM WIGGERS, ocupante do cargo de PROFESSORA, no período de 05/08/2019 a 09/08/2019, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05 de agosto de 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 21 de agosto de 2019.

ADRIANO JOSÉ COELHO

Prefeito em Exercício

SANDRA REGINA BERNES CLASEN

Secretária Interina da Educação

### **PORTARIA Nº 1.056, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2131283

PORTARIA Nº 1.056, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

ADRIANO JOSÉ COELHO, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o inciso IV do artigo 140 da Lei Complementar nº 020, de 17 de dezembro de 2008, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença por motivo de doença em pessoa da família à servidora SUELI BRUNN, ocupante do cargo de PROFESSORA na Secretaria da Educação, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, no período de 14/08/2019 a 21/08/2019, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 14 de agosto de 2019.

Ituporanga, SC, 21 de agosto de 2019.

ADRIANO JOSÉ COELHO

Prefeito em Exercício

SANDRA REGINA BERNES CLASEN

Secretária Interina da Educação

### **PORTARIA Nº 1.057, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2131269

PORTARIA Nº 1.057, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

ADRIANO JOSÉ COELHO Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o inciso I do artigo 140 da Lei Complementar nº 020, de 17 de dezembro de 2008, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor DEONISIO KRIEGER, ocupante do cargo de PEDREIRO, no período de 01/08/2019 a 15/08/2019, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de agosto de 2019.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 21 de agosto de 2019.

ADRIANO JOSÉ COELHO

Prefeito em Exercício

LEANDRO MAY

Secretário da Infraestrutura

### **PORTARIA Nº 1.058, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2131285

PORTARIA Nº 1.058, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

ADRIANO JOSÉ COELHO Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 157 da Lei Complementar Nº 020, de 17 de dezembro de 2008, e de acordo com Requerimento nº 1882/2019 e a certidão exarada do Departamento de Recursos Humanos, RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o gozo da Licença Prêmio a servidora PATRICIA FURLAN, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR na Secretaria da Educação, no período de 01/10/2019 a 29/12/2019, referente o período aquisitivo de 08/02/2010 a 08/02/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de outubro de 2019

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 21 de agosto de 2019.

ADRIANO JOSÉ COELHO

Prefeito em Exercício

SANDRA REGINA BERNES CLASEN

Secretária Interina da Educação

### **PORTARIA Nº 1.059 DE 21 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2131273

PORTARIA Nº 1.059 DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

ADRIANO JOSÉ COELHO Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 157 da Lei Complementar Nº 020, de 17 de dezembro de 2008, e de acordo com Requerimento nº 1882/2019 e a certidão exarada do Departamento de Recursos Humanos, RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o gozo da Licença Prêmio a servidora LUIZA AMÉLIA GARCIA PEREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR na Secretaria da Educação, no período de 29/07/2019 a 26/10/2019, referente o período aquisitivo de 03/08/2003 a 22/05/2008.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação com efeitos retroativos a 29 de julho de 2019

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 21 de agosto de 2019.

ADRIANO JOSÉ COELHO

Prefeito em Exercício

SANDRA REGINA BERNES CLASEN

Secretária Interina da Educação

### **PORTARIA Nº 1.060, DE 21 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2131376

PORTARIA Nº 1.060, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

ADRIANO JOSÉ COELHO Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC, e de conformidade com a Lei Complementar 20, de 17 de dezembro de 2008 e Lei 2.189, de 27 de setembro de 2007, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a servidora DEBORA DE OLIVEIRA MARCELINO BARBOSA, ocupante do cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL para responder CUMULATIVAMENTE pelo cargo de SECRETÁRIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 21 de agosto de 2019.

ADRIANO JOSÉ COELHO

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1000, DE 08 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2130933

PORTARIA Nº 1000, DE 08 DE AGOSTO DE 2019.

GERVÁSIO MACIEL Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso IX do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei nº 2.738, de 18 de outubro de 2018, RESOLVE;

Art. 1º. PRORROGAR até 24/08/2019 o contrato de trabalho de ELENIR APARECIDA HOFFMANN ROSAR, admitida em caráter temporário no cargo de PROFESSORA III na Secretaria da Educação, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, com desempenho da função no CE Cecília Koop Thiesen, em vaga vinculada a Elsilene Boss Vieira que se encontra em licença prêmio.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 27 de maio de 2019.

Ituporanga, 08 de agosto de 2019.

GERVÁSIO MACIEL  
Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1001, DE 08 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2130932

PORTARIA Nº 1001, DE 08 DE AGOSTO DE 2019.

GERVÁSIO MACIEL Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso IX do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei nº 2.738, de 18 de outubro de 2018, RESOLVE;

Art. 1º. PRORROGAR até 23/12/2019 o contrato de trabalho de FERNANDA CRISTINA MEDEIROS, admitida em caráter temporário no cargo de PROFESSORA III na Secretaria da Educação, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, com desempenho da função no CEI Matilde Sens, em vaga vinculada a Sandra Terezinha Ferreira de Melo que se encontra em atestado de readaptação.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 30 de julho de 2019.

Ituporanga, 08 de agosto de 2019.

GERVÁSIO MACIEL  
Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1002, DE 08 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2130929

PORTARIA Nº 1002, DE 08 DE AGOSTO DE 2019

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com a Lei nº 1.839/2000, RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR o contrato de TAINÁ ALINE ERN, admitida em caráter temporário no cargo de PROFESSORA III na Secretaria de Educação, para o período de 29/07/2019 à 13/12/2019, com desempenho da função no CEI. LUCIANE HAVERROTH, sendo 20 horas semanais na disciplina HORA ATIVIDADE, período matutino (em substituição da Professora Daniela Kraus que se encontra em atribuição de Exercício no CE. Leandro dos Santos) e 20 horas semanais na turma Pré II, período vespertino. Totalizando jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 29 de julho de 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 08 de agosto de 2018.

GERVÁSIO MACIEL  
Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1003, DE 08 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2130927

PORTARIA Nº 1003, DE 08 DE AGOSTO DE 2019

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com a Lei nº 1.839/2000, RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR o contrato de BRUNA MULLER CAMARGO, admitida em caráter temporário no cargo de PROFESSORA III na Secretaria de Educação, para o período de 29/07/2019 à 26/10/2019, com desempenho da função no CEI. Cecília Koop Thiesen no período matutino, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, em vaga vinculada a Luiza Amélia Garcia Pereira que se encontra em licença prêmio.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 29 de julho de 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 08 de agosto de 2018.  
GERVÁSIO MACIEL  
Prefeito em Exercício

### **PORTARIA Nº 1006, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2130915

PORTARIA Nº 1006, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

GERVÁSIO MACIEL Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 157 da Lei Complementar Nº 020, de 17 de dezembro de 2008, e de acordo com Requerimento nº 4404/2018 e a certidão exarada do Departamento de Recursos Humanos, RESOLVE:

Art. 1º Autorizar à concessão e o gozo da Licença Prêmio a servidora MARLI MELCHER ROSA, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR na Secretaria da Educação, no período de 29/07/2019 a 26/10/2019, referente o período aquisitivo de 18/10/2013 a 18/10/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 27 de julho de 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 12 de agosto de 2019.  
GERVÁSIO MACIEL  
Prefeito em Exercício

### **PORTARIA Nº 1007, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2130917

PORTARIA Nº 1007, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

GERVÁSIO MACIEL Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 157 da Lei Complementar Nº 020, de 17 de dezembro de 2008, e de acordo com Requerimento nº 1882/2019 e a certidão exarada do Departamento de Recursos Humanos, RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o gozo da Licença Prêmio a servidora SONIA REGINA AMANCIO MARTINS, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR na Secretaria da Educação, no período de 05/08/2019 a 02/11/2019, referente o período aquisitivo de 04/04/2012 a 04/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05 de agosto de 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 12 de agosto de 2019.  
GERVÁSIO MACIEL  
Prefeito em Exercício

### **PORTARIA Nº 1008, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2130921

PORTARIA Nº 1008, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

GERVÁSIO MACIEL Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 157 da Lei Complementar Nº 020, de 17 de dezembro de 2008, e de acordo com Requerimento nº 1882/2019 e a certidão exarada do Departamento de Recursos Humanos, RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o gozo da Licença Prêmio a servidora RENATA MACHADO PEREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR na Secretaria da Educação, no período de 05/08/2019 a 02/11/2019, referente o período aquisitivo de 23/08/2006 a 23/08/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05 de agosto de 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 12 de agosto de 2019.  
GERVÁSIO MACIEL  
Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1039, DE 16 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2130939

PORTARIA Nº 1039, DE 16 DE AGOSTO DE 2019.

GERVÁSIO MACIEL Prefeito em exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município e conferida pelo art. 140, inciso II da Lei complementar nº 020/2008, RESOLVE;

Art. 1º Conceder licença gestação à servidora VANESSA NIAIA, ocupante do cargo de SECRETARIA DE UNIDADE DE ENSINO na Secretaria da EDUCAÇÃO, no período de 09/08/2019 a 06/12/2019, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 09 de agosto de 2019.

Ituporanga, SC, 16 de agosto de 2019.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em exercício

**PORTARIA Nº 876, DE 17 DE JULHO DE 2019.**

Publicação Nº 2130983

PORTARIA Nº 876, DE 17 DE JULHO DE 2019.

O Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com a Lei nº 1.839/2000, Edital nº 001/2017 e Contrato nº 05/2018, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora CARIANE FELAÇO SOUZA DE ALMEIDA, admitida em caráter temporário no cargo de PROFESSORA III na Secretaria de Educação, com desempenho da função no CEI. Pequeno Príncipe, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05 de julho de 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 17 de julho de 2019.

GERVÁSIO JOSÉ MACIEL

Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA Nº 877, DE 17 DE JULHO DE 2019.**

Publicação Nº 2130982

PORTARIA Nº 877, DE 17 DE JULHO DE 2019.

O Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com a Lei nº 1.839/2000, Edital nº 002/2018 e Contrato nº 129/2019, RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR em caráter temporário CARIANE FELAÇO SOUZA DE ALMEIDA no cargo de PROFESSORA III na Secretaria de Educação, com desempenho da função no CEI. Pequeno Príncipe, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, no período de 06/07/2019 a 23/12/2019, em vaga vinculada a Susete Thiesen Souza, que está atribuindo exercício no CEI. Cecília K. Thiesen.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06 de julho de 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 17 de julho de 2019.

GERVÁSIO JOSÉ MACIEL

Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA Nº 890, DE 18 DE JULHO DE 2019.**

Publicação Nº 2130984

PORTARIA Nº 890, DE 18 DE JULHO DE 2019.

O Prefeito Municipal em Exercício de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga –SC, combinado com a Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2008 e de acordo com o Requerimento nº 2176/2019, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora NEIVA DA SILVA BUENO PINHEIRO ocupante do cargo de provimento efetivo de SERVENTE na Secretaria da Educação, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, nomeada pela Portaria nº 7.035/2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21 de julho de 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 18 de julho de 2019.  
GERVÁSIO JOSÉ MACIEL  
Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA Nº 941, DE 30 DE JULHO DE 2019.**

Publicação Nº 2130991

PORTARIA Nº 941, DE 30 DE JULHO DE 2019.

O Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei Complementar nº 020/2008 (Estatuto dos Servidores do Município), RESOLVE,

Art. 1º CONCEDER estabilidade funcional ao servidor abaixo relacionado que foi APROVADO no Estágio Probatório por atender os requisitos exigidos para aptidão ao cargo, conforme o Parecer da Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho – CAD, nomeada através do Decreto nº 007/2019.

NOME: CARLOS ALBERTO NUNES

CARGO: Servente

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 14 de janeiro de 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 30 de julho de 2019.  
GERVÁSIO JOSÉ MACIEL  
Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA Nº 961, DE 30 DE JULHO DE 2019.**

Publicação Nº 2130989

PORTARIA Nº 961, DE 30 DE JULHO DE 2019.

GERVÁSIO JOSÉ MACIEL Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o inciso I do artigo 140 da Lei Complementar nº 020, de 17 de dezembro de 2008, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde à servidora MARIA VIEIRA LAURETH, ocupante do cargo de SERVENTE, no período de 27/07/2019 a 02/08/2019, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 27 de julho de 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 30 de julho de 2019.  
GERVÁSIO JOSÉ MACIEL  
Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA Nº 966, DE 31 DE JULHO DE 2019.**

Publicação Nº 2130988

PORTARIA Nº 966, DE 31 DE JULHO DE 2019.

GERVÁSIO MACIEL Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR em caráter temporário ELAINE HEINZ no cargo de SERVENTE na Secretaria de Educação, com desempenho da função no CEI Luciane Haverroth, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 29 de julho de 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 31 de julho de 2019.  
GERVÁSIO MACIEL  
Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA Nº 968, DE 01 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2130985

PORTARIA Nº 968, DE 01 DE AGOSTO DE 2019.

GERVÁSIO MACIEL Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com a Lei nº 1.839/2000, Chamada Pública 006/2019 e Contrato nº 130/2019, RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR em caráter temporário MEICE KAROLINE FRAGA GESSER WULFF no cargo de PROFESSORA III na Secretaria de Educação, com desempenho da função no CE. Bom Pastor, com jornada de trabalho de 20 horas semanais, no período de 29/07/2019 a 26/10/2019, em vaga vinculada a Marli Melcher Rosa, que se encontra em licença prêmio.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 29 de julho de 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 01 de agosto de 2019.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA Nº 998, DE 08 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2130978

PORTARIA Nº 998, DE 08 DE AGOSTO DE 2019.

GERVÁSIO MACIEL Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com as Leis nº 11.770, de 09 de setembro de 2008, bem como Decreto nº 708, de 24 de novembro de 2009 e Requerimento nº 2467/2019, RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR a licença gestação da servidora SUSANA CARLA DA COSTA ocupante do cargo de PROFESSORA na Secretaria da EDUCAÇÃO, concedida pela Portaria Nº 534/2019, pelo prazo de sessenta (60) dias, no período de 07/08/2019 a 05/10/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação com efeitos retroativos a 07 de agosto de 2019.

Ituporanga, SC, 08 de agosto de 2019.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 999, DE 08 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2130977

PORTARIA Nº 999, DE 08 DE AGOSTO DE 2019.

GERVÁSIO MACIEL Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso IX do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei nº 2.738, de 18 de outubro de 2018, RESOLVE;

Art. 1º. PRORROGAR até 26/05/2019 o contrato de trabalho de ELENIR APARECIDA HOFFMANN ROSAR, admitida em caráter temporário no cargo de PROFESSORA III na Secretaria da Educação, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, com desempenho da função no CE Cecília Koop Thiesen, em vaga vinculada a Elsilene Boss Vieira que se encontra de férias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de abril de 2019.

Ituporanga, 08 de agosto de 2019.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2019/FMS CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PACIENTES DESTES MUNICÍPIO DE FORMA INTERMUNICIPAL, VIAGENS DE IDA E VOLTA.**

Publicação Nº 2131017

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº11/2019

Processo: 14/2019/FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PACIENTES DESTES MUNICÍPIO DE FORMA INTERMUNICIPAL, VIAGENS DE IDA E VOLTA. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 04 de setembro de 2019 até as 09h00min. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 04 de setembro de 2019 às 09h30min no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10h00min do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura.



Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min e pelo fone (\*\*47) 3533 -1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: [www.ituporanga.sc.gov.br](http://www.ituporanga.sc.gov.br), no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 22 de agosto de 2019

Jucilene Lais Rossa Bonfim – Secretária Interina da Saúde

## RESOLUÇÃO Nº 005 DE 07 DE AGOSTO DE 2019 - CMAS

Publicação Nº 2130847

RESOLUÇÃO Nº 005 DE 07 DE AGOSTO DE 2019

Aprova a convocação extraordinária da X Conferência Municipal de Assistência Social do Município de Ituporanga.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, de Ituporanga, em Reunião Plenária Ordinária de 07 de agosto de 2019, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e pela Lei Municipal nº 2.402, de 07 de maio de 2012, que dispõe sobre a Política de Assistência Social e o Conselho Municipal de Assistência Social.

Considerando, que a participação direta dos usuários(as) da política de assistência social, trabalhadores do SUAS e entidades da rede socioassistencial é fundamento do Estado Democrático Brasileiro, conforme Art. 1º da Constituição Federal.

Considerando que a participação social da população, em especial dos usuários(as) da Política de Assistência Social é estruturante, conforme artigo 204 da Constituição Federal, conforme inciso II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Considerando que as Conferências estão previstas na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993, com a atribuição de avaliar e conferir a Política Municipal de Assistência Social e definir propostas para o aprimoramento e implementação do SUAS, no âmbito municipal, estadual e nacional.

Considerando, que o fortalecimento da relação democrática entre estado e sociedade civil e o se constitui como uma das diretrizes estruturantes da gestão do SUAS, conforme art. 5º da NOB SUAS 2012.

Considerando, que as Conferências de Assistência Social estão previstas no Art. 12. Constituem responsabilidades comuns à União, Estados, Distrito Federal e Municípios, VIII - realizar, em conjunto com os conselhos de assistência social, as conferências de assistência social;

Considerando que o processo conferencial fortalece o diálogo entre governo e sociedade civil, bem como o conselho municipal de assistência social e o , controle social, e que exige trazer a participação dos usuários(as) para a centralidade do debate da política da assistência social;

Considerando, a Convocação da Conferência Nacional Democrática de Assistência Social: "Assistência Social: Direito do Povo com Financiamento Público e Participação Social", convocada por organizações e movimentos sociais no âmbito nacional;

Considerando, a Convocação da 12ª Conferência Estadual de Assistência Social, convocada pelo CEAS/SC, Resolução Nº 06, de 18 de junho de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Convocar Extraordinariamente a X Conferência Municipal de Assistência Social, com a atribuição de avaliar e conferir a execução e implementação da Política Municipal de Assistência Social, em relação aos equipamentos, recursos humanos, oferta dos serviços socioassistenciais, financiamento, participação social entre outros.

Art. 2º - A Conferência Municipal de Assistência Social acontecerá no dia 18 de setembro, das 13h às 18h, nas dependências do Centro de Múltiplo Uso, Avenida Paraguai, Jardim América, no município de Ituporanga, conforme programação que será divulgada e publicizada pela Comissão da Conferência.

Art. 3º - A Conferência Municipal de Assistência Social terá como tema "Assistência Social: Direito do Povo, com Financiamento Público e Participação Social, e debaterá os 03 Eixos Temáticos, que seguem:

- 1 – Assistência Social é um direito do cidadão e dever do Estado;
- 2 – Política pública tem que ter financiamento;
- 3 – A participação popular garante a democracia e o controle da sociedade.

Art. 4º - A Comissão Organizadora da Conferência Municipal será coordenada pelo Presidente e Vice presidente do CMAS, e demais representantes do CMAS, de forma paritária, conforme segue:

Presidente: Alessandra Hoffmann Moratelli

Vice presidente: Maria Rosmeri Damann

Conselheiro governamental: Josiane Rosa Sieves

Conselheiro da sociedade civil: Dulce Maria Franciozi

Art. 5º - Essa publicação entra em vigor na data da sua publicação.

JOSIANE ROSA SIEVES

Presidente do CMAS



**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO N. 292, DE 20 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2131076

RESOLUÇÃO N. 292, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

"Dispõe sobre a aprovação do relatório final dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI n. 1/2019".

Art. 1º. Aprova o relatório final dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito n. 1/2019, que apurou irregularidades nas licitações, contratações e durante a execução contratual das avenças firmadas entre o Município de Ituporanga e a empresa Say Muller Serviços Ltda.

Art. 2º. Fazem parte integrante desta resolução o relatório final dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito e seus respectivos documentos.

Art. 3º. Com a aprovação da presente Resolução, fica extinta a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI n. 1/2019.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ituporanga/SC, 21 de agosto de 2019

Adriano José Coelho

Presidente da Câmara Municipal de Ituporanga

# Jaborá

## PREFEITURA

### **AVISO NR 04 - EXTRATO DE AVISO DE COTAÇÃO PRÉVIA (ORÇAMENTO) PARA SERVIÇOS DE PROJETOS DE ENGENHARIA - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA**

Publicação Nº 2131815

AVISO DE COTAÇÃO PRÉVIA (ORÇAMENTO) PARA SERVIÇOS DE PROJETOS DE ENGENHARIA REFORMA DA ESCOLA INFANTIL ALCIDES FERRARI

O Município de Jaborá/SC torna público que receberá proposta de preços de profissionais do ramo ou de empresas de engenharia, interessadas para fornecimento do objeto abaixo:

OBJETO: Contratação de empresa/profissional especializado para prestação de serviços necessários à elaboração de Projeto Executivo de Engenharia para as ruas ANÉSIO MIOTO, PRIMEIRO DE MAIO, SETE DE SETEMBRO, WALDEMAR POYER e PLÁCIDO MASCARELLO, para pavimentação asfáltica sobre paralelepípedo, com orçamento, memorial descritivo, cronograma de execução, locação de lombada física, ART ou RRT, conforme Croqui em anexo, da localização das ruas.

ENTREGA: Documentos e Propostas serão recebidas até o dia 04/09/2019 às 16:00 horas, na Prefeitura Municipal, Rua Ângelo Poyer, 320, Jaborá - Setor de Protocolo ou também pelo e-mail [financas@jabora.sc.gov.br](mailto:financas@jabora.sc.gov.br) - (pedir confirmação)

Assunto para o e-mail: Proposta Projetos Pavimentação em Asfalto.

Contato: Setor de Compras - 49 35262000 de Seg. à Sex. das 08:00 as 11:30 e 13:30 as 17:00.

Disponível em <https://www.jabora.sc.gov.br/noticias/index/ver/codNoticia/570562/codMapaItem/6809>

“AVISO DE COTAÇÃO PRÉVIA (ORÇAMENTO) PARA SERVIÇOS DE PROJETOS DE ENGENHARIA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA”

Jaborá (SC), 21 de agosto de 2019.

Kléber Mércio Nora

Prefeito Municipal

### **EXTRATO DE AVISO DE COTAÇÃO PRÉVIA (ORÇAMENTO) PARA SERVIÇOS DE PROJETOS DE ENGENHARIA Nº 3/2019**

Publicação Nº 2131155

AVISO DE COTAÇÃO PRÉVIA (ORÇAMENTO) PARA SERVIÇOS DE PROJETOS DE ENGENHARIA REFORMA DA ESCOLA INFANTIL ALCIDES FERRARI

O Município de Jaborá/SC torna público que receberá proposta de preços de profissionais do ramo ou de empresas de engenharia, interessadas para fornecimento do objeto abaixo:

OBJETO: Contratação de empresa/profissional para a elaboração de Projetos complementares de Engenharia, para reforma da Escola Infantil Prefeito Alcides Ferrari, localizada a Rua Anésio Miotto, nº 215, Centro Jaborá/SC.

ENTREGA: Documentos e Propostas serão recebidas até o dia 04/09/2019 às 16:00 horas, na Prefeitura Municipal, Rua Ângelo Poyer, 320, Jaborá - Setor de Protocolo ou também pelo e-mail [financas@jabora.sc.gov.br](mailto:financas@jabora.sc.gov.br) - (pedir confirmação)

Assunto para o e-mail: Proposta Projeto Reforma da Escola Infantil Alcides Ferrari.

Contato: Setor de Compras - 49 35262000 de Seg. à Sex. das 08:00 as 11:30 e 13:30 as 17:00.

Disponível em <https://www.jabora.sc.gov.br/noticias/index/ver/codNoticia/570436/codMapaItem/6809>

“AVISO DE COTAÇÃO PRÉVIA (ORÇAMENTO) PARA SERVIÇOS DE PROJETOS DE ENGENHARIA - REFORMA DA ESCOLA INFANTIL ALCIDES FERRARI”

Jaborá (SC), 21 de agosto de 2019.

Kléber Mércio Nora

Prefeito Municipal

### **RESOLUÇÃO 07/2019 COMISSÃO ELEITORAL CT**

Publicação Nº 2131301

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE JABORÁ

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 07/2019 DA COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL JABORÁ-SC

A presidente da Comissão Eleitoral no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA,

FAZ SABER:

Art. 1º - Aos interessados, que as candidatas Daniela Lazarotto, Deize Mara Ramos, Isália Salete Busnello, Marcieli Toniello e Valesca Genero Pacheco apresentaram requerimentos solicitando a desistência de suas candidaturas para eleição do Conselho Tutelar do ano de 2019 do município de Jaborá/SC.

Jaborá – SC, 22 de agosto de 2019.  
CARME TEREZINHA SIMIONI VARELA  
Presidente da Comissão Eleitoral

# Jaraguá do Sul

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO 001/2019.

Publicação Nº 2131515

Convocação de Processo Seletivo 001/2019.

Pelo presente, fica Vossa Senhoria, ELIZETE LUZIA PEREIRA, convocado(a) para comparecer junto a Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no prazo de 48 (Quarenta e oito) horas, a partir da ciência desta, a fim de tratar da vossa admissão no serviço público conforme Processo Seletivo 001/2019 no Cargo de Assistente Social - 30h.

### DECISÃO ADMINISTRATIVA

Publicação Nº 2131533

Recursos interpostos pelas empresas:

J. LOPES CONSTRUÇÕES LTDA - Processo Administrativo nº 17.704/2019 e

SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - Processo Administrativo nº 17.705/2019

Processo Licitatório Edital de Tomada de Preços nº 60/2019

### DECISÃO ADMINISTRATIVA

#### I RELATÓRIO

Tratam-se de recursos interpostos pelas empresas J. LOPES CONSTRUÇÕES LTDA e SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA ante suas inabilitações no certame Tomada de Preços nº 060/2019, que tem como objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para reforma em uma área de 128,33m<sup>2</sup> e pavimentação em bloco intertravado (paver) em uma área de 1.855,29m<sup>2</sup>, na Capela Municipal Maria Berti Moretti, localizada na Rua 691 - Cirilo Zanghelini nº 37, Bairro Nereu Ramos, Jaraguá do Sul - SC.

Os recursos interpostos pelas empresas J. LOPES CONSTRUÇÕES LTDA e SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA foram tempestivamente protocolados em 03/06/2019, vez que a sessão de abertura e julgamento se deu em 27/05/2019, consoante à previsão legal do inciso XVIII, art. 4º da Lei nº 10.520/2002 Lei de Licitações, considerando a ocorrência de sábado e domingo.

A recorrente J. LOPES CONSTRUÇÕES LTDA foi inabilitada devido ao não atendimento da alínea "j", do item 6.1, referente a comprovação de Execução de pavimentação em blocos de concreto intertravados (Paver), visto que a comprovação apresentada para este item não contempla "paver", conforme exigido, apresentado comprovação técnica de lajota.

A recorrente SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA foi inabilitada por desatender a exigência do item 6.1 alínea "m" do Edital, qual seja, a Declaração pessoal do responsável técnico, concordando com a sua responsabilidade técnica perante os serviços, visto que a Declaração apresentada não é pessoal do Sr. Jader Aquiles Novelletto e está assinada pelo Procurador Sr. Renan Caique Andrade Correa, estando em desconformidade com o Edital, por se tratar de exigência de declaração pessoal e a apresentada é declaração de indicação.

Houve a manifestação da Comissão de Licitação que manifestou-se reconhecendo a irregularidade no ato da inabilitação da empresa J. LOPES CONSTRUÇÕES LTDA, considerando a mesma habilitada.

Houve a manifestação da Comissão de Licitação que manifestou-se mantendo a empresa SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, inabilitada.

Por sua vez, os autos foram encaminhados à Procuradoria-Geral do Município, que se manifestou através do Parecer Jurídico nº 36/2019, elaborado pela Procuradora Municipal Dr<sup>a</sup>. Andréa Rosana S. Maiochi e pelo Dr. Benedito Carlos Noronha, Procurador-Geral do Município. Este feito foi chamado à ordem para esclarecimentos, ocasião em que foi revisto o posicionamento anterior.

Houve a MANIFESTAÇÃO COMPLEMENTAR assinada pelo Dr. Benedito Carlos Noronha, Procurador-Geral do Município, que complementa o Parecer Jurídico nº 36/2019, e após os autos foram remetidos ao Secretário da Administração para decisão em grau definitivo.

É o relatório.

#### II FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente cabe destacar que a competência para julgamento do recurso está disposta na Lei 8.666/93, art. 109, § 4º, dispondo que o recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio de quem praticou o ato recorrido, cabendo assim, ao Secretário da Administração proferir decisão administrativa.

Verifica-se que as inabilitações tiveram razões diversas, distintas daquela levantada no Parecer Jurídico nº 36/2019, qual seja: a exigência da comprovação da capacidade técnico-operacional através de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA e/ou CAU e acompanhado de acervo técnico, entendendo ser esta uma irregularidade, que culminou na recomendação de anulação do certame.

Cumpram-se frisar que no certame em análise, conforme se verifica na mencionada ata, houveram 5 (cinco) empresas participantes, e nenhuma destas foi inabilitada por não apresentar o atestado de capacidade técnica-operacional devidamente registrado no CREA e/ou CAU, fato este que de plano se evidencia que tal solicitação não apresentou restrição à participação no certame.

Assim em relação ao Parecer Jurídico nº 36/2019, quanto à recomendação de anulação do certame, deve ser revista, vez que não houveram impugnações quanto a este apontamento, bem como nenhuma das 05 (cinco) licitantes foram inabilitadas devido à não apresentação do atestado operacional devidamente registrado no Crea e/ou CAU, deste modo, em homenagem aos princípios da razoabilidade, economicidade, celeridade e eficiência, a MANIFESTAÇÃO COMPLEMENTAR assinada pelo Dr. Benedito Carlos Noronha, recomenda que nos próximos certames se abstenham de solicitar o registro no CREA dos atestados de capacidade técnico operacional nos moldes das orientações abaixo colacionadas, emanadas pela Corte de Contas da União:

“1.7. Recomendar à UFRJ que exclua dos editais para contratação de empresa para a execução de obra de engenharia a exigência de registro no CREA dos atestados para comprovação da capacitação técnica operacional das licitantes, tendo em conta a recomendação inserta no subitem 1.3 do Capítulo IV combinado com o subitem 1.5.2 do Capítulo III do Manual de Procedimentos Operacionais para aplicação da Resolução CONFEA nº 1.025/2009, aprovado pela Decisão Normativa CONFEA nº 085/2011.” (Destacamos.) TCU - Acórdão nº 128/2012 – 2ª Câmara

“9.4. dar ciência ao Município de Itagibá/BA, de modo a evitar a repetição das irregularidades em futuros certames patrocinados com recursos federais, de que:

[...]

9.4.2. a exigência de comprovação de aptidão técnica devidamente registrada junto ao Crea, dando conta de que a empresa interessada já desenvolveu serviços idênticos/semelhantes ao previsto no objeto do edital, contraria a Resolução 1.025/2009 do Confea e o Acórdão 128/2012 - TCU - 2ª Câmara” ( Acórdão 655/2016 – Plenário)

Desta forma, como no Parecer Jurídico supracitado foi deixado de analisar o recurso interposto pela empresa SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, conforme disposto no Despacho de fls. 12 do Processo nº 17.705/2019, em complemento, passa-se a análise do mesmo.

Em seu recurso, aduz em síntese a empresa SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA que sua inabilitação foi por excesso de formalismo, vez que o responsável técnico e o proprietário/sócio administrador são a mesma pessoa, e assim o proprietário concorda com a responsabilidade técnica.

Em análise ao recurso a Comissão Especial de Licitação manteve a inabilitação por entender que a procuração apresentada se dava apenas para a representação na qualidade de responsável pela empresa, e não para representar na qualidade de responsável técnico.

Deste modo de faz necessária uma pequena digressão sobre o instituto da procuração, características e delegação de poderes. O instrumento de mandato tem como base legal o art. 645 do Código Civil Brasileiro:

“Opera-se o mandato quando alguém recebe de outrem poderes para, em seu nome, praticar atos ou administrar interesses. A procuração é o instrumento do mandato.”

E os demais atos, dispostos nos arts. 660 e seguintes, à saber:

Art. 660. O mandato pode ser especial a um ou mais negócios determinadamente, ou geral a todos os do mandante.

Art. 661. O mandato em termos gerais só confere poderes de administração.

§ 1º Para alienar, hipotecar, transigir, ou praticar outros quaisquer atos que exorbitem da administração ordinária, depende a procuração de poderes especiais e expressos.

§ 2º O poder de transigir não importa o de firmar compromisso.

Art. 662. Os atos praticados por quem não tenha mandato, ou o tenha sem poderes suficientes, são ineficazes em relação àquele em cujo nome foram praticados, salvo se este os ratificar.”

Assim, a procuração é um documento legal que transfere a alguém (outorgado) poderes para agir no nome de outra pessoa (outorgante). Logo, quem concede o direito é o outorgante e quem recebe, o outorgado, devendo especificando os poderes a ele concedidos.

E ao averiguar a Procuração apresentada pela ora recorrente, verifica-se que a outorgante é uma pessoa jurídica, que através do seu sócio administrador, concede poderes específicos de representar a empresa outorgante, fato este que não possui o condão de representar a pessoa física do sócio-administrador da empresa recorrente na qualidade de engenheiro civil.

Assim verifica-se que a análise da Comissão Especial, quando da inabilitação da empresa SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, foi adequada ao ordenamento jurídico consoante ao disposto no art. 662 do Código Civil, pois o outorgado, in casu Sr. Renan Caique Andrade Correa tem poderes específicos de representação da empresa outorgante.

Deste modo, em síntese ao Parecer Jurídico nº 36/2019 complementado pela MANIFESTAÇÃO COMPLEMENTAR assinada pelo Dr. Benedito Carlos Noronha, Procurador-Geral do Município, abstrai-se que:

a) acertada a reanálise da Comissão Especial que decidiu habilitar a empresa J. LOPES CONSTRUÇÕES LTDA, por entender que a documentação comprova a capacidade técnica operacional disposta no item 6.1 alínea “j”, item: Execução de pavimentação em blocos de concreto intertravados (Paver) muito além do exigido;

b) bem como a manutenção da inabilitação da empresa SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, por desatender a documentação prevista na alínea “m” do item 6.1 do certame, foi adequada ao ordenamento jurídico consoante ao disposto no art. 662 do Código Civil, vez que o outorgado tem poderes específicos de representação da empresa outorgante e não da pessoa.

c) por fim, se recomenda que nos próximos certames se abstenham de solicitar o registro no CREA dos atestados de capacidade técnico

operacional;

### III DISPOSITIVO

Diante do exposto, por tudo mais que dos autos consta e do direito aplicável à espécie, de acordo com os pareceres técnicos, baseando-se no Parecer Jurídico 036/2019 complementado pela MANIFESTAÇÃO COMPLEMENTAR assinada pelo Dr. Benedito Carlos Noronha, Procurador-Geral do Município, a Secretaria da Administração decide: Habilitar a empresa J. LOPES CONSTRUÇÕES LTDA; Manter a inabilitação da empresa SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA; E que nos próximos certames não seja solicitado o registro no CREA dos atestados de capacidade técnico operacional; Encaminhando esta decisão à Diretoria de Compras, Licitações e Suprimentos para que se tome as devidas providências legais.

Jaraguá do Sul, 20 de agosto de 2019.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal da Administração

## DECRETO Nº 13.106/2019

Publicação Nº 2130726

### D E C R E T O Nº 13.106/2019

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30/10/2018, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30 de outubro de 2018,

#### DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 3.970,09 (Três mil, novecentos e setenta reais e nove centavos), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semop), a saber:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001.15.122.0300.2.300 - Manutenção das Atividades Administrativas - Obras

3.3.00 - DESPESAS CORRENTES

09.001.170 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 3.970,09

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2018, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente do recurso vinculado ao Convênio Ministério Turismo - Pavimentação Acesso Chiasetta - 2ª Etapa, no valor de R\$ 3.970,09 (Três mil, novecentos e setenta reais e nove centavos).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 19 de agosto de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

## DECRETO Nº 13.107/2019

Publicação Nº 2130728

### D E C R E T O Nº 13.107/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas; e  
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 498/2019/Cogem, de 15/08/2019, da Controladoria-Geral do Município;

#### DECRETA :

Art.1º Fica revogado o Decreto Municipal Nº 10.312/2015, de 20/02/2015, que designou a PRIMEIRA COMISSÃO PERMANENTE DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL e a SEGUNDA COMISSÃO PERMANENTE DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL.

Art.2º Fica revogado o Decreto Municipal Nº 11.394/2017, de 12/06/2017, que alterou a designação da PRIMEIRA COMISSÃO PERMANENTE DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL, constante do artigo 1º, caput, do Decreto Municipal Nº 10.312/2015, de 20/02/2015.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 19 de agosto de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**DECRETO Nº 13.108/2019**

Publicação Nº 2130730

D E C R E T O Nº 13.108/2019

Declara de Utilidade Pública Área de VILIAM SIEWERT e INEZ SIEWERT.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no artigo 6º, do Decreto-Lei Federal Nº 3.365/1941, de 21/06/1941; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 307/2019/Semplu, de 14 de agosto de 2019, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo;

CONSIDERANDO a necessidade de abertura do prolongamento da Rua 293 - Bernardo Werner Grubba Júnior;

DECRETA :

Art.1º Fica declarada de Utilidade Pública, nos termos do Decreto-Lei Federal Nº 3.365/1941, de 21/06/1941, para fins de desapropriação amigável ou judicial, a área de 1.426,12m2, proveniente da MI Nº 18.644, do CRI desta Comarca, cadastrada na Prefeitura de Jaraguá do Sul sob o Nº PMJS 14.618, situada às Ruas 742 - Ademar Irio Vasel e 294 - Guilherme Gumz, bairro Centenário, perímetro urbano, neste Município, de propriedade de VILIAM SIEWERT e INEZ SIEWERT.

Art.2º A área a que se refere o artigo precedente, representada na planta topográfica anexa, passará a integrar o patrimônio público municipal na categoria de bem de uso comum do povo, e destinar-se-á à abertura do prolongamento da Rua 293 - Bernardo Werner Grubba Júnior.

Art.3º Fica isenta da incidência do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), a área objeto deste Decreto.

Art.4º As despesas decorrentes do presente ato correrão à conta de dotações do Orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art.5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de agosto de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**DECRETO Nº 13.109/2019**

Publicação Nº 2130731

D E C R E T O Nº 13.109/2019

Declara de Utilidade Pública Área de MARILENE SIEWERT KOEHLER e MARCIO KOEHLER.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no artigo 6º, do Decreto-Lei Federal Nº 3.365/1941, de 21/06/1941; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 306/2019/Semplu, de 14 de agosto de 2019, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo;

CONSIDERANDO a necessidade de abertura do prolongamento da Rua 293 - Bernardo Werner Grubba Júnior;

DECRETA :

Art.1º Fica declarada de Utilidade Pública, nos termos do Decreto-Lei Federal Nº 3.365/1941, de 21/06/1941, para fins de desapropriação amigável ou judicial, a área de 1.200,17m2, proveniente da MI Nº 25.355, do CRI desta Comarca, cadastrada na Prefeitura de Jaraguá do Sul sob o Nº PMJS 3332, situada à Rua 12 - Avenida Prefeito Waldemar Grubba (fundos), bairro Centenário, perímetro urbano, neste Município, de propriedade de MARILENE SIEWERT KOEHLER e MARCIO KOEHLER.

Art.2º A área a que se refere o artigo precedente, representada na planta topográfica anexa, passará a integrar o patrimônio público municipal na categoria de bem de uso comum do povo, e destinar-se-á à abertura do prolongamento da Rua 293 - Bernardo Werner Grubba Júnior.

Art.3º Fica isenta da incidência do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), a área objeto deste Decreto.

Art.4º As despesas decorrentes do presente ato correrão à conta de dotações do Orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art.5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de agosto de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito



**DECRETO Nº 13.110/2019**

Publicação Nº 2130732

D E C R E T O Nº 13.110/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais HUMBERTO JOSÉ TRAVI, matrícula 80049; OTONIEL DA SILVA, matrícula 82007; e KARINE KATH JOCHEM SCHMITT, matrícula 81906, para comporem a Comissão que, sob a presidência do primeiro, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas à esta Prefeitura, em razão da TOMADA DE PREÇOS Nº 164/2019, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para restauração/reforma da Ponte Pênsil Alfredo Jacob Emmendoerfer, localizada no bairro Baependi, fazendo ligação entre as Ruas Miguel Salai e Ney Franco, em Jaraguá do Sul/SC, ligando o Centro com o bairro Baependi, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de agosto de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**DECRETO Nº 13.111/2019**

Publicação Nº 2130733

D E C R E T O Nº 13.111/2019

Designa Fiscal e Gestor de Contrato.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993; CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Tomada de Preços Nº 164/2019, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para restauração/reforma da Ponte Pênsil Alfredo Jacob Emmendoerfer, localizada no bairro Baependi, fazendo ligação entre as Ruas Miguel Salai e Ney Franco, em Jaraguá do Sul/SC, ligando o Centro com o bairro Baependi;

DECRETA :

Art.1º Fica designado o servidor público municipal HUMBERTO JOSÉ TRAVI, matrícula 80049, Engenheiro, para FISCALIZAÇÃO, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Tomada de Preços Nº 164/2019 com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019.

Art.2º Fica designada a servidora pública municipal KARINE KATH JOCHEM SCHMITT, matrícula 81906, Gerente Administrativa e Financeira, para GERIR, controlar, conhecer, encaminhar e acompanhar a execução do Contrato firmado em decorrência da Tomada de Preços Nº 164/2019 com os termos do ato convocatório, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de agosto de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**E D I T A L CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 161/2019 SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTES E LAZER**

Publicação Nº 2131525

E D I T A L

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 161/2019

SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTES E LAZER

TIPO: MAIOR OFERTA POR ITEM

OBJETO: Outorga da permissão de uso remunerada do espaço físico descrito no Anexo I deste Edital, integrantes do patrimônio público denominado Ginásio de Esportes Arthur Müller, situada a Rua Presidente Epitácio Pessoa nº 1033 – bairro: Centro – Jaraguá do Sul/SC, de

acordo com as especificações constantes nos demais Anexos do Edital.

REGIMENTO: O procedimento licitatório e o contrato que dele resultar, obedecerão integralmente a leis vigentes no país, especialmente a Lei Federal 8.666/93 e respectivas alterações, a Lei Orgânica do Município; a Lei Municipal nº3.875, de 13 de julho de 2005 e demais legislações aplicáveis a matéria.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos INVÓLUCROS: Até as 13:30 hs do dia 25/09/2019 no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha, Jaraguá do Sul – SC.

ABERTURA dos INVÓLUCROS: 14:00 horas do dia 25/09/2019 na sala de reuniões da Diretoria de Licitações, localizada na sede da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha, Jaraguá do Sul.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via internet no endereço [www.jaraguadosul.sc.gov.br](http://www.jaraguadosul.sc.gov.br)

Jaraguá do Sul (SC), 05 de agosto de 2019.

Argos José Burgardt

Secretário Municipal da Administração

Natália Lúcia Petry

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

## **ED I T A L PREGÃO PRESENCIAL N° 183/2019 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

Publicação N° 2130545

ED I T A L

PREGÃO PRESENCIAL N° 183/2019

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

TIPO: menor preço POR ITEM

OBJETO: O presente edital consiste na contratação de pessoa jurídica para fornecimento de refeições para os participantes da X Feira nacional de Educação Matemática, IV Feira Municipal Científica e Tecnológica ( FECITEC) e IV feira Brasileira de Iniciação Científica (FEBIC) que acontecerá em Jaraguá do Sul/SC, no período de 09 a 13 de setembro de 2019, em conformidade com o Anexo VII – Termo de Referência do edital, e Anexo VIII - Minuta de contrato.

REGIMENTO: Lei Federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 08:30 horas do dia 03 de setembro de 2019, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão às 09:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

Orçamento estimado para aquisição: R\$ 153.081,00 (cento e cinquenta e três mil e oitenta e um reais).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço [www.jaraguadosul.sc.gov.br](http://www.jaraguadosul.sc.gov.br).

Jaraguá do Sul (SC), 16 de agosto de 2019.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração

## **EDITAL CONCORRÊNCIA N.º 142/2019 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**

Publicação N° 2131524

EDITAL

CONCORRÊNCIA N.º 142/2019

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, sinalização viária, terraplanagem e obras complementares na Rua Esmeraldina Junkes Klein – Bairro Vila Lenzi, com extensão total de 180,45 (cento e oitenta vírgula quarenta e cinco metros), em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes deste edital.

REGIMENTO: Lei Federal 8.666/93 e demais alterações posteriores.

PRAZO e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: até as 08:30 horas do dia 25 de setembro de 2019, no Setor de Protocolo desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Walter Marquardt nº 1.111 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC.

ABERTURA dos ENVELOPES: 09:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

OBTENÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: O edital e seus anexos estarão disponíveis na Internet no endereço [www.jaraguadosul.sc.gov.br](http://www.jaraguadosul.sc.gov.br) sem qualquer custo.

VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 179.261,33 (cento e setenta e nove mil duzentos e sessenta e um reais e trinta e três centavos).

Jaraguá do Sul (SC), 19 de julho de 2019.

ARGOS JOSE BURGARDT

Secretário de Administração

## EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 36/2019 - FMS

Publicação Nº 2131520

### EDITAL DE CREDENCIAMENTO n.º 36/2019 - FMS

O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, por intermédio do Senhor Secretário Municipal da Administração e do Gestor do Fundo Municipal de Saúde, através da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde de Jaraguá do Sul-Semsa/FMS, gestora do Sistema Único de Saúde-SUS no âmbito municipal, com fundamento no art. 25, caput, da Lei nº 8.666/1993, de 21/06/1993, torna público a abertura do EDITAL DE CREDENCIAMENTO de entidades filantrópicas e/ou privadas, prestadoras de ações e serviços de saúde para a realização de consultas e exames na linha de cuidados de oftalmologia do Grupo 03 - Consulta Médica em Atenção Especializada em Oftalmologia, Consulta Médica em Atenção Especializada Oftalmologia (Retinologia) e no Grupo 02 ☐ Métodos Diagnóstico em Especialidade Fundoscopia, Métodos Diagnóstico em Especialidades Mapeamento de Retina, Métodos Diagnósticos em Especialidades Mapeamento de Tonometria, Campimetria, Paquimetria, Biometria, Ultrassonografia do Globo Ocular, Retinografia Fluorescente Binocular, Retinografia Colorida, Injeção Intravítreo, Tomografia de Coerência Óptica, discriminados na Tabela Unificada do Sistema Único de Saúde-SUS, que se encontra disponível no Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS, residentes nos Municípios de Jaraguá do Sul, em conformidade com os anexos deste Edital.

JUSTIFICATIVA: No caso concreto, a licitação mostra-se desvantajosa para o interesse público a ser atendido, melhor coadunando-se com tal finalidade o Credenciamento, posto que permita a seleção de todos os interessados que atenderem os requisitos do regulamento. Quanto maior o número de credenciados, melhor será o atendimento ao interesse público, da publicidade e transparência dos atos e demais procedimentos de interesse da Administração.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de competição por encontrarem-se preenchidos os requisitos legais do art. 25, caput da Lei nº 8.666/93, qual seja, da inviabilidade de competição.

PRAZO E LOCAL PARA O CREDENCIAMENTO: a partir de 29 de agosto de 2019, de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 11h e das 14h às 16h, na Secretaria Municipal de Saúde, na Diretoria Administrativa e Financeira, localizada na Rua Isidoro Pedri, nº 120, Bairro Barra do Rio Molha, através da Comissão Especial de Editais de Chamada Pública, de acordo com Decreto Municipal nº 12.562/2019.

INFORMAÇÕES: Informações e esclarecimentos adicionais sobre este Credenciamento poderão ser obtidos na Secretaria Municipal de Saúde, pelo telefone (47) 2106-8533, de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 11h e das 14h às 16h ou pelo e-mail: [credenciamentos.saude@jaraguadosul.sc.gov.br](mailto:credenciamentos.saude@jaraguadosul.sc.gov.br) (A/C Sra. Viviane Stolf) (ANEXO II).

OBTENÇÃO DO EDITAL: A íntegra do Edital e a tabela referencial de preço para procedimento 03.01.01.007-2-consulta médica em atenção especializada: Anestesiologia, Angiologia, Cardiologia, Gastroenterologia, Ortopedia, Psiquiatria, Proctologia, e Reumatologia poderá ser obtida gratuitamente no sítio eletrônico: [www.jaraguadosul.sc.gov.br/dowhloods.php?cat=12](http://www.jaraguadosul.sc.gov.br/dowhloods.php?cat=12).

Jaraguá do Sul (SC), 07 de agosto de 2019.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário de Administração

ALCEU GILMAR MORETTI  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

## EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 37/2019- FMS

Publicação Nº 2131521

### EDITAL DE CREDENCIAMENTO n.º 37/2019- FMS

O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, por intermédio do Senhor Secretário Municipal da Administração e do Gestor do Fundo Municipal de Saúde, através da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde de Jaraguá do Sul-Semsa/FMS, gestora do Sistema Único de Saúde-SUS no âmbito municipal, com fundamento no art. 25, caput, da Lei nº 8.666/1993, de 21/06/1993, torna público a abertura do EDITAL DE CREDENCIAMENTO de entidades filantrópicas e/ou privadas, prestadoras de ações e serviços de saúde para a realização de procedimentos com a finalidade diagnóstica, previstos no Grupo 02 - colonoscopia, densitometria óssea, ecocardiografia transtorácica, ultrassonografia doppler colorido de vasos, ecografia/ultrassonografia, endoscopia + teste ureálise/retirada de pólipos; holter, mapa, teste ergométrico, radiografia panorâmica, avaliação urodinâmica completa, mamografia bilateral para rastreamento, mamografia unilateral, espirometria e eletroencefalograma, discriminados nos códigos e procedimentos constantes na ☐ Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS ☐ , disponível por meio do SIGTAP ☐ Sistema de Gerenciamento

da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM), acrescidos com recursos próprios, para atender, de forma complementar aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, residentes no Município de Jaraguá do Sul, respeitando as especificações no Termo de Referência (Anexo I).

Os serviços serão realizados na sede do Prestador de Serviços, preferencialmente no município de Jaraguá do Sul, podendo ser estendido à região de abrangência e/ou num raio de 250 km (duzentos e cinquenta), de acordo com a necessidade e conveniência da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde-FMS.

**JUSTIFICATIVA:** No caso concreto, a licitação mostra-se desvantajosa para o interesse público a ser atendido, melhor coadunando-se com tal finalidade o Credenciamento, posto que permita a seleção de todos os interessados que atenderem os requisitos do regulamento. Quanto maior o número de credenciados, melhor será o atendimento ao interesse público, da publicidade e transparência dos atos e demais procedimentos de interesse da Administração.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Inexigibilidade de competição por encontrarem-se preenchidos os requisitos legais do art. 25, caput da Lei nº 8.666/93, qual seja, da inviabilidade de competição.

**PRAZO E LOCAL PARA O CREDENCIAMENTO:** a partir de 29 de agosto de 2019, de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 11h e das 14h às 16h, na Secretaria Municipal de Saúde, na Diretoria Administrativa e Financeira, localizada na Rua Isidoro Pedri, nº 120, Bairro Barra do Rio Molha, através da Comissão Especial de Editais de Chamada Pública, de acordo com Decreto Municipal nº 12.562/2019.

**INFORMAÇÕES:** Informações e esclarecimentos adicionais sobre este Credenciamento poderão ser obtidos na Secretaria Municipal de Saúde, pelo telefone (47) 2106-8533, de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 11h e das 14h às 16h ou pelo e-mail: credenciamentos.saude@jaraguadosul.sc.gov.br (A/C Sra. Viviane Stolf) (ANEXO II).

**OBTENÇÃO DO EDITAL:** A íntegra do Edital e a tabela referencial de preço Grupo 02 -colonoscopia, densitometria óssea, ecocardiografia transtorácica, ultrassonografia doppler colorido de vasos, ecografia/ultrassonografia, endoscopia + teste ureálise/retirada de pólipos; holter, mapa, teste ergométrico, radiografia panorâmica, avaliação urodinâmica completa, mamografia bilateral para rastreamento, mamografia unilateral, espirometria e eletroencefalograma, mais complemento com Recursos Próprios, poderá ser obtida gratuitamente no sítio eletrônico: [www.jaraguadosul.sc.gov.br/dowhloads.php?cat=12](http://www.jaraguadosul.sc.gov.br/dowhloads.php?cat=12).

Jaraguá do Sul (SC), 07 de agosto de 2019.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário de Administração

ALCEU GILMAR MORETTI  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

## EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 38/2019 - FMS

Publicação Nº 2131522

### EDITAL DE CREDENCIAMENTO n.º 38/2019 - FMS

O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, por intermédio do Senhor Secretário Municipal da Administração e do Gestor do Fundo Municipal de Saúde, através da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde de Jaraguá do Sul-Semsa/FMS, gestora do Sistema Único de Saúde-SUS no âmbito municipal, com fundamento no art. 25, caput, da Lei nº 8.666/1993, de 21/06/1993, torna público a abertura do EDITAL DE CREDENCIAMENTO de entidades filantrópicas e/ou privadas, prestadoras de ações e serviços de saúde para a realização de procedimentos com a finalidade de consulta médica em atenção especializada: Anestesiologia, Angiologia, Cardiologia mais eletrocardiograma, Gastroenterologia, Ortopedia, Psiquiatria, Proctologia e Reumatologia, discriminados na Tabela Unificada do Sistema Único de Saúde-SUS, que se encontra disponível no Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS, residentes nos Municípios de Jaraguá do Sul, em conformidade com os anexos deste Edital.

**JUSTIFICATIVA:** No caso concreto, a licitação mostra-se desvantajosa para o interesse público a ser atendido, melhor coadunando-se com tal finalidade o Credenciamento, posto que permita a seleção de todos os interessados que atenderem os requisitos do regulamento. Quanto maior o número de credenciados, melhor será o atendimento ao interesse público, da publicidade e transparência dos atos e demais procedimentos de interesse da Administração.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Inexigibilidade de competição por encontrarem-se preenchidos os requisitos legais do art. 25, caput da Lei nº 8.666/93, qual seja, da inviabilidade de competição.

**PRAZO E LOCAL PARA O CREDENCIAMENTO:** a partir de 29 de agosto de 2019, de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 11h e das 14h às 16h, na Secretaria Municipal de Saúde, na Diretoria Administrativa e Financeira, localizada na Rua Isidoro Pedri, nº 120, Bairro Barra do Rio Molha, através da Comissão Especial de Editais de Chamada Pública, de acordo com Decreto Municipal nº 12.562/2019.

**INFORMAÇÕES:** Informações e esclarecimentos adicionais sobre este Credenciamento poderão ser obtidos na Secretaria Municipal de Saúde, pelo telefone (47) 2106-8533, de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 11h e das 14h às 16h ou pelo e-mail: credenciamentos.saude@jaraguadosul.sc.gov.br (A/C Sra. Viviane Stolf) (ANEXO II).

**OBTENÇÃO DO EDITAL:** A íntegra do Edital e a tabela referencial de preço para procedimento 03.01.01.007-2-consulta médica em atenção especializada: Anestesiologia, Angiologia, Cardiologia, Gastroenterologia, Ortopedia, Psiquiatria, Proctologia, e Reumatologia poderá ser obtida gratuitamente no sítio eletrônico: [www.jaraguadosul.sc.gov.br/dowhloads.php?cat=12](http://www.jaraguadosul.sc.gov.br/dowhloads.php?cat=12).

Jaraguá do Sul (SC), 07 de agosto de 2019.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário de Administração

ALCEU GILMAR MORETTI  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 162/2019**

Publicação Nº 2131527

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 162/2019

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2018-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: MEDEFE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA EPP

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para aquisição de MATERIAIS PARA ATENDIMENTO MÉDICO E AMBULATORIAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Unidades Básicas de Saúde da rede municipal e Policlínica de Especialidades Médicas, segundo as conveniências da administração direta.

DO PREÇO: O preço registrado na Ata e comprometimento da empresa vencedora refere-se aos itens constantes no item 1.1.1. desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2019, serão os previstos no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega total de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

Local para entregas: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Isidoro Pedri, nº 120 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo.

Prazo de entrega: A cada pedido realizado, a entrega total dos produtos deverá acontecer com prazo máximo de 08(oito) dias úteis, após o recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fax símile e/ou e-mail.

DATA DA ASSINATURA: 13/08/2019.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Alceu Gilmar Moretti e Adalberto Luiz Reese

Alceu Gilmar Moretti

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 164/2019**

Publicação Nº 2131529

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 164/2019

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2018-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: INFINITY MEDICAMENTOS EIRELI EPP

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para aquisição de MATERIAIS PARA ATENDIMENTO MÉDICO E AMBULATORIAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Unidades Básicas de Saúde da rede municipal e Policlínica de Especialidades Médicas, segundo as conveniências da administração direta.

DO PREÇO: O preço registrado na Ata e comprometimento da empresa vencedora refere-se aos itens constantes no item 1.1.1. desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2019, serão os previstos no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega total de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

Local para entregas: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Isidoro Pedri, nº 120 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo.

Prazo de entrega: A cada pedido realizado, a entrega total dos produtos deverá acontecer com prazo máximo de 08(oito) dias úteis, após o recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fax símile e/ou e-mail.

DATA DA ASSINATURA: 13/08/2019.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Alceu Gilmar Moretti e Renato Novaes Dagios

Alceu Gilmar Moretti

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 165/2019**

Publicação Nº 2131530

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 165/2019

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2018-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: METROMED COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para aquisição de MATERIAIS PARA ATENDIMENTO MÉDICO E AMBULATORIAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Unidades Básicas de Saúde da rede municipal e Policlínica de Especialidades Médicas, segundo as conveniências da administração direta.

DO PREÇO: O preço registrado na Ata e comprometimento da empresa vencedora refere-se aos itens constantes no item 1.1.1. desta Ata de Registro.



**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Os recursos orçamentários para os exercícios de 2019, serão os previstos no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

**Pagamento:** Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega total de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

**Local para entregas:** As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Isidoro Pedri, nº 120 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo.

**Prazo de entrega:** A cada pedido realizado, a entrega total dos produtos deverá acontecer com prazo máximo de 08(oito) dias úteis, após o recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fax símile e/ou e-mail.

**DATA DA ASSINATURA:** 13/08/2019.

**FORO:** Comarca de Jaraguá do Sul

**SIGNATÁRIOS:** Alceu Gilmar Moretti e Alessandro dos Santos Leal

Alceu Gilmar Moretti

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

## **EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 167/2019**

Publicação Nº 2131531

### **EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 167/2019**

**PROCESSO:** PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2018-FMS

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**CONTRATADA:** ESPECIALISTA PRODUTOS PARA LABORATÓRIO S/A

**OBJETO:** Constitui objeto da presente ata, o registro de preço para aquisição de reagentes, com concessão de uso gratuita em regime de comodato, de toda a aparelhagem automática para a completa execução dos testes, com fornecimento ao longo de 12 (doze) meses, destinados ao Laboratório Municipal de Análises Clínicas, segundo as conveniências da administração direta.

**DO PREÇO:** O preço registrado na Ata e comprometimento da empresa vencedora refere-se aos itens constantes no item 1.2 desta Ata de Registro.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Os recursos orçamentários para os exercícios de 2019, serão os previstos no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

**Pagamento:** Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega total de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

**Local para entregas:** As entregas serão efetuadas diretamente no Laboratório Municipal, localizado na Rua Jorge Czerniewicz, nº 800, no Bairro Czerniewicz em Jaraguá do Sul/SC, no horário das 8:00 às 11:00 hs e das 13:00 às 15:00 hs, de segunda a sexta feira.

**Prazo de entrega:** A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 07(sete) dias úteis, após o recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fax símile ou e-mail.

**DATA DA ASSINATURA:** 13/08/2019.

**FORO:** Comarca de Jaraguá do Sul

**SIGNATÁRIOS:** Alceu Gilmar Moretti e Jamenson Junior do Nascimento

Alceu Gilmar Moretti

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

## **EXTRATO DO CONTRATO Nº 342/2019**

Publicação Nº 2131532

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 342/2019**

**PROCESSO:** PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2019-FMS.

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

**CONTRATADA:** ESPECIALISTA PRODUTOS PARA LABORATÓRIO S/A

**DO OBJETO:** Fornecimento de aparelhagem automática para completa execução dos testes ao longo de 12(doze) meses a título de comodato, destinados ao Laboratório Municipal de Análises Clínicas, cujo contrato é proveniente do procedimento licitatório na modalidade de Pregão Presencial, Registro de Preços nº 32/2019-FMS e em conformidade com exigências do Anexo X do Edital.

**DA EMPRESA:** A COMODANTE é empresa autorizada para fornecimento de aparelhagem automática para completa execução dos testes ao longo de 12(doze) meses a título de comodato, destinados ao Laboratório Municipal de Análises Clínicas, cujo contrato é proveniente do procedimento licitatório na modalidade de Pregão Presencial, Registro de Preços nº 14/2018-FMS e em conformidade com exigências do Anexo X do Edital.

**DO PRAZO:** O prazo de vigência do presente comodato é de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, ou até a duração da Ata de Registro, conforme estabelece o item 3, alínea i, do Edital do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 14/2018-FMS, porquanto o presente contrato é acessório daquele.

**DATA DA ASSINATURA:** 13/08/2019.

**FORO:** COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

**SIGNATÁRIOS:** Alceu Gilmar Moretti e Jamenson Junior do Nascimento

Alceu Gilmar Moretti  
Gestor do FMS

**PORTARIA Nº 216/2019/COGEM**

Publicação Nº 2131505

PORTARIANº 216/2019/Cogem  
Designa Defensor Dativo no Processo  
Administrativo Disciplinar Nº 010/2019.

O CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal Nº 7.079/2015, de 17/07/2015 e suas alterações;

CONSIDERANDO o que dispõe a Portaria Nº 441/2017, de 02/05/2017;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 076/2019/2ªCPAD, de 15/08/2019, da Segunda Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

**RESOLVE:**

Art.1º DESIGNAR, a partir de 20/08/2019, "ad hoc" a servidora pública municipal MARIANA CONCEIÇÃO VASCONCELOS, matrícula 8958-3, servidora pública municipal efetiva e estável, ocupante do cargo de Recepcionista, em Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal da Administração, para acompanhar o Processo Administrativo Disciplinar Nº 010/2019, instaurado pela Portaria Nº 544/2019, a que responde o servidor público municipal Ilair Dagmar Tomazelli e apresentar a respectiva defesa escrita, a fim de garantir ao acusado a ampla defesa e o contraditório.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20/08/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de agosto de 2019.  
VANESSA SCHWIRKOWSKY  
Controladora Geral do Município

**PORTARIA Nº 217/2019/COGEM**

Publicação Nº 2131507

PORTARIANº 217/2019/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 226/2019/1ª CPAD, de 20/08/2019, da Primeira Comissão de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

**RESOLVE:**

Art.1º PRORROGAR, a partir de 17/08/2019, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Primeira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 024/2018, instaurado pela Portaria Nº 390/2018, de 25/05/18.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17/08/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de agosto de 2019.

VANESSA SCHWIRKOWSKY  
Controladora Geral do Município



**PORTARIA Nº 218/2019/COGEM**

Publicação Nº 2131509

PORTARIANº 218/2019/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 227/2019/1ª CPAD, de 20/08/2019, da Primeira Comissão de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

**RESOLVE:**

Art.1º PRORROGAR, a partir de 19/08/2019, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Primeira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 008/2018, instaurado pela Portaria Nº 060/2018, de 26/02/18.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19/08/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de agosto de 2019.

VANESSA SCHWIRKOWSKY

Controladora Geral do Município

**PORTARIA Nº 219/2019/COGEM**

Publicação Nº 2131510

PORTARIANº 219/2019/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 077/2019/2ª CPPAD, de 21/08/2019, da Segunda Comissão de Permanente de Processos Administrativos Disciplinares;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

**RESOLVE:**

Art.1º PRORROGAR, a partir de 23/08/2019, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Segunda Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 040/2018, instaurado pela Portaria Nº 942/2018, de 27/11/18.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23/08/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de agosto de 2019.

VANESSA SCHWIRKOWSKY

Controladora Geral do Município

**PORTARIA Nº 220/2019/COGEM**

Publicação Nº 2131511

PORTARIANº 220/2019/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 062/2019/4CPAD, de 21/08/2019, da Quarta Comissão de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

**RESOLVE:**

Art.1º PRORROGAR, a partir de 22/08/2019, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Quarta Comissão Permanente

de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 039/2018, instaurado pela Portaria Nº 940/2018, de 26/11/18.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22/08/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de agosto de 2019.

VANESSA SCHWIRKOWSKY  
Controladora Geral do Município

## **PORTARIA Nº 739/2019**

Publicação Nº 2130703

PORTARIANº 739/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e  
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 514/2019/Semash, de 13/08/2019, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR, a partir de 09/08/2019, BABIANI BUZZI MOREIRA da função gratificada de ENCARREGADA-LÍDER DA GESTÃO SOCIAL DE PROGRAMAS DE PROTEÇÃO BÁSICA À FAMÍLIA, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 606/2018, de 03/08/2018.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09/08/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de agosto de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

## **PORTARIA Nº 740/2019**

Publicação Nº 2130704

PORTARIANº 740/2019

Substitui Conselheira do Conselho Municipal de Turismo (Comtur).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e  
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 009/2019/Comtur/JS, de 08/08/2019, do Conselho Municipal de Turismo (Comtur);

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 26/07/2019, PATRICIA FERNANDES GOES D'AVILA, como conselheira suplente, em substituição à Carmen Lipinski Schwirkowski, para representar a Fundação Jaraguense de Meio Ambiente (Fujama), na qualidade de Representante do Governo, no Conselho Municipal de Turismo (Comtur).

Art.2º Em consequência, fica parcialmente revogada a Portaria Nº 072/2019, de 13/02/2019, no que se refere a designação de Carmen Lipinski Schwirkowski.

Art.3º O mandato encerrar-se-á em 14/02/2021.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 26/07/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de agosto de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**PORTARIA Nº 741/2019**

Publicação Nº 2130705

PORTARIANº 741/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do parágrafo único, do artigo 125, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, e 217/2018, de 20/09/2018; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 319/2019/Semad/DGP/GAS, de 12/08/2019, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 07/08/2019 a 09/08/2019, à servidora pública municipal ARLETE MASSON, matrícula 4446, ocupante do cargo efetivo de Atendente de Berçário, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07/08/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de agosto de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 742/2019**

Publicação Nº 2130706

PORTARIANº 742/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do parágrafo único, do artigo 125, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, e 217/2018, de 20/09/2018; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 320/2019/Semad/DGP/GAS, de 12/08/2019, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 06/08/2019 a 19/08/2019, à servidora pública municipal LUCIANE POMMERENING REINHOLD, matrícula 9262, ocupante do cargo efetivo de Técnica de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06/08/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de agosto de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 743/2019**

Publicação Nº 2130708

PORTARIANº 743/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do parágrafo único, do artigo 125, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, e 217/2018, de 20/09/2018; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 322/2019/Semad/DGP/GAS, de 14/08/2019, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 14/08/2019 a 16/08/2019, à servidora pública municipal ROSELI ADEMIRA NETO, matrícula 9193, ocupante do cargo efetivo de Agente de Limpeza e Conservação, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14/08/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de agosto de 2019.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**PORTARIA Nº 744/2019**

Publicação Nº 2130709

PORTARIANº 744/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do parágrafo único, do artigo 125, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, e 217/2018, de 20/09/2018; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 324/2019/Semad/DGP/GAS, de 14/08/2019, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 06/08/2019 a 02/09/2019, à servidora pública municipal JUCÉLIA DOS SANTOS DE FRANÇA, matrícula 8934, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06/08/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de agosto de 2019.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**PORTARIA Nº 745/2019**

Publicação Nº 2130711

PORTARIANº 745/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso I, do parágrafo único, do artigo 125, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, e 217/2018, de 20/09/2018; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 325/2019/Semad/DGP/GAS, de 14/08/2019, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 03/09/2019 a 08/09/2019, à servidora pública municipal JUCÉLIA DOS SANTOS DE FRANÇA, matrícula 8934, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03/09/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de agosto de 2019.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**PORTARIA Nº 746/2019**

Publicação Nº 2130712

PORTARIANº 746/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do parágrafo único, do artigo 125, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, e 217/2018, de 20/09/2018; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 323/2019/Semad/DGP/GAS, de 14/08/2019, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 12/08/2019 a 16/08/2019, à servidora pública municipal TATIANA IRINA MULLER, matrícula 9273, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12/08/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de agosto de 2019.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

## PORTARIA Nº 747/2019

Publicação Nº 2130713

PORTARIANº 747/2019

Homologa Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal Nº 119/2012, de 23/03/2012, regulamentada pelo Decreto Municipal Nº 8.509/2012, de 23/03/2012, alterado pelo Decreto Municipal Nº 8.908/2012, de 20/09/2012; e

CONSIDERANDO os documentos constantes do Processo de Avaliação de Estágio Probatório, avaliados pela COMISSÃO designada através do Decreto Municipal Nº 8.571/2012, e alterações, Atestado de Saúde Ocupacional e à vista do parecer final da autoridade competente, que considerou o servidor "APTO - Atende as expectativas", para o exercício do cargo público;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 009/2019/CAEDep, de 13/08/2019, da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho do Servidor em Estágio Probatório;

RESOLVE :

Art.1º HOMOLOGAR a Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, considerando APTA para exercer as atribuições do cargo público a servidora a seguir relacionada:

NOME	MAT.	CARGO	LOTAÇÃO	DATA INICIAL	DATA FINAL
Leila Maria do Prado	11184	Técnica de Enfermagem	Secretaria Municipal de Saúde	22/06/15	22/12/18

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de agosto de 2019.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

## PORTARIA Nº 748/2019

Publicação Nº 2130714

PORTARIANº 748/2019

Declara Vacância de Cargo.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO a aposentadoria voluntária por implemento de idade da servidora pública municipal SILVETE MARTINS, concedida pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Processo Nº 1192;

CONSIDERANDO que a concessão da aposentadoria implica em vacância do cargo público, conforme disposto no artigo 38, III, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015; 211/2017, de 20/12/2017; e 217/2018, de 20/09/2018;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 263/2019/Semad-DGP, de 15/08/2019, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DECLARAR a vacância do cargo público de provimento efetivo de AGENTE DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, em virtude da aposentadoria voluntária por implemento de idade da servidora pública municipal SILVETE MARTINS, concedida através da Portaria Nº 513/2019, pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, em 07/08/2019.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07/08/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 19 de agosto de 2019.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**PORTARIA Nº 749/2019**

Publicação Nº 2130715

PORTARIANº 749/2019  
Declara Vacância de Cargo.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e  
CONSIDERANDO a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição da servidora pública municipal CLAUDIA MARIA COSTA, concedida pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Processo Nº 1202;  
CONSIDERANDO que a concessão da aposentadoria implica em vacância do cargo público, conforme disposto no artigo 38, III, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015; 211/2017, de 20/12/2017; e 217/2018, de 20/09/2018;  
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 263/2019/Semad-DGP, de 15/08/2019, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

**RESOLVE :**

Art.1º DECLARAR a vacância do cargo público de provimento efetivo de MUSEÓLOGA, em virtude da aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição da servidora pública municipal CLAUDIA MARIA COSTA, concedida através da Portaria Nº 521/2019, pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, em 08/08/2019.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08/08/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 19 de agosto de 2019.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**PORTARIA Nº 750/2019**

Publicação Nº 2130716

PORTARIANº 750/2019  
Declara Vacância de Cargo.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e  
CONSIDERANDO a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição da servidora pública municipal MARISETE BODEMÜLLER, concedida pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Processo Nº 1223;  
CONSIDERANDO que a concessão da aposentadoria implica em vacância do cargo público, conforme disposto no artigo 38, III, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015; 211/2017, de 20/12/2017; e 217/2018, de 20/09/2018;  
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 263/2019/Semad-DGP, de 15/08/2019, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

**RESOLVE :**

Art.1º DECLARAR a vacância do cargo público de provimento efetivo de AGENTE DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, em virtude da aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição da servidora pública municipal MARISETE BODEMÜLLER, concedida através da Portaria Nº 540/2019, pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, em 12/08/2019.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12/08/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 19 de agosto de 2019.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**PORTARIA Nº 751/2019**

Publicação Nº 2130717

PORTARIANº 751/2019  
Declara Vacância de Cargo.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e  
CONSIDERANDO a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição da servidora pública municipal PAULA CLARICE SOTT, concedida pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Processo Nº 1213;  
CONSIDERANDO que a concessão da aposentadoria implica em vacância do cargo público, conforme disposto no artigo 38, III, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015; 211/2017, de 20/12/2017; e 217/2018, de 20/09/2018;



CONSIDERANDO o teor do Ofício N° 263/2019/Semad-DGP, de 15/08/2019, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

**RESOLVE :**

Art.1º DECLARAR a vacância do cargo público de provimento efetivo de COORDENADORA PEDAGÓGICA, em virtude da aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição da servidora pública municipal PAULA CLARICE SOTT, concedida através da Portaria N° 530/2019, pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, em 15/08/2019.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/08/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 19 de agosto de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA N° 752/2019**

Publicação N° 2130718

PORTARIAN° 752/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do parágrafo único, do artigo 125, da Lei Complementar Municipal N° 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais N°s 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, e 217/2018, de 20/09/2018; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício N° 327/2019/Semad/DGP/GAS, de 15/08/2019, da Gerência de Assistência ao Servidor;

**RESOLVE :**

Art.1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no dia 12/08/2019, e no período de 14/08/2019 a 16/08/2019, à servidora pública municipal MARA VIEIRA DELLAGIUSTINA, matrícula 10094, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil - Ensino Superior, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12/08/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 19 de agosto de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA N° 753/2019**

Publicação N° 2130719

PORTARIAN° 753/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições, e nos termos do inciso I, do artigo 39, da Lei Complementar Municipal N° 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais N°s 169/2015, de 20/10/2015; 211/2017, de 20/12/2017; e 217/2018, de 20/09/2018; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício N° 264/2019/Semad-DGP, de 15/08/2019, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

**RESOLVE :**

Art.1º EXONERAR, a pedido, a partir de 13/08/2019, FÁBIO SIMBALINSKI do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, da Procuradoria-Geral do Município, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, ficam revogadas as Portarias N°s 734/2014, de 25/04/2014, e 941/2017, de 21/09/2017.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13/08/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 19 de agosto de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito



**PORTARIA Nº 754/2019**

Publicação Nº 2130720

PORTARIANº 754/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso V, do artigo 38, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, e 217/2018, de 20/09/2018; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 264/2019/Semad-DGP, de 15/08/2019, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DECLARAR vago um cargo efetivo de MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS E AMBULÂNCIA, retroativo a 07/08/2019, em razão do falecimento de EVALDO BATSCHAUER.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 298/1995, de 25/09/1995.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07/08/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 19 de agosto de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 755/2019**

Publicação Nº 2130722

PORTARIANº 755/2019

Substitui Conselheiro do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Jaraguá do Sul (Comsea).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Processo Nº 0024471/2019;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR DIOGO MARCOS SCHIODINI, como conselheiro suplente, em substituição à Ana Cristina Schneider, para representar a União Jaraguense das Associações de Moradores (UJAM), na qualidade de Representante das Organizações Não Governamentais, no Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Jaraguá do Sul (Comsea).

Art.2º Em consequência, fica parcialmente revogada a Portaria Nº 1009/2018, de 11/12/2018, no que se refere a designação de Ana Cristina Schneider.

Art.3º O mandato encerrar-se-á em 14/12/2020.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de agosto de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 756/2019**

Publicação Nº 2130723

PORTARIANº 756/2019

Instaura Processo Administrativo Geral em Desfavor das Servidoras Públicas Municipais MIRTES DOMBROWSKI CHIAROTTO e NEUSA AUERSVALDT MORO.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal; e artigo 202, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014; e

CONSIDERANDO o conteúdo constante no Ofício Nº 1265/2019/PGM, datado de 16/07/2019, firmado pelo Procurador-Geral Adjunto do Contencioso, Jaison Silveira, no qual solicita abertura de Processo Administrativo a fim de apurar eventual conduta culposa ou dolosa de servidores públicos, que justifique ação de regresso contra os mesmos, conforme segue: "Considerando os fatos e as condutas das servidoras públicas municipais Mirtes Dombrowski Chiarotto e Neusa Auersvaldt Moro, relatadas na Ação Indenizatória Nº 0002272-93.2012.8.24.0036; Considerando que as referidas condutas deram causa a condenação do Município ao pagamento de indenização por danos morais à servidora Dejanira de Almeida; Considerando que no Cumprimento da Sentença Nº 0002272-93.2012.8.24.0036/01, o Município desembolsou, em 01/07/2019, R\$ 20.711,84 (Vinte mil, setecentos e onze reais e oitenta e quatro centavos), a título de indenização por danos morais; Considerando, ainda, que no Cumprimento da Sentença Nº 0002272-93.2012.8.24.0036/02, o Município desembolsou, em 16/03/2018, R\$ 1.904,03 (Um mil, novecentos e quatro reais e três centavos), a título de honorários advocatícios; Pelo exposto, encaminho mídia do referido processo judicial para que seja apurado em procedimento administrativo, com oportunidade ao contraditório e a ampla defesa, a eventual existência de culpa ou dolo na conduta das servidoras Mirtes Dombrowski Chiarotto e Neusa Auersvaldt Moro e em que medida estas possuem a obrigação de ressarcir os cofres públicos administrativamente ou em ação judicial de regresso; Caso seja apurado, em

processo administrativo, a existência de culpa ou dolo na conduta das servidoras e caso não haja o ressarcimento administrativo dos cofres públicos pelas mesmas, que seja o processo administrativo remetido a esta Procuradoria Municipal para o ajuizamento da competente ação de regresso.”;

CONSIDERANDO os autos do Processo Nº 0002272-93.2012.8.24.0036, da Ação Indenizatória por Danos Morais;

CONSIDERANDO a Sindicância Administrativa Portaria Nº 659/2012/Semed, que foi revogada pela Portaria Nº 664/2012, de 14/08/2012, considerando que a servidora estava em Estágio Probatório e a mesma ter sido considerada inapta para o exercício da função no cargo público, pelo Médico do Trabalho da Prefeitura de Jaraguá do Sul, Walter Fernando Mentges;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo Disciplinar Nº 001/2010, julgado improcedente, devendo a servidora ser mantida nos quadros de servidores do Município se submetida a novas avaliações de desempenho a serem realizadas por Comissão Especial designada pelo Secretário Municipal de Educação, bem como deve o presente Processo Administrativo Disciplinar movido em face da servidora ser arquivado;

CONSIDERANDO a existência de Comissões Permanentes de Processos Administrativos Gerais para a tutela dos princípios da Administração Pública;

CONSIDERANDO a relevância da presente matéria para a Administração Pública Municipal;

**RESOLVE :**

Art.1º Instaurar o Processo Administrativo Geral Nº 009/2019, em desfavor das servidoras públicas municipais MIRTES DOMBROWSKI CHIAROTTO e NEUSA AUERSVALDT MORO, devendo os trabalhos serem conduzidos pela SEGUNDA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO GERAL, composta pelos servidores públicos municipais INGOMAR RICARDO ZIPPERER NETO, matrícula 10810-3, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo; DAIANE ISABEL MALLMANN, matrícula 10461-2, lotada na Secretaria Municipal da Administração; e EDEMARA PICCOLI CEZARIO, matrícula 8184-1, lotada no Gabinete do Prefeito, para, sob a presidência do primeiro, promover o devido Processo Administrativo a fim de apurar eventual conduta culposa ou dolosa das servidoras que justifique ação de regresso contra as mesmas.

Parágrafo único. Quaisquer atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos deverão ser devidamente apurados, comprovados e fundamentados pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral.

Art.2º Publicada a presente Portaria, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral deverá, imediatamente, encaminhar cópia do documento comprobatório da publicação à Controladoria-Geral do Município e à Diretoria de Gestão de Pessoas, para tomada das providências cabíveis.

Art.3º Recebida e analisada a documentação concernente ao fato objeto do Processo, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral deverá observar o seguinte rito:

I - lavratura do Termo de Abertura do Processo Administrativo Geral;

II - indicação de membro para secretariar os trabalhos da Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral;

III - juntada, aos autos do Processo, dos documentos, respeitada a ordem cronológica de apresentação;

IV - notificação da parte indiciada, quando houver, para conhecimento do fato objeto do Processo, apresentação de Defesa Inicial, indicação de provas, inclusive rol de testemunhas, e acompanhamento do feito, assegurada a ampla defesa e o contraditório;

V - instrução do feito; e

VI - apresentação do Relatório Final Conclusivo.

§1º A capa do Processo deverá conter referência ao número da Portaria de instauração, seguido da data de publicação; indicação do número sequencial do Processo Administrativo Geral; dados da empresa, entidade ou associação envolvida, quando houver; e resumo do objeto do Processo.

§2º As folhas dos documentos a que se refere o inciso III, do presente artigo, deverão ser numeradas e rubricadas pelo(a) Secretário(a) da Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral, no canto superior direito, a partir da capa do Processo.

§3º A juntada de qualquer documento ao Processo deverá ser antecedida da indicação da data da juntada e da indicação do documento a que se refere.

§4º A notificação a que se refere o inciso IV, do presente artigo, deverá se dar de forma pessoal ou por edital, conforme legislação vigente.

§5º Na fase instrutória a que se refere o inciso V, do presente artigo, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral poderá promover a oitiva de testemunhas, solicitar documentos às unidades administrativas internas, solicitar documentos a quaisquer unidades externas envolvidas diretamente com o feito, desde que conste nas requisições referência expressa ao fim a que se destina, bem como promover a produção de outras provas que entender pertinentes ao esclarecimento dos fatos.

Art.4º As reuniões da Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral deverão ser registradas em ata, sequencialmente, e todos os termos afetos ao Processo deverão ser lavrados pelo(a) Secretário(a) da Comissão, observada a sua forma processual e resumida.

Art.5º Todos os atos, documentos e termos do Processo deverão ser mantidos em duas vias ou reproduzidos em cópia para a formação dos autos suplementares.

Art.6º A Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral deverá analisar, ainda, a existência da prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, nos termos da Lei Federal Nº 12.846/2013, bem como os atos de improbidade administrativa que importem em enriquecimento ilícito, que causem prejuízo ao erário ou que atentem contra os princípios da Administração Pública, nos termos da Lei Federal Nº 8.429/1992.

Art.7º O Relatório Final Conclusivo, emitido pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral, deverá ser apresentado de forma completa e objetiva, contendo a indicação dos seguintes itens:

- I - da instauração do Processo Administrativo Geral;
- II - da instalação dos Trabalhos;
- III - dos apontamentos constantes da Defesa Prévia;
- IV - do conteúdo constante da Instrução Processual;
- V - da Conclusão;
- VI - das Recomendações e Sugestões de Providências;
- VII - do apontamento das Referências Bibliográficas; e
- VIII - do apontamento dos Anexos do Processo.

§1º A instauração do Processo Administrativo Geral, prevista no inciso I, do presente artigo, deverá indicar o histórico dos fatos e o objeto da investigação de forma resumida.

§2º O conteúdo constante da Instrução Processual, previsto no inciso IV, do presente artigo, deverá indicar o resumo dos depoimentos, eventuais acareações, da compilação de provas, da promoção de perícia, do relatório de verificação "in loco" e o resumo da juntada dos demais elementos considerados necessários e convenientes para a apuração dos fatos.

§3º A Conclusão, prevista no inciso V, do presente artigo, deverá mencionar expressamente as normas legais infringidas, bem como promover a indicação de responsabilização administrativa do Gestor do Contrato ou servidor público, conforme o caso.

§4º A Conclusão, prevista no inciso V, do presente artigo, deverá, ainda, quando for o caso, indicar a responsabilização do(a) contratado(a).

§5º As Recomendações e Sugestões de Providências, previstas no inciso VI, do presente artigo, deverão sugerir novos procedimentos normativos ou a observância de conteúdo vigente para adequação de rotinas internas, indicando-se impreterivelmente a unidade administrativa a qual se destina a orientação.

Art.8º Emitido o Relatório Final Conclusivo, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral deverá encaminhar o conteúdo à Controladoria-Geral do Município para a emissão de Parecer do Controle Interno.

Art.9º Ato contínuo, a Controladoria-Geral do Município encaminhará o conteúdo diretamente à autoridade instauradora para a emissão da Decisão Administrativa.

Parágrafo único. Promovida a Decisão Administrativa, a Controladoria-Geral do Município deverá encaminhar às unidades administrativas envolvidas cópia da respectiva decisão e a indicação de providências para o caso, devendo o Controle Interno promover a guarda e o arquivamento do feito, inclusive em sua forma digitalizada.

Art.10. A Comissão terá prazo de 90 (noventa) dias para conclusão dos trabalhos, a contar da sua publicação, podendo ser prorrogado, mediante justificativa, sem prejuízo dos trabalhos habituais.

Art.11. A Comissão de que trata o artigo 1º, da presente Portaria, será gratificada na forma da Lei Municipal Nº 3.826/2005, de 27/05/2005, e suas alterações, c/c a Lei Complementar Municipal Nº 176/2016, de 14/10/2016.

Art.12. As despesas decorrentes da execução da presente Portaria correrão por conta de dotação própria do Orçamento vigente.

Art.13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de agosto de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 757/2019**

Publicação Nº 2130725

PORTARIANº 757/2019

Instaura Processo Administrativo Geral a Fim de Apurar Possível Descumprimento Contratual da Empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal; e artigo 202, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014; e

CONSIDERANDO a Decisão Administrativa Nº 0068/2019/Gabpref, firmada em 1º/08/2019, dos Autos Nº 19935/2019 (Recurso) e Nº 4127/2019 (Principal), tendo como requerente Orbenk Administração e Serviços Ltda., e requerido o Município de Jaraguá do Sul, que determina a instauração de procedimento administrativo "em desfavor da empresa recorrente para que se verifique, concedendo-se a ampla defesa e o contraditório, eventual DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL, vez que, como já dito na fundamentação decisória, é a empresa contratada pela Administração Pública, justamente, para fazer a coleta de resíduos em local indicado para depósito.";

CONSIDERANDO o Processo Protocolo Nº 4127/2019, de 01/03/2019, em que a empresa supracitada apresenta defesa em face do Auto de Infração Nº 2555/2019, requerendo:

- a) A anulação do Auto de Infração Nº 2555/2019, com o consequente cancelamento das penalidades impostas, baseando-se no fato de que a Requerente não depositou entulhos no imóvel, mas sim, terra e areia provenientes da limpeza de vias públicas para a Prefeitura de Jaraguá do Sul, não havendo previsão de infração para a conduta na lei de regência, sendo que tais materiais configuram aterramento do imóvel e não depósito de resíduos, além do fato de não ter causado danos à saúde pública ou ao meio ambiente;
- b) Caso não seja esse o entendimento, requer a conversão do auto de infração em advertência, uma vez que trata-se de situação que não acarreta qualquer prejuízo para a saúde pública e para o meio ambiente;

CONSIDERANDO o Auto de Infração Nº 2555/2019, de 29/01/2019, que descreve o fato gerador "Flagrante delito, depositando entulhos sobre imóvel cadastrado na PMJS sob Nº 53015, situado à Rua 1350 - Benildo Zamin, bairro Ilha da Figueira, Jaraguá do Sul-SC", infringindo o artigo 21, inciso I, da Lei Municipal Nº 1.182/1988, artigos 1º e 20, inciso II, e artigo 22, da Lei Municipal Nº 4.302/2006, e fotos da infração;

CONSIDERANDO o Despacho Interlocutório, onde em 10/04/2019, o Relator Moacir Schuster solicita para julgamento da defesa a seguinte informação da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo: "A empresa autuada é prestadora de serviços do setor público do Município de Jaraguá do Sul, diante disto, solicito esclarecimentos quanto ao destino que a empresa deve dar aos resíduos, lixo, entulhos e areia coletados em vias públicas, conforme contrato firmado ente as partes.";

CONSIDERANDO o Ofício Nº 202/2019/Semop, de 06/05/2019, firmado pelo Diretor de Obras e Serviços Públicos, Carlos Joelcy Engel, que, em resposta ao Despacho Interlocutório, informa que os resíduos provenientes dos serviços executados pela empresa Orbenk Administração e Serviços Ltda. são destinados em depósito na Rua Arthur Witthoft, da Prefeitura de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO o Relatório da JARE - Junta Administrativa de Recursos de Infração à Legislação Municipal, de 13/05/2019, onde, diante do exposto e não tendo o Requerente apresentado fundamentos contundentes capazes de ilidirem a pretensão da autoridade, julgam improcedente o recurso apresentado pela Orbenk Administração e Serviços Ltda., determinando a manutenção do Auto de Infração Nº 2555/2019, impondo-se ao Recorrente o pagamento integral dos valores ali descritos, eis que legais e fundamentados os meios para sua expedição;

CONSIDERANDO o recurso apresentado através do Processo Protocolo Nº 19935/2019, de 26/06/2019, onde, diante do exposto requer:

- a) A reconsideração, em última instância, da Decisão exarada pela JARE, com a consequente anulação do Auto de Infração Nº 2555/2019, e consequente cancelamento das penalidades impostas, baseando-se no fato de que a Requerente não depositou entulhos no imóvel, mas sim, terra e areia provenientes da limpeza de vias públicas para a Prefeitura de Jaraguá do Sul, não havendo previsão de infração para essa conduta na lei de regência, sendo que tais materiais configuram aterramento do imóvel e não depósito de resíduos, além do fato de não ter causado danos à saúde pública ou ao meio ambiente;
- b) Caso não seja esse o entendimento, requer a conversão do auto de infração em advertência, uma vez que trata-se de situação que não acarreta qualquer prejuízo para a saúde pública e para o meio ambiente;

CONSIDERANDO a existência de Comissões Permanentes de Processos Administrativos Gerais para a tutela dos princípios da Administração Pública;

CONSIDERANDO a relevância da presente matéria para a Administração Pública Municipal;

RESOLVE :

Art.1º Instaurar o Processo Administrativo Geral Nº 010/2019, em desfavor da empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA., devendo os trabalhos serem conduzidos pela PRIMEIRA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO GERAL, composta pelas servidoras públicas municipais DÉBORA KOHLER PACKER, matrícula 11243-7, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda; ROSILENE LONGUI PEREIRA, matrícula 81954-9, lotada na Controladoria-Geral do Município; e ALESSANDRA FABIOLA BALLOCK GROSSKLAGS, matrícula 8612-5, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento, para, sob a presidência da primeira, promover o devido Processo Administrativo a fim de apurar possível descumprimento contratual da empresa Orbenk Administração e Serviços Ltda.

Parágrafo único. Quaisquer atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos deverão ser devidamente apurados, comprovados e fundamentados pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral.

Art.2º Publicada a presente Portaria, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral deverá, imediatamente, encaminhar cópia do documento comprobatório da publicação à Controladoria-Geral do Município e à Diretoria de Gestão de Pessoas, para tomada das providências cabíveis.

Art.3º Recebida e analisada a documentação concernente ao fato objeto do Processo, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral deverá observar o seguinte rito:

I - lavratura do Termo de Abertura do Processo Administrativo Geral;

II - indicação de membro para secretariar os trabalhos da Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral;

III - juntada, aos autos do Processo, dos documentos, respeitada a ordem cronológica de apresentação;

IV - notificação da parte indiciada, quando houver, para conhecimento do fato objeto do Processo, apresentação de Defesa Inicial, indicação de provas, inclusive rol de testemunhas, e acompanhamento do feito, assegurada a ampla defesa e o contraditório;

V - instrução do feito; e

VI - apresentação do Relatório Final Conclusivo.

§1º A capa do Processo deverá conter referência ao número da Portaria de instauração, seguido da data de publicação; indicação do número sequencial do Processo Administrativo Geral; dados da empresa, entidade ou associação envolvida, quando houver; e resumo do objeto do Processo.

§2º As folhas dos documentos a que se refere o inciso III, do presente artigo, deverão ser numeradas e rubricadas pelo(a) Secretário(a) da Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral, no canto superior direito, a partir da capa do Processo.

§3º A juntada de qualquer documento ao Processo deverá ser antecedida da indicação da data da juntada e da indicação do documento a que se refere.

§4º A notificação a que se refere o inciso IV, do presente artigo, deverá se dar de forma pessoal ou por edital, conforme legislação vigente.

§5º Na fase instrutória a que se refere o inciso V, do presente artigo, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral poderá promover a oitiva de testemunhas, solicitar documentos às unidades administrativas internas, solicitar documentos a quaisquer unidades externas envolvidas diretamente com o feito, desde que conste nas requisições referência expressa ao fim a que se destina, bem como promover a produção de outras provas que entender pertinentes ao esclarecimento dos fatos.

Art.4º As reuniões da Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral deverão ser registradas em ata, sequencialmente, e todos os termos afetos ao Processo deverão ser lavrados pelo(a) Secretário(a) da Comissão, observada a sua forma processual e resumida.

Art.5º Todos os atos, documentos e termos do Processo deverão ser mantidos em duas vias ou reproduzidos em cópia para a formação dos autos suplementares.

Art.6º A Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral deverá analisar, ainda, a existência da prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, nos termos da Lei Federal Nº 12.846/2013, bem como os atos de improbidade administrativa que importem em enriquecimento ilícito, que causem prejuízo ao erário ou que atentem contra os princípios da Administração Pública, nos termos da Lei Federal Nº 8.429/1992.

Art.7º O Relatório Final Conclusivo, emitido pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral, deverá ser apresentado de forma completa e objetiva, contendo a indicação dos seguintes itens:

I - da instauração do Processo Administrativo Geral;

II - da instalação dos Trabalhos;

III - dos apontamentos constantes da Defesa Prévia;

IV - do conteúdo constante da Instrução Processual;

V - da Conclusão;

VI - das Recomendações e Sugestões de Providências;

VII - do apontamento das Referências Bibliográficas; e

VIII - do apontamento dos Anexos do Processo.

§1º A instauração do Processo Administrativo Geral, prevista no inciso I, do presente artigo, deverá indicar o histórico dos fatos e o objeto da investigação de forma resumida.

§2º O conteúdo constante da Instrução Processual, previsto no inciso IV, do presente artigo, deverá indicar o resumo dos depoimentos, eventuais acareações, da compilação de provas, da promoção de perícia, do relatório de verificação 'in loco' e o resumo da juntada dos



demais elementos considerados necessários e convenientes para a apuração dos fatos.

§3º A Conclusão, prevista no inciso V, do presente artigo, deverá mencionar expressamente as normas legais infringidas, bem como promover a indicação de responsabilização administrativa do Gestor do Contrato ou servidor público, conforme o caso.

§4º A Conclusão, prevista no inciso V, do presente artigo, deverá, ainda, quando for o caso, indicar a responsabilização do(a) contratado(a).

§5º As Recomendações e Sugestões de Providências, previstas no inciso VI, do presente artigo, deverão sugerir novos procedimentos normativos ou a observância de conteúdo vigente para adequação de rotinas internas, indicando-se impreterivelmente a unidade administrativa a qual se destina a orientação.

Art.8º Emitido o Relatório Final Conclusivo, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral deverá encaminhar o conteúdo à Controladoria-Geral do Município para a emissão de Parecer do Controle Interno.

Art.9º Ato contínuo, a Controladoria-Geral do Município encaminhará o conteúdo diretamente à autoridade instauradora para a emissão da Decisão Administrativa.

Parágrafo único. Promovida a Decisão Administrativa, a Controladoria-Geral do Município deverá encaminhar às unidades administrativas envolvidas cópia da respectiva decisão e a indicação de providências para o caso, devendo o Controle Interno promover a guarda e o arquivamento do feito, inclusive em sua forma digitalizada.

Art.10. A Comissão terá prazo de 90 (noventa) dias para conclusão dos trabalhos, a contar da sua publicação, podendo ser prorrogado, mediante justificativa, sem prejuízo dos trabalhos habituais.

Art.11. A Comissão de que trata o artigo 1º, da presente Portaria, será gratificada na forma da Lei Municipal Nº 3.826/2005, de 27/05/2005, e suas alterações, c/c a Lei Complementar Municipal Nº 176/2016, de 14/10/2016.

Art.12. As despesas decorrentes da execução da presente Portaria correrão por conta de dotação própria do Orçamento vigente.

Art.13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de agosto de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

## PORTARIA Nº21/2019/SEMASH

Publicação Nº 2131517

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

### PORTARIA Nº21/2019/SEMASH

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar No 102/2010 de 12 de Novembro de 2010, e processo seletivo no 001/2017; e

CONSIDERANDO a Portaria nº01/2019/SEMASH de 14 de fevereiro de 2019;

#### RESOLVE:

Art.1º Fica Prorrogada a Portaria nº01/2019/SEMASH que admite RICARDO MICHALAK para em Caráter Temporário atuar como Psicólogo, a partir de 14/08/2019 a 14/02/2020.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir 14 de agosto de 2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 19 de agosto de 2019.

Maria Santin Camello

Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação

**SEMED - PORTARIA Nº 2151/2019**

Publicação Nº 2130510

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

PORTARIA Nº 2151/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1329/2019, de 15.05.2019, que prorrogou a portaria de, BRUNO ALEXSANDER LUTZOW, para em Caráter Temporário atuar como SECRETÁRIO DE UNIDADE ESCOLAR, no período de 06.08.2019 até 19.12.2019.

Jaraguá do Sul, 13 de agosto de 2019

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 2152/2019**

Publicação Nº 2130512

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

PORTARIA Nº 2152/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1330/2019, de 15.05.2019, que prorrogou a portaria de, BRUNO LONGO DE MOURA, para em Caráter Temporário atuar como SECRETÁRIO DE UNIDADE ESCOLAR, no período de 06.08.2019 até 19.12.2019.

Jaraguá do Sul, 14 de agosto de 2019

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 2153/2019**

Publicação Nº 2130513

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

PORTARIA Nº 2153/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1331/2019, de 15.05.2019, que prorrogou a portaria de, BRUNY ROMANA KRUEGER, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS INICIAIS, no período de 06.08.2019 até 19.12.2019.

Jaraguá do Sul, 13 de agosto de 2019

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação



**SEMED - PORTARIA N° 2154/2019**

Publicação N° 2130514

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

**PORTARIA N° 2154/2019**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar N° 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar N° 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar N° 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital N° 009/2018/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA N° 1332/2019, de 15.05.2019, que prorrogou a portaria de, CAMILA KUNZE, para em Caráter Temporário atuar como AUXILIAR DE SALA, no período de 06.08.2019 a 19.12.2019.

Jaraguá do Sul, 13 de agosto de 2019  
ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA N° 2155/2019**

Publicação N° 2130515

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

**PORTARIA N° 2155/2019**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar N° 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar N° 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar N° 190/2017, de 22/03/2017, pelo Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital N° 008/2019/SEMED/PMJS e pela Retificação 02/2019 SEMED/PMJS de 26 de abril de 2019.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA N° 1503/2019, de 29.05.2019, que admitiu, CAMILA RIBAS, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS INICIAIS, no período de 06.08.2019 até 19.12.2019.

Jaraguá do Sul, 13 de agosto de 2019  
ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA N° 2156/2019**

Publicação N° 2130516

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

**PORTARIA N° 2156/2019**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar N° 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar N° 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar N° 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital N° 009/2018/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA N°1334/2019, de 15.05.2019, que prorrogou a portaria de, CARLA CECILIA DA SILVA BASCHERA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 06.08.2019 até 19.12.2019.

Jaraguá do Sul, 13 de agosto de 2019  
ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 2157/2019**

Publicação Nº 2130517

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

**PORTARIA Nº 2157/2019**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base de Títulos, realizado através do Edital Nº 011/2018/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1335/2019 de 15.05.2019, que prorrogou a portaria de, CARMEN LUCIA DA SILVA, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 06.08.2019 a 19.12.2019.

Jaraguá do Sul, 13 de agosto de 2019  
ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 2158/2019**

Publicação Nº 2130518

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

**PORTARIA Nº 2158/2019**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1336/2019, de 15.05.2019, que prorrogou a portaria de, CAROLINA KRISCHANSKI, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS INICIAIS, no período de 06.08.2019 até 19.12.2019.

Jaraguá do Sul, 13 de agosto de 2019  
ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 2159/2019**

Publicação Nº 2130519

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

**PORTARIA Nº 2159/2019**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº1480/2019, de 27.05.2019, que admitiu, CAROLINA WILBERSTEDT, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 06.08.2019 até 19.12.2019.

Jaraguá do Sul, 13 de agosto de 2019  
ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 2160/2019**

Publicação Nº 2130521

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

PORTARIA Nº 2160/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1337/2019, de 15.05.2019, que prorrogou a portaria de, CAROLINE BEHNKE DA SILVEIRA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS INICIAIS, no período de 06.08.2019 até 19.12.2019.

Jaraguá do Sul, 13 de agosto de 2019

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 2161/2019**

Publicação Nº 2130522

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

PORTARIA Nº 2161/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1338/2019, de 15.05.2019, que prorrogou a portaria de, CAROLINE KOSLOSKI, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS FINAIS, na disciplina de MATEMÁTICA, no período de 06.08.2019 até 19.12.2019.

Jaraguá do Sul, 13 de agosto de 2019

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 2162/2019**

Publicação Nº 2130523

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

PORTARIA Nº 2162/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017, pelo Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 008/2019/SEMED/PMJS e pela Retificação 02/2019 SEMED/PMJS de 26 de abril de 2019.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1639/2019, de 26.06.2019, que admitiu, CATIA CRISTINA STINGHEN, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS INICIAIS, no período de 06.08.2019 até 19.12.2019.

Jaraguá do Sul, 13 de agosto de 2019

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 2163/2019**

Publicação Nº 2130525

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

PORTARIA Nº 2163/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1340/2019, de 15.05.2019, que prorrogou a portaria de, CELIO SEBASTIÃO ROSA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS FINAIS, na disciplina de EDUCAÇÃO FÍSICA, no período de 06.08.2019 até 19.12.2019.

Jaraguá do Sul, 13 de agosto de 2019

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 2164/2019**

Publicação Nº 2130527

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

PORTARIA Nº 2164/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 013/2018/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1341/2019, de 15.05.2019, que prorrogou a portaria de, CHAIANE BOHLING DA SILVA, para em Caráter Temporário atuar como, Auxiliar de Sala, no período de 06.08.2019 até 19.12.2019.

Jaraguá do Sul, 13 de agosto de 2019

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 2165/2019**

Publicação Nº 2130528

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

PORTARIA Nº 2165/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1342/2019, de 15.05.2019, que prorrogou a portaria de, CHARLENE PATRICIA ERSCHING PREUS, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS FINAIS, na disciplina de MATEMÁTICA, no período de 06.08.2019 até 19.12.2019.

Jaraguá do Sul, 13 de agosto de 2019

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 2166/2019**

Publicação Nº 2130529

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

PORTARIA Nº 2166/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1343/2019, de 15.05.2019, que prorrogou a portaria de, CHEILA FERNANDES PEREIRA CADONA, para em Caráter Temporário atuar como Coordenador Pedagógico, no período de 06.08.2019 até 19.12.2019.

Jaraguá do Sul, 13 de agosto de 2019

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 2167/2019**

Publicação Nº 2130530

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

PORTARIA Nº 2167/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017, pelo Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 008/2019/SEMED/PMJS e pela Retificação 02/2019 SEMED/PMJS de 26 de abril de 2019.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1213/2019, de 08.05.2019, que admitiu, CHRISTIANE WAGNER, para em Caráter Temporário atuar como Pedagogo, nas Salas de Atendimento Pedagógico – SAP, no período de 06.08.2019 até 19.12.2019.

Jaraguá do Sul, 13 de agosto de 2019

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 2168/2019**

Publicação Nº 2130531

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

PORTARIA Nº 2168/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Prova de Aptidão, realizado através do Edital Nº 004/2019/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1344/2019, de 15.05.2019, que prorrogou a portaria DE, CINTIA SERAFIM DE OLIVEIRA, para em Caráter Temporário atuar como Tradutor e Intérprete de Libras de Nível Médio, no período de 06.08.2019 a 19.12.2019.

Jaraguá do Sul, 13 de agosto de 2019.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 2169/2019**

Publicação Nº 2130532

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

**PORTARIA Nº 2169/2019**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2019/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1345/2019 de 15.05.2019, que prorrogou a portaria de, CLARILDA NUNES DE SOUZA FORMIGARI, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 06.08.2019 a 19.12.2019.

Jaraguá do Sul, 13 de agosto de 2019

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 2170/2019**

Publicação Nº 2130534

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

**PORTARIA Nº 2170/2019**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2019/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1628/2019 de 13.08.2019, que admitiu, CLAUDIA DA SILVA DZVONEK, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 06.08.2019 a 19.12.2019.

Jaraguá do Sul, 13 de agosto de 2019

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 2171/2019**

Publicação Nº 2130535

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

**PORTARIA Nº 2171/2019**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017, pelo Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 008/2019/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

ADMITIR, STANLEY STEWART SONNESEN, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Finais, na disciplina de MATEMÁTICA, a partir de 15/08/2019 a 07/10/2019, conforme o quadro abaixo:

Unidade Escolar	C.H.	ATIVIDADES	TOTAL
EMEB Jonas Alves de Souza	4	4	24
EMEB Ricieri Marcatto	4		
EMEB Rodolpho Dornbusch	12		

Jaraguá do Sul, 15 de agosto de 2019

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 2172/2019**

Publicação Nº 2130536

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

PORTARIA Nº 2172/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 013/2019/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

ADMITIR, LEILA CORREIA DE NEGREIRO LOESCH, para em Caráter Temporário atuar como Auxiliar de Sala, a partir de 19/08/2019 até 07/10/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE	CH
CMEI Profª Leonir Pessate Alves	30

Jaraguá do Sul, 15 de agosto de 2019

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 2173/2019**

Publicação Nº 2130537

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

PORTARIA Nº 2173/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 013/2019/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

ADMITIR, JANAINA JUNKS, para em Caráter Temporário atuar como Auxiliar de Sala, a partir de 19/08/2019 até 07/10/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE	CH
CMEI Elza Behling Grossklags	30

Jaraguá do Sul, 15 de agosto de 2019

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação



# Joaçaba

## PREFEITURA

### AVISO DE CANCELAMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Publicação Nº 2131771

#### AVISO DE CANCELAMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. DIOCLÉSIO RAGNINI, comunica todos os munícipes acerca do CANCELAMENTO da Audiência Pública do dia 28 de agosto de 2019 (Plano Diretor), com definição de nova data a ser publicada.

Joaçaba, 21 de agosto de 2019.  
DIOCLÉSIO RAGNINI  
Prefeito

### AVISO PL 58/2019/PMJ - CC 04/2019/PMJ

Publicação Nº 2131609

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)  
AVISO DE CONTINUAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 58/2019/PMJ CONCORRÊNCIA Nº 04/2019/PMJ

Informamos a todos os interessados que o processo licitatório nº 58/2019/PMJ – Concorrência nº 04/2019/PMJ, cujo objeto é “Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a pavimentação asfáltica de diversas ruas do Município de Joaçaba, SC.” a ata de julgamento dos documentos de habilitação, a resposta aos apontamentos e o resultado da diligência estão disponíveis no site da Prefeitura ([www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br)), contando-se o prazo para apresentação dos possíveis recursos nos termos da ata. Quaisquer informações podem ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br). Todas as informações relacionadas ao processo estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura ([www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br)).

Joaçaba, 21 de agosto de 2019.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
Comissão de Licitação

### DECRETO Nº 5.728 DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2131770

DECRETO Nº 5.728 DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

“APROVA REGIMENTO INTERNO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DO IDOSO REVOGANDO O DECRETO Nº 4.713/2014, QUE ESPECIFICA”.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Centro de Referência do Idoso, parte integrante do presente Decreto, nos termos da apreciação do conselho em reunião ordinária no dia 01 de agosto de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto nº 4.713/2014.

Joaçaba (SC), 20 de agosto de 2019.  
DIOCLÉSIO RAGNINI  
Prefeito

#### REGIMENTO INTERNO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DO IDOSO – CRI

##### Capítulo I DA DENOMINAÇÃO, SEDE, NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º O presente Regimento Interno disciplina o funcionamento do Centro de Referência do Idoso.  
Parágrafo Único - A partir deste parágrafo o Centro de Referência do Idoso de que trata o caput deste artigo será mencionado pela sigla CRI.

Art. 2º O CRI está localizado na Rua Antônio Nunes Varela, nº 1374, Vila Pedrini, município de Joaçaba - SC, em imóvel da Prefeitura Municipal, matrícula nº R3-8422 no Registro de Imóveis do 1º Ofício - Joaçaba/SC.

Art. 3º O CRI foi instituído em 2007, e tem por finalidade a execução e desenvolvimento da política de direitos dos idosos, promovendo a autonomia, integração e participação efetiva na sociedade, por meio de atividades que promovam a melhoria da condição de sociabilidade de idosos, redução e prevenção de situações de isolamento social e de institucionalização.

Art. 4º O CRI é de responsabilidade do poder público municipal, mantido com recursos próprios e de transferência fundo a fundo das demais esferas de governo.

§ 1º A mantenedora oficial do CRI é a Secretaria Municipal de Assistência Social por meio do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do município de Joaçaba.

§ 2º Os serviços ofertados no CRI poderão ser acessados por idosos, desde que residentes no município de Joaçaba.

§ 3º Os familiares dos idosos somente poderão participar das atividades/eventos quando o CRI entender que é cabível.

§ 4º O CRI não poderá ser sede de grupos de idosos, sem nenhuma exceção.

§ 5º O CRI não poderá ser locado para eventos particulares, exceto os de interesse público.

Art. 5º O atendimento ao público do CRI será de segunda à sexta-feira, no horário das 8h às 11h30 e das 13h às 19h.

## Capítulo II DO ACOLHIMENTO

Art. 6º O CRI atenderá idosos de ambos os sexos, com 60 (sessenta) anos ou mais, do município de Joaçaba.

Art. 7º Poderão participar das atividades ofertadas, os voluntários cadastrados, sendo que a disponibilidade de vagas e horário serão especificadas nos editais.

Art. 8º A recepção dos usuários dar-se-á através de acolhida, do preenchimento da ficha de identificação, bem como, apresentação da estrutura física e integração com demais participantes.

## CAPÍTULO III DA EQUIPE DE TRABALHO

### SEÇÃO I DOS SERVIDORES E DA CARGA HORÁRIA

Art. 9º O Centro de Referência do Idoso conta atualmente com equipe de servidores, efetivos ou contratados pelo município.

Art. 10 Os servidores cumprirão jornada de trabalho, em horários diferenciados, sendo prévia e formalmente autorizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social. O horário de trabalho de cada servidor deverá ser fixado em local visível.

### SEÇÃO II DAS RESPONSABILIDADES E DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 11 São responsabilidades dos servidores:

- a) Exercer as funções que lhes compete, conforme previsto no plano de cargos e salários dos servidores públicos da prefeitura de Joaçaba/SC;
- b) Respeitar e seguir os princípios que norteiam a metodologia do trabalho;
- c) Cumprir a carga horária estabelecida;
- d) Zelar pela conservação dos materiais e equipamentos;
- e) Manter absoluto sigilo dos casos e atendimentos ocorridos no CRI;
- f) Comunicar imediatamente e formalmente a coordenação qualquer dificuldade encontrada no desenvolvimento das atividades;
- g) Ao detectar a falta ou estrago de qualquer material comunicar imediatamente e formalmente a coordenação;
- h) Relatar informações importantes aos responsáveis do CRI.
- i) Informar os idosos sobre a dinâmica do CRI;
- j) Planejar e realizar atividades que estimulem a sociabilidade, autoestima e expressão;
- k) Manter atualizadas e organizadas as fichas de participação dos usuários;
- l) Regularizar a documentação dos idosos para participação nas atividades;
- m) Registrar em prontuário a má conduta ou desrespeito de algum idoso, para aplicação de penalidade;
- n) Registrar em livro próprio as doações recebidas no CRI, constando o nome do doador e a data da doação;
- o) Fazer uso do crachá nas dependências do CRI e quando em atividades externas.

Art. 12 Aos servidores que descumprirem as atribuições constantes neste regimento serão aplicadas as medidas previstas no estatuto do servidor público de Joaçaba.

### SEÇÃO III DO USO DOS EQUIPAMENTOS

Art. 13 O uso dos utensílios de copa e cozinha, dos aparelhos e equipamentos diversos, existentes no CRI está restrito aos interesses do centro e deverão ser utilizados com cuidado e zelo.

## Capítulo IV DO ÓRGÃO FISCALIZADOR

Art. 14 Os órgãos fiscalizadores do CRI será a Secretaria Municipal de Assistência Social e o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Joaçaba;

Parágrafo Único - Os órgãos acima citados fiscalizarão o funcionamento do CRI, sendo que ciente de qualquer irregularidade comunicará a coordenação para que tome as providências cabíveis.

## Capítulo V

### SEÇÃO I DAS REGRAS DE CONVÍVIO SOCIAL

Art. 15 Para o bom convívio social são responsabilidades dos usuários do CRI:

- a) Providenciar os documentos necessários para matrícula ou participação das atividades do CRI;
- b) Respeitar os servidores, bem como todos demais idosos, seus familiares e voluntários;
- c) Zelar pela manutenção, cuidado e organização de materiais e objetos do CRI;
- d) Respeitar as orientações recebidas, bem como as regras do CRI;
- e) Frequentar assiduamente das atividades que se inscreveu e avisar, justificando a ausência;
- f) Zelar pelos seus pertences quando da participação das atividades;
- g) Preservar a estrutura física do CRI;
- h) Não consumir bebidas alcoólicas e cigarro e/ou tabaco;
- i) Não realizar cobrança de valor monetário a qualquer título.

Art. 16 Em benefício de todos os usuários não será admitida a permanência de animais de qualquer espécie, exceto cães guia.

### SEÇÃO II DAS MEDIDAS DISCIPLINARES

Art. 17 É vedado submeter os idosos e demais participantes do CRI a constrangimento, violência física ou psicológica.

Art. 18 Quando o idoso não cumprir com suas obrigações e normas será submetido às consequências gradativas pela Coordenação do CRI de acordo com o grau de descumprimento das regras:

I - Advertência verbal;

II - Advertência por escrito;

III - Suspensão por 30 dias e, se reincidente, suspensão por 180 dias.

Parágrafo Único - Sempre que algum idoso for submetido a alguma consequência, deverá o CRI comunicar formalmente a Secretaria Municipal de Assistência Social e o CMDI.

### SEÇÃO III DO ATENDIMENTO À SAÚDE

Art. 19 O usuário que estando em atividades no CRI e for acometido por mal súbito será atendido pelo Sistema Único de Saúde do Município ou SAMU/Bombeiros, conforme o caso.

§ 1º - Em caso de emergência o usuário será levado ao ESF do Bairro Vila Pedrini, e se necessário, encaminhado para unidade hospitalar. Concomitante, serão comunicados os familiares;

§ 2º - Os casos deverão ser relatados a Secretaria Municipal de Assistência Social e ao CMDI;

§ 3º - Deverá ficar registrado histórico/relatório do ocorrido no CRI.

### SEÇÃO IV DAS ATIVIDADES

Art. 21 As atividades serão norteadas pelas orientações dos serviços referentes à política do idoso e pelo PPP (Plano Político Pedagógico) que serão executadas por meio de projetos a serem elaborados pela equipe de servidores, podendo contar com a colaboração de voluntários e possíveis parceiros do CRI.

Art. 20 Serão ofertadas as seguintes atividades:

I. Atividades contínuas:

- a) Hidroginástica;
  - b) Artesanato;
  - c) Bocha;
  - d) Jogos de mesa;
  - e) Tarde dançante;
  - f) Bingo;
  - g) Atendimento aos grupos tradicionais de idosos;
  - h) Espaço de convivência;
  - i) Atividades Psicossociais;
- II. Atividades esporádicas:

- a) Gincanas;
- b) Palestras;
- c) Outras atividades de esporte;
- d) Outras atividades de lazer;
- e) Outras atividades de interesse do idoso;

§ 1º Para participar das diversas atividades haverá um cronograma constando horário e turmas fixado em local visível.

§ 2º No início de cada ano será elaborado edital com cronograma de execução de atividades onde será definido o número de turmas e participantes por turmas.

§ 3º A participação em determinada atividade em um ano não garante vaga para a participação no ano subsequente na mesma turma ou horário.

§ 4º Durante o ano poderá haver alteração nas atividades propostas.

#### Capítulo VII

#### DA DOCUMENTAÇÃO

Art. 21 Serão mantidas no arquivo do CRI, dados pessoais informações básicas de saúde (dados que constarão na ficha de identificação) dos idosos participantes das atividades, bem como documentação administrativa e técnica.

Parágrafo Único - A documentação administrativa refere-se à ficha de identificação do usuário, calendário individual de atividades, listas de presença de todas as atividades, registro de patrimônio, banco de voluntários, avisos e ofícios em geral, entre outros.

Art. 22 Para inscrever-se na atividade de hidroginástica é obrigatória a apresentação de atestado médico, declarando estar em condições de participar de tais atividades.

§ 1º Além do atestado os participantes de atividades físicas e esportivas assinarão uma declaração responsabilizando-se por estar apto a fazer a mesma.

§ 2º O profissional ao observar mudança no estado de saúde do idoso deverá solicitar formalmente um novo Atestado Médico para continuar apto a realizar as atividades físicas.

Art. 23 As ações e experiências vivenciadas no CRI deverão ser registradas, bem como informadas nos instrumentos informatizados, resguardando a responsabilidade pública pelo serviço.

#### CAPITULO VIII

#### DO TRABALHO DOS VOLUNTÁRIOS

Art. 24 Poderão ser prestados serviços voluntários no CRI em benefício direto/indireto dos usuários, mediante prévia e formal autorização da Secretaria Municipal de Assistência Social e programação da coordenação.

Art. 25 As atividades a serem desenvolvidas pelos voluntários serão orientadas pela coordenação e equipe multiprofissional, devendo estar vinculadas às ações e projetos do CRI ou mediante aprovação do seu plano de trabalho.

Art. 26 Os interessados deverão preencher ficha de inscrição e firmar Termo de Adesão de Voluntariado.

Art. 27 As atividades a serem desenvolvidas pelos voluntários não deverão ultrapassar a duas horas semanais ou oito horas mensais.

Art. 28 É vedado ao voluntário interferir nas atividades desenvolvidas pela equipe de trabalho.

Art. 29 É permitido aos voluntários participar das reuniões organizadas pela coordenação, para avaliação dos projetos e integração com os objetivos do serviço.

#### Capítulo IX

#### DOS GRUPOS TRADICIONAIS atendidos pelo cri

Art. 30 Os grupos tradicionais de idosos são conjuntos de pessoas de determinada comunidade (território) que utilizam espaços onde perpetuam valores, culturas e práticas, que são parte integrante do patrimônio cultural daquele território, transmitido de geração em geração, com sentimento de identidade e pertencimento de um grupo específico.

Art. 31 O município de Joaçaba, reconhece como grupos tradicionais os 20 grupos de idosos existentes, que se encontram atualmente cadastrados junto ao CRI.

Art. 32 A partir da aprovação do presente regimento interno, o CRI somente incluirá um novo grupo de idoso, se possuir os seguintes critérios:

- a) Ser instituído em um território onde não haja grupo já existente;
- b) Possuir no mínimo 10 participantes com idade superior a 60 anos;
- c) Os participantes não devem estar incluídos em outro grupo já existente.

Art 33 O CRI fará a gestão territorial dos grupos e poderá fomentar a organização de novos grupos.

Art. 34 Para serem incluídos no projeto, os grupos tradicionais deverão assinar um termo de adesão ao projeto para tornarem-se aptos a receber mantimentos e participarem de atividades organizadas pelos servidores responsáveis pelos grupos tradicionais.

Art. 35 Caso os grupos atualmente existentes não queiram aderir ao projeto, os mesmos assinarão um termo de não adesão e/ou desistência de auxílio governamental de qualquer espécie, fornecida para esse público.

Art. 36 A adesão de um novo grupo ao projeto poderá acontecer a qualquer tempo.

Parágrafo único- Os novos grupos passarão por período de avaliação de frequência dos integrantes durante os primeiros três meses, para então serem de fato cadastrados e poderem receber os benefícios que o projeto disponibilizará.

Art. 37 Todos os grupos tradicionais deverão regulamentar o funcionamento do grupo por meio de um documento interno e compor uma diretoria para o grupo, juntamente com o monitor (a).

Parágrafo Único - os grupos poderão solicitar ao CRI apoio técnico para a elaboração dos mesmos.

Art. 38 Cada grupo tradicional poderá ter de 1 a 3 voluntários, com menos de 60 anos, essas pessoas poderão ser monitor ou voluntário que serão incluídos nas atividades propostas para os grupos.

Parágrafo Único - Monitores ou voluntários serão assim distribuídos: 1 para grupo a partir de 10 participantes; 2 para grupos de até 30 participantes e 3 para grupos acima de 30 participantes.

Art. 39 No final de cada ano será definido pela Secretaria de Assistência Social e pela equipe do CRI como será realizado o auxílio com alimentação/mantimentos, de acordo com o valor disponibilizado no orçamento.

§ 1º Os responsáveis pelos grupos deverão: indicar os mantimentos necessários, sempre que solicitado; responsabilizar-se pela retirada dos mantimentos; deixar visível para o grupo a relação do que foi solicitado e do que foi recebido;

§ 2º O recebimento dos mantimentos pelos grupos será dentro do possível entregue bimestralmente;

Art. 40 Para participar de passeios ou outros eventos que serão disponibilizados, os idosos deverão estar participando das atividades a no mínimo 6 meses.

#### Capítulo X

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41 O presente regimento interno poderá ser alterado, mediante adendo, através da aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, em reunião convocada para esta finalidade, de acordo com as necessidades da dinâmica de trabalho do CRI, devendo ser aprovado por ato do Chefe do Executivo.

Art. 42 Os casos omissos serão decididos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, em conjunto com a coordenação do CRI, e referendados pelo CMDI.

Art. 43 Este regimento interno entrará em vigor na data de sua aprovação.

Joaçaba (SC), 20 de agosto de 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

#### **HOMOLOG PL 71/2019/PMJ**

Publicação Nº 2131207

PREFEITURA DE JOAÇABA  
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 71/2019/PMJ  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2019/PMJ

O Secretário Municipal de Infraestrutura e Agricultura, Sr. VILSON SARTORI, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 71/2019/PMJ.

- Modalidade: Pregão Presencial 48/2019/PMJ

Objeto: o Registro de Preços para aquisição eventual e futura de lubrificantes, destinados à manutenção das máquinas e equipamentos da frota municipal e dos órgãos participantes.

-Empresas Vencedoras:

DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES PETRO OESTE EIRELI

VALOR R\$ 5.501,00

LUBRE MAIS COMERCIO E SERVIÇOS DE LUBRIFICANTES

VALOR R\$ 800,00

LUBRIFIL – COMERCIO DE LUBRIFICANTES E FILTROS LTDA

VALOR R\$ 12.890,00

FISCAIS: WILLIAM SCHMITZ GUGEL e VALDECIR DAROLD

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 19 de agosto de 2019.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Vilson Sartori

Secretario Municipal de Infraestrutura e Agricultura

**109-110-110/2019 PMJ**

Publicação Nº 2131213



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA**  
Atas de Registro de Preços por Processo

Página: 1 / 3  
Data: 19/08/2019

Número Registro de Preço: **109/2019** Data do Registro : **19/08/2019** Válido até : **19/08/2020**

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição eventual e futura de lubrificantes, destinados à manutenção das máquinas e equipamentos da frota municipal e dos órgãos participantes.

Item / Especificação

Marca Quantidade % / Valor

**DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES PETRO OESTE EIRELI**

1	Óleo ATF tipo A para transmissão hidráulica (balde 20 litros)	MULTILUB	20	149,80
5	Óleo mineral SAE 40 para caixa de câmbio média e pesada – original - caminhões FORD CARGO	AETON	150	16,70
Valor Total:				5.501,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA**  
 Atas de Registro de Preços por Processo

Página: 2 / 3  
 Data: 19/08/2019

Válido até : **19/08/2020**

Data do Registro : **19/08/2019**

Número Registro de Preço: **110/2019**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição eventual e futura de lubrificantes, destinados à manutenção das máquinas e equipamentos da frota municipal e dos órgãos participantes.

Item / Especificação

Marca

Quantidade

% / Valor

**LUBRIFIL - COMERCIO DE LUBRIFICANTES E FILTROS LTD**

2	Óleo Hidráulico 68 API (balde 20 litros)	VRLUB	100	104,00
3	Óleo transmissão e trem de força 7X-7855 TDT0 30 (balde com 20 litros) - equipamentos Caterpillar	PETRONAS	10	249,00
Valor Total:				12.890,00





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA**  
Atas de Registro de Preços por Processo

Página: 3 / 3  
Data: 19/08/2019

Número Registro de Preço: 111/2019

Data do Registro : 19/08/2019

Válido até : 19/08/2020

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição eventual e futura de lubrificantes, destinados à manutenção das máquinas e equipamentos da frota municipal e dos órgãos participantes.

Item / Especificação

Marca

Quantidade

% / Valor

**LUBRE MAIS COMERCIO E SERVICOS DE LUBRIFICANTES EI**

4	Óleo mineral para controle hidráulico de freios e fricção NH610A – Brake (litro) – equipamentos LHM AMBRA	PETRONAS	10	80,00
			Valor Total:	800,00

**PLASS****EXTRATO TERMO DE ADESÃO Nº 19/2019/PLASS**

Publicação Nº 2131798

EXTRATO TERMO DE ADESÃO Nº 19/2019/PLASS  
PROVENIENTE DO PL Nº 09/2019/PLASS – INEXIGIBILIDADE Nº 08/2019/PLASS  
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2017/PLASS

Contratante: Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município do Joaçaba - PLASS

Contratada: CLÍNICA REVIVER.

Data: 20/08/2019

Objeto: Prestação de serviços na área de Serviços Médicos Hospitalares.

Período: O prazo de execução do objeto do presente contrato é até 31/12/2019 prorrogáveis até o período máximo de 60 (sessenta) meses, através de Termos Aditivos, contados a partir da assinatura do Termo de Adesão.

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA****RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0004/2019 - SIMAE**

Publicação Nº 2126840

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DA TERCEIRA PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL –ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0004/2019

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0005/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0007/2019

PROTOCOLO Nº 0260/2019

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva incluindo fornecimento de peças, componentes e materiais genuínos, exceto as que o Simae dispôr em registro de preços específico, e serviços de transporte em caminhão prancha para as retroescavadeiras, de propriedade do Simae.

PREÇOS E EMPRESAS REGISTRADAS:

LOCOMAQ COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA ME:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	700,00	HR	SERVIÇO DE MECANICA GERAL PARA MAQUINAS PESADAS (RETRO-ESCAVADEIRAS).	LOCOMAQ	64,7993	45.359,50
2	300,00	HR	SERVIÇO DE MECANICA ESPECIALIZADA PARA MAQUINAS PESADAS (RETRO-ESCAVADEIRAS)-	LOCOMAQ	83,1121	24.933,63
3	100,00	HR	SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA MAQUINAS PESADAS (RETRO-ESCAVADEIRAS)	LOCOMAQ	76,0687	7.606,87
4	100,00	HR	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA MAQUINAS PESADAS (RETRO-ESCAVADEIRAS )	LOCOMAQ	89,50	8.950,00
5	120,00	SV	SERVIÇO DE TRANSPORTE DE RETROESCAVADEIRA EM CAMINHÃO TIPO PLATAFORMA	LOCOMAQ	554,5833	66.550,00

VIGÊNCIA: 25/02/2019 a 24/02/2020.

Para fins de atendimento ao parágrafo 2º, do art 15, da Lei 8666/93, o Simae, torna público, que não houve alteração de valores e ficam mantidos os preços registrado na presente Ata.

Joaçaba/SC, 22 de agosto de 2019.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente do Simae.

# José Boiteux

## PREFEITURA

### Portaria 191/2019

Publicação Nº 2130776

PORTARIA Nº 191, de 15 de julho de 2019.

“CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO”

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c a seção II, subseção VII, da Lei nº 170 de 28 de fevereiro de 1992,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder direito a fruição de licença prêmio de 1 (um) mês a servidora SILVIA SCHWARTZ FUSINATO, ocupante do cargo de Professor N. III, que será usufruída no período de 15/07/2019 a 13/08/2019, correspondente ao quinquênio de 09/02/2010 a 08/02/2015.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 15 de julho de 2019.

JONAS PUDEWELL  
PREFEITO MUNICIPAL

### Portaria 192/2019

Publicação Nº 2130780

PORTARIA Nº 192, de 15 de julho de 2019.

“CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES”

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) CLAUDINEI RECH, relativas ao período aquisitivo de 13/11/2016 a 12/11/2017, que serão usufruídas no período de 15/07/2019 a 24/07/2019 (10 dias), de acordo com o que estabelece a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 15 de julho de 2019.

JONAS PUDEWELL  
PREFEITO MUNICIPAL

### Portaria 193/2019

Publicação Nº 2130824

PORTARIA Nº 193, de 15 de julho de 2019.

“CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES”

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) MORGANA KERTZENDORFF RECH, relativas ao período aquisitivo de 02/02/2018 a 01/02/2019, que serão usufruídas no período de 15/07/2019 a 24/07/2019 (10 dias), de acordo com o que estabelece a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 15 de julho de 2019.  
JONAS PUDEWELL  
PREFEITO MUNICIPAL

## **Portaria 194/2019**

Publicação Nº 2130906

PORTARIA Nº 194, de 15 de julho de 2019.

“CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES”

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) NARA MOSER COELHO, relativas ao período aquisitivo de 02/01/2016 a 01/01/2017, que serão usufruídas no período de 15/07/2019 a 29/07/2019 (15 dias), de acordo com o que estabelece a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 15 de julho de 2019.  
JONAS PUDEWELL  
PREFEITO MUNICIPAL

## **Portaria 195/2019**

Publicação Nº 2130923

PORTARIA Nº 195, de 18 de julho de 2019.

“NOMEAÇÃO POR CONCURSO PÚBLICO”

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, nos termos do inciso I do artigo 11 da Lei nº 170 de 28 de fevereiro de 1992,

RESOLVE,

Art. 1º Nomear por Concurso Público 01/2018, CINCLER GROSS, para exercer o cargo da categoria funcional de Farmacêutico – ANS, com carga horária de 40 horas semanais, do quadro de pessoal do município de José Boiteux a partir de 18/07/2019.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 18 julho de 2019.  
JONAS PUDEWELL  
PREFEITO MUNICIPAL

**Portaria 196/2019**

Publicação Nº 2130945

PORTARIA Nº 196, de 18 de julho de 2019.

“CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES”

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) FABIANA FUSINATO, relativas ao período aquisitivo de 02/11/2015 a 01/11/2016, que serão usufruídas no período de 16/07/2019 a 25/07/2019 (10 dias), de acordo com o que estabelece a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir de 16 de julho de 2019, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 18 de julho de 2019.

JONAS PUDEWELL  
PREFEITO MUNICIPAL

**Portaria 197/2019**

Publicação Nº 2130971

PORTARIA Nº 197, de 18 de julho de 2019.

“EXONERAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO”

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas no inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, e amparado no artigo 73, I, § 1º, II da Lei nº 170 de 28 de fevereiro de 1992,

RESOLVE,

Art. 1º Considerar exonerado o servidor ADEMAR DA CUNHA, admitido por meio da Portaria nº. 160/2017, para exercer o cargo em comissão de Diretor de Departamento – DAS-4, a partir de 24/06/2019.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir de 24 de junho de 2019, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 18 de julho de 2019.

JONAS PUDEWELL  
PREFEITO MUNICIPAL

**Portaria 198/2019**

Publicação Nº 2130990

PORTARIA Nº 198, de 18 de julho de 2019.

“NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO”

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c o artigo 11, II da Lei nº 170 de 28 de fevereiro de 1992,

RESOLVE,

Art. 1º Nomear ADEMAR DA CUNHA, para exercer o cargo em comissão de Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto – DAS-1, com carga horária de 40 horas semanais, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de José Boiteux a partir de 25/06/2019.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir de 25 de junho de 2019, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 18 de julho de 2019.  
JONAS PUDEWELL  
PREFEITO MUNICIPAL

## Portaria 199/2019

Publicação Nº 2130998

PORTARIA Nº 199, de 18 de julho de 2019.

“EXONERAÇÃO A PEDIDO ACT”

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica, e amparado na Lei nº 948 de 14 de fevereiro de 2013,

RESOLVE,

Art. 1º Considerar Exonerada (a pedido), a servidora ANGELA RIBEIRO, admitida em caráter temporário por meio da Portaria nº 166/2019, no cargo de Professor N. II, com carga horária de 10 horas semanais, a partir de 08/07/2019.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir de 08 de julho de 2019, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 18 de julho de 2019.  
JONAS PUDEWELL  
PREFEITO MUNICIPAL

## Portaria 200/2019

Publicação Nº 2130999

PORTARIA Nº 200, de 18 de julho de 2019.

“EXONERAÇÃO A PEDIDO ACT”

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica, e amparado na Lei nº 948 de 14 de fevereiro de 2013,

RESOLVE,

Art. 1º Considerar Exonerada (a pedido), a servidora CATIA REGINA DE OLIVEIRA, admitida em caráter temporário por meio da Portaria nº 094/2019, no cargo de Professor N. I – NH, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 09/07/2019.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir de 09 de julho de 2019, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 18 de julho de 2019.  
JONAS PUDEWELL  
PREFEITO MUNICIPAL



# Lages

## PREFEITURA

### ATO DE DISPENSA LICITAÇÃO 21/2019 SALVO SOLUÇÕES FMASH

Publicação N° 2131144

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 21/2019–PML/FMASH

#### ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura de Dispensa de Licitação sob nº 21/2019–PML/Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, através do Município de Lages, com a empresa:

CONTRATADA: SALVO SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA. ME., inscrita no CNPJ sob n. 27.355.847/0001-45.

Objeto: "Contratação de manutenção do sistema do setor de Habitação da SMASH, para o gerenciamento de cadastros com hospedagem em nuvem, constituindo a manutenção em disponibilização dos sistema no site, monitoramento de disponibilidade, backup, dúvida e correções de erros na programação, conforme termo de referência, anexo ao processo que passa a integrar este contrato".

O valor total a ser pago pela contratação será de 3.629,40, (três mil seiscentos e vinte e nove reais e quarenta centavos)

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº 8.666/93, submeto o ato à Autoridade Superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 21 de agosto, de 2019.

Samuel Ramos  
Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação

#### RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria do(a) Exmo(a). Sr.(ª) Samuel Ramos, Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, que está em conformidade com os documentos que instruem o respectivo Processo, uma vez que preenchido todos os requisitos que a legislação exige.

Publique-se.

Lages, 21 de agosto, de 2019.  
Antonio Ceron  
Prefeito do Município

### EXTRATO 4º TERMO ADITIVO CONTRATO 151/2017 - MARIA DA GRAÇA - PML

Publicação N° 2130626

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 151/2017 – PML

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC CEP 88.501-110.

LOCADOR: MARIA DA GRAÇA LEAL VIEIRA, inscrito no CPF nº 347.849.009-00, residente a Rua Dilnei Vieira Velho, nº 777 Chalé Azul/Branco– Bairro Chapada – Lages-SC CEP 88.500-000.

resolvem celebrar este 4º Termo aditivo ao Contrato 151/2017, em conformidade com parecer jurídico nº 678/2019, decorrente da Dispensa de Licitação nº 55/2017, correlato ao processo administrativo nº 173/2017, datada de homologação 03/07/2017, consoante as seguintes alterações:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aluguel do imóvel situado à rua Baependi, 300, bairro centro, onde está instalado o CEIM CHAPEUZINHO VERMELHO com área territorial de 549.82,6m² e área construída de 285,47 m², contando com 05 salas de aula individuais, 01 cozinha, 04 banheiros, 01 área de serviço, 01 sala de direção, 01 sala para professores, 01 secretaria, área coberta de 40 m².

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

[...]

2.2 De Execução, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, até 21/07/2020;

2.3 Do Contrato, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, até 21/07/2020, podendo ser prorrogada se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no Art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

As demais cláusulas e condições, ora contratadas permanecem inalteradas.

Lages, 19 de julho de 2019.

Antonio Ceron  
Prefeito Municipal

**RERRATIFICAÇÃO PE 38/2019 PML**

Publicação Nº 2131406

**RERRATIFICAÇÃO**

REF: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2019 – PML

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES, NOTEBOOKS, HD, CÂMERA DE VIGILÂNCIA, NOBREAK E SWITCH, PARA O SETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

O Município de Lages, representado neste ato pelo Secretário de Administração e Fazenda, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento:

-No valor unitário máximo estimado do item 03, passar a considerar R\$ 779,82, logo, o valor total máximo estimado passa a ser de R\$ 23.394,60 e, o valor global estimado máximo passa a ser R\$ 706.052,36.

Em consequência, adia-se os prazos para:

Credenciamento, para até as 23:59 horas do dia 13/09/2019;

Recebimento das Propostas Comerciais, até as 09:00 horas do dia 16/09/2019;

Recebimento dos Lances para os Itens 1, 2, 3 e 4 estará aberta das 11:00 às 11:10 horas do dia 16/09/2019;

Recebimento dos Lances para os Itens 5, 6, 7 e 8, estará aberta das 11:40 às 11:50 horas do dia 16/09/2019;

Recebimento dos Lances para os Itens 9 e 10, estará aberta das 13:30 às 13:40 horas do dia 16/09/2019;

Recebimento dos Lances para os Itens 11 e 12, estará aberta das 14:10 às 14:20 horas do dia 16/09/2019;

Recebimento dos Lances para os Itens 13 e 14, estará aberta das 14:50 às 15:00 horas do dia 16/09/2019;

-Impugnação, até as 23:59 horas do dia 11/09/2019;

-Esclarecimentos, para até as 23:59 horas do dia 10/09/2019;

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 22 de agosto de 2019

Antônio César Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda

**RERRATIFICAÇÃO PE 41/2019 - SMS**

Publicação Nº 2131134

**RERRATIFICAÇÃO**

REF: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2019 – SMS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GEL LUBRIFICANTE E PRESERVATIVOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO PROGRAMA DST/HIV/AIDS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES.

O Município de Lages, representado neste ato pelo Secretário de Administração e Fazenda, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento:

- Na Especificação do item 2 do Anexo I – Termo de Referência, passar a considerar a redação:

Preservativo feminino em poliuretano ou borracha nitrilica. Características: Comprimento de 17cm, espessura de 0,041 a 0,061mm, argola flexível interna e externa ambos os lados, siliconizada, sem odor e macio. Resistência a tensão de 35mpa. Com validade mínima de 03 (três) anos e selo de controle de qualidade do INMETRO ou Certificado emitido pela Anvisa. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 22 de agosto de 2019.

Antônio Cesar Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda

# Laguna

## PREFEITURA

**DECRETO N.º 6.091/2019 - ALTERA O ART. 2º DO DECRETO Nº 4.994/18, DE 12 DE JANEIRO DE 2018, ALTERANDO A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E GESTÃO FINANCEIRA DA PROPOSTA DO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS**

Publicação Nº 2131306



P R E F E I T U R A D E  
**LAGUNA**  
Procuradoria Geral

**DECRETO Nº 6.091/2019, de 19 de agosto de 2019.**

**ALTERA O ART. 2º DO DECRETO Nº 4.994/18, DE 12 DE JANEIRO DE 2018, ALTERANDO A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E GESTÃO FINANCEIRA DA PROPOSTA DO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS APRESENTADO PELA COMISSÃO INSTITUÍDA PELO DECRETO Nº. 4.868/2017, MODIFICADA PELO DECRETO Nº. 4.878/2017.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil**, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna,

**CONSIDERANDO** a necessidade de substituição do servidor Gustavo Ramos Sant'Anna, com o propósito de tornar viável a regular continuidade dos trabalhos,

**DECRETA:**

**Art. 1º** FO art. 2º do Decreto n.º 4.994/18, de 12 de janeiro de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 2º** A Comissão de Avaliação e Gestão Financeira fica assim constituída:

*I – Adriana Souza da Silva*

*II – Adriano Teixeira Massih;*

*III – Antônio da Silveira Filho;*

*IV – Luiz Fernando Nandi Vicente;*

*V – Janaína Prevê Costa;*

*VI – Leandro Araújo;*

*VII – Luciana Fernandes Pereira;*

*VIII – Ricardo Augusto Silveira;*

*IX - Sônia Cândido da Silva Vieira.*

*Parágrafo único. A Comissão será presidida por Luiz Fernando Nandi Vicente e secretariada pela servidora Adriana Souza da Silva.*

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

**Mauro Vargas Candemil**  
**Prefeito Municipal**

**PORTARIA Nº 887/2019**

Publicação Nº 2131712

**PREFEITURA DE  
LAGUNA**Secretaria de Administração e Serviços Públicos  
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA RH Nº 887/2019**

**O SECRETÁRIO DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC**, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

**R E S O L V E:**

**CONCEDER FÉRIAS**, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 05.08.2019 a 03.09.2019.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Alexandra Motta Marinho	2018/2019
Maristela de Oliveira Martins	2018/2019

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 05 de Agosto de 2019.

**LUCIANA FERNANDES PEREIRA**  
Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 899/2019**

Publicação Nº 2131716

**PREFEITURA DE  
LAGUNA**Secretaria de Administração e Serviços Públicos  
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA RH Nº 899/2019**

**A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE, SRA. DEISE DAIANA XAVIER CARDOSO**, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

**R E S O L V E:**

**CONCEDER FÉRIAS**, a Servidora **CAROLINE CLAUDETE GARCIA KONS** Fiscal Ambiental, do dia 12.08.2019 a 10.09.2019, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 12 de Agosto de 2019.

**DEISE DAIANA XAVIER CARDOSO**

**PORTARIA Nº 901/2019**

Publicação Nº 2131625

**PREFEITURA DE  
LAGUNA**Secretaria de Administração e Serviços Públicos  
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA RH Nº 901/2019**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**R E S O L V E:**

**ADMITIR**, em caráter temporário **LUCIANI RAMOS DE SOUZA** para exercer o Cargo de Professor de Inglês, 10 horas, HAB 010, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 12/08/2019, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 12 de Agosto de 2019.

**MAURO VARGAS CANDEMIL**  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 902/2019**

Publicação Nº 2131629

**PREFEITURA DE  
LAGUNA**Secretaria de Administração e Serviços Públicos  
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA RH Nº 902/2019**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**R E S O L V E:**

**ADMITIR** em caráter temporário pelo excepcional interesse público, pelo prazo máximo e improrrogável de 120 (cento e vinte) dias, nos termos do art. 3º, §4º, da Lei Complementar Municipal nº 217/2010, **PRISCILLA SIQUEIRA**, para exercer o Cargo de Auxiliar de Consultório Dentário no ESF de Caputera, 40 horas semanais, nível ANTS, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir de 05/08/2019.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 12 de Agosto de 2019.

**MAURO VARGAS CANDEMIL**  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 903/2019**

Publicação Nº 2131639

**PREFEITURA DE  
LAGUNA**Secretaria de Administração e Serviços Públicos  
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA RH Nº 903/2019**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**R E S O L V E:**

**INTERROMPER** as férias, de **PAULA SOUZA DE MEDEIROS**, Assistente de Administração, assim o fazendo com base no artigo 47 da Lei complementar nº 136/2006, devendo o mesmo retornar ao serviço, em 05 de Agosto de 2019, ficando-lhe assegurado o restante do período interrompido, assim que cessar os motivos que o determinaram.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 12 de Agosto de 2019.

**MAURO VARGAS CANDEMIL**  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 904/2019**

Publicação Nº 2131642

**P R E F E I T U R A D E**  
**LAGUNA**Secretaria de Administração e Serviços Públicos  
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA RH Nº 904/2019**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**R E S O L V E:**

**DEMITIR A PEDIDO, ALESSANDRA COSTA MOTTA** do cargo de Auxiliar de Consultório Dentário, 40 horas, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 13 de Agosto de 2019.

**MAURO VARGAS CANDEMIL**  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 905/2019**

Publicação Nº 2131644

**PREFEITURA DE  
LAGUNA**Secretaria de Administração e Serviços Públicos  
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA RH Nº 905/2019**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**R E S O L V E:**

**DEMITIR A PEDIDO, EDILENE BATISTA NASCIMENTO** do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível ANB, 40 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 14 de Agosto de 2019.

**MAURO VARGAS CANDEMIL**  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 906/2019**

Publicação Nº 2131649

**PREFEITURA DE  
LAGUNA**Secretaria de Administração e Serviços Públicos  
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA RH Nº 906/2019**

**O SECRETÁRIO DE TRANSPORTES E OBRAS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC**, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

**RESOLVE:**

**CONCEDER FÉRIAS**, ao Servidor **ANTÔNIO SÉRGIO ADRIANO** Auxiliar de Serviços Gerais, do dia 12.08.2019 a 10.09.2019, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 14 de Agosto de 2019.

**RENATO DE OLIVEIRA**  
Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 907/2019**

Publicação Nº 2131651

**PREFEITURA DE  
LAGUNA**Secretaria de Administração e Serviços Públicos  
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA RH Nº 907/2019**

**O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC**, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

**R E S O L V E:**

**CONCEDER FÉRIAS**, a Servidora **LÚCIA APARECIDA SANTANA PIRES**, Auxiliar de Serviços Gerais, do dia 15.08.2019 a 13.09.2019, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 15 de Agosto de 2019.

**VALÉRIA OLIVIER ALVES**  
Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 908/2019**

Publicação Nº 2131653

**PREFEITURA DE  
LAGUNA**Secretaria de Administração e Serviços Públicos  
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA RH Nº 908/2019**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**R E S O L V E:**

**INTERROMPER** as férias, de **CAROLINA RODRIGUES VILLA**, Assistente de Administração, assim o fazendo com base no artigo 47 da Lei complementar nº 136/2006, devendo o mesmo retornar ao serviço, em 16 de Agosto de 2019, ficando-lhe assegurado o restante do período interrompido, assim que cessar os motivos que o determinaram.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Agosto de 2019.

**MAURO VARGAS CANDEMIL**  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 909/2019**

Publicação Nº 2131654

**PREFEITURA DE  
LAGUNA**Secretaria de Administração e Serviços Públicos  
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA RH Nº 909/2019**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**R E S O L V E:**

**DEMITIR YUNNA RUSSO** do Cargo de Professor de Artes, 20 horas, HAB 100, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 01/08/2019.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Agosto de 2019.

**MAURO VARGAS CANDEMIL**  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 910/2019**

Publicação Nº 2131655

**PREFEITURA DE  
LAGUNA**Secretaria de Administração e Serviços Públicos  
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA RH Nº 910/2019**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**R E S O L V E:**

**DEMITIR ANA CLÁUDIA FLORENTINO JARDIM FLOR** do Cargo de Professor de Educação Infantil, 20 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Agosto de 2019.

**MAURO VARGAS CANDEMIL**  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 911/2019**

Publicação Nº 2131657

**PREFEITURA DE  
LAGUNA**Secretaria de Administração e Serviços Públicos  
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA RH Nº 911/2019**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**R E S O L V E:**

**DEMITIR ANA CLÁUDIA FLORENTINO JARDIM FLOR** do Cargo de Professor de Educação Infantil, 20 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Agosto de 2019.

**MAURO VARGAS CANDEMIL**  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 912/2019**

Publicação Nº 2131658

**PREFEITURA DE  
LAGUNA**Secretaria de Administração e Serviços Públicos  
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA RH Nº 912/2019**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**R E S O L V E:**

**EXONERAR A PEDIDO UBALDO MARTINS TOURINHO DI PIETRO FILHO** do cargo de Motorista, 40 horas semanais, de provimento efetivo, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Agosto de 2019.

**MAURO VARGAS CANDEMIL**  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 913/2019**

Publicação Nº 2131665

**PREFEITURA DE  
LAGUNA**Secretaria de Administração e Serviços Públicos  
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA RH Nº 913/2019**

**O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC**, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

**R E S O L V E:**

**CONCEDER FÉRIAS**, a Servidor **FERNANDO FIGUEIREDO DOS SANTOS**, Auxiliar de Serviços Gerais, do dia 19.08.2019 a 17.09.2019, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 19 de Agosto de 2019.

**VALÉRIA OLIVIER ALVES**  
Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 914/2019**

Publicação Nº 2131668

**PREFEITURA DE  
LAGUNA**Secretaria de Administração e Serviços Públicos  
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA RH Nº 914/2019**

**O SECRETÁRIO DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC**, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

**R E S O L V E:**

**CONCEDER FÉRIAS**, ao Servidor **WILLIAN DE CASTRO CARDOSO** Coordenador, do dia 19.08.2019 a 17.09.2019, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 19 de Agosto de 2019.

**LUCIANA FERNANDES PEREIRA**  
Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 915/2019**

Publicação Nº 2131670

**PREFEITURA DE  
LAGUNA**Secretaria de Administração e Serviços Públicos  
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA RH Nº 915/2019**

**O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC**, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

**R E S O L V E:**

**CONCEDER FÉRIAS**, ao Servidor **MARIO MANUEL PORTELA MARTINS** Médico, do dia 16.08.2019 a 14.09.2019, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 19 de Agosto de 2019.

**VALÉRIA OLIVIER ALVES**  
Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 916/2019**

Publicação Nº 2131671

**P R E F E I T U R A D E**  
**LAGUNA**Secretaria de Administração e Serviços Públicos  
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA RH Nº 916/2019**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**R E S O L V E:**

**ADMITIR ALANA FIGUEIREDO RAMOS** para exercer o Cargo de Agente Comunitário de Saúde, no ESF Portinho, 40 horas, nos termos do Edital Nº 001/2017 e em conformidade com a Lei nº 217/2010, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 19 de Agosto de 2019.

**MAURO VARGAS CANDEMIL**  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 917/2019**

Publicação Nº 2131672

**PREFEITURA DE  
LAGUNA**Secretaria de Administração e Serviços Públicos  
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA RH Nº 917/2019**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**R E S O L V E:**

**ADMITIR ALCIDES MAURÍCIO DE MELO JÚNIOR** para exercer o Cargo de Agente Comunitário de Saúde, no ESF Portinho, 40 horas, nos termos do Edital Nº 001/2017 e em conformidade com a Lei nº 217/2010, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 19 de Agosto de 2019.

**MAURO VARGAS CANDEMIL**  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 918/2019**

Publicação Nº 2131674

**PREFEITURA DE  
LAGUNA**Secretaria de Administração e Serviços Públicos  
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA RH Nº 918/2019**

**O SECRETÁRIO DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC**, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

**R E S O L V E:**

**CONCEDER FÉRIAS**, ao Servidor **ROGÉRIO CORRÊA DA ROCHA** Guarda Municipal, do dia 19.08.2019 a 17.09.2019, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 19 de Agosto de 2019.

**LUCIANA FERNANDES PEREIRA**  
Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 919/2019**

Publicação Nº 2131677

**PREFEITURA DE  
LAGUNA**Secretaria de Administração e Serviços Públicos  
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA RH Nº 919/2019**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**R E S O L V E:**

**PRORROGAR** a partir desta data, a vigência dos contratos temporários pelo período de mais 01 (um) ano, nos termos do Edital Nº 001/2018 e em conformidade com a Lei nº 217/2010, dos seguintes contratados:

- Elaine Cristina da Silva Cardoso – Auxiliar de Consultório Dentário;
- Marcela Silveira Abreu – Auxiliar de Consultório Dentário;
- Márcia dos Santos Silva Ferreira – Técnico em Enfermagem;
- Rita de Cássia Justino Alves – Técnico em Enfermagem.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 19 de Agosto de 2019.

**MAURO VARGAS CANDEMIL**  
Prefeito Municipal



PREFEITURA DE  
**LAGUNA**

Secretaria de Administração e Serviços Públicos  
Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 920/2019**

Publicação Nº 2131680

**P R E F E I T U R A D E**  
**LAGUNA**Secretaria de Administração e Serviços Públicos  
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA RH Nº 920/2019**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**R E S O L V E:**

**EXONERAR, CARLOS FELIPE SCHMIDT** do cargo em comissão de Assessor Especial de Educação, AS 1, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 19 de Agosto de 2019.

**MAURO VARGAS CANDEMIL**  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N° 921/2019**

Publicação N° 2131682

**PREFEITURA DE  
LAGUNA**Secretaria de Administração e Serviços Públicos  
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA RH N° 921/2019**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**R E S O L V E:**

**EXONERAR, GUSTAVO SILVA PACÍFICO** do cargo em comissão de Diretor de Escola, DAE 1, na E.E.B. Francisco Zezuino Guimarães - Ponta da Barra, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 19 de Agosto de 2019.

**MAURO VARGAS CANDEMIL**  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N° 922/2019**

Publicação N° 2131684

**P R E F E I T U R A D E**  
**LAGUNA**Secretaria de Administração e Serviços Públicos  
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA RH N° 922/2019**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**R E S O L V E:**

**EXONERAR, LUCIANE DA SILVA MATTOS** do cargo em comissão de Assessor de Planejamento da Educação, AS 3, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 19 de Agosto de 2019.

**MAURO VARGAS CANDEMIL**  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 923/2019**

Publicação Nº 2131686

**PREFEITURA DE  
LAGUNA**Secretaria de Administração e Serviços Públicos  
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA RH Nº 923/2019**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**R E S O L V E:**

**INTERROMPER** as férias, de **SÔNIA CÂNDIDO DA SILVA VIEIRA** Oficial de Administração, assim o fazendo com base no artigo 47 da Lei complementar nº 136/2006, devendo o mesmo retornar ao serviço, em 19 de Agosto de 2019, ficando-lhe assegurado o restante do período interrompido, assim que cessar os motivos que o determinaram.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 19 de Agosto de 2019.

**MAURO VARGAS CANDEMIL**  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 924/2019**

Publicação Nº 2131690

**PREFEITURA DE  
LAGUNA**Secretaria de Administração e Serviços Públicos  
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA RH Nº 924/2019**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**R E S O L V E:**

**NOMEAR, LUCIANE DA SILVA MATTOS** para exercer o cargo em comissão de Assessor Especial de Educação, AS 1, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 20 de Agosto de 2019.

**MAURO VARGAS CANDEMIL**  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 925/2019**

Publicação Nº 2131691

**PREFEITURA DE  
LAGUNA**Secretaria de Administração e Serviços Públicos  
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA RH Nº 925/2019**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**R E S O L V E:**

**NOMEAR, CARLOS FELIPE SCHMIDT** para exercer o cargo de Diretor de Escola, DAE 1, na E.E.B. Francisco Zezuino Guimarães - Ponta da Barra, nos termos da Lei Complementar nº 138/2006, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 20 de Agosto de 2019.

**MAURO VARGAS CANDEMIL**  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 926/2019**

Publicação Nº 2131695

**PREFEITURA DE  
LAGUNA**Secretaria de Administração e Serviços Públicos  
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA RH Nº 926/2019**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**R E S O L V E:**

**NOMEAR, DINILANY AFONSO DA SILVA** para exercer o cargo em comissão de Coordenador de Bibliotecas, DS 4, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 20 de Agosto de 2019.

**MAURO VARGAS CANDEMIL**  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N° 927/2019**

Publicação N° 2131700

**P R E F E I T U R A D E  
LAGUNA**Secretaria de Administração e Serviços Públicos  
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA RH N° 927/2019**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**R E S O L V E:**

**NOMEAR, GUSTAVO SILVA PACÍFICO** para exercer o cargo em comissão de Assessor de Planejamento da Educação, AS 3, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 20 de Agosto de 2019.

**MAURO VARGAS CANDEMIL**  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 928/2019**

Publicação Nº 2131703

**PREFEITURA DE  
LAGUNA**Secretaria de Administração e Serviços Públicos  
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA RH Nº 928/2019**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**R E S O L V E:**

**NOMEAR, LIZANDRA AMBROSINI**, para exercer o cargo em comissão de Coordenador de Fundos, Registro Contábil e Prestação de Contas, DS 4, com lotação na Secretaria da Fazenda, Administração e Serviços Públicos, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 20 de Agosto de 2019.

**MAURO VARGAS CANDEMIL**  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 930/2019**

Publicação Nº 2131708

**PREFEITURA DE  
LAGUNA**Secretaria de Administração e Serviços Públicos  
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA RH Nº 930/2019**

**O SECRETÁRIO DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC**, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 0125.0004176/2019;

**R E S O L V E:**

**CONCEDER LICENÇA PREMIO**, de 12 de Agosto de 2019 a 09 de Novembro, a Servidora **NOELY MARIA PAES**, Professora, referente ao período 2012/2017, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 20 de Agosto de 2019.

**LUCIANA FERNANDES PEREIRA**  
Secretário Municipal



# Lauro Muller

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 147/PMLM/2019

Publicação Nº 2131241

PREGÃO PRESENCIAL Nº 147/PMLM/2019

Data e horário da sessão de abertura: 03/09/2019 às 09h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição parcelada de peças para manutenção do equipamento W20B pertencente à frota municipal de Lauro Muller/SC, conforme condições fixadas em Termo de referência e demais condições constantes neste edital.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico [compraslicitacaopmlm@gmail.com](mailto:compraslicitacaopmlm@gmail.com) e disponível em [www.lauromuller.sc.gov.br](http://www.lauromuller.sc.gov.br).

Lauro Muller/SC, 21 de Agosto de 2019.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

# Lebon Régis

## PREFEITURA

**EDITAL Nº 004/2019**

Publicação Nº 2131314



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC**  
**CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

**EDITAL Nº 004/2019**

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE PROJETOS DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL - OSC, RELATIVOS À PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, QUE PODERÃO SER FINANCIADOS PELO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FIA, NA FORMA DE **CAPTAÇÃO DE RECURSO VIA CHANCELA**.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Lebon Régis/SC – CMDCA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº 8.069/90, Resolução 137 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, de 21 de janeiro de 2010, pela Lei Municipal Nº 1481/2014. A formalização das parcerias seguirá o estabelecido pela Lei 13.019/2014, pelas atualizações advindas da Lei 13.204/2015 e pelas condições previstas neste edital.

Considerando a necessidade de se estabelecer critérios e normas para a celebração de Termos de Parceria com as organizações da sociedade civil – OSCs, devidamente registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e, considerando as condições e exigências estabelecidas neste Edital, RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer procedimentos e tornar público o Edital de Chamamento Público para realizar processo de análise e seleção de projetos das organizações da sociedade civil, que poderão ser financiados com recursos subsidiados através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA, que estejam em consonância com as políticas públicas da Criança e do Adolescente do Município de Lebon Régis/SC e que



Rua Waldir Ortigari, 74, Centro, Lebon Régis, SC – CEP 89515-000  
Fone (49)3247 1067  
Email: [gestaoas@lebonregis.sc.gov.br](mailto:gestaoas@lebonregis.sc.gov.br)



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC**  
**CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

sejam inovadores e ou complementares a essas políticas, conforme deliberação nas reuniões ordinárias e extraordinárias do CMDCA, realizadas nos dias 05 de Agosto de 2019 e 15 de Agosto de 2019.

Art. 2º Os Valores a serem captados por projeto, sendo que 20% (vinte por cento) do valor captado será destino ao FIA Lebon Régis, conforme Resolução 137 do CONANDA, de 21 de janeiro de 2010.

Art. 3º Para formalizar o termo de parceria a OSC deverá captar no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor proposto para o projeto. Caso a organização não captar 100% (cem por cento) do valor previsto no projeto deverá solicitar ao CMDCA a readequação para aplicação do valor captado.

Art. 4º Poderão ser aplicados recursos provenientes da captação em construção ou reformas de imóveis das organizações governamentais e não-governamentais, conforme modificação da Resolução n.º 137/2010 do Conanda, promovida pela Resolução n.º 194/2017.

## **DO OBJETO**

Art. 5º Constitui objeto deste Edital de Chamamento Público selecionar projetos de OSCs, sem fins lucrativos, regularmente constituídas e devidamente registradas no CMDCA de Lebon Régis/SC, com sede ou instalações no Município de Lebon Régis, para concessão de Certificado de Autorização para Captação de Recursos Financeiros para o FIA, objetivando a celebração de parceria com a Administração Pública Municipal, nos termos do artigo 2º, caput, da Lei Federal nº. 8.069/1990, dentro das diretrizes e ações prioritárias especificadas no Art. 7º deste Edital.

Art. 6º Para os fins deste edital entende-se por projeto o conjunto de ações das Políticas Públicas de promoção, proteção e de defesa de direitos a serem desenvolvidas no Município de Lebon Régis, por tempo determinado neste edital, com recursos captados



Rua Waldir Ortigari, 74, Centro, Lebon Régis, SC – CEP 89515-000  
Fone (49)3247 1067  
Email: [gestaoas@lebonregis.sc.gov.br](mailto:gestaoas@lebonregis.sc.gov.br)



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC**  
**CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

pelas entidades registradas no CMDCA, por meio do FIA e destinados por pessoas físicas e jurídicas, tendo como beneficiários crianças e adolescentes do Município de Lebon Régis.

## **DAS DIRETRIZES**

Art. 7º Os projetos submetidos a presente seleção deverão indicar, dentre as diretrizes abaixo discriminadas, aquela que é seu objeto de atuação:

### **I - Diretriz: Acolhimento Institucional**

- a) Projetos que visem ao desenvolvimento de ações que fortaleçam os serviços de acolhimento institucional de forma a fomentar metodologias de boas práticas para:
  - a.1) Projetos que visem à promoção da autonomia dos adolescentes e sua preparação para o desligamento do serviço de acolhimento e sua reinserção à convivência familiar e comunitária;
  - a.2) Projetos que viabilizem auxílio, apoio e orientação às famílias de crianças e adolescentes em acolhimento institucional, que estimulem e provoquem ações para o desacolhimento na garantia ao direito de convivência familiar e comunitária;
  - a.3) Projetos com ações que priorizem o caráter intersetorial e que fomentem a articulação dos serviços intersetoriais com os sujeitos do sistema de garantia de direitos, para atuação junto à família natural ou ampliada, bem como junto às crianças e adolescentes atendidos nos serviços de acolhimento;
  - a.4) Projetos que foquem no protagonismo do público atendido (crianças, adolescentes e familiares), comprovando-se a participação deste público no seu monitoramento, execução e avaliação.

### **II - Diretriz: Enfrentamento ao uso e ou abuso de drogas**

- a) Projetos que visem à prevenção ao uso e redução de danos referente ao abuso de álcool e outras drogas;



Rua Waldir Ortigari, 74, Centro, Lebon Régis, SC – CEP 89515-000  
Fone (49)3247 1067  
Email: [gestaoas@lebonregis.sc.gov.br](mailto:gestaoas@lebonregis.sc.gov.br)



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC**  
**CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

- b) Projetos voltados à garantia da intersetorialidade, reconhecendo a incompletude institucional das organizações governamentais e da sociedade civil;
- c) Projetos que considerem a situação do adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas, para que os mesmos possam ser tratados dentro da política de redução de danos e terem minimizados os efeitos causados pela crise de abstinência;
- d) Projetos que visem o fortalecimento de vínculos familiares para crianças e adolescentes usuárias de álcool e outras drogas;
- e) Projetos que estimulem o protagonismo social entre crianças e adolescentes em suas comunidades baseadas na perspectiva preventiva do uso de drogas;
- f) Realização de ações de prevenção do uso e abuso de álcool e outras drogas, bem como a promoção da saúde mental de crianças, adolescentes e suas famílias.

**III - Diretriz:** Facilitar o acesso a políticas públicas de qualidade que garantam os direitos humanos de crianças, adolescentes e suas famílias e que contemplem a superação das desigualdades, afirmação da diversidade com promoção da equidade e inclusão social.

- a) Realização de ações voltadas para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e ou riscos articulando com as diversas políticas públicas municipais;
- b) Promoção de ações que contemplem as temáticas de gênero, raça, cor e orientação sexual;
- c) Desenvolvimento de ações para abranger e alcançar a promoção dos direitos à saúde, educação, assistência social, cultura, esporte e lazer da população de crianças e adolescentes.

**IV - Diretriz:** Proteção especial a crianças e adolescentes com seus direitos ameaçados ou violados.

- a) Realização de ações que visem qualificar o cumprimento das Medidas Protetivas para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social;
- b) Implementação de ações direcionadas à garantia do direito à Convivência familiar e Comunitária;



Rua Waldir Ortigari, 74, Centro, Lebon Régis, SC – CEP 89515-000  
Fone (49)3247 1067  
Email: [gestaoas@lebonregis.sc.gov.br](mailto:gestaoas@lebonregis.sc.gov.br)



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC**  
**CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

- c) Execução de ações de enfrentamento das violações de direitos de crianças e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas com ênfase nos três eixos: saúde, racismo e violência institucional;
- d) Realização de ações para o enfrentamento da violência e dos homicídios de adolescentes;
- e) Promoção de ações de enfrentamento às violações de direitos, com destaque para violência doméstica, violência sexual e o trabalho Infantil nas suas piores formas;
- f) Realização de ações direcionadas à proteção do adolescente trabalhador.

**V - Diretriz:** Fomento de estratégias e mecanismos que propiciem a participação organizada e a expressão livre de crianças e adolescentes, em especial sobre os assuntos a eles relacionados.

- a) Fomento ao protagonismo juvenil, ações de empoderamento e a participação de crianças e adolescentes;
- b) Realização de campanhas educativas, com linguagem adequada a crianças e adolescentes, para sensibilização quanto aos valores, conhecimentos e direitos garantidos pelo Estatuto da Criança e Adolescente – ECA;
- c) Elaboração de estratégias para garantir a participação de crianças e adolescentes na formulação e controle social das políticas públicas.

**VI - Diretriz:** Qualificação permanente de profissionais que atuam no sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes – SGD.

- a) Promoção de capacitações para os operadores do sistema de garantia de direitos;
- b) Realização de ações de formação e mobilização de redes para a promoção, proteção e garantia de direitos de crianças e adolescentes.

**VII - Diretriz:** Desenvolvimento de mecanismos e instrumentos de monitoramento e avaliação da Política Municipal para Crianças e Adolescentes.

- a) Realização de atividades de georeferenciamento e processamento de dados sobre as violações de direitos de crianças e adolescentes no âmbito municipal.



Rua Waldir Ortigari, 74, Centro, Lebon Régis, SC – CEP 89515-000  
Fone (49)3247 1067  
Email: [gestaoas@lebonregis.sc.gov.br](mailto:gestaoas@lebonregis.sc.gov.br)



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC**  
**CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

**VIII - Diretriz:** Promoção de Campanhas e eventos, bem como fomento à produção de conhecimentos sobre a infância e adolescência, aplicada ao processo de formulação de políticas públicas.

- a) Promoção de eventos e/ou campanhas alusivas às datas e temáticas voltadas para a infância e adolescência;
- b) Realização de campanhas educativas de prevenção do uso de álcool e outras drogas, de acidentes e violências;
- c) Fomento à cultura da sustentabilidade socioambiental no processo de educação em direitos humanos com crianças e adolescentes.

**IX - Diretriz:** Cooperação e articulação interinstitucional para implementação das normativas e acordos municipais de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, relativa ao mundo do trabalho.

- a) Realização de ações de inserção do adolescente no mercado de trabalho priorizando o atendimento daqueles em situação de vulnerabilidade social e ou afastados do trabalho irregular;
- b) Promoção de ações que fortaleçam o acesso de adolescentes e jovens ao Programa de Aprendizagem conforme lei vigente.

**X – Diretriz:** Enfrentamento à Exploração do Trabalho Infantil e Proteção ao Jovem Aprendiz

- a) Projetos que identifiquem e promovam a inclusão das crianças e adolescentes, vítimas do trabalho infantil em atividades culturais, esportivas, recreativas e de lazer e que trabalhem a inserção de suas famílias nas políticas sociais do Município de Lebon Régis;
- b) Projetos que promovam a qualificação profissional do adolescente, apoio à entrada no mercado de trabalho e geração de renda e que permitam a formação técnica profissional e metodológica de adolescentes entre 14 e 18 anos, dentro dos princípios da proteção integral do adolescente, garantidos pela legislação brasileira;



Rua Waldir Ortigari, 74, Centro, Lebon Régis, SC – CEP 89515-000  
Fone (49)3247 1067  
Email: [gestaoas@lebonregis.sc.gov.br](mailto:gestaoas@lebonregis.sc.gov.br)





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC**  
**CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

- c) Projetos que desenvolvam atividades de fortalecimento do vínculo, orientação e acompanhamento sócio familiar das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil na lógica de sua erradicação;
- d) Projetos que busquem aperfeiçoar e implementar mecanismos de monitoramento e controle social e fiscalização do trabalho infantil e do trabalho proibido de adolescentes, segundo a lista TIP (Piores Formas de Trabalho Infantil).

**XI - Diretriz:** Cultura de paz e metodologias de resolução de conflitos

- a) Projetos que visem à proteção e à garantia do direito da criança e adolescente que se encontre em situação de violência física ou psicológica, doméstica, sexual, institucional e outras;
- b) Projetos para a prevenção da violência doméstica por meio de intervenção no grupo familiar, com o fortalecimento dos vínculos afetivos familiares;
- c) Projetos que viabilizem a formação na metodologia da Justiça Restaurativa para diferentes segmentos institucionais e de representantes das comunidades, possibilitando a constituição de círculos restaurativos no âmbito das redes de proteção social dos territórios. Nos projetos para implementação da metodologia, os mesmos deverão prever o monitoramento e sistematização de resultados;
- d) Projetos que viabilizem a formação e implementação de metodologias para mediação de conflitos considerando o atendimento de crianças e adolescentes e suas famílias.

**Os projetos da XI Diretriz poderão estar voltados para:**

**a. Prevenção primária:**

- a.1) Projetos que promovam a cultura de paz junto a crianças, adolescentes e suas famílias;
- a.2) Projetos que visem formar e informar servidores, funcionários das entidades e todos que atuem no atendimento de crianças e adolescentes sobre o reconhecimento de violações de direitos bem como medidas de prevenção e, caso necessário, encaminhamento para a rede de proteção;



Rua Waldir Ortigari, 74, Centro, Lebon Régis, SC – CEP 89515-000  
Fone (49)3247 1067  
Email: [gestaoas@lebonregis.sc.gov.br](mailto:gestaoas@lebonregis.sc.gov.br)



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC**  
**CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

a.3) Projetos que atuem na prevenção da violência doméstica por meio de ações junto às famílias, educadores e demais sujeitos do sistema de garantia de direitos.

**b. Prevenção secundária:** Projetos que identifiquem precocemente crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e ou social e ou que já sejam vítimas de maus-tratos, acionando a rede de proteção do território, para que aconteça a atenção integral em consonância com os fluxos já estabelecidos pelas políticas públicas, propondo formas para evitar que atos de violência aconteçam ou se repitam.

## **XII - Diretriz: Garantia de Direitos**

### **a. Promoção, Defesa e Controle**

- a) Projetos que promovam a inclusão das crianças e adolescentes em atividades culturais, esportivas, recreativas e de lazer;
- b) Projetos destinados a crianças e adolescentes em situação de extrema vulnerabilidade e em situação de rua;
- c) Projetos destinados às crianças e adolescentes em situação de mendicância e suas respectivas famílias;
- d) Projetos de prevenção e enfrentamento ao abuso e exploração sexual por intermédio de metodologias inovadoras e ou complementares com estratégias específicas para crianças e adolescentes, familiares e profissionais;
- e) Projetos inovadores e ou complementares, que visem à inclusão de crianças e adolescentes com deficiência;
- f) Projetos de comunicação que ofereçam formações de desenvolvimento de plataformas colaborativas para crianças e adolescentes, visando a democratização das mídias e novas tecnologias, bem como vídeo, rádio comunitária, comunicação comunitária e ampliação e garantia do direito à cidade;
- g) Projetos voltados ao acompanhamento de crianças e adolescentes com transtornos e sofrimento mentais e/ou com deficiências e/ou com doenças crônicas e graves;
- h) Projetos pedagógicos para promoção dos direitos sexuais e reprodutivos que trabalhem na perspectiva de gênero e diversidade sexual;



Rua Waldir Ortigari, 74, Centro, Lebon Régis, SC – CEP 89515-000  
Fone (49)3247 1067  
Email: [gestaoas@lebonregis.sc.gov.br](mailto:gestaoas@lebonregis.sc.gov.br)



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC**  
**CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

- i) Projetos que trabalhem a inclusão de crianças e adolescentes imigrantes e ou refugiados, indígenas, quilombolas e afrodescendentes considerando a sua diversidade cultural e étnico-racial;
- j) Projetos que trabalhem com o planejamento reprodutivo, a prevenção e o acompanhamento da gravidez na adolescência;
- k) Projetos que trabalhem a prevenção e o acompanhamento de crianças e adolescentes com doenças sexualmente transmissíveis (DST) e HIV/AIDS;
- l) Projetos que trabalhem a equidade de gênero e o respeito à diversidade sexual e gênero;
- m) Projetos que atendam a necessidade de alimentação saudável, incentivo ao aleitamento materno, a prevenção do sobrepeso e da obesidade infantil, que vise à redução da desnutrição crônica e aguda, promovendo práticas alimentares e estilos de vida saudáveis;
- n) Projetos que desenvolvam ações junto a rede de atendimento a crianças e adolescentes, o tema de educação ambiental e sustentabilidade e do consumo responsável e consciente de forma a alertar para a questão do consumismo na infância e na adolescência;
- o) Projetos de formação de agentes do sistema de garantia de direitos visando a promoção e a garantia dos direitos da criança e adolescente;
- p) Projetos que possibilitem o fortalecimento da articulação da rede de proteção nos territórios, bem como de escuta qualificada, encaminhamento, orientação e informação de crianças e adolescentes atendidos na rede;
- q) Projetos que possibilitem o diagnóstico de casos suspeitos ou confirmados de violações de direitos humanos e de abuso e exploração sexual;
- r) Projetos formativos e informativos dirigidos a população, as empresas e espaços que realizem atividades infanto-juvenis abordando a importância da prevenção de acidentes para uma infância saudável;
- s) Projetos que atendam crianças e adolescentes de pais e/ou mães em situação de privação de liberdade.



Rua Waldir Ortigari, 74, Centro, Lebon Régis, SC – CEP 89515-000  
Fone (49)3247 1067  
Email: [gestaoas@lebonregis.sc.gov.br](mailto:gestaoas@lebonregis.sc.gov.br)



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC**  
**CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

### **XIII – Diretriz: Primeira Infância**

- a) Projetos que visem o desenvolvimento físico, motor, cognitivo, psicológico e social de crianças de 0 a 6 anos;
- b) Projetos complementares e/ou inovadores na área de educação infantil de 0 a 6 anos para promoção do desenvolvimento integral da primeira infância;
- c) Projetos com índole de reduzir as desigualdades no acesso aos bens e serviços que atendam aos direitos da criança na primeira infância de 0 a 6 anos, com promoção da justiça social, da equidade e da inclusão sem discriminação;
- d) Projetos que promovam, de maneira integrada e articulada, a educação não autoritária, a saúde da criança, educação infantil, assistência social, o direito de brincar, o direito à diversidade e o combate à violência de crianças de 0 a 6 anos;
- e) Projetos voltados à promoção e ao atendimento às crianças de 0 a 6 anos de idade com deficiência;
- f) Projetos que desenvolvam atividades de convivência e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários dirigidos a crianças de 4 a 6 anos de idade e suas famílias, incluindo a importância do brincar nessa estratégia, na perspectiva de prevenir situações de exclusão social e de risco.

Parágrafo Único. Os projetos deverão ser executados obrigatoriamente no âmbito do Município de Lebon Régis, sob pena de rescisão da parceria.

### **DOS CRITÉRIOS TÉCNICOS DE ANÁLISE E HABILITAÇÃO**

Art. 8º Para avaliação dos projetos apresentados pelas organizações da Sociedade Civil, a comissão de análise observará os seguintes critérios:

- a) A consonância da proposta com o Plano Nacional de Promoção, Proteção e defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária;
- b) A consonância da proposta com as Resoluções do CMDCA;
- c) A consonância com a legislação e normativas vigentes relacionadas à criança e ao adolescente, em especial ao Estatuto da Criança e do Adolescente e aos Planos que garantam os Direitos da Criança e do Adolescente;



Rua Waldir Ortigari, 74, Centro, Lebon Régis, SC – CEP 89515-000  
Fone (49)3247 1067  
Email: [gestaoas@lebonregis.sc.gov.br](mailto:gestaoas@lebonregis.sc.gov.br)



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC**  
**CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

- d) Capacidade técnica e administrativa da organização da sociedade civil para executar o projeto;
- e) Quadro de recursos humanos compatíveis com a proposta, observando-se a função do mesmo no projeto;
- f) Compatibilidade entre a proposta apresentada, a natureza e os padrões específicos que compõem o tipo do projeto a ser objeto de parceria.

Parágrafo Único: As OSCs proponentes devem estar devidamente registradas no CMDCA de Lebon Régis e não possuir quaisquer impedimentos legais para estabelecer parceria com a Administração Pública.

### **DA QUANTIDADE DE PROJETOS POR ORGANIZAÇÃO**

Art. 9º Cada OSC poderá apresentar, nos termos deste Edital, seus projetos, sendo que cada um dos projetos deverá estar em consonância com pelo menos 01 (uma) das diretrizes e ações prioritárias constantes no Art. 7º deste Edital e com o programa - regime de atendimento registrado no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Lebon Régis – CMDCA.

### **DO REGISTRO**

Art. 10 A proposta de projeto da OSC somente será considerada APTA se a organização proponente e ou programa do qual o projeto faz parte estiverem devidamente registrados no CMDCA Lebon Régis até a data de publicação deste edital.

### **DA APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS**

Art. 11 As OSCs deverão protocolar na Secretaria Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Lebon Régis – CMDCA, situada na Rua Waldir Ortigari, 74, centro, Lebon Régis/SC, Secretaria Municipal de Assistência Social, no



Rua Waldir Ortigari, 74, Centro, Lebon Régis, SC – CEP 89515-000  
Fone (49)3247 1067  
Email: [gestaoas@lebonregis.sc.gov.br](mailto:gestaoas@lebonregis.sc.gov.br)



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC**  
**CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

período estabelecido no Art. 21 deste Edital, O Projeto com o Plano de Trabalho, impresso, em envelope lacrado, contendo, no mínimo:

- I. A descrição da realidade objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexos com a atividade ou o projeto e com as metas a serem atingidas;
- II. As ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas;
- III. Os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas;
- IV. A descrição de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas;
- V. A definição dos indicadores, documentos e outros meios a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;
- VI. A previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas na execução das ações, incluindo os encargos sociais e trabalhistas e a discriminação dos custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto;
- VII. Os valores a serem repassados mediante cronograma de desembolso; e

Art. 12 A previsão de receitas e despesas de que trata a alínea “VI” do Art. 11 deverá incluir os elementos indicativos da mensuração da compatibilidade dos custos apresentados com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, para cada item, podendo ser utilizadas cotações, tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas, atas de registro de preços vigentes ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público.

Art. 13 As OCSs interessadas em participar da presente chamada pública deverão entregar e protocolar em envelope lacrado, o(os) Projeto(s) contendo o Plano de Trabalho constante no *Anexo V*, Secretaria Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de LEBON RÉGIS – CMDCA, até às 17h00 do dia 07 de Setembro de 2019.



Rua Waldir Ortigari, 74, Centro, Lebon Régis, SC – CEP 89515-000  
Fone (49)3247 1067  
Email: [gestaoas@lebonregis.sc.gov.br](mailto:gestaoas@lebonregis.sc.gov.br)



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC**  
**CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Parágrafo Único. A Secretaria Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de LEBON RÉGIS – CMDCA possui expediente de segunda-feira à sexta-feira, das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00.

Art. 14. O envelope deverá conter na parte externa a seguinte identificação:

- I. Nome da OSC
- II. CNPJ:
- III. Edital de Chamamento Público nº 004/2019
- III. Plano de Trabalho

§ 1º O Projeto contendo o Plano de Trabalho será entregue em uma única via impressa, devendo ter todas as folhas rubricadas e numeradas sequencialmente, e ao final, ser assinada pelo representante legal da OSC proponente.

§ 2º Cada OSC poderá apresentar a quantidade de Projetos que considerarem pertinentes.

§ 3º A falsidade de informações nos projetos acarretará a eliminação da OSC, podendo ensejar a aplicação de sanção administrativa contra a instituição proponente.

§ 4º Os envelopes que forem entregues fora do prazo estabelecido no presente Edital, não serão objetos de análise.

Art. 15. As propostas serão analisadas pela Comissão Avaliadora, instituída pelo CMDCA e a avaliação individualizada e a pontuação serão feitas com base nos critérios de julgamento apresentados no quadro a seguir:

Critérios	Pontuação
A. Cumprimento dos objetivos adequação ao tema/diretriz; qualidade técnica do Projeto, metodologia aplicada, clareza, pertinência e exequibilidade dos objetivos, atividades e resultados esperados; quantidade de atendimentos.	Peso 5,0
B. Atendimento a área de vulnerabilidade social	Peso 1,0



Rua Waldir Ortigari, 74, Centro, Lebon Régis, SC – CEP 89515-000  
Fone (49)3247 1067  
Email: [gestaoas@lebonregis.sc.gov.br](mailto:gestaoas@lebonregis.sc.gov.br)





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC**  
**CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

C. Impacto social da iniciativa (benefícios gerados com a implantação do projeto, a contribuição para o fortalecimento da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e benefícios sociais gerados para o público diretamente ou indiretamente envolvido, e a participação da comunidade).	Peso 3,0
D. Sustentabilidade do projeto, ou seja, a continuidade após convênio.	Peso 1,0
E. Peso Total	10,00

Art. 16 Não receberão autorização para captação de recursos aqueles projetos:

- I. Cuja pontuação total for inferior a 5,0 (cinco) pontos;
- II. Que recebam nota “zero” nos critérios de julgamento (A), (C) e (D); ou ainda que não contenham, no mínimo, as seguintes informações: a descrição da realidade objeto da parceria e o nexa com a atividade ou o projeto proposto; as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas; os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e o valor da proposta;
- III. Que esteja em desacordo com o edital ou com de eventuais diligências complementares, que ateste a inviabilidade econômica e financeira do projeto, a ser avaliado pela Comissão de seleção de projetos.

§ 1º O CMDCA divulgará o resultado no site [www.lebonregis.sc.gov.br](http://www.lebonregis.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios, disponível em <http://diariomunicipal.sc.gov.br>, iniciando-se o prazo para recurso.

§ 2º Os participantes que desejarem recorrer contra o resultado deverão apresentar recurso administrativo, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contado da publicação da decisão à comissão de seleção de projetos. Não será conhecido recurso interposto fora do prazo estabelecido.



Rua Waldir Ortigari, 74, Centro, Lebon Régis, SC – CEP 89515-000  
Fone (49)3247 1067  
Email: [gestaoas@lebonregis.sc.gov.br](mailto:gestaoas@lebonregis.sc.gov.br)



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC**  
**CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

§ 3º Os recursos serão apresentados por meio físico à Comissão de Avaliação, protocolados junto a Secretaria dos Conselhos, sito a Rua Waldir Ortigari, 74, Centro, Lebon Régis/SC, de segunda-fe à sexta-feira, das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00.

§ 4º Interposto recurso, a Comissão de Avaliação dará ciência dele para os demais interessados para que, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contado imediatamente após o encerramento do prazo recursal, apresentem contrarrazões, se desejarem.

§ 5º A decisão final do recurso, devidamente motivada, deverá ser proferida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contado do recebimento do recurso.

§ 6º Após ter a proposta aprovada e receber a carta de autorização para captação de recursos a OSC terá até 12 meses para captar o recurso e até 12 meses para executar o projeto.

Art. 17 Após o julgamento dos recursos ou transcurso do prazo sem interposição de recurso, o CMDCA deverá homologar e divulgar no portal [www.lebonregis.sc.gov.br](http://www.lebonregis.sc.gov.br) e no Diário Oficial do Município, disponível em <http://diariomunicipal.sc.gov.br>, a relação de todos os projetos aptos a captar recursos.

Art. 18. Para a celebração do termo de colaboração, a OSC deverá atender aos seguintes requisitos:

- I. Ter objetivos estatutários ou regimentais voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, bem como compatíveis com o objeto do instrumento a ser pactuado (art. 33, caput, inciso I, e art. 35, caput, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014). Estão dispensadas desta exigência as organizações religiosas e as sociedades cooperativas (art. 33, §§ 2º e 3º, Lei nº 13.019, de 2014);
- II. Ser regida por normas de organização interna que prevejam expressamente que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei nº 13.019, de 2014, e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta (art. 33, caput, inciso III, Lei nº 13.019, de 2014) Estão dispensadas desta



Rua Waldir Ortigari, 74, Centro, Lebon Régis, SC – CEP 89515-000  
Fone (49)3247 1067  
Email: [gestaoas@lebonregis.sc.gov.br](mailto:gestaoas@lebonregis.sc.gov.br)



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC**  
**CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

- exigência as organizações religiosas e as sociedades cooperativas (art. 33, §§ 2º e 3º, Lei nº 13.019, de 2014);
- III. Ser regida por normas de organização interna que prevejam, expressamente, escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade (art. 33, caput, inciso IV, Lei nº 13.019, de 2014);
- IV. Possuir, no momento da assinatura do Termo de Colaboração, no mínimo 1 (um) ano de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ (art. 33, caput, inciso V, alínea “a”, da Lei nº 13.019, de 2014);
- V. Possuir experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante, a ser comprovada no momento da apresentação do plano de trabalho, na forma do (art. 33, caput, inciso V, alínea “b”, da Lei nº 13.019, de 2014);
- VI. Possuir instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas ou, alternativamente, prever a sua contratação ou aquisição com recursos da parceria, a ser atestado mediante declaração do representante legal da OSC. Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria (art. 33, caput, inciso V, alínea “c” e §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);
- VII. Deter capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, a ser comprovada na forma de comprovantes de experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de objeto semelhante.
- VIII. Atender às exigências previstas na legislação específica, na hipótese de a OSC se tratar de sociedade cooperativa (art. 2º, inciso I, alínea “b”, e art. 33, §3º, Lei nº 13.019, de 2014).



Rua Waldir Ortigari, 74, Centro, Lebon Régis, SC – CEP 89515-000  
Fone (49)3247 1067  
Email: [gestaoas@lebonregis.sc.gov.br](mailto:gestaoas@lebonregis.sc.gov.br)



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC**  
**CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Art. 19 Ficará impedida de celebrar o termo de colaboração a OSC que:

- I. Não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional (art. 39, caput, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014);
- II. Esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada ou contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, (art. 39, caput, inciso II e IV, da Lei nº 13.019, de 2014);
- III. Tenha sido punida, pelo período que durar a penalidade, com suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, com as sanções previstas no (art. 39, caput, inciso V e nos incisos II e III do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014);
- IV. Tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos (art. 39, caput, inciso VI, da Lei nº 13.019, de 2014); ou
- V. Tenha entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; que tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou que tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 e art. 39, caput, inciso VII, da Lei nº 13.019, de 2014).
- VI. Tenha, em seu quadro de dirigentes: cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até segundo grau, do Prefeito, do Vice-prefeito, dos secretários e cargos afins ou de servidor efetivo da Administração Pública Direta e indireta investido em cargo comissionado, em exercício no âmbito do Município de Lebon Régis. Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas (art. 39, caput, inciso III e §§ 5º e 6º, da Lei nº 13.019, de 2014);



Rua Waldir Ortigari, 74, Centro, Lebon Régis, SC – CEP 89515-000  
Fone (49)3247 1067  
Email: [gestaoas@lebonregis.sc.gov.br](mailto:gestaoas@lebonregis.sc.gov.br)



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC**  
**CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

VII. Cujo objeto social não se relacione às características do projeto ou que não disponham de condições técnicas para executar o objeto previsto neste edital.

Art. 20 A Comissão de Avaliação é o órgão competente para processar e julgar o presente chamamento público.

I - A comissão de Avaliação será constituída por no mínimo 3 (três) conselheiros (as), designados por Resolução do CMDCA, com pelo menos um de seus membros servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo.

II - Deverá se declarar impedido o membro da Comissão de Seleção e Julgamento que tenha participado, nos últimos 5 (cinco) anos, contados da publicação do presente Edital, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado de qualquer OSC participante do chamamento público, ou cuja atuação no processo de seleção configure conflito de interesse, nos termos do (art. 27, §§ 2º e 3º, da Lei nº 13.019, de 2014).

III - Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão de Seleção e Julgamento poderá solicitar assessoramento técnico de especialista.

IV - A Comissão de Seleção e Julgamento poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas OSCs concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões. Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.

Art. 21 A fase de seleção observará as seguintes etapas:

ETAPA	DESCRIÇÃO	DATAS
1	Publicação do Edital de Chamamento Público	21/08/2019
2	Envio dos Projetos pelas OSC's	De 22/08/2019 a 11/09/2019
3	Etapa de avaliação dos projetos contendo o Plano de Trabalho	12/09/2019 a 13/09/2019
4	Divulgação do resultado preliminar	16/09/2019
5	Interposição de recursos contra o resultado	Até 18/09/2019



Rua Waldir Ortigari, 74, Centro, Lebon Régis, SC – CEP 89515-000  
Fone (49)3247 1067  
Email: [gestaoas@lebonregis.sc.gov.br](mailto:gestaoas@lebonregis.sc.gov.br)



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC**  
**CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

6	Análise de recursos contra o resultado preliminar	Até 20/09/2019
7	Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção	23/09/2019

Art. 22 O presente Edital será divulgado em página do sítio eletrônico oficial do município [www.lebonregis.sc.gov.br](http://www.lebonregis.sc.gov.br) e no Diário Oficial do Município, disponível em <https://diariomunicipal.sc.gov.br>, com prazo máximo de 20 (vinte) dias para a apresentação das propostas, contado da data de publicação do Edital.

Art. 23 A verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração da parceria (Arts. 33 e 34 da Lei nº 13.019/2014) e a não ocorrência de impedimento para a celebração da parceria (Art. 39 da Lei nº 13019/2014) é posterior à etapa de seleção e captação de pelo menos 50% (cinquenta por cento) do valor previsto no projeto apresentado.

Art. 24 A fase de celebração observará as seguintes etapas até a assinatura do instrumento de parceria:

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA
1	Convocação das OSCs que captaram recursos para comprovação do atendimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais.
2	Verificação do cumprimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais.
3	Ajustes no plano de trabalho e regularização de documentação, se necessário.
4	Parecer de órgão técnico e assinatura do termo de colaboração.
5	Publicação do extrato do termo de colaboração no Diário Oficial do Município.



Rua Waldir Ortigari, 74, Centro, Lebon Régis, SC – CEP 89515-000  
Fone (49)3247 1067  
Email: [gestaoas@lebonregis.sc.gov.br](mailto:gestaoas@lebonregis.sc.gov.br)



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC**  
**CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Art. 25 Para a celebração da parceria, a administração pública convocará a OSC que captou o recurso previsto no projeto para, no prazo de 15 (quinze) dias corridos a partir da convocação, apresentar a documentação exigida para comprovação dos requisitos para a celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos legais (arts. 28, caput, 33, 34 e 39 da Lei nº 13.019, de 2014), que são:

- I - Cópia do estatuto registrado e suas alterações, ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial, em conformidade com as exigências previstas no art. 33 caput e inciso III da Lei nº 13.019, de 2014;
- II - Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para demonstrar que a OSC existe há, no mínimo, um ano com cadastro ativo;
- III - Comprovações de experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante de, no mínimo, um ano de capacidade técnica e operacional, podendo ser admitidos, sem prejuízo de outros;
- IV - Relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas;
- V - Currículos profissionais do(a) presidente da diretoria e coordenação;
- VI - Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- VII - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
- VIII - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- IX - Certidão de Tributos Mobiliários – CTM, comprovando a regularidade perante a Fazenda do Município de Lebon Régis;
- X - Declaração, sob as penas da lei de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz;
- XI - Relação nominal atualizada dos dirigentes da OSC, conforme o estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF de cada um deles (art. 34, caput, incisos V e VI, e art. 39. III, da Lei nº 13.019, de 2014);



Rua Waldir Ortigari, 74, Centro, Lebon Régis, SC – CEP 89515-000  
Fone (49)3247 1067  
Email: [gestaoas@lebonregis.sc.gov.br](mailto:gestaoas@lebonregis.sc.gov.br)





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC**  
**CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

XII - Cópia de documento que comprove que a OSC funciona no endereço por ela declarado, como conta de consumo, contrato de locação, alvará de localização e funcionamento municipal (art. 34, caput, inciso VII, da Lei nº 13.019, de 2014);

XIII - Declaração do representante legal da OSC com informação de que a organização e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014, as quais deverão estar descritas no documento;

XIV - Declaração do representante legal da OSC sobre a existência de instalações e outras condições materiais da organização ou sobre a previsão de contratar ou adquirir com recursos da parceria;

XV - Serão consideradas regulares as certidões positivas com efeito de negativas.

Art. 26 Verificação do cumprimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais. Esta etapa consiste no exame formal, a ser realizado pela administração pública, do atendimento, pela OSC selecionada, dos requisitos para a celebração da parceria, de que não incorre nos impedimentos legais e cumprimento de demais exigências descritas na Etapa anterior.

Art. 27 Caso se verifique irregularidade formal nos documentos apresentados ou constatado evento que impeça a celebração, a OSC será comunicada do fato e instada a regularizar sua situação, no prazo de 5 dias úteis sob pena de não celebração da parceria.

Art. 28 Caso seja constatada necessidade de adequação no plano de trabalho enviado pela OSC, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA solicitará a realização de ajustes e a OSC deverá fazê-lo em até 5 dias úteis, contados da data de recebimento da solicitação apresentada.

Art. 29 A celebração do instrumento de parceria dependerá da adoção das providências impostas pela legislação regente, incluindo a emissão do parecer técnico pelo órgão ou



Rua Waldir Ortigari, 74, Centro, Lebon Régis, SC – CEP 89515-000  
Fone (49)3247 1067  
Email: [gestaoas@lebonregis.sc.gov.br](mailto:gestaoas@lebonregis.sc.gov.br)



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC**  
**CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

entidade pública municipal, as designações do gestor da parceria e da Comissão de Monitoramento e Avaliação.

Art. 30 No período entre a apresentação da documentação prevista para a fase de celebração e a assinatura do instrumento de parceria, a OSC fica obrigada a informar qualquer evento superveniente que possa prejudicar a regular celebração da parceria, sobretudo quanto ao cumprimento dos requisitos e exigências previstos para celebração.

Art. 31 A OSC deverá comunicar alterações em seus atos societários e no quadro de dirigentes, quando houver, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o registro da referida alteração.

Art. 32 A Publicação do extrato do termo de colaboração no Diário Oficial do Município, disponível em <https://diariomunicipal.sc.gov.br>, o qual somente produzirá efeitos jurídicos após esta publicação (art. 38 da Lei nº 13.019, de 2014).

Art. 33 Os recursos destinados à execução das parcerias de que tratam este Edital são provenientes do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA, autorizado pela Lei nº 1481/2014, através da captação das OSCs de 50% (cinquenta por cento) do valor captado pela OSC proponente.

Art. 34 O exato valor a ser repassado será definido no termo de colaboração, observada a proposta apresentada pela OSC, não podendo ser inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor do projeto inicial, autorizado a captar recursos.

Art. 35 As liberações de recursos obedecerão ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas da parceria, observado o disposto no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014.

Art. 36 Nas contratações e na realização de despesas e pagamentos em geral efetuados com recursos da parceria, a OSC deverá observar o instrumento de parceria e a



Rua Waldir Ortigari, 74, Centro, Lebon Régis, SC – CEP 89515-000  
Fone (49)3247 1067  
Email: [gestaoas@lebonregis.sc.gov.br](mailto:gestaoas@lebonregis.sc.gov.br)



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC**  
**CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

legislação regente, em especial o disposto nos incisos XIX e XX do art. 42, nos arts. 45 e 46 da Lei nº 13.019, de 2014. É recomendável a leitura integral dessa legislação, não podendo a OSC ou seu dirigente alegar, futuramente, que não a conhece, seja para deixar de cumpri-la, seja para evitar as sanções cabíveis.

Art. 37 Todos os recursos da parceria deverão ser utilizados para satisfação de seu objeto, sendo admitidas, dentre outras despesas previstas e aprovadas no plano de trabalho (art. 46 da Lei nº 13.019, de 2014):

- I. Remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;
- II. Diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em
- III. Que a execução do objeto da parceria assim o exija;
- IV. Custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria (aluguel, telefone, assessoria jurídica, contador, água, energia, dentre outros).

Art. 38 É vedado remunerar, a qualquer título, com recursos vinculados à parceria, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

Art. 39 Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos transferidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao FIA por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, nos termos do art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014.



Rua Waldir Ortigari, 74, Centro, Lebon Régis, SC – CEP 89515-000  
Fone (49)3247 1067  
Email: [gestaoas@lebonregis.sc.gov.br](mailto:gestaoas@lebonregis.sc.gov.br)



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC**  
**CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Art. 40 Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seus anexos, deverão ser encaminhados com antecedência mínima de 10 (dias) dias da data limite para envio dos projetos, exclusivamente de forma eletrônica, pelo e-mail: cmdcalr@gmail.com. Os esclarecimentos serão prestados pela Comissão de Seleção e Julgamento.

**Parágrafo único:** Os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos.

Art. 41 As retificações do Edital, por iniciativa oficial ou provocada por eventuais impugnações, serão acatadas por todas as OSCs participantes e serão divulgadas pelos mesmos meios que se deu publicidade ao presente Edital.

Lebon Régis, 15 de Agosto de 2019.

Vanessa Cinelli Maceri  
Presidente CMDCA Lebon Régis



Rua Waldir Ortigari, 74, Centro, Lebon Régis, SC – CEP 89515-000  
Fone (49)3247 1067  
Email: gestaoas@lebonregis.sc.gov.br



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC**  
**CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

## **ANEXO I**

### **DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE**

Na qualidade de representante legal da \_\_\_\_\_  
estabelecida no endereço \_\_\_\_\_ inscrita no CPNJ nº  
\_\_\_\_\_ declaramos para os devidos fins que nos comprometemos  
a receber, aplicar e prestar contas dos recursos que nos forem concedidos pelo Fundo da  
Infância e Adolescência - FIA, na forma de Convênio/Subvenção.  
Para maior clareza, firmamos a presente declaração.

Lebon Régis/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_ .

Nome do Responsável  
Cargo/ nome da Instituição



Rua Waldir Ortigari, 74, Centro, Lebon Régis, SC – CEP 89515-000  
Fone (49)3247 1067  
Email: [gestaoas@lebonregis.sc.gov.br](mailto:gestaoas@lebonregis.sc.gov.br)



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC**  
**CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

## **ANEXO II**

### **DECLARAÇÃO DE CONTRAPARTIDA (ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS)**

Declaro que esta Instituição (nome) dispõe dos recursos financeiros (ou em bens e serviços economicamente mensuráveis), no valor de R\$ 00,00 (valor por extenso), necessários para compor a contrapartida ao repasse de recursos disponibilizados pela CONCEDENTE destinados a (descrever o objeto do convênio, o mesmo que se encontra no Projeto Técnico no termo de Referência e no Plano de Trabalho).

Declaro ainda que, na hipótese de eventual necessidade de aporte adicional de recursos, esta Instituição se compromete com sua integralização, durante a vigência do Convênio que vier a ser celebrado.

Lebon Régis/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_ .

Nome do Responsável  
Cargo/ nome da Instituição



Rua Waldir Ortigari, 74, Centro, Lebon Régis, SC – CEP 89515-000  
Fone (49)3247 1067  
Email: gestaoas@lebonregis.sc.gov.br



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC**  
**CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

### **ANEXO III**

#### **DECLARAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA (ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS)**

Eu \_\_\_\_\_ presidente da instituição,  
inscrito no CPF \_\_\_\_\_ declaro, sob as penas do art. 299 do Código  
Penal, que esta instituição não se encontra em mora e nem em débito junto a órgão ou  
entidade da Administração Pública Municipal Direta e Indireta.

Por ser expressa da verdade, firma a presente declaração.

Lebon Régis/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201 \_\_\_\_.

Nome do Responsável  
Cargo/ nome da Instituição



Rua Waldir Ortigari, 74, Centro, Lebon Régis, SC – CEP 89515-000  
Fone (49)3247 1067  
Email: [gestaoas@lebonregis.sc.gov.br](mailto:gestaoas@lebonregis.sc.gov.br)





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC**  
**CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

#### **ANEXO IV**

### **DECLARAÇÃO DE NÃO VÍNCULO AO PODER PÚBLICO (ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS)**

Declaro, para os devidos fins, que nenhum dos dirigentes desta Instituição é agente político de Poder ou do Ministério Público, tanto quanto dirigente de órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

Lebon Régis/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201 \_\_\_\_.

Nome do Responsável  
Cargo/ nome da Instituição



Rua Waldir Ortigari, 74, Centro, Lebon Régis, SC – CEP 89515-000  
Fone (49)3247 1067  
Email: [gestaoas@lebonregis.sc.gov.br](mailto:gestaoas@lebonregis.sc.gov.br)



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC**  
**CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

### **ANEXO V**

LOGO DA ENTIDADE Se tiver	CABEÇALHO
---------------------------------	-----------

### **DECLARAÇÃO**

DECLARO estar ciente da obrigatoriedade da entidade não governamental e/ou programa governamental proponente do projeto \_\_\_\_\_ de divulgar o apoio do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FIA), veiculação em mídia impressa, digital, TV, apresentações, adesivos, constando a parceria existente com este Conselho, conforme os modelos do CMDCA.

Sendo que a veiculação em mídia impressa, digital, TV, apresentações, entre outras ter o formato em tamanho de acordo com as demais logos publicadas.

Lebon Régis/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_.

Nome do Responsável  
Cargo/ nome da Instituição



Rua Waldir Ortigari, 74, Centro, Lebon Régis, SC – CEP 89515-000  
Fone (49)3247 1067  
Email: [gestaoas@lebonregis.sc.gov.br](mailto:gestaoas@lebonregis.sc.gov.br)



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC**  
**CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

## ANEXO VI

### PLANO DE TRABALHO

#### 1 — Dados Cadastrais

Órgão Entidade Concedente Município de Lebon Régis/ Fundo Municipal da Infância e Adolescência				CNPJ
Endereço Rua				
Cidade Lebon Régis	sc	CEP 89515-000	DDD Telefone (049) 3247-1067	Esfera Administrativa Municipal
Nome do Responsável Douglas Fernando Mello				CPF
Cédula de Identidade/ Orgão Expedidor		Cargo/Função Prefeito		
Orgão / Entidade Proponente Nome da Entidade				CNPJ
Endereço Rua , nº Bairro				
Cidade Lebon Régis	UF sc	CEP	DDD / Telefone (049)	Entidade Filantrópica Sem Fins Lucrativos
Conta corrente	Banco Banco do Brasil		Agência	Praça de Pagamento Lebon Régis
Nome do Responsável				CPF
Cédula de Identidade/ rgão Expedidor				Função Presidente
Endereço e telefone residencial Rua, nº Bairro — Lebon Regis-SC				CEP 89.515-000



Rua Waldir Ortigari, 74, Centro, Lebon Régis, SC – CEP 89515-000  
 Fone (49)3247 1067  
 Email: gestaoas@lebonregis.sc.gov.br



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC**  
**CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

## 2 - Descrição

Título/Nome do Projeto:	Período de Execução Início: Término:
Objeto: O presente Convênio tem por objeto auxílio financeiro do Município/FIA visando a manutenção do Projeto...	
Justificativa: No máximo 10 linhas — Descreva porque o projeto de sua entidade é importante para as crianças e adolescentes de Lebon Régis	
Detalhamento da ação: Descreva detalhadamente o projeto que será executado. Se a proposta for trabalhar com cursos profissionalizantes, a matriz curricular pode ser colocada em anexo à parte, caso não queira detalhar aqui	
Público alvo: Quem serão os beneficiários do projeto.	
Metas: Quantidade de crianças e/ou adolescente que serão atendidos	
Turno de execução do projeto:	
Dias de execução do projeto	
Valor a ser captado:	
Valor total do projeto:	
Duração do projeto (nº de meses)	
<b>2.1 OBJETIVOS:</b> <b>2.1.1 Geral</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Qual o impacto, mudança de contexto, que este projeto visa causa?</li> </ul> <b>2.1.2 Específicos</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Informe quais são as condições/situações que serão contempladas devido à realização das ações propostas neste projeto. Os objetivos específicos devem ser claros e mensuráveis. O que vai ser feito para atingir o objetivo geral.</li> </ul>	

## 3 - Metas

	Descrição	Qtde.	Qtde. pessoas	Duração



Rua Waldir Ortigari, 74, Centro, Lebon Régis, SC – CEP 89515-000  
 Fone (49)3247 1067  
 Email: gestaoas@lebonregis.sc.gov.br



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC**  
**CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

	TOTAL			
--	-------	--	--	--

#### 4 - Cronograma de Execução (de acordo com as metas estabelecidas acima)

Metas	Especificação	Início	Término

#### 5 - Plano de Aplicação

Natureza da Despesa	Especificação	Valor Total	Valor mensal	Concedente R\$	Proporcionante R\$
Material permanente	Aquisição de computador				
Material de consumo	Gêneros alimentícios				
	Material de expediente				
	Material de higiene e limpeza				
	Outras, de acordo com o projeto apresentado				
Contratação de Serviços de terceiros pessoa física	RPAs, se houver Manutenção/serviços prestados por pessoas físicas				
Contratação de Serviços de terceiros pessoa jurídica	Manutenção de computador, manutenção de equipamentos em geral				



Rua Waldir Ortigari, 74, Centro, Lebon Régis, SC – CEP 89515-000  
 Fone (49)3247 1067  
 Email: [gestaoas@lebonregis.sc.gov.br](mailto:gestaoas@lebonregis.sc.gov.br)



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC**  
**CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Serviços de água e esgoto					
Serviços de energia elétrica					
Outras despesas poderão ser acrescentadas, de acordo com cada projeto apresentado					
Total Geral					

Observação: Para contratação de pessoal utilizar planilha em Excel.

#### 6 - Cronograma de Desembolso

<b>Tipos de Despesas e Desdobramentos</b>	<b>Mês 1</b>	<b>Mês 2</b>	<b>Mês 3</b>	<b>Mês 4</b>	<b>Mês 5</b>	<b>Mês 6</b>
Gêneros Alimentícios						
Material de Expediente						
Material Educativo						
Material Esportivo						
Material de Limpeza						
Produtos de Higiene						
Manutenção de Material						
Serviços de Energia						
Serviços de Água e Esgoto						
Serviço de Telecomunicação						
Equipamentos e Material de Escritório						
Vencimentos e Salários						
13º Salários						



Rua Waldir Ortigari, 74, Centro, Lebon Régis, SC – CEP 89515-000  
 Fone (49)3247 1067  
 Email: [gestaoas@lebonregis.sc.gov.br](mailto:gestaoas@lebonregis.sc.gov.br)



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC**  
**CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Férias						
FGTS						
INSS						
Outras Obrigações Patronais						
Total						

#### 7 - Declaração

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto à Prefeitura Municipal de Lebon Régis/SC, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Municipal ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos do Município, na forma deste Plano de Trabalho/Atendimento.

PEDE DEFERIMENTO.

Lebon Régis/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_.

Proponente:

\_\_\_\_\_  
Presidente da Entidade



Rua Waldir Ortigari, 74, Centro, Lebon Régis, SC – CEP 89515-000  
Fone (49)3247 1067  
Email: gestaoas@lebonregis.sc.gov.br





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC**  
**CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

8 – Aprovado pelo Concedente

Lebon Régis/SC, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_ .

Concedente:

\_\_\_\_\_  
Vanessa Cinelli Maceri  
Presidente do CMDCA



Rua Waldir Ortigari, 74, Centro, Lebon Régis, SC – CEP 89515-000  
Fone (49)3247 1067  
Email: [gestaoas@lebonregis.sc.gov.br](mailto:gestaoas@lebonregis.sc.gov.br)



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC**  
**CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

## **ANEXO VII**

### **CERTIFICADO DE AUTORIZAÇÃO PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS AO CMDCA LEBON RÉGIS/SC**

Autorização n° \_\_\_\_\_

Resolução do CMDCA \_\_\_\_\_

Entidade Proponente: \_\_\_\_\_

Nome do Projeto: \_\_\_\_\_

Valor a ser Captado: R\$ \_\_\_\_\_

Início da Captação: \_\_\_\_\_

Término da Captação: \_\_\_\_\_

Metas:

---

---

---

Objeto:

---

---

---

Aprovado em: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Vanessa Cinelli Maceri  
Presidente do CMDCA



Rua Waldir Ortigari, 74, Centro, Lebon Régis, SC – CEP 89515-000  
Fone (49)3247 1067  
Email: gestaoas@lebonregis.sc.gov.br

**HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº PR17/2019\_RP15 PROCESSO Nº 44/2019**

Publicação Nº 2131308

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO Nº PR17/2019\_RP15.  
PROCESSO Nº 44/2019.

OBJETO: O presente Pregão Presencial tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de publicação dos Atos Oficiais, Institucionais e de interesse público (em mídia impressa) e assinaturas de jornal de circulação local e regional, de acordo com as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência. DATA DE HOMOLOGAÇÃO: 21/08/2019. LICITANTES HOMOLOGADOS: ARTE EDITORA JORNALISTICA EIRELI - CNPJ: 17.453.403/0001-99, com o valor total de R\$ 180.165,00.

Lebon Régis, 21 de agosto de 2019.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO - PREFEITO MUNICIPAL

**LEI MUNICIPAL Nº 1.668 DE 15 AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2131508

LEI MUNICIPAL Nº 1.668 DE 15 AGOSTO DE 2019.

"ALTERA A DENOMINAÇÃO DO HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTONIO DE LEBON RÉGIS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS". DOUGLAS FERNANDO DE MELLO, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º da Lei 78/1975 de 22 de maio de 1975, passando o mesmo a partir desta data a ter a seguinte redação: Fica criado o Hospital Municipal que passará a denominar-se "HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTONIO".

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre, Publique-se.

Lebon Régis, 15 de agosto de 2019.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Administração e Finanças

**LEI MUNICIPAL Nº 1.669 DE 15 AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2131514

LEI MUNICIPAL Nº 1.669 DE 15 AGOSTO DE 2019.

"AUTORIZA O CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE CESSÃO DE USO, COM O HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTONIO.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a ceder, mediante Termo de Cessão de Uso, ao Hospital e Maternidade Municipal Santo Antônio de Lebon Régis-SC, os veículos com as seguintes características:

01 (um) veículo marca Peugeot / Master Rontan, ESP/CAMINHONETE/AMBULANCIA, ano de fabricação 2018, modelo 2019, cor branca, chassi nº 8AEGCNF8NKG520435, placas QQJM-5063, com todos os equipamentos

01 (um) veículo marca Fiat / Siena -, ano de fabricação 2014, modelo 2015, cor branca, chassi Nº bap372110f66093466, placas MMM-8597, com todos os equipamentos.

Parágrafo Único: Os veículos objeto deste Termo de Cessão de Uso destinam-se ao serviço de urgência/emergência e administrativo do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antônio de Lebon Régis.

Art. 2º- A Cessão de uso de que trata esta Lei será pelo prazo de 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por tantos períodos quantos necessários.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se.

Lebon Régis (SC), 15 de agosto de 2019.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

## **LEI MUNICIPAL Nº 1.670 DE 15 AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2131518

LEI MUNICIPAL Nº 1.670 DE 15 AGOSTO 2019.  
INSTITUI A "SEMANA MUNICIPAL DE  
PESSOA COM DEFICIÊNCIA  
INTELLECTUAL E MÚLTIPLA".

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a "Semana Municipal da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla", a ser comemorada anualmente de 21 a 28 de agosto.

Art. 2º As comemorações da Semana Municipal da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla visam ao desenvolvimento de conteúdos para conscientizar a sociedade sobre as necessidades específicas de organização social e de políticas públicas para promover a inclusão social desse segmento populacional e para o preconceito e a discriminação.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar parcerias com Organizações Governamentais e não Governamentais, bem como a iniciativa privada, que busquem viabilizar a infraestrutura necessária à realização dos eventos da Semana Municipal da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se.

Lebon Régis (SC), 15 de agosto de 2019.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

## **LEI MUNICIPAL Nº 1.671 DE 21 AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2131523

LEI MUNICIPAL Nº 1.671 DE 21 AGOSTO 2019.

"AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICIPIO, ALTERANDO AS LEIS MUNICIPAIS; Nº 1.598 DE 22 DE SETEMBRO DE 2017 (PPA), Nº 1.634 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018 (LDO), Nº 1.651 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018 (LOA), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o PPA – Plano Plurianual de Investimentos, referente ao quadriênio 2018/2021, em seus respectivos anexos com as alterações, compreendendo a inclusão da ação 1.45 – Construção, Ampliação e Reforma de Escolas, no Órgão Unidade 1 – Município de Lebon Régis.

Art. 2º - Fica alterado a Lei de Diretrizes Orçamentária referente ao quadriênio 2018/2021, em seus respectivos anexos com as alterações, compreendendo a inclusão da ação 1.45 – Construção, Ampliação e Reforma de Escolas, no Órgão Unidade 1 – Município de Lebon Régis.

Art. 3º - Fica autorizado o Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Especial no Orçamento vigente, no valor de R\$ 1.368.945,67 (Um milhão, trezentos e sessenta e oito mil , novecentos e quarenta e cinco reais e sessenta e sete centavos ), com a criação das seguintes dotações no orçamento vigente:

ÓRGÃO : 01 – MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

Unidade orçamentária: 2060 – SECRE. MUN. DE EDUCAÇÃO

Função: 12 – Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 11 – Educação Básica

Ação: 1.45- Construção, Ampliação e Reforma de Escolas

Categoria Econômica: 4 - Despesa de Capital

Natureza da Despesa: 4 – Outras Despesas de Capital

Aplicação: 90 – Aplicação Direta

Valor R\$ ..... 668.945,67 (seiscentos e sessenta e oito mil, novecentos e quarenta e cinco reais e sessenta e sete centavos)

**ÓRGÃO : 01 – MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS**

Unidade orçamentária: 2060 – SECRE. MUN. DE EDUCAÇÃO

Função: 12 – Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 11 – Educação Básica

Ação: 1.45- Construção, Ampliação e Reforma de Escolas

Categoria Econômica: 4 - Despesa de Capital

Natureza da Despesa: 4 – Outras Despesas de Capital

Aplicação: 90 – Aplicação Direta

Valor R\$ ..... 700.000,00 (Setecentos mil reais)

Fonte de Recurso 01.62 – Transferências de Convênios- Estado/Educação

Art. 4º - O crédito adicional especial aberto pelo artigo anterior terá como cobertura a apuração do superávit da fonte 0.1.62, Transferências de Convênios- Estado/Educação no valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) e a anulação parcial das dotações, abaixo relacionadas, num montante de R\$ 668.945,67 (seiscentos e sessenta e oito mil, novecentos e quarenta e cinco reais e sessenta e sete centavos) :

**ÓRGÃO : 07 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Unidade orçamentária: 95510 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Função: 12 – Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 11 – Educação Basica

Ação: 1.45- Construção, Ampliação e Reforma de Escolas

DESPESA 285 Aplicação Direta 4.4.90.00

Valor R\$ ..... 20.000,00 (vinte mil reais)

Fonte de Recurso 01.01 – Receita de Transferencia de Impostos – Educação

DESPESA 286 Aplicação Direta 4.4.90.00

Valor R\$ ..... 5.000,00 (cinco mil reais)

Fonte de Recurso 01.37 – Outras Transferências do FNDE

DESPESA 287 Aplicação Direta 4.4.90.00

Valor R\$ ..... 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)

Fonte de Recurso 01.19 – Transferência do FUNDEB – 40%

DESPESA 288 Aplicação Direta 4.4.90.00

Valor R\$ ..... 30.000,00 (trinta mil reais)

Fonte de Recurso 01.36 – Salário Educação

Art. 5º - Permanece inalteradas as demais programações fiscais e financeiras dos instrumentos de Planejamento orçamentário representados pelo Plano Plurianual – PPA e pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO do exercício de 2019 e seus reflexos na LOA, reindexando seus anexos acumuladores dos programas respectivos.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO.

Lebon Régis, 21 de agosto de 2019.

DOUGLAS FERNANDO DE MELO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**LEI MUNICIPAL Nº 1.672 DE 21 AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2131528

LEI MUNICIPAL Nº 1.672 DE 21 AGOSTO 2019.

“AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICIPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Executivo Municipal a promover a suplementação no Orçamento vigente, no valor de 366.000,00 (Trezentos e sessenta e seis mil reais), das seguintes dotações:

**ÓRGÃO: 01 – MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS**

Unidade orçamentária: 2050 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Função: 4 – Administração

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 2 – Administração

Ação: 2.10 – Manutenção da Secretaria de Administração

DESPESA 82 – 3.1.90.00 - Aplicação Direta R\$ 166.000,00

DESPESA 84 – 3.3.90.00 - Aplicação Direta R\$ 50.000,00

Total ..... R\$ 216.000,00

**ÓRGÃO : 01 – MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS**

Unidade orçamentária: 2050 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Função: 28 – Encargos Especiais

Subfunção: 846 – Outros Encargos Especiais

Programa: 0 – Operações Especiais

Ação: 2.4 – Pagamento de Precatórios

DESPESA 99 – 3.2.90.00 - Aplicação Direta R\$ 50.000,00

Total ..... R\$ 50.000,00

**ÓRGÃO : 01 – MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS**

Unidade orçamentária: 2080 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Função: 15 – Urbanismo

Subfunção: 452 – Serviços Urbanos

Programa: 18 – Serviços de Utilidade Pública

Ação: 2.25 – Manutenção da Limpeza e Coleta de Lixo

DESPESA 243 – 3.3.90.00 - Aplicação Direta R\$ 100.000,00

Total ..... R\$ 100.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior serão anuladas parcialmente as seguintes dotações:

**ÓRGÃO : 01–MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS**

Unidade orçamentária: 2010 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Função: 22 – Indústria

Subfunção: 661 – Promoção Industrial

Programa: 24 – Incentivos para Indústria

Ação: 1.33 – Equipamentos para Capacitação Profissional

DESPESA 75 – 4.4.90.00 – Aplicação Direta R\$ 5.000,00

Ação: 1.33 – Equipamentos para Capacitação Profissional

DESPESA 70 – 4.4.90.00 – Aplicação Direta R\$ 4.000,00

Total ..... R\$ 9.000,00

**ÓRGÃO : 01–MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS**

Unidade orçamentária: 2020– GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO

Função: 4 – Administração

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 2 – Administração

Ação: 2.2 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

DESPESA 78 – 4.4.90.00 – Aplicação Direta R\$ 12.000,00

Total ..... R\$ 12.000,00

**ÓRGÃO : 01–MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS**

Unidade orçamentária: 2050 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Função: 6 – Segurança Pública

Subfunção: 182 – Defesa Civil

Programa: 6 – Serviços de Segurança Pública

Ação: 2.85 – Manutenção das Atividades de Defesa Civil-COMPEDEC

DESPESA 184– 3.3.90.00 - Aplicação Direta R\$ 40.000,00

Total ..... R\$ 40.000,00

**ÓRGÃO : 01–MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS**

Unidade orçamentária: 2065 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, TURISMO E JUVENTUDE

Função: 27 – Desporto e Lazer

Subfunção: 812 – Desporto Comunitário

Programa: 8 – Desporto Amador

Ação: 2.13 – Manutenção das Atividades Esportivas e Recreativas

DESPESA 112 – 4.4.90.00 - Aplicação Direta R\$ 10.000,00

Ação: 2.87 – Manutenção da Secretaria de Esporte Turismo e Juventude.

DESPESA 236 – 4.4.90.00 - Aplicação Direta R\$ 5.000,00

Total ..... R\$ 15.000,00

ÓRGÃO : 01-MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

Unidade orçamentária: 2075 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E RENDA

Função: 08 – Assistência Social

Subfunção: 243 – Assistência a Criança e ao Adolescente

Programa: 26 – Assistência Social Geral

Ação: 2.66 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social

DESPESA 260 – 3.3.50,00 - Aplicação Direta R\$ 27.000,00

Ação: 2.80 – Manutenção da Casa Lar

DESPESA 64 – 3.3.50,00 - Aplicação Direta R\$ 10.000,00

Total ..... R\$ 37.000,00

ÓRGÃO : 01-MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

Unidade orçamentária: 2080 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

Função: 15 – Urbanismo

Subfunção: 451 – Infra-Estrutura Urbana

Programa: 18 – Serviços de Utilidade Pública

Ação: 2.26 – Manutenção da Iluminação Pública

DESPESA 126 – 3.1.71.00 - Aplicação Direta R\$ 5.000,00

DESPESA 187 – 3.3.90.00 – Aplicação Direta R\$ 10.000,00

DESPESA 223 – 4.4.90.00 – Aplicação Direta R\$ 10.000,00

DESPESA 224 – 3.3.90.00 – Aplicação Direta R\$ 10.000,00

Total ..... R\$ 35.000,00

ÓRGÃO : 01-MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

Unidade orçamentária: 2080 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Função: 15 – Urbanismo

Subfunção: 451 – Infra-Estrutura Urbana

Programa: 20 – Saneamento Urbano

Ação: 1.18 – Programa de Saneamento Básico

DESPESA 133 – 4.4.90.00 - Aplicação Direta R\$ 10.000,00

Subfunção: 452 – Serviços Urbana

Programa: 20 – Serviços de Utilidade Pública

Ação: 2.25 – Manutenção da Limpeza Publica e Coleta de Lixo.

DESPESA 146 – 4.4.90.00 - Aplicação Direta R\$ 10.000,00

Total ..... R\$ 20.000,00

ÓRGÃO : 01-MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

Unidade orçamentária: 2080 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Função: 26 – Transporte

Subfunção: 782 – Transporte Rodoviário

Programa: 21 – Estradas Vicinais

Ação: 2.34 – Manutenção da Malha Rodoviária Municipal

DESPESA 177 – 4.4.90.00 - Aplicação Direta R\$ 10.000,00

Total ..... R\$ 10.000,00

ÓRGÃO : 01 – MUNICIPIO DE LEBON REGIS

Unidade orçamentária: 2090 – SECRETARIA DE AGRICULTURA,PECURIA,PISCICULTURA E MEIO AMBIENTE

Função: 18 – Gestão Ambiental

Subfunção: 541 – Preservação e Conservação Ambiental

Programa: 22 – Meio Ambiente

Ação: 2.35 – Manutenção das Atividades de Meio Ambiente

DESPESA 210 – 3.1.90.00 - Aplicação Direta R\$ 5.000,00

DESPESA 209 – 3.3.90.00 - Aplicação Direta R\$ 1.000,00

DESPESA 206 – 4.4.90.00 - Aplicação Direta R\$ 1.000,00

Total ..... R\$ 7.000,00

ÓRGÃO : 01 – MUNICIPIO DE LEBON REGIS

Unidade orçamentária: 2090 – SECRETARIA DE AGRICULTURA,PECURIA,PISCICULTURA E MEIO AMBIENTE

Função: 18 – Gestão Ambiental

Subfunção: 541 – Preservação e Conservação Ambiental

Programa: 22 – Meio Ambiente

Ação: 2.37 – Manutenção da Patrulha Agricola

DESPESA 193 – 4.4.90.00 - Aplicação Direta R\$ 25.000,00

DESPESA 196 – 4.4.90.00 - Aplicação Direta R\$ 3.000,00

Total ..... R\$ 28.000,00

ÓRGÃO : 2 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Unidade orçamentária: 91010 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE –LEBON REGIS

Função: 10 – Saúde



Subfunção: 301 – Atenção Básica  
Programa: 28 – Saúde Básica  
Ação: 2.41 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.  
DESPESA 259 – 3.3.50.00 - Aplicação Direta R\$ 100.000,00  
DESPESA 57 - 3.3.90.00 – Aplicação Direta R\$ 20.000,00  
DESPESA 53 – 3.3.93.00 - Aplicação Direta R\$ 15.000,00  
DESPESA 47 – 4.4.90.00 - Aplicação Direta R\$ 12.000,00  
DESPESA 48 – 4.4.90.00 - Aplicação Direta R\$ 6.000,00  
Total ..... R\$ 153.000,00  
TOTAL GERAL ..... R\$ 366.000,00

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO.

Lebon Régis, 21 de agosto de 2019.  
DOUGLAS FERNANDO DE MELO  
Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

## RESOLUÇÃO 020/2019

Publicação Nº 2131317

### RESOLUÇÃO 020/2019

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA PRÁTICA PARA A CONTRATAÇÃO EM CARÁTER EMERGENCIAL DE CONSELHEIRO TUTELAR POR TEMPO DETERMINADO NO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC.

A Comissão de Avaliação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Lebon Régis/SC – CMDCA/LR, em Reunião Plenária ordinária, realizada dia 20 de agosto de 2019, no uso de suas atribuições e competências; resolve:

Art.1º Tornar público a homologação do resultado preliminar da prova prática realizada na data de 20 de agosto de 2019, na Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Renda, conforme descrito no Edital nº003/2019.

NOME	CLASSIFICAÇÃO
Andressa Cavalheiro de Medeiro	1º
Rosangela Ribeiro	Não Compareceu
Vanessa Moraes de Souza	Não Compareceu

Art. 2º Esta resolução entra em vigor partir da data de sua publicação.

Lebon Régis, 20 de Agosto de 2019.  
Vanessa Cinelli Maceri  
Presidente do CMDCA

## CÂMARA MUNICIPAL

## AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº 018/2019

Publicação Nº 2130628

### AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº 018/2019

“AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, ALTERANDO AS LEIS MUNICIPAIS; Nº 1.598 DE 22 DE SETEMBRO DE 2017 (PPA), Nº 1.634 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018 (LDO), Nº 1.651 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018 (LOA), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Presidente da Câmara Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o PPA – Plano Plurianual de Investimentos, referente ao quadriênio 2018/2021, em seus respectivos anexos com as alterações, compreendendo a inclusão da ação 1.45 – Construção, Ampliação e Reforma de Escolas, no Órgão Unidade 1 – Município de

Lebon Régis.

Art. 2º Fica alterado a Lei de Diretrizes Orçamentária referente ao quadriênio 2018/2021, em seus respectivos anexos com as alterações, compreendendo a inclusão da ação 1.45 – Construção, Ampliação e Reforma de Escolas, no Órgão Unidade 1 – Município de Lebon Régis.

Art. 3º Fica autorizado o Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Especial no Orçamento vigente, no valor de R\$ 1.368.945,67 (um milhão, trezentos e sessenta e oito mil , novecentos e quarenta e cinco reais e sessenta e sete centavos ), com a criação das seguintes dotações no orçamento vigente:

ÓRGÃO : 01 – MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

Unidade orçamentária: 2060 – SECRE. MUN. DE EDUCAÇÃO

Função: 12 – Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 11 – Educação Básica

Ação: 1.45- Construção, Ampliação e Reforma de Escolas

Categoria Econômica: 4 - Despesa de Capital

Natureza da Despesa: 4 – Outras Despesas de Capital

Aplicação: 90 – Aplicação Direta

Valor R\$ ..... 668.945,67 (seiscentos e sessenta e oito mil, novecentos e quarenta e cinco reais e sessenta e sete centavos)

ÓRGÃO : 01 – MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

Unidade orçamentária: 2060 – SECRE. MUN. DE EDUCAÇÃO

Função: 12 – Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 11 – Educação Básica

Ação: 1.45- Construção, Ampliação e Reforma de Escolas

Categoria Econômica: 4 - Despesa de Capital

Natureza da Despesa: 4 – Outras Despesas de Capital

Aplicação: 90 – Aplicação Direta

Valor R\$ ..... 700.000,00 (Setecentos mil reais)

Fonte de Recurso 01.62 – Transferências de Convênios- Estado/Educação

Art. 4º O crédito adicional especial aberto pelo artigo anterior terá como cobertura a apuração do superávit da fonte 0.1.62, Transferências de Convênios- Estado/Educação no valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) e a anulação parcial das dotações, abaixo relacionadas, num montante de R\$ 668.945,67 (seiscentos e sessenta e oito mil, novecentos e quarenta e cinco reais e sessenta e sete centavos) :

ÓRGÃO : 07 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 95510 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Função: 12 – Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 11 – Educação Básica

Ação: 1.45- Construção, Ampliação e Reforma de Escolas

DESPESA 285 Aplicação Direta 4.4.90.00

Valor R\$ ..... 20.000,00 (vinte mil reais)

Fonte de Recurso 01.01 – Receita de Transferência de Impostos – Educação

DESPESA 286 Aplicação Direta 4.4.90.00

Valor R\$ ..... 5.000,00 (cinco mil reais)

Fonte de Recurso 01.37 – Outras Transferências do FNDE

DESPESA 287 Aplicação Direta 4.4.90.00

Valor R\$ ..... 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)

Fonte de Recurso 01.19 – Transferência do FUNDEB – 40%

DESPESA 288 Aplicação Direta 4.4.90.00

Valor R\$ ..... 30.000,00 (trinta mil reais)

Fonte de Recurso 01.36 – Salário Educação

Art. 5º Permanece inalteradas as demais programações fiscais e financeiras dos instrumentos de Planejamento orçamentário representados pelo Plano Plurianual – PPA e pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO do exercício de 2019 e seus reflexos na LOA, reindexando seus anexos acumuladores dos programas respectivos.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Lebon Régis, 20 de agosto de 2019.

IVONEI GOIS QUERINO

Presidente

OSVALDO SIQUEIRA  
1º Secretário

**AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº 019/2019**

Publicação Nº 2130635

**AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº 019/2019**

“AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Presidente da Câmara Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Executivo Municipal a promover a suplementação no Orçamento vigente, no valor de 366.000,00 (Trezentos e sessenta e seis mil reais), das seguintes dotações:

ÓRGÃO : 01 – MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

Unidade orçamentária: 2050 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Função: 4 – Administração

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 2 – Administração

Ação: 2.10 – Manutenção da Secretaria de Administração

DESPESA 82 – 3.1.90.00 - Aplicação Direta R\$ 166.000,00

DESPESA 84 – 3.3.90.00 - Aplicação Direta R\$ 50.000,00

Total ..... R\$ 216.000,00

ÓRGÃO : 01 – MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

Unidade orçamentária: 2050 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Função: 28 – Encargos Especiais

Subfunção: 846 – Outros Encargos Especiais

Programa: 0 – Operações Especiais

Ação: 2.4 – Pagamento de Precatórios

DESPESA 99 – 3.2.90.00 - Aplicação Direta R\$ 50.000,00

Total ..... R\$ 50.000,00

ÓRGÃO : 01 – MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

Unidade orçamentária: 2080 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Função: 15 – Urbanismo

Subfunção: 452 – Serviços Urbanos

Programa: 18 – Serviços de Utilidade Pública

Ação: 2.25 – Manutenção da Limpeza e Coleta de Lixo

DESPESA 243 – 3.3.90.00 - Aplicação Direta R\$ 100.000,00

Total ..... R\$ 100.000,00

Art. 2º Para cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior serão anuladas parcialmente as seguintes dotações:

ÓRGÃO : 01–MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

Unidade orçamentária: 2010 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Função: 22 – Indústria

Subfunção: 661 – Promoção Industrial

Programa: 24 – Incentivos para Indústria

Ação: 1.33 – Equipamentos para Capacitação Profissional

DESPESA 75 – 4.4.90.00 – Aplicação Direta R\$ 5.000,00

Ação: 1.33 – Equipamentos para Capacitação Profissional

DESPESA 70 – 4.4.90.00 – Aplicação Direta R\$ 4.000,00

Total ..... R\$ 9.000,00

ÓRGÃO : 01–MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

Unidade orçamentária: 2020– GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO

Função: 4 – Administração

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 2 – Administração

Ação: 2.2 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

DESPESA 78 – 4.4.90.00 – Aplicação Direta R\$ 12.000,00

Total ..... R\$ 12.000,00

**ÓRGÃO : 01-MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS**

Unidade orçamentária: 2050 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Função: 6 – Segurança Pública

Subfunção: 182 – Defesa Civil

Programa: 6 – Serviços de Segurança Pública

Ação: 2.85 – Manutenção das Atividades de Defesa Civil-COMPEDEC

DESPESA 184– 3.3.90.00 - Aplicação Direta R\$ 40.000,00

Total ..... R\$ 40.000,00

**ÓRGÃO : 01-MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS**

Unidade orçamentária: 2065 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, TURISMO E JUVENTUDE

Função: 27 – Desporto e Lazer

Subfunção: 812 – Desporto Comunitário

Programa: 8 – Desporto Amador

Ação: 2.13 – Manutenção das Atividades Esportivas e Recreativas

DESPESA 112 – 4.4.90.00 - Aplicação Direta R\$ 10.000,00

Ação: 2.87 – Manutenção da Secretaria de Esporte Turismo e Juventude.

DESPESA 236 – 4.4.90.00 - Aplicação Direta R\$ 5.000,00

Total ..... R\$ 15.000,00

**ÓRGÃO : 01-MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS**

Unidade orçamentária: 2075 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E RENDA

Função: 08 – Assistência Social

Subfunção: 243 – Assistência a Criança e ao Adolescente

Programa: 26 – Assistência Social Geral

Ação: 2.66 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social

DESPESA 260 – 3.3.50,00 - Aplicação Direta R\$ 27.000,00

Ação: 2.80 – Manutenção da Casa Lar

DESPESA 64 – 3.3.50,00 - Aplicação Direta R\$ 10.000,00

Total ..... R\$ 37.000,00

**ÓRGÃO : 01-MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS**

Unidade orçamentária: 2080 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

Função: 15 – Urbanismo

Subfunção: 451 – Infra-Estrutura Urbana

Programa: 18 – Serviços de Utilidade Pública

Ação: 2.26 – Manutenção da Iluminação Pública

DESPESA 126 – 3.1.71.00 - Aplicação Direta R\$ 5.000,00

DESPESA 187 – 3.3.90.00 – Aplicação Direta R\$ 10.000,00

DESPESA 223 – 4.4.90.00 – Aplicação Direta R\$ 10.000,00

DESPESA 224 – 3.3.90.00 – Aplicação Direta R\$ 10.000,00

Total ..... R\$ 35.000,00

**ÓRGÃO : 01-MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS**

Unidade orçamentária: 2080 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Função: 15 – Urbanismo

Subfunção: 451 – Infra-Estrutura Urbana

Programa: 20 – Saneamento Urbano

Ação: 1.18 – Programa de Saneamento Básico

DESPESA 133 – 4.4.90.00 - Aplicação Direta R\$ 10.000,00

Subfunção: 452 – Serviços Urbana

Programa: 20 – Serviços de Utilidade Pública

Ação: 2.25 – Manutenção da Limpeza Publica e Coleta de Lixo.

DESPESA 146 – 4.4.90.00 - Aplicação Direta R\$ 10.000,00

Total ..... R\$ 20.000,00

**ÓRGÃO : 01-MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS**

Unidade orçamentária: 2080 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Função: 26 – Transporte

Subfunção: 782 – Transporte Rodoviário

Programa: 21 – Estradas Vicinais

Ação: 2.34 – Manutenção da Malha Rodoviária Municipal

DESPESA 177 – 4.4.90.00 - Aplicação Direta R\$ 10.000,00

Total ..... R\$ 10.000,00

**ÓRGÃO : 01 – MUNICIPIO DE LEBON REGIS**

Unidade orçamentária: 2090 – SECRETARIA DE AGRICULTURA,PECURIA,PISCICULTURA E MEIO AMBIENTE

Função: 18 – Gestão Ambiental

Subfunção: 541 – Preservação e Conservação Ambiental

Programa: 22 – Meio Ambiente

Ação: 2.35 – Manutenção das Atividades de Meio Ambiente

DESPESA 210 – 3.1.90.00 - Aplicação Direta R\$ 5.000,00

DESPESA 209 – 3.3.90.00 - Aplicação Direta R\$ 1.000,00

DESPESA 206 – 4.4.90.00 - Aplicação Direta R\$ 1.000,00

Total ..... R\$ 7.000,00

ÓRGÃO : 01 – MUNICIPIO DE LEBON REGIS

Unidade orçamentária: 2090 – SECRETARIA DE AGRICULTURA,PECURIA,PISCICULTURA E MEIO AMBIENTE

Função: 18 – Gestão Ambiental

Subfunção: 541 – Preservação e Conservação Ambiental

Programa: 22 – Meio Ambiente

Ação: 2.37 – Manutenção da Patrulha Agrícola

DESPESA 193 – 4.4.90.00 - Aplicação Direta R\$ 25.000,00

DESPESA 196 – 4.4.90.00 - Aplicação Direta R\$ 3.000,00

Total ..... R\$ 28.000,00

ÓRGÃO : 2 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Unidade orçamentária: 91010 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE –LEBON REGIS

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 28 – Saúde Básica

Ação: 2.41 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

DESPESA 259 – 3.3.50.00 - Aplicação Direta R\$ 100.000,00

DESPESA 57 - 3.3.90.00 – Aplicação Direta R\$ 20.000,00

DESPESA 53 – 3.3.93.00 - Aplicação Direta R\$ 15.000,00

DESPESA 47 – 4.4.90.00 - Aplicação Direta R\$ 12.000,00

DESPESA 48 – 4.4.90.00 - Aplicação Direta R\$ 6.000,00

Total ..... R\$ 153.000,00

TOTAL GERAL ..... R\$ 366.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Lebon Régis, 20 de agosto de 2019.

IVONEI GOIS QUERINO

Presidente

OSVALDO SIQUEIRA

1º Secretário

**Leoberto Leal****PREFEITURA****1ª RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2019 - PMLL**

Publicação Nº 2130571

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL  
Divisão de Licitações e Contratos  
1ª RETIFICAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2019 - PMLL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2019 - PMLL

Conforme publicação ocorrida no DOM, Edição nº 2898, página 669, publicado no dia 09/08/2019, o Município de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, através do Prefeito Municipal Senhor Vítor Norberto Alves, torna público a Retificação do Processo Licitatório nº 037/2019, da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal.

**ONDE SE LÊ: ANEXO II - 1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA**

OBJETO	NUMERO DO ITEM NO LOTE I	REQUISITOS – PADRÃO CELESC
BRAÇO DE ILUMINAÇÃO COMUM 1,00 METROS OU ESPECIAL 3,00 METROS	05; 06	Padrão Celesc.
BASE PARA RELÉ FOTOELETRÔNICO	02	Padrão Celesc: Modelo NB1, Modelo Alta ou compatível ao padrão.
LÂMPADAS VAPOR DE SÓDIO	32; 33; 34; 35	Todas as lâmpadas certificadas na Celesc devem possuir Selo Procel Eletrobrás de Economia de Energia. A qualidade necessária para os materiais integrantes da Iluminação Pública, deverá atender o preconizado nas Normas da ABNT pertinentes.
LUMINÁRIAS FECHADAS SOQUETE E-27 OU E-40	36; 37; 38	Iluminação pública na rede da Celesc e loteamentos, devem ser utilizadas as Luminárias Integradas conforme E-313.0043.
PÁRA-RAIOS DE DISTRIBUIÇÃO	45	Padrão Celesc, Para-raios de Baixa Tensão – 280V – 10kA – PRBT-RS
REATOR EXTERNO VAPOR DE SÓDIO/METAL BAIXA PERDA	46; 47; 48; 49; 50	Todos os reatores certificados na Celesc devem possuir Selo Procel Eletrobrás de Economia de Energia, caso algum fabricante perca essa certificação sua homologação junto à Celesc deverá ser desconsiderada.
RELÉ FOTOELETRÔNICO	52	Bivolt 100 a 240 volts, Potência máxima de controle 1000W, Insensível a variações bruscas de luminosidade, como relâmpagos e faróis, Resistente à umidade (MPL23)

ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 23 de agosto de 2019.

**LEIA-SE: ANEXO II - 1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA**

OBJETO	NUMERO DO ITEM NO LOTE I	REQUISITOS – PADRÃO CELESC
BRAÇO DE ILUMINAÇÃO COMUM 1,00 METROS OU ESPECIAL 3,00 METROS	08; 09	Padrão Celesc.
BASE PARA RELÉ FOTOELETRÔNICO	05	Padrão Celesc: Modelo NB1, Modelo Alta ou compatível ao padrão.
LÂMPADAS VAPOR DE SÓDIO	37; 38; 39; 40	Todas as lâmpadas certificadas na Celesc devem possuir Selo Procel Eletrobrás de Economia de Energia. A qualidade necessária para os materiais integrantes da Iluminação Pública, deverá atender o preconizado nas Normas da ABNT pertinentes.
LUMINÁRIAS FECHADAS SOQUETE E-27 OU E-40	41; 42	Iluminação pública na rede da Celesc e loteamentos, devem ser utilizadas as Luminárias Integradas conforme E-313.0043.
REATOR EXTERNO VAPOR DE SÓDIO/METAL BAIXA PERDA	49; 50; 51; 52	Todos os reatores certificados na Celesc devem possuir Selo Procel Eletrobrás de Economia de Energia, caso algum fabricante perca essa certificação sua homologação junto à Celesc deverá ser desconsiderada.

RELÉ FOTOELETRÔNICO	55	Bivolt 100 a 240 volts, Potência máxima de controle 1000W, Insensível a variações bruscas de luminosidade, como relâmpagos e faróis, Resistente à umidade (MPL23)
---------------------	----	---

ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkühl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 03 de setembro de 2019.

Leoberto Leal/SC, 21 de agosto de 2019.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2019 - PMLL

Publicação Nº 2131382

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2019 - PMLL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2019, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA O CONserto DO MOTOR DO VEÍCULO FORD TRANSIT MLX 0565, PERTENCENTE A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2019.

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de julho do ano de 2019, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, a Pregoeira e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 141/2017, de 01 de setembro de 2017, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de peças e mão de obra para o conserto do motor do veículo Ford Transit MLX 0565, pertencente a Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, de acordo com as especificações do Anexo I, do edital de Pregão Presencial nº 020/2019.

EDEMAR MARCELO PETRY & CIA LTDA

CNPJ: 05.915.246/0001-07

AVENIDA GILBERTO COMANDOLLI, Nº 50, CENTRO, CEP: 88.443-000, VIDAL RAMOS/SC

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições parceladas de peças e mão de obra para o conserto do motor do veículo Ford Transit MLX 0565, pertencente a Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, de acordo com as especificações do Anexo I, do edital de Pregão Presencial nº 020/2019, a contar da assinatura da presente ata.

#### CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

A proponente registrada para o lote cotado é a seguinte:

ITEM	QTD.	UND.	DESCRIÇÃO	MARCA	PREÇO UNIT. R\$	PREÇO TOTAL R\$	EMPRESA VENCEDORA
01	01	JG.	PISTÃO	TAKAO	1.542,24	1.542,24	EDEMAR MARCELO PETRY & CIA LTDA.
02	01	JG.	ANEL	TAKAO	585,8706	585,87	EDEMAR MARCELO PETRY & CIA LTDA.
03	01	JG.	BRONZINA BIELA	TAKAO	106,6983	106,70	EDEMAR MARCELO PETRY & CIA LTDA.
04	01	JG.	BRONZINA MANCAL	TAKAO	217,2765	217,28	EDEMAR MARCELO PETRY & CIA LTDA.
05	01	JG.	JUNTA RETÍFICA	TAKAO	543,1912	543,19	EDEMAR MARCELO PETRY & CIA LTDA.



06	01	PÇ.	JUNTA CABEÇOTE	TAKAO	261,8958	261,90	EDEMAR MARCELO PETRY & CIA LTDA.
07	01	PÇ.	BOMBA ÁGUA	SCHADEK	742,038	742,04	EDEMAR MARCELO PETRY & CIA LTDA.
08	01	PÇ.	BOMBA ÓLEO	SCHADEK	597,5104	597,51	EDEMAR MARCELO PETRY & CIA LTDA.
09	01	PÇ.	TURBINA	BIAGIO	3.084,5503	3.084,55	EDEMAR MARCELO PETRY & CIA LTDA.
10	01	KIT.	DISTRIBUIÇÃO	TAKAO	1.600,4742	1.600,47	EDEMAR MARCELO PETRY & CIA LTDA.
11	08	PÇ.	VÁLVULA ADMIS-SÃO	RIOSULENSE	36,8594	294,88	EDEMAR MARCELO PETRY & CIA LTDA.
12	08	PÇ.	VÁLVULA ESCAPE	RIOSULENSE	39,7694	318,16	EDEMAR MARCELO PETRY & CIA LTDA.
13	01	PÇ.	VIRABREQUIM	SUSIN	2.095,1662	2.095,17	EDEMAR MARCELO PETRY & CIA LTDA.
14	01	PÇ.	FILTRO COMBUSTIVEL	TECFIL	114,4582	114,46	EDEMAR MARCELO PETRY & CIA LTDA.
15	01	PÇ.	RETENTOR TRA-SEIRO	SABO	205,6367	205,64	EDEMAR MARCELO PETRY & CIA LTDA.
16	01	UN.	SERVIÇO RETIFICA	TREVO	3.942,9865	3.942,99	EDEMAR MARCELO PETRY & CIA LTDA.
17	01	PÇ.	FILTRO AR	TECFIL	46,5592	46,56	EDEMAR MARCELO PETRY & CIA LTDA.
18	01	PÇ.	FILTRO ÓLEO	TECFIL	30,0695	30,07	EDEMAR MARCELO PETRY & CIA LTDA.
19	09	L.	ÓLEO MOTOR	PETRONAS	17,4597	157,14	EDEMAR MARCELO PETRY & CIA LTDA.
20	01	KIT.	LIMPEZA	PETRY	58,1991	58,20	EDEMAR MARCELO PETRY & CIA LTDA.
21	30	H.	MÃO DE OBRA	PETRY	48,4992	1.454,98	EDEMAR MARCELO PETRY & CIA LTDA.
TOTAL R\$ 18.000,00							

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

#### CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos produtos/execução dos serviços e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso Constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

#### CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

**CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.**

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.**

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs até as 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.**

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

04.01.12.361.0006.2.012.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0019 (43) - Funcionamento e Manutenção do Transporte Escolar – EF - FUNDEB

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.**

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO.** Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 25 de julho de 2019.

JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN  
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS  
PREGOEIRA SUBSTITUTA

EDEMAR MARCELO PETRY & CIA LTDA  
EMPRESA VENCEDORA

**TESTEMUNHAS:**

1- MAYARA CARLA GUCHERT  
EQUIPE DE APOIO

2- LIZANDRO KREUSCH  
EQUIPE DE APOIO

**VISTO:**

ASSESSOR JURÍDICO

# Lontras

## PREFEITURA

### EDITAL 91/2019

Publicação Nº 2131203

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LONTRAS

PREGÃO PRESENCIAL N.º 91/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA COLETA, TRANSPORTE, ARMAZENAMENTO, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DO LIXO HOSPITALAR DO MUNICÍPIO DE LONTRAS. Entrega dos Envelopes: até as 08:30 horas do dia 04/09/2019; Abertura dos Envelopes: às 09:00 horas do dia 04/09/2019. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro ou pelo site [www.lontras.sc.gov.br](http://www.lontras.sc.gov.br) – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 21 de agosto de 2019. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

### EXTRATO DE CONTRATO 1059/2019

Publicação Nº 2131221

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO N.º 1059/2019

OBJETO: REFERENTE A PLOTAGEM DAS JANELAS E PORTAS DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO CENTRO. RIO SOM COM ACESS PARA VEICULOS LTDA ME - CNPJ: 07.392.807/0001-66. Valor do repasse: R\$7.777,50 (SETE MIL, SETESSENTOS E SETENTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

Lontras, 22 de AGOSTO de 2019. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

**Luiz Alves****PREFEITURA****EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 15/2019 (PREFEITURA)**

Publicação Nº 2131423

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 71/2019  
TOMADA DE PREÇOS Nº 15/2019.

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA A CONCLUSÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA RICARDO VOLPI – BAIRRO CENTRO, CONFORME PROJETO BÁSICO.

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL.

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93, e demais alterações posteriores.

Entrega da Documentação de habilitação e Proposta: Até às 08h45min horas do dia 09/09/2019.

Abertura: às 09h00min horas do dia 09/09/2019, na Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Erich Gielow, nº 35, Centro, Luiz Alves/SC.

Retirada do Edital: In loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h00min horas às 17h00min horas ou no site [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br), no ícone licitações, preferencialmente.

Informações: Pelo telefone (47) 3377-8600/ 3377-8614 ou in loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h00min horas às 17h00min horas.

Luiz Alves, 22 de agosto de 2019.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 06/2019 (FMS)**

Publicação Nº 2131123

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUIZ ALVES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2019

LICITAÇÃO DIFERENCIADA – MODO EXCLUSIVO PARA MEI, MICROEMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, NO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES.

Tipo: Menor Preço por Item.

Entrega da Proposta e Documentação: até às 08h45min horas do dia 06/09/2019, na Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Erich Gielow, nº 35, Centro, Luiz Alves/SC.

Abertura: 09h00min horas do dia 06/09/2019.

Credenciamento: Juntamente à entrega dos envelopes supracitados ou conforme o edital.

Retirada do Edital: in loco ou no site [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br), no ícone licitações.

Informações: Pelo telefone (47) 3377-8614 ou in loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h00min às 17h00min horas.

Luiz Alves, 21 de agosto de 2019.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

# Luzerna

## PREFEITURA

### LEI 1666

Publicação N° 2131430

LEI N° 1666 de 21 de agosto de 2019.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE CONVÊNIO COM O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA OBJETIVANDO A COOPERAÇÃO PARA A ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO DE ELEITORES DO MUNICÍPIO DE LUZERNA POR MEIO DE REVISÃO DO ELEITORADO COM COLETA DE DADOS BIOMÉTRICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI :

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar TERMO DE CONVÊNIO com o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA, objetivando a cooperação entre as partes, para a atualização do cadastro de eleitores do Município de Luzerna por meio de revisão do eleitorado com coleta de dados biométricos e comprovação de residência, a fim de reforçar a segurança na identificação dos eleitores, evitar fraudes no alistamento eleitoral e prevenir a migração irregular do eleitorado.

Art.2º- As despesas provenientes desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 21 de agosto de 2019.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

### PORTARIA 118/2019

Publicação N° 2131167

PORTARIA N° 118/19 de 15 de agosto de 2019.

“CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR MERECIMENTO À SERVIDORA QUE ESPECIFICA”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com o que lhe faculta a Lei Complementar nº 209 de 21 de maio de 2019 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art.1º- CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL POR MERECIMENTO à servidora ELIANE NOELI SPIER VANIN, matrícula 437, ocupante do cargo público efetivo de Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, correspondendo ao período de 2017 a 2019, passando a servidora do padrão de vencimento “F” para “G”, dentro da faixa de vencimentos do cargo a que pertence, com fulcro no art. 33 e por ter cumprido cumulativamente os requisitos dos incisos I a IV do art. 34 da Lei Complementar nº 209 de 21 de maio de 2019 e alterações posteriores.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de julho de 2019.

Luzerna(SC), 15 de agosto de 2019.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna



# Macieira

## PREFEITURA

### decreto 1845

Publicação Nº 2130993

DECRETO Nº 1845, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

Abre Crédito Suplementar pelo superávit financeiro 2018.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e pela Lei 983, de 19 de agosto de 2019;

DECRETO:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, pelo superávit financeiro de 2018

02.00 Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito  
02.03 Sec. de Administração e Fazenda  
33.90 Manutenção das Ativ. Adm. e Financeiras  
44.90.3 Aplicações Diretas  
R\$ 55.000,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira,  
em 20 de agosto de 2019.

ZELIR CITADIN  
Prefeito Municipal

### lei 983

Publicação Nº 2131000

LEI Nº 983, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Abre Crédito Suplementar pelo superávit financeiro 2018.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, pelo superávit financeiro de 2018

02.00 Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito  
02.03 Sec. de Administração e Fazenda  
33.90 Manutenção das Ativ. Adm. e Financeiras  
44.90.3 Aplicações Diretas  
R\$ 55.000,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira,  
em 20 de agosto de 2019.

ZELIR CITADIN  
Prefeito Municipal

### portaria 4210

Publicação Nº 2130887

PORTARIA N.º 4210/2019

Designar função gratificada a servidora que especifica

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, nos termos do art. 58, incisos V e VIII, da Lei Orgânica Municipal, mais o previsto na Lei Complementar Municipal n.º 036/2009, que dispõe sobre a organização, cria órgãos, e define

atribuições na estrutura administrativa do Município de Macieira,  
Considerando, a necessidade de servidor público municipal para editar e publicar atos administrativos e de expediente;  
Considerando que estes serviços são indispensáveis para a transparência da Administração;  
Considerando o aproveitamento de servidor efetivo para realizar tal função, visando o princípio da economicidade;  
Considerando, a conveniência e oportunidade da designação, em razão do interesse público na prestação dos referidos serviços, sendo que estes não interferem na função do cargo efetivo ocupado pelo servidor;  
RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora Larini Grahl, ocupante do cargo efetivo de Recepcionista, lotado na Secretaria de Administração Finanças e Planejamento, para exercer as funções de Edição e Publicação de Portarias e Decretos, e Publicação de Leis.

Parágrafo único. Para o desempenho da atribuição designada, o servidor fará jus, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 71, de 24 de dezembro de 2014, a um adicional de gratificação de função (Função Gratificada), equivalente ao nível de ensino médio FG-1, com valor previsto em Lei, sem direito a incorporação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira,  
16 de agosto de 2019.  
ZELIR CITADIN  
Prefeito Municipal

### portaria 4211

Publicação Nº 2130889

PORTARIA N.º 4211/2019  
Conceder férias a servidores que especifica

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e de acordo com o art. 91 da Lei Complementar nº 68/14, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Macieira,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER férias regulamentares acrescidas do respectivo adicional aos Servidores abaixo relacionados, especificando nome, lotação, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Nome	Cargo	Período de fruição	Período Aquisitivo
Allyne Paula Santos	Fisioterapeuta	19/08/19 a 28/08/19	01/04/18 a 31/03/19
Idalina Correa Favarin	Assessora da secretaria de Agricultura	21/08/19 a 30/08/19	19/06/17 a 18/06/18
Noilir Manenti	Assistente Social	26/08/2019 a 09/09/2019	01/08/2017 a 31/07/2018

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira,  
16 de agosto de 2019.  
ZELIR CITADIN  
Prefeito Municipal

### portaria 4212

Publicação Nº 2130920

PORTARIA N.º 4212/2019

Rescinde o contrato de Servidor que especifica

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, nos termos do art. 58, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, mais o previsto no art. 12, inciso II, da Lei nº 786/2015, que dispõe sobre a contratação de pessoal por prazo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, a pedido, os contratos em caráter temporário da adquirido através do Processo Seletivo 03/2018, a Servidora abaixo relacionada, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, especificando nome, cargo e carga horária, conforme segue:

Nome	Cargo	Carga horária
Amanda Levinski	Auxiliar Educacional	20 horas semanais

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de 12 de agosto de 2019.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira,  
19 de agosto de 2019.  
ZELIR CITADIN  
Prefeito Municipal

### portaria 4213

Publicação N° 2130928

PORTARIA N.º 4213/2019

Rescinde o contrato de Servidor que especifica

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, nos termos do art. 58, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, mais o previsto no art. 12, inciso II, da Lei nº 786/2015, que dispõe sobre a contratação de pessoal por prazo determinado,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, a pedido, os contratos em caráter temporário da adquirido através do Processo Seletivo 03/2019, a Servidora abaixo relacionada, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, especificando nome, cargo e carga horária, conforme segue:

Nome	Cargo	Carga horária
Letícia Renata Verona	Professora Pedagoga	20 horas semanais

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de 16 de agosto de 2019.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira,  
19 de agosto de 2019.  
ZELIR CITADIN  
Prefeito Municipal

### portaria 4214

Publicação N° 2130938

PORTARIA N.º 4214/2019

Contrata aprovado em Processo Seletivo

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, nos termos do art. 58, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, mais o previsto na Lei Complementar Municipal n.º 786/2015,

Considerando a classificação do processo seletivo nº 02/2019;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR em caráter temporário Kalita da Silva Cordeiro, para ocupar o cargo de Auxiliar Educacional, com carga horária de 20 horas semanais, no período matutino, vinculado à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, na Escola Professora Candida Bertotto Zucatti, no período de 20/08/2019 à 13/12/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20 de agosto de 2019.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira,  
19 de agosto de 2019.

ZELIR CITADIN  
Prefeito Municipal

**portaria 4215**

Publicação N° 2130953

PORTARIA N.º 4215/2019

Nomeia servidores que especifica

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, nos termos do art. 58, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal, mais o previsto na Lei Complementar nº 068/2014, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Macieira, e na e Lei Complementar nº 87/19, que dispõe sobre o plano de cargos, carreira e remuneração do Magistério Público Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR, em virtude de classificação em concurso público, conforme Edital nº 001/2019, para tomar posse, cargos estes vinculados à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, especificando nome, cargo, e carga horária, conforme segue:

Nome	Cargo	Carga horária
Luciana dos G. T de Souza	Professora Pedagoga, na Escola Professora Cândida Bertotto Zucatti	20 horas semanais
Marlei Tomasi	Professora Pedagoga na Escola Professora Cândida Bertotto Zucatti	20 horas semanais

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 14 de agosto de 2019.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira,  
19 de agosto de 2019.  
ZELIR CITADIN  
Prefeito Municipal

**portaria 4216**

Publicação N° 2130963

PORTARIA N.º 4216/2019

Conceder Progressão Funcional Horizontal por aperfeiçoamento profissional

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, nos termos do art. 58, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, nos termos do art. 19, §2º da Lei Complementar Municipal nº 80/2017 que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreira do Servidor Público Municipal, e pelo art. 20 da Lei complementar 68/2014 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Macieira.

Considerando que as horas referentes aos cursos são suficientes para a progressão;

Considerado que o curso está diretamente ligado à sua função no setor de recursos humanos, e que requalificam e aperfeiçoam o funcionário;

Considerando que atendeu a legalidade de requerimento antecipado, inclusive parecer.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Progressão Funcional Horizontal por aperfeiçoamento profissional, ao Servidor Público Municipal, lotado na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento, abaixo relacionado:

NOME	CARGO	SECRETARIA	REFERÊNCIA Até 07/2019	REFERÊNCIA a partir 08/2019
Adriano Lazzarotti	Administrador de RH	Administração	2 - B	2- C

Art. 2º - Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira,

19 de agosto de 2019.  
ZELIR CITADIN  
Prefeito Municipal

**portaria 4217**

Publicação N° 2130972

PORTARIA N.º 4217/2019

Concede licença para tratamento de saúde a servidora que especifica

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, mais o previsto no art. 108 da Lei Complementar Municipal nº 68/2014, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Macieira,

Considerando a avaliação das condições de saúde da Servidora Ivete Ribeiro de Freitas realizada por junta médica,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Ivete Ribeiro de Freitas, ocupante do cargo de Odontóloga, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, até o dia 02 de outubro de 2019, conforme resultado da avaliação médica pericial.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira,  
20 de agosto de 2019.  
ZELIR CITADIN  
Prefeito Municipal

**portaria 4218**

Publicação N° 2130980

PORTARIA N.º 4218/2019

Designa comissão para receber e exercer a fiscalização da execução de passeios do Programa Calçada mais Segura.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º DESIGNAR os Servidores abaixo relacionados, especificando nome, cargo e lotação, para fiscalizar e receber a execução dos passeios do Programa "Calçada Segura", devendo estes, ao final de cada etapa, atestar o recebimento e aceite no relatório, juntamente com o proprietário do imóvel fronteiriço à obra, conforme segue:

Nome	Cargo	Lotação
Alvair Arconti	Diretor de Desenvolvimento urbano	Secretaria Municipal de Agricultura
Sebastião Vidal dos Santos	Auxiliar administrativo em licitações	Secretaria Municipal de Administração

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira,  
20 de agosto de 2019.  
ZELIR CITADIN  
Prefeito Municipal

# Mafra

## PREFEITURA

### RESULTADO PRELIMINAR AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 011/2019

Publicação Nº 2130835

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 011/2019  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

#### RESULTADO PRELIMINAR AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 011/2019

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que FOI APROVADO o pedido da entidade SINDICATO RUAL DE MAFRA, relativamente ao Chamamento Público em epígrafe. Recurso da decisão poderá ser protocolado no prazo de 5 (cinco) dias corridos na Secretaria Municipal de Administração, situada na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386, 1º Andar, Edifício Francisco Grossl, Centro. Inexistindo recurso ocorrerá a homologação do resultado. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, telefone n. (47) 3641-4000. Mafra (SC), 21/08/2019. Wellington Roberto Bielecki, Prefeito Municipal.

# Maracajá

## PREFEITURA

### CONVÊNIO Nº42.254/2019

Publicação Nº 2131337

#### CONVÊNIO Nº 42.254/2019

Termo de Convênio que entre si celebram o Município de Maracajá, e o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, visando a realização de policiamento ostensivo motorizado por intermédio de guarnições de Radiopatrulha da Polícia Militar.

O Município de Maracajá, doravante denominado - Município, situado à Avenida Getúlio Vargas, nº 530, inscrito no CNPJ sob nº 82.915.026/0001-24, neste ato representado pelo Exmo Sr. Arlindo Rocha, Prefeito Municipal, portador do CPF nº 594.699.279-15, e o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, doravante denominada - PMSC, situada à Rua Visconde de Ouro Preto nº 549, inscrita no CNPJ sob nº 83.931.550/0001-51, representada pelo seu Comandante Geral, Coronel PM Carlos Alberto de Araújo Gomes Júnior, amparados na Lei Municipal nº 1163 de 31 de maio de 2019, no inciso IV, do Art. 7º da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007, no Decreto nº 307, de 04 de junho de 2003, no Decreto nº 1.158, de 18 de março de 2008 e na Portaria nº 0242/GEPEs/DIAF/SSP, de 21 de setembro de 2016, respectivamente, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Convênio, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objetivo a manutenção do serviço de policiamento ostensivo motorizado, executando rondas periódicas e atendimento de ocorrências no Município, através de guarnições de radiopatrulha da Polícia Militar.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Para a consecução das obrigações deste convênio compete:

##### a) - À PMSC:

I. Dispor de Organização Policial Militar no Município;

II. Destacar policiais militares necessários para o planejamento, execução e fiscalização do policiamento ostensivo através de radiopatrulha;

III. Fornecer as viaturas necessárias para tal serviço, devendo estas ser cadastradas no setor competente do Município e na Diretoria de Apoio Logístico e Finanças da Polícia Militar, cuja quantidade será definida de acordo com as necessidades e disponibilidades;

IV. Equipar as viaturas com estações transceptoras móveis, para comunicação entre essas e uma central de atendimentos;

V. Manter uma central de atendimentos equipada com uma estação transceptora fixa ou equipamento alternativo, no porte suficiente para atendimento à demanda do serviço de segurança pública;

VI. Publicação do Extrato do Convênio no Diário Oficial do Estado.

##### b) - Ao Município:

I. Disponibilizar, mensalmente, a importância em reais, equivalente a 700 (setecentos) litros de gasolina, para cobrir as despesas com manutenção (combustível, lubrificante, peças, acessórios e serviços), das viaturas colocadas a serviço (conveniada), visando proporcionar condições de execução do policiamento de radiopatrulha no Município, e para cobrir as despesas com material de expediente, limpeza, fardamento, manutenção e reforma do aquartelamento, alimentação do pessoal de serviço, equipamentos, mobiliário, armamento, veículos e outros materiais e serviços necessários a manutenção do serviço de policiamento motorizado.

II. Depositar a importância prevista no inciso "I" na primeira quinzena de cada mês, em conta vinculada, na Agência do Banco do Brasil, do Município, sob a denominação de PMSC/Convênio de Radiopatrulha e, receber valores depositados à título de doação por pessoas físicas ou jurídicas que queiram contribuir com o serviço de rádio patrulhamento, objeto deste Convênio, colocando a conta vinculada ao convênio à disposição dos possíveis doadores;

III. Manter o saldo remanescente do convênio nº 033/2014 na conta vinculada, a fim de ser somado aos novos valores, para ser utilizado no presente convênio.

IV. Realizar, a conta de suas dotações orçamentárias, as despesas necessárias ao atendimento do objeto do presente convênio, por requisição do Comandante da Organização Policial Militar do Município, observadas as Diretrizes de Ação Administrativas do Comando Geral da PMSC;

V. Prestação de Contas dos Recursos repassados, nos termos da legislação vigente.



**CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO**

São executores do presente convênio, o Prefeito Municipal ou quem por ele designado e o Comandante da Organização Policial Militar do Município.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes do presente convênio correrão por conta da dotação orçamentária específica da Prefeitura Municipal.

**CLÁUSULA QUINTA - PRAZO E VIGÊNCIA**

O presente convênio terá validade por 5 (cinco) anos, contados da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, podendo ser denunciado, a qualquer época, por mútuo acordo ou pelo não cumprimento das obrigações nele estabelecidas, independente de interpelação judicial.

**CLÁUSULA SEXTA - DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias resultantes do presente convênio.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 4 (quatro) vias de igual teor, junto com duas testemunhas. A minuta do presente convênio foi analisada pela Assessoria Jurídica nos termos da Lei.

Maracajá - SC, 12 de junho de 2019.

Arlindo Rocha CARLOS ALBERTO DE ARAÚJO GOMES JÚNIOR  
Prefeito Municipal Cel PM Comandante Geral da PMSC

Testemunhas:

Nome: Marluci Freitas Bitencourt Vitali  
Função: Secretária de Administração  
CPF: 009.788.959-83

Nome: Igor Pereira Pimentel  
Função: Sargento Polícia Militar Maracajá  
CPF: 066.592.559-07

**PORTARIA 118/2019**

Publicação Nº 2131046

PORTARIA Nº. 118 DE 20 DE AGOSTO DE 2019.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA.

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município o artigo 72 da Lei Complementar Nº. 02 de 07/10/97 e o artigo 142 da Lei Complementar Nº. 46 de 26/8/2015,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias a servidora que se relaciona:

Daniela Santos de Oliveira, ocupante do Professor referente ao período aquisitivo de 22/2/2018 a 21/2/2019, com gozo em 22/8/2019 e término em 20/9/2019.

Daniela Santos de Oliveira, ocupante do Professor referente ao período aquisitivo de 9/4/2018 a 8/4/2019, com gozo em 22/8/2019 e término em 20/9/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Maracajá,  
em 20 de agosto de 2019.

ARLINDO ROCHA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 20 de agosto de 2019.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT VITALI  
Secretária de Administração

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 009/2019 - PREGÃO N° 033/2019**

Publicação N° 2130729

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJA**

Página: 1/3

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: .....****Número do Registro de Preços: 9/2019****Data do Registro: 14/08/2019****Válido até: 14/08/2020****Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PERTINENTE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE PARA VIAGENS MUNICIPAIS E INTERESTADUAIS, PARA PASSEIOS CULTURAIS DOS IDOSOS, DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV, E TAMBÉM, MULHERES D

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
1	VIAGENS INTERESTADUAIS E INTERMUNICIPAIS 41 LUGARES - Valor por quilometragem de viagens interestaduais e intermunicipais com ônibus de 41 lugares.	KM	TRANSVIVO - TRANSPORTES E TURISMO LTDA (111647)		5,2500	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJA**

Página: 2/3

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: .....****Número do Registro de Preços: 9/2019****Data do Registro: 14/08/2019****Válido até: 14/08/2020****Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PERTINENTE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE PARA VIAGENS MUNICIPAIS E INTERESTADUAIS, PARA PASSEIOS CULTURAIS DOS IDOSOS, DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV, E TAMBÉM, MULHERES D

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
2	VIAGENS INTERESTADUAIS E INTERMUNICIPAIS 24 LUGARES - Valor por quilometragem de viagens interestaduais e intermunicipais com micro-ônibus de 24 lugares com banheiro.	KM	TRANSVIVO - TRANSPORTES E TURISMO LTDA (111647)		3,8000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Número do Registro de Preços: 9/2019		Data do Registro: 14/08/2019	Válido até: 14/08/2020			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PERTINENTE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE PARA VIAGENS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS, PARA PASSEIOS CULTURAIS DOS IDOSOS, DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV, E TAMBÉM, MULHERES D						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2019  
PROCESSO Nº 33/2019  
(111647) - TRANSVIVO - TRANSPORTES E TURISMO LTDA

Maracajá, 14 de Agosto de 2019.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 018/2018 - PREGÃO Nº 070/2018**

Publicação Nº 2130710

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 1/17

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

<b>Número do Registro de Preços: 18/2018      Data do Registro: 21/11/2018      Válido até: 21/11/2019</b> <b>Objeto da Compra:</b> REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PESADOS (TRATOR, ARADO, ROÇADEIRA, ESPALHADEIRA DE ADUBO, TOMBADOR, ESCARIFICADOR, CARRETA AGRÍCOLA, GRADE e DISTRIBUIDOR DE ADUBO) DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
1	FACA ROCADEIRA 630MM 1 FURO ANTIGA	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		92,5091	1
2	COROA E PINHÃO ROÇADEIRA 13 X 25	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		1.196,2388	1
3	PARAFUSO ROÇADEIRA	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		17,0100	1
4	SUPORTE NAVALHAS SUPERIOR PARA ROÇADEIRA	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		117,8412	1
5	SUPORTE NAVALHAS INFERIOR PARA ROÇADEIRA	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		103,5614	1
6	CAIXA ROÇADEIRA ORIGINAL	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		1.063,3202	1
7	ENGRENAGEM CENTRAL ESTERQUEIRA	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		119,5150	1
8	ENGRENAGEM ESTEIRA LATERAL ESTERGUEIRA	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		138,0528	1
9	ENGRENAGEM DUPLA MENOR 12/20	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		252,4108	1
10	ENGRENAGEM DUPLA MAIOR 20/26	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		194,1008	1
11	ROLAMENTO 3207 2RS	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		34,3000	1
12	ENGRENAGEM TRIPLA ESTERQUEIRA 2050/5050	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		388,7300	1
13	PALHETA ESPALHADORA SEMEADORA 5050	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		27,0506	1
14	TERMINAL CC50 6 ESTRIAS C/ 2 PINOS	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		68,8873	1
15	TERMINAL CC-51/FURO QUADR. 45MM	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		49,2715	1
16	TERMINAL CC-52 - FURO QUADR. 37MM	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		49,7999	1
17	CRUZETA 5.12213X	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		56,7340	1
18	TUBO QUADRADO 45MM CC-58	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		97,4398	1
19	BARRA QUADRADA 37MM CC-59	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		168,8857	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 2/17

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

<p><b>Número do Registro de Preços: 18/2018      Data do Registro: 21/11/2018      Válido até: 21/11/2019</b></p> <p><b>Objeto da Compra:</b> REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PESADOS (TRATOR, ARADO, ROÇADEIRA, ESPALHADEIRA DE ADUBO, TOMBADOR, ESCARIFICADOR, CARRETA AGRÍCOLA, GRADE e DISTRIBUIDOR DE ADUBO) DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.</p>						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
20	PRATO ESPALHADOR SEMEADORA 5050	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		288,9171	1
21	DISCO LISO 30X6MM 5 FUROS	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		329,1236	1
22	PRATO DISCO ARADO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		138,3024	1
23	ROLAMENTO 32210	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		56,4961	1
24	ROLAMENTO 32212.	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		100,5359	1
25	TAMPA CUBO RODA GUIA ROSCA EXT.	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		40,6139	1
26	RETENTOR ARADO	PC.	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		18,5669	1
27	PARAFUSO DISCO ARADO 1/2X2 C/PORCA	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		3,2723	1
28	AVEICA ARADO L. DIREITO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		209,2600	1
29	PARAFUSO DISCO ARADO 1/2X2 C/PORCA	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		2,5112	1
30	AVEICA ARADO L. ESQUERDO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		213,1687	1
31	BRAÇADEIRA MANCAL CULTIVADOR U 5/8	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		31,2475	1
32	ENXADA ARADO SUBSOLADOR	UN	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		49,2292	1
33	PARAFUSO SEXT. 16X130	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		5,3854	1
34	FACA 9000/9004	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		119,8050	1
35	EIXO ROTOR 9004 III	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		234,9168	1
36	LANÇADOR C.J. 9004	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		44,6342	1
37	CONTRA FACA SLIM DPM-2	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		36,5365	1
38	RASPADOR FACA 9004	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		58,7292	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 3/17

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

<p><b>Número do Registro de Preços: 18/2018      Data do Registro: 21/11/2018      Válido até: 21/11/2019</b></p> <p><b>Objeto da Compra:</b> REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PESADOS (TRATOR, ARADO, ROÇADEIRA, ESPALHADEIRA DE ADUBO, TOMBADOR, ESCARIFICADOR, CARRETA AGRÍCOLA, GRADE e DISTRIBUIDOR DE ADUBO) DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.</p>						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
39	ROLAMENTO 6308 2 RSR	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		74,6501	1
40	ENGRENAGEM CORTE DO CONJUNTO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		576,8450	1
41	EIXO ROLO LISO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		151,3877	1
42	ROLAMENTO 6205 2RS	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		19,6501	1
43	ROLAMENTO 6206 2RS	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		24,1181	1
44	EIXO DIANTEIRO MAIOR	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		154,8332	1
45	EIXO DIANTEIRO MENOR	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		192,8897	1
46	ARRASTADOR ENSILADEIRA	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		39,1528	1
47	RASPADOR FACA	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		23,6300	1
48	CONTRA FACA	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		132,4817	1
49	ROLAMENTO 6206 2RSR	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		26,3294	1
50	EIXO ROTOR	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		298,0175	1
51	ROLAMENTO 6205 2RS	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		23,3797	1
52	CORREIA ENSILADEIRA JF-5v 1600 5 CANAIS CONJUGADOS	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		971,4662	1
53	FACA ENSILADEIRA	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		119,3170	1
54	ENGRENAGEM CORTE DO CONJUNTO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		671,8268	1
55	EIXO DIANTEIRO MAIOR	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		182,6271	1
56	EIXO DIANTEIRO MENOR	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		227,3473	1
57	PORCA RODA DIANT.	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		1,6300	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 4/17

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

Número do Registro de Preços: 18/2018		Data do Registro: 21/11/2018		Válido até: 21/11/2019		
<b>Objeto da Compra:</b> REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PESADOS (TRATOR, ARADO, ROÇADEIRA, ESPALHADEIRA DE ADUBO, TOMBADOR, ESCARIFICADOR, CARRETA AGRÍCOLA, GRADE e DISTRIBUIDOR DE ADUBO) DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
58	PARAFUSO RODA DIANT.	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		2,0035	1
59	ARO DIANTEIRO 5.50 X 16	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		243,9049	1
60	PNEU 7.5 X 16 - 8 PR TIPO F2/3 GOMOS	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		475,5873	1
61	CUBO CARRETA 6 TOL. 6 FUROS	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		308,7085	1
62	DISCO RECORTADO 20 X 3.5MM UNIVERSAL	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		79,8146	1
63	MANCAL GRADE HIDR.	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		123,0346	1
64	BRAÇADEIRA MANCAL DA GRADE 5/8	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		25,3444	1
65	EIXO GRADE HID. 1 1.230/28	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		106,3286	1
66	PORCA SEXTAVADA 1 UNC	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		2,5176	1
67	ARRUELA PEQ. EIXO GRANDE	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		28,9009	1
68	ARRUELA GRANDE EIXO GRADE	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		35,7985	1
69	CUBO CARRETA 6 TOL. 6 FUROS	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		266,9675	1
70	ARO DIANTEIRO 5.50 X 16	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		222,8106	1
71	PORCA RODA DIANT.	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		1,4134	1
72	PARAFUSO RODA DIANT.	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		1,6206	1
73	PNEU 7.5 X 16 - 8 PR TIPO F2/3 GOMOS	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		453,8376	1
74	TERMINAL CC-20 6 ESTRIAS	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		39,4797	1
75	CRUZETA	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		32,5637	1
76	TERMINAL CC-21 F. QUAD. MAIOR 36,85MM	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		30,5944	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 5/17

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

Número do Registro de Preços: 18/2018		Data do Registro: 21/11/2018		Válido até: 21/11/2019		
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PESADOS (TRATOR, ARADO, ROÇADEIRA, ESPALHADEIRA DE ADUBO, TOMBADOR, ESCARIFICADOR, CARRETA AGRÍCOLA, GRADE e DISTRIBUIDOR DE ADUBO) DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
77	TERMINAL CC-22 F. QUAD. MENOR 30MM	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		27,4945	1
78	TUBO QUADRADO 37MM CC-28 A	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		47,7808	1
79	BARRA QUADRADA 30MM CC-29 A - 1 METRO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		102,7791	1
80	TERMINAL DIREÇÃO DIREITA/ESQ PO3038	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		250,3600	1
81	TAMPA HIDRAULICO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		940,8342	1
82	BRAÇO CENT. EIXO LEV. HIDR.	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		324,0620	1
83	BOMBA DÁGUA PK-4236-T/P-4000 S/Polia	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		237,7543	1
84	BOMBA ALIMENT.	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		213,7723	1
85	EIXO OCO TDF ENTR. CX. MF - 12 VEL. SINC. ORIGINAL	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		705,6257	1
86	JOGO JUNTA MOTOR PK-4236/4248 TURBO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		328,7662	1
87	EIXO BRAÇO HIDRAULICO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		241,7391	1
88	BRACO LEV. EIXO HIDRAULICO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		355,4232	1
89	BOMBA HIDRAULICA	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		1.060,7906	1
90	CARÇAÇA CENTRAL TRATOR	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		4.991,6421	1
91	BRAÇO NÍVEL	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		561,8810	1
92	BRAÇO HIDRAULICO LATERAL	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		496,5483	1
93	FILTRO AR EXTERNO	UN	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		51,7459	1
94	FILTRO AR INT.	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		33,4457	1
95	PONTA EIXO TRAS. 128.3	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		1.327,6185	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 6/17

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

<p><b>Número do Registro de Preços: 18/2018      Data do Registro: 21/11/2018      Válido até: 21/11/2019</b></p> <p><b>Objeto da Compra:</b> REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PESADOS (TRATOR, ARADO, ROÇADEIRA, ESPALHADEIRA DE ADUBO, TOMBADOR, ESCARIFICADOR, CARRETA AGRÍCOLA, GRADE e DISTRIBUIDOR DE ADUBO) DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.</p>						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
96	PORTA ENGRENAG REDUÇÃO FINAL 265/275/283	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		663,8047	1
97	COROA E PINHAO TRAS. 11X38 P. LONGO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		990,4863	1
98	BOMBA HID. DUPLA 292/5000	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		1.136,8413	1
99	BANCO TRATOR C/REGULAGEM/APOIO/BRAÇO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		1.411,2513	1
100	EIXO 235/265 A 296 62cm.	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		359,3433	1
101	EMBREAGEM DUPLA 283/290/292 13	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		1.319,7783	1
102	VOLANTE MOTOR P-4248T	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		1.032,2981	1
103	DISCO FREIO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		135,8952	1
104	SEPARADOR DISCO FREIO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		50,6944	1
105	FUNIL DO EIXO TRAS.	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		305,7711	1
106	CAPOTA TRATOR	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		857,2014	1
107	PINO BALANÇA DIANT.	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		84,9333	1
108	BUCHA BALANCA	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		89,3793	1
109	VOLANTE DA DIREÇÃO 38CM	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		310,9918	1
110	TAMPA CUBO TRAÇÃO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		692,0297	1
111	ENGRENAGEM PLAN. TRAÇÃO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		107,0153	1
112	SEMI EIXO CURTO TRAÇÃO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		249,0536	1
113	SEMI EIXO LONGO TRAC.	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		364,5733	1
114	PARALAMA DIREITO 2 CANALETA	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		312,3016	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 7/17

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

Número do Registro de Preços: 18/2018		Data do Registro: 21/11/2018		Válido até: 21/11/2019		
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PESADOS (TRATOR, ARADO, ROÇADEIRA, ESPALHADEIRA DE ADUBO, TOMBADOR, ESCARIFICADOR, CARRETA AGRÍCOLA, GRADE e DISTRIBUIDOR DE ADUBO) DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
115	COROA DENTADA CUBA TRAÇÃO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		433,8260	1
116	PIVO GIRO TRAÇÃO SUPERIOR	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		101,1397	1
117	PIVO GIRO TRAÇÃO INFERIOR-041068	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		95,1257	1
118	ROLAMENTO EMBREAGEM	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		232,5890	1
119	COMANDO HID. DUPLO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		1.006,1669	1
120	RETENTOR DIANT. VITAB. PK-4203 SABO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		36,1666	1
121	JUNTA CABEÇOTE 4236/4248 * 275/290	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		76,8574	1
122	JUNTA TAMPÁ VÁLVULAS 275/290	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		22,0679	1
123	COLETOR DE ESCAPE 275/290	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		147,0692	1
124	RETENTOR DIANT. VIRAB. PK-4236/4248/6354/6358/1006	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		63,2938	1
125	JUNTA CARTER MF-275/290/292-4236/4248/P-4000	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		65,6874	1
126	FILTRO LUB. S-600/10 PA. 71057	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		34,0358	1
127	BOMBA DAGUA PK-4236/4248 S/POLIA-70991096X	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		205,8480	1
128	BOMBA ALIMENT.	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		172,8635	1
129	JOGO JUNTA MOTOR PK-4236/4248 C/RETENTOR	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		207,4438	1
130	MANGUEIRA RAD. 275 A 290	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		30,8444	1
131	TANQUE COMBUSTÍVEL 275/290	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		398,9303	1
132	TUBO RETORNO INJET./FILTRO 65x	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		21,5422	1
133	FILTRO DIESEL CAV-796	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		23,4008	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 8/17

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

Número do Registro de Preços: 18/2018		Data do Registro: 21/11/2018		Válido até: 21/11/2019		
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PESADOS (TRATOR, ARADO, ROÇADEIRA, ESPALHADEIRA DE ADUBO, TOMBADOR, ESCARIFICADOR, CARRETA AGRÍCOLA, GRADE e DISTRIBUIDOR DE ADUBO) DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
134	FILTRO DIESEL CAV-296 PC2/155	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		21,5422	1
135	FILTRO AR EXTERNO MF.275/290-BX-5075/5080/5085	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		87,7647	1
136	CICLONE FILTRO AR 265/275/290	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		67,2831	1
137	SILENCIOSO 275/285/290	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		150,2606	1
138	RELOGIO TEMPERATURA C/CABO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		91,7540	1
139	DISCO EMBREAGEM 12 275/290 EST. GROSSA	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		367,0159	1
140	ROLAMENTO EMBREAGEM 55X A 95X/250 A 290	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		99,7326	1
141	REPARO PLATO EMB. 8 VEL. COMPLETO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		398,6581	1
142	ENGRENAGEM RE 13x21	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		167,5507	1
143	REDUZIDA COMPLETA GRANDE	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		1.449,7127	1
144	CAPA ALAVANCA MARCHA 2 ALAVANCAS	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		11,9679	1
145	EIXO 235/265 A 296 62cm.	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		540,9495	1
146	RETENTOR EIXO ACION. TRACAO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		22,0679	1
147	RETENTOR RODA TRAS. 275/290/292	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		28,7230	1
148	FUNIL DO EIXO TRAS. 290	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		428,7140	1
149	DISCO FREIO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		106,1155	1
150	SEPARADOR DISCO FREIO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		55,0524	1
151	BUCHA BALANÇA TRATOR	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		37,4994	1
152	BUCHA EIXO DA DIRECAO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		27,9251	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 9/17

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

Número do Registro de Preços: 18/2018		Data do Registro: 21/11/2018		Válido até: 21/11/2019		
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PESADOS (TRATOR, ARADO, ROÇADEIRA, ESPALHADEIRA DE ADUBO, TOMBADOR, ESCARIFICADOR, CARRETA AGRÍCOLA, GRADE e DISTRIBUIDOR DE ADUBO) DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
153	BUCHA HASTE P. EIXO DIANT.	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		28,1879	1
154	MANGA EIXO DIANT. EIXO ALTO LD	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		383,4987	1
155	MANGA EIXO DIANT. EIXO ALTO LE	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		398,9303	1
156	LUVA CARDAM TRACAO 4x4 ESTRIA FINA	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		93,6125	1
157	RETENTOR CUBO PESADO RODA DIANT.	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		33,7730	1
158	BARRA DIRECAO LD. 235 AO 295	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		241,4796	1
159	BARRA DIREÇÃO LE 235 AO 295	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		228,4510	1
160	EIXO DIRECAO HIDROSTATICA	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		178,4486	1
161	CILINDRO DIRECAO 275/290 4x2	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		510,6308	1
162	FILTRO HID. RESERVATORIO 275/290	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		66,7481	1
163	CORPO BOMBA HID. DIRECAO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		347,5950	1
164	BOMBA HIDRAULICA	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		1.239,3403	1
165	TAMPA HIDRAULICO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		930,8311	1
166	BIELA HIDR. L-200	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		72,0703	1
167	PISTAO CILINDRO HIDRAULICO 93mm	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		132,9705	1
168	BRACO NIV. C/MANIVELA 275/290/292	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		437,4904	1
169	BRACO HIDRAULICO LATERAL 275/290	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		423,3918	1
170	ROTULA BRACO HIDR. 29mmx82mm SIMPLES	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		69,1417	1
171	DISCO FREIO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		83,2403	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 10/17

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

Número do Registro de Preços: 18/2018		Data do Registro: 21/11/2018		Válido até: 21/11/2019		
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PESADOS (TRATOR, ARADO, ROÇADEIRA, ESPALHADEIRA DE ADUBO, TOMBADOR, ESCARIFICADOR, CARRETA AGRÍCOLA, GRADE e DISTRIBUIDOR DE ADUBO) DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
172	REPARO CIL.DIR. 4x2 85/235/275/290	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		74,7267	1
173	EIXO PRINCIPAL CX. 12 VEL.	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		1.223,3831	1
174	ENGRENAGEM REDUZIDA	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		160,6328	1
175	EIXO ENGRENAGEM RE	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		174,7315	1
176	ARO DIANTEIRO 5.50X16	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		296,2691	1
177	PLACA PRESSAO 12 8/12	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		444,6712	1
178	EIXO PROPULSOR CX.275/290	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		788,8119	1
179	ARRUELA REDUZIDA	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		98,1369	1
180	BANCO UNIVERSAL C/AMORT. C/TRILHO-PRETO C/APOIO BRAÇO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		699,4515	1
181	CONJUNTO ENGRENAGEM SEM CRUZETA	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		773,3898	1
182	CREMALHEIRA VOLANTE MOTOR	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		243,8731	1
183	TRATOMETRO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		287,2298	1
184	TUBO DIRECAO HIDRAULICO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		90,9561	1
185	VALVULA CONTROLE B. HIDRAULICO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		165,1571	1
186	CAMARA DAS VALVULAS	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		154,7850	1
187	PISTAO BOMBA HIDRAULICA	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		139,8884	1
188	VALVULA CONTROLE B. HIDRAULICO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		130,3141	1
189	REPARO BOMBA HIDRAULICO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		66,4853	1
190	PONTA EIXO TRASEIRA	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		864,3459	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 11/17

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

<p><b>Número do Registro de Preços: 18/2018      Data do Registro: 21/11/2018      Válido até: 21/11/2019</b></p> <p><b>Objeto da Compra:</b> REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PESADOS (TRATOR, ARADO, ROÇADEIRA, ESPALHADEIRA DE ADUBO, TOMBADOR, ESCARIFICADOR, CARRETA AGRÍCOLA, GRADE e DISTRIBUIDOR DE ADUBO) DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.</p>						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
191	PARAFUSO RODA TRASEIRA 7.3 MM	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		10,6350	1
192	BRACO LEV. HIDRAULICO LATERAL GROSSO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		380,3073	1
193	ROLAMENTO ARVORE SEC. 6210 C/RASGO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		101,0561	1
194	FAROL DIANT. QUADRADO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		52,9216	1
195	GRADE DIANT. 235/299	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		260,9004	1
196	CUBO RODA DIANT.275/290	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		244,6710	1
197	BRACO SUP. EIXO DIRECAO TRATOR FORJADO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		210,3630	1
198	BRACO INF. EIXO DA DIRECAO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		139,0906	1
199	EIXO BRAÇO HIDRAULICO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		224,4617	1
200	BUCHA EIXO HIDRAULICO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		44,1452	1
201	ALAVANCA MARCHA CAMBIO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		272,8683	1
202	PAINEL INSTRUMENTOS LX	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		443,6105	1
203	BRACO BALANCA EIXO DIANTEIRO LE	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		454,7805	1
204	BRACO BALANCA EIXO DIANTEIRO LD	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		446,2669	1
205	TAMPA TANQUE COMBUSTÍVEL	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		46,5387	1
206	BOMBA DAGUA PK-4236/4248 C/POLIA	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		261,9611	1
207	CABECOTE DIESEL	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		159,8349	1
208	ROLAMENTO RODA DIANTEIRA	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		119,2400	1
209	ROLAMENTO 2580/23	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		85,4074	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 12/17

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

Número do Registro de Preços: 18/2018		Data do Registro: 21/11/2018		Válido até: 21/11/2019		
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PESADOS (TRATOR, ARADO, ROÇADEIRA, ESPALHADEIRA DE ADUBO, TOMBADOR, ESCARIFICADOR, CARRETA AGRÍCOLA, GRADE e DISTRIBUIDOR DE ADUBO) DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
210	RETENTOR CUBO PESADO RODA DIANT.	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		58,5108	1
211	MANGA EIXO DIANT. LD EIXO ALTO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		314,8896	1
212	MANGA EIXO DIANT. LE EIXO ALTO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		314,8896	1
213	ROLAMENTO APOIO MANGA EIXO GRANDE	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		44,3676	1
214	BUCHA HASTE P. EIXO DIANT. ORIG.	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		37,2911	1
215	BARRA DIRECAO LD. 235 AO 295	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		240,7087	1
216	BANCO TRATOR L-200 CONCHA	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		422,9066	1
217	BUCHA BALANÇA TRATOR	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		43,8097	1
218	FAROL MILHA P/ TRATOR/COLHEIT. S/LAMPADA-0022183	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		65,1665	1
219	CONCHA PARA BANCO TRATOR	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		188,8535	1
220	BUJAO CAIXA	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		61,7016	1
221	ROLAMENTO EMBREAGEM NH/3145031	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		175,2584	1
222	LANTERNA TRASEIRA MODERNA	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		102,0465	1
223	PARALAMA DIANTEIRO E/D	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		414,3130	1
224	HORIMETRO LINHA 5000	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		247,3644	1
225	BOMBA ALIMENT. 290 MODERNO.	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		193,5614	1
226	LUVA FUZIL ACOMPLAM. 265 A 5290	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		88,7352	1
227	PLACA BOMBA OLEO MOTOR 4248	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		133,3867	1
228	FILTRO HIDR. GRANDE	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		122,2385	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 13/17

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

Número do Registro de Preços: 18/2018		Data do Registro: 21/11/2018		Válido até: 21/11/2019		
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PESADOS (TRATOR, ARADO, ROÇADEIRA, ESPALHADEIRA DE ADUBO, TOMBADOR, ESCARIFICADOR, CARRETA AGRÍCOLA, GRADE e DISTRIBUIDOR DE ADUBO) DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
229	ANEL GUIA DO CILINDRO DO HIDRAULICO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		17,7451	1
230	MANGUEIRA DIREÇÃO CONTROLE REMOTO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		115,4948	1
231	ACIONADOR CABO TRATOMETRO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		93,1201	1
232	GRADE DIANT. 4275/4290	PC.	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		454,7949	1
233	FAROL DIANT. 4275/4283/4290 REDONDO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		86,7973	1
234	BOIA TANQUE COMBUSTÍVEL 275/290 MODERNO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		143,6442	1
235	FILTRO HIDRAULICO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		134,6297	1
236	CABO EMBREAGEM	UN	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		126,9562	1
237	ARTICULACAO DO CONTROLE POSIÇÃO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		126,5940	1
238	ARTICULAÇÃO LEVANTE HIDRAULICO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		157,2393	1
239	PINO BRAÇO DO HIDRAULICO - 1.1/8 X 175 MM	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		40,7657	1
240	PINO DOS BRAÇOS DO HIDRAULICO CHAPEU	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		78,4777	1
241	ESTABILIZADOR ABERTO 275/290/292	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		153,7647	1
242	TORNEIRA TANQUE	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		32,9943	1
243	RETENTOR TRAC. DIANT. 345/350	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		84,8593	1
244	ROLAMENTO TRACAO 345/350	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		146,5609	1
245	EIXO CENTRO PLAN. TRAÇÃO 345/350/352	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		245,0055	1
246	ENGRENAGEM PLANETARIA 345/350	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		169,7186	1
247	ROLAMENTO PLANETARIA 335/345/350	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		79,3097	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 14/17

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

Número do Registro de Preços: 18/2018		Data do Registro: 21/11/2018		Válido até: 21/11/2019		
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PESADOS (TRATOR, ARADO, ROÇADEIRA, ESPALHADEIRA DE ADUBO, TOMBADOR, ESCARIFICADOR, CARRETA AGRÍCOLA, GRADE e DISTRIBUIDOR DE ADUBO) DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
248	ROTULA BRAÇO HIDRAULICA	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		115,9156	1
249	AMORTECEDOR PAINEL	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		18,8022	1
250	ANEL VEDACAO TAMPA CILINDRO DIREITO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		5,3734	1
251	PONTA ENCANELADA EIXO CARDAN ESTRIA GROSSA	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		100,6664	1
252	LUVA CARDAN TRACAO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		342,4812	1
253	PRISIONEIRO BOMBA HIDRAULICA L-200	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		19,4090	1
254	CABO FREIO DE MAO LINHA 5000	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		193,5614	1
255	BARRA DE TRACAO CURVA	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		504,7122	1
256	TAMPA HIDRAULICO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		937,3282	1
257	BOMBA ALIMENT. PK-275 A 292/5290	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		141,4322	1
258	EIXO BRAÇO HIDRAULICO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		308,5962	1
259	BRACO LEV. EIXO HIDRAULICO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		278,7045	1
260	EIXO TDF. 235/265 A 296 62CM	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		443,9502	1
261	EMBREAGEM DUPLA 65X/275/290 4 MARCHAS	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		1.161,9557	1
262	ALAVANCA BOMBA HIDRAULICA L-200	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		152,7957	1
263	EIXO OCO TDF ENTR. CX. 8 VEL. MICROGEAR	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		515,8114	1
264	LUVA ENGATE DA ARV.TDF.SIMPLS	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		345,2609	1
265	ALAVANCA COMANDO HIDRAULICO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		170,1884	1
266	CHAVE IGNICAO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		122,5713	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 15/17

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

Número do Registro de Preços: 18/2018

Data do Registro: 21/11/2018

Válido até: 21/11/2019

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PESADOS (TRATOR, ARADO, ROÇADEIRA, ESPALHADEIRA DE ADUBO, TOMBADOR, ESCARIFICADOR, CARRETA AGRÍCOLA, GRADE e DISTRIBUIDOR DE ADUBO) DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
267	TRATOMETRO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		288,9621	1
268	FILTRO PRIMARIO OLEO DIESEL	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		237,6550	1
269	POLIA BOMBA DAGUA	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		415,1450	1
270	FILTRO DIESEL CAV-296 PC2/155	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		22,4628	1
271	REPARO BOMBA HIDRAULICA DIRECAO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		39,5129	1
272	SETOR DIRECAO 235 A 290	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		1.120,3580	1
273	KIT CAPA/ESPUMA BCO.	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		190,2336	1
274	CUBO RODA DIANT.275/290	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		192,7295	1
275	BALANCEADOR MOTOR PK-4236/4248/P-4000	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		1.851,0974	1
276	VELA AQUECEDORA MOTOR	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		135,0506	1
277	ENGRENAGEM BOMBA OLEO MOTOR PK	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		262,8974	1
278	JUNTA CABECOTE P-4000/T/4001	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		370,2195	1
279	JOGO ANEIS PK-4236/6354.4/Q20 B 3 CANALETAS	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		225,7336	1
280	BANCO TRATOR C/REGULAGEM/APOIO/BRAÇO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		1.522,4756	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 16/17

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: .....****Número do Registro de Preços: 18/2018****Data do Registro: 21/11/2018****Válido até: 21/11/2019****Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PESADOS (TRATOR, ARADO, ROÇADEIRA, ESPALHADEIRA DE ADUBO, TOMBADOR, ESCARIFICADOR, CARRETA AGRÍCOLA, GRADE e DISTRIBUIDOR DE ADUBO) DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
281	BRAÇO 3 PONTO HIDRAULICO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		1.353,3051	1

Página: 17/17

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

<b>Número do Registro de Preços: 18/2018</b>		<b>Data do Registro: 21/11/2018</b>	<b>Válido até: 21/11/2019</b>			
<b>Objeto da Compra:</b>		REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PESADOS (TRATOR, ARADO, ROÇADEIRA, ESPALHADEIRA DE ADUBO, TOMBADOR, ESCARIFICADOR, CARRETA AGRÍCOLA, GRADE e DISTRIBUIDOR DE ADUBO) DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**

**REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2018**

**PROCESSO Nº 70/2018**

(7780) - AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP

Maracajá, 21 de Novembro de 2018.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 004/2019 - PREGÃO Nº 013/2019**

Publicação Nº 2130721

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 1/4

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

Número do Registro de Preços: 4/2019		Data do Registro: 20/05/2019		Válido até: 20/05/2020		
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (CAVACO DOCE, ENROLADINHO DE BANANA, ROSCA, CUCA DE BANANA, MINI SONHO, BROA, BOLOS: MILHO, COCO E LARANJA), PARA ATENDIMENTO AOS EVENTOS DO GRUPO DE IDOSOS REALIZADO NO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E BEM ESTAR SOCIAL DE M				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif
1	CAVACO DOCE - Farinha de trigo, ovos, leite, sal, açúcar, margarina e fermento químico. Obtidos a partir de matéria prima de primeira qualidade, a massa deve estar macia. Serão rejeitados cavacos doce, mal assados, queimados, amassados, achatados ou "embatumados" aspecto massa pesada, secos ou com formação de mofo. O produto deverá ser entregue. Deve conter na embalagem etiqueta com o peso, data de fabricação e validade.	KG	FREITAS SUPERMERCADO LTDA - EPP (6628)		22,5000	
2	ENROLADINHO DE BANANA - Farinha de trigo, ovos, leite, sal, açúcar, margarina, banana e fermento químico. Obtidos a partir de matéria prima de primeira qualidade, a massa deve estar macia. Serão rejeitados enroladinho de banana, mal assados, queimados, amassados, achatados ou "embatumados" aspecto massa pesada, secos ou com formação de mofo. O produto deverá ser entregue. Deve conter na embalagem etiqueta com o peso, data de fabricação e validade.	KG	FREITAS SUPERMERCADO LTDA - EPP (6628)		15,8000	
3	ROSCA - Polvilho, ovos, leite, sal, açúcar, margarina e água. Pesando 160g. Obtidos a partir de matéria prima de primeira qualidade, a massa deve estar macia. Serão rejeitados rosca, mal assados, queimados, amassados, achatados ou "embatumados" aspecto massa pesada, secos ou com formação de mofo. O produto deverá ser entregue. Deve conter na embalagem etiqueta com o peso, data de fabricação e validade.	UN	FREITAS SUPERMERCADO LTDA - EPP (6628)		3,4000	
4	CUCA DE GOIABADA - Mistura para cuca, água, ovos, leite, sal, goiabada e fermento biológico. Obtidos a partir de matéria prima de primeira qualidade, a massa deve estar macia. Serão rejeitadas cucas de banana, mal assados, queimados, amassados, achatados ou "embatumados" aspecto massa pesada, secos ou com formação de mofo. O produto deverá ser entregue. Deve conter na embalagem etiqueta com o peso, data de fabricação e validade.	KG	FREITAS SUPERMERCADO LTDA - EPP (6628)		18,0000	
5	CUCAS DE BANANA E CANELA - Mistura para cuca, água, ovos, leite, sal, banana e fermento biológico. Obtidos a partir de matéria prima de primeira qualidade, a massa deve estar macia. Serão rejeitadas cucas de banana, mal assados, queimados, amassados, achatados ou "embatumados" aspecto massa pesada, secos ou com formação de mofo. O produto deverá ser entregue. Deve conter na embalagem etiqueta com o peso, data de fabricação e validade.	KG	FREITAS SUPERMERCADO LTDA - EPP (6628)		16,5000	
6	MINI SONHO - Farinha de trigo, ovos, soro de leite, sal, açúcar, margarina e fermento biológico. Obtidos a partir de matéria prima de primeira qualidade, a massa deve estar macia. Serão rejeitados mini sonho, mal assados, queimados, amassados, achatados ou "embatumados" aspecto massa pesada, secos ou com formação de mofo. O produto deverá ser entregue. Deve conter	KG	FREITAS SUPERMERCADO LTDA - EPP (6628)		16,0000	
7	BROA - Polvilho, ovos, banha, margarina, coco e fermento químico. Obtidos a partir de matéria prima de primeira qualidade. Serão rejeitados broa, mal assados, queimados, amassados, achatados ou "embatumados" aspecto massa pesada, secos ou com formação de mofo. O produto deverá ser entregue. Deve conter na embalagem etiqueta com o peso, data de fabricação e validade.	KG	FREITAS SUPERMERCADO LTDA - EPP (6628)		21,0000	
8	BOLO DE MILHO - Ingredientes: Mistura, Leite, ovos, emustab, fermento químico. Obtidos a partir de matéria prima de primeira qualidade, a massa deve estar macia e aerada. Serão rejeitados bolos mal assados, queimados, amassados, achatados ou "embatumados" aspecto massa pesada, secos ou com formação de mofo. O produto deverá ser embalado em prato de papelão laminado específico para este fim e coberto com papel filme. O bolo deverá apresentar textura macia e com sabor característico do produto. Deve conter na embalagem etiqueta com o peso, data de fabricação e validade.	KG	FREITAS SUPERMERCADO LTDA - EPP (6628)		17,9000	



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 2/4

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

<b>Número do Registro de Preços: 4/2019</b>		<b>Data do Registro: 20/05/2019</b>		<b>Válido até: 20/05/2020</b>		
<b>Objeto da Compra:</b>		REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (CAVACO DOCE, ENROLADINHO DE BANANA, ROSCA, CUÇA DE BANANA, MINI SONHO, BROA, BOLOS: MILHO, COCO E LARANJA), PARA ATENDIMENTO AOS EVENTOS DO GRUPO DE IDOSOS REALIZADO NO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E BEM ESTAR SOCIAL DE M				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.

9	BOLO DE LARANJA - Ingredientes: Mistura, Leite, ovos, emustab, fermento químico. Obtidos a partir de matéria prima de primeira qualidade, a massa deve estar macia e aerada. Serão rejeitados bolos mal assados, queimados, amassados, achatados ou "embatumados" aspecto massa pesada, secos ou com formação de mofo. O produto deverá ser embalado em prato de papelão laminado específico para este fim e coberto com papel filme. O bolo deverá apresentar textura macia e com sabor característico do produto. Deve conter na embalagem etiqueta com o peso, data de fabricação e validade.	KG	FREITAS SUPERMERCADO LTDA - EPP (6628)		17,5000 1
---	--	----	--	--	-----------

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 3/4

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

<b>Número do Registro de Preços: 4/2019</b>		<b>Data do Registro: 20/05/2019</b>		<b>Válido até: 20/05/2020</b>		
<b>Objeto da Compra:</b>		REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (CAVACO DOCE, ENROLADINHO DE BANANA, ROSCA, CUÇA DE BANANA, MINI SONHO, BROA, BOLOS: MILHO, COCO E LARANJA), PARA ATENDIMENTO AOS EVENTOS DO GRUPO DE IDOSOS REALIZADO NO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E BEM ESTAR SOCIAL DE M				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.

10	BOLO DE COCO - Ingredientes: Mistura, Leite, ovos, emustab, fermento químico. Obtidos a partir de matéria prima de primeira qualidade, a massa deve estar macia e aerada. Serão rejeitados bolos mal assados, queimados, amassados, achatados ou "embatumados" aspecto massa pesada, secos ou com formação de mofo. O produto deverá ser embalado em prato de papelão laminado específico para este fim e coberto com papel filme. O bolo deverá apresentar textura macia e com sabor característico do produto. Deve conter na embalagem etiqueta com o peso, data de fabricação e validade.	KG	FREITAS SUPERMERCADO LTDA - EPP (6628)		17,5000 1
----	---	----	--	--	-----------

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 4/4

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: .....****Número do Registro de Preços: 4/2019****Data do Registro: 20/05/2019****Válido até: 20/05/2020****Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (CAVACO DOCE, ENROLADINHO DE BANANA, ROSCA, CUCA DE BANANA, MINI SONHO, BROA, BOLOS: MILHO, COCO E LARANJA), PARA ATENDIMENTO AOS EVENTOS DO GRUPO DE IDOSOS REALIZADO NO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E BEM ESTAR SOCIAL DE M

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	----------------	----------

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)****REGISTRO DE PREÇOS N° 4/2019****PROCESSO N° 13/2019**

(6628) - FREITAS SUPERMERCADO LTDA - EPP

Maracajá, 20 de Maio de 2019.

# Marema

## PREFEITURA

### DECRETO 042/2019

Publicação Nº 2131204

DECRETO nº042/2019

De 26/02/2019

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR, PELO SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2018, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAREMA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal, de Marema, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 1165 de 06 de dezembro de 2018.

DECRETA

Art. 1º- Fica Decretado a utilização de parte do Superávit Financeiro apresentado no confronto do ativo financeiro (-) passivo financeiro do balanço patrimonial do Exercício de 2018 do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAREMA, - CONVENIO - PISO BASIO DA ATENÇÃO BASICA com valor R\$ 24.337,91 (VINTE QUATRO MIL, TREZENTOS E TRINTA E SETE REAIS E NOVENTA E UM CENTAVOS)- CONVENIO - MAC.

Art. 2º - Com os Recursos Advindos dos Art. 1º deste Decreto, ficam Suplementada as seguintes dotações orçamentárias, dentro do Orçamento Vigente do Município de Marema.

Código	Secretaria/departamento			
1301	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
funcional	Proj./ativ.	descrição		
10.302.1001	2.071	MANUTENÇÃO DA SAÚDE - MÉDIA E ALTA		
Modalidade	Fonte	Dotação		
33.90.000	3.382	REDUZIDO	20	24.337,91

Art. 3º- Revogadas as disposições em contrário

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 26 de Fevereiro de 2019.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidora Designada

### DECRETO 075/2019

Publicação Nº 2131187

DECRETO nº 075/2019

De 03/06/2019

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR, PELO SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2018, DO MUNICIPIO DE MAREMA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal, de Marema, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 1.165 de 06 de dezembro de 2018.

DECRETA

Art. 1º- Fica Decretado a utilização de parte do Superávit Financeiro apresentado no confronto do ativo financeiro (-) passivo financeiro do balanço patrimonial do Exercício de 2019 do MUNICIPIO DE MAREMA, com valor R\$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS).

Art. 2º - Com os Recursos Advindos dos Art. 1º deste Decreto, ficam Suplementada as seguintes dotações orçamentárias, dentro do Orçamento Vigente do Município de Marema.

Código	Secretaria/departamento		
0301	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		
funcional	Proj./ativ.	descrição	
4.123.401	2006	MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA	

Modalidade	Fonte	Dotação		
44.90.00.00	3000	REDUZIDO	79	3.000,00

Art. 3º- Revogadas as disposições em contrário

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 03 de Junho de 2019

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidora Designada

## DECRETO 082/2019

Publicação N° 2131181

DECRETO N° 082/2019

De 01/07/2019

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR, PELO SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2018, DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MAREMA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal, de Marema, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 1.165 de 06 de dezembro de 2018.

DECRETA

Art. 1º- Fica Decretado a utilização de parte do Superávit Financeiro apresentado no confronto do ativo financeiro (-) passivo financeiro do balanço patrimonial do Exercício de 2019 do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MAREMA: RECURSOS - ORDINARIOS, totalizando um valor de: R\$ 60.000,00 ( sessenta mil reais).

Art. 2º - Com os Recursos Advindos dos Art. 1º deste Decreto, ficam Suplementada as seguintes dotações orçamentárias, dentro do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Marema.

Código	Secretaria/departamento			
16.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MAREMA			
funcional	Proj./ativ.	descrição		
08.244.801	2.085	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MAREMA.		
Modalidade	Fonte	Dotação		
33.90.00.00	3.000	REDUZIDO	19	60.000,00

Art. 3º- Revogadas as disposições em contrário

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 01 de julho de 2019

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidora Designada

## DECRETO 087-2019

Publicação N° 2131180

DECRETO nº 087/2019

De 11/07/2019

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR, PELO SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2018, DO MUNICIPIO DE MAREMA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal, de Marema, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 1.165 de 06 de dezembro de 2018.

DECRETA

Art. 1º- Fica Decretado a utilização de parte do Superávit Financeiro apresentado no confronto do ativo financeiro (-) passivo financeiro do balanço patrimonial do Exercício de 2019 do MUNICIPIO DE MAREMA, com valor R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS).

Art. 2º - Com os Recursos Advindos dos Art. 1º deste Decreto, ficam Suplementada as seguintes dotações orçamentárias, dentro do Orçamento Vigente do Município de Marema.

Código	Secretaria/departamento			
0301	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA			
funcional	Proj./ativ.	descrição		
4.123.401	2006	MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA		
Modalidade	Fonte	Dotação		
44.90.00.00	3000	REDUZIDO	79	10.000,00

Art. 3º- Revogadas as disposições em contrário

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 11 de Julho de 2019

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidora Designada

## DECRETO 088/2019

Publicação N° 2131179

DECRETO N° 088/2019

De 11/07/2019

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR, PELO SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2018, DO MUNICIPIO DE MAREMA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal, de Marema, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 1.165 de 06 de dezembro de 2018.

DECRETA

Art. 1º- Fica Decretado a utilização de parte do Superávit Financeiro apresentado no confronto do ativo financeiro (-) passivo financeiro do balanço patrimonial do Exercício de 2019 do MUNICIPIO DE MAREMA, com valor R\$ 11.000,00 (ONZE MIL REAIS).

Art. 2º - Com os Recursos Advindos dos Art. 1º deste Decreto, ficam Suplementada as seguintes dotações orçamentárias, dentro do Orçamento Vigente do Município de Marema.

Código	Secretaria/departamento			
0601	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERV. URBANOS			
funcional	Proj./ativ.	descrição		
6.181.601	2.040	MANUT. CONV. COM SEGURANÇA PÚBLICA		
Modalidade	Fonte	Dotação		
33.90.00.00	31.10	REDUZIDO	80	4.000,00
33.90.00.00	31.00	REDUZIDO	81	7.000,00

Art. 3º- Revogadas as disposições em contrário

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 11 de Julho de 2019

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidora Designada

**DECRETO 092/2019**

Publicação Nº 2131178

DECRETO nº 092/2019

De 12/07/2019

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR, PELO SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2018, DO MUNICIPIO DE MAREMA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal, de Marema, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 1.165 de 06 de dezembro de 2018.

DECRETA

Art. 1º- Fica Decretado a utilização de parte do Superávit Financeiro apresentado no confronto do ativo financeiro (-) passivo financeiro do balanço patrimonial do Exercício de 2019 do MUNICIPIO DE MAREMA, com valor R\$ 450.000,00 (QUATROCENTOS E CINQUENTA MIL REAIS)

Art. 2º - Com os Recursos Advindos dos Art. 1º deste Decreto, ficam Suplementada as seguintes dotações orçamentárias, dentro do Orçamento Vigente do Município de Marema.

Código	Secretaria/departamento			
0601	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS.			
funcional	Proj./ativ.	descrição		
26.451.1501	2043	MANUTENÇÃO ATIVIDADES RODOVIÁRIAS		
Modalidade	Fonte	Dotação		
33.90.00.00	3000	REDUZIDO	82	350.000,00

Código	Secretaria/departamento			
0301	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA			
funcional	Proj./ativ.	descrição		
4.123.401	2006	MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA		
Modalidade	Fonte	Dotação		
33.90.00.00	3000	REDUZIDO	78	100.000,00

Art. 3º- Revogadas as disposições em contrário

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 12 de Junho de 2019

**DECRETO 099/2019**

Publicação Nº 2131176

DECRETO nº 099/2019

De 01/08/2019

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR, PELO SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2018, DO MUNICIPIO DE MAREMA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal, de Marema, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 1.165 de 06 de dezembro de 2018.

DECRETA

Art. 1º- Fica Decretado a utilização de parte do Superávit Financeiro apresentado no confronto do ativo financeiro (-) passivo financeiro do balanço patrimonial do Exercício de 2019 do MUNICIPIO DE MAREMA, - RECURSOS ORDINÁRIOS - com valor R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).

Art. 2º - Com os Recursos Advindos dos Art. 1º deste Decreto, ficam Suplementada as seguintes dotação orçamentária, dentro do Orçamento Vigente do Município de Marema.

Código	Secretaria/departamento			
05.01	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.			
funcional	Proj./ativ.	descrição		
20.606.2001	2030	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE DESENV.RURAL		
Modalidade	Fonte	Dotação		
33.90.00.00	3.000	REDUZIDO	83	150.000,00

Art. 3º- Revogadas as disposições em contrário

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 01 de Agosto de 2019  
ADILSON BARELLA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT  
Servidora Designada

## DECRETO 105/2019

Publicação Nº 2131161

DECRETO nº 105/2019  
De 02/08/2019

NOMEIA JAINA AMELITA CERATTO PARA O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSAO DE DIRETOR ADJUNTO CC-10 DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO E VENCIMENTOS CONSTANTE NO ANEXO II DA LEI COMPLEMENTAR 48/2018 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor

DECRETA

Art. 1º - Nomeia JAINA AMELITA CERATTO no Cargo de Diretor Adjunto – CC-10, Cargo de Provimento Comissionado de Livre Nomeação e Exoneração – 40 horas, junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, constante no Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 48 de 13/06/2018, como Diretora do Departamento de Projetos, Urbanismo e Obras, percebendo o vencimento constante do Plano de Cargos e Salários.

Art. 2º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos em 01/08/2019.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de agosto de 2019.  
ADILSON BARELLA  
Prefeito Municipal  
Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT  
Servidora Designada

## DECRETO 110/2019

Publicação Nº 2131153

DECRETO nº110/2019  
De 14/08/2019

EXONERA O SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL CRISTIANO CERATTO EXERCENDO O CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor especialmente o art. 56, II da Lei Municipal n. 307/95 de 10/08/1995 – Estatuto dos Servidores Públicos. CONSIDERANDO decreto 090/2018.

DECRETA

Art. 1º - A exoneração do Servidor Público Municipal CRISTIANO CERATTO na função de SECRETARIO MUNICIPAL, a partir de 15/08/2019, em consequência do Serviço Público Municipal de Marema.

Art. 2º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 14 de agosto de 2019.

ADILSON BARELLA  
Prefeito Municipal  
Registrado e publicado na data supra e local de costume.



ELIAMARA BALBINOT  
Servidora Designada

**DECRETO 111/2019**

Publicação Nº 2131159

DECRETO nº111/2019

De 14/08/2019

NOMEIA CRISTIANO CERATTO PARA O CARGO DE OPERADOR, EM CARATER EFETIVO, CONSTANTE NO ANEXO II DA LEI COMPLEMENTAR 48/2018 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor

CONSIDERANDO Concurso Público 001/2019  
CONSIDERANDO Edital de Convocação 001/2019  
DECRETA

Art. 1º - A nomeação de CRISTIANO CERATTO, em caráter efetivo, na função Operador junto a Secretaria Municipal de Agricultura. Cargo constante no Anexo II da Lei Complementar Municipal 48/2018 de 13/06/2018, percebendo o vencimento constante do Plano de Cargos e Salários, a partir de 16/08/2019.

Art. 2º - O presente Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 14 de agosto 2019.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT  
Servidora Designada

**PREGÃO PRESENCIAL N. 47/2019 REGISTRO DE PREÇOS**

Publicação Nº 2131482

Aviso de licitação

PROCESSO LICITATÓRIO N. 61/2019

PREGÃO PRESENCIAL N. 47/2019 REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Marema – SC comunica que se encontra aberto processo licitatório de Registro de preço para eventual contratação de serviços mecânicos para manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças e acessórios, para atender aos veículos pesados e leves, caminhões, máquinas agrícolas, tratores da frota oficial do Município. Os envelopes de documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h00min do dia 04 de setembro de 2019, procedendo à abertura às 08h30min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site [www.marema.sc.gov.br](http://www.marema.sc.gov.br) maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Marema - SC, sito à Rua Vidal Ramos nº 357, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Marema - SC, 21 de agosto de 2019.

Adilson Barella

Prefeito Municipal

# Massaranduba

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 3973 DE 20 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2131362



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**ASSGAB – Assessoria de Gabinete**

**DECRETO Nº 3973 DE 20 DE AGOSTO DE 2019****Abre créditos adicionais suplementares**

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1961 de 12 de novembro de 2018, DECRETA:

**Art. 1º** Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no Orçamento de 2019 no valor de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais) nos programas discriminados do Anexo I.

**Art. 2º** Os recursos para abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º, é oriundo do provável excesso de arrecadação no exercício, conforme Artigo 43, § 1º, II da Lei Federal nº 4.320/64.

**Art. 3º** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 20 de agosto de 2019.

**ARMINDO SESAR TASSI**  
**Prefeito Municipal**

Publicado no expediente na data supra

**VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI**  
**Gerente de Gabinete**

**CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ**

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600  
E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br – CNPJ: 83.102.483/0001-62



## MUNICIPIO DE MASSARANDUBA

Planejamento e Orçamento  
Alterações Orçamentárias por Suplementação e Origem de Recursos  
Entidade(s): 77

Pág 1/1

## ANEXO I

Entidade: MUNICIPIO DE MASSARANDUBA										Data Lançamento: 20/08/2019			
Decreto: 3973/2019										Código da Suplementação: 101			
Data Decreto: 20/08/2019													
Data Lei: 12/11/2018													
Grédito Adicional				Valor				Origem de Recursos					
Lote	Tipo	Ref.	Datação	Vínculo	Valor	Tipo	Ref.	Datação/Receita					
1	Suplementar	84	07.001.0017.0512.0034.2036.33390000000000000000	01000000	50.000,00	Excesso							
1	Suplementar	111	08.001.0012.0306.0022.2035.33390000000000000000	01000000	21.000,00								
1	Suplementar	109	08.001.0012.0306.0035.2034.33390000000000000000	01000000	13.000,00	Anulação:							
1	Suplementar	106	08.001.0012.0306.0020.2033.33390000000000000000	01000000	21.000,00	Superávit:		Excesso:					
						Convênio:		Op. de Crédito:					
Total do Lote					105.000,00								
Total					105.000,00								
Total Geral													
Anulação :										0,00			
Excesso:										105.000,00			
Op. de Crédito:										0,00			
Superávit:										0,00			
Transposição:										0,00			
Decremento:										0,00			
Resumo por Vinculos													
Tipo: Ordinário													
Vínculo	Descrição Vínculo		Anulação	Superávit	Excesso	Op. de Crédito		Transp. Incremento		Transp. Decremento		Convênio	
1000000	Recursos Ordinários												
	Total Tipo: Ordinário												
	Total Geral												

# Matos Costa

## PREFEITURA

### AVISO CANCELAMENTO TP 05/2019

Publicação Nº 2131627

#### AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2019 - TOMADA DE PREÇO Nº 05/2019.

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica da Rua Tereza Cristina com CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado à Quente), com drenagem das águas pluviais, sinalização, incluindo materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, planilhas orçamentárias e projetos, vinculado ao Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento FINISA, Contrato nº 2623.527790-28/2019. Por motivos administrativos e correção no edital, fica cancelada a TP 05/2019. Será publicado oportunamente novo edital, divulgado através dos meios oficiais. Matos Costa, 21 de agosto de 2019. Camila Carneiro - Presidente da Comissão.

### INSTRUÇÃO NORMATIVA 002/2019

Publicação Nº 2130836

#### INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002/2019/CIMMC

DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS A SEREM OBSERVADOS PARA INCLUSÃO DE DADOS NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO MUNICÍPIO DE MATOS COSTA-SC.

A CONTROLADORIA DO MUNICÍPIO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 1320/2005, de 24 de agosto de 2005, Decreto Municipal n. 034/2010, Lei Complementar Federal nº. 101/2000; e,

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e Lei Complementar nº 131/2009 (Lei de Transparência), disciplinou mecanismos de acesso à informação e controle social e Decreto Municipal n.039/2018, que regulamenta a LAI no âmbito municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar critérios internos quanto a remessa de informações, forma de envio e definir responsáveis por realizar a alimentação de dados no Portal da Transparência da Prefeitura do Município de Matos Costa-SC;

CONSIDERANDO, por fim, que o site oficial da prefeitura disponibiliza o Portal da Transparência e o canal eletrônico de Ouvidoria, ferramentas já implantadas e em pleno funcionamento, fica instituído por este instrumento, procedimentos necessários para inclusão de dados, informações, e demais atos, no sítio eletrônico do município, modelo utilizado pela FECAM e Sistema Fly Transparência, disponibilizado pelo Sistema Betha, resolve expedir a seguinte Instrução Normativa:

#### I-DA ABRANGÊNCIA

Art. 1º - Abrange todos os órgãos e entidades vinculados direta ou indiretamente à Prefeitura Municipal, quer como executoras de tarefas ou como fornecedoras ou receptoras de dados e informações em meio documental ou informatizado.

#### II- DOS SETORES RESPONSÁVEIS PELAS INFORMAÇÕES E DAS RESPONSABILIDADE:

Art. 1º - A Controladoria Geral Municipal (CGM), será responsável:

I- Pelo monitoramento do Portal da Transparência;

II- Por promover, através de auditorias internas e inspeções, a checagem das informações inseridas no Portal da Transparência, bem como avaliar a eficácia dos procedimentos de controle, propondo alterações na Instrução Normativa para aprimoramento dos controles;

III- Promover discussões técnicas com as Unidades Administrativas Executoras, de modo a aprimorar os procedimentos existentes;

IV- Sugerir ao gerenciados do portal alterações que se fizerem necessárias nas rotinas de trabalho e implementação de novas ferramentas no Portal da Transparência, tendo em vista o aprimoramento dos procedimentos de controle, o aumento da eficiência operacional e facilitação do controle social;

V- Coordenação e Monitoramento do Serviço de Informação ao cidadão, de acordo com art.9º Decreto Municipal n.39/2018;

VI- Deverá disponibilizar as informações relacionadas a sua área de competência;

Art. 2º Será responsável o Servidor designado para gerenciar o portal municipal:

I- Pela capacitação dos servidores designados pelos órgãos das Unidades Administrativas Executoras, que irão operacionalizar os sistemas administrativos que envolvem o Portal da Transparência;

II- Por criar, administrar, habilitar, inativar usuários/responsável (eis) no Portal da Fecam ou Fly Transparência, quando solicitado pelos órgãos das Unidades Administrativas Executoras;

III- Por realizar a inserção de dados eletrônicos e informações no sítio do município, seja disponibilizado pela FECAM ou através do Fly Transparência, no formato PDF, recebidos através do e-mail gerenciador@matoscosta.sc.gov.br, quando estes não puderem ser exportados dos software utilizados pelos programas, exceto quando as unidades administrativas possuírem senha ou permissão;

IV- Atender as solicitações da Unidade de Controle Interno e demais unidades administrativas, quanto ao fornecimento de informações no

sítio oficial do município;

V- Cuidar pela fidedignidade das informações inseridas no sítio oficial do município.

VI- realizar os lançamentos na área restrita do Portal da Transparência;

VII- Manter atualizado as informações disponíveis para acesso;

**Art. 3º- É DE RESPONSABILIDADES COMUNS A TODOS OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA OU INDIRETA:**

I- Manter a Instrução Normativa à disposição de todos os funcionários da unidade, zelando pelo fiel cumprimento da mesma;

II- Cumprir fielmente as determinações da Instrução Normativa, em especial quanto aos procedimentos de controle e quanto à padronização dos procedimentos na geração de documentos, dados e informações;

III- Encaminhar arquivos, textos, imagens, ao responsável pelo gerenciador do portal, respeitando prazos para publicação, utilizando e-mail:gerenciador@matoscosta.sc.gov.br;

IV- Assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso da informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos da Lei n. 12.527/2011;

IV- Outras informações relacionadas a sua área de competência;

**Art. 4º- É DE RESPONSABILIDADES EXCLUSIVA DOS ÓRGÃOS E OU UNIDADES ADMINISTRATIVAS EXECUTORAS:**

**I-CONTÁBILIDADE/COMPRAS/FINANÇAS/TRIBUTOS:** As informações relativas à administração orçamentária, financeira, contábil e patrimonial serão exportados do software Betha Sapo, Betha Compras, Betha Tributos, Betha Frotas, Betha Patrimônio, importados em tempo real, via link de redirecionamento Betha SAPO, Betha Compras, Betha Tributos, Betha Patrimônio, Betha Frotas, para sistema eletrônico do Fly Transparência, mantendo-as atualizadas no sítio eletrônico do Município em conformidade com art. 48-A, inciso II, da LC 101/00; 48-A, inciso I, da LRF C/C Art. 7º, VI, da LAIC, Art.37, cap, da CF. A inserção de dados eletrônicos e atualização de informações nos programa utilizados ficarão sob a responsabilidade dos Departamentos: Contábil, Compras, Tributos, Finanças, Patrimônio e Frotas, conforme competência, sob a responsabilidade dos servidores designados para a função;

**II-LICITAÇÕES E CONTRATOS:** As informações relativas à Licitações, Contratos, termos aditivos, ou instrumentos congêneres celebrados pelo setor, em andamento ou concluídas, na íntegra, firmados pelos órgãos, ficará sob a responsabilidade do setor de Licitações, que deverá inserir, manter atualizados os dados em tempo real, via link de redirecionamento Betha Compras, para sistema eletrônico do Fly Transparência, observando no que couber art. 48-A, I, da LRF c/c ART. 8º, § 1º, Inc.IV, da LAI, art.37, caput, da CF, e § 3º, da Lei 8.66/93.

**III- RECURSOS HUMANOS:** O responsável pelo Departamento de Recursos Humanos ficará responsável pela inserção de dados eletrônicos e informações relacionadas a gestão de pessoal, mantendo atualizados os dados em tempo real, via link de redirecionamento Betha Folha para sistema eletrônico do Fly Transparência, no que couber, observando o previsto no art.48, § 1º, II, arts.3º, I, II,III,IV e V, e 8º, caput e § 1º,II e III, da LAI c/c arts.37, caput, e 39, § 6º, da CF.

**Art. 5º- DOS PRAZOS:**

I- Os relatórios de Gestão Fiscal (RGF e RREO), os Instrumentos de Gestão Fiscal e do Planejamento deverão ser publicados de acordo com art. 48, caput, da LRF e Lei Orgânica Municipal.

II- Os Decretos, Leis, Portaria, Resoluções, devem ser inseridos concomitante com a publicação oficial;

IV- Os documentos que compõe a Prestação de Contas Anual do Prefeito, Relatórios de Gestão, Relatórios Controle Interno, Parecer de Conselhos que acompanham Prestação de Contas do Poder Executivo, serão inseridos obedecidos os prazos estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina em suas resoluções e/ou instrumentos normativos;

V- Os documentos e ou informações não definidas nesta instrução, devem ser inseridos em tempo real, e ou concomitante com a publicação oficial, legislação pertinente, resoluções e/ou instrumentos normativos;

VI- A integridade das informações inseridas no Sistema Administrativo do Portal da Transparência é de inteira responsabilidade da Unidade Administrativa Executora e do servidor designado para essa atribuição, sob as penas da lei.

Parágrafo único: Entende-se como "tempo real" a disponibilização das informações, em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, até o primeiro dia útil subseq-ente à data do registro contábil;

**Art. 6º- O lançamento de informações no Portal da Transparência não desobriga a Unidade Administrativa Executora de fornecer informações, mediante requisição dos Órgãos de Controle da Administração Municipal, Estadual ou Federal, nos termos da legislação.**

**Art. 7º- A inobservância dos procedimentos de rotina estabelecidos nesta Instrução Normativa, sem prejuízo das orientações e exigências do TCE/SC, Ministério Público, relativas ao assunto, sujeitará os responsáveis às sanções legais cabíveis.**

**Art. 8º- Os esclarecimentos adicionais a respeito deste documento poderão ser obtidos junto à Controladoria Geral Municipal - CGM que, por sua vez, através de procedimentos de auditoria interna, aferirá a fiel observância de seus dispositivos por parte dos diversos Órgãos Administrativos.**

**Art. 9º - Esta instrução normativa entra em vigor na data de sua publicação.**

Matos Costa (SC), 21 de agosto de 2019.

Mariza Granemann de Mello  
Analista de Controle Interno

De acordo/Homologo em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Raul Ribas Neto  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

### PORTARIA 532/2019

Publicação Nº 2130841

PORTARIA Nº 532/2019 – De 19 de Agosto de 2019.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER ao servidor VINICIUS JOSE BESCIAK, para ocupar o cargo de provimento em Carreira do Grupo Ocupacional PROFIS-SIONAL, na categoria funcional de PROCURADOR, progressão funcional por classe, transpondo a classe A para B, de conformidade com o art. 17, § 1º, inciso III, alínea B, da Lei 671/1994, de 23 de fevereiro de 1994.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 19 de Agosto de 2019.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16
--	---

### PORTARIA 533/2019

Publicação Nº 2130849

PORTARIA Nº 533/2019 – De 19 de Agosto de 2019.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - DESIGNAR a servidora NATALINA FRAGOSO PETERS, investida no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional ADMINISTRATIVO na categoria funcional de AUXILIAR ADMINISTRATIVO II, para desempenhar suas funções 20 (vinte) horas semanais no período matutino das 08:00 as 12:00, na farmácia junto a Unidade Básica de Saúde - USB, e as outras 20 (vinte) horas referentes ao período vespertino das 13:30 as 17:30 continuarão a ser desempenhadas na Secretaria Municipal de Saúde, de segunda a sexta feira.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 19 de Agosto de 2019.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16
--	---

### PORTARIA 534/2019

Publicação Nº 2130855

PORTARIA Nº 534/2019 – De 19 de Agosto de 2019.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER ao servidor GABRIEL DE FREITAS, investido no cargo de provimento em carreira do grupo ocupacional PROFISSIONAL, na categoria funcional de ENFERMEIRO SOCORRISTA, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2018/2019, a serem gozadas entre os dias 19.08.19 a 17.09.19, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 19 de Agosto de 2019.

RAUL RIBAS NETO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16

**PORTARIA 535/2019**

Publicação Nº 2130874

PORTARIA Nº 535/2019 – De 20 de Agosto de 2019.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - AFASTAR o servidor ARI DOMINGUES DA SILVA, investido no cargo de provimento em carreira, do grupo ocupacional SERVIÇOS GERAIS, na categoria funcional de CARPINTEIRO, licença para tratamento de saúde, de conformidade com o insculpido no art. 128, da Lei Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012 e com a Lei do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 20 de Agosto de 2019.

RAUL RIBAS NETO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16

**PORTARIA 536/2019**

Publicação Nº 2130885

PORTARIA Nº 536/2019 – De 21 de Agosto de 2019.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR o senhor JOSE LEOMIR MORAIS, para ocupar o cargo de provimento em Carreira do Grupo Ocupacional SERVIÇOS GERAIS, na categoria funcional de OPERADOR DE MAQUINAS RODOVIARIAS, nível SG SUB VI A, classe referencia A 01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme aprovação no Concurso Público n.º 001/2018.

Art. 2º - Ficando o mesmo empossado no referido cargo e iniciando suas atividades a partir desta data.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 21 de Agosto de 2019.

RAUL RIBAS NETO

PREFEITO MUNICIPAL



A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS  
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES  
Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16

# Meleiro

## PREFEITURA

### DECRETO N° 042-2019

Publicação N° 2130997

DECRETO n.º 042/2019.

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.793/2018, de 21 de Novembro de 2018.

DECRETA

Art. 1.º A Dotação Orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), nestes termos:

13 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
130110301.2050 – Manutenção das Ações Básica de Saúde	
3.3.90.00.00.00.00.00.0743 – Aplicações Diretas (24)	R\$ 50.000,00
Total .....	R\$ 50.000,00

Art. 2.º A suplementação da Dotação Orçamentária de que trata o artigo 1º, correrá por conta do provável excesso de arrecadação apurado no exercício na fonte especificada.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 12 de Agosto de 2019.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secret. Adm. e Finanças.

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N° 040-2019

Publicação N° 2131489

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 040/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 04/09/2019, às 14:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas do PREGÃO PRESENCIAL N.º 040/2019, tem por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS para a possível e futura AQUISIÇÃO DE ALIMENTO (RAÇÃO) PARA CAES OBJETIVANDO A MANUTENÇÃO DO ABRIGO MUNICIPAL DE CAES DE RUA, conforme especificações constantes descritas no “Anexo I – Termo de Referência” do presente edital. A integral do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371 – Meleiro/SC, no horário das 7:30 as 11:30 horas e das 13:00 as 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone (48) 3537-8400. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado ou através do site [www.meleiro.sc.gov.br](http://www.meleiro.sc.gov.br).

Meleiro/SC, 21 de agosto de 2019.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

**LEI Nº 1813-2019**

Publicação Nº 2131493

LEI Nº 1.813 DE 21 DE AGOSTO DE 2019

“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO EXERCÍCIO DE 2020 DO MUNICÍPIO DE MELEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ÉDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Em cumprimento ao disposto no art. 165, inciso II, da Constituição Federal e em consonância com o art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2020, em conformidade com o Plano Plurianual - PPA 2018/2021, serão elaboradas e executadas observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

- I – as metas fiscais, incluindo as disposições sobre as metas de Resultado Primário, Resultado Nominal e demais Relatórios de Gestão e metas estabelecidas pela LRF;
- II – as prioridades e metas da administração municipal para o exercício de 2020 extraídas do Plano Plurianual para 2018/2021;
- III – a estrutura dos orçamentos da Prefeitura e dos Fundos Municipais;
- IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V – as disposições sobre dívida pública municipal;
- VI – as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;
- VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária e relativa a arrecadação;
- VIII – as disposições gerais.

**I – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2020, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, com base nos Anexos I e II que integram a presente Lei, serão elaboradas e disponibilizadas por meio do sistema informatizado que registra os dados contábeis relacionados aos orçamentos do Município, na forma estabelecida pelo Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão – eSfinge – do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. O Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência Social e o Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social, de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal, não se aplicam, em função da adoção pelo Município do Regime Geral da Previdência Social;

**II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2020**

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2020 são aquelas definidas e demonstradas no ANEXO II de que trata o artigo 2º desta Lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2020, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo II, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

**III – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I – programa: o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II – ação: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
- III – atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
- IV – projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
- V – operação especial: as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
- VI – unidade orçamentária: o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
- VII – receita ordinária: aquela prevista para ingressar no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;
- VIII – receita vinculada: aquela que por força de legislação, normativa, convênio ou similares, deva ser aplicada em despesas específicas, ou ainda, que deve ter controle específico de fonte e destinação de recurso;
- IX – execução física: a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;
- X – execução orçamentária: o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;
- XI – execução financeira: o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.
- XII – receita não financeira: receita total do exercício, excluídas aquelas provenientes de operações de crédito, de alienação de ativos, de aplicações no mercado financeiro e de amortização de empréstimos;
- XIII – despesa não financeira: despesa total do exercício, excluída a referentes a juros e amortização da dívida, concessão de empréstimos e aquisição de títulos de capital já integralizado.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais e estes, com a identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, diretrizes, objetivos, metas físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria STN nº 303/2005 e alterações posteriores.

§ 2º A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, será identificada por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2020 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo, seus Fundos e Fundações Municipais e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Parágrafo único. Serão rejeitadas pela Comissão de Finanças e Orçamentos e perderão o direito a destaque em plenário, as emendas ao Projeto de Lei Orçamentária que:

I - contrariarem disposições estabelecidas na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, os detalhamentos descritos no Plano Plurianual 2018/2021 e disposições desta lei;

II - no somatório das deduções, reduzirem a dotação do projeto ou atividade em valor superior a 30%;

III - não apresentarem objetivos e metas compatíveis com o orçamento da Unidade Gestora, com o órgão de governo, com a funcional programática, projeto ou atividade, esfera orçamentária, grupo de natureza de despesa e fonte de recursos;

IV - anularem, mesmo que parcialmente, o valor das dotações orçamentárias provenientes de:

a) recursos destinados a pessoal e encargos sociais;

b) recursos para o atendimento de serviços e amortização da dívida;

c) recursos para o pagamento de precatórios judiciais;

d) fonte de recursos vinculados;

e) recursos destinados à educação e à saúde, independentemente da fonte.

V - a emenda coletiva terá preferência sobre a individual quando ambas versarem sobre o mesmo objeto na Lei Orçamentária.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2020 evidenciará as receitas e despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e ao Orçamento Fiscal (F) e da Seguridade Social (S), desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, STN nº 303/2005 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III – Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V – Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 08/85);

X – Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;

XI – Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII – Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF);

XIII – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. (Art. 5º, II da LRF);

XIV – Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV – Demonstrativo das Receitas e Despesas do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF);

XVI – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF);

XVII – Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2020. (Art. 5º, III);

XVIII – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF);

XIX – Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2020. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF);

XX – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2020. (Art. 8º e 50, I da LRF).

§ 1º Os anexos de que trata este artigo poderão ser apresentados de forma individualizada, conjunta ou conjugada entre os diversos anexos, de forma a diminuir as informações repetidas e/ou irrelevantes.

§ 2º O Orçamento Geral do Município será apresentado por modalidade de aplicação, evidenciando as Fontes de Recursos, na forma prevista nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 3º Para efeito desta Lei, entende-se por Unidade Gestora Central a Prefeitura Municipal e como Unidade Gestora cada Fundo com orçamento e contabilidade próprios.

§ 4º O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2000, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada Projeto/Atividade.

§ 5º O orçamento dos Fundos Municipais descentralizados por força legal, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 6º Os Fundos Municipais cujo funcionamento orçamentário e financeiro de menor volume não exigir sua descentralização, a critério de seus Gestores e do Chefe do Poder Executivo Municipal, poderão integrar ao orçamento geral da Prefeitura, apresentado em destaque as respectivas receitas e despesas a eles vinculadas.

Art. 8º A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentário conterá as informações básicas sobre a forma utilizada para as estimativas das receitas e as fixações das despesas.

Art. 9º A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação “1.00” – Ordinários, do orçamento fiscal.

#### IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 10. Os Orçamentos para o exercício de 2020 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, e seus Fundos. (Art. 1º, § 1º, 4º, I, “a”, 50, I e 48 da LRF).

§ 1º O Orçamento Municipal conterá dotações específicas para atendimento do disposto no artigo 100 da Constituição Federal e demais dispositivos relacionados ao pagamento de precatórios.

§ 2º O Orçamento Municipal conterá dotações específicas para atendimento de estado de calamidade e situações de emergência, para atendimento dos dispositivos do Decreto Federal 7.257/2010 e legislação análoga.

Art. 11. Os Fundos Municipais terão suas receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas a despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas planilhas de despesas referidas no Artigo 7º, X desta Lei (QDD).

§ 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a Agente Político ou servidor municipal.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverá ser demonstrada também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a Agente Político ou servidor Municipal.

Art. 12. Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2020 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF)

Parágrafo único. O Poder Executivo Municipal colocará à disposição dos interessados legalmente constituídos, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º da LRF)

Art. 13. Se a receita estimada para 2020, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Poder Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Poder Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 14. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações: (Art. 9º da LRF).

I - contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito e alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV - dotação para material de consumo e serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação, para implementação, ou não, do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 15. A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de despesas

obrigatórias de caráter continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Anexo I.10 do artigo 2º desta Lei, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF)

Art. 16. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO III desta Lei. (Art. 4º, § 3º da LRF)

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício anterior.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 17. Os orçamentos para o exercício de 2020 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, proporcionalmente ao montante estabelecido no Plano Plurianual. (Art. 5º, III da LRF)

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, podendo ser utilizados os saldos remanescentes para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para atendimento de despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e atendimento dos riscos fiscais demonstrados no ANEXO III desta Lei. (Art. 5º, III, "b" da LRF)

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem ao final de cada mês, poderão, excepcionalmente, serem utilizados na proporção de 1/12 do saldo, mediante autorização legislativa, para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 18. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 19. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá em até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação; a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (Art. 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 20. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2020 com dotações vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer, ou estiver garantido, o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (Art. 8º, § único e 50 I da LRF).

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000;

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual, os orçamentos da receita e da despesa identificarão com codificação adequada, cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50 I da LRF);

§ 3º Os recursos provenientes de operação de crédito, recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de crédito especial ou suplementar.

Art. 21. A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2020, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (Art. 4º, § 2º, V e Art. 14, I da LRF).

Art. 22. A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica, voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá, em qualquer caso, de autorização em lei específica ou lei geral que a regule. (Art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

§ 1º Nas transferências de recursos, parcerias com o setor privado e outras modalidades análogas serão observados, no que couber, as disposições da Lei Federal 13.019/2014.

§ 2º Não se aplicam os dispositivos desse artigo, para os casos das contribuições devidas às entidades municipalistas e consórcios intermunicipais em que o Município for associado ou consorciado.

§ 3º As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, ou até 12 de dezembro do exercício fiscal, o que ocorrer primeiro, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Art. 70, Parágrafo único da CF).

Art. 23. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 farão parte do processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2020, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (Art. 16, § 3º da LRF)

Art. 24. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos



orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (Art. 45 da LRF)

Parágrafo único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e a Executar, de que trata o artigo 3º da IN TCE nº 02/2001, estão demonstrados nos Anexos IV e V desta Lei. (Art. 45, parágrafo único da LRF).

Art. 25. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando previstos recursos na lei orçamentária e firmados por convênios, acordos ou ajustes previamente autorizados pelo Poder Legislativo. (Art. 62 da LRF)

Art. 26. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2020 a preços correntes.

Art. 27. A execução do orçamento da despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e alterações posteriores.

Parágrafo único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos orçamentários de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto/Atividade ou Operação Especial, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal, com autorização expressa na Lei Orçamentária Anual. (Art. 167, VI da CF).

Art. 28. Durante a execução orçamentária de 2020, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2020 e constantes desta lei. (Art. 167, I da CF)

Parágrafo único. Os créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, na forma estabelecida pela Constituição Federal.

Art. 29. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m² das construções, do m² das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Parágrafo único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Art. 30. Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas – Anexo VI, e contemplados na Lei Orçamentária para 2020, serão desdobrados em metas trimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e o cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF).

Art. 31. Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

#### V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 32. A Lei Orçamentária de 2020 poderá estimar receita e fixar despesas por conta de contratação de Operações de Crédito para atendimento de Despesas de Capital, observado o limite de endividamento estabelecido pelo Senado Federal e demais disposições pertinentes, na forma prescrita na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 33. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF)

Art. 34. Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 32 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta Lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF).

#### VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 35. O Poder Executivo e o Poder Legislativo Municipal, mediante Lei autorizativa, poderão em 2020, criar cargos e funções, alterar a estrutura administrativa ou de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF) e as disposições da legislação eleitoral (Lei nº 9.504/1997) e regulamentos pertinentes.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei do orçamento para 2020 ou em créditos adicionais.

Art. 36. Somente nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem ao limite de alerta de 90% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 59, § 1º, II da LRF)

§ 1º Quando as despesas com pessoal excederem ao limite prudencial de 95% da Receita Corrente Líquida estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 22, § único, V da LRF), poderão ser realizadas horas extras somente para os serviços de transporte escolar e transporte de enfermos, bem como para o atendimento de calamidade pública ou situação de emergência, devidamente homologada pela Defesa Civil Estadual.

§ 2º Em qualquer circunstância, serão realizadas horas extras somente com prévia autorização da autoridade competente, justificado o interesse público e comprovada a excepcionalidade da despesa.



Art. 37. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 19 e 20 da LRF)

I – eliminação de vantagens temporárias concedidas a servidores;

II – eliminação das despesas com horas extras;

III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

V – acordo para demissão voluntária, em conformidade com a legislação municipal.

Art. 38. Para efeito desta Lei e dos registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra, referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Meleiro, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não os “34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização”.

#### VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 39. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseq-entes. (Art. 14 da LRF)

Art. 40. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei específica, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 14, § 3º da LRF)

Art. 41. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do orçamento da receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF)

Art. 42. Alteração de alíquotas, bases de cálculo e normas tributárias do Município não poderão ser realizadas pela Administração Municipal sem prévia autorização legislativa, verificados os princípios constitucionais vigentes.

#### VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 43. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica Municipal, observados, no que couberem, os dispositivos da Constituição Federal, que a apreciará e a devolverá para sanção até ao final do exercício de 2019.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “caput” deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o final do exercício financeiro de 2019, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 44. O Poder Executivo Municipal, autorizado em Lei própria, poderá conceder incentivos e benefícios econômico-fiscais a empresas para a instalação de novas indústrias, desde que sejam comprovadas vantagens sociais entre outras, a geração de emprego e renda, bem como, de incremento de recursos do retorno de tributos federais, estaduais e municipais ao próprio Município.

Art. 45. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria, e de situações provenientes de atos considerados involuntários ao ordenador primário das despesas municipais.

Art. 46. Durante o exercício de 2020 o Chefe do Poder Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 47. Por ato próprio do Chefe do Poder Executivo, as Destinações de Recursos poderão ser alteradas à qualquer tempo, bem como inseridas novas fontes de recurso e despesa orçamentária correspondente, desde que a modalidade esteja prevista no Projeto/Atividade, em especial quando indicadas pelos órgãos de controle externo e de gestão.

Art. 48. No decorrer do exercício de 2020, na forma da legislação em vigor e verificado o interesse público, o Município poderá instituir fundos, fundações, autarquias, empresas públicas, secretarias e órgãos na administração direta e indireta, bem como extinguir ou alterar o funcionamento de fundos, secretarias e órgãos já existentes.

Art. 49. O Sistema de Controle Interno do Município será aplicado de acordo com a Lei Municipal nº 1.729/2016 e operacionalizado na forma da Instrução Normativa nº 20/2015 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e regulamentos pertinentes.

Art. 50. No exercício de 2020 e seguintes o Município adotará os procedimentos contábeis e patrimoniais estabelecidos pela Portaria N.º 828/2011 do Ministério da Fazenda ou sucedâneo e regulamentos internos que se fizerem necessários.

Art. 51. O Município atenderá, no que couber, as resoluções da Secretaria do Tesouro Nacional - STN que tratam da disponibilização das

informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais, denominadas "Matriz de Saldos Contábeis - MSC", a serem divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público, conforme disposto no § 2º do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 2000, incluído pela Lei Complementar nº 156, de 2016 e disposições previstas no art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo único. O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo, em meio magnético ou equivalente, até o dia 28 do mês subsequente, ou último dia útil anterior a este, as informações e dados contábeis da Unidade Câmara de Vereadores, para que o Poder Executivo encaminhe para a STN, mensalmente, a MSC gerada a partir do leiaute definido no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - Siconfi.

Art. 52. Até que a STN ou órgão equivalente edite norma em sentido contrário, as informações ao Siconfi, relativas a Declaração de Contas Anuais – DCA, ao Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO e ao Relatório de Gestão Fiscal - RGF, serão assinadas da seguinte forma, eletrônica e documentalmente:

I – Declaração de Contas Anuais – DCA:

- a) de maneira obrigatória, pelo Chefe do Poder Executivo ou seu delegatário;
- b) de maneira obrigatória, pelo profissional de contabilidade responsável;
- c) de maneira opcional, pelo Vice-prefeito, pelo responsável pelo Controle Interno e pelo responsável pela Administração Financeira.

II – Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO:

- a) de maneira obrigatória, pelo Chefe do Poder Executivo ou seu delegatário;
- b) de maneira opcional, pelo profissional de contabilidade responsável;

- c) de maneira opcional, pelo Vice-prefeito, pelo responsável pelo Controle Interno e pelo responsável pela Administração Financeira.

III – Relatório de Gestão Fiscal – RGF:

- a) de maneira obrigatória, pelos titulares dos Poderes Executivo ou Legislativo, conforme o caso, ou seus delegatários;
- b) de maneira opcional, pelo profissional de contabilidade responsável;
- c) de maneira opcional, pelo Vice-prefeito, pelo responsável pelo Controle Interno e pelo responsável pela Administração Financeira.

Art. 53. Ficam autorizados os ajustes necessários nos Anexos do Plano Plurianual 2018/2021 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias/2020 que se fizerem necessários em função da adequação da legislação vigente, cujas metas físicas dos Programas e Ações passam a vigorar conforme constantes na presente Lei.

Art. 54. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2020.

Meleiro/SC, 21 de agosto de 2019.

ÉDER MATTOS

Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 326-2019

Publicação Nº 2130612

PORTARIA n.º 326/2019

DISPÕE SOBRE A EFETIVAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS EM ESTÁGIO PROBATÓRIO QUE RELACIONAM

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 22 e seguintes da Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000, resolve:

CONSIDERANDO, o término do estágio probatório de 03 (três) anos dos servidores públicos relacionados.

CONSIDERANDO, que os servidores públicos relacionados no Anexo Único da presente Portaria foram avaliados e aprovados pela Comissão Especial de Avaliação de Desempenho dos Servidores Municipais em Estágio Probatório desta Prefeitura, constituída pelo Decreto nº 090/2017, de 25 de Outubro de 2017 e pelo Decreto nº 034/2019 de 03 de Julho de 2019, tendo como fundamentação legal o Decreto nº 138/2002, de 06 de agosto de 2002, que regulamentou a Avaliação de Desempenho do Servidor Municipal em Estágio Probatório, o 4º do Artigo 41 da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 19, de 14 de junho de 1998, e artigos 22 e seguintes da Lei Municipal nº 809, de 03 de abril de 2000 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CONSIDERANDO, Que a ficha de avaliação de Desempenho dos Servidores em Estágio Probatório foi aprovada pela Comissão Especial de Avaliação de Desempenho dos Servidores Municipais em Estágio Probatório desta Prefeitura, resolve:

EFETIVAR

Artigo 1.º Os servidores públicos relacionados no Anexo Único da presente Portaria, por terem sido avaliados e aprovados no estágio probatório.

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 21 de Agosto de 2019.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO (Art. 1º. Da Portaria nº 326/2019, de 21 de Agosto de 2019)

Nº	NOME DO SERVIDOR	CARGO	DATA DE NOMEAÇÃO	RESULTADO	SITUAÇÃO DO SERVIDOR (A)
10382	Gilmar Bosa	Motorista	01/07/2016	Aprovado	Efetivo
10365	Gisele Kristine Biten-court dos Santos Rossi	Enfermeira	12/05/2016	Aprovado	Efetivo
10381	Ivan Daniel Olivo	Engenheiro	01/07/2016	Aprovado	Efetivo
10362	Jonas Fagundes Vieira	Auxiliar de Serviços Gerais	03/05/2016	Aprovado	Efetivo
10387	Lara Hahn da Silva	Médico – ESF	18/07/2016	Aprovado	Efetivo
10436	Luciana de Oliveira Simoni	Auxiliar de Serviços Gerais	01/09/2016	Aprovado	Efetivo
10434	Roberta Silvestre da Silva	Agente Administrativo	01/09/2016	Aprovado	Efetivo
10421	Tayse Conti	Agente Administrativo	01/08/2016	Aprovado	Efetivo
10349	Vanoir Machado Berti	Operador de Equipamentos	01/04/2016	Aprovado	Efetivo
10360	Zamir Xavier de Moura	Pintor	02/05/2016	Aprovado	Efetivo

Meleiro, 21 de Agosto de 2019.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

## PORTARIA Nº 327-2019

Publicação Nº 2130614

PORTARIA n.º 327/2019

TRATA DO ENQUADRAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS QUE RELACIONAM.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei 809/2000 e suas alterações e Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de Dezembro de 2011 e suas alterações, e Edital do Concurso Público nº 001/2015, resolve:

### ENQUADRAR

Art. 1º Os servidores públicos abaixo relacionados, considerando o Término do Estágio Probatório e a consequente Efetivação, conforme Tabela Salarial do Anexo IV da Lei Complementar nº 034/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MATRÍCULA/NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	TEMPO	NÍVEL/ REFERÊNCIA
10382 – Gilmar Bosa	Motorista	40	01/07/2016	4D
10365 – Gisele Kristine Biten-court dos Santos Rossi	Enfermeira	40	12/05/2016	1D
10381 – Ivan Daniel Olivo	Engenheiro	40	01/07/2016	1D
10362 – Jonas Fagundes Vieira	Auxiliar de Serviços Gerais	40	03/05/2016	1E
10387 – Lara Hahn da Silva	Médico – ESF	40	18/07/2016	1D
10436 – Luciana de Oliveira Simoni	Auxiliar de Serviços Gerais	40	01/09/2016	4D

10434 – Roberta Silvestre da Silva	Agente Administrativo	40	01/09/2016	4D
10421 – Tayse Conti	Agente Administrativo	40	01/08/2016	4E
10349 – Vanoir Machado Berti	Operador de Equipamentos	40	01/04/2016	4I
10360 – Zamir Xavier de Moura	Pintor	40	02/05/2016	1H

Meleiro, 21 de Agosto de 2019.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

# Modelo

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2019

Publicação Nº 2131132

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MODELO  
Aviso de Licitação

Processo nº: 1693/2019  
Modalidade: Tomada de Preços nº 006/2019  
Tipo: Menor preço – Global

Objeto: TOMADA DE PREÇOS PARA EXECUÇÃO DE OBRA (REFORMA E AMPLIAÇÃO) DA QUADRA DE ESPORTES/CENTRO COMUNITÁRIO/FUNCIONAL DA LINHA JANGUTA, DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC, COM ÁREA DE 991,14M<sup>2</sup> COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS, DE ACORDO COM PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL

Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 10 de setembro de 2019.  
Abertura dos Envelopes: 08:15 horas do dia 10 de setembro de 2019.

Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07h:30min às 11h:30min e 13h:30min às 17h:00min, ou a qualquer horário pelo site [www.modelo.sc.gov.br](http://www.modelo.sc.gov.br)

Modelo/SC 21 de agosto de 2019.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 003/2019

Publicação Nº 2130937

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 003/2019

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS  
CONSULTAS E DEBATES PÚBLICOS –  
REUNIÕES/DIALOGANDO/OUVINDO AS COMUNIDADES E BAIRROS DO MUNICÍPIO DE MODELO SC

O Prefeito Municipal de Modelo, SR. RICARDO LUIS MALDANER, o Presidente da Câmara de Vereadores de Modelo - SC, Sr. VALDENIR JANICH, juntamente com os Coordenadores designados, notificam e convidam a população Modelense, os Conselhos Municipais para participar das audiências públicas, consultas e debates públicos, para tratar dos seguintes assuntos:

A audiência, a consulta e o debate público, como instrumento de transparência da gestão fiscal, a Gestão Orçamentária Participativa, Avaliação do Plano Municipal da Saúde, Avaliação e acompanhamento dos Conselhos Municipais, para elaboração destes instrumentos de planejamento, de conformidade com os planos municipais das respectivas áreas e participação consultiva e de conformidade com as disposições legais, será realizada para:

- 1- Elaboração do PPA (PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, 2018-2021) da LDO (LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2020) e também da LOA (LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2020).
- 2- Prestação de contas dos recursos e das atividades realizadas neste primeiro quadrimestre e semestre/2019 - Exercício de 2018.
- 3- Avaliação e encaminhamentos para apreciação do Plano Municipal da Saúde conforme determinações legais; para 2020 e para PPA;
- 4- Administração Municipal e a Comunidade/Construindo juntos o nosso Município de Modelo SC.

O Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores, Secretários Municipais e técnicos na comunidade – Transparência – Planejamento – Equilíbrio das contas públicas.

Compromisso com o Desenvolvimento, com a Qualidade de Vida e eficiência na prestação dos serviços públicos, aos estimados Modelenses.

LOCAIS E DATAS DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS:

COMUNIDADES:

08/08/2019 – Linha Santa Rosa, sede campo da comunidade horário início às 10:00 horas

13/08/2019 – Linha Cedro, à noite –(Linha Cedro e Linha Meneghetti) local: Salão comunitário/Ginásio – Início às 19:00 horas;

15/08/2019 – Linha Salete, à noite (Linha Salete, Linha Pedra Furada, Linha Cesco e Linha Nova) local: Salão comunitário/Ginásio – Início às 19:00 horas;

16/08/2019 – Linha Bela Vista, à noite (Linha Bela Vista, Linha Esperança e Linha das Palmeiras) local: Salão comunitário/ – Início às 19:00 horas;

19/08 – Linha Saudades, ao meio dia (Linha Saudades e Linha Ragazzon) local: Salão comunitário/ – Início às 10:00 horas;

20/08/2019 – Linha Janguta, à noite. ( Linha Janguta, Linha Santa Lucia e Linha Lageado Couro) local: Salão comunitário/ – Início às 19:00 horas.

Sede:/Bairros:

26/08/2019 –AUDIENCIA PUBLICA - Geral – para todos os demais Bairros e a todos interessados da área rural e urbana – conselhos municipais - representações legais e delegados da audiência pública, na forma legal:

LOCAL: ASSOCIAÇÃO COMERCIALEINDUSTRIAL DE MODELO – SC

HORÁRIO: INICIO: 08:00 HORAS ÀS 11:00 HORAS

:

A audiência pública tem como objeto:

- Possibilitar a participação popular na definição dos planos e investimentos públicos municipais;
- Informar a população sobre o planejamento municipal e a execução dos programas;
- Assegurar a participação popular na definição dos investimentos através de votação;
- Transparência da gestão publica
- Cumprimento das disposições da lei de responsabilidade fiscal (previstas nos artigos 9º § 4º e 48 § único da lei complementar n. 101.)
- Cumprimento da Lei Municipal do Plano Diretor – Gestão Orçamentária Participativa – Propiciar condições para que os cidadãos exerçam o direito de fiscalização e controle e o direito à participação na elaboração e execução dos orçamentos públicos e nas definições de prioridades de utilização dos recursos das políticas públicas.
- Podem participar da audiência pública os cidadãos residentes no território do município de modelo - maiores de dezesesseis anos.

RESPONSABILIDADE NA GESTÃO FISCAL E SOCIAL

TRANSPARÊNCIA – PLANEJAMENTO - EFICIENCIA EQUILIBRIO DAS CONTAS PUBLICAS

Modelo aos 30 de julho de 2019

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

VALDENIR JANICH

PRESIDENTE CÂMARA DE VEREADORES

COORDENADORES:

Município:

JANICE MARTINI MULLER

RODRIGO FERRONATO

CARLA ALEXIUS MARTINI

Câmara:

VALTER RUBENS CESCO

DIRETOR ADMINISTRATIVO – CAMARA VEREADORES

VEREADOR

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO DA CÂMARA DE VEREADORES

LENOIR LANG

Câmara de Vereadores – Repres. Setor Financeiro e Contábil

## PORTARIA Nº 0160/2019

Publicação Nº 2131138

PORTARIA Nº 0160/2019 DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.356/2018, 2.370/2018, 2.397/2019 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

Considerando em especial a programação de férias do Departamento e o requerimento do Servidor,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido ao Servidor Público Municipal relacionado abaixo, férias a que faz jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Alidiane Zamproga	24.08.2017 a 23.08.2018	21.08.2019 a 09.09.2019 (20 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 19 de agosto de 2019.

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER  
Secretária de Administração e Fazenda

## **PORTARIA Nº 0161/2019**

Publicação Nº 2131807

PORTARIA Nº 0161/2019 DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

ENCERRA FUNÇÃO GRATIFICADA DO SERVIDOR CLEITON LUIZ ONGHERO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.397/2019 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

### **RESOLVE:**

Art. 1º - Fica encerrada a designação de Função Gratificada do Servidor CLEITON LUIZ ONGHERO, constante na Portaria nº 062/2016, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 19 de agosto de 2019.

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

JANICE MARTINI MÜLLER  
Secretária de Administração e Fazenda



# Mondaí

## PREFEITURA

### 2º EDITAL DE CHAMAMENTO 004/2019

Publicação N° 2130901

2º EDITAL DE CHAMAMENTO N°. 004 DE 21 DE AGOSTO DE 2019

CHAMAMENTO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE ODONTÓLOGO HABILITADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 004/2019.

O Prefeito Municipal de Mondaí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, através do presente Edital, convoca para tomar posse nos termos da Lei Municipal, o seguinte aprovado no Processo Seletivo Simplificado n° 004/2019.

#### ODONTOLOGO HABILITADO

NOME DO CANDIDATO	CLASSIF.
Thaís Gallon	2º

O chamamento do segundo colocado no certame, se faz necessário em virtude da desistência do primeiro colocado, Srª Maíra Fincatto Rosada, conforme documento arquivado na pasta do Processo Seletivo Simplificado 004/2019.

O candidato acima relacionado, deverá se apresentar até o dia 22 de agosto de 2019, às 08:00 horas junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Mondaí. O provimento do cargo se dará de acordo com as regras e normas estabelecidas no Edital de Processo Seletivo Simplificado n° 004/2019.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 21 de agosto de 2019.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí

### DECRETO DE HOMOLOGAÇÃO RESULTADO PSS 5.225/2019

Publicação N° 2130596

DECRETO N° 5.225 DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 003/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Mondaí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado final, para conhecimento dos candidatos às vagas para os cargos constantes no Edital de Processo Seletivo n° 003/2019, conforme segue:

NUTRICIONISTA						
Inscrição	Candidato	Data Nasc.	Graduação	Pós-Graduação	Total Pontos	Classificação
002	Thaís Scherer	08.08.1994	4,0	2,0	6,0	1º
001	Valeska Pietrobelli	17.09.1994	4,0		4,0	2º
003	Tainá Marostica	30.10.1995	4,0		4,0	3º

Art. 2º - Os desempates estão de acordo com o item 5 do Edital.

Art. 3º - Entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 21 de agosto de 2019.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal

### DECRETO DE HOMOLOGAÇÃO RESULTADO PSS 5.226/2019

Publicação N° 2130598

DECRETO N° 5.226 DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 004/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Mondaí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado final, para conhecimento dos candidatos às vagas para os cargos constantes no Edital de Processo

Seletivo nº 004/2019, conforme segue:

ODONTÓLOGO						
Inscrição	Candidato	Data Nasc.	Graduação	Pós-Graduação	Total Pontos	Classificação
004	Maíra Fincatto Rosada	24.05.1988	4,0	2,0	6,0	1º
001	Thais Gallon	16.12.1991	4,0	2,0	6,0	2º
008	Daniela Walker Varela	11.09.1992	4,0	2,0	6,0	3º
003	Carine Zatta	12.06.1987	4,0		4,0	4º
006	Karoline Markoski	12.07.1993	4,0		4,0	5º
002	Larissa Luane Soder Hentz	30.04.1994	4,0		4,0	6º
007	Laura Caroline Friebel	11.04.1996	4,0		4,0	7º
005	Thais Azzolini	25.07.1996	4,0		4,0	8º

Art. 2º - Os desempates estão de acordo com o item 5 do Edital.

Art. 3º - Entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 21 de agosto de 2019.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal

## DECRETO DE HOMOLOGAÇÃO RESULTADO PSS 5.227/2019

Publicação Nº 2131366

DECRETO Nº 5.227 DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Mondaí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado final, para conhecimento dos candidatos às vagas para os cargos constantes no Edital de Processo Seletivo nº 002/2019, conforme segue:

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - BACHAREL						
Inscrição	Candidato	Data Nasc.	Graduação	Pós-Graduação	Total Pontos	Classificação
001	Marco Antonio Wadenphul de Camargo	26.09.1981	4,0		4,0	1º

Art. 2º - Os desempates estão de acordo com o item 5 do Edital.

Art. 3º - Entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 21 de agosto de 2019.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal

## EDITAL DE CHAMAMENTO 002/2019

Publicação Nº 2130749

DECRETO Nº 5.226 DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Mondaí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado final, para conhecimento dos candidatos às vagas para os cargos constantes no Edital de Processo Seletivo nº 004/2019, conforme segue:

ODONTÓLOGO						
Inscrição	Candidato	Data Nasc.	Graduação	Pós-Graduação	Total Pontos	Classificação
004	Maíra Fincatto Rosada	24.05.1988	4,0	2,0	6,0	1º
001	Thais Gallon	16.12.1991	4,0	2,0	6,0	2º
008	Daniela Walker Varela	11.09.1992	4,0	2,0	6,0	3º
003	Carine Zatta	12.06.1987	4,0		4,0	4º
006	Karoline Markoski	12.07.1993	4,0		4,0	5º
002	Larissa Luane Soder Hentz	30.04.1994	4,0		4,0	6º
007	Laura Caroline Friebel	11.04.1996	4,0		4,0	7º
005	Thais Azzolini	25.07.1996	4,0		4,0	8º

Art. 2º - Os desempates estão de acordo com o item 5 do Edital.

Art. 3º - Entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 21 de agosto de 2019.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal

### EDITAL DE CHAMAMENTO 003/2019

Publicação Nº 2130752

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº. 003 DE 21 DE AGOSTO DE 2019

CHAMAMENTO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE NUTRICIONISTA HABILITADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2019.

O Prefeito Municipal de Mondaí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, através do presente Edital, convoca para tomar posse nos termos da Lei Municipal, o seguinte aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 003/2019.

#### NUTRICIONISTA HABILITADO

NOME DO CANDIDATO	CLASSIF.
Thaís Scherer	1º

O candidato acima relacionado, deverá se apresentar até o dia 22 de agosto de 2019, às 08:00 horas junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Mondaí. O provimento do cargo se dará de acordo com as regras e normas estabelecidas no Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 003/2019.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 21 de agosto de 2019.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí

### EDITAL DE CHAMAMENTO 004/2019

Publicação Nº 2131367

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº. 004 DE 21 DE AGOSTO DE 2019

CHAMAMENTO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - BACHAREL HABILITADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2019.

O Prefeito Municipal de Mondaí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, através do presente Edital, convoca para tomar posse nos termos da Lei Municipal, o seguinte aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019.

#### PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – BACHAREL / HABILITADO

NOME DO CANDIDATO	CLASSIF.
Marco Antonio Wadenphul de Camargo	1º

O candidato acima relacionado, deverá se apresentar até o dia 22 de agosto de 2019, às 13:30 horas junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Mondaí. O provimento do cargo se dará de acordo com as regras e normas estabelecidas no Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 21 de agosto de 2019.

VALDIR RUBERT  
Prefeito Municipal de Mondaí

**EXTRATO EDITAL PREGÃO Nº 045/2019 - PMM**

Publicação Nº 2130785

MUNICÍPIO DE MONDAÍ – SC - EXTRATO DO EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 072/2019. PREGÃO PRESENCIAL Nº. 045/2019. O Município de Mondaí – SC, a partir de seu Prefeito, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, conforme descrito a seguir: MODALIDADE: Pregão Presencial nº 045/2019. TIPO: Menor Preço por Item. OBJETO: Registro de preços para eventual e futura contratação de serviços de máquinas (rompedor hidráulico e moto niveladora), destinados para recuperação de vias públicas, abertura de fontes de água, soltura de cascalho, acessos a propriedades, aterros e demais serviços similares, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I, deste Edital. ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Até as 08h00min do dia 04 de setembro de 2019. SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: Às 08h15min do dia 04 de setembro de 2019. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br). Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3100 ou pelo e-mail: [compras@mondai.sc.gov.br](mailto:compras@mondai.sc.gov.br). Mondaí – SC, 15/08/2019. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal.

**LEI Nº 3.694, DE 21 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2131831

LEI Nº. 3.694, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a promover alteração na redação da Lei Municipal nº 3.025, de 17 de fevereiro de 2004 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O parágrafo 6º do artigo 11, da Lei Municipal nº 3.025 de 17 de fevereiro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 6º Fica também assegurado aos Produtores de leite que adquirirem sêmen melhorado (raças holandesa e jersey), ou seja, aquele sêmen que não foi lícitado pelo Município, e que desejarem aderir ao Programa, o auxílio financeiro no valor de até R\$ 19,00 (dezenove reais) por dose adquirida, que serão pagas mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal de compra. – (NR).

Art. 2º Ficam acrescidos os incisos III e IV ao parágrafo 6º do artigo 11, da Lei Municipal nº 3.025 de 17 de fevereiro de 2004, com a seguinte redação:

III – Os valores serão pagos, preferencialmente aos beneficiários mediante depósito em conta bancária mantida pelos mesmos, ou na ausência destes, por outro meio legal disponível. – (AC).

IV – Os valores fixados na presente Lei poderão ser atualizados anualmente, por Decreto exarado pelo chefe do Poder Executivo, utilizando-se o índice acumulado do IGPM apurado pela Fundação Getúlio Vargas, apurado no exercício financeiro anterior. – (AC).

Art. 3º As regras, datas, valores, condicionantes e demais normativas dos incentivos previstos na Lei Municipal 3.025 de 17 de fevereiro de 2004, poderão ser objeto de regulamentação mediante Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta do orçamento do Município em cada exercício financeiro.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Mondaí, 21 de agosto de 2019.

Valdir Rubert,  
Prefeito Municipal de Mondaí.

Pércio Schena,  
Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Eliseu Bohn,  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

**LEI Nº 3.695, DE 21 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2131832

LEI Nº. 3.695, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a promover alteração na redação da Lei Municipal 3.313, de 19 de junho de 2009 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O parágrafo 3º e seus incisos I e II do artigo 6º, da Lei Municipal nº 3.313 de 19 de junho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 3º Objetivando uma distribuição mais igualitária dos benefícios desta Lei entre a comunidade rural, fica fixado o limite de até 04 (quatro) auxílios propriedade/ano (exercício financeiro), independente da atividade rural, contendo os seguintes valores".

"I – Até R\$ 7,00 (sete reais) por m<sup>2</sup> (metro quadrado) de área construída quando a atividades se referirem as letras "a", "b", "c", "d", "f" e "g"; – (NR)"

"II – Até R\$ 7,00 (sete reais) por m<sup>3</sup> (metro cúbico) de área destinada para armazenagem por propriedade/ano, quando a atividade se referir a letra "e". – (NR)"

Art. 2º O inciso VI do artigo 9º, da Lei Municipal nº 3.313 de 19 de junho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

VI – Recolhimento de lixo nas comunidades do interior, exceto embalagens de agrotóxicos, que será realizada no mínimo 04 (quatro) vezes ao ano, sendo que este será recolhido nas comunidades do interior, conforme roteiro previamente estipulado pelo Município, cabendo ao agricultor o transporte até o local indicado: - (NR)"

Art. 3º As regras, datas, valores, condicionantes e demais normativas dos incentivos previsto na Lei Municipal 3.313 de 19 de junho de 2009, poderão ser objeto de regulamentação mediante Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta do orçamento do Município em cada exercício financeiro.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Mondaí, 21 de agosto de 2019.

Valdir Rubert,

Prefeito Municipal de Mondaí.

Pércio Schena,

Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Eliseu Bohn,

Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

## **LEI Nº 3.696, DE 21 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2131834

LEI Nº. 3.696, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

Institui, no âmbito do Município de Mondaí, em complemento à Política Municipal de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura, o Programa de Incentivos ao Reflorestamento e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa Municipal de Reflorestamento, que consiste em incentivar e orientar o plantio de eucaliptos na zona rural do Município, visando:

I – ao aproveitamento das áreas baldias nas propriedades rurais;

II – ao aumento da área florestal do Município;

III – ao aumento da oferta de madeira;

IV – à criação de fonte complementar de renda ao produtor rural;

V – à contenção da erosão;

VI – à instalação de indústrias ligadas ao setor madeireiro;

VII – à geração de energia;

VIII – à formação de pasto apícola;

IX – à utilização racional dos recursos naturais, em especial a conservação do solo e da água para o aumento da produtividade da exploração agrossilvopastoril;

X – à implantação de infraestrutura necessária para a melhoria do nível de sanidade e conforto da população do ambiente rural, e

XI – Outros meios que melhorem a qualidade de vida e ampliem a geração de renda dos agricultores.

Art. 2º Para a execução do Programa, fica autorizada a concessão de incentivos financeiros aos agricultores que realizarem o plantio de eucaliptos, nos seguintes termos:

I – Os valores destinados ao Incentivo, consistem no auxílio financeiro do Município ao agricultor, quando este adquirir mudas de eucaliptos para reflorestamento, sendo o valor de até R\$ 0,40 (quarenta centavos) por muda, até o limite de 500 (quinhentas mudas) por exercício financeiro.

II – Os valores fixados na presente Lei poderão ser atualizados anualmente, por Decreto exarado pelo chefe do Poder Executivo, utilizando-se o índice acumulado do IGPM apurado pela Fundação Getúlio Vargas, no período de 12 meses imediatamente anteriores ao do exercício financeiro da concessão.

III – As mudas serão utilizadas para reflorestamento e, para seu plantio os agricultores deverão observar a legislação ambiental vigente.

IV – Os incentivos ficam limitados a um bloco de produtor rural e NIRF.

Art. 3º O agricultor interessado em usufruir do Incentivo deverá requerê-lo junto à Secretaria Municipal de Agricultura, munido dos seguintes comprovantes:

I – Possuir bloco de notas de produtor rural cadastrado no Município de Mondaí/SC, com movimentação positiva no exercício da concessão.

II – Estar em situação de adimplência fiscal junto ao Município, comprovada por certidão negativa do Setor de Tributos, com data imediatamente anterior ao da prevista para o pagamento do incentivo.

III – Apresentar Notas Fiscais de compras de mudas de eucaliptos, dentro do exercício da concessão, devidamente identificadas, e nela constando a quantidade adquirida, os quais serão utilizados para o cálculo do incentivo, limitados nos termos do Inciso I do artigo 2º da presente Lei.

Art. 4º Fica a Secretaria Municipal de Agricultura responsável pela fiscalização e recebimento dos documentos dos agricultores.

I – Se necessário o responsável pela Secretaria Municipal de Agricultura poderá determinar a realização de diligências para comprovação da veracidade dos documentos e informações apresentadas.

II – Deverão ser observados os termos previstos na Lei Municipal 3.666 de 28 de agosto de 2018 e posteriores alterações.

Art. 5º O incentivo será repassado diretamente ao agricultor, preferencialmente por meio de depósito em conta por ele indicada ou cheque nominal ao mesmo, ressalvados, excepcionalmente, os casos de haver outras pessoas da família inscritas como dependentes no bloco de produtor rural.

Art. 6º O produtor rural deverá ainda cumprir a função social da propriedade conforme determina o artigo 186 da Constituição Federal, para ser beneficiado pelo programa elencado na presente lei.

§ 1º É considerado agricultor para efeitos desta lei todo proprietário de imóvel agrícola, arrendatário, agregado, meeiro, parceiro e posseiro, desde que de boa-fé, devendo o imóvel, obrigatoriamente, estar em plena atividade agrícola.

§ 2º O incentivo deverá ser requerido impreterivelmente até o dia 30 de novembro de cada ano, sob pena de decadência do direito ao incentivo.

Art. 7º As regras, quantidades, valores mínimos e máximos, condicionantes e demais normativas dos incentivos previsto nesta Lei poderão ser objeto de regulamentação mediante Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 8º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta do orçamento do Município em cada exercício financeiro.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Mondaí, 21 de agosto de 2019.

Valdir Rubert,  
Prefeito Municipal de Mondaí.

Pércio Schena,  
Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Eliseu Bohn,  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

## **LEI Nº 3.697, DE 21 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2131836

LEI Nº. 3.697, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

Institui, no âmbito do Município de Mondaí, em complemento à Política Municipal de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura, o Incentivo Econômico denominado "Bônus Agrícola" aos agricultores e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, em complemento à Política Municipal de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura, a conceder aos agricultores do Município de Mondaí o "Bônus Agrícola", nos termos da presente lei.

Parágrafo Único: O "Bônus Agrícola" visa fomentar e incentivar as atividades primárias mediante a devolução de parte dos impostos gerados pelo produtor, para que estes tenham possibilidade de melhorar e facilitar o trabalho no campo tornando este mais digno e atraente.

Art. 2º É considerado agricultor para efeitos desta lei todo proprietário de imóvel agrícola, arrendatário, agregado, meeiro, parceiro e posseiro, desde que de boa-fé, devendo o imóvel, obrigatoriamente, estar em plena atividade agrícola.

§ 1º Para fins de apuração do limite máximo do bônus, os valores correspondentes a produtores rurais membros de uma mesma entidade familiar poderão ser somados.

§ 2º Por entidade familiar entende-se toda e qualquer espécie de união capaz de servir de acolhedouro das emoções e das afeições dos seres humanos e que preencham os requisitos de afetividade e estabilidade.

§ 3º Para efeito do disposto no caput, os cônjuges sempre comporão a mesma entidade familiar, sendo que na hipótese de existência de dois blocos de produtores os valores serão somados.

§ 4º Caso o produtor, ou seu grupo familiar, possuir mais que uma inscrição estadual (Bloco de Notas), para fins de obtenção do bônus, será feita unificação dos valores de venda constantes nas diferentes inscrições.

Art. 3º Toda atividade econômica, bem como sua expansão qualitativa e quantitativa, observará a legislação municipal, Estadual e Federal.

Art. 4º Para efeito de concessão de incentivos previstos nesta lei, respeitadas as exigências peculiares de cada atividade agrícola, obrigatoriamente deverão estar preenchidos os seguintes requisitos gerais:

I – Comprovação da condição de agricultor nos moldes do art. 2º desta lei, através da apresentação de Bloco de Produtor Rural e comprovante de residência;

II – O agricultor não poderá possuir nenhuma pendência financeira com o município de Mondaí-SC, de qualquer natureza, tributária ou não;

III – Declaração de cumprimento da função social da propriedade agrícola pelo atendimento dos seguintes requisitos:

- a) Aproveitamento racional e adequado da propriedade;
- b) Utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- c) Observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- d) Exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores;
- e) Utilização dos recursos para beneficiar a produção.

Art. 5º O Bônus Fiscal será calculado tendo como referência base, o movimento anual de vendas do agricultor apurado pelo Bloco de Produtor Rural, devidamente acompanhado das contra Notas Fiscais de venda do ano anterior a concessão do incentivo, cujos termos, condições, limites e formulas serão definidas em ato próprio do Executivo Municipal, que poderá ainda:

§ 1º Fixar em cada exercício financeiro, o "valor máximo geral" de dispêndios com o "Bônus Agrícola", bem como, seu cronograma de pagamento.

§ 2º Estabelecer um "valor mínimo" igualitário para todos os beneficiários, e o "valor máximo" a ser pago a título de incentivo.

§ 3º Estabelecer valores mínimos de movimento adicionado individual necessários à obtenção do incentivo, bem como, faixas de divisão, categorias e outras formas de classificação que se apresentarem adequadas.



§ 4º Calcular o “índice de participação” do agricultor no total do movimento econômico agropecuário do município.

Art. 6º Nas transações entre produtores, as notas de Compra e Venda serão computadas para fins de concessão de bônus fiscal.

Art. 7º O agricultor interessado em usufruir do “Bônus Agrícola” deverá requerê-lo junto a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, mediante a comprovação de despesas na sua propriedade, pela aquisição/execução de algum(s) dos itens a constar:

- a) Sementes, (aveia, azevém, sorgo, milheto, capim sudão, milho e outros);
- b) Alimentação e nutrição animal e produtos médicos veterinários;
- c) Inseminação ou sêmen, nitrogênio, luvas e bainhas, vacinação ou vacina, e testes em animais;
- d) Biofertilizantes, fertilizantes, adubos, calcário ou outros corretivos agrícolas;
- e) Prestação de serviços de mecanização para melhorar e ampliar a eficiência dos sistemas de produção agropecuária;
- f) Limpeza das instalações e remoção de adubo orgânico;
- g) Energia elétrica (somente para os segmentos avícolas e de suinocultura).

§ 1º A comprovação se dará somente com Notas Fiscais/Comprovantes/Faturas emitidas em nome do beneficiário, por empresas com sede no Município de Mondaí, no mesmo valor ou superior ao Bônus almejado, com data do exercício contábil do requerimento.

§ 2º Ato do chefe do Poder Executivo, poderá estabelecer valor mínimos de emissão de Documentos Fiscais necessários à obtenção do Bônus, bem como, inserir novas formas de comprovação da despesa.

§ 3º O agricultor que não comprovar devidamente as compras com as Notas Fiscais emitidas com datas anteriores ao recebimento do Bônus não terá direito ao mesmo.

§ 4º O incentivo deverá ser requerido impreterivelmente até o dia 20 de novembro de cada ano, sob pena de decadência do direito ao bônus.

Art. 8º Fica a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente responsável pela fiscalização e recebimento dos documentos dos agricultores.

§ 1º Se necessário o responsável pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente poderá determinar a realização de diligências para comprovação da veracidade dos documentos e informações apresentadas.

§ 2º Os casos específicos e pontuais serão julgados pelo Responsável pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente que decidirá fundamentadamente sobre o caso e encaminhará a decisão ao Prefeito Municipal.

Art. 9º O bônus será repassado diretamente ao agricultor preferencialmente por meio de depósito em conta por ele indicada ou cheque nominal ao mesmo, ressalvados, excepcionalmente, os casos de haver outras pessoas da família inscritas como dependentes no bloco de produtor rural.

Art. 10 O produtor rural deverá ainda cumprir a função social da propriedade conforme determina o artigo 186 da Constituição Federal, para ser beneficiado pelos programas elencados na presente lei.

Art. 11 As regras, quantidades, valores mínimos e máximos, condicionantes e demais normativas dos incentivos previsto nesta Lei poderão ser objeto de regulamentação mediante Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 12 As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta do orçamento do Município em cada exercício financeiro.

Art. 13 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Mondaí, 21 de agosto de 2019.

Valdir Rubert,  
Prefeito Municipal de Mondaí.

Pércio Schena,  
Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Eliseu Bohn,  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

**LEI Nº 3.698, DE 21 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2131837

LEI Nº. 3.698, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal no âmbito do Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento – FINISA e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, até o valor de R\$ 2.900.000,00 (dois milhões o novecentos mil reais), no âmbito do Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento – FINISA, nos termos da Resolução n.º 4.589, de 29 de junho de 2017, do Conselho Monetário Nacional, destinada à obra de infraestrutura urbana (asfaltamentos) edificação da sede do corpo de bombeiros e implantação de estrutura para Rua Coberta.

Parágrafo único. Os recursos provenientes da operação de crédito autorizada serão obrigatoriamente aplicados na execução das atividades previstas no caput deste artigo, sendo vedada a aplicação de tais recursos em despesas correntes, em consonância ao § 1º do artigo 35 da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

Art. 2º A operação de crédito de que trata esta Lei poderá ser vinculada, a modo pro solvendo, às receitas de que tratam o artigo 158 e a alínea "b" do inciso I do artigo 159, complementadas pelas receitas tributárias previstas no artigo 156, nos termos do § 4º do artigo 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias admitidas em direito.

§ 1º Para a efetivação da cessão e/ou vinculação em garantia dos recursos prevista no caput deste artigo, a instituição financeira depositária ficará autorizada, por meio de ato do Poder Executivo Municipal, a transferir as parcelas devidas, à sua conta e ordem, nos montantes necessários à amortização da dívida, nos prazos contratualmente estipulados, em caso de cessão, ou ao pagamento dos débitos vencidos e não pagos, em caso de vinculação.

§ 2º Na hipótese de insuficiência dos recursos previstos no caput deste artigo, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a vincular, mediante prévia aceitação da Caixa Econômica Federal, outros recursos que assegurem o pagamento das obrigações financeiras decorrentes do contrato celebrado.

Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito, objeto do financiamento, serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inciso II do § 1º do artigo 32 da Lei Complementar Federal n.º 101/2000, e dos artigos 42 e 43, inciso IV, da Lei Federal n.º 4.320/1964.

Art. 4º O Poder Executivo Municipal incluirá na Lei Orçamentária Anual e no Plano Plurianual em vigor, na categoria econômica de Despesas, de acordo com a legislação e objeto do presente financiamento, os recursos necessários aos investimentos a serem realizados, devidamente previstos no orçamento municipal, no montante mínimo necessário à realização do projeto e das despesas relativas à amortização do principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei, observado o disposto no parágrafo único do artigo 20 da Lei Federal n.º 4.320/1964, com abertura de programa especial de trabalho.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Mondaí, 21 de agosto de 2019.

Valdir Rubert,

Prefeito Municipal de Mondaí.

Eliseu Bohn,

Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

**LEI Nº 3.699, DE 21 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2131839

LEI Nº. 3.699, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

Autoriza o Poder Executivo Municipal promover a abertura de crédito especial e suplementares no orçamento vigente e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal devidamente autorizado a realizar a abertura de Crédito Especial no orçamento vigente, até o valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), segundo classificações abaixo discriminadas:

Órgão: 09.00 – SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade: 09.01 – Departamento de Urbanismo

Orçamento: Fiscal – Unidade de Medida: Obra – Produto: Obra

Unidade de Medida: 01 - Execução: 2019/2020

Função: 15 – Urbanismo - Subfunção: 451 – Infraestrutura Urbana

Programa: 1230 – Obras de Infraestrutura Urbana

Fonte de Recursos: 0080 – Operações de Crédito sem vínculos específicos

Projeto Atividade: 1.030 – Implantação Infraestrutura para Rua Coberta

Modalidade de Aplicação: (xx) 4.4.90.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas ... R\$ 500.000,00

Art. 2º. Os recursos no valor de até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), para atender o Crédito Especial acima especificado tem como origem no excesso de arrecadação apurado na seguinte fonte de recursos:

	I – 0080 – Operações de Crédito sem vínculos específicos	R\$ 500.000,00
--	--	----------------

Art. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal devidamente autorizado a realizar a abertura de Crédito Suplementar no orçamento vigente, até o valor de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), segundo classificações abaixo discriminadas:

Órgão: 09.00 – SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade: 09.01 – Departamento de Urbanismo

Projeto Atividade: 1.010 – Obras de Pavimentação Asfáltica e Calçamento de Vias Públicas

Modalidade de Aplicação: (xx) 4.4.90.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 2.000.000,00

Unidade: 09.03 – Departamento de Serviços Públicos

Projeto Atividade: 1.019 – Implantação Corpo de Bombeiros

Modalidade de Aplicação: (xx) 4.4.90.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas ... R\$ 400.000,00

Art. 4º. Os recursos no valor de até R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), para atender os Créditos Especiais acima especificados tem como origem no excesso de arrecadação apurado na seguinte fonte de recursos:

	I – 0080 – Operações de Crédito sem vínculos específicos	R\$	2.400.000,00
--	--	-----	--------------

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mondaí, 21 de agosto de 2019.

Valdir Rubert,

Prefeito Municipal de Mondaí.

Eliseu Bohn,

Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

Karlheinz Koelln,

Secretário Municipal de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos.

# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### LEI COMPLEMENTAR Nº 115/2019

Publicação Nº 2131075

LEI COMPLEMENTAR Nº 115/2019, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR 021/2014 QUE DISPÕE SOBRE O CÓDIGO DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Ficam alterados dispositivos da Lei Complementar nº 021, de 09 de maio de 2014, que dispõe sobre o Código de Obras do Município de Morro da Fumaça.

Art. 2º O artigo 180 da referida lei passa a vigor com a seguinte redação:

Será permitida a utilização do recuo obrigatório do alinhamento predial para estacionamento em até 60% da testada do lote, desde que apresente recuo frontal mínimo de 6,00m (seis metros), seja descoberto e vinculado à edificação destinada a comércio ou prestação de serviços, proibindo-se vagas privativas.

Art. 3º Fica alterada a tabela I do Anexo I, da Lei Complementar 021, de 09 de Maio de 2014, passando a vigor:

TABELA I - NÚMERO DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO		
CATEGORIA	TIPO	QUANTIDADE
Edificações Residenciais	Residência Isolada	1 vaga para cada unidade residencial
	Residência Geminada	1 vaga para cada unidade residencial
	Residência em Série ou Habitação Coletiva	1 vaga para cada unidade residencial
Edificações de Comércio Varejista e Comércio Atacadista	Comércio	1 vaga por unidade autônoma (mínimo) 1 vaga para cada 70,00m² de área construída
	Centro Comercial, Shopping Center, Supermercado e Hiper-mercado, Comércio Atacadista em geral	1 vaga para cada 25,00m² de área construída espaço de carga e descarga compatível com a atividade
Edificações para Indústria	Indústria em geral	1 vaga para cada 100,00m² de área construída e área de pátio de carga e descarga compatível com a atividade
Edificações de Prestação de Serviço	Exceto para os demais usos especificados nesta tabela	1 vaga por unidade autônoma (mínimo) 1 vaga para cada 70,00m² de área construída
	Restaurante, lanchonete, boite, clube noturno, discoteque, casa de show, danceteria, café concerto, salão de baile, restaurante dançante.	1 vaga para cada 25,00m² de área construída
Edificações para fins culturais	Auditório, teatro, anfiteatro, cinema, salão de exposições, biblioteca e museu	1 vaga para cada 12,50m² de área destinada aos espectadores
Edificações para fins recreativos e esportivos	Clube social/esportivo, ginásio de esportes, estádio, academia	1 vaga para cada 12,50m² de área construída
	Cancha poliesportiva	1 vaga para cada 25,00m² de área construída

Edificações para fins religiosos	Templo, capela, casa de culto e igreja	1 vaga para cada 25,00m <sup>2</sup> de área construída
Edificações para fins educacionais	Pré-escolas, jardim de infância, ensino fundamental	Até 100,00m <sup>2</sup> de área construída, será facultado. Acima de 100,00m <sup>2</sup> de área construída: Área administrativa: 1 vaga a cada 80,00m <sup>2</sup> de área construída; Ônibus: 30% da área destinada a salas de aula; Será obrigatória canaleta interna, para embarque e desembarque de veículos, com largura mínima de 2,50m e com área de acumulação (canaletas de espera) na proporção de 5,00m para cada 100,00m <sup>2</sup> de área destinada a salas de aula, até 400,00m <sup>2</sup> e 5,00m para cada 200,00m <sup>2</sup> de área excedente
	Ensino médio, profissionalizante em geral	Até 100,00m <sup>2</sup> de área construída será facultado. Acima de 100,00m <sup>2</sup> de área construída: 1 vaga para cada 80,00m <sup>2</sup> de área construída.
	Escola de artes e ofícios, ensino não seriado	Até 100,00m <sup>2</sup> de área construída será facultado. Acima de 100,00m <sup>2</sup> de área construída: 1 vaga para cada 80,00m <sup>2</sup> de área construída.
	Ensino superior	1 vaga para cada 12,50m <sup>2</sup> da área construída
Alojamento	Hotéis	1 vaga para cada 3 unidades de alojamento
Entidades financeiras	Bancos	1 vaga para cada 25,00m <sup>2</sup> de área construída

§1º Para fim de definição do número de vagas, deverão ser descontadas as áreas não computáveis, assim como as áreas de uso exclusivo para depósito e sanitários.

§2º As quantidades de vagas aqui estabelecidas poderão ser acrescidas por recomendação de Estudo de Impacto de Vizinhança do empreendimento, conforme lei específica.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 21 de agosto de 2019.

AGENOR CORAL  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO  
Secretário do Sistema Econômico

Publicado no Diário Oficial do Município e no site [www.morrodafumaca.sc.gov.br](http://www.morrodafumaca.sc.gov.br)

**LEI COMPLEMENTAR Nº 116/2019**

Publicação Nº 2131078

**LEI COMPLEMENTAR Nº 116/2019, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.****ALTERA A LEI COMPLEMENTAR 022/2014, QUE DISPÕE SOBRE O ZONEAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu **Sanciono** a seguinte lei:

**Art. 1º** Ficam alterados dispositivos da Lei Complementar nº 022, de 09 de maio de 2014, que dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo.

**Art. 2º** As notas 2 descritas nas tabelas 1, 2, 3, 4, 5 e 7 do Anexo IV da referida lei passam a vigor com a seguinte redação:

**TABELA 1 - ZONA CENTRAL - ZC**

USO			OCUPAÇÃO										
PERMITIDOS	TOLERADOS	PERMISSÍVEIS	LOTE MÍNIMO TESTADA MÍNIMA (M²/M)	COEFICIENTE DE APROV		TAXA DE OCUPAÇÃO MÁXIMA (%)	TAXA DE PERMEABILIDADE MÍNIMA (%)	ALTURA MÁXIMA (PAVIMENTOS)		RECUO FRONTAL (M)	AFASTAMENTO DAS DIVISAS (M)		
				PERMITIDO	MÁXIMO			PERMITIDO	MÁXIMA		LATERAL	FUNDOS	
Habitação Unifamiliar	Indústria 1 – Anexas à residência (1)	Habitação Transitória 1	360/12(2)	4(3)	5(4)	75	15	8(5)	10(4)	2(6)(7)	H/6 mín. 1,5	Facultativo para as duas divisas no térreo	Facultativo /mín. 1,5(8)
Habitação Coletiva (1)		Comunitário 2											
Comércio e Serviço Vicinal e de Bairro													
Comunitário 1 e 4(1)													

Notas:

- (1) Deverá ser implantado o dispositivo de controle de coleta de águas pluviais e retenção de cheias.
- (2) Os lotes de esquina terão suas áreas mínimas acrescidas em 10% (dez por cento) em relação ao mínimo exigido para sua respectiva zona e sua testada mínima será de 15 metros.
- (3) Toda e qualquer área construída será considerada para cálculo do coeficiente de aproveitamento, com exceção de:
  - a) até 100% (cem por cento) da área mínima exigida em regulamento específico para áreas de garagem/estacionamento de veículos situadas até o terceiro pavimento, desde que seja adotado a nível do projeto de microdrenagem, medidas de controle na fonte, que garantam a vazão original de saída;
  - b) ático com área igual ou inferior a 1/3 (um terço) do piso do último pavimento;
  - c) porão, em residência unifamiliar, com área igual ou inferior a 1/3 (um terço) do pavimento superior;
  - d) floreiras e sacadas.
- (4) A utilização de coeficiente de aproveitamento máximo 4 (quatro) e altura máxima de 10 (dez) pavimentos será através da utilização dos instrumentos de transferência de potencial construtivo e outorga onerosa de construir a critério do conselho de desenvolvimento municipal.
- (5) Os pavimentos destinados as áreas de garagem/estacionamento de veículos, com no máximo 2 (dois) pavimentos, não contarão para o cálculo de número de pavimentos.
- (6) O recuo frontal será de 2,00m (dois metros) até a altura máxima de 6,00m (seis metros). A partir da altura de 6,00m (seis metros) o recuo será de 4,00m (quatro metros).
- (7) Nos lotes de esquina, as edificações deverão ter um dos recuos com 4,00m (quatro metros). A testada será definida pelo órgão municipal competente.
- (8) Para as atividades do Comunitário 1, 2 e 4, o afastamento mínimo das divisas deverá ser 2,50m.

**Obs.:** O afastamento entre edificações em um mesmo terreno deverá ser correspondente duas vezes o recuo lateral mínimo.

**TABELA 2 - ZONA RESIDENCIAL 1 – ZR1**

USO			OCUPAÇÃO									
PERMITIDOS	TOLERADOS	PERMISSÍVEIS	LOTE MÍNIMO TESTADA MÍNIMA (m²/m)	COEFICIENTE DE APROV		TAXA DE OCUPAÇÃO MÁXIMA (%)	TAXA DE PERMEABILIDADE MÍNIMA (%)	ALTURA MÁXIMA (PAVIMENTOS)		RECUEO FRONTAL (m)	AFASTAMENTO DAS DIVISAS (m)	
				PERMITIDO	MÁXIMO			PERMITIDO	MÁXIMA		LATERAL	FUNDOS
Habitação Unifamiliar		Habitação Transitória 1 <sup>(1)</sup>	360/12 <sup>(2)</sup>	3 <sup>(3)</sup>	4 <sup>(4)</sup>	60	20	6 <sup>(5)</sup>	8 <sup>(4)</sup>	4	H/6 mín. 1,5 Facultativo para uma das divisas no terreno <sup>(6)</sup>	Facultativo /mín. 1,5 <sup>(6)</sup>
Habitação Coletiva <sup>(1)</sup>												
Condomínio Horizontal												
Comércio e Serviço Vicinal e de Bairro												
Comunitário 1 e 4 <sup>(1)</sup>												

(1) Deverá ser implantado o dispositivo de controle de coleta de águas pluviais e retenção de cheias.

(2) Os lotes de esquina terão suas áreas mínimas acrescidas em 10% (dez por cento) em relação ao mínimo exigido para sua respectiva zona e sua testada mínima será de 15 metros.

(3) Toda e qualquer área construída será considerada para cálculo do coeficiente de aproveitamento, com exceção de:



- c) até 100% (cem por cento) da área mínima exigida em regulamento específico para áreas de garagem/estacionamento de veículos situadas até o terceiro pavimento, desde que seja adotado a nível do projeto de microdrenagem, medidas de controle na fonte, que garantam a vazão original de saída;
- b) ático com área igual ou inferior a 1/3 (um terço) do piso do último pavimento;
- c) porão, em residência unifamiliar, com área igual ou inferior a 1/3 (um terço) do pavimento superior;
- d) floreiras e sacadas.
- (4) A utilização de coeficiente de aproveitamento máximo 3 (três) e altura máxima de 8 (oito) pavimentos será através da utilização dos instrumentos de transferência de potencial construtivo e outorga onerosa de construir a critério do conselho de desenvolvimento municipal.
- (5) Os pavimentos destinados as áreas de garagem/estacionamento de veículos, com no máximo 2 (dois) pavimentos, não contarão para o cálculo de número de pavimentos.
- (6) Para as atividades do Comunitário 1, 2 e 4, o afastamento mínimo das divisas deverá ser 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros).

**Obs.** O afastamento entre edificações em um mesmo terreno deverá ser correspondente duas vezes o recuo lateral mínimo.

**TABELA 3 - ZONA RESIDENCIAL 2 – ZR2**

USO			OCUPAÇÃO									
PERMITIDOS	TOLERADOS	PERMISSÍVEIS	LOTE MÍNIMO TESTADA MÍNIMA (m²/m)	COEFICIENTE DE APROV		TAXA DE OCUPAÇÃO MÁXIMA	TAXA DE PERMEABILIDADE MÍNIMA (%)	ALTURA MÁXIMA (PAVIMENTOS)		RECUO FRONTAL (m)	AFASTAMENTO DAS DIVISAS (m)	
				PERMITIDO	MÁXIMO			PERMITIDO	MÁXIMA		LATERAL	FUNDOS
Habitação Unifamiliar		Comércio e Serviço de Bairro									Mín. 1,5	
Condomínio Horizontal		Indústria 1 – Anexas a residência <sup>(1)</sup>	360/12 <sup>(2) (3)</sup>	1 <sup>(4)</sup>	-	60	25	2	-	4	Facultativo para uma das divisas <sup>(5)</sup>	Facultativo /mín. 1,5 <sup>(5)</sup>
Comércio e Serviço Vicinal		Comunitário 2 – Ensino e Culto Religioso										
Comunitário 1 e 4 <sup>(1)</sup>												



Notas:

- (1) Deverá ser implantado o dispositivo de controle de coleta de águas pluviais e retenção de cheias.
- (2) Os lotes de esquina terão suas áreas mínimas acrescidas em 10% (dez por cento) em relação ao mínimo exigido para sua respectiva zona e sua testada mínima será de 15 metros.
- (3) Toda e qualquer área construída será considerada para cálculo do coeficiente de aproveitamento, com exceção de:
- a) até 100% (cem por cento) da área mínima exigida em regulamento específico para áreas de garagem/estacionamento de veículos situadas até o terceiro pavimento, desde que seja adotado a nível do projeto de microdrenagem, medidas de controle na fonte, que garantam a vazão original de saída;
  - b) ático com área igual ou inferior a 1/3 (um terço) do piso do último pavimento;
  - c) porão, em residência unifamiliar, com área igual ou inferior a 1/3 (um terço) do pavimento superior;
  - d) floreiras e sacadas.
- (4) Para as atividades do Comunitário 1, 2 e 4, o afastamento mínimo das divisas deverá ser 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros).
- Obs.:** O afastamento entre edificações em um mesmo terreno deverá ser correspondente duas vezes o recuo lateral mínimo.

**TABELA 4 - ZONA RESIDENCIAL 3 – ZR3**

USO			OCUPAÇÃO										
PERMITIDOS	TOLERADOS	PERMISSÍVEIS	LOTE MÍNIMO TESTADA MÍNIMA (m²/m)	COEFICIENTE DE APROV		TAXA DE OCUPAÇÃO MÁXIMA (%)	TAXA DE PERMEABILIDADE MÍNIMA (%)	ALTURA MÁXIMA (PAVIMENTOS)		RECUEO FRONTAL (m)	AFASTAMENTO DAS DIVISAS (m)		
				PERMITIDO	MÁXIMO			PERMITIDO	MÁXIMA		LATERAL	FUNDOS	
Habitação Unifamiliar	Habit ação Transit ória 1	Comérci o e Serviço de Bairro	360/12 (2)	1 (3)	-	50	25	2	-	4	min. 1,5	Facult ativo para uma das divisa s (4)	Facul tativo /min. 1,5(4)
Condomí nio Horizontal		Indústria 1 – Anexos a residênci a (1)											
Comércio e Serviço Vicinal		Comunit ário 2 – Ensino e Culto Religioso											
Comunitá rio 1e 4(1)													

(1) Deverá ser implantado o dispositivo de controle de coleta de águas pluviais e retenção de cheias.

(2) Os lotes de esquina terão suas áreas mínimas acrescidas em 10% (dez por cento)

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson - Rua 20 de Maio, 100 - CEP: 88830-000 Centro



[www.morrodafumaca.sc.gov.br](http://www.morrodafumaca.sc.gov.br)



[facebook.com/PrefeituraMF](https://facebook.com/PrefeituraMF)



[@morrodafumaca](https://www.instagram.com/morrodafumaca)



em relação ao mínimo exigido para sua respectiva zona e sua testada mínima será de 15 metros.

- (3) Toda e qualquer área construída será considerada para cálculo do coeficiente de aproveitamento, com exceção de:
- até 100% (cem por cento) da área mínima exigida em regulamento específico para áreas de garagem/estacionamento de veículos situadas até o terceiro pavimento, desde que seja adotado a nível do projeto de microdrenagem, medidas de controle na fonte, que garantam a vazão original de saída;
  - ático com área igual ou inferior a 1/3 (um terço) do piso do último pavimento;
  - porão, em residência unifamiliar, com área igual ou inferior a 1/3 (um terço) do pavimento superior;
  - floreiras e sacadas.
- (4) Para as atividades do Comunitário 1, 2 e 4, o afastamento mínimo das divisas deverá ser 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros).

**Obs.:** O afastamento entre edificações em um mesmo terreno deverá ser correspondente duas vezes o recuo lateral mínimo.

**TABELA 5 - ZONA RESIDENCIAL ESPECIAL**

USO			OCUPAÇÃO									
PERMITIDOS	TOLERADOS	PERMISSÍVEIS	LOTE MÍNIMO TESTADA MÍNIMA (M²/M)	COEFICIENTE DE APROV		TAXA DE OCUPAÇÃO MÁXIMA (%)	TAXA DE PERMEABILIDADE MÍNIMA (%)	ALTURA MÁXIMA (PAVIMENTOS)		RECUE FRONTAL (m)	AFASTAMENTO DAS DIVISAS (m)	
				PERMITIDO	MÁXIMO			PERMITIDO	MÁXIMA		LATERAL	FUNDOS
Habitação Unifamiliar		Comércio e Serviço de Bairro										
Condomínio Horizontal		Habitação Transitória 1	600/15 <sup>(2)</sup>	1 <sup>(3)</sup>	-	50	25	2	-	4	Mín. 1,5 <sup>(4)</sup>	Facultativo / mín. 1,5 <sup>(4)</sup>
Comércio e Serviço Vicinal		Comunitário 2 – Ensino e Culto Religioso										
Comunitário 1 e 4 <sup>(1)</sup>												

(1) Deverá ser implantado o dispositivo de controle de coleta de águas pluviais e retenção de cheias.

(2) Os lotes de esquina terão suas áreas mínimas acrescidas em 10% (dez por cento) em relação ao mínimo exigido para sua respectiva zona e sua testada mínima será de 18 metros.

- (3) Toda e qualquer área construída será considerada para cálculo do coeficiente de aproveitamento, com exceção de:
- até 100% (cem por cento) da área mínima exigida em regulamento específico para áreas de garagem/estacionamento de veículos situadas até o terceiro pavimento, desde que seja adotado a nível do projeto de microdrenagem, medidas de controle na fonte, que garantam a vazão original de saída;
  - ático com área igual ou inferior a 1/3 (um terço) do piso do último pavimento;

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson - Rua 20 de Maio, 100 - CEP: 88830-000 Centro



[www.morrodafumaca.sc.gov.br](http://www.morrodafumaca.sc.gov.br)



[facebook.com/PrefeituraMF](https://facebook.com/PrefeituraMF)



[@morrodafumaca](https://www.instagram.com/morrodafumaca)



- c) porão, em residência unifamiliar, com área igual ou inferior a 1/3 (um terço) do pavimento superior;
- d) floreiras e sacadas.
- (4) Para as atividades do Comunitário 1, 2 e 4, o afastamento mínimo das divisas deverá ser 2,50m.

**Obs.:** O afastamento entre edificações em um mesmo terreno deverá ser correspondente duas vezes o recuo lateral mínimo.

**TABELA 7 - ZONA MISTA DE COMÉRCIO E SERVIÇOS**

USO			OCUPAÇÃO									
PERMITIDOS	TOLERADOS	PERMISSÍVEIS	LOTE MÍNIMO TESTADA MÍNIMA (M²/M)	COEFICIENTE DE APROV		TAXA DE OCUPAÇÃO MÁXIMA (%)	TAXA DE PERMEABILIDADE MÍNIMA (%)	ALTURA MÁXIMA (PAVIMENTOS)		RECUEO FRONTAL (M)	AFASTAMENTO DAS DIVISAS (M)	
				PERMITIDO	MÁXIMO			PERMITIDO	MÁXIMA		LATERAL	FUNDOS
Comércio e Serviço Setorial, Geral e Específico <sup>(1)</sup>		Habitação Unifamiliar – anexa ao empreendimento										
		Indústria Tipo 2 – Pequeno Porte <sup>(1)</sup>	600/20 <sup>(2)</sup>	1,5 <sup>(3)</sup>	-	60	25	2	-	4 <sup>(4)</sup> (5)	Mín. 2,00	Mín. 2,00
		Comércio e Serviço Vicinal e de Bairro										

(1) Deverá ser implantado o dispositivo de controle de coleta de águas pluviais e retenção de cheias.

(2) Os lotes de esquina terão suas áreas mínimas acrescidas em 10% (dez por cento) em relação ao mínimo exigido para sua respectiva zona e sua testada mínima será de 23 metros.

(3) Toda e qualquer área construída será considerada para cálculo do coeficiente de aproveitamento, com exceção de:

- a) até 100% (cem por cento) da área mínima exigida em regulamento específico para áreas de garagem/estacionamento de veículos situadas até o terceiro pavimento, desde que seja adotado a nível do projeto de microdrenagem, medidas de controle na fonte, que garantam a vazão original de saída;
- b) ático com área igual ou inferior a 1/3 (um terço) do piso do último pavimento;
- c) floreiras e sacadas.

(4) Para o uso industrial o recuo frontal mínimo será de 10,00m (dez metros).

(5) O recuo frontal será estabelecido a partir da faixa de domínio da via definido pelo órgão municipal competente.

**Obs.:** O afastamento entre edificações em um mesmo terreno deverá ser correspondente duas vezes o recuo lateral mínimo.

**Art. 3º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson - Rua 20 de Maio, 100 - CEP: 88830-000 Centro



[www.morrodafumaca.sc.gov.br](http://www.morrodafumaca.sc.gov.br)



[facebook.com/PrefeituraMF](https://facebook.com/PrefeituraMF)



[@morrodafumaca](https://www.instagram.com/morrodafumaca)



**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 21 de agosto de 2019.

**AGENOR CORAL**  
**Prefeito Municipal**

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

**ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO**  
**Secretário do Sistema Econômico**

Publicado no Diário Oficial do Município e no site [www.morrodafumaca.sc.gov.br](http://www.morrodafumaca.sc.gov.br)

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson - Rua 20 de Maio, 100 - CEP: 88830-000 Centro  
 [www.morrodafumaca.sc.gov.br](http://www.morrodafumaca.sc.gov.br)  [facebook.com/PrefeituraMF](https://facebook.com/PrefeituraMF)  [@morrodafumaca](https://twitter.com/morrodafumaca)

**REGISTRO DE PREÇO 149/2019**

Publicação Nº 2130810

Morro da Fumaça. Pregão Presencial para Registro de Preço 149/2019. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA SEDE NOVA DO CORPO DE BOMBEIRO, conforme anexo. Data: 03/09/2019 às 08:30. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. ROBERTO JOSE SAVIO CAETANO – Secretário do Sistema Econômico.

**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO LEGISLATIVO Nº 010/2019**

Publicação Nº 2131592

DECRETO LEGISLATIVO Nº 008/2001

EMENTA:

"Concede Licença ao Vereador Miguel Zaccaron Darolt e dá outras Providências."

Vereador TIAGO MINATTO, Presidente da Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, no uso das suas atribuições legais, e com fulcro no art. 22, IV, da Lei Orgânica Municipal consoante com os artigos 31, inciso X, e artigo 31, inciso XVI, e artigo 85, do Regimento Interno, promulga o seguinte DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Fica o vereador: Miguel Zaccaron Darolt autorizado a licenciar-se, por prazo indeterminado, a partir do dia 10 de julho de 2019, conforme Pedido de Licença nº 02/2019, consoante termos previstos no artigo 12, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e ditames estatuídos no artigo 81, inciso IV, do Regimento Interno.

Art. 2º Fica convocada a 1ª suplente da Bancada dos Partidos: PSD/MDB/PSDB, senhora: Lucilene Pagnan Cechinel, para tomar posse no dia 10 de julho de 2019, às 17:00 horas, na sede deste Poder Legislativo Fumacense.

Art.3º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência: Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 09 de julho de 2019.

TIAGO MINATTO

Presidente da Câmara Municipal

Registrado e publicado, nesta Secretaria, aos nove dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove.

DOUGLAS NANDI DA ROSA

Diretor - Geral

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 011/2019**

Publicação Nº 2131819

EMENTA:

"ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NA CÂMARA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Vereador TIAGO MINATTO, Presidente da Câmara Municipal, no uso de suas atribuições, e:

CONSIDERANDO o teor do Decreto nº 003/2019, expedido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

CONSIDERANDO o teor do artigo 236, do Regimento Interno,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado ponto facultativo, na Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, no dia 16 de agosto de 2019 (sexta-feira), haja vista que, na referida data em apreço, comemora-se o Dia de São Roque, padroeiro deste Município.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC em 15 de agosto de 2019.

TIAGO MINATTO

Presidente

Registrado e publicado, nesta Secretaria, aos quinze dias do mês de agosto do ano de dois e dezenove.

DOUGLAS NANDI DA ROSA

Diretor-Geral

# Morro Grande

## PREFEITURA

### LEI MUNICIPAL Nº 955/2019

Publicação Nº 2130576

LEI Nº 955/2019

TRATA DA NOMENCLATURA DE VIA PUBLICA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º- A Estrada Geral Sanga das Pedras, na altura do ponto denominado Santo Antonio até a ponte de concreto armado sobre o Rio Morto, na divisa com o município de Meleiro, atualmente denominada Rua Romeu Piazza, passa a denominar-se "Rodovia Municipal Sanga das Pedras".

Art. 2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Fica revogada as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 933/2018.

Morro Grande/SC, 20 de março de 2019.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

### PORTARIA 96/2019

Publicação Nº 2130676

PORTARIA Nº 96/2019

TRATA DA EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO A PEDIDO

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece a legislação em vigor e,

Considerando o requerimento do servidor;

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerado a partir da presente data, o servidor VALMIR PERDONÁ, matrícula 752, portador do CPF nº 743.697.929-91, ocupante do cargo de "Auxiliar de Serviços Gerais I", do Quadro permanente da Prefeitura de Morro Grande.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande/SC, 20 de agosto de 2019.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal



# Navegantes

## PREFEITURA

### ATA DA SESSÃO 93/2019 PMN

Publicação Nº 2131205

#### ATA PREGÃO PRESENCIAL N º 93/2019 PMN

AS NOVE HORAS DO DIA VINTE E UM DO MÊS DE JULHO DO ANO DOIS MIL DE DEZENOVE, A PREGOEIRA CARLA CLAUDINO E EQUIPE DE APOIO, NOMEADOS PELA PORTARIA Nº 476 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2019, REUNIRAM-SE PARA ABERTURA E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, DO EDITAL A LICITAÇÃO PROCESSO NÚMERO NOVENTA E TRÊS ANO DE DOIS MIL E DEZENOVE, TIPO MAIOR LANCE POR OFERTA, CUJO OBJETO PREGÃO PRESENCIAL VISANDO A PERMISSÃO PARA EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO, COMÉRCIO DE BEBIDAS, CERVEJAS ARTESANAIS E PRODUTOS ALIMENTÍCIOS), DURANTE AS FESTIVIDADES ALUSIVAS AO ANIVERSÁRIO DE 57 ANOS DE NAVEGANTES, QUE ACONTECERÁ ENTRE OS DIAS 23/08/2019 Á 26/08/2019 EM PRAÇA PÚBLICA (PRAÇA DA PRAIA CENTRAL DE NAVEGANTES), ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE DE NAVEGANTES/SC. EMPRESAS PARTICIPANTES: FLEXPROMO PRODUÇÃO DE EVENTOS EIRELI - ME, REPRESENTADA POR RODRIGO SALVADOR DAL MOLIN RIBEIRO; DICKEL & DICKEL COMERCIO DE BEBIDAS E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS, REPRESENTADA POR CAMILA BEATRIZ PILLA CORREA. NA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO VERIFICOU-SE QUE AS EMPRESAS ESTAVAM DE ACORDO COM O EDITAL. FORAM DISPONIBILIZADOS AOS PRESENTES OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUE MANIFESTAÇÃO. FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE PROPOSTA DAS EMPRESAS, ONDE AS EMPRESAS ESTAVAM COM OS DOCUMENTOS DE ACORDO COM O EDITAL. FORAM DISPONIBILIZADOS AOS PRESENTES OS DOCUMENTOS DAS PROPOSTAS PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUE MANIFESTAÇÃO. DAMOS CONTINUIDADE A ETAPA DE LANCE ONDE A EMPRESA: FLEXPROMO PRODUÇÃO DE EVENTOS EIRELI - ME, SAGROU-SE VENCEDORA DO ITEM 1, PELO MAIOR LANCE DE R\$ 11.850,00. ABERTO O ENVELOPE DE HABILITAÇÃO DA VENCEDORA PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS ONDE TODOS OS DOCUMENTOS DA EMPRESA, ESTAVAM DE ACORDO COM O EDITAL, FORAM DISPONIBILIZADOS AOS PRESENTES O DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUE MANIFESTAÇÃO. NÃO HOUE MENÇÃO DE INTENÇÃO DE RECURSO PELAS EMPRESAS. ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR, NADA MAIS HAVENDO A RELATAR DEU-SE POR ENCERRADO OS TRABALHOS AS 09H 50MIN. EU VERA LUCIA LUCOLLI DA COSTA LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE ACONTECIMENTOS QUE APÓS LIDO E ACHADO CONFORME SEGUE ASSINADO PELOS PARTICIPANTES PRESENTES NESTA ABERTURA QUE PERMANECERÃO ATÉ A LAVRATURA DA MESMA.

### AVISO DE CANCELAMENTO 69/2019 PMN

Publicação Nº 2131739

Setor de Compras e Licitações

#### AVISO DE CANCELAMENTO – CONCORRÊNCIA 69/2019 PMN

A Prefeitura Municipal de Navegantes torna público que está CANCELADO o Processo Licitatório Concorrência 69/2019 PMN, do objeto: CONCORRÊNCIA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO E REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO E CONCURSO PÚBLICO, COM ELABORAÇÃO, IMPRESSÃO E APLICAÇÃO DE PROVAS PARA PROVIMENTO DE FUNÇÕES DE NÍVEL FUNDAMENTAL, MÉDIO E SUPERIOR, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

Maiores informações poderão ser sanadas pelo telefone (47) 3342-9541.

Navegantes, 21 de agosto de 2019.

### CONVOCAÇÃO SELETIVO 02/2017

Publicação Nº 2130992

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--	--

Navegantes, 21 de agosto de 2019.

Ilmo Sr.  
ANDERSON DO ROSARIO (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO 002/2017.

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da contratação do PROCESSO SELETIVO 002/2017, para o cargo de ARTE-EDUCADOR DE ARTES PLASTICAS 40 HORAS. Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do PROCESSO SELETIVO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira Kamila Brustolin  
Diretora de RH Gerente de RH

## CONVOCAÇÃO SELETIVO 02/2017

Publicação N° 2130541

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n° 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--	---

Navegantes, 20 de agosto de 2019.

Ilmo Sra.  
MARIA EDUARDA CARRENHO FABRIN (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO 002/2017.

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da contratação do PROCESSO SELETIVO 001/2015, para o cargo de ARTE-EDUCADOR DE ARTES PLASTICAS 40 HORAS. Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do PROCESSO SELETIVO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira Kamila Brustolin  
Diretora de RH Gerente de RH

## DECRETO 154/2019

Publicação N° 2131588

DECRETO N° 154, DE 20 DE AGOSTO DE 2019

DECLARA IMÓVEL DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL QUE ESPECIFICA

O Prefeito do Município de Navegantes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 60, inciso XV, da Lei Orgânica do Município, bem como fundamento das políticas públicas estabelecidas no Plano Diretor Municipal (Leis Complementares n° 55, 56 e 57 de 22 de julho de 2008) e no Decreto-Lei Federal n° 3.365, de 21 de junho de 1941, bem como considerando o preceito constitucional de que a propriedade deve cumprir seu fim social, DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública para fins de desapropriação, amigável ou judicial, o seguinte imóvel:

I. Terreno sem benfeitoria situado no Bairro Pedreiras, zona rural desta cidade e Comarca de Navegantes/SC, com as seguintes medidas e confrontações: Partido do Vértice P-1 com coordenadas X=732166,3110 e Y=7027544,9300, seguindo com ângulo interno de 123°01'51", Azimute 275°00'41" e distância de 28,53 metros, chega-se ao Vértice P-2 com coordenadas X=732137,8879 e Y=7027547,4223, frente (sul) confronta nesta linha com prolongamento da rua Onório Bortolato. Deste ponto segue com ângulo interno de 56°59'56", Azimute 38°00'45" e distância de 136,74 metros, chega-se ao Vértice P-3 com coordenadas X=732222,0944 e Y=7027655,1533, lado esquerdo (oeste) confronta nesta linha com a área B remanescente. Deste ponto segue com o ângulo interno de 124°48'34", Azimute 93°12'11" e distância de 29,23 metros, chega-se ao Vértice P-4 com coordenadas X=732251,2794 e Y=7027653,5201, fundos (norte) confronta nesta linha com o prolongamento da rua Onório Bortolato. Deste ponto segue com ângulo interno de 55°09'39", Azimute de 218°02'32" e distância de 137,88

metros, chega-se ao Vértice P-1, ponto de origem do memorial, lado direito (leste) confronta nesta linha com a área A remanescente. Contendo a área total de 3289,95 m<sup>2</sup>, registrado sob a matrícula nº 8662, junto ao Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Navegantes/SC, de propriedade de José Luiz de Souza.

§1º A área descrita neste artigo destina-se à consolidação de Rua.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes/SC, 20 de agosto de 2019.

EMÍLIO VIEIRA

Prefeito do Município de Navegantes

MÁRCIO DA ROSA

Secretário de Administração e Logística

## DECRETO 155/2019

Publicação Nº 2131595

DECRETO Nº 155, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a homologação do resultado final do Processo Seletivo – Edital nº 002/2019/SMS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, de acordo com o Edital nº 002/2019/SMS: e,

CONSIDERANDO a conclusão de todas as fases do Processo Seletivo de nº 002/2019 SMS;

CONSIDERANDO o encerramento dos prazos para recursos em fase administrativa;

CONSIDERANDO a formalidade e a regularidade de todos os atos que constituem o Processo Seletivo de nº 002/2019 SMS;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo de nº 002/2019 SMS, conforme classificação constante do Anexo I deste Decreto.

Art. 2º A partir desta homologação do resultado, de acordo com a ordem de classificação e após o candidato ter sido julgado apto física e mentalmente para o cargo, mediante exame de médico oficial, o Poder Público Municipal preencherá as vagas conforme necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Navegantes - SC, 20 de agosto de 2019.

Emílio Vieira,

Prefeito Municipal.

Márcio da Rosa

Secretário de Administração e Logística

### ANEXO I – CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SMS EDITAL 002/2019

AGENDE DE ENDEMIAS – ensino médio								
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	Data Nascimento	Conhecimentos básicos do SUS		Conhecimentos Específicos		Nota Final	RESULTADO
			Acertos	Nota	Acertos	Nota		
77	JAIR LUCAS MARIA-NO JUNIOR	21/10/1994	10	3	19	6,65	9,65	Aprovado
81	MIRIAN GOES DOS SANTOS	03/05/1984	8	2,4	18	6,3	8,95	Aprovado
194	AMANDA RODRIGUES DAS CHAGAS	20/07/1990	10	3	17	5,95	8,7	Aprovado
50	ELKE MARIA KELLERMANN	29/02/1960	9	2,7	17	5,95	8,65	Aprovado
24	CLEVERSON CARDOSO DIAS	15/02/1979	7	2,1	17	5,95	8,3	Aprovado
49	ALEXANDRE HENRIQUE ALMEIDA	05/04/1993	9	2,7	16	5,6	8,3	Aprovado

79	LEIVA DO NASCIMENTO AUGUSTO MARCHIORE	25/05/1984	9	2,7	16	5,6	8,25	Aprovado
19	GISELE ALVES MACHADO	02/02/1982	8	2,4	16	5,6	8,05	Aprovado
15	HELLEN CRISTINE DA SILVEIRA NUNES NASCIMENTO	26/07/1994	4	1,2	16	5,6	8	Aprovado
186	LUIZ FELIPE OLIVEIRA DE JESUS CIDREIRA	03/05/1994	1	0,3	16	5,6	7,65	Aprovado
75	SILVIA REGINA STOCCO DA CRUZ	12/04/1977	10	3	15	5,25	7,35	Aprovado
180	LEONARDO DE SOUZA ROCHA	08/11/1998	8	2,4	15	5,25	7,35	Aprovado
188	EUGENIA DA SILVA QUINTOPE DE JESUS	28/07/1981	7	2,1	15	5,25	7	Aprovado
43	ALINI VERONICA MOMBACH GODOI	19/06/1995	7	2,1	15	5,25	7	Aprovado
123	HÉLIO MAUCH R. TENÓRIO	26/01/1950	5	1,5	15	5,25	6,95	Aprovado
185	CLISIA CINTIA BRITO DOS SANTOS CARLOS	17/02/1986	3	0,9	15	5,25	6,95	Aprovado
116	DAIANA BARBARA LUCIANO	18/07/1993	7	2,1	14	4,9	6,95	Aprovado
36	THAIS SANTOS DE CARVALHO	05/11/1994	7	2,1	14	4,9	6,9	Aprovado
189	THAYSA MENDES MARINHO	24/05/1987	6	1,8	14	4,9	6,8	Aprovado
82	DIOGO DE OLIVEIRA HAAG	18/08/2000	6	1,8	14	4,9	6,8	Aprovado
6	LETICIA DA SILVA MEDEIROS YAGI	26/04/1988	6	1,8	14	4,9	6,75	Aprovado
164	SANDRA MARA CAVILHA	19/01/1971	6	1,8	14	4,9	6,7	Aprovado
34	DEBORA FRAÇOISE DE OLIVEIRA PIEKARZEWICZ	26/11/1977	5	1,5	14	4,9	6,7	Aprovado
44	VIVIANE SOUZA CORDEIRO	24/05/1988	5	1,5	14	4,9	6,7	Aprovado
153	CAROLINE DACOL	15/06/1993	5	1,5	14	4,9	6,7	Aprovado
127	ROSANGELA DE CARVALHO BONETTO	30/09/1976	5	1,5	14	4,9	6,65	Aprovado
64	ELZA DE FREITAS FERREIRA	04/09/1979	5	1,5	14	4,9	6,65	Aprovado
114	JAQUELINE GOMES DE NOVAIS	16/02/2001	5	1,5	14	4,9	6,65	Aprovado
41	RUTE ASSUNÇÃO	06/04/1978	5	1,5	14	4,9	6,6	Aprovado
151	CECILIA APARECIDA LISBOA	01/05/1995	5	1,5	14	4,9	6,6	Aprovado
16	BIANCA CARVALHO DA COSTA	06/09/1996	4	1,2	14	4,9	6,6	Aprovado
162	DOUGLAS DE OLIVEIRA SILVA CRESPO	26/07/1988	3	0,9	14	4,9	6,55	Aprovado
40	ROBERTO SCHRAMM	28/09/1969	8	2,4	13	4,55	6,4	Aprovado
11	GIOVANI DE LUCA	12/12/1973	8	2,4	13	4,55	6,4	Aprovado
27	CARLOS CESAR DE ARAUJO	14/07/1979	8	2,4	13	4,55	6,4	Aprovado
94	SIDNEI ALVES MOREIRA	17/10/1980	7	2,1	13	4,55	6,4	Aprovado
32	JADIELSON CARLOS DANTAS VASCONCELOS	31/01/1981	7	2,1	13	4,55	6,4	Aprovado

21	THAIS IVANA SOUZA ALVES	29/04/1981	7	2,1	13	4,55	6,4	Aprovado
73	ELVIS MURILO RAMOS SOUZA	07/09/1990	6	1,8	13	4,55	6,4	Aprovado
106	VANESSA SANTOS SILVA ALVES	30/06/1992	6	1,8	13	4,55	6,4	Aprovado
109	ROSA MARIA FIGUEIREDO DA SILVA	01/10/1973	6	1,8	13	4,55	6,35	Aprovado
56	LUIZ CARLOS TAVARES	21/09/1976	5	1,5	13	4,55	6,35	Aprovado
61	YURY KELLE BENIGNO DO VALE	01/12/1980	5	1,5	13	4,55	6,35	Aprovado
51	CARLA RAIMUNDO DA SILVA	23/12/1968	5	1,5	13	4,55	6,3	Aprovado
121	STEPHANIE FIGUEIREDO DA ROSA	13/12/1994	3	0,9	13	4,55	6,3	Aprovado
168	CLAUDIANE ARAÚJO SANTOS	25/03/1995	3	0,9	13	4,55	6,3	Aprovado
190	EWERTON LEANDRO GABRIEL LIMA	08/07/1995	2	0,6	13	4,55	6,3	Aprovado
138	VERIDIANA LUVIELMO DA CRUZ AGUILHEIRO	10/03/1987	9	2,7	12	4,2	6,15	Aprovado
68	MARCOS ROBERTO MANOZZO	16/03/1967	8	2,4	12	4,2	6,05	Aprovado
155	MARISTELA FERNANDES CABRAL COSTA PORTILHO	29/04/1980	8	2,4	12	4,2	6,05	Aprovado
72	ANOBERTO AVIZ BORGES	11/09/1983	8	2,4	12	4,2	6,05	Aprovado
113	SANDRA MARQUES DE OLIVEIRA	02/08/1969	7	2,1	12	4,2	6	Aprovado
42	MERI TERESINHA SILVA GASPAR DE OLIVEIRA	20/05/1977	7	2,1	12	4,2	6	Aprovado
122	LUCIANA CARLA BATISTA PONTES	03/06/1982	7	2,1	12	4,2	6	Aprovado
141	WALACE RODRIGUES DOS SANTOS	11/06/1984	7	2,1	12	4,2	6	Aprovado
159	CLAUDIA CRISTINA PEREIRA PELISSON	18/12/1973	6	1,8	12	4,2	5,95	Aprovado
148	LENITA FAGUNDES	31/08/1967	6	1,8	12	4,2	5,9	Aprovado
46	LIGIA LIMA FERREIRA DA HORA	19/11/1966	6	1,8	12	4,2	5,8	Aprovado
176	SUSANA TEIXEIRA DA SILVA RODRIGUES	22/03/1969	6	1,8	12	4,2	5,7	Aprovado
54	SILVANA FATIMA NUNES	04/03/1974	5	1,5	12	4,2	5,7	Aprovado
130	CARLA ANDREA DE QUADROS MORTON	22/07/1975	5	1,5	12	4,2	5,7	Aprovado
143	FABRICIO DE ASSIS SILVA	29/12/1980	5	1,5	12	4,2	5,7	Aprovado
165	FRIMAM KLIMKE NAZARIO	01/12/1986	5	1,5	12	4,2	5,7	Aprovado
74	HIAGO PEREIRA DA SILVA	13/08/1992	5	1,5	12	4,2	5,7	Aprovado
110	ALEXANDER DOS SANTOS BARBOSA	05/03/1996	5	1,5	12	4,2	5,7	Aprovado
92	ELIZANDRA DOS ANJOS	02/11/1998	5	1,5	12	4,2	5,7	Aprovado
137	MARIA SOLANGE GONÇALVES BILESKI	03/01/1978	5	1,5	12	4,2	5,65	Aprovado
150	NICOLAS AUGUSTO DE SOUSA	06/11/2000	4	1,2	12	4,2	5,65	Aprovado

182	ARTUR FIAD MENDES	18/06/2001	4	1,2	12	4,2	5,65	Aprovado
102	JAQUELINE REIS DE MELLO DE OLIVEIRA	29/12/1991	4	1,2	12	4,2	5,6	Aprovado
17	EDGAR GOEBEL	29/04/1958	1	0,3	12	4,2	5,45	Aprovado
120	ROSANE MARIA FRANCISCO FERNANDES	09/10/1980	9	2,7	11	3,85	5,45	Aprovado
161	ADELINDA ALTMANN ARAUJO	08/01/1965	7	2,1	11	3,85	5,4	Aprovado
63	PATRÍCIA ZILDA DOS SANTOS	29/03/1976	6	1,8	11	3,85	5,4	Aprovado
91	ROBERTA DOS SANTOS DE LIMA	25/01/1981	6	1,8	11	3,85	5,4	Aprovado
55	THAYSA FATIMA DA SILVA	14/05/1998	6	1,8	11	3,85	5,35	Aprovado
69	LUCAS DE OLIVEIRA LOPES	08/03/2001	5	1,5	11	3,85	5,35	Aprovado
84	CATIA FERNANDA MENEZES DE SOUZA	20/12/1974	5	1,5	11	3,85	5,3	Aprovado
166	FERNANDA APARECIDA MARTINS	22/07/1979	4	1,2	11	3,85	5,3	Aprovado
187	JESIEIDE PINHEIRO FERREIRA	11/08/1989	4	1,2	11	3,85	5,3	Aprovado
65	WILLIAN FERREIRA MARÇAL DOS SANTOS	07/07/1999	4	1,2	11	3,85	5,3	Aprovado
9	GERSON DOS SANTOS VIEIRA	24/05/1993	4	1,2	11	3,85	5,15	Aprovado
126	MARIA APARECIDA PEREIRA DE SOUZA	11/10/1972	3	0,9	11	3,85	5,05	Aprovado
10	GLADER REJANE DA SILVEIRA	02/06/1973	3	0,9	11	3,85	5,05	Aprovado
70	ERICA DE SOUZA VILHENA	18/03/1998	2	0,6	11	3,85	5,05	Aprovado
83	IGOR SANTOS RITA RIBEIRO DE FREITAS	28/11/1999	7	2,1	10	3,5	5,05	Aprovado
142	ADRIANO BATISTA TOMAZ	16/09/1972	6	1,8	10	3,5	5	Aprovado
86	KELLY CRISTINA CAMPOS DE PAULA	30/05/1981	6	1,8	10	3,5	5	Aprovado
87	FERNANDA LUNARDI	18/08/1983	6	1,8	10	3,5	5	Aprovado
45	GEOVANI ALVES	31/08/1988	6	1,8	10	3,5	5	Aprovado
193	MAÍSA TEODORO LOPES	08/04/1997	5	1,5	10	3,5	5	Aprovado
172	CATIA MALENA DE PINHO DE OLIVEIRA	13/12/1970	5	1,5	10	3,5	4,95	Reprovado
133	ARIANE CRISTINA PAUKNER	16/05/1996	5	1,5	10	3,5	4,95	Reprovado
2	IVANEIA DA CONCEIÇÃO PAULO MACHADO	21/03/1982	5	1,5	10	3,5	4,9	Reprovado
38	MARIA ROSA DOS ANJOS DA SILVA	21/03/1990	5	1,5	10	3,5	4,75	Reprovado
152	NICOLAS PEREIRA SOMBRI	08/09/1998	4	1,2	10	3,5	4,75	Reprovado
115	ROSALBA VIVIANE DE FREITAS	29/09/1977	4	1,2	10	3,5	4,7	Reprovado
140	JEFERSON INACIO	24/12/1979	4	1,2	10	3,5	4,7	Reprovado
179	FERNANDO JOSE ROTTA	09/05/1980	4	1,2	10	3,5	4,7	Reprovado
178	JULIANA MONTANHERI DE LIMA	28/10/1984	4	1,2	10	3,5	4,7	Reprovado



60	EDILANIA FERREIRA DO VALE	29/12/1989	4	1,2	10	3,5	4,7	Reprova-do
104	TAYRON WILLIAN BARACY GAUTO	02/06/1990	4	1,2	10	3,5	4,7	Reprova-do
53	ELIZANGELA SILVA SANTOS	13/02/1994	4	1,2	10	3,5	4,7	Reprova-do
108	RENATO FIGUEIREDO FERREIRA DA SILVA	10/03/1999	3	0,9	10	3,5	4,7	Reprova-do
23	ANAPOLYANA DOS ANJOS GOMES	11/06/1990	3	0,9	10	3,5	4,65	Reprova-do
4	LORIVAL JOSE DE CAMPOS	18/11/1976	3	0,9	10	3,5	4,6	Reprova-do
111	CINTIA HELOISE DE CASTRO	11/10/1985	3	0,9	10	3,5	4,5	Reprova-do
12	FRANCISCA DE OLIVEIRA SANTARÉM	29/04/1964	2	0,6	10	3,5	4,45	Reprova-do
112	ANDRÉA COSTA DE FARIAS MARCELLINO	24/03/1971	2	0,6	10	3,5	4,4	Reprova-do
149	MARCIA MARILIA CORREA MENDES	31/07/1982	1	0,3	10	3,5	4,4	Reprova-do
145	ISABELA AMARAL DA SILVA	30/11/1996	1	0,3	10	3,5	4,4	Reprova-do
181	PALOMA NIEBUHR BRININO	01/12/2000	6	1,8	9	3,15	4,4	Reprova-do
14	MARGARETE LEAL VIEIRA	28/10/1967	6	1,8	9	3,15	4,35	Reprova-do
175	ANA PAULA GALDAMEZ VIANA TAVARES	23/11/1973	5	1,5	9	3,15	4,35	Reprova-do
196	MARCIANI DOS SANTOS	07/03/1979	4	1,2	9	3,15	4,35	Reprova-do
192	MARCOS GUILHERME MARINI	23/05/1994	4	1,2	9	3,15	4,35	Reprova-do
170	KEWANE PEREIRA DUARTE	13/02/1996	4	1,2	9	3,15	4,35	Reprova-do
25	FRANCISCA MARIA FERNANDES FERREIRA	01/09/1973	4	1,2	9	3,15	4,3	Reprova-do
195	ERICK WILLIAN DELFINO	12/09/1994	4	1,2	9	3,15	4,3	Reprova-do
58	KEVIN GABRIEL BRUGGMANN	17/11/1999	3	0,9	9	3,15	4,3	Reprova-do
18	JULIANA DA SILVA BERNARDES	07/06/1986	3	0,9	9	3,15	4,1	Reprova-do
57	JONAS DANILO PEREIRA	09/11/1998	3	0,9	9	3,15	4,1	Reprova-do
37	PRISCILA RODRIGUES PIMENTEL	13/11/1978	3	0,9	9	3,15	4,05	Reprova-do
144	CLAUDIA DE CASTRO FRAGA	19/02/1985	3	0,9	9	3,15	4,05	Reprova-do
131	DANILO JOSE SILVA DA SILVA	09/06/1987	2	0,6	9	3,15	4,05	Reprova-do
5	JEANE DUARTE DE FREITAS	26/06/1987	0	0	9	3,15	4,05	Reprova-do
8	ANA PAULA CAROLINA DOS SANTOS MARIA	30/12/1999	7	2,1	8	2,8	4,05	Reprova-do
136	WILLIAN OLIVEIRA AMARANTE	07/04/1989	6	1,8	8	2,8	3,8	Reprova-do
171	MARCOS HENRIQUE CORDOVA DE SOUZA	22/07/1999	5	1,5	8	2,8	3,8	Reprova-do
98	MARCIANA APARECIDA DE OLIVEIRA	08/03/1979	5	1,5	8	2,8	3,75	Reprova-do
71	ANDREA ELOISE DANIEL PINHO DE SOUZA	18/09/1979	5	1,5	8	2,8	3,7	Reprova-do



20	MATHEUS VALDEMIRO DA SILVA	14/07/1993	3	0,9	8	2,8	3,6	Reprovado
47	RAQUEL PITAN PINHEIRO	04/05/1998	2	0,6	8	2,8	3,6	Reprovado
134	INDIANI LENIR VELOSO	28/02/1999	1	0,3	8	2,8	3,4	Reprovado
157	DANIELE FRANÇA DOS SANTOS	03/05/1999	3	0,9	7	2,45	3,35	Reprovado
146	MARCELO AMARAL DA SILVA	19/02/1998	2	0,6	7	2,45	3,15	Reprovado
132	ARLETE DOS SANTOS	14/10/1967	1	0,3	7	2,45	3,1	Reprovado
1	JUSSARA MARIA GUIMARAES DA SILVA	10/04/1957	5	1,5	6	2,1	3,05	Reprovado
167	AMANDA QUEIROZ	23/03/1997	5	1,5	6	2,1	3	Reprovado
139	JACIRA RODRIGUES DE LIMA	27/03/1972	3	0,9	6	2,1	2,75	Reprovado
30	MAIRLA OLIVEIRA DA SILVA	24/07/1995	2	0,6	6	2,1	2,7	Reprovado
48	KATHY CAROLINE STEIN	04/05/1990	2	0,6	5	1,75	2,35	Reprovado
191	CRISTIAN DANIEL VILLALBA SOARES	13/06/1998	1	0,3	5	1,75	2,05	Reprovado
135	MARINEIDE CABRAL MACIEL	31/03/1948	2	0,6	4	1,4	2	Reprovado

**DECRETO 156/2019**

Publicação N° 2131599

DECRETO N° 156, DE 20 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre a convocação ordinária da XII Conferência Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES, EM CONJUNTO COM O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS), no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de avaliação da situação atual e avanços na Política e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), assim como a propositura de diretrizes visando o aperfeiçoamento do Sistema, de acordo com o disposto no inciso VI do artigo 18 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º Convocar ordinariamente a XII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL com a atribuição de avaliar a situação da Assistência Social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema.

Art. 2º A XII Conferência Municipal de Assistência Social será realizada no salão da Igreja Assembleia de Deus Bom Pastor, localiza na Av. Nereu Liberato Nunes, 746 – Centro, no Município de Navegantes, no dia 20 de setembro de 2019, das 13h às 17h.

Art. 3º A XII Conferência Municipal de Assistência Social terá como tema “ASSISTÊNCIA SOCIAL: DIREITO DO POVO COM FINANCIAMENTO PÚBLICO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL” e os seguintes eixos:

Eixo 1 – Assistência Social: Direito do Povo

Eixo 2 – Financiamento Público

Eixo 3 – SUAS com Participação Social

Art. 4º A Comissão Organizadora será coordenada pelos representantes do Governo e da Sociedade Civil, conforme definido na reunião do dia 15/8/2019:

Composição:

Representantes Governamentais:

a) Secretaria de Assistência Social: Maria José Flor

b) CREAS: Aldrin Duarte

c) CRAS II: Antônio Carlos Uller

Representantes Não Governamentais:

a) SINDFOZ: Luisa Catarina Gessi Rippel

b) IVES: Jairo Mariano

c) APAE: Ana Paula de Col Boldori

Art. 5º A comissão organizadora terá como competência:

I – Preparar e executar as Pré-Conferências;

II – Orientar e acompanhar a realização e resultados das Pré-Conferências;

III – Preparar e acompanhar a operacionalização da 12ª Conferência Municipal de Assistência Social;

Art. 6º A Comissão Organizadora, poderá contar, ainda, com colaboradores para auxiliar na realização da 12ª Conferência Municipal de Assistência Social.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução do presente decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente do Município de Navegantes.

Art. 8º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Navegantes, 20 de agosto de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito

Márcio da Rosa

Secretário de Administração e Logística

## DECRETO 157/2019

Publicação Nº 2131601

DECRETO N º 157, DE 20 DE AGOSTO DE 2019

NOMEIA MEMBROS PARA INSTITUIREM O CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE NAVEGANTES E REVOGA O DECRETO 81/2018.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60,

CONSIDERANDO o respeito ao ser humano e o princípio da isonomia;

CONSIDERANDO a necessidade da nomeação de novos membros para compor o conselho que visa garantir os direitos da pessoa com deficiência, ampliando o conceito da inclusão social;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar 181/2013 e alterações posteriores;

DECRETA:

Art. 1 º Fica nomeada, por este ato, o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência de Navegantes, cujos membros são os seguintes:

a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Titular – Maria José Flor

Suplente – Louise Cristina Correa Nascimento

b) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

Titular – Danielle dos Santos Loi de Oliveira

Suplente – Caroline Fernandes Freitas

c) SECRETARIA DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE

Titular – Nilceneia Scavin Motta

Suplente – Luiz Fernando Gomes

d) FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Titular – Eduardo José Seara Mafra

Suplente – Débora da Silva

e) SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RECEITA

Titular – Marcelo Leandro

Suplente – Thainá Nunes dos Santos

f) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Titular – Marcelo Felipe Uller

Suplente – Rosemary Kertichyka

g) APAE:

Titular – Ana Paula de Col Boldori;

Suplente – Tatiane Coffi da Silva;

h) OAB:

Titular – Rodrigo Feijó;

Suplente – Inajara dos Santos Vieira;

i) ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIADO DA SAÚDE DO HOSPITAL DE NAVEGANTES;

Titular – Rosângela Schneider Ristow

Suplente – Nadja Rejane dos Santos Soares

j) REPRESENTANTE DE ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E/OU CULTURAL:

IVES

Titular – Maria Regina Decker

Suplente – Valéria Severino de Souza

k) Federação Catarinense de Entidades de e para Cegos - FECEC:

Titular – Jairton Fabeni Domingos

Suplente – Adriana Goreti Dias Barboza Domingos;

l) Associação Deficientes Físicos Navegantes - ADEFIN

Titular – Marciano Figleski

Suplente – Elisiane de Fátima Rodrigues

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando o decreto 81/2018 e demais disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE AGOSTO DE 2019.

Emílio Vieira

PREFEITO

Márcio da Rosa

Secretário de Administração e Logística

## **ERRATAS PORTARIAS 2240, 2241 E 2242/2019**

Publicação N° 2131343

### **ERRATA:**

Na Portaria 2240 DE 19 AGOSTO DE 2019, publicada na Edição nº 2907 do Diário Oficial dos Municípios de 20/08/2019,

Onde se lê:

PORTARIA Nº 2240 DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Leia-se:

PORTARIA Nº 2340 DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE AGOSTO DE 2019.

Márcio da Rosa

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **ERRATA:**

Na Portaria 2241 DE 19 AGOSTO DE 2019, publicada na Edição nº 2907 do Diário Oficial dos Municípios de 20/08/2019,

Onde se lê:

PORTARIA Nº 2241 DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Leia-se:

PORTARIA Nº 2341 DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE AGOSTO DE 2019.

Márcio da Rosa

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**ERRATA:**

Na Portaria 2242 DE 19 AGOSTO DE 2019, publicada na Edição nº 2907 do Diário Oficial dos Municípios de 20/08/2019,

Onde se lê:

PORTARIA Nº 2242 DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Leia-se:

PORTARIA Nº 2342 DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE AGOSTO DE 2019.

Márcio da Rosa  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 2361/2019**

Publicação Nº 2131319

PORTARIA Nº 2361 DE 20 DE AGOSTO DE 2019

DESIGNA SERVIDORA AUTORIZADA A DIRIGIR OS VEÍCULOS QUE ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes

RESOLVE:

Art. 1º. AUTORIZAR, por este ato, a servidora Maria José Flor – CNH 01128590927 a dirigir os veículos abaixo designados, que serão utilizados para a realização dos trabalhos da Secretaria Municipal de Assistência Social:

- a) FORD KA placa QJA-9135;
- b) PRISMA placa MJX-8771;
- c) UP placa QIL-8950;
- d) HB20 placa QJK-9303;
- e) HB20 placa QJK-9373;
- f) HB20 placa 9343;
- g) SPIN placa QIO-7667;
- h) PALIO placa MLT-3598;
- i) SPIN placa QIZ-0601;
- j) PRISMA placa MJD-5154;
- k) UP placa QIM-8530.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE AGOSTO DE 2019.

MÁRCIO DA ROSA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 2362/2019**

Publicação Nº 2131321

PORTARIA Nº 2362 DE 20 DE AGOSTO DE 2019

DESIGNA SERVIDOR AUTORIZADO A DIRIGIR OS VEÍCULOS QUE ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes

RESOLVE:

Art. 1º. AUTORIZAR, por este ato, o servidor Luiz Fernando Gomes – CNH 02647924460 a dirigir os veículos abaixo designados, que serão utilizados para a realização dos trabalhos da Secretaria Municipal de Assistência Social:

- a) FORD KA placa QJA-9135;
- b) PRISMA placa MJX-8771;
- c) UP placa QIL-8950;

- d) HB20 placa QJK-9303;
- e) HB20 placa QJK-9373;
- f) HB20 placa 9343;
- g) SPIN placa QIO-7667;
- h) PALIO placa MLT-3598;
- i) SPIN placa QIZ-0601;
- j) PRISMA placa MJD-5154;
- k) UP placa QIM-8530.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE AGOSTO DE 2019.

MÁRCIO DA ROSA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## **PORTARIA N.º 006 DE 20 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2131479

PORTARIA N º 006 DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO REFERENTE A LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO N.º 010/2019 DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE NAVEGANTES - FUMAN.

O Superintendente da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 1.461 de 20/11/2001 e,

CONSIDERANDO a importância do exercício do poder-dever da Administração Pública de anular seus próprios atos de acordo com a Súmula n.º 346 e 473 do STF;

CONSIDERANDO que a Administração Pública nos processos administrativos, utilize os instrumentos para apurar a legalidade dos atos praticados;

CONSIDERANDO que esta medida possui prazo indeterminado, e resguardando os princípios que fundamentam os atos da Administração Pública.

CONSIDERANDO o recebimento do ofício n.º 061/2019 da Secretaria de Planejamento Urbano, de 19 de agosto de 2019 comunicando o embargo no empreendimento;

CONSIDERANDO que qualquer ato da Administração Pública capaz repercutir sobre a esfera de interesses do cidadão deverá ser precedido de prévio procedimento em que se assegure ao interessado o efetivo exercício do direito do contraditório e à ampla defesa.

### **RESOLVE:**

Art. 1º Instaurar processo administrativo com base no ofício n.º 061/2019 e Licença Ambiental de Operação n.º 010/2019 da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes - FUMAN, a fim de suspender, cancelar ou anular a Licença Ambiental de Operação n.º 010/2019, concedida em favor de MORTON CAPITAL LTDA, inscrita no CNPJ n.º 17.995.834/0001-87.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

NAVEGANTES, 20 DE AGOSTO DE 2019.

Marcos Antônio Muller Neto  
Superintendente da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes

Esta Portaria foi registrada e publicada na Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes nesta data.  
Navegantes, 20 de agosto de 2019.

## **PORTARIA Nº 2334 DE 16 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2131705

PORTARIA Nº 2334 DE 16 DE AGOSTO DE 2019

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

### **RESOLVE:**

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar o contrato N° 188/2019 da DISPENSA DE LICITAÇÃO 39/2019 FMS do processo licitatório cujo objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA ESPECIALIZADA PARA O ACOLHIMENTO E TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO - INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA - EM CARATAR EMERGENCIAL DE K.W.P., AFIM DE DAR CUMPRIMENTO A SOLICITAÇÃO DA 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NAVEGANTES, ATRAVES DO PROCEDIMENTO INSTAURADO COM O NÚMERO SIG N. 09.2018.00010205-4 E LAUDO MÉDICO PSIQUIÁTRICO. Conforme DISPENSA DE LICITAÇÃO 39/2019 FMS.

Fiscal: Luciane Boza Delgado - (titular)  
Fernando Jose dos Santos – (suplente)

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE AGOSTO DE 2019.

MÁRCIO DA ROSA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA N° 2335 DE 16 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação N° 2131713

PORTARIA N° 2335 DE 16 DE AGOSTO DE 2019

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar o contrato N° 186/2019 da DISPENSA DE LICITAÇÃO 91/2019 PMN do processo licitatório cujo objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL TIPO GALPÃO, EM ALVENARIA COM 136,00 m², LOCALIZADO NA BR 470, KM 12, N° 2.240, BAIRRO PORTO ESCALVADOS, CIDADE DE NAVEGANTES-SC., PARA ATENDER NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCA DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC. Conforme DISPENSA DE LICITAÇÃO 91/2019 PMN.

Fiscal: Cláudia Angioletti Gabriel - (titular)  
Volnei José Bento – (suplente)

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE AGOSTO DE 2019.

MÁRCIO DA ROSA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA N° 2336 DE 16 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação N° 2131715

PORTARIA N° 2336 DE 16 DE AGOSTO DE 2019

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar o contrato N° 189/2019 da DISPENSA DE LICITAÇÃO 34/2019 FMS do processo licitatório cujo objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA ESPECIALIZADA PARA ATENDIMENTO DO ADOLESCENTE M.S.V.F., A FIM DE DAR CUMPRIMENTO À DETERMINAÇÃO JUDICIAL DE ENCAMINHAMENTO À INTERNAÇÃO PSQUIÁTRICA, EMANADA ORIGINÁRIAMENTE DOS AUTOS N° 0900088.89.2019.8.24.0135, QUE TRAMITA NA 1ª VARA CIVIL DA COMARCA DE NAVEGANTES/SC. Conforme DISPENSA DE LICITAÇÃO 34/2019 FMS.

Fiscal: Cintia Janaina De Souza - (titular)  
Salette De Fátima Dos Santos – (suplente)

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE AGOSTO DE 2019.

MÁRCIO DA ROSA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## **PORTARIA Nº 2337 DE 16 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2131719

PORTARIA Nº 2337 DE 16 DE AGOSTO DE 2019

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar o contrato Nº 187/2019 da DISPENSA DE LICITAÇÃO 35/2019 FMS do processo licitatório cujo objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA ESPECIALIZADA PARA INTERNAÇÃO PSIQUIÁTRICA DE V.O.D.A., A FIM DE DAR CUMPRIMENTO À DETERMINAÇÃO JUDICIAL DE ENCAMINHAMENTO À INTERNAÇÃO PSQUIÁTRICA, EMANADA ORIGINÁRIAMENTE DOS AUTOS Nº 0900105-28.2019.8.24.0135, QUE TRAMITA NA 1º VARA CIVIL DA COMARCA DE NAVEGANTES/SC., ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES. Conforme DISPENSA DE LICITAÇÃO 35/2019 FMS.

Fiscal: Cintia Janaina De Souza - (titular)  
Salete De Fátima Dos Santos – (suplente)

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE AGOSTO DE 2019.

MÁRCIO DA ROSA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA



# Nova Erechim

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO 01/2019 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AGENCIAMENTO DE SHOW ARTÍSTICO DA BANDA APK, NO ACOMPANHAMENTO DO FESTIVAL JOÃO DE BARRO

Publicação Nº 2131613

EXTRATO DO CONTRATO 01/2019

PARTES: MUNICÍPIO NOVA ERECHIM/SC e a empresa J.G.S PRODUÇÕES LTDA

Objeto do Contrato: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AGENCIAMENTO DE SHOW ARTÍSTICO DA BANDA APK, NO ACOMPANHAMENTO DO FESTIVAL JOÃO DE BARRO A SER REALIZADO NO MÊS DE DEZEMBRO DE 2019 NO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC.

Data do Contrato: 21 de agosto de 2019

Valor do Contrato: R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais)

100	1013	33903999
-----	------	----------

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

- DESPESAS COM A REALIZACAO DO FESTIVAL JOÃO DE BARRO

Certifico que o presente extrato fora publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM, no prazo legal.

RAMIREZ TAPIA  
PREFEITO MUNICIPAL

### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2019 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AGENCIAMENTO DE SHOW ARTÍSTICO DA BANDA APK NO ACOMPANHAMENTO DO FESTIVAL JOÃO DE BARRO

Publicação Nº 2131607

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2019

GABINETE DO PREFEITO

RATIFICAÇÃO

Ramirez Tapia, Prefeito do Município de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 25, inciso III, da Lei federal nº 8.666/93, com as alterações dadas pelas Leis federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98,

RATIFICA a inexigibilidade de licitação para a contratação direta da CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AGENCIAMENTO DE SHOW ARTÍSTICO DA BANDA APK NO ACOMPANHAMENTO DO FESTIVAL JOÃO DE BARRO A SER REALIZADO NO MÊS DE DEZEMBRO DE 2019 NO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC, nos dias 13, 14 e 15 de dezembro de 2019, com fundamento no parecer da Assessoria Jurídica do Município e no artigo 25, inciso III da Lei federal nº 8.666/93, com as alterações dadas pelas Leis federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98.

E autorizo o empenho da despesa, no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais), em favor da empresa JGS EVENTOS LTDA ME, cujo pagamento far-se-á vista, de acordo com sua proposta de preço considerada compatível com o interesse público e praticado no mercado.

Nova Erechim, 21 de agosto de 2019.

RAMIREZ TAPIA  
Prefeito Municipal

# Nova Trento

## PREFEITURA

### AVISO DE RETIFICAÇÃO

Publicação Nº 2131814

Retifica Portaria nº 673/2019

Fica retificada a Portaria nº 673/2019 de 19 de agosto de 2019, publicada em 19 de agosto de 2019 no DOM/SC – edição nº 2906, páginas 494 e 495, passando a vigorar a Publicação da Portaria nº 673/2019, publicada no dia 22/08/2019, por motivo de equívoco na digitação do prazo de contrato contratação do servidor.

Nova Trento, 22 de agosto de 2019.  
Ivana Regina Cadore  
Diretora Recursos Humanos

### AVISO DE RETIFICAÇÃO PORTARIA 656/2019

Publicação Nº 2131787

Retifica Portaria nº 656/2019

Fica retificada a Portaria nº 656/2019 de 12 de agosto de 2019, publicada em 19 de agosto de 2019 no DOM/SC – edição nº 2906, páginas 481 e 482, passando a vigorar a Publicação da Portaria nº 656/2019, publicada no dia 22/08/2019, por motivo de equívoco na digitação da matrícula do servidor.

Nova Trento, 22 de agosto de 2019.  
Ivana Regina Cadore  
Diretora Recursos Humanos

### PORTARIA Nº 673/2019

Publicação Nº 2131813

PORTARIA Nº 673/2019

Admissão em Caráter Temporário

Adauton Raulino, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, em exercício, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88, amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014 e amparado pelo Decreto 095 de 18 de Abril de 2017,

#### RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2019, de 12/03/2019, homologado em 13/05/2019, convocada conforme Decreto nº 138/2019, ELICELMA LAZZAROTTO, matrícula nº 8158, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 19 de agosto de 2019 a 18 de fevereiro de 2020, por motivo de excepcional interesse público, aguardando realização concurso público.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 19 de agosto de 2019.

Adauton Raulino  
Secretário Municipal de saúde e Desenvolvimento Comunitário, em exercício

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 236/2019

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde e

Desenvolvimento Comunitário, ADAUTON RAULINO, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 030.380.119-08, RG nº 3355628, residente e domiciliado na Santo Inácio, nº 599, Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora ELICELMA LAZZAROTTO, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Geral São Valentim, s/n, Bairro São Valentim, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 037.073.709-17, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.123,42 (hum mil cento e vinte e três reais e quarenta e dois centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato, pelo exercício efetivo de cada plantão.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período a contar de 19 de agosto de 2019 a 18 de fevereiro de 2020, por motivo de excepcional interesse público, aguardando realização concurso público.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

(Contrato nº 236/2019)

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, iniciando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

#### CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 19 de agosto de 2019.

Maxiliano de Oliveira  
Secretário Mun. Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Elicelma Lazzarotto  
Contratada

Jucelino Marino Chini  
Secretário M. de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 19 de agosto de 2019.

#### TESTEMUNHAS:

Francielli Sabrina Andrietti  
Assistente Administrativo  
CPF: 076.577.989-71

Silvio Conhaqui  
Assistente Administrativo  
CPF: 799.691.359-53

**PORTARIA Nº 677/2019**

Publicação Nº 2131808

**PORTARIA Nº 677/2019****Admissão em Caráter Temporário**

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18 de abril de 2017, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

**RESOLVE:**

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2019, de 12/03/2019, homologado em 13/05/2019, convocada conforme Decreto nº 140/2019, a Servidora Pública Municipal MARIA CATTANI VENERI, matrícula nº 8160, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, Bairro Centro, Município de Trento, a contar de 22 de agosto de 2019 a 21 de agosto de 2020, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, aguardando realização de concurso público.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 22 de agosto de 2019.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**CONTRATO Nº 238/2019****CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora MARIA CATTANI VENERI brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Alferes, nº 2013, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 460.539.219-04, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, Bairro Centro, Município de Trento.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.123,42 (hum mil cento e vinte e três reais reais e quarenta e dois centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado a contar de 22 de agosto de 2019 a 21 de agosto de 2020, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, aguardando a realização de concurso público.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

(Contrato nº 238/2019)

- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

#### CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 22 de agosto de 2019.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário M. de Educação

Maria Cattani Veneri  
Contratada

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 22 de agosto de 2019.

#### TESTEMUNHAS:

Silvio Conhaqui  
CPF: 799.691.359-53  
Assistente Administrativo

Daniel Ceccato  
CPF: 085.599.12916  
Assistente Administrativo

### PORTARIA Nº 678/2019

Publicação Nº 2131810

#### PORTARIA Nº 678/2019

##### Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto Nº 095 de 18 de abril de 2017, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553 de 21 de outubro de 2014.

##### RESOLVE:

Prorrogar a Portaria Nº 645/2019 que ADMITIU em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 005/2018 de 29 de outubro de 2019, homologado em 02/01/2019, convocada conforme Decreto nº 005/2019, ANDRÉIA KNISS, matrícula nº 8148, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, Não Habilitado, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais, na Creche Municipal Ciranda Cirandinha, Município de Nova Trento, a contar de 22 de agosto de 2019 até 30 de setembro de 2019, em substituição a titular Joze Emilia Leite Orlandi, afastada conforme Portaria nº 670/2019 "A".

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 22 de agosto de 2019.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 226/2019

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora ANDRÉIA KNISS,

brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Carlos João Ruberti, nº 536, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 095.801.709-32, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor de Educação Infantil - Não Habilitado – Pré-Escolar, com 40 (quarenta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, Município de Nova Trento.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 875,83 (oitocentos e oitenta e cinco reais e oitenta e três centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 22 de agosto de 2019 até 30 de setembro de 2019, em substituição a titular Joze Emilia Leite Orlandi, afastada conforme Portaria nº 670/2019 "A".

#### CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do citado contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

Nova Trento, em 22 de agosto de 2019.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Andréia Kniss  
Contratada

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

#### TESTEMUNHAS:

Daniel Ceccato  
Assistente Administrativo  
CPF: 085.599.129-16

Silvio Conhaqui  
Assistente Administrativo  
CPF: 799.691.359-53

### PORTARIA Nº 679/2019

Publicação Nº 2131811

#### PORTARIA Nº 679/2019

##### Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto Nº 095 de 18 de abril de 2017, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553 de 21 de outubro de 2014.

#### RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 005/2018 de 29 de outubro de 2018, homologado em 02/01/2019, convocada conforme Decreto nº 005/2019, ROSANE LAETE MELO PICOLLI, matrícula nº 8146, para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Educação Infantil – Creche) na Creche Municipal Ciranda Cirandinha, Município de Nova Trento, a contar de 22 de agosto de 2019 a 30 de setembro de 2019, em substituição a titular Joze Emilia Leite Orlandi, afastada conforme Portaria nº 670/2019 "A".

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 22 de agosto de 2019.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 224/2019

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora ROSANE LAETE MELO PICOLLI, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Jerônimo José Peixer, nº 491, Bairro Centro, Município de São João Batista, portadora do CPF nº 014.933.189-42, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Educação Infantil – Creche) na Creche Municipal Ciranda Cirandinha, Município de Nova Trento.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.625,22 (um mil seiscentos e vinte e cinco reais e vinte e dois centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 22 de agosto de 2019 até 30 de setembro de 2019, em substituição a titular Joze Emilia Leite Orlandi, afastada conforme Portaria nº 670/2019 "A".

#### CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do citado contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

Nova Trento, em 22 de agosto de 2019.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Rosane Laete Melo Picolli  
Contratada

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

#### TESTEMUNHAS:

Daniel Ceccato  
Assistente Administrativo  
CPF: 085.599.129-16

Silvio Conhaqui  
Assistente Administrativo  
CPF: 799.691.359-53



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 076/2019**

Publicação Nº 2130975

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/7

**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO****Processo Nº.: 110/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 76/2019****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 38/2019**

No dia 21 do mês de Agosto do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.858.200/0001-91, com sede administrativa localizada na RUA NEREU RAMOS, 164, bairro CENTRO, CEP nº. 88270-000, nesta cidade de Nova Trento/SC, representado pelo(a) PREFEITO, o Sr(a). GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, inscrito no CPF sob o nº. 032.953.809-88, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 76/2019, Processo Licitatório nº. 110/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) O OBJETO DESTE PREGÃO É O REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM UTILIZADO NO HOSPITAL NOSSA SENHORA DA IMACULADA CONCEIÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I QUE INTEGRA O PRESENTE EDITAL. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
7246	IBF INDUSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S/A.	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
IBF INDUSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S/A.	33.255.787/0001-91	DIRCEU AMURI KOBIS	554.441.999-04

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

O OBJETO DESTE PREGÃO É O REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM UTILIZADO NO HOSPITAL NOSSA SENHORA DA IMACULADA CONCEIÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I QUE INTEGRA O PRESENTE EDITAL.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR LOTE, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 7246 - IBF INDUSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S/A.						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	FILME RX DIGITAL 20X25CM-CX 100 FLOHAS	Cx.	AGFA	150,000	254,4000	38.160,00
2	FILME MAMOGRAFIA DIGITAL 25X30CM - CX 100 FOLHAS	Cx.	AGFA	100,000	403,0000	40.300,00
3	KIT CR PHOTOSHOP PLATE CLEANER + POLYNIT ( KIT LIMPA PLAT P/ RAOIO-X E MAMO - 4 FRASCOS DE 500ML)	Unid.		4,000	420,0000	1.680,00
4	KIT LIMPA PLATE	KIT		2,000	1.200,0000	2.400,00
5	CASSETTE+PLATE P/ RAOIO X	Unid.	AGFA	4,000	4.000,0000	16.000,00
6	CASSETTE+PLATE P/ RAOIO X	Unid.	AGFA	4,000	4.400,0000	17.600,00
7	CASSETTE+PLATE P/ RAOIO X	Unid.	AGFA	4,000	5.800,0000	23.200,00
8	CASSETTE+PLATE P/ MAMOGRAFIA 24X30	Unid.	AGFA	5,000	6.600,0000	33.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 2/7

**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO****Processo Nº.: 110/2019**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 76/2019**

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO**

Página: 3/7  
**Processo Nº.: 110/2019**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 76/2019**

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

**5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 4/7

**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO****Processo Nº.: 110/2019**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 76/2019****5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO**

Página: 5/7  
Processo Nº.: 110/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 76/2019

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO**

Página: 6/7  
Processo Nº.: 110/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 76/2019

**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO**

Página: 7/7  
Processo Nº.: 110/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 76/2019

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Trento para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Nova Trento, 21 de Agosto de 2019.

**GIAN FRANCESCO VOLTOLINI  
PREFEITO**

**Empresas Participantes:**

IBF INDUSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S/A.

CNPJ: 33.255.787/0001-91



**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO Nº 003/2019**

Publicação Nº 2131146

Resolução nº 003/2019

Dispõe sobre a devolução de bens inservíveis da Câmara Municipal de Vereadores à Prefeitura Municipal de Nova Trento SC e dá outras providências

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, usando das atribuições que lhe confere a Legislação, considerando que o Plenário aprovou o Projeto de Resolução n.º 003/2019, promulga a seguinte resolução:

Artigo 1º - Ficam declarados como inservíveis para a Câmara Municipal de Vereadores de Nova Trento SC os bens móveis listados na tabela abaixo:

Nº PATRIMÔNIO	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
000102	ESCRIVANIA MDF COM OITO GAVETAS 0,70 X 1,71 M	900,00
000210	ARMÁRIO EM MDF DE CONTA 70 X 70 CM	400,00
000212	ESTANTE EM MDF 2,00 X 1,60 M	1800,00
000213	BALCÃO PARA IMPRESSORA EM MDF 50X43 CM	200,00

Artigo 2º - Fica autorizado o Presidente da Câmara Municipal de Vereadores a devolver para a Prefeitura Municipal de Nova Trento SC a totalidade dos bens móveis listados no artigo 1º desta Resolução, mediante comprovante de entrega.

Art. 3º - Após efetivada a devolução, deverá ser dado baixa da relação de bens declarados inservíveis por esta Resolução no patrimônio desta Casa Legislativa, com os registros contábeis e legais necessários.

Art. 4º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de Nova Trento SC, 20 de agosto de 2019.

Valdemir Luiz Quaiatto

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

# Nova Veneza

## PREFEITURA

### ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇO - TOMADA DE PREÇOS N.º 170/2019

Publicação Nº 2131305

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA  
AVISO DE CONVOCAÇÃO DE SESSÃO DE ABERTURA DE  
PROPOSTAS E JULGAMENTO

#### TOMADA DE PREÇOS N.º 170/2019

O MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA/SC, por intermédio da Comissão Permanente de Licitações, torna público, que estará realizando sessão pública junto a sala de licitações deste Paço Municipal, na data de 26 de agosto de 2019, às 15:00 horas, para a abertura dos envelopes de propostas de preços das empresas habilitadas, correspondente a licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS de n.º 170/2019.

Informamos que a presença do representante legal das empresas se faz fundamental para a continuidade dos fatos.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza, SC, 21 de agosto de 2019.  
JOANA MACCARINI TORQUATO  
Presidente da Comissão de Licitação

### DECRETO N.º 425, DE 06 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2130724

#### DECRETO N.º 425, DE 06 DE AGOSTO DE 2019.

"NOMEIA A COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO PARA OS CHAMAMENTOS PÚBLICOS RELACIONADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados, para a Comissão Especial de Seleção para os chamamentos públicos relacionados à Secretaria Municipal de Saúde, os seguintes membros:

I – MARISTELA REGINA VITALI CÚNICO (Presidente);

II – MARCO AURÉLIO PRAIA PORTO;

III - SIMONE DIVINA FRIGO;

IV – CLEDINEI POLICARPI; e

V - MARIA JAQUELINE GHISLERI MACCARINI.

Art. 2º - As nomeações não acarretarão ônus aos cofres públicos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal n.º 464, de 18 de outubro de 2017.

Nova Veneza, SC, 06 de agosto de 2019.  
ROGÉRIO JOSÉ FRIGO  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado em 06 de agosto de 2019.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

# Orleans

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 88/2019 PREFEITURA

Publicação Nº 2131166

Contrato Nº.: 88/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada.: CONCRETOS COMELLI LTDA ME

Valor ..... : 1.381.834,42 (um milhão trezentos e oitenta e um mil oitocentos e trinta e quatro reais e quarenta e dois centavos)

Vigência ..... : Início: 21/08/2019 Término: 21/12/2019

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 22/2019

Recursos ..... : Dotação: 1.011.4.4.90.00.00.00.00 (118) Saldo: 3.957.636,84

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÕES DE LAJOTA DAS RUAS, JACINTO BRIGHENTI LOCALIZADO NO BAIRRO SÃO JERONIMO, RUAS FRANCISCO FURLAN, NUMERO 176 LOCALIZADOS NO BAIRRO JARDIM DAS ORQUIDEAS (RIO BELO) E RUA IMIGRANTE EMÍLIO CECCONI LOCALIZADAS DO BAIRRO JARDIM ANITTA (RIO BELO), RUAS ADELIA MATTEI SPRICIGO, BERNARDINO ANTUNES E JORGE SPRICIGO LOCALIZADAS NO BAIRRO TOTOTO CONFORME ANEXOS.

Orleans, 21 de Agosto de 2019

JORGE LUIZ KOCH

PREFEITO MUNICIPAL

### CONTRATO Nº 89/2019 PREFEITURA

Publicação Nº 2131169

Contrato Nº.: 89/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada.: DJP CONSTRUcoes LTDA

Valor ..... : 127.805,99 (cento e vinte e sete mil oitocentos e cinco reais e noventa e nove centavos)

Vigência ..... : Início: 21/08/2019 Término: 21/12/2019

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 22/2019

Recursos ..... : Dotação: 1.011.4.4.90.00.00.00.00 (118) Saldo: 3.957.636,84

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÕES DE LAJOTA DAS RUAS, JACINTO BRIGHENTI LOCALIZADO NO BAIRRO SÃO JERONIMO, RUAS FRANCISCO FURLAN, NUMERO 176 LOCALIZADOS NO BAIRRO JARDIM DAS ORQUIDEAS (RIO BELO) E RUA IMIGRANTE EMÍLIO CECCONI LOCALIZADAS DO BAIRRO JARDIM ANITTA (RIO BELO), RUAS ADELIA MATTEI SPRICIGO, BERNARDINO ANTUNES E JORGE SPRICIGO LOCALIZADAS NO BAIRRO TOTOTO CONFORME ANEXOS.

Orleans, 21 de Agosto de 2019

JORGE LUIZ KOCH

PREFEITO MUNICIPAL

### PROCESSO Nº 162/2019 PREFEITURA

Publicação Nº 2131605

PROCESSO Nº 162/2019

PREGÃO PRESENCIAL P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 83/2019

REGISTRO DE PREÇO

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA APLICAÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) EM TRECHOS LOCALIZADOS NO PERÍMETRO DE JURISDIÇÃO DO MUNICÍPIO DE ORLEANS. PÓ DE BRITA, BASE DE SEIXO, A SER UTILIZADAS NAS OBRAS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO.

Recebimento dos Envelopes de Proposta e Habilitação: até o dia 04/09/2019 às 17h00min. Abertura dos Envelopes: dia 05/09/2019, às 08h15min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br) e-mail [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br)

Orleans - SC, 21 de Agosto de 2019.

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

# Ouro Verde

## PREFEITURA

### EXTRATO ATA 13 E CONTRATO 063

Publicação Nº 2130770

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº013/2019

firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa A.G KIENEN & CIA LTDA Objeto: Registro de Preços para aquisição de forma parcelada de Medicamentos, leites pela Secretaria Municipal de Saúde ao Atendimento da População do Município de Ouro Verde /SC. Valor total registrado R\$: 41.069,75 .Data da assinatura:19/08/2019. Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 19 de agosto de 2019. AMÉLIO REMOR JUNIOR - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº013/2019

firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA Objeto: Registro de Preços para aquisição de forma parcelada de Medicamentos, leites pela Secretaria Municipal de Saúde ao Atendimento da População do Município de Ouro Verde /SC. Valor total registrado R\$:70.172,20 .Data da assinatura:19/08/2019. Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 19 de agosto de 2019. AMÉLIO REMOR JUNIOR - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº013/2019

firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA Objeto: Registro de Preços para aquisição de forma parcelada de Medicamentos, leites pela Secretaria Municipal de Saúde ao Atendimento da População do Município de Ouro Verde /SC. Valor total registrado R\$:42.859,60 .Data da assinatura:19/08/2019. Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 19 de agosto de 2019. AMÉLIO REMOR JUNIOR - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº013/2019

firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa AR FIOREZZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP Objeto: Registro de Preços para aquisição de forma parcelada de Medicamentos, leites pela Secretaria Municipal de Saúde ao Atendimento da População do Município de Ouro Verde /SC. Valor total registrado R\$: 59.274,10. Data da assinatura: 19/08/2019. Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 19 de agosto de 2019. AMÉLIO REMOR JUNIOR - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº013/2019

firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa F & F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME Objeto: Registro de Preços para aquisição de forma parcelada de Medicamentos, leites pela Secretaria Municipal de Saúde ao Atendimento da População do Município de Ouro Verde /SC. Valor total registrado R\$: 37.515,00. Data da assinatura: 19/08/2019. Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 19 de agosto de 2019. AMÉLIO REMOR JUNIOR - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº013/2019

firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa LFP COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELLI - EPP Objeto: Registro de Preços para aquisição de forma parcelada de Medicamentos, leites pela Secretaria Municipal de Saúde ao Atendimento da População do Município de Ouro Verde /SC. Valor total registrado R\$: 17.690,00. Data da assinatura: 19/08/2019. Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde,19 de agosto de 2019. AMÉLIO REMOR JUNIOR - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº013/2019

firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa NUTRIR- NUTRIÇÃO ENTERAL E SUPLEMENTAÇÃO LTDA- ME Objeto: Registro de Preços para aquisição de forma parcelada de Medicamentos, leites pela Secretaria Municipal de Saúde ao Atendimento da População do Município de Ouro Verde /SC. Valor total registrado R\$:20.750,00. Data da assinatura:19/08/2019. Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 19 de agosto de 2019. AMÉLIO REMOR JUNIOR - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº063/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

**CONTRATADO: CANAL IDEAL PRODUÇÕES EIRELI**

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de produção de 01 (um) VIDEO E POSTAGEM NO FACEBOOK, INSTAGRAN, YOUTUBE E SITE sobre o Movimento econômico que será realizado no dia 30 de agosto de no município de Ouro Verde/SC. Valor certo e ajustado de R\$:3.650,00 (três mil seiscentos e cinquenta reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 12 de agosto de 2019. Amélio Remor Junior- Prefeito Municipal.

# Palhoça

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 150/2019

Publicação Nº 2131189

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
TOMADA DE PREÇO Nº 150/2019

O Município de Palhoça torna público que fará realizar no dia 09 de setembro de 2019, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura da Tomada de Preço Nº 150/2019, que tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para Construção de Arena Esportiva, Rua Natália Dantas – Bela Vista e execução da Praça Belmar, Rua Artur Osório de Araújo esquina com Alberto Zluhan – Ponte de Imaruim, Palhoça/SC, de acordo com as especificações contidas nos anexos. O edital que está embasado na lei de licitações se encontra à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 19h00min, de segunda-feira a sexta-feira, ou pelo site: [www.palhoça.atende.net](http://www.palhoça.atende.net). Palhoça, 21 de agosto de 2019. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE CONTRATO N.º 171/2019 - CC 87/2019

Publicação Nº 2131386

EXTRATO DE CONTRATO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
CONTRATO Nº 171/2019. Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa

BF CONSTRUÇÕES EIRELI. OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para execução da Revitalização e Urbanização de área pública na Rua Trinta e Dois - Ponte de Imaruim e Revitalização de Área Pública localizada na Rua José João Silvino - Vila Nova.

VALOR: R\$ 661.806,89 (seiscentos e sessenta e um mil oitocentos e seis reais e oitenta e nove centavos). Data: 21/08/2019.

### HOMOLOGAÇÃO RESULTADO FINAL PROCESSO SELETIVO 005/SME/2019 EDUCAÇÃO

Publicação Nº 2131174

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPALIDADE DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO – EDITAL 005/SME/2019  
Ato de Homologação nº 05/2019

O Prefeito Municipal de Palhoça e a Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, em face do que dispõe o item 12.2 do Edital 005/SME/2019 do Processo Seletivo Público desta Secretaria Municipal de Educação da Municipalidade de Palhoça, homologa o resultado final deste certame para os candidatos aprovados e classificados, a seguir relacionados ao respectivo cargo em epígrafe, informando, para tanto, a classificação, o nome do candidato, o RG e a respectiva pontuação final obtida:

Cargo: 6015 - Professor de Anos Finais - Ciências/EJA - (Habilitado Nível Superior) - Região Central

1 - GABRIELLE DO AMARAL E SILVA MULLER - 48576425 - 9,56; 2 - MILTON FÉLIX NUNES MARTINS - 2056867407 - 7,45; 3 - ANA MARIA VASCONCELOS DE FREITAS - 7088975615 - 6,28; 4 - GEANE LESKE - 7936848 - 6.

Cargo: 6015 - Professor de Anos Finais - Ciências/EJA - (Não habilitado) - Região Central

1 - MIRIAN FERNANDES DOS ANJOS - 109869589 - 8,23.

Cargo: 6029 - Professor de Anos Finais - Ciências/EJA - (Habilitado Nível Superior) - Região Sul

1 - MARCOS LUZARDO RIGOL - 1051868618 - 7,55.

Cargo: 6032 - Professor de Anos Finais - Inglês - (Não habilitado) - Região Central

1 - CAROLINA FRANCISCA Malfatti Gasperini - 2549010 - 7,79.

Cargo: 6050 - Professor de Anos Finais - Língua Portuguesa/EJA - (Habilitado Nível Superior) - Região Central

1 - JONAS VALENTE SANFELICE - 8084447138 - 8,67; 2 - FERNANDA GABRIELA VIEIRA - 4468991 - 7,34; 3 - MARIO NORTON SIEBIGER - 7754378 - 7,11; 4 - ALEXANDRE TEIXEIRA - 6126680 - 7,11; 5 - TACIANA DE LAZARI PANZENHAGEN - 5060529947 - 6,94; 6 - KAÍSS MIOLA ALBERNAZ ZEPPEFELD - 7091353421 - 6,22; 7 - ELISANGELA SANTOS PETRUCCI PEÇANHA - 86218385 - 6,21; 8 - KARINY TELES BELEM - 9245529 - 6,05; 9 - VALDETE DE SOUSA REIS - 1728358 - 5,78; 10 - BIANCA DOS SANTOS MONJELO - 7041981 - 5,77.

Cargo: 6050 - Professor de Anos Finais - Língua Portuguesa/EJA - (Não habilitado) - Região Central  
1 - VITOR DE SOUSA MORAES - 7649763 - 6,89; 2 - LUIZA FERREIRA - 5617784 - 5,33.

Cargo: 6063 - Professor de Anos Finais - Língua Portuguesa/EJA - (Habilitado Nível Superior) - Região Sul  
1 - MARCOS FILIPE ZANDONAI - 1094916119 - 8,34; 2 - PATRÍCIA DE OLIVEIRA CLAUDINO - 3387053 - 7,67.

Cargo: 6077 - Professor de Anos Finais - Matemática - (Habilitado Nível Superior) - Região Central  
1 - PEDRO RODOLFO OCAMPOS PALERMO - 5717764 - 6,73.

Cargo: 6077 - Professor de Anos Finais - Matemática - (Não habilitado) - Região Central  
1 - DIEGO PAULO GARCIA - 4822408 - 6,23; 2 - VINÍCIUS VERGINIO - 4430209 - 6,23.

Cargo: 6094 - Professor de Anos Finais - Matemática/EJA - (Não habilitado) - Região Central  
1 - ISMAEL VERGIANO COSTA - 3466813 - 6.

Cargo: 6118 - Professor de Anos Iniciais (1º ao 5º ano) do Ensino Fundamental - (Habilitado Nível Superior) - Região Central  
1 - ROSEMARY FIDELIX JANSEN - 1052444 - 8,51; 2 - DANIELA BARONE SANTOS MARAFON - 65325322 - 7,83; 3 - KAREN ANGELO BERKE-NBROCK MARTINS - 6646596 - 7,79; 4 - EDNA DE FATIMA ARANTES - 645859 - 7,39; 5 - SARAH S THIAGO - 5484289 - 6,45; 6 - SILANEIDE BATISTA DA SILVA SANTOS - 2234819 - 6,23; 7 - KAUANA MARTINS - 5890089 - 6; 8 - VIVIANE PAULINO NUNES - 257531336 - 6; 9 - JEANE CARLA RODRIGUES DE SOUSA - 6956766 - 5,78; 10 - ROSIANE MEIATO GONZALES LOPES - 94131634 - 5,55; 11 - MARIA LUÍSA KLAUBERG DA ROSA - 6164898 - 5,33.

Cargo: 6118 - Professor de Anos Iniciais (1º ao 5º ano) do Ensino Fundamental - (Habilitado Nível Médio) - Região Central  
1 - MARLENE WINTER - 2944093 - 5,33; 2 - PAULA PEREIRA SOUZA - 1110089032 - 5,33.

Cargo: 6118 - Professor de Anos Iniciais (1º ao 5º ano) do Ensino Fundamental - (Não habilitado) - Região Central  
1 - MARIA EDUARDA MEDEIROS DA SILVEIRA - 5210017 - 7,57; 2 - CLEISSON MENDES DE PAULA - 6763572 - 7,57; 3 - MARIANA BOEING DE SOUZA - 5819794 - 6,89; 4 - ANA CAROLINE FLORINDO BITENCOURT - 6725053 - 5,33.

Cargo: 6121 - Professor de Anos Iniciais (1º ao 5º ano) do Ensino Fundamental - (Habilitado Nível Superior) - Região Sul  
1 - KAREN GOMES VOGEL - 1086579248 - 7,61; 2 - RAFAEL DIAS DE OLIVEIRA SANTOS - 3841962 - 6,67; 3 - ANA CAROLINA REIS MORGADO PADILHA - 6164872 - 6,45; 4 - VIVIANE RODRIGUES VIANA MONTEIRO - 1644285 - 6,23; 5 - TAMIRES MONTOVANI PEDROSO - 1114393851 - 6; 6 - TEREZINHA DA SILVA MORAIS - 1596283 - 5,55.

Cargo: 6121 - Professor de Anos Iniciais (1º ao 5º ano) do Ensino Fundamental - (Habilitado Nível Médio) - Região Sul  
1 - ELAINE SCHERER - 5032766247 - 6,67.

Cargo: 6135 - Professor de Artes - (Habilitado Nível Superior) - Região Central  
1 - FABRÍCIA ROBERTA SILVA - 4373290 - 7,11; 2 - SILVANA APARECIDA DOS SANTOS - 3677708 - 6,23.

Cargo: 6135 - Professor de Artes - (Não habilitado) - Região Central  
1 - RENATA COSTA CAMARGO - 7083441795 - 7,84; 2 - ELAINE CHAVES ANTUNES - 6758091 - 5,78.

Cargo: 6149 - Professor de Artes - (Habilitado Nível Superior) - Região Sul  
1 - MATHEUS GOUVEIA - 6302568 - 7,33.

Cargo: 6152 - Professor de Educação Especial - (Habilitado Nível Superior) - Região Central  
1 - ESTER FERNANDES SANTIAGO DA SILVA - 6408052 - 8,9; 2 - ROSANGELA MEES - 3724093 - 7,23; 3 - CRISTIANE BORGES AUGUSTO - 2901461 - 6,5; 4 - DAIANA VIEIRA DA SILVA - 45800340 - 6,45.

Cargo: 6166 - Professor de Educação Especial - (Habilitado Nível Superior) - Região Sul  
1 - BIANKA ANDRADE - 33906882 - 7,12.

Palhoça (SC), 21 de agosto de 2019.

Camilo Nazareno Pagani Martins Shirley Nobre Scharf  
Prefeito de Palhoça Secretária Municipal de Educação

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPALIDADE DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO – EDITAL 005/SME/2019

Ato de Homologação nº XX/2019

O Prefeito Municipal de Palhoça e a Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, em face do que dispõe o item 12.2 do Edital 005/SME/2019 do Processo Seletivo Público desta Secretaria Municipal de Educação da Municipalidade de Palhoça, homologa o resultado final deste certame para os candidatos aprovados e classificados, Pessoas com Deficiência, a seguir relacionados ao respectivo cargo em epígrafe, informando, para tanto, a classificação, o nome do candidato, o RG e a respectiva pontuação final obtida:

CARGO: 6135 - PROFESSOR DE ARTES - (HABILITADO NÍVEL SUPERIOR) - REGIÃO CENTRAL  
1 - SILVANA APARECIDA DOS SANTOS - 3677708 - 6,23.



Palhoça (SC), 21 de maio de 2019.  
Camilo Nazareno Pagani Martins  
Prefeito de Palhoça

Shirley Nobre Scharf  
Secretária Municipal de Educação

**LEI Nº 4630, DE 26 DE JUNHO DE 2018. DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO DE VEÍCULOS ABANDONADOS EM LOGRADOUROS PÚBLICOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA**

Publicação Nº 2131032

Notificação nº 18999/2019

Placa do veículo: LYV2346

Data da fiscalização: 20/08/2019

Hora da fiscalização: 14:53:00

Endereço de localização do veículo: RUA PEDRO THIESEN JUNIOR, OPOSTO AO 65

Nome do(a) proprietário(a): RICARDO BERNARDINO LUIZ

CPF/CNPJ do(a) proprietário(a): 031.986.029-98

Fica NOTIFICADO(A) o(a) proprietário(a) do veículo de placa LYV2346 a retirá-lo do logradouro público no prazo de até 5 (cinco) dias da publicação desta notificação, tendo em vista que foi caracterizado como veículo abandonado. Em caso de não cumprimento, o veículo será removido com base na lei municipal nº 4630, de 26 de junho de 2018.

**OFÍCIO CONCORRÊNCIA PÚBLICA 69/2019 - RESULTADO APÓS PROCESSO DE RECURSOS**

Publicação Nº 2131721

Palhoça, 21 de agosto de 2019

DECISÃO PROPAGANDA LTDA,  
FREE REICHERT COMUNICAÇÃO LTDA  
FOCO PROPAGANDA LTDA,  
JSMAX PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA  
ONEWG MULTICOMUNICAÇÃO LTDA.

REFERENTE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 69 de 2019

Senhores

Vimos comunicar o resultado atualizado da Classificação referente a Proposta Técnica, da CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 69 /2019 que tem como objeto a Contratação de Agência de Propaganda visando à prestação de serviços de publicidade para a PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA, de acordo as especificações e demais condições constantes no Edital e seus anexos, partes integrantes do ato convocatório.

O resultado ATUAL foi obtido após o Processo de Análise e Julgamento de RECURSOS apresentados pelas empresas FOCO PROPAGANDA LTDA e JSMAX PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA, juntamente com as Contrarrazões apresentado pelas empresas DECISÃO PROPAGANDA LTDA, FOCO PROPAGANDA LTDA e JSMAX PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA.

Este processo foi realizado pela Comissão Especial de Licitação, Subcomissão Técnica, Procuradoria Geral do Município e avalizado pela Autoridade Superior designada;

Segue classificação atualizada:

EMPRESA	PONTUAÇÃO	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO
DECISÃO PROPAGANDA LTDA	95,50	1º LUGAR
JSMAX PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA	64,33	2º LUGAR
ONEWG MULTICOMUNICAÇÕES LTDA	63,66	3º LUGAR
FOCO PROPAGANDA LTDA	77,17	DECLASSIFICADA
FREE REICHERT COMUNICAÇÃO	53,83	DECLASSIFICADA

Informamos ainda que todos os documentos analisados, juntamente com os pareceres da Comissão Especial de licitação, da Procuradoria Geral do município e da Autoridade Superior encontram-se anexados no Processo Licitatório CC 69/2019 e no Site da Prefeitura Municipal de Palhoça.

Diante dos fatos e da nova Classificação, vimos através deste convocá-los para a sessão pública da abertura do envelope nº 04(Proposta de Preço) para a CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 69 que tem como objeto a Contratação de Agência de Propaganda visando à prestação de serviços de publicidade para a PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA, de acordo as especificações e demais condições constantes no Edital e seus anexos, partes integrantes do ato convocatório..

Será realizado no dia 28/08/2019 às 16h00min na sala da Comissão Permanente de Licitações, no prédio do Centro Administrativo.

Atenciosamente,

DEYVID ALBINO DA SILVA  
Presidente  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

**RESULTADO DO PG 137-2019**

Publicação N° 2131736

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
RESULTADO  
PREGÃO PRESENCIAL N° 137/2019

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO n° 137 -2019, que tem como objeto a aquisição de mobiliário e material de informática para a Polícia Civil do município de Palhoça – SC,  
CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

LICITANTE	ITEM	VALOR
VICENTE DEP. EIRELI ME	1	1.305,00
FLEXFORMA COM. DE MÓVEIS	2, 3, 6	4.568,00
GRANMEYER MÓVEIS E EQUIP.	4, 10	1.858,00
FRANO INDUSTRIA EIRELI	5, 7, 8	2.860,00
SUPRIMOVEIS EIRELI EPP	9	4.060,00
JEFERSON DA SILVEIRA	11	10.260,00

Palhoça, 21 de Agosto 2019.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

# Palma Sola

## PREFEITURA

### **AVISO DE LIC. - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 57/2019 - SISTEMA DE INFORMÁTICA(SISTEMA) PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.**

Publicação Nº 2131013

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial Nº. 57/2019.

Tipo: Menor Preço Global

Objeto: Contratação de pessoa (s) jurídica (s) para fornecimento de sistemas de informática, para provimento de licenciamento de programas para a secretaria municipal de educação e esportes, que deverão estar desenvolvidas em "ambiente web", incluindo ainda serviços de instalação, migração de dados, treinamento, implantação, manutenção, garantia de atualização legal, atualização tecnológica e suporte técnico.

Regimento: Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidada, Lei 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº. 026 de 02/09/2002.

Entrega dos envelopes: Até às 08:30 hs do dia 04/09/2019.

Abertura dos envelopes: às 09:00 hs do dia 04/09/2019.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua Francisco Zanotto, 600, de Segunda a Sexta feira no horário normal de Expediente e no site da Prefeitura.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone: (0xx) 49 3652 – 3200.

Palma Sola, 21 de agosto de 2019.

Cleomar José Mantelli

Prefeito Municipal

### **DECRETO 171/2019 ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 376.500,00**

Publicação Nº 2130896

Decreto 171/2019, de 20 de agosto de 2019.

Abre Crédito Especial e dá outras providencias.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto na Lei 2040/2019, de 20 de agosto de 2019.

Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 376.500,00 (trezentos e setenta e seis mil e quinhentos reais) para fazer face as despesas em diversas secretarias como segue:

06.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

06.004 Fundo Municipal de Saneamento Básico FMSB

1045 Construção/Captação/Ampliação de Rede de Distribuição de Água Rural

01000100 Recursos Ordinários

3.4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 376.500,00

Art. 2º Para cobertura das despesas constantes do artigo anterior do presente decreto serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Palma Sola SC 20 de agosto de 2019.

Cleomar Jose Mantelli

Prefeito Municipal.

Publicado e registrado nesta data.

Elizete T. Vissoto

Secretária de Planejamento.

**DECRETO 172/2019 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 28.000,00**

Publicação Nº 2130898

Decreto 172/2019, de 20 de agosto de 2019.  
Abre Crédito Especial e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto na Lei 2041/2019, de 20 de agosto de 2019.

Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais) para fazer face as despesas em diversas secretarias como segue:

09.00 FUNDAÇÃO CULTURAL DE PALMA SOLA  
09.001 Fundação Cultural de Palma Sola  
2032 Manutenção e Funcionamento da Fundação Cultural  
01000100 Recursos Ordinários  
3.3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 22.000,00  
2069 Manutenção do Museu da Colonização  
01000100 Recursos Ordinários  
3.3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 2.000,00  
2073 Manutenção do Centro de Eventos  
01000100 Recursos Ordinários  
3.3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

Art. 2º Para cobertura do crédito a que se refere o artigo anterior se fará através da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

09.00 FUNDAÇÃO CULTURAL DE PALMA SOLA  
09.001 Fundação Cultural de Palma Sola  
1002 Construção da Biblioteca Pública  
01000100 Recursos Ordinários  
3.4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 1.000,00  
1004 Rua Indutora de Turismo e Concha Acústica  
01000100 Recursos Ordinários  
3.4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 1.000,00  
2016 Promoções Culturais, Artísticas, Eventos  
01000100 Recursos Ordinários  
3.3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00  
2035 Promover Turismo Rural  
01000100 Recursos Ordinários  
3.3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 4.400,00  
20354 Promover Turismo Rural  
01000100 Recursos Ordinários  
3.4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

2070 Parque Ecológico Municipal  
01000100 Recursos Ordinários  
3.3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 6.146,10  
2070 Parque Ecológico Municipal  
01000100 Recursos Ordinários  
3.4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 1.000,00  
2081 Festivais da Canção  
01000100 Recursos Ordinários  
3.3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 7.453,90  
2081 Festivais da Canção  
01000100 Recursos Ordinários  
3.4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Palma Sola SC 20 de agosto de 2019.  
Cleomar Jose Mantelli  
Prefeito Municipal.

Publicado e registrado nesta data.

Elizete T. Vissoto  
Secretária de Planejamento.

**DECRETO 173/2019 ABRE CRÉDITO ESPECIAL PODER LEGISLATIVO NO VALOR DE R\$ 10.000,00**

Publicação Nº 2130902

Decreto 173/2019, de 20 de agosto de 2019.  
Abre Crédito Suplementar e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto na Lei 2039/2019, de 20 de agosto de 2019.

Decreta:  
Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para fazer face as despesas em diversas secretarias como segue:

**01.00 PODER LEGISLATIVO****01.001 Câmara Municipal de Vereadores****2001 Manutenção e Funcionamento da Câmara de Vereadores****01000100 Recursos Ordinários****3.3.3.50.00.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 10.000,00**

Art. 2º A cobertura do crédito a que se refere o artigo anterior se fará através da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

**01.00 PODER LEGISLATIVO****01.001 Câmara Municipal de Vereadores****1005 Reforma do Prédio da Câmara de Vereadores****01000100 Recursos Ordinários****3.4.4.90.00.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Palma Sola SC 20 de agosto de 2019.

Cleomar Jose Mantelli

Prefeito Municipal.

Publicado e registrado nesta data.

Elizete T. Vissoto

Secretária de Planejamento.

**DECRETO 174/2019 HOMOLOGA RESULTADO PRELIMINAR PROCESSO SELETIVO EDITAL 005/2019**

Publicação Nº 2131011

Decreto 174/2019, de 21 de Agosto de 2019.

Homologa o Resultado Preliminar do Processo Seletivo Edital 005/2019 e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com supervisão da Comissão Nomeada pelo Decreto nº 102 de 31 de Maio de 2019,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica homologado, para conhecimento dos candidatos que prestaram as provas relativas ao Edital de Processo Seletivo nº 005/2019, o resultado preliminar, conforme segue:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF I							
Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
61	Diana Da Silva Morais De Souza	27/11/1980	5,40	0,70	0,70	6,80	1º
73	Eduardo Goffi	10/01/1990	5,40	0,70	0,00	6,10	2º
108	Karoline Franz	29/10/1981	4,80	0,70	0,35	5,85	3º
37	Ludimilla Da Silva	13/12/1994	3,60	1,05	0,70	5,35	4º
78	Aline Braun Dos Santos	24/09/1994	4,20	0,70	0,35	5,25	5º
84	Adriane Wismann	06/06/1984	3,60	1,05	0,35	5,00	6º
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF II							
Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.

49	Adriana Rohr Dos Santos	10/06/1997	6,60	1,05	0,35	8,00	1º
64	Daiane Zimmermann Marques Appelt	24/08/1995	6,00	1,05	0,35	7,40	2º
1	Jessica C. Moreira De Souza Furlan	02/01/1991	5,40	1,05	0,35	6,80	3º
77	Leidiane Cosmann Wille	16/02/1998	4,80	0,70	0,35	5,85	4º
33	Gizeli Paula Cosmann	29/01/1993	4,20	1,05	0,00	5,25	5º
81	Maira Cristiane Charão	30/06/1997	4,20	1,05	0,00	5,25	6º
107	Daiane Leismann Da Silva	Faltante					Desc.

## AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF III

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
18	Franciele Cristina Muhl	14/08/1980	5,40	1,05	0,35	6,80	1º
52	Debora S. Catarina Dorneles Gritti	19/02/1996	4,20	1,05	0,00	5,25	2º
109	Taiza Aparecida Piccoli	08/01/1996	4,20	0,70	0,35	5,25	3º
96	Lohana Vitoria De Oliveira Da Silva	27/02/2001	3,60	0,70	0,70	5,00	4º
53	Rafaela Pereira Camilo	12/01/2000	3,00	1,75	0,00	4,75	5º
89	Jaqueline Rodrigues Do Prado	27/11/1998	3,60	0,70	0,35	4,65	6º
91	Jaqueline Pauletti	23/09/1998	3,60	0,70	0,35	4,65	7º
7	Bianca Moresco	17/07/1994	3,60	0,70	0,00	4,30	8º
9	Daniela Zimmermann Marques	05/11/1996	3,60	0,70	0,00	4,30	9º
4	Vanderleia Teixeira Da Silva Machry	Faltante					Desc.

## AGENTE DE ENDEMIAS

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
71	Tatiane F. De Assis Bastos	20/08/1990	1,80	1,40	0,70	3,90	Desc.

## ARQUITETO

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
85	Jéssica Aline Schmidt Primaz	18/01/1994	6,00	1,40	0,70	8,10	1º
112	Denise Giaretta	28/12/1990	5,40	0,70	1,05	7,15	2º
27	João Pedro Da Silveira	29/11/1989	4,20	1,75	1,05	7,00	3º
76	Maiara Magri	08/10/1996	4,20	1,75	0,70	6,65	4º
17	Anne Caroline Fischdick Bittencourt	29/04/1996	4,20	1,40	1,05	6,65	5º
16	Bruna Roberta Casagrande	04/02/1995	4,80	1,05	0,70	6,55	6º
47	Vanessa De Fátima Alves Brandão	22/09/1996	4,20	1,05	1,05	6,30	7º

90	Juliano Cesar Baginski	10/09/1996	3,60	1,40	1,05	6,05	8º
19	Angela Camila Giongo	09/05/1995	3,60	1,40	0,70	5,70	9º
75	Lucas Benetti Rampanelli	06/05/1994	4,20	0,70	0,35	5,25	10º
3	Camila Antonia Gabiatti	06/03/1997	3,60	0,35	1,05	5,00	11º
119	Patrícia De Andrade Comann	13/02/1993	2,40	1,05	1,05	4,50	12º
11	Raiana Ralita Ruaro Tavares	18/10/1992	3,00	0,35	1,05	4,40	13º
48	Aline Zandona	07/09/1985	2,40	0,70	1,05	4,15	14º
62	Mateus Piovesan Testa	06/12/1989	2,40	0,70	1,05	4,15	15º
95	Carla Benetti	16/04/1990	1,80	0,35	0,70	2,85	Desc.
28	Elis Caroline Sevald	25/06/1996	1,80	0,35	0,35	2,50	Desc.
113	Lucineia Maria Ramos	Faltante					Desc.

## AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (FEMININO)

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
68	Rosa Loreni Da Silva Ferreira	21/03/1975	4,80	1,40	0,35	6,55	1º
102	Leticia Ferreira Santa Catarina	01/12/1996	4,80	1,05	0,70	6,55	2º
106	Rosane Fatima Do Prado	20/09/1967	4,20	1,05	1,05	6,30	3º
44	Iliane Elisa Lunkes	15/02/1988	4,20	0,70	1,05	5,95	4º
103	Daniela Comunello	20/10/1992	5,40	0,35	0,00	5,75	5º
39	Patricia Gomes	27/11/1991	4,20	1,05	0,35	5,60	6º
110	Denir Ferraz	30/12/1963	4,80	0,35	0,00	5,15	7º
69	Juliana Hilario Ferreira	31/07/1987	3,00	0,70	0,35	4,05	8º
26	Katia Lucia Trichez	06/09/1992	2,40	0,35	0,35	3,10	Desc.
14	Lauriana Pinto Ribeiro	24/02/1996	2,40	0,35	0,00	2,75	Desc.
43	Leoni De Fatima Tavares	28/02/1968	2,40	0,00	0,00	2,40	Desc.

## AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (MASCULINO)

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
67	Elso Borges	12/11/1975	4,20	0,35	0,35	4,90	1º
66	Jhonatan Cordeiro Schein	26/04/1997	1,80	0,35	0,70	2,85	Desc.

## ENFERMEIRO

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
82	Cristiane Neis Giordani	08/08/1995	4,20	0,70	0,70	5,60	1º

## FARMACÊUTICO

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
35	Fernanda Letícia Gewehr Bortolanza	01/08/1994	4,80	1,05	0,70	6,55	1º



79	Cassiane Andreia Poersch	29/12/1987	3,60	1,05	0,70	5,35	2º
99	Samuel Fernando Prante Krestzel	Faltante					Desc.

**TÉCNICO EM ENFERMAGEM**

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
74	Paula Andreia Braun Jabornik	01/11/1982	3,60	1,40	0,70	5,70	1º
80	Roger William Groth	05/12/1997	2,40	0,70	0,00	3,10	Desc.

**NUTRICIONISTA**

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
87	Viviane Neusa Scheid	08/04/1996	4,80	1,40	1,05	7,25	1º
101	Eduarda Orbach De Almeida	06/06/1998	4,20	1,05	1,05	6,30	2º
115	Andressa Salete Andreolli	11/07/1994	3,60	0,35	0,70	4,65	3º

**MOTORISTA (CNH CATEGORIA C)**

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	PP	Total	Class.
51	Givanildo Dal Bello	07/02/1979	1,33	0,18	0,09	3,00	4,60	1º
104	Gian Carlos Vendrusculo	30/08/1984	0,95	0,18	0,00	3,00	4,13	2º
65	Antonio Cezer Moraes	13/06/1969	1,52	0,09	0,18	0,00	1,79	Desc.
29	Odacir Ribeiro	Faltante						Desc.
83	Rhuan Kaue Alves Maciel	Faltante						Desc.
118	Osmar De Freitas De Jesus	Faltante						Desc.

**OPERADOR DE MÁQUINAS (CNH CATEGORIA C)**

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	PP	Total	Class.
97	Iremar Emerson Folador	14/05/1985	1,90	0,18	0,09	3,00	5,17	1º
72	Manoel L. Soares Da Silva	Faltante						Desc.
98	Ronaldo Gomes	Faltante						Desc.

**OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA (CNH CATEGORIA C)**

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	PP	Total	Class.
60	Lídio Roque Debortoli	09/09/1969	1,71	0,27	0,09	3,00	5,07	1º

Art. 2º - Conforme disposto em edital, para os cargos de Arquiteto, Enfermeiro, Nutricionista, Farmacêutico, Agente de Endemias, Técnico em Enfermagem, Agente Comunitário de Saúde, Auxiliar de Serviços Gerais (Feminino e Masculino) e Gari, somente são considerados classificados os candidatos que obtiveram a nota mínima de 4,00 (quatro) pontos no conjunto/soma das provas 1, 2 e 3 (Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais).

Art. 3º - Para os cargos de Motorista, Operador de Máquinas e Operador de Trator Agrícola, somente são considerados classificados os candidatos que obtiveram a nota mínima de 3,00 (três) pontos na prova prática e 1,00 (um) ponto na prova objetiva.

Art. 4º O cartão resposta de cada candidato que realizou a prova está disponível para conferência na área do candidato, basta acessar com CPF e senha própria, no site da AMEOSC [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br)

Art. 5º. Os candidatos terão os dias 22 e 23.08.2019 para interposição de recurso em face da correção dos cartões de resposta, pelo site da AMEOSC [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br).

Art. 6º. Os desempates estão de acordo com o item 7 do edital.

Art. 7º - Entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola/SC,  
em 21 de Agosto de 2019.

Cleomar José Mantelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Elizete T. Vissoto  
Secretária de Planejamento

# Palmeira

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 1577\_2019\_NOMEIA A COMISSÃO DE VISTORIA DE BENS IMÓVEIS LOCADOS

Publicação Nº 2131698

DECRETO Nº 1.577/2019

NOMEIA A COMISSÃO DE VISTORIA DE BENS IMÓVEIS LOCADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA, Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada, dentro da administração Pública Municipal, a Comissão Especial de Vistoria de Bens Imóveis, que será composta pelos seguintes membros:

I – Silviane dos Santos, Engenheira Civil, no cargo de Presidente;

II – Alexandra Xavier Atanásio Masselai, no cargo de Secretária;

III – Rubia Fabiane do Nascimento, servidora pública; Marcia Rodrigues da Silva, servidora pública e Mariléia de Fátima Pereira dos Santos, servidora público, como membros.

Art. 2º As avaliações efetuadas pela Comissão Especial de Avaliação deverão conter:

I - laudo de vistoria do imóvel, constituindo-se ainda do registro fotográfico colorido, confrontado com as condições contidas no laudo vistoria de entrada, quando for o caso;

II - planilha de composição de custo e cronograma de execução dos serviços, pertinente a reforma necessária a restituir o imóvel no estado em que foi recebido, desconsiderando as deteriorações decorrentes do seu uso normal, devendo ser elaborada por profissional de engenharia ou arquitetura.

Art. 3º Os serviços dos membros da Comissão a que se refere este Decreto não ensejam remuneração.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Palmeira, 09 de agosto de 2019.

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA

Prefeita Municipal

Certifico que o presente Decreto foi encaminhado para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº 1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 19 de agosto de 2019.

### DECRETO N.º 1578\_2019\_NOMEIA A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Publicação Nº 2131704

DECRETO Nº 1.578/2019

NOMEIA A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA, Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "a", do inciso I, do artigo 112, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 51 da Lei Federal nº 8.666/93,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros titulares da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Palmeira, que terá a seguinte composição:

I – Viviane Lopes Godoy, no cargo de Presidente;

II – Larissa Paola Farias dos Santos, no cargo de Secretária;

III – Cleide de Souza Medeiros, como membro.

Art. 2º - Ficam nomeados os suplentes da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Palmeira, que terá a seguinte composição:

I – Raquel Sandri Xavier, como suplente do Presidente;  
II – Ingrid Farias de Liz, como suplente da Secretária;  
III – Daiane Grasiéli Muniz, como suplente do membro.

Art. 3º - A Comissão Permanente de Licitação funcionará com, no mínimo, três de seus componentes em cada procedimento.

Art. 4º - Os trabalhos dos membros da Comissão a que se refere este Decreto serão prestados em horário normal de expediente, no Paço Municipal, não ensejando remuneração.

Art. 5º - A Comissão, no exercício de seu mandato, deverá observar as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e sua regência será de (01) um ano.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Palmeira, 20 de agosto de 2019.  
FERNANDA DE SOUZA CORDOVA  
Prefeita Municipal

Certifico que o presente Decreto foi encaminhado para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº 1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 21 de agosto de 2019.

## **DECRETO N.º 1579\_2019\_DESIGNA PREGOEIRA PÚBLICA MUNICIPAL E EQUIPE DE APOIO**

Publicação Nº 2131710

DECRETO Nº 1.579/2019

DESIGNA PREGOEIRA PÚBLICA MUNICIPAL E EQUIPE DE APOIO E DISPÕE ATRIBUIÇÕES.

FERNANDA DE SOUZA CORDOVA, Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a alínea a, do inciso I, do artigo 112, da Lei Orgânica, e em conformidade com o inciso IV, do artigo 3º, da Lei Federal nº 10.520/02, DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora Pública Municipal, Viviane Lopes Godoy, funcionária efetiva, para exercer a função de Pregoeira Pública Municipal.

Art.2º Ficam designados para integrar a Equipe de Apoio de que trata a Lei Federal nº 10.520/02, os seguintes servidores:

I – Raquel Sandri Xavier, servidora comissionada, membro suplente da Pregoeira.  
II – Larissa Paola Farias dos Santos, servidora comissionada, para exercer a função de Secretaria, e Ingrid Farias de Liz, como sua suplente.  
III – Cleide de Souza Medeiros, servidora efetiva no cargo de Professora, como membro e Daiane Grasiéli Muniz, como sua suplente.

Art.3º São atribuições do Pregoeiro e da Equipe de Apoio:

I - receber as propostas e lances;  
II - analisar a aceitabilidade e a classificação das propostas e lances;  
III - habilitar e adjudicar ao (s) licitante (s) vencedor (es) o objeto do certame público realizado pela Municipalidade;  
IV - exercer quaisquer outras atribuições definidas em legislação aplicável à espécie, direta ou subsidiariamente, em especial as Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02.

Art.4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.5º Revogam-se as disposições em contrário.

Palmeira, 20 de agosto de 2019.  
FERNANDA DE SOUZA CORDOVA  
Prefeita Municipal

Certifico que o presente Decreto foi encaminhado para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº 1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 21 de agosto de 2019.

**PORTARIA Nº 0212 NOMEAÇÃO MINEIA MUNIZ DE SOUZA**

Publicação Nº 2131660

PORTARIA Nº 0212/2019

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR, CONFORME ESPECÍFICA."

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA, Prefeita do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

RESOLVE;

Art. 1º - Nomear a partir de 09/08/2019 a servidora, MINEIA MUNIZ DE SOUZA, brasileira, inscrita no CPF de nº 038.032.089-47, ocupante do cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL III, ACT de acordo com o processo seletivo de nº 001/2018, lotada na Secretaria de Educação, com carga horária de 20 horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aos 09 de agosto de 2019.

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA

Prefeita Municipal

Certifico que a presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 21 de agosto de 2019.

# Palmitos

## PREFEITURA

### PROCESSO 92/2019

Publicação N° 2130843

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 92/2019. Modalidade: Pregão Presencial nº 59/2019. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO, "TIPO VAN", ZERO QUILOMETRO, COM NO MÍNIMO 16 LUGARES, INCLUINDO O MOTORISTA. Data da entrega dos envelopes: 04/09/2019 até as 08:30 horas. Data da abertura: 04/09/2019 às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura ou site [www.palmitos.sc.gov.br](http://www.palmitos.sc.gov.br). Palmitos, 21 de Agosto de 2019. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

# Paulo Lopes

## PREFEITURA

### AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2019

Publicação Nº 2131038

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2019

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA DOS GÊNEROS DA AGRICULTURA FAMILIAR

O MUNICÍPIO DE PAULO LOPES/SC, comunica aos interessados que está procedendo ao CHAMAMENTO PÚBLICO, para fins de recebimento dos Projetos de Venda de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar e habilitação dos fornecedores, em conformidade com a Lei nº 11.947/09, Resolução FNDE 26/13 e Lei nº 8.666/93. O prazo para a entrega dos envelopes será do DIA 26/08/2019 AO DIA 16/09/2019, no horário das 07:00 às 13:00 horas, na Prefeitura Municipal de Paulo Lopes/SC, sito na Rua José Pereira da Silva 130, Centro. Edital completo encontra-se a disposição no site da prefeitura [www.paulolopes.sc.gov.br](http://www.paulolopes.sc.gov.br) e outras informações encontram-se à disposição na Secretaria de Administração, no prédio da Prefeitura, no horário das 07:00 às 13:00 horas, de segunda à sexta-feira, no telefone (48) 32530161.

Paulo Lopes, 20 de agosto de 2019.

VANESSA PEREIRA

Secretária Municipal de Educação



# Penha

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 134/2019 - PMP

Publicação Nº 2131235

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PENHA E A EMPRESA SOCIEDADE VALE DE COMUNICAÇÕES LTDA ME PARA SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS, COMUNICADOS, CAMPANHAS INSTITUCIONAIS E OUTROS DE INTERESSE PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE PENHA.

CONTRATO Nº 134/2019-PMP de 16/08/2019  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 073/2019-PMP  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2019  
HOMOLOGADO EM 16/08/2019

Através do presente instrumento de Contrato Administrativo firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Gestor Sr. JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 130.373.677-25, residente e domiciliado à Rua Julião M. Neiva de Lima, nº. 409 - Centro, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa SOCIEDADE VALE DE COMUNICAÇÕES LTDA ME com sede em Balneário Piçarras, na AV Nereu Ramos, n 95, Bairro Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 04.895.816/0002-62, Telefone (47) 3345-0059 neste ato representada por seu bastante procurador Senhor Jeter Reinert Sobrinho, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente termo mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

1 - O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de publicidade e divulgação de Atos Oficiais, Comunicados, Campanhas Institucionais e outros de interesse público do Município de Penha, através de emissora de Rádio com abrangência de cobertura em todo o Município de Penha, conforme especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência e Proposta de Preços, parte integrante do Processo.

ITEM	DESCRIPTIVO	TIPO DE UNIDADE	QTDE	VALOR UNIT. ESTIMADO	VALOR GLOBAL ESTIMADO
01	Serviço de divulgação através de inserções diárias em emissoras de rádio, relativo a divulgação de Atos Oficiais, Comunicados, Campanhas Institucionais e outros de interesse público do Município de Penha, compreendendo 170 (cento e setenta inserções) mensais de no mínimo 30 segundos.	Mês	05	R\$ 8.840,00	R\$ 44.200,00
TOTAL GERAL				R\$ 44.200,00	

#### CLÁUSULA SEGUNDA

2 - O valor total deste contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ 44.200,00 (Quarenta e Quatro Mil e Duzentos Reais), sendo R\$ 8.840,00 (Oito Mil Oitocentos e Quarenta Reais) mensais.

2.1 - Os pagamentos serão realizados até o dia 10 (dez) do mês subsequente aos serviços prestados, mediante apresentação de Nota Fiscal Eletrônica devidamente aceita, acompanhada de relatório detalhado dos serviços prestados, devidamente assinado pelo responsável da Secretaria de Governo, de acordo com as condições do edital e as constantes da proposta vencedora e demais exigências administrativas em vigor;

2.2 - Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

2.3 - Os pagamentos serão efetuados em rede de agência bancária, em conta corrente da Contratada (pessoa jurídica).

2.4 - A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da certidão negativa Federal, Estadual, Municipal, FGTS e CNDT.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

3 - Os preços poderão ser reajustados anualmente, no que couber, de acordo com o I.P.C. (Índice de Preços ao Consumidor) ou qualquer outro índice que vier a substituí-lo, observada a Legislação Federal que regulamenta o reajustamento dos contratos ou ainda quando comprovadas situações descritas no art. 65, II, "d", da Lei nº

3.1 - A variação de preço, quando ocorrente e necessária, deverá sempre ser indicada e justificada pela CONTRATADA, e procedida na forma do § 8º, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

3.2 - O MUNICÍPIO responsabilizar-se-á pelo pagamento do fornecimento resultante de modificações sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

**CLÁUSULA QUARTA**

4 - As despesas decorrentes da execução do presente contrato, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02 - Secretaria de Governo

Unidade: 02 - Departamento de Comunicação Social

Funcional: 2003 - Funcionamento e Manutenção do Departamento de Comunicação Social

Elemento: 3.3.90.39.88.00.00.0000 - Aplicações Diretas (5)

**CLÁUSULA QUINTA**

5 - A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte do CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEXTA**

6 - Todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo o CONTRATANTE apenas e tão somente pelo pagamento da quantia acordada na Cláusula Segunda, desde que concluído o serviço contratado.

**CLÁUSULA SÉTIMA**

7 - A CONTRATADA deverá fornecer os serviços após assinatura do Contrato juntamente com o recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, obedecendo a forma de divulgação constante no Anexo I - Termo de Referência, por meio de inserções diárias.

7.7 - O presente contrato terá vigência de 5 (cinco) meses a contar da data de sua assinatura, podendo o mesmo ser prorrogado nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA OITAVA**

8 - São obrigações da CONTRATADA:

- a) Fornecer o objeto mencionado na Cláusula Primeira e Anexo I, segundo as especificações e normas técnicas adequadas, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
- b) Cumprir o fornecimento do objeto, não sendo aceito os serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.
- c) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto;
- d) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento do objeto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato;
- e) Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- f) A falta de mão de obra/materiais e ou equipamentos que sejam necessários à execução do objeto do Edital, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto deste contrato, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.
- g) Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- h) Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- i) Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;
- j) Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- k) Responsabilizar-se pelo seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO;
- l) Reparar, corrigir ou remover às suas expensas no total ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes de sua culpa, inclusive por emprego de mão de obra ou materiais/serviços impróprios.

**CLÁUSULA NONA**

9 - As partes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, a Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis.

9.1 - A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-la na execução do presente contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA**

10 - Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 0,5%(cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo de início da execução dos serviços.
- c) Multa de 0,5 (cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo contratual.
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 02(dois) anos.
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**

11 – O fornecimento contratado será acompanhado e fiscalizado por funcionário designado pela Secretaria de Governo, a quem caberá fiscalizar os materiais utilizados, com poder de veto.

11.1 - Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA**

12 - A perícia a que se refere à cláusula anterior somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente, composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais, obrigatoriamente indicado pelo CONTRATANTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA**

13 - Este contrato poderá ser alterado:

I - Unilateralmente pelo CONTRATANTE:

a) Quando houver modificação do projeto ou de suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária à modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto;

II - Por acordo das partes:

a) Quando conveniente à substituição da garantia de execução, se exigida;

b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;

c) Para restabelecer a relação, que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE para a justa remuneração da obra e/ou serviço, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA**

14 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA**

15 - Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos após a assinatura do presente instrumento, de comprovada repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA**

16 - Havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, o CONTRATANTE deverá restabelecer por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA**

17 - O presente contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 a 79 da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993 e alterações, no que couber.

17.1 - Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78, da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

17.2 - Os casos omissos a este contrato, serão tratados de acordo ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA**

18 - As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC, 16 de Agosto de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRA DA SILVA  
Gestor da Secretaria de Administração  
Contratado

SOCIEDADE VALE DE COMUNICAÇÃO LTDA ME  
Jeter Reinert Sobrinho  
Contratado

**TESTEMUNHAS**

Nome: Nome:

C.P.F. nº C.P.F.

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretária Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

De acordo:

MARCELO ALVES CRIVELATTI

Controle interno

Portaria nº 739/2019

**LEI Nº 3096/2019 "INSTITUI FLUXOS E PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS NO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA, PELOS ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES QUE COMPÕEM O SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS, DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC".**

Publicação Nº 2131568

LEI Nº 3096/2019

"INSTITUI FLUXOS E PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS NO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA, PELOS ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES QUE COMPÕEM O SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS, DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC".

AQUILES JOSÉ SCHNNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído os Fluxos e Procedimentos a serem adotados no Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, pelos órgãos e Instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitos, como parte inerente à Política de Assistência Social e do Atendimento à Criança e ao Adolescente do Município de Penha/SC.

Art. 2º A presente Lei orienta ações intersetoriais e interdisciplinares, destinadas à garantia, ao controle e defesa dos direitos da criança e do adolescente, na área da saúde, assistência social, educação, cultura, esporte e lazer, com centralidade na família, visando à convivência familiar e comunitária, evitando o acolhimento institucional.

Art. 3º Os órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente deverão direcionar as ações de suas competências para o trabalho com a comunidade, visando à integração da rede de atendimento de proteção à criança e ao adolescente, para que o acolhimento institucional seja a última medida de proteção aplicada.

Art. 4º O Serviço será vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e tem por objetivos:

I - garantir às crianças e/ou adolescentes afastados do convívio familiar, por meio de medida protetiva, que necessitem de proteção, o acolhimento provisório por famílias acolhedoras, respeitando o seu direito à convivência em ambiente familiar e comunitário, em consonância com a previsão do Estatuto da Criança e do Adolescente;

II - acompanhar as famílias de origem, por meio de equipe interdisciplinar, primando pelo retorno das crianças e/ou adolescentes às suas respectivas famílias;

III - contribuir para a superação das situações de violação de direitos vivenciadas pelas crianças e/ou adolescentes e suas famílias;

IV - proporcionar às famílias acolhedoras apoio material e técnico;

V - garantir a preparação da criança e/ou do adolescente para o acolhimento em família acolhedora, bem como o desligamento e retorno à família de origem ou família substituta;

VI - realizar comunicação permanente com a Justiça da Infância e da Juventude, informando à autoridade judiciária sobre a situação das crianças e/ou adolescentes atendidos e de suas famílias.

Parágrafo único. A colocação em família acolhedora de que trata o inciso I dar-se-á por meio da modalidade de guarda provisória e é de competência exclusiva do Poder Judiciário.

Art. 5º O Acolhimento em Família Acolhedora é medida provisória e excepcional, devendo ser utilizada como forma de transição para reintegração familiar ou, na sua impossibilidade, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade, na forma do art.101, § 1º do ECA.

Parágrafo único. O acolhimento em família acolhedora será solicitado pela Equipe Técnica do referido Serviço.

Art. 6º O Serviço de Acolhimento em Famílias Acolhedoras do Município de PENHA, conta com as seguintes redes de proteção:

I - Poder Judiciário da Comarca de Balneário Piçarras;

II - Promotoria de Justiça de Balneário Piçarras;

III - Conselho Tutelar;

IV - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);

V - O município de PENHA, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 7º O serviço, de que trata o artigo 4 desta Lei, visa estimular o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar, promover hábitos e atitudes de autonomia e de interação social com as pessoas da comunidade, observando as seguintes características:

I - estrutura de uma residência privada;

II - localização em áreas residenciais da cidade, seguindo o padrão socioeconômico da comunidade onde as unidades estiverem inseridas;

III - organizar ambiente próximo de uma rotina familiar, proporcionar vínculo estável entre o educador/cuidador residente e as crianças e adolescentes atendidos;

IV - receber supervisão técnica;

V - favorecer o convívio familiar e comunitário;

VI - utilizar dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local;

VII - atendimento a grupos de irmãos e a crianças e adolescentes com perspectiva de acolhimento de média ou longa duração;

VIII - serviço essencial, continuado e ininterrupto (24 horas).

IX - a equipe técnica do serviço atuará em horário de expediente, cumprindo sobre aviso para situações contingenciais, este, será regido por lei municipal específica.

XI - o serviço deverá informar semanalmente a todos os interessados do sistema de garantia de direitos, qual técnico estar cumprindo o sobre aviso.

Parágrafo único: fica vedada a instalação de placa indicativa da natureza institucional nas casas, devendo ser evitadas nomenclaturas que remetam a aspectos negativos, estigmatizando e despotencializando crianças e adolescentes atendidos.

Art. 8º Será garantido à criança e/ou adolescente acolhido no Serviço:

Parágrafo único. Atendimento de suas demandas pelas políticas públicas existentes no Município, sendo que as Famílias Acolhedoras deverão evitar especializações e atendimentos exclusivos, tais como:

- I - faixas etárias muito estreitas;
- II - direcionamento do atendimento apenas a determinado sexo;
- III - acompanhamento pela Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento em Famílias Acolhedoras;
- IV - estímulo à manutenção e/ou restabelecimento de vínculos afetivos com sua família de origem, salvo com determinação judicial em contrário;
- V - permanência com seus irmãos na mesma família acolhedora, sempre que possível, de acordo com a avaliação da Equipe Técnica.

Art. 9º As famílias acolhedoras prestarão serviço de caráter voluntário, por livre opção, e os requisitos para se inscrever são:

- I - pessoas maiores de 21 (vinte e um) anos;
- II - pessoas ou famílias que não tenham interesse em adoção;
- III - anuência de todos os membros da família;
- IV - pessoas ou famílias residentes na cidade de Penha;
- V - disponibilidade para oferecer cuidados, proteção e afeto às crianças e/ou adolescentes;
- VI - parecer psicossocial favorável da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento em Famílias Acolhedoras.

Art. 10 A inscrição das famílias interessadas em participar do Serviço de Acolhimento em Famílias Acolhedoras será gratuita, realizada por meio do preenchimento de cadastro, apresentando os documentos abaixo indicados de todos os seus membros:

- I - carteira de identidade;
- II - Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- III - certidão de nascimento ou casamento;
- IV - comprovante de residência;
- V - certidão negativa de antecedentes criminais;
- VI - comprovante de rendimento.

Parágrafo único. A inscrição deverá ser solicitada à Equipe Técnica do respectivo Serviço.

Art. 11 A aprovação do cadastro para ingresso no Serviço de Acolhimento em Famílias Acolhedoras será efetuada por meio de avaliação da Equipe Técnica do Serviço.

§1º A avaliação familiar será realizada pela Equipe Técnica por meio de visitas domiciliares, observação, entrevistas individuais e familiares, contatos colaterais e demais instrumentos que os técnicos entendam ser necessários.

§2º A pessoa ou família inscrita participará, obrigatoriamente, de curso(s) preparatório(s) ofertado(s) pelo Serviço.

§3º Após a apresentação dos documentos e realizada a avaliação psicossocial favorável à inclusão no Serviço de Acolhimento em Famílias Acolhedoras, a pessoa ou família assinará um Termo de Adesão.

§4º A Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento em Famílias Acolhedoras efetuará o contato com a família acolhedora cadastrada, observadas as características e necessidades da criança e/ou adolescente, respeitado o perfil definido pela pessoa ou família, na ocasião do cadastro.

§5º O acolhimento familiar da criança e/ou adolescente ocorrerá mediante Termo de Guarda e Responsabilidade, concedido em procedimento judicial, acompanhado da Guia de Acolhimento.

§6º O desligamento da família do Serviço de Acolhimento em Famílias Acolhedoras ocorrerá a pedido da própria família ou quando houver avaliação da Equipe Técnica do Serviço, em diálogo com a Justiça da Infância e Juventude e com o Ministério Público.

Art. 12 As famílias acolhedoras têm a responsabilidade de:

- I - exercer os direitos e responsabilidades legais reservados ao guardião, como proteger a criança e/ou o adolescente sob seus cuidados garantindo os direitos fundamentais preconizados no ECA, visando especialmente, a adoção das medidas necessárias à preservação, ao fortalecimento e à reintegração dos vínculos familiares e comunitários, dando-lhe afeto e respeitando as suas necessidades individuais;
- II - cumprir as orientações da Equipe Técnica durante o acolhimento familiar;
- III - fornecer à Equipe Técnica e às autoridades competentes as informações necessárias sobre a situação da criança e/ou do adolescente acolhido;
- IV - contribuir com o processo de transferência da criança e/ou do adolescente para outra família acolhedora ou outra modalidade de acolhimento, caso seja necessário, que deverá ser realizado de maneira gradativa e com o devido acompanhamento da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento em Famílias Acolhedoras;
- V - participar dos encontros de famílias acolhedoras, em que serão abordados temas pertinentes ao acolhimento familiar e troca de experiências entre famílias;
- VI - contribuir na preparação da criança e/ou adolescente para futura colocação em família substituta sob adoção ou retorno à família de origem, sempre sob orientação da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento em Famílias Acolhedoras.

Art. 13 Em caráter excepcional e de urgência, o acolhimento institucional poderá ser efetivado pelo Conselho Tutelar, antes da determinação judicial, apresentando a coordenação do acolhimento prontuário específico com informações para bem acolher.

Art. 14 Tanto a guia de acolhimento como prontuário de aplicação de medida do Conselho Tutelar, devem constar obrigatoriamente:

- I - identificação da criança e ou adolescente e a qualificação completa de seus pais ou de seu responsável, se conhecidos;
- II - o endereço de residência dos pais ou do responsável, com pontos de referência;



III - os nomes de parentes ou de terceiros interessados em tê-los sob sua guarda;

IV - os motivos da retirada ou da não reintegração ao convívio familiar;

V - Aspectos educacionais, sociais e de saúde da criança ou adolescente.

Parágrafo único. Juntamente com a Guia de Acolhimento, pela autoridade responsável pelo acolhimento, deverá ser entregue os documentos e pertences pessoais da criança e/ou adolescente acolhido.

Art. 15 O Conselho Tutelar, com vista à garantia do direito a convivência familiar e comunitária, deverá acionar a comunidade (vizinhos ou família extensa) provisoriamente para acolher a criança e ou adolescente, aplicando medida protetiva do artigo 101, no inciso I da Lei 8069/90, com a garantia que um técnico da equipe de alta complexidade governamental, no primeiro horário da manhã do dia primeiro dia útil, estará na residência onde o Conselho Tutelar deixou, para providências necessárias.

§1º Se a situação, depois de atendida, requerer acolhimento, será comunicado o Ministério Público.

§2º A equipe de alta, após atendimento referente ao artigo 23, retornará ao Conselho Tutelar por escrito, através de relatório as providências tomadas.

§3º A emissão de relatório das medidas protetivas aplicadas pelo Conselho Tutelar aos serviços será discutido em reunião de referência e contrareferência do SUAS uma vez a cada 30 dias, ou de acordo com a avaliação da equipe técnica a cada 15 dias.

Art. 16 A Equipe Técnica deverá se fazer presente no momento do acolhimento em todos os casos, independentemente do horário, e ainda, após o acolhimento, deverá em até 15 dias enviar relatório situacional para a vara da infância e juventude, e após 30 dias o Plano Individual de Atendimento – PIA, conforme segue:

I - selecionar, preparar e cadastrar novas famílias acolhedoras;

II - prestar acompanhamento sistemático às famílias acolhedoras;

III - realizar visitas domiciliares e institucionais;

IV - realizar atendimentos individuais e coletivos;

V - acompanhar a família de origem no processo de reintegração da criança e/ou do adolescente nos casos em que a família de origem já estiver sendo acompanhada por algum outro Serviço socioassistencial, o trabalho será realizado em conjunto;

VI - acompanhar as visitas entre a criança e/ou o adolescente com a família de origem, a serem realizadas em espaço físico neutro;

VII - elaborar relatórios informativos apontando a atual situação do acolhimento;

VIII - Compete à Equipe Técnica elaborar o Plano Individual de Atendimento, levando em consideração a opinião da criança e do adolescente, bem como as informações prestadas pelos pais/responsáveis, que deverá constar, dentre outros;

IX - Os resultados da avaliação interdisciplinar;

X - Os compromissos assumidos pelos pais ou responsáveis;

XI - Previsão de atividades a serem desenvolvidas com a criança/adolescente e seus pais/responsáveis salvo vedação expressa e determinada judicialmente;

XII - Opinar sobre a visita de familiares; e

XIII - Solicitar o desacolhimento com vistas a subsidiar as decisões judiciais.

Art. 17 Manter Regimento Interno, que poderá integrar o Projeto Político Pedagógico - PPP, devendo constar, no mínimo, dados sobre funcionamento, histórico, justificativa, valores, organização, monitoramento e avaliação do Serviço, atividades psicossociais, de fortalecimento da autonomia da criança/adolescente, preparação para desligamento do Serviço, fluxo de atendimento, regras de convivência, organograma, quadro de pessoal, e articulação com a rede.

I - manter atualizados os registros nos prontuários individuais da criança e/ou do adolescente, bem como das famílias;

II - organizar e promover encontros para as famílias acolhedoras;

III - articular com a rede de atendimento e demais órgãos do sistema de garantias de direito;

IV - realizar estudos de caso;

V - avaliar a necessidade de desligamento da criança e/ou do adolescente da família acolhedora e proceder o mesmo.

Art. 18 Recomenda-se que o espaço físico da Equipe Técnica funcione em edificação/localização específica para a área administrativa/técnica da instituição, separada da área de moradia das crianças/adolescentes.

Art. 19 O término do acolhimento familiar da criança e/ou do adolescente se dará por determinação judicial, subsidiada por parecer da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento em Famílias Acolhedoras.

Parágrafo único. Em casos de necessidade imediata de proteção da criança e/ou do adolescente, a Equipe Técnica poderá afastar a criança e/ou adolescente da família acolhedora, encaminhando-a(o) ao Acolhimento Institucional, até que a determinação judicial de término do acolhimento seja expedida.

Art. 20 A Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento em Famílias Acolhedoras deverá intervir, sendo de uma preparação gradativa e adequada da família acolhedora e da criança e/ou do adolescente para os encaminhamentos pertinentes à situação de retorno à família de origem ou colocação em família substituta, por meio das seguintes medidas:

I - a Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento em Famílias Acolhedoras fará o acompanhamento da criança e/ou do adolescente após a reintegração familiar, pelo prazo de 06 (seis) meses, salvo se a família já estiver sendo acompanhada por outro Serviço Socioassistencial; referenciando após este tempo ao Serviço de Proteção Social Especializado de Atendimento às Famílias – PAEFI ou ao Serviço de Proteção Social de Atendimento às Famílias – PAIF conforme seu parecer técnico.

II - acompanhamento da Equipe Técnica do Serviço à família acolhedora após o desligamento da criança e/ou do adolescente, sempre que avaliada esta necessidade;

III - o acompanhamento do processo de adaptação da criança e/ou do adolescente na família substituta será realizado pelos profissionais do Judiciário, podendo haver parceria com a Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento em Famílias Acolhedoras.

Art. 21 Nos casos em que a criança e/ou o adolescente acolhida(o) for encaminhada(o) à adoção, deverá ser respeitado o Cadastro de Pretendentes à Adoção.

Art. 22 O Serviço de Acolhimento em Famílias Acolhedoras será mantido, conforme segue:

I - pelo Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);

II - pelo Município de Penha, que fornecerá os recursos humanos e materiais necessários à sua execução.

Art. 23 O subsídios à família integrante do Serviço será financiado:

I - através de doações de pessoas físicas e jurídicas, sem renúncia fiscal, em conta corrente específica para o Serviço;

II - pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FIA), por meio de Resolução própria, aprovada em plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), quando o Município não dispor de recursos financeiros para custear repasse às famílias participantes do Serviço de Acolhimento em Famílias Acolhedoras;

III - pelo Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

Art. 24 As famílias acolhedoras que estão efetivamente acolhendo crianças e/ou adolescentes, independente de sua condição econômica, têm a garantia do recebimento de subsídios financeiros por criança e/ou adolescente em acolhimento, nos termos a seguir:

I - nos acolhimentos superiores a 01 (um) mês, a família acolhedora receberá subsídio financeiro no valor de 01 (um) salário mínimo mensal para contribuir com o pagamento das despesas da criança e/ou adolescente acolhido;

II - nos acolhimentos inferiores a 01 (um) mês, e no caso de desligamento, a família acolhedora receberá subsídio equivalente aos dias de permanência da criança e/ou do adolescente, tomando por base 01 (um) salário mínimo mensal;

III - o subsídio financeiro será repassado às famílias acolhedoras por meio de depósito bancário em conta corrente ou poupança em nome da família acolhedora;

IV - a família acolhedora poderá optar pelo não recebimento do subsídio financeiro, mediante o preenchimento de Termo de Renúncia do subsídio.

Art. 25 Os valores referentes a pensão, poupança, herança e/ou investimentos, recebidos pela criança e/ou adolescente, não poderão ser movimentados pela família acolhedora.

§1º Nos casos em que não for possível o depósito diretamente na conta da criança e/ou do adolescente, o guardião deverá transferir os valores em até 05 (cinco) dias úteis para conta poupança em nome da criança e/ou do adolescente.

§2º A família acolhedora deverá apresentar, mensalmente, à Equipe Técnica do Serviço, extrato(s) da(s) conta(s) bancária(s) da criança e/ou do adolescente.

Art. 26 A Equipe de Referência para execução do Serviço de Acolhimento em Famílias Acolhedoras deve ser composta com base na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS), contando, minimamente, com os seguintes profissionais:

I - Coordenador;

II - Assistente Social;

III - Psicólogo.

§ 1º Outros profissionais poderão compor a Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento em Famílias Acolhedoras.

§ 2º A Coordenação do Serviço de Acolhimento em Famílias Acolhedoras estará a cargo de um profissional com formação superior, experiência comprovada na área da rede de proteção à criança e ao adolescente, de políticas públicas e de rede de serviços.

Art. 27 Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação.

Penha, 21 de agosto de 2019.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração, aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove.



JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**CONTRATO Nº 11/2019**

Publicação Nº 2131208

EXTRATO DO CONTRATO Nº 11/2019. CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Penha, Estado de Santa Catarina. CONTRATADA: TPA TELECOMUNICAÇÕES LTDA - EPP. ASSINATURA: 09/05/2019. OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento via Fibra Óptica de assinatura para ACESSO À REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES – INTERNET, que instale e ofereça plano com capacidade mínima de 50 MB de Download e 15 MB de Upload. Valor mensal R\$ 359,90 (trezentos e cinquenta e nove reais e noventa centavos). 12 meses. Fundamento Legal: dispensa de licitação conforme artigo 24, inciso II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Penha, 13 de maio de 2019.  
Everaldo Dal Posso  
Presidente

**CONTRATO Nº 12/2019**

Publicação Nº 2131216

EXTRATO DO CONTRATO Nº 12/2019. SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 09/2017. CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Penha, Estado de Santa Catarina. CONTRATADA: LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA. ASSINATURA: 31/05/2019. OBJETO: Contratação de sistema Legislador WEB. Valor mensal R\$ 211,40 (duzentos e onze reais e quarenta centavos). 12 meses. Fundamento Legal: artigo 57, II, c/c artigo 65, II, "d" da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações

Penha, 04 de junho de 2019.  
Everaldo Dal Posso  
Presidente

# Peritiba

## PREFEITURA

### DECRETO 112/2019

Publicação Nº 2131374

DECRETO N.º 112/2019  
INSTITUIR O NÚCLEO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso X, art. 111, da Lei Orgânica do município de Peritiba de 16 de Dezembro de 2009.

Considerando a Portaria nº 399/GM, de 23 de fevereiro de 2006, que divulga o Pacto pela Saúde, no qual é definido o Sistema de Planejamento do Sistema Único de Saúde (SUS), seus objetivos e pontos prioritários de pactuação;  
Considerando a responsabilidade constitucional do Sistema Único de Saúde de ordenar a formação de recursos humanos para a área de saúde e de incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico;  
Considerando a Portaria nº 1996/GM, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) voltada para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores do SUS e compreendida como uma proposta de ação formativa, de práticas pedagógicas e de organização dos serviços e representa um recurso estratégico para a gestão do trabalho, identificação de problemas e a construção de soluções;  
Considerando a Portaria nº 154/GM, de 24 de janeiro de 2008, que cria os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) para atuarem em parceria com os profissionais da Estratégia de Saúde da família (ESF), compartilhando as práticas em saúde nos territórios e planejando as ações como educação continuada;  
Considerando a PORTARIA/SS/GAB/Nº 283, de 06 de agosto de 2007, que define a Política Municipal de Atenção à Saúde e estabelece diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica baseada na Estratégia de Saúde da Família;  
Considerando as necessidades de formação e desenvolvimento para o trabalho em saúde; e  
Considerando a elaboração da Programação Anual de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de 2019,

#### RESOLVE:

Art. 1º INSTITUIR o Núcleo de Educação Permanente com a finalidade de estabelecer diretrizes e estratégias para a implementação da Política de Educação Permanente em Saúde no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º O Núcleo de Educação Permanente será constituído pelos servidores Gracieli Denise Wuaden, Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, Adriano José Krindges, técnico de informática e articulador titular do CIES regional, Simone Sordi, enfermeira e articuladora suplente do CIES regional, Roseli Gastmann, diretora de saúde, Liziane Trombeta, farmacêutica.

Parágrafo único. A coordenação do Núcleo de Educação Permanente será definida pelos integrantes do mesmo em sua primeira reunião ordinária.

Art. 3º São atribuições do Núcleo de Educação Permanente:

- I - construir coletivamente a Política de Educação Permanente da Secretaria Municipal de Saúde, contemplando estudos do perfil e da capacidade de trabalho no município, as necessidades de formação e desenvolvimento dos trabalhadores da saúde;
- II - contribuir com a elaboração anual do cronograma de educação continuada para os servidores da Secretaria Municipal da Saúde de todos os níveis de atenção, incluindo as áreas administrativas;
- III - promover a qualificação profissional inter e intrainstitucional fortalecendo as parcerias e cooperações técnicas existentes, projetando novos cenários de atuação profissional e discente;
- IV - acompanhar, monitorar e avaliar as ações e estratégias de educação em saúde implementadas no município e macro região de saúde;
- V - apoiar as Equipes de Saúde em seus processos de trabalho assistencial no monitoramento e avaliação das ações de saúde e de educação permanente;
- VI - elaborar projetos a partir das necessidades do serviço e do planejamento participativo, promovendo espaços de discussão e de qualificação profissional contribuindo para alcance das metas institucionais;
- VII - apoiar os gestores na discussão sobre Educação Permanente em Saúde, na proposição de intervenções, no planejamento e desenvolvimento de ações.

Art. 4º Os integrantes do Núcleo de Educação Permanente terão 4 (quatro) horas semanais de atividades específicas relacionadas às atribuições definidas no art. 2º deste decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA – SC., em 13 de Agosto de 2019  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 13/Agosto/2019	
---	--

Celestino Borges Vieira  
Responsável pela publicação

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 117/2019**

Publicação Nº 2130789



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE PERITIBA**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 117/2019**

Pelo presente termo de Contrato que entre si fazem o **MUNICÍPIO DE PERITIBA**, Empresa de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 82.815.085/0001-20, com sede à Rua Frei Bonifácio, nº 63, centro, neste ato representada por sua titular a Senhora **NEUSA KLEIN MARASCHINI**, Prefeita Municipal de Peritiba, Estado de Santa Catarina, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF nº 825.056.329-87, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e **ANDRÉ FERNANDO BRAGA**, Pessoa Natural de Direito Privado, inscrita no CPF de nº 026.460.709-00, residente e domiciliado na Linha Maratá, s/nº, Interior de Piratuba-SC., a seguir denominado simplesmente de **CONTRATADO**, perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, atendidas as Cláusulas e condições que anunciam a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:**

1.1 – O presente contrato tem por objeto a prestação de serviço de brigadista de incêndio durante o evento público da Expo-Peritiba 2019, que acontecerá de 15 a 18 de agosto de 2019, nos seguintes períodos: a partir das 21:00 horas do dia 16 de Agosto de 2019 até às 01:30 horas do dia 17 de Agosto de 2019; e a partir das 21:00 horas do dia 17 de Agosto de 2019 até às 01:30 horas do dia 18 de Agosto de 2019.

**Parágrafo primeiro.** Todo o material necessário para a prestação de serviços, bem como as despesas de transporte, serão de responsabilidade dos contratados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

2.1 - O valor pela contratação do serviço objeto do presente contrato é de R\$ 360,00 (Trezentos e sessenta reais) cujo valor será pago pela **CONTRATANTE** a **CONTRATADA**, em até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços e após a aceitação da nota fiscal/fatura no protocolo do órgão contratante.

2.2 - O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada no Banco do Brasil ou através de boleto bancário. No caso da empresa possuir conta em outros bancos e que a transferência tenha custos, estes serão descontados da contratada.

2.3 - Para fazer jus ao pagamento, a contratada deverá apresentar nota fiscal, de acordo com a Nota de Empenho/Autorização de fornecimento, indicando o objeto a ser fornecido, quantidade, preço unitário e preço total.

2.4 - Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

2.5 - A Nota Fiscal/Fatura que for apresentada com erro será devolvida ao detentor, para retificação ou substituição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 2.1, a partir da data de sua reapresentação.

2.6 - Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E DO REAJUSTE:**

3.1 – Este contrato terá vigência a partir de sua assinatura até 15/10/2019.

RUA FREI BONIFÁCIO, 63 - CENTRO - FONE/FAX: (49) 3453-1122  
CEP: 89750-000 - E-mail: prefeitura@peritiba.sc.gov.br - PERITIBA - SANTA CATARINA





Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE PERITIBA**

3.2 - O preço proposto e contratado permanecerá fixo e irreajustável.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA**

4.1 - Os serviços devem ser prestados a partir das 21:00 horas do dia 16 de Agosto de 2019 até às 01:30 horas do dia 17 de Agosto de 2019; e a partir das 21:00 horas do dia 17 de Agosto de 2019 até às 01:30 horas do dia 18 de Agosto de 2019

4.2 - Os serviços deverão ser prestados no local de realização da Expo Peritiba, às Ruas Pedro Paulo Muller e Pedro Leopoldo Hermes.

4.3 - Será dado como retirada/recebida, a Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento (AF), enviada para o correio PRESENCIAL (e-mail) informado pela empresa.

4.4 - A Não entrega dentro dos prazos fixados sem devida justificativa aceita pelo MUNICÍPIO DE PERITIBA enseja na possibilidade de aplicação de sanções e penalidades previstas neste contrato e/ou na lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

5.1 - Por ocasião da entrega/execução, a Contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome e a assinatura do servidor responsável pelo recebimento.

5.2 - O objeto se estiver de acordo com a proposta, será recebido:

a) **PROVISORIAMENTE**, no ato da entrega do objeto licitado, para posterior verificação de sua conformidade com o solicitado no edital de licitação;

b) **DEFINITIVAMENTE**, após a verificação da qualidade, características e quantidade do bem e consequente aceitação, no prazo máximo de até 15 (Quinze) dias, contados após o recebimento provisório.

5.3 - Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

a) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

5.4 - A Proponente vencedora ficará obrigada a trocar, às suas expensas, os materiais/serviços que forem recusados por estar danificados, incompletos, apresentando falhas ou que não estiverem de acordo com o descritivo do edital e/ou marca proposta, em num prazo máximo de **02** (duas) horas, contados da solicitação por parte da contratante, sem qualquer ônus à Contratante.

5.5 - Os custos de retirada e devolução dos materiais recusados, bem como quaisquer outras despesas decorrentes, correrão por conta da contratada.

5.6 - Caberá à contratada obedecer ao objeto do presente instrumento e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

**CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

6.1 - As despesas decorrentes do presente contrato integram as dotações orçamentárias do orçamento do MUNICÍPIO DE PERITIBA.

Órgão 13000 - FUNDO MUN. DA IND. E COMÉRCIO DE PERITIBA

Unidade 13001 - Fundo Mun. Da Ind. E Comércio - FUNDICOM

Ação 2.126 Realização da EXPO-PERITIBA

Despesa 206 - 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Órgão 13000 - FUNDO MUN. DA IND. E COMÉRCIO DE PERITIBA

RUA FREI BONIFÁCIO, 63 - CENTRO - FONE/FAX: (49) 3453-1122  
CEP: 89750-000 - E-mail: prefeitura@peritiba.sc.gov.br - PERITIBA - SANTA CATARINA





Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE PERITIBA**

Unidade 13001 - Fundo Mun. Da Ind. E Comércio - FUNDICOM  
Ação 2.126 Realização da EXPO-PERITIBA  
Despesa 263 - 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

**Dados das entidades/órgãos ligados à administração municipal direta:**

**MUNICÍPIO DE PERITIBA**

CNPJ: 82.815.085/0001-20

Rua Frei Bonifácio, 63, Centro / CEP: 89750-000 – Peritiba SC

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO:**

7.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento pelo fornecimento do objeto do presente Contrato, de acordo com o estabelecido na Cláusula Segunda.
- b) Efetuar a fiscalização dos serviços prestados e da qualidade do material.
- c) Fornecer todas as informações necessárias para a empresa ganhadora do certame demais informações necessárias para a correta execução do objeto.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:**

8.1. São obrigações da CONTRATADA:

- a) A **CONTRATADA**, obriga-se a fornecer o objeto especificado na Cláusula Primeira de acordo com a proposta apresentada.
- b) Efetuar a entrega conforme emissão da Autorização de Fornecimento ao proponente vencedor.
- c) A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato.
- d) Responsabilizar-se integralmente por todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto do presente contrato.
- e) Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- f) A contratada se obriga a atender integralmente todas as legislações/obrigações vigentes pertinentes as atividades e/ou produtos por ela comercializados, podendo ser solicitado a qualquer tempo prova do atendimento, devendo a empresa apresenta-los em um prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da solicitação formal, sob pena de rescisão do contrato e aplicação das penalidades nele previstas.
- g) Cumprir com as datas e horários estabelecidos.

**CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES:**

9.1 - A contratada sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas neste Edital ou em outros que o complementem, as seguintes penalidades:

- a) Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e autárquica do Município de Peritiba pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
- b) Advertência.
- c) Multa de **10% (dez por cento)** do valor da proposta, quando, sem justificativa plausível aceita pela Administração, o adjudicatário não assinar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, ainda que não tenha

RUA FREI BONIFÁCIO, 63 - CENTRO - FONE/FAX: (49) 3453-1122  
CEP: 89750-000 - E-mail: prefeitura@peritiba.sc.gov.br - PERITIBA - SANTA CATARINA







Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE PERITIBA**

havido processo de licitação, (O fornecedor do bem deverá, no prazo de 05 (cinco) dias corridos contados da data da convocação, comparecer ao MUNICÍPIO DE PERITIBA para assinar o termo de contrato ou retirar instrumento equivalente);

**d)** Multa de **0,3% (zero vírgula três por cento)** por dia de atraso, na prestação do serviço do objeto licitado, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso, para efeito de cálculo da multa mencionada no subitem anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo de entrega ajustado;

**e)** Multa de **10% (dez por cento)** sobre o valor constante do Contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula contratual, exceto prazo de entrega;

**f)** Caso a vencedora não efetue a entrega do objeto licitado, incidirá multa de **20% (vinte por cento)** sobre o valor da respectiva nota de empenho, por inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis. A multa será descontada dos créditos constantes da fatura, ou outra forma de cobrança administrativa ou judicial.

**g)** Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a administração por um período de 2 (dois) anos.

**h)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

9.1.2 - As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

9.2 - Os procedimentos para aplicação de advertência e multa relativas ao inadimplemento de obrigações contratuais serão conduzidos no âmbito do Órgão Participante contratante e as penalidades serão aplicadas por autoridade competente do mesmo órgão.

9.3 - Os procedimentos para aplicação das demais penalidades não indicadas neste parágrafo, conduzidos no âmbito do Órgão Gerenciador e as penalidades serão aplicadas por autoridade competente do mesmo órgão.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO:**

10.1 - Constituirão motivos para a rescisão contratual:

**I** - A inexecução total ou parcial dos Contratos decorrentes desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.

**II** - A inocorrência do contratado, nas hipóteses previstas no art. 96 da Lei 8.666/93, sem prejuízo às penalidades previstas neste, ensejará a rescisão administrativa do mesmo, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.

**III** - A rescisão contratual poderá ser:

**a.** Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

**b.** Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

**c.** Judicial, nos termos da legislação.

**Parágrafo único.** As aplicações das penalidades previstas na cláusula sexta, não eximirão o contratado da restituição aos cofres públicos dos danos causados à Administração Pública em face de inexecução total ou parcial do objeto.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO:**

RUA FREI BONIFÁCIO, 63 - CENTRO - FONE/FAX: (49) 3453-1122  
CEP: 89750-000 - E-mail: prefeitura@peritiba.sc.gov.br - PERITIBA - SANTA CATARINA







Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE PERITIBA**

11.1 - A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Contrato somente se reputará se tomada expressamente em instrumento aditivo, que ao presente passará a fazer parte integrante.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES GERAIS:**

12.1 - Todos os encargos sociais e trabalhistas, bem como tributos de qualquer espécie, que venham a ser devidos em decorrência do presente correrão por conta da **CONTRATADA**.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO:**

13.1 - Este Contrato está vinculado à proposta da **CONTRATADA**.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO:**

15.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Concórdia, Estado de Santa Catarina, como competente para dirimir questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus assessores, em 3 (três) vias iguais e de mesmo teor e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Município de Peritiba, 15 de agosto de 2019.

\_\_\_\_\_  
**NEUSA KLEIN MARASCHINI**  
Prefeita Municipal

\_\_\_\_\_  
**ANDRÉ FERNANDO BRAGA**  
Contratado

\_\_\_\_\_  
**REGINA INES BRAND LAZZARIN**  
Testemunha

\_\_\_\_\_  
**GABRIEL GUILHERME  
CHINELATO NISSOLA**  
Testemunha

\_\_\_\_\_  
**MARLENE KLEIN**  
Fiscal do Contrato

\_\_\_\_\_  
**VANDERLEI CARLOS  
BOURCKHARDT**  
Fiscal do Contrato

\_\_\_\_\_  
RUA FREI BONIFÁCIO, 63 - CENTRO - FONE/FAX: (49) 3453-1122  
CEP: 89750-000 - E-mail: prefeitura@peritiba.sc.gov.br - PERITIBA - SANTA CATARINA



**PORTARIA 429/2019**

Publicação N° 2131351

PORTARIA N° 429/2019  
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE  
PESSOA DA FAMÍLIA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao CELESTINO BORGES VIEIRA, ocupante do cargo de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS, Nível CC-4, Licença por motivo de doença em pessoa da família, no dia 19 de Agosto de 2019 no período matutino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com art. 106, (Seção IV - LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, Capítulo VII - DO REGIME DE TRABALHO) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMpra-se e Publique-se

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 19 de Agosto de 2019.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 19/Agosto/2019	
---	--

Francieli Schoenell  
Responsável pela publicação

**PORTARIA 430/2019**

Publicação N° 2131352

PORTARIA N° 430/2019  
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao CELESTINO BORGES VIEIRA, ocupante do cargo de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS, Nível CC-4, Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 19 de Agosto de 2019 no período vespertino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMpra-se e Publique-se

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 19 de Agosto de 2019.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 19/Agosto/2019	
---	--

Celestino Borges Vieira  
Responsável pela publicação

**PORTARIA 431/2019**

Publicação N° 2131353

PORTARIA N° 431/2019  
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder a servidora ROSELI GASTMANN, ocupante do cargo de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE E SANEAMENTO, Nível CC-4, Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 20 de Agosto de 2019, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMpra-se e Publique-se

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 20 de Agosto de 2019.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 20/Agosto/2019.	
--	--

Celestino Borges Vieira  
Responsável pela publicação

**PORTARIA 432/2019**

Publicação N° 2131354

PORTARIA N° 432/2019  
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE  
PESSOA DA FAMÍLIA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder a servidora KERLI REGINA GROSSO, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS, Grupo 1, Nível 1, Classe "A", Licença por motivo de doença em pessoa da família, no dia 20 de Agosto de 2019 no período vespertino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com art. 106, (Seção IV- DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMILIA) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMpra-se e Publique-se

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 20 de Agosto de 2019.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 20/Agosto/2019.	
--	--

Celestino Borges Vieira  
Responsável pela publicação

**PORTARIA 433/2019**

Publicação N° 2131355

PORTARIA N° 433/2019  
CONCEDE FÉRIAS

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder a Servidora ADELAIDE MARISETE GERHARDT ocupante do cargo efetivo de SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS, Grupo 1, Nível 1, Classe "I", 30 (trinta) dias de FÉRIAS, no período de 02/09 a 01/10/2019, relativo ao período aquisitivo de 02/01/2018 a 01/01/2019, em conformidade com (Título II - DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO, Capítulo IV - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, Seção III - DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS) Art. 28, Parágrafo 2.º, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Peritiba de 16 de dezembro de 2009 e (Título II - DOS DIREITOS E VANTAGENS, Capítulo V - DOS BENEFÍCIOS, Seção I - DAS FÉRIAS) Art. 68, Do Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais de 02 de dezembro de 1999.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., 21 de Agosto de 2019.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 21/Agosto/2019	
---	--

Celestino Borges Vieira  
Responsável pela publicação

**PORTARIA 434/2019**

Publicação N° 2131357

PORTARIA N° 434/2019  
CONCEDE FÉRIAS

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder ao Servidor DARCI FORTE DAROS ocupante do cargo efetivo de ZELADOR DE JARDIM DE INFANCIA, Grupo 1, Nível 5, Classe "D", 30 (trinta) dias de FÉRIAS, no período de 02/09 a 01/10/2019, relativo ao período aquisitivo de 12/02/2018 a 11/02/2019, em conformidade com (Título II - DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO, Capítulo IV - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, Seção III - DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS) Art. 28, Parágrafo 2.º, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Peritiba de 16 de dezembro de 2009 e (Título II - DOS DIREITOS E VANTAGENS, Capítulo V - DOS BENEFÍCIOS, Seção I - DAS FÉRIAS) Art. 68, Do Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais de 02 de dezembro de 1999.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., 21 de Agosto de 2019.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 21/Agosto/2019	
---	--

Celestino Borges Vieira  
Responsável pela publicação

# Pescaria Brava

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 470, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2130930

DECRETO Nº 470, de 20 de Agosto de 2019.

INSTITUI NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA/SC, O PROGRAMA PERMANENTE DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – REURB/ BRAV DE INTERESSE SOCIAL E DE INTERESSE ESPECÍFICO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA/SC, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 70, IX, da Lei Orgânica do Município e:

CONSIDERANDO a competência do Município, nos termos do art. 30, da Constituição Federal nos assuntos relacionados ao ordenamento do solo urbano;

CONSIDERANDO o direito fundamental a moradia, previsto no art. 6º, da Constituição Federal e as disposições da Lei Federal nº 13.465/2017, especialmente no art. 13, I e II e 30 e § 2º;

CONSIDERANDO que predomina no Município, áreas onde as famílias moradoras estão impossibilitadas de promoverem a titulação de suas posses;

CONSIDERANDO o Decreto nº 9.310 de 15 de março de 2018 que regulamenta a Lei Federal nº 13.465/2017;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 1.468, de 30 de janeiro de 2018, que Institui o Programa Estadual de Regularização Fundiária Urbana (REURB-SC);

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 13.465/2017 dispõe sobre o desenvolvimento urbano onde as Regularizações Fundiárias de Interesse Social e de Interesse Específico assumem papel de destaque, estabelecendo fatores de excepcionalidade para a regularização desses Núcleos Urbanos informais;

CONSIDERANDO que a existência de irregularidades, implica em condição de insegurança permanente, e que, além de um direito social a moradia regular é condição para a concretização integral de outros direitos constitucionais, em especial, o patrimônio cultural relativo ao modo de vida da população;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Política de Regularização Fundiária no Município de Pescaria Brava/SC, denominado Reurb-Brav com a finalidade de disciplinar, normatizar e organizar o conjunto de ações e iniciativas voltadas à adequação dos núcleos urbanos informais previstos assim nos parágrafos 1º e 2º do artigo 9º da Lei Federal nº 13.465/2017 e dispositivos do Decreto nº 9.310/2018, irregulares preexistentes até a data de 22 de dezembro de 2016, tendo por base as diretrizes e objetivos previstos neste Decreto.

Art. 2º Além das diretrizes gerais de política urbana e habitacional previstas pelo Estatuto das Cidades, a regularização fundiária deve se pautar pelas diretrizes da Lei Federal 13.465/2017 e Decreto Federal nº 9.310/2018, compreendendo também:

I - prioridade para a permanência da população na área em que se encontra, assegurado o nível adequado de habitabilidade e a melhoria das condições de sustentabilidade urbanística, social e ambiental da área ocupada;

II - articulação com as políticas setoriais de habitação, saneamento ambiental e mobilidade urbana, nos diferentes níveis de governo;

III - controle, fiscalização e coibição, visando evitar o crescimento de núcleos urbanos que estejam em desacordo com as leis de parcelamento de solo;

IV - articulação com iniciativas públicas e privadas voltadas à integração social e à geração de trabalho e renda;

V - estímulo à resolução extrajudicial de conflitos.

Art. 3º As ocupações irregulares do solo para fins urbanos, existentes no Município de Pescaria Brava/SC, poderão ser objeto de regularização fundiária de interesse social - Reurb-S ou específico - Reurb-E, desde que obedecidos os critérios fixados neste Decreto, na legislação estadual e federal, consoante os ditames da Lei nº 13.465 de 11 de Julho de 2017, que Institui normas gerais e procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária Urbana (Reurb), no que for pertinente.

§ 1º A Regularização fundiária pode ser implementada por etapas e abranger o núcleo urbano informal de forma total ou parcial, nos termos do § 2º do artigo 31 do Decreto Federal nº 9.310/2018.

§ 2º A constatação da existência do assentamento informal ou do parcelamento do solo irregular se fará mediante identificação da área em levantamento aerofotogramétrico ou por meio de provas documentais que comprovem de forma cabal e irrefutável, a critério do Município, que a ocupação estava consolidada nos termos do art. 9º, § 2º da Lei Federal nº 13.465 de 11.07.2017.

§ 3º Para fins da Reurb, ficam dispensadas a desafetação e as exigências previstas no inciso I caput do artigo 17 da Lei nº 8.666 de 1993, nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº 13.465/2017.

§ 4º Para os efeitos deste Decreto, considera-se regularização fundiária o conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais, promovidas pelo Poder Público por razões de interesse social (Reurb - S) ou de interesse específico (Reurb - E), que visem adequar assentamentos irregulares preexistentes às conformações legais e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, assim compreendendo:

I - Regularização fundiária de Interesse Social (Reurb - S): regularização fundiária de interesse social visa a regularização fundiária de

assentamentos irregulares ocupados, predominantemente por população de baixa renda quando se enquadrar nos critérios estabelecidos no inciso IV deste artigo e conforme art. 13, inciso I da Lei Federal nº 13.465 de 11.07.2017;

II - Regularização fundiária de interesse específico (Reurb - E): a regularização fundiária de assentamentos irregulares na qual não se caracteriza o interesse social, constituindo ação discricionária do Poder Público;

III - Projeto de regularização fundiária: projeto de ordenamento espacial para urbanização de ocupação irregular com normas diferenciadas tanto para o local a ser urbanizado, quanto para as áreas que devem atender a demanda excedente, devendo ser observados os requisitos elencados no artigo 35 da Lei Federal 13.465/2017 e artigo 30 e 31 do Decreto Federal 9.310/2018.

IV - Baixa renda: renda familiar per capita de até 1/5 do salário mínimo, a renda se verifica como a soma dos rendimentos auferidos mensalmente pelos membros da família e pode ser composta por salários, pensões, proventos, benefícios de previdência (pública ou privada), rendimentos do mercado autônomo. O Grupo familiar é composto pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto.

Art. 4º Poderá ser objeto de regularização fundiária, nos termos deste Decreto, parte de terreno contido em área ou imóvel maior, conjunto habitacional, condomínios, loteamentos que estejam habitados de forma irregular e áreas industriais que precisem de regularidade.

Parágrafo único. Para a aprovação de empreendimento de parcelamento do solo futuro na área remanescente, aplicam-se os requisitos urbanísticos e ambientais fixados na Lei que dispõe sobre o zoneamento, o uso e ocupação do solo urbano.

Art. 5º O Município através do Departamento de Planejamento Urbano em conjunto com a Secretaria Municipal de Assistência Social, será responsável pela análise e aprovação dos Projetos visando a Regularização Fundiária de Interesse Social, Reurb-S.

Parágrafo único. Pode o município instituir grupo de trabalho para os procedimentos do Reurb-Brav, assim instituindo-o e determinando sua composição em regulamento próprio.

Art. 6º Observadas às normas previstas neste Decreto, o uso e ocupação do solo urbano e demais normas municipais pertinentes, o projeto de regularização fundiária de interesse social pode definir parâmetros urbanísticos e ambientais específicos, inclusive no tocante às faixas de Área de Preservação Permanente - APP que deverão ser respeitadas.

Parágrafo único. As aprovações ambientais nestes casos, bem como nas situações de que trata o artigo 4º do Decreto Federal nº 9.310/2018, será realizada pelo órgão ambiental municipal, e na falta deste, por órgão ambiental estadual, conforme § 3º, do artigo 4º, do mencionado Decreto Federal nº 9.310/2018.

Art. 7º O poder público responsável pela regularização fundiária de interesse social poderá lavrar auto de demarcação urbanística, com base no levantamento da situação da área a ser regularizada e na caracterização da ocupação, de acordo com o que estabelece a Lei Federal nº 13.465 de 11 de Julho de 2017.

Art. 8º A regularização fundiária de interesse social destina-se a pessoas de baixa renda onde o processo de registro é absolutamente gratuito, na forma do parágrafo primeiro do artigo 13 da Lei Federal nº 13.465/2017, cabendo ao município suprir as despesas.

Art. 9º Os custos com atos registrais que se fizerem necessários para regularização sendo arcados pelo Município poderão ser reembolsados através do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, nos termos do § 4º artigo 11 da Lei 11.124 de 16 de junho de 2005, redação dada pelo artigo 72 da Lei 13.465/2017.

§ 1º Para o previsto no caput do artigo é necessário que o município esteja com o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social devidamente instituído bem como o Conselho Municipal competente, firmando assim termo de adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.

§ 2º O reconhecimento como Reurb-S cabe diretamente ao município, por meio de ato do executivo.

§ 3º Obras e demais custos que se fizerem necessários para regularização, correrão por conta do Município, isentando o possessor de todo e qualquer gasto financeiro.

Art. 10º Os processos de REURB-S serão encaminhados a um cadastro e o processamento ocorrerá conforme a disponibilidade orçamentária do município.

Art. 11º A modalidade de regularização fundiária para fins de interesse específico, Reurb-E, ocorre em mesmos trâmites da Reurb-S, compreendendo as pessoas que não são consideradas de baixa renda.

Parágrafo único. Na Reurb-E, inexistente gratuidade tanto no que se refere aos atos registrais, quanto a necessidade de eventuais obras que se fizerem necessárias.

Art. 12º Sendo o responsável pela irregularidade identificável, o Poder Executivo Municipal deve exigir dele a implantação das obras previstas no projeto de regularização fundiária.

Art. 13º A autoridade licenciadora poderá exigir contrapartida e compensações urbanísticas e ambientais que integrarão termo de



compromisso, firmado perante as autoridades licenciadoras, ao qual se garantirá força de título executivo extrajudicial.

Art. 14º O projeto de regularização fundiária para fins de interesse específico deverá observar as restrições à ocupação de Áreas de Preservação Permanentes em legislação vigente, bem como, das áreas públicas previstas na legislação federal e municipal, está última, desde que existente.

Art. 15º As fases, trâmites e procedimentos relacionados ao processo administrativo de regularização fundiária são os constantes do capítulo III, seção I da Lei 13.465/2017, bem como artigo 21 do Decreto Federal 9.310/2018.

Art. 16º A Reurb será instaurada por meio de requerimento, por escrito, de um dos legitimados de que trata a Lei 13.465/2017, seguindo por decisão do Município.

§ 1º Na hipótese de indeferimento do requerimento de instauração da Reurb, a decisão do Município deverá indicar e recomendar as medidas a serem adotadas para reformulação e posterior reavaliação do requerimento.

§ 2º O Município de Pescaria Brava/SC deve classificar e fixar, no prazo de cento e oitenta dias, uma das modalidades da Reurb, ou indeferir, fundamentando sua decisão.

§ 3º A inércia do Município implica em fixação automática da modalidade de classificação da Reurb indicada pelo legitimado em seu requerimento e o prosseguimento do procedimento administrativo Reurb, sem prejuízo de futura revisão da classificação pelo Município através de estudo técnico que se justifique.

Art. 17º Instaurada a Reurb, a competência do Município está em aprovar o projeto de regularização fundiária, conforme artigo 23 do Decreto Federal 9.310/2018, do qual deverão constar as responsabilidades das partes envolvidas, na forma do artigo 26 mesmo Decreto Federal e artigo 33 da Lei 13.465/2017.

Art. 18º São legitimados para requerer a Reurb:

I - O Município por meio de entidades da administração pública direta e/ou indireta;

II - Os beneficiários, individual ou coletivamente, diretamente ou por meio de cooperativas habitacionais, associações de moradores, fundações, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público ou outras associações civis que tenham por finalidade atividades nas áreas de desenvolvimento urbano ou regularização fundiária urbana;

III - Proprietários de imóveis ou de terrenos, loteadores ou incorporadores;

IV - Defensoria pública, em nome de beneficiários hipossuficientes;

V - O Ministério Público.

Art. 19º O requerimento para regularização fundiária se trata de documento por escrito, encaminhado ao município, por intermédio de protocolização junto ao protocolo municipal, destinado ao Departamento de Planejamento Urbano, constando a identificação da área objeto de regularização, qualificação completa do requerente, a modalidade de Reurb qual está sendo requerida e manifestação quanto ao custeio de eventuais custos provenientes do processo de regularização fundiária.

Parágrafo único. Buscando aprovação do município e facilidade na indicação da modalidade de Reurb, o requerimento deve estar instruído com os documentos de identificação dos posseiros, para constatação da situação financeira de cada família, conforme critério estabelecido no inciso IV, do artigo 3º deste Decreto.

Art. 20º Os requerimentos que se enquadram no disposto do artigo 5º, inciso I, do Decreto Federal 9.310/2018 e inciso I do artigo 3º deste Decreto serão inseridos em cadastro junto ao Município de Pescaria Brava/SC para efeito e análise quanto à necessidade de adequação de infraestrutura da municipalidade.

Parágrafo único. Os requerentes inseridos na modalidade Reurb-S que demonstrarem interesse expresso em custear total ou parcial, eventuais gastos provenientes do processo de Regularização Fundiária serão enquadrados em lista diversa da mencionada no caput deste artigo.

Art. 21º Constam da relação de documentos que deverão instruir o requerimento:

I - Identificação daqueles que serão os futuros proprietários reais;

II - Documento pessoal de todos os moradores que residem no imóvel;

III - Certidão de nascimento atualizada de todos os moradores que residem no imóvel;

IV - Certidão de casamento e/ou declaração de união estável atualizada dos futuros proprietários reais;

V - Comprovantes de renda de todos que exercem atividade laboral no imóvel - folhas de pagamento, declaração de autônomo, carteira de trabalho, última declaração de imposto de renda;

VI - Certidões de pesquisa de bens móveis e imóveis em nome dos futuros proprietários reais;

VII - Comprovante de residência, histórico de água ou energia elétrica;

VIII - Justo título que comprove a forma de aquisição do imóvel.

Art. 22º Instaurada a Reurb, apresenta-se o projeto de regularização fundiária o qual deve atender requisitos urbanísticos constantes dos artigos 35 e 36 da Lei 13.465/2017 e artigo 30 e 31 do Decreto Federal 9.310/2018.



§ 1º Deliberada sobre a modalidade de Reurb a ser aplicada, Reurb-S ou Reurb-E, deve-se levar em conta os artigos 37 e 38 da Lei 13.465/2017 e artigos 34 e 35 do Decreto Federal 9.310/2018.

§ 2º Os projetos de regularização de núcleos urbanos informais que estejam total ou parcial compreendidos em áreas de risco geotécnico, de inundações, ou de outros riscos definidos em lei, é elaborado estudo técnico para situação do risco na forma do inciso VIII do artigo 30 do Decreto Federal 9.310/2018, observada as condições previstas no artigo 39 da Lei 13.465/2017.

Art. 23º Os procedimentos de análise, deliberação e classificação de modalidade e aprovação do projeto de regularização fundiária serão realizados pelo Departamento de Planejamento Urbano Municipal, na pessoa de seu Diretor, com auxílio de servidores indicados pelo mesmo.

Parágrafo único. O pronunciamento leva em conta os itens contidos no artigo 40 da Lei 13.465/2017.

Art. 24º A aprovação da Reurb, se dá pela Certidão de Regularização Fundiária (CRF) sendo assim, emitida pelo Diretor de Planejamento Urbano do município ou pelo Chefe do Executivo Municipal, acompanhada do projeto de regularização fundiária aprovado, adicionados também os dados constantes do artigo 41 da Lei 13.465/2017.

Art. 25º O registro requerido ao cartório de registro de imóveis deverá ser efetivado independente de determinação judicial ou do Ministério Público, nos termos do Capítulo IV da Lei 13.465/2017 e Decreto Federal 9.310/2018.

Art. 26º Dos arranjos que se fizerem necessários para o Reurb-Brav, que estão ausentes neste Decreto, aplicar-se-á o disposto na Lei Federal 13.465/2017 e no Decreto Federal 9.310/2018.

Art. 27º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em Pescaria Brava, 20 de Agosto de 2019.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito do Município de Pescaria Brava/SC

## **EXTRATO DO CONTRATO Nº. 09/2019 FMS ORTOPEDIA PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 05/2019 FMS CREDENCIAMENTO Nº: 05/2019 FMS**

Publicação Nº 2131047

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 09/2019 FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - CNPJ Nº. 17.710.115/0001-72

CONTRATADA: CLINICA PEDIÁTRICA PRÓ-INFANCIA LTDA LTDA – CNPJ Nº. 95.781.043/0001-68

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 05/2019 FMS

CREDENCIAMENTO Nº: 05/2019 FMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS MÉDICOS NA ÁREA DE PEDIATRIA, PARA ATENDER ATRAVÉS DE CONSULTAS/ SESSÕES MENSAIS NOS PROGRAMAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PESCARIA BRAVA/SC, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2019 JUNTO À UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE LARANJEIRAS.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 09/08/2019 À 31/12/2019

## **PORTARIA Nº 0202/2019**

Publicação Nº 2130504

PORTARIA Nº 0202/2019

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar o servidor para o cargo de tipo "CONTRATADO", conforme tabela abaixo;

SERVIDOR	CARGO
JONATAN DA ROSA SANTOS	ENFERMEIRO ESF

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 21 de agosto de 2019.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 0203/2019**

Publicação Nº 2130944

PORTARIA Nº 0203/2019

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE**

Art. 1º CONCEDER a servidora ADRIELMA PEREIRA, Agente Comunitária de saúde lotada na Secretaria de Saúde, LICENÇA MATERNIDADE POR 180 (CENTO E OITENTA) DIAS por atender as exigências do Artigo 7, inciso XVIII da Constituição Federal e a ainda a Lei Municipal n.º 72/2014 (Dispõe sobre a ampliação do período de licença maternidade à servidora pública municipal para 180 dias) a contar de 20 de Agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 21 de agosto de 2019.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

# Petrolândia

## PREFEITURA

### 5 TERMO ADITIVO CONTRATO 28 2017 - BETHA SISTEMAS

Publicação N° 2130482

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 33/2017

PREGÃO PRESENCIAL N° 24/2017

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 28/2017

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de sua Prefeitura Municipal e a Empresa BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ: 00.456.865/0001-67. Objeto: FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA GESTÃO PÚBLICA, COMPREENDENDO LICENÇAS DE USO DE SOFTWARES TEMPORÁRIAS E NÃO EXCLUSIVAS, A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANEJAMENTO, INSTALAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E CUSTOMIZAÇÃO DO SISTEMA, MIGRAÇÃO DE DADOS ORIUNDOS DE SISTEMAS LEGADOS, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO CORRETIVA E EVOLUTIVA DO SISTEMA. ADITIVO DE PRAZO: 12 MESES. Data: 21/08/2019. Petrolândia, 22 de agosto de 2019. Joel Longen – Prefeito Municipal.

# Pinhalzinho

## CÂMARA MUNICIPAL

### ATA DE SUSPENSÃO PREGÃO PRESENCIAL 002-2019 – CVP

Publicação Nº 2131778

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CAMARA DE VEREADORES DE PINHALZINHO SC

PREGÃO PRESENCIAL 002-2019 – CVP

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE INFORMÁTICA PARA LICENCIAMENTO MENSAL DE SISTEMAS PARA GESTÃO PÚBLICA.

ATA DE SUSPENSAO DE ABERTURA

Aos vinte um dias do mês de agosto de dois mil e dezenove, a Comissão de Licitação da Câmara de Vereadores no uso de suas atribuições, procede a SUSPENSÃO da data de abertura da presente licitação, marcada para as 14:00 do dia 26/08/2019. Tal Medida foi tomada em virtude da necessidade de reavaliação do termo de referência. Face ao exposto será dado publicidade a nova data de abertura da licitação assim que sanado todas as dúvidas e ajustes tiverem sido sanados, pelas mesmas vias que se deu a publicação original. Nada mais havendo digno de registro encerra-se a presente ata.

Pinhalzinho-SC, 21 de agosto de 2019.  
Vania Marisa Batistti  
Presidente da Comissão

# Pinheiro Preto

## CÂMARA MUNICIPAL

### Decreto Legislativo Nº 009/2019, de 21 de agosto de 2019 - Reciclagem de documentos

Publicação Nº 2130511

DECRETO LEGISLATIVO Nº 009, DE 21 AGOSTO DE 2019.

ESTABELECE A EMPRESA, A PESSOA RESPONSÁVEL, A DATA, O HORÁRIO E O LOCAL EM QUE SE PROCEDERÁ A RECICLAGEM DOS DOCUMENTOS CONFORME RESOLUÇÃO Nº 15, DE 18 DE JUNHO DE 2019.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, com disposto na Resolução nº 15, de 18 de Junho de 2019, e demais leis aplicáveis a matéria, faz saber que a Câmara Municipal, em Sessão Ordinária realizada no dia 19 de agosto de 2019, aprovou e ela promulga o seguinte, DECRETO LEGISLATIVO:

Art.1º - Fica a empresa CPEL INDUSTRIA DE PAPEL LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 04.791.891/0001-00, localizada na Rod SC 303, Km 16,7, autorizada a receber os documentos de que trata a Resolução nº 15, de 18 de Junho de 2019 para reciclagem na data de 27 de setembro de 2019, a partir das 08:00 horas.

Art. 2º - Fica responsável a Servidora Priscila Baroncello Mazutti em proceder a entrega dos materiais inservíveis a serem reciclados junto a empresa mencionada no Art. 1º, bem como, acompanhar os trabalhos.

Art. 3º - As receitas e proveitos advindos da reciclagem dos materiais inservíveis deverão ser destinados ao Executivo Municipal de Pinheiro Preto a fim de que este proceda a sua melhor destinação.

Art. 4º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação e ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto, 21 de agosto de 2019.

IRENE EGGERS FARINA

Presidente da Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto

# Planalto Alegre

## PREFEITURA

### Lei Municipal Nº 0833/2019

Publicação Nº 2131287

LEI MUNICIPAL Nº 0833/2019, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

"Ratifica as alterações realizadas no Protocolo de Intenções consubstanciado no Contrato de Consórcio Público da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), e dá outras providências."

O Prefeito do Município de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores APROVOU e que SANCIONA a seguinte Lei:

Art. 1º Nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e do artigo 29 do Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), firmado entre este Município e o Consórcio Público ARIS, mediante autorização da Lei Municipal nº 4.128/2013, alterada pela Lei Municipal nº 4.520/2016.

Art. 2º O texto consolidado do Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público está publicado nas páginas 1544/1627 da edição nº 2771 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC (Edição de 08 de março de 2019, disponível em: [http://edicao.dom.sc.gov.br/1552066503\\_edicao\\_2771\\_assinada.pdf](http://edicao.dom.sc.gov.br/1552066503_edicao_2771_assinada.pdf)).

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Planalto Alegre/SC, em 21 de agosto de 2019.

JUARES BET

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se

ODIRLEI HANS

Secretário de Administração, Finanças e Planejamento.

# Pomerode

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº128 / 2019

Publicação Nº 2131535

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

#### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 128 / 2019

Processo Administrativo n.º 073 / 2019. Pregão Presencial n.º 042 / 2019 – Registro de Preços. Contratante: MUNICIPIO DE POMERODE. Contratada: ENGENFOX TERRAPLANAGENS E SERVIÇOS EIRELI. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS E MÃO DE OBRA INCLUSA, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POMERODE, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Valor total registrado: R\$4.262.000,00 quatro milhões e duzentos e sessenta e dois mil reais) / Itens 02, 03, 04, 06, 09, 10 e 11. Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 31/07/2020.

Pomerode / SC, 01 de Agosto de 2019.  
ERCIO KRIEK  
Prefeito Municipal de Pomerode

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº129 / 2019

Publicação Nº 2131537

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

#### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 129 / 2019

Processo Administrativo n.º 073 / 2019. Pregão Presencial n.º 042 / 2019 – Registro de Preços. Contratante: MUNICIPIO DE POMERODE. Contratada: JVA OBRAS DE URBANIZAÇÃO LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS E MÃO DE OBRA INCLUSA, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POMERODE, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Valor total registrado: R\$95.000,00 (noventa e cinco mil reais) / Itens 05. Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 31/07/2020.

Pomerode / SC, 01 de Agosto de 2019.  
ERCIO KRIEK  
Prefeito Municipal de Pomerode

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº130 / 2019

Publicação Nº 2131538

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

#### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 130 / 2019

Processo Administrativo n.º 073 / 2019. Pregão Presencial n.º 042 / 2019 – Registro de Preços. Contratante: MUNICIPIO DE POMERODE. Contratada: DCVILLE DESENTUPIDORA EIRELI. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS E MÃO DE OBRA INCLUSA, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POMERODE, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Valor total registrado: R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) / Itens 01. Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 31/07/2020.



Pomerode / SC, 01 de Agosto de 2019.  
ERCIO KRIEK  
Prefeito Municipal de Pomerode

**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 051 / 2019**

Publicação Nº 2131349

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 051 / 2019**

Processo Administrativo n.º 009 / 2019. Inexigibilidade de Licitação por Credenciamento n.º 003 / 2019. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Credenciada: UNIMED BLUMENAU – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO. Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO QUE ATUEM NA ADMINISTRAÇÃO DE PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, DESTINADA À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA OU SEGURO SAÚDE COLETIVO, COM ABRANGÊNCIA MÍNIMA NO MUNICÍPIO DE POMERODE E SUA REGIÃO DE SAÚDE, ENGLOBANDO OS SEGMENTOS AMBULATORIAL, HOSPITALAR E OBSTETRÍCIA, COM AS EXIGÊNCIAS MÍNIMAS ESTABELECIDAS NA LEI FEDERAL N.º 9.656/1998, COM AS COBERTURAS OBRIGATÓRIAS ASSEGURADAS PELAS NORMAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E SEUS DEPENDENTES, CONFORME ESPECIFICAÇÃO CONTIDA NO ANEXO I DO EDITAL – TERMO DE REFERÊNCIA (ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, FUNDOS, FUNDAÇÕES E AUTARQUIA). Prazo de vigência: 12 meses de 01/09/2019 até 31/08/2020. Valores contratados: Conforme proposta apresentada, respeitando os limites previstos na Lei Ordinária Municipal n.º 3.012 / 2018. Ass.: Ércio Kriek, Prefeito Municipal de Pomerode, Contratante / Irene Wiggers, Vice Presidente e Roberto Amorim Moreira, Superintendente, Unimed Blumenau – Cooperativa de Trabalho Médico, Credenciada.

Pomerode / SC, 29 de Julho de 2019.  
ÉRCIO KRIEK  
Prefeito Municipal de Pomerode

**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 056 / 2019**

Publicação Nº 2131350

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 056 / 2019**

Processo Administrativo n.º 009 / 2019. Inexigibilidade de Licitação por Credenciamento n.º 003 / 2019. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Credenciada: CLINIPAM – CLÍNICA PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA. Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO QUE ATUEM NA ADMINISTRAÇÃO DE PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, DESTINADA À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA OU SEGURO SAÚDE COLETIVO, COM ABRANGÊNCIA MÍNIMA NO MUNICÍPIO DE POMERODE E SUA REGIÃO DE SAÚDE, ENGLOBANDO OS SEGMENTOS AMBULATORIAL, HOSPITALAR E OBSTETRÍCIA, COM AS EXIGÊNCIAS MÍNIMAS ESTABELECIDAS NA LEI FEDERAL N.º 9.656/1998, COM AS COBERTURAS OBRIGATÓRIAS ASSEGURADAS PELAS NORMAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E SEUS DEPENDENTES, CONFORME ESPECIFICAÇÃO CONTIDA NO ANEXO I DO EDITAL – TERMO DE REFERÊNCIA (ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, FUNDOS, FUNDAÇÕES E AUTARQUIA). Prazo de vigência: 12 meses de 01/09/2019 até 31/08/2020. Valores contratados: Conforme proposta apresentada, respeitando os limites previstos na Lei Ordinária Municipal n.º 3.012 / 2018. Ass.: Ércio Kriek, Prefeito Municipal de Pomerode, Contratante / Cadri Massuda e Gilton Angelo Guilgen, Sócios Administradores, Clinipam – Clínica Paranaense de Assistência Médica Ltda., Credenciada.

Pomerode / SC, 13 de Agosto de 2019.  
ÉRCIO KRIEK  
Prefeito Municipal de Pomerode

**PORTARIA 25.579**

Publicação Nº 2130524

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 25.579

INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA E NOMEIA COMISSÃO SINDICANTE.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 74, inciso II, alíneas "f" e "g", da Lei Orgânica do Município de Pomerode combinado com o artigo 174 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 269/2014 e artigo 22 do Decreto nº 2.899/2014, alterado pelo Decreto nº 3.033/2015;

**RESOLVE:**

I - Determinar a instauração de Sindicância Administrativa Investigatória para apurar a responsabilidade pelo desaparecimento do notebook nas dependências do Centro de Educação Infantil Reimar Ehlert, conforme relato e Boletim de Ocorrência anexo;

II – A comissão de Sindicância deverá produzir relatório quanto as suas conclusões inclusive sobre a existência (ou não) de indícios de atos ilícitos que possam ter sido cometidos por particulares ou por agentes públicos, que seriam capazes de fundamentar futuro processo administrativo disciplinar ou ação judicial;

III – Designar os membros abaixo relacionados, sob a presidência do primeiro, para comporem a comissão destinada a apurar os fatos mencionados no item I (artigo 9º e seguintes do Decreto nº 2.899/2014, alterado pelo Decreto nº 3.033/2015):

Harriet Volkmann Imianovsky- Fiscal de Vigilância Sanitária  
Daniela M-Iler Schreiber - Analista de Departamento Pessoal  
Catia Luana Hermann- Recepcionista

IV - Fixar o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos (artigo 29 do Decreto nº 2.899/2014, alterado pelo Decreto nº 3.033/2015), podendo ser prorrogado por igual prazo.

V – Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 13 de agosto de 2019.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

# Ponte Alta do Norte

## PREFEITURA

### LEI - 1155-2019 - VEDAÇÃO - LEI MARIA DA PENHA

Publicação Nº 2131039

LEI N. 1155/2019

VEDA NO PERÍODO DE CUMPRIMENTO DA PENA, A NOMEAÇÃO PARA CARGOS EM COMISSÃO DE PESSOAS QUE TENHAM SIDO CONDENADAS, POR CRIME GRAVE, COM REPERCUSSÃO SOCIAL, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 11.340/06- LEI MARIA DA PENHA.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 81, inciso V da Lei Orgânica Municipal.

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a câmara aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica vedada a nomeação, no período de cumprimento da pena, para cargos em comissão no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta Municipal, órgãos e entidades administradas pelo Município de Ponte Alta do Norte, de pessoas condenadas por crime grave com repercussão social, nos termos da Lei Federal nº 11.340/06 – LEI MARIA DA PENHA.

Parágrafo único. Inicia-se essa vedação com a decisão transitada em julgado até o comprovado o cumprimento da pena.

Art. 2º - A apresentação de certidão, declaração ou documento equivalente demonstrando o cumprimento da pena, estará apta a pessoa a exercer a função pública.

Art. 3º - As pessoas que estiverem exercendo cargos em comissão nos moldes do art 1º desta Lei, e forem condenadas com decisão transitada em julgada, deverão ser imediatamente exoneradas de seus cargos, até a comprovação do cumprimento da pena.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ponte Alta do Norte, 22 de Agosto de 2019.

Roberto Molin de Almeida

Prefeito Municipal

Fica publicado a presente lei aos vinte e dois dias do mês de Agosto de 2019, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa

Secretaria Executiva

### PORTARIA - 151/2019 - FGWILLIAN - OUVIDOR

Publicação Nº 2131070

PORTARIA N. 151/2019

NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL EM FUNÇÃO GRATIFICADA COMO OUVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 81, item VIII da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art.1º- Fica nomeado o servidor municipal, WILLIAN THIAGO BUSS, matrícula nº 664, em Função Gratificada com porcentagem de 30% (trinta por cento), sobre o vencimento do cargo de provimento efetivo de Técnico de Controle Interno, para assumir a função de Ouvidor Municipal, a partir de 02 de Setembro de 2019, em conformidade ao citado no art. 8º da Lei Municipal nº 1154/2019 da Ouvidoria Municipal.

Art.2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 22 de Agosto de 2019.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria aos vinte e dois dias do mês de Agosto do ano de 2019, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM- Diário Oficial dos Municípios.

Delfa Terezinha Wolinger Costa

Secretaria Executiva

**PORTARIA -ACT - 041/2019 - PRISCILA**

Publicação N° 2131064

PORTARIA N.º 041/2019 -ACT

ADMITE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições conferidas no artigo 81, inciso VIII da Lei Orgânica:

RESOLVE

Art. 1º - Fica admitida a servidora abaixo, para em sua respectiva função assumir o cargo em caráter temporário pelo prazo estabelecido nesta portaria, em necessidade imperiosa de serviço.

PRISCILA SCHEREDER DOS SANTOS, para exercer a função de Professora - Pedagogia - 20 Horas, matrícula nº 10611, a partir de 22 de Agosto de 2019, em conformidade ao Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 22 de Agosto de 2019.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria aos vinte e dois dias do mês de Agosto do ano de 2019, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM- Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa  
Secretaria Executiva

# Porto Belo

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PRG 058/2019 - PMPB

Publicação Nº 2130821

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial - Registro de Preço – Nº 058/2019 - PMPB

Tipo de licitação: Menor Preço Global;

Objeto: REGISTRO DE PREÇO – Contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para a instalação de grades para portas e janelas, estruturas para treinamento de salvamento em altura e suporte para data show para atender as necessidades do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina lotado neste Município, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Recebimento das Propostas: Até 09h30min do dia 05/09/2019, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 10h00min do dia 05/09/2019, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no Setor de Licitações da PMPB, Rua José Guerreiro Filho, nº 265, Centro, Porto Belo/SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 – ramal 248 ou pelo e-mail [licitacao2@portobelo.sc.gov.br](mailto:licitacao2@portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo, 21 de Agosto de 2019.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

**ERRATA PRG 052/2019 - PMPB**

Publicação Nº 2131202



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PORTO BELO  
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**

**ERRATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2019 – PMPB**

O município de Porto Belo, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.575.812/0001-20, com sede à Av. Governador Celso Ramos, nº 2.500, bairro Centro, cidade de Porto Belo/SC, vem por meio deste **RETIFICAR** a Licitação no que segue:

**Objeto: Aquisição de veículo 0km, tipo sedan, para atender as necessidades da Delegacia de Polícia Civil da Comarca de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I deste edital.**

Onde se lê:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QTD	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	<p>Veículo automotor zero km, ano/modelo mínimo 2019/2019, tipo SEDAN, com as seguintes características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- cor branco,</li> <li>- motor flex (gasolina/etanol),</li> <li>- potência de no mínimo 1.5,</li> <li>- quatro portas laterais,</li> <li>- capacidade para 05 (cinco) passageiros,</li> <li>- caixa de câmbio manual com 05 marchas a frente e 01 a ré, - direção elétrica ou hidráulica,</li> <li>- 4 alto falantes</li> <li>- ar condicionado,</li> <li>- Farol de neblina dianteiro,</li> <li>- acionamento elétrico dos vidros das portas, com interface, para levantamento automático dos vidros, alarme e trava elétrica das portas,</li> <li>- Aviso dos faróis acesos,</li> <li>- airbag duplo,</li> <li>- volante com controle das funções do rádio e telefone,</li> <li>- desembaçador do vidro traseiro,</li> <li>- alarme anti-furto,</li> <li>- apoios de cabeça dianteiros e traseiros com regulagem de altura,</li> <li>- Pára-sol do motorista e passageiro,</li> <li>- Ponto de Força 12V,</li> <li>- porta copos e garrafa,</li> <li>- cintos de segurança dianteiros e traseiros laterais de três pontos (central traseiro de 2 ou 3 pontos),</li> <li>- banco do motorista com regulagem de altura,</li> <li>- Banco traseiro rebatível,</li> <li>- ajuste do volante em altura,</li> <li>- radio AM/FM, MP3, entrada USB, entrada auxiliar,</li> <li>- Conexão Bluetooth,</li> <li>- freios com sistema ABS e com EBD,</li> <li>- faróis de neblina,</li> <li>- rodas com aro mínimo de 14",</li> <li>- computador de bordo,</li> <li>- jogo de tapetes de borracha dianteiros e traseiros,</li> <li>- sensor de estacionamento,</li> <li>- tanque com capacidade mínima de 41L,</li> <li>- porta malas mínimo de 445L.</li> <li>- Porta-malas com abertura elétrica,</li> <li>- Iluminação do porta-malas,</li> <li>- maçanetas das portas e espelhos retrovisores na cor do veículo,</li> <li>- pára-choques dianteiro e traseiro na cor do veículo,</li> </ul>	UN	01	66.190,00	66.190,00

“Porto Belo Capital Catarinense dos Transatlânticos”

Centro Administrativo “Prefeito Antonio Stadler Filho” – Av. Gov. Celso Ramos, 2500, Centro – Porto Belo/SC – 88.210-000 – Fone/Fax: 0\*\*47 – 3369-4111



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE PORTO BELO**  
**SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**



- macaco, triangulo, chave de rodas, manuais, extintor de incêndio, estepe e outros equipamentos obrigatórios,
- demais itens de segurança obrigatório,
- garantia do veículo mínima de 1 (um) ano,

**ADAPTAÇÕES:**

**Sistema visual descaracterizado:**

- Sistema visual composto por 12 blocos óticos, com no mínimo 4 leds de no mínimo 1w cada led, na cor vermelho rubi, divididos em quatro carcaças de aço ou material similar, a serem instalados na parte inferior traseira do porta malas do veículo, se este assim permitir, por meio de parafusos, e na parte dianteira do veículo na parte superior do para-brisa. Deve contemplar faixa de películas na parte superior do para-brisa para que os sinalizadores não sejam vistos de fora do veículo e garantam a não exposição dos condutores e passageiros. O sistema deve ser capaz de gerar lampejos luminosos distintos, com no mínimo 06 padroes diferentes, que se intercalem de forma automática assim que acionado. Deverá ser ligado e desligado por meio de um botão no console do veículo e possuir led de identificação que caracterize que o sistema está ligado ou desligado. O produto é selado e hermeticamente adaptado ao vidro para impedir o escape da luz proveniente dos estrobos. O acabamento da peça é feita em borracha de baixa dureza. A peça acabada deverá ser pintada eletrostaticamente a pó.

**1º emplacamento/licenciamento veículo oficial no Município de Porto Belo/SC 2019.**

**VALOR TOTAL R\$ 66.190,00**

Leia-se:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QTD	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	<p>Veículo automotor zero km, ano/modelo mínimo 2019/2019, tipo SEDAN, com as seguintes características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- cor branco,</li> <li>- motor flex (gasolina/etanol),</li> <li>- potência de no mínimo 101 cv (gasolina),</li> <li>- quatro portas laterais,</li> <li>- capacidade para 05 (cinco) passageiros,</li> <li>- caixa de câmbio manual com 05 marchas a frente e 01 a ré, - direção elétrica ou hidráulica,</li> <li>- 4 alto falantes</li> <li>- ar condicionado,</li> <li>- Farol de neblina dianteiro,</li> <li>- acionamento elétrico dos vidros das portas, com interface, para levantamento automático dos vidros, alarme e trava elétrica das portas,</li> <li>- Aviso dos faróis acesos,</li> <li>- airbag duplo,</li> <li>- volante com controle das funções do rádio e telefone,</li> <li>- desembaçador do vidro traseiro,</li> <li>- alarme anti-furto,</li> <li>- apoios de cabeça dianteiros e traseiros com regulagem de altura,</li> <li>- Pára-sol do motorista e passageiro,</li> <li>- Ponto de Força 12V,</li> <li>- porta copos e garrafa,</li> <li>- cintos de segurança dianteiros e traseiros laterais de três pontos (central traseiro de 2 ou 3 pontos),</li> </ul>	UN	01	66.190,00	66.190,00

“Porto Belo Capital Catarinense dos Transatlânticos”

Centro Administrativo “Prefeito Antonio Stadler Filho” – Av. Gov. Celso Ramos, 2500, Centro – Porto Belo/SC – 88.210-000 – Fone/Fax: 0\*\*47 – 3369-4111





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PORTO BELO  
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**



- banco do motorista com regulagem de altura,
- Banco traseiro rebatível,
- ajuste do volante em altura,
- radio AM/FM, MP3, entrada USB, entrada auxiliar,
- Conexão Bluetooth,
- freios com sistema ABS e com EBD,
- faróis de neblina,
- rodas com aro mínimo de 14",
- computador de bordo,
- jogo de tapetes de borracha dianteiros e traseiros,
- sensor de estacionamento,
- tanque com capacidade mínima de 41L,
- porta malas mínimo de 445L.
- Porta-malas com abertura elétrica,
- Iluminação do porta-malas,
- maçanetas das portas e espelhos retrovisores na cor do veículo,
- pára-choques dianteiro e traseiro na cor do veículo,
- macaco, triangulo, chave de rodas, manuais, extintor de incêndio, estepe e outros equipamentos obrigatórios,
- demais itens de segurança obrigatório,
- garantia do veículo mínima de 1 (um) ano,

**ADAPTAÇÕES:**

**Sistema visual descaracterizado:**

- Sistema visual composto por 12 blocos óticos, com no mínimo 4 leds de no mínimo 1w cada led, na cor vermelho rubi, divididos em quatro carcaças de aço ou material similar, a serem instalados na parte inferior traseira do porta malas do veículo, se este assim permitir, por meio de parafusos, e na parte dianteira do veículo na parte superior do para-brisa. Deve contemplar faixa de películas na parte superior do para-brisa para que os sinalizadores não sejam vistos de fora do veículo e garantam a não exposição dos condutores e passageiros. O sistema deve ser capaz de gerar lampejos luminosos distintos, com no mínimo 06 padrões diferentes, que se intercalem de forma automática assim que acionado. Deverá ser ligado e desligado por meio de um botão no console do veículo e possuir led de identificação que caracterize que o sistema está ligado ou desligado. O produto é selado e hermeticamente adaptado ao vidro para impedir o escape da luz proveniente dos estrobos. O acabamento da peça é feita em borracha de baixa dureza. A peça acabada deverá ser pintada eletrostaticamente a pó.

**1º emplacamento/licenciamento veículo oficial no Município de Porto Belo/SC 2019.**

**VALOR TOTAL R\$ 66.190,00**

Ficam mantidas as demais informações do Edital de licitação **PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇO Nº 052/2019 - PMPB.**

**Fica alterada a data de abertura do certame para o dia 04 de Setembro de 2019 as 13:00hs, com a realização do protocolo dos envelopes até dia 04 de Setembro de 2019 as 12:30 hs.**

Maiores informações através do telefone (47) 3369-4111, ramal 248 ou email [administracao@portobelo.sc.gov.br](mailto:administracao@portobelo.sc.gov.br) das 08:00 às 14:00 horas de segunda à sexta-feira.

Porto Belo, 21 de Agosto de 2019.

Rodrigo Truffa da Costa  
**Pregoeiro**

“Porto Belo Capital Catarinense dos Transatlânticos”

Centro Administrativo “Prefeito Antonio Stadler Filho” – Av. Gov. Celso Ramos, 2500, Centro – Porto Belo/SC – 88.210-000 – Fone/Fax: 0\*\*47 – 3369-4111

**LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 119, DE 21 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2131229

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 119, DE 21 DE AGOSTO DE 2019

Altera os dispositivos que menciona da Lei Complementar nº 42/2012, que regulamenta o instrumento de indução ao desenvolvimento urbano do Município de Porto Belo da Outorga Onerosa do Direito de Construir, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei Complementar:

Art. 1º A Lei Complementar Municipal nº 42, de 27 de novembro de 2012, com suas alterações posteriores, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º .....

Parágrafo Único. ....

- a) Macrozona Urbana de Consolidação a outorga onerosa será de 8%;
- b) Macrozona Urbana de Qualificação a outorga onerosa será de 9%;
- c) Eixo Urbano, Eixo de Acesso e Eixo Orla a outorga onerosa será de 12%;
- d) Semieixo será de 10%;
- e) Macrozona Urbana de Ocupação Orientada será de 8%.
- f) SUPRIMIDO;
- g) SUPRIMIDO.

Art. 2º Os demais dispositivos legais da Lei Complementar Municipal nº 42, de 27 de novembro de 2012, não modificados por esta Lei, permanecem inalterados.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 21 dias do mês de agosto de 2019.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

**LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 120, DE 21 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2131240

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 120, DE 21 DE AGOSTO DE 2019

Altera os dispositivos que menciona da Lei Complementar nº 34/2011, Código Urbanístico do Município de Porto Belo, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei Complementar:

Art. 1º A Lei Complementar Municipal nº 34, de 21 de março de 2011, com suas alterações posteriores, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 62-A. A execução de obras poderá ser feita de segunda à sexta-feira das 7h às 19h e nos sábados das 7h às 12h, sob pena de aplicação das sanções legais.

Art. 2º Os demais dispositivos legais da Lei Complementar Municipal nº 34, de 21 de março de 2011, não modificados por esta Lei, permanecem inalterados.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 21 dias do mês de agosto de 2019.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

**LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 121, DE 21 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2131245

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 121, DE 21 DE AGOSTO DE 2019

Altera a Lei Complementar Municipal nº 37/2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Municipal de Porto Belo, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que

a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei Complementar:

Art. 1º Altera o Anexo II da Lei Complementar nº 37, de 4 de novembro de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**ANEXO II**  
**CARGOS EFETIVOS DA EDUCAÇÃO**

CARGO	CARGA HORÁRIA	NÍVEL	VENCIMENTO	VAGAS
Cozinheiro Escolar	40	CEE VIII	R\$ 1.901,87	31
Auxiliar de cozinha	40	CEE V	R\$ 1.358,48	16
Servente	40	CEE V	R\$ 1.358,48	51

Art. 2º Altera o Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 37, de 4 de novembro de 2011, que passa a vigorar acrescido das seguintes modificações:

**ANEXO IV**  
**DESCRIÇÃO DOS CARGOS EFETIVOS DA EDUCAÇÃO E DO MAGISTÉRIO**

GRUPO PROFISSIONAL: Atividades de Nível Administrativo/Operacional

CATEGORIA FUNCIONAL: Professor do Ensino Fundamental

(...)

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Licenciatura Plena Pedagogia

GRUPO PROFISSIONAL: Atividades de Nível Administrativo / Operacional

CATEGORIA FUNCIONAL: Professor de Artes

(...)

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Licenciatura Plena em Arte/Pedagogia com Especialização em Arte.

GRUPO PROFISSIONAL: Atividades de Nível Superior

CATEGORIA FUNCIONAL: Professor de Ciências

(...)

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Licenciatura em Biologia/Ciências.

GRUPO PROFISSIONAL: Atividades de Nível Administrativo/Operacional

CATEGORIA FUNCIONAL: Professor de Educação Infantil

(...)

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Licenciatura Plena Pedagogia

GRUPO PROFISSIONAL: Atividades de Nível Superior

CATEGORIA FUNCIONAL: Orientador Educacional

(...)

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Licenciatura em Pedagogia com Habilitação e/ou Pós Graduação na Área

GRUPO PROFISSIONAL: Atividades de Nível Superior

CATEGORIA FUNCIONAL: Supervisor Escolar

(...)

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Licenciatura em Pedagogia com Habilitação e/ou Pós Graduação na Área

Art. 3º As atribuições do cargo de "Servente", previsto no Anexo IV, da Lei Complementar Municipal nº 37, de 4 de novembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

**ANEXO IV**  
**DESCRIÇÃO DOS CARGOS EFETIVOS DA EDUCAÇÃO E DO MAGISTÉRIO**

GRUPO PROFISSIONAL: Atividades de Nível Administrativo/Operacional

CATEGORIA FUNCIONAL: Servente

CARGA HORÁRIA SEMANAL: Quarenta

QUANTIDADE: 51

VENCIMENTO: R\$ 1.358,48

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Executar serviços braçais de higiene e limpeza.

DESCRIÇÃO DETALHADA: Executar trabalho rotineiro de limpeza em dependências públicas; limpar e arrumar todo o local em seus mínimos detalhes, utilizando materiais de limpeza; Limpar utensílios e objetos de adorno; Manter a higiene de banheiros e toaletes para proporcionar condições de uso; Atuar com limpeza de área externa e interna; Retirar lixo das dependências e depositar em local apropriado; Lavar quando necessário os lençóis, vestimentas, toalhas, roupas, entre outros. Manter rotinas de higiene e limpeza; Trabalhar em prol da organização e higienização dos ambientes; Informar ao Setor Municipal de Alimentação Escolar, em formulário específico, a contagem física de estoque de limpeza na Unidade Escolar nos dias 10 e 30 de cada mês; Controlar o estoque de material de limpeza, verificando seu nível e para providenciar as reposições necessárias; Solicitar a reposição ou cancelamento de material de limpeza com 07 (sete) dias de antecedência ao Setor Municipal de Alimentação Escolar, quando houver necessidade; Cuidar do asseio pessoal conforme as normas de higiene vigentes;

Freq-entar cursos de capacitação e aperfeiçoamento de suas funções específicas; Participar ativamente do projeto pedagógico da unidade escolar para garantir o pleno direito à educação, de toda a clientela atendida; Contatar o Setor Municipal de Alimentação Escolar para orientação em quaisquer situações que provoquem alteração da rotina diária.

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Ser alfabetizado.

Art. 4º O Anexo IV, da Lei Complementar Municipal nº 37, de 4 de novembro de 2011, passa a vigorar acrescido da seguinte redação:

GRUPO PROFISSIONAL: Atividades de Nível Administrativo/Operacional

CATEGORIA FUNCIONAL: Cozinheiro Escolar

CARGA HORÁRIA SEMANAL: Quarenta

QUANTIDADE: 31

VENCIMENTO: R\$ 1.901,87

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Executar serviços braçais de cozinha e higiene.

DESCRIÇÃO DETALHADA: Preparar e servir refeições, aos educandos, de acordo com a preconização do cardápio. Realizar cardápios diferenciados para o atendimento a educandos com necessidades especiais (restrições, intolerâncias e/ou alergias alimentares); Receber, conferir e atestar a quantidade e qualidade dos gêneros alimentícios entregues na Unidade Escolar, com especial observância ao prazo de validade dos produtos; Separar os materiais a serem utilizados na confecção da refeição ou merenda, escolhendo panelas, temperos, molhos e outros ingredientes para facilitar a sua manipulação; Certificar-se sobre a quantidade de educandos presentes na Unidade Escolar antes de iniciar o preparo das refeições; Preparar os alimentos, de maneira a garantir a forma e o sabor adequados a cada prato ou para seguir a receita evitando perdas e seguindo normas de higiene adequadas à manipulação de alimentos; Cumprir os horários ou programação estipulados para as refeições; Armazenar e identificar em local e com métodos adequados os produtos recebidos; Solicitar a reposição ou cancelamento de gêneros alimentícios com 07 (sete) dias de antecedência ao Setor Municipal de Alimentação Escolar, quando houver necessidade; Determinar a limpeza dos talhares e utensílios, solicitando ou fazendo a lavagem dos mesmos, para assegurar a sua posterior utilização, em condições de higiene; Informar ao Setor Municipal de Alimentação Escolar, em formulário específico, a contagem física de estoque na Unidade Escolar nos dias 10 e 30 de cada mês; Manter a cozinha limpa e organizada durante todo o período de funcionamento da Unidade Escolar; Utilizar corretamente e realizar a limpeza diária dos equipamentos de cozinha; Lavar quando necessário as vestimentas, toalhas, roupas, entre outros. Controlar o estoque de ingredientes, verificando seu nível e o estado dos que estão sujeitos à deterioração para providenciar as reposições necessárias; Cuidar do asseio pessoal conforme as normas de higiene vigentes para os manipuladores de alimentos; Freq-entar cursos de capacitação e aperfeiçoamento de suas funções específicas; Participar ativamente do projeto pedagógico da unidade escolar para garantir o pleno direito à educação, de toda a clientela atendida; Contatar o Setor Municipal de Alimentação Escolar para orientação em quaisquer situações que provoquem alteração da rotina diária.

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Ensino Fundamental nos anos iniciais.

GRUPO PROFISSIONAL: Atividades de Nível Administrativo/Operacional

CATEGORIA FUNCIONAL: Auxiliar de cozinha

CARGA HORÁRIA SEMANAL: Quarenta

QUANTIDADE: 16

VENCIMENTO: R\$ 1.358,48

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Auxiliar na execução dos serviços braçais de cozinha e higiene.

DESCRIÇÃO DETALHADA: Realizar tarefas de preparo de alimentos, conforme orientação do cozinheiro e do (a) nutricionista, cuidando da higienização do local de trabalho, recebendo e armazenando gêneros alimentícios; Auxiliar no preparo de refeições, lavando, descascando, escolhendo, picando ou moendo ingredientes; Elaborar pratos simples, conforme a necessidade; Operar aparelhos ou equipamentos de preparo e manipulação dos gêneros alimentícios, aparelhos de aquecimento ou refrigeração; Zelar pela guarda, conservação e limpeza, manutenção dos equipamentos, instrumentos, e materiais peculiares ao trabalho, comunicando ao superior imediato sobre qualquer dano ou irregularidade; Zelar pela higiene e limpeza das instalações, equipamentos e utensílios da cozinha; executar abastecimento do local de distribuição das refeições; Efetuar carga e descarga de gêneros alimentícios e materiais da cozinha; Executar o descarte de resíduos de materiais provenientes do local de trabalho; Realizar outras tarefas correlatas, conforme necessidade ou a critério de seu superior; Controlar estoque de alimentos, verificando seu nível e o estado dos que estão sujeitos à deterioração para providenciar as reposições necessárias em tempo hábil; Cuidar do asseio pessoal conforme as normas de higiene vigentes para os manipuladores de alimentos; Frequentar cursos de capacitação e aperfeiçoamento de suas funções específicas; Participar ativamente do projeto pedagógico da unidade escolar para garantir o pleno direito à educação, de toda a clientela atendida; É essencial responsabilidade, higiene e conhecimento na área de cozinha. Contatar o Cozinheiro Escolar para orientação em quaisquer situações que provoquem alteração da rotina diária.

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Alfabetizado.

Art. 5º Os servidores efetivos ocupantes do cargo de "servente" poderão migrar, mediante redistribuição prevista no art. 38 da Lei Municipal nº 718, de 31 de maio de 1993 - Estatuto do Servidor, para o cargo de "auxiliar de cozinha", de forma irrevogável, desde que apresentem requerimento por escrito neste sentido.

§ 1º A Secretaria de Administração e de Educação lançará Edital próprio estabelecendo os prazos, forma e condições para que ocorra a redistribuição prevista no caput deste artigo.

§ 2º Os servidores que não forem redistribuídos permanecerão no cargo de Servente de forma definitiva

Art. 6º Os demais dispositivos legais da Lei Complementar Municipal nº 37, de 4 de novembro de 2011, não modificados por esta Lei, permanecem inalterados.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 21 dias do mês de agosto de 2019.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

**LEI MUNICIPAL Nº 2798, DE 21 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2131164

**LEI MUNICIPAL Nº 2798, DE 21 DE AGOSTO DE 2019**

Altera os dispositivos que menciona da Lei Municipal nº 1484/2006, que dispõe sobre o Fundo Municipal para os Direitos da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º A Lei Municipal nº 1484, de 15 de dezembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte alteração:

Art. 1º Fica reestruturado o Fundo Municipal para a Criança e o Adolescente, instituído pela lei ordinária nº 616 de 17 de dezembro de 1990, alterada pela lei ordinária nº 727 de 23 de junho de 1993, alterada pela lei ordinária nº 798 de 24 de maio de 1994, alterada pela lei ordinária nº 907 de 08 de maio de 1996, alterada pela lei nº 998 de 02 de dezembro de 1997, alterada pela lei ordinária nº 1090 de 25 de maio de 1999 e alterada pela lei ordinária nº 1267 de 30 de dezembro de 2002, vinculado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, nos termos do artigo 88, inciso IV, da Lei Federal nº 8069 de 13 de julho de 1990, sendo a gerência, a execução e o controle contábil do Fundo, de competência da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 4º O Fundo será gerido financeira e administrativamente pela Secretaria Municipal de Assistência Social, obedecendo ao disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964

Art. 9º Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma do seu Regimento Interno:

VI - apreciar e aprovar especificamente as contas e relatórios da Secretaria Municipal de Assistência Social, elaborados pelo gestor financeiro do Fundo.

Art. 10. Compete à Secretaria Municipal de Educação, enquanto gestor financeiro do Fundo, através de servidor especificamente designado pelo Chefe do Poder Executivo municipal:

X - preparar e assinar cheques, em conjunto com a direção da Secretaria Municipal de Assistência Social, providenciando os pagamentos autorizados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Art. 2º Os demais dispositivos legais da Lei Municipal nº 1484, de 15 de dezembro de 2006, não modificados por esta Lei, permanecem inalterados.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 21 dias do mês de agosto de 2019.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

**LEI MUNICIPAL Nº 2799, DE 21 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2131170

**LEI MUNICIPAL Nº 2799, DE 21 DE AGOSTO DE 2019**

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional até a importância de R\$ 156.425,41 (Cento e cinquenta e seis mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e quarenta e um centavos) destinados a suplementar as dotações abaixo descritas no Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 15 – Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Educação

Funcional programática: 0012.0361.0011

Atividade: 2038 - Manutenção das atividades do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 02360000 - Salário Educação

Valor: R\$ 70.000,00

Atividade: 2040 - Conservação do Patrimônio Público no Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 01010100 - Receitas e Transferências de Impostos - Educação

Valor: R\$ 14.000,00  
Fonte de Recurso: 02190000 - Transferência do FUNDEB - 40%  
Valor: R\$ 5.000,00  
Fonte de Recurso: 02360000 - Salário Educação  
Valor: R\$ 6.209,41  
Funcional programática: 0012.0365.0011  
Atividade: 2044 - Conservação do Patrimônio Público na Educação Infantil  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 02360000 - Salário Educação  
Valor: R\$ 10.000,00  
Atividade: 2108 - Manutenção das atividades da Educação Infantil para as Creches  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 02360000 - Salário Educação  
Valor: R\$ 25.608,00  
Atividade: 2109 - Manutenção das atividades da Educação Infantil para as Pré-Escolas  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 02360000 - Salário Educação  
Valor: R\$ 25.608,00

Art. 2º Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com os recursos provenientes das anulações parciais das dotações orçamentária abaixo descritas na mesma importância:

Órgão: 15 – Fundo Municipal de Educação  
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Educação  
Funcional programática: 0012.0361.0011  
Atividade: 2110 - Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 02360000 - Salário Educação  
Valor: R\$ 121.216,00  
Funcional programática: 0012.0366.0011  
Atividade: 2046 - Manutenção das atividades da Educação de Jovens e Adultos  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 01010100 - Receitas e Transferências de Impostos - Educação  
Valor: R\$ 10.000,00  
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 01010100 - Receitas e Transferências de Impostos - Educação  
Valor: R\$ 4.000,00  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 02190000 - Transferência do FUNDEB - 40%  
Valor: R\$ 5.000,00  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 02360000 - Salário Educação  
Valor: R\$ 6.209,41  
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 02360000 - Salário Educação  
Valor: R\$ 10.000,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 21 dias do mês de agosto de 2019.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

## **LEI MUNICIPAL Nº 2800, DE 21 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2131185

LEI MUNICIPAL Nº 2800, DE 21 DE AGOSTO DE 2019

Altera a Lei Municipal nº 2722/2019, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo do Município de Porto Belo, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Altera o Anexo V da Lei Municipal nº 2.722, de 15 de janeiro de 2019, que passam a vigorar com as seguintes modificações:

ANEXO V  
CARGOS EM COMISSÃO (CC) E FUNÇÕES GRATIFICADAS  
ATRIBUIÇÕES  
ADMINISTRAÇÃO DIRETA



## SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO

QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	SÍMBOLO	ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS
01	Secretário Municipal de Segurança Pública e Defesa do Cidadão		[...]	[...]
01	Diretor da Secretaria de Segurança Pública	N1	CC1/FG1	Dirigir, planejar, analisar e acompanhar a execução orçamentária da Secretaria, bem como orientar as atividades administrativas-financeiras e de pessoal da mesma e os convênios, financiamento e operações de crédito, dentre outras atribuições designadas pelo Secretário da pasta.
01	Diretor da Defesa Civil	[...]	[...]	[...]
01	Assessor de operações e fiscalização de áreas de risco	[...]	[...]	[...]

Art. 2º Os demais dispositivos legais da Lei Municipal nº 2722, de 15 de janeiro de 2019, com suas alterações posteriores, não modificados por esta Lei, permanecem inalterados.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 21 dias do mês de agosto de 2019.  
EMERSON LUCIANO STEIN  
PREFEITO

**LEI MUNICIPAL Nº 2801, DE 21 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2131196

**LEI MUNICIPAL Nº 2801, DE 21 DE AGOSTO DE 2019**

Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder a Doação de Bens Móveis à Secretaria de Segurança Pública, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a doação de bens móveis para a Secretaria de Segurança Pública, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, para uso do 1º Pelotão - 1º Grupo de Bombeiros Militar, 2ª Companhia de Bombeiros Militar, 13º Batalhão de Bombeiros Militar, conforme abaixo descrito:

I - Um veículo Marca/Modelo Ford/Fiesta 16SE, Tipo PAS/AUTOMÓVEL, Ano e Modelo 2019, Categoria Oficial, cor vermelha, Chassi 9BFZ-D55P2KB625432, Placa QJX7784, Renavam 1194546746;

II - Um veículo Marca/Modelo Ford/Fiesta 16SE, Tipo PAS/AUTOMÓVEL, Ano e Modelo 2019, Categoria Oficial, cor vermelha, Chassi 9BFZ-D55P2KB626306, Placa QJX7904, Renavam 1194547904.

Parágrafo Único. Os veículos descritos neste artigo destinar-se-ão única e exclusivamente para os fins a que estão submetidos o 1º Pelotão - 1º Grupo de Bombeiros Militar, 2ª Companhia de Bombeiros Militar, 13º Batalhão de Bombeiros Militar.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão à conta de dotações próprias constante do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 21 dias do mês de agosto de 2019.  
EMERSON LUCIANO STEIN  
PREFEITO

**LEI MUNICIPAL Nº 2802, DE 21 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2131201

**LEI MUNICIPAL Nº 2802, DE 21 DE AGOSTO DE 2019**

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que



a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional até a importância de R\$ 2.250.015,90 (Dois milhões, duzentos e cinquenta mil, quinze reais e noventa centavos) destinados a suplementar as dotações abaixo descritas no Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito

Unidade Orçamentária: 03 – Procuradoria Geral do Município

Funcional programática: 0002.0061.0002

Atividade: 2.004 – Manutenção das atividades da Procuradoria Geral

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1000000 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 170.000,00

Órgão: 15 – Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Educação

Funcional programática: 0012.0361.0011

Atividade: 2.038 – Manutenção das atividades do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1010100 – Receitas e Transferências de Impostos - Educação

Valor: R\$ 2.080.015,90

Art. 2º Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com os recursos provenientes das anulações parciais das dotações orçamentárias abaixo descritas na mesma importância:

Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria do Gabinete

Funcional programática: 0004.0122.0004

Atividade: 2.002 – Manutenção das atividades do Gabinete do Prefeito

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1000000 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 170.000,00

Unidade Orçamentária: 02 – Gabinete do Vice Prefeito

Funcional programática: 0004.0122.0004

Atividade: 2.003 – Manutenção das atividades do Gabinete do Vice Prefeito

Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1000000 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 1.000,00

Unidade Orçamentária: 04 – Departamento de Controle Interno

Funcional programática: 0004.0124.0004

Atividade: 2.006 – Manutenção das atividades do Controle Interno

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1000000 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 10.000,00

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1000000 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 3.190,00

Órgão: 04 – Secretaria Municipal da Fazenda

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria Municipal da Fazenda

Funcional programática: 0004.00123.0004

Projeto: 1.004 – Modernização da Administração Tributária

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1000000 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 3.000,00

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1000000 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 3.000,00

Órgão: 06 – Secretaria Municipal Transportes, Obras e Serviços Públicos

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria Municipal Transportes, Obras e Serviços Públicos

Funcional programática: 0015.451.0005

Projeto: 1.007 – Ampliação e Reforma do Cemitério Municipal

Modalidade de Aplicação: 4.5.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1000000 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 6.965,40

Projeto: 1.008 – Construção de Praças e Instalação de Parques

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1000000 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 10.000,00

Projeto: 1.010 – Desapropriação de Imóveis

Modalidade de Aplicação: 4.5.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1000000 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 90.000,00

Projeto: 1.035 – Obras de Infraestrutura Turística

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1000000 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 4.500,00

Atividade: 2.013 – Apoio a Pavimentação Comunitária

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1000000 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 50.000,00

Atividade: 2.016 – Conservação do Patrimônio Público Municipal

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1000000 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 10.000,00

Órgão: 07 – Secretaria Pesca e Aquicultura

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria Pesca e Aquicultura

Funcional programática: 0020.0606.0006

Projeto: 1.012 – Construção de Molhe no Rio Santa Luzia

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1000000 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 5.000,00

Projeto: 1.013 – Construção de Galpão para Puxada de Barcos Artesanais

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1000000 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 5.000,00

Projeto: 1.014 – Construção de Trapiche Municipal

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1000000 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 5.000,00

Órgão: 09 – Fundo Municipal Desenvolvimento Rural e Pesqueiro

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal Desenvolvimento Rural e Pesqueiro

Funcional programática: 0020.0606.0006

Atividade: 2.019 – Aplicação dos recursos do Fundo na Pesca e Aquicultura

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1000000 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 500,00

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1000000 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 500,00

Atividade: 2.020 – Aplicação dos recursos do Fundo na Agricultura e Pecuária

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor: R\$ 500,00

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1000000 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 500,00

Atividade: 2.021 – Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural e Pesqueiro

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1000000 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 5.000,00

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1000000 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 1.000,00

Órgão: 10 – Fundo Municipal de Saneamento Ambiental

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saneamento Ambiental

Funcional programática: 0017.0512.0010

Projeto: 1.015 – Obras de Saneamento Básico no Município

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1000000 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 10.000,00

Atividade: 2.022 – Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1000000 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 5.000,00

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 1000000 – Recursos Ordinários  
Valor: R\$ 10.000,00

Órgão: 11 – Fundo Municipal de Segurança Pública  
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Segurança Pública  
Funcional programática: 0006.0182.0007  
Atividade: 2.023 – Manutenção das atividades da Guarda Municipal  
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 1000000 – Recursos Ordinários  
Valor: R\$ 500,00  
Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 1000000 – Recursos Ordinários  
Valor: R\$ 500,00  
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 1000000 – Recursos Ordinários  
Valor: R\$ 5.000,00  
Funcional programática: 0014.0422.0007  
Atividade: 2.030 – Manutenção das atividades da Junta de Serviço Militar  
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 1000000 – Recursos Ordinários  
Valor: R\$10.000,00

Órgão: 12 – Fundo Municipal de Habitação Popular  
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Habitação Popular  
Funcional programática: 0016.0482.0009  
Atividade: 2.031 – Manutenção do Fundo Municipal de Habitação Popular  
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 1000000 – Recursos Ordinários  
Valor: R\$ 500,00  
Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 1000000 – Recursos Ordinários  
Valor: R\$ 500,00  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 1000000 – Recursos Ordinários  
Valor: R\$ 1.000,00  
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 1000000 – Recursos Ordinários  
Valor: R\$ 1.000,00

Órgão: 15 – Fundo Municipal de Educação  
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Educação  
Funcional programática: 0012.0361.0011  
Projeto: 1.018 – Aquisição de Imóvel para o Ensino Fundamental  
Modalidade de Aplicação: 4.5.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 1010100 – Receitas e Transferências de Impostos - Educação  
Valor: R\$ 10.000,00  
Atividade: 2.037 – Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Educação  
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 1010100 – Receitas e Transferências de Impostos - Educação  
Valor: R\$ 600.000,00  
Funcional programática: 0012.0365.0011  
Projeto: 1.024 – Ampliação e Reforma de Unidades Escolares da Educação Infantil  
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 1010100 – Receitas e Transferências de Impostos - Educação  
Valor: R\$ 20.000,00

Órgão: 16 – Fundo Municipal de Saúde  
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde  
Funcional programática: 0010.0301.0018  
Projeto: 1.025 – Construção de Unidades Básica de Saúde  
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 1020200 – Receitas e Transferências de Impostos - Saúde  
Valor: R\$ 533.260,50  
Projeto: 1.026 – Ampliação e Reforma de Unidades Básicas de Saúde  
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 1020200 – Receitas e Transferências de Impostos - Saúde  
Valor: R\$ 50.000,00  
Projeto: 1.027 – Aquisição de Veículos para a Saúde

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 1020200 – Receitas e Transferências de Impostos - Saúde  
Valor: R\$ 10.000,00  
Funcional programática: 0010.0302.0018  
Atividade: 2.055 – Manutenção das atividades de média e alta complexidade na Saúde  
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 1020200 – Receitas e Transferências de Impostos - Saúde  
Valor: R\$ 450.000,00  
Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00 – Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos  
Fonte de Recurso: 1020200 – Receitas e Transferências de Impostos - Saúde  
Valor: R\$ 60.000,00

Órgão: 17 – Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social  
Funcional programática: 0008.0241.00020  
Projeto: 1.030 – Ampliação e Reforma do Centro de Convivência dos Idosos  
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 1000000 – Recursos Ordinários  
Valor: R\$ 1.000,00  
Atividade: 2.071 – Manutenção das atividades de Proteção social ao idoso  
Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00 – Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos  
Fonte de Recurso: 1000000 – Recursos Ordinários  
Valor: R\$ 5.000,00  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações diretas  
Fonte de Recurso: 1000000 – Recursos Ordinários  
Valor: R\$ 13.000,00  
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações diretas  
Fonte de Recurso: 1000000 – Recursos Ordinários  
Valor: R\$ 4.000,00  
Funcional programática: 0008.0244.0015  
Atividade: 2.075 – Apoio ao Ensino Profissionalizante  
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações diretas  
Fonte de Recurso: 1000000 – Recursos Ordinários  
Valor: R\$ 1.000,00  
Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00 – Aplicações diretas  
Fonte de Recurso: 1000000 – Recursos Ordinários  
Valor: R\$ 100,00  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações diretas  
Fonte de Recurso: 1000000 – Recursos Ordinários  
Valor: R\$ 5.000,00  
Funcional programática: 0008.0243.0017  
Atividade: 2.102 – Manutenção e Funcionamento do Conselho Tutelar  
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações diretas  
Fonte de Recurso: 1000000 – Recursos Ordinários  
Valor: R\$ 4.000,00

Órgão: 19 – Fundação Municipal de Esportes  
Unidade Orçamentária: 01 – Fundação Municipal de Esportes  
Funcional programática: 0027.0812.0022  
Projeto: 1.031 – Ampliação e Reforma de Unidades Esportivas  
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 1000000 – Recursos Ordinários  
Valor: R\$ 20.000,00  
Atividade: 2.080 – Apoio e Realização de eventos esportivos  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 1000000 – Recursos Ordinários  
Valor: R\$ 15.000,00

Órgão: 22 – Fundação Municipal do Meio Ambiente  
Unidade Orçamentária: 01 – Fundação Municipal do Meio Ambiente  
Funcional programática: 0018.0541.0025  
Projeto: 1.036 – Construção de Molhe e Desassoramento do Rio Rebelo  
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 1000000 – Recursos Ordinários  
Valor: R\$ 5.000,00  
Projeto: 1.038 – Revitalização do Parque Municipal Lagoa do Perequê  
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 1000000 – Recursos Ordinários  
Valor: R\$ 5.000,00

Atividade: 2.100 – Manutenção da APA do Araça  
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 1000000 – Recursos Ordinários  
Valor: R\$ 10.000,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 21 dias do mês de agosto de 2019.  
EMERSON LUCIANO STEIN  
PREFEITO

## **LEI MUNICIPAL Nº 2803, DE 21 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2131218

LEI MUNICIPAL Nº 2803, DE 21 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre os benefícios funcionais aos empregados públicos do Programa Estratégia Saúde da Família - ESF, constante da Lei Municipal nº 1.493, de 24 de janeiro de 2007.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os benefícios funcionais destinadas aos ocupantes dos cargos de emprego público constantes da Lei Municipal nº 1.493, de 24 de janeiro de 2007 e suas respectivas alterações.

Das licenças

Art. 2º Fica assegurado, a partir da publicação desta Lei, aos empregados públicos do Programa Estratégia Saúde da Família - ESF, aprovados através de concurso público, os seguintes benefícios funcionais:

- I - licença por motivo de doença em pessoa da família;
- II - licença por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro;
- III - licença para serviço militar;
- IV - licença para atividade política;
- V - licença para tratar de interesses particulares;
- VI - licença para desempenho de mandato classista;
- VII - licença maternidade e paternidade;
- VIII - licença para afastamento para estudo ou missão no exterior ou curso de especialização, mestrado ou doutorado com carga horária diferenciada;
- IX - Licença Prêmio

Da Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

Art. 3º Poderá ser concedida licença ao empregado público por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, padrasto ou madrasta, ascendente ou descendente, mediante avaliação da Junta Médica Oficial.

§ 1º A licença será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo.

§ 2º A licença será concedida, sem prejuízo da remuneração do cargo, em até 30 (trinta) dias, mediante avaliação da Junta Médica Oficial, e, excedendo este prazo, sem remuneração, pelo período máximo de 1 (um) ano.

Da Licença por Motivo de Afastamento do Cônjuge ou Companheiro

Art. 4º Poderá ser concedida licença ao empregado público para acompanhar cônjuge ou companheiro que foi deslocado para outro ponto do território nacional, para o exterior ou para o exercício de mandato eletivo por Poderes Executivo ou Legislativo.

§ 1º A licença será pelo prazo de até 36 (trinta e seis) meses, podendo ser prorrogada por até 24 (vinte e quatro) meses, desde que requerida até 30 (trinta) dias antes do término do período inicial.

§ 2º Ultrapassados os referidos prazos, ou não requerida a prorrogação prevista no parágrafo anterior, poderá ser considerado abandono do cargo, mediante apuração em processo administrativo assegurado o direito de ampla defesa e contraditório ao empregado.

§ 3º A licença prevista neste artigo não será remunerada.

Da Licença para Serviço Militar

Art. 5º Ao empregado convocado para o serviço militar será concedida licença, na forma e condições previstas na legislação específica.

Parágrafo único. Concluído o serviço militar, o servidor terá 30 (trinta) dias, sem remuneração, para reassumir o exercício do cargo.

#### Da Licença para Atividade Política

Art. 6º O empregado escolhido em convenção como candidato a cargo eletivo para o Legislativo ou Executivo Municipais, fará jus à licença a partir do registro da candidatura na Justiça Eleitoral até 3 (três) dias após a data das eleições, com a remuneração do cargo efetivo.

Parágrafo único. Caso a legislação federal exija prazo maior de desincompatibilização ou afastamento do cargo, prevalecerá o prazo exigido na Lei Federal, com a remuneração referida neste artigo.

Art. 7º Para o exercício de cargo eletivo poderá ser concedida licença, desde que haja incompatibilidade de horário para o exercício simultâneo, porém sem remuneração.

Parágrafo único. Decorridos 60 (sessenta) dias do término ou renúncia ou ainda extinção de mandato eletivo, sem que o empregado reassuma o exercício do cargo efetivo, poderá ser considerado como abandono, mediante apuração em processo administrativo assegurado o direito de ampla defesa e contraditório ao empregado.

#### Da Licença para Tratar de Interesses Particulares

Art. 8º A critério da Administração, poderá ser concedida ao empregado público, após o cumprimento do período de estágio probatório, licença para o trato de assuntos particulares, pelo prazo de até 2 (dois) anos consecutivos, sem remuneração.

§ 1º A licença poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido do empregado ou no interesse do serviço.

§ 2º Poderá ser renovada ou concedida nova licença ao empregado que não completou 2 (dois) anos de licença em períodos somados.

§ 3º O empregado que possuir 2 (dois) anos de licença, em sequência ou não, só poderá requerer nova licença após o transcurso de 2 (anos) anos do término da última licença.

#### Da Licença para Desempenho de Mandato Classista

Art. 9º É assegurado ao empregado o direito à licença para o desempenho de Mandato de Presidente de Sindicato ou Associação de Classe de Servidores Municipais, com a remuneração do cargo pelo prazo de duração do mandato, vedada a prorrogação.

#### Da Licença Maternidade e Paternidade

Art. 10. Será concedida licença à empregada gestante, por 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração.

§ 1º A licença terá início no primeiro dia do 9º mês de gestação, salvo antecipação por prescrição médica.

§ 2º No caso de nascimento prematuro, a licença terá início a partir do parto.

§ 3º No caso de natimorto, decorridos 30 (trinta) dias do evento, a empregada será submetida a exame médico e, se julgada apta, reassumirá o exercício.

§ 4º No caso de aborto, atestado por médico oficial, a empregada terá direito a 30 (trinta) dias de repouso remunerado.

Art. 11. A empregada que adotar ou obtiver guarda judicial de criança de até 1 (um) ano de idade serão concedidos 180 (cento e oitenta) dias de licença remunerada, para ajustamento do adotado ao novo lar.

Art. 12. Pelo nascimento de filho, o empregado pai, terá direito à licença-paternidade de 5 (cinco) dias consecutivos.

Art. 13. Para amamentar o próprio filho, até a idade de 6 (seis) meses, a empregada terá direito, durante a jornada de trabalho, a 1 (uma) hora, que poderá ser parcelada em dois períodos de meia hora.

#### Da Licença para Afastamento para Estudo ou Missão no Exterior ou Curso de Especialização, Mestrado ou Doutorado com carga horária diferenciada

Art. 14. O empregado não poderá ausentar-se do Município para estudo ou missão oficial no exterior, sem a autorização do Chefe do Poder Executivo.

§ 1º A ausência não excederá a 4 (quatro) anos, e, finda a missão ou estudo, somente decorrido igual período será permitida nova ausência.

§ 2º A licença será sem remuneração.

Art. 15. No caso de cursos de especialização, mestrado ou doutorado, cuja carga horária seja incompatível com o horário de serviço do empregado, poderá o empregado ausentar-se do Município para estudo, desde que autorizado pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 1º No caso de haver incompatibilidade de horário do curso com o exercício da função, poderá o empregado requerer a compensação ou



a readequação da carga horária, com a respectiva adequação salarial, devendo ser observado sempre o interesse público.

§ 2º No caso de incompatibilidade total com a função a ausência será sem remuneração.

§ 3º A comprovação do afastamento total ou parcial deverá ser feita mensalmente junto à Secretaria de Saúde.

#### Da Licença-Prêmio

Art. 16. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder a Licença-Prêmio aos empregados públicos do Programa Estratégia Saúde da Família - ESF, constante da Lei Municipal nº 1.493, de 24 de janeiro de 2007.

Art. 17. É direito concedido ao empregado gozar 90 (noventa) dias de licença remunerada na forma de prêmio, a cada 05 (cinco) anos trabalhados no respectivo cargo, sendo que a contagem do tempo de serviço para a referida licença iniciará a partir da publicação da presente Lei.

§ 1º A solicitação da licença deverá ser requerida junto à Secretaria Municipal de Saúde.

§ 2º A pedido do empregado a licença prêmio poderá ser concedida obedecendo aos seguintes critérios:

I - O número de servidores ou empregados em gozo simultâneo de;

II - A licença será determinada pela Secretaria Municipal de Administração, que levará em consideração o interesse do serviço público e a conveniência;

III - Poderá ser acumulada pelo empregado até 02 (duas) licenças-prêmio;

IV - A licença-prêmio poderá ser gozada por inteiro ou parceladamente, em período igual e não inferior a 1 (um) mês, a pedido do empregado e atendido o interesse da Administração Pública.

§ 3º O Município terá o prazo máximo de 12 (doze) meses para conceder o referido benefício, contados a partir do protocolo do pedido.

§ 4º A contagem do tempo de serviço para este benefício será:

I - Interrompido quando o empregado sofrer pena de suspensão por mais de 10 (dez) dias, sendo reiniciada nova contagem a partir do primeiro dia do retorno ao trabalho.

II - Suspenso quando o empregado estiver afastado nos casos abaixo elencados:

a) Licença para tratamento de saúde do próprio servidor ou pessoa da família;

b) Licença para repouso à gestante e licença paternidade;

c) Licença para o serviço militar;

d) Licença para tratar de interesses particulares;

e) Afastamento para exercício de mandato eletivo;

f) Afastamento para participação em competição desportiva nacional, estadual ou regional ou convocação para integrar representação desportiva no exterior;

g) Afastamento para exercício de cargo em comissão ou equivalente, em órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal ou de outros Municípios; ou,

h) Para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou, com o qual coopera.

Art. 18. A tabela abaixo relaciona os empregos públicos que poderão valer-se dos benefícios constantes desta Lei.

CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	CLASSE/ REFERÊNCIA	VAGAS
Cirurgião Dentista	40 horas	EPT/06	09
Enfermeiro PSF	40 horas	EPT/05	09
Técnico em enfermagem	40 horas	EPT/04	09
Médico Clínico Geral	40 horas	EPT/07	09
Técnico de Higiene Bucal	40 horas	EPT/03	09
Auxiliar de Cirurgião Dentista	40 horas	EPT/02	09

Art. 19. As despesas decorrentes com a presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias vigentes.

Art. 20. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 21 dias do mês de agosto de 2019.

EMERSON LUCIANO STEIN  
PREFEITO



# Porto União

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO - 132/2019

Publicação Nº 2130851

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO 132/2019

Concurso Público Municipal nº. 001/2018

ELISEU MIBACH, Prefeito Municipal de Porto União – SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA o (a) candidato (a) abaixo relacionado (a), APROVADO (a) no Concurso Público Municipal nº 001/2018 a comparecer junto a Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do dia 22/08/2019 a 28/08/2019, no horário das 13:00 às 17:30 horas, de segunda a sexta feira, para apresentar FOTOCÓPIA e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no item 2.5 do Edital 001/2018, para investidura em cargo público:

- 01 (uma) fotografia 3x4, recente;
  - Certidão Nascimento, Casamento ou União Estável;
  - Carteira de Identidade;
  - Carteira de Trabalho;
  - Comprovante do PIS/PASEP
  - Cadastro de Pessoa Física – CPF e comprovante de regularidade emitido via internet pela Receita Federal do Brasil;
  - Título de Eleitor;
  - Certidão relativa à quitação eleitoral emitida via internet;
  - Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
  - Carteira Nacional de Habilitação (se assim o cargo exigir);
  - Certidões Negativas Cíveis expedidas pelo Poder Judiciário de Santa Catarina, uma via do Sistema Eproc e uma via do Sistema SAJ/SG5;
  - Certidão Negativa Criminal expedida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
  - Certidão Negativa Cível e Criminal pelo Poder Judiciário Federal;
  - Comprovante de residência atualizado;
  - Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
  - Certificado de Especialização, se for o caso; (fotocopia)
  - Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso;
  - Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos e CPF dos mesmos;
  - Declaração de bens ou cópia da declaração do Imposto de Renda (modelo CRH\*);
  - Declaração de não possuir acúmulo de cargo, função, emprego público ou aposentadoria exceto os previstos em Lei (modelo CRH\*);
  - Declaração de "Ficha Limpa" (Lei Municipal nº 4.094/2013) (modelo CRH\*);
  - Declaração de dependentes para fins de Declaração de Imposto de Renda (modelo CRH\*);
  - Declaração de não ter sofrido penalidades no serviço público (modelo CRH\*);
  - Declaração de não ter sido demitido do serviço público federal, estadual ou municipal nos últimos 05 (cinco) anos (modelo CRH\*);
  - Conta Salário em instituição financeira indicada pelo Município;
- \* Modelo CRH – São modelos de documentação gerados pela Chefia de Recursos Humanos mediante a apresentação dos demais documentos.

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 2.5.21 do Edital 001/2018, o (a) candidato (a) deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo.

Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

CARGO: AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS NÍVEL 02

NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
DANIEL ANDRE DE SOUZA	40º		

Porto União (SC), 21 de agosto de 2019.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 115/2019 - MULTIENTIDADE

Publicação Nº 2131171

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 159/2019 – MULTIENTIDADE.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 115/2019 – Com Cota Exclusiva – ME – EPP – MEI.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial para a AQUISIÇÃO DE PARQUE INFANTIL ADAPTADO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA CONFORME ABNT

NBR 9050 E PARQUE INFANTIL, BALANÇA, CARROSSEL E GANGORRA. O recebimento dos envelopes se dará até às 09h00min do dia 04 de setembro de 2019 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br). Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [liciteportouniao@yahoo.com.br](mailto:liciteportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 21 de agosto de 2019.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

## PORTARIA Nº 041/2019

Publicação Nº 2130693

PORTARIA Nº 041, de 20 de agosto de 2019.

Dispõe sobre nomeação de Comissão Especial para os fins que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município,

### RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Especial, com a finalidade específica de acompanhar as pesagens decorrentes do Contrato de Prestação de Serviços nº 113/2015, no concernente à coleta regular e transporte de resíduos sólidos urbanos, sem ônus ao Município relativo à gratificação prevista no Art. 105 da Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994.

Art. 2º Designar como membros da Comissão:

I- Rudi Mauri Feix Júnior – Matrícula 2051701;

II- Ludgeron Marcos Ilchechen – Matrícula 2123001;

III- Caíque Orloski – Matrícula 2165801;

IV- Willian Eduardo Venâncio – Matrícula 2121401;

V- Jeferson Wilkosz – Matrícula 2133002.

Art. 3º Os servidores nomeados no artigo precedente ficam autorizados, no interesse do serviço público e no exercício das atribuições a que foram designados, a dirigir os veículos oficiais, sendo de sua responsabilidade qualquer ônus decorrente de ato culposo ou doloso que venha a cometer na condução do veículo oficial, estando sujeito ao devido ressarcimento ao Erário.

Parágrafo único. As normas do Código de Trânsito Brasileiro devem ser rigorosamente observadas pelo condutor do veículo oficial.

Art. 4º Quando o servidor estiver à disposição do município, procedendo ao acompanhamento das pesagens de que trata o Artigo 1º fora do horário de expediente estabelecido no Decreto nº 024, de 11 de janeiro de 2017, inclusive em horário noturno e durante a madrugada, fica desde já autorizado a dirigir-se com o veículo oficial até a sua residência, onde o mesmo poderá pernoitar.

Parágrafo único. Visando o bom andamento dos trabalhos relativos ao controle da frota de veículos desta municipalidade torna-se obrigatório o devido preenchimento do "Diário de Bordo".

Art. 5º Revogam-se a Portaria nº 091, de 23 de novembro de 2018, e as demais disposições em contrário.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 20 de agosto de 2019.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF

Secretário Municipal de Administração e Esporte

## PORTARIA Nº 042/2019

Publicação Nº 2130695

PORTARIA Nº 042, de 20 de agosto de 2019.

Altera o Inciso I, alínea "b" do Artigo 1º da Portaria nº 001, de 14 de janeiro de 2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, "c" da Lei Orgânica do Município, combinado com o Artigo 3º, Inciso IV, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

### RESOLVE:

Art. 1º Altera o Inciso I, alínea "b" do Artigo 1º da Portaria nº 001, de 14 de janeiro de 2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)

I- (...)

a) (...)

- b) (...)  
- Vanessa Nalon dos Santos – Matrícula 2061101  
- Cássia Nalon Conte – Matrícula 2054501  
c) (...)

II (...)  
III (...)  
IV- (...)  
Parágrafo único (...)"

Art. 2º As demais disposições constantes da Portaria nº 001, de 14 de janeiro de 2019, permanecem inalteradas.

Art. 3º Revoga a Portaria nº 012, de 21 de fevereiro de 2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 20 de agosto de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

---

## CÂMARA MUNICIPAL

---

### PORTARIA Nº 30/2019

Publicação Nº 2130845

PORTARIA Nº 30/2019

O Presidente da Câmara Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, no uso das prerrogativas que lhes são conferidas pelo artigo 39, inciso XXIX do Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Patrícia Naiara dos Santos, investida no Cargo em Comissão de Assessor Parlamentar 10 (dez) dias de abono pecuniário mais 1/3 de férias adquiridas no período aquisitivo de 01/02/2017 à 31/01/2018, em conformidade com o insculpido no Artigo 25 da Lei Municipal nº 3.048/2005.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação.

Porto União - SC, 20 de agosto de 2019.  
Carlos Roderlei Pinto  
Presidente da Câmara Municipal de Porto União

# Pouso Redondo

## PREFEITURA

**LEI COMPLEMENTAR Nº 003/2019 de 20/08/2019 Autoriza o Poder Executivo Municipal a constituir créditos tributários e estabelecer, por meio de atos administrativos, as medidas necessárias à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativa às obras que especifica.**

Publicação Nº 2130508

LEI COMPLEMENTAR Nº 003/2019 de 20/08/2019

Autoriza o Poder Executivo Municipal a constituir créditos tributários e estabelecer, por meio de atos administrativos, as medidas necessárias à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativa às obras que especifica.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

### Capítulo I

#### Das Disposições Preliminares

Art. 1º - O Poder Executivo Municipal constituirá os créditos tributários relativos a Contribuição de Melhoria pela valorização imobiliária decorrente de obras executadas em regime de parceria, tendo como limite total as despesas públicas realizadas e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel beneficiado que não tenha aderido ao regime de parceria, compreendendo a obra de pavimentação realizada na Rua Augusto Siewerdt, Bairro Boa Vista, a qual compreende a execução de drenagem pluvial, sinalização viária e pavimentação asfáltica.

Parágrafo Único: O custo público total/orçamento estimado no que se refere a consecução da obra do referido projeto, corresponde à quantia de R\$ 362.360,93 (Trezentos e sessenta e dois mil, trezentos e sessenta reais e noventa e três centavos), sendo que caberá aos moradores a absorção do montante de R\$ 147.731,76 (Cento e quarenta e sete mil, setecentos e trinta e um reais e setenta e seis centavos), correspondente aos (itens 2.1.3, 3.2 e 3.3 da planilha de orçamento em anexo).

Art. 2º - O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra, que não tenha aderido ao regime de parceria para pavimentação da via.

§ 1º - Consideram-se, também, influenciados pela obra, os bens imóveis que tenham acesso, à via ou logradouro beneficiado pela pavimentação, por passagens particulares, servidões de passagem e outros assemelhados.

§ 2º - Os bens indivisos serão lançados em nome de qualquer um dos titulares, a quem caberá o direito de exigir dos demais as parcelas que lhes couberem.

§ 3º - Na hipótese de haver condomínio, o tributo será lançado em nome de todos os condôminos que serão responsáveis na proporção de suas cotas.

Art. 3º - Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

Art. 4º - O Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração dos atos administrativos que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei Complementar.

Art. 5º - A contribuição de melhoria tem como fato gerador o acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras realizadas pelo Poder Executivo Municipal, conforme abrangência definida no art. 2º desta lei.

§ 1º - A base de cálculo da contribuição de melhoria é a valorização do imóvel gerado pela obra realizada, deduzido o fator de absorção do Município, se houver.

§ 2º - A apuração da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando o valor apurado pela valorização dos imóveis em cada zona de influência, considerando sua testada, área, finalidade de exploração econômica e outros elementos, isolados ou conjuntamente, limitado o valor ao custo público da obra, excetuadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização, desapropriações e outras pertinentes às obras.

§ 3º - Correrão por conta do Município as quotas relativas aos imóveis de seu patrimônio.

### Capítulo II

#### Dos Atos Preparatórios

Art. 6º - A administração municipal divulgará, mediante edital prévio, lista de todos os imóveis beneficiados (excluídos os aderentes da pavimentação pelo regime de parceria, com base na Lei Complementar nº 006/2017, regulamentado pelo Decreto nº 024/2018, que integram a zona de influência da respectiva obra, acompanhado de planta da área com a identificação dos imóveis, memorial descritivo do projeto, orçamento detalhado de seu custo e determinação da parcela do custo público das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados que não aderiram ao regime de parceria.

Art. 7º - A Administração Municipal fixará o valor imobiliário dos imóveis que se encontram dentro da zona de influência da obra e não aderiram ao regime de parceria para pavimentação.

§ 1º - As avaliações dos imóveis, prévia e posterior à realização da obra, serão efetivadas, por Comissão destinada a este fim, independentemente dos valores que constarem no cadastro municipal, sem prejuízo de sua utilização se estiver atualizado de acordo com o valor de mercado.

§ 2º - A Comissão que trata o parágrafo anterior será composta por, no mínimo, quatro membros, designados pelo Chefe do Executivo Municipal através de Decreto, dentre os quais deverão figurar, obrigatoriamente, um corretor de imóveis e um engenheiro civil.

Art. 8º - O cálculo para avaliação inicial deverá ser realizado considerando os seguintes fatores:

I - Fator de valorização (Fv) – posição geográfica do imóvel;

II - Fator de medidas (Fm) – relação entre a testada e profundidade do terreno (área);

III - Fator gleba (Fg) – correção de distorções relacionadas aos dimensionamentos acima ou abaixo da média dos imóveis;

§ 1º - O valor médio do metro quadrado (VM) da zona de influência será apurado com dados do mercado imobiliário local ou outras fontes.

Art. 9º - Os proprietários de imóveis situados nas zonas beneficiadas pela obra, que não aderiram ao regime de parceria, têm o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação do Edital, para a impugnação de qualquer dos elementos dele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

§ 1º - A impugnação deverá ser dirigida à Secretaria de Administração e Fazenda, através de petição protocolada e fundamentada, nos termos da legislação tributária municipal vigente.

§ 2º - Os requerimentos de impugnação, como também quaisquer recursos administrativos não suspendem o início ou prosseguimento das obras.

### Capítulo III

#### Dos Atos Posteriores à Execução da Obra

Art. 10 - Após a conclusão da obra, a administração municipal, através de Comissão designada para este fim, realizará nova avaliação dos imóveis inseridos na zona de influência da obra que não aderiram ao regime de parceria, apurando o valor de cada imóvel após a execução da mesma, a fim de estabelecer o diferencial de valorização, assim entendido como sendo a diferença entre o valor anterior à obra e posterior à obra.

Parágrafo Único: Os valores obtidos nas avaliações, antes e depois da execução das obras, serão considerados para efeito da observância dos limites individuais da cobrança da contribuição de melhoria, que não poderá ser superior ao limite de valorização individual de cada imóvel.

Art. 11 - O cálculo para avaliação final deverá ser realizado considerando os seguintes fatores:

I - Fator de valorização (Fv) – posição geográfica do imóvel;

II - Fator de medidas (Fm) – relação entre a testada e profundidade do terreno (área);

III - Fator gleba (Fg) – correção de distorções relacionadas aos dimensionamentos acima ou abaixo da média dos imóveis;

IV - Fator calçada (Fc) – quando a obra realiza a pavimentação do passeio público.

§ 1º - O valor médio do metro quadrado (VM) da zona de influência será apurado após a realização da obra com dados do mercado imobiliário local ou outras fontes.

§ 2º - A valorização do imóvel individualizado (VI) será apurada pela diferença entre valor posterior (VP) e o valor anterior à obra (VA):

$$VI = VP - VA$$

Art. 12 - O cálculo para efetivo lançamento de Contribuição de Melhoria tem como limite total a despesa pública realizada com a execução da obra e como limite individual o acréscimo do valor que a obra resultar para cada imóvel, que deverá ser rateado entre os imóveis por ela beneficiados que não aderiram ao regime de parceria, proporcionalmente ao custo público da obra a ser absorvido pelo contribuinte e em função de fatores individuais de valorização.

§ 1º - A valorização do imóvel individualizado (VI) será dividida pelo valor apurado da soma de todas as valorizações dos imóveis individualizados da zona influência (VI total), resultando no percentual individual de valorização (PVI):

$$PVI = VI \div VI \text{ total}$$

§ 2º - O valor de rateio (VR) será o custo público da obra, descontado eventual fator de absorção do Município proporcionalizado, se houver, multiplicado pelo percentual individual de valorização:

$$VR = (\text{custo público da obra} - \text{fator de absorção}) \times PVI$$

Art. 13 - O Edital de Lançamento da Contribuição de Melhoria será publicado, após a execução das obras, contendo, entre outros, os seguintes elementos:

I - demonstrativos de custos e valorização de cada imóvel;

II - valor da Contribuição de Melhoria lançada;

III - prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;

IV - prazo para a impugnação;

V - forma de pagamento.

§ 1º - Os contribuintes terão o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação do Edital, para promover a impugnação de qualquer dos elementos dele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

§ 2º - A impugnação deverá ser dirigida à Secretaria de Administração e Fazenda, através de petição protocolada, devidamente fundamentada, nos termos da legislação tributária municipal vigente.

§ 3º - A impugnação, como também quaisquer recursos administrativos não terão efeito de obstar à administração a prática dos atos necessários ao lançamento e cobrança da contribuição de melhoria.

Art. 14 - O lançamento e cobrança da contribuição de melhoria poderão ser efetuados em relação a parcelas concluídas da obra.

§ 1º - A conclusão parcial das obras poderá ensejar o lançamento e cobrança do tributo em relação aos imóveis cuja obra tenha alcançado integralmente a respectiva testada.

§ 2º - O limite total da contribuição de melhoria, para efeito deste artigo, corresponde ao custo para a conclusão do respectivo trecho da obra.

§ 3º - Após a conclusão total da obra inicialmente projetada, caberá a administração municipal promover os cálculos da contribuição devida, devendo promover a imediata devolução do montante excedente se já houver sido paga, abater o valor nas parcelas pendentes ou promover o lançamento e cobrança do valor eventualmente faltante.

#### Capítulo IV

##### Do Lançamento e Arrecadação da Contribuição de Melhoria

Art. 15 - A Contribuição de Melhoria será lançada em nome do sujeito passivo, com base nos dados constantes do Cadastro Imobiliário, aplicando-se, no que couber, as normas estabelecidas para os Impostos Predial e Territorial Urbano.

Art. 16 - Além da notificação de lançamento por edital, a administração municipal, a seu critério, poderá notificar o sujeito passivo quanto ao lançamento da Contribuição de Melhoria pela entrega do aviso, no local do imóvel.

Parágrafo Único: No caso de terreno não edificado, a notificação far-se-á pela entrega do aviso no local para esse fim indicado pelo sujeito passivo, para efeito de lançamento do Imposto Territorial Urbano.

Art. 17 - O pagamento da contribuição de melhoria poderá ser feito à vista, com 10% (dez por cento) de desconto, ou parcelado, de acordo com o disposto no Art. 408, do Código Tributário Municipal – Lei Complementar nº 005, de 08 de dezembro de 2009.

Art. 18 - A falta de pagamento da Contribuição de Melhoria, nos prazos regulamentares, implicará na cobrança de:

I - atualização monetária do principal, conforme Art. 56, I, da Lei Complementar nº 005, de 08 de dezembro de 2009;

II - juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, conforme Art. 56, II, da Lei Complementar nº 005, de 08 de dezembro de 2009;

III - multa, sobre o valor atualizado, graduada em até 10% (dez por cento), na forma do Art. 56, III, da Lei Complementar nº 005, de 08 de dezembro de 2009.

#### Capítulo V

##### Das Disposições Finais

Art. 19 - Aplicam-se aos atos e fatos abrangidos por esta Lei Complementar as demais disposições da legislação tributária municipal, naquilo que for omissa e desde que não explicitamente contrárias.

Art. 20 - Esta Lei Complementar entra em vigor a partir de sua publicação.

Pouso Redondo, 20 de agosto de 2019.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal



# Presidente Getúlio

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 132/2019

Publicação Nº 2130946

DECRETO Nº. 132/2019

CRIA GRUPO ESPECIAL DE TRABALHO PARA MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL - GEMAT DISPÕE SOBRE SUAS ATRIBUIÇÕES e dá outras providências.

O PREFEITO DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, de acordo com a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado o Grupo Especial de Trabalho para Modernização da Administração Tributária Municipal - GEMAT, com a finalidade de coordenar todas as ações relacionadas ao desenvolvimento de medidas voltadas ao aperfeiçoamento das capacidades normativa, organizacional, operacional e tecnológica da Administração Tributária Municipal, sendo constituído pelos seguintes membros:

- I – Clóvis Wolnei Pauli – matrícula n. 20;
- II – Cleber Roger Klaumann – matrícula n. 77984;
- III – Rubens Toewe Jr. – matrícula n. 784;
- IV – Larissa Kiara Pavanello – matrícula n. 675954;
- V – Gabriela Wollinger Arns – matrícula n. 647950;
- VI – Elisiane Ignes Braatz – matrícula n. 1079;

Art. 2º - O Grupo Especial de Trabalho, como responsável pela coordenação das ações modernizadoras da área de Administração Tributária, terá as seguintes atribuições específicas:

I – Identificar e selecionar os principais problemas, e suas causas, existentes na Administração Tributária do município e que vêm limitando a exploração eficiente do seu potencial de receita, nas seguintes áreas e interseções:

- a) Organização e gestão;
- b) Legislação tributária;
- c) Cadastros fiscais;
- d) Lançamento e arrecadação dos tributos;
- e) Cobrança amigável e judiciária;
- f) Acompanhar, autorizar e fiscalização a aplicação dos recursos do PMAT;
- g) Anistias e isenções;
- h) Estudos econômico-tributários;
- i) Atendimento ao contribuinte;
- j) Sistema e tecnologia de informação;
- k) Relações intra e interinstitucionais;
- l) Outras áreas correlatas.

II - Propor e detalhar as iniciativas para o enfrentamento e o equacionamento dos problemas identificados, coordenando estudos, levantamentos, a elaboração, implantação e o acompanhamento de medidas internas e de projeto de modernização da administração tributária no BNDES, bem como em outros órgãos oficiais.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogado o Decreto 019/2016, de 02 de fevereiro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., 01 DE AGOSTO DE 2019.

NELSON VIRTUOSO  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº. 133/2019

Publicação Nº 2130950

DECRETO Nº. 133/2019

CRIA DESTINAÇÃO DE RECURSOS E AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO – e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela



Lei Municipal Nº. 3.247/18, de 27 de Novembro de 2018,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar e suplementar por conta do superávit financeiro verificado no final do exercício de 2018, sob a codificação 33400 Transferências de Convênios da União – Outros, a dotação orçamentária a seguir discriminada, no valor de R\$ 15.210,90 (quinze mil, duzentos e dez reais e noventa centavos).

ÓRGÃO	08.01	SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA
FUNÇÃO	20	Agricultura
SUBFUNÇÃO	606	Extensão Rural
PROGRAMA	080	Agricultura Forte
ATIVIDADE	2037	Manutenção da Secretaria da Agricultura
DESPESA	3.3.90	Aplicações Diretas
FONTE DE RECURSO	33400	Transferências de Convênios da União – Outros 15.210,90
TOTAL		15.210,90

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 08 DE AGOSTO DE 2019.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 134/2019**

Publicação Nº 2130954

DECRETO Nº. 134/2019

CRIA DESTINAÇÃO DE RECURSOS E AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº. 3.247/18, de 27 de Novembro de 2018,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar e suplementar por conta do excesso de arrecadação, sob a codificação 13400 - Transferências de Convênios da União – Veículo Agricultura Familiar, a dotação orçamentária a seguir discriminada, no valor de R\$ 1.489,39 (hum mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e trinta e nove centavos).

ÓRGÃO	08.01	SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA
FUNÇÃO	20	Agricultura
SUBFUNÇÃO	606	Extensão Rural
PROGRAMA	080	Agricultura Forte
ATIVIDADE	2037	Manutenção da Secretaria da Agricultura
DESPESA	3.3.90	Aplicações Diretas
FONTE DE RECURSO	13400	Transferências de Convênios da União – Outros 1.489,39
TOTAL		1.489,39

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 08 DE AGOSTO DE 2019.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 135/2019**

Publicação Nº 2130958

DECRETO Nº. 135/2019

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº. 3.247/18, de 27 de Novembro de 2018,

## DECRETA:

Art. 1º. Fica anulada a dotação orçamentária a seguir discriminada:

ÓRGÃO	08.01	SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA
FUNÇÃO	20	Agricultura
SUBFUNÇÃO	606	Extensão Rural
PROGRAMA	080	Agricultura Forte
ATIVIDADE	2037	Manutenção da Secretaria da Agricultura
DESPESA	4.4.90	Aplicações Diretas
FONTE DE RECURSO	33400	Transferências de Convênios da União – Outros 48.080,82
TOTAL		48.080,82

Art. 2º. Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO	08.01	SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA
FUNÇÃO	20	Agricultura
SUBFUNÇÃO	606	Extensão Rural
PROGRAMA	080	Agricultura Forte
ATIVIDADE	2037	Manutenção da Secretaria da Agricultura
DESPESA	3.3.90	Aplicações Diretas
FONTE DE RECURSO	33400	Transferências de Convênios da União – Outros 48.080,82
TOTAL		48.080,82

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 08 DE AGOSTO DE 2019.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

**LEI COMPLEMENTAR Nº. 2.410/2019**

Publicação Nº 2130926

**LEI COMPLEMENTAR Nº. 2.410/2019**

DETERMINA a ALTERAÇÃO de NÍVEL de VENCIMENTO do CARGO de FISCAL de POSTURAS, OBRAS e TRIBUTOS no QUADRO de CARGOS de PROVIMENTO EFETIVO do PLANO de CARREIRA do MUNICÍPIO de PRESIDENTE GETÚLIO-SC., ANEXO I, da Lei Complementar nº. 2.289, de 28/02/2008 e alterações posteriores, e REVOGA a LEI COMPLEMENTAR nº. 2.233, de 08 de novembro de 2004 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a alteração do nível de vencimento do cargo de Fiscal de Posturas, Obras e Tributos, do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, Anexo I da Lei Complementar nº. 2.289/2008, de nível 34 para o nível 55, passando a vigor de acordo com o Anexo I que faz parte integrante da presente lei, mantendo-se inalteradas as demais disposições inerentes ao cargo e ao Plano de Carreira.

Art. 2º Com a alteração do nível de vencimento do cargo de Fiscal de Posturas, Obras e Tributos procedida pela presente lei, o Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, Anexo I, da Lei Complementar nº. 2.289/2008, passa a ser alterado de conformidade com o Anexo I que faz parte integrante da presente lei.

Art. 3º Pela presente, fica revoga a Lei Complementar nº. 2.233, de 08 de novembro de 2004.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor a partir do 1º dia do mês subsequente à sua publicação, revogadas as disposições em contrário e mantidas as demais disposições legais em vigor.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 20 DE AGOSTO DE 2019.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

ANEXO I  
QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	Nº. DE CARGOS CARGOS	NÍVEL DE VENCTO	CLASSES	CARGA HORÁRIA
Agente Administrativo	17	36	A,B,C,D,E,F	35
Agente de Informática	01	40	A,B,C,D,E,F	35
Agente de Licitações	01	40	A,B,C,D,E,F	35
Agente de Serviços Braçais	40	19	A,B,C,D,E,F	44
Agente de Serviços Gerais	65	16	A,B,C,D,E,F	40
Agente Desportivo (em extinção)	01	14	A,B,C,D,E,F	20
Agente Desportivo	02	29	A,B,C,D,E,F	40
Agente Profissional (em extinção)	06	15	A,B,C,D,E,F	44
Arquiteto	01	35	A,B,C,D,E,F	20
Assistente de Saúde	12	17	A,B,C,D,E,F	40
Assistente Social (em extinção)	01	30	A,B,C,D,E,F	20
Assistente Social	03	48	A,B,C,D,E,F	30
Atendente de Serviços Gerais (e.e.)	21	15	A,B,C,D,E,F	40
Auxiliar Administrativo	24	23	A,B,C,D,E,F	35
Cirurgião Dentista	05	61	A,B,C,D,E,F	40
Contador	01	62	A,B,C,D,E,F	35
Ecólogo	01	48	A,B,C,D,E,F	40
Enfermeiro	05	48	A,B,C,D,E,F	40
Engenheiro Agrônomo	01	49	A,B,C,D,E,F	40
Engenheiro Civil	02	37	A,B,C,D,E,F	20
Engenheiro Florestal	01	63	A,B,C,D,E,F	40
Farmacêutico	01	35	A,B,C,D,E,F	20
Fiscal de Posturas, Obras e Tributos	03	55	A,B,C,D,E,F	35
Fiscal Sanitário	02	26	A,B,C,D,E,F	40
Fisioterapeuta	02	35	A,B,C,D,E,F	20
Fonoaudiólogo	01	30	A,B,C,D,E,F	20
Gestor de Contratos	02	48	A,B,C,D,E,F	20
Gestor em Processamentos Contábeis e Administrativos de Recursos Humanos e Administrativos de RH	01	44	A,B,C,D,E,F	35
Mecânico	03	37	A,B,C,D,E,F	44
Médico (em extinção)	02	38	A,B,C,D,E,F	15
Médico de Família	05	78	A,B,C,D,E,F	40
Médico Pediatra	01	50	A,B,C,D,E,F	20
Médico Veterinário	03	51	A,B,C,D,E,F	40
Nutricionista	01	30	A,B,C,D,E,F	20
Nutricionista	01	48	A,B,C,D,E,F	40
Odontólogo (em extinção)	03	33	A,B,C,D,E,F	15
Operador de Máquinas	15	27	A,B,C,D,E,F	44
Operador de Veículos	35	27	A,B,C,D,E,F	44
Procurador do Município	02	53	A,B,C,D,E,F	20
Psicólogo	03	30	A,B,C,D,E,F	20
Técnico Agrícola	02	35	A,B,C,D,E,F	40
Técnico em Contabilidade (em extinção)	01	55	A,B,C,D,E,F	35
Técnico em Enfermagem	20	26	A,B,C,D,E,F	40
Topógrafo	01	43	A,B,C,D,E,F	35
Turismólogo	01	41	A,B,C,D,E,F	40
T o t a l	322			

**LEI COMPLEMENTAR Nº. 2.411/2019**

Publicação Nº 2130931

LEI COMPLEMENTAR Nº. 2.411/2019

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR 2.405/2019, REVOGA A LEI N.º 3.273/2019 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A Lei Complementar n.º 2.405/2019 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º .....

§ 1º O cargo de Procurador Geral passa a ser de dedicação exclusiva, dispensado o controle da jornada mediante registro de ponto;

§ 2º O Procurador Geral receberá o mesmo subsídio e possui as mesmas prerrogativas de secretário municipal. "

"Art. 39 .....

§ 1º Quitado integralmente o débito cuja certidão de dívida ativa foi objeto de protesto, o próprio devedor deverá encaminhar o comprovante ao tabelionato, sendo de responsabilidade exclusiva deste o pagamento dos respectivos emolumentos;

§ 2º É vedada a concessão de moratória ou parcelamento em relação aos débitos inscritos em dívida ativa cuja certidão foi enviada para protesto. "

"Art. 40. A cobrança extrajudicial da dívida ativa, administrativa ou mediante protesto da respectiva certidão, será disciplinada no Regimento Interno da Procuradoria Geral e em instrução do Procurador Geral.

Parágrafo único. Os atos da cobrança extrajudicial serão realizados preferencialmente por servidores cujas atribuições estejam afetas à arrecadação de tributos, mesmo que não lotados na Procuradoria Geral, sob à orientação de membro desse órgão. "

"Art. 84 .....

Parágrafo único. Enquanto não for aprovado o Regimento Interno, o Procurador Geral poderá, mediante instrução, regulamentar qualquer dispositivo da presente lei complementar, desde que não interfira nas atribuições de outros órgãos. "

Art. 2º Revoga-se a Lei n.º 3.273/2019, de 13 de junho de 2019.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 20 DE AGOSTO DE 2019.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

**LEI Nº. 3.285/2019**

Publicação Nº 2130922

LEI Nº. 3.285/2019

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR E SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETULIO e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular a dotação orçamentária a seguir discriminada:

ÓRGÃO	05.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA
FUNÇÃO	12	Educação
SUBFUNÇÃO	361	Ensino Fundamental
PROGRAMA	060	Qualidade na Educação
ATIVIDADE	2018	Manutenção do Ensino Fundamental
DESPESA	3.1.90	Aplicações Diretas
FONTE DE RECURSO	10100	Receita de Impostos - Educação 76.000,00
TOTAL		76.000,00

Art. 2º. Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária do orçamento vigente:

ÓRGÃO	05.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA
FUNÇÃO	12	Educação

SUBFUNÇÃO	361	Ensino Fundamental
PROGRAMA	060	Qualidade na Educação
ATIVIDADE	1035	Construção de Escola - FNDE
DESPESA	4.4.90	Aplicações Diretas
FONTE DE RECURSO	10100	Receita de Impostos - Educação 76.000,00
TOTAL		76.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 20 DE AGOSTO DE 2019.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

## LEI Nº. 3.286/2019

Publicação Nº 2130924

LEI Nº. 3.286/2019

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR E SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETULIO e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular a dotação orçamentária a seguir discriminada:

ÓRGÃO	09.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNÇÃO	10	Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
PROGRAMA	090	Saúde para todos
ATIVIDADE	2.044	Programa Agente Comunitário de Saúde
DESPESA	3.1.90	Aplicações Diretas
FONTE DE RECURSO	10200	Receita de Impostos - Saúde 315.000,00
TOTAL		315.000,00

Art. 2º. Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária do orçamento vigente:

ÓRGÃO	09.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNÇÃO	10	Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
PROGRAMA	090	Saúde para todos
ATIVIDADE	2.043	Programa de Saúde da Família
DESPESA	3.1.90	Aplicações Diretas
FONTE DE RECURSO	10200	Receita de Impostos - Saúde 315.000,00
TOTAL		315.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 20 DE AGOSTO DE 2019.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

# Presidente Nereu

## PREFEITURA

### PORTARIA 275/2019

Publicação Nº 2130853

PORTARIA Nº 275 DE 01 DE AGOSTO DE 2019.

ESTABELECE HORÁRIO DE TRABALHO DIFERENCIADO DE SERVIDOR COMO ESPECIFICA.

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina o Art. 18, § 3º da Lei Complementar Nº 001/2002 de 18/12/2002 e ainda,

RESOLVE

Art. 1º - Estabelecer horário diferenciado de trabalho ao servidor municipal MARIA GORETI PLOTÉGCKER GOEDERT, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, como segue:

SEGUNDA-FEIRA à QUARTA-FEIRA	Das 07h30min às 09h30min 19h00min às 22h00min
QUINTA-FEIRA e SEXTA-FEIRA	Das 07h30min às 12h30min

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Presidente Nereu, 01 de Agosto de 2019.

ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

### PORTARIA 276/2019

Publicação Nº 2130856

PORTARIA Nº. 276 DE 05 DE AGOSTO DE 2019.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte

PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias a ELIZETE GILI, Auxiliar de Enfermagem, pelo período de 05 de agosto de 2019 a 03 de setembro de 2019, relativo ao período aquisitivo de 07/07/2018 à 06/07/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 05 de agosto de 2019.

ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

### PORTARIA 277/2019

Publicação Nº 2130857

PORTARIA Nº. 277 DE 05 DE AGOSTO DE 2019.  
CONCEDE FÉRIAS PARCIAIS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias Parciais (15 dias fruição) a IRMA VANDERLINDE, Agente Administrativo, pelo período de 05 de agosto de 2019 a 19 de agosto de 2019, relativo ao período aquisitivo de 06/01/2018 à 05/01/2019.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios

– DOM.

Presidente Nereu, 05 de Agosto de 2019.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

### **PORTARIA 278/2019**

Publicação Nº 2130859

PORTARIA Nº. 278, DE 07 DE AGOSTO DE 2019.  
CONCEDE FÉRIAS PARCIAIS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias parciais (10 dias fruição) a AMILTON PETRY, Sec. de Gabinete, pelo período de 07 de Agosto de 2019 a 16 de Agosto de 2019, relativo ao período aquisitivo de 02/01/2017 a 01/01/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 07 de Agosto de 2019.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

### **PORTARIA 279/2019**

Publicação Nº 2130860

PORTARIA Nº 279 DE 08 DE AGOSTO DE 2019.

ESTABELECE HORÁRIO DE TRABALHO DIFERENCIADO DE SERVIDOR COMO ESPECIFICA.

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina o Art. 18, § 3º da Lei Complementar Nº 001/2002 de 18/12/2002 e ainda,

RESOLVE

Art. 1º - Estabelecer horário diferenciado de trabalho a servidora municipal JOSILEIA MEDEIROS CORDEIRO DE BARROS, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERV. GERAIS em virtude da Lei Complementar nº 69 de 18 de junho de 2019, como segue:

SEGUNDA à SEXTA-FEIRA	Das 13:15 as 17:15
-----------------------	--------------------

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, com efeitos retroativos a partir de 19 de junho de 2019.

Presidente Nereu, 08 de agosto de 2019.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

### **PORTARIA 280/2019**

Publicação Nº 2130862

PORTARIA Nº. 280, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.  
CONCEDE FÉRIAS PARCIAIS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias parciais (10 dias fruição) a MARIMAR ANTONIO CUCCHI, Assessor Jurídico, pelo período de 12 de agosto de 2019 a 21 de Agosto de 2019, relativo ao período aquisitivo de 03/01/2017 a 02/01/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.



Presidente Nereu, 12 de Agosto de 2019.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

### **PORTARIA 281/2019**

Publicação Nº 2130863

PORTARIA Nº. 281 DE 12 DE AGOSTO DE 2019.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito em Exercício do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a LAERCIO JÖNCK, fiscal de tributos, pelo período de 12 de Agosto de 2019 a 10 de Setembro de 2019, relativo ao período aquisitivo 16/07/2017 a 15/07/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 12 de Agosto de 2019.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

### **PORTARIA 282/2019**

Publicação Nº 2130864

PORTARIA Nº. 282 DE 19 DE AGOSTO DE 2019.  
CONCEDE FÉRIAS PARCIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias parciais (15 dias) a JESSICA CARATTI SOARES, Nutricionista, pelo período de 19 de Agosto de 2019 a 02 de Setembro de 2019, relativo ao período aquisitivo de 15/02/2019 a 14/02/2020.

Art.2º. Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 19 de Agosto de 2019.  
ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA 283/2019**

Publicação Nº 2130867

PORTARIA Nº. 283 DE 19 DE AGOSTO DE 2019.  
CONCEDE FÉRIAS PARCIAIS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias parciais (15 dias fruição) a JULIANA PEREIRA EIFLER, Atendente de Consultório, pelo período de 19 de Agosto de 2019 a 02 de Setembro de 2019, relativo ao período aquisitivo de 10/10/2017 à 09/10/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 19 de Agosto de 2019.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 284/2019**

Publicação Nº 2130868

PORTARIA Nº. 284 DE 19 DE AGOSTO DE 2019.  
CONCEDE FÉRIAS PARCIAIS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias parciais (15 dias) a JESSICA BETHANIA MACHADO, Odontóloga, pelo período de 19 de Agosto de 2019 a 02 de Setembro de 2019, relativo ao período aquisitivo de 25/06/2018 à 24/06/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 19 de Agosto de 2019.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 285/2019**

Publicação Nº 2130869

PORTARIA N.º 285 DE 19 DE AGOSTO DE 2019.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Complementar Nº 001/2002, Capítulo V, Subseção I, Art. 121, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º. - Fica concedido Licença para Tratamento de Saúde ao (a) Servidor (a) VILSON PETRI, Motorista, pelo período de 12 (doze) dias, conforme atestado médico em anexo, sendo que após esse período o mesmo (a) será encaminhado (a) ao INSS.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM com efeitos retroativos a contar do dia 10/08/2019.

Presidente Nereu, 19 de Agosto de 2019.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 286/2019**

Publicação Nº 2130870

PORTARIA N.º 286 DE 20 DE AGOSTO DE 2019.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Complementar Nº 001/2002, Capítulo V, Subseção I, Art. 121, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º. - Fica concedido Licença para Tratamento de Saúde ao (a) Servidor (a) BENITO BRAND, Secretário de Saúde, pelo período de até 15 (quinze) dias, conforme atestado médico em anexo, sendo que após esse período o mesmo (a) será encaminhado (a) ao INSS.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 20 de Agosto de 2019.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

# Princesa

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 38.2019 - PM PL 103.2019-PM, PR 50.2019-PM - LIXEIRAS E SUPORTES

Publicação Nº 2130611

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 38/2019

No dia 21 do mês de Agosto do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.612.836/0001-00, com sede administrativa localizada na RUA RIO GRANDE DO SUL, 494, bairro CENTRO, CEP nº. 89935-000, nesta cidade de Princesa/SC, representado pelo(a) Prefeito Municipal, o Sr(a). Edilson Miguel Volkweis, inscrito no CPF sob o nº. 066.378.379-89, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 50/2019, Processo Licitatório nº. 103/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de LIXEIRAS MONOBLOCO E SUPORTES METÁLICOS, para uso da Secretaria de Infraestrutura de Obras do Município de Princesa/SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens	
8847 GESUL COMERCIAL LTDA 1, 2			
As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com a licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:			o com o resultado da
Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF

GESUL COMERCIAL LTDA 14.711.959/0001-40 LUIZ FLACH 883.832.700-97

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de LIXEIRAS MONOBLOCO E SUPORTES METÁLICOS, para uso da Secretaria de Infraestrutura de Obras do Município de Princesa/SC.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 8847 - GESUL COMERCIAL LTDA							
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	
1	Lixeira monobloco, caixa plástica vazada para uso diverso, polietileno de alta densidade, com capacidade 80 litros. Cores a definir na Autorização de Fornecimento.	Un	NOVEL	100,000	124,0000	12.400,00	
2	SUPORTE metálico para LIXEIRA com, no mínimo, as seguintes	Un	DREYER	60,000	53,0000	3.180,00	

especificações:

- Suporte metálico de 3";
- Galvanizado;
- Altura de 1,30m, sendo 30cm para fixação no solo.

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

1.1.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

1.1.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

1.1.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

1.1.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

1.1.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

1.1.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

#### CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 . Compete ao Órgão Gestor :

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos

materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6 . Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2 . Compete aos órgãos ou entidades usuárias :

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3 . Compete ao Compromitente Detentor da Ata :

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela

Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1 . Pela ADMINISTRAÇÃO, quando :

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520 , de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

5.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

5.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

5.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

#### CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente,



na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

#### CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº

8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos: a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato; b) cancelamento do preço registrado; c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia; b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço: a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não

executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 ( dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São José do Cedro/SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo

assinadas.

Princesa, 21 de Agosto de 2019.

Edilson Miguel Volkweis

Prefeito Municipal

Empresas Participantes:

GESUL COMERCIAL LTDA CNPJ: 14.711.959/0001-40 \_\_\_\_\_

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 39.2019 - PM PL 106.2019-PM, PR 52.2019-PM - CAMISETAS BANDA FANFARRA

Publicação Nº 2131318

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 39/2019

No dia 21 do mês de Agosto do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.612.836/0001-00, com sede administrativa localizada na RUA RIO GRANDE DO SUL, 494, bairro CENTRO, CEP nº. 89935-000, nesta cidade de Princesa/SC, representado pelo(a) Prefeito Municipal, o Sr(a). Edilson Miguel Volkweis, inscrito no CPF sob o nº. 066.378.379-89, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 52/2019, Processo Licitatório nº. 106/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura AQUISIÇÃO DE CAMISETAS (confeccionada em malha Dry100% poliéster, toda sublimada, decote redondo), para os integrantes da Banda Municipal Fanfarra do Município de Princesa/SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens	
9753 K M B INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES EIRELI 1			
As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:			o com o resultado da
Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF

K M B INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES EIRELI 10.585.243/0001-92 FLAVIA BOTTEGA 048.203.149-20

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura AQUISIÇÃO DE CAMISETAS (confeccionada em malha Dry100% poliéster, toda sublimada, decote redondo), para os integrantes da Banda Municipal Fanfarra do Município de Princesa/SC.



Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 9753 - K M B INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES EIRELI						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total

1 Camiseta para os integrantes da banda Municipal Fanfarra do Un 55,000 47,0000 2.585,00 município de princesa, confeccionada em malha Dry100 % poliéster, toda sublimada conforme modelo em anexo, decote redondo. Tamanhos adultos a combinar.

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

#### CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização

de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

##### 5.1 . Compete ao Órgão Gestor :

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6 . Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

##### 5.2 . Compete aos órgãos ou entidades usuárias :

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

##### 5.3 . Compete ao Compromitente Detentor da Ata :

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela

Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

##### 6.1.1 . Pela ADMINISTRAÇÃO, quando :

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com

a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520 , de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

5.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

5.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

5.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

#### CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

#### CLAUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

#### CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº

8.666 , de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos: a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato; b) cancelamento do preço registrado; c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia; b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço: a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 ( dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São José do Cedro/SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Princesa, 21 de Agosto de 2019.

Edilson Miguel Volkweis

Prefeito Municipal

Empresas Participantes:

K M B INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECOES EIRELI CNPJ: 10.585.243/0001-92 \_\_\_\_\_

**DECRETO Nº 236, DE 21 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2131191

DECRETO Nº. 236, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 10º, 11º e 12º, da Lei Orçamentária Anual nº. 970, de 14 de Novembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar nos termos do Art. 11 da Lei Orçamentária Anual nº. 970, de 14 de Novembro de 2018, no valor de R\$ 800,00 (Oitocentos reais), destinado a acrescentar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

UNIDADE: 03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO



PROJ./ATIV.: 06.181.0056.2.056- Manutenção Conv. Sec. Segurança Pública

MODALIDADE:	(27) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	800,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	800,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 800,00 (Oitocentos reais), de que trata o artigo 1º desta Lei, fica utilizado o excesso de arrecadação verificado na fonte de recurso acima citada.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Princesa/SC, 21 de Agosto de 2019.

Edilson Miguel Volkweis

Prefeito Municipal

Keli Fernanda Meotti

Contadora

CRC/SC 026787/O-2

## PROCESSO LICITATÓRIO 94.2019-PM - DISPENSA 28.2019 - DESOBSTRUÇÃO POÇO

Publicação Nº 2131368

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PRINCESA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 94/2019-PM

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 28/2019-PM

### OBJETO

Contratação de pessoa jurídica especializada para REALIZAR A DESOBSTRUÇÃO DE POÇO PROFUNDO TUBULAR, localizado na Linha Vista Alta, que após diagnóstico, foi identificada a obstrução por possível desmoronamento interno.

### JUSTIFICATIVA

A contratação tem por objetivo realizar desobstrução do poço da Linha de Vista Alta, perfurado com a finalidade de abastecer com água potável e de qualidade aquela localidade.

Há anos a comunidade de Vista Alta sofre com a falta de água potável. A administração municipal no intuito de resolver os problemas com a falta de água, e garantir o acesso de todos a esse bem universal, perfurou um poço tubular profundo, contudo, quando foi realizada a instalação do equipamento para bombeamento da água identificou-se uma obstrução há 200 metros de profundidade. Foi realizado um diagnóstico da situação por meio de filmagem, a partir do diagnóstico identificou-se a obstrução por desmoronamento e a infiltração no selo sanitário.

Para corrigir os problemas, serão necessários os serviços de desobstrução do poço e a realizar uma nova vedação do selo sanitário, para garantir que não haja contaminação da água, pois a infiltração pode ocasionar a contaminação do poço pelo carregamento de partículas sólidas e microrganismos.

Os quantitativos foram dimensionados a partir do diagnóstico realizado. A realização da desobstrução (em 6") será de até 300 metros de profundidade, uma vez que, segundo o perfil-construtivo do poço, a perfuração inicial do poço chegou até essa profundidade e obteve-se assim, duas entradas de água. Será feito o teste de vazão, de 24 horas, para avaliar se o poço continuará com as mesmas condições hidro geológicas iniciais. O tubo geomecânico será colocado para evitar a infiltração de água no poço, sendo esse instalado até a rocha sã, admitiu-se que, por segurança, esse revestimento seja, de 16 metros, ao invés de 12 metros (dado disponibilizado pelo perfil-construtivo litológico do poço).

O serviço de desobstrução não pode ser caracterizado como parcela da compra anterior (obra) para a perfuração do poço, ou equipamentos adquiridos para a instalação do sistema de bombeamento, pois a desobstrução do poço é consequência de situação não previsível, ou seja, são situações que podem ocorrer o desmoronamento e a obstrução, nesses tipos de obras, porém não se trata de uma regra e sim de um acaso. Portanto, o serviço de desobstrução difere da obra contratada ou da própria instalação dos equipamentos. O serviço de vedação é necessário em decorrência da identificação da infiltração de água turva dentro do poço que pode ter sido ocasionada pela má vedação do selo sanitário, realizada na execução da obra. Objetivando sanar o problema da infiltração, será feito o selo sanitário e será colocado um novo revestimento, além disso será aumentado o revestimento para 16 metros, ao invés de 12 metros conforme o perfil construtivo litológico do poço. Em decorrência da necessidade do serviço de desobstrução, aproveitando para otimizar o custo com equipamentos, o serviço de vedação será realizado no mesmo momento. Sendo que a vedação só será realizada se a desobstrução for exitosa.

Considerando que a longa data a localidade de Vista Alta sofre com a falta de água potável, e a empresa que ganhou a licitação aguarda para instalar o equipamento de bombeamento desde o mês de abril. No intuito de não causar maiores danos a população, bem como, aos equipamentos que já se encontram no município para serem instalados, e concluir a etapa de liquidação da despesa com a entrega dos equipamentos pela empresa, solicitamos que seja realizada a dispensa da licitação.

Princesa, 18 de julho de 2019.

Claudinei P. Morsch  
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

**COMISSÃO DE LICITAÇÕES**

Michele C. Kunzler  
Presidente

Alessandra dos Santos  
Membro

Sabrina Bonfante  
Membro

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 94/2019-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 28/2019-PM

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Para fundamentar e justificar o presente pedido de dispensa de licitação é possível basear-se no disposto no artigo 24, II, da Lei 8.666/93 que dispõem:

Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

Princesa, 18 de julho de 2019.

Claudinei P. Morsch  
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

**COMISSÃO DE LICITAÇÕES**

Michele C. Kunzler  
Presidente

Alessandra dos Santos  
Membro

Sabrina Bonfante  
Membro

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 94/2019-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 28/2019-PM

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO**

O fornecedor escolhido foi a empresa OESTE SUL PRESTADORA DE SERVIÇOS EM GERAIS LTDA, CNPJ 21.825.532/0001-38, com sede na Rua Ibirama, nº 1083E, Bairro Cristo Rei, Chapecó/SC.

O município encaminhou cotação de preços para várias empresas do segmento, porém apenas duas responderam ao solicitado (conforme justificativa e e-mails anexos ao processo), quais sejam, Oeste Sul Prestadora de Serviços em Gerais e SC Engenharia e Poços Artesianos LTDA, sendo que esta última entendeu que os serviços não poderiam ser realizados conforme solicitação do Município, propondo outra alternativa, a qual se mostrou mais onerosa.

Diante da necessidade de sanar o problema, a administração municipal decidiu por contratar a empresa OESTE SUL PRESTADORA DE SERVIÇOS EM GERAIS LTDA, entendendo que apresentou a melhor solução e também com menor custo.

Os serviços/itens deverão ser prestados/entregues conforme abaixo especificados:

Item	Descrição	UN	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Transporte e montagem dos equipamentos. Observação: o caminhão/ equipamentos que serão utilizados no serviço de obstrução deverão ter no máximo 4 metros de largura para que a estrutura do local não seja danificada.	Un	1	700,00	700,00
2	Desobstrução de poço profundo tubular-Descida dos equipamentos de perfuração com utilização de máquina roto pneumática e ar comprimido de alta pressão até a profundidade de 300 metros.	M	300	19,33	5799,00

3	Teste de vazão até 300m - 24 horas	Un	1	2.000,00	2.000,00
4	Reabertura de poço em 12"	M	16	105,00	1.680,00
5	Limpeza do poço após o serviço de reabertura para a colocação do revestimento	Un	1	600,00	600,00
6	Tubo de revestimento geomecanico	M	16	108,00	1.728,00
7	Cimentação do selo sanitário	Un	1	215,00	215,00
Total (R\$)					12.722,00

Valor Total: R\$ 12.722,00 (Doze mil, setecentos e vinte e dois reais).

Para custear as despesas decorrentes desta inexigibilidade de licitação, será usada a seguinte dotação orçamentária:

Princesa, 18 de julho de 2019.

Claudinei P. Morsch  
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Michele C. Kunzler  
Presidente

Alessandra dos Santos  
Membro

Sabrina Bonfante  
Membro

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 94/2019-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 28/2019-PM

ENCAMINHAMENTO

Encaminhamos ao Sr. Edilson Miguel Volkweis, Prefeito Municipal, para ratificação, sendo contratado para o fornecimento dos itens relacionados no objeto do presente termo a empresa OESTE SUL PRESTADORA DE SERVIÇOS EM GERAIS LTDA, CNPJ 21.825.532/0001-38, com sede na Rua Ibirama, nº 1083E, Bairro Cristo Rei, Chapecó/SC.

Os serviços/itens deverão ser prestados/entregues conforme abaixo especificados:

Item	Descrição	UN	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Transporte e montagem dos equipamentos. Observação: o caminhão/ equipamentos que serão utilizados no serviço de obstrução deverão ter no máximo 4 metros de largura para que a estrutura do local não seja danificada.	Un	1	700,00	700,00
2	Desobstrução de poço profundo tubular-Descida dos equipamentos de perfuração com utilização de máquina roto pneumática e ar comprimido de alta pressão até a profundidade de 300 metros.	M	300	19,33	5799,00
3	Teste de vazão até 300m - 24 horas	Un	1	2.000,00	2.000,00
4	Reabertura de poço em 12"	M	16	105,00	1.680,00
5	Limpeza do poço após o serviço de reabertura para a colocação do revestimento	Un	1	600,00	600,00
6	Tubo de revestimento geomecanico	M	16	108,00	1.728,00
7	Cimentação do selo sanitário	Un	1	215,00	215,00
Total (R\$)					12.722,00



Valor Total: R\$ 12.722,00 (Doze mil, setecentos e vinte e dois reais).

Para custear as despesas decorrentes desta inexigibilidade de licitação, será usada a seguinte dotação orçamentária:

Princesa, 18 de julho de 2019.		
Claudinei P. Morsch Secretário de Administração, Fazenda e Planeja- mento		
COMISSÃO DE LICITAÇÕES		
Michele C. Kunzler Presidente		
Alessandra dos Santos Membro		
Sabrina Bonfante Membro		

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 94/2019-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 28/2019-PM

#### RATIFICAÇÃO

Considerando a exposição de motivos contida neste documento simultaneamente à constatação do alto e relevante interesse público social e municipal, com base no inciso II, do art. 24, da Lei 8.666/93, RATIFICO este PROCESSO LICITATÓRIO N. 94/2019-PM, DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 28/2019-PM e AUTORIZO a efetiva realização da despesa, conforme fundamento nos autos supra invocados.

Princesa, 18 de julho de 2019.

Edilson Miguel Volkweis Prefeito Municipal	
---	--

# Quilombo

## PREFEITURA

### SEGUNDO TERMO ADITIVO À AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM - APAE

Publicação Nº 2130505

#### SEGUNDO TERMO ADITIVO À AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM IMÓVEL A TÍTULO PRECÁRIO

O MUNICÍPIO DE QUILOMBO, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Duque de Caxias, nº 165, Centro, nesta Cidade e Comarca de Quilombo – SC, inscrito no CNPJ sob nº 83.021.865//0001-61, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. SILVANO DE PARIZ, portador do CPF nº 579.998.729-20, doravante denominado simplesmente de "MUNICÍPIO" e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE QUILOMBO/SC - APAE, doravante denominada simplesmente de "PERMISSIONÁRIA", inscrita no CNPJ sob o nº 72.393.747.0001-68, representada neste ato pelo Presidente Sr. CELSO LUIZ SORDI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 346.422.189-04, resolvem celebrar o Segundo Termo Aditivo ao Termo de Cessão de Uso a Título Precário firmado em 15 de Julho de 2013, conforme normas pertinentes e mediante as cláusulas e condições ora pactuadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO PRESENTE TERMO ADITIVO

O presente Termo Aditivo ao Termo de Cessão de Uso tem por objeto a prorrogação do prazo da autorização de uso a título precário, do bem móvel da municipalidade caracterizado como Ônibus, placa MKV 6292, VW 15.190, com capacidade de 48 passageiros, ano/mod 2013, predominantemente amarelo, firmado em 15 de julho de 2013, será renovado pelo prazo de 02 (dois) anos, vigorando a prorrogação a partir da assinatura deste, podendo a vigência ser prorrogada novamente, a critério da Administração, enquanto o MUNICÍPIO não necessitar do bem para uso próprio ou para outros fins de interesse público.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA INCLUSÃO DE OBRIGAÇÃO DA PERMISSIONÁRIA

A cláusula Terceira do Termo de Cessão de uso a Título Precário passa a vigorar com a inclusão do seguinte inciso:

VI – Responsabilidade pelos danos causados a terceiros ou ao município.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES DO TERMO ORIGINAL

Permanecem em pleno vigor e inalteradas as demais cláusulas e condições do Termo de Autorização de Uso original.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o Foro de Quilombo – SC, para dirimir as questões que derivem do presente ajuste e que não puderem ser decididas pela via administrativa.

E por estarem entre si justos e contratados, assinam o Quarto Termo Aditivo de Autorização de Uso a Título Precário, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Quilombo – SC, 20 de agosto de 2019.

SILVANO DE PARIZ	CELSO LUIZ SORDI
Prefeito Municipal	Permissionário
Testemunhas	
TAIRONE PADILHA DOS SANTOS	CRISTIANE BREANSINE BERLANDA
069.116.299-93	057.297.589-95

# Rancho Queimado

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2488 RESULTADO FINAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 15-2019

Publicação Nº 2131307

DECRETO Nº 2488, de 21 de agosto de 2019.

CLASSIFICAÇÃO FINAL  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 015/2019.

CLECI APARECIDA VERONEZI, Prefeita Municipal de Rancho Queimado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto na Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Torna-se público para o conhecimento dos interessados a Homologação da Classificação Final do Processo Seletivo Simplificado n.º 015/2019 – Engenheiro Civil, conforme ANEXO I desde Decreto, informando a classificação nome, notas finais e a situação final.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Registra-se e publique-se.

Rancho Queimado, 21 de agosto de 2019.

CLECI APARECIDA VERONEZI  
Prefeita de Rancho Queimado

#### ANEXO I

#### RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 15/2019

#### ENGENHEIRO CIVIL

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO FINAL
1º	Odair Michael Bendotti	39
2º	Rubens Junior de Farias Garcia	38
3º	Diego Antonio Kreich	19
4º	Haidi Rauber Martendal	18
5º	Carolina Missfeldt	15
6º	Juelmir Bauer de Aguiar	14
7º	Genésio Silveira de Souza	13
8º	Rafael Casaril	12
9º	Claudinei Aducio Pereira	11
10º	Alan Amilton Sagás	9
11º	Carolina Bruggemann	8
12º	Vitor da Costa Alves	8
13º	Lizandra Silva de Jesus Pegoraro	8
14º	Cinthia Fuhringer	6
15º	Alexandre Agostinho Morotskoski	5
16º	Bruno Christoff	5
17º	Jackson Filipe de Abreu	5

18º	Carla Elisa Jochem	5
19º	Marianna Monteiro de Oliveira	5
20º	Felipe Gonçalves de Oliveira	5

**PORTARIA 224-2019 PRORROGA LIC MÉDICA GABRIELA A G WEBER**

Publicação Nº 2130888

PORTARIANº 224/2019  
CONCEDE LICENÇA MÉDICA

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, promulgada em 31 de Março de 1990, RESOLVE PRORROGAR por mais 60 (sessenta) dias a Licença Médica concedida a GABRIELA APARECIDA GUESSER WEBER, a partir de 20 de agosto a 18 de outubro de 2019, conforme atestado e resultado de perícia médica.

Rancho Queimado, 20 de agosto de 2019.  
CLECI APARECIDA VERONEZI  
Prefeita Municipal

**PORTARIA 225-2019 CONCEDE FERIAS ALESSANDRA CAVALCANTI**

Publicação Nº 2130890

PORTARIA Nº 225/2019  
CONCEDE FÉRIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, usando da competência que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, RESOLVE CONCEDER 15 (quinze) dias de FÉRIAS de 20 de agosto a 03 de setembro de 2019 a ALESSANDRA CAVALCANTI, referente ao período aquisitivo de 2018/2019.

Rancho Queimado, em 20 de agosto de 2019.  
CLECI APARECIDA VERONEZI  
Prefeita Municipal

**PORTARIA 226-2019 CONCEDE LIC MÉDICA ANA C E VELHO**

Publicação Nº 2130891

PORTARIANº 226/2019  
CONCEDE LICENÇA MÉDICA

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, promulgada em 31 de Março de 1990, RESOLVE CONCEDER 15 (quinze) dias de Licença Médica a ANA CAROLINA ERHARDT VELHO, a partir de 19 de agosto a 02 de setembro de 2019, conforme atestado médico.

Rancho Queimado, 20 de agosto de 2019.  
CLECI APARECIDA VERONEZI  
Prefeita Municipal

**PORTARIA 227-2019 NOMEIA CREMI F VERONEZI AG SERV GERAIS**

Publicação Nº 2130892

PORTARIANº 227/2019  
NOMEIA SERVIDOR EFETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, promulgada em 31 de Março de 1990, RESOLVE:

NOMEAR, CREMÍ DE FÁTIMA VERONEZI, brasileira, solteira, portadora do RG nº 3.582.344, inscrita no CPF sob o nº 817.021.759-87, para exercer o Cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS com as atribuições constantes no Anexo I da Lei Complementar nº 01/2016, com vencimento mensal de R\$ 1.348,10 (hum mil trezentos e quarenta e oito reais, e dez centavos), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com a referida Lei Complementar.

Fica a Servidora lotada na Secretaria Municipal de Saúde, tendo sido aprovada no Concurso Público nº 001/2017, homologado em 13 de junho de 2017, no qual obteve 7ª colocação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rancho Queimado, em 21 de agosto de 2019.

CLECI APARECIDA VERONEZI

Prefeita Municipal

# Rio do Campo

## PREFEITURA

### 304 PORTARIA Nº 304 DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE ELIANE AGOSTINI GIHOTSKI

Publicação Nº 2130578

Portaria nº. 304, de 21 de agosto de 2019.

“Dispõe sobre a contratação de ELIANE AGOSTINI GIHOTSKI, Admissão em Caráter Temporário - ACT”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, com fulcro no artigo 75, da Lei Municipal Complementar nº. 01/2009, de 16 de dezembro de 2009, Lei Municipal Complementar nº. 10/2011, de 11 de julho de 2011, e considerando o Processo de Seletivo nº 03/2018, e Protocolo de Nomeação da Secretaria Municipal de Educação,

#### RESOLVE:

Art. 1º Contratar, ELIANE AGOSTINI GIHOTSKI, a partir de 21 de Agosto de 2019, Admissão de Caráter Temporário, para exercer o cargo de Professor, Ensino Fundamental, Nível Básico 2 – ACT Habilitado, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Anexo III – Quadro Permanente de Pessoal e Anexo IV – Tabela de Vencimentos para Admissão em Caráter Temporário do Estatuto e Plano de Carreira dos Servidores do Magistério do Município de Rio do Campo, Lei Complementar nº. 10/2011, de 11 de julho de 2011, com vigência enquanto perdurar o afastamento da Professora Marilete Vavassori Rafaelli.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 21 de agosto de 2019.

Rodrigo Preis  
Prefeito Municipal

Lenoir Menegazzi  
Chefe de Gabinete  
Responsável pela Sec. de Adm. e Finanças

# Rio do Oeste

## PREFEITURA

### ERRATA - PROCESSO 072/2019

Publicação Nº 2131190

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 072/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2019  
AVISO DE ERRATA

O Município de Rio do Oeste, inscrito no CNPJ nº 83.102.715/0001-82, Estado de Santa Catarina, em conformidade com a Lei nº 10.520/02 e Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Municipal nº 1.760/2007, Decretos Municipais nº 1.036/2007 e nº 1.006/07, torna público, neste ato através do Pregoeiro e equipe de apoio, designados pela portaria nº 8303/2019 expedido pelo Prefeito, Sr. Humberto Pessatti, que está alterando o referido certame, assim como segue:

1. Alteração da descrição do item 7.13.1, que trata da qualificação técnica:

a) Onde se lê:

7.13.1 Apresentar no mínimo um atestado de comprovação de aptidão para desempenho de atividade compatível com o objeto da licitação – ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado, com carimbo de identificação do assinante, afirmando e comprovando a licitante já ter fornecido satisfatoriamente itens idênticos ou similares ao objeto deste processo licitatório;

b) Passa-se a ler:

7.13.1 Apresentar no mínimo um atestado de comprovação de aptidão para desempenho de atividade compatível com o objeto da licitação – ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, fornecido por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado, com carimbo de identificação do assinante, afirmando e comprovando a licitante já ter fornecido satisfatoriamente itens idênticos ou similares ao objeto deste processo licitatório;

3. Assim sendo, tendo em vista que foram preenchidos os requisitos do art. 21, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, sendo que as demais cláusulas e condições do presente ato convocatório permanecem INALTERADAS.

Rio do Oeste / SC, 21 de agosto de 2019.

Humberto Pessatti

Prefeito



# Rio do Sul

## PREFEITURA

### ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO E DEFINIÇÃO DOS VAL. DE 12.07.19

Publicação Nº 2130558

#### REUNIÃO DA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO E DEFINIÇÃO DOS VALORES BÁSICOS DO METRO QUADRADO DO TERRENO E DAS EDIFICAÇÕES

Aos doze dias do mês de julho de dois mil e dezenove, às treze horas e trinta minutos, reuniram-se na Sala de Licitações, localizado no térreo da Prefeitura Municipal, sita a Praça 25 de Julho, nº 01, os membros que compõem a Comissão para Avaliação e Definição dos Valores Básicos do Metro Quadrado dos Terrenos e Edificações nomeada através do Decreto Municipal nº 1.533, datado de vinte e nove de novembro de 2010, e alterações posteriores conforme Decreto nº 3531, de 07 de agosto de 2013; Decreto 4068, de 21 de maio de 2014; Decreto nº 4155, de 27 de junho de 2014; Decreto 4607, de 19 de março de 2015; Decreto Nº 5413, de 14 de julho de 2016; Decreto Nº 6513, de 13 de setembro de 2017; composta pelos seguintes membros: Representando a Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Alto Vale do Itajaí – AEAVI, o Sr. Valdemiro Avi Filho, como membro titular e o Sr. Antonio Carlos de Oliveira, membro suplente; representando a Associação Empresarial de Rio do Sul – ACIRS, o Sr. Marcelo Figueiredo Luciano, como membro titular e o Sr. Volir José Correia, membro suplente; como representantes dos corretores de imóveis, os senhores: Juliano Ohf Dalfovo e Valdecir Luchtenberg como membros titulares. Levi Ernani Dalfovo e Leonardo Deola, como membros suplentes; sendo representantes da Secretaria de Planejamento o Sr. Marcelo Slomp, como membro titular e o Sr. Thomas Henry Grandberg, como membro suplente; como representantes da Secretaria de Administração, a Sra. Iara Paladino Maia como membro titular e a Sra. Maisa da Luz, como membro suplente. Tendo como representantes da Secretaria da Fazenda, do Departamento de Arrecadação, o Sr. Jonny Schmidt, como membro titular e a Sra. Patricia Raquel Mayr como membro suplente; e do Departamento de Fiscalização Tributária, o Sr. José Luiz do Nascimento, como membro titular e o Sr. Rafael Irineu Fachini, como membro suplente. Sob a presidência do Sr. Sandro Renato Sofka, Diretor do Departamento de Cadastro Multifinalitário, contando com a presença dos seguintes membros: Sr. Marcelo Figueiredo Luciano, Sr. Valdecir Luchtenberg, Sr. Valdemiro Avi Filho, Sr. Marcelo Slomp, Sr. Jonny Schmidt, Sra. Iara Paladino Maia e a Sra. Lisiane França, que secretariou os trabalhos. Protocolo 178489/2019, em que é requerente MAFRAS ENERGIA E REFLORESTAMENTO LTDA, que em seu requerimento de revisão de IPTU solicita a reavaliação o valor venal do imóvel de cadastro imobiliário 749419, localizado na Rua Das Rosas, no Bairro Sumaré, cujo valor estabelecido é de R\$ 1.425.679,12; por unanimidade resolvem acolher o pleito e conceder uma redução de 25% (vinte e cinco por cento) no valor venal territorial do imóvel aludido; Protocolo 178420/2019, em que é requerente NASCHENWENG & CIA LTDA, que em seu requerimento solicita a revisão do valor venal dos imóveis: 1) cadastro imobiliário 349, localizado na Rua Coelho Neto, no Bairro Centro, para o qual o valor estimado é de R\$ 1.402.346,27; 2) cadastro imobiliário 5944, localizado na Rua Leandro Dellagiustina, no Bairro Eugênio Schneider, para o qual o valor estimado é de R\$ 46.636,53; 3) cadastro imobiliário 5945, localizado na Rua Leandro Dellagiustina, no Bairro Eugênio Schneider, para o qual o valor estimado é de R\$ 46.636,53; 4) cadastro imobiliário 18267, localizado na Rua João Nascheweng, no Bairro Bremer, para o qual o valor estimado é de R\$ 168.463,85; 5) cadastro imobiliário 34242, localizado na Rua Guanabara, no Bairro Boa Vista, para o qual o valor estimado é de R\$ 265.482,04; 6) cadastro imobiliário 35858, localizado na Rua Guanabara, no Bairro Boa Vista, para o qual o valor estimado é de R\$ 385.247,83; 7) cadastro imobiliário 35859, localizado na Rua Guanabara, no Bairro Boa Vista, para o qual o valor estimado é de R\$ 336.321,12; 8) cadastro imobiliário 35860, localizado na Rua Guanabara, no Bairro Boa Vista, para o qual o valor estimado é de R\$ 201.792,67; 9) cadastro imobiliário 35861, localizado na Rua Guanabara, no Bairro Boa Vista, para o qual o valor estimado é de R\$ 201.792,67; 10) cadastro imobiliário 35862, localizado na Rua Guanabara, no Bairro Boa Vista, para o qual o valor estimado é de R\$ 201.792,67; 11) cadastro imobiliário 35863, localizado na Rua Guanabara, no Bairro Boa Vista, para o qual o valor estimado é de R\$ 201.792,67; por unanimidade resolvem: 1) cadastro imobiliário 349, conceder uma redução de 50% (cinquenta por cento) no valor venal territorial do referido imóvel; discordando da decisão, o contribuinte deverá apresentar a matrícula atualizada do imóvel com averbação da Área de Preservação Permanente; 2) cadastro imobiliário 35858, conceder uma redução de 35% (trinta e cinco por cento) no valor venal territorial do imóvel supramencionado; além disso, determina-se corrigir a área territorial do cadastro conforme matrícula atualizada do imóvel; 3) cadastro imobiliário 35859, conceder uma redução de 50% (cinquenta por cento) no valor venal territorial do imóvel citado; para os demais cadastros imobiliários o pleito fica indeferido, porém, considerando a correção da situação na quadra para "Condomínio Fechado", conforme matrícula acostada aos autos, deverá ser aplicada uma redução para manter aproximadamente os valores venais atuais dos cadastros 34242, 35860, 35861, 35862 e 35863; Protocolo 178468/2019, em que é interessada SCHMIDT & GHIZZO PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS LTDA, no qual solicita-se redução dos valores lançados do IPTU 2019 dos imóveis: 1) cadastro imobiliário 41944, localizado na Rua João Ledra, no Bairro Taboão, no Condomínio Fechado Residencial Elsa Alice, cujo valor calculado é de R\$ 223.100,87; 2) cadastro imobiliário 41945, localizado na Rua João Ledra, no Bairro Taboão, no Condomínio Fechado Residencial Elsa Alice, cujo valor calculado é de R\$ 247.625,83; 3) cadastro imobiliário 41946, localizado na Rua João Ledra, no Bairro Taboão, no Condomínio Fechado Residencial Elsa Alice, cujo valor calculado é de R\$ 396.694,37; 4) cadastro imobiliário 41947, localizado na Rua João Ledra, no Bairro Taboão, no Condomínio Fechado Residencial Elsa Alice, cujo valor calculado é de R\$ 395.890,30; 5) cadastro imobiliário 41948, localizado na Rua João Ledra, no Bairro Taboão, no Condomínio Fechado Residencial Elsa Alice, cujo valor calculado é de R\$ 138.076,85; 6) cadastro imobiliário 62272, localizado na Rua João Ledra, no Bairro Taboão, no Condomínio Fechado Residencial Elsa Alice, cujo valor calculado é de R\$ 388.583,54; 7) cadastro imobiliário 41942, localizado na Rua João Ledra, no Bairro Taboão, no Condomínio Fechado Residencial Elsa Alice, cujo valor calculado é de R\$ 877.389,21; 8) cadastro imobiliário 41949, localizado na Rua João Ledra, no Bairro Taboão, no Condomínio Fechado Residencial Elsa Alice, cujo valor calculado é de R\$ 224.585,06; 9) cadastro imobiliário 41950, localizado na Rua João Ledra, no Bairro Taboão, no Condomínio Fechado Residencial Elsa Alice, cujo valor calculado é de R\$ 243.277,23; por unanimidade resolvem: 1) cadastro imobiliário 41947, conceder uma redução de 40% (quarenta por cento) no valor venal territorial do imóvel em comento; 2) cadastro imobiliário 62272, conceder uma redução de 40% (quarenta por cento) no valor venal territorial do imóvel citado; para os demais cadastros imobiliários o pleito fica indeferido; Protocolo 178467/2019, em que é interessada SCHMIDT & GHIZZO PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS LTDA, no qual solicita-se redução dos valores lançados do IPTU 2019 dos imóveis: 1) cadastro imobiliário 41354, localizado na Rua João

Ledra, no Bairro Taboão, no Condomínio Fechado Residencial Dom Affonso, cujo valor calculado é de R\$ 255.334,39; 2) cadastro imobiliário 41352, localizado na Rua João Ledra, no Bairro Taboão, no Condomínio Fechado Residencial Dom Affonso, cujo valor calculado é de R\$ 222.809,96; 3) cadastro imobiliário 41351, localizado na Rua João Ledra, no Bairro Taboão, no Condomínio Fechado Residencial Dom Affonso, cujo valor calculado é de R\$ 229.088,76; 4) cadastro imobiliário 41350, localizado na Rua João Ledra, no Bairro Taboão, no Condomínio Fechado Residencial Dom Affonso, cujo valor calculado é de R\$ 228.354,24; 5) cadastro imobiliário 41349, localizado na Rua João Ledra, no Bairro Taboão, no Condomínio Fechado Residencial Dom Affonso, cujo valor calculado é de R\$ 228.354,24; 6) cadastro imobiliário 41348, localizado na Rua João Ledra, no Bairro Taboão, no Condomínio Fechado Residencial Dom Affonso, cujo valor calculado é de R\$ 228.354,24; 7) cadastro imobiliário 41347, localizado na Rua João Ledra, no Bairro Taboão, no Condomínio Fechado Residencial Dom Affonso, cujo valor calculado é de R\$ 331.394,38; por unanimidade resolvem indeferir o pleito, visto que os valores citados estão compatíveis com os valores de mercado dos imóveis; Protocolo 178466/2019, em que é interessada SCHMIDT & GHIZZO PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS LTDA, no qual solicita-se redução dos valores lançados do IPTU 2019 dos imóveis: 1) cadastro imobiliário 40070, localizado na Rua João Ledra, no Bairro Taboão, cujo valor calculado é de R\$ 124.492,63; 2) cadastro imobiliário 40328, localizado na Rua João Ledra, no Bairro Taboão, cujo valor calculado é de R\$ 162.737,14; 3) cadastro imobiliário 40329, localizado na Rua João Ledra, no Bairro Taboão, cujo valor calculado é de R\$ 176.738,99; 4) cadastro imobiliário 40330, localizado na Rua João Ledra, no Bairro Taboão, cujo valor calculado é de R\$ 108.627,66; 5) cadastro imobiliário 40332, localizado na Rua João Ledra, no Bairro Taboão, cujo valor calculado é de R\$ 98.453,01; 6) cadastro imobiliário 40333, localizado na Rua João Ledra, no Bairro Taboão, cujo valor calculado é de R\$ 101.782,51; 7) cadastro imobiliário 40334, localizado na Rua João Ledra, no Bairro Taboão, cujo valor calculado é de R\$ 82.121,93; por unanimidade resolvem indeferir a solicitação, visto que os valores supracitados estão de acordo com os valores de mercado dos imóveis; Protocolo 178465/2019, em que é interessada SCHMIDT & GHIZZO PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS LTDA, no qual solicita-se redução dos valores lançados do IPTU 2019 dos imóveis: 1) cadastro imobiliário 41315, localizado na Rua Dos Colibris, no Bairro Taboão, no Loteamento Dom Lourenço, cujo valor calculado é de R\$ 162.906,03; 2) cadastro imobiliário 41323, localizado na Rua Dos Sabias, no Bairro Taboão, no Loteamento Dom Lourenço, cujo valor calculado é de R\$ 185.643,71; 3) cadastro imobiliário 41324, localizado na Rua Dos Canários, no Bairro Taboão, no Loteamento Dom Lourenço, cujo valor calculado é de R\$ 133.465,97; 4) cadastro imobiliário 41331, localizado na Rua Dos Sabias, no Bairro Taboão, no Loteamento Dom Lourenço, cujo valor calculado é de R\$ 134.593,92; por unanimidade resolvem indeferir o pleito, visto que os valores citados estão compatíveis com os valores de mercado dos imóveis; Protocolo 178771/2019, em que é interessada MARCIA DE LINO, no qual questiona-se o valor venal do imóvel de cadastro imobiliário 794198, localizado na Rua João Ledra, no Bairro Taboão, cujo valor calculado total é de R\$ 138.465,98; por unanimidade resolvem indeferir o pleito, visto que o valor supracitado está compatível com o valor de mercado do imóvel; Protocolo 178869/2019, em que é interessada ENAURA TEREZINHA KRIECK DE BIAGGI, no qual questiona-se o valor venal do imóvel de cadastro imobiliário 4939, localizado na Rua Guanabara, no Bairro Boa Vista, cujo valor calculado é de R\$ 2.771.333,15, por unanimidade resolvem acatar o pleito e conceder uma redução de 40% (quarenta por cento) no valor venal territorial do imóvel supradito; Protocolo 178875/2019, em que é requerente NILTON SEGUNDO, que em seu requerimento solicita a revisão do valor venal do imóvel de cadastro imobiliário 17736, localizado na Rua Angelo Cechet, no Bairro Barra Itoupava, para o qual o valor estimado é de R\$ 301.222,30, por unanimidade resolvem acolher o pleito e conceder uma redução de 40% (quarenta por cento) no valor venal territorial do imóvel citado; Protocolo 178824/2019, em que é interessado ALBERTINO BARBOSA, no qual solicita-se revisão do valor do IPTU 2019 do imóvel de cadastro imobiliário 9374, localizado na Rua Felix Deeke Junior, no Bairro Budag, cujo valor calculado total é de R\$ 132.657,03, por unanimidade resolvem atender ao pleito e conceder uma redução de 30% (trinta por cento) no valor venal territorial do imóvel em comento; Protocolo 177649/2019, em que é requerente NILTON JOSE DALCENTER – ESPOLIO, no qual solicita-se revisão do valor do IPTU 2019 do imóvel de cadastro imobiliário 18117, localizado na Estrada Blumenau, no Bairro Bremer, cujo valor estimado é de R\$ 345.211,73, por unanimidade resolvem indeferir a solicitação, visto que o valor supracitado está de acordo com o valor de mercado do imóvel; Protocolo 177860/2019, em que é requerente LAURI DE ALMEIDA COELHO, no qual solicita-se revisão do valor do IPTU 2019 do imóvel de cadastro imobiliário 67649, localizado na Rua Palestina, no Bairro Barragem, cujo valor estimado é de R\$ 159.486,36, por unanimidade resolvem indeferir a solicitação de revisão de valor venal, porém determina-se encaminhar o referido protocolo para o Departamento de Fiscalização para verificar o estado de conservação e padrão de construção da edificação; Protocolo 178998/2019, em que é interessado LUIS CLAUDIO HOBUS, no qual questiona-se o valor venal do imóvel de cadastro imobiliário 5411, localizado na Rua Adolfo Buhr, no Bairro Eugenio Schneider, cujo valor calculado é de R\$ 140.855,70, por unanimidade resolvem indeferir o pleito, visto que o valor supracitado está compatível com o valor de mercado do imóvel; Protocolo 179075/2019, em que é requerente AGOSTINHO SERAFIM, no qual solicita-se revisão do valor do IPTU 2019 do imóvel de cadastro imobiliário 39714, localizado na Rua SD 1214, no Bairro Canta Galo, cujo valor estimado é de R\$ 226.870,57, por unanimidade resolvem indeferir a solicitação, considerando que o valor mencionado está de acordo com o valor de mercado do imóvel; Protocolo 179074/2019, em que é requerente ARNILDO SCHLEMPER – ESPOLIO, que em seu requerimento solicita a revisão do valor venal, referente ao IPTU 2018, do imóvel de cadastro imobiliário 41223, localizado na Rodovia Vereador Carlos Probst, no Bairro Albertina, para o qual o valor estimado é de R\$ 233.595,63, por unanimidade resolvem indeferir o pleito, visto que o valor supradito está compatível com o valor de mercado do imóvel; Protocolo 179073/2019, em que é requerente JOAQUIM JUSTINO DA SILVA, no qual solicita-se revisão do valor do IPTU 2019 do imóvel de cadastro imobiliário 35269, localizado na Rua Eleonora Budag, no Bairro Budag, cujo valor estimado é de R\$ 96.091,75, por unanimidade resolvem indeferir a solicitação de revisão de valor venal, porém determina-se alterar a topografia de imóvel junto à base do cadastro imobiliário para “Declive acima de 30,00”; Protocolo 177606/2019, em que é requerente LUCIANO RISCAROLLI, no qual solicita-se revisão do valor do IPTU 2019 do imóvel de cadastro imobiliário 808440, localizado na Rua Rosseti, no Bairro Valada São Paulo, cujo valor estimado é de R\$ 178.423,97, por unanimidade resolvem indeferir a solicitação, visto que o valor supradito está de acordo com o valor de mercado do imóvel; Protocolo 178621/2019, em que é requerente HELIO DA SILVA, no qual solicita-se revisão do valor do IPTU 2019 do imóvel de cadastro imobiliário 7865, localizado na Rua Guilherme Laubenstein, no Bairro Sumaré, cujo valor estimado é de R\$ 102.782,36, por unanimidade resolvem indeferir a solicitação, visto que o valor supracitado está abaixo do valor de mercado do imóvel; Protocolo 178770/2018, em que é requerente NOEMIA MORAES MICHELS – ESPOLIO, no qual solicita-se, entre outros, a reavaliação o valor venal do IPTU 2019 do imóvel de cadastro imobiliário 60968, localizado na Alameda Aristiliano Ramos, no Bairro Santana, cujo valor calculado é de R\$ 400.311,24; por unanimidade resolvem atender ao pleito e conceder uma redução de 50% (cinquenta por cento) no valor venal territorial do imóvel aludido e determina-se aplicar o ano de construção à edificação; Protocolo 178768/2019, em que é requerente ROSANGELA MENDONCA MOREIRA, no qual solicita-se revisão do valor do IPTU 2019 do imóvel de cadastro imobiliário 5398, localizado na Rua Castro Alves, no Bairro Eugenio Schneider, cujo valor estimado é de R\$ 192.319,47, por unanimidade resolvem indeferir a solicitação, visto que o valor supracitado está abaixo do valor de mercado do imóvel; Protocolo 178105/2019, em que é requerente ELIANE QUIPERS, no qual solicita-se revisão do valor do IPTU 2019 do imóvel de cadastro imobiliário 34680, localizado na Rua Oscar Hoffmann, no Bairro Fundo Canoas, cujo valor estimado é de R\$ 895.918,89, por unanimidade resolvem acolher o pleito e conceder uma redução de 30%

(trinta por cento) no valor venal territorial do imóvel aludido e determina-se aplicar o ano de construção à edificação; Protocolo 177857/2019, em que é requerente SAMUEL JOSE KOHLER – ESPOLIO, no qual solicita-se revisão do valor do IPTU 2019 do imóvel de cadastro imobiliário 50634, localizado na Rua XV de Novembro, no Bairro Centro, cujo valor estimado é de R\$ 929.613,81, por unanimidade resolvem acatar o pleito e conceder uma redução de 50% (cinquenta por cento) no valor venal territorial do imóvel em comento; discordando da decisão, o contribuinte deverá apresentar a matrícula atualizada do imóvel com averbação da Área de Preservação Permanente; Protocolo 177856/2019, em que é requerente SAMUEL JOSE KOHLER – ESPOLIO, no qual solicita-se revisão do valor do IPTU 2019 do imóvel de cadastro imobiliário 50635, localizado na Rua XV de Novembro, no Bairro Centro, cujo valor estimado é de R\$ 345.155,79; e do imóvel de cadastro imobiliário 814482, localizado na Rua XV de Novembro, no Bairro Centro, cujo valor estimado é de R\$ 767.917,83, por unanimidade resolvem acatar o pleito e conceder uma redução de 50% (cinquenta por cento) no valor venal territorial dos imóveis em questão; discordando da decisão, o contribuinte deverá apresentar a matrícula atualizada do imóvel com averbação da Área de Preservação Permanente. Em tempo, referente ao protocolo 178105/2019, o membro da comissão Sr. Valdecir Luchtenberg ficou afastado da votação, uma vez que o imóvel em questão está sendo ofertado em sua imobiliária. Nada mais havendo, o presidente encerrou a reunião às 15h30 e eu, Lisiane França, digitei a presente ata, que após lida e aprovada será pelos presentes assinada.

Sandro Renato Sofka  
Presidente da Comissão

Rio do Sul, 12 de julho de 2019

Nome: Valdecir Luchtenberg	Nome: Marcelo Figueiredo Luciano
Entidade: CORRETORES	Entidade: ACIRS

Nome: Marcelo Slomp	Nome: Valdemiro Avi Filho
Entidade: PLANEJAMENTO	Entidade: AEA VI

Nome: Jonny Schmidt	Nome: José Luiz do Nascimento
Entidade: FAZENDA	Entidade: FAZENDA

Nome: Iara Paladino Maia	Nome: Lisiane França
Entidade: ADMINISTRAÇÃO	SECRETÁRIA DA COMISSÃO

## ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO E DEFINIÇÃO DOS VAL. DE 13.05.19

Publicação Nº 2130564

### REUNIÃO DA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO E DEFINIÇÃO DOS VALORES BÁSICOS DO METRO QUADRADO DO TERRENO E DAS EDIFICAÇÕES

Aos treze dias do mês de maio de dois mil e dezenove, às oito horas, reuniram-se na Sala de Licitações, localizado no térreo da Prefeitura Municipal, sita a Praça 25 de Julho, nº 01, os membros que compõem a Comissão para Avaliação e Definição dos Valores Básicos do Metro Quadrado dos Terrenos e Edificações nomeada através do Decreto Municipal nº 1.533, datado de vinte e nove de novembro de 2010, e alterações posteriores conforme Decreto nº 3531, de 07 de agosto de 2013; Decreto 4068, de 21 de maio de 2014; Decreto nº 4155, de 27 de junho de 2014; Decreto 4607, de 19 de março de 2015; Decreto Nº 5413, de 14 de julho de 2016; Decreto Nº 6513, de 13 de setembro de 2017; composta pelos seguintes membros: Representando a Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Alto Vale do Itajaí – AEA VI, o Sr. Valdemiro Avi Filho, como membro titular e o Sr. Antonio Carlos de Oliveira, membro suplente; representando a Associação Empresarial de Rio do Sul – ACIRS, o Sr. Marcelo Figueiredo Luciano, como membro titular e o Sr. Volir José Correia, membro suplente; como representantes dos corretores de imóveis, os senhores: Juliano Ohf Dalfovo e Valdecir Luchtenberg como membros titulares. Levi Ernani Dalfovo e Leonardo Deola, como membros suplentes; sendo representantes da Secretaria de Planejamento o Sr. Marcelo Slomp, como membro titular e o Sr. Thomas Henry Grandberg, como membro suplente; como representantes da Secretaria de Administração, a Sra. Iara Paladino Maia como membro titular e a Sra. Maisa da Luz, como membro suplente. Tendo como representantes da Secretaria da Fazenda, do Departamento de Arrecadação, o Sr. Jonny Schmidt, como membro titular e a Sra. Patricia Raquel Mayr como membro suplente; e do Departamento de Fiscalização Tributária, o Sr. José Luiz do Nascimento, como membro titular e o Sr. Rafael Irineu Fachini, como membro suplente. Sob a presidência do Sr. Sandro Renato Sofka, Diretor do Departamento de Cadastro Multifinalitário, contando com a presença dos seguintes membros: Sr. Juliano Ohf Dalfovo, Sr. Marcelo Figueiredo Luciano, Sr. Valdecir Luchtenberg, Sr. Valdemiro Avi Filho, Sr. Marcelo Slomp, Sr. Jonny Schmidt, Sra. Iara Paladino Maia e a Sra. Lisiane França, que secretariou os trabalhos. Dando início aos trabalhos apresentou-se a pauta para processar, analisar e julgar os seguintes protocolos de revisão de valor venal: Protocolo 177935/2019, em que é requerente PANORAMA IMOBILIARIA E TRANSPORTES LTDA, no qual solicita-se a reavaliação o valor venal do IPTU 2019 do imóvel de cadastro imobiliário 810720, localizado na Rua Dos Anturios, no Bairro Sumaré, cujo valor calculado é de R\$ 145.632,36, por unanimidade resolvem indeferir a solicitação visto que o valor calculado está abaixo do valor de mercado do referido imóvel; Protocolo 177936/2019, em que é requerente PANORAMA IMOBILIARIA E TRANSPORTES LTDA, no qual solicita-se a reavaliação o valor venal do IPTU 2019 do imóvel de cadastro imobiliário 8150, localizado na Rua Dos Anturios, no Bairro Sumaré, cujo valor calculado é de R\$ 145.632,36, por unanimidade resolvem indeferir o pleito por entender que o valor calculado junto ao município está abaixo do valor de mercado do imóvel supradito; Protocolo 177744/2019, em que é interessado ARNILDO ISIDORO RODRIGUES, no qual solicita-se revisão do valor do IPTU 2019 do imóvel de cadastro imobiliário 11563, localizado na Rua Juventude, no Bairro Barragem, cujo valor calculado total é de R\$ 185.072,78, por



unanimidade resolvem acatar a solicitação, concedendo uma redução de 35% (trinta e cinco por cento) no valor venal territorial do imóvel em questão e determina-se aplicar o ano de construção à edificação; Protocolo 177308/2019, em que é requerente SALETE MARIA DO LIVRAMENTO, no qual solicita-se revisão do valor do IPTU 2019 do imóvel de cadastro imobiliário 64982, localizado na Rua Amazonas, no Bairro Eugênio Schneider, cujo valor estimado é de R\$ 253.885,70, por unanimidade resolvem acolher o pleito, concedendo uma redução de 30% (trinta por cento) no valor venal territorial do referido imóvel para adequar o valor estimado junto ao município ao valor de mercado do imóvel supracitado; Protocolo 177392/2019, em que é requerente INGEBORG GALVAN, que em seu requerimento de revisão de IPTU solicita a reavaliação o valor venal do imóvel de cadastro imobiliário 61967, localizado na Rua André Largura, no Bairro Taboão, cujo valor estabelecido é de R\$ 102.043,65; por unanimidade resolvem acatar o pleito e conceder uma redução de 50% (cinquenta por cento) no valor venal territorial do imóvel aludido; além disso, determina-se aplicar o ano de construção à edificação; Protocolo 177382/2019, em que é requerente FÉLIX TOASSI, que em seu requerimento solicita a revisão do valor venal do imóvel de cadastro imobiliário 61170, localizado na Rua dos Vereadores, no Bairro Valada Itoupava, para o qual o valor estimado é de R\$ 1.364.281,92, por unanimidade resolvem deferir o pleito, por entender que o valor mencionado não corresponde ao valor de mercado do imóvel, concedendo uma redução de 50% (cinquenta por cento) no valor venal territorial do imóvel em questão; além disso, determina-se alterar a topografia do imóvel para "irregular"; discordando da decisão, o contribuinte poderá apresentar à presente Comissão, levantamento planialtimétrico com a identificação da área útil do referido imóvel; Protocolo 177444/2019, em que é requerente FERNANDES FAUSTINO MACHADO, no qual solicita-se revisão do valor do IPTU 2019 do imóvel de cadastro imobiliário 30142, localizado na Rua Evaldir José Jasper, no Bairro Fundo Canoas, cujo valor estimado é de R\$ 95.130,83, por unanimidade acatar a solicitação, concedendo uma redução de 20% (vinte por cento) no valor venal territorial do imóvel para adequá-lo ao seu valor de mercado e determina-se alterar a topografia do imóvel para "declive" conforme imagem do Geoprocessamento; Protocolo 177405/2019, em que é interessado JAIR FRONZA, no qual solicita-se revisão do valor do IPTU 2019 do imóvel de cadastro imobiliário 35438, localizado na Estrada Boa Esperança, no Bairro Fundo Canoas, cujo valor estimado é de R\$ 318.939,01; por unanimidade resolvem acolher o pleito e conceder uma redução de 40% (quarenta por cento) no valor venal territorial do imóvel supramencionado para adequar o valor estimado junto ao município ao seu valor de mercado; Protocolo 177418/2019, em que é requerente LUIS RICARDO ERCKMANN, que em seu requerimento solicita a revisão do valor venal do imóvel de cadastro imobiliário 764787, localizado na Rua D do Loteamento Gran Park das Alianças, no Bairro Bremer, para o qual o valor estimado é de R\$ 80.099,95, por unanimidade resolvem indeferir a solicitação por entender que o valor estimado junto ao município está de acordo com o valor de mercado do imóvel supradito; Protocolo 177419/2019, em que é interessado LUIS RICARDO ERCKMANN, no qual solicita-se revisão do valor do IPTU 2019 do imóvel de cadastro imobiliário 733687, localizado na Rua Clemente Sofka, no Bairro Progresso, cujo valor calculado total é de R\$ 62.779,94, por unanimidade resolvem indeferir o pleito por considerar que o valor calculado junto ao município está de acordo com o valor de mercado do imóvel supradito; Protocolo 177420/2019, em que é requerente EDITE TEREZINHA RODEL FERREIRA, no qual solicita-se a reavaliação o valor venal do IPTU 2019 do imóvel de cadastro imobiliário 51916, localizado na Rua João Jacinto Gadotti, no Bairro Canoas, cujo valor calculado é de R\$ 106.801,91, por unanimidade resolvem indeferir a solicitação e encaminhar o referido protocolo para o departamento de fiscalização de obras a fim de verificar a área construída e características da edificação; Protocolo 177481/2019, em que é interessado IVORLI JOÃO HINCKEL, no qual questiona-se o valor venal do imóvel de cadastro imobiliário 63453, localizado na Rua Alfredo Swarowsky, no Bairro Bela Aliança, cujo valor estimado é de R\$ 1.278.863,49, por unanimidade resolvem deferir o pleito, concedendo uma redução de 50% (cinquenta por cento) no valor venal territorial do imóvel em questão; discordando da decisão, o contribuinte poderá apresentar à presente Comissão, levantamento planialtimétrico com a identificação de possíveis áreas de APP e identificação de área útil do referido imóvel; Protocolo 177513/2019, em que é requerente MOACIR JACI PASSERO, que em seu requerimento de revisão de IPTU solicita a reavaliação o valor venal do imóvel de cadastro imobiliário 36351, localizado na Rodovia BR 470, no Bairro Pamplona, cujo valor estabelecido é de R\$ 1.261.334,79; por unanimidade resolvem acatar o pleito, concedendo uma redução de 50% (cinquenta por cento) no valor venal territorial do imóvel em questão; discordando da decisão, o contribuinte poderá apresentar à presente Comissão, levantamento planialtimétrico com a identificação de possíveis áreas de APP e identificação da área útil do referido imóvel; Protocolo 177516/2019, em que é interessada ADRIANA BLOCK FAUSTINO MACHADO, no qual questiona-se o valor venal do imóvel de cadastro imobiliário 748048, localizado na Rua Alfredo Swarowsky, no Bairro Bela Aliança, cujo valor calculado total é de R\$ 364.090,48, por unanimidade resolvem indeferir o pleito por entender que o valor calculado junto ao município reflete o valor de mercado do imóvel supradito; Protocolo 177510/2019, em que é requerente MARIA VOSS, que em seu requerimento de revisão de IPTU solicita a reavaliação o valor venal do imóvel de cadastro imobiliário 64290, localizado no Beco Arnoldo Tillmann, no Bairro Albertina, cujo valor estabelecido é de R\$ 190.750,88; por unanimidade resolvem acolher o pleito, concedendo uma redução de 25% (vinte e cinco por cento) no valor venal territorial do referido imóvel para adequar o valor estabelecido junto ao município ao valor de mercado do imóvel supracitado; Protocolo 177637/2019, em que é interessada JOACIR DALABENETA, no qual questiona-se o valor venal do imóvel de cadastro imobiliário 44465, localizado na Estrada Blumenau, no Bairro Bremer, cujo valor calculado é de R\$ 192.910,12, por unanimidade acatar a solicitação, concedendo uma redução de 50% (cinquenta por cento) no valor venal territorial do imóvel supramencionado para adequá-lo ao seu valor de mercado; Protocolo 177624/2019, em que é requerente D R T SOM E ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS LTDA ME, que em seu requerimento solicita a revisão do valor venal do imóvel de cadastro imobiliário 63738, localizado na Rua Júlio Schlupp, no Bairro Bela Aliança, para o qual o valor estimado é de R\$ 1.454.449,54, por unanimidade resolvem deferir o pleito, por entender que o valor mencionado não corresponde ao valor de mercado do imóvel, concedendo uma redução de 50% (cinquenta por cento) no valor venal territorial do imóvel em questão; Protocolo 179123/2019, em que é interessada DILVA CEOLA, no qual questiona-se o valor venal do imóvel de cadastro imobiliário 13647, localizado na Rua Emilio Ferrari, no Bairro Canta Galo, cujo valor calculado é de R\$ 186.596,65, por unanimidade resolvem acolher o pleito, concedendo uma redução de 50% (cinquenta por cento) no valor venal territorial do imóvel em questão, considerando se tratar de caso análogo aos analisados nos protocolos 165028/2017 e 174720/2018; Protocolo 177702/2019, em que é interessado ADEMIR PEDRO STÜPP, no qual solicita-se redução dos valores lançados do IPTU 2019 do cadastro imobiliário 41030, localizado na Rua Helga Ana Cordeiro Kriech, no Bairro Laranjeiras, cujo valor calculado é de R\$ 202.327,16, por unanimidade resolvem acolher o pleito, concedendo uma redução de 35% (trinta e cinco por cento) no valor venal territorial do referido imóvel para adequar o valor calculado junto ao município ao valor de mercado do imóvel supracitado; Protocolo 177710/2019, em que é requerente HELENA COELHO DIAS, que em seu requerimento solicita a revisão do valor venal do imóvel de cadastro imobiliário 7874, localizado na Rua Guilherme Laubenstein, no Bairro Sumaré, para o qual o valor estimado é de R\$ 225.196,37, por unanimidade resolvem acatar a solicitação, concedendo uma redução de 40% (quarenta por cento) no valor venal territorial do imóvel em questão; além disso, determina-se aplicar o ano de construção à edificação e encaminhar o referido protocolo para o departamento de fiscalização de obras a fim de verificar a área construída e características da edificação; Protocolo 177727/2019, em que é requerente MARE ADMINISTRADORA DE BENS S/A, no qual solicita-se revisão do valor do IPTU 2019 do imóvel de cadastro imobiliário 8909, localizado na Rua Engenheiro Odebrecht, no Bairro Budag, cujo valor estimado é de R\$ 479.120,77, por unanimidade resolvem acatar o pleito, concedendo uma redução de

50% (cinquenta por cento) no valor venal territorial do imóvel aludido; discordando da decisão, o contribuinte poderá apresentar à presente Comissão, levantamento planialtimétrico com a identificação de possíveis áreas de APP e identificação da área útil do referido imóvel; Protocolo 177756/2019, em que é requerente ANGELO MASCHIO, no qual solicita-se revisão do valor do IPTU 2019 do imóvel de cadastro imobiliário 17952, localizado na Rua Georg Rausch, no Bairro Navegantes, cujo valor estimado é de R\$ 398.706,94, por unanimidade resolvem acatar a solicitação, concedendo uma redução de 50% (cinquenta por cento) no valor venal territorial do imóvel aludido; discordando da decisão, o contribuinte poderá apresentar à presente Comissão, levantamento planialtimétrico com a identificação de possíveis áreas de APP e identificação da área útil do referido imóvel; Protocolo 177790/2019, em que é requerente NILTON SBORZ, no qual solicita-se a reavaliação o valor venal do IPTU 2019 do imóvel de cadastro imobiliário 17475, localizado na Rua Prefeito Luiz Adelar Soldatelli, no Bairro Valada São Paulo, cujo valor calculado é de R\$ 507.355,63, por unanimidade resolvem acatar a solicitação, concedendo uma redução de 50% (cinquenta por cento) no valor venal territorial do imóvel supradito. Em tempo, referente ao protocolo 177624/2019, o membro da comissão Sr. Valdecir Luchtenberg ficou afastado da votação, uma vez que no referido protocolo há um laudo de avaliação de sua autoria. Nada mais havendo, às 09h50, o presidente encerrou a reunião e eu, Lisiane França, digitei a presente ata, que após lida e aprovada será pelos presentes assinada.

Sandro Renato Sofka  
Presidente da Comissão

Rio do Sul, 13 de maio de 2019

Nome: Valdecir Luchtenberg  
Entidade: CORRETORES

Nome: Marcelo Figueiredo Luciano  
Entidade: ACIRS

Nome: Juliano Ohf Dalfovo  
Entidade: CORRETORES

Nome: Valdemiro Avi Filho  
Entidade: AEA VI

Nome: Jonny Schmidt  
Entidade: FAZENDA

Nome: José Luiz do Nascimento  
Entidade: FAZENDA

Nome: Iara Paladino Maia  
Entidade: ADMINISTRAÇÃO

Nome: Marcelo Slomp  
Entidade: PLANEJAMENTO

Nome: Lisiane França  
SECRETÁRIA DA COMISSÃO

## ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO E DEFINIÇÃO DOS VAL. DE 13.06.19

Publicação Nº 2130555

### REUNIÃO DA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO E DEFINIÇÃO DOS VALORES BÁSICOS DO METRO QUADRADO DO TERRENO E DAS EDIFICAÇÕES

Aos treze dias do mês de junho de dois mil e dezenove, às oito horas, reuniram-se na Sala de Licitações, localizado no térreo da Prefeitura Municipal, sita a Praça 25 de Julho, nº 01, os membros que compõem a Comissão para Avaliação e Definição dos Valores Básicos do Metro Quadrado dos Terrenos e Edificações nomeada através do Decreto Municipal nº 1.533, datado de vinte e nove de novembro de 2010, e alterações posteriores conforme Decreto nº 3531, de 07 de agosto de 2013; Decreto 4068, de 21 de maio de 2014; Decreto nº 4155, de 27 de junho de 2014; Decreto 4607, de 19 de março de 2015; Decreto Nº 5413, de 14 de julho de 2016; Decreto Nº 6513, de 13 de setembro de 2017; composta pelos seguintes membros: Representando a Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Alto Vale do Itajaí – AEA VI, o Sr. Valdemiro Avi Filho, como membro titular e o Sr. Antonio Carlos de Oliveira, membro suplente; representando a Associação Empresarial de Rio do Sul – ACIRS, o Sr. Marcelo Figueiredo Luciano, como membro titular e o Sr. Volir José Correia, membro suplente; como representantes dos corretores de imóveis, os senhores: Juliano Ohf Dalfovo e Valdecir Luchtenberg como membros titulares. Levi Ernani Dalfovo e Leonardo Deola, como membros suplentes; sendo representantes da Secretaria de Planejamento o Sr. Marcelo Slomp, como membro titular e o Sr. Thomas Henry Grandberg, como membro suplente; como representantes da Secretaria de Administração, a Sra. Iara Paladino Maia como membro titular e a Sra. Maisa da Luz, como membro suplente. Tendo como representantes da Secretaria da Fazenda, do Departamento de Arrecadação, o Sr. Jonny Schmidt, como membro titular e a Sra. Patricia Raquel Mayr como membro suplente; e do Departamento de Fiscalização Tributária, o Sr. José Luiz do Nascimento, como membro titular e o Sr. Rafael Irineu Fachini, como membro suplente. Sob a presidência do Sr. Sandro Renato Sofka, Diretor do Departamento de Cadastro Multifinalitário, contando com a presença dos seguintes membros: Sr. Juliano Ohf Dalfovo, Sr. Marcelo Figueiredo Luciano, Sr. Valdecir Luchtenberg, Sr. Valdemiro Avi Filho, Sr. José Luiz do Nascimento, Sr. Marcelo Slomp, Sr. Jonny Schmidt, Sra. Iara Paladino Maia e a Sra. Lisiane França, que secretariou os trabalhos. Dando início aos trabalhos apresentou-se a pauta para estabelecer o valor venal de dois imóveis para fins de ITBI: 1) Cadastro Imobiliário 813664, localizado na Rua Dos Pioneiros, no Bairro Centro, no Condomínio Fechado Frederico Boell, correspondente à área 05; 2) Cadastro Imobiliário 813648, localizado na Rua Dos Pioneiros, no Bairro Centro, no Condomínio Fechado Frederico Boell, correspondente à área 03; por maioria simples dos votos dos membros presentes, resolve-se deferir o pleito e conceder uma redução de 50% (cinquenta por cento) no valor venal territorial de ambos os imóveis; caso o contribuinte discorde de decisão deverá apresentar 2 (duas) avaliações contraditórias ao valor venal

estimado pela Comissão, emitidas por Imobiliárias ou Corretores de Imóveis diferentes e legalmente habilitados, conforme inc. I do § 1º do art. 1º do decreto nº 121, de 10 de abril de 2007; Em seguida, apresentou-se a pauta para processar, analisar e julgar os seguintes protocolos de revisão de valor venal para fins de IPTU: Protocolo 178070/2019, em que é requerente RUBENS BACHMANN, que em seu requerimento solicita a revisão do valor venal do imóvel de cadastro imobiliário 18309, localizado na Rua Caetano Falleti, no Bairro Bela Aliança, para o qual o valor estimado é de R\$ 236.009,61, por unanimidade resolvem deferir o pleito, concedendo uma redução de 35% (trinta e cinco por cento) no valor venal territorial do imóvel, por considerar que o valor supramencionado não corresponde ao valor de mercado do imóvel; Protocolo 178124/2019, em que é interessado JONAS SILVIO TORRES, no qual solicita-se redução dos valores lançados do IPTU 2019 do cadastro imobiliário 44447, localizado na Estrada Blumenau, no Bairro Bremer, no Condomínio Fechado Torres, cujo valor calculado é de R\$ 149.458,88, por unanimidade resolvem deferir o pleito, concedendo uma redução de 35% (trinta e cinco por cento) no valor venal territorial do imóvel, por entender que o valor mencionado não corresponde ao valor de mercado do imóvel; Protocolo 178126/2019, em que é requerente OSNIR MILIORINI, que em seu requerimento solicita a revisão do valor venal do imóvel de cadastro imobiliário 18589, localizado na Rua Alfredo Swarowsky, no Bairro Bela Aliança, para o qual o valor estimado é de R\$ 167.657,47, por unanimidade resolvem deferir o pleito, concedendo uma redução de 35% (trinta e cinco por cento) no valor venal territorial do imóvel, por considerar que o valor supramencionado não corresponde ao valor de mercado do imóvel; Protocolo 178119/2019, em que é requerente RAUL CARLOS PAMPLONA JUNIOR, que em seu requerimento solicita a revisão do valor venal do imóvel de cadastro imobiliário 52664, localizado na Rua Leopoldo Ledra, no Bairro Santana, para o qual o valor estimado é de R\$ 436.993,86, por unanimidade resolvem deferir o pleito, concedendo uma redução de 50% (cinquenta por cento) no valor venal territorial do imóvel; discordando da decisão, o contribuinte deverá apresentar a matrícula atualizada do imóvel com averbação da Área de Preservação Permanente; Protocolo 178172/2019, em que é interessada ANGELA MARIA CAVILHA JUPPA, no qual questiona-se o valor venal do imóvel de cadastro imobiliário 32049, localizado na Estrada Blumenau, no Bairro Bremer, cujo valor calculado total é de R\$ 321.445,91, por unanimidade resolvem deferir o pleito, concedendo uma redução de 50% (cinquenta por cento) no valor venal territorial do imóvel; discordando da decisão, o contribuinte deverá apresentar a matrícula atualizada do imóvel com averbação da Área de Preservação Permanente; Protocolo 178174/2019, em que é interessada IRMA SCHMITT, no qual questiona-se o valor venal do imóvel de cadastro imobiliário 51101, localizado na Avenida Oscar Barcelos, no Bairro Centro, cujo valor calculado é de R\$ 532.772,95, por unanimidade resolvem deferir o pleito, concedendo uma redução de 35% (trinta e cinco por cento) no valor venal territorial do imóvel, por considerar que o valor supramencionado não corresponde ao valor de mercado do imóvel; Protocolo 178175/2019, em que é requerente IRMA SCHMITT que em seu requerimento de revisão de IPTU solicita a reavaliação o valor venal do imóvel de cadastro imobiliário 3920, localizado na Rua Manoel Livramento, no Bairro Centro, cujo valor estabelecido é de R\$ 108.516,60; por unanimidade resolvem indeferir o pleito – visto que o valor mencionado está aquém ao valor de mercado do imóvel; Protocolo 178176/2019, em que é interessada IRMA SCHMITT, no qual questiona-se o valor venal do imóvel de cadastro imobiliário 50905, localizado na Rua Monte Castelo, no Bairro Centro, cujo valor calculado é de R\$ 253.471,86, por unanimidade resolvem indeferir o pleito, considerando que o valor supracitado está abaixo do valor de mercado do imóvel; Protocolo 178177/2019, em que é interessada IRMA SCHMITT, no qual questiona-se o valor venal do imóvel de cadastro imobiliário 14442, localizado na Rua Expedicionário Nardelli, no Bairro Centro, cujo valor calculado é de R\$ 210.528,93, por unanimidade resolvem indeferir o pleito, visto que o valor mencionado não alcança o valor de mercado do imóvel; Protocolo 178179/2019, em que é requerente ROSELI STADNIK, que em seu requerimento solicita a revisão do valor venal do imóvel de cadastro imobiliário 14454, localizado na Rua Manoel Jose Teixeira, no Bairro Centro, para o qual o valor estimado é de R\$ 175.272,29, por unanimidade resolvem indeferir o pleito, por entender que o valor mencionado está abaixo do valor de mercado do imóvel; Protocolo 178180/2019, em que é interessada ROSELI STADNIK, no qual solicita-se redução dos valores lançados do IPTU 2019 dos imóveis: 1) cadastro imobiliário 14500, localizado na Rua Manoel José Teixeira, no Bairro Centro, denominado “Apartamento 01 – térreo”, cujo valor calculado é de R\$ 135.497,23; 2) cadastro imobiliário 44630, localizado na Rua Manoel José Teixeira, no Bairro Centro, denominado “Apartamento 101”, cujo valor calculado é de R\$ 121.244,49; 3) cadastro imobiliário 87887, localizado na Rua Manoel José Teixeira, no Bairro Centro, denominado “Apartamento 102”, cujo valor calculado é de R\$ 121.244,49; por unanimidade resolvem indeferir a solicitação já que os valores anteriormente citados estão abaixo do valor de mercado do imóvel; Protocolo 178211/2019, em que é requerente NELO SLOMP, que em seu requerimento solicita a revisão do valor venal do imóvel de cadastro imobiliário 39462, localizado na Rua Augusto Sofka, no Bairro Fundo Canoas, para o qual o valor estimado é de R\$ 105.932,06, por unanimidade resolvem indeferir o pleito; discordando da decisão, o contribuinte poderá apresentar à presente Comissão, levantamento planialtimétrico com a identificação da área útil do referido imóvel ou a matrícula atualizada do imóvel com averbação da Área de Preservação Permanente; Protocolo 178209/2019, em que é interessado NELO SLOMP, no qual solicita-se revisão do valor do IPTU 2019 dos imóveis: 1) cadastro imobiliário 44583, localizado na Rua Augusto Sofka, no Bairro Fundo Canoas, no Condomínio Fechado Residencial Vila Real I, cujo valor calculado total é de R\$ 122.013,46; 2) cadastro imobiliário 44584, localizado na Rua Augusto Sofka, no Bairro Fundo Canoas, no Condomínio Fechado Residencial Vila Real I, cujo valor calculado total é de R\$ 114.956,48; 3) cadastro imobiliário 44585, localizado na Rua Augusto Sofka, no Bairro Fundo Canoas, no Condomínio Fechado Residencial Vila Real I, cujo valor calculado total é de R\$ 107.533,07; 4) cadastro imobiliário 44586, localizado na Rua Augusto Sofka, no Bairro Fundo Canoas, no Condomínio Fechado Residencial Vila Real I, cujo valor calculado total é de R\$ 107.533,07; 5) cadastro imobiliário 44587, localizado na Rua Augusto Sofka, no Bairro Fundo Canoas, no Condomínio Fechado Residencial Vila Real I, cujo valor calculado total é de R\$ 113.818,75; por maioria simples dos votos resolve-se acatar a solicitação aplicando uma redução de 15% (quinze por cento) no valor venal territorial dos imóveis supraditos; Protocolo 178208/2019, em que é requerente JMF ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA, no qual solicita-se a reavaliação o valor venal do IPTU 2019 do imóvel de cadastro imobiliário 12972, localizado na Rua Jaco Finardi, no Bairro Canta Galo, cujo valor estimado é de R\$ 268.752,34, resolvem indeferir o pleito, sendo que fica mantida a redução de valor venal territorial concedida através do protocolo 170849/2018, no ano de 2018; Protocolo 178189/2019, em que é interessado ALOYSIO SEBOLD, no qual questiona-se o valor venal do imóvel de cadastro imobiliário 53638, localizado na Rua XV de Novembro, no Bairro Laranjeiras, cujo valor estimado é de R\$ 886.720,11, por unanimidade resolvem acolher o pleito e conceder uma redução de 50% (cinquenta por cento) no valor venal territorial do imóvel; discordando da decisão, o contribuinte poderá apresentar a matrícula atualizada do imóvel com averbação da Área de Preservação Permanente; Protocolo 178231/2019, em que é interessado CARLOS VIRGILIO VOLTOLINI – ESPÓLIO, no qual questiona-se o valor venal do imóvel de cadastro imobiliário 61266, localizado na Rua Expedicionário Aleandro Steidle, no Bairro Valada Itoupava, cujo valor estimado é de R\$ 463.141,17, por unanimidade resolvem indeferir o pleito; o referido protocolo deverá ser encaminhado para a Secretaria de Agricultura para verificar se trata-se de imóvel produtivo; Protocolo 178797/2019, em que é requerente MARIA BENATTI, no qual solicita-se a avaliação do valor venal dos imóveis de matrícula 2006 e 52843, localizados às margens do Ribeirão do Tigre, por unanimidade estima-se: 1) referente a matrícula 2006, o valor de R\$ 10.000,00 por hectare; 2) referente transcrição 52843, o valor de R\$ 10.000,00 para 5 hectares e de R\$ 25.000,00 para os demais 3 hectares e benfeitorias. Em tempo, referente aos protocolos 178211/2019 e 178209/2019, o membro da comissão Sr. Marcelo Slomp ficou afastado da votação, por possuir relação de



parentesco ascendente de 1º grau com o interessado, Sr. Nelo Slomp. Nada mais havendo, às 10h, o presidente encerrou a reunião e eu, Lisiane França, digitei a presente ata, que após lida e aprovada será pelos presentes assinada.

Sandro Renato Sofka  
Presidente da Comissão

Rio do Sul, 13 de junho de 2019

Nome: Valdecir Luchtenberg	Nome: Marcelo Figueiredo Luciano
Entidade: CORRETORES	Entidade: ACIRS

Nome: Juliano Ohf Dalfovo	Nome: Valdemiro Avi Filho
Entidade: CORRETORES	Entidade: AEA VI

Nome: Jonny Schmidt	Nome: José Luiz do Nascimento
Entidade: FAZENDA	Entidade: FAZENDA

Nome: Iara Paladino Maia	Nome: Marcelo Slomp
Entidade: ADMINISTRAÇÃO	Entidade: PLANEJAMENTO

Nome: Lisiane França  
SECRETÁRIA DA COMISSÃO

## **ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO E DEFINIÇÃO DOS VAL. DE 18.06.19**

Publicação N° 2130561

### **REUNIÃO DA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO E DEFINIÇÃO DOS VALORES BÁSICOS DO METRO QUADRADO DO TERRENO E DAS EDIFICAÇÕES**

Aos dezoito dias do mês de junho de dois mil e dezenove, às oito horas e trinta minutos, reuniram-se na Sala de Licitações, localizado no térreo da Prefeitura Municipal, sita a Praça 25 de Julho, nº 01, os membros que compõem a Comissão para Avaliação e Definição dos Valores Básicos do Metro Quadrado dos Terrenos e Edificações nomeada através do Decreto Municipal nº 1.533, datado de vinte e nove de novembro de 2010, e alterações posteriores conforme Decreto nº 3531, de 07 de agosto de 2013; Decreto 4068, de 21 de maio de 2014; Decreto nº 4155, de 27 de junho de 2014; Decreto 4607, de 19 de março de 2015; Decreto N° 5413, de 14 de julho de 2016; Decreto N° 6513, de 13 de setembro de 2017; composta pelos seguintes membros: Representando a Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Alto Vale do Itajaí – AEA VI, o Sr. Valdemiro Avi Filho, como membro titular e o Sr. Antonio Carlos de Oliveira, membro suplente; representando a Associação Empresarial de Rio do Sul – ACIRS, o Sr. Marcelo Figueiredo Luciano, como membro titular e o Sr. Volir José Correia, membro suplente; como representantes dos corretores de imóveis, os senhores: Juliano Ohf Dalfovo e Valdecir Luchtenberg como membros titulares. Levi Ernani Dalfovo e Leonardo Deola, como membros suplentes; sendo representantes da Secretaria de Planejamento o Sr. Marcelo Slomp, como membro titular e o Sr. Thomas Henry Grandberg, como membro suplente; como representantes da Secretaria de Administração, a Sra. Iara Paladino Maia como membro titular e a Sra. Maisa da Luz, como membro suplente. Tendo como representantes da Secretaria da Fazenda, do Departamento de Arrecadação, o Sr. Jonny Schmidt, como membro titular e a Sra. Patricia Raquel Mayr como membro suplente; e do Departamento de Fiscalização Tributária, o Sr. José Luiz do Nascimento, como membro titular e o Sr. Rafael Irineu Fachini, como membro suplente. Sob a presidência do Sr. Sandro Renato Sofka, Diretor do Departamento de Cadastro Multifinalitário, contando com a presença dos seguintes membros: Sr. Juliano Ohf Dalfovo, Sr. Marcelo Figueiredo Luciano, Sr. Valdecir Luchtenberg, Sr. Valdemiro Avi Filho, Sr. Marcelo Slomp, Sr. Jonny Schmidt, Sra. Iara Paladino Maia e a Sra. Lisiane França, que secretariou os trabalhos. Dando início aos trabalhos apresentou-se a pauta para processar, analisar e julgar os seguintes protocolos de revisão de valor venal: Protocolo 178347/2019, em que é interessado EMILIO CESAR TSCHUMI, no qual questiona-se o valor venal do imóvel de cadastro imobiliário 34570, localizado na rodovia BR 470, no Bairro Canta Galo, cujo valor calculado total é de R\$ 1.539.753,14; por unanimidade resolvem indeferir o pleito, porém determina-se alterar a testada principal do imóvel, passando o imóvel a ter sua frente para a Ladeira Serra Geral, em virtude da ausência de acesso ao imóvel a partir da Rodovia BR 470 devido à sua topografia; Protocolo 178238/2019, em que é requerente FRONZA IMOBILIÁRIA LTDA ME, que em seu requerimento de revisão de IPTU solicita a reavaliação o valor venal do imóvel de cadastro imobiliário 40869, localizado na Estrada Blumenau, no Bairro Canta Galo, cujo valor estabelecido é de R\$ 111.543,18; por unanimidade resolvem indeferir o pleito – visto que o valor mencionado está de acordo com o valor de mercado do imóvel; Protocolo 178240/2019, em que é interessada CURT SCHROEDER SA IND E COM, no qual questiona-se o valor venal do imóvel de cadastro imobiliário 84455, localizado na Avenida Barão do Rio Branco, no Bairro Budag, cujo valor calculado total é de R\$ 245.740,79, por unanimidade resolvem indeferir o pleito, por entender que o valor calculado junto ao município corresponde ao valor de mercado do imóvel; Protocolo 178341/2019, em que é interessado DEJALMO RODRIGUES PADILHA, no qual questiona-se o valor venal do imóvel de cadastro imobiliário 24652, localizado na Rua Luiz Olimpio Ferrari, no Bairro Fundo Canoas, cujo valor calculado é de R\$ 164.887,91, por unanimidade resolvem indeferir o pleito, uma vez que o valor mencionado está de acordo com o valor de mercado do imóvel; Protocolo 178337/2019, em que é requerente ALDO NESTOR SIEBERT, que em seu requerimento de revisão de IPTU solicita a reavaliação o valor venal dos imóveis: 1) cadastro imobiliário 41111, localizado no Beco Piçarras, no Bairro Bremer, no Condomínio Fechado Residencial Siebert, cujo valor estabelecido é de R\$ 171.266,24; 2) cadastro imobiliário 41113, localizado no Beco Piçarras, no Bairro Bremer, no Condomínio Fechado Residencial Siebert, cujo valor estabelecido é de R\$ 210.141,12;



3) cadastro imobiliário 41117, localizado no Beco Piçarras, no Bairro Bremer, no Condomínio Fechado Residencial Siebert, cujo valor estabelecido é de R\$ 171.010,00; por unanimidade resolvem deferir o pleito concedendo: 1) para o cadastro imobiliário 41111, uma redução de 30% (trinta por cento) no seu valor venal territorial; 2) para o cadastro imobiliário 41113, uma redução de 35% (trinta e cinco por cento) no seu valor venal territorial; 3) para o cadastro imobiliário 41117, uma redução de 30% (trinta por cento) no seu valor venal territorial; Protocolo 178313/2019, em que é requerente OSVALDO DALCANALE, que em seu requerimento solicita a revisão do valor venal do imóvel de cadastro imobiliário 11559, localizado na Rua Juventude, no Bairro Barragem, para o qual o valor estimado é de R\$ 96.154,99, determina-se encaminhar o referido protocolo para verificação da existência de tubulação no imóvel; posteriormente o protocolo será reanalisado pela Comissão; Protocolo 178307/2019, em que é interessado DECIO MIRAGAIA FINARDI, no qual solicita-se redução dos valores lançados do IPTU 2019 do imóvel de cadastro imobiliário 7337, localizado na Rua Helmuth Skowasch, no Bairro Sumaré, cujo valor calculado é de R\$ 248.232,75; por unanimidade resolvem indeferir a solicitação já que o valor anteriormente citado está abaixo do valor de mercado do imóvel; Protocolo 178402/2019, em que é requerente PRISCILA SKOWASCH, que em seu requerimento solicita a revisão do valor venal do imóvel de cadastro imobiliário 38165, localizado na Rua Victor Meirelles, no Bairro Budag, para o qual o valor estimado é de R\$ 225.269,29, por unanimidade resolvem acolher o pleito e conceder uma redução de 50% (cinquenta por cento) no valor venal territorial do referido imóvel; Protocolo 178430/2019, em que é interessado NASCHENWENG & CIA LTDA, no qual questiona-se o valor venal do imóvel de cadastro imobiliário 22887, localizado na Rua Guanabara, no Bairro Boa Vista, cujo valor calculado total é de R\$ 987.738,76, por unanimidade resolvem deferir o pleito, concedendo uma redução de 40% (quarenta por cento) no valor venal territorial do imóvel; Protocolo 178432/2019, em que é requerente METRO CUBICO ENGENHARIA EIRELI EPP, que em seu requerimento solicita a revisão do valor venal do imóvel de cadastro imobiliário 49659, localizado na Rua Polibio Pinheiro, no Bairro Taboão, no Condomínio Fechado Residencial Unique, para o qual o valor estimado é de R\$ 114.419,31, por unanimidade resolvem indeferir o pleito visto que o valor mencionado está de acordo com o valor de mercado do imóvel; Protocolo 178433/2019, em que é requerente METRO CUBICO ENGENHARIA EIRELI EPP, que em seu requerimento solicita a revisão do valor venal do imóvel de cadastro imobiliário 49660, localizado na Rua Polibio Pinheiro, no Bairro Taboão, no Condomínio Fechado Residencial Unique, para o qual o valor estimado é de R\$ 104.910,66, por unanimidade resolvem indeferir o pleito visto que o valor mencionado está de acordo com o valor de mercado do imóvel; Protocolo 178435/2019, em que é requerente METRO CUBICO ENGENHARIA EIRELI EPP, que em seu requerimento solicita a revisão do valor venal do imóvel de cadastro imobiliário 49663, localizado na Rua Polibio Pinheiro, no Bairro Taboão, no Condomínio Fechado Residencial Unique, para o qual o valor estimado é de R\$ 120.606,51, por unanimidade indefere-se o pleito visto que o valor estimado junto ao município corresponde ao valor de mercado do imóvel; Protocolo 178437/2019, em que é interessado BAMST EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, no qual questiona-se o valor venal do imóvel de cadastro imobiliário 30196, localizado na Rua Rafael Rossa, no Bairro Fundo Canoas, cujo valor calculado é de R\$ 591.693,95, por unanimidade resolvem indeferir o pleito visto que o valor mencionado corresponde ao valor de mercado do imóvel; Protocolo 178481/2019, em que é interessado ERVINO MARCHI, no qual questiona-se o valor venal do imóvel de cadastro imobiliário 59133, localizado na Rua Prefeito Wenceslau Borini, no Bairro Santa Galo, cujo valor calculado é de R\$ 231.378,60, por unanimidade indefere-se o pleito visto que o valor estimado junto ao município corresponde ao valor de mercado do imóvel; Protocolo 178480/2019, em que é interessado ERVINO MARCHI, no qual questiona-se o valor venal do imóvel de cadastro imobiliário 12980, localizado na Rua Prefeito Wenceslau Borini, no Bairro Santa Galo, cujo valor calculado é de R\$ 124.351,61, por unanimidade resolvem indeferir o pleito visto que o valor calculado pelo município está de acordo com o valor de mercado do imóvel; Protocolo 178478/2019, em que é interessado ERVINO MARCHI, no qual questiona-se o valor venal do imóvel de cadastro imobiliário 38040, localizado na Estrada Do Redentor, no Bairro Santa Galo, cujo valor calculado é de R\$ 169.164,70, por unanimidade resolvem indeferir o pleito visto que o valor mencionado está de acordo com o valor de mercado do imóvel; Protocolo 178473/2019, em que é requerente GELMIRA MARIA CEOLA, que em seu requerimento solicita a revisão do valor venal do imóvel de cadastro imobiliário 13646, localizado na Rua Emilio Ferrari, no Bairro Santa Galo, para o qual o valor estimado é de R\$ 178.632,61, por unanimidade resolvem acolher o pleito e conceder uma redução de 50% (cinquenta por cento) no valor venal territorial do referido imóvel; Protocolo 178577/2019, em que é requerente KATIA REGINA BILCK, no qual solicita-se a reavaliação o valor venal do IPTU 2019 do imóvel de cadastro imobiliário 27820, localizado na Rua Conselheiro Willy Hering, no Bairro Bela Aliança, cujo valor calculado é de R\$ 127.021,58, por unanimidade indefere-se o pleito visto que o valor calculado junto ao município corresponde ao valor de mercado do imóvel; Protocolo 178594/2019, em que é interessado THIAGO DA SILVA, no qual questiona-se o valor venal do imóvel de cadastro imobiliário 39587, localizado na Estrada Blumenau, no Bairro Bremer, cujo valor estimado é de R\$ 99.413,72, por unanimidade resolvem deferir o pleito, concedendo uma redução de 20% (vinte por cento) no valor venal territorial do imóvel; Protocolo 178596/2019, em que é requerente JOSÉ CRESCÊNCIO, que em seu requerimento de revisão de IPTU solicita a reavaliação o valor venal dos imóveis: 1) cadastro imobiliário 792551, localizado na Rua Victor Konder, no Bairro Canoas, referente ao apartamento 301, cujo valor estabelecido é de R\$ 220.575,94; 2) cadastro imobiliário 792560, localizado na Rua Victor Konder, no Bairro Canoas, referente ao apartamento 302, cujo valor estabelecido é de R\$ 220.575,94; 3) cadastro imobiliário 792578, localizado na Rua Victor Konder, no Bairro Canoas, referente ao apartamento 401, cujo valor estabelecido é de R\$ 220.575,94; 4) cadastro imobiliário 792586, localizado na Rua Victor Konder, no Bairro Canoas, referente ao apartamento 402, cujo valor estabelecido é de R\$ 220.575,94; por unanimidade resolvem indeferir o pleito visto que os valores mencionados estão de acordo com os valores de mercado dos imóveis; Protocolo 178766/2019, em que é interessado CLEITON NECKEL, no qual questiona-se o valor venal dos imóveis: 1) cadastro imobiliário 794953, localizado no Beco Rainoldo Horst, no Bairro Boa Vista, que refere-se ao apartamento 01, cujo valor calculado total é de R\$ 239.434,81; 2) cadastro imobiliário 794961, localizado no Beco Rainoldo Horst, no Bairro Boa Vista, que refere-se ao apartamento 02, cujo valor calculado total é de R\$ 239.434,81; 3) cadastro imobiliário 794970, localizado no Beco Rainoldo Horst, no Bairro Boa Vista, que refere-se ao apartamento 03, cujo valor calculado total é de R\$ 239.434,81; 4) cadastro imobiliário 794988, localizado no Beco Rainoldo Horst, no Bairro Boa Vista, que refere-se ao apartamento 04, cujo valor calculado total é de R\$ 239.434,81; por unanimidade resolvem indeferir o pleito visto que os valores mencionados estão de acordo com os valores de mercado dos imóveis; Protocolo 179000/2019, em que é interessado LUIS CLAUDIO HOBUS, no qual questiona-se o valor venal do imóvel de cadastro imobiliário 5410, localizado na Rua Adolfo Bühr, no Bairro Eugenio Schneider, cujo valor calculado é de R\$ 151.769,68, por unanimidade indefere-se o pleito visto que o valor calculado junto ao município corresponde ao valor de mercado do imóvel. Nada mais havendo, o presidente encerrou a reunião e eu, Lisiane França, digitei a presente ata, que após lida e aprovada será pelos presentes assinada.

Sandro Renato Sofka  
Presidente da Comissão

Rio do Sul, 18 de junho de 2019

Nome: Valdecir Luchtenberg  
Entidade: CORRETORES

Nome: Marcelo Figueiredo Luciano  
Entidade: ACIRS

Nome: Juliano Ohf Dalfovo  
Entidade: CORRETORES

Nome: Valdemiro Avi Filho  
Entidade: AEA VI

Nome: Jonny Schmidt  
Entidade: FAZENDA

Nome: José Luiz do Nascimento  
Entidade: FAZENDA

Nome: Iara Paladino Maia  
Entidade: ADMINISTRAÇÃO

Nome: Marcelo Slomp  
Entidade: PLANEJAMENTO

Nome: Lisiane França  
SECRETÁRIA DA COMISSÃO

## ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO E DEFINIÇÃO DOS VAL. DE 24.05.19

Publicação Nº 2130557

### REUNIÃO DA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO E DEFINIÇÃO DOS VALORES BÁSICOS DO METRO QUADRADO DO TERRENO E DAS EDIFICAÇÕES

Aos vinte e quatro dias do mês de maio de dois mil e dezenove, às oito horas, reuniram-se na Sala de Licitações, localizado no térreo da Prefeitura Municipal, sita a Praça 25 de Julho, nº 01, os membros que compõem a Comissão para Avaliação e Definição dos Valores Básicos do Metro Quadrado dos Terrenos e Edificações nomeada através do Decreto Municipal nº 1.533, datado de vinte e nove de novembro de 2010, e alterações posteriores conforme Decreto nº 3531, de 07 de agosto de 2013; Decreto 4068, de 21 de maio de 2014; Decreto nº 4155, de 27 de junho de 2014; Decreto 4607, de 19 de março de 2015; Decreto Nº 5413, de 14 de julho de 2016; Decreto Nº 6513, de 13 de setembro de 2017; composta pelos seguintes membros: Representando a Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Alto Vale do Itajaí – AEA VI, o Sr. Valdemiro Avi Filho, como membro titular e o Sr. Antonio Carlos de Oliveira, membro suplente; representando a Associação Empresarial de Rio do Sul – ACIRS, o Sr. Marcelo Figueiredo Luciano, como membro titular e o Sr. Volir José Correia, membro suplente; como representantes dos corretores de imóveis, os senhores: Juliano Ohf Dalfovo e Valdecir Luchtenberg como membros titulares. Levi Ernani Dalfovo e Leonardo Deola, como membros suplentes; sendo representantes da Secretaria de Planejamento o Sr. Marcelo Slomp, como membro titular e o Sr. Thomas Henry Grandberg, como membro suplente; como representantes da Secretaria de Administração, a Sra. Iara Paladino Maia como membro titular e a Sra. Maisa da Luz, como membro suplente. Tendo como representantes da Secretaria da Fazenda, do Departamento de Arrecadação, o Sr. Jonny Schmidt, como membro titular e a Sra. Patricia Raquel Mayr como membro suplente; e do Departamento de Fiscalização Tributária, o Sr. José Luiz do Nascimento, como membro titular e o Sr. Rafael Irineu Fachini, como membro suplente. Sob a presidência do Sr. Sandro Renato Sofka, Diretor do Departamento de Cadastro Multifinalitário, contando com a presença dos seguintes membros: Sr. Juliano Ohf Dalfovo, Sr. Marcelo Figueiredo Luciano, Sr. Valdecir Luchtenberg, Sr. Valdemiro Avi Filho, Sr. José Luiz do Nascimento, Sr. Marcelo Slomp, Sr. Jonny Schmidt, Sra. Iara Paladino Maia e a Sra. Lisiane França, que secretariou os trabalhos, além do Sr. Rubens Menslin, fiscal de tributos, que participou da reunião a convite. Dando início aos trabalhos o Sr. Rubens Menslin, explanou sobre o entendimento da Prefeitura Municipal e Rio do Sul sobre a estimativa de valores venais dos imóveis para fins de ITBI (imposto de transmissão de bens imóveis). O sr. Rubens Menslin também comentou como outros municípios estimam o valor venal, com objetivo de confirmar se o entendimento da Comissão está de acordo com a finalidade a ser aplicada. No entendimento do Sr. Juliano Dalfovo, os valores estimados pela Comissão estão conforme valor de mercado dos imóveis analisados. O entendimento foi de que o valor venal dos imóveis não está limitado ao valor venal calculado para fins de IPTU. Sendo assim, imóveis que estejam com seu valor aquém do valor de mercado, deverão ter o valor real de negociação estabelecido para que o ITBI seja calculado com base no valor de mercado. O Sr. Rubens entende que o valor venal estimado deve contemplar eventuais depreciadores das edificações, visto que a estimativa é realizada sem a vistoria do imóvel. O problema mais crítico para o estabelecimento de valores, conforme levantado pela Comissão, está relacionado aos apartamentos, visto que fatores como número de dormitórios, andar, área comum, entre outros, impacta direta e consideravelmente no seu valor venal de negociação. Portanto, ficou acordado que a Comissão precisa receber estas informações para que assim possa estimar um valor mais próximo da realidade do imóvel. Na sua explanação o Sr. Rubens Menslin gastou cerca de cinquenta minutos. Na sequência, aproveitando a presença do Sr. Rubens Menslin e a seu pedido, reapresentaram-se alguns protocolos recentemente apreciados pela Comissão para confirmar o entendimento da estimativa de valores. Inciou-se a análise dos protocolos que seguem: Protocolo 177656/2019, em que é requerente ANP3 PARTICIPAÇÕES LTDA, que em seu requerimento solicita a não incidência do imposto sob a transmissão de bens "inter vivos" (ITBI), devido ao fato de a referida transmissão ocorrer por motivo de integralização de capital não gerando receita relacionada à venda ou locação, dos imóveis: 1) cadastro imobiliário 44679, matrícula 44528, localizado na Travessa Londrina, no Bairro Centro, no Edifício Residencial América, apartamento 702, cujo valor estabelecido é de R\$ 136.026,94; 2) cadastro imobiliário 44704, matrícula 44533, localizado na Travessa Londrina, no Bairro Centro, no Edifício Residencial América, vaga de garagem 15, cujo valor estabelecido é de R\$ 6.519,79; por força da incidência de ITBI na transação supracitada e por unanimidade dos membros presentes, estabelece-se: 1) cadastro imobiliário 44679, matrícula 44528, o valor de mercado de R\$ 330.000,00; 2) cadastro imobiliário 44704, matrícula 44533, o valor de mercado de R\$ 20.000,00; Protocolo 177433/2019, em que é requerente M.E.J.R PARTICIPAÇÕES LTDA, que em seu requerimento solicita a não incidência do imposto sob a transmissão de bens "inter vivos" (ITBI), devido ao fato de a referida transmissão ocorrer por motivo de integralização de capital não gerando receita relacionada à venda ou locação, dos imóveis: 1) cadastro imobiliário 45445, matrícula 3883, terreno designado pelo lote nº 2-B, da linha rural Rio Itajaí do Sul, margem direita; 2) cadastro imobiliário 1434, matrícula 15435, localizado na Rua Recife, no

Bairro Centro, cujo valor estabelecido é de R\$ 495.788,70; 3) cadastro imobiliário 40295, matrícula 39591, localizado na Rua Vitorio Rope-lato, no Bairro Taboão, cujo valor estabelecido é de R\$ 715.369,76; por força da incidência de ITBI na transação supracitada e por unanimidade dos membros presentes, estima-se: 1) cadastro imobiliário 45445, matrícula 3883, o valor de mercado de R\$ 350.000,00; 2) para o cadastro imobiliário 1434, matrícula 15435, conceder uma redução de 30% (trinta por cento) no seu valor venal territorial, para fins de ITBI apenas, e determina-se aplicar o ano de construção à edificação; 3) cadastro imobiliário 40295, matrícula 39591, o valor de mercado R\$ 460.000,00; Protocolo 177522/2019, em que é requerente FELICITA PARTICIPAÇÕES LTDA, que em seu requerimento solicita a não incidência do imposto sob a transmissão de bens "inter vivos" (ITBI), devido ao fato de a referida transmissão ocorrer por motivo de integralização de capital não gerando receita relacionada à venda ou locação, dos imóveis: 1) cadastro imobiliário 40157, matrícula 39867, localizado na Rua Maria Auxiliadora, no Bairro Centro, no Edifício Matarello, apartamento 201, cujo valor estabelecido é de R\$ 233.620,37; 2) cadastro imobiliário 40170, matrícula 39868, localizado na Rua Maria Auxiliadora, no Bairro Centro, no Edifício Matarello, vaga de garagem 07, cujo valor estabelecido é de R\$ 12.886,27; 3) cadastro imobiliário 704059, matrícula 39869, localizado na Rua Maria Auxiliadora, no Bairro Centro, no Edifício Matarello, vaga de garagem 08, cujo valor estabelecido é de R\$ 12.886,27; 4) cadastro imobiliário 704067, matrícula 39870, localizado na Rua Maria Auxiliadora, no Bairro Centro, no Edifício Matarello, vaga de garagem 09, cujo valor estabelecido é de R\$ 12.886,27; 5) terreno rural situado na estrada vicinal, a 950,00 metros da esquina com a Estrada Geral, na localidade de Ribeirão do Tigre, matrícula 46286; 6) cadastro imobiliário 2429, matrícula 7179, localizado na Alameda Bela Aliança, no Bairro Jardim América, cujo valor estabelecido é de R\$ 167.413,14; por força da incidência de ITBI na transação supracitada e por unanimidade dos membros presentes, estima-se: 1) cadastro imobiliário 40157, matrícula 39867, o valor de negociação de R\$ 340.000,00; 2) cadastro imobiliário 40170, matrícula 39868, o valor de mercado de R\$ 20.000,00; 3) cadastro imobiliário 704059, matrícula 39869, o valor de negociação de R\$ 20.000,00; 4) cadastro imobiliário 704067, matrícula 39870, o valor de mercado de R\$ 20.000,00; 5) terreno rural situado na estrada vicinal, a 950,00 metros da esquina com a Estrada Geral, na localidade de Ribeirão do Tigre, matrícula 46286, o valor de negociação de R\$ 100.000,00; 6) referente ao cadastro imobiliário 2429, matrícula 7179, mantém-se o valor calculado junto ao município; Ressalta-se que todos os valores supramencionados analisados para fins de ITBI são aplicados exclusivamente para fins de ITBI. Na sequência, a partir das 09h20, apresentou-se a pauta para processar, analisar e julgar os seguintes protocolos de revisão de valor venal, referente à IPTU: Protocolo 177802/2019, em que é requerente CELIA SCHOENAU CONTI, que em seu requerimento de revisão de IPTU solicita a reavaliação o valor venal do imóvel de cadastro imobiliário 15016, localizado na Rua Leopoldo Ledra, no Bairro Santana, cujo valor estabelecido é de R\$ 591.756,21; por unanimidade resolvem conceder uma redução de 50% (cinquenta por cento) no valor venal territorial do imóvel supramencionado; Protocolo 177806/2019, em que é interessado MARCIONEI FACHINI XAVIER, no qual questiona-se o valor venal do imóvel de cadastro imobiliário 43266, localizado na Rua João Ledra, no Bairro Taboão, cujo valor estimado é de R\$ 100.065,86, por unanimidade resolvem indeferir o pleito, por entender que o valor estimado corresponde ao valor de mercado do imóvel; Protocolo 177814/2019, em que é requerente FORMULA ADMINISTRADORA DE BENS LTDA ME, que em seu requerimento solicita a revisão do valor venal do imóvel de cadastro imobiliário 37155, localizado na Rua Jaco Finardi, no Bairro Canta Galo, para o qual o valor estimado é de R\$ 240.462,40, resolvem indeferir o pleito, sendo que fica mantida a redução de valor venal territorial concedida através do protocolo 170848/2018, no ano de 2018; Protocolo 177825/2019, em que é requerente MAQUIPEL HIGIENE E LIMPEZA LTDA, que em seu requerimento solicita a revisão do valor venal do imóvel de cadastro imobiliário 87110, localizado na Rua Adolfo Felau, no Bairro Canta Galo, para o qual o valor estimado é de R\$ 599.816,65, por unanimidade resolvem acolher o pleito, concedendo uma redução de 35% (trinta e cinco por cento) no valor venal territorial do referido imóvel para adequar o valor estimado junto ao município ao valor de mercado do imóvel supracitado; Protocolo 177922/2019, em que é requerente MAIARA GUTZ, que em seu requerimento de revisão de IPTU solicita a reavaliação o valor venal do imóvel de cadastro imobiliário 785865, localizado na Rua Maria Leite da Silva, no Bairro Sumaré, cujo valor estabelecido é de R\$ 122.671,30; por unanimidade resolvem indeferir o pleito por entender que o valor calculado junto ao município está abaixo do valor de mercado do imóvel supradito; Protocolo 177971/2019, em que é interessada A7 ADMINISTRADORA DE BENS LTDA, no qual questiona-se o valor venal do imóvel de cadastro imobiliário 781819, localizado na Estrada Boa Esperança, no Bairro Progresso, cujo valor calculado total é de R\$ 384.581,93, por unanimidade resolvem deferir o pleito, concedendo uma redução de 50% (cinquenta por cento) no valor venal territorial do imóvel em questão. Protocolo 177192/2019, em que é requerente SEBASTIÃO LUIZ LOIS, que em seu requerimento de revisão de IPTU solicita a reavaliação o valor venal do imóvel de cadastro imobiliário 10860, localizado na Rua Vila Pamplona, Bairro Pamplona, cujo valor estabelecido é de R\$ 14.605,95, por unanimidade resolvem indeferir o pleito; Protocolo 178039/2019, em que é requerente ROSANA APARECIDA CAVILIA BUZZI, que em seu requerimento de revisão de IPTU solicita a reavaliação o valor venal do imóvel de cadastro imobiliário 726630, localizado na Rua João Ledra, no Bairro Taboão, no Condomínio Fechado Residencial Mirador Leste, cujo valor estabelecido é de R\$ 129.212,65; por unanimidade resolvem indeferir o pleito – visto que o valor mencionado está de acordo com o valor de mercado do imóvel; Protocolo 178055/2019, em que é interessada ADOLFO GERMANO KOPELKE, no qual questiona-se o valor venal do imóvel de cadastro imobiliário 18761, localizado na Rua Julio Schlupp, no Bairro Bela Aliança, cujo valor calculado é de R\$ 401.527,00, por unanimidade resolvem deferir o pleito, concedendo uma redução de 50% (cinquenta por cento) no valor venal territorial do imóvel, por considerar que o valor supracitado está além do valor de mercado do imóvel. Durante a reunião, ao analisar o protocolo 177814/2019, o presidente da Comissão solicitou ao Sr. José Luiz do Nascimento que seja feito um Decreto para amparar a exigência da averbação da área de APP em matrícula para fins de redução no valor venal do imóvel. O Sr. José Luiz do Nascimento acolheu a solicitação e sinalizou que o referido decreto será elaborado. Em tempo, o Sr. Juliano Dalfovo saiu antecipadamente da reunião, portanto não participou da análise do protocolo 177825/2019, no qual há um laudo de avaliação emitido por ele. Nada mais havendo, às 10 horas, o presidente encerrou a reunião e eu, Lisiane França, digitei a presente ata, que após lida e aprovada será pelos presentes assinada.

Sandro Renato Sofka  
Presidente da Comissão

Rio do Sul, 24 de maio de 2019

Nome: Valdecir Luchtenberg  
Entidade: CORRETORES

Nome: Marcelo Figueiredo Luciano  
Entidade: ACIRS

Nome: Juliano Ohf Dalfovo  
Entidade: CORRETORES

Nome: Valdemiro Avi Filho  
Entidade: AEA VI

Nome: Jonny Schmidt  
Entidade: FAZENDA

Nome: José Luiz do Nascimento  
Entidade: FAZENDA

Nome: Iara Paladino Maia  
Entidade: ADMINISTRAÇÃO

Nome: Marcelo Slomp  
Entidade: PLANEJAMENTO

Nome: Lisiane França  
SECRETÁRIA DA COMISSÃO

### **Portaria n. 1217/DGP de 14 de agosto de 2018.**

Publicação Nº 2130804

#### **PORTARIA N. 1217/DGP**

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 05/08/2019 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 024/2019, designada pela Portaria n. 0646/DGP de 12 de abril de 2019 (publicada em 07/05/2019), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 024/2019.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 7º, da Lei Complementar n. 315, de 14 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão por meio do Ofício n. 004/P.A.D. n. 024/2019, de 05 de agosto de 2019, devido a necessidade de realização de atos para coleta de provas.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de agosto de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

### **Portaria n. 1218/DGP de 14 de agosto de 2019.**

Publicação Nº 2130801

#### **PORTARIA N. 1218/DGP**

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 15/08/2019 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 013/2019, designada pela Portaria n. 0552/DGP de 28 de março de 2019 (publicada em 01/04/2019), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 013/2019.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 7º, da Lei Complementar n. 315, de 14 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão por meio do Ofício n. 008/P.A.D. n. 013/2019, de 14 de agosto de 2019, devido a necessidade de realização de atos para coleta de provas.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de agosto de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso



**Portaria n. 1219/DGP de 14 de agosto de 2019.**

Publicação Nº 2130797

PORTARIA N. 1219/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 01/08/2019 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 026/2019, designada pela Portaria n. 0750/DGP de 26 de abril de 2019 (publicada em 02/05/2019), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 026/2019.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 7º, da Lei Complementar n. 315, de 14 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão por meio do Ofício n. 005/P.A.D. n. 026/2019, de 02 de agosto de 2019, devido a necessidade de realização de atos para coleta de provas.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de agosto de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

**Portaria n. 1244/DGP de 16 de agosto de 2019.**

Publicação Nº 2130795

PORTARIA N. 1244/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 10/08/2019 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 004/2019, designada pela Portaria n. 0526/DGP de 26 de março de 2019 (publicada em 28/03/2019), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 004/2019.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 7º, da Lei Complementar n. 315, de 14 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão por meio do Ofício n. 009/P.A.D. n. 004/2019, de 12 de agosto de 2019, devido a necessidade de realização de atos para coleta de provas.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de agosto de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

**Portaria n. 1268/DGP de 21 de agosto de 2019.**

Publicação Nº 2131028

PORTARIA N. 1268/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Alterar o artigo 1º da Portaria n. 0447/DGP de 12 de março de 2019, publicada em 20 de março de 2019, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. Constituir o Comitê Permanente de Progressão na Carreira, de acordo com os artigos 53 e 54, da Lei Complementar n. 401, de 22 de agosto de 2018 e, designar como membros os seguintes servidores:

- a) PATRICIA REGINA HOEGEN, matrícula n. 3629201, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo 3 e como suplente MARISTELA REGINA BALBINOT, matrícula n. 166928-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Assistente Social;
- b) MAITARA GABRIELA DA LUZ BROERING, matrícula n. 127574-3, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo e como suplente GABRIEL KRACHESKI, matrícula n. 2572192, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo;

c) MARIA ANGELICA MARQUES, matrícula n. 2328003, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor e como suplente EMILIANA VARGAS, matrícula n. 3281602, ocupante do cargo de provimento efetivo Assistente Social”.

Art. 2º. O prazo do mandato da respectiva comissão respeitará o previsto na Portaria n. 0447/DGP de 12 de março de 2019.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos decorrentes da alteração de membros a partir de 01 de setembro de 2019.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio do Sul, 21 de agosto de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

## **PORTARIA Nº 1215/DGP**

Publicação Nº 2131154

PORTARIA N. 1215/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017; RESOLVE:

Art.1º. Conceder, à servidora ELIANE ANDRZEJEVSKI, matrícula n. 188417-3, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, Auxílio Escolar na forma de bolsa de estudo para frequentar Curso de Pós-Graduação Mestrado em Educação, com fundamento ao disposto nos Arts. 72 ao 82, da Lei Complementar n. 309/2015.

Art. 2º. O prazo de duração do Auxílio Escolar na modalidade de Bolsa de Estudos será concedido durante a vigência do curso, não podendo exceder a 24 (vinte e quatro) meses.

Art. 3º. A continuidade do auxílio ora concedido fica condicionado ao atendimento das disposições contidas nos Arts. 81 e 82.

Art. 4º. O Auxílio será concedido a partir do mês de agosto de 2019, condicionado às exigências do texto legal.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Rio do Sul, 13 de agosto de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Kcpsz

## **PORTARIA Nº 1216/DGP**

Publicação Nº 2131156

PORTARIA N. 1216/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017; RESOLVE:

Art.1º. Conceder, ao servidor HIGO INACIO, matrícula n. 217212-3, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, Auxílio Escolar na forma de bolsa de estudo para frequentar Curso de Pós-Graduação Mestrado em Educação, com fundamento ao disposto nos Arts. 72 ao 82, da Lei Complementar n. 309/2015.

Art. 2º. O prazo de duração do Auxílio Escolar na modalidade de Bolsa de Estudos será concedido durante a vigência do curso, não podendo exceder a 24 (vinte e quatro) meses.

Art. 3º. A continuidade do auxílio ora concedido fica condicionado ao atendimento das disposições contidas nos Arts. 81 e 82.

Art. 4º. O Auxílio será concedido a partir do mês de agosto de 2019, condicionado às exigências do texto legal.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Rio do Sul, 13 de agosto de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Kcpsz

**PORTARIA Nº 1220/DGP**

Publicação Nº 2131401

PORTARIA Nº 1220/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora DILZA BROERING, matrícula n.79022-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, pelo período de 30/07/2019 até 27/09/2019, a continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 0944/DGP, de 11/06/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 24 de junho de 2019, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de agosto de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Rf

**PORTARIA Nº 1221/DGP**

Publicação Nº 2131425

PORTARIA Nº 1221/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora TAIS ALESSANDRA KORB SOMMER, matrícula n.171050-9, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 25/07/2019 até 23/08/2019, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de agosto de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Rf

**PORTARIA Nº 1222/DGP**

Publicação Nº 2131429

PORTARIA Nº 1222/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora AMARILDA HAMES, matrícula n.76490-12, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 29/07/2019 até 11/09/2019, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de agosto de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Rf



**PORTARIA Nº 1223/DGP**

Publicação Nº 2131435

PORTARIA Nº 1223/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora ADRIANA CASAGRANDE, matrícula n.230960-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, pelo período de 03/08/2019 até 01/09/2019, a continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 1126/DGP, de 30/07/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 05 de agosto de 2019, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de agosto de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Rf

**PORTARIA Nº 1224/DGP**

Publicação Nº 2131437

PORTARIA Nº 1224/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora MARLISE DE SOUZA, matrícula n.116041-3, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, pelo período de 02/08/2019 até 31/08/2019, a continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 1061/DGP, de 05/07/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 29 de julho de 2019, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de agosto de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Rf

**PORTARIA Nº 1225/DGP**

Publicação Nº 2131441

PORTARIA Nº 1225/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder ao servidor MARCIO DE OLIVEIRA VIEIRA, matrícula n.228850-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem a READEQUAÇÃO pelo período de 02/08/2019 até 28/01/2020, com fundamento no artigo 33, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica anexado na Pasta de Saúde do servidor no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Parágrafo único – A readequação consiste com isenção de atividades que exijam esforços físicos e movimentos de elevação do membro superior direito, conforme indicado pelo médico assistente na perícia realizada em 01 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de agosto de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Rf

**PORTARIA Nº 1226/DGP**

Publicação Nº 2131447

PORTARIA Nº 1226/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder ao servidor MARCIO DE OLIVEIRA VIEIRA, matrícula n.228850-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, pelo período de 29/07/2019 até 01/08/2019, a continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n.1053/DGP, de 05/07/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 27 de julho de 2019, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde do servidor no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de agosto de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Rf

**PORTARIA Nº 1227/DGP**

Publicação Nº 2131451

PORTARIA Nº 1227/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora TERESINHA APARECIDA BAZILIO CORREIA FRANCO, matrícula n.942073-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cozinheiro, pelo período de 05/08/2019 até 02/11/2019, a continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n.0796/DGP, de 13/05/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 31 de maio de 2019, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de agosto de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Rf

**PORTARIA Nº 1228/DGP**

Publicação Nº 2131452

PORTARIA Nº 1228/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora JURACY MARIA SACHETTI DOS SANTOS, matrícula n.215643-3, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, pelo período de 09/08/2019 até 07/09/2019, a continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n.1122/DGP, de 30/07/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 06 de agosto de 2019, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra

anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de agosto de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Rf

## **PORTARIA Nº 1229/DGP**

Publicação Nº 2131458

### **PORTARIA Nº 1229/DGP**

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora KASSIA GISELE HACKBARTH HEINZ, matrícula n.3162999997-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, pelo período de 10/07/2019 até 08/08/2019, a continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 1121/DGP, de 30/07/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 05 de agosto de 2019, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de agosto de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Rf

## **PORTARIA Nº 1230/DGP**

Publicação Nº 2131461

### **PORTARIA Nº 1230/DGP**

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora KATIUSCIA CUSTÓDIO DA CONCEIÇÃO, matrícula n.159310-7, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, pelo período de 02/08/2019 até 31/08/2019, a continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 0990/DGP, de 21/06/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 09 de julho de 2019, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de agosto de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Rf

## **PORTARIA Nº 1231/DGP**

Publicação Nº 2131462

### **PORTARIA Nº 1231/DGP**

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora JUCELIA DENISE HARDT, matrícula n. 224790-3, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador Social, pelo período de 03/08/2019 até 31/10/2019, a continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 0772/DGP, de 03/05/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 31 de maio de 2019, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde do servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de agosto de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Rf

**PORTARIA Nº 1232/DGP**

Publicação Nº 2131467

**PORTARIA Nº 1232/DGP**

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora LUCIANE SCHMIDT, matrícula n.31570828-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, a Licença Especial à Gestante, no período de 10/08/2019 até 08/10/2019, com fundamento no artigo 267 e 268, da Lei Complementar n. 309/2015 e, requerimento anexado na Pasta de Saúde da Servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de agosto de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Rf

**PORTARIA Nº 1233/DGP**

Publicação Nº 2131469

**PORTARIA Nº1233/DGP**

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora JANAINA MARTINEZ MAGDALENA, matrícula n.31585841-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, a Licença à Gestante, no período de 06/08/2019 até 03/12/2019, com fundamento no artigo 263, da Lei Complementar n. 309/2015 e, atestado médico anexado na Pasta de Saúde da Servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de agosto de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Rf

**PORTARIA Nº 1234/DGP**

Publicação Nº 2131471

**PORTARIA Nº 1234/DGP**

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora ORLANDINA PASCOALINA CHEQUETTO, matrícula n.486981-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais I, pelo período de 04/08/2019 até 18/08/2019, a continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 1124/DGP, de 30/07/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 05 de agosto de 2019, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de agosto de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Rf

## **PORTARIA Nº 1235/DGP**

Publicação Nº 2131472

PORTARIA Nº 1235/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, à contratada temporariamente CLAUDIA MARA MIGUEL DIAS, matrícula n.31594859-2, ocupante do cargo de Monitor Escolar, a Licença à Gestante, no período de 05/08/2019 até 02/12/2019, com fundamento no artigo 11, inciso III, da Lei n. 3.796 de 26/06/2002 e alterações posteriores, de acordo com atestado anexado na Pasta de Saúde da Servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de agosto de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Rf

## **PORTARIA Nº 1236/DGP**

Publicação Nº 2131473

PORTARIA Nº1236/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora PATRICIA DA LUZ DE SOUZA, matrícula n.246980-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, a Licença à Gestante, no período de 29/07/2019 até 25/11/2019, com fundamento no artigo 263, da Lei Complementar n.309/2015 e, atestado médico anexado na Pasta de Saúde da Servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de agosto de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Rf

## **PORTARIA Nº 1237/DGP**

Publicação Nº 2131477

PORTARIA Nº 1237/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Alterar o artigo 1º da Portaria n. 0431/DGP de 08 de março de 2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 11 de março de 2019, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Conceder à servidora MARIANA MINATTI GIACOMINI, matrícula n.167797-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor a continuidade da READEQUAÇÃO pelo período de 18/02/2019 até 16/08/2019, que foi concedida por meio da Portaria n. 0951/DGP, de 03/09/2018, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 04 de setembro de 2018, com fundamento no artigo 33, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.”.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Rio do Sul, 14 de agosto de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Rf

**RESOLUÇÃO Nº 30/2019/CMDCA, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2131420

**RESOLUÇÃO Nº 30/2019/CMDCA**

Dispõe sobre repasse financeiro para a participação de Representante do CMDCA, da Secretaria Executiva dos Conselhos, de Conselheira Tutelar e representante da Rede de Atendimento à Criança e o Adolescente de Rio do Sul no II Encontro Estadual do NISA em Lages - SC.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere as Leis Complementares nº 287/2014, 361/2017 e 418/2019;

CONSIDERANDO a meta 01 (um) do Plano de Ação e Aplicação do FIA para o ano de 2019, que descreve capacitar continuamente a Rede de Atendimento à criança e ao adolescente;

CONSIDERANDO a deliberação dos conselheiros do CMDCA, durante a reunião ordinária no dia 21 agosto de 2019, sobre a utilização de Recurso Financeiro do FIA, para custear as despesas da hospedagem e alimentação para a participação de 1 (uma) conselheira de direitos do CMDCA, 1 (uma) secretária executiva dos conselhos, 1 (uma) conselheira tutelar e 1 (um) representante da Rede de Atendimento à Criança e o Adolescente de Rio do Sul no II Encontro Estadual do Núcleo Intersetorial de Suporte ao APOIA - NISA, que acontecerá nos dias 26, 27 e 28 de agosto de 2019 em Lages – SC.

**RESOLVE:**

Art. 1º- Realizar pagamento através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA de Rio do Sul, para custear as despesas da hospedagem e alimentação para a participação de 1 (uma) conselheira de direitos do CMDCA, 1 (uma) secretária executiva dos conselhos, 1 (uma) conselheira tutelar e 1 (um) representante da Rede de Atendimento à Criança e o Adolescente de Rio do Sul, no II Encontro Estadual do Núcleo Intersetorial de Suporte ao APOIA - NISA, que acontecerá nos dias 26, 27 e 28 de agosto de 2019 em Lages – SC.

Art. 2º- A quantia a ser liberada corresponde ao valor de 4 (quatro) hospedagens de 2 (dois) pernoites e alimentação para: a Conselheira de Direitos do CMDCA Karise Robetti; A secretária executiva Maristela Scur da Silva; a Conselheira Tutelar Priscila Magnani e a Psicóloga da Rede de Atendimento à Criança e o Adolescente de Rio do Sul, Jéssica Maria Eyng. Sendo o valor total de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Parágrafo Único: Havendo sobras do recurso, este deverá ser estornado ao Fundo Municipal da Criança e do Adolescente – FIA conforme as regras estabelecidas no controle interno do município.

Art. 3º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de agosto de 2019.

KARISE ROSETTI

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

**RESUMO DO ADITIVO 014/2019**

Publicação Nº 2130624

SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 014/2019 DO CONTRATO DE SERVIÇO NR. 040/2017, REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE JARDINAGEM, ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL E A EMPRESA JAIME KLEHM-ME.

Aos dez (10) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e dezenove (2019), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, com sede na Rua Tuiuti, nº154, Centro, neste ato representada pela Secretária Municipal de Saúde de Rio do Sul Sra. Sueli Teresinha de Oliveira, ora denominado CONTRATANTE, e outro lado a empresa JAIME KLEHM-M, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ sob nº 00.108.494/0001-22, com sede na Rua Dom Bosco nº 391, Centro – Rio do Sul – SC, denominado de CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. Jaime Klehm, portador do RG nº 1.427.991, CPF



nº 903.176.619-49, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Pregão Presencial nº 032/2017, têm justo e acordado o presente TERMO ADITIVO, ao contrato original de serviços Nº 040/2017, datado em oito (08) dias do mês de agosto (07) do ano de dois mil e dezessete (2017), mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1 - O objeto do presente Aditivo refere-se à prestação dos serviços continuados de jardinagem, incluindo manutenção, fornecimento de mão-de-obra, ferramentas, equipamentos, conforme discriminado no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no inciso II do Art. 57 e da alínea “d” inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores. Conforme justificativa e Memorando nº 922/2019-GAB/SEC, em anexo a este.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

#### CLÁUSULA QUARTA – REQUILIBRIO FINANCEIRO

Fica reajustado em 3,046880 % de acordo com o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), passando o valor contratual assumido na Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, conforme demonstrativo anexo, passando o valor total previsto deste termo de R\$ 54.878,40 (cinquenta e quatro mil oitocentos e setenta e oito reais e quarenta centavos).

#### CLÁUSULA QUINTA – DA PRORROGAÇÃO/PRAZO

O presente Termo Aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO, da vigência do Contratado supracitado firmado entre as partes e previsão contida na cláusula quinta, por mais dozes (12) meses que vigorará a partir de dez (10) de agosto (08) de dois mil e dezenove (2019) até dez (10) de agosto (08) de dois mil e vinte (2020), podendo ser prorrogado, se assim for do interesse de ambas as partes, mediante a formalização de Termo Aditivo.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E por estarem justos e aditados, as partes assinam o presente instrumento em três (03) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do edital de licitação, modalidade Pregão Presencial nº 032/2017 – FMS, de 04/08/2017, que a este deu origem.

Rio do Sul, 10 de agosto de 2019.

SUELI TERESINHA DE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Saúde

JAIME KLEHM-ME

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

### RESUMO DO ADITIVO Nº 063/2019

Publicação Nº 2131455

10º TERMO ADITIVO Nº 063/2019 – DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 031/2015, REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERCONEXÃO, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA BR LIVE TELECOMUNICAÇÕES LTDA – ME.

Aos nove (09) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e dezenove (2019), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, n. 01, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa BR LIVE TELECOMUNICAÇÕES LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.953.0004/0001-04, com sede na Av. Oscar Barcelos, n. 1731, Sala 201 e 04, Centro Empresarial Classic, Bairro Santana, Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.160-314, neste ato representada por seu representante pelo seu Diretor Sr. Erolf Schotten, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem nos termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital do Pregão Presencial nº 021/2015 e o Contrato Original nº 031/2015, datado de 30 de março de 2015, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se da alínea “b”, do inciso I, §1º, Artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ACRÉSCIMOS

Fica acrescida a quantidade de objeto, referente à nova inclusão de interconexão de 1 ponto – 50Mb, na Unidade de Pronto Atendimento (UPA), resultando no acréscimo mensal de R\$100,00 (cem reais) ao valor originalmente assumido, constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, conforme memorando nº 025/2019/GABP/SC.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL



A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal  
Contratante

BR LIVE TELECOMUNICAÇÕES LTDA – ME  
Erolf Schotten  
Contratada

Testemunhas:

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

#### RESUMO DO CONTRATO N° 194/2019

Publicação N° 2130979

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N° 194/2019

Pregão Presencial n.º 126/2019

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Eliezer Ruben Thomsem ME

Objeto: Contratação de empresa para elaboração e aplicação de prova de caráter classificatório e eliminatório e aplicação de curso de formação para seleção de candidatos a vagas de Conselheiros Tutelares no Município de Rio do Sul/SC.

Valor: R\$ 13.800,00 (treze mil e oitocentos reais).

Vigência: Até 31 de dezembro de 2019.

Recurso: 84.01.2021.3390.3948

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 26 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 07 de agosto de 2019.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

# Rio dos Cedros

## PREFEITURA

### MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 057/2019 CONTRATAÇÃO DIRETA SEM LICITAÇÃO PARA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL E CONSULTORIA

Publicação Nº 2131389

MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS

GABINETE DO PREFEITO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 057/2019

REQUERENTE: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DIRETA SEM LICITAÇÃO PARA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL E CONSULTORIA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL (FAEPESUL) inscrita no CNPJ sob nº 03.354.241/0001-27, sediada na Avenida José Acácio Moreira, nº 787, Bairro: Dehon, na cidade de Tubarão/SC, CEP: 88.704-900

#### RATIFICAÇÃO

Analisando os documentos constantes do processo administrativo nº 057/2019 constatei a presença de interesse público na contratação direta da FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL (FAEPESUL) inscrita no CNPJ sob nº 03.354.241/0001-27, sediada na Avenida José Acácio Moreira, nº 787, Bairro: Dehon, na cidade de Tubarão/SC, CEP: 88.704-900, para prestação dos serviços de FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL E CONSULTORIA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO na forma como consta da requisição e em conformidade com o que dispõe o art.24, XIII da Lei 8.666/93.

O parecer jurídico acostado aos autos dá conta da legalidade e viabilidade do procedimento, mediante inexigibilidade de licitação (art.24, XIII da Lei 8.666/93), razão pela qual convalido suas razões utilizando das mesmas como fundamento desta ratificação.

Destarte, promova-se a contratação direta, em conformidade com a requisição e nos termos legais esposados no parecer jurídico, considerando-se ratificado o processo a partir da data de publicação da minuta do contrato (art.26 da Lei 8.666/93) a qual deverá fazer expressa menção a esta justificativa e seu fundamento legal.

P.R.I.A.-se.

Atente-se ao disposto no art.2º da Lei Ordinária Municipal nro.1.489/06.

Rio dos Cedros, 21 de Agosto de 2019.

Marildo Domingos Felippi

Prefeito de Rio dos Cedros

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2019 ATA DE CREDENCIAMENTO, ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS, HABILITAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Publicação Nº 2131388

Ata de credenciamento, análise de propostas, lances verbais, habilitação e adjudicação do Pregão Presencial nº 52/2019.

Aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de 2019, às 09h00min, reuniu-se no Salão Nobre da Prefeitura Municipal, o pregoeiro e equipe de apoio, designados pela Portaria nº 001/2019, para procederem as atividades pertinentes ao Pregão Presencial nº 52/2019. Aberta a sessão pública iniciando-se o período de credenciamento do representante e de recebimento dos envelopes. Foram credenciados:

Empresa	Representante
ADL COMERCIAL EIRELI EPP	ADEMIR LAURINDO

Encerrada a fase de credenciamento o pregoeiro solicitou a declaração de que cumprem plenamente os requisitos para habilitação, a qual foi entregue. Prosseguindo, o pregoeiro informou ao representante os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública, e ressaltou que sua ausência, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata.

Iniciada a fase de julgamento das propostas, foram abertos os envelopes, após a conferência, verificou-se que a empresa apresentou propostas de preços de acordo com as exigências contidas no edital, sendo, portanto, classificada.

Passou-se para a fase de lances, onde a empresa foi convidada a dar seus lances conforme o relatório de lances em anexo.

Aberto o envelope de documentação da classificada, foi verificado que os documentos atendem o solicitado no edital. Achada conforme, o pregoeiro e equipe de apoio, rubricaram a documentação. Não tendo nada a acrescentar ao que fora relatado finalizaram mais esta etapa, onde foram habilitadas as empresa:

Relação de Fornecedores Habilitados

**ADL COMERCIAL EIRELI EPP**

Não houve manifestação para interposição de recurso, fato pelo qual fica precluso o direito de recurso. Considerando as propostas das vencedoras, as quais satisfazem as exigências do edital, considerando a comprovação da habilitação e a não manifestação de interposição de recursos, fica adjudicado os itens conforme o anexo dos vencedores.

Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, ressaltando ainda que os membros da equipe de apoio ao assinarem esta ata, atestam sua participação e colaboração no certame.

	MIKAEL FELIPE SPIESS Pregoeiro	
MARGARET SILVIA GRETTER Membro		ELAINE CARLINI PEREIRA Membro
	Representante ADL COMERCIAL EIRELI EPP	

# Rio Negrinho

## PREFEITURA

### ALTERAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 083/2019

Publicação Nº 2131168

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/2019 - PREGÃO PRESENCIAL  
PRIMEIRA RETIFICAÇÃO DO EDITAL

O Município de Rio Negrinho – SC, em razão de CORREÇÃO DO ITEM 6.1.3, constante do Edital de Pregão Presencial nº 083/2019 para locação de estrutura de palco, som e luzes para o evento Natal Encantado, torna pública a seguinte alteração do Edital:

Onde se lê:

#### 3 - DAS DATAS E HORÁRIOS

PROTOCOLO DOS ENVELOPES: Os envelopes deverão ser protocolados e entregues no setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho até as 09h00min horas do dia 30/08/2019.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: as propostas serão abertas e analisadas pelo pregoeiro e sua equipe de apoio a partir das 09h00min horas do dia 30/08/2019.

INÍCIO DA DISPUTA DAS PROPOSTAS CLASSIFICADAS: o credenciamento dos representantes e em seguida o início da disputa dos preços se darão a partir das 09h00min horas do dia 30/08/2019, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho.

Leia-se:

#### 3 - DAS DATAS E HORÁRIOS

PROTOCOLO DOS ENVELOPES: Os envelopes deverão ser protocolados e entregues no setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho até as 09h00min horas do dia 03/09/2019.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: as propostas serão abertas e analisadas pelo pregoeiro e sua equipe de apoio a partir das 09h00min horas do dia 03/09/2019.

INÍCIO DA DISPUTA DAS PROPOSTAS CLASSIFICADAS: o credenciamento dos representantes e em seguida o início da disputa dos preços se darão a partir das 09h00min horas do dia 03/09/2019, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho.

Onde se lê:

#### 6.1.3 Qualificação Técnica (art.30)

- Registro ou inscrição na entidade profissional competente, através de Certidão de Pessoa Jurídica (CREA/CAU), comprovando possuir profissional habilitado com atribuições compatíveis com o objeto da licitação.

- Comprovação de aptidão para fornecimento de bens, compatível em características com o objeto da licitação, através de no mínimo 01 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

Leia-se:

#### 6.1.3 Qualificação Técnica (art.30)

- Registro ou inscrição na entidade profissional competente em conformidade com o item que deseja participar, através de Certidão de Pessoa Jurídica (CREA/CAU), e/ou Registro no Conselho Federal dos Técnicos (CFT), comprovando possuir profissional habilitado com atribuições compatíveis com o objeto da licitação.

- Comprovação de aptidão para fornecimento de bens, compatível em características com o objeto da licitação, através de no mínimo 01 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

Permanecem inalterados os demais itens e subitens do edital.

Rio Negrinho, 21 de agosto de 2019.

JULIO CESAR RONCONI

Prefeito Municipal

WAGNER ALBUQUERQUE - OAB/SC 31.433

Consultor Jurídico

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 084/2019

Publicação Nº 2131023

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 084/2019  
PREGÃO PRESENCIAL  
RESUMO

O Município de Rio Negrinho – SC torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002, Decreto Municipal nº 8.733 de 18/08/2005 e, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666 de 21/06/1993, acha-se aberto até as 09h00min do dia 04 de setembro de 2019, Pregão Presencial para AQUISIÇÃO DE FORRO EM LÃ DE VIDRO COM PELÍCULA DE PVC ESPESSURA 15MM COM INSTALAÇÃO PARA O AUDITÓRIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE RIO NEGRINHO. As propostas deverão ser protocoladas e entregues no Setor de Protocolos da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, a partir desta data, encerrando-se no prazo supracitado, para abertura e início da disputa a partir do mesmo horário acima. Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, situado na Avenida Richard Schweitzer de Albuquerque, 200, Centro Cívico de Rio Negrinho – SC. Cópias do edital poderão ser obtidas no site: <http://rionegrinho.atende.net>. Demais informações pelo telefone (47)

3646-3636/3646-3648.  
Rio Negrinho, 14 de agosto de 2019.  
JULIO CESAR RONCONI  
Prefeito Municipal

# Romelândia

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO 01/2019

Publicação Nº 2130678

#### CONVOCAÇÃO

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA do município de Romelândia/SC, vem por meio deste CONVOCAR os interessados e a população em geral para importante ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA junto a Secretaria de Assistência Social deste município no dia 22 de agosto de 2019, as 14:00 horas para o fim de indicação e nomeação de novos Conselheiros Tutelares

Sua presença nesta Assembleia é de grande importância.

Nelson Noviski  
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA  
Município de Romelândia/SC

### EXTRATO DO CONTRATO 47/2018

Publicação Nº 2130806

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA  
EXTRATO DO CONTRATO 47/2018

O Município de Romelândia (SC), comunica AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA RETIFICAR MOTOR MWM X10 DE 04 CILINDROS DO VEÍCULO MICRO ONIBUS MARCOPOLO/VOLARE A8 ON PLACA MDA-8217 ANO 2001., através Processo de Licitação Nº 1544/2019, na modalidade Pregão nº 34/2019. Contratado: GL BOMBAS INJETORAS BELTRÃO LTDA-EPP. Validade do Contrato 31/12/19.

Romelândia, 20/08/19.  
VALDIR BUGS  
Prefeito Municipal

### PORTARIA 9501/2019

Publicação Nº 2130668

PORTARIA Nº 9501/2019  
EXONERA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL POR MOTIVO DE APOSENTADORIA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Servidora Pública Municipal Srª NOELI FERREIRA, por motivo de Aposentadoria por Invalidez, do cargo de carreira de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 21 de agosto de 2019.  
Valdir Bugs  
Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira  
Agente de Recursos Humanos

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO: 33/2019**

Publicação Nº 2130794

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO: 33/2019

PROCESSO LICITATÓRIO: 1544 / 2019

MODALIDADE: Pregão 34 / 2019

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA RETIFICAR MOTOR MWM X10 DE 04 CILINDROS DO VEÍCULO MICRO ONIBUS MARCOPOLO/VOLARE A8 ON PLACA MDA-8217 ANO 2001.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em obediência ao que dispõe o artigo 38, em seu inciso VII da Lei de Licitações, HOMOLOGA a presente licitação.

Romelândia/SC, 20/08/19

VALDIR BUGS

Prefeito Municipal



# Saltinho

## PREFEITURA

**001/2019**

Publicação Nº 2131526

ESTADO DE SANTA CATARNA

MUNICIPIO DE SALTINHO

Aviso de Licitação

Processo N.º 056/2019 – CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 001/2019

O Município de Saltinho – SC, torna público aos interessados que encontra-se aberto a licitação na modalidade CONCORRÊNCIA 001/2019 – decorrente do PROCESSO 056/2019, visando a CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEIS PÚBLICOS. De acordo com as especificações contidas no Edital, disponível no Setor de Licitações. O recebimento dos Envelopes Nº 01 – HABILITAÇÃO e Nº 02 – PROPOSTA, contendo, respectivamente, a documentação de habilitação as propostas de preços dos interessados e CREDENCIAMENTO dar-se-á até às 09:00MIN DO DIA 23 DE SETEMBRO DE 2019, no Setor de Licitações deste Município, sito a Rua Álvaro Costa nº 545, Saltinho - SC. A abertura dos Envelopes n. 01 – PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das 09H15MIN DO DIA 23 DE SETEMBRO DE 2019, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações do Município de Saltinho/SC. Edital completo e informações adicionais poderão ser obtidas no horário normal de expediente pelo fone (49) 3656.0044, ou diretamente no Setor Administrativo sito Rua Álvaro Costa nº 545, Saltinho - SC, 21 de agosto de 2019. Deonir Luiz Ferronato - Prefeito Municipal.

## Santa Cecília

## PREFEITURA

## EXTRATO CONTRATO 139,140/2019 - PMSC

Publicação N° 2131007

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 139/2019

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA

Contratada....: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE-CIMCATARINA

Valor ..... : 103.038,04 (cento e três mil trinta e oito reais e quatro centavos)

Vigência ..... : Início: 16/08/2019 Término: 31/12/2019

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços N°. 2/2019

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Esta contratação tem por objeto o repasse de recursos financeiros pelo CONTRATANTE para pagamento das ações executadas através do CONTRATADO para fornecimento de materiais elétricos para o município de Santa Cecília.

Santa Cecília, 21 de Agosto de 2019

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA

PREFEITA MUNICIPAL

Contrato N°.: 140/2019

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA

Contratada....: ROBSON DOS SANTOS

Valor ..... : 18.800,72 (dezoito mil oitocentos reais e setenta e dois centavos)

Vigência ..... : Início: 14/08/2019 Término: 31/12/2019

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL N°. 45/2019

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Contratação de empresa especializada para aquisição de moto bomba, materiais e instalação de tubulações no poço artesiano profundo da localidade de Coletoria Velha neste município, conforme relação, quantitativos e especificações constantes no edital e em seus anexos.

Santa Cecília, 21 de Agosto de 2019

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA

PREFEITA MUNICIPAL

# Santa Helena

## PREFEITURA

### CONVITE DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Publicação N° 2130976

ESTADO de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE Santa Helena

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS do Segundo Quadrimestre do exercício de 2019

Lei Complementar nº101/2000, Art. 9º, § 4º

#### CONVITE

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece no § 4º do artigo 9º que até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

Em Cumprimento a tal disposição legal, a Administração Municipal de Santa Helena, Estado de Santa Catarina através do presente convida Vossa Senhoria e a população em geral do Município para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, onde será demonstrado e avaliado o cumprimento das metas fiscais relativo ao SEGUNDO QUADRIMESTRE do exercício de 2019, a qual será realizada no próximo dia 26 de Setembro de 2019, às 09h30min, tendo como local a Prefeitura Municipal de Santa Helena.

Um dos pilares de sustentação da Lei de Responsabilidade Fiscal é a transparência da gestão fiscal mediante a participação popular. Assim, sua presença na audiência pública acima mencionada é de extrema importância pela oportunidade do efetivo exercício da cidadania e colaboração com o Poder Público.

Santa Helena(SC), 21 de Agosto de 2019.

Luiz Gluitz

Prefeito Municipal

### DECRETO 1.819/2019

Publicação N° 2130970

DECRETO N° 1.819/2019.

Fixa data, horário e local da Audiência Pública, para Demonstração e Avaliação das metas fiscais referente o 2º Quadrimestre do Exercício Financeiro de 2019 e apresenta o Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior – RDQAQ do 2º quadrimestre de 2019 do Fundo Municipal de Saúde, deste Ente Federado, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Helena, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica fixada a data, horário e local da Audiência Pública, para Demonstração e Avaliação das metas fiscais, referente ao 2º quadrimestre do Exercício Financeiro de 2019, em conformidade com os prescritos do art. 48, alínea I, da Lei Complementar nº. 101, de 04/05/2000, neste Ente Federado, e apresenta o Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior – RDQAQ do 2º quadrimestre de 2019 do Fundo Municipal de Saúde, conforme Lei Complementar nº 141 de 13/01/2012.

Art. 2º A data, o horário e o local para a realização da Audiência Pública do caput, consta do quadro abaixo:

DATA	HORÁRIO	LOCAL
26/09/2019	9:30 horas	PREFEITURA MUNICIPAL Rua Dom Feliciano, 476, centro, Santa Helena (SC)

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste ato correrão à conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Santa Helena - (SC), em 21 de agosto de 2019.

LUIZ GLUITZ

Prefeito Municipal

GENESIO FLACH

Secretário Municipal de Administração

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 57/2019 - PREGÃO PRESENCIAL N° 39/2019**

Publicação N° 2131602

**EDITAL DE LICITAÇÃO N° 57/2019 – PREGÃO PRESENCIAL N° 39/2019**

O Município de Santa Helena - Prefeitura, Estado de Santa Catarina, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Luiz Gluitz, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório de nº 57/2019, na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 39/2019, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para aquisição de brinquedos de primeira qualidade, destinados para os alunos da Escola Municipal de Educação Básica Cinderela. Aquisição de parque infantil e grama sintética de primeira qualidade que será instalado ao lado do Centro de Múltiplo Uso, para ser utilizado pelos munícipes do município e aquisição de parque infantil de primeira qualidade que será instalado na Unidade Básica de Saúde do Município de Santa Helena - SC. Recebimento dos envelopes até as 08h30min do dia 03 de setembro de 2019. Abertura das propostas as 08h45min do dia 03 de setembro de 2019, na Prefeitura Municipal de Santa Helena, situada na Rua Dom Feliciano, nº 476, Santa Helena – SC. Retirada do Edital no mesmo endereço acima ou pelo site [www.santahelena.sc.gov.br](http://www.santahelena.sc.gov.br) e informações pelo fone (49) 3633 0009. Santa Helena (SC), 21 de agosto de 2019.

LUIZ GLUITZ

Prefeito Municipal

# Santo Amaro da Imperatriz

## PREFEITURA

### AVISO LICITAÇÃO 37-2019

Publicação Nº 2131767

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2019  
MODALIDADE: CONVITE  
REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL  
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL  
DATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA: 30 de Agosto de 2019.  
HORÁRIO: 14h00min

#### PREÂMBULO

A Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, através da Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento, situada à Praça Gov. Ivo Silveira, 306, Centro, CONVIDA essa conceituada empresa a participar do presente certame licitatório, na modalidade de CONVITE, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, o qual será processado e julgado em consonância com a Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

#### OBJETO

O Objeto desta licitação consiste na contratação de empresa para a Execução de Serviços de Terraplenagem, Drenagem, Pavimentação em Lajotas e Sinalização Viária, incluindo fornecimento de material, da Rua Rainoldo Muller, com extensão de 285,31 metros, neste Município, conforme especificações contidas nos Anexos I, II, III e IV, parte integrante deste Edital.

O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Praça Governador Ivo Silveira, nº 306, Centro, Santo Amaro da Imperatriz/SC, nos dias úteis de segunda-feira à sexta-feira, das 12h00 min às 18h00min ou no site [www.santoamaro.sc.gov.br](http://www.santoamaro.sc.gov.br)

Santo Amaro da Imperatriz, em 21 de Agosto de 2019.  
EDESIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 15.042/2019

Publicação Nº 2131309

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ  
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000  
Fone/fax (0xx48) 3245-4300

PORTARIA Nº 15.042, de 21 de Agosto de 2019.

#### DESIGNA SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

#### D E S I G N A R :

De acordo com o Artigo 272, IV da Lei Complementar nº 060, de 17/12/2009

MARIA LUIZA GOEDERT, para em substituição a MARILENE VENTURA DE SOUZA ministrar aulas no Maternal da Escola Municipal Braço São João, a partir de 21/08/2019 à 13/12/2019, com 40 horas semanais.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em de 21 de Agosto de 2019.  
EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 15.043/2019**

Publicação Nº 2131311

PORTARIA Nº 15.043, de 21 de Agosto de 2019.

**DESIGNA BOLSISTA**

O Prefeito Municipal do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1.170, de 12 de Dezembro de 1996, resolve

**D E S I G N A R:**

PRISCILA ANA DE FARIAS, brasileira, estudante, para desempenhar atividades ligadas ao Programa de Bolsa de Trabalho junto a Secretaria da Educação e Esportes, com jornada de Trabalho/Estágio igual a quatro horas diárias e vencimento previsto em lei, a partir de 21/08/2019.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 21 de Agosto de 2019.

EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 15.044/2019**

Publicação Nº 2131597

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ  
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000  
Fone/fax (0xx48) 3245-4300

PORTARIA Nº 15.044, de 21 de Agosto de 2019.

**NOMEA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, bem como a Secretária Municipal de Assistência Social no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Decreto nº 3.233, de 28 de Julho de 2008, resolvem

**NOMEAR :**

ADOLFO JULIO DERNER, ALECSANDRA DA CUNHA e DENISE BECKER MARTINS, como membros para constituir a Comissão Especial de Avaliação de Estágio Probatório, sendo que a mesma será presidida pela servidora DENISE BECKER MARTINS, de acordo com o artigo 40 e seus incisos da Lei Complementar nº 60/2009, bem como demais disposições legais pertinentes a espécie.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 21 de Agosto de 2019.

EDÉSIO JUSTEN WILSON ALEXANDRE MELLO  
Prefeito Municipal Secretário Municipal da Assistência Social

**RESOLUÇÃO Nº 12/2019**

Publicação Nº 2131492

**RESOLUÇÃO Nº 012/2019/CEE**

Dispõe sobre HABILITAÇÃO do registro de candidatura do processo eleitoral para a vaga de Conselheiros Tutelares, referente ao Edital nº 001/CMDCA/2019.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA do município de Santo Amaro da Imperatriz, em cumprimento ao Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Nº 8.069, de julho de 1990, alterado pela Lei Nº 12.696, de 25 de julho de 2015, a Lei Municipal Nº 2734, de 02 de abril de 2019, Resolução do CONANDA Nº 170, de 10 de dezembro de 2014, Edital nº 01/2019/CMDCA, Reunião da Comissão Especial Eleitoral realizada dia 16/08/2019 e Reunião do CMDCA realizada dia 20/08/2019. Resolve:

1. Publicar a lista dos candidatos HABILITADOS a participarem da ELEIÇÃO PARA CONSELHEIROS TUTELARES, referentes ao processo eleitoral do Conselho Tutelar do município de Santo Amaro da Imperatriz:

Nome Completo	Nº Inscrição
Aline Ferreira dos Santos	122
Ana Carolina Gomes de Oliveira Pena	134
André Luiz da Silveira	112

Andreia Mascarenhas	107
Claudio Costa	124
Cleide Mari Costa	123
Cleviane Matias Antunes	143
Edimara Cristina da Silva Santos	136
Gilson Backes	160
Joel Machado Junior	157
Katia Regina Pitz	125
Kely de Matos	147
Luciele da Silva Trindade	111
Luiz Paulo de Freitas	119
Maria Eduarda de Souza	159
Micheli Petronilha Sell	105
Ricardo Felisbino	110
Ricardo Henrique da Silva	109
Taise Ceregatti	144
Tatiane Vieira da Silva	133
Thays de Abreu	128

3. Não habilitar a candidatura de inscrição nº 115 e nº 137, a qual foi impugnada pela Comissão Eleitoral, que acolheu a denúncia e julgou procedente as provas apresentadas;

4. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Amaro da Imperatriz, em 21 de agosto de 2019.

ALMIR JOSÉ DA SILVA  
Coordenador Geral  
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente  
CMDCA

## RESOLUÇÃO Nº 13/2019

Publicação Nº 2131502

### RESOLUÇÃO Nº 013/2019/CEE

Dispõe sobre as condutas vedadas aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar durante o processo de escolha unificado no Município de Santo Amaro da Imperatriz.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA do município de Santo Amaro da Imperatriz, em cumprimento ao Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Nº 8.069, de julho de 1990, alterado pela Lei Nº 12.696, de 25 de julho de 2015, a Lei Municipal Nº 2734, de 02 de abril de 2019, Resolução do CONANDA Nº 170, de 10 de dezembro de 2014, Edital nº 01/2019/CMDCA, Reunião da Comissão Especial Eleitoral realizada dia 16/08/2019 e Reunião do CMDCA realizada dia 20/08/2019.

CONSIDERANDO que o art. 133, inciso I do Estatuto da Criança e do Adolescente prevê ser um dos requisitos para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, a idoneidade moral;

CONSIDERANDO que idoneidade moral é conceito jurídico indeterminado, compreendido genericamente como atributo ou qualidade de determinada pessoa de ter suas ações pautadas pelos preceitos éticos e morais vigentes em dado local e época, sendo, assim, bem-conceituada onde reside e recomendada à consideração pública;

CONSIDERANDO que as condutas vedadas, elencadas nesta Resolução, tornarão objetiva a aferição do requisito da idoneidade moral, quanto ao processo da eleição unificada;

CONSIDERANDO que o candidato ao cargo de membro do Conselho Tutelar que não comprovar qualquer um dos requisitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente e/ou na Lei Municipal e no presente Edital terá sua candidatura impugnada;

CONSIDERANDO que o art. 7º, § 1º, "c", da Resolução Conanda nº 170/14, dispõe que ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente cabe definir as condutas permitidas e vedadas aos candidatos a membros do Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO que o art. 11, §6º, incisos III e IX, da Resolução Conanda nº 170/14, aponta também ser atribuição da Comissão Especial Eleitoral do CMDCA, analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos durante a campanha eleitoral e no dia da votação, bem como resolver os casos omissos;

CONSIDERANDO que o art. 11, § 6º, inciso I, da Resolução Conanda nº 170/14, prevê a realização de reunião destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação municipal, a ser realizada pela Comissão Especial Eleitoral, encarregada de realizar



o processo de escolha.

## RESOLVE:

### Capítulo I

#### DAS CONDUTAS VEDADAS

##### Art. 1º DA PROPAGANDA ELEITORAL

1. Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes:

Serão considerados excessos:

1.1. A propaganda eleitoral somente poderá ser feita constando apenas número, nome e foto do candidato e curriculum vitae, permitindo a veiculação somente nas mídias sociais. Ficando expressamente proibido promessas ou compromissos que excederem o papel de Conselheiro Tutelar, ou material que possam denegrir a imagem do candidato ou veicular imagens de crianças e adolescentes, que provoquem alguma violação de direito prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, evitando a veiculação de material com cunho sexual, político, religioso.

1.2. É permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-se a igualdade de condições a todos os candidatos, desde que promovida pelo CMDCA,

1.3. caluniar, difamar ou injuriar quaisquer pessoas, bem como órgãos ou entidades que exerçam autoridade pública;

2. Aplicam-se, no que couber, as regras relativas à campanha eleitoral previstas na Lei Federal n. 9.504/1997 e alterações posteriores, inclusive quanto aos crimes eleitorais, observadas ainda as seguintes vedações:

2.1 abuso do poder econômico na propaganda feita através dos veículos de comunicação social, com previsão legal no art. 14, § 9º, da Constituição Federal; na Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade); e art. 237 do Código Eleitoral, ou as que as suceder;

2.2. doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

2.3 propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público, vedado também nos espaços privados;

I. a participação de candidatos, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas;

II. a vinculação político-partidária das candidaturas e a utilização da estrutura dos partidos políticos para campanha eleitoral;

III. a vinculação religiosa das candidaturas e a utilização da estrutura das Igrejas ou Cultos para campanha eleitoral;

IV. favorecimento de candidatos por qualquer autoridade pública ou a utilização, em benefício daqueles, de espaços, equipamentos e serviços da Administração Pública Municipal;

V. confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário;

VI. propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors ou carro de som;

VII. propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa:

a. considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana;

b. considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

c. considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir, com isso, vantagem à determinada candidatura;

d. veicular qualquer material que possam reforçar a defesa dos seguintes aspectos: Trabalho infantil, qualquer tipo de violência contra criança e/ou adolescente, mesmo que seja com fins corretivos, aumento da maioria penal, entre outros pontos relacionados no Estatuto da Criança e do Adolescente.

##### Art. 2º Do dia da Eleição

1. Considera-se violação da idoneidade moral, para os fins do art. 133, inciso I c/c art. 135, do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), pelos candidatos devidamente habilitados ao processo de escolha para o cargo de Conselheiro Tutelar, durante o dia da votação, sendo vedadas as seguintes condutas:

I – a promoção do transporte de eleitores;

II – doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor (art. 139, §3º, do Estatuto da Criança e do Adolescente), desde o registro da candidatura até o dia da eleição;

III – perturbar o sossego público, inclusive com o uso alto-falantes e amplificadores de som ou a promoção de comício ou carreata;

IV – realizar propaganda de qualquer natureza, inclusive a propaganda de boca de urna;

V – caluniar, difamar ou injuriar quaisquer pessoas, bem como órgãos ou entidades que exerçam autoridade pública;

VI – prejudicar a higiene e a estética urbana ou desrespeitar posturas municipais ou que impliquem qualquer restrição de direito;

VII – até o término do horário da votação, contribuir, de qualquer forma, para aglomeração de pessoas utilizando vestuários padronizados, de modo a caracterizar manifestação coletiva, com ou sem a utilização de veículos;

VIII – padronizar, nos trabalhos de votação, o vestuário de seus respectivos fiscais, quando permitido a presença destes por meio de Lei Municipal ou Resolução do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Art. 3º A incidência em alguma das condutas apontadas no Art. 1º e Art 2º desta Resolução caracterizará inidoneidade moral, deixando o candidato passível de impugnação da candidatura, por conta da inobservância do requisito previsto no art. 133, inciso I, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

## Capítulo II

### DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO DA CONDUTA INIDÔNEA

Art. 3º Qualquer cidadão poderá denunciar à Comissão Especial Eleitoral, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou ao Ministério Público a prática das condutas constantes no Art. 1º e Art 2º desta Resolução.

Art. 4º Os candidatos que praticarem quaisquer das condutas relacionadas nos itens anteriores, durante e/ou depois da campanha, inclusive no dia da votação, terão cassado seu registro de candidatura ou diploma de posse, sem prejuízo da apuração de eventual responsabilidade civil e mesmo criminal, inclusive de terceiros que com eles colaborem.

Art. 5º No prazo de 01 (um) dia contado do recebimento da notícia da infração às condutas vedadas previstas nesta Resolução, a Comissão Especial Eleitoral deverá instaurar procedimento administrativo para a devida apuração de sua ocorrência, expedindo-se notificação ao infrator para que, se o desejar, apresente defesa no prazo de 02 (dois) dias contados do recebimento da notificação (art. 11, §3º, inciso I, da Resolução Conanda nº 170/14).

Parágrafo único. O procedimento administrativo também poderá ser instaurado de Ofício pela Comissão Eleitoral ou pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, assim que tomar conhecimento por qualquer meio, da prática da infração.

Art. 6º A Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 02 (dois) dias do término do prazo da defesa, poderá:

I – arquivar o procedimento administrativo se entender não configurada a infração ou não houver provas suficientes da autoria, notificando-se o representado e o representante, se for o caso;

II – determinar a produção de provas em reunião designada no máximo em 02 (dois) dias contados do decurso do prazo para defesa (art. 11, §3º, inciso II, da Resolução Conanda nº 170/14).

Art. 7º Encerrada a reunião designada para a produção das provas indicadas pelas partes, a Comissão Especial Eleitoral decidirá, fundamentadamente, em 02 (dois) dias, notificando-se, em igual prazo, o representado e, se for o caso, o representante, que terão também o mesmo prazo para interpor recurso, sem efeito suspensivo, à Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (art. 11, §4º, da Resolução Conanda nº 170/14).

Parágrafo único. A Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente decidirá em 02 (dois) dias do término do prazo da interposição do recurso, reunindo-se, se preciso for, extraordinariamente (art. 11, § 4º, da Resolução CONANDA nº 170/14).

Art. 8º No prazo máximo de 02 (dois) dias do término do prazo para apreciação do recurso eventualmente interposto, a Comissão Especial Eleitoral, fará publicar a relação dos candidatos habilitados, enviando, em igual prazo, cópia ao Ministério Público. (art. 11, § 5º, da Resolução CONANDA nº 170/14).

Art. 9º O representante do Ministério Público deverá ser cientificado de todas as decisões, no prazo de 02 (dois) dias de sua prolação.

### Capítulo III

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Para que o teor desta Resolução seja de conhecimento de todos os munícipes e candidatos, ela deverá ter ampla publicidade, sendo publicada no Diário Oficial do Município e no site eletrônico da

§1º A Comissão Eleitoral realizará reunião, no prazo de 02 (dois) dias a contar da publicação desta Resolução, destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, conforme preconiza o art. 11, § 6º, inciso I, da Resolução Conanda nº 170/14.

Art. 11. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Santo Amaro da Imperatriz, 21 de agosto de 2019.

Marilene Pinho da Silva

Coordenadora da Comissão Especial Eleitoral

## RESOLUÇÃO Nº 14/2019

Publicação Nº 2131054

### RESOLUÇÃO Nº 014/2019/CEE

Dispõe sobre as condutas vedadas aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar durante o processo de escolha unificado no Município de Santo Amaro da Imperatriz.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA do município de Santo Amaro da Imperatriz, em cumprimento ao Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Nº 8.069, de julho de 1990, alterado pela Lei Nº 12.696, de 25 de julho de 2015, a Lei Municipal Nº 2734, de 02 de abril de 2019, Resolução do CONANDA Nº 170, de 10 de dezembro de 2014, Edital nº 01/2019/CMDCA, Reunião da Comissão Especial Eleitoral realizada dia 16/08/2019 e Reunião do CMDCA realizada dia 20/08/2019.

CONSIDERANDO que o art. 133, inciso I do Estatuto da Criança e do Adolescente prevê ser um dos requisitos para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, a idoneidade moral;

CONSIDERANDO que idoneidade moral é conceito jurídico indeterminado, compreendido genericamente como atributo ou qualidade de determinada pessoa de ter suas ações pautadas pelos preceitos éticos e morais vigentes em dado local e época, sendo, assim, bem-conceituada onde reside e recomendada à consideração pública;

CONSIDERANDO que as condutas vedadas, elencadas nesta Resolução, tornarão objetiva a aferição do requisito da idoneidade moral, quanto ao processo da eleição unificada;

CONSIDERANDO que o candidato ao cargo de membro do Conselho Tutelar que não comprovar qualquer um dos requisitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente e/ou na Lei Municipal e no presente Edital terá sua candidatura impugnada;

CONSIDERANDO que o art. 7º, § 1º, "c", da Resolução Conanda nº 170/14, dispõe que ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente cabe definir as condutas permitidas e vedadas aos candidatos a membros do Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO que o art. 11, §6º, incisos III e IX, da Resolução Conanda nº 170/14, aponta também ser atribuição da Comissão Especial Eleitoral do CMDCA, analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos durante a campanha eleitoral e no dia da votação, bem como resolver os casos omissos;

CONSIDERANDO que o art. 11, § 6º, inciso I, da Resolução Conanda nº 170/14, prevê a realização de reunião destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação municipal, a ser realizada pela Comissão Especial Eleitoral, encarregada de realizar o processo de escolha. RESOLVE:

## Capítulo I DAS CONDUTAS VEDADAS

### Art. 1º Da Propaganda Eleitoral

1. Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes:

Serão considerados excessos:

1.1. A propaganda eleitoral somente poderá ser feita constando apenas número, nome e foto do candidato e curriculum vitae, permitindo a veiculação somente nas mídias sociais. Ficando expressamente proibido promessas ou compromissos que excederem o papel de Conselheiro Tutelar, ou material que possam denegrir a imagem do candidato ou veicular imagens de crianças e adolescentes, que provoquem alguma violação de direito prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, evitando a veiculação de material com cunho sexual, político, religioso.

1.2. É permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-se a igualdade de condições a todos os candidatos, desde que promovida pelo CMDCA.

1.3. No dia 30 de agosto de 2019, as 19 horas, na Câmara Municipal dos Vereadores, sito a Rua: Frei Fidêncio Feldmann, nº 374, 1º andar, Edifício Boing, Centro, Santo Amaro da Imperatriz, SC. Nesta data, os candidatos habilitados estão convocados a participarem da sessão aberta a toda comunidade para apresentação de suas candidaturas.

1.4. Caluniar, difamar ou injuriar quaisquer pessoas, bem como órgãos ou entidades que exerçam autoridade pública;

2. Aplicam-se, no que couberem, as regras relativas à campanha eleitoral previstas na Lei Federal n. 9.504/1997 e alterações posteriores, inclusive quanto aos crimes eleitorais, observadas ainda as seguintes vedações:

2.1. Abuso do poder econômico na propaganda feita através dos veículos de comunicação social, com previsão legal no art. 14, § 9º, da Constituição Federal; na Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade); e art. 237 do Código Eleitoral, ou as que as suceder;

2.2. Doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

2.3. Propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público, vedado também nos espaços privados; a participação de candidatos, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas;

2.4. a vinculação político-partidária das candidaturas e a utilização da estrutura dos partidos políticos para campanha eleitoral;

2.5. a vinculação religiosa das candidaturas e a utilização da estrutura das Igrejas ou Cultos para campanha eleitoral;

2.6. favorecimento de candidatos por qualquer autoridade pública ou a utilização, em benefício daqueles, de espaços, equipamentos e serviços da Administração Pública Municipal;

2.7. confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário;

2.8. propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors ou carro de som;

2.9. propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa:

I - Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana;

II - Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

III - Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir, com isso, vantagem à determinada candidatura;

IV - Veicular qualquer material que possam reforçar a defesa dos seguintes aspectos: Trabalho infantil, qualquer tipo de violência contra criança e/ou adolescente, mesmo que seja com fins corretivos, aumento da maioridade penal, entre outros pontos relacionados no Estatuto da Criança e do Adolescente.

### Art. 2º Do dia da Eleição

1. Considera-se violação da idoneidade moral, para os fins do art. 133, inciso I c/c art. 135, do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), pelos candidatos devidamente habilitados ao processo de escolha para o cargo de Conselheiro Tutelar, durante o dia da votação, sendo vedadas as seguintes condutas:

I – a promoção do transporte de eleitores;

II – doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor (art. 139, §3º, do Estatuto da Criança e do Adolescente), desde o registro da candidatura até o dia da eleição;

III – perturbar o sossego público, inclusive com o uso alto-falantes e amplificadores de som ou a promoção de comício ou carreatas;

IV – realizar propaganda de qualquer natureza, inclusive a propaganda de boca de urna;

V – caluniar, difamar ou injuriar quaisquer pessoas, bem como órgãos ou entidades que exerçam autoridade pública;

VI – prejudicar a higiene e a estética urbana ou desrespeitar posturas municipais ou que impliquem qualquer restrição de direito;

VII – até o término do horário da votação, contribuir, de qualquer forma, para aglomeração de pessoas utilizando vestuários padronizados, de modo a caracterizar manifestação coletiva, com ou sem a utilização de veículos;

VIII – padronizar, nos trabalhos de votação, o vestuário de seus respectivos fiscais, quando permitido a presença destes por meio de Lei

Municipal ou Resolução do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Art. 3º A incidência em alguma das condutas apontadas no Art. 1º e Art 2º desta Resolução caracterizará inidoneidade moral, deixando o candidato passível de impugnação da candidatura, por conta da inobservância do requisito previsto no art. 133, inciso I, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

## Capítulo II

### DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO DA CONDUTA INIDÔNEA

Art. 4º Qualquer cidadão poderá denunciar à Comissão Especial Eleitoral, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou ao Ministério Público a prática das condutas constantes no Art. 1º e Art 2º desta Resolução.

Art. 5º Os candidatos que praticarem quaisquer das condutas relacionadas nos itens anteriores, durante e/ou depois da campanha, inclusive no dia da votação, terão cassado seu registro de candidatura ou diploma de posse, sem prejuízo da apuração de eventual responsabilidade civil e mesmo criminal, inclusive de terceiros que com eles colaborem.

Art. 6º No prazo de 01 (um) dia contado do recebimento da notícia da infração às condutas vedadas previstas nesta Resolução, a Comissão Especial Eleitoral deverá instaurar procedimento administrativo para a devida apuração de sua ocorrência, expedindo-se notificação ao infrator para que, se o desejar, apresente defesa no prazo de 02 (dois) dias contados do recebimento da notificação (art. 11, §3º, inciso I, da Resolução Conanda nº 170/14).

Parágrafo único. O procedimento administrativo também poderá ser instaurado de Ofício pela Comissão Eleitoral ou pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, assim que tomar conhecimento por qualquer meio, da prática da infração.

Art. 7º A Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 02 (dois) dias do término do prazo da defesa, poderá:

I – Arquivar o procedimento administrativo se entender não configurada a infração ou não houver provas suficientes da autoria, notificando-se o representado e o representante, se for o caso;

II – Determinar a produção de provas em reunião designada no máximo em 02 (dois) dias contados do decurso do prazo para defesa (art. 11, §3º, inciso II, da Resolução Conanda nº 170/14).

Art. 8º Encerrada a reunião designada para a produção das provas indicadas pelas partes, a Comissão Especial Eleitoral decidirá, fundamentadamente, em 02 (dois) dias, notificando-se, em igual prazo, o representado e, se for o caso, o representante, que terão também o mesmo prazo para interpor recurso, sem efeito suspensivo, à Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (art. 11, §4º, da Resolução Conanda nº 170/14).

Parágrafo único. A Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente decidirá em 02 (dois) dias do término do prazo da interposição do recurso, reunindo-se, se preciso for, extraordinariamente (art. 11, § 4º, da Resolução CONANDA nº 170/14).

Art. 9º No prazo máximo de 02 (dois) dias do término do prazo para apreciação do recurso eventualmente interposto, a Comissão Especial Eleitoral, fará publicar a relação dos candidatos habilitados, enviando, em igual prazo, cópia ao Ministério Público. (art. 11, § 5º, da Resolução CONANDA nº 170/14).

Art. 10º O representante do Ministério Público deverá ser cientificado de todas as decisões, no prazo de 02 (dois) dias de sua prolação.

## Capítulo III

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11º Para que o teor desta Resolução seja de conhecimento de todos os munícipes e candidatos, ela deverá ter ampla publicidade, sendo publicada no Diário Oficial do Município e no site eletrônico da

§1º A Comissão Eleitoral realizará reunião, no prazo de 02 (dois) dias a contar da publicação desta Resolução, destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, conforme preconiza o art. 11, § 6º, inciso I, da Resolução Conanda nº 170/14.

Art. 12º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Santo Amaro da Imperatriz, 21 de agosto de 2019.

Marilene Pinho da Silva

Coordenadora da Comissão Especial Eleitoral - CMDCA

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS - PREGÃO 34-2019**

Publicação Nº 2131584

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ</b>  <b>CNPJ: 82.892.324/0001-46</b> <b>Praça Governador Ivo Silveira</b> <b>C.E.P.: 88140-000 - Santo Amaro da Imperatriz - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 34/2019 - PR</b>  <b>Processo Administrativo: 33/2019</b> <b>Processo de Licitação: 34/2019</b> <b>Data do Processo: 07/08/2019</b>
	Folha: 1/2

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa para execução dos serviços de limpeza de sarjeta e meio fio, roçada mecanizada costal e poda de árvore, para atender às necessidades do município de Santo Amaro da Imperatriz.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.**

Ao(s) 21 de Agosto de 2019, às 14:24 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 14974, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 34/2019, Licitação nº 34/2019 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:****LOTE: 1****Participante: 10543 - PERÍMETRO CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA.**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Roçada mecanizada costal	m²	700.000,00		0,0000	0,1347	94.265,50
2	Limpeza de sarjeta e meio fio	m	50.000,00		0,0000	0,7107	35.535,00
3	Poda de árvore com moto serra, serra podadeira, caminhão e ajudantes.	dias	30,00		0,0000	673,3167	20.199,50

**Total do Participante ----->** 150.000,00

**Total Geral ----->** 150.000,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Santo Amaro da Imperatriz, 21 de Agosto de 2019

**COMISSÃO:**

Lays Millena Vieira Mann - ..... - Pregoeiro(a)  
 Luciana de Oliveira - ..... - Tec Contabil  
 Adolfo Júlio Derner - ..... - Assist Adm

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ</b>  CNPJ: 82.892.324/0001-46 Praça Governador Ivo Silveira C.E.P.: 88140-000 - Santo Amaro da Imperatriz - SC	
<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 34/2019 - PR</b>	Processo Administrativo: 33/2019 Processo de Licitação: 34/2019 Data do Processo: 07/08/2019
Folha: 2/2	

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

ARCHIMEDES MARTINS MONGUILHOTT  
REIMBERTO SCHMITZ

- ..... - Representante  
- ..... - Representante



**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA 27/2019**

Publicação Nº 2131053

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

PORTARIA n. 27/2019, de 20 de agosto de 2019.

Homologa resultado final do Concurso Público realizado pela Câmara Municipal de Santo Amaro da Imperatriz/SC.

JOSÉ VALÉRIO SCHÜRHAUS, Presidente da Câmara Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art. 1º Fica HOMOLOGADO o resultado do concurso público realizado sob a égide do Edital n. 001/2019, no dia 04 de agosto de 2019, para o preenchimento de vagas do quadro efetivo de pessoal do Serviço Público da Câmara Municipal de Santo Amaro da Imperatriz/SC, respeitada a legislação vigente.

Art. 2º Anexos integrantes desta Portaria listagem de classificação final dos candidatos para o cargo de Assessor Jurídico Administrativo e Parlamentar, Assessor de Imprensa e Comunicação e Assistente Legislativo.

Art. 3º O Concurso Público terá validade pelo prazo de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período, para atender o interesse público da administração.

Art. 4º Publique-se a classificação definitiva.

Santo Amaro da Imperatriz/SC, 20 de agosto de 2019.

JOSÉ VALÉRIO SCHÜRHAUS

Presidente da Câmara Municipal de Santo Amaro da Imperatriz



**CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 012019**

Publicação Nº 2131055



Estado de Santa Catarina  
Câmara de Vereadores de Santo Amaro da Imperatriz  
Concurso Público n.º 01/2019

**ATO 020: Publicação da Classificação Final****CLASSIFICAÇÃO FINAL: ANEXO I (Ampla Concorrência)****DATA DA PROVA: 04/08/2019****DATA DE DIVULGAÇÃO: 20/08/2019**

Após a análise de recursos acerca da Classificação Provisória e Prova de Títulos, publicados por meio do Extrato de Recursos contra a Classificação Provisória e Prova de Títulos (Ato 019), torna-se definitiva a listagem de classificação dos candidatos disposto no Anexo I desta publicação.

Ficam disponíveis à todos os candidatos, com acesso pelo site [www.nbsprovas.com.br](http://www.nbsprovas.com.br) no link "Área do Candidato", utilizando sua senha pessoal de acesso, localizando sua inscrição e clicando em "Mais Informações", a imagem do cartão resposta utilizado na prova, com o intuito de dirimir qualquer dúvida ou confirmar a correção eletrônica de suas respostas.

Também ficam disponíveis a todos os candidatos, de forma individual, a análise de seus títulos, acessado a partir da Área do Candidato, disposta de forma individual (título a título), quando da apresentação eletrônica e de forma sintética, quando da apresentação física da prova.

**Legendas Utilizadas na Publicação:****POR:** Nota relativa às questões de Língua Portuguesa.**MAT:** Nota relativa às questões de Matemática.**INF:** Nota relativa às questões de Informática Básica.**ATU:** Nota relativa às questões de Atualidades e Conhecimentos Gerais.**ESP:** Nota relativa às questões de Conhecimentos Específicos.**TIT:** Nota relativa à Prova de Títulos.

Santo Amaro da Imperatriz/SC, 20 de agosto de 2019.

**Banca Técnica**  
**NBS Serviços Especializados Eireli**



Estado de Santa Catarina  
Câmara de Vereadores de Santo Amaro da Imperatriz  
Concurso Público n.º 01/2019



**ANEXO I – Classificação Final (AMPLA CONCORRÊNCIA)**

01 - ASSESSOR JURÍDICO ADMINISTRATIVO E PARLAMENTAR												
RESULTADO	POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	INF	ATU	ESP	NOTA PROVA ESCRITA	TIT	TOTAL DE PONTOS
Classificado	1º	571	CAMILA DABROWSKI DE ARAÚJO MENDONÇA	17/03/1989	0,80	1,00	1,00	0,40	4,80	8,00	2,00	10,00
Classificado	2º	209	DANIELE PIZONI FELTRIN	18/11/1993	1,00	1,00	1,00	0,80	5,70	9,50	-	9,50
Classificado	3º	182	ANDRÉ LINHARES DA SILVA	02/07/1989	1,00	0,60	1,00	0,80	5,10	8,50	1,00	9,50
Classificado	4º	742	GUILHERME DI LUCA	17/09/1977	1,00	1,00	1,00	1,00	4,50	8,50	1,00	9,50
Classificado	5º	917	FILIPPI MARCINEIRO BIZ	17/08/1983	1,00	1,00	1,00	1,00	4,50	8,50	1,00	9,50
Classificado	6º	438	JANETE VIEIRA	03/09/1989	1,00	1,00	0,80	0,80	4,80	8,40	1,00	9,40
Classificado	7º	237	LUCAS SILVA DE SOUSA	09/09/1992	1,00	1,00	1,00	0,80	5,40	9,20	-	9,20
Classificado	8º	78	FÁBIO CAMARGO BANDEIRA	16/04/1966	1,00	0,60	0,80	0,60	4,50	7,50	1,50	9,00
Classificado	9º	512	ELSIE GATIBONI ESCARRONE	13/12/1988	1,00	0,80	0,60	1,00	4,50	7,90	1,00	8,90
Classificado	10º	109	LUCAS TANAKA REKSIEDLER	02/09/1992	0,60	1,00	1,00	0,40	4,80	7,80	1,00	8,80
Classificado	11º	118	DANIELA FERNANDA DA SILVA	17/11/1982	0,60	1,00	1,00	0,60	4,50	7,70	1,00	8,70
Classificado	12º	235	JACQUELINE PAGANI LUZ WERNER	15/03/1990	0,60	1,00	0,80	0,60	4,50	7,50	1,00	8,50
Classificado	13º	434	MARCOS JOSÉ DE OLIVEIRA	22/11/1985	0,40	1,00	1,00	0,80	5,10	8,30	-	8,30
Classificado	14º	931	MÁRCIO GIORDANI PEREIRA	08/12/1986	0,60	1,00	1,00	0,80	3,90	7,30	1,00	8,30
Classificado	15º	661	TASSIANE CASTAMANN ALGAYER	31/08/1988	1,00	1,00	1,00	1,00	3,30	7,30	1,00	8,30
Classificado	16º	496	ALYSSON ROCHA	01/03/1983	0,80	0,80	0,80	0,60	4,20	7,20	1,00	8,20
Classificado	17º	219	TEÓFILO HUNTEMANN JÚNIOR	30/07/1982	1,00	1,00	1,00	0,60	3,60	7,20	1,00	8,20
Classificado	18º	459	CAROLINA FERREIRA DOMINGUES	25/10/1981	0,80	1,00	1,00	0,80	3,60	7,20	1,00	8,20
Classificado	19º	516	BRUNO MEXKO	22/02/1996	1,00	1,00	0,60	1,00	4,50	8,10	-	8,10
Classificado	20º	537	JOÃO VÍTOR PINHEIRO PERRI	11/11/1988	0,80	1,00	1,00	0,80	4,50	8,10	-	8,10
Classificado	21º	155	DIOGO EVANDRO BAULER	24/01/1991	0,60	0,60	1,00	1,00	3,90	7,10	1,00	8,10
Classificado	22º	817	GISELE FRANCINE CARVALHO	29/01/1994	1,00	1,00	1,00	0,80	3,30	7,10	1,00	8,10
Classificado	23º	415	ALAN BRUCH	05/09/1989	0,60	1,00	0,80	1,00	3,60	7,00	1,00	8,00
Classificado	24º	5	FILIPPE EDUARDO DA SILVA	11/04/1996	0,80	1,00	1,00	0,60	4,50	7,90	-	7,90
Classificado	25º	74	LUCAS PROBST MARCHI	05/05/1996	0,80	1,00	1,00	0,60	4,50	7,90	-	7,90
Classificado	26º	543	THAYSE DE SOUZA THIESEN	10/01/1994	1,00	1,00	0,60	0,40	3,90	6,90	1,00	7,90
Classificado	27º	322	ALICIA KELLER FELSKE	21/10/1984	0,60	0,80	1,00	0,60	3,90	6,90	1,00	7,90
Classificado	28º	127	FABIANO BASTOS GARCIA TEIXEIRA	26/09/1980	1,00	1,00	1,00	0,60	3,30	6,90	1,00	7,90
Classificado	29º	870	MARCEL EVANGELISTA CATANEO	19/03/1964	0,60	1,00	1,00	0,80	3,00	6,40	1,50	7,90
Classificado	30º	620	MANON HABKOST MACHADO	23/02/1986	0,80	1,00	1,00	0,80	4,20	7,80	-	7,80
Classificado	31º	616	ELOISA ZANIN DA SILVA	26/02/1993	0,60	1,00	1,00	1,00	4,20	7,80	-	7,80



**Estado de Santa Catarina**  
**Câmara de Vereadores de Santo Amaro da Imperatriz**  
**Concurso Público n.º 01/2019**



Classificado	32º	828	FABIANA PRUDENCIO DE CAMPOS LOBO	19/06/1971	0,80	1,00	1,00	0,40	3,60	6,80	1,00	7,80
Classificado	33º	885	ANDRÉ LUIZ PACHECO	25/11/1979	0,60	1,00	1,00	0,60	3,60	6,80	1,00	7,80
Classificado	34º	591	ANA CARLA DA SILVA	30/05/1993	0,80	1,00	0,80	0,60	4,50	7,70	-	7,70
Classificado	35º	842	GUILHERME PROENÇA SOARES	17/09/1991	0,80	0,80	1,00	0,60	4,50	7,70	-	7,70
Classificado	36º	58	JOSIANE BOING MULBERSTEDT	15/09/1982	1,00	1,00	1,00	0,80	3,90	7,70	-	7,70
Classificado	37º	240	BIANCA DA SILVA RODRIGUES	17/05/1990	0,60	0,80	1,00	0,40	3,90	6,70	1,00	7,70
Classificado	38º	761	MIGUEL ANTONIO NERY SINNOTT	20/07/1951	1,00	1,00	0,80	0,60	3,30	6,70	1,00	7,70
Classificado	39º	510	SIMONE BRANDAO	15/05/1973	1,00	1,00	1,00	0,40	3,30	6,70	1,00	7,70
Classificado	40º	748	DOUGLAS FONTANA SIRTOLI	17/03/1993	1,00	1,00	1,00	0,80	2,40	6,20	1,50	7,70
Classificado	41º	898	GUSTAVO LAGRANHA VIEIRA DA COSTA	29/10/1987	0,80	1,00	1,00	0,60	4,20	7,60	-	7,60
Classificado	42º	32	JOAO OTAVIO CAMINHA	13/02/1998	0,60	1,00	0,60	0,80	4,50	7,50	-	7,50
Classificado	43º	299	VINICIUS COUTINHO DA LUZ	24/07/1990	1,00	1,00	0,80	0,80	3,90	7,50	-	7,50
Classificado	44º	282	JOSÉ LUCAS STEINMETZ DA SILVEIRA	21/06/1991	0,80	1,00	1,00	0,80	3,90	7,50	-	7,50
Classificado	45º	891	ADOLFO JÚLIO DERNER FILHO	09/05/1988	0,60	1,00	1,00	1,00	3,90	7,50	-	7,50
Classificado	46º	907	JOSÉ MARIO ELIAS	14/04/1990	0,40	1,00	1,00	0,80	3,30	6,50	1,00	7,50
Classificado	47º	722	RAQUEL DE JESUS SILVA	11/12/1981	0,80	1,00	0,60	0,80	4,20	7,40	-	7,40
Classificado	48º	19	BARBARA PAZ DE MACEDO	18/10/1977	0,80	1,00	0,80	0,80	3,00	6,40	1,00	7,40
Classificado	49º	651	DOUGLAS DE SIQUEIRA PEDRINHO	10/10/1976	0,80	1,00	1,00	0,60	3,00	6,40	1,00	7,40
Classificado	50º	64	MOACIR KORNIWICZ DA SILVA	27/09/1977	0,80	1,00	1,00	0,60	3,00	6,40	1,00	7,40
Classificado	51º	698	INGRIDY PEREIRA DA SILVA	24/05/1996	1,00	1,00	1,00	0,40	3,90	7,30	-	7,30
Classificado	52º	719	GIOVANNA PRAÇA SARDEIRO	16/12/1996	0,80	1,00	1,00	0,60	3,90	7,30	-	7,30
Classificado	53º	638	JEROME SILVA SCHINETSKI	01/09/1977	0,80	0,80	0,80	1,00	3,90	7,30	-	7,30
Classificado	54º	330	RODRIGO DURO ZANINI	26/04/1984	0,60	0,80	1,00	0,60	3,30	6,30	1,00	7,30
Classificado	55º	264	RICARDO SERGIO THOME	04/10/1975	0,40	1,00	1,00	0,60	3,30	6,30	1,00	7,30
Classificado	56º	553	GABRIELA DA SILVA	31/08/1993	0,60	0,60	0,60	0,60	4,80	7,20	-	7,20
Classificado	57º	770	HUGO DE MELO QUEIROZ NETO	05/05/1994	0,40	1,00	0,80	0,80	4,20	7,20	-	7,20
Classificado	58º	892	LUIZ ANTÔNIO VIDAL FILHO	21/07/1987	0,80	1,00	1,00	0,80	3,60	7,20	-	7,20
Classificado	59º	927	NATÁLIA SENS DINIZ SELL	05/11/1985	0,60	1,00	1,00	1,00	3,60	7,20	-	7,20
Classificado	60º	528	MANOELA SANTIAGO	23/06/1992	0,60	1,00	0,80	0,80	3,00	6,20	1,00	7,20
Classificado	61º	242	JAIME MOACIR FRANCA	14/07/1979	1,00	1,00	1,00	0,80	2,40	6,20	1,00	7,20
Classificado	62º	594	PEDRO HENRIQUE DA ROSA	29/04/1986	0,80	1,00	1,00	1,00	2,40	6,20	1,00	7,20
Classificado	63º	96	GISELE CRISTIANE PRUDÊNCIO DA SILVA	19/10/1977	0,80	0,60	0,40	0,80	4,50	7,10	-	7,10
Classificado	64º	83	CAMILLA THOMÁZIA PEREIRA DA SILVA	22/02/1995	0,80	1,00	0,80	0,60	3,90	7,10	-	7,10
Classificado	65º	181	BERNARDO CORREA DE SOUSA PESSI	02/10/1991	0,60	1,00	1,00	0,80	2,70	6,10	1,00	7,10
Classificado	66º	8	ADILSON CARLOS DE OLIVEIRA	15/10/1984	0,60	1,00	1,00	0,80	3,60	7,00	-	7,00
Classificado	67º	33	RENATA BARRETO PARCIANELLO	27/01/1986	0,80	1,00	0,80	0,40	3,90	6,90	-	6,90



**Estado de Santa Catarina**  
**Câmara de Vereadores de Santo Amaro da Imperatriz**  
**Concurso Público n.º 01/2019**



Classificado	68º	647	ITIBERÉ CORNELIUS EWERLING	14/04/1982	0,80	0,80	1,00	0,40	3,90	6,90	-	6,90
Classificado	69º	71	FERNANDA GABRIELA VIEIRA	05/09/1985	0,80	1,00	0,80	1,00	3,30	6,90	-	6,90
Classificado	70º	596	ADEMAR SANTANA	29/04/1973	0,80	1,00	1,00	0,80	3,30	6,90	-	6,90
Classificado	71º	705	THALES NATHAN GONÇALVES	26/11/1990	0,60	1,00	1,00	1,00	3,30	6,90	-	6,90
Classificado	72º	831	JULIANA FIORINI THOMÉ	09/12/1972	0,60	0,40	1,00	0,60	3,30	5,90	1,00	6,90
Classificado	73º	312	PRISCILA WESSLER	21/05/1989	1,00	1,00	0,80	0,40	3,60	6,80	-	6,80
Classificado	74º	183	DANIELA KOJIO NOBRE	25/08/1990	0,80	1,00	0,80	0,60	3,60	6,80	-	6,80
Classificado	75º	832	KLOVES FERNANDO COMELLI LEITE	08/06/1981	0,80	0,60	1,00	0,80	3,60	6,80	-	6,80
Classificado	76º	255	DÉBORA TAINÁ DOS SANTOS	24/06/1995	0,60	0,60	0,80	0,20	3,60	5,80	1,00	6,80
Classificado	77º	365	KARLA DA SILVA DUTRA DE SOUZA	12/09/1986	0,60	1,00	1,00	0,80	2,40	5,80	1,00	6,80
Classificado	78º	75	LUDMILA GAIA BOUVIER	09/04/1996	1,00	1,00	1,00	1,00	2,70	6,70	-	6,70
Classificado	79º	391	DANIELA CRISTINA KASSNER	24/02/1986	1,00	0,80	1,00	0,20	3,60	6,60	-	6,60
Classificado	80º	461	VANUSA DUARTE DADAM	12/03/1974	0,60	1,00	0,80	0,60	3,60	6,60	-	6,60
Classificado	81º	919	GERMANA FONSECA CRESPO GARCIA GHISONI	30/08/1983	0,60	1,00	1,00	0,40	3,60	6,60	-	6,60
Classificado	82º	236	NEIDLEN HOHENSEE HENRIQUE	27/01/1991	0,60	1,00	0,80	0,20	3,00	5,60	1,00	6,60
Classificado	83º	867	FELIPE REITZ BEHRENDT	03/10/1991	0,40	0,80	0,80	0,60	3,90	6,50	-	6,50
Classificado	84º	152	ALEXANDRE AMARANTE	25/01/1986	0,80	1,00	1,00	0,40	3,30	6,50	-	6,50
Classificado	85º	524	RICARDO BURATTO	11/11/1991	0,60	0,60	1,00	0,60	2,70	5,50	1,00	6,50
Classificado	86º	310	PATRICIA SALM HORN	11/05/1983	0,40	1,00	0,80	0,60	2,70	5,50	1,00	6,50
Classificado	87º	142	RAMSÉS CHEVALIER DE CASTRO	14/05/1991	1,00	1,00	0,60	0,80	2,10	5,50	1,00	6,50
Classificado	88º	725	ANA LUIZE FRONZA	25/08/1994	0,60	1,00	0,40	0,40	3,90	6,30	-	6,30
Classificado	89º	129	MARCO AURÉLIO DUARTE DE LIMA	22/05/1971	0,60	1,00	0,60	0,80	3,30	6,30	-	6,30
Classificado	90º	929	VERÔNICA ERN BORNHOFEN	10/02/1994	0,60	1,00	1,00	0,40	3,30	6,30	-	6,30
Classificado	91º	539	DYELLEN ALICE FORGHIERI DE PAULA	10/09/1985	0,60	0,80	1,00	0,60	3,30	6,30	-	6,30
Classificado	92º	210	CARLA FLORIANO BATISTI	11/09/1990	1,00	1,00	1,00	0,60	2,70	6,30	-	6,30
Classificado	93º	928	CARLOS MANOEL MEDEIROS JÚNIOR	15/12/1975	0,40	0,80	0,80	0,60	2,70	5,30	1,00	6,30
Classificado	94º	625	MONIQUE MEYER DUARTE	17/01/1986	0,40	0,60	1,00	0,60	3,60	6,20	-	6,20
Classificado	95º	212	FERNANDO ELLER	05/12/1977	0,80	1,00	0,60	0,40	2,40	5,20	1,00	6,20
Classificado	96º	523	MARI ANE PIRES ORTIZ DE SOUZA CORDEIRO	22/02/1987	0,60	0,60	0,80	0,80	2,40	5,20	1,00	6,20
Classificado	97º	475	LUCAS QUINT	26/04/1996	0,80	0,80	0,80	0,40	3,30	6,10	-	6,10
Classificado	98º	908	GIOVANI DA SILVA	21/06/1978	0,60	1,00	0,60	0,60	3,30	6,10	-	6,10
Classificado	99º	93	EDVALDO SANDRIN MACIEL FREITAS	28/12/1991	0,40	1,00	1,00	0,40	3,30	6,10	-	6,10
Classificado	100º	798	KELLY ALEXANDRA SCHEIDT BIANCO	28/06/1980	0,40	0,80	1,00	0,60	3,30	6,10	-	6,10
Classificado	101º	546	RAFAELLA DA SILVA PERES	04/05/1986	0,20	0,40	0,60	0,60	3,30	5,10	1,00	6,10
Classificado	102º	812	RENATA STEINBACH	14/03/1985	1,00	1,00	1,00	0,40	2,70	6,10	-	6,10
Classificado	103º	629	FRANCIANA KANDIONARA WILL	15/12/1989	0,80	1,00	1,00	0,60	2,70	6,10	-	6,10



**Estado de Santa Catarina**  
**Câmara de Vereadores de Santo Amaro da Imperatriz**  
**Concurso Público n.º 01/2019**



Classificado	104º	666	NICOLAS KUH N KLEPZIG	13/06/1996	0,40	1,00	0,80	0,20	3,60	6,00	-	6,00
Classificado	105º	81	ANA LUIZA DOS SANTOS CRESCENCIO	10/05/1988	0,80	0,80	0,80	0,60	3,00	6,00	-	6,00
Classificado	106º	588	LUANA COELHO LOCH	05/08/1988	0,60	0,80	0,80	0,80	3,00	6,00	-	6,00
Classificado	107º	107	JOÃO VITOR FELIPE	06/07/1995	1,00	1,00	1,00	0,20	2,70	5,90	-	5,90
Classificado	108º	18	JOÃO HALABURA JUNIOR	31/08/1976	0,60	1,00	0,80	0,80	2,70	5,90	-	5,90
Classificado	109º	903	ELISANGELA CARLOS GEROLETTI	18/01/1982	0,80	1,00	0,60	0,40	3,00	5,80	-	5,80
Classificado	110º	268	RUBENS DAROLT JÚNIOR	01/03/1997	0,80	1,00	0,60	0,40	3,00	5,80	-	5,80
Classificado	111º	912	JULIANA SCHARF DOS SANTOS	28/05/1990	0,60	1,00	0,60	0,60	3,00	5,80	-	5,80
Classificado	112º	678	ELSON DE ALMEIDA SANTOS	02/06/1992	0,40	1,00	0,80	0,60	3,00	5,80	-	5,80
Classificado	113º	737	IGOR SPINARDI AMORIM	12/08/1990	0,60	1,00	0,60	0,20	3,30	5,70	-	5,70
Classificado	114º	47	FERNANDA LAVINAS MACEDO DE ANDRADE	01/03/1978	0,60	1,00	0,80	0,60	2,70	5,70	-	5,70
Classificado	115º	847	RODRIGO DA SILVA CONCEIÇÃO	27/08/1979	0,60	1,00	1,00	0,40	2,70	5,70	-	5,70
Classificado	116º	874	NILSON JOSE BELISKI FARIAS	04/02/1978	0,60	1,00	1,00	1,00	2,10	5,70	-	5,70
Classificado	117º	296	ANDRE FELIPE BIZERRA DA SILVA	15/12/1992	0,80	1,00	0,80	0,60	2,40	5,60	-	5,60
Classificado	118º	259	GUSTAVO PEREIRA	16/10/1993	0,80	1,00	0,80	0,60	2,40	5,60	-	5,60
Classificado	119º	906	LUIZA MUELLER JENICHEN	28/06/1989	0,40	0,60	0,80	0,40	3,30	5,50	-	5,50
Classificado	120º	799	IZADORA RIGON	24/07/1989	0,60	0,80	0,60	0,40	3,00	5,40	-	5,40
Classificado	121º	738	BENTO MANOEL DO ARAGÃO NETO	14/11/1996	0,60	0,60	0,60	0,60	3,00	5,40	-	5,40
Classificado	122º	348	RICARDO AUGUSTO GUERRA	14/03/1992	0,40	0,80	0,60	0,60	3,00	5,40	-	5,40
Classificado	123º	224	CLAUTON RODRIGUES DE SOUZA	30/01/1971	0,20	1,00	0,40	0,80	3,00	5,40	-	5,40
Classificado	124º	634	CHRISTIAN MACHADO	28/02/1993	0,80	1,00	1,00	0,20	2,40	5,40	-	5,40
Classificado	125º	405	CAROLINE PESSINI	17/04/1985	0,80	0,80	0,80	0,60	2,40	5,40	-	5,40
Classificado	126º	783	RICARDO CAVALHEIRO	05/05/2019	0,80	0,60	0,60	0,80	2,40	5,20	-	5,20
Classificado	127º	273	ANDRÉ LUIZ NIEMEYER	11/09/1984	0,20	1,00	1,00	0,60	2,40	5,20	-	5,20
Classificado	128º	90	LETÍCIA CRISTINA SANTIN DE LIMA	01/09/1994	1,00	0,60	0,80	0,60	2,10	5,10	-	5,10
Classificado	129º	893	LUANA CAMILA MARTINS	27/09/1996	0,60	1,00	1,00	0,40	2,10	5,10	-	5,10
Classificado	130º	884	PETERSON DE CARVALHO CATARINA	16/10/1973	0,40	0,40	0,80	0,40	3,00	5,00	-	5,00

**02 - ASSESSOR DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO**

RESULTADO	POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	INF	ATU	ESP	NOTA PROVA ESCRITA	TIT	NOTA FINAL
Classificado	1º	757	REINALDO MAIA VIZCARRA	20/09/1962	0,80	0,80	1,00	1,00	5,10	8,70	1,50	10,20
Classificado	2º	855	CÂNDIDA DE OLIVEIRA	07/06/1980	1,00	1,00	1,00	0,40	4,80	8,20	1,50	9,70
Classificado	3º	557	KALIL DE OLIVEIRA	27/01/1978	1,00	0,80	1,00	0,80	4,50	8,10	1,50	9,60
Classificado	4º	887	ELAINE APARECIDA MANINI	21/06/1986	1,00	1,00	1,00	0,80	3,60	7,40	1,50	8,90



**Estado de Santa Catarina**  
**Câmara de Vereadores de Santo Amaro da Imperatriz**  
**Concurso Público n.º 01/2019**



Classificado	5º	920	INARA FONSECA FERREIRA MANDU DA SILVA	13/02/1987	1,00	0,80	0,60	0,40	3,90	6,70	2,00	8,70
Classificado	6º	800	GLAUCIR FERREIRA BORGES	14/01/1983	0,40	0,60	0,80	0,80	4,50	7,10	1,50	8,60
Classificado	7º	756	PAULA RIBEIRO LEITÃO	26/12/1978	0,80	0,80	1,00	0,40	4,50	7,50	1,00	8,50
Classificado	8º	793	THIAGO MOMM PEREIRA	19/01/1980	1,00	1,00	0,80	0,60	3,60	7,00	1,50	8,50
Classificado	9º	669	ANA BEATRIZ BRASILEIRO DE ALMEIDA MELO	17/12/1996	1,00	1,00	0,80	0,80	4,80	8,40	-	8,40
Classificado	10º	714	ELIO QUARESMA NETO	14/12/1987	0,80	1,00	1,00	0,80	4,80	8,40	-	8,40
Classificado	11º	796	RAFAEL BONATTO BUFFON	05/02/1992	1,00	1,00	1,00	0,80	4,50	8,30	-	8,30
Classificado	12º	872	BERNARDO STAVISKI	30/03/1981	0,80	1,00	1,00	1,00	4,50	8,30	-	8,30
Classificado	13º	474	HILTON LUIZ OURIQUES	23/11/1980	0,80	0,60	0,40	1,00	4,50	7,30	1,00	8,30
Classificado	14º	414	PAMELA MENDES	17/09/1996	0,60	1,00	0,80	0,60	5,10	8,10	-	8,10
Classificado	15º	779	SILVIA AGOSTINI PEREIRA	19/01/1980	1,00	1,00	1,00	0,60	4,50	8,10	-	8,10
Classificado	16º	648	LAÉRCIO ZANCAN	27/09/1988	1,00	1,00	1,00	0,60	3,30	6,90	1,00	7,90
Classificado	17º	923	BRUNA COELHO FRANCISCO	22/02/1990	1,00	1,00	0,80	0,40	4,50	7,70	-	7,70
Classificado	18º	797	STEFANIA DA CUNHA	28/09/1976	1,00	1,00	1,00	0,20	4,50	7,70	-	7,70
Classificado	19º	435	DENISE DINIZ CORDEIRO	08/11/1988	0,80	1,00	0,60	0,80	4,20	7,40	-	7,40
Classificado	20º	454	SUELENI DO NASCIMENTO	23/10/1992	0,80	1,00	0,80	0,60	4,20	7,40	-	7,40
Classificado	21º	721	CLEBERSON FONTELLA CORREA	01/04/1985	1,00	0,80	0,80	0,80	3,90	7,30	-	7,30
Classificado	22º	740	PATRÍCIA FERREIRA DOS SANTOS	24/03/1988	0,60	0,80	1,00	1,00	3,90	7,30	-	7,30
Classificado	23º	202	JEIMIS PAEGLE	10/08/1986	0,60	0,80	1,00	0,20	4,50	7,10	-	7,10
Classificado	24º	611	DOUGLAS SCHMITZ HEINZEN	07/11/1995	0,40	1,00	1,00	0,20	4,50	7,10	-	7,10
Classificado	25º	367	ANA CLAUDIA BACK	08/11/1993	0,40	0,80	0,80	0,80	4,20	7,00	-	7,00
Classificado	26º	905	DOUGLAS BITTENCOURT SILVA	11/11/1982	1,00	0,60	0,80	1,00	3,60	7,00	-	7,00
Classificado	27º	790	CAIO CÉSAR SPILLERE DA SILVEIRA	28/09/1995	0,40	1,00	1,00	0,20	4,20	6,80	-	6,80
Classificado	28º	368	VIRGINIA SALUM PEREIRA FERNANDES	14/10/1977	0,80	1,00	1,00	-	3,90	6,70	-	6,70
Classificado	29º	403	MATHEUS COSTA	11/03/1996	0,60	0,40	1,00	0,80	3,90	6,70	-	6,70
Classificado	30º	622	HARUMI YOSHIDA	10/03/1995	0,80	0,60	1,00	0,20	3,90	6,50	-	6,50
Classificado	31º	701	LETÍCIA TAMBANI	18/12/1994	0,80	0,80	1,00	0,40	3,30	6,30	-	6,30
Classificado	32º	371	RAFAELLA GERÔNIMO DE MORAES	04/08/1997	0,40	0,40	0,80	0,60	3,90	6,10	-	6,10
Classificado	33º	712	THAISE CORREA DA ROSA	16/01/1990	0,60	0,80	1,00	0,40	3,30	6,10	-	6,10
Classificado	34º	61	VIRGINIA DUARTE DA SILVA	22/10/1981	0,80	0,80	0,80	0,60	3,00	6,00	-	6,00
Classificado	35º	375	LUIZ ROBERTO FRANCISCONI	26/12/1966	0,40	0,40	0,80	0,40	3,90	5,90	-	5,90
Classificado	36º	349	JOSÉ VALDENIR BULIN	10/03/1967	0,20	0,80	0,60	1,00	3,30	5,90	-	5,90
Classificado	37º	878	CAROLINE MATOS DE SOUZA	20/04/1981	0,60	0,40	0,40	0,40	3,60	5,40	-	5,40
Classificado	38º	703	EDUARDO FERNANDES GONSALVES	10/12/1991	0,60	1,00	0,40	0,40	3,00	5,40	-	5,40
Classificado	39º	603	JHONATAN BERTOLINO	20/03/1997	-	0,60	0,60	0,80	3,30	5,30	-	5,30



**Estado de Santa Catarina**  
**Câmara de Vereadores de Santo Amaro da Imperatriz**  
**Concurso Público n.º 01/2019**



**03 - ASSISTENTE LEGISLATIVO**

RESULTADO	POSICÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	INF	ATU	ESP	NOTA PROVA ESCRITA	TIT	NOTA FINAL
Classificado	1º	110	GABRYELLA HORSTMANN MENGARDA	27/10/1994	0,80	1,00	1,00	0,60	5,10	8,50	NA	8,50
Classificado	2º	477	PAULA MACHADO EMERENCIANO HILLESHEIM	06/11/1992	1,00	0,80	1,00	0,60	4,80	8,20	NA	8,20
Classificado	3º	484	DANISE EDUARDA GRIMM	02/04/1987	0,80	1,00	1,00	0,80	4,50	8,10	NA	8,10
Classificado	4º	531	DEBORA CANDIDA ALFONSO	22/08/1989	0,80	1,00	1,00	0,80	4,50	8,10	NA	8,10
Classificado	5º	360	GUILHERME CASSOL ESPINDOLA	06/12/1986	0,60	1,00	1,00	1,00	4,50	8,10	NA	8,10
Classificado	6º	945	ADRIANO COSTA	15/01/1972	1,00	1,00	0,60	1,00	4,20	7,80	NA	7,80
Classificado	7º	544	THIAGO DA LUZ GAIA	11/03/1988	1,00	1,00	0,60	1,00	4,20	7,80	NA	7,80
Classificado	8º	654	GRAZIANE APARECIDA DE SOUZA	13/09/1988	0,60	0,80	0,80	0,40	5,10	7,70	NA	7,70
Classificado	9º	781	MATHEUS RAICK	06/09/1990	1,00	0,80	1,00	0,40	4,50	7,70	NA	7,70
Classificado	10º	136	JULIANA DE SOUZA DOS SANTOS	22/05/1991	0,60	1,00	0,80	0,80	4,50	7,70	NA	7,70
Classificado	11º	115	AMANDA APARECIDA LEMOS	16/04/1994	0,80	0,80	0,80	0,40	4,80	7,60	NA	7,60
Classificado	12º	480	LIDIANE ALVES ESPINDOLA OSELAME	16/02/1979	0,60	0,80	1,00	1,00	4,20	7,60	NA	7,60
Classificado	13º	153	MARIA AUGUSTA DOS SANTOS DOIN VIEIRA	25/09/1981	0,80	1,00	0,80	0,40	4,50	7,50	NA	7,50
Classificado	14º	424	ROBERTO MELZER	23/07/1995	0,80	0,40	0,80	0,60	4,80	7,40	NA	7,40
Classificado	15º	769	DIEGO CLÁUDIO DA SILVA	09/03/1994	1,00	1,00	0,80	0,40	4,20	7,40	NA	7,40
Classificado	16º	12	LUIZ HENRIQUE BENEVENUTO	12/03/1975	0,60	1,00	1,00	0,60	4,20	7,40	NA	7,40
Classificado	17º	549	AUDREI VIVIANE ALVES DE OLIVEIRA	22/03/1985	0,60	0,80	1,00	0,80	4,20	7,40	NA	7,40
Classificado	18º	208	JOÃO VICTOR SCHEIDT STEIN	27/12/1997	0,60	0,80	1,00	0,80	4,20	7,40	NA	7,40
Classificado	19º	98	JOSÉ NORBERTO FERREIRA	25/01/1998	0,80	1,00	0,80	0,80	3,90	7,30	NA	7,30
Classificado	20º	60	FERNANDO STEIMBACH	13/05/1984	0,80	1,00	1,00	0,60	3,90	7,30	NA	7,30
Classificado	21º	574	MATHEUS COELHO DA SILVA	02/08/1986	0,80	0,80	1,00	0,80	3,90	7,30	NA	7,30
Classificado	22º	857	MARCUS VINÍCIUS GOULART	16/01/2000	0,80	1,00	0,60	0,60	4,20	7,20	NA	7,20
Classificado	23º	69	AMANDA THIESEN DUARTE	06/06/1993	0,80	0,60	1,00	0,60	4,20	7,20	NA	7,20
Classificado	24º	285	ADRIANI CHRISTINI GOULART	26/02/1996	0,60	1,00	0,80	0,60	4,20	7,20	NA	7,20
Classificado	25º	156	LUÍZA CARVALHO DOS SANTOS	26/04/1996	0,40	1,00	0,60	1,00	4,20	7,20	NA	7,20
Classificado	26º	89	MARCOS ANTONIO SOARES	22/09/1965	0,60	1,00	1,00	1,00	3,60	7,20	NA	7,20
Classificado	27º	404	JANAINA PORTO	07/11/1983	0,60	1,00	1,00	1,00	3,60	7,20	NA	7,20
Classificado	28º	667	DANIEL ROCCO DE FREITAS	03/08/1997	0,80	0,60	0,60	0,60	4,50	7,10	NA	7,10
Classificado	29º	778	SHELLEN ANDRADE	31/03/1999	0,60	1,00	0,60	0,40	4,50	7,10	NA	7,10
Classificado	30º	456	SABRINA DUARTE FORTUNATO	17/08/1979	0,80	1,00	0,80	0,60	3,90	7,10	NA	7,10
Classificado	31º	321	VANIO SILVESTRI	19/07/1968	0,60	0,80	1,00	0,80	3,90	7,10	NA	7,10
Classificado	32º	897	ANA CARLA MARILDA COSTA LOPES	01/12/1982	0,40	1,00	1,00	0,80	3,90	7,10	NA	7,10
Classificado	33º	838	ALINE DOS SANTOS SCHURHAUS	14/04/1991	0,80	1,00	1,00	0,60	3,60	7,00	NA	7,00





**Estado de Santa Catarina**  
**Câmara de Vereadores de Santo Amaro da Imperatriz**  
**Concurso Público n.º 01/2019**



Classificado	34º	380	FABIANO SOARES HENRIQUE	26/09/1981	0,60	1,00	1,00	0,80	3,60	7,00	NA	7,00
Classificado	35º	440	GISELLE SILVA MACHADO	02/04/1981	0,40	1,00	1,00	1,00	3,60	7,00	NA	7,00
Classificado	36º	598	WILLIAM PATRICK JUNG	01/06/1997	0,60	1,00	0,40	0,40	4,50	6,90	NA	6,90
Classificado	37º	529	ANA ISADORA BROERING	27/01/1997	0,60	0,80	0,40	0,60	4,50	6,90	NA	6,90
Classificado	38º	88	BEATRIZ DA SILVA DUARTE	16/06/1992	1,00	0,80	0,60	0,60	3,90	6,90	NA	6,90
Classificado	39º	119	GRASIELA DA CRUZ SOARES	28/04/1980	0,60	0,60	1,00	0,40	4,20	6,80	NA	6,80
Classificado	40º	888	MICHELE JAQUELINE DENCKER	27/03/1992	0,40	1,00	0,80	0,40	4,20	6,80	NA	6,80
Classificado	41º	851	RAQUEL RODRIGUES DOS SANTOS	20/10/1993	0,80	1,00	0,80	0,60	3,60	6,80	NA	6,80
Classificado	42º	20	LUISA BECKER CONCEICAO	12/05/1992	0,60	1,00	1,00	0,60	3,60	6,80	NA	6,80
Classificado	43º	690	AMANDA GONCALVES	12/03/1995	0,40	1,00	1,00	0,80	3,60	6,80	NA	6,80
Classificado	44º	401	GLADIS KUHNEN VENTURA	17/11/1988	0,20	0,80	1,00	0,20	4,50	6,70	NA	6,70
Classificado	45º	839	ALAN WILLIAM DE OLIVEIRA BRANDO	24/12/1988	1,00	0,80	1,00	-	3,90	6,70	NA	6,70
Classificado	46º	369	VICTORIA CAMPOS	03/12/1996	0,80	1,00	0,80	0,20	3,90	6,70	NA	6,70
Classificado	47º	837	CLEITON DIAS CASTRO	21/07/1989	0,80	0,40	1,00	0,60	3,90	6,70	NA	6,70
Classificado	48º	279	AIS LEILA SANTIAGO	06/11/1986	0,60	0,40	1,00	0,80	3,90	6,70	NA	6,70
Classificado	49º	393	PATRICIA DO NASCIMENTO	06/02/1988	0,40	1,00	1,00	0,40	3,90	6,70	NA	6,70
Classificado	50º	716	ANA PATRICIA TAVARES NACACIO SILVA	24/12/1993	0,40	0,80	1,00	0,60	3,90	6,70	NA	6,70
Classificado	51º	252	ELISA MARTENDAL	23/04/1995	0,20	1,00	0,60	0,60	4,20	6,60	NA	6,60
Classificado	52º	933	THIAGO CARLOS FERREIRA	12/04/1986	0,80	1,00	0,60	0,60	3,60	6,60	NA	6,60
Classificado	53º	179	JEHNIFER JONAS VIEIRA	21/07/1996	0,80	0,80	0,80	0,60	3,60	6,60	NA	6,60
Classificado	54º	499	FABRICIO LOCH	03/10/1994	0,60	1,00	0,80	0,60	3,60	6,60	NA	6,60
Classificado	55º	775	FERNANDA ROSA ASSIS	09/04/1987	0,60	1,00	1,00	0,40	3,60	6,60	NA	6,60
Classificado	56º	57	JOÃO ADOLFO SOUZA NEVES	26/10/1997	0,20	0,80	1,00	0,60	3,90	6,50	NA	6,50
Classificado	57º	869	ESTHER MARIANA ALVES	28/05/1996	0,40	1,00	0,60	0,20	4,20	6,40	NA	6,40
Classificado	58º	652	JONATHAN VIEIRA HINCKEL	14/10/1991	0,20	0,40	1,00	0,60	4,20	6,40	NA	6,40
Classificado	59º	316	GREICY KELLY PEREIRA	14/01/1982	1,00	0,60	0,80	0,40	3,60	6,40	NA	6,40
Classificado	60º	271	ANDRESSA KRUTZSCH	23/06/1979	0,80	0,80	1,00	0,20	3,60	6,40	NA	6,40
Classificado	61º	94	FABIOLA DA SILVA VENTURA	29/10/1998	0,80	0,60	0,60	0,80	3,60	6,40	NA	6,40
Classificado	62º	825	RICARDO HENRIQUE DA SILVA	23/05/1989	0,60	0,80	0,80	0,60	3,60	6,40	NA	6,40
Classificado	63º	754	THAYS DE ABREU	25/02/1992	0,60	0,80	1,00	0,40	3,60	6,40	NA	6,40
Classificado	64º	758	MARIANE CRISTINA LOHN MEYER	25/06/1994	0,60	0,60	0,80	0,80	3,60	6,40	NA	6,40
Classificado	65º	615	SULAYRE DE OLIVEIRA DELFINO JOSE	28/02/1986	-	1,00	1,00	0,80	3,60	6,40	NA	6,40
Classificado	66º	821	DIEGO LUIZ WARMLING	16/06/1990	0,20	0,80	0,80	0,60	3,90	6,30	NA	6,30
Classificado	67º	816	VIVIAN WEIERS GARCIA	02/11/1999	1,00	0,80	0,80	0,40	3,30	6,30	NA	6,30
Classificado	68º	608	LUCAS FELIPE BERNIS	10/07/1999	0,80	0,60	1,00	0,60	3,30	6,30	NA	6,30
Classificado	69º	506	AMANDA CONRADI AZEVEDO REITZ	03/07/1995	0,60	0,80	1,00	0,60	3,30	6,30	NA	6,30



**Estado de Santa Catarina**  
**Câmara de Vereadores de Santo Amaro da Imperatriz**  
**Concurso Público n.º 01/2019**



Classificado	70º	552	JAIR BENTO DA SILVA JUNIOR	16/08/1983	0,40	1,00	1,00	0,60	3,30	6,30	NA	6,30
Classificado	71º	448	MARCOS TOMÁS BORGES	05/03/1988	0,60	0,80	0,60	0,60	3,60	6,20	NA	6,20
Classificado	72º	636	MARIANA CUNHA	01/06/1992	0,60	0,80	1,00	0,20	3,60	6,20	NA	6,20
Classificado	73º	313	LUCAS VENTURA GOULART	24/11/1994	0,60	0,60	0,80	0,60	3,60	6,20	NA	6,20
Classificado	74º	913	VANESSA LUANA SPOHR	18/11/1981	0,80	1,00	0,80	0,60	3,00	6,20	NA	6,20
Classificado	75º	430	TATIANE DE SOUZA SOARES	19/08/1983	0,40	1,00	0,60	0,20	3,90	6,10	NA	6,10
Classificado	76º	530	MATHEUS FERREIRA ELICHER	26/03/1995	0,20	0,80	0,60	0,60	3,90	6,10	NA	6,10
Classificado	77º	751	GABRIEL SOSTER FERREIRA	12/02/1998	0,80	1,00	0,40	0,60	3,30	6,10	NA	6,10
Classificado	78º	614	ELIZANGELA DO NASCIMENTO ROSA	28/01/1990	0,60	1,00	0,80	0,40	3,30	6,10	NA	6,10
Classificado	79º	746	GUILHERME BRAND VENTURA	24/10/1995	0,60	1,00	1,00	0,20	3,30	6,10	NA	6,10
Classificado	80º	559	ISMAEL SOARES	25/04/1983	1,00	1,00	0,80	0,60	2,70	6,10	NA	6,10
Classificado	81º	904	EVERTON MEIRINHO DE OLIVEIRA	09/10/1996	0,80	1,00	1,00	0,60	2,70	6,10	NA	6,10
Classificado	82º	768	AMABLY HOFFMANN FERREIRA	19/04/1995	0,80	0,80	0,60	0,20	3,60	6,00	NA	6,00
Classificado	83º	932	ALEXANDRE FELIPE CORDEIRO	23/05/1983	0,60	1,00	0,40	0,40	3,60	6,00	NA	6,00
Classificado	84º	662	EURIPEDES FULLIN BARCO	08/01/1977	0,60	0,80	0,60	0,40	3,60	6,00	NA	6,00
Classificado	85º	407	GUSTAVO RICARDO WELP FILHO	06/06/1979	0,60	0,80	1,00	-	3,60	6,00	NA	6,00
Classificado	86º	863	EMMANUEL DOURADO MOUTINHO	01/03/1985	0,60	0,40	0,80	0,60	3,60	6,00	NA	6,00
Classificado	87º	843	CHARLENE VAZATTA	18/12/1981	0,40	0,80	0,60	0,60	3,60	6,00	NA	6,00
Classificado	88º	806	GREICE QUELE NASCIMENTO CAETANO	21/11/1988	0,40	0,80	1,00	0,20	3,60	6,00	NA	6,00
Classificado	89º	328	SIMONI CRISTINA DE SOUZA	30/01/1988	0,40	0,40	1,00	0,60	3,60	6,00	NA	6,00
Classificado	90º	556	JOSÉ SAMUEL DOS SANTOS GARCIA	05/02/1997	0,20	1,00	0,60	0,60	3,60	6,00	NA	6,00
Classificado	91º	490	CARLA DO NASCIMENTO	29/08/1998	0,20	0,80	0,80	0,60	3,60	6,00	NA	6,00
Classificado	92º	467	ANA CRISTINA EXTERKOTTER	13/05/2000	1,00	0,60	0,60	0,80	3,00	6,00	NA	6,00
Classificado	93º	56	JEFERSON LUIZ DA SILVA	25/06/1994	0,80	1,00	0,80	0,40	3,00	6,00	NA	6,00
Classificado	94º	873	STÉFANY LUCAS DE SOUZA	18/06/1998	0,60	1,00	0,80	0,60	3,00	6,00	NA	6,00
Classificado	95º	687	AVILSON D AVILA	14/07/1976	0,40	0,80	1,00	0,80	3,00	6,00	NA	6,00
Classificado	96º	728	MARINA GOEDERT DA SILVA	31/01/1995	0,80	1,00	1,00	0,80	2,40	6,00	NA	6,00
Classificado	97º	876	THIAGO MARIANO	27/03/1982	0,80	0,80	0,60	0,40	3,30	5,90	NA	5,90
Classificado	98º	79	GABRIEL DA ROSA	19/11/2000	0,60	1,00	0,80	0,20	3,30	5,90	NA	5,90
Classificado	99º	853	JAMES ALBERTO TELES DOS SANTOS	07/04/1986	0,60	0,60	1,00	0,40	3,30	5,90	NA	5,90
Classificado	100º	197	MELANIE SCHMITZ HENRIQUE	30/03/1995	0,60	0,60	1,00	0,40	3,30	5,90	NA	5,90
Classificado	101º	145	MAYRA SILVEIRA MARIANO	29/03/1992	0,60	0,40	0,80	0,80	3,30	5,90	NA	5,90
Classificado	102º	785	GUILHERME DE MELLO	21/10/1990	0,60	1,00	1,00	0,60	2,70	5,90	NA	5,90
Classificado	103º	59	FRANCINI DA SILVA SCHLICHTING	15/10/1978	0,80	0,60	0,60	0,20	3,60	5,80	NA	5,80
Classificado	104º	270	FERNANDA WEBER	02/03/1994	0,20	0,80	0,60	0,60	3,60	5,80	NA	5,80
Classificado	105º	505	MARCOS FERNANDO DA COSTA	27/04/1980	0,20	0,80	0,80	0,40	3,60	5,80	NA	5,80



**Estado de Santa Catarina**  
**Câmara de Vereadores de Santo Amaro da Imperatriz**  
**Concurso Público n.º 01/2019**



Classificado	106º	491	HERIQUE VILNEI DA SILVA	03/11/1992	0,80	1,00	0,80	0,20	3,00	5,80	NA	5,80
Classificado	107º	420	VANESSA KIRCHNER	26/06/2000	0,80	0,40	0,80	0,80	3,00	5,80	NA	5,80
Classificado	108º	151	FABIANA PRIM DOS SANTOS	26/02/1986	0,80	0,80	0,80	1,00	2,40	5,80	NA	5,80
Classificado	109º	910	LETÍCIA CRISTINA KRAUS	23/05/1997	0,80	1,00	0,40	0,20	3,30	5,70	NA	5,70
Classificado	110º	854	FLÁVIA DA COSTA DERNER	03/09/1992	0,60	0,60	0,80	0,40	3,30	5,70	NA	5,70
Classificado	111º	289	IVAN HILLMANN KINHIRIN	09/09/1985	0,40	0,80	0,60	0,60	3,30	5,70	NA	5,70
Classificado	112º	172	ANDRÉIA DOS SANTOS DRUM GIRELLI	18/11/1989	0,40	0,80	1,00	0,20	3,30	5,70	NA	5,70
Classificado	113º	238	TOM BERNARDES DE OLIVEIRA HEIDENREICH	11/08/1989	0,80	1,00	0,60	0,60	2,70	5,70	NA	5,70
Classificado	114º	221	MAURICIO ARANALDE KAUL	16/08/1986	0,40	1,00	1,00	0,60	2,70	5,70	NA	5,70
Classificado	115º	7	PRISCILA CRISTINY DE ARAUJO SILVA MIRANDA	18/07/1988	0,40	0,80	1,00	0,80	2,70	5,70	NA	5,70
Classificado	116º	450	MARIA HELENA DE SOUZA CESCONETO	20/08/1971	0,40	0,60	0,60	0,40	3,60	5,60	NA	5,60
Classificado	117º	9	ELIANE BORBA	24/03/1969	0,80	0,40	0,80	0,60	3,00	5,60	NA	5,60
Classificado	118º	103	DAIANE DE FATIMA RIBEIRO DE CASTILHO	24/12/1997	0,40	1,00	1,00	0,20	3,00	5,60	NA	5,60
Classificado	119º	804	KARINA DE SOUZA	12/08/1996	0,40	0,80	1,00	0,40	3,00	5,60	NA	5,60
Classificado	120º	218	LUÍZY FIGUEIREDO DA SILVA	22/08/1991	0,80	0,80	1,00	0,60	2,40	5,60	NA	5,60
Classificado	121º	566	VALERIO BAGATOLI	31/07/1972	0,40	0,60	0,40	0,20	3,90	5,50	NA	5,50
Classificado	122º	772	DANIEL DA SILVA KOERICH	22/07/1995	0,40	0,40	1,00	0,40	3,30	5,50	NA	5,50
Classificado	123º	85	LUÍZ FERNANDO FRUTUOSO CARRIÇO	06/04/1997	0,20	0,60	0,60	0,60	3,30	5,50	NA	5,50
Classificado	124º	747	GUSTAVO DAL BÓ KRÁS BORGES	26/11/1984	0,60	1,00	0,60	0,60	2,70	5,50	NA	5,50
Classificado	125º	834	ANA CLÁUDIA TRUPPEL	08/07/1983	0,60	0,60	0,60	1,00	2,70	5,50	NA	5,50
Classificado	126º	534	LUAN BRENDON DA SILVA MACEDO	10/05/1996	0,20	0,80	1,00	0,80	2,70	5,50	NA	5,50
Classificado	127º	175	VIVIANE RODRIGUES DE SOUZA	26/03/1978	0,40	0,60	0,60	0,20	3,60	5,40	NA	5,40
Classificado	128º	311	LETÍCIA BORGES	13/09/1988	0,60	0,80	0,40	0,60	3,00	5,40	NA	5,40
Classificado	129º	378	FRANCIELLE PASSIG DA SILVA	17/12/1987	0,60	0,40	0,80	0,60	3,00	5,40	NA	5,40
Classificado	130º	935	MARCELO AMRQUES	22/07/1971	0,40	0,80	1,00	0,20	3,00	5,40	NA	5,40
Classificado	131º	68	ANGELO CORREA	02/04/1983	0,40	0,60	1,00	0,40	3,00	5,40	NA	5,40
Classificado	132º	329	DENISE HELENA WERNER SERAPIÃO	14/06/1989	0,40	0,60	1,00	0,40	3,00	5,40	NA	5,40
Classificado	133º	938	AMANDA FARIA CERQUEIRA	13/05/1995	0,40	0,60	1,00	0,40	3,00	5,40	NA	5,40
Classificado	134º	419	GABRIEL DE SOUZA	28/09/2000	0,20	1,00	0,40	0,80	3,00	5,40	NA	5,40
Classificado	135º	185	DEBORA REGINA DA SILVA	15/04/1984	0,20	0,80	0,80	0,60	3,00	5,40	NA	5,40
Classificado	136º	871	LARYSSA CRISTIANE LOHN	14/10/1996	0,80	1,00	0,80	0,40	2,40	5,40	NA	5,40
Classificado	137º	492	GABRIELA SEIDLER	17/07/1995	0,60	0,80	0,60	-	3,30	5,30	NA	5,30
Classificado	138º	388	JULIA COAN	07/08/1998	0,60	0,60	0,60	0,20	3,30	5,30	NA	5,30
Classificado	139º	120	RITA DE CÁSSIA KOERICH	14/04/1988	0,60	1,00	0,60	0,40	2,70	5,30	NA	5,30
Classificado	140º	418	MARIA ELIZABETE MOLINETE	28/01/1983	0,40	0,60	0,60	1,00	2,70	5,30	NA	5,30
Classificado	141º	580	LUÍZA FERREIRA	19/09/1997	0,20	0,60	0,60	0,20	3,60	5,20	NA	5,20



**Estado de Santa Catarina**  
**Câmara de Vereadores de Santo Amaro da Imperatriz**  
**Concurso Público n.º 01/2019**



Classificado	142º	466	WALDECK SANDRO VIDAL	05/01/1985	0,60	0,60	1,00	-	3,00	5,20	NA	5,20
Classificado	143º	752	MARCOS DIAS	21/06/1996	0,40	0,80	0,80	0,20	3,00	5,20	NA	5,20
Classificado	144º	934	SAIONARA BRÍGIDA DA SILVA MEDEIROS	31/03/1982	0,80	1,00	0,80	0,20	2,40	5,20	NA	5,20
Classificado	145º	802	PAULO EDUARDO IAHN	05/08/1989	0,60	1,00	0,80	0,40	2,40	5,20	NA	5,20
Classificado	146º	583	CAMILA MEDEIROS KREUZ	03/08/1993	0,20	0,60	0,80	0,20	3,30	5,10	NA	5,10
Classificado	147º	723	FELIPPE MAURO SENS	02/03/1993	0,80	0,80	0,80	-	2,70	5,10	NA	5,10
Classificado	148º	41	JOANA BERTOLDO CAPSSA	25/02/2000	0,60	1,00	0,80	-	2,70	5,10	NA	5,10
Classificado	149º	827	NATHALIA NIENCHOTER DOS SANTOS	25/09/1999	0,60	0,80	0,80	0,20	2,70	5,10	NA	5,10
Classificado	150º	227	RAFAEL JULIANO DA ROSA	08/07/1980	0,40	1,00	0,60	0,40	2,70	5,10	NA	5,10
Classificado	151º	444	LUIZ FERNANDOVEDOIA	24/08/1996	0,40	0,80	0,60	0,60	2,70	5,10	NA	5,10
Classificado	152º	739	SERGIO MARTINS	20/11/1954	0,40	0,60	0,80	0,60	2,70	5,10	NA	5,10
Classificado	153º	902	MARCIO PORTO E SILVA	11/03/1990	0,20	1,00	0,60	0,60	2,70	5,10	NA	5,10
Classificado	154º	771	THAIANE DOS SANTOS MARTENDAL	23/08/1998	0,60	0,40	0,20	0,20	3,60	5,00	NA	5,00
Classificado	155º	877	ALINE MARIA DE SOUZA MARIANO	14/12/1984	0,60	0,60	0,80	0,60	2,40	5,00	NA	5,00

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2019 - FMS

Publicação Nº 2131457

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2019 - FMS  
MENOR PREÇO POR ITEM

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.

Prioridade de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sediadas neste município, estabelecendo o limite de 10 % do melhor preço válido, de acordo com o contido na Lei Complementar 147/2014 – Capítulo V – Artigo 48 – III - §3º e Decreto Municipal 406/2017;

Licitação com critérios de Desenvolvimento Municipal Sustentável, conforme Decreto Municipal 406/2017.

O Município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações, art. 48, I da Lei Complementar 123/2006, com redação dada pela LC nº 147/2014, que receberá até as 08h30min horas do dia 05/09/2019, na sede da municipalidade, na Rua Jorge Lacerda nº 75, propostas para:

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇO DE RETIFICAÇÃO COMPLETA DO MOTOR DO VEÍCULO RENAULT MASTER QHG -1430, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO.

Os interessados poderão retirar o Edital completo, no site da Prefeitura: [saobentodosul.atende.net](http://saobentodosul.atende.net) e obter maiores informações na Secretaria de Administração – Departamento de Compras, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 16h00min.

São Bento do Sul, 20 de agosto de 2019.

EDEMILSON B. DE ASSIS  
Pregoeiro Municipal

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO  
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

### AVISO DE RETIFICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2019 - FMS

Publicação Nº 2131460

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL  
RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2019 FMS

NO EDITAL HOUVE ALTERAÇÕES:

NO ANEXO I, ITEM 02, ONDE SE LÊ:

Agulha descartável gengival 30G (curta) com 1000 unidades.

LEIA-SE:

Agulha descartável gengival 30G (curta) com 100 unidades.

ENTENDA-SE, PORTANTO, RETIFICADO O ACIMA EXPOSTO E, PARA QUE ESTE PRODUZA OS SEUS EFEITOS CONFORME LEI, MANTENDO A ABERTURA DAS PROPOSTAS REFERENTES AO PREGÃO Nº 30/2019, PARA O DIA 26 DE AGOSTO DE 2019, ÀS 09:00 HORAS, SENDO QUE O RECEBIMENTO DE PROPOSTA SERÁ ATÉ AS 08:30 HORAS.

SÃO BENTO DO SUL, 21 DE AGOSTO DE 2019.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO  
PRESIDENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**EDITAL DE INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÃO EDITAL DE ABERTURA N° 005/2019**

Publicação N° 2130844

PREFEITURA DE SÃO BENTO DO SUL  
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÃO  
EDITAL DE ABERTURA N° 005/2019

A Prefeitura de São Bento do Sul, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, TORNA PÚBLICO o EDITAL DE INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÃO do CONCURSO PÚBLICO aberto pelo Edital n° 005/2019, nos seguintes termos:

Art. 1º Fica INDEFERIDA a seguinte solicitação de inscrição:

CARGO: 408 - ENGENHEIRO CIVIL	
Nome	Inscrição
Vilson Altivo Torres Fenner	2770006671

Art. 2º Ficam MANTIDOS os demais deferimentos contidos nos Anexos I e II do Edital de Deferimento das Inscrições, e no Edital de Deferimento das Inscrições Pós-Recurso, divulgados nos dias 08/08/2019 e 16/08/2019, no endereço eletrônico [www.institutoaocp.org.br](http://www.institutoaocp.org.br).

Art. 3º Quanto ao indeferimento da inscrição, caberá interposição de recurso no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de publicação deste Edital. O recurso deverá ser protocolado em formulário próprio, disponível no endereço eletrônico [www.institutoaocp.org.br](http://www.institutoaocp.org.br), no período das 0h00min do dia 23/08/2019 até as 23h59min do dia 23/08/2019 e da 0h00min do dia 26/08/2019 até as 23h59min do dia 26/08/2019, observado o horário oficial de Brasília/DF.

Art. 4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

São Bento do Sul/SC, 22 de agosto de 2019.  
Magno Bollmann  
Prefeito do Município de São Bento do Sul

Vilson Fenner  
Diretor Presidente da Empresa Municipal de Habitação de São Bento do Sul – EMHAB

Sylvio Roberto Munhoz  
Diretor Presidente da Fundação Municipal de Desportos de São Bento do Sul

Marcio Brosowsky  
Diretor Presidente da Fundação Cultural de São Bento do Sul

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - IPRESBS****PORTARIA IPRESBS N° 249/2019**

Publicação N° 2131263

PORTARIA IPRESBS N°. 249/2019

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal n°. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 05/08/2019 a 02/09/2019, concedido a servidora LUCIMARA FERREIRA GONÇALVES ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS n°. 138/2019, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal n° 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 05/08/2019.

São Bento do Sul, 16/08/2019.  
JOSÉ CANÍSIO TSCHÖKE  
Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº 252/2019**

Publicação Nº 2131274

**PORTARIA IPRESBS Nº 252/2019**

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 12/08/2019 a 23/08/2019, a servidora DANIELE VILMIZ ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente aos dias 10/07/2019 - 29/07/2019 a 11/08/2019 compete a PREFEITURA.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 12/08/2019.

São Bento do Sul, 19/08/2019

JOSÉ CANISIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº 254/2019**

Publicação Nº 2131279

**PORTARIA IPRESBS Nº. 254/2019**

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/08/2019 a 30/09/2019, concedido ao servidor SERGIO ANTONIO JANKOWSKI ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Finais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 098/2019, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/08/2019.

São Bento do Sul, 19/08/2019.

JOSÉ CANÍSIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº 243/2019**

Publicação Nº 2131244

**PORTARIA IPRESBS Nº 243/2019**

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 10/08/2019 a 20/08/2019, a servidora CLEIA NARA TURECK STIEGLER ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente aos dias 15/07/2019 a 17/07/2019 – 29/07/2019 a 09/08/2019 compete a PREFEITURA.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 10/08/2019.

São Bento do Sul, 16/08/2019

JOSÉ CANISIO TSCHÖKE

Diretor Presidente



**PORTARIA IPRESBS Nº 244/2019**

Publicação Nº 2131248

**PORTARIA IPRESBS Nº 244/2019**

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 08/08/2019 a 23/10/2019, a servidora ANDRESSA BRAZ DE OLIVEIRA ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente aos dias 24/07/2019 a 07/08/2019 compete a PREFEITURA.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 08/08/2019.

São Bento do Sul, 16/08/2019

JOSÉ CANISIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº 245/2019**

Publicação Nº 2131252

**PORTARIA IPRESBS Nº 245/2019**

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Revoga o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, concedido pela Portaria IPRESBS Nº 064/2019, a servidora FERNANDA CRISTINA PIONTKIEWICZ GONSCHOROVSKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação a partir de 16/08/2019, em virtude de alta médica.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16/08/2019.

São Bento do Sul, 16/08/2019

JOSÉ CANISIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº 246/2019**

Publicação Nº 2131255

**PORTARIA IPRESBS Nº. 246/2019**

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 14/08/2019 a 14/10/2019, concedido a servidora CARLA CRISTINA NICOCELLI ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 109/2019, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 14/08/2019.

São Bento do Sul, 16/08/2019.

JOSÉ CANÍSIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº 247/2019**

Publicação Nº 2131257

**PORTARIA IPRESBS Nº 247/2019**

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de

12/08/2019 a 29/09/2019, a servidora ANA MARIA MAGUEROVSKI ROSA CORA ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente aos dias 19/07/2019 - 29/07/2019 a 11/08/2019 compete a PREFEITURA.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 12/08/2019.

São Bento do Sul, 16/08/2019  
JOSÉ CANÍSIO TSCHÖKE  
Diretor Presidente

### **PORTARIA IPRESBS Nº 248/2019**

Publicação Nº 2131260

PORTARIA IPRESBS Nº. 248/2019

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 08/08/2019 a 22/08/2019, concedido a servidora VANUSA DE LIMA ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 172/2019, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 08/08/2019.

São Bento do Sul, 16/08/2019.  
JOSÉ CANÍSIO TSCHÖKE  
Diretor Presidente

### **PORTARIA IPRESBS Nº 250/2019**

Publicação Nº 2131268

PORTARIA IPRESBS Nº. 250/2019

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 11/08/2019 a 26/09/2019, concedido a servidora TATIANE RIBEIRO MAIBERG ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 171/2019, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 11/08/2019.

São Bento do Sul, 16/08/2019.  
JOSÉ CANÍSIO TSCHÖKE  
Diretor Presidente

### **PORTARIA IPRESBS Nº 251/2019**

Publicação Nº 2131271

PORTARIA IPRESBS Nº 251/2019

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 17/08/2019 a 19/08/2019, a servidora ESTER FERREIRA KURZAWSKI ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente aos dias 11/07/2019 a 12/07/2019 - 31/07/2019 a

02/08/2019 - 07/08/2019 a 16/08/2019 compete a PREFEITURA.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 17/08/2019.

São Bento do Sul, 19/08/2019  
JOSÉ CANISIO TSCHÖKE  
Diretor Presidente

### **PORTARIA IPRESBS Nº 253/2019**

Publicação Nº 2131276

PORTARIA IPRESBS Nº. 253/2019

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 18/08/2019 a 18/10/2019, concedido a servidora LUCIA BINEK HABOWSKY ocupante do cargo de provimento efetivo de Instrutora de Atividades Artesanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, através da Portaria IPRESBS nº. 134/2019, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 18/08/2019.

São Bento do Sul, 19/08/2019.  
JOSÉ CANÍSIO TSCHÖKE  
Diretor Presidente

### **PORTARIA IPRESBS Nº 255/2019**

Publicação Nº 2131282

PORTARIA IPRESBS Nº. 255/2019

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 18/08/2019 a 18/09/2019, concedido ao servidor AMANDA BAUM LINO ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente de Berçário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 181/2019, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 18/08/2019.

São Bento do Sul, 19/08/2019.  
JOSÉ CANÍSIO TSCHÖKE  
Diretor Presidente

### **PORTARIA IPRESBS Nº 256/2019**

Publicação Nº 2131284

PORTARIA IPRESBS Nº 256/2019

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 13/08/2019 a 26/08/2019, ao servidor AMARILDO EDMUNDO PIOKOCZ ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Finais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente aos dias 29/07/2019 a 12/08/2019 compete a PREFEITURA.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 13/08/2019.

São Bento do Sul, 18/08/2019  
JOSÉ CANISIO TSCHÖKE  
Diretor Presidente

**SAMAE - SÃO BENTO DO SUL****AVISO DE LICITAÇÃO Nº 58/2019**

Publicação Nº 2130813

Pregão Presencial nº 58/2019  
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL  
Processo Administrativo Nº 58/2019  
MENOR PREÇO GLOBAL.

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 03 de setembro de 2019, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: A execução da segunda parte da revitalização do Parque Florestal do SAMAE, compreendendo quadra de vôlei de areia, quadra de basquete 3x3, parcão, escavação da lagoa e aterro do playground.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: [www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao](http://www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao)

São Bento do Sul, 21 de agosto de 2019.  
FRIDOLINO VAN DEN BOOM  
Diretor Presidente

# São Bonifácio

## PREFEITURA

### DECRETO CTB N° 46/2019

Publicação N° 2131151

Decreto CTB N° 46/2019

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade do artigo 8.º, da Lei n.º 1469/2018, de 12 de dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica aberto por conta dos recursos dos recursos oriundos do e Excesso de Arrecadação , um Crédito Suplementar no montante de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) para suplementar a modalidade da despesa abaixo relacionada:

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DO TURISMO E CULTURA

09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DO TURISMO E CULTURA

09.01.27.695.0007.2020-3.3.90.00.00.000 – Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Art 2º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 21 de agosto de 2019.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

### DECRETO CTB N° 47/2019

Publicação N° 2131152

Decreto CTB N° 47/2019

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade do artigo 8.º, da Lei n.º 1469/2018, de 12 de dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica aberto por conta dos recursos dos recursos oriundos do Excesso de Arrecadação um Crédito Suplementar no montante de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) para suplementar a modalidade da despesa abaixo relacionada:

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

03.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

03.01.04.122.0001.2.003-3.3.90.00.00.000 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art 2º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 21 de agosto de 2019.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

# São Domingos

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 822 DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2131347

DECRETO Nº 822 DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Municipal nº 1837, de 17 de Dezembro de 2018; e pela Lei Municipal nº 1850 de 28 de junho de 2019;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional Especial no valor de até R\$ 16.225,00 (dezesesseis mil e duzentos e vinte e cinco reais) no orçamento do exercício de 2019 nas seguintes programações de despesas;

03.01 – Departamento de Administração			
04.122.1003.2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda			
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
31710000	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	01.0000	9.375,00
33710000	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	01.0000	4.350,00
44710000	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	01.0000	2.500,00

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional especial de que trata o art.1º, serão utilizados os recursos da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

03.00 – Secretaria de Administração e Fazenda				
04.122.1003.2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	6	01.0000	16.225,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 14 de agosto de 2019.

Eliéze Comachio  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 106/2019

Publicação Nº 2130727

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 106/2019

PREGÃO PRESENCIAL PREFE N. 044/2019

A Pregoeira Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 04 de setembro de 2019, estará recebendo as propostas dos interessados visando a AQUISIÇÃO DE 04 (QUATRO) COLHEDORAS DE FORRAGENS (ENSILADEIRAS), PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS/SC. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010 e demais normas pertinentes. O edital na íntegra encontra-se no site do município (www.saodomingos.sc.gov.br). Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br São Domingos, SC, 20 de agosto de 2019.

Paula Natana Comachio - Pregoeira Oficial.

# São Francisco do Sul

## PREFEITURA

### CRENCIAMENTO 002/2019 LEILOEIROS

Publicação Nº 2130812

#### EDITAL

#### CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO DE LEILOEIRO (A) S Nº 002/2019

EDITAL DE CREDENCIAMENTO OBJETIVANDO CADASTRAMENTO DE LEILOEIRO(A)S PÚBLICOS OFICIAIS MATRICULADOS NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA REALIZAÇÃO DE ALIENAÇÃO EM HASTA PÚBLICA DE BENS PERTENCENTES À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL.

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL, pessoa de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.269/0001-06, com sede na Praça Getúlio Vargas, 01 – Centro, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Renato Gama Lobo, no uso de suas atribuições legais, considerando as disposições do Artigo 25, Artigo 34, § 1º e 2º, Artigos 35, 36, § 1º e 2º e Artigo 37 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações,

#### RESOLVE

1 . Convocar, pelo presente EDITAL DE CHAMAMENTO, os interessados em participar do CREDENCIAMENTO DE LEILOEIRO(A)S OFICIAIS, para de acordo com os Termos deste Edital prestarem serviços de alienação de bens de propriedade da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL em hasta pública promovida por este Município.

2 . O Edital e seus anexos, encontrar-se-ão abertos aos interessados, pelo prazo de 30 dias (trinta) dias, de 00 de xxxxxxxx à 00 de xxxxxx de 2019, podendo ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitada a 12 (doze) meses, permanecendo disponível para consulta na Internet, no sítio da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL, no endereço [www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br) ; <https://diariomunicipal.sc.gov.br/site/>

#### 2.1. Endereço, data e horário do Credenciamento:

A sessão pública para abertura dos envelopes do Credenciamento entregues no Setor de Licitações no período de vigência do Edital de credenciamento, será realizada no local, data e horário abaixo:

ENDEREÇO: Sala de Licitações - Sede da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, localizada na Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 001 - Centro - São Francisco do Sul - SC

DATA: 00/00/2019

HORÁRIO: a partir das 09:30 horas

2.1.2 Todos os horários estabelecidos neste edital, aviso e Sessão Pública observarão, para todos os efeitos, o horário oficial de Brasília/DF.

2.1.3 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da abertura dos envelopes para o credenciamento na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço estabelecido.

2.1.4. No local indicado serão realizados os procedimentos pertinentes a este Credenciamento, com respeito a:

2.1.4.1 aberturas dos envelopes contendo a Documentação de Habilitação de cada Interessado;

2.1.4.2 devoluções dos envelopes contendo a Documentação de Habilitação aos licitantes inabilitados;

2.1.4.4 seleções dos credenciados habilitados e posterior sorteio para a formalização do Rol dos Credenciados.

3 . Constitui-se parte integrante do presente Edital:

Anexo 1 – Requerimento;

Anexo 2 – Minuta do contrato de prestação de serviços;

Anexo 3 - Modelo de Declaração de não existência de trabalhadores menores.

4. Os interessados, pessoas físicas, Leiloeiro(a)s públicos oficiais, matriculados na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC, em inscreverem-se no Cadastro de Habilitação, deverão apresentar os seguintes documentos válidos, originais ou em cópia autenticada em cartório, ou por servidor da administração pública municipal devidamente designado por Portaria, em um único envelope, conforme o seguinte:

a) Habilitação Jurídica;

b) Regularidade Fiscal;

c) Capacidade Técnica;

d) Cumprimento do disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;



e) Requerimento de inscrição/renovação de cadastramento devidamente preenchido.

4.1. A documentação relativa à HABILITAÇÃO JURÍDICA, conforme o caso constituirá em:

- a) Prova de matrícula na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, nos termos do Decreto Federal nº 21.981, de 19/10/1932;
- b) Cópia de identidade / registro geral;
- c) O Participante deverá apresentar juntamente com a documentação as seguintes declarações por ele firmadas:
- d) Declaração assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- e) Declaração atestando que está em situação regular para o exercício da profissão, não estando destituído ou suspenso do exercício da função de Leiloeiro(a) pela Junta Comercial do Estado de Santa Catarina.

4.2. A documentação relativa à REGULARIDADE FISCAL, conforme o caso consistirá em:

- a) Documento de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF
- b) Declaração de Regularidade de Situação do Contribuinte Individual (DRS-CI);
- c) Certidão Negativa ou com força de negativa, da sede do Leiloeiro(a) relativamente à Fazenda Municipal;
- d) Certidão Negativa de débitos junto à Fazenda Estadual, relativa à sede do Leiloeiro(a);
- e) Certidão Negativa de Débitos junto à Fazenda Federal e Dívida Ativa da União - Certidão Conjunta
- f) Comprovante de regularidade relativo ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;
- g) Comprovante de regularidade relativo ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.
- h) Certidão negativa de débito trabalhista – Lei 12.440/2011.

4.3. A documentação relativa à CAPACIDADE TÉCNICA consistirá em:

- a) Curriculum Vitae com o relato circunstanciado de sua atuação em sede judicial e/ou extrajudicial, e ainda comprovação de ter efetuado alienações em hasta pública com resultados positivos, ou seja, com venda de ao menos 80% (oitenta por cento) dos bens, de órgãos públicos do Estado de Santa Catarina, indicando as características, quantidades e prazos dos leilões executados, juntando publicações dos editais dos mesmos para eventuais comprovações, caso tal comprovação não puder ser constatada pela Rede Mundial de Computadores.
- b) DECLARAÇÃO de cumprimento do disposto no ARTIGO 7º, inciso XXXIII da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:
- c) Declaração de que não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre nem menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conforme Anexo 3 deste Edital.

5. As Certidões somente serão aceitas com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias da data de sua apresentação ou dentro do prazo de validade constante no próprio documento.

6. Não poderão participar do credenciamento de leiloeiros:

6.1 Empresas e Consórcios, qualquer que seja sua forma de constituição;

6.2 Leiloeiros declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

6.3 Leiloeiro que não preencher as condições de credenciamento estipuladas no Edital;

6.4 Leiloeiro que estiver com a matrícula de leiloeiro oficial suspensa na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina.

7. Informações adicionais poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações e Contratos, da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL, na Praça Getúlio Vargas, 01 – Centro, São Francisco do Sul/SC, através dos telefones (47) 3471-2230 / 3471-2228, ou e-mail licitacao.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br.

8. O Anexo 1 - Requerimento de Inscrição/Renovação no CRC deverá ser preenchido corretamente, datado, assinado e entregue juntamente com a documentação.

8.1 Com os Leiloeiro(a)s, será celebrado Credenciamento que constará necessariamente:

- a) Número;
- b) Validade;
- c) Nome;
- d) Matrícula junto à Junta Comercial Estadual e data da inscrição;
- e) Endereço Completo; email; Telefone;
- f) Data de expedição.

9. O Credenciamento será processado, julgado e assinado por, no mínimo, 03 (três) membros da Comissão Permanente de Licitação, designados através de Portaria, que procederem à análise da documentação, na data, local e horário previstos no item 2.1.1 deste edital.

10. O prazo de validade é de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, observado o limite de 60 (sessenta) meses previsto no artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/1993, devendo o certificado ser renovado sempre que as certidões perderem sua validade.

11. A atualização das Certidões, principalmente quanto à validade, é de responsabilidade de cada Leiloeiro(a) interessado/cadastrado.

12. No ato de RENOVAÇÃO do cadastro, o interessado deverá apresentar a documentação solicitada neste Edital, que tiver sofrido alteração (ões), em especial, quanto aos prazos de validade.

13. Fica designada a Comissão Permanente de Licitação para proceder à abertura dos envelopes de habilitação, análise da documentação, sorteio dos habilitados e a expedição do Credenciamento, conforme sequência do sorteio, informando a sua colocação no sorteio

14. No caso de indeferimento pelo não preenchimento dos requisitos mencionados acima, o interessado que manifestar intensão de recursos, poderá assim realizar no prazo de emprestando ao evento a mais ampla divulgação.

15. A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL caberá a responsabilidade pela Publicidade Legal.

16. Pela prestação dos serviços, o Leiloeiro(a) Oficial Credenciado receberá o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da venda de cada bem alienado, a ser paga pelo arrematante no ato do leilão, não cabendo a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL, a responsabilidade pela cobrança da comissão devida pelo arrematante, nem pelos gastos despendidos pelo Leiloeiro(a) oficial para recebê-la.

17. Os Leiloeiro(a)s Oficiais Credenciados habilitados e sorteados serão convocados/notificados, através de correspondência ou e-mail, para no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação comparecer até o Setor de Licitações para assinatura do credenciamento.

18. Quando o Leiloeiro(a) Oficial Credenciado, convocado nos termos do item 18 deste edital, não comparecer para firmar o contrato de prestação de serviços, a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL chamará o Leiloeiro(a) credenciado seguinte constante do sorteio resultante deste procedimento.

19. O descumprimento de quaisquer dos requisitos constantes neste edital e na legislação incidente pelos Leiloeiro(a)s Oficiais Credenciados, constituirá causa para o imediato descredenciamento dos mesmos.

20. Os casos omissos deste Edital serão solucionados pela Comissão Permanente de Licitação, aplicando necessariamente as normas contidas na Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações.

São Francisco do Sul/SC, 00 de agosto de 2019

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

#### ANEXO 1- REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO DE LEILOEIRO(A) OFICIAL Nº 002/2019.

À

Comissão Permanente de Licitações

Setor de Licitações e Contratos

Nome do Leiloeiro: .....

CPF: .....

Matrícula na Junta Comercial: ..... Data da inscrição: ...../...../.....

Endereço: .....

Bairro: ..... Município: .....

UF: ..... CEP: ..... email: .....

Telefone: ..... Celular: .....

Pelo presente, o leiloeiro oficial acima identificado vem requerer seu credenciamento em conformidade com o Edital para Credenciamento nº 002/2019 - juntando a documentação exigida devidamente assinada e rubricada.

( ) Inscrição

( ) Renovação, conforme Certificado anterior sob nº / .

Assumimos total responsabilidade pelas informações prestadas e estamos cientes da legislação em vigor.

DECLARA, ainda, sob as penas da lei, que:

- Teve acesso aos documentos que compõem o Edital para Credenciamento 002/2019 – do Município de São Francisco do Sul e que tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto deste credenciamento;

- Não se encontra inidôneo para licitar ou contratar com órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal;

- As informações prestadas neste pedido de credenciamento são verdadeiras, e que concorda com os termos do edital e seus anexos;

- Não há qualquer fato superveniente impeditivo da sua participação neste processo de credenciamento.

Pede Deferimento,

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Assinatura do Leiloeiro

Nome do interessado completo

Para uso da Comissão Permanente de Licitações:

( ) Deferido em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2019

Válido até \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_.

( ) Indeferido em \_\_\_\_ de de 2019.

**ANEXO 2 – MINUTA CREDENCIAMENTO DE LEILOEIRO (A) OFICIAL Nº 002/2019, PARA ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS PERTENCENTES À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL.**

Pelo presente CREDENCIAMENTO, o MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL, pessoa de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.269/0001-06, com sede na Praça Getúlio Vargas, 01 – Centro, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Roberto Gama Lobo, e de outro lado o Sr. (a) Leiloeiro Oficial ..... (nome completo) residente e domiciliado (a) à Rua ....., Bairro ..... na Cidade de ..... doravante denominado CREDENCIADO (A), ....., inscrito no CPF sob o nº. ...., RG nº ..... matriculado na Junta Comercial do Estado, sob o nº ....., com data de inscrição ..... /...../ ....., firmam entre si, de conformidade com o Edital nº 002/2019, as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

O objeto do presente CREDENCIAMENTO é autorizar o(a) Leiloeiro(a)s Oficial supra qualificado para realizar alienação de bens inservíveis de propriedade da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL em, hasta pública conforme Ordens de Serviços emitidas pela autoridade competente.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Os Leiloeiro(a)s Oficiais Credenciados serão indicados em sistema de rodízio para prestação de serviços de alienação em hasta pública de bens pertencentes à PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL, observada a ordem de antiguidade dos credenciamentos.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO**

Caberá ao Leiloeiro(a) Oficial Credenciado a responsabilidade pela divulgação do leilão em jornais de grande circulação e outras formas de mídia impressa e eletrônica emprestando ao evento a mais ampla divulgação.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA**

Caberá a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL, a responsabilidade pela Publicidade Legal.

**CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO**

Pela prestação dos serviços, o Leiloeiro(a) Oficial Credenciado receberá o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da venda de cada bem alienado, a ser paga pelo arrematante no ato do leilão.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL, fica isenta da responsabilidade pela cobrança da comissão devida pelo arrematante, bem como pelos gastos despendidos pelo Leiloeiro(a) oficial para recebê-la.

**CLÁUSULA SEXTA - RESCISÃO**

O presente CREDENCIAMENTO poderá ser rescindido de pleno direito pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL, a qualquer tempo, independente de ação, notificação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) Se o objeto deste termo de credenciamento for transferido a outrem, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL;
- b) Se o CREDENCIADO tiver suas atividades encerradas, falir ou for liquidada judicial ou extrajudicialmente;
- c) Se o CREDENCIADO deixar de cumprir quaisquer das Cláusulas, condições ou exigências estabelecidas aqui ou no Edital;
- d) Se alguma das partes manifestarem o desejo de rescisão com 30 dias de antecedência.

**CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO**

O prazo do presente Credenciamento é de 12 (doze) meses, com renováveis prazos por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, sendo que a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL se reservará o direito de solicitar a apresentação parcial ou total dos documentos apresentados no credenciamento sempre que entender conveniente, O CREDENCIADO tem a obrigação de manter em dia as suas contribuições perante a Previdência Social e seus tributos perante o Poder Público. O descumprimento a uma destas obrigações também será motivo de rescisão do presente CREDENCIAMENTO.

**CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO**

Para fiscalizar o cumprimento e o fiel atendimento às disposições ora pactuadas contratuais e objetivando a boa execução e manutenção ora contratadas, a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL designará como responsável pela FISCALIZAÇÃO, cuja atuação ou falta desta não excluirá a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer irregularidade, inclusive perante terceiros, nos termos do Artigo 70, da Lei nº8.666/93.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Todas as instruções, reclamações e quaisquer entendimentos entre a FISCALIZAÇÃO e o CREDENCIADO deverão ser feitas por escrito, nas devidas oportunidades, não se tomando em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou reclamações verbais.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

A FISCALIZAÇÃO que será exercida pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL, quer sobre esta contratação, quer sobre o CREDENCIADO, não isentará e nem mesmo reduzirá sua responsabilidade, inclusive perante terceiros, pela perfeita execução do(s) serviço(s) e pelo fiel cumprimento das presentes disposições.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

A FISCALIZAÇÃO poderá sustar ou recusar qualquer serviço que não atenda às especificações e demais requisitos previstos, sendo que, neste caso, o CREDENCIADO será notificado para que regularize a situação sob pena de, não o fazendo, ser declarado inidôneo, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades cabíveis.

**CLÁUSULA NONA - FORO**

Para discutir quaisquer assuntos referentes a este CREDENCIAMENTO, seja administrativa ou judicialmente, fica eleito o foro da Comarca de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

Para todos os efeitos, o presente CREDENCIAMENTO não caracterizará vínculo empregatício de qualquer espécie entre os empregados do CREDENCIADO e a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL.

E assim, por estarem de comum acordo, assinam o presente CREDENCIAMENTO em 03 (três) vias de igual teor e forma, tendo-o como bom, justo e valioso.

São Francisco do Sul, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2019.

Prefeito Municipal Leiloeiro Credenciado

Testemunhas:

Nome \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Nome \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

#### ANEXO 3 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE TRABALHADORES MENORES

À:  
Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC  
CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO DE LEILOEIRO(A) OFICIAL Nº 002/2019.

Declaro para os devidos fins e especialmente para o Chamamento para Credenciamento de Leiloeiro(a)s, que eu .....  
..... (nome da pessoa), inscrito no CPF sob nº ..... , residente e domiciliado na Rua/Av .....  
..... (endereço completo), Estado de ..... , matriculado na Junta Comercial do  
Estado, sob o nº ..... não mantenho trabalhadores menores de 18(dezoito) anos em horário noturno de trabalho, ou em serviços  
perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, trabalhadores menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de  
aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2019.

Assinatura do Leiloeiro  
Nome do Leiloeiro completo

#### CREDENCIAMENTO 006/2019

Publicação Nº 2130783

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2019  
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O CREDENCIAMENTO DE EXPOSITORES PARA A VII FEIRA DO LIVRO DA FUNDAÇÃO CULTURAL  
ILHA DE SÃO FRANCISCO DO SUL 2019.

Constitui objeto deste Chamamento Público, o credenciamento de Expositores para a 7ª feira do Livro a ser realiza do dia 27 de agosto a  
31 de agosto.

TIPO: CHAMAMENTO PÚBLICO

PRAZO DE INSCRIÇÃO: A partir da data de publicação do edital até dia 23 de agosto de 2019

LOCAL DA ENTREGA DOS ENVELOPES:

FUNDAÇÃO CULTURAL ILHA DE SÃO FRANCISCO DO SUL

RUA BABITONGA N. 62, TORRE 2, CENTRO HISTÓRICO

SÃO FRANCISCO DO SUL

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2019

A Fundação Cultural de São Francisco do Sul - FUCISFS, no uso de suas competências legais, torna público para conhecimento dos interes-  
sados, o presente Edital de Chamamento Público, objetivando o credenciamento de expositores de Livros para serem comercializados na 7ª  
Feira do livro de São Francisco do Sul 2019, nos termos do presente edital e seus anexos.

DO OBJETO

##### 1.1 EXPOSITORES DE LIVROS

1.1.1 O presente edital tem por objeto a seleção de expositores para participarem da 7ª Feira Municipal do Livro de São Francisco do Sul,  
na utilização dos espaços públicos culturais, no período de 27 a 31 de agosto de 2019.

1.1.2 Os expositores terão que ofertar ao público infantil das escolas municipais, livros no valor de R\$ 10,00 os quais serão trocado através  
de vale livro, numa quantidade total de 1000 livros, (1000 vales de R\$10,00) que serão pagos pela Fundação Cultural conforme quantidade  
trocada de cada expositor cadastrado nos termos do Edital. Os livros deverão ser apresentados para a aprovação da Fundação Cultural,  
dentro do valor estipulado.

##### 2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Habilitam-se para participar do presente processo livreiros, distribuidores ou editoras.

2.2. É vedada à participação:

a) a servidores ou dirigentes dos órgãos da administração direta e indireta do município de São Francisco do Sul- SC, nos termos do artigo 9º, inciso III e § 3º, da Lei Federal nº 8.666/1993, de forma direta ou indireta.

b) aos proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

### 3. DA CONTRAPARTIDA:

3.1. Cada expositor (es) contemplado (os) terá por obrigação proporcionar aos visitantes 1 (uma) contação de história e 1 (uma) roda de conversa.

### 4. DO LOCAL DE EXECUÇÃO

4.1 A 7ª FEIRA DO LIVRO de 2019 será realizada no Terminal Marítimo de Passageiro, localizada na Rua Barbilonga, 62. Nesse local são determinados os espaços para instalação de estrutura temporária, a qual ficará de responsabilidade dos expositores e deve ser aprovada pela Fundação Cultural.

### 5. DA VIGÊNCIA

5.1. A 7ª FEIRA DO LIVRO 2019 ocorrerá de 27 de agosto a 31 de agosto de 2019, conforme especificação da tabela abaixo:

DIA/MÊS/ANO	DIA DA SEMANA	HORÁRIO
27/08/2019	Terça-feira	Das 8h00 até as 19:00
28/08/2019	Quarta-feira	Das 8h00 até as 19:00
29/08/2019	Quinta-feira	Das 8h00 até as 19:00
30/08/2019	Sexta-feira	Das 8h00 até as 19:00
31/08/2019	Sábado	Das 9:00 até as 19:00

### 6. DA METODOLOGIA DA EXECUÇÃO

6.1. As Autorizarias deverão:

6.1.1. Iniciar montagem das infraestruturas temporárias no dia 26/08/2019, a partir das 8:00h. A referida atividade e o posterior abastecimento do local deverão ser concluídos até o final do dia 26/08/2019;

6.1.2. A desmontagem dar-se-á somente após o encerramento da feira, no dia 01/09/2019;

6.1.3. Manter a disponibilização dos respectivos produtos à venda pública, mesmo em ocorrendo chuvas nos dias destinados a Feira do Livro;

6.1.4. Abster-se de comercializar quaisquer publicações que atentem contra à dignidade do ser humano;

6.1.5. Limitar-se a utilização do espaço que lhe for destinado, e, em frente ao mesmo, deixar livre o corredor para passagem do público em geral;

6.1.6. Abster-se de comercializar, no local da Feira do Livro, produtos a ela impertinentes, como alimentos, malas, cartões, pôsteres ou outros que não reconhecidos como material literário;

6.1.7. Responsabilizar-se, isolada e integralmente, pela segurança do respectivo espaço, procedendo a sua abertura e fechamento nos horários estabelecidos;

6.1.8. Abster-se de discussões em público com outros livreiros;

6.1.9 Somente proceder à divulgação oral dos respectivos produtos, sob o acompanhamento dos organizadores da Feira do Livro.

### 7. DA INSCRIÇÃO

7.1 A inscrição será gratuita e o ato da inscrição pressupõe plena concordância com os termos deste Edital e seus anexos.

7.2. Serão aceitas as inscrições até a data de 23/08/2019, mediante entrega de Envelope de Inscrição, na Rua Babitonga, 62 - Torre 2, Centro, junto à Fundação, no horário de 08h às 14h.

7.2.1. Após o encerramento das inscrições, será publicada no Diário Oficial do Município, a relação dos representantes inscritos no presente Edital. Qualquer cidadão será parte legítima para impugnar a representatividade dos inscritos, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da publicação.

7.3 O Envelope de Inscrição deverá ser entregue lacrado e identificado com as informações abaixo e deverá conter em seu interior, obrigatoriamente toda documentação para análise técnica, subitem 7.4, bem como, toda a documentação referente à Habilitação Jurídica, item 7.5: C CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2019

P PROPONENTE: 7.4. Documentação para Avaliação Técnica

a) Documentos para comprovação das informações prestadas sobre os impressos, não sendo aceito links para avaliação de documentos comprobatórios;

b) Documentos descritos no subitem 7.5 de acordo com o proponente;

### 7.5 DA DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA PARA INSCRIÇÃO

#### 3.5.1 DE PESSOA JURÍDICA:

a) Cópia do registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no Cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial do Estado de Santa Catarina e, ainda do comprovante de firma individual;

b) Cópia simples da Ata de Eleição da atual diretoria se for o caso, devidamente registrada em cartório;

c) Cópia simples do CPF e Identidade do(s) representante(s) legal(is) do proponente;

d) Cópia simples do CNPJ;

e) Cópia simples da Certidão Negativa de FGTS;

f) Cópia simples da Certidão Negativa Municipal;

g) Cópia simples da Certidão Negativa Estadual ;

h) Cópia simples da Certidão Negativa da Receita Federal do Brasil (Incluindo INSS);

i) Cópia simples da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

j) Declaração relativa ao trabalho de empregado;

7.6 A habilitação das pessoas físicas e jurídicas previstas neste item fica condicionada a regularidade da documentação que deverá estar dentro do prazo de validade, na forma da Lei e nas demais condições constantes neste Edital.

7.6.1. A data base para análise da validade da documentação descrita acima é o último dia previsto para o encerramento das inscrições.

### 8 DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. O participante selecionado autoriza o Município de São Francisco do Sul a utilizar, institucionalmente, sua imagem na mídia impressa,



na Internet e em outros materiais de divulgação da VII Feira do Livro, sem ônus para o Município.

8.2. O participante selecionado que descumprir, sem justificativa plausível, suas obrigações, será impedido de inscrever-se nas feiras de livros organizadas pela Fundação Cultural Ilha de São Francisco do Sul pelo período mínimo de 2 (dois) anos.

8.3. Quaisquer danos causados por expositores ou seus prepostos ao patrimônio público ou particular ou, ainda, às estruturas contratadas pela Fundação Cultural, serão de responsabilidade exclusiva do expositor que os tiver causado, que arcará com as despesas eventualmente decorrentes de seu conserto.

8.4. Os proponentes são responsáveis pelas informações e declarações constantes na inscrição, bem como pela veracidade e autenticidade dos documentos encaminhados, ficando o Município de São Francisco do Sul eximido da responsabilidade civil e penal decorrente da execução da apresentação.

8.5. Em caso de desistência de participação, não haverá restituição referente ao item 3 deste Edital.

8.6 São partes integrantes do Presente Edital os anexos:

ANEXO I - Formulário de Inscrição;

ANEXO II - Termo de Compromisso;

ANEXO III – Declaração e que não está temporariamente suspensa de participar em licitação e impedida de contratar com a administração, não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública e de cumprimento do art. 27, inc. v, da lei no. 8.666/93;

ANEXO IV – Minuta do Termo de Autorização de Uso.

#### 09 . DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

9.1 As despesas decorrentes da execução do Contrato de Prestação de Serviços correrão à conta dos recursos orçamentários da Fundação Cultural do Município de São Francisco do Sul – FUCISF, por meio da seguinte dotação orçamentaria:

ORGÃO – Fundação Cultural Ilha de São Francisco do Sul	16
UNIDADE – Departamento de Cultura	002
PROGRAMA	011
AÇÃO – Manutenção de Eventos	2099
ELEMENTO DE DESPESA – Livros Didáticos	339032.01
VÍNCULOS DE RECURSO – Iniciativa Privada	10620
VALOR DE DESPESA	R\$ 10.000,00

#### ANEXO I – FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

VII Feira do Livro do Município São Francisco do Sul

27 de agosto a 31 de agosto

##### 1. IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE:

Nome da entidade/ razão social: \_\_\_\_\_

Responsável pela banca: \_\_\_\_\_

PIS/PASEP: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ Órgão expedidor: \_\_\_\_\_ CNPJ: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ Celular: \_\_\_\_\_

Fone: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

##### 1 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

A) Já participou de outras Feiras de Livros? Cite as principais:

B) Marque as editoras que serão comercializadas na sua banca:

C) Tipos de livros a serem vendidos:

( . ) Literatura Infantil ( . ) Técnicos

( . ) Literatura Juvenil ( . ) Livros Usados

( . ) Literatura para Adultos ( . ) Outros: \_\_\_\_\_

( . ) Religiosos ( . ) Outros: \_\_\_\_\_

Assinatura do Responsável: \_\_\_\_\_

EDITAL No. 006/2019 CHAMAMENTO PÚBLICO

ANEXO IV – TERMO DE COMPROMISSO

7ª FEIRA DO LIVRO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

Eu, \_\_\_\_\_, portador do documento de

identidade de número, representando a \_\_\_\_\_,

comprometo-me a participar da 7ª Feira do Livro do Município de São Francisco do Sul, que ocorrerá de 27 (vinte e sete) de agosto a 31 (trinta e um) de agosto do ano de 2019.

Assinatura do participante

EDITAL Nº .006 /2019 CHAMAMENTO PÚBLICO

**ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO ESTÁ TEMPORARIAMENTE SUSPENSÃO DE PARTICIPAR EM LICITAÇÃO E IMPEDIDA DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, NÃO FOI DECLARADA INIDÔNEA PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE CUMPRIMENTO DO ART. 27, INC. V, DA LEI Nº. 8.666/93 – PESSOA JURÍDICA**

Declaro(amos), sob as penas da Lei, que a Proponente, \_\_\_\_\_, CNPJ no \_\_\_\_\_, não está temporariamente suspensa de participar em licitação e impedida de contratar com a Administração, não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como não possui, em seu quadro de pessoal, empregado ou associado menor de dezoito anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e/ou menor de dezois anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do art. 27, inc. V, da Lei n.º 8.666/93 e art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal.

Declaro (amos), ainda que todo e qualquer fato que importe em modificação da situação ora declarada será imediatamente comunicada, por escrito.

São Francisco do Sul \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2019.

Assinatura do representante legal da Proponente

Nome do representante legal da Proponente

**ANEXO VII – MINUTA DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO**

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO Nº XX /2019**

Autorização outorgada pela Fundação Cultural de São Francisco do Sul, para a comercialização de obras de literatura infantil, infanto-juvenil, juvenil, jovens e adultos, na 7ª. FEIRA DO LIVRO, a realizar-se no período de 27/08/2019 a 31/06/2019, na Rua Babitonga, 62, torre 2 – Centro 89240-000.

A Fundação Cultural Ilha de São Francisco do Sul - FUCISFS, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. RANGEL ALEXANDRE FRIOLIN, brasileiro, solteiro, professores, residente e domiciliado nesse Município, a seguir denominado AUTORIZANTE, e de outro lado a empresa \_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo Sr. \_\_\_\_\_, CPF n.º \_\_\_\_\_, RG n.º \_\_\_\_\_, doravante denominada AUTORIZATÁRIA, em conformidade com a Lei n.º 8.666/93 e processo administrativo n.º 16714/2019, celebram entre si o presente TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO, conforme as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

4.1. Pelo presente instrumento, o Município autoriza à AUTORIZATÁRIA o uso do espaço público disponível para a comercialização de obras de literatura infantil, infanto-juvenil, juvenil, jovens e adultos durante a realização da 7ª. FEIRA DO LIVRO DE, a realizar-se, no Terminal Marítimo de São Francisco do Sul, localizada à Rua Babitonga, 62 - Centro, conforme especificações constantes do Edital No. 006/2019, que ficam fazendo parte deste instrumento independentemente de transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA**

2.1. A presente autorização terá vigência apenas no período de realização da 7ª Feira do Livro que se dará no período de 27/08/2019 a 31/08/2019.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA AUTORIZATÁRIA :**

3.1. Iniciar a montagem das infraestruturas temporárias (bancas) no dia 26/08/2019, a partir das 8h00. A referida atividade e o posterior abastecimento do local deverão ser concluídos até o final do dia 01/09/2019;

3.2.2. A desmontagem dar-se-á somente após o encerramento da feira;

3.2.3. Manter a disponibilização dos respectivos produtos à venda pública, mesmo em ocorrendo chuvas nos dias destinados a Feira do Livro;

3.2.4. Abster-se de comercializar quaisquer publicações que atentem à dignidade do ser humano;

3.2.5. Abster-se de realizar propaganda de caráter político, religioso, e/ou filosófico, ainda que atinente à publicação colocada à venda no local;

3.2.6. Limitar-se a utilização do espaço que lhe for destinado, e, em frente ao mesmo, deixar livre o corredor para passagem do público em geral;

3.2.7. Observar as orientações do Plano de Prevenção Contra Incêndio, e abster-se de fazer uso, no local que lhe for destinado, de aparelhos eletrodomésticos com resistência, e/ou que necessitem de botijões de gás liquefeito de petróleo, de sorte a evitar quedas de energia e outros sinistros;

3.2.8. Abster-se de comercializar, no local da Feira do Livro, produtos a ela impertinentes, como alimentos, maletas, cartões, pôsteres ou outros que não reconhecidos como material literário;

3.2.9. Responsabilizar-se, isolada e integralmente, pela segurança do respectivo espaço, procedendo a sua abertura e fechamento nos horários estabelecidos;

3.2.10. Abster-se de discussões em público com outros livreiros;

3.2.11. Somente proceder à divulgação oral dos respectivos produtos, sob o acompanhamento dos organizadores da Feira do Livro.

3.2.12. Responsabilizar-se pela higiene e limpeza do local e das infraestruturas temporárias autorizadas no espaço de acordo com as normas de higiene e saúde exigidas, sem ônus para o Município;

3.2.13. Restituir o local em perfeitas condições de uso e conservação, ao final da vigência da presente autorização de uso, repondo as partes danificadas, em caso de dano ocorrido;

3.2.15. Indenizar ao AUTORIZANTE e/ou terceiros por todo e qualquer dano que porventura venha ocasionar;

3.2.16. Responsabilizar-se por salários de funcionários, caso contratar, bem como recolhimentos previdenciários, fiscais, trabalhistas e comerciais; .

3.2.17. A AUTORIZATÁRIA assumirá integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, assim como pelo



cumprimento dos elementos técnicos fornecidos pelo AUTORIZANTE, bem como por quaisquer danos decorrentes da realização dos serviços, causados ao mesmo ou a terceiros;

3.2.18. É vedada à divulgação e veiculação de publicidade estranha ao uso permitido no espaço, exceto a de caráter informativo cultural e de eventos, com autorização da organização do evento.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA AUTORIZANTE

##### 4.1. Serão obrigações da AUTORIZANTE:

4.1.1. Notificar a AUTORIZATÁRIA, formal e tempestivamente, sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste Termo de Autorização;

4.1.2. Fiscalizar, vistoriar, orientar e dirimir dúvidas emergentes da execução do objeto.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA: DAS PENALIDADES:

5.1. No descumprimento das obrigações pactuadas, inexecução dos serviços, erros na execução, mora na execução, inadimplemento contratual ou inveracidade das informações prestadas, e a critério da AUTORIZANTE, a AUTORIZATÁRIA ficará sujeita às seguintes penalidades:

5.1.1. Advertência, por escrito;

5.1.2. Três penalidades de advertência implicarão:

a) Rescisão da Autorização de Uso;

b) Suspensão de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de 01 (um) ano, em caso de inexecução parcial;

c) Suspensão de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de 02 (dois) anos e Declaração de Inidoneidade para Licitatar ou Contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, em caso de inexecução total.

#### 6. CLÁUSULA SEXTA: DA FISCALIZAÇÃO

6.1. O acompanhamento e a fiscalização da permissão termo serão feitos por servidor indicado pela Fundação Cultural Ilha de São Francisco do Sul, que poderá comunicar à AUTORIZATÁRIA as ocorrências que a seu critério exijam medidas corretivas, e emitir o Termo de Fiscalização.

#### 7. CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESCISÃO

7.1. Por razões de interesse público ou em caso de não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas desta Autorização, a AUTORIZANTE poderá rescindir o presente termo independente de interpelação ou procedimento judicial, sem que caiba à AUTORIZATÁRIA direito à indenização de qualquer natureza.

7.2. Rescindida a autorização, a AUTORIZANTE, de pleno direito, reintegrar-se-á na posse do local e de todos os bens afetados à permissão.

#### 8. CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE CIVIL

8.1. A AUTORIZANTE não se responsabilizará por indenizações oriundas de danos causados a terceiros, provocados por culpa ou dolo da AUTORIZATÁRIA.

#### 9. CLÁUSULA NONA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Eventuais danos, inclusive pessoais, ou furto de equipamentos ou de quaisquer bens do usuário, correrão por conta e responsabilidade da AUTORIZATÁRIA, ficando o AUTORIZANTE desonerado de qualquer responsabilidade de indenização de danos, inclusive emergentes e ou lucros cessantes.

9.2. Na Autorização de Uso prevalecerá o interesse público sobre o particular, sendo admitida a alteração das cláusulas regulamentares do ajuste e sua revogação unilateral pela Administração Pública, quando o interesse coletivo o exigir, sem ônus para a Administração.

9.3. Na hipótese da AUTORIZATÁRIA não dar o uso prometido ou desviar-se da finalidade, imposta no Termo de Autorização de Uso, será rescindido o instrumento, não tendo nenhum direito à indenização.

E, assim, por estarem justos e acordados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rangel Alexandre Friolin  
Diretor Presidente  
Fundação Cultural Ilha  
De São Francisco do Sul

### CREDENCIAMENTO 007/2019 FUCISF

Publicação Nº 2130799

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2019

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O CADASTRO PROPOSTAS DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS, RODAS DE LEITURA E OFICINAS CULTURAIS PARA A VII FEIRA DO LIVRO DE SÃO FRANCISCO DO SUL 2019.

1Constitui objeto deste Chamamento Público, o cadastramento de PROPOSTAS PRA CONTAÇÃO DE HISTÓRIA, RODA DE CONVERSAS E OFICINAS CULTURAIS, para a execução na VII Feira Do Livro.

TIPO: CHAMAMENTO PÚBLICO

PRAZO DE INSCRIÇÃO: A partir da data de publicação do edital até 23 de AGOSTO de 2019.

LOCAL DA ENTREGA DOS ENVELOPES:

FUNDAÇÃO CULTURAL ILHA DE SÃO FRANCISCO DO SUL

RUA BABITONGA N. 62, TORRE 2, CENTRO HISTÓRICO

SÃO FRANCISCO DO SUL

**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2019**

A Fundação Cultural de São Francisco do Sul - FUCISFS, no uso de suas competências legais, torna público para conhecimento dos interessados, o presente Edital de Chamamento Público, objetivando a credenciar propostas para a VII Feira do Livro de São Francisco do Sul 2019, e das condições exigências do presente edital.

**1. DO OBJETO**

1.1 O presente edital visa comunicar que estão abertas as inscrições para seleção de propostas em contação de histórias, rodas leitura e oficinas culturais para integrarem a programação da VII Feira do Livro de São Francisco do Sul.

**2. DO EVENTO**

As propostas para este edital deverão ter como foco o público infantil, infanto juvenil, em atividades de contação de histórias, rodas leitura e oficinas culturais que serão apresentadas na 7ª Feira do Livro os dias 27/08/2019 a 31/08/2019.

As apresentações serão realizadas no Terminal Marítimo de Passageiros, na Rua Babitonga, 62 – Centro no Horário das 8h às 19h.

**3. DA PARTICIPAÇÃO**

3.1 Para participar da seleção dos projetos os interessados deverá comprovar mediante currículo e documentação:

- Ter no mínimo 18 anos;
- Ter atuação na área de no mínimo 2 anos.

3.2. Poderão se inscrever no processo seletivo: artistas e/ou grupos cênicos, representados por pessoa física ou jurídica formalmente constituída e que conste as atividades compatíveis com a proposta apresentada.

3.3 Serão aceitas até 2 (duas) propostas por proponente

3.4. Artistas e grupos deverão ter disponibilidade nos dias do evento. Fica a caráter da Fundação Cultural, determinar a data e horário de cada apresentação.

3.5 NÃO poderão participar deste Edital:

- a) Pessoas físicas e jurídicas que estejam em mora, inadimplentes com qualquer órgão da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, ocorrência de danos ao erário ou qualquer prática de atos ilícitos na relação com os poderes públicos;
- b) Servidores e empregados públicos municipais e também de equipamentos culturais vinculados ou mantidos pelo Município de São Francisco do Sul, seus cônjuges; como também as de pessoas físicas ou jurídicas não domiciliadas ou sediadas na cidade de São Francisco do Sul;
- c) Igrejas, cultos religiosos, clubes, associações de servidores, associações comerciais e indústrias, clubes de dirigentes lojistas, sindicatos ou quaisquer outras entidades congêneres.

**4. DA INSCRIÇÃO**

4.1 A inscrição será gratuita e o ato da inscrição pressupõe plena concordância com os termos deste Edital e seus anexos.

4.2. Serão aceitas as inscrições a partir da data de publicação até 23/08/2019, mediante entrega de Envelope de Inscrição, na Rua Babitonga, 62 - Torre 2, Centro, junto à Fundação, no horário de 08h às 14h.

4.2.1. Após o encerramento das inscrições, será publicada no Diário Oficial do Município (D.O.M.) a relação dos representantes inscritos no presente Edital. Qualquer cidadão será parte legítima para impugnar a relação dos inscritos, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da publicação.

4.3 O Envelope de Inscrição deverá ser entregue lacrado identificado com as informações abaixo e deverá conter em seu interior, obrigatoriamente toda documentação para análise técnica, subitem 4.4, bem como, toda a documentação referente à Habilitação Jurídica, item 4.5:

**4.4. Documentação para Avaliação Técnica**

- a) Formulário de Inscrição (Anexo I);
- b) Documentos para comprovação das informações prestadas sobre os impressos, não sendo aceito links para avaliação de documentos comprobatórios;
- c) Documentos descritos no subitem 4.5 de acordo com o proponente;

**4.5 DA DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA PARA INSCRIÇÃO****4.5.1 DE PESSOA JURÍDICA:**

- a) Cópia do registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no Cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial do Estado de Santa Catarina e, ainda do comprovante de firma individual;
- b) Cópia simples da Ata de Eleição da atual diretoria se for o caso, devidamente registrada em cartório;
- c) Cópia simples do CPF e Identidade do(s) representante(s) legal(is) do proponente;
- d) Cópia simples do CNPJ;
- e) Cópia simples da Certidão Negativa de FGTS;
- f) Cópia simples da Certidão Negativa Municipal;
- g) Cópia simples da Certidão Negativa Estadual;
- h) Cópia simples da Certidão Negativa da Receita Federal do Brasil (Incluindo INSS);
- i) Cópia simples da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- j) Declaração relativa ao trabalho de empregado menor;

**4.5.2 SE PESSOA FÍSICA:**

- a) Cópia da cédula de Identidade civil;
- b) Cópia do CPF;
- c) Comprovante de endereço residencial atualizado, em até 90 (noventa) dias, em nome do representante do proponente, ascendente ou descendente de 1º grau ou cônjuge;
- d) comprovante de situação cadastral junto à Receita;  
(<https://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/SSL/ATCTA/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp>)  
Nota Importante: Atenção, pois este documento é diferente da Certidão Negativa de Tributos Federais!
- e) certidão negativa de Tributos Federais  
(<http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidao/CNDConjuntaInter/InformaNICertidao.asp?tipo=2>);  
Nota Importante: Atenção, pois este documento é diferente do documento "Situação Cadastral junto à Receita Federal"
- f) Certidão negativa de débitos municipais;
- g) Certidão negativa de débitos estaduais;
- h) Certidão negativa de débitos trabalhistas;
- i) Declaração relativa ao trabalho de empregado menor ;
- j) Carta de Anuência indicando o proponente do projeto como representante do respectivo grupo ou coletivo, assinada pelos integrantes.

4.6 A habilitação das pessoas físicas e jurídicas previstas neste item fica condicionada a regularidade da documentação que deverá estar dentro do prazo de validade, na forma da Lei e nas demais condições constantes neste Edital.

4.6.1. A data base para análise da validade da documentação descrita acima é o último dia previsto para o encerramento das inscrições, a saber, 23/08/2019.

**5. DO INDEFERIMENTO DA INSCRIÇÃO.**

5.1 A não apresentação de qualquer um dos documentos listados nos subitens anteriores e a ausência da inscrição, em desacordo com o estabelecido no presente Edital, implicará no indeferimento da inscrição.

5.2. Não serão aceitas inscrições de pessoas físicas ou jurídicas que já mantenham qualquer contrato vigente com o Município de São Francisco do Sul.

**6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

- a) Identificação do artista e/ou grupo e seus componentes;
- b) Histórico do grupo ou currículo do artista;
- c) Proposta da apresentação contendo: sinopse detalhada, classificação etária, ficha técnica completa e demais detalhes pertinentes ao projeto;

**7. DO RESULTADO FINAL**

7.1. O resultado final dos cadastrados será publicado no Diário Oficial do Município - DOM.

**8. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

8.1 O cadastramento terá validade no período em que ocorra a 7ª Feira do Livro contada a partir da publicação do resultado final.

**9. DA SELEÇÃO**

9.1. A Fundação Cultural formará uma Comissão para análise das propostas previamente designadas pelo Chefe do Executivo.

9.2. Para a avaliação das propostas serão considerados os seguintes critérios:

- a) Excelência artística do projeto;
- b) Qualificação dos profissionais envolvidos;
- c) Histórico de apresentações;
- d) Acessibilidade e viabilidade da proposta;
- e) Condições técnicas compatíveis com o espaço determinado aos expositores no Terminal Marítimo de Passageiros para realização do VII Feira do Livro.

9.3 Caso as propostas encaminhadas não se enquadrem às necessidades da VII Feira do livro ou não estejam de acordo com as especificações deste edital, o proponente será desclassificado. As contações de história devem ser exclusivamente para o público infantil (Ensino Básico), roda de conversa para o público infanto-juvenil e oficinas vinculadas diretamente a literatura.

**10. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

10.1 As despesas decorrentes da execução do Contrato de Prestação de Serviços correrão à conta dos recursos orçamentários da Fundação Cultural do Município de São Francisco do Sul – FUCISF, por meio da seguinte dotação orçamentaria:

ORGÃO – Fundação Cultural Ilha de São Francisco do Sul	16
UNIDADE – Departamento de Cultura	002
PROGRAMA	011
AÇÃO – Manutenção de Eventos	2099
ELEMENTO DE DESPESA – Festividades e Homenagens	339039.23
ELEMENTO DE DESPESA – Serviços Técnicos Profissionais	339039.06
VÍNCULOS DE RECURSO – Iniciativa Privada	10620
VALOR DE DESPESA	R\$ 6.300,00

**11. DAS CONTRATAÇÕES**

11.1. As propostas aprovadas receberão o valor de R\$300,00 (trezentos reais) para a contação de história de no mínimo 45 minutos, o valor de 150,00 (cento e cinquenta reais) para rodas de conversa de no mínimo 30 minutos e o valor de 400,00 (quatrocentos reais) por duas oficinas de 1h30min cada.

11.2. Os pagamentos serão realizados por meio de contratação de prestação de serviço e apresentação de nota fiscal.

11.3. A contratação dos selecionados estará vinculada à aceitação do agendamento determinado, conforme disponibilidade da programação do evento.

11.4 O não cumprimento da proposta apresentada conforme documentação entregue no item 8.2 acarretará a aplicação de sanções previstas na lei de licitação, bem como a glosa do pagamento considerado indevido.

**12 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1 Poderá a Administração revogar o presente edital, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público devidamente justificado, sem que caiba direito à indenização.

12.2 O cadastrado é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata inabilitação/eliminação do proponente que o tiver apresentado, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

12.3 A participação do proponente neste edital implica em aceitação de todos os termos nele contidos.

12.4. Os casos omissos no Edital serão decididos pela Comissão Julgadora, observando o determinado na legislação pertinente.

Rangel Alexandre Friolin

Diretor Presidente

Fundação Cultural Ilha de São Francisco do Sul

**INSTAURAÇÃO DE PROCESSO SANTINVEST**

Publicação Nº 2131157

**DECISÃO – INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO**

Eu, SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, no uso das minhas atribuições e considerando os artigos 66 e seguintes e 77 e seguintes da Lei nº 8.666/93 e alterações, e diante da manifestação do representante fiscal do Convênio nº GP/001/2017, que entre si celebram o Município de São Francisco do Sul e a SANTINVEST S.A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS, que tem por objeto a “realização de consignação em folha de pagamento de parcelas referentes a empréstimos consignados concedidos pela SANTINVEST S.A aos servidores Efetivos da Prefeitura Municipal doravante denominados “beneficiários”, com data de 28/06/2017, Determino a instauração de processo administrativo para apuração de possíveis irregularidades quanto à execução, em função do descumprimento da Cláusula Terceira – Dos Custos, 3.2 e Cláusula Quinta – Das Obrigações do Município, 5.6., no que se referem ao desconto das consignações, a título de custo operacional, o percentual de 2% (dois por cento) incidente sobre o total consignado mensalmente, afim de averiguar a existência de irregularidades que possam gerar descumprimento do convênio e consequentemente prejuízos ao município e, se for o caso, sugerir penalidades a serem aplicadas à referida empresa, bem como a restituição de valores devidos ao erário, no valor total de R\$ 19.619,38 (dezenove mil, seiscentos e dezenove reais e trinta e oito centavos), referente ao período de vigência do convênio, cujos empréstimos foram realizados entre outubro/2017 a junho/2019, conforme comprovantes de transferências.

A condução do processo administrativo ficará sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, através da Diretoria de Gestão de Pessoas, representante do contratante, responsável pela fiscalização do convênio.

A empresa deverá ser intimada a restituição do valor apontado como devido, no prazo de 30 (trinta) dias ou apresentar defesa, se assim quiser, informando o prazo de 05 (cinco) dias úteis.

São Francisco do Sul, 20 de agosto de 2019.

Maria José Costa

Secretária Municipal de Administração  
e Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº 15.907/2019**

Publicação Nº 2130894

PORTARIA nº 15.907, de 20 de agosto de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL de Administração e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e pelo Decreto nº 3.012/2018, e de acordo com a Instrução Normativa TC – 11/2011 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e a Certidão de Tempo de Contribuição emitida pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, e conforme o Processo nº 20793/2019,

**RESOLVE:**

Art. 1º - AVERBAR, para todos os efeitos, o tempo de contribuição do servidor público municipal VICENTE BRASIL DE FREITAS, matrícula nº 219401, inscrito no CPF sob o nº 420.017.739-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de Ensino Fundamental I, atualmente exercendo suas atividades na Secretaria Municipal de Educação, referente aos seguintes períodos:

**INSS**

INÍCIO	FIM	EMPRESA/ORGÃO	TEMPO
07/02/1986	15/03/1986	GRAN MASTER ALIMENTAÇÃO LTDA	TC: 0 ano, 1 mês e 9 dias. TA: 0 ano, 1 mês e 9 dias.
16/03/1986	01/06/1986	FUGUEIRA RESTAURANTES LTDA	TC: 0 ano, 2 meses e 16 dias. TA: 0 ano, 2 meses e 16 dias.
01/07/1999	09/07/2015	MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	TC: 16 anos, 0 mês e 9 dias. TA: 16 anos, 0 mês e 9 dias.

Tempo de Contribuição (TC) = 5964 dias, correspondendo a 16 anos, 4 meses e 4 dias.

Tempo Aproveitado (TA) = 5964 dias, correspondendo a 16 anos, 4 meses e 4 dias.

Essas informações foram extraídas da Certidão de Tempo de Contribuição - Protocolo nº 20024070.1.00171/19-9, expedida pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, no dia 15 de agosto de 2019.

**IPESC**

INICIO	FIM	EMPRESA/ORGÃO
30/06/1986	28/02/1987	Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia – SED SC
24/03/1987	28/02/1991	Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia – SED SC
11/06/1991	11/08/1991	Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia – SED SC
20/08/1991	31/12/1991	Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia – SED SC

Tempo de Contribuição = 1.878 dias, correspondendo a 5 anos, 1 mês e 23 dias.

Essas informações foram extraídas da Certidão de Tempo de Contribuição nº 223/2006, expedida pela Diretoria de Gestão de Recursos Humanos, da Secretaria de Estado da Administração, no dia 6 de abril de 2006.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 20 de agosto de 2019.

MARIA JOSÉ COSTA  
Secretária Municipal

Secretário Municipal de Governo  
Visto, publique-se e registre-se

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_.

# São João Batista

## PREFEITURA

### LEI MUNICIPAL Nº 3900/2019

Publicação Nº 2130670

Lei Municipal 3.900, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

Autoriza o Município de São João Batista a firmar convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar.

O Prefeito Municipal de São João Batista, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele, tendo sancionado o projeto, promulga a seguinte Lei:

Art. 1st Fica o Município de São João Batista autorizado a firmar termo de convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar, pelo prazo de 05 (cinco) anos, visando à realização de policiamento ostensivo motorizado por intermédio da guarnição de radiopatrulha da Polícia Militar.

Parágrafo único. Será disponibilizada mensalmente, a importância de R\$ 4.117,45 (quatro mil cento e dezessete reais e quarenta e cinco centavos), para cobrir as despesas com manutenção (combustível, lubrificante, peças, acessórios e serviços) das viaturas colocadas a serviço (conveniada), e com material de expediente, limpeza, fardamento, manutenção e reforma do aquartelamento, despesas com o aluguel, água e luz do imóvel onde o quartel da polícia militar estiver instalado, alimentação do pessoal de serviço, equipamentos, mobiliário, armamento e outros materiais e serviços necessários a manutenção do serviço de policiamento motorizado, visando proporcionar condições de execução da radiopatrulha policial no município.

Art. 2nd Fica também autorizado o Município de São João Batista a ceder à Polícia Militar dois aparelhos e duas linhas telefônicas, que servirão para contatos diretos entre a população, empresas e a Polícia Militar, através das redes de comunicação social, para oferecer mais eficiência nos serviços de segurança.

Art. 3rd O município irá depositar a importância prevista no parágrafo único, do art. 1º, desta Lei, na primeira quinzena de cada mês em conta vinculada, na Agência do Banco do Brasil do Município, disponibilizando referida conta bancária à possíveis doadores, pessoas físicas ou jurídicas, que queiram contribuir com o serviço de rádio patrulhamento.

Art. 4th O valor do repasse poderá ser reajustado anualmente por ato do Poder Executivo, tomando por base a variação do INPC/IBGE – Índice Nacionais de Preço ao Consumidor, acumulado nos últimos 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do convênio, e assim sucessivamente, para os exercícios seguintes.

Art. 5th As despesas relativas ao presente convênio correrão por conta de dotação orçamentária própria vigente.

Art. 6th Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista-SC, 20 de agosto de 2019.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

### LEI MUNICIPAL Nº 3901/2019

Publicação Nº 2130673

Lei Municipal 3.901, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

Autoriza a transferência de modalidade de aplicação no valor de R\$ 147.950,00.

O Prefeito do Município de São João Batista, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele, tendo sancionado o projeto, promulga a seguinte Lei:

Art. 1st Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a transferir no valor de R\$ 147.950,00 (cento e quarenta e sete mil novecentos e cinquenta reais), para a seguinte modalidade de aplicação:

02 – GABINETE DO PREFEITO

01 – GABINETE DO PREFEITO

08.243.0005.2.062 – Manutenção do Conselho Tutelar

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

09 – FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL

01 – FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.244.0005.1.064 – Aquisição de Micro-onibus

4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais).

09 – FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL

01 – FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.244.0005.2.056 – Programa BPC na Escola

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 10.000,00 (dez mil reais).



09 – FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL  
01 – FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL  
08.244.0005.2057 – Programa Acessuas  
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas  
Valor – R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

09 – FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL  
01 – FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL  
08.244.0005.2.058 – Gestão do SUAS  
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas  
Valor – R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

09 – FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL  
01 – FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL  
08.244.0005.2.058 – Gestão do SUAS  
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas  
Valor – R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

09 – FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL  
01 – FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL  
08.243.0005.2.059 – Proteção Social Básica  
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas  
Valor – R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

09 – FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL  
01 – FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL  
08.244.0005.1.064 – Proteção Social Básica  
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas  
Valor – R\$ 3.000,00 (três mil reais).

09 – FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL  
01 – FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL  
16.482.0005.2.063 – Manutenção do Fundo Municipal de Habitação  
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas  
Valor – R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
10.304.0004.2.034 – Manutenção do Fundo Municipal de Habitação  
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas  
Valor – R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das anulações das seguintes modalidades de aplicação:

09 – FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL  
01 – FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL  
08.243.0005.2.054 – Proteção Especial de Alta Complexidade  
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas  
Valor – R\$ 132.000,00 (centro e trinta e dois mil reais).

09 – FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL  
01 – FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL  
08.244.0005.2.055 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria  
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas  
Valor – R\$ 15.950,00 (quinze mil novecentos e cinquenta reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista-SC, 20 de agosto de 2019.  
Daniel Netto Cândido  
Prefeito Municipal



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2019 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/SISAM/2019**

Publicação Nº 2131084

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/8

**SERVICO INFRA ESTRUTURA SAN. ABAS. AGUA MUN. SJB****Processo Nº.: 17/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2019****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 10/2019**

No dia 21 do mês de Agosto do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) **SERVICO INFRA ESTRUTURA SAN. ABAS. AGUA MUN. SJB**, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.585.406/0001-22, com sede administrativa localizada na Rua José Antônio Soares, 2533, bairro Ribanceira do Sul, CEP nº. 88240-000, nesta cidade de São João Batista/SC, representado pelo(a) seu titular infra firmado, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 13/2019, Processo Licitatório nº. 17/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL HIDRÁULICO PARA USO NAS MANUTENÇÕES DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA REALIZADOS PELO SERVIÇO DE INFRAESTRUTURA, SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL - SISAM DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

<b>Código</b>	<b>Nome da Empresa</b>	<b>Itens</b>
16846	COMERCIAL VANGUARDEIRA EIRELI	
15943	FERNANDES MANÁ MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA ME.	5, 7, 8
16266	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA - ME	
16264	LAJE ÁGUA COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	17
16516	NAIARA APARECIDA DE MACEDO	
16848	NAVODAP - COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI	1, 11, 12, 14, 16, 21, 22, 23
16002	SANEMARCK COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA M	2, 3, 4, 9, 10, 15, 18
16626	STARTUBO COMERCIO EIRELI EPP	24
16847	TALENTOS DAGUA REPRESENTACAO PROJETOS ASSESSORIA L	6, 13, 19, 20

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelos Decretos Municipais nº. 3378 (pregão) e nº. 2153 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

<b>Empresas</b>	<b>CNPJ / CPF</b>	<b>Nome do Representante</b>	<b>CPF</b>
COMERCIAL VANGUARDEIRA EIRELI	10.942.831/0001-36	EDUARDO CAMILO	074.747.209-22
FERNANDES MANÁ MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA ME.	11.274.331/0001-36	GAUBIR RIBEIRO FERRUGUEM	060.753.769-84
G2 MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA - ME	05.931.197/0001-04	GILBERTO SOARES DE OLIVEIRA	141.263.896-87
LAJE ÁGUA COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTI	05.372.455/0001-51		
NAIARA APARECIDA DE MACEDO	29.667.489/0001-31	ANTONIO HELIO BARAO	076.888.739-91
NAVODAP - COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI	33.540.866/0001-44	OURIDES PADOVAN	418.773.902-59
SANEMARCK COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA	08.164.724/0001-82	DANIEL EDGAR DE JESUS	914.856.499-00
STARTUBO COMERCIO EIRELI EPP	17.191.995/0001-18	ALMIR EVARISTO MACIEL	080.593.069-87
TALENTOS DAGUA REPRESENTACAO PROJETOS ASSESSO	24.419.445/0001-79	PATRICIA FERNANDA EV	007.355.439-17

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL HIDRÁULICO PARA USO NAS MANUTENÇÕES DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA REALIZADOS PELO SERVIÇO DE INFRAESTRUTURA, SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL - SISAM DE SÃO JOÃO BATISTA, SC.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

## ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 2/8

## SERVICO INFRA ESTRUTURA SAN. ABAS. AGUA MUN. SJB

Processo Nº.: 17/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2019

**Fornecedor: 15943 - FERNANDES MANÁ MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA ME.**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL D 25 MM X 20 MM	PC	CORR	100,000	0,2000	20,00
7	COLAR DE TOMADA DN 100 DE 110	PC	CORR	100,000	5,5300	553,00
8	COLAR DE TOMADA DN 75 DE 85	PC	CORR	100,000	4,5000	450,00

**Fornecedor: 16002 - SANEMARCK COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA M**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	ANEIS DE BORRACHA PARA LUVA DE CORRER DN 75 DE 85	PC	HIFERSANE	100,000	1,0500	105,00
3	ANEL DE BORRACHA PARA BOLSAS DE LUVA PVC DE REDE DE ÁGUA, PBA, DN/ DE 75/85MM.	PC	HIFERSANE	100,000	1,0500	105,00
4	ANEL DE BORRACHA PARA BOLSAS DE LUVA PVC DE REDE DE ÁGUA, PBA, DN/DE 50/ 60MM.	PC	HIFERSANE	400,000	0,6000	240,00
9	KIT DE LIGAÇÃO PREDIAL DE AGUA (1JOELHO 90° PVC COM ROSCA, COR AZUL, D 3/4"; ADAPTADOR EM PVC PARA LIGAÇÃO PREDIAL COM REGISTRO COM BORBOLETA, EM PVC, D 20MM X 3/4", COR AZUL; 02 EXTREMIDADES PARA HIDROMETRO, EM PVC, COM ROSCA METALICO COM ANEL DE BORRACHA, PARA USO EM HIDROMETRO DE 3/4").	UN	HIFERSANE	400,000	15,3000	6.120,00
10	LUVA DE CORRER EM PVC/PBA DN 50 DE 60 MM	UN	HIFERSANE	200,000	6,0000	1.200,00
15	LUVA DE CORRER PVC/PBA DN 75 DE 85	UN	HIFERSANE	50,000	13,0000	650,00
18	REGISTRO DE ESFERA, COM ROSCA, BORBOLETA PVC, D 3/4	UN	HIFERSANE	100,000	4,0000	400,00

**Fornecedor: 16264 - LAJE ÁGUA COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
17	PEAD-RAMAL PREDIAL DE AGUA DE 20 PE 80 PN 1 M.P.A	UN	RACAZA	50,000	229,0000	11.450,00

**Fornecedor: 16626 - STARTUBO COMERCIO EIRELI EPP**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
24	VÁLVULA GAVETA FOFO DN 100/PN 16 COM CUNHA REVESTIDA DE ELÁSTOMERO (EMBORRACHADA) COM FLANGES E CABEÇOTE.	PC	GOODSTEEL	6,000	580,0000	3.480,00

**Fornecedor: 16847 - TALENTOS DAGUA REPRESENTACAO PROJETOS ASSESSORIA L**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
6	CAP PVC/PBA DN 50 DE 60 COM ANEIS DE BORRACHA	PC	TIGRE	50,000	4,2000	210,00
13	LUVA DE CORRER PARA REDE DE ESGOTO, COR OCRE DN 100 MM	UN	TIGRE	50,000	4,9000	245,00
19	TE EM PP DE COMPRESSÃO P/PEAD DE 63 MM	UN	TIGRE	10,000	54,0000	540,00
20	TE PVC, PBA DE 60 X 60	UN	TIGRE	50,000	14,0000	700,00

**Fornecedor: 16848 - NAVODAP - COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ADPATOR SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA P/ REGISTRO, EM PVC, D 25 MM X 3/4.	PC	PLASTILIT	100,000	0,2700	27,00
11	LUVA DE CORRER ESGOTO SERIE NORMAL COM ANEIS DE 100 MM	PC	C&M	50,000	3,9000	195,00
12	LUVA DE CORRER PARA REDE DE ESGOTO COR OCRE DN 150 MM	UN	C&M	20,000	9,9000	198,00
14	LUVA DE CORRER PVC/PBA DN 100 DE 110 COM ANEIS DE BORRACHA	UN	ASPERBRAS	50,000	19,9000	995,00
16	LUVA DE PVC SOLDÁVEL, D 20 MM	UN	PLASTILIT	50,000	0,2400	12,00
21	TUBO DE PVC/PBA, DN 100, DE 110, CLASSE 12.	PC	MULTILIT	50,000	150,0000	7.500,00
22	TUBO DEFOFO 250MM COM BARRA DE 6 M COM ANEIS INTEGRADO	PC	MULTILIT	20,000	890,0000	17.800,00
23	TUBO PVC PAREDE DUPLA, ESGOTO, COR OCRE, DN 100 MM, BARRA DE 6 METROS	PC	MULTILIT	10,000	73,7000	737,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA****SERVICO INFRA ESTRUTURA SAN. ABAS. AGUA MUN. SJB**

Página: 3/8

Processo Nº.: 17/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2019

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da mesma, sem a possibilidade de prorrogação.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 4/8

**SERVICO INFRA ESTRUTURA SAN. ABAS. AGUA MUN. SJB****Processo Nº.: 17/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2019****CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES****5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração;

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

**5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 5/8

**SERVICO INFRA ESTRUTURA SAN. ABAS. AGUA MUN. SJB****Processo Nº.: 17/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2019****CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, de acordo com o especificado na Autorização de Fornecimento.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

**ESTADO DE SANTA CATARINA****SERVICO INFRA ESTRUTURA SAN. ABAS. AGUA MUN. SJB**

Página: 6/8

Processo Nº.: 17/2019

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2019**

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA****SERVICO INFRA ESTRUTURA SAN. ABAS. AGUA MUN. SJB**

Página: 7/8

Processo Nº.: 17/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2019

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública municipal por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São João Batista para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São João Batista, 21 de Agosto de 2019.

Assinatura do Responsável

**Empresas Participantes:**

COMERCIAL VANGUARDEIRA EIRELI	CNPJ: 10.942.831/0001-36	_____
FERNANDES MANÁ MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA ME.	CNPJ: 11.274.331/0001-36	_____
G2 MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA - ME	CNPJ: 05.931.197/0001-04	_____
LAJE ÁGUA COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTD,	CNPJ: 05.372.455/0001-51	_____



**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 8/8

**SERVICO INFRA ESTRUTURA SAN. ABAS. AGUA MUN. SJB****Processo Nº.: 17/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2019**

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São João Batista, 21 de Agosto de 2019.

\_\_\_\_\_  
**Assinatura do Responsável**

**Empresas Participantes:**

NAIARA APARECIDA DE MACEDO	CNPJ: 29.667.489/0001-31	_____
NAVODAP - COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI	CNPJ: 33.540.866/0001-44	_____
SANEMARCK COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA	CNPJ: 08.164.724/0001-82	_____
STARTUBO COMERCIO EIRELI EPP	CNPJ: 17.191.995/0001-18	_____
TALENTOS D'AGUA REPRESENTACAO PROJETOS ASSESSORIA	CNPJ: 24.419.445/0001-79	_____

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2019 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/SISAM/2019**

Publicação Nº 2131304

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/6

**SERVICO INFRA ESTRUTURA SAN. ABAS. AGUA MUN. SJB****Processo Nº.: 18/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2019****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 11/2019**

No dia 21 do mês de Agosto do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) **SERVICO INFRA ESTRUTURA SAN. ABAS. AGUA MUN. SJB**, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.585.406/0001-22, com sede administrativa localizada na Rua José Antônio Soares, 2533, bairro Ribanceira do Sul, CEP nº. 88240-000, nesta cidade de São João Batista/SC, representado pelo(a) seu titular infra firmado, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 14/2019, Processo Licitatório nº. 18/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE CALCETEIRO PARA SERVIÇOS DIÁRIOS DE MANUTENÇÕES REALIZADOS PELO SISAM DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
15946	ARTEFATOS CIMENTO RAIMONDI LTDA ME.	1

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelos Decretos Municipais nº. 3378 (pregão) e nº. 2153 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ARTEFATOS CIMENTO RAIMONDI LTDA ME.	80.738.016/0001-35	CHARLES PIRES DA SILVA	063.446.369-12

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:  
REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE CALCETEIRO PARA SERVIÇOS DIÁRIOS DE MANUTENÇÕES REALIZADOS PELO SISAM DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC.  
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 15946 - ARTEFATOS CIMENTO RAIMONDI LTDA ME.						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MÃO OBRA DE CALCETEIRO	HS	RAIMOND	4.000.000	20,9900	83.960,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 2/6

**SERVICO INFRA ESTRUTURA SAN. ABAS. AGUA MUN. SJB****Processo Nº.: 18/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2019**

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
  - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
  - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da mesma, sem a possibilidade de prorrogação.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 3/6

**SERVICO INFRA ESTRUTURA SAN. ABAS. AGUA MUN. SJB****Processo Nº.: 18/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2019****CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES****5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

**5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 4/6

**SERVICO INFRA ESTRUTURA SAN. ABAS. AGUA MUN. SJB****Processo Nº.: 18/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2019****CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, de acordo com o especificado na Autorização de Fornecimento.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 5/6

**SERVICO INFRA ESTRUTURA SAN. ABAS. AGUA MUN. SJB**

Processo Nº.: 18/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2019

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SERVICO INFRA ESTRUTURA SAN. ABAS. AGUA MUN. SJB**

Página: 6/6  
Processo Nº.: 18/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2019

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública municipal por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3. será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São João Batista para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São João Batista, 21 de Agosto de 2019.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável

### **Empresas Participantes:**

ARTEFATOS CIMENTO RAIMONDI LTDA ME.

CNPJ: 80.738.016/0001-35



**DECRETO Nº 3697/2019**

Publicação Nº 2130735

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA**  
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89  
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369  
C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC  
E-mail: [contabilidade@sjbatista.sc.gov.br](mailto:contabilidade@sjbatista.sc.gov.br)

**DECRETO Nº 3697/19**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003899/19 de 19 de Agosto de 2019.

**D E C R E T A :**

**Art. 1º -** Fica suplementado no valor de R\$ 200.000,00 a(s) seguinte(s) modalidade(s):

**16 - SISAM - Serv. de Infra-Estr. San. e Água Municipal**

16.01 - SISAM - Serv. de Infra-Estr. San. e Água Municipal

15.452.0006.2.077 - Coleta, Transporte e Destino Final de Resíduos

3.3.90.00.00.00.00.0018 - Aplicacoes Diretas

Valor - 100.000,00

17.512.0004.2.041 - Funcionamento e Manutenção do SISAM

3.3.90.00.00.00.00.0018 - Aplicacoes Diretas

Valor - 100.000,00

**Art. 2º -** Para atendimento da(s) Suplementação(ões) que trata(m) o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) modalidade(s):

**16 - SISAM - Serv. de Infra-Estr. San. e Água Municipal**

16.01 - SISAM - Serv. de Infra-Estr. San. e Água Municipal

17.512.0006.1.073 - Pavim Drenagem de Vias Urbanas - SISAM

4.4.90.00.00.00.00.0018 - Aplicacoes Diretas

Valor - 200.000,00

**Art. 3º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**São João Batista, 20 de Agosto de 2019**

**DANIEL NETTO CÂNDIDO**

**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado em 20/08/2019

Assessoria de Comunicação

**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO 04/2019**

Publicação Nº 2131792

Resolução Nº 04/2019

ALTERAÇÃO A REDAÇÃO DO ART. 1º DA RESOLUÇÃO Nº 01/2004, QUE DISPÕE SOBRE A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara de Vereadores de São João Batista, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ele Promulga a presente:

**RESOLUÇÃO**

Art. 1º - O art. 1º da Resolução nº 01/2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º- Esta Resolução regulamenta a avaliação de desempenho do estágio probatório (art. 20, da Lei Complementar nº 01/03) e da progressão Funcional dos Servidores do Poder Legislativo do Município de São João Batista, para fins da Lei nº 2.597/2003 e Lei Complementar nº 01/2003.”

Art. 2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20 de Agosto de 2019.

Éder Vargas	
Presidente	

# São João do Oeste

## PREFEITURA

### EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 118/2019

Publicação Nº 2130883

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 118/2019

PARTES: Município de São João do Oeste e Prestadora de Serviços Bracht Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial 77/2019

OBJETO: "Registro de preços para eventual e futura contratação de serviços de manutenção elétrica, hidráulica e serviços de pedreiro/pintor para as diversas secretarias do município de São João Do Oeste para o ano de 2019."

valor: R\$ 56.250,00

PRAZO: 22.08.2019 até 22.08.2020

São João do Oeste – 21 de agosto de 2019

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 118/2019

PARTES: Município de São João do Oeste e Vilson Thome ME

ORIGEM: Pregão Presencial 77/2019

OBJETO: "Registro de preços para eventual e futura contratação de serviços de manutenção elétrica, hidráulica e serviços de pedreiro/pintor para as diversas secretarias do município de São João Do Oeste para o ano de 2019."

valor: R\$ 20.000,00

PRAZO: 22.08.2019 até 22.08.2020

São João do Oeste – 21 de agosto de 2019

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

### LEI 1817 - ABERTURA CRÉDITO ESPECIAL - CONDER - AMBIENTAL

Publicação Nº 2131365

LEI Nº 1.817/19, DE 21/08/2019.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e que ele sanciona e promulga a presente Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal devidamente autorizado a realizar a abertura de crédito especial no orçamento vigente, até o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), segundo classificações abaixo discriminadas:

Órgão: 04.00 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária: 04.02 – Departamento do Meio Ambiente

Orçamento: Fiscal – Unidade de Medida: Contrato

Produto: Contrato – Unidade de Medida: 01

Execução: 2019 – Função: 18 – Gestão Ambiental

Sub-função: 541 – Preservação e Conservação Ambiental

Programa: 0060 – Gestão Ambiental

Fonte de Recursos: 0301 – Recursos Ordinários

Projeto/Atividade: 2.056 – Atividades do Programa de Gestão Ambiental

Modalidade de Aplicação: 3.1.71.00.00.00.0301 – Aplicações Diretas .....R\$ 3.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.71.00.00.00.0301 – Aplicações Diretas .....R\$ 4.500,00

Modalidade de Aplicação: 4.4.71.00.00.00.0301 – Aplicações Diretas .....R\$ 7.500,00

Art. 2º Os recursos no valor de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para atender o crédito especial acima especificado decorrerão da redução do superávit financeiro apurado no exercício anterior segundo as fontes de recursos abaixo indicada:

I.	301 – Recursos Ordinários – Superávit .....	R\$	15.000,00
----	---	-----	-----------

Art. 3º Decreto do Poder Executivo regulamentará a presente matéria na forma da Lei Federal nº. 4.320/64.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São João do Oeste, 21 de agosto de 2019.  
FERNANDO BISIGO  
Prefeito Municipal

## **LEI 1818 - ADESÃO CONTRATO RATEIO CONDER - GESTÃO AMBIENTAL**

Publicação Nº 2131370

LEI Nº 1.818/19, DE 21/08/2019.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE A ADERIR AO PROGRAMA "GESTÃO AMBIENTAL" CRIADO PELO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER, FIRMANDO O RESPECTIVO CONTRATO DE PROGRAMA E CONTRATO DE RATEIO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e que ele sanciona e promulga a presente Lei:

Art. 1º Fica autorizado o ingresso do município de São João do Oeste ao Programa "GESTÃO AMBIENTAL" criado pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER mediante a formalização do competente Contrato de Programa e Contrato de Rateio, que são parte integrante desta lei.

Art. 2º Os pagamentos dos valores constantes do Contrato de Rateio – aporte inicial e 1ª parcela mensal – deverão ser feitos até a data de 10 de setembro de 2019 e as demais parcelas mensais no mesmo dia dos meses subsequentes, inclusive de forma retroativa, se necessário for.

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar o pagamento dos valores pertinentes ao Contrato de Rateio do Programa "Gestão Ambiental" do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER para os exercícios fiscais posteriores a 2019, conforme valores e índices de reajustes estabelecidos em Assembleia Geral Ordinária do consórcio.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste, 05 de agosto de 2019.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

CONTRATO DE PROGRAMA "GESTÃO AMBIENTAL" Nº 016/2019

Pelo presente instrumento de CONTRATO DE PROGRAMA que celebram entre si o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 23.773.012/0001-54, com sede na Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, centro, município de São Miguel do Oeste, SC, CEP 89900-000, neste ato representado pelo seu presidente Sr. GENÉSIO BRESSIANI, prefeito municipal de Belmonte, portador da Carteira de Identidade nº 1.853.258, inscrito no CPF sob o nº 707.799.379-53, residente e domiciliado na Rua Maurício Cardoso, nº 431, centro, município de Belmonte, SC e o Município de SÃO JOÃO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 80.911.936/0001-03, com sede na Rua Encantado, nº 66, centro, neste ato representado por seu gestor de contratos e Prefeito Municipal Sr. FERNANDO BISIGO, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob o nº 028.483.129-80, residente e domiciliado na Linha Cristo Rei, interior, município de São João do Oeste – SC, resolvem firmar o presente CONTRATO DO PROGRAMA "GESTÃO AMBIENTAL", conforme cláusulas e condições seguintes:

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Cláusula 1ª. Aplica-se ao presente Contrato de Programa as disposições da legislação federal de licitações, concessões de serviços públicos e de consórcios públicos - Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005 e ao Decreto nº 6.017/2007, bem com Lei Municipal de Ratificação do Consórcio Público.

Parágrafo único - O Contrato de Programa é celebrado com dispensa de licitação, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

### **DO OBJETO**

Cláusula 3ª. O presente contrato tem como objeto a gestão associada dos serviços públicos de Gestão Ambiental no licenciamento, monitoramento, controle, inspeção e fiscalização ambiental das atividades de impacto local, bem como no desenvolvimento, articulação e implementação de ações e projetos de conservação e preservação do meio ambiente, de uso sustentável e de redução dos impactos da ação humana nos ecossistemas naturais.

Parágrafo único - A área de prestação dos serviços objeto do presente Contrato de Programa corresponderá ao território do município con-sorciado contratante.

### **DO REGIME DE EXECUÇÃO**

Cláusula 5ª - A gestão associada dos serviços públicos de Gestão Ambiental no licenciamento, monitoramento, controle, inspeção e fiscalização ambiental das atividades de impacto local e demais atividade estabelecidas na cláusula 3ª será executada de forma parcial pelo

CONDER, consistindo na elaboração de estudos, pareceres, ações, programas e projetos, com vistas ao assessoramento técnico, planejamento integrado, controle e/ou execução de atividades do órgão ambiental local.

Parágrafo único - Para a consecução da gestão associada tratada neste instrumento, o município de SÃO JOÃO DO OESTE transfere ao CONSÓRCIO o exercício parcial das competências de planejamento, de gestão ou execução dos serviços públicos, praticando os demais atos de sua competência e/ou necessidade.

#### DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

Cláusula 7ª - Para fins de implantação e manutenção da gestão associada prevista neste Contrato de Programa, o CONDER, diante de suas necessidades e enquanto estiver em vigência o presente contrato, poderá promover a aquisição e/ou contratação de equipe técnica, bens e serviços necessários à prestação dos serviços objeto deste instrumento.

Parágrafo primeiro - As despesas decorrentes da implantação e manutenção dos serviços objetos do presente contrato serão custeados pelos municípios consorciados que aderirem ao programa de GESTÃO AMBIENTAL por meio de contrato de rateio ou mediante pagamento dos bens e serviços adquiridos e/ou contratados, dispensada licitação nos termos da lei, de acordo com os valores estabelecidos em Assembleia Geral;

Parágrafo segundo - O município consorciado que aderir ao Programa GESTÃO AMBIENTAL poderá transferir total ou parcialmente, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços disponibilizados pelo CONDER;

Parágrafo terceiro - O município consorciado que aderir ao Programa GESTÃO AMBIENTAL fica obrigado a aceitar as deliberações da Assembleia Geral do CONDER quanto às condições de prestação dos serviços objeto do presente contrato.

Parágrafo quarto: Para cumprir com suas finalidades, o CONDER, através do Programa GESTÃO AMBIENTAL poderá:

- I – adquirir e/ou receber em doação ou cessão de uso, os bens que entender necessários, os quais integrarão seu patrimônio;
- II - firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções de outras entidades e órgãos governamentais ou da iniciativa privada;
- III - realizar licitações em nome dos municípios consorciados e que integram o Programa GESTÃO AMBIENTAL mediante autorização do município, viabilizando o cumprimento dos objetivos do presente contrato de programa;
- IV - efetuar credenciamento e/ou licitação para contratação de serviços e insumos necessários ao regular desenvolvimento das atividades afetas ao Programa GESTÃO AMBIENTAL;
- V - contratar e ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes consorciados, dispensada a licitação nos termos do art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93;
- VI – outorgar concessão, permissão ou autorização da prestação dos serviços de acordo com as normas estabelecidas neste Contrato de Programa.

#### DA TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

Cláusula 8ª - A fim de garantir a transparência da gestão econômica e financeira do objeto deste contrato, serão estritamente observadas as disposições constantes no Protocolo de Intenções e alterações contratuais do Consórcio Público, sendo que o CONDER deverá, especialmente:

- I – elaborar e encaminhar aos municípios que aderirem ao programa GESTÃO AMBIENTAL relatórios anuais quanto aos serviços prestados, fazendo neles constar um resumo geral das atividades e valores;
- II – disponibilizar aos municípios que aderirem ao programa GESTÃO AMBIENTAL as informações contábeis e demonstrações financeiras, exigidas segundo a legislação pertinente, relativas ao desenvolvimento e ao cumprimento do objeto;
- III – realizar as publicações legais previstas especialmente quanto à gestão econômica e financeira dos serviços objeto do contrato;
- IV – realizar a prestação de contas anuais, conforme determina as normas legais em vigor;
- V – fornecer informações e certidões solicitadas por qualquer cidadão.

Parágrafo primeiro: A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do Conselho Fiscal do Consórcio Público, de representantes dos municípios que aderirem ao programa GESTÃO AMBIENTAL da Casa Legislativa dos municípios que aderirem ao programa GESTÃO AMBIENTAL e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo segundo: O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER fica autorizado a emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de taxas, tarifas e outros preços públicos pela prestação dos serviços previstos neste instrumento.

#### DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula 9ª - Sem prejuízo das atribuições dispostas nas demais cláusulas, é de responsabilidade do CONDER:

- I - promover a gestão técnico-administrativa, executando direta ou indiretamente todos os serviços necessários para o cumprimento das finalidades deste instrumento;
- II - contabilizar os recursos recebidos e os créditos decorrentes deste contrato de rateio, fornecendo recibo dos depósitos efetuados em conta corrente pelos municípios que aderirem ao programa GESTÃO AMBIENTAL
- III - Aplicar os recursos recebidos exclusivamente na manutenção das finalidades previstas neste instrumento;
- IV - facilitar o acompanhamento e a fiscalização de todas as atividades objeto do presente instrumento pelos municípios consorciados que aderirem ao Programa GESTÃO AMBIENTAL
- V - fornecer todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados, inclusive prestando contas na forma da Lei.

Cláusula 10 - Além das demais obrigações e responsabilidades constantes da Legislação, deste instrumento, do Estatuto do CONDER e do Contrato de Consórcio Público e suas alterações, é de responsabilidade do município de SÃO JOÃO DO OESTE:

- I - transferir os recursos financeiros necessários para a implantação e manutenção dos serviços pertinentes ao programa GESTÃO AMBIENTAL sejam aqueles estabelecidos em contrato de rateio ou aqueles estabelecidos em Assembleia Geral do Consórcio
- II - inscrever em seu passivo permanente os valores a serem repassados na eventualidade de não observância dos prazos fixados para repasse, assegurando o pagamento futuro e a correta demonstração contábil do débito;
- III - fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do objeto do presente instrumento;
- IV - acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações estabelecidas.

#### DA TRANSFERÊNCIA DE BENS E PESSOAL

Cláusula 11 - Fica estabelecido que os municípios que aderirem ao programa GESTÃO AMBIENTAL poderão transferir bens e pessoal para a execução dos serviços objeto do presente contrato, observada a legislação em vigor.

Parágrafo primeiro: A transferência de pessoal deverá ser sem qualquer ônus para o Consórcio Público, podendo os custos serem compensados pelos valores devidos ao Consórcio pela execução do objeto do contrato.

Parágrafo segundo: Os bens transferidos pelos municípios que aderirem ao programa GESTÃO AMBIENTAL serão revertidos na extinção deste contrato, garantidos os direitos de exploração pelo Consórcio Público, durante sua vigência, a quem incumbe a sua manutenção.

#### DA RESPONSABILIZAÇÃO

Cláusula 12 - O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER e/ou seu Secretário Executivo não responde pessoalmente, pelo descumprimento das obrigações decorrentes deste Contrato de programa.

Parágrafo único: O disposto nesta cláusula não se aplica aos atos praticados em desconformidade com a legislação, com o Protocolo de Intenções, Contrato de Consórcio Público e alterações e Estatuto do Consórcio.

#### DA VIGÊNCIA

Cláusula 13 - O presente Contrato de Programa entra em vigor na data de sua assinatura e vigorará por prazo indeterminado.

#### DO ADITAMENTO

Cláusula 14 - Este contrato de programa poderá ser alterado por decisão das partes, por meio de assinatura de termo aditivo.

#### DA INADIMPLÊNCIA

Cláusula 15 - O município consorciado que aderir ao programa GESTÃO AMBIENTAL e que se encontrar em situação de inadimplência com o Consórcio Público será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação, sendo suspensos os serviços do consórcio ao respectivo ente consorciado até a regularização da dívida.

Parágrafo único: Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de 06 (seis) meses, o município consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação da Assembleia Geral, observadas as disposições legais e regulamentares.

#### DA RESCISÃO

Cláusula 16 - O presente contrato de programa poderá ser rescindido por:

- I – descumprimento de qualquer das obrigações para execução do objeto;
- II – superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne, formal ou materialmente, inexigível;
- III – ato unilateral com comprovada motivação jurídica e/ou legal, mediante aviso prévio da parte que dele se desinteressar com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, respeitando as obrigações constantes em contrato de rateio.

#### DO FORO

Cláusula 17 - As partes elegem o Foro da Comarca de São Miguel do Oeste – SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 18 - As demais questões aqui não disciplinadas serão resolvidas consoante as disposições do Contrato de Consórcio Público e alterações posteriores, do Estatuto Social do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER e das normas da Lei nº 11.107/2005, bem como pelas deliberações tomadas em Assembleia Geral.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo qualificadas.

São Miguel do Oeste,....de ..... de 2019  
GENÉSIO BRESSIANI FERNANDO BISIGO



Presidente CONDER Prefeito de São João do Oeste  
Prefeito de Belmonte

Testemunhas:

Nome: Jussara Reginatto  
CPF: 044.056.609-64

Nome:  
CPF:

CONTRATO DE RATEIO Nº ...../2019

“Contrato de Rateio celebrado entre o Município de SÃO JOÃO DO OESTE e o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER”.

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 80.911.936/0001-03, com sede na Rua Encantado, nº 66, centro, neste ato representado por seu gestor de contratos e Prefeito Municipal Sr. FERNANDO BISIGO, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob o nº 028.483.129-80, residente e domiciliado na Linha Cristo Rei, interior, município de São João do Oeste – SC, ora doravante denominado CONTRATANTE, e

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL-CONDER, entidade com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 23.773.012/0001-54, com sede na Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, centro, município de São Miguel do Oeste, neste ato representado pelo seu presidente Sr. GENÉSIO BRESSIANI, prefeito municipal de Belmonte, portador da Carteira de Identidade nº 1.853.258, inscrito no CPF sob o nº 707.799.379-53, residente e domiciliado na Rua Maurício Cardoso, nº 431, centro, município de Belmonte, SC, ora doravante denominado CONTRATADA, resolvem firmar o presente CONTRATO DE RATEIO com o objetivo de estruturar e manter o PROGRAMA GESTÃO AMBIENTAL, oferecido pelo CONDER, tendo como base legal a Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005 e ao Decreto nº 6.017/2007, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, Lei Municipal de Ratificação do Consórcio Público, Contrato de Programa, conforme cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem como objeto disciplinar o rateio dos recursos necessários à estruturação e manutenção do Programa de “Gestão Ambiental” que prevê sobre a gestão associada dos serviços públicos no licenciamento, monitoramento, controle, inspeção e fiscalização ambiental das atividades de impacto local, bem como no desenvolvimento, articulação e implementação de ações e projetos de conservação e preservação do meio ambiente, do uso sustentável e de redução dos impactos da ação humana nos ecossistemas naturais do município de SÃO JOÃO DO OESTE através do CONDER no exercício fiscal de 2019.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. A gestão associada dos serviços públicos de licenciamento, monitoramento, controle, inspeção e fiscalização ambiental das atividades de impacto local, bem como no desenvolvimento, articulação e implementação de ações e projetos de conservação e preservação do meio ambiente, do uso sustentável e de redução dos impactos da ação humana nos ecossistemas naturais será executada de forma parcial pelo CONDER, consistindo na elaboração de estudos, pareceres, ações, programas e projetos, com vistas ao assessoramento técnico, planejamento integrado, controle e/ou execução de atividades do órgão ambiental local.

2.2. Para a consecução da gestão associada tratada neste instrumento, o município de SÃO JOÃO DO OESTE transfere ao CONDER o exercício parcial das competências de planejamento, de gestão ou execução dos serviços públicos, praticando os demais atos de sua competência e/ou necessidade.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE RATEIO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O rateio dos recursos necessários à estruturação e manutenção do Programa de “Gestão Ambiental” entre o município de SÃO JOÃO DO OESTE e o CONDER para a gestão associada do objeto deste contrato, conforme deliberação e aprovação de Assembleia, e se dará mediante aporte inicial R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), e parcelas mensais que foram fixadas através da estipulação de um valor fixo R\$ 1.000,00 (mil reais) acrescido pelo critério da proporção populacional, tendo fonte pesquisa estimada do IBGE 2018 de R\$ 0,20 (vinte centavos) por habitante o que equivale a R\$ 2.271,80 (dois mil, duzentos e setenta e sete reais e oitenta centavos).

3.2. O valor correspondente ao aporte inicial será pago em apenas uma parcela cujo valor deverá ser repassado até o dia 10/09/2019, enquanto os valores fixos mensais serão pagos mensalmente até o 10º dia de cada mês, iniciando em setembro até dezembro de 2019, sob a forma de depósito em conta corrente, no Banco do Brasil, Agência nº 0599-1, Conta corrente nº 52571-5 de titularidade do CONDER, que fornecerá recibo mensalmente com os dados correspondente a esse contrato.

3.3. A falta de repasse dos valores constante do presente contrato poderá ensejar a aplicação de multa e a cobrança de juros de mora, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas em Lei ou no Estatuto do CONDER, Contrato de Consórcio Público e suas alterações.

3.4. Na eventualidade de não observância dos prazos de repasses pelo município de SÃO JOÃO DO OESTE este deverá inscrever em seu passivo permanente os valores a serem repassados.



3.5. Outras despesas não previstas, necessárias à consecução do objeto deste instrumento ficam condicionadas a aprovação em Assembleia do CONDER e deverão ser objeto de termo aditivo ao presente contrato de rateio.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

4.1. O presente Contrato de Rateio terá início de vigência a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2019, com execução de pagamentos durante os meses de setembro a dezembro de 2019.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

5.1. Para consecução do objeto deste contrato considerar-se-á para o exercício de 2019 o valor total de R\$ 14.087,20 (quatorze mil, oitenta e sete reais e vinte centavos) compreendendo a previsão necessária para a estruturação e manutenção das atividades contempladas no objeto deste contrato, com o seguinte desdobramento:

- a título de aporte inicial parcela única no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) que deverá ser pago até a data de 10 de setembro de 2019;  
- a título de parcelas mensais o valor total de R\$ 9.087,20 (nove mil, oitenta e sete reais e vinte centavos), a ser pago em 04 (quatro) parcelas nas seguintes datas e valores:

1ª parcela – valor de R\$ 2.271,80 (dois mil, duzentos e setenta um reais e oitenta centavos) com vencimento em 10/09/2019;

2ª parcela – valor de R\$ 2.271,80 (dois mil, duzentos e setenta um reais e oitenta centavos) com vencimento em 10/10/2019;

3ª parcela – valor de R\$ 2.271,80 (dois mil, duzentos e setenta um reais e oitenta centavos) com vencimento em 10/11/2019;

4ª parcela – valor de R\$ 2.271,80 (dois mil, duzentos e setenta um reais e oitenta centavos) com vencimento em 10/12/2019;

#### CLÁUSULA SEXTA – DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes da transferência financeira previstas no presente contrato de rateio correrão por conta das dotações orçamentárias próprias constantes do orçamento do município de SÃO JOÃO DO OESTE vigentes para o exercício financeiro de 2019, nas seguintes rubricas orçamentárias:

- Aporte inicial de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) - parcela única:

RUBRICA	ESPECIFICAÇÃO DAS DESPESAS	PERCENTUAL (%)	VALOR TOTAL (R\$)
4.4.71	Transferência a consórcios públicos - Investimentos	100%	5.000,00

- Parcelas mensais de R\$ 2.271,80 (dois mil, duzentos e setenta um reais e oitenta centavos):

RUBRICA	ESPECIFICAÇÃO DAS DESPESAS	PERCENTUAL (%)	VALOR MENSAL R\$
3.1.71	Transferência a consórcio públicos – Pessoal	30%	681,54
3.3.71	Transferência a consórcios públicos – Manutenção	45%	1.022,31
4.4.71	Transferência a consórcios públicos - Investimentos	25%	567,95
TOTAL		100%	2.271,80

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. Sem prejuízo das atribuições dispostas nas demais cláusulas, fica desde já o CONDER responsável por:

- Promover a gestão técnico-administrativa, executando direta ou indiretamente todos os serviços necessários para o cumprimento das finalidades deste instrumento;
- Contabilizar os recursos recebidos e os créditos decorrentes deste contrato de rateio, fornecendo recibo dos depósitos efetuados em conta corrente pelo município de SÃO JOÃO DO OESTE;
- Aplicar os recursos recebidos exclusivamente na manutenção das finalidades previstas neste instrumento;
- Facilitar o acompanhamento e a fiscalização de todas as atividades objeto do presente instrumento;
- Fornecer todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados, inclusive prestando contas na forma da Lei.

7.2. Além das demais obrigações e responsabilidades constantes da Legislação, deste instrumento, do Estatuto do CONDER, Contrato de Consórcio Público e suas alterações, fica o município de SÃO JOÃO DO OESTE desde já responsável por:

- Efetuar o pagamento mensal de sua cota de rateio, nos termos estipulados neste contrato;
- Designar servidor para responder pelo órgão ambiental municipal com quem o CONDER manterá todos os contatos pertinentes ao Programa "Gestão Ambiental"
- Inscrever em seu passivo permanente os valores a serem repassados na eventualidade de não observância dos prazos fixados para repasse, assegurando o pagamento futuro e a correta demonstração contábil do débito;
- Fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1. Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, o CONDER deve

fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do Município de SÃO JOÃO DO OESTE todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio.

#### CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1. Sem prejuízo do previsto no art. 87 da Lei nº 8.666/93, o Município de SÃO JOÃO DO OESTE ficará sujeito à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato em caso de inadimplência, sendo suspensos os serviços até a regularização da dívida.

9.2. Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de 60 (sessenta) dias, o Município de SÃO JOÃO DO OESTE poderá ser excluído do Programa de "Gestão Ambiental" sendo que a exclusão não exime o município do pagamento dos valores constantes neste contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Miguel do Oeste, SC, para dirimir quaisquer dúvidas e/ou procedimentos relacionados com o cumprimento deste contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. As demais questões serão resolvidas consoante às disposições do Estatuto Social, Contrato de Consórcio Público e posteriores alterações do CONDER e das normas da Lei Federal nº 11.107/2005, bem como pelas deliberações tomadas em Assembleia Geral.

E por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.

São João do Oeste/SC ..... de ..... de 2019  
GENÉSIO BRESSIANI FERNANDO BISIGO  
Presidente do CONDER Prefeito de São João do Oeste  
Prefeito de Belmonte

#### TESTEMUNHAS:

Nome: \_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

### LEI 1819 - PROJETO - SUPLEMENTA 20-08

Publicação Nº 2131372

LEI Nº 1.819/19, DE 21/08/2019.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REDUZIR SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE, SUPLEMENTAR DOTAÇÕES COM SALDOS INSUFICIENTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e que ele sanciona e promulga a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal devidamente autorizado a reduzir saldos de dotações orçamentárias no orçamento vigente, até o valor de R\$ 654.000,00 (seiscentos e cinquenta e quatro mil reais), segundo classificações abaixo discriminadas:

Órgão: 05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Unid. Orçam.: 05.01 – Setor de Ensino Fundamental

Atividade: 1.021 – Obras de Construção/Adaptação/Reformas Escolas do Ensino Fundamental

Elemento: 4.4.90.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas ..... (001) R\$ 30.000,00

Elemento: 4.4.90.00.00.00.0302 – Aplicações Diretas ..... (055) R\$ 50.000,00

Atividade: 1.023 – Aquisição de Veículos para o Ensino Fundamental

Elemento: 4.4.90.00.00.00.0302 – Aplicações Diretas ..... (058) R\$ 20.000,00

Atividade: 2.074 – Magistério do Ensino Infantil - Pré-Escolar

Elemento: 3.1.90.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas ..... (024) R\$ 90.000,00

Elemento: 3.1.90.00.00.00.0018 – Aplicações Diretas ..... (025) R\$ 90.000,00

Unid. Orçam.: 05.02 – Setor de Ensino Infantil

Atividade: 2.078 – Manutenção da Creche Municipal

Elemento: 3.1.90.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas ..... (036) R\$ 100.000,00

Unid. Orçam.: 05.04 – Setor de Ensino Médio e Superior

Atividade: 2.085 – Apoio ao Ensino Superior

Elemento: 3.3.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas ..... (053) R\$ 15.000,00

Órgão: 08.00 – SECRETARIA DE URBANISMO, ÁGUA E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unid. Orçam.: 08.03 – Departamento de Abastecimento de Água

Atividade: 1.013 – Ampliação/Adaptação dos Sistemas de Captação e Distribuição de Água

Elemento: 4.4.90.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas ..... (089) R\$ 169.000,00

Atividade: 2.025 – Manutenção Setor dos Serviços Urbanos

Elemento: 3.1.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas ..... (072) R\$ 70.000,00

Órgão: 11.00 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Unid. Orçam.: 11.01 – Atividades de Atenção Básica em Saúde

Atividade: 1.020 – Aquisição de Veículos para o Fundo Municipal de Saúde

Elemento: 4.4.90.00.00.00.0003 – Aplicações Diretas ..... (003) R\$ 20.000,00

Art. 2º. Os recursos até o valor de R\$ 654.000,00 (seiscentos e cinquenta e quatro mil reais), originados da redução constante do Artigo anterior, serão levados à suplementação, segundo classificação abaixo discriminada:

Órgão: 05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Unid. Orçam.: 05.01 – Setor de Ensino Fundamental

Atividade: 1.023 – Aquisição de Veículos para o Ensino Fundamental

Elemento: 4.4.90.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas ..... (004) R\$ 20.000,00

Atividade: 2.069 – Magistério do Ensino Fundamental

Elemento: 3.1.90.00.00.00.0018 – Aplicações Diretas ..... (006) R\$ 90.000,00

Unid. Orçam.: 05.02 – Setor de Ensino Infantil

Atividade: 1.024 – Obras de Construção/Adaptação/Reformas Escolas do Ensino Infantil

Elemento: 4.4.90.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas ..... (020) R\$ 30.000,00

Unid. Orçam.: 05.03 – Setor de Merenda Escolar

Atividade: 2.079 – Alimentação Escolar para o Ensino Fundamental

Elemento: 3.3.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas ..... (042) R\$ 5.000,00

Atividade: 2.080 – Alimentação Escolar para o Ensino Pré-Escolar

Elemento: 3.3.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas ..... (044) R\$ 5.000,00

Unid. Orçam.: 05.04 – Setor de Ensino Médio e Superior

Atividade: 2.084 – Apoio ao Ensino Médio/Técnico Profissionalizante

Elemento: 3.3.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas ..... (052) R\$ 5.000,00

Órgão: 08.00 – SECRETARIA DE URBANISMO, ÁGUA E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unid. Orçam.: 08.01 – Departamento de Urbanismo

Atividade: 1.009 – Obras de Pavimentação Asfáltica e Calçamento de Vias Públicas

Elemento: 4.4.90.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas ..... (072) R\$ 169.000,00

Atividade: 2.025 – Manutenção Setor dos Serviços Urbanos

Elemento: 3.1.90.00.00.00.0301 – Aplicações Diretas ..... (000) R\$ 70.000,00

Órgão: 11.00 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Unid. Orçam.: 11.01 – Atividades de Atenção Básica em Saúde

Atividade: 2.035 – Atividades dos Programas SF - ACS e SB

Elemento: 3.1.90.00.00.00.0003 – Aplicações Diretas ..... (004) R\$ 150.000,00

Atividade: 2.037 – Serviços de Atenção Básica em Saúde

Elemento: 3.3.90.00.00.00.0003 – Aplicações Diretas ..... (017) R\$ 50.000,00

Atividade: 2.038 – Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Elemento: 3.3.90.00.00.00.0003 – Aplicações Diretas ..... (024) R\$ 60.000,00

Art. 3º. Decreto do Poder Executivo regulamentará a presente matéria na forma da Lei Federal nº. 4.320/64.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

São João do Oeste, 21 de agosto de 2019.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

**PORTARIA 104/2019 - CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSOR II**

Publicação Nº 2131081

**ATOS DO PODER EXECUTIVO**

PORTARIA Nº 104 DE 08 DE AGOSTO DE 2019.

CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSOR II E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal nº 881/05 de 30 de novembro de 2005.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder afastamento por licença maternidade, conforme atestado médico, a partir de 02 de agosto de 2019, à servidora municipal Sra. ROSELEI SCHÜTZ, brasileira, matrícula funcional nº 786/2014, ocupante do cargo de professor II, pelo período de 120 dias.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos à 02 de agosto de 2019.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de São João do Oeste, 08 de agosto de 2019.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

**PORTARIA 105/2019 - ADMITIR ATRAVÉS DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO, SERVIDORA PARA FUNÇÃO ACT DE PROFESSOR.**

Publicação Nº 2131085

**ATOS DO PODER EXECUTIVO**

PORTARIA Nº. 105 DE 08 DE AGOSTO DE 2019.

ADMITIR ATRAVÉS DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO, SERVIDORA PARA FUNÇÃO ACT DE PROFESSOR.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Art. 190 da Lei 881/05 de 30 de novembro de 2005, tendo em vista o resultado do processo seletivo aberto pelo edital nº 006/2018 de 27 de junho de 2018.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Admitir em Caráter Temporário a Sra. GRACIELY KUHN, brasileira, portadora da cédula de identidade nº 5.21.193, inscrita no CPF sob nº 084.006.079-37, para a função ACT de Professor, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pelo período compreendido de 09 de agosto de 2019 – até – 29 de novembro de 2019 ou, enquanto perdurar a vacância do cargo, pelo regime Jurídico Estatutário Próprio e Regime Geral de Previdência Social, em substituição a Sra. Roselei Sch-tz que está afastada por licença maternidade.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de São João do Oeste, 08 de agosto de 2019.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

**PORTARIA 106/2019 - ADMITIR ATRAVÉS DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO, SERVIDORA PARA FUNÇÃO ACT DE PROFESSOR.**

Publicação Nº 2131087

**ATOS DO PODER EXECUTIVO**

PORTARIA Nº. 106 DE 08 DE AGOSTO DE 2019.

ADMITIR ATRAVÉS DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO, SERVIDORA PARA FUNÇÃO ACT DE PROFESSOR.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Art. 190 da Lei 881/05 de 30 de novembro de 2005, tendo em vista o resultado do processo seletivo aberto pelo edital nº 006/2018 de 27 de junho de 2018.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Admitir em Caráter Temporário a Sra. DÉBORA ALANA FLACH, brasileira, portadora da cédula de identidade nº 6.001.110, inscrita no CPF sob nº 094.160.279-60, para a função ACT de Professor, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo regime Jurídico Estatutário Próprio e Regime Geral de Previdência Social.

Parágrafo único. A contratação de que trata o caput deste artigo, é em decorrência de afastamento de servidora titular do cargo, e perdurará

até que a mesma retorne a suas atividades normais, ou até a data limite de 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de São João do Oeste, 08 de agosto de 2019.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

## **PORTARIA 107/2019 - ADMITIR ATRAVÉS DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO, SERVIDORA PARA FUNÇÃO ACT DE PROFESSOR NÃO HABILITADO.**

Publicação Nº 2131090

### **ATOS DO PODER EXECUTIVO**

PORTARIA Nº. 107 DE 09 DE AGOSTO DE 2019.

ADMITIR ATRAVÉS DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO, SERVIDORA PARA FUNÇÃO ACT DE PROFESSOR NÃO HABILITADO.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Lei 1.433/12 de 05 de junho de 2012 e, tendo em vista o resultado do processo seletivo simplificado aberto pelo edital nº 001/2019 de 29 de janeiro de 2019. RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em Caráter Temporário a Sra. VEREDIANA SEBERINO, brasileira, portadora da cédula de identidade nº 4.500.718, inscrita no CPF sob nº 045.864.719-56, para a função ACT de Professor não habilitado, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo período compreendido de 09 de agosto de 2019 – até – 13 de dezembro de 2019, pelo regime Jurídico Estatutário Próprio e Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de São João do Oeste, 09 de agosto de 2019.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

## **PORTARIA 108/2019 - INSTAURA SINDICÂNCIA E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 2131099

### **ATOS DO PODER EXECUTIVO**

PORTARIA Nº. 108 DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

INSTAURA SINDICÂNCIA E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, com fulcro no Art. 145 da Lei 881/05 de 30 de novembro de 2005;

Considerando comunicação verbal direcionada ao Prefeito Municipal relatando possível acidente de trânsito com maquinário do município; Considerando o boletim de ocorrência com registro nº 0318952/2019–BO-00445.2019.0000337, como também, as fotos enviadas ao Prefeito Municipal demonstrando as avarias no carro do terceiro envolvido no acidente de trânsito;

Considerando que é dever da administração pública, apurar fatos que contenham indícios de infrações disciplinares cometidas por servidores públicos;

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a instauração de sindicância, para apurar possíveis irregularidades na inobservância no dever funcional do servidor Adílio José Anschau, lotado na secretaria de Transportes e Obras, sobre os fatos noticiados no Boletim de Ocorrência nº 0318952/2019–BO-00445.2019.0000337.

Art. 2º. Designa para apuração dos fatos, a comissão permanente de sindicâncias e de processos administrativos disciplinares, instituída no Decreto nº 042/18, de 18/04/2018.

Art. 3º. A Comissão ora nomeada, terá o prazo de 30 (trinta) dias para concluir a apuração dos fatos, dando ciência dos mesmos à administração Municipal.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de São João do Oeste, 15 de agosto de 2019.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

## **PORTARIA 109/2019 - DESIGNA SERVIDOR MUNICIPAL COMO RESPONSÁVEL PELOS ADIANTAMENTOS DE NUMERÁRIOS.**

Publicação Nº 2131105

PORTARIA Nº. 109 DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

DESIGNA SERVIDOR MUNICIPAL COMO RESPONSÁVEL PELOS ADIANTAMENTOS DE NUMERÁRIOS E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, considerando o constante na Instrução Normativa do Tribunal de Contas nº 14/2012, que estabelece critérios para a organização da prestação de contas e recursos concedidos a qualquer título;

CONSIDERANDO os termos da Lei Municipal 613 de 24 de setembro de 2001 – “Dispõe sobre a Concessão de Adiantamentos a Servidores e Agentes Políticos do Município de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina e dá outras providências”;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor Sr. DANIEL CLEISON VEIT, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 2.454.594, inscrito no CPF sob nº 025.902.269-18, ocupante do cargo de provimento efetivo de motorista setor de saúde, matrícula funcional nº 369, como responsável pelos adiantamentos de numerários destinados a suportar as despesas do próprio servidor, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social.

Parágrafo único. A designação de que trata o caput deste artigo, confere-lhe plenos poderes de assinatura e gestão da conta pública nº 32.356-0, agência nº 3072, sob titularidade do Fundo Municipal de Saúde de São João do Oeste, CNPJ: 11.418.721/0001-32.

Art. 2º. Esta portaria não conta com ônus aos cofres públicos.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de São João do Oeste, 15 de agosto de 2019.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

## **PP 07.19 FMS - TELEFONIA FIXA**

Publicação Nº 2131380

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2019

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Contratação de empresa para instalação de telefonia digital fixa na secretaria de Saúde do município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item

Recebimento dos envelopes da proposta e documentos até as 14:00 horas do dia 03 de setembro de 2019 e julgamento no mesmo dia e horário na Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, no e-mail [compras@saojoao.sc.gov.br](mailto:compras@saojoao.sc.gov.br) e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site do município [www.saojoao.sc.gov.br](http://www.saojoao.sc.gov.br). São João do Oeste, SC, 22 de agosto de 2019. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL.



# São João do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 057 DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2131604

DECRETO N.º 057 DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

REGULAMENTA OS PROCEDIMENTOS DE CONCESSÃO DAS LICENÇAS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DE QUE TRATA O ART. 66 DA LEI Nº 1.063, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2002, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO E REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL E O ART. 78 E SEQUINTE DA LEI COMPLEMENTAR N.º 05 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS E CARREIRA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 55, da Lei Orgânica do Município de São João do Sul e, em observância ao Art. 157 da Lei Municipal n.º 1.063, de 01 de novembro de 2002;

Considerando o volume de afastamentos e faltas, mediante a apresentação de atestados médicos que demandam diariamente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal;

Considerando a necessidade premente da Administração Pública Municipal de tomar as medidas necessárias para melhor avaliar as reais condições de saúde de seus servidores, através da competente avaliação médica;

Considerando que essa inspeção médica deve ser de cunho oficial;

Considerando que esses afastamentos trazem prejuízos ao erário público e, principalmente, para aqueles de prestação de serviços públicos essenciais e;

Considerando finalmente, que é obrigação da Administração Pública zelar pela melhoria na qualidade de seus serviços públicos oferecidos a população em geral,

#### DECRETA:

Art. 1º Os atestados médicos têm objetivo de justificar e/ou abonar as faltas do servidor público ao serviço em decorrência de incapacidade para o trabalho motivado por doença ou acidente de trabalho.

Art. 2º O servidor que por motivo de saúde estiver impossibilitado para o exercício do cargo, informará ao seu superior imediatamente a ocorrência de problemas de saúde que demande o referido afastamento/licença, além de entregar o atestado médico no prazo de 24 (vinte e quatro) horas no Departamento de Recursos Humanos do Município.

§ 1º No impedimento do servidor, as providências constantes do caput deste artigo, deverão ser tomadas por pessoa da família do servidor ou por terceiros.

§ 2º Os atestados médicos deverão ser emitidos obrigatoriamente por profissional médico ou odontólogo, sendo que nos atestados deve constar de forma legível:

I - o nome completo do servidor; o dia e horário da consulta;

II - local do atendimento;

III - número do CID (se autorizado pelo servidor);

IV - o número de dias do afastamento (numérico e por extenso);

V - carimbo profissional (contendo nome e número do registro do conselho de classe do profissional que efetuou o atendimento);

VI - assinatura do emitente;

VII - assinatura no verso do atestado, pelo chefe imediato, com carimbo do mesmo.

Art. 3º O servidor que apresentar atestado médico para afastamento por período superior 03 (três) dias deve ser submetido à perícia oficial, conforme art. 67 da Lei nº 1.063/2002 e art. 81, §3º da Lei Complementar n.º 05, de 23 de dezembro de 2009, a ser realizada por médico formalmente designado pelo Município, destinada a fundamentar as decisões da administração no tocante ao disposto neste Decreto, mediante os seguintes procedimentos:

I - O Departamento de Recursos Humanos encaminhará ao servidor para o agendamento da perícia oficial;

II - O servidor deverá comparecer no dia, hora e local marcado para perícia e apresentar além do atestado original, documentos comprobatórios, tais como: receitas, exames complementares e relatórios médicos pertinentes à(s) doença(s) que o acometem;

III - O médico perito emitirá laudo dispondo sobre a veracidade do estado de saúde e capacidade laboral do servidor, bem como, número de dias necessários de afastamento ao trabalho, que se possível, entregará no ato ao servidor, devolvendo os demais documentos apresentados pelo mesmo;

IV - O servidor entregará em até 12 (doze) horas após a perícia, o laudo pericial e o atestado médico no Departamento de Recursos Humanos do Município, que decidirá sobre o indeferimento ou concessão da Licença por período não superior a 15 (quinze) dias, de conformidade com o laudo pericial.

§ 1º Atestados que, somados, compreendam mais de 3 (três) dias no mês, deverão cumprir o disposto no caput deste artigo, devendo o servidor, apresentá-los, quando da realização da Perícia Oficial.

§ 2º Nos casos em que o afastamento do servidor for sucessivo, os dias intercalados, compreendendo sábados, domingos, feriados e aqueles em que não haja expediente, serão igualmente computados, para fins de emissão de Perícia Oficial do Município.

§ 3º A não apresentação do atestado no prazo estabelecido no art. 2º, salvo por motivo justificado, caracterizará falta ao serviço, nos termos do art. 66, §3º, da Lei nº 1.063, de 01 de novembro de 2002.

Art. 4º A validade do atestado médico será sustada quando:

I - o servidor, comprovadamente, não se submeter ao tratamento indispensável à sua recuperação;



II - for comprovado o exercício de alguma atividade laborativa e/ou incompatível com o seu estado de saúde no decurso de validade do atestado médico;

III - não for comprovada a patologia que originou o afastamento; e

IV - quando constatado em perícia médica que o pedido de afastamento não justifique a ausência do trabalho podendo ser conciliado o tratamento com o exercício das atividades laborativas.

Art. 5º O servidor, portador de atestado médico cujo período seja inferior ou igual a 3 (três) dias no mês, deverá entregá-lo no Setor de Recursos Humanos do Município, no primeiro dia de retorno ao trabalho e, este deverá ser avaliado com o registro de controle de frequência, ao final do mês, para efeito de abono.

Art. 6º Os 15 (quinze) primeiros dias contínuos ou somados dentro de um período de 60 (sessenta dias), serão pagos pelo Município de São João do Sul e, o restante dos dias ficará a cargo do INSS, encaminhando-se o servidor para aquele órgão a partir do 16º (décimo sexto) dia de afastamento, para fins de perícia médica.

Parágrafo único. Indeferido o benefício de auxílio-doença ao servidor pelo INSS, os dias serão computados como falta justificada, mas sem remuneração, cabendo ao servidor retornar as suas atividades de imediato.

Art. 7º A ausência do servidor por período de 1 (um) dia para acompanhar filhos menores de 16 (dezesesseis) anos, será permitida sem prejuízo da sua remuneração.

§ 1º A ausência remunerada de que trata o caput somente será autorizada 01 (uma) vez por trimestre.

§ 2º O servidor deverá apresentar declaração de acompanhamento em seu nome, emitido por profissional médico constando nome do paciente e o grau de parentesco, ao superior imediato, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 3º O atestado médico deverá constar obrigatoriamente o dia e horário da consulta e o número do CID (se autorizado pelo paciente), de forma legível.

§ 4º O atestado médico do acompanhante do filho menor de 16 (dezesesseis) anos, por período superior a 01 (um) dia, dentro do mesmo trimestre, será sem remuneração, considerado, entretanto, como justificada a ausência do servidor.

Art. 8º Os atestados e declarações de comparecimento em consulta, sessão de terapias e/ou exame, para efeito de abono de afastamento do trabalho, serão válidos somente para o período declarado no próprio documento, devendo ser considerado pela chefia imediata o tempo de deslocamento do servidor.

§ 1º De modo excepcional, caso não seja possível a realização da consulta e/ou exames de diagnósticos fora do horário de expediente do servidor, será abonado o período correspondente a realização da consulta ou exame e ao deslocamento do local de trabalho ao consultório e vice-versa, desde que haja o cumprimento de pelo menos 1/2 (metade) da jornada de trabalho diária e a apresentação de atestado médico referendado pela chefia imediata.

§ 2º Poderá ser substituída, a apresentação do atestado médico por declarações emitidas por laboratórios, unidades básicas de saúde ou profissionais legalmente habilitados.

Art. 9º Nas licenças para tratamento de saúde o tempo de afastamento indicado no atestado médico é apenas uma sugestão, sendo que o período de permanência em licença fica a critério soberano da perícia oficial do Município, podendo, a quantidade de dias, ser em número igual, superior ou inferior ao indicado no atestado.

Art. 10 Não serão aceitos atestados médicos referentes a cirurgias plásticas estéticas, com exceção das cirurgias plásticas reparadoras.

Art. 11 Fica vedado, o exercício de atividade remunerada, durante o período de concessão das licenças previstas neste decreto.

Art. 12 O não cumprimento dos requisitos e prazos previstos neste decreto ensejarão o apontamento de falta ao servidor, com o respectivo desconto em folha, das horas e dias não trabalhados e demais penalidades administrativas dela(s) decorrente(s), nos termos da Lei Municipal n.º 1.063, de 01 de novembro de 2002.

Art. 13 O Chefe do Executivo Municipal designará o médico perito do Município de São João do Sul, podendo contratar a prestação de serviços por pessoa física ou jurídica.

Art. 14 O não atendimento pelo servidor das normas estabelecidas neste Decreto, ensejará o indeferimento do pedido de afastamento.

Art. 15 As normas e procedimento constante deste Decreto deverão ser atendidos sem prejuízo aos demais requisitos constantes da Lei Municipal n.º 1.063, de 01 de novembro de 2002 - Estatuto e Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais e, da Lei Complementar n.º 05 de 23 de dezembro de 2009, que Dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras do Magistério Público Municipal.

Art. 16 As disposições constantes neste decreto aplicam-se aos servidores efetivos estáveis, em estágio probatório, servidores admitidos em caráter temporário (ACT) e ocupantes de cargo em comissão, integrantes do quadro profissional do Município de São João do Sul.

Art. 17 Fica revogado o Decreto n.º 044, de 22 de julho de 2019 e, demais disposições contrárias.

Art. 18. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 21 de agosto de 2019.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos vinte e um dias do mês de agosto de dois mil e dezenove.

TAISE DOS SANTOS ALVES  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 052 DE 21 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2131001

DECRETO Nº 052 DE 21 DE AGOSTO DE 2019

“Transpõe dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências”.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 5º da Lei nº 1847 de 12 de dezembro 2018 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a transposição de saldos no valor de R\$ 62.000,26 (sessenta e dois mil reais e vinte e seis centavos), para cobertura de dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, conforme seguem:

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0009.2022 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES BÁSICAS DE SAÚDE E EQUIPES DE PROGRAMAS DE SAÚDE BÁSICA

3.3.93.00.00.00.00.0085 – Aplicação Direta Decorrente de Op. entre Órgãos ..... R\$ 62.000,26

TOTAL ..... R\$ 62.000,26

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro, serão anuladas parcialmente as seguintes dotações orçamentárias:

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0009.2022 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES BÁSICAS DE SAÚDE E EQUIPES DE PROGRAMAS DE SAÚDE BÁSICA

3.1.90.00.00.00.00.0085 – Aplicações Diretas ..... R\$ 38.200,26

3.3.70.00.00.00.00.0085 – Transf. a Instituições Multigovernamentais Nacionais....R\$ 23.800,00

TOTAL ..... R\$ 62.000,26

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,

21 de agosto de 2019.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária Municipal de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 053 DE 21 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2131003

DECRETO Nº 053 DE 21 DE AGOSTO DE 2019

“Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências”.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1847 de 12 de dezembro 2018 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 612,39 (seiscentos e doze reais e trinta e nove centavos), para cobertura de dotações do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme seguem:

0501 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0010.2028 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

4.4.90.00.00.00.00.00.3110 – Aplicações Diretas ..... R\$ 601,61

0901 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS

26.782.0017.2042 – MANUTENÇÃO DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL.

4.4.90.00.00.00.00.00.3104 – Aplicações Diretas ..... R\$ 10,78

TOTAL ..... R\$ 612,39

Art. 2º - Para cobertura das dotações do artigo primeiro será utilizado superávit financeiro de recursos vinculados, verificados no exercício anterior, conforme seguem:

I – Alienação de Bens Educação, no valor de R\$ 601,61;

II – Alienação de Bens – Outros, no valor de R\$ 10,78;

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
21 de agosto de 2019.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária Municipal de Administração e Finanças

## DECRETO Nº 054 DE 21 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2131005

DECRETO Nº 054 DE 21 DE AGOSTO DE 2019

“Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências”.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º e 8º da Lei nº 1847 de 12 de dezembro 2018 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 8,43 (oito reais e quarenta e três centavos), para cobertura de dotações do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme seguem:

0501 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0010.2028 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

4.4.90.00.00.00.00.0110 – Aplicações Diretas ..... R\$ 8,28

0901 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS

26.782.0017.2042 – MANUTENÇÃO DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL.

4.4.90.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas ..... R\$ 0,15

TOTAL ..... R\$ 8,43

Art. 2º - Para cobertura das dotações do artigo primeiro será utilizado excesso de arrecadação de recursos vinculados, verificados no exercício corrente, conforme seguem:

I – Alienação de Bens Educação, no valor de R\$ 8,28;

II – Alienação de Bens – Outros, no valor de R\$ 0,15;

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
21 de agosto de 2019.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária Municipal de Administração e Finanças

## DECRETO Nº 055 DE 21 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2131008

DECRETO Nº 055 DE 21 DE AGOSTO DE 2019

“Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências”.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1847 de 12 de dezembro 2018 (Lei Orçamentária);

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), para cobertura de dotações do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme seguem:

**0501 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

12.361.0010.2027 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90.00.00.00.00.0101 – Aplicações Diretas ..... R\$ 10.415,06

12.361.0010.2028 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

4.4.90.00.00.00.00.0101 – Aplicações Diretas ..... R\$ 255,87

**0901 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS**

26.782.0017.2042 – MANUTENÇÃO DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL.

4.4.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas ..... R\$ 329,07

**TOTAL ..... R\$ 11.000,00**

Art. 2º - Para cobertura das dotações do artigo primeiro será utilizado recurso ordinário de excesso de arrecadação, verificado no exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
21 de agosto de 2019.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove.

TAISE DOS SANTOS ALVES  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 055 DE 21 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2131006

**DECRETO Nº 055 DE 21 DE AGOSTO DE 2019**

“Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências”.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1847 de 12 de dezembro 2018 (Lei Orçamentária);

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), para cobertura de dotações do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme seguem:

**0501 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

12.361.0010.2027 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90.00.00.00.00.0101 – Aplicações Diretas ..... R\$ 10.415,06

12.361.0010.2028 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

4.4.90.00.00.00.00.0101 – Aplicações Diretas ..... R\$ 255,87

**0901 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS**

26.782.0017.2042 – MANUTENÇÃO DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL.

4.4.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas ..... R\$ 329,07

**TOTAL ..... R\$ 11.000,00**

Art. 2º - Para cobertura das dotações do artigo primeiro será utilizado recurso ordinário de excesso de arrecadação, verificado no exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
21 de agosto de 2019.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove.

TAISE DOS SANTOS ALVES  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

# São Joaquim

## PREFEITURA

### TP 03/2019 FME

Publicação Nº 2131614

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO Nº 39/2019  
Tomada de Preços 03/2019

**OBJETO:**  
Contratação de empresa especializada para execução de reforma, construção e ampliação das Unidades Escolares Municipais, CEI Anibal Nezi da localidade de Despraiado, CEI Pericó da localidade de Pericó, e EBM CAIC Fúlvio Amarante Ferreira no Bairro Jardim Minuano.

Abertura dia: 10/09/2019  
Horário de Abertura: 09:30 horas

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93 em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj\_licitacao@hotmail.com ou ainda pelos sites <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> - Compras inf. (49)3233-6457.

São Joaquim, 21 de agosto de 2019

Departamento de Compras e Licitações

## CÂMARA MUNICIPAL

### CONTRATO Nº 09/2019 - CMSJ

Publicação Nº 2131573

CONTRATO Nº 09/2019

A Câmara Municipal de Vereadores de São Joaquim - CNPJ: 78.493.731/0001-03 torna público, para os interessados, o contrato sob n.º 09/2019 com MARTORANO E AMARAL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME, CNPJ/MF: 17.881.793/0001-06, sito na Rua Manoel Joaquim Pinto, nº 246, Centro de São Joaquim – SC, no valor total de R\$ 1.260,00 (mil duzentos e sessenta reais), com o valor mensal de R\$ 200,00 (duzentos reais), para prestação de serviços técnicos especializados na manutenção de computadores, instalação de programas, manutenção da rede de Wi-fi, formatação de computadores, atualização de servidor, manutenção de impressoras e outros serviços correlatos, com duração de 04 meses e 15 dias (quatro meses e quinze dias), contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por períodos de 12 (doze meses), até o limite de 60 (sessenta meses), através de termos aditivos contratuais.

São Joaquim, 15 de agosto de 2019.  
Joaquim Costa Borges Junior  
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Joaquim

# São José

## PREFEITURA

### EDITAL EXTERNO Nº 006/2019/FUNDESJ/USJ

Publicação Nº 2131772

EDITAL EXTERNO Nº 006/2019/FUNDESJ/USJ

ABRE INSCRIÇÕES PARA O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, COM VISTA À CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES POR PRAZO DETERMINADO (SUBSTITUTO) PARA DISCIPLINAS DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2019 DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DO USJ.

A Superintendente da Fundação Educacional de São José – FUNDESJ, Profa. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann, no uso de suas atribuições regimentais, torna pública a abertura de inscrições com vista ao Processo Seletivo Simplificado para contratação de Professores de Ensino Superior, por tempo determinado, para atender à necessidade temporária do Centro Universitário Municipal de São José – USJ, nos termos das Leis nº 4.955 de 26 de abril de 2010 e nº 5.388 de 30 de abril de 2014.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

0.1 O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital e executado sob a responsabilidade da FUNDESJ – Fundação Educacional de São José, destinado à contratação de Professores de Ensino Superior Substitutos, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e demais leis e normas municipais aplicáveis à espécie.

0.2 O edital do Processo Seletivo Simplificado, os demais comunicados e avisos aos candidatos, a relação de inscritos, as listas de classificação, os resultados de recursos, convocações e todos os demais atos do Processo Seletivo Simplificado, serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e/ou no site [www.usj.edu.br](http://www.usj.edu.br).

0.3 A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do Processo Seletivo Simplificado, tais como se acham estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

0.4 Fica designado como local de atendimento deste Processo Seletivo Simplificado:

Posto de Atendimento ao Candidato:

Local: Sede Administrativa do Centro Universitário Municipal de São José – Setor de Protocolos – Rua Jair Vieira, nº 76, Kobrasol – São José - SC

Horário de atendimento: Nos dias úteis, das 15h00min às 21h00min.

0.5 A interposição de recursos deverá ser realizada em até 24 (vinte e quatro) horas após a publicação da homologação de inscritos e do resultado final, podendo ser feita presencialmente, na sede administrativa do USJ, no endereço e horário previstos no item 1.4, ou ainda por e-mail endereçado a [gestaopessoasusj@pmsj.sc.gov.br](mailto:gestaopessoasusj@pmsj.sc.gov.br)

0.6 Não são admitidas, após o término das inscrições, a complementação, a inclusão, ou a substituição de quaisquer documentos entregues.

#### 2. DAS INSCRIÇÕES:

##### 2.1. Da Taxa de Inscrição

2.1.1. A taxa de inscrição, no valor de R\$ 40,00 (quarenta reais) por disciplina de 5 h/a, e deverá ser creditada através de depósito/DOC/transferência bancária na conta da Fundação Educacional de São José – CNPJ: 07.159.202/0001-20 - Banco do Brasil, Agência 2638-7, conta corrente 505.145-2.

2.1.2. O candidato que efetuar o pagamento da taxa em cheque, somente terá sua inscrição efetivada após a compensação deste, sem prescindir do cumprimento das demais exigências.

2.1.3. O valor da taxa de inscrição, uma vez pago, não será restituído, em hipótese alguma, por destinar-se a cobrir custos com todo o Processo Seletivo Simplificado.

##### 2.2. Dos procedimentos para realizar a inscrição

2.2.1. A inscrição poderá ser feita, presencialmente, na Sede Administrativa do Centro Universitário Municipal de São José – Setor de Protocolos, no endereço e horário previstos no item 1.4, ou ainda por e-mail endereçado a [gestaopessoasusj@pmsj.sc.gov.br](mailto:gestaopessoasusj@pmsj.sc.gov.br).

2.2.2. No caso de inscrição presencial, o(a) candidato(a) deverá entregar, no endereço e horário previstos no item 1.4, a Ficha de Inscrição (ANEXO I) devidamente preenchida, acompanhada dos seguintes documentos:

a) Fotocópia da Carteira de Identidade, e

b) Comprovante de recolhimento da taxa de inscrição, e

c) Fotocópia do Currículo da Plataforma Lattes, e

d) A cópia autenticada ou a cópia acompanhada dos documentos originais que comprovam as informações constantes do Currículo Lattes referentes à experiência profissional e docente, e à titulação exigida (Graduação: Diploma ou Certificado de Colação de Grau; Especialização: Diploma ou Certificado de Conclusão; Mestrado ou Doutorado: Diploma ou Certificado de Conclusão, ou ainda, ata de defesa de cursos recomendados pela CAPES, autenticado por cartório competente).

2.2.3. No caso de inscrição via E-MAIL, o(a) candidato(a) deverá enviar a cópia escaneada da Ficha de Inscrição (ANEXO I) devidamente preenchida, além da cópia escaneada dos seguintes documentos:

a) Carteira de Identidade, e

b) Comprovante de recolhimento da taxa de inscrição, e

c) Currículo da Plataforma Lattes, e

d) Documentos que comprovam as informações constantes do Currículo Lattes, referentes à: experiência profissional e docente, e à titulação exigida (Graduação: Diploma ou Certificado de Colação de Grau; Especialização: Diploma ou Certificado de Conclusão; Mestrado ou Doutorado: Diploma ou Certificado de Conclusão, ou ainda, ata de defesa de cursos recomendados pela CAPES, autenticado por cartório competente).



2.2.4. A inscrição deverá ser realizada no período compreendido entre o dia 21 a 30 de agosto de 2019.

2.2.5. O horário de atendimento para as inscrições feitas presencialmente na Sede Administrativa do Centro Universitário Municipal de São José – Setor de Protocolos, localizada no endereço citado no item 1.4 deste edital, é das 15h00min às 21h00min.

2.2.6. Serão aceitas inscrições por procuração com firma reconhecida em cartório e apresentação da Carteira de Identidade do requerente legal.

2.3 Da isenção de pagamento da taxa de inscrição

2.3.1. Para os candidatos amparados pela Lei Municipal nº 4.438/2006 (isenção da taxa de inscrição para doadores de sangue) entregar pessoalmente ou encaminhar via SEDEX à Sede Administrativa do Centro Universitário Municipal de São José – Setor de Protocolos, até o dia 26 de agosto de 2019 (data de protocolo de entrega na sede administrativa do USJ ou data de postagem dos correios), cópia do Requerimento de Inscrição e do documento que comprove sua condição de doador de sangue de acordo com os requisitos exigidos na Lei Municipal nº 4.438/2006.

2.3.2. O documento para comprovação da condição de doador de sangue deverá ser expedido por órgão oficial ou entidade credenciada coletora, discriminando o número e as correspondentes datas em que foram realizadas as doações, em número não inferior a 3 (três), considerando o período de 12 meses anteriores à data de 26 de agosto de 2019.

2.3.3 Os candidatos amparados pela Lei Municipal nº 5.006/2010 (isenção da taxa de inscrição para candidatos desempregados) entregar pessoalmente ou encaminhar via SEDEX à Sede Administrativa do Centro Universitário Municipal de São José – Setor de Protocolos, até o dia 26 de agosto de 2019 (data de protocolo de entrega na Sede Administrativa do USJ, ou data de postagem dos correios), cópia do Requerimento de Inscrição, cópia dos documentos para comprovação desta condição:

a) Apresentar Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);

b) Declaração firmada de que não é detentor de cargo público;

c) Declaração firmada de que não possui outra fonte de renda;

d) Comprovante de inscrição no Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal – CadÚnico, de que trata o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007.

2.3.4. A relação dos candidatos contemplados com a isenção de pagamento da taxa de inscrição será divulgada no dia 27 de agosto de 2019, pelo site [www.usj.edu.br](http://www.usj.edu.br) e no mural da Sede Administrativa do Centro Universitário Municipal de São José – Setor de Protocolos.

2.3.5. O candidato não contemplado com a isenção do pagamento da inscrição, caso seja de seu interesse, poderá proceder conforme o item 2.1.1 deste edital, até o dia 18 de fevereiro de 2019, último dia previsto para pagamento da inscrição.

2.3.6. O não cumprimento pelo candidato ou pelo seu representante legal de qualquer um dos itens referentes à isenção de pagamento da inscrição implicará, automaticamente, no cancelamento de sua inscrição.

2.4. Da homologação das inscrições

2.4.1. A relação das inscrições será divulgada no dia 02 de setembro de 2019, pelo site [www.usj.edu.br](http://www.usj.edu.br)

2.4.2. Caso o nome do candidato não conste do relatório das inscrições deferidas, o mesmo deverá encaminhar, até às 20h00min do dia 02 de setembro de 2019, e-mail para o endereço eletrônico [gestaopessoasusj@pmsj.sc.gov.br](mailto:gestaopessoasusj@pmsj.sc.gov.br), com requerimento solicitando a regularização da inscrição informando, obrigatoriamente, nome completo, número de telefone e endereço eletrônico para contato. O candidato ainda deverá anexar ao requerimento a cópia do Requerimento de Inscrição devidamente autenticado pela Agência Bancária ou cópia da autenticação impressa pelo terminal de autoatendimento, ou ainda cópia da autenticação gerada pelo pagamento via internet, para comprovação do pagamento da taxa de inscrição.

2.4.3. A FUNDESJ irá verificar a regularidade da inscrição e, se esta for comprovada, procederá à inclusão do candidato, comunicando-lhe via telefone, no dia 02 de setembro de 2019, a partir das 20h00, quando será publicada a homologação final da relação de inscritos, no site da instituição.

### 3. DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

3.1 O presente processo seletivo avaliará os conhecimentos e habilidades dos candidatos através dos seguintes instrumentos:

Primeira etapa: Prova de Títulos, de caráter classificatório e eliminatório;

Segunda etapa: Prova Didática, de caráter classificatório e eliminatório.

3.2 A primeira e a segunda etapas serão de responsabilidade da Fundação Educacional de São José – FUNDESJ.

### 4. DA PROVA DE TÍTULOS:

4.1 A prova de títulos é a primeira etapa do presente processo seletivo, sendo que só serão admitidos à segunda etapa, os 3 (três) primeiros classificados, nesta primeira etapa.

4.2 A pontuação desta etapa será atribuída conforme critérios constantes na Ficha de Pontuação do Candidato (Anexo II) deste Edital.

4.3 Para fins de pontuação neste Processo Seletivo, apenas o Diploma de pós-graduação stricto sensu poderá ser substituído por certidão/declaração de conclusão do curso da respectiva Instituição de Ensino, acompanhada do histórico oficial de disciplinas, com respectivos conceitos, desde que sejam atendidos também os seguintes critérios:

a) a certidão/declaração ter sido expedido há menos de um ano, a contar da data de publicação deste Edital; e

b) o documento informar que o candidato defendeu e obteve aprovação de sua dissertação/tese; e

c) o documento informar que o Diploma está em processo de confecção.

4.4 Somente serão aceitos diplomas de Graduação e Pós-Graduação validados pelos órgãos de educação. Os diplomas de Graduação e Pós-Graduação obtidos em instituição estrangeira serão aceitos mediante sua revalidação no Brasil. A revalidação do diploma estrangeiro deverá ser comprovada no ato da inscrição.

4.5 Os comprovantes de tempo de docência no magistério superior serão validados quando se tratar de:

a) declaração em papel timbrado, devidamente carimbada e assinada por autoridade institucional competente (área de Recursos Humanos), de Instituição de Ensino Superior, discriminando o tempo de serviço e as disciplinas ministradas, por semestre, e/ou;

b) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), seção Contrato de Trabalho, desde que seja possível identificar a empresa empregadora, cargo desempenhado e período de atuação;

c) não será computado como tempo de docência: estágio docência, professor voluntário, monitoria, tutoria, extensão, bem como docência em qualquer outro nível ou modalidade de ensino;

d) para o caso de experiência no exterior, os documentos somente serão considerados quando traduzidos para a língua portuguesa por tradutor juramentado.



4.6 Os documentos desse processo poderão ser retirados do Setor de Protocolos da sede administrativa do USJ, sita à Rua Jair Vieira, nº 76, Kobrasol – São José – SC, no horário de 15h00m às 20h00m, a partir de 48 horas após a publicação da homologação do resultado final do processo seletivo e ficará à disposição do responsável até 30 dias após esta data. Após esse período, o material será incinerado.

4.7 Caso o candidato não apresente a documentação exigida neste edital, ou não cumpra pelo menos um dos requisitos exigidos, será compulsoriamente desclassificado, nesta etapa do processo.

4.8 O resultado da Prova de Títulos deverá ser divulgado na data de 03 de setembro de 2019, no site do USJ e no mural da sede administrativa do USJ.

4.9 O candidato que desejar solicitar recurso deverá, até às 19h00min do dia 04 de setembro de 2019, encaminhar um e-mail para o endereço eletrônico gestaopessoasusj@pmsj.sc.gov.br, ou por meio de requerimento entregue junto ao Setor de Protocolos na sede administrativa do USJ.

4.10 No dia 04 de setembro de 2019, após às 20h00, será divulgado, no site do USJ e no mural da sede administrativa do USJ, a homologação do resultado da Prova de Títulos.

## 5. DA PROVA DIDÁTICA

5.1 Desta etapa do processo seletivo, só poderão participar os 3 (três) primeiros classificados na primeira etapa (Prova de Títulos), ou os candidatos que obtiverem as 3 (três) maiores notas, caso haja empate de nota.

5.2 Os candidatos que não obtiverem a classificação requerida para a convocação para a Prova Didática, serão desclassificados do presente processo seletivo.

5.3 A Prova Didática tem por objetivo avaliar as competências técnicas e comportamentais do candidato para o exercício das atividades inerentes ao cargo de Professor de Ensino Superior para o qual se inscreveu.

5.4 A Prova Didática será aplicada no dia 05 de setembro de 2019, em horários e locais que serão informados no site [www.usj.edu.br](http://www.usj.edu.br), no dia 03 de setembro de 2019.

5.5 É de responsabilidade do candidato tomar conhecimento da convocação e da data, horário e local da realização da prova didática.

5.6 Os candidatos deverão comparecer ao local e horário da respectiva prova didática, munidos de documento de identificação.

5.7 O tema da prova didática será único para todos os candidatos de cada disciplina, e será correspondente ao primeiro item das ementas do Anexo IV deste Edital.

5.8 A ordem de prestação da prova didática será determinada pela Comissão Organizadora, de acordo com a ordem alfabética de inscritos no presente processo seletivo.

5.9 A avaliação da prova didática por parte da Banca Examinadora obedecerá aos critérios expostos no quadro do Anexo III deste Edital.

5.10 A Banca Examinadora da prova didática deverá ser constituída por 3 (três) membros, com titulação mínima de Mestre. A composição da Banca Examinadora será divulgada quando da convocação para a Prova Didática.

5.11 O parecer final da Banca Examinadora somente é passível de recurso à vista de manifestação estrita de ilegalidade.

5.12 A Prova Didática será realizada na presença do candidato e da Banca Examinadora, ficando vedada a presença de outros candidatos ou de outras pessoas, e qualquer tipo de registro pelos concorrentes. A Banca Examinadora poderá, a seu critério e para orientar a avaliação dos candidatos, fotografar, filmar ou gravar em áudio e vídeo a Prova Didática, com o que os candidatos concordam e expressamente autorizam no momento que se inscreverem no presente processo seletivo.

5.13 Os sons e imagens eventualmente gravados não poderão ser copiados, cedidos ou transmitidos por qualquer meio.

5.14 Poderão estar presentes à Prova Didática, além do candidato a ser avaliado e os membros da Banca Examinadora, os membros da Comissão Organizadora do presente processo seletivo.

5.15 A Prova Didática consistirá na apresentação de 1 (uma) aula com a duração mínima de 15 (quinze) minutos e a duração máxima de 20 (vinte) minutos. Caberá unicamente ao candidato o controle da duração da aula, que será interrompida pela Banca Examinadora ao final do tempo previsto, permitindo-se unicamente o tempo suplementar de 2 minutos para as considerações finais.

5.16 Antes do início da Prova Didática, o candidato deverá apresentar à Banca Examinadora, um plano de aula impresso em 3 (três) vias de igual teor que deverá indicar a duração da aula.

5.17 O candidato poderá utilizar os recursos didáticos que julgar adequados, sendo de sua única responsabilidade a aquisição, instalação e operação de qualquer equipamento e/ou recurso que desejar utilizar, não podendo ter auxílio de outra pessoa nem usar qualquer equipamento de rádio/transmissão/recepção ou telefonia durante a prestação da prova.

5.18 Caberá à Fundação Educacional de São José o fornecimento de um ponto de energia elétrica para eventual ligação do equipamento, não sendo responsável pelo fornecimento de quaisquer outros materiais, bem como pela queda ou qualquer problema de fornecimento de energia elétrica.

5.19 Será disponibilizado quadro e equipamento multimídia de projeção, não sendo responsabilidade da organização do presente processo seletivo, a incompatibilidade de equipamento ou sistema operacional ou não funcionamento de cabos ou quaisquer outros materiais.

5.20 A Banca Examinadora não se manifestará no decorrer da prova e não prestará informações sobre a avaliação aos candidatos. Os resultados da avaliação serão publicados nos termos do Edital.

5.21 A Banca Examinadora poderá se manifestar ao final da apresentação do candidato por um período de até quinze (15) minutos para questionamentos.

5.22 Serão desclassificados da Prova Didática, e consequentemente do presente processo seletivo, os candidatos que:

a) Não comparecerem ou chegarem com atraso, por qualquer motivo, à Prova Didática; e/ou

b) Obtiverem nota inferior a 6,0 (seis vírgula zero); e/ou

c) Deixarem de atender a qualquer das normas do Edital e do presente instrumento de convocação.

## 6. DA MÉDIA FINAL E CLASSIFICAÇÃO

6.1 A Média Final dos candidatos, expressa com duas casas decimais após a vírgula, sem arredondamento, será calculada com base na fórmula abaixo:

$$MF = [(NPT \times 4) + (NPD \times 6)] / 10$$

Sendo:

MF – Média final

NPT – Nota da prova de títulos

NPD – Nota da prova didática

6.2 A classificação será por ordem decrescente de pontos, conforme a nota obtida na média final.

6.3 Ocorrendo empate na pontuação, aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal nº 10.741/03.

6.4 Para os candidatos que não se enquadrarem no item anterior, na hipótese de igualdade de pontos, o desempate será feito através dos seguintes critérios, por ordem de preferência:

- a) Maior nota na prova didática;
- b) Maior nota na prova de títulos;
- c) Maior titulação;
- d) Maior tempo de docência no magistério superior.

## 7. DO RESULTADO FINAL

7.1 O resultado final será publicado em Edital, no dia 05 de setembro de 2019, após às 19h00, no endereço [www.usj.edu.br](http://www.usj.edu.br), contendo apenas a relação dos classificados.

7.2 Será selecionado apenas o primeiro classificado de cada vaga/disciplina do Anexo IV do Edital. Em caso de desistência de candidato selecionado, será chamado o seguinte na ordem de classificação, até o preenchimento das vagas.

7.3 O candidato selecionado para mais de uma vaga terá que optar entre disciplinas se constatada incompatibilidade de horários entre as disciplinas.

7.4 Ao declinar de uma disciplina em que tenha sido selecionado, pelas razões indicadas no item anterior ou motivo particular, o candidato perderá o direito à vaga e o USJ convocará o candidato seguinte na ordem de classificação. Todavia, esse tipo de desistência não impedirá o candidato de participar de processos seletivos futuros.

7.5 A seleção e a classificação dos candidatos serão feitas por portaria designando Comissão própria, expedida pela FUNDESJ, e divulgada no site da USJ.

## 8. DA HOMOLOGAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS ETAPAS DO PROCESSO

8.1. Da Publicação dos Editais da Homologação das Inscrições Deferidas e Indeferidas e do Edital do Resultado da Prova de Títulos, cabe pedido de revisão à Comissão de Avaliação, desde que solicitado presencialmente na sede administrativa do USJ, em endereço e horário previstos no item 1.4 deste edital, ou ainda, encaminhado para o endereço eletrônico [gestaopessoasusj@pmsj.sc.gov.br](mailto:gestaopessoasusj@pmsj.sc.gov.br), desde que respeitado o prazo de 24 horas após a data da publicação.

8.2. O Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado, após julgados os possíveis recursos impetrados, será homologado pela Superintendente da FUNDESJ e pelo Reitor do USJ, sendo publicado no dia 09 de setembro de 2019, no DOM (Diário Oficial dos Municípios), no Mural da Sede Administrativa da Reitoria e no site do USJ ([www.usj.edu.br](http://www.usj.edu.br)), obedecendo à ordem de classificação dos(as) candidatos(as) aprovados(as).

## 9. CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES

Data	Atividades
De 21 a 30/08/2019	Período de Inscrições.
Dia 26/08/2019	Prazo final para os pedidos de isenção de taxa de inscrição.
Dia 27/08/2019	Resultado da relação de isentos.
Dia 02/09/2019	Divulgação das Inscrições do Processo Seletivo Simplificado.
Dia 03/09/2019	Período de Recursos da relação das inscrições.
Dia 03/09/2019	Resultado da Avaliação da Prova de Títulos.
Dia 03/09/2019	Divulgação dos horários das Provas Didáticas.
Dia 03/09/2019	Divulgação da homologação final das inscrições.
Dia 04/09/2019	Data Final para Pedidos de Recursos sobre o Resultado da Prova de Títulos, até às 19h00.
Dia 04/09/2019	Resultado da Classificação final da Prova de Títulos, pós recursos, após às 20h00.
Dia 05/09/2019	Realização das Provas Didáticas, a partir das 14h00.
Dia 05/09/2019	Divulgação do Resultado Final, após às 19h00.
Dia 06/09/2019	Período de Recursos sobre a Prova Didática e o Resultado Final.
Dia 09/09/2019	Homologação do Resultado Final.

## 10. DAS VAGAS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

10.1 As vagas do Processo Seletivo Simplificado estão relacionadas no Anexo IV.

10.2 As disciplinas e os dias da semana previstos para cada vaga poderão ser alterados de acordo com a necessidade do Centro Universitário Municipal de São José – USJ.

## 11. CARGA HORÁRIA SEMANAL / TITULAÇÃO / REMUNERAÇÃO MENSAL

11.1 O professor selecionado perceberá uma remuneração mensal, de acordo com a carga horária das disciplinas, já acrescido do Descanso Semanal Remunerado, da seguinte forma:

- a) Para disciplina de 05 (cinco) horas-aulas semanais, e conforme a titulação: Especialização R\$ 580,87/ Mestrado: R\$ 681,86/ Doutorado: R\$ 994,55;
- b) Para disciplina de 02 (duas) horas-aulas semanais, e conforme a titulação: Especialização R\$ 232,35/ Mestrado: R\$ 272,74/ Doutorado: R\$ 397,82.

## 12. DA CONTRATAÇÃO

12.1.O(A) candidato(a) aprovado(a) será contratado(a) nos termos das Leis nº 4.955/2010 e 5.388/2014 para a carga horária correspondente a uma disciplina, e perceberá remuneração de acordo com a titulação apresentada no ato da contratação e conforme os valores estabelecidos no presente edital, e na legislação em vigor.

12.1.1. Caso o candidato seja aprovado para mais de uma disciplina, a carga horária das demais disciplinas (a partir da segunda disciplina)

será paga como aumento de carga horária, conforme estabelece a legislação municipal.

12.2.O(A) candidato(a) selecionado(a) será contratado(a) imediatamente e por tempo determinado, pelo período de até 06 (seis) meses, sendo admitida a prorrogação de contrato desde que o prazo total não exceda 02(dois) anos.

12.3.O(A) candidato(a) que ocupar cargo público, que não o de Magistério, poderá ser contratado(a) desde que ocupe cargo técnico científico e que tenha compatibilidade de horário comprovada.

12.4.Os(as) candidatos(as) estrangeiros(as) deverão comprovar no ato da inscrição o visto temporário ou visto permanente, de acordo com a legislação vigente.

12.5. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 01 (um) ano, a contar da data da homologação do resultado final deste certame. Os candidatos classificados além das vagas previstas poderão ser chamados ou não à critério da Fundação Educacional de São José e Centro Universitário Municipal de São José – USJ.

12.6.Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

São José, 21 de agosto de 2019.

Profa. Ma. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann  
Superintendente da Fundação Educacional de São José – FUNDESJ

ANEXO I  
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

Edital nº 006/2019/FUNDESJ – Processo Seletivo Simplificado Contratação de Professor Substituto Por Tempo Determinado

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO
Nome Completo:
Identidade: Órgão Emissor: Uf: Data de Emissão:
Cpf: Data de Nascimento: Sexo: ( ) Masc. ( ) Fem.
Nacionalidade: Visto Permanente: ( ) Sim ( ) Não
Endereço Residencial (Rua / Av.):
Bairro: CEP: Cidade: UF:
País: DDD: Tel: Cel:
E-mail:

ÁREA DE INSCRIÇÃO
Código Vaga: ( )
Disciplina de Inscrição: _____

São José, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura do(a) Candidato(a) \_\_\_\_\_

ANEXO II

FICHA DE PONTUAÇÃO DO CANDIDATO

Candidato: \_\_\_\_\_

Disciplina: \_\_\_\_\_

Curso: \_\_\_\_\_

Itens de Análise	Referência	Resultado
1. PÓS-GRADUAÇÃO / TITULAÇÃO *poderá pontuar apenas a titulação mais alta.	Máximo: 5,0	
1.1 Pós-Doutorado, recomendado pela CAPES/MEC.	5,0	
1.2 Doutorado, recomendado pela CAPES/MEC, na área do curso ou da disciplina.	4,5	
1.3 Doutorado, recomendado pela CAPES/MEC, em área distinta do curso ou disciplina.	4,0	

1.4 Mestrado, recomendado pela CAPES/MEC, na área do curso ou da disciplina.	3,0	
1.5 Mestrado, recomendado pela CAPES/MEC, em área distinta do curso ou disciplina.	2,0	
1.6 Especialização na área da disciplina	1,0	
1.7 Especialização em área distinta da disciplina	0,5	
1.8 Graduação	0,0	
2. TEMPO DE DOCÊNCIA NO MAGISTÉRIO SUPERIOR	Máximo: 5,0	
2.1 0,50 pontos por semestre completo		
PONTUAÇÃO TOTAL	10,0	

### ANEXO III FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO INDIVIDUAL DA PROVA DIDÁTICA

ITENS DE AVALIAÇÃO DA PROVA DIDÁTICA	
Habilidades na abordagem do conteúdo, profundidade, relação do tema da aula com a unidade e atualização	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Demonstrou domínio sobre os conceitos e princípios do tema exposto;</li> <li>• Apresentou plano de aula com coerência e clareza, em conformidade com o tema da aula;</li> <li>• Apresentou habilidades de análise e de síntese;</li> <li>• Relacionou o tema da aula com o todo da unidade de conteúdo (disciplina) da qual faz parte;</li> <li>• Situou o conteúdo no contexto no qual foi produzido;</li> <li>• Estabeleceu a relação entre o tema e o conhecimento atual;</li> <li>• Utilizou de maneira correta, a terminologia científica;</li> <li>• Adequou a bibliografia ao tema abordado.</li> </ul>
0 a 3 pontos	Sub-total:
Sequência lógica e coerência do conteúdo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Iniciou a partir de uma tese ou conceituação;</li> <li>• Desenvolveu a aula com base em fundamentos teóricos e/ou teórico-práticos;</li> <li>• Apresentou argumentos convergentes e divergentes;</li> <li>• Propiciou a elaboração de conclusões;</li> <li>• Expôs o conteúdo baseado nos itens e na sequência estabelecida no plano.</li> </ul>
0 a 2 pontos	Sub-total:
Correção na linguagem, clareza da comunicação, habilidade didática	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Correção na linguagem;</li> <li>• Clareza da comunicação;</li> <li>• Demonstrou habilidade didática, conseguindo transmitir com objetividade e plenitude, o conteúdo proposto;</li> <li>• Demonstrou capacidade de empatia e de bom relacionamento interpessoal.</li> </ul>
0 a 3 pontos	Sub-total:
Emprego apropriado dos recursos didáticos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Utilizou adequadamente os recursos e métodos como meios auxiliares na abordagem do conteúdo;</li> <li>• Usou recursos e métodos como formas de facilitar a compreensão do conteúdo abordado.</li> </ul>
0 a 2 pontos	Sub-total:
TOTAL DAS NOTAS ATRIBUÍDAS AOS ITENS:	

#### OBS:

1. Antes de iniciar a prova, o candidato deverá entregar uma cópia do plano de aula para cada um dos membros da banca;
2. A nota do candidato será a média aritmética simples das notas dadas pelos 3 (três) membros da banca examinadora. ANEXO IV – QUADRO DE DISCIPLINAS – 2019-2

CURSO	DISCIPLINA	FASE	DIA DA SEMANA E HORÁRIO	EMENTA	REQUISITOS
Administração	ECONOMIA I	4ª	Sexta-feira Das 18h30 às 22h00	Conceitos básicos. Problemas Centrais de um Sistema Econômico. Os Modos de Produção. As Escolas do Pensamento Econômico. Noções de Microeconomia. Teorias Econômicas. O Equilíbrio do Mercado. A elasticidade e suas aplicações. Tendências.	Graduação em Ciências Econômicas, ou área correlata, com Pós-graduação na área
Ciências Contábeis	ECONOMIA II	3ª	Segunda-feira Das 18h30 às 22h00	Macroeconomia. Política econômica. Mercado de Capitais. Teoria Monetarista. Crescimento e desenvolvimento econômico. Tendências.	Graduação em Ciências Econômicas, ou área correlata, com Pós-graduação na área

**PORTARIA N. 1.329 - REVOGA A PORTARIA 1.386 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018**

Publicação Nº 2130865

PORTARIA Nº 1.329 de 20 de Agosto de 2019

A Secretária Municipal de Educação, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 66, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de São José – SC,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Revogar a Portaria nº 1.386/2018, publicada no dia 27 de Novembro de 2018, que Designa Comissão Permanente responsável por análises de amostras e qualificação técnica de processos licitados pela Secretaria Municipal de Educação, nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São José, 20 de Agosto de 2019.

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA N. 1.330 - DESIGNA COMISSÃO PERMANENTE RESPONSÁVEL POR AMOSTRAS.**

Publicação Nº 2130872

PORTARIA Nº 1.330 de 20 de Agosto de 2019

DESIGNA COMISSÃO PERMANENTE RESPONSÁVEL POR ANÁLISES DE AMOSTRAS E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DE PROCESSOS LICITADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV, do artigo 66, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º – DESIGNARos Servidores:

1ª Gladys Soraia da Silva – Matrícula nº 1.711;

2ª Isabel Zimmermann de Souza – Matrícula nº 1.421;

3ª KelenBittencourt – Matrícula nº 15.169;

4ª Eleana Costa Soares – Matrícula nº 10.849 e

5ª Joberto Cardoso – Matrícula nº 34.331.

Sob a presidência da primeira, como membros da COMISSÃO PERMANENTE RESPONSÁVEL POR ANÁLISE DE AMOSTRAS E ANÁLISE DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA das Licitações de interesse da Secretaria Municipal de Educação de São José/SC.

Art. 2º - A presente Comissão Permanente responsável por análise de amostras será responsável por analisar, deferir, indeferir e emitir parecer sobre todas e qualquer amostras de produtos, máquinas, mobiliários, materiais de consumo e permanentes, equipamentos de informática e periféricos, entre outros aqui não especificados.

Art. 3º – Esta Portaria substitui as anteriores e entra em vigor na data de sua publicação.

São José (SC), 20 de Agosto de 2019.

Lilian Sandin Boeing

Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA SA 1117/2019**

Publicação Nº 2130793

P O R T A R I A- SA - N.º 1117/2019

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr(a) , ZELITA MENDES WEGMANN , matrícula n. 13755-3 lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Ensino, Licença Saúde por 90 (noventa) dias de 13.07.2019 a 10.10.2019.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13 de julho de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 16 de agosto de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA SA 1118/2019**

Publicação Nº 2130593

P O R T A R I A- SA - N.º 1118/2019

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr(a) , ANDREA OURIQUES DE ANDRADE , matrícula n. 13677-8 lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professora, Licença Saúde por 45 (quarenta e cinco) dias de 13.07.2019 a 26.08.2019.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13 de julho de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 16 de agosto de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA SA 1119/2019**

Publicação Nº 2130590

P O R T A R I A- SA - N.º 1119/2019

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). TATIANE CAROLINE WALTRICK GOETEN, matrícula n.º 13831-2, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professora, readaptação funcional por 90 (noventa) dias de 11.07.2019 a 08.10.2019.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 11 de julho de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.



Paço Municipal em São José (SC), 15 de agosto de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

### **PORTARIA SA 1120/2019**

Publicação Nº 2130588

P O R T A R I A- SA - N.º 1120/2019

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr(a) ALISSANDRA CRISTIANA BARRIDO, matrícula n.33309-3 lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença Saúde por 30 (trinta) dias de 08.07.2019 a 06.08.2019.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08 de julho de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 16 de Agosto de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

### **PORTARIA SA 1122/2019**

Publicação Nº 2130570

P O R T A R I A- SA - N.º 1122/2019

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr. (a) CRISTIANE DILMA KOENING, matrícula nº 21695-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de auxiliar de sala, Licença Saúde por 30 (trinta) dias de 28.06.2019 a 27.07.2019.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 28 de Junho de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 16 de Agosto de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

### **PORTARIA SA 1123/2019**

Publicação Nº 2130568

P O R T A R I A- SA - N.º 1123/2019

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:



I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr. (a) ROSILENE VIEIRA REINERT, matrícula nº 13746-4, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Orientador Educacional, Licença Saúde por 23 (vinte e três) dias de 30.06.2019 a 22.07.2019.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 30 de Junho de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 16 de Agosto de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

## **PORTARIA SA 1124/2019**

Publicação Nº 2130566

P O R T A R I A- SA - N.º 1124/2019

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 106 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Que a servidora MARLENE ALMEIDA DE LUCCA, matrícula n.º 13872-0, lotada na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Ensino, está apto para exercer suas atividades laborativas desde 17.07.2019.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17 de julho de 2019.

IV - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 16 de agosto de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

## **PORTARIA SA 1125/2019**

Publicação Nº 2130560

P O R T A R I A- SA - N.º 1125/2019

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). MARIA DE LOURDES KREMER, matrícula n.º 21749-2, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professora, readaptação funcional por 90 (noventa) dias de 10.07.2019 a 07.10.2019.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10 de julho de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 16 de agosto de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA SA 1126/2019**

Publicação Nº 2130554

P O R T A R I A- SA - N.º 1126/2019

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr. (a) FABIANA DE OLIVEIRA, matrícula nº 10875-8, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Supervisora Escolar, Licença Saúde por 60 (sessenta) dias de 21.06.2019 a 19.08.2019.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 21 de Junho de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 16 de Agosto de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA SA 1127/2019**

Publicação Nº 2130551

P O R T A R I A- SA - N.º 1127/2019

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr. (a) MARILDA VALERIA RIOS DE SOUZA, matrícula nº 18855-7, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença Saúde por 30 (trinta) dias de 29.07.2019 a 27.08.2019.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 29 de Julho de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 19 de Agosto de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA SA 1128/2019**

Publicação Nº 2130550

P O R T A R I A- SA - N.º 1128/2019

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr. (a) MARILDA VALERIA RIOS DE SOUZA, matrícula nº 24512-7, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença Saúde por 30 (trinta) dias de 29.07.2019 a 27.08.2019.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 29 de Julho de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 19 de Agosto de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA SA 1129/2019**

Publicação Nº 2130543

P O R T A R I A- SA - N.º 1129/2019

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr. (a) EDNA DE ANDRADE OLIVEIRA, matrícula nº 13712-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala, Licença Saúde por 45 (quarenta e cinco) dias de 25.07.2019 a 07.09.2019.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 25 de Julho de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 19 de Agosto de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA SA 1130/2019**

Publicação Nº 2130542

P O R T A R I A- SA - N.º 1130/2019

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr. (a) EDNA DE ANDRADE OLIVEIRA, matrícula nº 429368-1, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala, Licença Saúde por 120 (cento e vinte) dias de 13.08.2019 a 10.12.2019.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 13 de agosto de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 19 de Agosto de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA SA 1131/2019**

Publicação Nº 2130538

P O R T A R I A- SA - N.º 1131/2019

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ROSETE ANA DA SILVA, matrícula n.º 1626-8, lotado (a) na Fundação Municipal de Esporte e Lazer, no cargo de Supervisor Escolar, Licença para Tratamento de Saúde por 90 (noventa) dias, de 21.07.2019 a 18.10.2019.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 21 de julho de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 19 de Agosto de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

### **PORTARIA SA 1132/2019**

Publicação Nº 2130526

P O R T A R I A- SA - N.º 1132/2019

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ROGERIO MARQUES LEITE, matrícula n.º 21597-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de professor, readaptação funcional por 90 (noventa) dias de 07.08.2019 a 04.11.2019.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 07 de Agosto de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de Agosto de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

### **PORTARIA SA 1133/2019**

Publicação Nº 2130509

P O R T A R I A- SA - N.º 1133/2019

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ADILIA SCHLICHTING DA SILVA, matrícula n.º 13690-5, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professora, readaptação funcional por 90 (noventa) dias de 24.07.2019 a 21.10.2019.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 24 de Julho de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 19 de Agosto de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

### **PORTARIA SA 1134/2019**

Publicação Nº 2130507

P O R T A R I A- SA - N.º 1134/2019

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). CRISTIANE DILMA KOEINING, matrícula n.º 21695-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala, readaptação funcional por 90 (noventa) dias de 31.07.2019 a 28.10.2019.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 31 de Julho de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 19 de Agosto de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

## **PORTARIA SA 1135/2019**

Publicação Nº 2130506

P O R T A R I A- SA - N.º 1135/2019

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr. (a) JUCILENE SOUZA CUNHA GAMBA, matrícula nº 21766-2, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de orientador educacional, Licença Saúde por 90 (noventa) dias de 11.07.2019 a 08.10.2019.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 11 de Julho de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 19 de Agosto de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 079/2019**

Publicação Nº 2131436

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 079/2019 – Processo nº 303/2019 – Proc. Adm. 4906/2019. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA A COMPLEMENTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE URBANA, CORRIMÃO PARA RAMPA DE ACESSO, AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA COPA, MÓVEIS PARA DEPÓSITO, CLIMATIZAÇÃO, TATAMES E COBERTURA DOS ACESSOS DO CENTRO DE ARTES E ESPORTES UNIFICADOS – CEU - PARTE DO PROJETO PAC (PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/ SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 21 de agosto de 2019 às 18h00min até dia 06 de setembro de 2019, às 14h30min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h30min do dia 06 de setembro de 2019. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

**CÂMARA MUNICIPAL****PEDIDO DE ORÇAMENTO – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 174/2019**

Publicação Nº 2131238

**PEDIDO DE ORÇAMENTO**

A Câmara Municipal de São José, inscrita sob o CNPJ nº 83.708.248/0001-39, com sede a Praça Arnaldo de Souza, 38, Bairro Centro, São José/SC, em conformidade com Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislação aplicável, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação (CPL), comunica que, diante da pretensão em contratar empresa para fornecimento dos materiais necessários a montagem da Galeria Feminina Vereadora Albertina Krumel Maciel, estará recebendo orçamentos até o dia 30/08/2019 conforme especificação abaixo:

Vidro tipo comum medindo 40 x 30 cm, com 04mm de espessura, incolor e com tratamento antirreflexo, acabamento nos cantos "tipo moeda", lapidação meia cana.

Quantidade: 40 unidades

Furação em todos os 04 cantos, distância da borda de 02cm para colocação de 80 pitões redondos em aço inoxidável, com 1,5cm de diâmetro de forma que o vidro fique projetado para frente.

O local está disponível para visitas técnicas no período vespertino.

Informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no e-mail claudia@cmsj.sc.gov.br ou através do telefone (48) 3029 1327.

**PEDIDO DE ORÇAMENTO – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 182/2019**

Publicação Nº 2131650

**PEDIDO DE ORÇAMENTO**

A Câmara Municipal de São José, inscrita sob o CNPJ nº 83.708.248/0001-39, com sede a Praça Arnaldo de Souza, 38, Bairro Centro, São José/SC, em conformidade com Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislação aplicável, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação (CPL), comunica que, diante da pretensão em adquirir licenças de uso de softwares de edição de imagens, estará recebendo orçamentos até o dia 31/08/2019 conforme especificação abaixo:

- 1) Licença anual de uso do software Pacote Adobe Creative Cloud (última versão), incluindo, no mínimo, os seguintes softwares e plug-ins:
  - \* Photoshop CC (criação e edição de imagens);
  - \* Illustrator CC (criação de imagens vetoriais);
  - \* Premiere Pro CC (edição de vídeo) e
  - \* InDesign CC (diagramação de material gráfico).
- 2) Licença anual de uso do software Corel Draw (última versão).

Informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no e-mail claudia@cmsj.sc.gov.br ou através do telefone (48) 3029 1327.

**PORTARIA Nº 214/2019**

Publicação Nº 2131142

**PORTARIA Nº 214/2019**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, III, a, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005;

Considerando que os contratos administrativos devem ser fielmente executados pelas partes, de acordo com a Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução;

Considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, que obriga a Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar a servidora Tânia Regina Kremer para responder pela fiscalização da execução do contrato firmado com Gabriel de Oliveira Araújo, CNPJ 31.129.301/0001-43, Processo Administrativo nº 100/2019, Contrato nº 013/2019, Dispensa de Licitação nº 021/2019.

Art. 2º - Compete à servidora designada:

- a) Promover o acompanhamento da execução do contrato, cientificando à Diretoria de Administração sobre atos e fatos que possam prejudicar a sua fiel execução bem como comunicar-lhe, com a antecedência mínima de 90 dias, o término do prazo de vigência do contrato.
- b) Proceder à liquidação da despesa, que consiste na verificação da fiel execução, pela contratada, dos serviços discriminados no relatório de execução que acompanha a nota fiscal apresentada para certificação, a compatibilidade dos serviços executados com o objeto contratado e importância exata a pagar.

c) Certificar a nota fiscal.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogando os efeitos da portaria nº 212/2019.

Câmara Municipal de São José, SC, 19 de agosto de 2019.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER

PRESIDENTE

## **AUTARQUIA SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA - SJPREV**

### **DECRETO 36838/12**

Publicação Nº 2130817

DECRETO – N.º 36.838/2012

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Considerando despachos exarados no Processo protocolado sob o nº 1873/2012, de 03/02/2012;

DECRETA:

Art. 1º- FICA CONCEDIDA, nos termos do Artigo 3º da EC 47/2005 c/c artigo 25, da Lei Complementar Municipal nº 005/2002, aposentadoria voluntária por tempo de serviço/contribuição, com proventos integrais ao Senhor OCEMAR TRUPPEL, matrícula nº 203, lotado na Secretaria Municipal da Receita, ocupante do cargo de Auxiliar Contabil Financeiro, criado através da Lei Municipal nº 2.123/1990, do Quadro único de Pessoal Civil da Prefeitura Municipal, considerando-se a vacância do cargo ocupado nesta data.

Art.2º - Os proventos decorrentes deste benefício deverão ser calculados sobre a integralidade dos vencimentos do servidor, tendo por valor inicial a quantia de R\$ 2.886,42 (dois mil oitocentos e oitenta e seis reais e quarenta e dois centavos), devendo ser arcado pela pela Autarquia São José Previdência.

Art.3º - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de maio de 2012.

DJALMA VANDO BERGER AGOSTINHO PAULI

Prefeito Municipal Presidente da SJPREV

### **DECRETO 36872/12**

Publicação Nº 2130823

DECRETO – N.º 36.872/2012

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Considerando despachos exarados no Processo protocolado sob o nº 851/2012, de 19.01/2012;

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA, nos termos do Artigo 40, § 1º, III, b, da Constituição Federal e Artigo 25, III, b, da Lei Complementar Municipal nº. 005/2002, com as alterações da Lei Complementar 019/2005, aposentadoria por idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço/contribuição ao Senhor AMERICO RIBEIRO DA SILVA, matrícula nº. 1521, nível H, lotado na Secretaria de Infraestrutura, ocupante do cargo efetivo de Gari, criado através da Lei Municipal nº 2.123/90, do Quadro único de Pessoal Civil da Prefeitura Municipal, considerando-se a vacância do cargo ocupado nesta data.

Art.2º - Os proventos decorrentes deste benefício, calculados em conformidade com a Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004 e Leis Complementares Municipais nº .s. 005/2002 e 019/2005 terão por valor inicial a quantia de R\$ 711,24 (setecentos e onze reais e vinte e quatro centavos), devendo ser arcado pela Autarquia São José Previdência.

Art.3º - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 31 de maio de 2012.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de junho de 2012.

DJALMA VANDO BERGER AGOSTINHO PAULI

Prefeito Municipal Presidente da SJPREV



# São José do Cedro

## PREFEITURA

### RGF ANEXO I - JULHO 2019

Publicação Nº 2130802

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC - PODER LEGISLATIVO  
CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE DO CEDRO  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
AGOSTO/2018 A JULHO/2019

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	773.666,79	0,00
Pessoal Ativo	773.666,79	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	639.634,88	0,00
Obrigações Patronais	134.031,91	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Outras desp. de pessoal decor. contratos terceiri. ou contratação forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Abono de permanência	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>773.666,79</b>	<b>0,00</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL AJUSTADA</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	45.055.579,13	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais(V) (§ 13, art. 166 da CF)	0,00	
<b>= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)</b>	<b>45.055.579,13</b>	
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)</b>	<b>773.666,79</b>	<b>1,72</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>	<b>2.703.334,75</b>	<b>6,00</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)</b>	<b>2.568.168,01</b>	<b>5,70</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)</b>	<b>2.433.001,28</b>	<b>5,40</b>

São José do Cedro, 21/08/2019

Isoldi Will  
Presidente da Câmara de Vereadores

Aline Inês Etges  
Contadora CRC-SC 036.404/O-7

Paulo Isidoro Lorencini  
Controle Interno

FONTE:



# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 6.355, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2130569

DECRETO Nº 6.355, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

Abre crédito adicional suplementar, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.421, de 05 de outubro de 2018, e de acordo com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito adicional, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2019, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

06.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF			
06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF			
04.122.4503.2.006 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	17	Aplicação Direta	R\$ 20.000,00	

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o artigo 1º, em conformidade com o que estabelece o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.421, de 05 de outubro de 2018, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:

06.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF			
06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF			
04.122.4503.2.006 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000	18	Aplicação Direta	R\$ 20.000,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 21 de agosto de 2019.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 6.356, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2130871

DECRETO Nº 6.356, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

Abre crédito adicional suplementar, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.421, de 05 de outubro de 2018, e de acordo com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito adicional, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2019, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 172.220,00 (cento e setenta e dois mil e duzentos e vinte reais), na seguinte dotação orçamentária:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
10.301.4506.2.019 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0002	05	Aplicação Direta	R\$ 172.220,00	

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o artigo 1º, em conformidade com o que estabelece o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.421, de 05 de outubro de 2018, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
10.301.4506.2.019 3.3.50.00.00.00.00.0.1.0002	06	Aplicação Direta	R\$ 85.000,00	
13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
10.301.4506.2.019 3.1.71.00.00.00.00.0.1.0002	04	Aplicação Direta	R\$ 34.720,00	
13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
10.301.4506.2.019 3.3.93.00.00.00.00.0.1.0002	09	Aplicação Direta	R\$ 52.500,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 21 de agosto de 2019.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 6.357, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2130873

DECRETO Nº 6.357, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

Abre crédito adicional suplementar, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.421, de 05 de outubro de 2018, e de acordo com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito adicional, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2019, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

09.00	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
15.451.4511.2.034 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000	88	Aplicação Direta	R\$ 50.000,00	

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o artigo 1º, em conformidade com o que estabelece o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.421, de 05 de outubro de 2018, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:

09.00	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
15.451.4511.2.034 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	92	Aplicação Direta	R\$ 50.000,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 21 de agosto de 2019.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 6.358, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2130875

DECRETO Nº 6.358, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

Abre crédito adicional suplementar, por superávit financeiro, no orçamento programa de 2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.421, de 05 de outubro de 2018, e de acordo com o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, por superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 115.000,00(cento e quinze reais), na seguinte dotação orçamentária:

20.00	SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS		
20.01	SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS		
04.122.4515.2.072 3.1.90.00.00.00.00.0.3.0000	187	Aplicação Direta	R\$ 10.000,00
06.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
04.122.4503.2.006 3.1.90.00.00.00.00.0.3.0000	188	Aplicação Direta	R\$ 105.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.421, de 05 de outubro de 2018 e o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Publicado no DOM/SC

Dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 21 de agosto de 2019.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Lenir Fátima Cruzetta

Analista Administrativo

Matrícula nº 3062/02

**DECRETO Nº 6.359, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2130876

DECRETO Nº 6.359, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

Abre crédito adicional suplementar, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.421, de 05 de outubro de 2018, e de acordo com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito adicional, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2019, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
10.302.4506.2.021 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0038	16	Aplicação Direta	R\$ 200.000,00
13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
10.302.4506.2.021 3.3.93.00.00.00.00.0.1.0002	23	Aplicação Direta	R\$ 220.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o artigo 1º, em conformidade com o que estabelece o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.421, de 05 de outubro de 2018, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
10.302.4506.2.021 3.3.50.00.00.00.00.0.1.0038	17	Aplicação Direta	R\$ 200.000,00
13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
10.302.4506.2.021 3.3.50.00.00.00.00.0.1.0002	18	Aplicação Direta	R\$ 220.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 21 de agosto de 2019.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1.043, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2130573

PORTARIA Nº 1.043, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município e com base no art. 21, da Lei Complementar nº 090 de 26 de dezembro de 2007;

**RESOLVE:**

Art.1º Alterar temporariamente, no período de 20 de agosto a 02 de setembro de 2019, a carga horária do servidor público municipal EVERTON DA SILVA MOTTA ocupante do cargo de Professor Habilitado – ACT, de 10 (dez) para 30 (trinta) horas semanais, matutino/vespertino, para atuar na EBM Irmã Cecília.

Parágrafo único. O período de alteração previsto no caput é o prazo máximo de duração, podendo o Município, a bem do interesse público, revogá-la a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração da carga horária alterada corresponderá ao nível 1-A, disposto no anexo III da Lei Complementar nº 090, de 26 de dezembro de 2007, acrescido de adicional de carga horária prevista no art. 23 da referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20 de agosto de 2019.

São Lourenço do Oeste - SC, 21 de agosto de 2019.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2019.

**PORTARIA Nº 1.044, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2131275

PORTARIA Nº 1.044, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 104 e 105, §1º, §2º e §3º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde, a Servidora Pública Municipal CLAUDIA MARIA BAZZO, ocupante do cargo Terapeuta Ocupacional, matrícula nº 3002/01, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, de 20 a 29 de agosto de 2019.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo a data de 20 de agosto de 2019.

São Lourenço do Oeste - SC, 21 de Agosto de 2019.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2019.

**PORTARIA Nº 1.045, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2131281

PORTARIA Nº 1.045, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal RENNÃ HIGOR FEDRIGO, ocupante do cargo comissionado de Presidente da Autarquia, matrícula nº 35/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 09 a 17 de setembro de 2019, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Parágrafo Único – Férias que haviam sido interrompidas pela portaria nº083 de 17 de janeiro de 2019.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 21 de agosto de 2019.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2019.

### **PORTARIA Nº 1.046, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2131286

PORTARIA Nº 1.046, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no inciso IV, do art. 41, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

#### **RESOLVE:**

Art.1º Instituir, Regime Individual de Trabalho, em favor da servidora pública municipal FRANCIELLE HONESKO, ocupante do cargo efetivo de Engenheiro Civil, atuante na Função Técnica de Engenheiro Supervisor, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, sendo de segunda a sexta-feira das 08h às 12h e das 13h30 às 17h30.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 21 de agosto de 2019.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2019.

### **CÂMARA MUNICIPAL**

### **PORTARIA N. 292/2019**

Publicação Nº 2131773

PORTARIA n. 292, de 22 de agosto de 2019.

ALEXANDRO FERRARI, Presidente da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no art. 43, III, "j" do Regimento Interno

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder férias, pelo período de 02 a 16 de setembro de 2019, ao servidor municipal Éderson Hermann, ocupante do cargo de Secretário Executivo, matrícula n. 41-02, lotado na Câmara de Vereadores, referente ao período aquisitivo 01/08/2017 a 31/07/2018.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotação específica do Orçamento em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 22 de agosto de 2019.

Vereador Agostinho Assis Menegatti  
PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO 9.158 ALTERA COMISSÃO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Publicação Nº 2131547

DECRETO Nº 9.158/2019

ALTERA A ALÍNEA "A" DO ART. 1º DO DECRETO 8.909/2017, DE 20 DE SETEMBRO DE 2017 QUE NOMEIA AS COMISSÕES PARA AVALIAÇÃO DA APTIDÃO E CAPACIDADE NO DESEMPENHO DO CARGO DOS SERVIDORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere os incisos VII, IX e X, do artigo 72, da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990; e

Considerando que a senhora Luciane Marin não faz mais parte do quadro de servidores do Município;

Considerando que o servidor Márcio Picollo, por meio do memorando interno protocolado sob nº 6612/2019 solicitou o desligamento da Comissão por ter passado a atuar junto ao Sistema de Controle Interno;

Considerando a Lei Complementar nº 0064/2017 que alterou a Estrutura Administrativa, alterando a nomenclatura das Secretarias Municipais de Administração e Finanças, Desenvolvimento Sustentável e Urbanismo, e criando as Secretarias Municipais de Gestão de Pessoas e Transparência e Esporte, Cultura e Turismo.

DECRETA:

Art. 1º A alínea "a" do Art. 1º do Decreto 8.909 de 20 de setembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 1º .....

a) SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA, URBANISMO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, PLANEJAMENTO, OBRAS, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AGRICULTURA PECUÁRIA E PISCICULTURA E ESPORTE, CULTURA E TURISMO:

Caroline Bello - Presidente;

Rafaela Perondi;

Lucineia Accadrolli (Representante do Sindicato)."

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 21 de agosto de 2019.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Barbara Casales Giongo Rodrigues

Procuradora Geral

Este Decreto foi publicado no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess

Técnico Administrativo

### DECRETO 9.159 RETIFICA CONFRONTAÇÕES IMÓVEIS SOCIEDADE HOSPITALAR SÃO MIGUEL DO OESTE LTDA

Publicação Nº 2131550

DECRETO Nº 9.159/2019

RETIFICA CONFRONTAÇÕES DE PARTE DOS LOTES URBANOS Nº 106 E 108, MATRICULADO NO CRISMO SOB Nº 37.937, E DE PARTE DOS LOTES URBANOS Nº 103, 104, 106, 108 E OS LOTES URBANOS Nº 105 E 107, MATRICULADOS SOB Nº 37.938, DESDOBRADOS CONFORME DECRETO 4.234 DE 30 DE JANEIRO DE 2007, DE PROPRIEDADE DE SOCIEDADE HOSPITALAR SÃO MIGUEL DO OESTE LTDA.



O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, e,

Considerando o requerimento protocolado sob nº 4488/2019 solicitando a retificação de confrontações de lotes constantes do Decreto nº 4.234/2007, matriculados no CRISMO sob nº 37.937 e 37.938, conforme mapa, memorial descritivo e ART apresentados.

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam retificadas as confrontações de Parte dos Lotes Urbanos nº 106 e 108, desdobrados pelo Decreto nº 4.234 de 30 de janeiro de 2007, em seu Art. 1º, matriculados no CRISMO sob nº 37.937, passando a ter as seguintes confrontações:

I - Parte dos lotes 106 e 108, com áreas de 274,55m², e 38,30m², com área total de 312,85m², confrontando em conjunto: Ao Norte, com parte dos mesmo lotes 106 e 108, por linha seca de 16,65m, ao Leste, com parte do lote 106, por linha seca de 19,00m, ao Sul, com a Rua Chuí numa extensão de 16,15m, ao Oeste, com parte do lote 108, por linha seca de 7,00m, novamente ao Sul, com parte do lote 108, por linha seca de 0,5m, novamente ao Oeste, com parte do lote 108, por linha seca de 12,00m.

Art. 2º Ficam retificadas as confrontações de Parte dos Lotes Urbanos nº 103, 104, 106, 108 e os Lotes Urbanos nº 105 e 107, desdobrados pelo Decreto nº 4.234 de 30 de janeiro de 2007, em seu Art. 1º, matriculados no CRISMO sob nº 37.938, passando a ter as seguintes confrontações:

I - Parte do lote 103, com 530,50m², 104 com 197,33m², 106 com 372,00m², 108 com 574,92m² e os lotes 105 e 107 com 1.000,00m² respectivamente num total de 3.674,75m², confrontando em conjunto: Ao Norte, com a Avenida Getúlio Vargas numa extensão de 50,61m, ao Leste, com a rua José Garido Yanes numa extensão de 68,60m, ao Sul, com parte dos lotes n. 104, 106 e 108, por linha seca de 32,809m, novamente ao Leste, com parte do lote 108, por linha seca de 11,40m, novamente ao Sul, com parte do lote 108, por linha seca de 17,80m, ao Oeste, com os lotes letra "A" lote 110 e com o lote 109, por linha seca de 80,00m.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC.

Em, 21 de agosto de 2019.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

MARLI DA ROSA

Secretária Municipal de Urbanismo

Barbara Casales Giongo Rodrigues

Procuradora Geral

Este Decreto foi publicado no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess

Técnico Administrativo

**DECRETO 9.160 APROVA REMEMBRAMENTO E DESDOBRAMENTO SADI FRIGERI**

Publicação Nº 2131553

**DECRETO Nº 9.160/2019**

APROVA O REMEMBRAMENTO E DESDOBRAMENTO DOS LOTES URBANOS Nº 16-A E 16-B, LOCALIZADOS NO BAIRRO SÃO JORGE, PERÍMETRO URBANO DESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE SADI FRIGERI, E REVOGA O DECRETO Nº 9.155/2019, DE 09 DE AGOSTO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, e com base no artigo 3º, incisos IV e III e artigo 82, § 2º da Lei Complementar n. 006/2011 (Lei do Parcelamento do Solo Urbano), e,

Considerando que no Decreto nº 9.155/2019 de 09 de agosto de 2019, o qual aprovou o remembramento e desdobramento do Lote Urbano nº 16-A matriculado no CRISMO sob nº 46.521 e do Lote Urbano nº 16-B matriculado no CRISMO sob nº 46.522, de propriedade de Sadi Frigeri, constou erroneamente em seu inciso I metragem diversa da constante da matrícula.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aprovado o remembramento e desdobramento do Lote Urbano nº 16-A, com área de 331,969m², matriculado no CRISMO sob nº 46.521, situado na esquina das Ruas Joaquim Nabuco e Olímpio Ferronato e do Lote Urbano nº 16-B, com área de 304,35m², matriculado no CRISMO sob nº 46.522, situado na Rua Olímpio Ferronato, localizados no bairro São Jorge, Loteamento Izidoro Frigeri, perímetro urbano deste Município, de propriedade de Sadi Frigeri, passando de ora em diante a ter as seguintes confrontações:

I – Remembramento:

Lote Urbano nº 16-A, com área de 331,969m<sup>2</sup> e Lote Urbano nº 16-B, com área de 304,35m<sup>2</sup>, confrontando em conjunto: Ao Norte, com a Rua Olímpio Ferronato, numa extensão de 26,61m; Ao Leste, com o Lote 17-A e com parte do lote 17-C, por linha seca de 20,27m; Ao Sul, com parte dos lotes 17-C e 16-C, por linha seca de 31,58m; Ao Oeste, com a Rua Joaquim Nabuco, numa extensão de 15,33m; Ao Nordeste, com as Ruas Joaquim Nabuco e Olímpio Ferronato, por linha curva, num raio de 5,00m.

## II – Desdobramento:

a) Lote Urbano nº 16-A1, com área de 230,719m<sup>2</sup>, confrontando: Ao Norte, com a Rua Olímpio Ferronato, numa extensão de 6,61m; Ao Leste, com o Lote 16-A2, por linha seca de 20,31m; Ao Sul, com parte do lote 16-C, por linha seca de 11,58m; Ao Oeste, com a Rua Joaquim Nabuco, numa extensão de 15,33m; Ao Nordeste, com as Ruas Joaquim Nabuco e Olímpio Ferronato, por linha curva, num raio de 5,00m.

b) Lote Urbano nº 16-A2, com área de 202,80m<sup>2</sup>, confrontando: Ao Norte, com a Rua Olímpio Ferronato, numa extensão de 10,00m; Ao Leste, com o Lote 16-A3, por linha seca de 20,29m; Ao Sul, com parte do lote 16-C, por linha seca de 10,00m; Ao Oeste, com o lote 16-A1, por linha seca de 20,31m.

c) Lote Urbano nº 16-A3, com área de 202,80m<sup>2</sup>, confrontando: Ao Norte, com a Rua Olímpio Ferronato, numa extensão de 10,00m; Ao Leste, com o Lote 17-A e com parte do lote 17-C, por linha seca de 20,27m; Ao Sul, com parte dos lotes 17-C e 16-C, por linha seca de 10,00m; Ao Oeste, com o lote 16-A2, por linha seca de 20,29m;

Art. 2º Fica a cargo dos proprietários a execução de eventuais obras e registro no Cartório de Registro de Imóveis, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, para o fiel cumprimento do presente ato.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 9.155/2019, de 09 de agosto de 2019.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC.

Em, 21 de agosto de 2019.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

MARLI DA ROSA

Secretária Municipal de Urbanismo

Barbara Casales Giongo Rodrigues

Procuradora Geral

Este Decreto foi publicado no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess

Técnico Administrativo

## DECRETO 9.161 APROVA REMEMBRAMENTO EMERSON MOSCHEN

Publicação Nº 2131555

DECRETO Nº 9.161/2019

APROVA O REMEMBRAMENTO DOS LOTES URBANOS Nº 13, 14, 15 E 16, LOCALIZADOS NO BAIRRO AGOSTINI, PERÍMETRO URBANO DESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE EMERSON MOSCHEN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, e com base no artigo 3º, inciso IV e artigo 82, § 2º da Lei Complementar n. 006/2011 (Lei do Parcelamento do Solo Urbano).

### DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o remembramento do Lote Urbano nº 13, com área de 310,00m<sup>2</sup>, sito a Rua Águia Bernardi Guewehr, matriculado no CRISMO sob nº 48.772; Lote Urbano nº 14, com área de 310,00 m<sup>2</sup>, sito a Rua Águia Bernardi Guewehr, matriculado no CRISMO sob nº 48.773; Lote Urbano nº 15, com área de 454,21 m<sup>2</sup>, sito na esquina das Ruas Bento Gonçalves e Rua Águia Bernardi Guewehr, matriculado no CRISMO sob nº 48.774 e Lote Urbano nº 16, com área de 870,31m<sup>2</sup>, sito a Rua Bento Gonçalves, matriculado no CRISMO sob nº 48.775, localizados no Loteamento Santina, bairro Agostini, perímetro urbano deste Município, de propriedade de EMERSON MOSCHEN, remembramento dos referidos imóveis formando um único lote com área de 1.944,52m<sup>2</sup>, passando de ora em diante a ter as seguintes confrontações:

## I – Remembramento

Lote Urbano nº 13 com área de 310,00m<sup>2</sup>, Lote Urbano nº 14 com área de 310,00m<sup>2</sup>, Lote nº 15 com área de 454,21m<sup>2</sup>, Lote nº 16 com área de 870,31m<sup>2</sup>, totalizando 1.944,52m<sup>2</sup>, confrontando-se: ao Norte e Nordeste com a Rua Bento Gonçalves, em curva de 4,75mts, linha seca de 7,31mts, 9,29mts, 12,21mts, 13,62mts; novamente Nordeste com a Rua Bento Gonçalves e Rua Águia Bernardi Guewehr, em curva de 5,62 mts; ao Leste, com a Rua Águia Bernardi Guewehr, por linha seca de 33,41mts; ao Sul, com o lote urbano nº 51 (Área Verde) do

loteamento Araucária, por linha seca de 39,67mts; ao Oeste, com o lote urbano nº 17, por linha seca de 65,95mts.

Art. 2º Fica a cargo dos proprietários a execução de eventuais obras e registro no Cartório de Registro de Imóveis, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, para o fiel cumprimento do presente ato.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC.

Em, 21 de agosto de 2019.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

MARLI DA ROSA

Secretária Municipal de Urbanismo

Barbara Casales Giongo Rodrigues

Procuradora Geral

Este Decreto foi publicado no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess

Técnico Administrativo

## **LEI 7.653 DISPÕE SOBRE O FUMDEC E O COMDES**

Publicação Nº 2131557

LEI Nº 7.653/2019

DISPÕE SOBRE O FUNDO MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – FUMDEC E O CONSELHO MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – COMDES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

### **CAPÍTULO I**

#### **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta lei regulamenta o Fundo Municipal do Desenvolvimento Econômico – FUMDEC e o Conselho Municipal do Desenvolvimento Econômico Sustentável – COMDES, no âmbito do Município de São Miguel do Oeste.

### **CAPÍTULO II**

#### **DO FUNDO MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – FUMDEC**

Art. 2º O Fundo Municipal do Desenvolvimento Econômico - FUMDEC tem como objetivo a promoção de investimentos em infraestrutura, incentivos econômicos e isenções fiscais a todas empresas comerciais, industriais, prestadoras de serviços, condomínios agropecuários, empresas rurais, associações de produtores rurais, produtores rurais pessoa física, cooperativas, empresas de tecnologia e produtores de economia criativa, dentro de suas possibilidades orçamentárias, financeiras e da legislação constitucional e infraconstitucional, que buscam estabelecer, manter ou ampliar suas atividades no âmbito do Município.

Art. 3º O FUMDEC é constituído pelos seguintes recursos:

I – Transferências financeiras do erário municipal;

II – Recebimento de receitas provenientes de amortização de empréstimos concedidos;

III – Resultado operacional próprio que obtiver em suas operações;

IV – Recebimento de transferências financeiras advindas de recursos da União e do Estado.

V – Recebimento de doações, contribuições e auxílios de pessoas físicas e jurídicas;

VI – Receitas de operações de crédito;

VII – Receitas de alienação de bens;

VIII – Receitas de transferências constitucionais e legais;

IX – Demais receitas orçamentárias.

§ 1º Os recursos advindos do Erário Municipal serão mensalmente repassados e não poderão ser inferiores à importância de 0,5% (cinco décimos por cento) da Receita Corrente Líquida do Município.

§ 2º O cálculo do valor do repasse de que trata o § 1º será realizado com base na Receita Corrente Líquida correspondente ao respectivo mês do exercício anterior.

Art. 4º Os recursos do FUMDEC, cuja aplicação terá a função de fomentar as atividades produtivas, com vistas à geração de emprego e renda e com propósito precípuo de promover a redução das disparidades sociais, também serão aplicados em:

I – Projetos instituídos por programas que visam a concessão de incentivos econômicos, rurais ou outros que vierem a ser criados com o mesmo viés;

II – Aquisição de imóveis destinados à implantação, expansão e reativação de distritos industriais, de empreendimentos industriais, comerciais, prestadores de serviços e cooperativas;

III – Financiamento, em caráter complementar, por meio de instituições financeiras, de investimentos fixos;

IV – Contribuição com organizações sem fins lucrativos, que atuem na área do microcrédito, de acordo com critérios a serem definidos em lei própria;

V – Participação da constituição de fundo de aval, de empréstimos destinados a fomentar a criação e o desenvolvimento de micro e pequenos empreendimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços, a partir de critérios definidos em lei própria;

VI – Apoio à criação de novos centros, atividades e polos de desenvolvimento do Município;

VII – Incentivos à dinamização e diversificação de atividades econômicas;

VIII – Aprimoramentos das aptidões dos indicados no artigo 2º desta Lei, oferecendo-lhes informações e acessos a novas tecnologias relativas ao processo produtivo de cada segmento;

IX – Execução de melhoramentos nas propriedades dos sujeitos indicados no artigo 2º desta Lei, sempre com a finalidade de promover os fins descritos no mesmo artigo;

X – Incentivos ao turismo urbano e rural, bem como na implantação, ampliação e melhoramentos nas áreas destinadas para essa finalidade;

XI – Implantação, ampliação e melhoramentos na infraestrutura das áreas industriais e áreas rurais;

XII – Implantação, ampliação e melhoramentos em sistemas tecnológicos para aperfeiçoamento e georreferenciamento das vias, estradas e áreas rurais;

XIII – Subsídio de juros e incentivos instituídos por programas e projetos que fomentam a criação e o desenvolvimento dos sujeitos elencados no artigo 2º desta Lei;

XIV – Incentivos em horas-máquina.

Art. 5º O FUMDEC terá como gestor o Secretário Municipal de Desenvolvimento Sustentável.

Art. 6º O pagamento ou o resgate dos incentivos concedidos por intermédio do FUMDEC dar-se-á pelo valor nominal do incentivo, na carência, no prazo e na forma estabelecida em cada Projeto, acrescido de correção monetária do período, que tem como indexador o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC ou outro que vier a ser substituído pelo Governo Federal.

Parágrafo único. O beneficiário que não cumprir com os pagamentos previstos no contrato de concessão, aprovado por lei específica, estará sujeito à ação executiva e o contrato vencido inscrito em dívida ativa.

### CAPÍTULO III

#### DO CONSELHO MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – COMDES

Art. 7º O Conselho Municipal do Desenvolvimento Econômico Sustentável – COMDES, órgão consultivo e deliberativo, terá suas atribuições, direitos e deveres declinados em seu Regimento Interno, instituído e aprovado por Decreto, dentre as quais o de colaborar na criação e implementação de estratégias e políticas municipais de desenvolvimento econômico-social sustentável e de diretrizes para a concessão de incentivos econômicos às empresas proponentes, com análise da viabilidade, oportunidade e conveniência da aplicação de incentivos, com objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social do Município, mediante a execução de políticas públicas e programas de desenvolvimento em consonância com o Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico, submetendo à apreciação do Chefe do Poder Executivo.

Art. 8º Caberá ao COMDES a elaboração do Plano de Desenvolvimento Econômico do Município de São Miguel do Oeste, o qual terá a seguinte finalidade:

I – Diagnosticar as potencialidades do Município;

II – Definir as prioridades e necessidades, bem como carências econômicas do Município;

III – Estabelecer procedimentos e deflagrar ações indispensáveis ao desenvolvimento autossustentado da comunidade, segundo as suas potencialidades;

IV – Desenvolver projetos que viabilizem atrair atividades com carência no Município e estabelecer os critérios de atração de investimentos.

Art. 9º O COMDES será composto por 11 (onze) membros titulares e 11 (onze) membros suplentes, da seguinte forma:

I - O Secretário Municipal de Desenvolvimento Sustentável;

II - 01 (um) representante do Conselho das Entidades;

III - 01 (um) representante do SENAI de São Miguel do Oeste;

IV - 01 (um) representante do SENAC de São Miguel do Oeste;

V - 01 (um) representante do SEBRAE de São Miguel do Oeste;

VI - 01 (um) representante de Universidade com sede no município;

VII - 01 (um) representante do Sindicato dos Contabilistas;

VIII - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Piscicultura;

IX - 01 (um) representante das Cooperativas com vínculo rural de São Miguel do Oeste;

X - 01 (um) representante do Coletivo Sindical;

XI - 01 (um) representante do Fórum de Economia Solidária.

§ 1º O COMDES será presidido pelo Presidente, que será eleito dentre os membros titulares ou seus suplentes que os estejam substituindo.

§ 2º Os membros titulares e suplentes deverão ser escolhidos e/ou indicados pelas Entidades e apresentadas ao Chefe do Poder Executivo, que promoverá a nomeação.

Art. 10 O mandato dos membros e do Presidente do COMDES terá duração de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

Art. 11 As deliberações do COMDES serão resumidas em Resoluções, as quais serão remetidas à apreciação do Chefe do Poder Executivo Municipal, que ficará obrigado a:

I – Apresentar até o dia 15 de junho de cada exercício financeiro o plano anual de metas para o exercício seguinte;

II – Apresentar o seu projeto do Plano Plurianual de Investimentos e suas alterações na forma e prazo estabelecidos;

III – Apresentar o seu projeto de Lei de Diretrizes orçamentárias;

IV – Apresentar o seu projeto de Orçamento;

V – Outras matérias orçamentárias.

Parágrafo único. Os prazos referentes aos projetos atinentes ao PPA, LDO e LOA, do respectivo Fundo, serão fixados pelo Executivo Municipal a cada ano financeiro.

Art. 12 As reuniões ordinárias do COMDES realizar-se-ão uma vez por mês, podendo ainda serem convocadas extraordinárias, sempre que necessário:

I – Pelo Presidente do COMDES;

II – Por um terço dos seus membros;

III - Pelo Prefeito Municipal;

IV - Pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Sustentável.

Art. 13 As atividades exercidas pelos membros do COMDES são consideradas serviços de caráter relevante ao Município, as quais não são remuneradas e não caracterizam vínculo empregatício.

Art. 14 O COMDES fica obrigado a prestar contas, na forma das normas constitucionais e legais, à Contadoria Geral deste ente federado.

Art. 15 Compete ao COMDES:

I – Estabelecer prioridades na aplicação dos recursos;

II – Analisar e enquadrar os projetos no Plano de Desenvolvimento Municipal;

III – Acompanhar e avaliar os projetos financiados, objetivando comprovar a geração de emprego pré-determinada;

IV – Avaliar os resultados obtidos com os incentivos concedidos, bem como projetar futuros incentivos;

V – Fiscalizar os projetos, garantindo a correta utilização dos recursos e dos incentivos;

VI – Apreçar os balancetes mensais e os balanços anuais do FUMDEC, bem como promover a fiscalização e acompanhamento da execução orçamentária e da aplicação dos recursos, em consonância com o TCE e a Contadoria Geral do Município;

VII – Desincumbir-se de outras atividades determinadas pelas normas baixadas pela Chefia do Executivo Municipal, com objetivo do cumprimento das determinações contidas neste ato.

#### CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16 Os estímulos econômicos e incentivos fiscais que utilizarem recursos do Fundo Municipal do Desenvolvimento Econômico - FUMDEC serão concedidos somente após aprovação do Conselho Municipal do Desenvolvimento Sustentável – COMDES.

Art. 17 Fica autorizado o Executivo Municipal a realizar todos os registros contábeis e patrimoniais necessários ao cumprimento da presente lei.

Art. 18 O Executivo Municipal regulamentará esta Lei por ato próprio.

Art. 19 As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações constantes do orçamento vigente.

Art. 20 Ficam revogados os artigos 24 a 37, da Lei nº 7.130, de 21 de maio de 2015.

Art. 21 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC.

Em, 21 de agosto de 2019.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

SISSE ABDALLA DIAS VELOZO

Secretária Municipal de Desenvolvimento Sustentável

Barbara Casales Giongo Rodrigues

Procuradora Geral

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess

Técnico Administrativo

#### **PROC 195/2019 - PREFEITURA**

Publicação Nº 2130840

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 195/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 131/2019

A Prefeitura Municipal, a partir do Secretário Municipal de Administração e Finanças, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor preço por Item.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de maravalha de pinus destinados para manutenção de piso em chão batizado de pavilhões de bovinos no Parque de Exposições Rineu Gransotto, do Município de São Miguel do Oeste/SC, de acordo com o anexo I do Edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 04 de setembro de 2019.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento



de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº  
1199 fones (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no pelo site:  
www.saomiguel.sc.gov.br  
São Miguel do Oeste/SC, 21 de agosto de 2019.  
ALENCAR BARBIERI  
Secretário de Administração e Finanças

## PROC 208/2019 - PREFEITURA

Publicação Nº 2130533

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 208/2019  
LEILÃO Nº 03/2019

A Prefeitura Municipal, a partir da Leiloeira, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Leilão, Tipo maior Lance.

OBJETO: Venda de ativos inservíveis do Município de São Miguel do Oeste – SC, de acordo com o anexo I do edital.

Abertura: às 10h do dia 09 de setembro de 2019.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 21 de agosto de 2019.

PAULA R.J.MARTINS

Leiloeira

## CÂMARA MUNICIPAL

## PORTARIA 117/2019

Publicação Nº 2131463

PORTARIA 117/2019

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno Cameral – Resolução nº 004 de 1º de dezembro de 1992, RESOLVE:

Art. 1º FIXAR, à Vereadora SILVIA TERESINHA KUHN, a percepção de 2 (duas) diárias e 2/3 (dois terços) em razão de deslocamento à cidade de Treze Tílias - SC, com o objetivo de participar do "Seminário Estadual de Vereadores 2019", tendo como dia de partida o dia 21 de agosto de 2019, às 04h, com retorno previsto no dia 23 de agosto de 2019, às 18h, tendo como meio de transporte carro próprio.

Art. 2º Estabeleceu-se como nível de enquadramento para percepção da diária, o Decreto Legislativo nº 002/13 de 20 de dezembro de 2013, tendo como valor total da diária R\$ 335,00 (trezentos e trinta e cinco reais), perfazendo o total de R\$ 893,00 (oitocentos e noventa e três reais).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Gabinete do Presidente da Câmara de São Miguel do Oeste, SC,  
Em 20 de agosto de 2019.  
Vereador Everaldo Di Berti  
Presidente da Câmara

Certifico que a presente Portaria,  
foi publicada na forma da lei, nesta data.

José Cirilo Chittó  
Secretário Executivo



**PORTARIA 118/2019**

Publicação Nº 2131464

PORTARIA 118/2019

DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DA CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Resolução nº 004/92 e alterações, e a Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de abril de 1990, e demais legislações;

**RESOLVE:**

Art. 1º A pedido, fica reduzida para 20 horas semanais, a carga horária da Servidora da Câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste, com redução de proventos na proporcionalidade, Senhora ANAÍSE LOHMANN STAATS, brasileira, ocupante do cargo de Técnica Legislativa, durante o período de 1º de setembro a 30 de setembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, publique-se e comunique-se.

Gabinete do Presidente da Câmara de São Miguel do Oeste, SC,  
Em 21 de agosto de 2019.  
Vereador Everaldo Di Berti  
Presidente da Câmara

Certifico que a presente Portaria,  
foi publicada na forma da lei, nesta data.

José Cirilo Chittó  
Secretário Executivo

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 087/2019

Publicação Nº 2130861

MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 – Fone: 48-32770122  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO n.º 087/2019

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado RODRIGO ROSA MEI – CNPJ 26.861.447/0001-49, CPF 951.928.089-87 com endereço na Rua São Francisco do Sul, 80 – Bairro Passa Vinte – Palhoça - SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO

Este contrato tem como objeto a contratação de mão-de-obra com fornecimento de material para prestação de serviço de reforma de 03 estofados da Prefeitura de São Pedro de Alcântara – SC.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto deste contrato o valor de R\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais), conforme discriminação abaixo. O pagamento será efetuado somente após a conclusão total do serviço contratado.

Descrição serviço	Valor
Material	R\$ 1.500,00
Mão de obra	R\$ 1.900,00

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO

O preço contratado não será reajustado.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

O prazo de vigência deste contrato será de 19/08/19 a 06/09/2019.

Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

#### CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara-SC, 19 de agosto de 2019.  
ERNEI JOSÉ STAHELIN RODRIGO ROSA  
Prefeito Municipal Contratado

### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 088/2019

Publicação Nº 2130858

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, 88125-000 - São Pedro de Alcântara/SC  
– Fone (48) 3277-0122 – 3277-0219  
www.pmspa.sc.gov.br administracao@pmspa.sc.gov.br

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 088/2019

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado TRANSPORTES DANIELA LTDA ME, inscrito no CNPJ sob n.º. 17.515.845/0001-12, com sede a Rua Manoel de Abreu, nº 102, Aririú – Palhoça/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO**

1.1. Este contrato tem como objeto a contratação de empresa especializada para realizar o transporte do Brigue Louize, onde os carrinhos serão carregados em São Pedro de Alcântara dia 02/09/2019 e levados até a Vila Itoupava em Blumenau, depois serão carregados em Blumenau e descarregados no mesmo dia em São Pedro de Alcântara.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO**

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato o valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO**

3.1. O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO**

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de apenas um dia, ou seja, 02/09/2019.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.3. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS**

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

6.1. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

6.2. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 20 de agosto de 2019.

ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal	TRANSPORTES DANIELA LTDA ME Contratado
---	--

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 089/2019**

Publicação Nº 2130854

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 - São Pedro de Alcântara – SC

Fone 48-32770122 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO nº 089/2019**

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado ASSOCIAÇÃO DOS MUSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE - AMUSPE, inscrita no CNPJ: 07.453.253/0001-60, com sede a Rua XV de Novembro, nº. 2.219 – Centro – Pomerode/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO**

1.1- Este contrato tem como objeto a contratação do grupo musical Die Lustigen Musikanten para apresentação no dia 14/09/2019 no horário das 11:00 as 16:30 horas na Feira Arte e Saber em São Pedro de Alcântara, com a temática 17ª Oktobertanz.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO**

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor total de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO**

3.1- O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO**

4.1- O prazo de vigência deste contrato será de 01 dia, ou seja, 14/09/2019.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS**

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

6.3- Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 20 de agosto de 2019.

ERNEI JOSÉ STAHELIN ASSOCIAÇÃO DOS MUSICOS PROFISSIONAIS

Prefeito Municipal DE POMERODE – AMUSPE - CONTRATADO

**RESCISÃO DE CONTRATO**

Publicação Nº 2130852

**RESCISÃO DE  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, resolve rescindir a partir de 10/07/2019, o Contrato de Prestação de Serviços Nº 079/2019 firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA e ADEMIR BOSQUETTI MATEUS - ME, inscrito no CNPJ sob nº. 10.730.145/0001-00, com sede na Servidão Salum Silva, nº 78, Caveiras – 88162-792 - Biguaçu/SC, doravante denominado CONTRATADA.

São Pedro de Alcântara/SC, 10 de julho de 2019.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

# Saudades

## PREFEITURA

### EXTRATO DE ADITIVO Nº 001/2019 CONTRATO Nº 034/2019

Publicação Nº 2131323

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 034/2019

CONTRATO Nº 34/2019

DATA: 12/04/19.

PARTES: MUNICÍPIO DE SAUDADES e F.G. CONSTRUTORA LTDA ME.

ALTERAÇÃO: O prazo de vigência do Contrato nº 034/2019, firmado em 12/04/2019, Processo Licitatório nº 463/2019, Modalidade Tomada de Preços nº 001/2019, que tem por objeto a execução sob regime de empreitada global com fornecimento de materiais e mão de obra para execução de calçadas públicas na Av. Brasil. Fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias corridos com término para o dia 13/10/2019. A alteração do prazo contratual ocorre em razão de solicitação da empresa executora pelos motivos apresentados no ofício protocolado junto ao Município, com fundamento no Art. 57, § 1º Inciso II e III da Lei nº 8.666/93.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 57, § 1º Inciso II e III da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ALTERAÇÃO: 13/08/2019

DATA DO NOVO VENCIMENTO: 13/10/2019.

DANIEL KOTHE

PREFEITO MUNICIPAL

### PORTARIA N. 360, 01 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2131172

PORTARIA N. 360, 01 DE JULHO DE 2019.

"NOMEIA DIRETOR DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DANIEL KOTHE Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições conferidas pelo artigo 44, combinado com o art. 47 e a alínea "c" do inciso I, do artigo 54 da Lei Orgânica Municipal, com o disposto no inciso II do artigo 37 da Carta Federal de 1988, e Leis Complementares nº. 06/2002 e 027/2009 e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado para exercer as funções do cargo de Diretor de Transportes, Obras e Serviços Urbanos o Sr. MARIO AFFONSO METZGER, com lotação na Secretaria de administração e Fazenda, percebendo o vencimento fixado pelo quadro de Pessoal Comissionado, nível VI do Anexo II da Lei Complementar nº 027/2009, a partir de 02.07.2019.

Art. 2º. O nomeado será regido pelo regime jurídico estatutário e vinculado ao regime geral de previdência social, nos termos das Leis Complementares nº 05/02 e 06/02, ambas de 25 de outubro de 2002.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 01 de Julho de 2019.

DANIEL KOTHE

Prefeito Municipal

OSMAR PRESTES

Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

Registrada e publicada na forma da lei nesta Secretaria em data supra.

**PORTARIA N. 361, 01 DE JULHO DE 2019.**

Publicação Nº 2131175

PORTARIA N. 361, 01 DE JULHO DE 2019.

“DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO DIRETOR DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que a Lei Orgânica Municipal lhe confere,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica exonerado da função do cargo de Diretor De Transporte, Obras e Serviços Urbanos, o servidor FLAVIO JOSÉ METZGER, a partir de 01 de Julho de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, estando às verbas rescisórias a disposição do servidor na tesouraria do município.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 01 de Julho de 2019.

DANIEL KOTHE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em data supra.

OSMAR PRESTES  
Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

**PORTARIA N. 362, 01 DE JULHO DE 2019.**

Publicação Nº 2131177

PORTARIA N. 362, 01 DE JULHO DE 2019.

“CANCELA FUNÇÃO DE CONFIANÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação vigente, especialmente, com disposto no art. 44, Inciso VIII da Lei Orgânica do Município, combinado com as Leis Complementares n. 06 de 25.10.2002 e 18 de 30 de Dezembro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica cancelada a Função de Confiança concedida a Servidora Efetiva NEIVA MARIA HERMES FREY, que exercia as funções de FC I – Assessora de Vigilância Sanitária, a partir do dia 01 de Julho de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria n. 132/2017.

Saudades, SC, em 01 de Julho de 2019.

DANIEL KOTHE  
Prefeito Municipal

OSMAR PRESTES  
Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

Registrada e publicada na forma da lei nesta Secretaria em data supra.

**PORTARIA N. 363, 01 DE JULHO DE 2019.**

Publicação Nº 2131183

PORTARIA N. 363, 01 DE JULHO DE 2019.

“CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA NA PESSOA DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto no art. 86 da Lei complementar n. 05/2002;

CONSIDERANDO o requerimento com pedido de licença formulado;

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família a servidora MARINÊS FRANKEN, ocupante do cargo de Merendeira, lotada na Secretaria de Educação, pelo período de trinta dias, sem remuneração, a partir do dia 01 de Julho de 2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 01 de Julho de 2019.

DANIEL KOTHE  
Prefeito Municipal

OSMAR PRESTES  
Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

Registrada e publicada na forma da lei nesta Secretaria em data supra.

**PORTARIA N. 364, 01 DE JULHO DE 2019.**

Publicação Nº 2131188

PORTARIA N. 364, 01 DE JULHO DE 2019.

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto no art. 93 da Lei complementar n. 5/2002, alterada pela Lei complementar nº. 37/2011.

CONSIDERANDO o requerimento com pedido de licença prêmio formulado;

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio a servidora VARNISE KIPPER, ocupante do cargo de Agente de Saúde Pública, lotada na Secretaria de Saúde Pública, pelo período de trinta dias, a partir do dia 01 de Julho de 2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 01 de Julho de 2019.

DANIEL KOTHE  
Prefeito Municipal

OSMAR PRESTES  
Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

Registrada e publicada na forma da lei nesta Secretaria em data supra.

**PORTARIA N. 365, 01 DE JULHO DE 2019.**

Publicação Nº 2131195

PORTARIA N. 365, 01 DE JULHO DE 2019.

“CONCEDE ADICIONAL DE ESCOLARIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, combinado com a Lei Complementar n. 07/2002 e suas alterações;

CONSIDERANDO o requerimento instruídos com cópia do certificado de conclusão do Mestrado;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder o adicional de escolaridade à KAROLINE SAMPAIO BARROS, ocupante do cargo de NUTRICIONISTA, correspondente a 18% sobre o vencimento inicial, pago em verba própria, em virtude da conclusão do Mestrado, a partir de Julho de 2019.

Art. 2º. Para fazer face às despesas decorrentes da presente portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.



Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 01 de Julho de 2019.

DANIEL KOTHE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em data supra.

OSMAR PRESTES  
Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

### **PORTARIA N. 366, 01 DE JULHO DE 2019.**

Publicação Nº 2131224

PORTARIA N. 366, 01 DE JULHO DE 2019.

“CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 05, de abril de 1990, combinado com os artigos 69, inciso V e 82, da Lei Complementar n. 05/2002, alterado pelas Leis Complementares n. 23, de 01 de abril de 2008 e Lei Complementar n. 68, de 26 de Maio de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Concede a servidora pública abaixo identificada o adicional por tempo de serviço, concedido por anuênio de efetivo exercício no serviço público do município, no percentual abaixo identificado, sobre o vencimento do cargo efetivo, a partir do dia 01 de Julho de 2019:

SERVIDOR	PERCENTUAL (%)
Isoldi Weizenmann	1%
Varnise Kipper	1%

Art. 2º. Para fazer face às despesas decorrentes da presente portaria serão usados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Saudades/SC, 01 de Julho de 2019.

DANIEL KOTHE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em data supra.

OSMAR PRESTES  
Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

### **PORTARIA N. 367, 01 DE JULHO DE 2019.**

Publicação Nº 2131225

PORTARIA N. 367, 01 DE JULHO DE 2019.

“DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL EM VIRTUDE DE APROVAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que a Lei lhe confere e, na forma da alínea ‘a’, do inciso II, do artigo 54 da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar n. 06/2012 e suas alterações, combinado com o disposto no inciso II do artigo 37 da Carta Federal de 1988, e,

CONSIDERANDO a realização do Concurso Público aberto pelo Edital 010/2018, cujo resultado final foi homologado pelo Decreto 55/2018,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, em virtude de aprovação em concurso público, JANICE CLAUDIA NIEDERLE LAUXEN para exercer as funções do cargo de AGENTE EDUCATIVO-20H, com vencimento e carga horária prevista pelo Edital de Concurso Público n. 010/2018, com lotação na Secretaria de Educação, a partir do dia 01 de julho de 2019.

Art. 2º. O nomeado terá o prazo de 30 (trinta) dias contados da sua nomeação para entrar em exercício.

Art. 3º. O nomeado será regido pelo regime jurídico estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social, nos termos da Lei Complementar n. 05, de 25 de Outubro de 2002.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 01 de Julho de 2019.

DANIEL KOTHE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em data supra.

OSMAR PRESTES  
Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

O nomeado entrou em exercício em  
\_\_\_\_\_de Julho de 2019

### **PORTARIA N. 368, 01 DE JULHO DE 2019.**

Publicação Nº 2131227

PORTARIA N. 368, 01 DE JULHO DE 2019.

“DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL EM VIRTUDE DE APROVAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que a Lei lhe confere e, na forma da alínea 'a', do inciso II, do artigo 54 da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar n. 06/2012 e suas alterações, combinado com o disposto no inciso II do artigo 37 da Carta Federal de 1988, e,

CONSIDERANDO a realização do Concurso Público aberto pelo Edital 010/2018, cujo resultado final foi homologado pelo Decreto 55/2018,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, em virtude de aprovação em concurso público, NEIVA JACINTA KUNZ STEIN para exercer as funções do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com vencimento e carga horária prevista pelo Edital de Concurso Público n. 010/2018, com lotação na Secretaria de Educação, a partir do dia 01 de julho de 2019.

Art. 2º. O nomeado terá o prazo de 30 (trinta) dias contados da sua nomeação para entrar em exercício.

Art. 3º. O nomeado será regido pelo regime jurídico estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social, nos termos da Lei Complementar n. 05, de 25 de Outubro de 2002.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 01 de Julho de 2019.

DANIEL KOTHE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em data supra.

OSMAR PRESTES  
Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

O nomeado entrou em exercício em  
\_\_\_\_\_de Julho de 2019

**PORTARIA N. 369, 01 DE JULHO DE 2019.**

Publicação Nº 2131230

PORTARIA N. 369, 01 DE JULHO DE 2019.

"ADMITE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais da Lei Orgânica Municipal de 05 de Abril de 1990, combinado com as disposições da Lei Complementar n. 06/2002 de 25 de Outubro de 2002, Lei Complementar 18/2005 de 29 de Novembro de 2005 e Lei Complementar n. 42/2011 de 22 de Setembro de 2011,

CONSIDERANDO a homologação do resultado do Processo Seletivo aberto pelo Edital n. 010/2017, pelo Decreto n. 68, de 25 de Agosto de 2017;

CONSIDERANDO a prorrogação do Processo Seletivo aberto pelo Edital n. 001/2016 pelo Decreto n. 08, de 23 de janeiro de 2018;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica admitida para atender necessidade temporária, conforme segue:

NOME: TÂNIA CRISTINA SCHNEIDER.

FUNÇÃO: Auxiliar de Serviços Gerais.

CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais.

LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Educação.

VENCIMENTO: Nível I da Lei Complementar n. 42, de 22 de Setembro de 2011.

PERÍODO: 01.07.2019 a 13.12.2019.

Art. 2º. O presente ato poderá ser revogado a qualquer momento por razões de interesse público devidamente justificado.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 01 de Julho de 2019.

DANIEL KOTHE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em data supra.

OSMAR PRESTES

Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

**PORTARIA N. 370, 01 DE JULHO DE 2019.**

Publicação Nº 2131232

PORTARIA N. 370, 01 DE JULHO DE 2019.

"ADMITE OPERADOR DE MÁQUINAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais da Lei Orgânica Municipal de 05 de Abril de 1990, combinado com as disposições da Lei Complementar n. 06/2002 de 25 de Outubro de 2002, Lei Complementar 18/2005 de 29 de Novembro de 2005 e Lei Complementar n. 42/2011 de 22 de Setembro de 2011,

CONSIDERANDO a homologação do resultado do Processo Seletivo aberto pelo Edital n. 010/2017, pelo Decreto n. 68, de 25 de Agosto de 2017;

CONSIDERANDO a prorrogação do Processo Seletivo aberto pelo Edital n. 010/2017 pelo Decreto n. 40-A, de 01 de Agosto de 2018;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica admitida para atender necessidade temporária, conforme segue:

NOME: MÁRCIO JANK.

FUNÇÃO: Operador de Máquinas.

CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais.

LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Infraestrutura.

VENCIMENTO: Nível XI da Lei Complementar n. 42, de 22 de Setembro de 2011.

PERÍODO: 01.07.2019 a 31.12.2019.

Art. 2º. O presente ato poderá ser revogado a qualquer momento por razões de interesse público devidamente justificado.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 01 de Julho de 2019.

DANIEL KOTHE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em data supra.

OSMAR PRESTES  
Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

### **PORTARIA N. 371, 01 DE JULHO DE 2019.**

Publicação Nº 2131250

PORTARIA N. 371, 01 DE JULHO DE 2019.

"ADMITE OPERADOR DE MÁQUINAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais da Lei Orgânica Municipal de 05 de Abril de 1990, combinado com as disposições da Lei Complementar n. 06/2002 de 25 de Outubro de 2002, Lei Complementar 18/2005 de 29 de Novembro de 2005 e Lei Complementar n. 42/2011 de 22 de Setembro de 2011,

CONSIDERANDO a homologação do resultado do Processo Seletivo aberto pelo Edital n. 010/2017, pelo Decreto n. 68, de 25 de Agosto de 2017;

CONSIDERANDO a prorrogação do Processo Seletivo aberto pelo Edital n. 010/2017 pelo Decreto n. 40-A, de 01 de Agosto de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica admitida para atender necessidade temporária, conforme segue:

NOME: MAURÍCIO ANDRÉ MAHL.

FUNÇÃO: Operador de Máquinas.

CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais.

LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Infraestrutura.

VENCIMENTO: Nível XI da Lei Complementar n. 42, de 22 de Setembro de 2011.

PERÍODO: 01.07.2019 a 31.12.2019.

Art. 2º. O presente ato poderá ser revogado a qualquer momento por razões de interesse público devidamente justificado.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 01 de Julho de 2019.

DANIEL KOTHE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em data supra.

OSMAR PRESTES  
Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

### **PORTARIA N. 372, 01 DE JULHO DE 2019.**

Publicação Nº 2131251

PORTARIA N. 372, 01 DE JULHO DE 2019.

"ADMITE OPERADOR DE MÁQUINAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais da Lei Orgânica Municipal de 05 de Abril de 1990, combinado com as disposições da Lei Complementar n. 06/2002 de 25 de Outubro de 2002, Lei Complementar 18/2005 de 29 de Novembro de 2005 e Lei Complementar n. 42/2011 de 22 de Setembro de 2011,

CONSIDERANDO a homologação do resultado do Processo Seletivo aberto pelo Edital n. 010/2017, pelo Decreto n. 68, de 25 de Agosto de 2017;

CONSIDERANDO a prorrogação do Processo Seletivo aberto pelo Edital n. 010/2017 pelo Decreto n. 40-A, de 01 de Agosto de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica admitida para atender necessidade temporária, conforme segue:

NOME: MARCELO BATISTA BIEGER.

FUNÇÃO: Operador de Máquinas.  
CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais.  
LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Infraestrutura.  
VENCIMENTO: Nível XI da Lei Complementar n. 42, de 22 de Setembro de 2011.  
PERÍODO: 01.07.2019 a 31.12.2019.

Art. 2º. O presente ato poderá ser revogado a qualquer momento por razões de interesse público devidamente justificado.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 01 de Julho de 2019.

DANIEL KOTHE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em data supra.

OSMAR PRESTES  
Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

### **PORTARIA N. 373, 01 DE JULHO DE 2019.**

Publicação Nº 2131254

PORTARIA N. 373, 01 DE JULHO DE 2019.

“CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a promulgação da Lei Complementar n. 47, de 19 de dezembro de 2012, que institui o adicional de insalubridade pela prestação de serviços em locais insalubres;

CONSIDERANDO a apresentação do laudos de PPRA – Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais e da LTCAT – Laudo Técnico de Condições Ambientais, referente ao ano de 2019;

RESOLVE

Art. 1º. Concede Adicional de Insalubridade ao servidor público abaixo identificado, em grau médio, no importe de 20% (vinte por cento), incidentes sobre o valor correspondente ao Menor Vencimento do Município, a partir do mês de Julho de 2019:

#### **I – Secretaria de Educação**

SERVIDOR	CARGO
NEIVA JACINTA KUNZ STEIN	Auxiliar de Serviços Gerais
TÂNIA CRISTINA SCHNEIDER	Auxiliar de Serviços Gerais

#### **II – Secretaria de Infraestrutura**

SERVIDOR	CARGO
MÁRCIO JANK	Operador de Máquinas
MAURÍCIO ANDRÉ MAHL	Operador de Máquinas
MARCELO BATISTA BIEGER	Operador de Máquinas

Art. 2º. O Adicional de Insalubridade será concedido ao funcionário ou servidor somente enquanto perdurar o exercício em unidades ou atividades insalubres, conforme dispõe o art. 5º da Lei Complementar n. 47/2012.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 01 de Julho de 2019.

DANIEL KOTHE  
Prefeito Municipal  
Registrada e publicada nesta Secretaria em data supra.

OSMAR PRESTES  
Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

**PORTARIA N. 374, 01 DE JULHO DE 2019.**

Publicação Nº 2131289

PORTARIA N. 374, 01 DE JULHO DE 2019.

“DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL EM VIRTUDE DE APOSENTADORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que a Lei Orgânica Municipal lhe confere;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica exonerado das funções do cargo de Médico Veterinário, o servidor JOÃO ZENI, a partir de 03 de Julho de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, estando às verbas rescisórias a disposição do servidor na Tesouraria Municipal.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 01 de Julho de 2019.

DANIEL KOTHE  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supra.

OSMAR PRESTES  
Assessora Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

**PORTARIA N. 375, 01 DE JULHO DE 2019.**

Publicação Nº 2131290

PORTARIA N. 375, 01 DE JULHO DE 2019.

“DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL EM VIRTUDE DE APOSENTADORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que a Lei Orgânica Municipal lhe confere;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica exonerada das funções do cargo de Técnica em Administração, a servidora SOFIA TEREZA BIESDORF KLEIN, a partir de 03 de Julho de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, estando às verbas rescisórias a disposição do servidor na Tesouraria Municipal.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 01 de Julho de 2019.

DANIEL KOTHE  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supra.

OSMAR PRESTES  
Assessora Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

**PORTARIA N. 376, 12 DE JULHO DE 2019.**

Publicação Nº 2131292

PORTARIA N. 376, 12 DE JULHO DE 2019.

“DESIGNA SERVIDOR COMO RESPONSÁVEL PELA TESOURARIA DA AUTARQUIA MUNICIPAL - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o art. 4º da Lei Municipal n. 1.958, de 13 de abril de 2010,

CONSIDERANDO as férias do servidor ocupante do cargo de Diretor do SAMAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto no período de 15.07.2019 a 24.07.2019;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designar TARCISIO JOSÉ SCHUH, para desempenhar as funções de tesoureiro da Autarquia Municipal de Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAMAE no período de 15.07.2019 a 24.07.2019, sendo responsável pela sua gestão para o bom funcionamento da Autarquia, sem ônus adicional.

Parágrafo Único. Dentre as atribuições e poderes, o servidor poderá realizar, em conjunto com o Prefeito Municipal, as seguintes funções: abrir contas de depósito; cadastrar, alterar e desbloquear senhas consultar contas/aplicações/programas/repasse/recursos; efetuar pagamentos por meio eletrônico; efetuar resgates/aplicações financeiras; efetuar saques - conta corrente efetuar transferências por meio eletrônico; efetuar transferências e pagamentos, emitir cheques; emitir comprovantes; liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro; receber, passar recibo e dar quitação; solicitar saldos/extratos de investimentos; solicitar saldos, extratos e comprovantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades/SC, em 12 de Julho de 2019.

DANIEL KOTHE  
Prefeito Municipal

OSMAR PRESTES  
Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

**PORTARIA N. 377, 12 DE JULHO DE 2019.**

Publicação Nº 2131296

PORTARIA N. 377, 12 DE JULHO DE 2019.

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA AUSENTAR- SE DO SERVIÇO PÚBLICO EM VIRTUDE DE FALECIMENTO DE PARENTE DE 1º GRAU E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal em Exercício de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e, de acordo com a alínea 'b' do inciso III, do art. 97, da Lei Complementar n. 005, de 25 de outubro de 2002;

CONSIDERANDO o pedido para ausentar, em virtude de falecimento de parente de 2º grau, instruído pela certidão de óbito anexa;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica concedido a servidora LOURDES MARIA MULLER, a ausência por 05 (cinco) dias consecutivos dos serviços, em razão de falecimento de parente de 2º grau, a partir do dia 12.07.2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 12 de Julho de 2019.

DANIEL KOTHE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em data supra.

OSMAR PRESTES  
Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

**PORTARIA N. 378, 17 DE JULHO DE 2019.**

Publicação Nº 2131313

PORTARIA N. 378, 17 DE JULHO DE 2019.

“CONCEDE ADICIONAL DE ESCOLARIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, combinado com a Lei Complementar n. 07/2002 e suas alterações;

CONSIDERANDO o requerimento instruídos com cópia do certificado de conclusão da Graduação;



**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder o adicional de escolaridade à CASSIA ALANA LAUXEN, ocupante do cargo de AGENTE EDUCATIVA, correspondente a 10% sobre o vencimento inicial, pago em verba própria, em virtude da conclusão da Graduação, a partir de Julho de 2019.

Art. 2º. Para fazer face às despesas decorrentes da presente portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 17 de Julho de 2019.

DANIEL KOTHE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em data supra.

OSMAR PRESTES  
Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

**PORTARIA N. 379, 18 DE JULHO DE 2019.**

Publicação Nº 2131315

PORTARIA N. 379, 18 DE JULHO DE 2019.

“CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, combinado com o inciso X, do art. 93 da Lei Complementar n. 006, de 25 de outubro de 2002, alterada pela Lei Complementar n. 026, de 19 de Maio de 2009,

CONSIDERANDO a apresentação do Atestado médico, em que atesta o repouso por 180 (cento e oitenta) dias por motivo de parto,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder licença maternidade, a partir de 18 de Julho de 2019, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a servidora JAQUELINE SCHMIDT TRENTINI, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 18 de Julho de 2019.

DANIEL KOTHE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em data supra.

OSMAR PRESTES  
Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

**PORTARIA N. 380, 19 DE JULHO DE 2019.**

Publicação Nº 2131316

PORTARIA N. 380, 19 DE JULHO DE 2019.

"CONCEDE ADICIONAL DE ESCOLARIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, combinado com a Lei Complementar n. 07/2002 e suas alterações;

CONSIDERANDO o requerimento instruídos com cópia do certificado de conclusão da Pós Graduação;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder o adicional de escolaridade à JORGE LEANDRO KESSLER, ocupante do cargo de MOTORISTA, correspondente a 15% sobre o vencimento inicial, pago em verba própria, em virtude da conclusão da Pós Graduação, a partir de Julho de 2019.

Art. 2º. Para fazer face às despesas decorrentes da presente portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 19 de Julho de 2019.

DANIEL KOTHE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em data supra.

OSMAR PRESTES  
Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

# Schroeder

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2019-ESF/SMS/PMS

Publicação Nº 2131854

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2019-ESF/SMS/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. HELENA SQUI-ZATTO SCHOENBERGER, inscrita no CPF sob nº. 052.290.939-60, aprovada em 8º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2019-ESF/SMS/PMS, para o cargo de MÉDICA ESF, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 16h30 do dia 22 de agosto de 2019, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê os itens 11.2 e 11.3 do edital.

Schroeder, 20 de agosto de 2019.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Orlando Tecilla  
Secretário de Saúde

### CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2019-ESF/SMS/PMS

Publicação Nº 2131857

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2019-ESF/SMS/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. MAICON FERNANDO EGER, inscrito no CPF sob nº. 031.476.179-98, aprovado em 9º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2019-ESF/SMS/PMS, para o cargo de MÉDICO ESF, para assumir o respectivo cargo.

O convocado deve comparecer no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 16h30 do dia 23 de agosto de 2019, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê os itens 11.2 e 11.3 do edital.

Schroeder, 21 de agosto de 2019.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Orlando Tecilla  
Secretário de Saúde

### CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2019-SEMEC/PMS

Publicação Nº 2131855

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2019-SEMEC/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. IDALINA BE-ATRIZ MINELLI, inscrita no CPF sob nº. 004.2018.319-79, aprovada em 8º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2019-SEMEC/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SALA para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 16h30 do dia 22 de agosto de 2019, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, conforme preveem os itens 15.2 e 15.3.

Schroeder, 20 de agosto de 2019.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Eberton Vargas Trentin  
Secretário de Educação e Cultura

**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2019-SEMEC/PMS**

Publicação Nº 2131856

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2019-SEMEC/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. IVETE SIMÕES DOMINGUES MATHEUS, inscrita no CPF sob nº. 405.135.208-05, aprovada em 9º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2019-SEMEC/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SALA para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 16h30 do dia 23 de agosto de 2019, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, conforme preveem os itens 15.2 e 15.3.

Schroeder, 21 de agosto de 2019.

OSVALDO JURCK  
Prefeito MunicipalEberton Vargas Trentin  
Secretário de Educação e Cultura**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2019-SEMEC/PMS**

Publicação Nº 2131853

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2019-SEMEC/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. GARDÂNIA PRISCILA PANSERA, inscrita no CPF sob nº. 078.076.999-65, aprovada em 10º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2019-SEMEC/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SALA para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 16h30 do dia 23 de agosto de 2019, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, conforme preveem os itens 15.2 e 15.3.

Schroeder, 21 de agosto de 2019.

OSVALDO JURCK  
Prefeito MunicipalEberton Vargas Trentin  
Secretário de Educação e Cultura**EXTRATO DO CONTRATO Nº. 54/2019-PMS**

Publicação Nº 2130848

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato do Contrato nº. 54/2019-PMS

Tomada de Preços nº. 05/2019-PMS - Processo nº. 77/2019-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: J. CRISTIANO ROSNIAK ENGNHARIA, inscrita no CNPJ sob o nº. 33.630.978/0001-96, estabelecida a rua João Planincheck nº. 1990, sala 712, Bairro Jaraguá Esquerdo, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89253-105.

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de Gavetário no Cemitério Municipal, localizado na Rua Bela Vista, Bairro Centro, no Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Valor do contrato: R\$ 62.295,28 (sessenta e dois mil duzentos e noventa e cinco reais e vinte e oito centavos)

Data da Assinatura: 21/08/2019 – Vigência: 31/12/2019

Oswaldo Jurck - Prefeito Municipal.

**LEI Nº 2.432/2019, DE 21 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2131849

LEI Nº. 2.432/2019, DE 21 DE AGOSTO DE 2019

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER NO VALOR DE ATÉ R\$ 787.500,00 (SETECENTOS E OITENTA E SETE MIL E QUINHENTOS REAIS).

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento do Município de Schroeder, para exercício 2019, no valor de até R\$ 787.500,00 (setecentos e oitenta e sete mil e quinhentos reais), como segue:

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL			
01 – DIRETORIA DE SANEAMENTO			
17.512.0009.1.025 – Ampliação da Rede Adutora de Água Tratada			
4.4.90.51.00.00	00.01.0224	Obras e Instalações	500.000,00

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL			
01 – DIRETORIA DE SANEAMENTO			
17.512.0009.2.043 – Manutenção do Fundo de Saneamento Básico			
3.3.90.39.00.00	00.01.0224	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	287.500,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação de que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes dos cancelamentos parciais e ou totais das dotações do orçamento vigente, como segue:

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL			
01 – DIRETORIA DE SANEAMENTO			
17.512.0009.1.026 – Ampliação da Estação de Tratamento de Água			
4.4.90.51.00.00	00.01.0224	Obras e Instalações	300.000,00

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL			
01 – DIRETORIA DE SANEAMENTO			
17.512.0009.1.027 – Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Material Permanente			
4.4.90.52.00.00	00.01.0224	Equipamento e Material Permanente	167.500,00

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL			
01 – DIRETORIA DE SANEAMENTO			
17.512.0009.1.047 – Projeto para implantação do tratamento de esgoto na área urbana do município			
3.3.90.39.00.00	00.01.0224	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	320.000,00

Art. 3º O Executivo está autorizado, nos termos do art. 9º da Lei Municipal nº 2.393/2018 – LOA, a abrir créditos adicionais, aos elementos criados por esta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 21 de agosto de 2019.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

## LEI Nº 2.433/2019, DE 21 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2131850

LEI Nº 2.433/2019, DE 21 DE AGOSTO DE 2019

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO E OFICIALIZAÇÃO DAS RUAS DE Nº 192, 193, 194 E 195, SITUADAS NO LOTEAMENTO RESIDENCIAL ALFABLU XLIX, NA RUA JULIO BAUER, NO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam oficialmente instituídas e classificadas as vias criadas por meio do Projeto de Loteamento Residencial Alfablu XLIX, matrícula nº 26.844, aprovado em 13 de fevereiro de 2017, localizado na Rua 110 - Rua Júlio Bauer, distante 80,50 metros da esquina com a Rua Marechal Castelo Branco, Centro-Norte, nos seguintes termos:

RUA	LOTEADOR	CLASSE	EXTENSÃO	GABARITO		
				LEITO	PASSEIO Lado esquerdo	PASSEIO Lado direito
192	Alfablu Schroeder Empreendimentos	1ª Classe	564,00m	10,00m	2,00m	2,00m
193	Alfablu Schroeder Empreendimentos	1ª Classe	364,33m	10,00m	2,00m	2,00m
194	Alfablu Schroeder Empreendimentos	1ª Classe	101,10m	10,00m	2,00m	2,00m
195	Alfablu Schroeder Empreendimentos	1ª Classe	85,60m	10,00m	2,00m	2,00m

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 21 de agosto de 2019.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

#### **PORTARIA Nº 7.999/2019, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2131844

PORTARIA Nº 7.999/2019, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR, o afastamento por Auxílio Doença a partir de 17/08/2019 a 30/09/2019 do servidor Sr. Odair Steinert, que desempenha a função de Motorista.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008, com efeitos retroativos a partir de 17 de agosto de 2019.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE

Schroeder, 20 de agosto de 2019.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA  
Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

#### **PORTARIA Nº 8.000/2019, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2131845

PORTARIA Nº 8.000/2019, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido efetuado pela Secretaria da Educação através do Ofício nº. 136/2019 – SEMEC datado em 1 de agosto de 2019;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 001/2019-SEMEC/PMS;

Considerando o Decreto nº. 4.816/2019, de 31/07/2019, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a partir desta data, a Sra. Simone Macedo Nascimento da Silva para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, percebendo o nível salarial nº 11 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº. 001/2019-SEMEC/PMS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 21 de agosto de 2019.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

EBERTON VARGAS TRENTIN  
Secretário de Educação e Cultura

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

### **PORTARIA Nº 8.001/2019, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2131846

PORTARIA Nº. 8.001/2019, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR a partir desta data, o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Jessica Cristina Santana Reinert, no cargo de Psicóloga.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 21 de agosto de 2019.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA  
Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 05/2019-PMS**

Publicação Nº 2130881

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 05/2019-PMS

O Prefeito Municipal, Osvaldo Jurck, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da TOMADA DE PREÇO Nº. 05/2019-PMS, PROCESSO Nº. 77/2019-PMS, adjudicando em favor da empresa abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço GLOBAL, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de Gavetário no Cemitério Municipal, localizado na Rua Bela Vista, Bairro Centro, no Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Vencedor: J. CRISTIANO ROSNIAK ENGENHARIA, inscrita no CNPJ sob o nº 33.630.978/0001-96, estabelecida a rua João Planincheck nº. 1990, sala 712, Bairro Jaraguá Esquerdo, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89253-105.

Valor da proposta vencedora: R\$ 62.295,28 (sessenta e dois mil duzentos e noventa e cinco reais e vinte e oito centavos)

Data da Assinatura: 21/08/2019 – Vigência: 31/12/2019

Osvaldo Jurck - Prefeito Municipal



**ATA PREGÃO PRESENCIAL 31/2019-PMS (SEQUÊNCIA 04)**

Publicação Nº 2130687

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 31/2019 - PR</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 51/2019 Data do Processo: 29/04/2019

Folha: 1/1

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 85/2019 (Sequência: 4)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material elétrico para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de Saúde, Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo, Gabinete do Prefeito Municipal, Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12

A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se para abertura do envelope de habilitação da empresa TAFFA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. - ME conforme determinado em ata anteriormente. A documentação será analisada pela data de abertura do processo licitatório e serão atualizadas. Sendo aberto o envelope de habilitação da empresa TAFFA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. - ME, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa TAFFA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. - ME apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. O saldo dos itens será passado para a empresa TAFFA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. - ME. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata às empresas.

Schroeder, 21 de Agosto de 2019

**COMISSÃO:**

Daniela Samulescki	- ..... - Pregoeiro(a)
Guilherme Sandmann Da Silva Vianna	- ..... - Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camargo	- ..... - Equipe de Apoio
Natália Kersten Brumuller	- ..... - Equipe de Apoio

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

IVETE TAFFAREL	- ..... - Representante
----------------	-------------------------

## ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 31/2019-PMS TRANSFERÊNCIA DE ITEM

Publicação Nº 2130691

Página: 1/23

Número do Registro de Preços: 24/2019 Data do Registro: 24/05/2019 Válido até: 24/05/2020

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material elétrico para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretari

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Bloco Autônomo LED - 2 X 5W, já fornecido com bateria e suporte para ser fixado à parede, Voltagem 220 W, ótima iluminação por no mínimo até 3 horas.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MANPLEX	0	223,5700	1
2	Abraçadeira de nylon 100 x 2,5mm - Pacote com 100 Unidades	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	SIBRATEC	0	3,5300	1
3	Abraçadeira de nylon 140 x 3,6mm - Pacote com 100 Unidades	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	SIBRATEC	0	6,9300	1
4	Bucha 8 mm	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	PLASUNI	0	0,1600	1
5	Parafuso modelo Philips para bucha 8 mm	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	OIZER	0	0,1600	1
6	Cabo flexível 750 v 1,5mm; pacote/rolô com 100 metros - cores a escolher: preto, vermelho, verde, azul, amarelo, azul, branco, marrom	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	PREMIUM	0	74,2300	1
7	Cabo flexível 750 v 2,5mm; pacote/rolô com 100 metros - cores a escolher: preto, vermelho, verde, azul, amarelo, azul, branco, marrom	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	PREMIUM	0	106,4300	1
8	Cabo flexível 750 v 4,0mm; pacote/rolô com 100 metros - cores a escolher: preto, vermelho, verde, azul, amarelo, azul, branco, marrom	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	PREMIUM	0	173,5100	1
9	Cabo flexível 750 v 6,0mm; pacote/rolô com 100 metros - cores a escolher: preto, vermelho, verde, azul, amarelo, azul, branco, marrom	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	PREMIUM	0	263,8500	1
10	Cabo flexível 750 v 10,0mm; pacote/rolô com 100 metros - cores a escolher: preto, vermelho, verde, azul, amarelo, azul, branco, marrom	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	PREMIUM	0	465,0900	1
11	Disjuntor monofásico 16 ampères - Padrão DIN	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MARGIRIUS	0	7,2400	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Página: 2/23

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2019**

Número do Registro de Preços: 24/2019			Data do Registro: 24/05/2019		Válido até: 24/05/2020		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material elétrico para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretari							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	Disjuntor monofásico 25 ampères - Padrão DIN	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MARGIRIUS	0	7,3300	1
13	Disjuntor monofásico 32 ampères - Padrão DIN	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MARGIRIUS	0	7,3300	1
14	Disjuntor monofásico 50 ampères - Padrão DIN	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MARGIRIUS	0	8,5800	1
15	Lâmpada econômica compacta integrada de 18 watts. Fluxo luminoso 1080 lumens, vida útil média 8000h com selo Procel.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	GLIGHT	0	8,7600	1
16	Luminária de emergência com 30 leds na cor branca	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MANPLEX	0	19,8500	1
17	Luminária 2x40 W, sobrepor, aleta brilhante, para duas lâmpadas fluorescentes, produzida em alumínio e chapa de aço, pintura epóxi, aleta em PS transparente, na cor branca	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	OLP	0	42,9300	1
18	Luminária 2x20 W, sobrepor, aleta brilhante, para duas lâmpadas fluorescentes, produzida em alumínio e chapa de aço, pintura epóxi, aleta em PS transparente, na cor branca	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	OLP	0	39,2600	1
19	Lâmpada mista 500w E40 ovóide	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MANPLEX	0	42,0300	1
20	Lâmpada vapor metálico E27, ovóide fluxo luminoso 5500 lumens, vida mediana 15000 horas, temperatura de cor 5000k	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	GLIGHT	0	47,4000	1
21	Plug fêmea preto 10A 220V 2 pinos + terra	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MARGIRIUS	0	3,9300	1
22	Plug macho preto 10A 220V 2 pinos + terra	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MARGIRIUS	0	2,8500	1
23	Plug macho preto 20A 220V 2 pinos + terra	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MARGIRIUS	0	5,3200	1

Página: 3/23

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2019**

Número do Registro de Preços: 24/2019			Data do Registro: 24/05/2019		Válido até: 24/05/2020		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material elétrico para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretari							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
24	Plafon branco para teto com soquete de PVC E27	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ILUMI	0	5,1800	1
25	Régua de Energia e Filtro com 5 Tomadas, Bivolt 127/220V 50/60Hz, cabo de alimentação com 1,5m, proteção contra surto de tensão, conformidade com padrão NBR 14136, fusível de segurança ou equivalente substituto, botão liga/desliga, LED de Indicação, 2000VA/10A em 220V.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ADFTRONIK	0	39,3500	1
26	Adaptador de tomada de dois pinos(macho) para dois chatos e um pino terra (fêmea), 220V	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ILUMI	0	7,3300	1
27	Adaptador de tomada de três pinos(macho) para dois chatos e um pino terra(fêmea), 220V	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ILUMI	0	11,4400	1
28	Adaptador de tomada de dois chatos e um pino terra(macho) para três pinos(fêmea), 220V	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ILUMI	0	4,6500	1
29	Fita isolante 20 metros. Alta rigidez dielétrica: suporta variações de tensão	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	G20	0	4,8200	1
30	Kit Tomada de sobrepor caixa mais espelho com uma tomada de dois pinos+terra de 10A - Novo Padrão, na cor branca.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ILUMI	0	7,2800	1
31	Kit Tomada de sobrepor caixa mais espelho com duas tomadas de dois pinos+terra com um interruptor de 10A - Novo Padrão, na cor branca	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	WEG	0	19,4900	1
32	Kit Tomada de sobrepor caixa mais espelho com uma tomada de dois pinos+terra de 20A - Novo Padrão, na cor branca.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ILUMI	0	8,4000	1
33	Kit Tomada de sobrepor caixa mais espelho com um interruptor de 10A - Novo Padrão, na cor branca.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ILUMI	0	6,1700	1
34	Kit Tomada de sobrepor caixa mais espelho com duas tomadas de dois pinos+terra de 10A - Novo Padrão, na cor branca.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ILUMI	0	12,4300	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 4/23

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2019**

Número do Registro de Preços: 24/2019		Data do Registro: 24/05/2019		Válido até: 24/05/2020		Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material elétrico para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretari	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
35	Kit Tomada de embutir, com parafuso aparente, espelho com uma tomada de dois pinos+terra de 20A - Novo Padrão, na cor branca.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ILUMI	0	5,5400	1
36	Kit modular Tomada de embutir, com parafuso aparente, espelho com duas tomadas de dois pinos+terra de 20A - Novo Padrão, na cor branca.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ILUMI	0	12,4300	1
37	Caixa para Ar Condicionado Sobrepor Tomada 20A + Disjuntor 25A, na cor branca. - Novo Padrão	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ILUMI	0	33,0900	1
38	Canaleira sem divisória 20x10mm, barra com 2 metros	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ILUMI	0	4,5600	1
39	Canaleira com divisória 20x10mm, barra com 2 metro	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ILUMI	0	4,5600	1
40	Fotocélula Relé 220v Sem Base	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	EXATRON	0	22,0000	1
41	Base para Fococélula 220v	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	HOMELUX	0	8,7600	1
42	Lâmpada mista 160W E27	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	GLIGHT	0	26,3800	1
43	Lâmpada vapor metálico 70W RX7S, fluxo luminoso aproximado 6000 lumens, vida mediana aproximada 14000 horas, temperatura de cor aproximada 4500k	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	GLIGHT	0	42,7500	1
44	Startter 15/20W FS-2	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	LORENZETTI	0	1,2500	1
45	Startter 30/40W FS-4	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	LORENZETTI	0	1,2500	1
46	Cabo PP 2X2,5mm	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	PREMIUM	0	3,3500	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Página: 5/23

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2019**

Número do Registro de Preços: 24/2019		Data do Registro: 24/05/2019		Válido até: 24/05/2020			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material elétrico para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretari					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
47	Eletroduto Flexível Corrugado 25mm, Rolo de 50 metros	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MAESI	0	34,4300	1
48	Luva sem rosca/roscável para Eletroduto PVC 1/2" cor Preta	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MASSTER	0	1,8300	1
49	Curva Eletroduto sem rosca/roscável PVC 3/4" 90º cor Preta	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MASSTER	0	2,4500	1
50	Eletroduto Condutete sem rosca/roscável PVC 3/4" cor Preta, Barra de 3 metros	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MASSTER	0	5,3200	1
51	Eletroduto Condutete sem rosca/roscável PVC 1/2 cor Preta, Barra de 3 metros	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MASSTER	0	4,6500	1
52	Horas de serviço de mão de obra elétrica (instalação e manutenção): nos postos de saúde, escolas, creches, Ginásios de Esporte, Praças, Estação de Tratamento e Secretarias da Prefeitura, prédio prefeitura, ETA, garagens, e eventos (festividades) que acontecem no decorrer do ano. E de responsabilidade da empresa ganhadora pelos equipamentos e vestimentas exigidos por Lei e Normas de segurançaA Contratada deverá ter registro no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e Lei e Normas de Segurança (NR 10 E NR 35).As horas serão computadas após o efetivo início das atividades, devendo o tempo de deslocamento ser arcado pela contratada. Não serão computadas horas de trabalho de auxiliares.	H	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	TAFFA	0	24,9900	1
53	Telefone Com Fio e Identificador de Chamadas Posição de uso Mesa ou Parede; Identificação de chamadas DTMF-FSK; Display LCD; 2 Níveis de Campainha; Led Indicativo de Chamadas; Registro das 20 últimas chamadas originadas, atendidas, não atendidas; Função Flash e Mute;	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	INTELBRAS	0	135,6300	1
54	Telefone sem fio, com Identificador de Chamada, compatível com ID DTMF-FSK, Display Luminoso, 7 Tipos de Toques, registro das 10 últimas chamadas recebidas, 10 últimas chamadas realizadas, 10 últimas chamadas não atendidas, com funções de Flash, Rediscar e Mudo. Cor preta. 05 volumes campainha.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	INTELBRAS	0	187,8200	1
55	Fita Isolante Auto Fusão 19mmx10m	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	FOXLUX	0	20,0700	1

Página: 6/23

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2019**

**Número do Registro de Preços: 24/2019 Data do Registro: 24/05/2019 Válido até: 24/05/2020**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material elétrico para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretari

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
56	Fita Dupla Face Alta Fixação composta de adesivo acrílico transparente 12mmx20m com liner protetivo, com espessura de 1mm	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ADERE	0	32,8200	1
57	Canaleira com divisória 50x20mm, barra com 2 metros	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ENERBRAS	0	31,7500	1
58	Bucha 6 mm	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	PLASUMI	0	0,1200	1
59	Parafuso modelo Philips para bucha 6 mm	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	CIZER	0	0,1200	1
60	Alça Preformada 10mm	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	STEEL LOOF	0	2,6800	1
61	Eletrocalha em chapa de ferro perfurada tipo U 100x50x3000mm galvanizado a fogo	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ELETROPOLL	0	58,1300	1
62	Curva/Cotovelo/Cruzeira/Junção/TEE/Curva Eletrocalha em chapa de ferro perfurada tipo U 100x50mm galvanizado a fogo	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ELETROPOLL	0	14,7500	1
63	Flange/Terminal/Taba/Suporte/Acoplamento/Gotejador Eletrocalha em chapa de ferro perfurada tipo U 100x50mm galvanizado a fogo	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ELETROPOLL	0	6,5200	1
64	Eletrocalha em chapa de ferro perfurada tipo U 50x50x3000mm galvanizado a fogo	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ELETROPOLL	0	40,2400	1
65	Curva/Cotovelo/Cruzeira/Junção/TEE/Curva Eletrocalha em chapa de ferro perfurada tipo U 50x50mm galvanizado a fogo	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ELETROPOLL	0	12,4300	1
66	Flange/Terminal/Taba/Suporte/Acoplamento/Gotejador Eletrocalha em chapa de ferro perfurada tipo U 50x50mm galvanizado a fogo	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ELETROPOLL	0	5,0000	1
67	Eletroduto Condulete PVC Liso 3/4" Cinza ou Branco 3 metros	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MASSTER	0	10,0100	1



Página: 7/23

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2019**

**Número do Registro de Preços: 24/2019 Data do Registro: 24/05/2019 Válido até: 24/05/2020**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material elétrico para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretari

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
68	Curva sem rosca 90° PVC 3/4" Cinza ou Branco com e sem bolsa para Eletroduto Condutete PVC Liso	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MASSTER	0	2,5900	1
69	Luva sem rosca PVC 3/4" Cinza ou Branco para Eletroduto Condutete PVC Liso	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MASSTER	0	2,4500	1
70	Abracadeira PVC 3/4" Cinza ou Branco para Eletroduto Condutete PVC Liso	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MASSTER	0	1,1600	1
71	Caixa de Derivação PVC cor Cinza ou Branca 6 entradas para de Eletroduto Condutete PVC de até 3/4" com tampão nas entradas não utilizadas	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MASSTER	0	4,3800	1
72	Adaptador PVC 3/4" Cinza ou Branco entre Caixa de Derivação PVC e Eletroduto Condutete PVC Liso	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MASSTER	0	1,0200	1
73	Tampas Diversos Modelos, com moldura para RJ45/11 caso necessário, Parafusadas PVC Cinza ou Branco para Caixa de Derivação PVC de até 3/4"	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MASSTER	0	2,0100	1
74	Tomada com 2 entradas de 3pinos para Caixa de derivação de Eletroduto liso PVC Cinza ou Branco	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	FAME	0	11,7600	1
75	Bateria Alcalina 9V	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ALFACELL	0	11,1300	1
76	Kit 4 pilha alcalina AA	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	FOXLUX	0	8,4900	1
77	Kit 4 pilha alcalina AAA	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	FOXLUX	0	9,6100	1
78	Bateria Telefone Sem Fio Intelbras Ni-MH 2,4VDC 600 mAh	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	INTELBRAS	0	25,8400	1
79	Pilha Alcalina 12V modelo 21/23 para controle remoto de pontão	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	FOXLUX	0	6,1700	1

Página: 8/23

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2019**

Número do Registro de Preços: 24/2019			Data do Registro: 24/05/2019		Válido até: 24/05/2020		
<b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material elétrico para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretari							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
80	Ergate rápido para lâmpada fluorescente	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	DECORLUX	0	1,9400	1
81	Cabo Paralelo 2X1,5mm	M	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	PREMIUM	0	1,6500	1
82	Cabo Paralelo 2X2,5mm	M	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	PREMIUM	0	2,5300	1
83	Cinta Abraçadeira Nylon 200 x 3,6mm Pacote com 100und	PCT	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	SIBRATEC	0	12,0200	1
84	Alcool Isopropilico, Isopropanol 99,8%, para limpeza de em eletrônica, frasco 500ml	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	IMPLASTECH	0	33,8900	1
85	Curva sem rosca 45º PVC 3/4" Cinza ou Branco para Eletroduto Condutete PVC Liso	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MASSTER	0	2,6200	1
86	Cotovelo sem rosca 90º PVC 3/4" Cinza ou Branco para Eletroduto Condutete PVC Liso	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MASSTER	0	3,5300	1
87	Eletroduto Condutete PVC Liso 1/2" Cinza ou Branco 3 metros	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MASSTER	0	8,1800	1
88	Curva sem rosca 90º PVC 1/2" Cinza ou Branco com e sem bolsa para Eletroduto Condutete PVC Liso	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MASSTER	0	2,5000	1
89	Luva sem rosca PVC 1/2" Cinza ou Branco para Eletroduto Condutete PVC Liso	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MASSTER	0	2,3100	1
90	Abraçadeira PVC 1/2" Cinza ou Branco para Eletroduto Condutete PVC Liso	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MASSTER	0	1,1400	1
91	Adaptador PVC 1/2" Cinza ou Branco entre Caixa de Derivação PVC e Eletroduto Condutete PVC Liso	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MASSTER	0	1,1400	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Página: 9/23

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2019**

Número do Registro de Preços: 24/2019		Data do Registro: 24/05/2019		Válido até: 24/05/2020			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material elétrico para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretari							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
92	Curva sem rosca 45º PVC 1/2" Cinza ou Branco para Eletroduto Condulete PVC Liso	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MASSTER	0	2,4800	1
93	Cotovelo sem rosca 90º PVC 1/2" Cinza ou Branco para Eletroduto Condulete PVC Liso	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MASSTER	0	3,4700	1
94	Limpa contatos spray 300ml, Utilizado para: Eliminar resíduos que prejudicam os contatos elétricos e eletrônicos; Recuperar a condutividade dos contatos; Evitar o depósito de resíduos prejudiciais a condutividade. Dispensa a desmontagem dos equipamentos. Não propaga corrente elétrica. Limpa e seca instantaneamente.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MONDIAL	0	11,4000	1
95	Lâmpada mista 250W E40 . Ovoide	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MANPLEX	0	37,4700	1
96	Abraçadeira PVC 3/4" cor Preta para Eletroduto Condulete PVC	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MASSTER	0	1,1500	1
97	Adaptador sem rosca/roscável PVC 3/4" cor Preta para Caixa de Derivação PVC	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MASSTER	0	1,1500	1
98	Box Reto Alumínio 3/4"	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	TRAMONTINA	0	3,7100	1
99	BUCHA 10 MM	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	PLASUNI	0	0,2800	1
100	Parafuso modelo Philips para bucha 10 mm	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	CIZER	0	0,3400	1
101	CABO DE AÇO 2,4mm	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	VONDER	0	1,4700	1
102	Caixa de Derivação PVC cor Preta 6 entradas para Eletroduto Condulete PVC com tampão nas entradas não utilizadas	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MASSTER	0	6,2400	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Página: 10/23

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 24/2019**

Número do Registro de Preços: 24/2019			Data do Registro: 24/05/2019		Válido até: 24/05/2020		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material elétrico para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretari							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
103	Tampas Diversos Modelos, com moldura para RJ45/11 caso necessário, Parafusadas PVC cor Preta para Caixa de Derivação PVC	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MASSTER	0	2,4500	1
104	Clips p/Cabo de Aço Reforçado	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	DISMA	0	1,3200	1
105	Cotovelo sem rosca/roscaável 90º PVC 3/4" cor Preta	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MASSTER	0	3,5500	1
106	Curva longa Eletroduto sem rosca/roscaável PVC 3/4 90 cor Preta com e sem bolsa	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MASSTER	0	2,5400	1
107	Curva longa sem rosca 90º PVC 3/4" cor Cinza ou Branca com e sem bolsa para Eletroduto Condutete PVC Liso	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MASSTER	0	2,5400	1
108	Curva/Cotovelo/Cruzeira/Desvio/Junção/TEE/Curva Eletrocalha em chapa de ferro perfurada tipo U 200x100mm galvanizado a fogo	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ELETROPOLL	0	54,2900	1
109	Desingripante multiuso 300ml, não condutor elétrico, não agredir borracha e pintura	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MONDIAL	0	7,6400	1
110	Eletrocalha em chapa de ferro perfurada tipo U 200x100x3000mm galvanizado a fogo	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ELETROPOLL	0	129,2400	1
111	Emenda Eletrocalha em chapa de ferro perfurada tipo U 100x50mm galvanizado a fogo	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ELETROPOLL	0	11,4900	1
112	Emenda Eletrocalha em chapa de ferro perfurada tipo U 200x100mm galvanizado a fogo	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ELETROPOLL	0	15,2900	1
113	Emenda Eletrocalha em chapa de ferro perfurada tipo U 50x50mm galvanizado a fogo	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ELETROPOLL	0	4,3800	1
114	Flange/Terminal/Taba/Suporte/Acoplamento/Gotejador Eletrocalha em chapa de ferro perfurada tipo U 200x100mm galvanizado a fogo	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ELETROPOLL	0	12,0200	1

Página: 11/23

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2019**

Número do Registro de Preços: 24/2019		Data do Registro: 24/05/2019		Válido até: 24/05/2020		Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material elétrico para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretari	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
115	Furadeira de impacto, mandril 1/2", velocidade variável e reversível, botão de trava para trabalho contínuo, botão de comutador para sistema de impacto, 2800rpm, 600w. Marca de Referência ou similar Toolmix Furadeira de Impacto 1/2" H415	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	TOOLMIX	0	224,4900	1
116	Jogo de Broca Multi Construção 4 A 12mm 7 Peças (4,5,6,6,8,10,12mm)	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	BOSCH	0	195,8700	1
117	Lâmpada LED bulbo 12W, fôco, bívolt, ângulo de abertura 20º, temperatura 6000k, vida útil 25.000 horas, fluxo luminoso 1060 lumens	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	GLIGHT	0	16,9000	1
118	Lâmpada LED Tubular 600mm 9W T8, base G13, vítro, sem driver, bívolt 100-240V, ângulo de abertura 190º, temperatura 6500k, vida útil 25.000 horas, fluxo luminoso 900 lumens	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	GLIGHT	0	17,7500	1
119	Lâmpada LED Tubular 1200mm 18W T8, base G13, vítro, sem driver, bívolt 100-240V, ângulo de abertura 190º, temperatura 6500k, vida útil 25.000 horas, fluxo luminoso 1860 lumens	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	GLIGHT	0	23,0700	1
120	Luva sem rosca/roscável para Eletroduto PVC 3/4" cor Preta	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MASTER	0	2,4500	1
121	Perfildado 38mm X 38mm X 6000mm galvanizado a fogo	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ELETROPOLL	0	67,0800	1
122	Suporte suspenso para eletrocalha 100x50mm	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ELETROPOLL	0	3,7100	1
123	Benjamim com 3 saídas, novo padrão 20A	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ILUMI	0	8,6700	1
124	Benjamim com 3 saídas, novo padrão 10A	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ILUMI	0	6,7500	1
125	Plug fêmea preto 20A 220V 2 pinos + terra.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MARGIRUS	0	6,1200	1

Página: 12/23

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2019**

Número do Registro de Preços: 24/2019		Data do Registro: 24/05/2019		Válido até: 24/05/2020			
<b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material elétrico para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretari							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
126	Kit Tomada de sobrepor caixa mais espelho com duas tomadas de dois pinos+terra de 20A - Novo Padrão, na cor branca.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	FAME	0	12,2900	1
127	Canaleira com divisória 20x10mm, barra com 2 metros com dupla-face	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ENERBRAS	0	6,9700	1
128	Disjuntor trifásico 50 ampères - Padrão DIN	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MARGIRIUS	0	39,3500	1
129	Disjuntor trifásico 63 ampères - Padrão DIN	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MARGIRIUS	0	39,8900	1
130	Quadro de metal pintura epoxi com Barramento Trifásico para 60 Disjuntores DIN sobrepor	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	RENATECH	0	1,565,2300	1
131	Quadro de metal pintura epoxi com Barramento Trifásico para 40 Disjuntores DIN sobrepor	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	RENATECH	0	328,4600	1
132	Tampa de encaixe Eletrocalha em chapa de ferro perfurada tipo U 100x3000mm galvanizado a fogo	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ELETROPOLL	0	14,4400	1
133	Disjuntor monofásico 20A - Padrão DIN	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MARGIRIUS	0	7,2000	1
134	Terminal tubular p/cabo 2,5mm	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	SIBRATEC	0	0,1300	1
135	Terminal tubular p/cabo 10mm	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	SIBRATEC	0	0,3300	1
136	Cabo HEPR 1KV 10mm - cores diversas	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	SIL	0	4,6900	1
137	Haste de cobre para aterramento 5/8 x 2,40m	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	OLIVO	0	28,7900	1

Página: 13/23

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2019**

Número do Registro de Preços: 24/2019			Data do Registro: 24/05/2019		Válido até: 24/05/2020	
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material elétrico para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretari						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
						Classif.

138	Cabo nú de cobre 16mm	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	SIL	8,8300	1
139	Split bolt 150mm	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	OLIVO	26,9600	1
140	Caixa de passagem pvc pequena aprox 23mm x 25mm	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	HOMELUX	7,9100	1
141	Canaleira industrial fechada 20x20x2000mm	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ENERBRAS	14,9300	1
142	Canaleira industrial fechada 30x30x2000mm	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ENERBRAS	26,2500	1
143	Canaleira industrial fechada 50x50x2000mm	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ENERBRAS	39,3500	1
144	Canaleira 52X14X2000 mm para Piso	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ENERBRAS	31,2100	1
145	Cabo PP 3X2,5mm	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	PREMIUM	4,9100	1
146	Caixa sobrepor 3x3 com espelho com até 2 Saídas para Keystone RJ45 CAT5e Fêmea	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ENERBRAS	5,8100	1
147	Espelho 4x2 para tomadas embutidas com até 2 Saídas para Keystone RJ45 CAT5e Fêmea	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ENERBRAS	3,8000	1
148	Alicate de Crimpar RJ45	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	INTERNEED	61,6200	1
149	Saída superior para perfil 3/4	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ELETROPOLL	2,9000	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Página: 14/23

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2019**

**Número do Registro de Preços: 24/2019 Data do Registro: 24/05/2019 Válido até: 24/05/2020**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material elétrico para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretari

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
150	Telefone Com Fio; 3 Níveis de Campanha; 2 toques; Função Redial, Flash e Mute.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	INTELBRAS	0	54,5500	1
151	Poste trifásico 7/150daN 70a padrão Celesc	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ROMA LAGES	0	1.556,2800	1
152	Cabo multiplexado 4x25mm alumínio	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	NEO CABOS	0	12,3800	1
153	Alça pré-formada p. cabo 25mm	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	STEEL	0	3,7100	1
154	Conector plêndig cpld 95	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	INTELLI	0	11,0900	1
155	Isolador pimentão	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MAIMPLEX	0	5,5000	1
156	Conector haste terra 5/8"	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	INTELLI	0	10,5500	1
157	Fita isolante líquida lata 200ml	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	QUIMATIC	0	84,0700	1
158	Cola instantanea base dianocritato 20g	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	TECKBOND	0	7,9600	1
159	Adesivo selante multiuso (silicone acético) 50g	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	AFX	0	4,4700	1
160	Suporte de parede para nobreak, composto de tábuas de madeira bruta (C x A x L) 350x20x150mm, sustentado por 02 mão francesa (cantoneira) (A x L) 205x135 de aço com pintura epóxi na cor branca. (Suporte até 15kg)	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	PODIUM	0	30,4100	1
161	Escada telescópica aprox 4,4m com 15 degraus, de alumínio, suporte até 150kg, sapatas de borracha, com travas de segurança.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	TANDER	0	661,8600	1

Página: 15/23

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2019**

Número do Registro de Preços: 24/2019		Data do Registro: 24/05/2019		Válido até: 24/05/2020			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material elétrico para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretari							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
162	Escada de madeira abre e estica 9 degraus, ferragem galvanizada, sapatas de borracha	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	SANTA CATAF	0	205,7100	1
163	Pasta térmica de silicone, bisnaga 50g. Marca de referência ou similar Implastec.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	IMPLASTEC	0	16,9000	1
164	Capacimetro display 3 1/2 dígitos, com iluminação, medidas em C (capacitância), 9 posições de medidas entre 0,1pF e 20000uF, taxa de amostragem 2~3 segundos, proteção de sobrecarga. Acompanha pontas de prova com garra de jacaré. Marca e Modelo de referência ou similar: Hikari HCP-100	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	HIKARI	0	203,9200	1
165	Multímetro digital TRUE RMS display 3 1/2 com iluminação, com congelamento de leitura, desligamento automático, medidas de tensão DC e AC, corrente DC e AC, resistência, capacitância, frequência, temperatura, hFE, diodo e continuidade. Com 5 medidas de tensão DC e 4 medidas de tensão AC. Proteção de sobretensão, isolamento 1000V. Acompanha ponta de prova. Marca e Modelo de referência ou similar: Hikari HM-2030	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	HIKARI	0	231,6500	1
166	Fonte de alimentação digital de bancada, com 2 displays de 4 dígitos (tensão e corrente), com saída variável de tensão de 0 a 32V DC e corrente de 0 a 5A DC, com ajuste de tensão e corrente por potenciômetro, com proteção de sobrecarga, curto circuito, aquecimento e inversão de polaridade. Acompanha cabos de conexão banana/jacaré. Marca e Modelo de referência ou similar: Hikari HF-3205S	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	HIKARI	0	710,1600	1
167	Eletroduto Flexível Corrugado 1"	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MAESI	0	1,6300	1
168	Eletroduto Flexível Corrugado 1 1/2"	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MAESI	0	2,1600	1
169	Eletroduto Flexível Corrugado 2"	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MAESI	0	2,6500	1
170	Eletroduto Condutete sem rosca/roscável PVC 1" cor Preta, Barra de 3 metros	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MASSTER	0	8,1800	1
171	Eletroduto Condutete sem rosca/roscável PVC 1 1/2" cor Preta, Barra de 3 metros	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MASSTER	0	12,9200	1

Página: 16/23

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2019**

Número do Registro de Preços: 24/2019		Data do Registro: 24/05/2019		Válido até: 24/05/2020			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material elétrico para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretari							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

172	Eletróduto Condulete sem rosca/roscável PVC 2" cor Preta, Barra de 3 metros	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MASSTER	13,3700
173	Luva sem rosca/roscável para Eletróduto PVC 1" cor Preta	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MASSTER	1,2900
174	Curva Eletróduto sem rosca/roscável PVC 1" 90º cor Preta	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MASSTER	2,2800
175	Luva sem rosca/roscável para Eletróduto PVC 1 1/2" cor Preta	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MASSTER	1,3800
176	Curva Eletróduto sem rosca/roscável PVC 1 1/2" 90º cor Preta	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MASSTER	1,7700
177	Luva sem rosca/roscável para Eletróduto PVC 2" cor Preta	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MASSTER	2,1400
178	Curva Eletróduto sem rosca/roscável PVC 2" 90º cor Preta	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MASSTER	3,3500
179	Abraçadeira PVC 1 1/2" para Eletróduto	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MASSTER	1,2900
180	Abraçadeira PVC 2" para Eletróduto	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MASSTER	1,4100
181	Eletróduto Condulete sem rosca/roscável PVC 1" cor Cinza ou Branca, Barra de 3 metros	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MASSTER	12,6100
182	Luva sem rosca/roscável para Eletróduto PVC 1" cor Preta	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MASSTER	1,9600
183	Luva sem rosca/roscável para Eletróduto PVC 1" cor Cinza ou Branca	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MASSTER	1,9200

Página: 17/23

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2019**

**Número do Registro de Preços: 24/2019 Data do Registro: 24/05/2019 Válido até: 24/05/2020**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material elétrico para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretari

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
184	Curva Eletroduto sem rosca/roscável PVC 1" 90º cor Preta	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MASSTER	0	2,6300	1
185	Curva Eletroduto sem rosca/roscável PVC 1" 90º cor Cinza ou Branca	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MASSTER	0	3,0800	1
186	Abracadeira PVC 1" cor Preta para Eletroduto	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MASSTER	0	1,1400	1
187	Abracadeira PVC 1" cor Cinza ou Branco para Eletroduto	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MASSTER	0	1,1400	1
188	Caixa de Derivação PVC cor Preta 6 entradas para de Eletroduto Condutete PVC 1" com tampão nas entradas não utilizadas	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MASSTER	0	6,9300	1
189	Caixa de Derivação PVC cor Cinza ou Branca 6 entradas para de Eletroduto Condutete PVC 1" com tampão nas entradas não utilizadas	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MASSTER	0	7,0200	1
190	Adaptador PVC 1" cor Preta entre Caixa de Derivação PVC e Eletroduto Condutete PVC	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MASSTER	0	1,1500	1
191	Adaptador PVC 1" cor Cinza ou Branca entre Caixa de Derivação PVC e Eletroduto Condutete PVC	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MASSTER	0	1,1500	1
192	Tampas Diversos Modelos, com moldura para RJ45/11 caso necessário, Parafusadas PVC cor Preto para Caixa de Derivação PVC de 1"	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MASSTER	0	2,4800	1
193	Tampas Diversos Modelos, com moldura para RJ45/11 caso necessário, Parafusadas PVC cor Cinza ou Branca para Caixa de Derivação PVC de 1"	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MASSTER	0	2,4800	1
194	Parafuso autobrocante aprox 3,2 x 16	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	OIZER	0	0,1600	1
195	Espuma expansiva de poliuretano 300g	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	CHEMI-COLOI	0	15,0500	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Página: 18/23

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2019**

Número do Registro de Preços: 24/2019			Data do Registro: 24/05/2019		Válido até: 24/05/2020		
Objeto da Compra: Constitui objeto de presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material elétrico para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretari							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
196	Cabo PP 3x1,5mm	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	PREMIUM	0	2,8400	1
197	Redução de Eletrocalha 100x50mm para 50x50mm em chapa de ferro perfurada tipo U galvanizado a fogo	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ELETROPOLL	0	16,8500	1
198	Redução de Eletrocalha 200x100mm para 100x50mm em chapa de ferro perfurada tipo U galvanizado a fogo	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ELETROPOLL	0	23,4600	1
199	Tampa de encaixe Eletrocalha em chapa de ferro perfurada tipo U 50x3000mm galvanizado a fogo	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ELETROPOLL	0	10,9500	1
200	Tampa de encaixe Eletrocalha em chapa de ferro perfurada tipo U 200x3000mm galvanizado a fogo	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ELETROPOLL	0	21,3900	1
201	Eletrocalha Mão Francesa Simples 100mm	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ELETROPOLL	0	6,1200	1
202	Eletrocalha Mão Francesa Simples 200mm	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ELETROPOLL	0	13,8100	1
203	Eletrocalha Mão Francesa Reforçada 200mm	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ELETROPOLL	0	19,0300	1
204	Parafuso lenilha para emendas de Eletrocalha e Perfilados	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ELETROPOLL	0	0,2600	1
205	Porca sextavada para emendas de Eletrocalha e Perfilados	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ELETROPOLL	0	0,1300	1
206	Amuela lisa para emendas de Eletrocalha e Perfilados	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ELETROPOLL	0	0,1100	1
207	Emenda Perfilado em chapa de ferro perfurada tipo U 38x38mm galvanizado a fogo	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ELETROPOLL	0	3,7100	1

Página: 19/23

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2019**

Número do Registro de Preços: 24/2019		Data do Registro: 24/05/2019		Válido até: 24/05/2020			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material elétrico para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretari							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

208	Suporte Perfurado em chapa de ferro perfurada tipo U 38x38mm galvanizado a fogo	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ELETROPOLL	1
209	Curva/Cotovelo/Cruzeira/Desvio/Lunção/TEE/Curva Perfurado em chapa de ferro perfurada tipo U 38x38mm galvanizado a fogo	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ELETROPOLL	1
210	Flange/Terminal/Taba/Suporte/Acoplamento/Gotejador Perfurado em chapa de ferro perfurada tipo U 38x38mm galvanizado a fogo	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ELETROPOLL	1
211	Lubrificante em pó de grafite 15g	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	MONDIAL	1
212	Óculos de segurança Incolor em policarbonato, material resistente	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	EPITEC	1
213	Mini Morsa, compacta, largura mandíbula 60mm, abertura máxima 50mm, abraçadeira de fixação até 25mm.Marca e Modelo de referência ou similar: Hikari HK-201	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	HIKARI	1
214	Ponta Cônica de ferro 1mm, para ferro de soldar da Hikari HK-936B. Marca e Modelo de referência ou similar: HK-MTB 21J026	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	HIKARI	1
215	Tubo Metálico, para ferro de soldar da Hikari HK-936B. Marca e Modelo de referência ou similar: HK-900B 21J513	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	HIKARI	1
216	Caixa Sobrepor Hermética de Proteção para Conectores CFTV IP55, Com proteção para exposição aos raios solares, tamanho aproximado de 8x8x5cm(LCxAl)	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	BRUM	1
217	Canaleta Barra 20x20x2000mm	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ENERBRAS	1
218	Canaleta Barra 30x30x2000mm	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ENERBRAS	1

Página: 20/23

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2019**

Número do Registro de Preços: 24/2019		Data do Registro: 24/05/2019		Válido até: 24/05/2020			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material elétrico para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretari							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

219	Tubo de aço zincado 1,5" (1.1/2)" x 6m espessura aprox 1,5mm	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	UNITUBOS	1
220	Abraçadeira para tubo de aço 1,5" (1.1/2)" galvanizado. Para fixação em parede ou estrutura de aço.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	THELMAR	1
221	Caixa plastica 200x140x180	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	SCHUHMACH	1
222	Sirene Eletromecanica 250dB	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	BEACK	1
223	Timer 16/16 CCA	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	SIBRATEC	1
224	Temporizador 60s	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	SIBRATEC	1
225	Trilho DIN para Caixa plastica 200x140x180	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	SIBRATEC	1
226	Cinta de alumínio com fecho para fixação de eletroduto em poste	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	JANDRIGUES	1
227	Cabeçote alumínio 1"	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	BETEL	1
228	Cabeçote alumínio 1 1/2"	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	BETEL	1
229	Cabeçote alumínio 2"	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	BETEL	1
230	Caixa para aterramento (inspeção/balinho) pequena com lampa	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	HOMELUX	1



Página: 21/23

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2019**

Número do Registro de Preços: 24/2019		Data do Registro: 24/05/2019		Válido até: 24/05/2020			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material elétrico para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretari							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
231	Chumbador com porca Parabolt 3/8" X 3.3/4"	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	ANCORA	0	2,3600	1
232	Telha Galvanizada para poste de telhado com colarinho	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	JANDRIGUES	0	18,9100	1
233	Mão Francesa de metal, reforçada, para prateleira de madeira cor branca, medindo aprox 10x1x14x0,25cm (Altura,Largura,Profundidade,Espessura)	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	PODIUM	0	4,2400	1
234	Mão Francesa de metal, reforçada, para prateleira de madeira cor branca, medindo aprox 22x2x15x0,2cm (Altura,Largura,Profundidade, Espessura)	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	PODIUM	0	5,3200	1
235	Mão Francesa de metal, reforçada, para prateleira de madeira cor branca, medindo aprox 27x2x20x0,2cm (Altura,Largura,Profundidade, Espessura)	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	PODIUM	0	14,7500	1
236	Suporte para antena de telhado cavaleite duplo reforçado para tubo de 1"	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	UNITUBOS	0	33,7000	1
237	Tubo de aço zincado 1" x 6m espessura aprox 1,5mm	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	UNITUBOS	0	146,1200	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2019

Página: 22/23

Número do Registro de Preços: 24/2019		Data do Registro: 24/05/2019		Válido até: 24/05/2020			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material elétrico para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretari							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
238	Abraçadeira para tubo de aço 1" galvanizado. Para fixação em parede ou estrutura de aço.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA (12501)	THELMER	0	3,8000	1

Página: 23/23

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2019

Número do Registro de Preços: 24/2019		Data do Registro: 24/05/2019		Válido até: 24/05/2020			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material elétrico para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretari							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2019  
PROCESSO Nº 51/2019  
(12501) - TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA

Schroeder, 24 de Maio de 2019.

**ATA TOMADA DE PREÇOS 01/2019-FMS (SEQUÊNCIA 02)**

Publicação Nº 2131149

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 1/2019 - TP</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 32/2019 Data do Processo: 03/07/2019

Folha: 1/1

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 24/2019 (Sequência: 2)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) para reforma/adequação na Unidade de Saúde do Centro no Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório.

A comissão reuniu-se para abertura das propostas, conforme determinado anteriormente em ata. Foram abertos os envelopes de proposta comercial das empresas DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA. - EPP, OMVS CONSTRUTORA EIRELI - ME e J. CRISTIANO ROSNIAK ENGENHARIA - ME. Será paralisada a sessão, devido a dúvidas com relação às propostas, as mesmas serão encaminhadas para o Setor Jurídico e Setor de Engenharia para análise detalhada. Posteriormente será encaminhada ata com os resultados aferidos pelos setores. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata e quadro comparativo às empresas participantes.

Schroeder, 21 de Agosto de 2019

**COMISSÃO:**

Daniela Samulescki	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
Ivandra de Souza	- ..... - Membro
Ilmar José Pereira Borges Filho	- ..... - Membro
Guilherme Sandmann Da Silva Vianna	- ..... - Membro
Marlene Neumann	- ..... - Secretária
Eloir José Wendt	- ..... - Membro Suplente
Valderi Rocha de Camargo	- ..... - Membro Suplente

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

FERNANDA RAFAELA DE SOUZA ROSNIAK	- ..... - Representante
-----------------------------------	-------------------------

QUADRO COMPARATIVO TP 01/2019-FMS

Publicação Nº 2131150

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER  
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 32/2019  
Licitação.....: 1/2019 - TP  
Modalidade.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia  
Objeto.....: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) para reforma/adequação na Unidade de Saúde do Centro no Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório.

Processo Administrativo:   
Total dos Itens Vencedores: 0,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	-	19836	-	contratação de empresa especializada para execução (com for -	Unidade: UN			
14212	J. CRISTIANO ROSNIAK ENGENHARIA		1,000	0,0000	12.041,4200	12.041,42	Indefinido	0
10565	DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA		1,000	0,0000	14.538,2400	14.538,24	Indefinido	0
12632	OIMVS CONSTRUTORA LTDA		1,000	0,0000	14.541,1100	14.541,11	Indefinido	0

Schroeder, Em	.....
Daniela Samulescki -	..... - Presidente da Comissão
Ivandra de Souza -	..... - Membro
Ilmar José Pereira Borges Filho -	..... - Membro
Guilherme Sandmann Da Silva Vianna -	..... - Membro
Marlene Neumann -	..... - Secretária
Elair José Wendt -	..... - Membro Suplente
Valderi Rocha de Camargo -	..... - Membro Suplente
Natália Kersten Brumüller -	..... - Membro Suplente
Germana Heller Baeumle -	..... - Membro Suplente

# Seara

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1703

Publicação Nº 2131645

DECRETO Nº 1703, DE 21 DE AGOSTO DE 2019

Abre crédito adicional suplementar por conta do remanejamento de dotação orçamentária no valor de R\$ 180.000,00.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso I do art. 31 da Lei 1983, de 21 de novembro de 2018 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2019 – LDO e dá outras providências, e combinado com alínea “d”, do inciso IV, do art. 4º da Lei 1988 de 19 de dezembro de 2018, que Estima a Receita e Fixa da Despesa para o exercício de 2019 e com o inciso III § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, de 17 de março de 1964,

#### DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar:

Órgão: 06 SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Unidade: 01 Departamento de Ensino

Projeto Atividade: 2.221 – Ações para qualidade na Educação – Escola e Sociedade

Modalidade: 66 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0001 – Aplicações Diretas ..... 20.000,00

Projeto Atividade: 2.251 – Operacionalização das Ações do Transporte Rodoviário Municipal

Modalidade: 161 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 – Aplicações Diretas ..... 160.000,00

TOTAL ..... 180.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar constante do artigo anterior será aberto por conta do remanejamento da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Unidade: 01 Departamento de Ensino

Projeto Atividade: 2.221 – Ações para Qualidade na Educação – Escola e Sociedade

Modalidade: 67 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0001 – Aplicações Diretas ..... 20.000,00

Projeto Atividade: 2.251 – Operacionalização das Ações do Transporte Rodoviário Municipal

Modalidade: 160 3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 – Aplicações Diretas ..... 160.000,00

TOTAL ..... 180.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 21 de agosto de 2019

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em, 21 de agosto de 2019

Dirlei Giombelli Wildner

Secretária da Administração

### INEXIGIBILIDADE Nº 028/2019

Publicação Nº 2131135

Processo Licitatório nº 192/2019 – Inexigibilidade de Licitação nº 028/2019.

Objeto: Credenciamento para fornecimento de cascalho.

Justificativa: O Município de Seara lançou Edital de Chamamento Público nº 001/2017, objetivando o credenciamento para fornecimento de cascalho, do tipo macadame, a ser utilizado na recuperação de estradas vicinais e em obras realizadas pela administração pública. Atendendo às exigências do referido Edital de Chamamento Público, o Sr. Dilmar Antônio Moscon, comprovou capacidade para tal fornecimento, ficando o mesmo habilitado.

Fundamento Legal - Lei n.º 8.666/93, art 25, caput.

Seara, SC, 21 de agosto de 2019.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

# Serra Alta

## PREFEITURA

### DECRETO 145/2019

Publicação Nº 2131456

DECRETO Nº 145/2019 DE 12 DE AGOSTO DE 2019

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA – SC”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso II do Art. 7º da Lei nº. 1.119/2018 de 05/12/2018,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento do Exercício 2019 do Município de Serra Alta – SC (Lei 1.119/2018 de 05/12/2018) Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 405.019,91 (Quatrocentos e cinco mil, dezenove reais e noventa e um centavos).

Órgão: 08.00 – SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS

Unidade Orçamentária: 08.02 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

Projeto/Atividade: 2.801 - Manutenção dos Serviços Urbanos

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 0.3.0016 – Superávit – CIDE ..... R\$ 11.439,61

Dotação: 111

Projeto/Atividade: 2.801 - Manutenção dos Serviços Urbanos

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 0.3.0017 – Superávit – COSIP ..... R\$ 18.190,45

Dotação: 112

Órgão: 03.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DES. ECONÔMICO

Unidade Orçamentária: 03.01 – Departamento de Administração

Projeto/Atividade: 2.303 - Apoio a Segurança Pública

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 0.3.0055 – Superávit – Convênio de Trânsito Civil ..... R\$ 50.762,33

Dotação: 113

Projeto/Atividade: 2.303 - Apoio a Segurança Pública

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 0.3.0054 – Superávit – Convênio de Trânsito Militar ..... R\$ 20.996,18

Dotação: 114

Projeto/Atividade: 2.303 - Apoio a Segurança Pública

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 0.3.0045 – Superávit – Convênio FUNREBOM ..... R\$ 9.221,30

Dotação: 115

Projeto/Atividade: 2.303 - Apoio a Segurança Pública

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 0.3.0056 – Superávit – Convênio de Multas Prefeitura ..... R\$ 22.370,96

Dotação: 116

Órgão: 05.00 – SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 05.03 – Departamento Esportes

Projeto/Atividade: 1.015 - Reforma e Construção de Centros Esportivos e Vestiários

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 0.3.0024 – Superávit – Transferência de Convênios Outros .... R\$ 149.972,49

Dotação: 117

Órgão: 07.00 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária: 07.01 – Departamento de Agricultura

Projeto/Atividade: 2.700 - Assistência ao Produtor Rural

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 0.3.0024 – Superávit – Transferência de Convênios Outros .... R\$ 430,57

Dotação: 118



Órgão: 11.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 11.03 – Fundo de Assistência Social

Projeto/Atividade: 2.900 - Fundo de Assistência Social

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 0.3.0052 – Superávit – Transferência do FNAS ..... R\$ 75.470,53

Dotação: 119

Órgão: 05.00 – SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 05.01 – Departamento de Educação

Projeto/Atividade: 2.503 - Manutenção do Transporte Escolar

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 0.3.0022 – Superávit – Transf. Convênios Estado/Educação .... R\$ 6,41

Dotação: 120

Órgão: 05.00 – SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 05.01 – Departamento de Educação

Projeto/Atividade: 2.500 - Manutenção do Ensino Fundamental

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 0.3.0162 – Superávit – Outras Transferências do FNDE ..... R\$ 33.502,41

Dotação: 121

Projeto/Atividade: 2.503 - Manutenção do Transporte Escolar

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 0.3.0070 – Superávit – PNATE ..... R\$ 4.471,15

Dotação: 122

Projeto/Atividade: 2.500 - Manutenção do Ensino Fundamental

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 0.3.0069 – Superávit – PNAE ..... R\$ 8.185,52

Dotação: 123

TOTAL SUPLEMENTADO ..... R\$ 405.019,91 (Quatrocentos e cinco mil, dezenove reais e noventa e um centavos).

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 405.019,91 (Quatrocentos e cinco mil, dezenove reais e noventa e um centavos), serão extraídos do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício 2018.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013 de 22 de maio de 2013, revogado o Decreto nº 140/2019 de 07/08/2019 e demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 12 de agosto de 2019.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

## DECRETO 152/2019

Publicação Nº 2130656

DECRETO Nº 152/2019 DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

“DISPÕE SOBRE ATRIBUIÇÃO DE ADICIONAL DE TITULAÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA VENUSA DAL CERO NASCIMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais art. 40, inc. VII, da Lei Orgânica), e de acordo com a Lei Complementar nº 37/2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica atribuído Adicional de Especialização sobre o vencimento da servidora pública VANUSA DAL CERO NASCIMENTO, de acordo com sua escolaridade e respectivo percentual constante no anexo III da Lei Complementar nº 037/2018, bem como conforme disciplina o art. 6º, § 2º, da Lei Municipal nº 692/2006, e alterações posteriores.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Ar. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 21 de agosto de 2019.  
DARCI CERIZOLLI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI  
Secretário de Administração

## DECRETO 153/2019

Publicação Nº 2131638

DECRETO Nº 153/2019 DE 21 DE AGOSTO DE 2019

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA – SC”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso II do Art. 7º da Lei nº. 1.119/2018 de 05/12/2018,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento do Exercício 2019 do Município de Serra Alta – SC (Lei 1.119/2018 de 05/12/2018) Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), para a inclusão no seguinte programa:

Órgão: 08.00 – SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS  
Unidade Orçamentária: 08.01 – Departamento de Transportes  
Projeto/Atividade: 2.800 - Manutenção da Secretaria dos Transportes  
Natureza da Despesa: 4.4.90.00 – Aplicações Diretas  
Fonte: 0.3.0054 – Superávit – Recursos Ordinários ..... R\$ 100.000,00  
Dotação: 124

TOTAL SUPLEMENTADO ..... R\$ 100.000,00 (Duzentos mil reais).

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), serão extraídos do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício 2018.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013 de 22 de maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 21 de Agosto de 2019.  
DARCI CERIZOLLI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI  
Secretário de Administração

## TERMO DE RETIFICAÇÃO Nº 01/2019- TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 041/2019

Publicação Nº 2131160

TERMO DE RETIFICAÇÃO Nº 01

EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA  
Nº 041/2019

1.1 O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, ESTADO DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Dom Pedro II, 830, centro de Serra Alta, CEP 89871-000, através do seu PREFEITO MUNICIPAL DARCI CERIZOLLI e da Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL LUANA RAFAELA WALKER GIRELLI, designada pelo Decreto nº 001/2019 de 03/01/2019, TORNAM PÚBLICO e comunicam os interessados que fica RETIFICADO o Edital do Processo Licitatório de nº 041/2019 na modalidade TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERV. DE ENGENHARIA, do Tipo “MENOR PREÇO GLOBAL”, que tem como objeto a contratação de empresa do ramo de engenharia e ou/construção civil, em regime de empreitada global (material e mão-de-obra), regime de execução por preço unitário, para a EXECUÇÃO DA OBRA DE REDE ELÉTRICA E SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NAS VIAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC, SENDO AO

LONGO DA AVENIDA DOM PEDRO II, AVENIDA PRESIDENTE CASTELO BRANCO, RUA 28 DE ABRIL E NA CICLOVIA NO ACESSO A RODOVIA SC 160 (TRAJETO DO TRECHO SUL). Passando para a seguinte redação:

ONDE SE LÊ:

I

8.6- O valor global orçado pela Administração para o objeto a ser contratado, é de R\$ 608.884,55 (Seiscentos e oito mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos).

LEIA-SE:

8.6- O valor global orçado pela Administração para o objeto a ser contratado, é de R\$ 609.109,55 (Seiscentos e nove mil, cento e nove reais e cinquenta e cinco centavos).

II

ONDE SE LÊ:

Anexo F – Projeto Elétrico de Engenharia

- b) Orçamento Discriminado;  
c) Cronograma Físico-Financeiro

4.0	CONJUNTO COM LUMINÁRIA E BRAÇO				
	DESCRIÇÃO		QUANT.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
4.1	Luminária de LED 150W.	pç	4	R\$ 1.443,00	R\$ 5.772,00
4.2	Luminária de LED T01 conforme termo de referência.	pç	1	R\$ 1.443,00	R\$ 1.443,00
4.3	Braço para iluminação pública, galvanizado por imersão a quente com camada de 100 micras de média e 86 no ponto mínimo, com 3.000 mm de comprimento, curvo e espessura da chapa # 3,00mm, diâmetro - externo tubo de 46 a 49,0mm, sem sapata de fixação possuir furo para dois parafusos - Padrão CELESC.	pç	5	R\$ 107,69	R\$ 538,46
4.4	Cabo de cobre flexível 4mm <sup>2</sup> tensões nominais até 0,6/1 kV, formado por fios de cobre nu, eletrolítico, têmpera mole, encordoamento classe 4 e 5 (flexíveis), isolado com Policloreto de Vinila (PVC), tipo PVC para 70°C, tipo ST1, antichama conforme NBR 7288 – Preto.	m	20	R\$ 3,33	R\$ 66,60
4.5	Cabo de cobre flexível 4mm <sup>2</sup> tensões nominais até 0,6/1 kV, formado por fios de cobre nu, eletrolítico, têmpera mole, encordoamento classe 4 e 5 (flexíveis), isolado com Policloreto de Vinila (PVC), tipo PVC para 70°C, tipo ST1, antichama conforme NBR 7288 – Azul.	m	20	R\$ 3,33	R\$ 66,60
4.6	Relé Fotoelétrico 220V - 1000W	pç	5	R\$ 25,00	R\$ 125,00
4.7	Base para relé fotoelétrico.	pç	5	R\$ 8,33	R\$ 41,65
4.8	Eletricista com encargos complementares (1h por conjunto).	h	5	R\$ 50,00	R\$ 250,00
4.9	Guindauto hidráulico com caminhão toco (0,3h por conjunto).	h	1,5	R\$ 150,00	R\$ 225,00
TOTAL ITEM 4					R\$ 8.303,31

TOTAL GERAL	R\$ 608.884,55
-------------	----------------

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO	
Prefeitura Municipal de Serra Alta	
CNPJ: 80.622.319/0001-98 Fone: (049) 3454-3100 CEP:89871-000	

Avenida Dom Pedro II, 830 – Centro									
Obra: Ampliação da Iluminação Pública									
ILUMINAÇÃO PÚBLICA		Valores		30 dias (01 mês)		60 dias (02 mês)		90 dias (03 mês)	
		Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
1	DERIVAÇÃO DA REDE BT CELESC	100%	R\$ 30.828,50	30%	R\$ 9.248,55	30%	R\$ 9.248,55	40%	R\$ 12.331,40
2	POSTE METÁLICO DUPLO	100%	R\$ 91.813,39	20%	R\$ 18.362,68	40%	R\$ 36.725,36	40%	R\$ 36.725,36
3	POSTE METÁLICO SIMPLES	100%	R\$ 35.513,85	20%	R\$ 7.102,77	40%	R\$ 14.205,54	40%	R\$ 14.205,54
4	CONJUNTO COM LUMINÁRIA E BRAÇO	100%	R\$ 8.303,31	100%	R\$ 8.303,31	R\$ -	R\$ -		
5	SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIAS	100%	R\$ 61.418,00	50%	R\$ 30.709,00	25%	R\$ 15.354,50	25%	R\$ 15.354,50
6	REDE AÉREA COM ILUMINAÇÃO	100%	R\$ 185.700,99	30%	R\$ 55.710,30	30%	R\$ 55.710,30	40%	R\$ 74.280,40
7	TUBULAÇÃO E CABEAMENTO SUBTERRÂNEO	100%	R\$ 32.791,42	100%	R\$ 32.791,42	0%	R\$ -	0%	R\$ -
8	POSTES CICLOVIA	100%	R\$ 162.515,10	20%	R\$ 32.503,02	40%	R\$ 65.006,04	40%	R\$ 65.006,04
TOTAL		100%	R\$ 608.884,55	31,98%	R\$ 194.731,04	32,23%	R\$ 196.250,28	35,79%	R\$ 217.903,23

## LEIA-SE:

4.0	CONJUNTO COM LUMINÁRIA E BRAÇO				
	DESCRIÇÃO		QUANT.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
4.1	Luminária de LED 150W.	pç	4	R\$ 1.443,00	R\$ 5.772,00
4.2	Luminária de LED T01 conforme termo de referência.	pç	1	R\$ 1.443,00	R\$ 1.443,00
4.3	Braço para iluminação pública, galvanizado por imersão a quente com camada de 100 micras de média e 86 no ponto mínimo, com 3.000 mm de comprimento, curvo e espessura da chapa # 3,00mm, diâmetro - externo tubo de 46 a 49,0mm, sem sapata de fixação possuir furo para dois parafusos - Padrão CELESC.	pç	5	R\$ 107,69	R\$ 538,46
4.4	Cabo de cobre flexível 4mm² tensões nominais até 0,6/1 kV, formado por fios de cobre nu, eletrolítico, tempera mole, encordamento classe 4 e 5 (flexíveis), isolado com Policloreto de Vinila (PVC), tipo PVC para 70°C, tipo ST1, antichama conforme NBR 7288 – Preto.	m	20	R\$ 3,33	R\$ 66,60
4.5	Cabo de cobre flexível 4mm² tensões nominais até 0,6/1 kV, formado por fios de cobre nu, eletrolítico, tempera mole, encordamento classe 4 e 5 (flexíveis), isolado com Policloreto de Vinila (PVC), tipo PVC para 70°C, tipo ST1, antichama conforme NBR 7288 – Azul.	m	20	R\$ 3,33	R\$ 66,60
4.6	Relé Fotoelétrico 220V - 1000W	pç	5	R\$ 25,00	R\$ 125,00
4.7	Base para relé fotoelétrico.	pç	5	R\$ 8,33	R\$ 41,65
4.8	Eletricista com encargos complementares (1h por conjunto).	h	5	R\$ 50,00	R\$ 250,00

4.9	Guindauto hidráulico com caminhão toco (0,3h por conjunto).	h	1,5	R\$ 150,00	R\$ 225,00
TOTAL ITEM 4					R\$ 8.528,31
TOTAL GERAL				R\$ 609.109,55	

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO									
Prefeitura Municipal de Serra Alta									
CNPJ: 80.622.319/0001-98 Fone: (049) 3364-0092 CEP: 89871-000									
Avenida Dom Pedro II, 830 – Centro									
Obra: Ampliação da Iluminação Pública									
ILUMINAÇÃO PÚBLICA		Valores		30 dias (01 mês)		60 dias (02 mês)		90 dias (03 mês)	
		Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
1	DERIVAÇÃO DA REDE BT CELESC	100%	R\$ 30.828,50	30%	R\$ 9.248,55	30%	R\$ 9.248,55	40%	R\$ 12.331,40
2	POSTE METÁLICO DUPLO	100%	R\$ 91.813,39	20%	R\$ 18.362,68	40%	R\$ 36.725,36	40%	R\$ 36.725,36
3	POSTE METÁLICO SIMPLES	100%	R\$ 35.513,85	20%	R\$ 7.102,77	40%	R\$ 14.205,54	40%	R\$ 14.205,54
4	CONJUNTO COM LUMINÁRIA E BRAÇO	100%	R\$ 8.528,31	100%	R\$ 8.528,31	R\$ -	R\$ -		
5	SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIAS	100%	R\$ 61.418,00	50%	R\$ 30.709,00	25%	R\$ 15.354,50	25%	R\$ 15.354,50
6	REDE AÉREA COM ILUMINAÇÃO	100%	R\$ 185.700,99	30%	R\$ 55.710,30	30%	R\$ 55.710,30	40%	R\$ 74.280,40
7	TUBULAÇÃO E CABEAMENTO SUBTERRÂNEO	100%	R\$ 32.791,42	100%	R\$ 32.791,42	0%	R\$ -	0%	R\$ -
8	POSTES CICLOVIA	100%	R\$ 162.515,10	20%	R\$ 32.503,02	40%	R\$ 65.006,04	40%	R\$ 65.006,04
TOTAL	100%	R\$ 609.109,55	31,98%	R\$ 194.956,04	32,23%	R\$ 196.250,28	35,79%	R\$ 217.903,23	

2. Em razão da alteração do instrumento convocatório, a sessão para abertura dos envelopes fica REDESIGNADA para o dia 09 de Setembro de 2019, conforme segue:

\* O RECEBIMENTO dos ENVELOPES Nº 01 – DOCUMENTAÇÃO e ENVELOPES Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS, contendo a documentação de habilitação e propostas de preços dos interessados CADASTRADOS junto ao Município de Serra Alta, dar-se-á até às 08:30 horas do dia 09 de Setembro de 2019, no Setor de Compras do Município, situado no endereço Av. Dom Pedro II, 830, centro de Serra Alta, não aceitando justificativas de atraso na entrega dos envelopes supracitados devido a problemas de trânsito ou de qualquer outra natureza.

\* O início da ABERTURA dos Envelopes Nº 01 – DOCUMENTAÇÃO, dar-se-á às 09:00 horas do dia 09 de Setembro de 2019, na Sala de Licitações do Município de Serra Alta, situada no endereço indicado no subitem 1.2. Havendo a concordância de todos os proponentes com o resultado da fase de habilitação, bem como a DESISTÊNCIA EXPRESSA DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS, de acordo com o disposto no inciso III, art. 43 da Lei 8.666/93, formalizada na respectiva Ata ou Termo de Renúncia (modelo constante do anexo "B" deste Edital), proceder-se-á, nesta mesma data, à abertura dos Envelopes 02– PROPOSTA, contendo as propostas dos proponentes habilitados.

3. As demais disposições itens e subitens constantes do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 041/2019 e anexos permanecem inalteradas.

Serra Alta/SC, 22 de agosto de 2019.

DARCI CERIZOLLI  
PREFEITO MUNICIPAL

LUANA RAFAELA WALKER GIRELLI  
PRESIDENTE CPL

Analisado e Aprovado pelo Departamento Jurídico

MAURÍCIO LEONIR SONDA  
Advogado OAB/SC 54.175

# Sombrio

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO 69/2019

Publicação Nº 2131277

MUNICIPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 69/2019

Objeto: A presente ata tem por objetivo registrar preços no intuito de selecionar a proposta mais vantajosa para contratação de serviços de arbitragem e suporte técnico para realização do Campeonato Municipal de Futebol Amador de Sombrio/SC, conforme especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I) e demais condições do edital e anexos, conforme Anexo I - Termo de Referência do Edital, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Detentor da Ata: LIGA ATLÉTICA VALE DO MAMPITUBA

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 19.200,00.

Processo Licitatório nº 75/2019 – Pregão Presencial.

Sombrio, 14 de agosto de 2019

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 06/2019/FMS

Publicação Nº 2131341

MUNICIPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 06/2019/FMS

Objeto: A presente ata tem por objetivo registrar preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de materiais, instrumentos e equipamentos odontológicos para manutenção dos consultórios odontológicos das unidades básicas de saúde inclusive nos ESF's do município de Sombrio/SC, obedecendo às especificações e condições constantes no edital, Termo de Referência - Anexo - I e demais anexos do edital de Pregão Presencial nº 014/2019, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

DETENTOR DA ATA: ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 10.007,48.

Processo Licitatório nº 14/2019/FMS – Pregão Presencial.

Sombrio, 12 de agosto de 2019

Dângelo da Silva Santos

Secretário Municipal de Saúde

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 07/2019/FMS

Publicação Nº 2131344

MUNICIPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 07/2019/FMS

Objeto: A presente ata tem por objetivo registrar preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de materiais, instrumentos e equipamentos odontológicos para manutenção dos consultórios odontológicos das unidades básicas de saúde inclusive nos ESF's do município de Sombrio/SC, obedecendo às especificações e condições constantes no edital, Termo de Referência - Anexo - I e demais anexos do edital de Pregão Presencial nº 014/2019, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

DETENTOR DA ATA: CMED SERV. TECNICOS E DISTR. LTDA

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 49.683,80.

Processo Licitatório nº 14/2019/FMS – Pregão Presencial.

Sombrio, 12 de agosto de 2019

Dângelo da Silva Santos

Secretário Municipal de Saúde

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 08/2019/FMS**

Publicação Nº 2131346

MUNICIPIO DE SOMBRIO  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 08/2019/FMS**

Objeto: A presente ata tem por objetivo registrar preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de materiais, instrumentos e equipamentos odontológicos para manutenção dos consultórios odontológicos das unidades básicas de saúde inclusive nos ESF's do município de Sombrio/SC, obedecendo às especificações e condições constantes no edital, Termo de Referência - Anexo - I e demais anexos do edital de Pregão Presencial nº 014/2019, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

DETENTOR DA ATA: VMLX ELETRONICOS EIRELI

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 7.498,00.

Processo Licitatório nº 14/2019/FMS – Pregão Presencial.

Sombrio, 12 de agosto de 2019

Dângelo da Silva Santos

Secretário Municipal de Saúde

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 68/2019**

Publicação Nº 2131233

MUNICIPIO DE SOMBRIO  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 68/2019**

Objeto: A presente ata tem por objetivo registrar preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados para manutenção dos serviços de iluminação pública, compreendendo as atividades e especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência, sem fornecimento de materiais para o sistema de iluminação pública do município de Sombrio/SC, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Detentor da Ata: R & D INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E TREINAMENTO PROFISSIONAL LTDA ME

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 179.400,00.

Processo Licitatório nº 74/2019 – Pregão Presencial.

Sombrio, 14 de agosto de 2019

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal



# Tangará

## PREFEITURA

### ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2019 REGISTRO DE PREÇO

Publicação Nº 2130830

#### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

#### ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2019 REGISTRO DE PREÇO

Aos vinte e um dias do mês de Agosto do ano de dois mil e dezenove, às dez horas, reuniram-se os membros da Equipe de Apoio, designada pela Portaria nº 235/2019, para abrir e julgar o processo licitatório modalidade Pregão Presencial nº 62/2019, da Prefeitura Municipal de Tangará, o qual tem por objeto o registro de preço a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE NITROGÊNIO LÍQUIDO, VISANDO O ABASTECIMENTO DOS BOTIJÕES DOS BOVINOCULTORES DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ. Participa deste certame a seguinte empresa:

1) NITROTEC COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA, representada neste ato por Carlos Cezar Pezenatto.

Iniciado o certame, uma única empresa se credenciou, passa a vista e rubrica nos envelopes pelo representante presente, analisado o credenciamento da empresa que estava de acordo com o edital, sendo habilitada para o certame, após passou-se para a abertura do envelope da proposta, constatou-se que a empresa participante encontrava-se habilitada para os lances. Passou-se então para fase dos lances, feito a tentativa de negociação a empresa baixou o valor da sua proposta, após sagrou-se vencedor do item 1 a empresa NITROTEC COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA com o valor total de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais). Após aberto o envelope da documentação da empresa vencedora, constatou-se que a empresa estava de acordo com as exigências do edital, passando para vistas e rubricas dos presentes. Nenhuma empresa manifestou intenção de recurso. Sem mais encerrado certame. Publique-se o presente resultado no site [www.tangara.sc.gov.br](http://www.tangara.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC na data de 21/08/2019. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, com a presente ata lida, aprovada e assinada pelos presentes. Tangará, 21 de Agosto de 2019.

Cristiane Piccinin  
Pregoeira

Daiane N. A. dos Santos Paula A. Taffarel Motter  
Equipe de Apoio Equipe de Apoio

NITROTEC COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA

# Tigrinhos

## PREFEITURA

### DECRETO 071/2019

Publicação Nº 2131827

DECRETO Nº.71 DE 22 DE AGOSTO DE 2019

Altera o Decreto nº. 60 de 24 de junho de 2019, que Regulamenta o Programa de Incentivo e Controle de Brucelose e Tuberculose Bovina instituído pela Lei Municipal nº 940/2019 no âmbito do Município de Tigrinhos SC para dar nova redação ao art. 3º.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e demais legislações relativas ao assunto DECRETA:

Art. 1º. O art. 3º do Decreto no 60/2019, de 24 de junho de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação :

“Art. 3º A. Para obter o subsídio previsto na Lei, o beneficiário deverá realizar exames em 100% (cem por cento) do rebanho ou em todos os animais fêmeas de aptidão leiteira e animais machos reprodutores, com idade acima de 14 (catorze ) meses.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos municípios de Santa Catarina.

Art. 3º. Ficam mantidas as demais disposições do Decreto n º 60/2019.

Tigrinhos SC, 22 de agosto de 2019.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito

### PORTARIA 210/2019

Publicação Nº 2131295

PORTARIA Nº. 210/2019.

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA MUNICIPAL OCUPANTE DO CARGO TEMPORÁRIO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar 035/2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera A PEDIDO da Servidora Pública Municipal, a Sra. DIANA LOVANE TRENTIN KOBBS, do cargo Temporário de Agente Comunitária de Saúde, cadastrada sob a matrícula nº. 583/11, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 21 de Agosto de 2019, conforme requerimento do mesma e seu deferimento pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE AGOSTO DE 2019.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e um de agosto de dois mil e dezenove.

Cleiton Soethe

Secretário Municipal de

Administração e Fazenda.

# Tijucas

## PREFEITURA

### **AVISO DE ERRATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 143/PMT/2019 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 083/PMT/2019**

Publicação Nº 2131019

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 143/PMT/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 083/PMT/2019  
ERRATA

Objeto: Aquisição de Veículos SUP – SPORT UTILITY PICH-UP, a serem utilizados como viatura para a Polícia Militar de Tijucas - SC.  
Tipo: Menor Preço Por Item  
Data de Abertura: 27 de agosto de 2019, as 08h00;

Os seguintes itens foram revisados e corrigidos:

a) Na página 18 do Edital, na descrição do item, onde se lê: "Torque (kgf/m): 19,3 18,8"  
Leia-se: "Torque (kgf/m): 18.76 (G) / 19,27 (A).

b) Na página 18 do Edital, na descrição do item, onde se lê: "air bag passageiro, air bag lateral". Leia-se: "air bag passageiro".

c) Na página 18 do Edital, na descrição do item, onde se lê "distribuição eletrônica de frenagem", informa-se que este item foi retirado da descrição.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br).  
ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

### **AVISO DE FRACASSADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 145.PMT.2019 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 085/PMT/2019**

Publicação Nº 2130829

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE FRACASSADA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 145/PMT/2019  
PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇO  
Nº 085/PMT/2019

O Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, através de sua Pregoeira, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, o FRACASSO da licitação divulgada através da publicação do Processo Licitatório 145/PMT/19 - Pregão Presencial Registro de Preço nº 085/PMT/2019, tendo por objeto a Contratação de Empresa para Prestação de Serviço de Manutenção Predial para Polícia Civil, da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do Município de Tijucas – SC, justifica-se por motivo que a vencedora primeira colocada a empresa CLARAIZA LTDA, foi inabilitada por apresentar a CND ESTADUAL vencida e por não apresentar o atestado de capacidade técnica exigida no item 2. Passou-se para a segunda colocada a empresa IVORLEI ALVES DE ASSIS, onde a mesma foi inabilitada por não apresentar a Certidão Negativa de Falência e-proc estadual, Crea da empresa. Apresentou o item 12.2.4.7 parcial e no item 12.2.4.8 incompleto. Sendo assim passou-se para o terceiro colocado a empresa GUERREIRO COMERCIO E CONSTRUÇOES EIRELI – ME, onde a mesma foi inabilitada por apresentar as CNDs FEDERAL, ESTADUAL e MUNICIPAL sede vencidas e no 12.2.4.8 apresentou incompleto.

Tijucas, 01 de fevereiro de 2019.

**AVISO DE LICITAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/SAMAE/2019 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/SAMAE/2019**

Publicação Nº 2130904

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

O Município de Tijucas SC, inscrito sob o CNPJ n. 82.577.636/0001-65, com sede na Rua Cel. B-chelle, 01, centro, Tijucas SC, de conformidade com a Lei n. 8.666/93, alterada pela Lei n. 8.883/94, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação - CPL comunica que dispensou o Processo Licitatório conforme:

Processo Licitatório nº 040/SAMAE/2019

Dispensa de Licitação nº 021/SAMAE/19

Objeto: Aquisição de tubos e conexões (medidas DN 140/DE 160mm - 140/125mm - 160/140mm), por tratar-se de material "fora" de linha de produção, para manutenção da antiga rede de abastecimento de água do bairro da Itinga, do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, do município de Tijucas/SC.

Contratado: G2 MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI ME.

Valor: R\$. 7.453,60 (Sete mil, quatrocentos e cinq-enta e três reais e sessenta centavos).

Amparo Legal: Art. 24 inciso II, Art. 23 inciso I e II, "a" da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores c/c Parecer Jurídico Favorável nº 323/2019/PGM.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

**AVISO DE SUSPENSÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 146/PMT/2019 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 086/PMT/2019**

Publicação Nº 2131037

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS  
AVISO DE SUSPENSÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 146/PMT/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 086/PMT/2019

A Prefeitura Municipal de Tijucas, por meio de sua Pregoeira, comunica a SUSPENSÃO do Pregão Presencial nº 086/PMT/2019, para readequação do referido edital.

**CONVOCAÇÃO REUNIÃO CONSELHO DO IDOSO**

Publicação Nº 2131842

C.M.ICONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE TIJUCAS

CNPJ 26.708.668/0001-81

Rua José Joaquim Santana 36 - Bairro: Universitário

Telefone: (48) 3263-0150

Tijucas – SC

**CONVOCAÇÃO**

Vimos por meio deste, comunicar e convidar os munícipes, bem como convocar, Vossas Senhorias, Conselheiros(as) Municipais do Idoso, de acordo com suas nomeações e representações, para a Reunião do Conselho Municipal do Idoso, que realizar-se á:

Data: 26/08/2019

Segunda-feira - Às: 09:00hs

Local: Secretaria Municipal de Saúde de Tijucas

Rua: Av. Hercílio Luz, 688 - Centro - Tijucas

Obs: Na impossibilidade de comparecer, solicitamos que na condição de titular vossa senhoria comunique, seu suplente.

Pauta:

- Leitura da ata anterior;
- Leitura das correspondências recebidas
- Assuntos diversos.

Sua presença é muito importante!

Leticia Lamas Pinheiro  
Presidente

**EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 041/SAMAE/2019 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/SAMAE/2019  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/SAMAE/2019**

Publicação Nº 2131044

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 041/SAMAE/19 - DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/SAMAE/19 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/SAMAE/19

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE.

CONTRATADA: G2 MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI ME.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES (MEDIDAS DN 140/DE 160MM - 140/125MM - 160/140MM), POR TRATAR-SE DE MATERIAL "FORA" DE LINHA DE PRODUÇÃO, PARA MANUTENÇÃO DA ANTIGA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO BAIRRO DA ITINGA, DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

VALOR: R\$. 7.453,60 (Sete mil, quatrocentos e cinq-enta e três reais e sessenta centavos).

TIJUCAS/SC, 21 DE AGOSTO DE 2019.

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**TOMADA DE PREÇO 01/2019**

Publicação Nº 2131068

Aviso de Licitação

TOMADA DE PREÇO 01/2019

A Câmara Municipal de Vereadores de Tijucas (SC), inscrita sob o CNPJ Nº 80.669.864/0001-30 com sede a Rua Coronel B-chelle 181, Bairro Centro, Tijucas/SC, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar no dia 09/09/2019, às 08h, na sede desta Casa Legislativa, a reunião de recebimento das documentações, conforme especificado no Edital de Tomada de Preço 01/2019.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no site da Câmara de Vereadores de Tijucas: <http://www.camaratijucas.sc.gov.br>.

Objeto da Licitação: A presente licitação tem por objeto, a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUTAR DE FORMA INTEGRAL A REFORMA E MANUTENÇÃO DO PRÉDIO E INFRAESTRUTURA DA CÂMARA DE VEREADORES DE TIJUCAS, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E TODAS AS ART'S (CREA/CAU) NECESSÁRIAS, de acordo com as condições estipuladas neste Edital, nos seus anexos e no contrato, cujos termos, igualmente, o integram.

Tijucas, 21 de agosto de 2019.

VILSON NATÁLIO SILVINO  
Câmara de Vereadores de Tijucas/SC  
Presidente

# Timbé do Sul

## SAMAE - TIMBÉ DO SUL

### EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO - MODALIDADE: PP N. 01/2019

Publicação N° 2131825

Aviso de Licitação 01/2019 PP

Estado de Santa Catarina

SAMAE de Timbé do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório n° SAMAE 01/2019 - Pregão Presencial – Menor Preço por item.

OBJETO DA LICITAÇÃO: A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de máquinas, com operador/motorista, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas neste Edital.

DATA/HORA DA ABERTURA: 03 de Setembro de 2019, às 13:35 horas.

LOCAL: Escritório do SAMAE, sito a Rua Carlos Savi, n° 365, Bairro Centro – Timbé do Sul - SC, CEP 88.940-000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SAMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail amarildo@samaetimbedosul.sc.gov.br e jucianacb@engeplus.com.br

ou pelo site do SAMAE - [www.samaetimbedosul.sc.gov.br](http://www.samaetimbedosul.sc.gov.br)

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SAMAE, sito à Rua Carlos Savi, n° 365, Bairro Centro – Timbé do Sul - SC, CEP 88.940-000, ou pelo fone (048) 3536-1172, com a comissão de licitação das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas.

Timbé do Sul/SC, 22 de Setembro de 2019.

# Timbó

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO Nº 111.2019 FCT

Publicação Nº 2131209

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 111/2019 FCT  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2019

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, BLAUER BERG CERVEJARIA LTDA, CNPJ nº. 19.235.526/0001-89, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;  
DATA: até 29/08/2019.  
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 21 de agosto de 2019.  
PRISCILA MACEDO  
Central de Licitações

### CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO Nº 113.2019 FCT

Publicação Nº 2131210

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 113/2019 FCT  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2019

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, CERVEJARIA BORCK LTDA EPP, CNPJ nº. 00.970.717/0001-66, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;  
DATA: até 29/08/2019.  
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 21 de agosto de 2019.  
PRISCILA MACEDO  
Central de Licitações

### CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO Nº 114.2019 FCT

Publicação Nº 2131211

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 114/2019 FCT  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2019

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, CERVEJARIA ARTESANAL PILLRED BIER LTDA, CNPJ nº. 33.033.480/0001-01, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;  
DATA: até 29/08/2019.  
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 21 de agosto de 2019.  
PRISCILA MACEDO  
Central de Licitações



**CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO N° 115.2019 FCT**

Publicação N° 2131212

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA  
CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 115/2019 FCT  
PREGÃO PRESENCIAL N° 13/2019

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, JOAO AUGUSTO KRIEGER ME, CNPJ nº. 12.875.048/0001-22, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;  
DATA: até 29/08/2019.  
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 21 de agosto de 2019.  
PRISCILA MACEDO  
Central de Licitações

**PORTARIA NO 1539, DE 01 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação N° 2131582

PORTARIA No 1539, DE 01 DE AGOSTO DE 2019

Substitui membro para compor o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições conferidas pelo art.50, c/c art.70, Inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria nº 1350, de 09 de maio de 2019, para designar em substituição membro para compor o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, para mandato até maio de 2021, como segue, a contar de desta data:

"Art.1º...

c) CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS – CDL

Titular:Jaime Odair Bittencourt, em substituição ao Tarcisio Zermiani

Suplente: ...."

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de agosto de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

MARCELO LUIZ FERRARI  
Prefeito de Timbó/SC em exercício

**PORTARIA NO 1540, DE 01 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação N° 2131590

PORTARIA No 1540, DE 01 DE AGOSTO DE 2019

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Administração Direta.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 c/c Decreto nº 5212, de 29 de maio do corrente (que diante dos números obtidos nos concursos e processos seletivos em trâmite declarou situação de emergência para contratação temporária em caráter excepcional) e considerando que:

- Até o momento o processo seletivo para contratação temporária de servidores ainda não foi homologado;

- Diante deste contexto e do relevante interesse público-coletivo envolvido, a contratação temporária é a medida que se impõe, o que além de encontrar plena previsão nos dispositivos normativos pertinentes (Lei nº 2045/98 e outros), não prejudica a assunção dos profissionais aprovados nos concursos e processos seletivos, pois poderão ser convocados em até 2 anos (prorrogável por igual período), o que encontra previsão no art. 37, III da CF e art. 15 da LC nº. 01/93, edital e outros,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
(Fundo Municipal de Educação)

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-11)

Nome	Código Func.	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
VANUSA GABRIELE LEITE (Vacância)	404134795	1	22/06/2001	104.233.129-44	44h	02/08/2019 a 30/09/2019

Cargo: Professor C10

Nome	Código Func.	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
ANTONIA CAMILA SAMPAIO BORGES DOS SANTOS CUNHA (Aumento do número de alunos)	4040891	3	03/11/1991	045.796.305-05	20h	01/08/2019 a 30/08/2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLA

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-11)

Nome	Código Func.	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
EDSON LUIZ BREHMER (Vacância em Concurso Público)	1023063	5	05/12/1969	777.739.189-53	44h	01/08/2019 a 30/08/2019
MARCOS ANTONIO FERREIRA FARIAS (Vacância em Concurso Público)	404135012	0	17/09/1981	734.879.702-44	44h	01/08/2019 a 30/08/2019
PEDRO HAMILTON CARDOSO (Vacância em Concurso Público)	250180	9	04/12/1972	921.291.459-49	44h	01/08/2019 a 30/08/2019
RENATO LOMBARDI (Vacância em Concurso Público)	265187	6	05/09/1986	060.997.629-06	44h	01/08/2019 a 30/08/2019

Cargo: Pedreiro (SG-24)

Nome	Código Func.	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
ANTONIO JUVENIL DA SILVA (Vacância em Concurso Público)	404135018	0	26/02/1967	586.385.639-49	44h	01/08/2019 a 30/08/2019

Cargo: Médico Veterinário (GP-68)

Nome	Código Func.	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
ADAELCIO CAMUZATO (Em subst.a Tassiana Barros Neves, que se encontra em Licença Maternidade)	404134617	1	26/01/1978	933.485.689-00	30h	01/08/2019 a 31/12/2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO, MEIO AMBIENTE, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

Cargo: Auxiliar de Serviços Administrativos (GA-30)

Nome	Código Func.	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
------	--------------	----------	---------------	-----	-----------------	---------

STEFANI JAQUELINE MAAS (Em subst. a Bruna de Andrade, que se encontra em cargo em comissão)	404135009	0	11/08/1996	105.450.519-59	35h	02/08/2019 a 31/12/2019
FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO						
Cargo: Pedreiro (SG-24)						
Nome	Código Func.	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
FLAVIO OSS-EMER (Vacância do cargo)	404135010	0	10/05/1976	899.268.389-87	44h	02/08/2019 a 31/12/2019
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO						
Cargo: Auxiliar de Serviços Administrativos (GA-30)						
Nome	Código Func.	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
MARIANI FORMAGI (Em subst. a Christiane Martina Pellin Fiamoncini)	404135007	0	13/07/1992	084.704.559-58	35h	01/08/2019 a 31/12/2019
THIAGO CAMARA DE VICARI (Em subst. a Graciela Inês Uber Gomes, que se encontra em cargo em comissão)	404135008	0	13/12/1991	018.610.890-74	35h	01/08/2019 a 31/12/2019
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL (Fundo Municipal de Saúde)						
Cargo: Médico (GP-75)						
Nome	Código Func.	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
CRISTINA HAMM ROCHA (Vacância do cargo)	404135013	0	10/02/1987	364.642.538-59	20h	01/08/2019 a 13/09/2019
MARJORIE MERGEN (Vacância do cargo)	404135011	0	08/01/1994	095.008.489-10	20h	01/08/2019 a 13/09/2019
FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS						
Cargo: Auxiliar de Serviços Administrativos (GA-30)						
Nome	Código Func.	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
MATHEUS HENRIQUE BENDOTTI (Em subst. a Carmelinde Brandt, que se encontra em cargo em comissão)	404134938	1	27/11/2000	117.572.909-40	35h	02/08/2019 a 31/12/2019

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de agosto de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

MARCELO LUIZ FERRARI  
Prefeito de Timbó/SC, em exercício

**PORTARIA NO 1563, DE 12 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação N° 2131596

PORTARIA No 1563, DE 12 DE AGOSTO DE 2019

Dispensa Servidor designado em Função Gratificada, lotado na Administração Direta, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990,

RESOLVE:

Art.1º DISPENSAR da Função Gratificada o servidor abaixo relacionado, a contar desta data:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL			
NOME	SÍMBOLO	%	PORTARIA QUE DESIGNOU
Fausto Orli da Silva	FG-4	20	Nº 813, de 15/06/2018

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de agosto de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

**PORTARIA NO 1568, DE 15 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação N° 2131600

PORTARIA No 1568, DE 15 DE AGOSTO DE 2019

Autoriza Servidor Público Municipal, lotado na Administração Direta, a conduzir veículo oficial, em serviço, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base na Lei nº 1931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que "A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.", Resolve:

AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:

Art. 1º Fica o Servidor Público Municipal abaixo identificado, autorizado a conduzir veículo oficial de propriedade deste Município, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível, a contar desta data:

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO		
NOME	CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO	Nº CNH / CATEGORIA
Andrei Kayo Lamim	Auxiliar de Serviços Administrativos	06900351749 / AB

Art. 2º Fica o servidor desde já cientificado que durante o período em que estiver de posse do veículo, é responsável não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 15 de agosto de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

**PORTARIA Nº 1541, DE 01 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2131587

PORTARIA Nº 1541, DE 01 DE AGOSTO DE 2019

Altera a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Administração Direta.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 4425, de 02 de janeiro do corrente, alterado pelos Decretos nº 4456, de 01/03/2017, 4681, de 30/11/2017, nº 4772, de 01/03/2018, nº 4976, de 31/10/2018, nº 5148, de 06/03/2019 e nº 5212, de 29/05/2019, (que diante dos números obtidos nos concursos e processos seletivos em trâmite declarou situação de emergência para contratação temporária em caráter excepcional), e considerando que:

- A quantidade de aprovados no concurso público, bem como de inscritos no processo seletivo não supre a quantidade de vagas disponíveis e necessárias para anteder a demanda do poder executivo municipal;

- Ainda está em curso o processo seletivo para contratação temporária de cargos do poder executivo municipal;

- A prorrogação das contratações temporárias nas formas abaixo definidas é a medida que se impõe, o que encontra previsão nos dispositivos normativos pertinentes (Lei nº 2045/98 e outros) e em nenhum momento prejudica a assunção dos profissionais aprovados nos concursos e processos seletivos, pois poderão ser convocados em até 2 anos (prorrogável por igual período), o que encontra previsão no art. 37, III da CF e art. 15 da LC nº. 01/93, edital e outros,

**RESOLVE:**

Art.1º ALTERAR a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLA			
NOME	CÓDIGO FUNC.	CONTRATO	ALTERAR PARA
ADEMAR GESSNER	12360	2	30/08/2019
AIRTON NOLI	404134587	0	30/08/2019
ALICIO RIBEIRO	4041060	0	30/08/2019
ALMIR GUILHERME RIBEIRO TEIXEIRA	4041059	0	30/08/2019
ANISIO DOS SANTOS	404134705	0	30/08/2019
AUDIR PASQUALI	178470	6	30/08/2019
CARLOS KORTE	76740	1	30/08/2019
CHARLES ARTUR MARQUARDT	4041132	2	30/08/2019
CLAUDECIR ALVES REIS	404134760	0	30/08/2019
DANIEL SCHMOELLER	404134841	0	30/08/2019
DOMINGO PEREIRA	265748	8	30/08/2019
EDEMAR MELO RODRIGUES	404134758	0	30/08/2019
EDENIR JANIR DALCASTAGNE	404134605	0	30/08/2019
EDUARDO RODRIGUES	404134863	0	30/08/2019
ELSIDO KRUGER	72958	2	30/08/2019
ENGELBERTO FRANZ	192317	6	30/08/2019
ERNSTFRIED WITHOEFT	1083201	11	30/08/2019
FRANCISCO LOURENCO	404134531	1	30/08/2019
FRANCISCO ROCHA DA CONCEIÇÃO	404134701	0	30/08/2019
GAUDENCIO VAZ DE FREITAS	404134842	0	30/08/2019
GERCI NUNES	270903	1	30/08/2019
GERONIMO WACKERHAGE	4021096	3	30/08/2019
GILMAR CHISTE	12483	3	30/08/2019
GILMAR JOAO TURAZZI	27561	5	30/08/2019
GRACIANO VENCESLAU	12491	1	30/08/2019
GUNTHER MAHS	147214	1	30/08/2019
JOCELI DA SILVA NUNES	4036417	1	30/08/2019
JOILSON GEIER MORAES	404134535	2	30/08/2019
JUVENAL MARTIN	183717	2	30/08/2019
LAERCIO FAGUNDES	404134840	0	30/08/2019
MARCELINO TOMASELLI	78506	3	30/08/2019
MARCIO ANTONIO FERRARI	17329	6	30/08/2019
MARCIO JOSE ROPELATTO	404134678	0	30/08/2019
MARCIO KOEPEL	4041121	1	30/08/2019

MARIA EMILIA GONCALVES AN- DRADE	404134802	0	30/08/2019
MARILENE FARIA	404134801	0	30/08/2019
MARINO DARUI	11240	3	30/08/2019
MAURI LUIZ PELLIN	404134882	0	30/08/2019
MILTON SIMAS	404134757	0	30/08/2019
NATALINO VASCONCELOS	404134803	0	07/08/2019
NELSON CORDEIRO	207950	2	30/08/2019
ORIVALDO LOPPNOW	4041058	0	30/08/2019
PEDRO PEZENTI	4040884	1	30/08/2019
RAMIDES ERONDI BUTKE	386731	2	30/08/2019
ROBERTO DICKMANN	404134883	0	30/08/2019
ROSELI LOURDES DA ROCHA	242691	3	30/08/2019
SEBASTIAO ONADIR MAIA	404134606	0	30/08/2019
UDO HACKBARTH	1027395	1	30/08/2019
VALDEMIRO VIEIRA	404134586	0	30/08/2019
WILFRID PLAISIR	404134532	0	30/08/2019

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de agosto de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

MARCELO LUIZ FERRARI  
Prefeito de Timbó/SC em exercício

## PORTARIA Nº 1542, DE 02 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2131591

PORTARIA Nº 1542, DE 02 DE AGOSTO DE 2019

Altera a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Administração Direta.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 4425, de 02 de janeiro do corrente, alterado pelos Decretos nº 4456, de 01/03/2017, 4681, de 30/11/2017, nº 4772, de 01/03/2018, nº 4976, de 31/10/2018, nº 5148, de 06/03/2019 e nº 5212, de 29/05/2019, (que diante dos números obtidos nos concursos e processos seletivos em trâmite declarou situação de emergência para contratação temporária em caráter excepcional), e considerando que:

- A quantidade de aprovados no concurso público, bem como de inscritos no processo seletivo não supre a quantidade de vagas disponíveis e necessárias para anteder a demanda do poder executivo municipal;
- Ainda está em curso o processo seletivo para contratação temporária de cargos do poder executivo municipal;
- A prorrogação das contratações temporárias nas formas abaixo definidas é a medida que se impõe, o que encontra previsão nos dispositivos normativos pertinentes (Lei nº 2045/98 e outros) e em nenhum momento prejudica a assunção dos profissionais aprovados nos concursos e processos seletivos, pois poderão ser convocados em até 2 anos (prorrogável por igual período), o que encontra previsão no art. 37, III da CF e art. 15 da LC nº. 01/93, edital e outros,

### RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (Fundo Municipal de Educação)			
NOME	CÓDIGO FUNC.	CONTRATO	ALTERAR PARA
ADELAIDE PONATH	404134951	0	02/10/2019
ADRIANA DO SOCORRO MARQUES DA SILVA	404134908	0	02/10/2019
ADRIANA GONCALVES DE ANDRADE BALDO	367397	8	02/10/2019
ADRIANE FACHI	4041004	3	02/10/2019
ALESSANDRA MAISA RICHTER	404134917	0	02/10/2019
ALESSANDRA REGINA ZANELLA RODRIGUES	4040980	2	02/10/2019
ALESSANDRA SEVERINA THEILACKER WOLTER	324990	4	02/10/2019
ALICE KUIPERS BRANDÃO	4040853	1	02/10/2019



ALINE CRISTINA PANCA WERNER	404134489	1	02/10/2019
ALINE LIMA DE OLIVEIRA KLEMZ	372250	8	02/10/2019
ALINE THRUN	4040822	4	02/10/2019
ALINNE TATIANE MARCARINI	306851	10	02/10/2019
ALOISIO NADROWSKI JUNIOR	404134772	0	02/10/2019
AMANDA FARIAS SIMOES	228664	5	02/10/2019
ANA ALICE RODRIGUES DO CARMO	404134652	1	02/10/2019
ANA CAROLAINA DA SILVA BARBOSA	404134850	0	02/10/2019
ANA MARIA RODRIGUES DA SILVA	358690	7	02/10/2019
ANA MARTA SCHMOLLER	4029240	1	02/10/2019
ANA PAULA BOGOCHESKI KALINOWSKI	4040900	2	02/10/2019
ANA PAULA DE MENDONCA FERREIRA MOURA	4001265	5	02/10/2019
ANA PAULA FACHINI TISO	294942	3	02/10/2019
ANA REGINA DALCANALE CAMPESTRINI	4016394	2	02/10/2019
ANALORE KOUDA DA LUZ	404134709	1	02/10/2019
ANALU LENZI KLEINSCHMIDT	221694	6	02/10/2019
ANDREA APARECIDA PEICKER URBAINSKI	404134563	1	02/10/2019
ANDREIA DOS SANTOS	184691	5	02/10/2019
ANDREIA GELSLEICHTER	404134869	0	02/10/2019
ANDREIA MARIA FERRARI	257583	4	02/10/2019
ANDRESSA DE ANDRADE OLIVEIRA	3979725	8	02/10/2019
ANDREZA CRISTINA DOS SANTOS DE JESUS	404134854	0	02/10/2019
ANETE REGINA BERRI	228320	1	02/10/2019
ANGELA HAHNEBACH	404134873	0	02/10/2019
ANGELICA ESCOVAL	404134897	0	02/10/2019
ANGELICA TENORIO DOS SANTOS SILVA	404134699	1	02/10/2019
ANGELITA KADER DE OLIVEIRA	404134696	1	02/10/2019
ANTONIA JULIANA NIZER	4040943	2	02/10/2019
ARLETE DO ROCIO COELHO BUENO	167800	8	02/10/2019
BEATRIZ BARBOZA DOS SANTOS SILVA	404134909	0	02/10/2019
BRUNA DA SILVA LOPES	4041019	2	02/10/2019
CAMILA MEIRELLES BELCHIOR	404134792	0	02/10/2019
CAMILA RAFAELLI DALMASO	4040944	2	02/10/2019
CARLA KUHLE	141895	7	02/10/2019
CARLA SAGAS FERREIRA DA SILVA	387070	6	02/10/2019
CARMEN FIEBES DAHMER	4041012	1	02/10/2019
CAROLINE BEATRIZ SILVA ARNDT	4041008	2	02/10/2019
CASSIANE FERREIRA SANTO	4016343	7	02/10/2019
CILMARA MORETTO DALCANALE	369187	6	02/10/2019
CINTIA MIRANDA	404134602	1	02/10/2019
CLAIR LEITE	404134690	2	02/10/2019
CLARA BEATRIZ PINTO RAMALHO DA SILVA	216852	10	02/10/2019
CLAUDETE LUCIA ZUMACH CHISTE	4040842	8	02/10/2019
CLEIDE LUIZA FIAMONCINI	15326	19	02/10/2019
CRISTIANA SALVADOR	227447	8	02/10/2019
CRISTINA SCHUMANN	4041114	2	02/10/2019
DAIANE CRISTINA KRAUSE	404134800	0	02/10/2019
DANIEL ALEXANDRE VOIGT	1072757	7	02/10/2019
DANIELA CRISTOFOLINI	4040790	3	02/10/2019
DANIELI TAVARES	4040924	5	02/10/2019
DARCISIO KNOCH	236373	12	02/10/2019
DAYANA PRISCILLA DORIGATTI MAUKIEWICZ	398179	6	02/10/2019
DELVAN ARAUJO DA SILVA	4040991	1	02/10/2019
DIEGO FRANCISCO CATAO	386529	4	02/10/2019
DISSICA REGINA MELNIK ZELINSKI GIOVANELLA	358592	7	02/10/2019
DIRLENE ELOISA SLOMP BOSHAMMER	404134871	0	02/10/2019
DJENIFFER LAÍS TAIS	404134650	1	02/10/2019
DOLORES DE BRITO	404134913	0	02/10/2019
DORACI PIANEZZA	20516	3	02/10/2019
DORISETE ROMILDA PERINI FERRARI	248711	6	02/10/2019
DOROTEIA SIDOOSKI	3998541	5	02/10/2019
DULCE DA SILVA ZANGHELINI	4040796	3	02/10/2019
EDEVANDRO DE ALMEIDA DA SILVA	404134596	1	02/10/2019
EDUARDA DE ABREU	404134799	0	02/10/2019



ELIANA RADWANSKI	15814	15	02/10/2019
ELIANE SLOMP	12343	11	02/10/2019
ELIANE TAVARES KRUGER	4040965	2	02/10/2019
ELIETE SCHNEIDER	18538	3	02/10/2019
ELIS REGINA FERRAZ DA CRUZ	404134919	0	02/10/2019
ELIS REGINA FURLANETTO PEROZA	350389	9	02/10/2019
ELISANGELA KIENEN	3991440	5	02/10/2019
ELIZANGELA AGOSTINI VOLANI	386693	3	02/10/2019
ELLEN JEANINI ANDRUCZEWICZ	4040868	2	02/10/2019
ELSIDO SCHUETZE	404134797	0	02/10/2019
ELVES JACHSON KANNENBERG	1076167	1	02/10/2019
EMÍLIA ODORIZZI	297518	10	02/10/2019
EVANILDE SYPRIANY PONATH	4041138	2	02/10/2019
FABIANA DE CARVALHO SILVA	404134651	0	02/10/2019
FABIANE JUNQUEIRA BOHMANN	4041002	2	02/10/2019
FERNANDA DALPIAZ HENDGES	187186	13	02/10/2019
FERNANDA HOEPERS AGUIAR	404134985	0	02/10/2019
FERNANDA JANETE KUHLE DE FREITAS	356387	5	02/10/2019
FERNANDA REIS LISBOA	404134853	0	02/10/2019
FLAVIA FIDELIS DE MELO TOLARDO	404134731	2	02/10/2019
FRANCIELE APARECIDA DE SOUZA	404134877	0	02/10/2019
FRANCIELE CRISTINA ANESI	404134503	1	02/10/2019
FRANCIELE MOREIRA DOS SANTOS	3990400	5	02/10/2019
FRANCINE MARTA BIANQUINI FERRARI	249904	7	02/10/2019
GABRIELLEN THAILA ALVES FERREIRA	4031024	3	02/10/2019
GILBRAM ZADI DOS SANTOS	4041027	2	02/10/2019
GISELE PACHECO DA SILVA	275468	6	02/10/2019
GLAUCE CORDEIRO SIMM	196436	9	02/10/2019
GRASIELA FRANCISCO	404134603	3	02/10/2019
GREISIELA TAMARA ROSSI MARIAN	189391	4	02/10/2019
GUSTAVO ADOLFO STANKE GONÇALVES GOMES	4041015	2	02/10/2019
GUSTAVO MIRANDA REGIS	4040869	3	02/10/2019
HELENA FIGUEIREDO BATISTA	404134791	0	02/10/2019
HIGARO PAPION DA SILVA RAMOS	4041011	2	02/10/2019
IANCA MAIARA PEREIRA	404134538	1	02/10/2019
INES ZOBOLI DALLABONA	75078	12	02/10/2019
INGRID WETZEL CORREA	1086154	10	02/10/2019
ISABEL CRISTOFOLETTI RADUENZ	4041017	2	02/10/2019
ISABEL MARIA BEBER	20168	18	02/10/2019
ISOLDE TESSAROLI LEITEMPERGHER	302678	10	02/10/2019
JACQUELINE CRISTIANE DOS SANTOS	4040964	2	02/10/2019
JANDIRA VIDAL DE OLIVEIRA	4040879	4	02/10/2019
JANDIRENE CAETANO MASCHIO	4040949	3	02/10/2019
JANE MARIA DOS SANTOS VENTURA	404134906	0	02/10/2019
JANETE BOGO VIEIRA	145920	8	02/10/2019
JAQUELINE ZAMBON	262617	7	02/10/2019
JÉSSICA ROSSI	404134874	0	02/10/2019
JESSICA CRISTINA PASSOS	404134782	0	02/10/2019
JESSICA ESTEVES FERREIRA DA CRUZ	4040979	3	02/10/2019
JESSICA GABRIELA FERRARI	4040911	3	02/10/2019
JOCIANE STOLF	203041	8	02/10/2019
JOEL VOLTOLINI	15385	8	02/10/2019
JOELMA SIMONE LEÃO DIAS	404134988	0	02/10/2019
JOHN ELINTON TRISOTTO	275484	10	02/10/2019
JOICE BIANCA DE OLIVEIRA VIEIRA	164275	3	02/10/2019
JOICE TEREZINHA TRISTÃO	204072	1	02/10/2019
JOSIANE ANESI BOHMANN	404134732	1	02/10/2019
JOYCE VIVIANY ANTUNES DE OLIVEIRA JANKE	4040933	2	02/10/2019
JOZI FERNANDA SCHVABE MIGLIORRINI	404134519	1	02/10/2019
JUCIMARA ROEPCKE	404134780	0	02/10/2019
JUCINEIDE MENGARDA	19763	5	02/10/2019
JUELI DOS SANTOS	4026250	4	02/10/2019
JULIA GRASIELA BUCCI	404134614	1	02/10/2019
JULIANA GUIMARÃES MEIRA GONÇALVES	404134846	0	02/10/2019

JULIANA MARCONDES MARTINSON	4040936	1	02/10/2019
JULIANA VOLTOLINI	404134733	1	02/10/2019
JULIANI SOARES MARQUES	230014	8	02/10/2019
KATIA MILENA BECKER PEDROSO	146137	9	02/10/2019
KELI DA SILVA	214663	5	02/10/2019
KEMILLI REGINA DE ARRUDA SOUZA	404134885	0	02/10/2019
KETLYN SUSAN ZUCHI	404134903	0	02/10/2019
KIMBERLEY BATISTA DA SILVA SEGUNDO	242640	8	02/10/2019
LADIR WILLRICH	131466	4	02/10/2019
LAILA EDUARDA SOARES DO AMARAL	404134695	1	02/10/2019
LARISSA BONA	48690	2	02/10/2019
LARISSA MICAELI LOPPNOW KATCHAN	4040935	2	02/10/2019
LARISSA PERINI	4041155	2	02/10/2019
LAURITA VOLTOLINI DALLABONA	1060570	3	02/10/2019
LEONICE FATIMA DOS SANTOS	393908	6	02/10/2019
LETICIA ALBERNAZ LAMAS	404134784	1	02/09/2019
LETICIA CATARINE COLASSO PINTO	404134843	0	02/10/2019
LIAMAR SOLANGE GONZATTI PELLIN	4031482	2	02/10/2019
LIAMARA ARRUDA DIAS	4034236	4	02/10/2019
LUANA KARINA BLOEDORN	404134781	0	02/10/2019
LUANA PAULA BOSING	404134712	1	02/10/2019
LUCAS FERREIRA POVOAS	328634	2	02/10/2019
LUCAS SCHLUETER	386790	6	02/10/2019
LUCIA INES SIDOOSKI	404134492	1	02/10/2019
LUCIANA SUELY PINHEIRO	4026578	4	02/10/2019
LUCIANE JANKE	340243	11	02/10/2019
LUCIANE JANKE	340243	12	02/10/2019
LUCIMARA DOS SANTOS	404134886	0	02/10/2019
MAIARA ROBERTA WOLTER	404134525	1	02/10/2019
MAIKE SABRINE CORREA VENTURI	274089	6	02/10/2019
MAÍRA DALCASTAGNE	404134522	1	02/10/2019
MAISA WISENTHAINER DOS SANTOS	3995933	5	02/10/2019
MANOEL HENRIQUE PEIXOTO DA CUNHA	386820	6	02/10/2019
MARA LUCIA DALABONA	250503	7	02/10/2019
MARCELO ALEXANDRE SOBIERANSKI	404134508	1	02/10/2019
MARCELO BORCHARDT	404134820	0	02/10/2019
MARCELO JOAO BORGES DE LIMA	404134900	0	02/10/2019
MARCIA MARIA MARCELLO	1088564	17	02/10/2019
MARIA CRISTIANE NUNES DA LUZ	404134910	0	02/10/2019
MARIA DE LOURDES OLIVEIRA DE LIZ DE ANDRADE	201359	6	02/10/2019
MARIA GABRIELA FERREIRA DOS SANTOS	404134904	0	02/10/2019
MARIA SALETE DE SOUZA HARBS	1047736	1	02/10/2019
MARIA ZULAIR RAMOS MOSER	144673	7	02/10/2019
MARILENE JUSTUS	404134790	0	02/10/2019
MARINITA VASSELAI PUTKA	326704	8	02/10/2019
MARISTELA HAMMERMEISTER DE LIZ	254800	4	02/10/2019
MARISTELA SIEWERT KERSCHER	386812	5	02/10/2019
MARLEI DA SILVA	129305	17	02/10/2019
MARLISE BUBLITZ HABITZREUTER	328243	7	02/10/2019
MARLUCE SCHUMANN PRADA	343226	12	02/10/2019
MAURI ANTONIO DIETRICH	404134878	0	02/10/2019
MAURICIO TRINDADE	404134767	0	02/10/2019
MICHEL DOS SANTOS DALMASO	297585	8	02/10/2019
MICHELLE ULLER	4040921	2	02/10/2019
MIKAELA KLEGIN	404134521	1	02/10/2019
MILENA LILIAN THOMAZ CARMONA	404134514	1	02/10/2019
MIRALVA DO CARMO MOREIRA DOS SANTOS	404134994	0	02/10/2019
MIRELA BERTOLDI CAMPESTRINI	168874	4	02/10/2019
MONIQUE VIEIRA BONA	202436	10	02/10/2019
NEUSI CRISTA EWALD	1045644	7	02/10/2019
NILCEIA ALVES DA SILVA	262021	9	02/10/2019
PAMELA MARIA SILVÉRIO	404134811	0	02/10/2019
PATHYRA SALVADOR MOTTA TEIXEIRA	204196	5	02/10/2019
PATRICIA MACEDO	274119	5	02/10/2019

PAULO AUGUSTO KRUGER	404134594	1	02/10/2019
PAULO JUVENCIO HINSCHING CARDOSO	404134881	0	02/10/2019
PAULO LACERDA	22519	15	02/10/2019
PRISCILA CAROLINE HODECKER	4037235	3	02/09/2019
PRISCILA GOLL LOCH	587001	4	02/10/2019
PRISCILA MARIA BRANCO PEREIRA BERTOLDI	362468	7	02/10/2019
RAFAEL SCHADE	294381	2	02/10/2019
RAIMUNDA DOS SANTOS CARNEIRO	4040950	2	02/10/2019
RAMON FRANCO SEZERINO	404134816	0	02/10/2019
RAQUEL ZIMATH HOLLER	358045	7	02/10/2019
RAYANA CARDOSO DA SILVA	404134818	0	02/10/2019
REGIANE APARECIDA SEVILHA VILA NOVA	4031881	3	02/10/2019
RICARDO PUTKA	367443	5	02/10/2019
ROBERTA ALESSANDRA CUNHA DE SENA	404134866	0	02/10/2019
ROBERTO HENRIQUE WOLTER	404134972	0	02/10/2019
ROBERTO VALMOR BRUHMULLER KISNER	326720	5	02/10/2019
RONALD KARL HABITZREUTER	331651	3	02/10/2019
ROSALENE TESKE HENSCHER	250562	26	02/10/2019
ROSANA VAILATI FUSINATO	185590	10	02/10/2019
ROSÂNGELA MARIA DA SILVA	404134789	0	02/10/2019
ROSELANDY CARIOCA DOS SANTOS DEMONTI	112232	9	02/10/2019
ROSELY BUBLITZ	4041151	2	02/10/2019
ROSEMARI APARECIDA WOLFF	4040799	3	02/10/2019
ROSENI PUTKA DALLABRIDA	387452	2	02/10/2019
ROSILENE MARIA PRUST	4040948	2	02/10/2019
ROSIMERI FERREIRA DA SILVA	384135	7	02/10/2019
ROSITA KRUGER	404134622	1	02/10/2019
ROVENA UECKER KRUGER	205290	9	02/10/2019
RUI ALENCAR DA SILVA	404134769	0	02/10/2019
SAMARA JUCA PEREIRA	404134728	1	02/10/2019
SAMARA THAYS ZERMIANI	4040788	3	02/10/2019
SAMILA COUTINHO SANTOS MARQUES	404134868	0	02/10/2019
SANDRA CAROLINE HENNINGS CORREIA	1049542	10	02/10/2019
SANDRA ELIANE STASAITIS NUNES	277207	10	02/10/2019
SANDRA REGINA GOEDE	404134785	0	02/10/2019
SANDRO GUMZ	4040996	2	02/10/2019
SARANA VARGAS DA SILVA	4031962	2	02/10/2019
SCHEILA CATARINA LORENZ BLODORN	404134702	1	02/10/2019
SCHEILA TATIANA GOULART LOPPNOW BONA	288136	1	02/10/2019
SEBASTIANA APARECIDA GRIMM CARDOSO LEAL	4029909	4	02/10/2019
SHANDI CRISTHIANE INDALENCIO TESKE	207926	4	02/10/2019
SHEYLA PEDRINI RAMPON	362549	4	02/10/2019
SIEGRIT PISKE	124087	3	02/10/2019
SILMARA RODRIGUES DA SILVA	368105	6	02/10/2019
SILVANA AVANCINI WERNER	384798	5	02/10/2019
SIMONE CEHELERO DOS SANTOS	404134895	0	02/10/2019
SOIANE IARA CORREA DE SOUZA	404134673	1	02/10/2019
SONARA MURARA	190772	5	02/10/2019
SONIA GONCALVES RIBEIRO	279021	11	02/10/2019
SUELI DE LOURDES ROPKE VALCANAIA	327638	4	02/10/2019
SUELIN MUELLER DA FONSECA	404134819	0	02/10/2019
SUELLEN PRISCILA STEIN	3987442	4	02/10/2019
TAISE PASQUALI SCHLEY	194670	12	02/10/2019
TALITA CIRICO	4041153	6	02/10/2019
TARCISIO DELLAJUSTINA	4041020	2	02/10/2019
TATIANA DICKMANN	386634	5	02/10/2019
TATIANA MARA DE OLIVEIRA HENKELS	404134620	1	02/10/2019
TATIANE COSTA DE NAZARÉ DA SILVA	404134716	1	02/10/2019
TATIANE DE DEUS REMOR	4040847	4	02/10/2019
TATIANE PATRICIA TESKE WEEGE	179450	9	02/10/2019
TATIANE SILVA MACHADO THEISS	170100	4	02/10/2019
TAYANE CATAFESTA	367400	9	02/10/2019
TAYNARA STEUCK	404134851	0	02/10/2019
TEREZA BEATRIZ BERTOLDI FLORIANI	19623	7	02/10/2019

TEREZINHA APARECIDA DA LUZ	336645	6	02/10/2019
TEREZINHA APARECIDA DE ALMEIDA	4013140	4	02/10/2019
THAÍS PEREIRA DA SILVA DE SOUZA	404134893	0	02/10/2019
THAIS STOEBERL	4040990	1	02/10/2019
THAISSA ARIELLA DA SILVA	404134548	2	02/10/2019
THALIA KRAEMER DE OLIVEIRA	404134852	0	02/10/2019
THELMA DE SOUZA	165042	8	02/10/2019
THIAGO FELIPE ZANELLA ROHDA	4041021	2	02/10/2019
TIANE FALEIRO RODRIGUES	404134858	0	02/10/2019
TICYANE PINTO DA SILVA	404134719	1	02/10/2019
VALDELI DA SILVA BUENO	404134506	1	02/10/2019
VALDIRENE RODRIGUES ALVES	4040798	3	02/10/2019
VALÉRIA CRISTINE LEITE	404134697	1	02/10/2019
VALÉRIO MORAWSKI	404134879	0	02/10/2019
VALMIRA BELLARMINO DE BRITO	280437	2	02/10/2019
VANDERLEIA DA SILVA MELO TESSMANN	250295	21	02/10/2019
VANDERLEIA DE JESUS MUNIZ COELHO BASTOS BRUSKE	4013425	3	02/10/2019
VANESSA CAMPOS KUHN	1081730	12	02/10/2019
VANESSA CARDOZO RAYMUNDINO DUTRA POSTALI	4040928	3	02/10/2019
VANESSA FRANTXIELE DA SILVA	4040995	2	02/10/2019
VANESSA PIRES	404134857	0	02/10/2019
VANESSA TRINTIM PRADA	302481	6	01/12/2019
VANIA VANESSA NECKEL	4040982	2	02/10/2019
VERA WETZEL KANNENBERG	1034448	10	02/10/2019
VERONICA SEPKA	263869	6	02/10/2019
VILSON RAMÃO DO PRADO	404134855	0	02/10/2019
VIVIANA ROMILDA WUERZ	4013646	4	02/10/2019
VIVIANE BOSKA CAVALETT	404134845	0	02/10/2019
WANDERLEIA MARIA ORIBKA	3979628	8	02/10/2019
WERUSKA KARINE METZKER HARTMANN	18759	1	02/10/2019
YARA REGINA HEIMANN	1072935	3	02/10/2019
ZENIR ROHLING BECHTOLD	308226	9	02/10/2019

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de agosto de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

MARCELO LUIZ FERRARI  
Prefeito de Timbó/SC em exercício

## PORTARIA Nº 1551, DE 05 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2131594

### PORTARIA Nº 1551, DE 05 DE AGOSTO DE 2019

Altera a Portaria nº 1001, de 22 de outubro de 2018, que designa e autoriza servidores a elaborar e rubricar o documento intitulado "Carta Margem Consignável", para autorização do servidor ativo da Prefeitura, FCT e FME, a descontar através de folha de pagamento importâncias destinadas à satisfação de compromissos assumidos com entidades de classe, Órgãos Públicos, Cooperativas constituídas de servidores públicos estaduais e instituições bancárias devidamente credenciadas junto ao Município de Timbó/SC.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e considerando o exposto no §1º do art.58 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993,

#### RESOLVE:

Art. 1º Alterar a Portaria nº 1001, de 22 de outubro de 2018, incluindo-se os Servidores Públicos Municipais Mariani Formagi e Thiago Camara de Vicari, designados e autorizados a elaborar e rubricar o documento intitulado "Carta Margem Consignável", para autorização do servidor ativo da Prefeitura, Fundação Cultural de Timbó(FCT) e Fundação Municipal de Esportes(FME), a descontar através de folha de pagamento importâncias destinadas à satisfação de compromissos assumidos com entidades de classe, Órgãos Públicos, Cooperativas constituídas de servidores públicos estaduais e instituições bancárias credenciadas junto ao Município de Timbó/SC.

Parágrafo Único. Dispensar o Servidor Andrei Kayo Lamim, a contar desta data.

Art.2º Ficam ratificados todos os demais termos da Portaria nº 1001, de 22 de outubro de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo

Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de agosto de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

## CÂMARA MUNICIPAL

### **PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 12/2019**

Publicação Nº 2131835

#### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Processo: 55/2019

Parecer: 43/2019

Matéria: PLC 12/2019

Autor: Poder Executivo

Relator: Ver. Haroldo Fiebes

Conclusão: Favorável

Data: 21/08/2019

Ementa do Projeto: Autoriza a desafetação da destinação original de áreas de utilidade pública de uso comum e áreas de destinação especial e a posterior alienação de bens imóveis considerados inservíveis para a Administração Pública Municipal.

#### I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei Complementar de iniciativa do Poder Executivo que autoriza a desafetação da destinação original de áreas de utilidade pública de uso comum e áreas de destinação especial e a posterior alienação de bens imóveis considerados inservíveis para a Administração Pública Municipal.

Respectivo Projeto foi protocolizada nesta Casa Legislativa no dia 22 de julho corrente. O Presidente da Mesa Diretora desta Casa Legislativa despachou o projeto à esta Comissão no dia 23 de julho, em Sessão Ordinária, para apreciação dos aspectos legais e constitucionais. Acompanha o projeto: Cópia da Lei nº 2.255, de 10 de março de 2005, que dispõe sobre a alienação de bens móveis e imóveis inservíveis para o serviço público do Município e dá outras providências (fls. 20-21); comunicação interna da Secretaria de Administração – setor de patrimônio – para o departamento jurídico da Prefeitura, tratando dos imóveis para fins de alienação, matrícula dos mesmos e decretos que os declararam de utilidade pública (fls. 22-107).

No dia 24 de julho os autos do projeto foram enviados à Assessoria Jurídica para elaboração de orientação técnica. No dia 7 de agosto os mesmos foram devolvidos pela Assessoria Jurídica, que não apontou erros quanto à forma e conteúdo da proposição, se manifestando pela sua tramitação regimental.

Nos dias 14 e 21 de agosto, esta Comissão analisou o respectivo projeto em suas reuniões, exarando parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

#### II – FUNDAMENTAÇÃO

No que tange à técnica legislativa, o presente projeto atende aos preceitos da Lei Complementar Federal n.º 95 de 1998.

De outra banda, verifica-se também que a matéria objeto da presente proposição encontra-se inserida nas competências legislativas conferidas aos Municípios, conforme dispõe a Constituição Federal, art. 30, inciso I, no que tange à autonomia municipal para legislar sobre assuntos de interesse local.

A Lei Orgânica do Município reproduz a diretriz constitucional, ao dispor no art. 10, inciso I, sobre a competência deste ente federativo para legislar sobre assuntos de seu interesse.

Dispõe ainda a Lei Orgânica Municipal, em art. 15, I e X, ser competência da Câmara Municipal legislar, com a sanção do Prefeito, sobre assuntos de interesse local e sobre a alienação de imóveis, razão pela qual infere-se constitucional e legítima a iniciativa do Prefeito Municipal para a proposição em análise. Nesse sentido, utiliza-se, para fins de argumentação técnica, a orientação técnica da Assessoria desta Casa (fls.110-112).

Estabelecida à competência legislativa no Município, observa-se que, a rigor, o Projeto de Lei Complementar em análise visa desafetar de utilidade pública os imóveis públicos cujo rol encontra-se no texto da proposição, bem como autorizar a sua posterior alienação, pelas razões de interesse público expostas na exposição de motivos e nos documentos juntados ao Projeto.

Os bens públicos são definidos no art. 99 do Código Civil, sendo que o art. 100 do mesmo diploma legal estabelece a inalienabilidade dos bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial, enquanto conservarem a sua qualificação, bem como o art. 101 estabelece que os bens públicos dominicais podem ser alienados de acordo com as exigências da lei.

O Administrador do Município tem o dever de utilização e conservação dos bens municipais, podendo aliená-los sob a forma de venda, doação, dação em pagamento, permuta ou investidura.

Assim, optando o Administrador pela alienação dos imóveis públicos de uso especial, torna-se necessário desafetá-los com o consentimento legislativo para bens dominicais, respeitando, assim, aos preceitos dos arts. 100 e 101 do Código Civil.

Quanto à alienação, em caso semelhante, já se manifestou o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, no Prejulgado nº 1060: "O Município pode promover a alienação ou permuta de imóveis em desuso, desde que observada a legislação, especialmente a demonstração da necessidade e do interesse público, avaliação prévia dos imóveis, autorização legislativa específica e licitação, quando exigida (art. 17



da Lei Federal nº 8.666/93)“.

Assim sendo, a alienação de bem público municipal exige autorização legislativa, devendo ser respeitado o processo licitatório quando da venda dos bens em questão, sendo imprescindível ainda identificação dos mesmos com suas respectivas avaliações. Cumpre ressaltar que, todos os requisitos acima elencados restaram devidamente preenchidos pelo Poder Executivo que procedeu com a juntada da documentação em questão.

Quanto ao interesse público, cabe à Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento e Bem-Estar Social avaliar se a proposição se assenta em fato ou direito de proveito coletivo.

Assim, verifica-se que o projeto em questão está de acordo com os preceitos elencados pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica Municipal, razão pela qual não existem óbices à sua tramitação nesta Casa.

### III – CONCLUSÃO VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela constitucionalidade e legalidade da Mensagem Retificativa ao Projeto de Lei Complementar nº 11/2019.

Esse é o voto.

### DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o relator, aprovando o parecer:

Vereador Rubens Borchardt

Vereador Haroldo Fiebes

Sala das Comissões, 21 de agosto de 2019.

Rubens Borchardt

Presidente

Haroldo Fiebes

Relator

Martinho de Souza Filho

Membros

## **PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 47/2019**

Publicação Nº 2131838

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Processo: 59/2019

Parecer: 44/2019

Matéria: PLO 47/2019

Autor: Poder Executivo

Relator: Ver. Martinho de Souza Filho

Conclusão: Favorável

Data: 21/08/2019

Ementa do Projeto: Autoriza a concessão de auxílio financeiro à Associação dos Pais, Pioneiros, Amigos e Chefes do Grupo Escoteiro Alexandre Roepke.

### I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Prefeito que autoriza a concessão de auxílio financeiro à Associação dos Pais, Pioneiros, Amigos e Chefes do Grupo Escoteiro Alexandre Roepke.

Respectivo projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 12 de agosto corrente. O Presidente da Mesa Diretora desta Casa Legislativa despachou o projeto à esta Comissão no dia 13 de agosto, em Sessão Ordinária, para apreciação dos aspectos legais e constitucionais. Acompanham o respectivo projeto os seguintes documentos: requerimento, de autoria do Diretor Presidente da APPACHE GEAR, solicitando ao Poder Executivo liberação de verba para execução do projeto de melhorias do Grupo Escoteiro Alexandre Roepke (pg. 8-20); Estatuto Social da APPACHE GEAR (pg. 34-48); Comprovante de Inscrição no CNPJ da APPACHE GEAR (pg. 53); Alvará de Funcionamento e Localização (pg. 25) Certidão Negativa de Débitos (pg. 21-23); Certificado de regularidade com o FGTS (pg. 24); Fatura de Energia Elétrica (pg. 19); Declaração de conta bacária da APPACHE GEAR (pg. 54); Cópia do documento de identidade do presidente da APPACHE GEAR (pg. 50); pedido de reonvação da utilidade pública concedida a APPACHE GEAR (pg. 26-33).

No dia 14 de agosto os autos do projeto foram enviados à Assessoria Jurídica para elaboração de orientação técnica. No dia 21 de agosto os mesmos foram devolvidos pela Assessoria Jurídica, que não apontou erros quanto à forma e conteúdo da proposição, se manifestando pela sua tramitação regimental.

No dia 21 de agosto, esta Comissão analisou o respectivo projeto em sua reunião, exarando parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

No que tange à técnica legislativa, o presente projeto atende aos preceitos da Lei Complementar Federal n.º 95 de 1998.

De outra banda, verifica-se também que a matéria objeto da presente proposição encontra-se inserida nas competências legislativas conferidas aos Municípios, conforme dispõe a Constituição Federal, art. 30, inciso I, no que tange à autonomia municipal para legislar sobre assuntos de interesse local. Por sua vez, a Lei Orgânica do Município reproduz a diretriz constitucional, ao dispor no art. 10, inciso I, sobre a competência deste ente federativo para legislar sobre assuntos de seu interesse.

No mérito, observa-se que a matéria ora analisada, por tratar-se de concessão de auxílio financeiro, depende de autorização legislativa para ser levada a efeito, de acordo com a previsão contida no inciso VI do artigo 15 da Lei Orgânica de Timbó.

Inicialmente cabe ressaltar que a Associação de Pais, Pioneiros, Amigos e Chefes do Grupo Escoteiro Alexandre Roepke possui reconhecimento de Utilidade Pública Municipal, através da Lei nº. 3.022, de 19 de dezembro de 2018.

Sobre a legalidade e constitucionalidade do projeto, em se tratando de concessão de subvenção social, verifica-se que o presente atende aos requisitos demonstrados no Prejulgado 1211 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, especificamente os preceitos do art. 16 da Lei Federal 4.320 de 1964.

Quanto à atuação prioritária dos Municípios na educação, conforme §2º do art. 211 da Constituição da República Federativa do Brasil, há de se ressaltar que o Município atua prioritariamente suas receitas dos impostos para com a educação infantil e fundamental. Por tal, a autorização de concessão que é objeto do presente projeto não acarretará problemas quanto ao mínimo constitucional prevista no art. 212 da Constituição Federal.

As despesas com a concessão do auxílio correrão por conta das atividades previstas no Orçamento Programa 2019, segundo consta do art. 2º desta iniciativa legal, respeitando-se assim, a previsão contida no art. 26 da LRF (Lei Complementar Federal nº 101/2000).

Sendo assim, estando a presente proposição em conformidade com a legislação aplicável ao caso, este Relator não encontra óbices à sua regular tramitação nesta Casa Legislativa.

**III – CONCLUSÃO****VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei Ordinária nº 47/2019. Esse é o voto.

**DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO**

Votaram com o relator, aprovando o parecer:

Vereador Rubens Borchardt

Vereador Haroldo Fiebes

Sala das Comissões, 21 de agosto de 2019.

Rubens Borchardt

Presidente

Martinho de Souza Filho

Relator

Haroldo Fiebes

Membro

**PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL À MENSAGEM RETIFICATIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019**

Publicação Nº 2131830

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

Processo: 41/2019

Parecer: 42/2019

Matéria: MRPLC 11/2019

Autor: Poder Executivo

Relator: Ver. Martinho de Souza Filho

Conclusão: Favorável

Data: 21/08/2019

Ementa do Projeto: Altera a Estrutura do Poder Executivo Municipal de que trata a Lei Complementar nº 196, de 29 de dezembro de 2000.

**I – RELATÓRIO**

Trata-se de Mensagem Retificativa ao Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo que Altera a Estrutura do Poder Executivo Municipal de que trata a Lei Complementar nº 196, de 29 de dezembro de 2000.

Respectiva Mensagem foi protocolizada nesta Casa Legislativa no dia 12 de agosto corrente, sendo que o Projeto de Lei Complementar originário fora protocolizado em 28 de maio. O Presidente da Mesa Diretora desta Casa Legislativa despachou o projeto à esta Comissão no dia 13 de agosto, em Sessão Ordinária, para apreciação dos aspectos legais e constitucionais.



Acompanha o projeto: estimativa de impacto orçamentário-financeiro (fls. 84-85); tabela de referências salariais (fls. 64); cópias da Lei Complementar nº 196, de 29 de dezembro de 2000, objeto da alteração ora pretendida (fls.29-63); declaração pelo ordenador de despesas de que os gastos gerados pela ação governamental estão de acordo com a legislação orçamentária vigente (fls. 83).

Nos dias 14 e 21 de agosto, esta Comissão analisou o respectivo projeto em suas reuniões, exarando parecer que ora segue. Esse é o relatório.

## II – FUNDAMENTAÇÃO

No que tange à técnica legislativa, o presente projeto atende aos preceitos da Lei Complementar Federal n.º 95 de 1998.

De outra banda, verifica-se também que a matéria objeto da presente proposição encontra-se inserida nas competências legislativas conferidas aos Municípios, conforme dispõe a Constituição Federal, art. 30, inciso I, no que tange à autonomia municipal para legislar sobre assuntos de interesse local.

A Lei Orgânica do Município reproduz a diretriz constitucional, ao dispor no art. 10, inciso I, sobre a competência deste ente federativo para legislar sobre assuntos de seu interesse.

Dispõe ainda a Lei Orgânica Municipal, em art. 15, I e XII, ser competência da Câmara Municipal legislar, com a sanção do Prefeito, sobre assuntos de interesse local e sobre a criação, alteração e extinção de cargos, empregos e funções públicas municipais, bem como fixação da respectiva remuneração.

Do mesmo modo, de acordo com as alíneas 'a' e 'c' do inciso II do art. 30, também da Lei Orgânica Municipal, é de iniciativa privativa do Prefeito Municipal a elaboração de leis que criem cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica e de sua remuneração, bem como as leis que disponham sobre a criação, estruturação e atribuição dos órgãos da administração municipal, razão pela qual infere-se constitucional e legítima a iniciativa do Prefeito Municipal para a proposição em análise.

Estabelecida à competência legislativa no Município, observa-se que, a rigor, o Projeto de Lei Complementar em análise visa alterar a estrutura administrativa do Poder Executivo de Timbó, bem como extinguir cargos existentes, criar cargos novos alterar a quantidade de vagas em cargos existentes.

Não há qualquer vedação legal à pretensão do Poder Executivo, sendo necessário, todavia, por se tratar de medida que trará em ônus ao erário, o cumprimento de requisitos previamente estabelecidos pela legislação aplicável ao caso.

Assim sendo, há que se observar o disposto nos artigos 16 e 17, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que exigem a apresentação da estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

No caso concreto, estando presentes a estimativa de impacto financeiro (documento de folhas 84-85 dos autos) bem como de declaração firmada pelo ordenador de despesa, de que as despesas para a criação da ação governamental estão de acordo com a LOA, a LDO e o PPA (documento de folha 83 dos autos), vislumbra-se o preenchimento dos requisitos legais elencados pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Assim, verifica-se que o projeto em questão está de acordo com os preceitos elencados pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica Municipal, razão pela qual não existem óbices à sua tramitação nesta Casa.

## III – CONCLUSÃO

### VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela constitucionalidade e legalidade da Mensagem Retificativa ao Projeto de Lei Complementar nº 11/2019.

Esse é o voto.

## DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o relator, aprovando o parecer:

Vereador Rubens Borchardt

Vereador Haroldo Fiebes

Sala das Comissões, 21 de agosto de 2019.

Rubens Borchardt

Presidente

Martinho de Souza Filho

Relator

Haroldo Fiebes

Membro

# Timbó Grande

## PREFEITURA

### PREGÃO 18/2019

Publicação Nº 2131375

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ GRANDE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2019  
MODALIDADE Pregão Presencial N 18/2019

O município de Timbó Grande torna publico a todos os interessados que estará realizando processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, com objetivo de adquirir peças para recuperação de escavadeira hidráulica PC 130. Acesso pública terá inicio às 09h00 horas, do dia 3 de setembro de 2019, junto ao Departamento de Compras e Licitações. Maior informação será disponibilizada junto ao Departamento de Compras, pelo e-mail [licitacoes@timbogrande.sc.gov.br](mailto:licitacoes@timbogrande.sc.gov.br), ou pelo telefone (049) 3252-1214 ou 1437, no horário das 14h00 até as 16h00.

Timbó Grande, 21 de agosto de 2019.  
Ari José Galeski  
Prefeito Municipal

### PREGÃO 19/2019

Publicação Nº 2131379

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ GRANDE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2019  
MODALIDADE Pregão Presencial N 19/2019

O município de Timbó Grande torna publico a todos os interessados que estará realizando processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, com objetivo de adquirir camisetas. Acesso pública terá inicio às 14h00 horas, do dia 3 de setembro de 2019, junto ao Departamento de Compras e Licitações. Maior informação será disponibilizada junto ao Departamento de Compras, pelo e-mail [licitacoes@timbogrande.sc.gov.br](mailto:licitacoes@timbogrande.sc.gov.br), ou pelo telefone (049) 3252-1214 ou 1437, no horário das 14h00 até as 16h00.

Timbó Grande, 21 de agosto de 2019.  
Ari José Galeski  
Prefeito Municipal

# Três Barras

## PREFEITURA

### PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 68/2019

Publicação Nº 2130908

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 68/2019.

EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº. 03/2019.

A Prefeitura Municipal de Três Barras – SC torna publico que sob a regência da Lei Federal nº. 8.666/93 com as alterações da 8.883/94 receberá até as 09 h e 00 min. do dia 12 de setembro de 2019, Documentação e Propostas para contratação de empresa para fornecimento de materiais e mão de obra destinadas a construção de uma praça, pré-denominada como "Praça Portal", no entroncamento da SC 303 (Rodovia Otavio Tabalipa) com a Avenida Rigesa, em conformidade com as especificações contidas no Edital e Pasta Técnica.

Recursos Financeiros: próprios do município.

Abertura: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 12 de setembro de 2019.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 - Centro – Telefone: 47 3623-0121 – Três Barras - SC ou no site: <http://tresbarras.sc.gov.br> ícone "LICITAÇÕES ABERTAS".

Três Barras - SC, 20 de agosto de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL.

ANTONIO EDUARDO MARTINS WEINFURTER - JURIDICO

### PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 70/2019

Publicação Nº 2130914

"AVISO DE LICITAÇÃO".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 70/2019

Edital Tomada de Preços nº. 05/2019.

A Prefeitura Municipal de Três Barras – SC torna público que sob a regência da Lei Federal nº. 8.666/93 com as alterações da 8.883/94 receberá até as 09 h e 00 min. do dia 16 de setembro de 2019, Documentação e Propostas para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REVITALIZAÇÃO DA ÁREA EXTERNA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DR. MARIO MUSSI, LOCALIZADA NA AVENIDA ABRAÃO MUSSI, BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO – TRÊS BARRAS-SC, com fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com as disposições contidas no edital.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 16 de setembro de 2019.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 – Três Barras - SC ou no site: <http://tresbarras.sc.gov.br> ícone "LICITAÇÕES ABERTAS".

Três Barras - SC, 21 de agosto de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO EDUARDO MARTINS WEINFURTER - JURIDICO

### PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 71/2019

Publicação Nº 2131565

"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 71/2019 - Edital Pregão nº. 60/2019.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, receberá até as 14 h e 00 min. do dia 04 de setembro de 2019, Propostas para REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições de MUDAS DE FLORES DIVERSIFICADAS.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 14 h e 00 min. do dia 04 de setembro de 2019.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 – Três Barras - SC ou no site: <http://tresbarras.sc.gov.br> ícone "LICITAÇÕES ABERTAS".

Três Barras - SC, 21 de agosto de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL

NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

**CÂMARA MUNICIPAL****PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2019**

Publicação Nº 2130803

"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".

CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 06/2019 - Edital Pregão nº. 03/2019.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera até as 09 h e 00 min. do dia 5 de setembro de 2019. Propostas para REGISTRO DE PREÇOS de APARELHOS CONDICIONADORES DE AR "NOVOS". Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Câmara Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 5 de setembro de 2019.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Câmara de Vereadores, na Avenida Rigesa, nº. 2949 - João Paulo II – Fone/Fax: 47 3623-0645 ou pelo e-mail camaratb@gmail.com-Três Barras -SC

Três Barras - SC, 19 de agosto de 2019.

FABIANO JOSÉ MENDES – PRESIDENTE

# Treze Tílias

## PREFEITURA

### LEI COMPLEMENTAR 119

Publicação Nº 2131546

LEI COMPLEMENTAR Nº 119/2019

De 21 de agosto de 2019

Dispõe sobre alteração DE ANEXO do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Prefeitura Municipal de Treze Tílias – LC 39/2011 e dá outras providências.

O PREFEITO DE TREZE TÍLIAS Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O quesito “Experiência” contido no Item “3. Requisitos para provimento” referente cargo de Motorista de Veículos Leves – Grupo Ocupacional – Transportes, parte integrante do Anexo V da LC nº 039/2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

1. Cargo: MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES [...]

3. Requisitos para provimento:

Instrução - [...]

Experiência – ser maior de 21 anos, estar habilitado, não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima ou ser reincidente em infrações médias durante os últimos doze meses e, ser aprovado em curso especializado e em curso de treinamento de prática veicular em situação de risco, nos termos da normatização do CONTRAN. [...]

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução da presente lei serão suportadas por dotação orçamentária própria.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias/SC,  
em 21 de agosto de 2019.  
MAURO DRESCH  
Prefeito

Registrada e publicada a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M/SC.

IVO PAULO HARTMANN  
Secretário de Administração e Finanças

### LEI ORDINARIA 2017

Publicação Nº 2131548

LEI MUNICIPAL Nº 2.017/2019

De 21 de agosto de 2019

RATIFICA AS ALTERAÇÕES REALIZADAS NO PROTOCOLO DE INTENÇÕES CONSUBSTANCIADO NO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DA AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (ARIS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE TREZE TÍLIAS Faço saber que a Câmara de Vereadores aprova eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e do artigo 29 do Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público do consórcio público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), firmado entre este Município e o Consórcio Público ARIS, mediante autorização da Lei Municipal nº 4.128/2013, alterada pela Lei Municipal nº 4.520/2016.

Art. 2º. O texto consolidado do Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público está publicado nas páginas 1544/1627 da edição nº 2771 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC (Edição de 08 de março de 2019, disponível em: [http://edicao.dom.sc.gov.br/1552066503\\_edicao\\_2771\\_assinada.pdf](http://edicao.dom.sc.gov.br/1552066503_edicao_2771_assinada.pdf))

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias/SC,  
21 de agosto de 2019.  
MAURO DRESCH  
Prefeito

Registrada e publicada a presente Lei Municipal no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M.

IVO PAULO HARTMANN  
Secretário de Administração e Finanças

**LEI ORDINARIA 2018**

Publicação Nº 2131549

LEI MUNICIPAL Nº 2.018/2019  
De 21 de agosto de 2019

**ALTERA METAS E ESTRATÉGIAS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.863/2015 QUE APROVOU O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A estratégia 6 da Meta 4 do Plano Municipal de Educação - Lei Municipal nº 1.863/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

META 4: Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos, com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.			
Estratégias de Implementação	Responsável	Prazo final para implantação	Origem dos recursos
1-Organizar, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, programas destinados a ampliar a oferta e estimulação precoce para as crianças com necessidades educacionais especiais, em instituições especializadas e também na rede regular de ensino.	SME SMS SMAS SED MEC APAE APAS	A partir da vigência do plano	FEDERAL  ESTADUAL  MUNICIPAL
2- Possibilitar condições necessárias ao acesso e à permanência dos alunos com necessidades especiais na Educação Básica, inclusive atendimento educacional especializado complementar, através de consórcios entre Municípios, provendo, nestes casos, o transporte .	SME  SMS SMAS  SED  MEC  APAE/APAS	A partir da vigência do plano	FEDERAL    ESTADUAL MUNICIPAL
3-Assegurar transporte escolar com as adaptações necessárias aos alunos que apresentem dificuldades de locomoção.	SME  SED  MEC	Até o final da vigência do plano	FEDERAL  ESTADUAL MUNICIPAL
4-Estabelecer um sistema de informações sobre a população a ser atendida pela educação especial, através do censo educacional.	SME  SED  MEC	Até o final da vigência do plano	FEDERAL  ESTADUAL MUNICIPAL
5-Manter a sala de recursos multifuncionais, com profissional especializado em educação especial.	SME  SED  MEC	A partir da vigência do plano	FEDERAL  ESTADUAL MUNICIPAL
6-Assegurar que as turmas com alunos portadores de necessidades especiais (amparados por, no mínimo, três laudos de especialistas, de acordo com a deficiência ou transtorno) possuam um profissional com especialização adequada em nível médio ou superior, para auxiliar o professor titular.	SME  SED  MEC	A partir da vigência do plano	FEDERAL  ESTADUAL MUNICIPAL
7-Adequar os espaços físicos dos estabelecimentos educacionais, visando maior conforto ao atendimento dos portadores de deficiência.	SME  SED  MEC	A partir da vigência do plano	FEDERAL  ESTADUAL MUNICIPAL
8- Manter articulação entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.	SME SED APAE	A partir da vigência do plano	ESTADUAL  MUNICIPAL

Art. 2º. A Meta 7 do Plano Municipal de Educação - Lei Municipal nº 1.863/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

**META 7: Apoiar a equipe de profissionais e educandos da Educação Básica, incentivando-os, com recursos e subsídios, de modo que possam**

manter ou superar os índices de Avaliações Externas (IDEB e outras) já atingidos pelo município, em relação aos anos anteriores. Art. 3º. A Meta 10 do Plano Municipal de Educação - Lei Municipal nº 1.863/2015, bem como, as Estratégias nº 3, 7, 9, 10 e 13, passam a vigorar com a seguinte redação:

META 10: Ofertar e incentivar a alfabetização e formação, no ensino fundamental e médio, da população do município que ultrapassou a idade escolar regular, através da EJA – UD Treze Tílias (Ensino Médio) e EJA Sibila Parisotto (Ensino Fundamental), em parceria com instituições de ensino técnico profissionalizante e empresas locais.			
Estratégias de Implementação	Responsável	Prazo final para implantação	Origem dos recursos
1- Fazer o levantamento dos habitantes do município que não são alfabetizados.	SME CEJA SMS	A partir da vigência do plano	MUNICIPAL
2- Expandir as matrículas na EJA, objetivando a diminuição do analfabetismo e elevação da escolaridade dos trabalhadores.	SME CEJA MEC IETP Empresas locais	A partir da vigência do plano	FEDERAL ESTADUAL MUNICIPAL
3- Sugerir às empresas uma flexibilização da jornada de trabalho, para os funcionários que frequentam a EJA – UD de Treze Tílias e a EJA Sibila Parisotto.	SME CEJA SMAS Ministério do Trabalho	A partir da vigência do plano	FEDERAL ESTADUAL MUNICIPAL
4-Aderir ao programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria das Unidades da Educação de Jovens e Adultos do município.	SME CEJA MEC	Até o final da vigência do plano	FEDERAL ESTADUAL MUNICIPAL
5- Adequar o espaço físico destinado à Educação de Jovens e Adultos, para que este seja compatível a portadores de necessidades especiais.	SME CEJA MEC	Até o final da vigência do plano	FEDERAL ESTADUAL MUNICIPAL
6- Incentivar a capacitação de professores para atuarem com possíveis alunos portadores de necessidades especiais.	SME CEJA MEC	Até o final da vigência do plano	FEDERAL ESTADUAL MUNICIPAL
7-Manter e ampliar a biblioteca da EJA – UD de Treze Tílias e a EJA Sibila Parisotto.	SME CEJA MEC	Até o final da vigência do plano	FEDERAL ESTADUAL MUNICIPAL
8-Desenvolver projetos e atividades extraclasse como feiras de ciências, viagens de estudos e outros, onde haja a participação efetiva dos alunos.	SME CEJA MEC	A partir da vigência do plano	FEDERAL ESTADUAL MUNICIPAL
9- Aderir ao Programa Nacional de Assistência ao Estudante, desenvolvendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos.	SME CEJA MEC	Até o final da vigência do plano	FEDERAL ESTADUAL MUNICIPAL
10- Oferecer alimentação, através de programas específicos, aos alunos da EJA – UD de Treze Tílias e da EJA Sibila Parisotto.	SME CEJA MEC	A partir da vigência do plano	FEDERAL ESTADUAL MUNICIPAL
11- Incentivar a diversificação do currículo escolar da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho.	SME CEJA MEC	A partir da vigência do plano	FEDERAL ESTADUAL MUNICIPAL



12 – Buscar formação continuada para professores que atuam com a educação de jovens e adultos.	SME	A partir da vigência do plano	FEDERAL
	SED		ESTADUAL
	MEC		MUNICIPAL
13 – Articular com empresas locais possibilidade de implantação de parcerias para que os alunos da EJA – UD de Treze Tílias e da EJA Sibila Parisotto, tenham oportunidade de concluir seus estudos.	SME	Até o final da vigência do plano	FEDERAL
	CEJA		ESTADUAL
	Setor Privado		MUNICIPAL

Art. 4º. Fica revogada a Estratégia 9 da Meta 10 do Plano Municipal de Educação - Lei Municipal nº 1.863/2015.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias/SC,  
21 de agosto de 2019.

MAURO DRESCH  
Prefeito

Registrada e publicada a presente Lei Municipal no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M.

IVO PAULO HARTMANN  
Secretário de Administração e Finanças

## RETIFICAÇÃO PUBLICAÇÃO 71/2019

Publicação Nº 2130796

Processo licitatório nº 71/2019 – PREGÃO PRESENCIAL

Levamos ao conhecimento dos interessados a retificação do objeto do Pregão Presencial nº 71/2019

Onde se lê:

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 71/2019 – PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: A presente licitação tem por objeto a Exploração de espaços para comercialização de comidas típicas austríacas ao público em geral, de 10 a 13 de Outubro, na área denominada praça de alimentação, nas dependências do Parque de Exposições Pe. Johann Otto K-ng, localizado na Rua Domingos Perondi, no Município de Treze Tílias, durante a realização da Tirolerfest 2019, conforme descritivo constante no Anexo I do presente edital.

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 09h00 min do dia 28/08/2019, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH

Prefeito

Leia-se

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 71/2019 – PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: A presente licitação tem por objeto a Exploração da Comercialização de bebidas alcoólicas e não alcoólicas ao público em geral, de 10 a 13 de outubro, na área denominada praça de alimentação, nas dependências do Parque de Exposições Pe. Johann Otto K-ng, localizado na Rua Domingos Perondi, no Município de Treze Tílias, durante a realização da Tirolerfest 2019

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 09h00 min do dia 03/09/2019, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH

Prefeito

# Trombudo Central

## PREFEITURA

### TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PMTC Nº 4/2019

Publicação Nº 2131242

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PMTC Nº 4/2019

O Município de Trombudo Central, por intermédio da Prefeita Municipal Sr<sup>a</sup>. Geovana Gessner, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PMTC Nº 4/2019, a ser executada na Forma de Execução Indireta, Tipo Menor Preço em Regime de Empreitada por preço Global, VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE CICLOVIA E PISTA DE CAMINHADA NA AV. ARTHUR MULLER, TROMBUDO CENTRAL/SC, TOTALIZANDO A EXTENSÃO DE 790,00M, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PLANILHA DE LEVANTAMENTO DE EVENTOS, PROJETOS E ART, PARTE INTEGRANTE DO EDITAL. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 9h, do dia 09 de Setembro de 2019, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração - Protocolo, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central – SC. A íntegra do presente edital encontra-se disponível no endereço eletrônico: [www.trombudocentral.sc.gov.br](http://www.trombudocentral.sc.gov.br). Maiores informações pelo telefone (47) 3544 0271 – Setor de Licitações.

Trombudo Central, 22 de Agosto de 2019.

Geovana Gessner

Prefeita Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA 1-2019

Publicação Nº 2131139

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 01/2019

O Presidente da Câmara Municipal de Trombudo Central, Exmo. Sr. LAURI FLORIANO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Assessoria Jurídica, RESOLVE:

HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

Processo de Licitação nº 01/2019

Modalidade: Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 01/2019

Forma de Julgamento: Menor Preço por Global

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA PRIMEIRA ETAPA DA NOVA SEDE DA CÂMARA DE VEREADORES DE TROMBUDO CENTRAL, COM ÁREA DE 566,34M².

EMPRESA VENCEDORA: CARLOS KOERICH ENGENHARIA ME.

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL
1	1	UN	CONSTRUÇÃO DA PRIMEIRA ETAPA DA NOVA SEDE DA CÂMARA DE VEREADORES DE TROMBUDO CENTRAL, COM ÁREA DE 566,34M².	R\$ 273.648,50

Dotação Utilizada

Órgão: 01-00 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Unidade: 01.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Proj/Atividade: 1.014 – Nova Sede do Legislativo

Dotação: 4.4.90 – Aplicações Diretas

Recursos: 00.01.0000 – Recursos Ordinários

Compl. Elemento: 4.4.90.51.98.00.00.00.0.1.00 - Obras Contratadas

Trombudo Central, 21 de agosto de 2019.

LAURI FLORIANO

Presidente da Câmara



# Tunápolis

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 5141/2019

Publicação Nº 2131519

PORTARIA Nº. 5.141/2019  
Em 21 de Agosto de 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 027/2011 de 01 de Dezembro de 2011, que estabelece as diretrizes para a implantação do Plano de Carreira e Vencimentos do Magistério Público do Município de Tunápolis, integrado por cargos efetivos classificados na forma das disposições deste diploma legal.

#### RESOLVE:

Art. 1º. NOMEIAR os servidores: ANGELITA TERESINHA STULP BOURSCHEID, MARCIELE SCHAEFER e JACKSON SCHERER para compor a COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, todos servidores público municipais, sob a presidência do primeiro, para fins de avaliação da progressão pelo alcance de desempenho satisfatório no exercício do cargo, previsto no Art. 47 da lei Complementar nº 027/2011 de 01 de Dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 21 de Agosto de 2019

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

DONATO LAUSCHNER

Secretário Municipal da Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na

Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico de Controladoria Interno

# União do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO N. 4194/2019

Publicação Nº 2131035

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 4.194, de 20 de agosto de 2019.  
Concede Licença Gestante à Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto na Constituição Federal no seu art. 7º, Inciso XVIII e documentos em anexo,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica concedida LICENÇA GESTANTE pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias à servidora pública Municipal FABIANE ENDERLE, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a ser gozada no período de 17 de agosto 2019 à 14 de dezembro de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 20 de agosto de 2019.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

# Urubici

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2417/2019

Publicação Nº 2131742

DECRETO Nº 2417/2019

SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI.

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 2089/2019, resolve

DECRETAR:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Fundo Municipal de Saúde de Urubici:

1601 – Fundo Municipal de Saúde de Urubici  
2062 – TRANSFERÊNCIAS CONSÓRCIO PÚBLICO  
3171.00.00.00.00.00.0120 – Transf. a Consórcios Públicos ..... R\$ 22.500,00  
3371.00.00.00.00.00.0120 – Transf. a Consórcios Públicos ..... R\$ 77.500,00  
2057 – OPERACIONALIZAÇÃO FUNDO MUNICIPAL SAÚDE/SMS  
3390.00.00.00.00.00.0120 – Aplicações Diretas ..... R\$ 30.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 130.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Excesso do Recurso 0120 – Transferências Financeiras, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 0120 ..... R\$ 130.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici/SC, em 20 de Agosto de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 2418/2019

Publicação Nº 2131745

DECRETO Nº 2418/2019

SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI.

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 2028/2018, resolve

DECRETAR:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Fundo Municipal de Saúde de Urubici:

1601 – Fundo Municipal de Saúde de Urubici  
2071 – INSPEÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITARIA  
4490.00.00.00.00.00.0101 – Aplicações Diretas ..... R\$ 700,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 700,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Anulação de Dotação, sendo:

1601 – Fundo Municipal de Saúde de Urubici  
2071 – INSPEÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITARIA  
4490.00.00.00.00.00.0120 – Aplicações Diretas ..... R\$ 700,00

TOTAL ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ..... R\$ 700,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici/SC, em 21 de Agosto de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 2419/2019

Publicação Nº 2131747

DECRETO Nº 2419/2019

ESTABELECE O REGIMENTO GERAL DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE URUBICI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUBICI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO que o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, sendo parte integrante do processo de planejamento municipal;

CONSIDERANDO que o Poder Executivo Municipal de Urubici está promovendo, o Processo de Revisão do Plano Diretor de Urubici;

CONSIDERANDO a necessidade de se definir de forma sistematizada as atribuições de grupos de trabalho internos e de apoio à Prefeitura Municipal, bem como a necessidade de se definir um regimento geral, prevendo as regras de participação e controle social no aludido Processo de Revisão;

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido o Regimento Geral do Processo de Revisão do Plano Diretor de Urubici, na forma dos dispositivos em anexo.

Art. 2º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Urubici (SC), 21 de Agosto de 2019.

ANTÔNIO ZILLI

Prefeito Municipal de Urubici

REGIMENTO GERAL DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE URUBICI/SC

### CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS, FINALIDADES E ÂMBITOS DE ATUAÇÃO

Art. 1º - O presente regimento tem por finalidade regulamentar o processo participativo de Revisão do Plano Diretor do Município de Urubici de forma a garantir:

I - A promoção de instâncias e mecanismos de diálogo e participação social;

II - O estabelecimento de regras claras, validadas coletivamente e que vigorem durante todo o processo de revisão;

III - A disponibilização e a produção de informações sobre a realidade do Município;

IV - A combinação de estudos técnicos com a visão da sociedade sobre o Município por ela desejado, resultante do processo de participação social, regulamentando o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança, do bem-estar dos cidadãos e do equilíbrio ambiental, respeitada a legislação aplicável.

§ 1º - Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, parte integrante do processo de planejamento municipal, integrador das políticas públicas, especialmente ordenamento territorial, moradia e regularização fundiária, saneamento ambiental, transporte e mobilidade proteção e defesa civil.

§ 2º - O projeto de Lei Complementar do Plano Diretor do Município de Urubici é matéria de iniciativa do Poder Executivo Municipal, contando com participação e controle social em todas as fases do processo de Revisão.

### CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS DO PROCESSO

Art. 2º - O processo de revisão do Plano Diretor do Município de Urubici tem por objetivo:

I - Criar e ampliar canais de participação e controle social por parte dos cidadãos e das instâncias representativas dos vários segmentos sociais;

II - Tornar transparentes, inclusivos e acessíveis os processos de planejamento e gestão da política urbana;

III - Promover ações de capacitação de representantes da sociedade, para que possam atuar nos processos decisórios relativos ao

planejamento e gestão da política urbana;

IV - Contribuir para identificar as prioridades da sociedade civil aplicáveis ao planejamento urbano;

V - Acompanhar, avaliar e articular projetos, programas e políticas públicas, na revisão do Plano Diretor de Urubici, especialmente verificando limites e possibilidades de articulação com programas e políticas públicas aplicáveis ao planejamento urbano;

VI - Buscar a continuidade entre o processo de planejamento e de implementação, de forma a impedir a descaracterização das diretrizes urbanísticas do Município que serão estabelecidas.

### CAPÍTULO III - DAS ETAPAS DO PROCESSO

Art. 3º - No âmbito do Poder Executivo municipal, o processo participativo de revisão do Plano Diretor do Município de Urubici será dividido nas seguintes etapas:

I - Etapa 1, denominada "Preparação do Processo de Planejamento Participativo";

II - Etapa 2, denominada "Leitura e Diagnóstico da Realidade Municipal – Técnica e Comunitária";

III - Etapa 3, denominada "Definição dos Eixos Estratégicos e Formulação de Propostas";

IV - Etapa 4, denominada "Elaboração e Apresentação da Versão Preliminar da Proposta de Plano Diretor";

V - Etapa 5, denominada "Consulta Pública, Conferência Final e Consolidação do Projeto de Lei do Plano Diretor".

§ 1º - A Etapa 1 compõe-se de providências iniciais de sensibilização, mobilização e capacitação dos agentes públicos e privados que constroem e utilizam o território do Município, através das seguintes ações:

I - Instituição, definição de atribuições e nomeação por ato do Prefeito municipal, da comissão de Revisão do Plano Diretor - Núcleo Gestor, constando titulares e suplentes, e devendo a mesma ser composta por membros do Poder Executivo Municipal, Entidade Civil Organizada, Entidades Empresariais e Entidades Sindicais;

II - Divisão territorial e estabelecimento do calendário de eventos, voltados ao processo;

III - Comunicação com os órgãos de imprensa local, para fins de colaboração na divulgação do processo de Revisão do Plano Diretor;

IV - Intercâmbio com os demais órgãos públicos das esferas estaduais e federais, inclusive empresas concessionárias, permissionárias e prestadoras de serviços públicos, visando à colaboração destes no processo de Revisão do Plano Diretor;

V - Realização de audiência pública para instaurar oficialmente e tornar público o processo participativo de Revisão do Plano Diretor.

§ 2º - A Etapa 2 constitui na elaboração do diagnóstico, da realidade do Município de Urubici, com base na leitura técnica pelos profissionais responsáveis, pelo desenvolvimento da Revisão do Plano Diretor, e pela comunidade. Compreende em uma análise e avaliação do Plano Diretor vigente, e da composição de pontos negativos e potencialidades da cidade. Este documento compõe-se de levantamento, sistematização e avaliação de dados e informações, sendo considerado:

I - Fatores condicionantes da Mobilidade Urbana;

II - Condicionantes Ambientais;

III - Infraestrutura Urbana;

IV - Projeções Populacionais;

V - Características gerais da Zona Urbana e Rural;

VI - Morfologia Urbana;

VII - Levantamento de Uso e Ocupação do Solo;

VIII - Características histórico-culturais;

IX - Consolidação da realidade municipal, através de Relatório, resultante da união das leituras técnica e comunitária;

X - Realização das Palestra Técnica, capacitando os membros do Colegiado de Representação Popular para sua atuação no processo de Revisão do Plano Diretor;

XI - Estruturação e Elaboração de propostas decorrentes das oficinas, especialmente os conteúdos que embasarão o Macrozoneamento;

XII - Definição das regras para a instituição e funcionamento do sistema de acompanhamento e controle do Plano Diretor de Urubici.

§ 3º - A Etapa 3 definirá as bases para a formulação dos objetivos, diretrizes e eixos estratégicos do desenvolvimento municipal e da expansão urbana, através das seguintes ações:

I - Construção de Cenários, estudos e propostas;

II - Elaboração de Mapas Temáticos;

III - Elaboração da Proposta do Projeto de Lei.

§ 4º - A Etapa 4 consolidará, apresentará e disponibilizará a versão preliminar do anteprojeto de lei complementar do plano diretor, através das seguintes ações:

I - Definição do conteúdo mínimo do plano diretor, na forma estabelecida pelo Estatuto da Cidade e seguindo orientações das resoluções aplicáveis, emitidas pelo Conselho Nacional das Cidades, ou CONCIDADES;

II - Elaboração da versão preliminar do anteprojeto de lei complementar, a partir do conteúdo mínimo definido e das bases estabelecidas na Etapa 2 e 3;

III - Definição das regras da consulta pública, a serem validadas pelo Município de Urubici, sobre a versão preliminar do anteprojeto de lei complementar;

IV - Apresentação, em audiência pública, do anteprojeto de lei complementar e das regras da consulta pública.

§ 5º - A Etapa 5 consiste na elaboração da versão final do anteprojeto de Lei Complementar do Plano Diretor, e no seu encaminhamento ao Prefeito municipal, para consequente encaminhamento, já na qualidade de Projeto de Lei Complementar, à Câmara Municipal, através



das seguintes ações:

- I - Início da consulta pública, deverá observar o cronograma de atividades previsto na metodologia de Revisão do Plano Diretor;
- II - Sistematização, análise e validação das sugestões recebidas durante a consulta pública;
- III - Realização de uma Audiência Pública para abertura oficial e apresentação das regras da Audiência Pública Final;
- IV - Realização da Audiência Pública Final para deliberação sobre as sugestões validadas;
- V - Consolidação do projeto de lei complementar do Plano Diretor, com base nas deliberações da Audiência Pública Final;
- VI - Encaminhamento ao Prefeito Municipal, para ato contínuo, submissão à tramitação legislativa.

#### CAPÍTULO IV - DAS RESPONSABILIDADES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Art. 4º - O Poder Executivo Municipal garantirá a participação da população, a plena realização dos trabalhos necessários ao processo, a ampla publicidade e o acesso às informações, na forma dos incisos I a III do § 4.º do art. 40 e do art. 43 do Estatuto da Cidade, e de acordo com as recomendações do Conselho das Cidades do Ministério das Cidades, em especial a Resolução nº 25, de 18 de março de 2005.

Parágrafo Único - O Poder Executivo municipal nomeará membros para compor a Comissão de Revisão do Plano Diretor.

Art. 5º - Os membros do Executivo nomeados para Comissão de Revisão do Plano Diretor garantirão a disponibilização de dados e informações ao CIMACATARINA e ou a qualquer interessado.

Art. 6º - São atribuições dos membros do Executivo nomeados para Comissão de Revisão do Plano Diretor:

- I - Acompanhar e supervisionar todas as etapas do processo, de responsabilidade do Poder Executivo Municipal, incluindo-se a participação nos eventos, reuniões, oficinas, conferência, audiências públicas, e demais atividades pertinentes ao processo;
- II - Coletar, repassar e promover todos os atos necessários ao acesso das informações relacionadas ao planejamento urbano e territorial acessíveis ao município, para a equipe técnica do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMACATARINA;
- III - Supervisionar a compatibilização da leitura técnica com a leitura comunitária ao longo de todo o processo;
- IV - Elaborar respostas oficiais, pareceres e recomendações técnicas de acordo com as atribuições profissionais dos cargos e funções de seus integrantes;
- V - Organizar e manter atualizado um cadastro para contato com as organizações e associações representativas dos vários segmentos da sociedade civil interessados no processo;
- VI - Realizar todos os atos internos e externos necessários ao levantamento de informações junto aos órgãos públicos, especialmente as empresas concessionárias;
- VII - Redigir e fazer publicar convocações e editais necessários ao processo;
- VIII - Garantir a entrega de convites e convocações, bem como manter e organizar os avisos de recebimento;
- IX - Promover a divulgação das reuniões, eventos, audiências, oficinas, consultas públicas e conferência pertinentes ao processo;
- X - Apoiar administrativa e operacionalmente a execução das reuniões, eventos, conferência, oficinas, consultas públicas e audiências pertinentes ao processo;
- XI - Providenciar e garantir o devido registro do processo através de filmagens, gravações de áudio e fotografias, bem como, lavrar ata da Audiência Pública Inicial, das Conferências Públicas e da Audiência Pública Final;
- XII - Convocar, participar e coordenar as reuniões e ações do Grupo de Trabalho Municipal;
- XIII - Definir a divisão territorial preliminar do Município em áreas para a realização de eventos comunitários;
- XIV - Estabelecer contato e troca de informações com os demais órgãos públicos das esferas estaduais e federais, inclusive empresas concessionárias, permissionárias e prestadoras de serviços públicos, visando à colaboração destes no processo de Revisão do Plano Diretor;
- XV - Prestar apoio ao Executivo e Legislativo Municipal e a qualquer outro órgão público, de forma a poder esclarecer quaisquer questões relacionadas ao processo de Revisão do Plano Diretor, para tanto acompanhando os atos da Administração Pública e a tramitação legislativa;
- XVI - Auxiliar a chefe do Poder Executivo Municipal na resposta e no encaminhamento das demandas dos munícipes no tocante às reivindicações que não forem referentes ao processo de Revisão do Plano Diretor; e,
- XV – Seguir as competências dispostas a Comissão de Revisão do Plano Diretor.

#### CAPÍTULO V - DA PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

Art. 7º - Fica assegurada a participação da sociedade civil em todas as etapas do processo de Revisão do Plano Diretor, mediante os seguintes instrumentos de gestão democrática e participação social:

- I – Conselho da Cidade;
- II – Comissão de Revisão do Plano Diretor – Núcleo Gestor;
- III - Eventos:
  - a) Municipais;
  - b) Comunitários ou Territoriais;
  - c) Setoriais ou por Segmentos Sociais;
- IV – Reuniões Comunitárias;
- V – Palestra Técnica;
- VI - Consulta Pública;
- VII – Audiência Pública Final do Plano Diretor.

§ 1º - Será garantido o respeito à diversidade, especificamente pela realização de debates por segmentos sociais, por temas e por divisões territoriais, bem como, pela alternância dos locais de discussão.

§ 2º - Será garantido, a qualquer interessado, o amplo acesso aos documentos e informações especialmente por meio da:

- I - Ampla comunicação pública, em linguagem acessível, através dos meios de comunicação social disponíveis;
- II - Ciência do cronograma e dos locais das reuniões, da apresentação dos estudos e propostas sobre o plano diretor, com antecedência de, no mínimo, 15 (quinze) dias;
- III - Publicação e divulgação dos resultados dos debates e das propostas adotadas nas diversas etapas do processo.

§ 3º - Poderão ser criados ambientes virtuais de interação social, em especial por meio da Internet, cuja metodologia e prazo de duração serão validados pela Comissão de Revisão do Plano Diretor.

#### Seção I - Comissão de Revisão do Plano Diretor

Art. 8º – A Comissão de Revisão do Plano Diretor – Núcleo Gestor, é um órgão colegiado, de natureza deliberativa, consultiva e propositiva, que tem como objetivos:

- I - Supervisionar o processo participativo de Revisão do Plano Diretor de Urubici;
- II - Garantir a criação e regulamentação do Conselho da Cidade de Urubici.

Art. 9º - Compete a Comissão de Revisão do Plano Diretor – Núcleo Gestor:

- I - Garantir a efetiva participação da sociedade civil no processo de Revisão do Plano Diretor;
- II - Fiscalizar o cumprimento de determinações legais sobre conteúdo mínimo do Plano Diretor;
- III - Validar:
  - a) O plano de trabalho;
  - b) O cronograma das ações;
  - c) As regras de participação e controle social do processo, especialmente as que regularão a consulta pública, a conferência final e as audiências públicas, referidas nesta norma.
- IV - Validar a divisão territorial do Município em áreas, para realização de eventos comunitários;
- V - Validar o calendário de eventos do processo;
- VI - Acompanhar, e validar, durante todo o processo de Revisão do Plano Diretor, o cadastro das organizações e associações representativas dos vários segmentos da sociedade civil, referido nesta norma;
- VII - Acompanhar e validar as ações de sensibilização, mobilização, divulgação, informação, capacitação e organização da participação popular no processo de Revisão do Plano Diretor, em especial os eventos e as audiências públicas, referidos nesta norma;
- VIII - Fiscalizar a compatibilização da leitura técnica com a leitura comunitária ao longo de todo o processo;
- IX - Promover o incremento dos mecanismos de participação e controle social;
- X - Propor critérios para decidir prioridades na garantia do cumprimento das regras estabelecidas coletivamente;
- XI - Apoiar a divulgação de produtos gerados por estudos e projetos que possam ser utilizados como subsídios ao processo de Revisão do Plano Diretor;
- XII - Promover ações de apoio à instituição do Conselho da Cidade de Urubici e garantir, em todas essas ações, a participação popular;
- XIII – Acompanhar, no âmbito Câmara Municipal, a tramitação do projeto de lei complementar do Plano Diretor de Urubici e de proposições que impactem no ordenamento físico-territorial;
- XIV - Emitir atos normativos, para orientar decisões em casos omissos na presente norma.

Parágrafo Único. Os incisos de I a VII dependerão também da aprovação e validação do Conselho da Cidade.

Art. 10 - A Comissão de Revisão do Plano Diretor – Núcleo Gestor de Urubici se organiza seguindo critérios de representação.

§ 1º - A mesma deve ser composta por membros do Poder Executivo Municipal;

§ 2º - Para cada integrante titular da Comissão de Revisão do Plano Diretor – Núcleo Gestor de Urubici será garantido um respectivo suplente.

§ 3º - Nas reuniões da Comissão de Revisão do Plano Diretor – Núcleo Gestor de Urubici não será permitido:

- I - A representação ou voto mediante procuração;
- II - O acúmulo de representações.

§ 4º - Com exceção das representações do Poder Executivo e do Poder Legislativo municipais, a indicação de cada representação deverá:

- I - Considerar a diversidade, a heterogeneidade, a pluralidade e a capacidade de auto-organização de cada setor ou segmento da sociedade civil;
- II - Evitar o excesso de formalismo;
- III - Atender os princípios democráticos, a razoabilidade e a proporcionalidade.

§ 5º - Não haverá hierarquia nem relação de subordinação entre os integrantes da Comissão de Revisão do Plano Diretor de Urubici, que deverão zelar pela consideração e respeito mútuos.

§ 6º - A Comissão de Revisão do Plano Diretor Urubici buscará estabelecer contatos com representantes do Poder Público, em especial do

Ministério Público, do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado, a fim de estabelecer tratativas necessárias ao acompanhamento do processo.

§ 7º - A Comissão de Revisão do Plano Diretor de Urubici se extinguirá após a entrada em vigor da nova lei do Plano Diretor.

## Seção II - Dos Eventos

Art. 11 - Os Eventos são partes integrantes do processo de Elaboração da Revisão do Plano Diretor do Município de Urubici, constituem em espaços públicos para assegurar um processo amplo e democrático de participação e controle social e são divididos em:

- I - Eventos municipais;
- II - Eventos comunitários ou territoriais;
- III - Eventos setoriais ou por segmentos sociais.

§ 1º - Os eventos municipais terão status de Conferência Pública e objetiva dar publicidade a cada etapa do processo de Elaboração, especialmente:

- I - Instaurar oficialmente e tornar público o processo participativo de Revisão do Plano Diretor;
- II - Apresentar os resultados e produtos da leitura da realidade municipal referida nesta norma;
- III - Apresentar as regras da consulta pública e da Audiência Pública Final;
- IV - Apresentar a versão preliminar de anteprojeto de lei complementar do Plano Diretor;
- V - Submeter à aprovação pelos membros do Comissão de Revisão do Plano Diretor as eventuais emendas à versão preliminar do anteprojeto de lei complementar do Plano Diretor.

§ 2º - Os eventos comunitários ou territoriais terão como objetivos:

- I - A realização do levantamento preliminar, de caráter consultivo, do ponto de vista das comunidades sobre questões relativas às suas respectivas realidades locais e ao Município como um todo.

## Seção IV - Das Conferências Públicas – Reuniões Comunitárias

Art. 12 - No processo de Revisão do Plano Diretor, as Conferências Públicas fundam-se no inciso I do parágrafo quarto do art. 40 do Estatuto da Cidade, e tem por objetivo informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o conteúdo do Plano Diretor, e atender aos seguintes requisitos:

- I - Regulação por meio de regimento, elaborado em estrita observância à presente norma e validado pelo Município de Urubici;
- II - Convocação por edital e anúncio pela imprensa local;
- III - Realização em locais e horários acessíveis à maioria da população;
- IV - Serem dirigidas pelo Poder Público municipal, que garantirá a exposição, pela equipe técnica do CIMCATARINA, sobre os temas que serão abordados e abrirá as discussões aos presentes;
- V - Garantia da participação de todos os cidadãos e cidadãs, independentemente de comprovação de residência ou qualquer outra condição;
- VI - Garantia de registro de presença dos participantes, através de ficha de inscrição individual;
- VII - Garantia de registro em vídeo e áudio para subsidiar a lavratura da respectiva ata, cujos conteúdos deverão ser apensados ao projeto de lei complementar do Plano Diretor, compondo memorial do processo, inclusive na sua tramitação legislativa.

Parágrafo Único. Com objetivo de maior integração com o público e maior facilidade de compreensão dos mesmos, para efeitos de publicação e propaganda as conferências públicas serão denominadas de "Reuniões Comunitárias",

## Seção V - Das Palestra Técnica

Art. 13 - As Palestra Técnica são eventos consultivos e deliberativos direcionados aos integrantes da Comissão de Revisão do Plano Diretor, bem como a toda a população, tendo por objetivos:

- I - A elaboração da visão estratégica, dos eixos estratégicos e de propostas para ações que deverão compor o Plano Diretor e garantir sua efetiva implementação;
- II - A definição das bases para elaboração do macrozoneamento do Município;
- III - Definição de regras para a instituição do sistema de acompanhamento e controle, inclusive o Conselho da Cidade consoante art. 42, III, do Estatuto da Cidade.

## Seção VI - Da Consulta Pública

Art. 14 - A Consulta Pública constitui mecanismo participativo, de caráter consultivo, com prazo definido e aberta a qualquer interessado.

§ 1º - A Consulta Pública tem por objetivo receber contribuições por escrito da sociedade civil sobre a versão preliminar do anteprojeto de lei complementar do Plano Diretor, ou aspecto específico no processo de Revisão, devendo observar, no mínimo, os seguintes requisitos mínimos:

- I - Divulgação ampla e prévia do documento convocatório, especificando seu objeto, regras e o prazo de realização;
- II - Disponibilização prévia, a qualquer interessado:
  - a) Dos documentos que serão objeto da consulta, em linguagem simples e objetiva;

b) Dos estudos e do material técnico utilizado como fundamento para a versão preliminar do anteprojeto;

III - Sistematização das contribuições recebidas;

IV - Publicidade de seus resultados;

V - Compromisso de resposta às propostas recebidas.

§ 2º - A Consulta Pública será regida por regras próprias, que deverão estar de acordo com os requisitos mínimos previstos no parágrafo primeiro deste artigo e serem previamente aprovadas pelo Município de Urubici.

#### Seção VII - Da Audiência Pública Final do Plano Diretor

Art. 15 - A Audiência Pública final do Plano Diretor é o evento que tem como objetivo a aprovação de eventuais emendas à versão preliminar do anteprojeto de lei complementar do Plano Diretor.

§ 1º - A Audiência Pública Final será regida por regras próprias, previamente estipuladas.

§ 2º - A Audiência Pública Final é evento público e aberto a qualquer interessado.

§ 3º - A Audiência Pública Final deve atender aos seguintes requisitos mínimos:

I – Registro das emendas apresentadas nos anais da conferência; e

II – Publicação e divulgação dos anais do evento.

#### CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16 - Na implementação e execução do novo Plano Diretor, entre outras, serão observadas:

I - A efetivação do sistema de acompanhamento e controle previsto no inciso III do art. 42 do Estatuto da Cidade, especialmente com o início do funcionamento do Conselho da Cidade de Urubici;

II - A incorporação das diretrizes e prioridades do Plano Diretor no planejamento da gestão municipal, especialmente no plano plurianual, na lei de diretrizes orçamentárias e no orçamento anual, conforme parágrafo 1º do art. 40 do Estatuto da Cidade.

Art. 17 - Constitui anexo a este Regimento o diagrama ilustrativo com a descrição de cada uma das etapas do processo de revisão do Plano Diretor de Urubici.

Art. 18 - A presente norma entrará em vigor na data de sua publicação.

Urubici (SC), 21 de Agosto de 2019.

ANTÔNIO ZILLI

Prefeito Municipal de Urubici

### DECRETO Nº 2420/2019

Publicação Nº 2131749

#### DECRETO Nº 2420/2019

ESTABELECE O REGIMENTO INTERNO DAS REUNIÕES COMUNITÁRIAS REGIONAIS DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE URUBICI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUBICI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO que o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, sendo parte integrante do processo de planejamento municipal;

CONSIDERANDO que o Poder Executivo Municipal de Urubici está promovendo, o Processo de Revisão do Plano Diretor de Urubici;

CONSIDERANDO a necessidade de se definir de forma sistematizada as atribuições de grupos de trabalho internos e de apoio à Prefeitura Municipal, bem como a necessidade de se definir um regimento das Reuniões Comunitárias, prevendo as regras de participação e controle social no aludido Processo de Planejamento Urbano;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido o Regimento Interno Das Reuniões Comunitárias de Revisão do Plano Diretor de Urubici, na forma dos dispositivos em anexo.

Art. 2º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Urubici (SC), 21 de Agosto de 2019.

ANTÔNIO ZILLI

Prefeito Municipal

## REGIMENTO INTERNO DAS REUNIÕES COMUNITÁRIAS

As Conferências Públicas Regionais possuem caráter consultivo e não vinculante e tem por finalidade informar, dirimir dúvidas, bem como, obter dados, subsídios, informações, sugestões, críticas e propostas sobre a Revisão do Plano Diretor do Município de Urubici, com recorte espacial na respectiva Região ora em análise, com vistas a democratizar, conferir transparência e assegurar a participação durante o processo.

### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - As Reuniões Comunitárias, doravante denominada RC, serão abertas a todos que queiram participar, não havendo qualquer tipo de restrição.

Art. 2º - Os espaços a serem realizadas as RCs serão definidos pelo Município de Urubici e deverão comportar no mínimo 120 pessoas.

Art. 3º - A responsabilidade pela locação/reserva do espaço selecionado pelos Município de Urubici para realização das RCs será da Prefeitura Municipal de Urubici.

Art. 4º - O local deverá ser dotado de estrutura adequada de acomodações aos participantes e organizadores, bem como, equipado com estruturas de som e imagem, de modo a proporcionar condições adequadas de exposição, participação e gravação dos fatos ocorridos, respeitando as normas de acessibilidade universal.

Art. 5º - A divulgação da RC será de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Urubici e deverá ocorrer de acordo com o Plano de Mobilização e Divulgação aprovado.

### DA CONDUÇÃO DA REUNIÃO COMUNITÁRIA

Art. 6º - O público presente deverá assinar lista de presença, que ficará disponível durante toda a RC em local acessível. Esta lista deverá conter:

- a) Nome legível e endereço;
- b) Nº do documento de identificação;
- c) Instituição ou Bairro que representa (se for o caso);
- d) Telefone e e-mail para contato;
- e) Assinatura.

Art. 7º - A coordenação dos trabalhos será feita pelo Consórcio CIMCATARINA, sendo que a direção da RC caberá aos presidentes da Comissão ou por um representante do CIMCATARINA, devidamente indicado por este.

Art. 8º - São prerrogativas do diretor (a) da RC:

- a) Designar um ou mais secretários (as) para assisti-lo;
- b) Realizar a apresentação de objetivos e regras de funcionamento da RC, ordenando o curso dos debates;
- c) Indicar os expositores;
- d) Orientar sobre a pertinência das intervenções orais;
- e) Orientar sobre a pertinência das questões formuladas;
- f) Dispor sobre a interrupção, suspensão, prorrogação ou postergação da RC, em como sua reabertura ou continuação, quando o repute conveniente, de ofício ou a pedido de algum participante.

Art. 9º - São atribuições do(s) Secretário(s) (as):

- a) Inscrever os participantes, de acordo com a ordem das solicitações;
- b) Controlar o tempo das intervenções orais;
- c) Registrar o conteúdo das intervenções;
- d) Sistematizar as informações;
- e) Elaborar a ata da Sessão;
- f) Encaminhar a documentação produzida na RC ao CIMCATARINA para a guarda da mesma.

### DOS PARTICIPANTES

Art. 10 - Será considerado participante da RC qualquer cidadão ou cidadã presente, sem distinção de qualquer natureza, interessados em contribuir com o processo de discussão no âmbito da RC.

Art. 11 - São direitos dos participantes:

- a) Manifestar livremente suas opiniões sobre as questões tratadas no âmbito da RC, respeitando as disposições previstas neste Regimento;
- b) Debater as questões tratadas no âmbito da RC;
- c) Fazer propostas e sugerir alterações sobre o objeto da discussão.

Art. 12 - São deveres dos participantes:

- a) Respeitar o regimento desta RC;
- b) Respeitar o tempo estabelecido para intervenção e a ordem de inscrição;
- c) Tratar com respeito e civilidade os participantes da RC e seus organizadores.

## DA REALIZAÇÃO DAS REUNIÕES COMUNITÁRIAS

Art. 13 - O tempo de duração da RC será de 02 (duas) horas, com início às 19:00 horas e término às 21:00 horas. Caso este tempo seja insuficiente, a sessão poderá ser prorrogada por um prazo não superior a 60 (sessenta) minutos.

Art. 14 - A RC terá a seguinte ordem:

- a) 19:00 horas – Abertura, com apresentação dos objetivos e regras de funcionamento da CPD;
- b) 19:10 horas – Exposição, por parte do CIMCATARINA, da importância da Revisão do Plano Diretor de Urubici, e deliberações sobre o recorte espacial na respectiva Região ora em análise e demais materiais de base pertinentes;
- c) 19:40 horas – Início da dinâmica de Aplicação;
- d) 20:30 horas – Debate das proposições;
- e) 21:00 horas – Encerramento.

Art. 15 - Na abertura da RC a direção da mesa procederá a esclarecimentos quanto aos objetivos da mesma e as regras gerais segundo as quais se processarão os trabalhos.

Art. 16 - Após a abertura, a direção da mesa passará a palavra aos expositores.

Art. 17 - É condição indispensável para a participação nos debates e manifestação pública o preenchimento prévio da ficha de inscrição, que será disponibilizada com antecedência, sendo que a ordem de inscrição determinará a sequência dos debatedores. As fichas serão numeradas no ato da entrega à mesa.

Art. 18 - Durante a RC, técnicos do CIMCATARINA ficarão à disposição dos participantes para auxiliar na formulação dos questionamentos e preenchimento da ficha, caso seja necessário;

Art. 19 - Concluída a fase de debate e manifestações públicas, a direção da mesa procederá o encerramento da RC;

Art. 20 - A gravação, lista de presença e fichas de inscrição serão publicados no site da Revisão do Plano Diretor da PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI, no prazo máximo de 10 dias úteis.

## DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21 - Serão permitidas filmagens, gravações ou outras formas de registro por parte dos participantes da RC.

Art. 22 - A ata a ser lavrada será subscrita pela direção da mesa e pelo (a) secretário(a) responsável, e submetida à análise e subscrição, facultativa, pelos membros dos Conselhos que estiverem presentes na RC. A esta será anexada a lista de presença.

Art. 23 - Todas as inscrições efetuadas serão respondidas pela equipe técnica do CIMCATARINA, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis após a RC. As respostas serão publicadas no site da Revisão do Plano Diretor vinculado a PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI.

Art. 24 - O CIMCATARINA deverá encaminhar para Prefeitura Municipal de Urubici um relatório síntese com todas as demandas surgidas nas Conferências Regionais, assim como as justificativas técnicas para os encaminhamentos.

Urubici (SC), 21 de Agosto de 2019.

ANTÔNIO ZILLI

Prefeito Municipal

## EDITAL 054/2019

Publicação Nº 2131067

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 054/2019  
TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2019

Representante Legal, Prefeito Municipal, Antônio Zilli, torna público objeto desta Tomada de Preços destinado à contratação de empresa especializada para reforma da cobertura do Ginásio de Esporte Noé da Costa Ribeiro, com fornecimento de material e mão de obra de acordo com memorial descritivo, planilha orçamentária e projeto técnico, anexos do presente edital. Os interessados deverão apresentar envelopes distintos para proposta e documentos, fechados e lacrados na Prefeitura Municipal de Urubici, até o dia 10/09/2019 às 13h00min. A abertura dos envelopes contendo as propostas e a sessão pública do Pregão será dia 10/09/2019 às 13h00min. Maiores informações sobre o presente edital, bem como cópia do mesmo, podem ser obtidas através do e-mail [licitação@urubici.sc.gov.br](mailto:licitação@urubici.sc.gov.br), site [www.urubici.sc.gov.br](http://www.urubici.sc.gov.br), ou na Prefeitura Municipal de Urubici – SC sito Pça. Francisco Pereira Souza, 53 – Centro - CEP: 88650-000 Fone/Fax: (0xx49) 32784211, em horário das 12h00min às 18h00min junto ao setor de compras e licitações. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente Edital para que surta seu jurídico e legal efeito. Antônio Zilli- Prefeito Municipal.



**PORTARIA Nº 530/2019**

Publicação Nº 2131750

PORTARIA Nº 530/2019

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder à Servidora Luciane Aparecida de Olinda Domingos, exercendo o cargo de Auxiliar de Creche, Licença Prêmio por um período de 30 (trinta) dias, a partir de 19/08/2019, referente ao período aquisitivo 2012/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 19 de Agosto de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 531/2019**

Publicação Nº 2131751

PORTARIA Nº 531/2019

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder à Servidora Vania Heinz Pereira, exercendo o cargo de Professor, Licença Prêmio por um período de 30 (trinta) dias, a partir de 19/08/2019, referente ao período aquisitivo 2012/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 19 de Agosto de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 532/2019**

Publicação Nº 2131753

PORTARIA Nº 532/2019

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder à Servidora Sonia Maria da Silva Rocha, exercendo o cargo de Professor, Licença Prêmio por um período de 30 (trinta) dias, a partir de 19/08/2019, referente ao período aquisitivo 2014/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 19 de Agosto de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 533/2019**

Publicação Nº 2131754

## PORTARIA Nº 533/2019

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no art. 11, inciso VI da Lei Complementar nº 770/2002,

## RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Edmilson Pereira Schmitz, exercendo o cargo de Motorista, Função Gratificada - FG – 03, conforme inciso VI da Lei Complementar nº 770/2002.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 19 de Agosto de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 534/2019**

Publicação Nº 2131755

## PORTARIA Nº 534/2019

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no art. 11, inciso VI da Lei Complementar nº 770/2002,

## RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Gilberto Xavier, exercendo o cargo de Operador de Máquinas Rodoviárias, Função Gratificada - FG – 03, conforme inciso VI da Lei Complementar nº 770/2002.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 19 de Agosto de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 535/2019**

Publicação Nº 2131756

## PORTARIA Nº 535/2019

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 012/2018/SME,

## RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Rosangela Miguel Arsenio de Oliveira, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil II, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 19/08/2019 à 20/12/2019, para exercer as funções inerentes e com os vencimentos relativos ao cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 19 de Agosto de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

**PORTARIA N° 536/2019**

Publicação N° 2131757

PORTARIA N° 536/2019

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no art. 11, inciso VI da Lei Complementar n° 770/2002,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder ao Servidor Edilamar de Brida, exercendo o cargo de Operador de Máquinas Rodoviárias, Função Gratificada - FG – 03, conforme inciso VI da Lei Complementar n° 770/2002.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 20 de Agosto de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

**PORTARIA N° 537/2019**

Publicação N° 2131758

PORTARIA N° 537/2019

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, conforme Lei Complementar n° 016/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Reduzir a carga horária da Servidora Efetiva Sara Marilene Borba, cargo de Oficial de Serviços Gerais, de 40 horas semanais para 20 horas semanais, por um período de 12 meses, sem prejuízo de remuneração, em virtude da deficiência comprovada por atestado médico de sua irmã, conforme art. 72-A do Estatuto dos Servidores (Lei Complementar n° 769/2002).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 20 de Agosto de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

**PORTARIA N° 538/2019**

Publicação N° 2131759

PORTARIA N° 538/2019

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital n° 012/2018/SME,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Steffane Gabriely Fernandes, para exercer o cargo de Auxiliar de Creche, no CEI Amélia Matos da Luz, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 20/08/2019 à 17/09/2019, em substituição a Servidora Efetiva Luciane Aparecida Olinda Domingos, em Licença Médica para tratamento de saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 20 de Agosto de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 539/2019**

Publicação Nº 2131760

## PORTARIA Nº 539/2019

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Processo Seletivo nº 010/2018,

## RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar a Portaria nº 168/2019, que admitiu em Caráter Temporário a Senhora Marina Nunes de Oliveira, para exercer o cargo de Monitor – Casa Lar, no período de 21/08/2019 à 31/01/2020, com carga horária de 40 horas semanais, Grupo Ocupacional II – Atividades da Administração em Geral - AAG, para exercer as funções inerentes e com os vencimentos relativos ao cargo, tudo de acordo com a Lei nº 770/2002 e suas alterações, em virtude de crianças menores abrigadas naquela casa.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 21 de Agosto de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

# Urussanga

## PREFEITURA

### DECRETO GP/Nº 51/2019

Publicação Nº 2130633

DECRETO GP/Nº 51, 9 DE JULHO DE 2019.

Suplementa itens orçamentários do orçamento vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 2.862, de 31 de outubro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada, na importância mencionada, a seguinte dotação:

I - do orçamento vigente da UG-Prefeitura:

Proj/Ativ	Código da Dotação	Valor
1.007	128-4.4.90.00.00.00.00.1034	R\$ 912.000,00
2.008	43-3.3.90.00.00.00.00.1000	R\$ 3.100,00

II – do orçamento do Fundo Municipal de Saúde:

Proj/Ativ	Código da Dotação	Valor
4.009	44-3.3.71.00.00.00.00.1038	R\$ 40.000,00
4.002	10-3.3.90.00.00.00.00.1038	R\$ 50.000,00

Art. 2º Para dar suporte à suplementação mencionada no artigo anterior, foi subtraído do excesso de arrecadação.

Art. 3º Fica suplementada, na importância mencionada, a seguinte dotação:

I - do orçamento vigente da UG-Prefeitura:

Proj/Ativ	Código da Dotação	Valor
2.003	12-3.3.90.00.00.00.00.1000	R\$ 20.000,00
2.026	112-3.3.90.00.00.00.00.1000	R\$ 150.000,00
2.004	25-3.3.90.00.00.00.00.1000	R\$ 20.000,00
2.017	88-3.3.90.00.00.00.00.1000	R\$ 50.000,00
2.009	53-4.4.90.00.00.00.00.1001	R\$ 6.300,00

Art. 4º Para dar suporte à suplementação mencionada no artigo anterior, foi subtraído do superávit financeiro.

Art. 5º Fica suplementada, na importância mencionada, a seguinte dotação:

I - do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social:

Proj/Ativ	Código da Dotação	Valor
4.026	22-4.4.90.00.00.00.00.1035	R\$ 400,00
4.026	21-3.3.90.00.00.00.00.1035	R\$ 6.900,00

II – do orçamento do Fundo Municipal de Saúde:

Proj/Ativ	Código da Dotação	Valor
4.012	40-3.3.90.00.00.00.00.1038	R\$ 100,00
4.001	8-3.3.90.00.00.00.00.1002	R\$ 150.000,00
4.011	35-3.3.90.00.00.00.00.1038	R\$ 70.000,00
4.006	19-3.1.90.00.00.00.00.1038	R\$ 2.650,00
4.006	19-3.1.90.00.00.00.00.1038	R\$ 2.650,00

Art. 6º Para dar suporte à suplementação mencionada no artigo anterior, fica anulado, a seguinte dotação:

I - do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social:

Proj/Ativ	Código da Dotação	Valor
4.026	20-3.1.90.00.00.00.00.1035	R\$ 400,00
4.026	20-3.1.90.00.00.00.00.1035	R\$ 6.900,00

II – do orçamento do Fundo Municipal de Saúde:

Proj/Ativ	Código da Dotação	Valor
-----------	-------------------	-------

4.012	41-4.4.90.00.00.00.00.1038	R\$ 100,00
4.001	5-3.1.90.00.00.00.00.1002	R\$ 150.000,00
4.011	34-3.3.71.00.00.00.00.1038	R\$ 70.000,00
4.006	21-4.4.90.00.00.00.00.1038	R\$ 2.650,00
4.006	20-3.3.90.00.00.00.00.1038	R\$ 2.650,00

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 9 de julho de 2019.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração aos nove dias de julho de 2019 e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

MARIANA BONETTI

Agente Administrativo

## EXTRATO DE CONTRATO N° 193/2019

Publicação N° 2131121

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO: 193/2019  
PROCESSO DE LICITAÇÃO: 67/2019  
PREGÃO PRESENCIAL: 47/2019  
DATA DE ASSINATURA: 20/08/2019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE URUSSANGA  
CONTRATADO: LIGA URUSSANGUENSE DE DESPORTOS - LUD  
CNPJ/CPF: 83.706.184/0001-37  
OBJETO: SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA REALIZAÇÃO DE COMPEONATOS MUNICIPAIS  
VALOR GLOBAL: R\$ 35.199,39

## PORTARIA GP/N° 301/2019

Publicação N° 2131586

PORTARIA GP/N° 301, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

Determina as datas de fruição da licença prêmio concedida a servidora SILVIA TIBES DA SILVA BONETTI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o § 1º, inciso VII, do art. 65, da Lei Complementar n° 7, de 24 de novembro de 2004,

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado o período para fruição da licença prêmio concedida a servidora SILVIA TIBES DA SILVA BONETTI, referente ao período aquisitivo de 01/03/2005 à 28/02/2010 e 01/03/2010 à 28/02/2015, sendo ele:

I - 15 de agosto de 2019 à 14 de dezembro de 2019;

II - os demais períodos serão agendados posteriormente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 21 de agosto de 2019.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, aos vinte e um dias do mês de agosto de 2019 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/N° 152/2018.

MARIANA BONETTI

Agente Administrativo

**CÂMARA MUNICIPAL****EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 03/2019**

Publicação Nº 2131571

**EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 03/2019**

Altera dispositivos da Lei Orgânica do Município de Urussanga, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Urussanga aprova:

Art. 1º Altera a redação do § 3º, do art. 51, da Lei Orgânica do Município de Urussanga, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 51. [...].

§ 3º Os projetos de leis orçamentárias deverão ser enviados à Câmara Municipal de Urussanga respeitados os seguintes prazos:

I – até o dia 31 de julho, o Projeto de Lei do Plano Plurianual – PPA;

II – até o dia 31 de julho, o Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias – LDO;

III – até o dia 15 de outubro, o Projeto de Lei Orçamentário Anual – LOA.”

Art. 2º Renumerar o § 4º, do art. 51, para § 5º, e inclui um novo § 4º, com a seguinte redação:

“Art. 51. [...].

§ 4º Os projetos de que trata o parágrafo anterior deverão ser deliberados pela Câmara Municipal de Urussanga respeitados os seguintes prazos:

I – até o dia 30 de setembro, o Projeto de Lei do Plano Plurianual – PPA;

II – até o dia 30 de setembro o Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias – LDO;

III – até o fim da sessão legislativa, a Lei Orçamentária Anual – LOA.”

Art. 3º Esta emenda a Lei Orgânica do Município de Urussanga entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urussanga, 20 de agosto de 2019.

Vereador Gilson Casagrande

Presidente

Vereador Vanderlei Marcírio

Vice-Presidente

Vereador José Carlos José

Primeiro Secretário

Vereadora Vanir Zuleima M. Cacciatori

Segunda Secretária

**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº 02/2019**

Publicação Nº 2131593

**TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº 02/2018**

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de 2019, de um lado, CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ nº 00.811.276/0001-50, localizada à Travessa da Imigração, nº 63, CEP: 88.840-000, Centro, no Município de Urussanga – SC, neste ato representada por seu Presidente, o Vereador Gilson Casagrande, cadastrado no CPF sob o nº 794.256.609-44, doravante denominada CONTRATANTE; e de outro lado, MARELIR SANTA HELENA TONI, brasileira, portadora do RG nº 2.157.600, cadastrada no CPF sob o nº 565.934.659-68, residente e domiciliada na Rua Dona Cota, s/nº, Bairro Horizonte, CEP: 88.845-000, no Município de Cocal do Sul – SC, doravante denominada CONTRATADA, com fundamento na Cláusula Sexta do Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº 02/2018, RESCINDEM amigavelmente o Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº 02/2018, que tem por objeto a prestação de serviços de Agente de Serviços Gerais à Câmara Municipal de Urussanga, por tempo determinado, conforme Processo Seletivo nº 01/2017.

# Vargeão

## PREFEITURA

### CRENCIAMENTO PÚBLICO Nº 01/2019

Publicação Nº 2131564

AVISO DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE

CRENCIAMENTO PÚBLICO Nº 01/2019

MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2019

Credenciamento para fornecimento de Laudo Avaliativo para Exames de Eletrocardiograma (ECG)

O Prefeito Municipal de Vargeão, SC, Sr. Volmir Felipe, torna público aos interessados que no dia 26/08/2019 às 09 horas estará procedendo à abertura do envelope contendo os documentos de habilitação e proposta de adesão da empresa TI TELEMEDICINA INTEGRADA LTDA ao Credenciamento Público nº 01/2019. Outras informações sobre o presente credenciamento serão prestadas pelo fone (49) 3434-0148 ou através do e-mail [compras@vargeao.sc.gov.br](mailto:compras@vargeao.sc.gov.br)

Vargeão, SC, 21 de Agosto de 2019.

VOLMIR FELIPE

Prefeito Municipal



# Vargem

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL Nº 992/2019

Publicação Nº 2130969

DECRETO MUNICIPAL Nº 992/2019, DE 15 DE AGOSTO DE 2019

Reconhece dívidas de exercício anterior e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE VARGEM/SC, EXMA SRA. MILENA ANDERSEN LOPES BECHER, no uso de suas atribuições e com fundamento no que dispõe a Lei Orgânica do Município, e com amparo no artigo 37 da Lei Federal 4.320/64...

#### DECRETA:

Art 1º - O reconhecimento de dívida em favor de ROMULO NORA CHIARANI, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 27.097.212/0001-95, do exercício de 2018, junto ao Fundo Municipal de Assistência Social de Vargem, por tratar-se de despesas não inscritas em restos a pagar e não processadas à época de sua ocorrência, segundo disposto no artigo 37 da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964, a ser paga respeitando-se a ordem cronológica de pagamentos.

Parágrafo Único - O valor reconhecido a ser processado em despesas de exercícios anteriores corresponde a R\$ 4.380,00 (Quatro mil, trezentos e oitenta reais), conforme cópia do documento fiscal em Anexo, e correrá à conta da dotação orçamentária específica do Fundo Municipal de Assistência Social, no elemento de despesa 3.3.90.92 – Despesas de exercícios anteriores.

Art 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Vargem/SC, em 15 de agosto de 2019.  
Milena Andersen Lopes Becher,  
Prefeita Municipal.

Registrado e publicado o presente Decreto  
no átrio da Prefeitura Municipal na data supra

Danielly Cavalli, Secretária Municipal de Administração e Finanças.

### DITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2019

Publicação Nº 2130959

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE VARGEM

Processo Licitatório nº 32/2019 - Edital de Pregão Presencial nº 21/2019

Objeto: Aquisição de Cestas Básicas para a Secretaria do Desenvolvimento Social.

Data e horário: O recebimento dos envelopes nº 01 "documentos" e nº 02 "proposta" será até às 13h00min do dia 03/09/2019, sendo que a abertura e julgamento da licitação será no mesmo dia e no mesmo horário.

Local: Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Vargem, Rua Benjamin Margotti, 214, Centro, Vargem/SC, CEP 89638-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3549-0068 ou no endereço citado.

Milena Andersen Lopes Becher - Prefeita Municipal.

# Vidal Ramos

## PREFEITURA

### PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 05/2019

Publicação Nº 2131603

Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 16/2019  
PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 05/2019

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 05/2019

O Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, com julgamento Pelo Menor Preço Por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei complementar 123/2006, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003, Decreto Municipal nº. 2.130/2013 de 29 de abril de 2013 entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração para: PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE TIRAS REAGENTES PARA MONITORIZAÇÃO DE GLICOSE NO SANGUE, USO DOMICILIAR E USO HOSPITALAR, COM FORNECIMENTO DE GLICOSÍMETROS EM COMODATO.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação, no Setor de Compras e Licitações na prefeitura municipal até às 08:30 horas do dia 05/09/2019.

A sessão pública para acolhimento dos lances verbais do pregão, será realizada a partir das 09:00 horas do dia 05/09/2019 com as propostas previamente classificadas, no setor de licitações da Prefeitura Municipal.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, e-mail: [compras@prefeituravidalramos.com.br](mailto:compras@prefeituravidalramos.com.br).

Vidal Ramos, 21 de agosto de 2019.

Eduardo Thechrin  
Pregoeiro

# Videira

## PREFEITURA

### ATA 262/2019-CMAS

Publicação Nº 2130581

ATA 262/2019-CMAS – Ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, às 14h00, nas dependências do CRAS Amarante, situado à Rua Aytir Zanotto, s/n, Amarante, neste município de Videira, Santa Catarina, reuniram-se ordinariamente os membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS com a seguinte pauta: 1. Apresentação da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) - 2020 - Contadora Ilva Farina; 2. Aprovação do Plano de Ação Cofinanciamento Governo Federal 2019; 3. Informação acerca das entidades inscritas no CMAS; 4. Conferência Municipal de Assistência Social; 5. Assuntos gerais. Registra-se a presença da Diretora do Departamento de Ação Social Rosemari da Silva Neto e da Contadora do Fundo Municipal de Assistência Social Ilva Farina. Instalado o quórum, a Presidente do CMAS Jussara Zambom passou a palavra à Contadora do Fundo Municipal de Assistência Social Ilva Farina, a qual apresentou a proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias do FMAS com a estimativa de receitas e despesas para o ano de 2020. Em sequência, foi apresentado pela gestão o Plano de Ação para Cofinanciamento do Governo Federal/Sistema Único de Assistência Social ano 2019 aos Conselheiros, com a previsão de atendimento físico da gestão, os serviços da Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade e o resumo financeiro. Após apreciação, houve a aprovação em unanimidade. Continuando, foi apresentado o plano de trabalho para o Cofinanciamento Estadual dos Serviços de Proteção Social Básica, no valor de R\$ 57.638,24 (cinquenta e sete mil e seiscentos e trinta e oito reais e vinte e quatro centavos) do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) ao Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) para a utilização do recurso na Proteção Social Básica, sendo 70% em investimento e os outros 30% em custeio, conforme decisão da Gestão juntamente com a equipe de CRAS. Neste ponto, deliberado para substituir o item caixa de som por equipamentos de sonorização. Após análise, a plenária aprovou em unanimidade o plano de trabalho do Governo Estadual. Após, a Diretora do Departamento de Ação Social informou que o município recebeu um veículo de passeio Citroen Aircross por meio da proposta cadastrada no SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse, com recurso de emenda parlamentar, conforme deliberação da ata 258/2018/CMAS, o qual está em fase de transferência e licenciamento. Prosseguindo, a Presidente informou que a Comissão de Normas e Regulamentação se reuniu ficando acordado pela visita à Comunidade Terapêutica São Francisco e Rede Videirense de Combate ao Câncer e a manutenção das inscrições da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), Associação Sorria Criança, Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), Escola de Pais do Brasil e Lar O Bom Samaritano. Neste ponto, a Presidente informou que a comissão sugeriu em comum acordo para substituição da Conselheira Maria Fátima Campos Maccari devido a esta ser gestora da APAE. Dessa forma, os conselheiros deliberaram a substituição pela Conselheira Caroline Rocha de Paula. Em sequência, a Presidente apresentou o ofício nº 01/2019 do CIEE de Videira comunicando que neste ano não conseguiram participar das reuniões por motivo de troca de funcionários, organização da agência, entre outros, a qual passa por reformulações para melhoria no atendimento e, que na próxima segunda-feira (05/08/2019) será realizada a seleção da assistente social que acompanhará os processos junto ao CIEE e ao CMAS. Quanto à Conferência Municipal de Assistência Social, o prazo foi alterado passando de julho à setembro. Neste ponto, a Comissão Organizadora havia sugerido pela realização no pavilhão do bairro Santa Tereza, entretanto não estará disponível devido à realização da OLESC. Sendo assim, os conselheiros orientaram para realizar o evento no pavilhão do bairro Amarante ou no bairro De Carli, bem como a comissão está realizando o levantamento de orçamento de palestrante. Após, a Presidente explanou sobre a implantação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora no município, que contará com a equipe de referência do Abrigo Institucional. Ao final, a Presidente convidou os conselheiros para participarem da Ação da Cidadania promovida pela Prefeitura Municipal de Videira, através da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura em parceria com as demais secretarias/departamentos e entidades do município, a qual será realizada na data de 31/08/2019, das 09h00 às 17h00, no Largo da Estação Ferroviária, que visa oferecer à comunidade serviços gratuitos de cunho social que possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. São exemplos de serviços: campanhas, testes, exames de prevenção de saúde, práticas de atividades físicas, documentação em geral, cortes de cabelo, informações jurídicas, banco de vagas de emprego, campanhas orientativas sobre segurança, incentivo às melhores práticas de higiene, alimentação, atividades culturais e afins. Registra-se que a próxima reunião será realizada na sede da APAE. Encerradas as discussões, às 15h50min, nada mais havendo a tratar, a Presidente do CMAS agradeceu a presença de todos. Eu, Jussara Zambom, \_\_\_\_\_ Presidente do CMAS, após a leitura e a aprovação da redação, assim como os demais presentes em lista própria, assino esta Ata.

### DECRETO Nº 16.887/19

Publicação Nº 2130629

DECRETO Nº 16.887/19, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Aprova Desmembramento e Remembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 14213/19, tendo por objeto pedido de desmembramento de áreas, formulado por Germano de Oliveira;

Considerando que o pedido do requerente, segundo informa o referido processo administrativo, preenche as exigências legais

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 01 (uma) área com 48,00m<sup>2</sup> (quarenta e oito metros quadrados), de propriedade de Germano de Oliveira, constante da matrícula nº 19.382, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira e remanescente na referida matrícula a área de 312,00m<sup>2</sup> (trezentos e doze metros quadrados), conforme mapa e memorial descritivo constante do Processo Administrativo nº 14213/19.

Art. 2º Fica aprovado o remembramento de 01 (uma) área com 48,00m<sup>2</sup> (quarenta e oito metros quadrados), área desmembrada no artigo 1º deste decreto, à propriedade de Germano de Oliveira, para remembrar na matrícula nº 19.381 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, totalizando a área de 384,00 m<sup>2</sup> (trezentos e oitenta e quatro metros quadrados).

Art. 3º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogando as disposições em contrário.

Videira, 19 de agosto de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de agosto de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

## DECRETO Nº 16.888/19

Publicação Nº 2130637

DECRETO Nº 16.888/19, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.641/18 de 17 de dezembro de 2018.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 155.000,00 (Cento e cinq-enta e cinco mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

15 – Fundo Municipal de Saúde de Videira	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.060 – Atenção de Média e Alta Complexidade	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	50.000,00,00
15 – Fundo Municipal de Saúde de Videira	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.062 – Vigilância Sanitária	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	15.000,00,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	10.000,00,00
15 – Fundo Municipal de Saúde de Videira	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.063 – Assistência Farmacêutica	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	50.000,00,00
15 – Fundo Municipal de Saúde de Videira	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.065 – Gestão do FMS e CMS	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	30.000,00,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	155.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta do excesso de arrecadação dos recursos vinculados da saúde.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 19 de agosto de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de agosto de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

## DECRETO Nº 16.889/19

Publicação Nº 2130636

DECRETO Nº 16.889/19, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

Exonera, a pedido, servidora pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 21184/2019,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, MARISETE DIAS BORGES VIEIRA, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, nomeada pelo Decreto nº 12.218/15.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 18 de agosto de 2019.

Videira, 20 de agosto de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de agosto de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

## DECRETO Nº 16.890/19

Publicação Nº 2130634

DECRETO Nº 16.890/19, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.641/18 de 17 de dezembro de 2018.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 110.000,00 (Cento e dez mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

09 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Agricultura e Meio Ambiente	
01 – Desenvolvimento Urbano	
2.041 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Urbano	

3.3.90.00.00.00.00.03.0000 – Aplicações Diretas	110.000,00	
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	110.000,00	

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de recursos próprios do exercício de 2018.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 20 de agosto de 2019.

DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de agosto de 2019.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

## DECRETO Nº 16.891/19

Publicação Nº 2130631

DECRETO Nº 16.891/19, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

Exonera, a pedido, servidora pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 20802/2019,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, SIMONE CZERVINSKI, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, nomeada pelo Decreto nº 11.692/15.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 13 de agosto de 2019.

Videira, 20 de agosto de 2019.

DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de agosto de 2019.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

## EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0024/19

Publicação Nº 2130692

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0024/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: MICHELE PATRICIA ANDREIS DA MOTTA

CPF: 005.958.739-36

VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2019 a 01 de novembro de 2019

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0027/19**

Publicação Nº 2130788

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0027/2019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: JACQUELINE ZANELATO  
CPF: 070.115.779-80  
VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2019 até 15 de dezembro de 2019  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0036/19**

Publicação Nº 2130769

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0036/2019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ANDRESSA PIRES DE CAMPOS  
CPF: 085.415.039-09  
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2019 a 20 de dezembro de 2019  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0043/19**

Publicação Nº 2130771

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0043/2019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ITAMARA ZILDA BENTO BRUNETO  
CPF: 949.639.599-68  
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2019 a 20 de dezembro de 2019  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0046/19**

Publicação Nº 2130773

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0046/2019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MARLI TEREZINHA RIEDI  
CPF: 017.816.259-05  
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2019 a 20 de dezembro de 2019  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0047/19**

Publicação Nº 2130701

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0047/2019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MONALISA APARECIDA BATISTA  
CPF: 015.938.299-81  
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2019 a 20 de dezembro de 2019  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0049/19**

Publicação Nº 2130775

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0049/2019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: NARDINA APARECIDA LOPES PEDROSO  
CPF: 899.837.269-04  
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2019 a 20 de dezembro de 2019  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0062/19**

Publicação Nº 2130684

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0062/2019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: LUCIANE BALESTIERI MOURA  
CPF: 944.555.709-34



VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2019 a 28 de novembro de 2019  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0063/19**

Publicação N° 2130682

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0063/2019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: LUANA GARBIN  
CPF: 096.910.719-67  
VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2019 a 20 de dezembro de 2019  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0071/19**

Publicação N° 2130784

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0071/2019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: AMÁBILE GUEDES MACHADO  
CPF: 086.364.629-83  
VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2019 a 26 de agosto de 2019  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0074/19**

Publicação N° 2130700

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0074/2019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ADRIANA GSCHWENDTNER  
CPF: 291.890.588-79  
VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2019 a 20 de dezembro de 2019  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0104/19**

Publicação N° 2130761

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0104/2019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: EDUARDA POLIANA DEMORI  
CPF: 112.312.329-27  
VIGÊNCIA: de 06 de março de 2019 até 15 de outubro de 2019  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0111/19**

Publicação N° 2130758

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0111/2019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: JULIANA DE ANDRADE RODRIGUES DA SILVA  
CPF: 100.338.519-21  
VIGÊNCIA: de 06 de março de 2019 até 15 de agosto de 2019  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0120/19**

Publicação N° 2130686

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0120/2019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: JENIFER DIANA BALDISSARELLI  
CPF: 010.400.039-23  
VIGÊNCIA: de 06 de março de 2019 até 15 de dezembro de 2019  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0133/19**

Publicação Nº 2130688

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0133/2019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MAIARA RODRIGUES DIAS  
CPF: 115.188.329-89  
VIGÊNCIA: de 07 de março de 2019 até 20 de agosto de 2019  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0169/19**

Publicação Nº 2130689

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0169/2019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: DAIANE VOLPATTO DA SILVA  
CPF: 052.544.399-12  
VIGÊNCIA: de 19 de março de 2019 a 10 de novembro de 2019  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0180/19**

Publicação Nº 2130763

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0180/2019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MILENA CAROLINE MOREIRA  
CPF: 111.455.039-69  
VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2019 a 06 de outubro de 2019  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0198/19**

Publicação Nº 2130690

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0198/2019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ADRIANA APARECIDA DE OLIVEIRA OLIARI  
CPF: 846.798.089-34  
VIGÊNCIA: de 25 de março de 2019 a 20 de dezembro de 2019  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0248/19**

Publicação Nº 2130787

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0248/2019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: TATIANA APARECIDA MORAES  
CPF: 036.265.159-07  
VIGÊNCIA: de 16 de abril de 2019 até 20 de dezembro de 2019  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0251/19**

Publicação Nº 2130779

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0251/2019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: EVELINE CRISTINE RIBEIRO  
CPF: 046.498.519-63  
VIGÊNCIA: de 24 de abril de 2019 a 19 de setembro de 2019  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0256/19**

Publicação Nº 2130781

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0256/2019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: TAINARA BREIA DE BORTOLI  
CPF: 107.997.259-51

VIGÊNCIA: de 08 de abril de 2019 a 01 de setembro de 2019  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0271/19**

Publicação Nº 2130791

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0271/2019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: HÉLIO JOSÉ DE ALMEIDA  
CPF: 005.449.829-59  
VIGÊNCIA: de 06 de maio de 2019 a 10 de outubro de 2019  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0271/19**

Publicação Nº 2130790

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0271/2019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: HÉLIO JOSÉ DE ALMEIDA  
CPF: 005.449.829-59  
VIGÊNCIA: de 06 de maio de 2019 a 14 de julho de 2019  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0281/19**

Publicação Nº 2130786

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0281/2019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: PATRICIA BATISTA LINS  
CPF: 068.398.169-23  
VIGÊNCIA: de 13 de maio de 2019 até 10 de outubro de 2019  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0297/18**

Publicação Nº 2130685

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0297/2018  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: KRISLEY KOEHLER  
CPF: 072.527.759-92  
VIGÊNCIA: de 10 de julho de 2018 até 07 de novembro de 2019  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0298/18**

Publicação Nº 2130754

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0298/2018  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: LÚCIA MARISA GONÇALVES DE SOUZA  
CPF: 751.232.230-53  
VIGÊNCIA: de 12 de julho de 2018 até 25 de setembro de 2019  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0316/19**

Publicação Nº 2130778

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0316/2019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: CAMILA BOLZAN RAMPON BEVILAQUA  
CPF: 070.793.359-57  
VIGÊNCIA: de 12 de junho de 2019 a 03 de setembro de 2019  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0345/18**

Publicação Nº 2130699

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0345/2018  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: KELLY REGINA RISSARDI DEON  
CPF: 104.690.309-84  
VIGÊNCIA: de 01 de agosto de 2018 até 31 de julho de 2019  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0353/18**

Publicação Nº 2130697

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0353/2018  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: LIDIA BOTIN DA SILVA  
CPF: 892.170.399-34  
VIGÊNCIA: de 01 de agosto de 2018 até 10 de outubro de 2019  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0472/18**

Publicação Nº 2130694

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0472/2018  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: GENIRSE APARECIDA SANDRI DA ROSA  
CPF: 670.970.909-44  
VIGÊNCIA: de 03 de setembro de 2018 até 30 de julho de 2019  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0508/18**

Publicação Nº 2130702

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0508/2018  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: ANDRESSA CRISTINA CIMA  
CPF: 075.067.969-70  
VIGÊNCIA: de 12 de setembro de 2018 até 17 de julho de 2019  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0511/18**

Publicação Nº 2130766

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0511/2018  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: LILIAN REGINA CORDEIRO  
CPF: 005.203.119-57  
VIGÊNCIA: de 11 de setembro de 2018 até 31 de julho de 2019  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0563/18**

Publicação Nº 2130696

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0563/2018  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: PATRICIA APARECIDA FERREIRA NERIS  
CPF: 846.794.509-59  
VIGÊNCIA: de 22 de outubro de 2018 até 10 de julho de 2019  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**PLANO DE TRABALHO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA/SC**

Publicação Nº 2130586

ANO: 2019

PLANO DE TRABALHO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA,SC

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

**SEÇÃO I – IDENTIFICAÇÃO****1 ÓRGÃO GESTOR ESTADUAL: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SDS**RAZÃO SOCIAL DA UNIDADE GESTORA:  
FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIALCNPJ:  
01.056.698/0001-20**2 IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO PRESENTE PLANO DE TRABALHO**NOME:  
ROSEMARY PINTO DA SILVA NETOCARGO:  
DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIALE-MAIL INSTITUCIONAL:  
social@videira.sc.gov.brTELEFONE:  
49 35662202LOCAL DE TRABALHO (ÓRGÃO/SETOR):  
DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL**SEÇÃO II – TERMO DE ACEITE AO COFINANCIAMENTO****3 CONSIDERANDO:**

- a Lei nº 8.742 de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), alterada pela Lei nº 12.435 de 2011;
- a Resolução CNAS nº 145/2004 que aprova a Política Nacional de Assistência Social e dispõe sobre a Proteção Social Básica que tem como objetivo a prevenção das situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e destinam-se à população em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social;
- a Resolução CNAS nº 109/2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;
- a Resolução CNAS nº 33/2012, que trata da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS);
- os Cadernos de Orientações Técnicas do CRAS e Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, publicados pelo Ministério do Desenvolvimento Social – MDS;
- a Lei Complementar nº 143, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre os repasses financeiros do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS aos Fundos Municipais de Assistência Social, sendo condição para o recebimento dos repasses a efetiva instituição e funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social, com composição paritária entre governo e sociedade civil; do Plano Municipal de Assistência Social e do Fundo Municipal de Assistência Social, com orientação e controle dos respectivos Conselhos Municipais de Assistência Social;
- o Decreto nº 2.677, de 08 de outubro de 2009 que dispõe sobre a transferência de recursos do Fundo Estadual da Assistência Social para os Fundos Municipais de Assistência Social;
- a Resolução CIB nº 02 de 16/07/2019 que pactuou os prazos e procedimentos de repasse de recursos estaduais para cofinanciamento da Proteção Social Básica;
- a Resolução CEAS nº 08 de 23/07/2019 que aprovou valores, critérios, prazos e procedimentos do repasse de recursos estaduais alocados no Fundo Estadual de Assistência Social de Santa Catarina – FEAS/SC para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica no exercício de 2019;

**4 OBJETO**

O presente tem como objeto o aceite do Município ao Cofinanciamento Estadual dos Serviços de Proteção Social Básica, conforme regulamentado na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, e formaliza as responsabilidades gerais e específicas que assume o Gestor da Secretaria Municipal de Assistência Social.

**5 RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO/SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

I - Zelar pela aplicação da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, alterada pela Lei nº 12.435/2011 que dispõe pela organização da Política de Assistência Social;

II - Realizar o aceite formal do cofinanciamento estadual, por meio deste, conforme os prazos estabelecidos e os repasses dos recursos;

III - Submeter à deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) o aceite ao cofinanciamento;

IV - Elaborar plano de aplicação para cofinanciamento dos recursos do cofinanciamento estadual e submeter à aprovação do CMAS;

V - Dar ciência ao CMAS quanto à destinação dos recursos cofinanciados;

VI - Garantir que os serviços da Proteção Social Básica prestados no município estejam articulados com a gestão territorial da rede socioassistencial;

VII - Garantir para que os serviços vinculados à Proteção Social Básica estejam situados no território do município cofinanciado;

VIII - Ter equipe técnica de referência no CRAS, de acordo com o preconizado na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS), que será responsável pela oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e pela gestão do território;

IX - Garantir o funcionamento dos CRAS, no mínimo, 40 (quarenta) horas semanais;

X - Manter o CRAS em funcionamento, seguindo as normativas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS);

XI - Promover ações integradas e intersetoriais com vistas à prevenção do afastamento do usuário do seu convívio familiar e comunitário, bem como preventivas às violações de direitos;

XII - Avaliar por meio de indicadores a qualidade da prestação dos serviços, dando ciência aos órgãos de controle social e de defesa dos direitos, assumindo o compromisso de manter atualizadas as informações cadastrais registradas no CADSUAS, Censo SUAS, e SUASWEB e outros instrumentos de acompanhamento e monitoramento acerca da oferta municipal dos serviços da Proteção Social Básica;

XIII - Prestar informações periodicamente e sempre que solicitado, ao gestor da política estadual – SDS, ao Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS e aos órgãos de Controle Externo;

XIV - Prover e promover a participação dos profissionais do SUAS em processos de capacitação; e

XV - A documentação comprobatória das despesas realizadas deverá ser mantida até a aprovação das contas em arquivo corrente e por mais 05 (cinco) anos em arquivo intermediário.

#### 6 OUTRAS DISPOSIÇÕES

O descumprimento destas responsabilidades poderá implicar no bloqueio do repasse financeiro do Cofinanciamento Estadual de que trata este Termo de Aceite e na devolução dos recursos recebidos.

As dúvidas e controvérsias porventura surgidas em função da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, no âmbito dos Conselhos Municipais, serão apreciadas e julgadas pelo Órgão Gestor Estadual e pelo Conselho Estadual de Assistência Social e/ou outras instâncias de Controle Externo, à luz da legislação e da doutrina aplicável ao caso.

#### SEÇÃO III – PLANEJAMENTO DA EXECUÇÃO DOS RECURSOS PARA A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

#### 7 IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA OFERTADOS NO MUNICÍPIO QUE SERÃO COFINANCIADOS

SERVIÇOS - Ações onde serão aplicados os Recursos	LOCAL DE OFERTA
Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);	CRAS
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV);	CRAS CENTRO DE CONVIVÊNCIA ENTIDADE OUTRO QUAL:
Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.	DOMICÍLIO

#### 8 PROPORÇÃO DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

30% para custeio e 70% para investimento  
 70% para custeio e 30% para investimento  
 50% para custeio e 50% para investimento  
 100% para custeio  
 100% para investimento

#### 9 PLANO DE APLICAÇÃO

O valor previsto para CUSTEIO será aplicado em:

Aquisição de materiais de expediente e consumo aos Serviços da Proteção Social Básica  
 Aquisição de produtos de limpeza e higiene necessários à oferta dos Serviços da Proteção Social Básica  
 Alimentação nas oficinas do PAIF e/ou nos grupos do SCFV  
 Conservação e adaptação de imóvel público com destinação exclusiva aos Serviços da Proteção Social Básica  
 Manutenção e/ou outras despesas vinculadas aos Serviços da Proteção Social Básica

O valor previsto para INVESTIMENTO será aplicado em:

Aquisição de mobiliário e utensílios necessários à Proteção Social Básica  
 Aquisição de equipamentos eletrônicos e de informática necessários à Proteção Social Básica  
 Aquisição de veículo para uso exclusivo do CRAS  
 Outros. QUAIS: MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS, PIPOQUEIRA, EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO, ETC.

#### 10 DADOS BANCÁRIOS

Nº DA AGÊNCIA: 0403-0	CONTA CUSTEIO: 35393-0	Nº DA AGÊNCIA: 0403-0	CONTA INVESTIMENTO: 36609-9
--------------------------	---------------------------	--------------------------	--------------------------------

OBS: TODAS AS CONTAS INFORMADAS NESTE PLANO DE TRABALHO DEVEM SER, OBRIGATORIAMENTE, ESPECÍFICAS PARA O COFINANCIAMENTO ESTADUAL, SENDO PROIBIDO UTILIZAR AS CONTAS DO COFINANCIAMENTO FEDERAL, OU QUALQUER OUTRA QUE NÃO SEJA ESPECÍFICA DO COFINANCIAMENTO ESTADUAL. CASO O MUNICÍPIO NÃO POSSUA ESSAS CONTAS, DEVERÁ ABRIR NO BANCO DO BRASIL, OBRIGATORIAMENTE EM NOME DO CNPJ DO FMAS, E NOMEADA CONFORME A PROTEÇÃO E A DESTINAÇÃO (CUSTEIO E/OU INVESTIMENTO).

## SEÇÃO IV – DECLARAÇÕES DA GESTÃO MUNICIPAL

## 11 DECLARAÇÕES

- Declaro sob as penas da lei, que as informações prestadas no presente são a expressão da verdade.
- Declaro que li e estou de acordo: com o Aceite do Cofinanciamento, exposto na Seção II; com o plano de aplicação assinalado no item 9; e com as proporções dos recursos assinaladas no item 8.
- Declaro possuir Fundo Municipal de Assistência Social instituído e em funcionamento, com alocação de recursos próprios do tesouro municipal em seu orçamento e com Unidade Orçamentária constituída.
- Declaro que os recursos financeiros do cofinanciamento estão ou serão inclusos no orçamento do FMAS.
- Declaro ter ciência do valor previsto a ser recebido, publicado na Resolução CEAS nº 08/2019, cujo extrato encontra-se no Diário Oficial do Estado nº 21.064 de 25/07/2019 e publicizada na íntegra no sítio eletrônico da SDS.
- Declaro que as contas bancárias informadas de custeio e/ou investimento, estão ativas e são específicas para o cofinanciamento estadual, não sendo utilizadas para qualquer outro fim.

VIDEIRA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

ROSEMARI PINTO DA SILVA NETO  
Gestor(a) Municipal da Assistência Social

## SEÇÃO V - APROVAÇÃO DO CMAS

## ATENÇÃO!

Os campos desta Seção devem ser preenchidos por escrito e à caneta. Logo, a reunião do CMAS deve acontecer após a data de assinatura do Plano de Trabalho pela gestão.

## 12 APROVAÇÃO DO CMAS QUANTO AO COFINANCIAMENTO ESTADUAL

RESOLUÇÃO CMAS Nº:	ATA Nº:	DATA DA REUNIÃO:
--------------------	---------	------------------

## 13 DECLARAÇÕES

Declaro que este Plano de Trabalho foi analisado pelo CMAS e foi aprovado em Reunião, de acordo com a Resolução CMAS de que trata o item 12 deste Plano de Trabalho.

Nessa Resolução, o CMAS aprova o valor a ser recebido pelo município, de acordo com o indicado na Resolução CEAS nº 08/2019, cujo extrato encontra-se no Diário Oficial do Estado nº 21.064 de 25/07/2019 e publicizada na íntegra no sítio eletrônico da SDS, e também aprova a distribuição dos recursos, de acordo com o que foi definido no(s) planejamento(s) da execução dos recursos.

Nome do assinante:  
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

**PORTARIA Nº 1006/19**

Publicação Nº 2130650

PORTARIA nº 1006/19  
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 130/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 19174/2019,

## RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses à servidora ROSANGELA MOREIRA DE CAMARGO, Professora, a partir de 20 de setembro de 2019 até 20 de dezembro de 2019, referente ao quinquênio de 2 de maio de 2013 até 12 de outubro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 20 de setembro de 2019.

Videira, 19 de agosto de 2019.  
DORIVAL CARLOS BORGA  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de agosto de 2019.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431



**PORTARIA Nº 1007/19**

Publicação Nº 2130647

PORTARIA nº 1007/19  
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 130/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 19451/2019,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses à servidora SUZANA APARECIDA BARONCELLO, Professora, a partir de 20 de setembro de 2019 até 20 de dezembro de 2019, referente ao quinquênio de 13 de fevereiro de 2010 até 12 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 20 de setembro de 2019.

Videira, 19 de agosto de 2019.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de agosto de 2019.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

**PORTARIA Nº 1008/19**

Publicação Nº 2130651

PORTARIA nº 1008/19  
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 19593/2019,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses ao servidor GUSTAVO SCHENATO, Carpinteiro, a partir de 1º de setembro de 2019 até 1º de dezembro de 2019, referente ao quinquênio de 1º de julho de 2009 até 30 de junho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 1º de setembro de 2019.

Videira, 19 de agosto de 2019.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de agosto de 2019.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

**PORTARIA Nº 1009/19**

Publicação Nº 2130646

PORTARIA nº 1009/19

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS nº 20022080.1.00040/19-5, nos assentos funcionais da servidora SUZANA APARECIDA BARONCELLO, detentora da matrícula funcional nº 2008, e do cargo de provimento efetivo de Professor, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 19111/2019,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais da servidora SUZANA APARECIDA BARONCELLO, Professora, detentora da matrícula funcional nº 2008, do período de 4 (quatro) anos, 4 (quatro) meses e 18 (dezoito) dias, constantes na Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS nº 20022080.1.00040/19-5.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0984/19.

Videira, 19 de agosto de 2019.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de agosto de 2019.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

## PORTARIA Nº 1010/19

Publicação Nº 2130644

PORTARIA nº 1010/19

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 21116/2019,

RESOLVE

Art. 1º Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 16 de agosto de 2019 até 30 de agosto de 2019, o gozo de férias da servidora FRANCINI LIRA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo comissionado de Secretária Municipal de Turismo e Cultura, referente ao período aquisitivo de 1º de junho de 2018 até 31 de maio de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 16 de agosto de 2019.

Videira, 20 de agosto de 2019.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de agosto de 2019.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

## PORTARIA Nº 1011/19

Publicação Nº 2130639

PORTARIA nº 1011/19

Revoga a Portaria nº 0709/18

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0709/18, que designa CAMILA STRAPAZZON, Agente Administrativo II, para, sem prejuízo da remuneração

do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Nível II, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 7 de agosto de 2019.

Videira, 20 de agosto de 2019.  
DORIVAL CARLOS BORGA  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de agosto de 2019.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

## **PORTARIA Nº 1012/19**

Publicação Nº 2130638

PORTARIA nº 1012/19

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º CAMILA STRAPAZZON, Agente Administrativo II, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Nível III, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 8 de agosto de 2019.

Videira, 20 de agosto de 2019.  
DORIVAL CARLOS BORGA  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de agosto de 2019.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

## **RESOLUÇÃO 005/2019-CMAS**

Publicação Nº 2130582

RESOLUÇÃO 005/2019-CMAS

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) para o ano de 2019.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Videira/SC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e pela Lei Municipal 162, de 20 de novembro de 1996, com suas alterações,

Considerando, o disposto no art. 2º, VI, da Lei Municipal nº 162/1996, o qual cita "Art. 2º Respeitadas as competências exclusivas do Legislativo Municipal, compete ao Conselho Municipal de Assistência Social: [...] VI - acompanhar critérios para a programação e para as execuções financeiras e orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social, e fiscalizar a movimentação e a aplicação dos recursos;

Considerando, a Resolução CEAS nº 08/2019, a qual aprova a pactuação dos critérios, prazos e procedimentos do repasse de recursos estaduais, alocados no Fundo Estadual de Assistência Social de Santa Catarina - FEAS/SC no exercício de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º. APROVAR nos termos da Ata 262/2019-CMAS, da Reunião Ordinária realizada na data de 01/08/2019, o Plano de Trabalho que contempla a partilha de recursos provenientes do FEAS para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, no valor de R\$ 57.638,24 (cinquenta e sete mil e seiscentos e trinta e oito reais e vinte e quatro centavos) a ser transferido para o FMAS referente ao exercício de 2019, para execução conforme o percentual estabelecido no referido plano.

Art. 2º. Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Plano de Trabalho do Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 01 de agosto de 2019.  
Jussara Zambom  
Presidente do CMAS de Videira-SC

## RESOLUÇÃO 006/2019-CMAS

Publicação Nº 2130584

### RESOLUÇÃO 006/2019-CMAS

Dispõe sobre aprovação do Plano de Ação para Cofinanciamento do Governo Federal/Sistema Único de Assistência Social referente ao ano de 2019.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Videira-SC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e pela Lei Municipal 162, de 20 de novembro de 1996, com suas alterações,

CONSIDERANDO a Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006 - NOB/SUAS que aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social - NOB-RH/SUAS;

CONSIDERANDO a Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009 que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;

CONSIDERANDO a Portaria SNAS Nº 111, de 10 de junho de 2019, a qual estabelece a data de abertura do Plano de Ação de 2019;

CONSIDERANDO o art. 2º da Lei Municipal nº 162/1996 a qual estabelece "Art. 2º Respeitadas as competências exclusivas do Legislativo Municipal, compete ao Conselho Municipal de Assistência Social: [...] IV- atuar na formulação de estratégias e controle da execução da Política de Assistência Social;

#### RESOLVE:

Art. 1º. APROVAR, nos termos da Ata 262/2019-CMAS, da Reunião Ordinária realizada em 01/08/2019, o Plano de Ação para Cofinanciamento do Governo Federal/Sistema Único de Assistência Social referente ao ano de 2019.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 01 de agosto de 2019.  
Jussara Zambom  
Presidente do CMAS de Videira - SC

## TERMO ADITIVO Nº 129/2019 - PMV

Publicação Nº 2130664

Termo Aditivo nº 129/2019

Contrato/CT nº 45/2019

Processo: TP 05/2019-PMV

Contratado: GL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

Objeto: Adequar material e mão-de-obra conforme solicitação, planilha e quantitativos constantes na justificativa da Secretaria responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato e da obra, ocasionando o acréscimo no valor de R\$ 65.699,26 (sessenta e cinco mil seiscentos e noventa e nove reais e vinte e seis centavos) e a supressão no valor de R\$ 14.650,00 (quatorze mil seiscentos e cinquenta reais), estando o aditivo dentro do permitido em Lei.

Valor: R\$ 51.049,26.

Data: 21/08/2019.

**TOMADA DE PREÇOS 24/2019 - PMV**

Publicação Nº 2130935

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

TOMADA DE PREÇOS Nº 24/2019 – PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que se encontra aberta a Tomada de Preços nº 24/2019 – PMV para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR REFORMA DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DO CAIC CRIANÇA DO FUTURO, LOCALIZADO NA RUA LUIZ STRAPAZZON, 822, BAIRRO CAMPO EXPERIMENTAL - VIDEIRA / SC, CONFORME PROJETO BÁSICO. As propostas e documentos serão recebidos até as 14:00:00h do dia 10 de setembro de 2019. O Edital em inteiro teor encontra-se à disposição dos interessados no site [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br), link “Transparência”, sendo que os interessados poderão obter a cópia impressa junto ao Departamento de Compras e Licitações, mediante o pagamento de taxa no valor de R\$ 30,00. Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, no horário das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min ou pelos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 21 de agosto de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

**PLANO DE AÇÃO PARA CO-FINANCIAMENTO DO GOVERNO FEDERAL SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL  
ANO 2019**

Publicação Nº 2130589

**Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social****PLANO DE AÇÃO PARA CO-FINANCIAMENTO DO GOVERNO FEDERAL  
SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL  
ANO 2019****I. DADOS CADASTRAIS****1. ÓRGÃO PROPONENTE**

(prefeitura / governo estadual / governo do DF)

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Nível de Gestão: Gestão Básica

Porte: PEQUENO II

CGC/CNPJ: 83.039.842/0001-84

Cidade: VIDEIRA

UF: SC

Endereço: RUA Manoel Roque 188

CEP: 89562-038

Telefone: 49-3566-9000

Email: social@videira.sc.gov.br

Prefeito: DORIVAL CARLOS BORGA

**1.1 Dados do Responsável****2. ÓRGÃO GESTOR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

(secretaria ou órgãos congêneres)

Departamento de Ação Social

CGC/CNPJ: 83.039.842/0001-84

Cidade: VIDEIRA

UF: SC

Endereço: RUA Lauro Müller 288 Em cima da Rodoviária

CEP: 89560-218

Telefone: 49-3566-2202

Email: social@videira.sc.gov.br

Gestor: ROSEMARI PINTO DA SILVA NETO

**2.1 Dados do Gestor****3. FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CNPJ: 13.617.528/0001-56

Vínculo Institucional: Sec. Municipal/Estadual da Assistência Social ou Congenere

Telefone: 49-3566-2202

Ato de Criação: LEI

Número Ato: 162

Data Assinatura: 20/11/1996

Data Publicação: 20/11/1996

**4. CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Cidade: VIDEIRA

UF: SC

Endereço: RUA LAURO MULLER 288

CEP: 89560-000

Francislaine Ribeiro dos Santos

**4.1 SECRETÁRIO EXECUTIVO****4.2 CONSELHEIROS**

CPF	Nome	Cargo	Início Mandato	Fim Mandato
052.481.889-46	Amanda Strapazzon Marmantini	CONSELHEIRO(A) TITULAR	15/08/2017	15/08/2019
008.771.309-81	ANDREA APARECIDA BERTO	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	30/08/2018	30/08/2020
055.122.119-43	CAROLINE ROCHA DE PAULA	CONSELHEIRO(A) TITULAR	08/09/2016	30/08/2020
074.750.959-08	CRISTIANE MIOZZO	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	17/04/2019	17/04/2021
009.388.859-79	DAIANE ROSTIROLA	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	08/09/2016	30/08/2020
004.861.179-44	FRANCELIA FORTES	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	30/08/2018	30/08/2020
009.045.149-00	J A Q U E L I N E B R O C A R D O	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	30/08/2018	30/08/2020
036.997.479-48	Juliana Rostirola	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	10/03/2017	10/04/2021
045.864.949-05	JUSSARA ZAMBOM	CONSELHEIRO(A) PRESIDENTE	10/03/2017	10/04/2021
052.184.489-40	KÁCIA ROMUALDO DE MATTOS	CONSELHEIRO(A) TITULAR	17/04/2019	17/04/2021
892.122.669-91	KARINE CONCEIÇÃO PEREIRA DE SOUZA	CONSELHEIRO(A) TITULAR	30/08/2018	30/08/2020
053.245.819-25	LUANA LOURENÇO LONGHI	CONSELHEIRO(A) TITULAR	30/08/2018	30/08/2020
021.704.490-51	LUANA RIBEIRO HENRIQUE LAMAS	CONSELHEIRO(A) TITULAR	30/08/2018	30/08/2020
701.976.799-00	LUCIANE MARIA DOS SANTOS GEMO	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	17/04/2019	17/04/2021
425.787.879-72	MARIA EVA ATT	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	30/08/2018	30/08/2020
020.317.769-08	MARIA FÁTIMA CAMPOS MACCARI	CONSELHEIRO(A) TITULAR	10/03/2017	10/04/2021
022.455.359-36	MARIZETE DE BORTOLI ZINNI	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	08/09/2016	30/08/2020
664.440.479-00	MARLENE COSTA DE SOUZA	CONSELHEIRO(A) TITULAR	30/08/2018	30/08/2020
036.472.549-40	Milene Rodrigues da Silva	CONSELHEIRO(A) TITULAR	30/08/2018	30/08/2020
924.110.530-53	Patrick Ferrao Custódio	CONSELHEIRO(A) TITULAR	17/04/2019	17/04/2021
612.070.209-15	R O M A N O S T R A P A Z Z O N	CONSELHEIRO(A) TITULAR	30/08/2018	30/08/2020
020.967.449-03	ROSENIR CORSO	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	30/08/2018	30/08/2020
892.129.089-34	R O S I M E R I B A R T O K O S K I A R C O N T I	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	30/08/2018	30/08/2020
082.819.139-59	SILVIA DOS SANTOS	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	30/08/2018	30/08/2020

**II. PREVISÃO DE ATENDIMENTO FÍSICO****1. GESTÃO**

Incentivo	Parâmetro para identificação da meta Física	Metas Físicas
<b>Bloco da Gestão</b>		
<b>IGD-M - Índice de Gestão Descentralizada Municipal do Programa Bolsa Família</b>		
Fator de operação do PBF - IGD-M		0,80
Taxa - Atualização Cadastral	0,68	0,69
Taxa - Frequência Escolar	0,93	0,93
Taxa - Agenda Saúde	0,90	0,90



Incentivo	Parâmetro para identificação da meta Física		Metas Físicas
IGD-M - Índice de Gestão Descentralizada Municipal do Sistema Único de Assistência Social			
IGD SUAS - Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social			
ID CRAS Médio	0,87		
Execução Financeira	1,00		
Macro Ações onde serão aplicados os Recursos			
2. SERVIÇOS			
Serviço	Público	Referência de Pactuação	Previsão de Atendimento
Bloco da Proteção Social Básica			
Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)			
Piso Básico Fixo	Família Referenciada	3.500	3.500
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos			
Piso Básico Variável - SCFV	Usuários nas faixas etárias de 0 a 17 anos, maiores de 60 anos e seus familiares	250	250
Piso Básico Variável - SCFV	Usuários nas faixas etárias de 0 a 17 anos e maiores de 60 anos, em situações prioritárias	125	125
Bloco da Proteção Social Especial			
Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI			
Piso Fixo de Média Complexidade	Famílias e indivíduos em situação de risco, por violação de direitos	50	90
Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de LA e PSC			
Piso Fixo de Média Complexidade	Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas	40	70
Serviço de PSE para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias			
Piso Transição de Média Complexidade	Pessoas com deficiência, idosas e suas famílias	120	65
Serviço de Acolhimento a Crianças e Adolescentes			
Piso de Alta Complexidade I	Crianças e Adolescentes	20	20
Programas e Projetos			
Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho Acessuas Trabalho			
Acessuas Trabalho	Usuários de 14 até 59 anos	400	400
III. PREVISÃO DE FINANCIAMENTO			

**1. GESTÃO**

Incentivo	Serviço	Valor Financeiro
<b>Bloco da Gestão</b>		
<b>IGD-M - Índice de Gestão Descentralizada Municipal do Programa Bolsa Família</b>	Fator de operação do PBF - IGD-M	R\$ 5.023,25
<b>IGD-M - Índice de Gestão Descentralizada Municipal do Sistema Único de Assistência Social</b>	IGD SUAS - Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social	R\$ 1.624,91

**2. SERVIÇOS**

Serviço	Piso	Valor Financeiro
<b>Bloco da Proteção Social Básica</b>		
<b>Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)</b>	Piso Básico Fixo	R\$ 8.400,00
<b>Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos</b>	Piso Básico Variável - SCFV	R\$ 12.500,00
<b>Bloco da Proteção Social Especial</b>		
<b>Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI</b>	Piso Fixo de Média Complexidade	R\$ 6.900,00
<b>Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de LA e PSC</b>	Piso Fixo de Média Complexidade	R\$ 4.400,00
<b>Serviço de PSE para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias</b>	Piso Transição de Média Complexidade	R\$ 4.359,10
<b>Serviço de Acolhimento a Crianças e Adolescentes</b>	Piso de Alta Complexidade I	R\$ 5.000,00
<b>Programas e Projetos</b>		
<b>Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho Acessuas Trabalho</b>	Acessuas Trabalho	R\$ 99.000,44

**IV. RESUMO EXECUTIVO**

Item	Valor
1. Valor Total Previsto a ser repassado pelo FNAS(anual):	R\$ 677.487,54
2. Recursos próprios a serem alocados no fundo(anual):	R\$ 3.703.860,00
3. Recursos a serem transferidos do FEAS(anual):	R\$ 228.996,00
4. Total de recursos do fundo municipal para o exercício:	R\$ 4.610.343,54

**V. DECLARAÇÃO**

DECLARAÇÃO	AUTENTICAÇÃO
Declaro sob as penas da lei, que as informações prestadas sob a expressão da verdade.	R:10.222.10.135 X1:201.159.248.34 44825897991 201906181444 259184

**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO LEGISLATIVA 004/2019**

Publicação Nº 2131125

RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 004/2019, DE 05 DE AGOSTO DE 2019.

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 11, INCISO IV DO ARTIGO 23 E PARÁGRAFO SEGUNDO DO ARTIGO 183 DA RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 009/2014 QUE ESTABELECE O REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE VIDEIRA (SC).

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Edilidade, em Sessão Plenária, aprovou e eu sanciono a seguinte Resolução Legislativa:

Art. 1º. Altera o artigo 11 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11 A Câmara Municipal de Vereadores instalar-se-á em Sessão Solene de Instalação da Legislatura as nove (09) horas do dia 1º de janeiro do ano em que se iniciar a legislatura, com qualquer número de Vereadores, em lugar designado anteriormente, sob a presidência do mais votado entre os presentes."

Art. 2º. Altera o inciso IV do artigo 23 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 23. O Vereador poderá licenciar-se, mediante requerimento dirigido ao Presidente, nos casos e nas formas previstas abaixo relacionadas:

(...)

IV - em razão de licença-gestante no prazo de 120 (cento e vinte) dias consecutivos ou em licença paternidade no prazo de 5 (cinco) dias consecutivos, a contar do nascimento da criança ou adoção."

Art. 3º. Altera o § 2º do artigo 183 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 183. A Ordem do Dia, com duração limitada a cento e vinte (120) minutos, destina-se à discussão e votação de:

(...)

§2º A pauta das proposições a serem deliberadas pelo Plenário na Ordem do Dia será publicada no átrio e site da Câmara Municipal de Vereadores, bem como disponibilizada a todos os Vereadores imediatamente após a tramitação nas Comissões de mérito, sujeita a alterações".

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 05 de agosto de 2019.

NÉDIO MARTINS CARLOS DEMENEK

Presidente Vice - Presidente

EDINEI ANTONIO MENEGON ALBERTINA DE BARROS

1º Secretário 2ª Secretária

**VISAN - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA****TERMO ADITIVO Nº 12/2019 - VISAN**

Publicação Nº 2131566

Termo Aditivo nº 12/2019

Contrato/CT nº 04/2019

Processo: DL 02/2019 - VISAN

Contratado: ATLANTIS SANEAMENTO LTDA

Objeto: Adequar material e mão-de-obra conforme solicitação, planilha e quantitativos constantes na justificativa da Secretaria responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato e da obra, ocasionando a supressão de R\$ 51.332,35 (cinquenta e um mil trezentos e trinta e dois reais e trinta e cinco centavos), estando o aditivo dentro do permitido em Lei.

Data: 21/08/2019.

# Xanxerê

## PREFEITURA

### 1ª RETIFICAÇÃO DO CONTRATO Nº 0081/2019

Publicação Nº 2131860

1 Retificação Contr 0081 Iloir Fonini

#### PRIMEIRA RETIFICAÇÃO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 0081/2019

Pela presente Retificação, que celebram o MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, pessoa jurídica de Direito Público, com sede na Rua Dr. José de Miranda Ramos nº 455, inscrito no CNPJ sob o n.º83.009.860/0001-13, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal Sr. AVELINO MENEGOLLA, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê, portador da R.G. nº 1.690.862 SSP/SC e CPF nº 145.268.160-00, neste ato delega competência para assinatura deste, através do Decreto nº AM 161/2017 ao FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Rua Coronel Santos Marinho, 116, Xanxerê - SC, com CNPJ/MF 10.396.929/0001-35 a Secretária Municipal de Saúde na pessoa da Sra. IRENE SALETE GORALSKI, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê - SC, inscrita no CPF sob o nº 811.089.909-91 doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado à empresa:

O Sr. ILOIR FONINI, pessoa física, inscrito no CPF sob o nº 346.284.959-04 e Registro Geral nº 1.125.125-5 SSP/SC, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê-SC, doravante denominado de LOCADOR, de comum acordo e com amparo legal na Lei Federal nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94 e Lei nº 9.648/98, firmam o presente que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A presente Retificação tem embasamento legal no Processo Licitatório nº 0130/2019 – Dispensa de Licitação nº 0022/2019, bem como no art. 65, da Lei 8.666/93, atualizada pelas Leis n. 8.883/94 e 9.648/98.

CLÁUSULA SEGUNDA – Fica suprimido o inciso 'III - Pelo pagamento da fatura de água da CASAN', da Cláusula Sexta – Das Responsabilidades do Locador.

CLÁUSULA TERCEIRA – Fica retificado a Cláusula Sétima – Das Responsabilidades do Locatário (Município), ficando incluído o inciso 'IV - Pelo pagamento da fatura de água da CASAN'.

CLÁUSULA QUARTA - Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Originário. E por estarem justos e contratados assinam a presente Retificação em 02 (duas) vias na presença de 02 (duas) testemunhas.

Xanxerê-SC, em 21 de agosto de 2019.

MUNICÍPIO DE XANXERÊ LOCATÁRIO	ILOIR FONINI LOCADOR
-----------------------------------	-------------------------

TESTEMUNHAS: \_\_\_\_\_

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

### AVISO DE REABERTURA DE PRAZO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0077/2019

Publicação Nº 2131829

#### AVISO DE REABERTURA DE PRAZO

PROCESSO Nº 0143/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 0077/2019

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, através do Fundo Municipal de Saúde, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que está Reabrindo o prazo de Abertura do Pregão Presencial nº 0077/2019, tendo como objeto a Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Manutenção preventiva e/ou corretiva em equipamentos odontológicos e autoclaves da Secretaria Municipal de Saúde, EM VIRTUDE DE ALTERAÇÃO NO EDITAL E ANEXO I. O recebimento das propostas passa a ser até as 08:45h, do dia 06/09/2019 no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09:00h do mesmo dia. Retirada do Edital e Alteração no site [www.xanxere.sc.gov.br](http://www.xanxere.sc.gov.br). Xanxerê-SC, 21 de agosto de 2019. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

### CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Publicação Nº 2131822

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ  
CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Xanxerê, em observância a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, convida a comunidade em geral para AUDIÊNCIA PÚBLICA de discussão da proposta da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA - Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2020. A

audiência será realizada no dia 27 de agosto de 2019 (terça-feira), às 09 horas, no Auditório da Prefeitura Municipal de Xanxerê, localizado na Rua Doutor José de Miranda Ramos, 455. Xanxerê - SC,  
22 de agosto de 2019.

AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 323/2019

Publicação Nº 2131057

DECRETO Nº 323/2019

CREDENCIA MONITORES DA EMPRESA DAC SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO LTDA-ME PARA O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS NORMAS MUNICIPAIS ACERCA DO ESTACIONAMENTO ROTATIVO NAS ÁREAS SOB CONCESSÃO.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal, e no art. 7º da Lei Municipal nº AJG 3738/2015, de 19 de maio de 2015 e Decreto Municipal nº AJG 109/2015;

Considerando o disposto no Ofício nº 0183/2019 de 15 de agosto de 2019, da empresa DAC – Serviços de Estacionamento Rotativo Ltda;

DECRETA:

Art. 1º Ficam credenciados os monitores da empresa DAC – Serviços de Estacionamento Rotativo Ltda. ME, concessionária dos serviços de estacionamento rotativo em Xanxerê, abaixo relacionadas, para fiscalizar o cumprimento das normas municipais acerca do estacionamento de veículos nas áreas sob concessão, emitindo os respectivos avisos de irregularidade:

NOME	CPF	IDENTIDADE
Marivania Costa	116.140.119-90	7.333.778
Eduardo da Rocha Berger	111.239.859-79	13.9983991-0
Wélinton Rodrigo Farias Ferreira	114.432.619-20	6.711.093

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 18 de agosto de 2019.  
AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 324/2019

Publicação Nº 2131059

DECRETO Nº 324/2019

NOMEIA ASSESSORA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº 4066/19, de 26 de março de 2019, que dispõe sobre a Organização Administrativa do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora SOLANGE ORO, brasileira, solteira, bacharel em comunicação, inscrita no cpf/mf sob nº 950.469.099-87, portadora da Cédula de Identidade 3.341.227, expedida pela SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessora de Imprensa e Comunicação, vinculada ao Gabinete do Prefeito, com o vencimento mensal fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 4066/19, de 26/03/2019.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 19 de agosto de 2019.

AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal

## EXTRATO 2º ADITIVO AO PROCESSO Nº 0188/2018

Publicação Nº 2131821

Extrato 2º Aditivo ao Processo nº 0188/2018

Contratante: Município de Xanxerê

Contratado: NORTE INDUSTRIA GRÁFICA LTDA

Objeto: Aquisição de Materiais Impressos, para utilização em diversos setores da Secretaria Municipal de Saúde de Xanxerê-SC.

Fica aditado o percentual de 25% no Item 59 (ficha de atendimento - SAMU) do Pregão nº 0112/2018 de acordo com o ofício da Secretaria Municipal de Saúde anexo ao Processo Licitatório, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	Quant. à aditivar	Valor Uni. R\$	Valor Total R\$
59	Ficha de atendimento - SAMU	375 und	0,15	56,25
			Total	56,25

Xanxerê-SC, 21 de agosto de 2019. Irene Salete Goralski – Secretária Municipal da Saúde.

## EXTRATO 2º ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 0001/2018

Publicação Nº 2131061

Extrato 2º Aditivo ao Termo de Colaboração nº 0001/2018

Município de Xanxerê.

Colaborador: Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina – FUNOESC.

Objeto: Termo tem por finalidade firmar parceria no interesse público com entidade da sociedade civil que ofereça serviços de atendimento médico veterinário necessários à implantação do controle de zoonoses no Município de Xanxerê, de acordo com as especificações constantes no Edital.

Fica prorrogado o prazo de vigência constante na cláusula quarta do Termo de Colaboração originário, por mais 12 meses, a contar de 25/07/2019 vigorando até 24/07/2020. Xanxerê-SC, 24 de julho de 2019. Avelino Menegolla- Prefeito Municipal.

## EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0056/2018

Publicação Nº 2131020

Extrato 4º Aditivo ao Contrato nº 0056/2018

Contratante: O Município de Xanxerê.

Contratado: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

Objeto: Contratação de Seguro Total da Frota de Veículos do Município de Xanxerê.

Fica Aditado ao contrato originário o valor de R\$ 1.991,00 (um mil e novecentos e noventa e um reais) referente ao endossado na apólice nr. Nº 0531165594670 do veículo Automotor Furgão Marca MERCEDES BENZ, Modelo 415 SPRINTER, motor a diesel, 146 CV, Ano/Modelo: 2018/2019, novo, chassi 8AC906633KE171134, adaptado para ambulância, conforme orçamento da contratada em anexo. Xanxerê-SC, 21 de agosto de 2019. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal.

## EXTRATO DAS ATAS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0009/2019

Publicação Nº 2131226

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0128/2019

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê

Detentor da Ata: HASIC DISTRIBUIDORA EIELI-ME

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Equipamentos para utilização em operações de resgate em enchentes e enxurradas pelo efetivo da força-tarefa do 14º Batalhão de Bombeiros Militar, de Xanxerê-SC.

Valor total: 24.963,20

Vigência: 12 meses

Xanxerê-SC, 16 de agosto de 2019. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal de Xanxerê.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0129/2019

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê

Detentor da Ata: MF COMERCIO, GERENCIAMENTO E SERVIÇOS EIRELI-ME

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Equipamentos para utilização em operações de resgate em enchentes e enxurradas pelo efetivo da força-tarefa do 14º Batalhão de Bombeiros Militar, de Xanxerê-SC.

Valor total: 22.164,80

Vigência: 12 meses

Xanxerê-SC, 16 de agosto de 2019. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal de Xanxerê.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0130/2019

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê

Detentor da Ata: SERMEDICAL ARP EQUIP. DE RESGATE E SEG. EIRELI-EPP

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Equipamentos para utilização em operações de resgate em enchentes e enxurradas pelo efetivo da força-tarefa do 14º Batalhão de Bombeiros Militar, de Xanxerê-SC.

Valor total: 40.413,00

Vigência: 12 meses

Xanxerê-SC, 16 de agosto de 2019. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal de Xanxerê.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0131/2019

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê

Detentor da Ata: PIZANI & PIZANI CURSOS E TREINAMENTOS LTDA

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Equipamentos para utilização em operações de resgate em enchentes e enxurradas pelo efetivo da força-tarefa do 14º Batalhão de Bombeiros Militar, de Xanxerê-SC.

Valor total: 10.853,00

Vigência: 12 meses

Xanxerê-SC, 16 de agosto de 2019. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal de Xanxerê.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0132/2019

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê

Detentor da Ata: SEGLINE DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EIRELI-ME

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Equipamentos para utilização em operações de resgate em enchentes e enxurradas pelo efetivo da força-tarefa do 14º Batalhão de Bombeiros Militar, de Xanxerê-SC.

Valor total: 10.934,00

Vigência: 12 meses

Xanxerê-SC, 16 de agosto de 2019. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal de Xanxerê.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0133/2019

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê

Detentor da Ata: FORTE SINAL EQUIPAMENTOS EIRELI-EPP

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Equipamentos para utilização em operações de resgate em enchentes e enxurradas pelo efetivo da força-tarefa do 14º Batalhão de Bombeiros Militar, de Xanxerê-SC.

Valor total: 5.205,00

Vigência: 12 meses

Xanxerê-SC, 16 de agosto de 2019. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal de Xanxerê.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0134/2019

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê

Detentor da Ata: LUCAS C. RUBEL ME

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Equipamentos para utilização em operações de resgate em enchentes e enxurradas pelo efetivo da força-tarefa do 14º Batalhão de Bombeiros Militar, de Xanxerê-SC.

Valor total: 13.999,92

Vigência: 12 meses

Xanxerê-SC, 16 de agosto de 2019. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal de Xanxerê.

## LEI Nº 4095/2019

Publicação Nº 2131022

LEI Nº 4095 / 2019

(Origem Projeto de Lei nº 021/2019 – Executivo)

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR PROJEÇÃO DO PROLONGAMENTO DE PARTE DA RUA NATAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte,

LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular a projeção do prolongamento de parte da Rua Natal, com área de 98,25m², localizada no Bairro Vila Sésamo, conforme croqui e memorial descrito em anexo, partes integrantes desta lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

19 de Agosto de 2019

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

## LEI Nº 4096/2019

Publicação Nº 2131030

LEI Nº 4096 / 2019

(Origem Projeto de Lei nº 022/2019 – Executivo)

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO geral do município de xanxerê, E dá outras providências.

AVELINO MENEGOLLA



Prefeito Municipal de Xanxerê, SC, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte,

**LEI**

Art. 1º Fica o poder executivo autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município, crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 204.000,00 (duzentos e quatro mil reais), na seguinte programação de despesa:

**13 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

13.1301.10.301.1001.2036 – Manutenção das atividades da saúde

13.1301.10.301.1001.2036.33930000.0102 – Aplic. Dir. dec. op. Entre órgãos R\$ 204.000,00

Art. 2º Para satisfazer a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior serão anulados total ou parcialmente as seguintes programações de despesas:

**13 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

13.1301.10.301.1001.1075 – Ampliação da rede física da saúde

13.1301.10.301.1001.1075.44900000.0102 – Aplicações Diretas R\$ 126.000,00

**13 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

13.1301.10.301.1001.1076 – Aquisição de veículos

13.1301.10.301.1001.1076.44900000.0102 – Aplicações Diretas R\$78.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

19 de Agosto de 2019

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

**LEI Nº 4097/2019**

Publicação Nº 2131034

LEI Nº 4097 / 2019

(Origem Projeto de Lei nº 023/2019 – Executivo)

AUTORIZA CESSÃO DE USO DE VEÍCULO AO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/POLÍCIA MILITAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte,

**LEI**

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a ceder o veículo marca Renault/Duster 2.0 D 4X4, de cor predominante branca, combustível álcool/gasolina, ano de fabricação 2019, modelo 2020, chassi nº. 93YHSR3J3LJ034551, Renavam nº. 1196154357, placa QJN-2575, em favor do Governo do Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar de Santa Catarina – PM/SC, 4ª Companhia da Polícia Militar, sediada no Município de Xanxerê, SC.

Art. 2º A Cessão de Uso de que trata a presente lei será formalizada em instrumento/Termo de Cessão de Uso, a título não oneroso, pelo prazo de 5 (cinco) anos, com possibilidade de renovação por iguais e sucessivos períodos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

19 de Agosto de 2019

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

**LEI Nº 4098/2019**

Publicação Nº 2131036

LEI Nº 4098 / 2019

(Origem Projeto de Lei nº 024/2019 – Executivo)

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO geral do municipio de xanxerê, E dá outras providências.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte,

LEI

Art. 1º Fica o poder executivo autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município, crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), na seguinte programação de despesa:

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, CULTURA E LAZER

08.0802.13.392.1301.2028 – Manutenção das atividades do fundo municipal da cultura

08.0802.13.392.1301.2028.33500000.0100 – Trans. a inst. Priv. s/ fins luc. R\$ 110.000,00

Art. 2º Para satisfazer a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior serão anulados total ou parcialmente as seguintes programações de despesas:

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.0401.04.122.0402.2005 – Manutenção das atividades administrativas

04.0401.04.122.0402.2005.33900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 110.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

19 de Agosto de 2019

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 504/2019**

Publicação Nº 2130764

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº 504/2019  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê – SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto nº AJG nº 186/2016.

RESOLVE

CONCEDE férias aos Servidores Públicos Municipais nos seguintes termos:

O Sr. ISRAEL VASEAK pelo período de 02.09.2019 a 01.10.2019, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 15.03.2018 a 14.03.2019;

A Sra. MARIA ISABEL GIOTTO pelo período de 02.09.2019 a 01.10.2019, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 11.07.2018 a 10.07.2019;

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 21 de Agosto de 2019.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 505/2019**

Publicação Nº 2130819

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº 505/2019  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91 e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 60 (sessenta) dias a partir de 01.11.2019 a 30.12.2019 a Servidora Pública Municipal, a Sra. SANDRA RIL, brasileira, residente e domiciliada no Município de Xanxerê – SC, portadora do RG nº 3.867.164 e CPF nº 007.715.809-16, nomeada conforme Decreto BLB 038/2011, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o n.º 0003602/2019.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

08.02.2011 a 07.02.2014 = 30 DIAS

08.02.2014 a 07.02.2017 = 30 DIAS

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a Licença Prêmio a partir de 01.11.2019. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 21 de Agosto de 2019.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 506/2019

Publicação Nº 2131018

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº 506/2019.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77 e Decreto nº AJG 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER 30 (trinta) dias de férias a partir de 26.08.2019 a 24.09.2019 a Servidora Pública Municipal Sra. SAMANTHA ROLOFF, brasileira, residente e domiciliada no Município de Xanxerê – SC, portadora do RG nº 3.895.867 e CPF nº 041.603.549-39, nomeada conforme Decreto nº BLB 025/2012, no cargo de ASSISTENTE SOCIAL, com 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

As férias referem-se ao período abaixo especificado:

13.02.2017 a 12.02.2018 = 30 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 21 de Agosto de 2019.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****LEI ORDINARIA Nº 4099/2019**

Publicação Nº 2131228

LEI Nº 4099 / 2019

(Origem Projeto de Lei nº 017/2019 – Legislativo)

DENOMINA LOGRADOURO DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ DE "DOMINGOS MOZENA", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte,

LEI

Art. 1º. Fica denominado de "DOMINGOS MOZENA", o logradouro "Rua D", do Loteamento Mirante das Araucárias, na cidade de Xanxerê, SC, matriculado no CRI sob nº 15.999.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

19 de Agosto de 2019

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

**LEI ORDINARIA Nº 4100/2019**

Publicação Nº 2131234

LEI Nº 4100 / 2019

(Origem Projeto de Lei nº 018/2019 – Legislativo)

DENOMINA LOGRADOURO DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ DE "EMILIO LUIZ MILAN", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte,

LEI

Art. 1º. Fica denominado de "EMILIO LUIZ MILAN", o logradouro "Rua C", do Loteamento Mirante das Araucárias, na cidade de Xanxerê, SC, matriculado no CRI sob nº 15.999.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

19 de Agosto de 2019

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

# Xavantina

## PREFEITURA

**PP 047/2019 PMXV**

Publicação N° 2130834

MUNICÍPIO DE XAVANTINA – SC

**AVISO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL N° 047/2019 PMXV

Objeto: A presente licitação tem por objeto o registro de preço para a possível aquisição de materiais de limpeza, copa e cozinha, para atender as necessidades do Município de Xavantina-SC, incluindo Fundo Municipal de Saúde de Xavantina-SC, conforme especificações do Anexo "C" deste edital.

Forma de Pregão: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até às 08h30 do dia 04/09/2019.

Abertura: dia 04/09/2019, às 08h45.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0\*\*49) 3454-3100.

Xavantina - SC, em 21 de agosto de 2019.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

**PP 048/2019 PMXV**

Publicação N° 2131470

MUNICÍPIO DE XAVANTINA – SC

**AVISO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL N° 048/2019 PMXV

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa objetivando a possível prestação de serviços de pintura de sinalização horizontal em vias no território do município de Xavantina-SC, conforme especificações do Anexo "C" e "E" deste edital.

Forma de Pregão: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até às 13h30 do dia 05/09/2019.

Abertura: dia 05/09/2019, às 13h45.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0\*\*49) 3454-3100.

Xavantina - SC, em 21 de agosto de 2019.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

# Xaxim

## PREFEITURA

**307/2019**

Publicação Nº 2131632

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE XAXIM****DECRETO Nº 307/19, de 19 de Agosto de 2019**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento Programa de 2019.

LIRIO DAGORT, PREFEITO MUNICIPAL DE XAXIM, de acordo com as atribuições de seu cargo, conforme Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica e autorização contida na Lei Municipal nº 4370/18 de 11 de Dezembro de 2018,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício, crédito no valor de R\$ 64.596,68 para as seguintes dotações orçamentárias:

10 - Secretaria de Assistência Social e Habitação	
10.01 - Secretaria de Assistência Social e Habitação	
10.01 - 08.244.0801 - 2.032 - 082/2019 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - 0.1.0000.000000	55.680,00
10.05 - Fundo Municipal de Assistência Social	
10.05 - 08.244.0801 - 2.037 - 088/2019 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - 0.1.0000.000000	6.569,50
11 - Secretaria de Esportes e Lazer	
11.01 - Secretaria de Esportes e Lazer	
11.01 - 27.812.2701 - 2.033 - 107/2019 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - 0.1.0000.000000	2.347,18

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação de saldos das seguintes dotações orçamentárias:

10 - Secretaria de Assistência Social e Habitação	
10.01 - Secretaria de Assistência Social e Habitação	
10.01 - 08.244.0801 - 2.032 - 081/2019 - 3.1.90.00.00.00.00.00 - 0.1.0000.000000	32.000,00
10.01 - 08.244.0801 - 2.032 - 084/2019 - 4.4.90.00.00.00.00.00 - 0.1.0000.000000	23.680,00
10.05 - Fundo Municipal de Assistência Social	
10.05 - 08.244.0801 - 2.037 - 089/2019 - 4.4.90.00.00.00.00.00 - 0.1.0000.000000	6.569,50
11 - Secretaria de Esportes e Lazer	
11.01 - Secretaria de Esportes e Lazer	
11.01 - 27.812.2701 - 2.033 - 108/2019 - 4.4.90.00.00.00.00.00 - 0.1.0000.000000	2.347,18

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xaxim/SC, 19 de Agosto de 2019

**LIRIO DAGORT**  
**Prefeito Municipal**

# Associações

## AMFRI

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 006/2019 - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA AMFRI

Publicação Nº 2130572

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 006/2019

#### ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da AMFRI – Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí, no uso de suas atribuições estatutárias, vem por meio deste convocar os Srs. Prefeitos Municipais para participarem da Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no próximo dia 30 de agosto de 2019 (sexta-feira), às 09h30 tendo como local a sede da AMFRI, sito à Rua Luiz Lopes Gonzaga n.º 1655 – São Vicente – Itajaí/SC, para deliberarem sobre os seguintes assuntos:

09h30 Abertura

Presidente da AMFRI – Fabricio José Satiro de Oliveira

09h35 Apresentação do relatório da situação do Hospital e Maternidade Marieta Konder Bornhausen

Irmã Mércia Lemes – Diretora Geral

10h15 Apresentação do Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira no Estado de Santa Catarina

UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí

11h Discussão e Aprovação da Resolução de Compras da AMFRI

11h15 Assuntos de Interesse da Associação

11h30 Encerramento

Itajaí (SC), 20 de agosto de 2019.

FABRICIO JOSÉ SATIRO DE OLIVEIRA

Presidente da AMFRI



# Consórcios

## ARIS

### CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE BENS Nº 06/2019

Publicação Nº 2131578

#### CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE BENS Nº 06/2019

Processo Licitatório nº 014/2019

Pregão Presencial nº 03/2019

Que entre si celebram, de um lado, a AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (ARIS), pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.400.360/0001-05, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885-A, 12º andar, Canto, nesta cidade, neste ato representado por seu Diretor-geral, Sr. Adir Faccio, brasileiro, viúvo e inscrito no CPF sob n. 032.985.859-98, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa FCA FIAT CHRYSLER Automóveis Brasil LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.701.716/0001-56, neste ato representada por seu representante legal Senhor Juliano Lima Oliveira, portador de RG 1070629033, CPF 940.565.360-15, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, em decorrência ao Processo Licitatório PREGÃO PRESENCIAL nº 03/2019, mediante a sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02, ao edital convocatório, a proposta e as seguintes cláusulas contratuais:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Este contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE VEÍCULO pela CONTRATANTE, conforme especificações e quantidades a seguir, pelos preços registrados em decorrência da proposta de preços apresentada nos autos do PREGÃO PRESENCIAL nº 03/2019, conforme especificações contidas no Anexo I, parte integrante deste instrumento de contrato, conforme quadro abaixo:

Item	Quantidade	Características
Único	01	FIAT/DOBLO ESSENCE 5 LUGARES 1.8 16V FLEX 4P 2019

1.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratual até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em conformidade com o estabelecido no §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA AQUISIÇÃO, DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA

2.1. A aquisição será executada de acordo com as condições contidas no Pregão nº 03/2019 e na proposta apresentada pela CONTRATADA, que originou este contrato, e que esta declara conhecer.

2.2. O objeto do presente contrato (item ÚNICO G-1) deverá ser entregue em até 90 dias após a assinatura do contrato.

2.3. O bem deverá ser entregue na Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS, no endereço descrito no edital.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

##### 3.1. Da Contratada:

- Realizar o fornecimento estabelecido no presente Contrato de acordo com a proposta apresentada no Pregão Presencial nº 03/2019, e na forma e condições estabelecidas no edital e neste Contrato.
- Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto do presente Contrato.
- Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à CONTRATANTE ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento.
- Fornecer o produto com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor.
- Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quando da entrega dos produtos.
- Manter durante toda a execução do presente Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato.
- Assegurar, durante o prazo de garantia, a prestação de assistência técnica especializada, bem como a reposição/substituição de peças ou componentes defeituosos, ou do bem fornecido sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE;
- Entregar o produto acompanhado de relação das empresas autorizadas à prestação de assistência técnica, manual, certificado e garantia do fabricante, inclusive para seus componentes e acessórios quando houver.

##### 3.2. Da Contratante

- Emitir o Contrato do(s) produtos licitados.
- Pagar a CONTRATADA, na forma estipulada no presente Contrato, o preço ajustado.
- Fiscalizar e acompanhar a execução do Contrato, segundo seu interesse, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, relatando irregularidades, quando for o caso.
- Publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, órgão oficial de divulgação dos atos processuais e administrativos da CONTRATANTE, veiculado no endereço [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

#### CLÁUSULA QUARTA - CLASSIFICAÇÃO DAS DESPESAS

4.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no orçamento da ARIS, no Programa 103 (Laboratório Móvel), Ação 1.2009 (Programa Laboratório Móvel de Recursos de Convênio MPSC), 4.4.90.52.52 (veículo de tração mecânica), 4.4.90.52.52 ( Adaptação do veículo) e 4.4.90.52.04 (aparelhos de medição e orientação), para o exercício de 2019, devendo ser previstos os novos créditos orçamentários capazes de dar guarida às despesas decorrentes da prorrogação contratual, mediante termo aditivo.

4.2. Devem ser previstos os novos créditos orçamentários capazes de dar guarida às despesas decorrentes da prorrogação contratual,

mediante termo aditivo.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR E DO PAGAMENTO

- 5.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 86.510,00 (oitenta e seis mil, quinhentos e dez reais);
- 5.2. Para efeito de pagamento, a Contratada encaminhará à Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento, sito na Rua General Liberto Bittencourt, n. 1885 – A, 12º andar, Canto, Florianópolis/SC, a respectiva nota fiscal/fatura, com o respectivo aceite da responsável pelo acompanhamento e fiscalização do adquirido;
- 5.3. Os pagamentos serão efetuados através de crédito bancário, no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da data de entrada da nota fiscal/fatura na Direção Geral da ARIS e à vista do aceite do funcionário responsável;
- 5.4. O pagamento de que trata o item anterior, será efetuado mediante apresentação das certidões relativas ao recolhimento para a Seguridade Social e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- 5.5. Na fatura/nota fiscal serão promovidas as retenções tributárias prevista em lei;
- 5.6. Fica expressamente estabelecido que o preço constante na proposta da CONTRATADA incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto lícito, constituindo-se na única remuneração.
- 5.7. Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, bem assim, em razão de dano ou prejuízo causado à CONTRATANTE ou a terceiros, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.
- 5.8. O pagamento da fatura será susinado se verificada execução defeituosa do Contrato, e enquanto persistirem restrições quanto ao fornecimento efetivado, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

#### CLÁUSULA SEXTA – VIGÊNCIA

- 6.1. Este contrato entrará em vigor na data de sua assinatura e se perfectibiliza mediante sua assinatura, conforme disposto na Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993.
- 6.2. A garantia terá sua contagem iniciada com a emissão do Termo de Recebimento do produto fornecido, estendendo-se pelo prazo constante na proposta da CONTRATADA apresentada no Pregão Presencial nº 03/2019.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – ATUALIZAÇÃO POR INADIMPLEMENTO

- 7.1. Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento pela CONTRATANTE, sem que haja culpa da CONTRATADA, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 117, da Constituição Estadual e artigo 40, inciso XIV, alínea “c”, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

- 8.1. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, com as devidas justificativas, devendo o extrato ser publicado no órgão oficial de publicações da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA NONA – DA INEXECUÇÃO OU DA RESCISÃO DO CONTRATO

- 9.1. A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão com as conseqüências contratuais e as previstas em Lei, com assento no Capítulo III, Seção V, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nos seguintes casos:
- I. por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- II. amigavelmente, por acordo entre as partes, mediante formalização por intermédio de aviso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, não cabendo indenização de qualquer das partes, exceto para pagamento dos fornecimentos comprovadamente prestados;
- III. judicialmente, na forma da legislação vigente;
- IV. a rescisão contratual determinada por ato unilateral, em que constatado o descumprimento do avençado, acarreta as seguintes conseqüências para a CONTRATADA, sem prejuízo das sanções previstas:
- a) execução dos valores das multas e indenizações devidas à CONTRATANTE;
- b) retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

- 10.1. A empresa que não cumprir as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estará sujeita às sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, quais sejam:

##### I – Advertência

##### II – Multa:

- a) 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso na entrega do produto ou execução do serviço, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento);
- b) 10% (dez por cento) em caso de não entrega do produto, não conclusão do serviço ou rescisão contratual, por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;
- c) 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor anual estimado da contratação, pela recusa injustificada por parte da licitante vencedora, de assinatura do Contrato.

##### III – Suspensão:

A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, por até 5 (cinco) anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta:

- a) não celebrar o Contrato;
- b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame;
- c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- d) não manter a proposta;
- e) falhar ou fraudar na execução do Contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo;
- g) cometer fraude fiscal;
- h) por prazo indeterminado, quando a empresa receber qualquer das multas previstas e não efetuar o pagamento.

IV. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em caso de faltas graves apuradas por intermédio de processo administrativo.

- 10.2. Na aplicação das penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas às justificativas da

licitante ou contratada, nos termos do que dispõe o artigo 87, caput, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

10.3. Nenhum pagamento será realizado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Palhoça, Estado de Santa Catarina, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato.

11.2. E por estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares, pertinentes firmando-o em 03 (três) vias de igual forma e teor.

Florianópolis, 02 de maio de 2019

Adir Faccio

Diretor-geral da ARIS

Juliano Lima de Oliveira

FCA FIAT CHRYSLER Automóveis Brasil LTDA.

### **DECISÃO Nº 003/2019 HOMOLOGA A TABELA DE INFRAÇÕES DA COMPANHIA ÁGUAS DE JOINVILLE REFERENTE AOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO PRESTADOS PELA COMPANHIA ÁGUAS DE JOINVILLE NOS TERMOS DO § 5º DO ARTIGO 163 DA RESOLUÇÃO NORMATIVA 019/2019 DA ARIS.**

Publicação Nº 2130580

PROTOCOLO N. 239/2019

INTERESSADO: COMPANHIA ÁGUAS DE JOINVILLE

OBJETO: HOMOLOGAÇÃO DA TABELA DE INFRAÇÕES

MUNICÍPIO: JOINVILLE/SC

DECISÃO Nº 003/2019

#### DECISÃO:

Homologo a tabela de infrações da Companhia Águas de Joinville referente aos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário prestados pela Companhia Águas de Joinville nos termos do § 5º do artigo 163 da Resolução Normativa 019/2019 da ARIS.

Tabela 1: PARÂMETROS PARA FIXAÇÃO DOS VALORES DAS MULTAS.

TABELA I - PARÂMETROS PARA FIXAÇÃO DOS VALORES DAS MULTAS				
Código	Fundamento Normativo	Descrição das Infrações e Irregularidades (conforme Resolução Normativa nº 19/2019-ARIS)	Classificação da Infração (1)	Critérios do Enquadramento (2)
20400	Art. 144, I	Intervenção nas instalações de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário que afete sua eficiência	Gravíssima	Geral
20401	Art. 144, XIII	Desperdício de água em períodos oficiais de racionamento	Leve	Faixa de Consumo
20402	Art. 144, XV	Violação do lacre de proteção do cavalete e/ou do hidrômetro	Leve	Faixa de Consumo
20403	Art. 144, XXII	Restabelecimento irregular do serviço de abastecimento de água em ligações cortadas no ramal - Violação do corte ramal	Grave	Faixa de Consumo
20404	Art. 144, VII	Ligação clandestina de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário	Grave	Faixa de Consumo
20405	Art. 144, VI	Danificação propositada, inversão e/ou supressão do hidrômetro	Moderada	Faixa de Consumo
20406	Art. 144, XXI, 1ª parte	Intervenção no cavalete sem o consentimento da CAJ	Leve	Faixa de Consumo
20407	Art. 144, II	Instalação predial de água ligada à rede pública e interligada com outras fontes de abastecimento	Grave	Faixa de Consumo
20408	Art. 144, XI	Interligação de instalações prediais de água, entre imóveis distintos, com ou sem débito	Leve	Faixa de Consumo
20409	Art. 144, VIII	Instalação de bomba ou qualquer dispositivo similar no ramal predial ou na rede de distribuição	Grave	Faixa de Consumo

TABELA I - PARÂMETROS PARA FIXAÇÃO DOS VALORES DAS MULTAS

Código	Fundamento Normativo	Descrição das Infrações e Irregularidades (conforme Resolução Normativa nº 19/2019-ARIS)	Classificação da Infração (1)	Critérios do Enquadramento (2)
20410	Art. 144, XII, 1ª parte	Impedimento voluntário à promoção da leitura do hidrômetro ou à execução de serviços de manutenção do cavalete, hidrômetro ou na caixa de inspeção (CI) de esgoto pela CAJ	Moderada	Geral
20411	Art. 144, XXI, 2ª parte	Intervenção no ramal predial ou deslocamento de ramal/cavalete sem o consentimento da CAJ	Moderada	Faixa de Consumo
20412	Art. 144, XVI	Utilização indevida do hidrante instalado na área interna do imóvel	Gravíssima	Geral
20413	Art. 144, XIX	Instalação de aparelhos supressores de ar	Moderada	Faixa de Consumo
20414	Art. 144, V	Derivação do ramal predial antes do hidrômetro (bypass )	Grave	Faixa de Consumo
20415	Art. 144, XVIII	Ausência de caixa de proteção do cavalete e/ou hidrômetro	Leve	Faixa de Consumo
20416	Art. 144, X	Restabelecimento irregular do serviço de abastecimento de água em ligações cortadas - Violação do corte cavalete	Moderada	Faixa de Consumo
20417	Art. 144, XII, 2ª parte	Impedimento involuntário à promoção da leitura do hidrômetro ou à execução de serviços de manutenção do cavalete, hidrômetro ou caixa de inspeção (CI) de esgoto pela CAJ	Leve	Geral
20418	Art. 144, XIV	Violação do lacre da caixa de proteção do hidrômetro	Leve	Faixa de Consumo
20600	Art. 144, III, 'a',  'b', 'd' e 'e'	Lançamento de despejos na rede pública de esgotamento sanitário que, por suas características, exijam tratamento prévio ou que não atendam aos requisitos legais, regulamentares ou pactuados, que: a) sejam nocivos à saúde ou prejudiciais à segurança dos trabalhadores envolvidos nas operações de coleta, afastamento e tratamento de efluentes; b) interfiram na operação e desempenho dos sistemas de tratamento; (...) d) ataquem as tubulações, afetando a resistência ou durabilidade de suas estruturas; e e) com temperaturas elevadas, acima de 40°C	Gravíssima	Geral
20601	Art. 144, IV	Ligação de esgoto industrial sem a apresentação das licenças ambientais e outras autorizações emitidas pelos órgãos públicos e/ou entidades reguladoras	Gravíssima	Geral
20602	Art. 144, IX	Lançamento de águas pluviais nas instalações ou coletores prediais de esgotos sanitários	Moderada	Geral
20603	Art. 144, XVII	Ausência de caixa de gordura sifonada na instalação predial interna de esgotos	Moderada	Geral
20604	Art. 144, XX	Lacrar a tampa da caixa de inspeção (CI) de esgoto	Gravíssima	Geral
20605	Art. 144, III, 'c'	Lançamento de despejos na rede pública de esgotamento sanitário que, por suas características, exijam tratamento prévio ou que não atendam aos requisitos das normas legais, regulamentares ou pactuadas pertinentes, que: (...) c) obstruam tubulações e danifiquem equipamentos	Moderada	Geral
20499	Art. 144, § 2º Art. 90, par.ún.	Cobrança do Infrator Reincidente (valor da multa em dobro) e/ou do Infrator Beneficiado por Tarifa Social (50% do valor da multa, com exceção de infração classificada gravíssima)	Não se aplica	Não se aplica
20500	Art.147, caput, V, 'b' ou 'd'	Revisão de Faturamento dos Serviços de Abastecimento de Água por Irregularidade	Não se aplica	Não se aplica
20501	Art.147, caput, V, 'b' ou 'd'	Revisão de Faturamento dos Serviços de Esgotamento Sanitário por Irregularidade	Não se aplica	Não se aplica <sup>17</sup>

Tabela 2: Critérios de Enquadramento (2)

TABELA II - Critérios de Enquadramento (2)		
Faixas de Consumo	Categoria Res./Com./Pub.	Categoria Industrial

1ª	< 50 m³	< 100 m³
2ª	> 50 m³	> 100 m³
Geral	Irregularidade não vinculada ao volume médio de água consumido	

Tabela 3: VALORES DAS MULTAS POR CATEGORIA DE USUÁRIO E CONSUMO <sup>1 2 3</sup>

TABELA III - VALORES DAS MULTAS POR CATEGORIA DE USUÁRIO E CONSUMO <sup>1 2 3</sup>				
Classificação da Infração (1)	Crítérios de Enquadramento (2)	Residencial Normal	Res.Tarifa Social ou Ent.Beneficente <sup>4</sup>	Com./Ind./Pub.
Leve	1ª Faixa de Consumo	R\$ 176,31	R\$ 88,16	R\$ 235,06
	2ª Faixa de Consumo	R\$ 352,60	R\$ 176,30	R\$ 470,14
	Geral	R\$ 176,31	R\$ 88,16	R\$ 235,06
Moderada	1ª Faixa de Consumo	R\$ 352,60	R\$ 176,30	R\$ 470,14
	2ª Faixa de Consumo	R\$ 705,20	R\$ 352,60	R\$ 940,27
	Geral	R\$ 352,60	R\$ 176,30	R\$ 470,14
Grave	1ª Faixa de Consumo	R\$ 822,74	R\$ 411,37	R\$ 1.057,81
	2ª Faixa de Consumo	R\$ 1.645,48	R\$ 822,74	R\$ 2.115,61
	Geral	R\$ 822,74	R\$ 411,37	R\$ 1.057,81
Gravíssima	Geral	R\$ 2.350,69	R\$ 2.350,69	R\$ 2.938,35

Florianópolis, 21 de agosto de 2019.

Adir Faccio

Diretor-geral da ARIS

**DECISÃO Nº 004/2019 DECISÃO: HOMOLOGO A INCLUSÃO DE SERVIÇOS NA TABELA DE PREÇOS PÚBLICOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO PRESTADOS PELA ÁGUAS DE SÃO FRANCISCO DO SUL, CONFORME AVALIAÇÃO DA DIRETORIA DE REGULAÇÃO QUE CONSTA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO 151/2019**

Publicação Nº 2130583

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 151/2019

INTERESSADO: ÁGUAS DE SÃO FRANCISCO DO SUL

OBJETO: HOMOLOGAÇÃO DA SERVIÇOS NA TABELA DE PREÇOS

MUNICÍPIO: SÃO FRANCISCO DO SUL/SC

DECISÃO Nº 004/2019

**DECISÃO:**

Homologo a inclusão de serviços na tabela de preços públicos dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados pela Águas de São Francisco do Sul, conforme avaliação da Diretoria de Regulação que consta no Processo Administrativo 151/2019:

Número	Descrição dos Serviços	R\$
1	REDE DE ESGOTO DESLOCAMENTO CAIXA DE PASSAGEM 6" COM MATERIAL FORNECIDO PELO CLIENTE	R\$ 370,36
2	REDE DE ESGOTO DESLOCAMENTO CAIXA DE PASSAGEM 4" MATERIAL FORNECIDO PELA ÁGUAS	R\$ 513,61
3	REDE DE ESGOTO DESLOCAMENTO CAIXA DE PASSAGEM 4" COM MATERIAL FORNECIDO PELO CLIENTE	R\$ 337,92
4	REDE DE ESGOTO DESLOCAMENTO CAIXA DE PASSAGEM 6" MATERIAL FORNECIDO PELA ÁGUAS	R\$ 664,91
5	REDE DE ESGOTO DESOBSTRUÇÃO DE CAIXA DE PASSAGEM 1 ECONOMIA	R\$ 44,12
6	REDE DE ESGOTO DESOBSTRUÇÃO DE CAIXA DE PASSAGEM 2 OU MAIS ECONOMIAS	R\$ 65,86
7	LIGAÇÃO DE ESGOTO INSTALAÇÃO DIAMÊTRO 6" COM ASFALTO MATERIAL FORNECIDO PELA ÁGUAS	R\$ 911,93
8	LIGAÇÃO DE ESGOTO INSTALAÇÃO DIAMÊTRO 6" COM ASFALTO MATERIAL FORNECIDO PELO CLIENTE	R\$ 611,31
9	LIGAÇÃO DE ESGOTO INSTALAÇÃO DIAMÊTRO 6" SEM ASFALTO MATERIAL FORNECIDO PELA ÁGUAS	R\$ 679,36
10	LIGAÇÃO DE ESGOTO INSTALAÇÃO DIAMÊTRO 6" SEM ASFALTO MATERIAL FORNECIDO PELO CLIENTE	R\$ 378,73
11	LIGAÇÃO DE ESGOTO NÃO RESIDENCIAL DIAMETRO 4" COM ASFALTO COM FORNECIMENTO MATERIAL PELA ÁGUAS	R\$ 1.094,44
12	LIGAÇÃO DE ESGOTO NÃO RESIDENCIAL DIAMETRO 4" COM ASFALTO COM FORNECIMENTO MATERIAL PELO CLIENTE	R\$ 565,10
13	LIGAÇÃO DE ESGOTO NÃO RESIDENCIAL DIAMETRO 4" SEM ASFALTO COM FORNECIMENTO MATERIAL PELA ÁGUAS	R\$ 881,41



Número	Descrição dos Serviços	R\$
14	LIGAÇÃO DE ESGOTO NÃO RESIDENCIAL DIÂMETRO 4" SEM ASFALTO COM FORNECIMENTO MATERIAL PELO CLIENTE	R\$ 377,99
15	LIGAÇÃO DE ESGOTO RESIDENCIAL BAIXA RENDA DIÂMETRO 4" COM ASFALTO	R\$ 1.038,41
16	LIGAÇÃO DE ESGOTO RESIDENCIAL BAIXA RENDA DIÂMETRO 4" SEM ASFALTO	R\$ 859,56
17	LIGAÇÃO DE ESGOTO RESIDENCIAL DIÂMETRO 4" COM ASFALTO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PELA ÁGUAS	R\$ 1.087,03
18	LIGAÇÃO DE ESGOTO RESIDENCIAL DIÂMETRO 4" COM ASFALTO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PELO CLIENTE	R\$ 565,10
19	LIGAÇÃO DE ESGOTO RESIDENCIAL DIÂMETRO 4" SEM ASFALTO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PELA ÁGUAS	R\$ 881,41
20	LIGAÇÃO DE ESGOTO RESIDENCIAL DIÂMETRO 4" SEM ASFALTO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PELO CLIENTE	R\$ 344,65
21	REDE DE ESGOTO SUBSTITUIÇÃO CAIXA DE PASSAGEM DIÂMETRO SUPERIOR 6" COM ASFALTO COM MATERIAL FORNECIDO PELO CLIENTE	R\$ 213,18
22	REDE DE ESGOTO SUBSTITUIÇÃO CAIXA DE PASSAGEM DIÂMETRO SUPERIOR 6" SEM ASFALTO COM MATERIAL FORNECIDO PELO CLIENTE	R\$ 182,66
23	REDE DE ESGOTO SUBSTITUIÇÃO CAIXA DE PASSAGEM DIÂMETRO 4" COM ASFALTO COM MATERIAL FORNECIDO PELO CLIENTE	R\$ 175,30
24	REDE DE ESGOTO SUBSTITUIÇÃO CAIXA DE PASSAGEM DIÂMETRO 4" SEM ASFALTO COM MATERIAL FORNECIDO PELO CLIENTE	R\$ 157,63
25	REDE DE ESGOTO SUBSTITUIÇÃO CAIXA DE PASSAGEM DIÂMETRO SUPERIOR 4" COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PELA ÁGUAS	R\$ 347,63
26	REDE DE ESGOTO SUBSTITUIÇÃO DE CAIXA DE PASSAGEM DIÂMETRO 6" COM ASFALTO COM MATERIAL FORNECIDO PELO CLIENTE	R\$ 213,18
27	REDE DE ESGOTO SUBSTITUIÇÃO DE CAIXA DE PASSAGEM DIÂMETRO 6" SEM ASFALTO COM MATERIAL FORNECIDO PELO CLIENTE	R\$ 182,66
28	REDE DE ESGOTO SUBSTITUIÇÃO DE CAIXA DE PASSAGEM DIÂMETRO 6" SEM ASFALTO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PELA ÁGUAS	R\$ 347,63
29	REDE DE ESGOTO SUBSTITUIÇÃO REPOSIÇÃO TAMPA DA CAIXA DE INSPEÇÃO DANIFICADA	R\$ 58,12
30	REDE DE ESGOTO DECLARAÇÃO PARA PROCESSO DE HABITE-SE	R\$ 55,90
31	PROJETO HIDROSANITÁRIO	R\$ 254,49
32	ANÁLISE VIABILIDADE LIGAÇÃO DE ESGOTO	R\$ 127,09
33	Religação de Urgência no Cavalete	R\$ 165,04
34	Religação de Urgência no Ramal	R\$ 330,09

Florianópolis, 20 de agosto de 2019.

Adir Faccio

Diretor-geral da ARIS

**DELIBERAÇÃO N. 016/2019 DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA O REAJUSTE DAS TARIFAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DOS PREÇOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS COMPLEMENTARES DO SASB DE RIO RUFINO.**

Publicação Nº 2130565

PROTOCOLO N. 239/2019

INTERESSADO: COMPANHIA ÁGUAS DE JOINVILLE

OBJETO: HOMOLOGAÇÃO DA TABELA DE INFRAÇÕES

MUNICÍPIO: JOINVILLE/SC

DECISÃO Nº 003/2019

**DECISÃO:**

Homologo a tabela de infrações da Companhia Águas de Joinville referente aos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário prestados pela Companhia Águas de Joinville nos termos do § 5º do artigo 163 da Resolução Normativa 019/2019 da ARIS.

Tabela 1: PARÂMETROS PARA FIXAÇÃO DOS VALORES DAS MULTAS.

TABELA I - PARÂMETROS PARA FIXAÇÃO DOS VALORES DAS MULTAS

Código	Fundamento Normativo	Descrição das Infrações e Irregularidades (conforme Resolução Normativa nº 19/2019-ARIS)	Classificação da Infração (1)	Critérios do Enquadramento (2)
20400	Art. 144, I	Intervenção nas instalações de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário que afete sua eficiência	Gravíssima	Geral
20401	Art. 144, XIII	Desperdício de água em períodos oficiais de racionamento	Leve	Faixa de Consumo
20402	Art. 144, XV	Violação do lacre de proteção do cavalete e/ou do hidrômetro	Leve	Faixa de Consumo
20403	Art. 144, XXII	Restabelecimento irregular do serviço de abastecimento de água em ligações cortadas no ramal - Violação do corte ramal	Grave	Faixa de Consumo
20404	Art. 144, VII	Ligação clandestina de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário	Grave	Faixa de Consumo
20405	Art. 144, VI	Danificação propositada, inversão e/ou supressão do hidrômetro	Moderada	Faixa de Consumo
20406	Art. 144, XXI, 1ª parte	Intervenção no cavalete sem o consentimento da CAJ	Leve	Faixa de Consumo
20407	Art. 144, II	Instalação predial de água ligada à rede pública e interligada com outras fontes de abastecimento	Grave	Faixa de Consumo
20408	Art. 144, XI	Interligação de instalações prediais de água, entre imóveis distintos, com ou sem débito	Leve	Faixa de Consumo
20409	Art. 144, VIII	Instalação de bomba ou qualquer dispositivo similar no ramal predial ou na rede de distribuição	Grave	Faixa de Consumo
20410	Art. 144, XII, 1ª parte	Impedimento voluntário à promoção da leitura do hidrômetro ou à execução de serviços de manutenção do cavalete, hidrômetro ou na caixa de inspeção (CI) de esgoto pela CAJ	Moderada	Geral
20411	Art. 144, XXI, 2ª parte	Intervenção no ramal predial ou deslocamento de ramal/cavalete sem o consentimento da CAJ	Moderada	Faixa de Consumo
20412	Art. 144, XVI	Utilização indevida do hidrante instalado na área interna do imóvel	Gravíssima	Geral
20413	Art. 144, XIX	Instalação de aparelhos supressores de ar	Moderada	Faixa de Consumo
20414	Art. 144, V	Derivação do ramal predial antes do hidrômetro (bypass )	Grave	Faixa de Consumo
20415	Art. 144, XVIII	Ausência de caixa de proteção do cavalete e/ou hidrômetro	Leve	Faixa de Consumo
20416	Art. 144, X	Restabelecimento irregular do serviço de abastecimento de água em ligações cortadas - Violação do corte cavalete	Moderada	Faixa de Consumo
20417	Art. 144, XII, 2ª parte	Impedimento involuntário à promoção da leitura do hidrômetro ou à execução de serviços de manutenção do cavalete, hidrômetro ou caixa de inspeção (CI) de esgoto pela CAJ	Leve	Geral
20418	Art. 144, XIV	Violação do lacre da caixa de proteção do hidrômetro	Leve	Faixa de Consumo
20600	Art. 144, III, 'a',	Lançamento de despejos na rede pública de esgotamento sanitário que, por suas características, exijam tratamento prévio ou que não atendam aos requisitos legais, regulamentares ou pactuados, que: a) sejam nocivos à saúde ou prejudiciais à segurança dos trabalhadores envolvidos nas operações de coleta, afastamento e tratamento de efluentes; b) interfiram na operação e desempenho dos sistemas de tratamento; (...) d) ataquem as tubulações, afetando a resistência ou durabilidade de suas estruturas; e e) com temperaturas elevadas, acima de 40°C	Gravíssima	Geral
	'b', 'd' e 'e'			
20601	Art. 144, IV	Ligação de esgoto industrial sem a apresentação das licenças ambientais e outras autorizações emitidas pelos órgãos públicos e/ou entidades reguladoras	Gravíssima	Geral



TABELA I - PARÂMETROS PARA FIXAÇÃO DOS VALORES DAS MULTAS

Código	Fundamento Normativo	Descrição das Infrações e Irregularidades (conforme Resolução Normativa nº 19/2019-ARIS)	Classificação da Infração (1)	Crítérios do Enquadramento (2)
20602	Art. 144, IX	Lançamento de águas pluviais nas instalações ou coletores prediais de esgotos sanitários	Moderada	Geral
20603	Art. 144, XVII	Ausência de caixa de gordura sifonada na instalação predial interna de esgotos	Moderada	Geral
20604	Art. 144, XX	Lacrar a tampa da caixa de inspeção (CI) de esgoto	Gravíssima	Geral
20605	Art. 144, III, 'c'	Lançamento de despejos na rede pública de esgotamento sanitário que, por suas características, exijam tratamento prévio ou que não atendam aos requisitos das normas legais, regulamentares ou pactuadas pertinentes, que: (...) c) obstruam tubulações e danifiquem equipamentos	Moderada	Geral
20499	Art. 144, § 2º Art. 90, par.ún.	Cobrança do Infrator Reincidente (valor da multa em dobro) e/ou do Infrator Beneficiado por Tarifa Social (50% do valor da multa, com exceção de infração classificada gravíssima)	Não se aplica	Não se aplica
20500	Art.147, caput, V, 'b' ou 'd'	Revisão de Faturamento dos Serviços de Abastecimento de Água por Irregularidade	Não se aplica	Não se aplica
20501	Art.147, caput, V, 'b' ou 'd'	Revisão de Faturamento dos Serviços de Esgotamento Sanitário por Irregularidade	Não se aplica	Não se aplica <sup>17</sup>

Tabela 2: Critérios de Enquadramento (2)

TABELA II - Critérios de Enquadramento (2)		
Faixas de Consumo	Categoria Res./Com./Pub.	Categoria Industrial
1ª	< 50 m³	< 100 m³
2ª	> 50 m³	> 100 m³
Geral	Irregularidade não vinculada ao volume médio de água consumido	

Tabela 3: VALORES DAS MULTAS POR CATEGORIA DE USUÁRIO E CONSUMO <sup>1 2 3</sup>

TABELA III - VALORES DAS MULTAS POR CATEGORIA DE USUÁRIO E CONSUMO <sup>1 2 3</sup>				
Classificação da Infração (1)	Crítérios de Enquadramento (2)	Residencial Normal	Res.Tarifa Social ou Ent.Beneficente <sup>4</sup>	Com./Ind./Pub.
Leve	1ª Faixa de Consumo	R\$ 176,31	R\$ 88,16	R\$ 235,06
	2ª Faixa de Consumo	R\$ 352,60	R\$ 176,30	R\$ 470,14
	Geral	R\$ 176,31	R\$ 88,16	R\$ 235,06
Moderada	1ª Faixa de Consumo	R\$ 352,60	R\$ 176,30	R\$ 470,14
	2ª Faixa de Consumo	R\$ 705,20	R\$ 352,60	R\$ 940,27
	Geral	R\$ 352,60	R\$ 176,30	R\$ 470,14
Grave	1ª Faixa de Consumo	R\$ 822,74	R\$ 411,37	R\$ 1.057,81
	2ª Faixa de Consumo	R\$ 1.645,48	R\$ 822,74	R\$ 2.115,61
	Geral	R\$ 822,74	R\$ 411,37	R\$ 1.057,81
Gravíssima	Geral	R\$ 2.350,69	R\$ 2.350,69	R\$ 2.938,35

Florianópolis, 21 de agosto de 2019.

Adir Faccio

Diretor-geral da ARIS

## ERRATA DO EXTRATO DE CONTRATO. ONDE SE LÊ, EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/2019; LEIA-SE EXTRATO DO CONTRATO Nº 10/2019

Publicação Nº 2131563

Extrato do contrato nº 10/2019

Objeto: Datalogger pressão e pulso com display. Marca LAMON

Registador eletrônico de 02 canais sendo um canal para registro de pressão e outro para vazão por pulsos provenientes de hidrômetros com saída de pulso, sinais pulsados de medidores magnéticos, ultrassônicos e etc. Faixa de pressão 0 a 200mCA; Sobrepressão máxima: 400mCA; Exatidão 0,1%FS; Capacidade de memória: mínimo 65.000 registros; Resolução: 22bits; Display: digital com no mínimo 32 caracteres, capaz de indicar simultaneamente os valores de pressão e vazão; Painel: Em policarbonato com 4 teclas do tipo membrana para



TOTAL: R\$ 44.187,60

Ficam mantidas e ratificadas as demais Cláusulas do Termo de Contrato ora aditado.

E, por assim estarem de pleno acordo, lavra-se o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, assinando as partes o presente aditivo na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Florianópolis, 08 de agosto de 2019.

Luiz Aurélio de Oliveira

Diretor Administrativo/Finanças

Ana Paula Debiazi Vicente

Diretor de Operações da 1 Doc Tecnologia Ltda.

## CIGA

### EDITAL N.º 01/2019/CIGA - SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO ENSINO SUPERIOR - HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

Publicação Nº 2131002

EDITAL N.º 01/2019/CIGA

SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO ENSINO SUPERIOR

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 102, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Presidente, Senhor Robson Jean Back, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 016.399.209-60, no uso de suas atribuições legais e regimentais, TORNA PÚBLICO A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL do processo de 'Seleção de Estagiários do Ensino Superior – Edital n.º 01/2019/CIGA':

#### 1 RESULTADO FINAL - POR ÁREA DE FORMAÇÃO:

##### 1.1 Direito:

Nome Completo	Pontuação Entrevista	Classificação Final
Arthur Kressin Savi	4,9	1º
Celestino Galdino de Melo Neto	3,7	2º
Katia Rossi	3,3	3º

##### 1.2 Informática:

Nome Completo	Pontuação Entrevista	Classificação Final
Marcos Donaciano Teixeira Júnior	2,7	1º
Luan Chendes da Silva	2,3	2º
Ana Beatriz Marques Dias	1,8	3º

Florianópolis, 21 de agosto de 2019.

ROBSON JEAN BACK

Prefeito de São Martinho/SC

Presidente do CIGA

**CIMCATARINA****AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0004/2019**

Publicação Nº 2131663

Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA

Aviso de Dispensa de Licitação

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0042/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0004/2019

Objeto: Contratação da OGAZ COMUNICAÇÃO para serviços de comunicação e designer gráfico para apresentação institucional do CIMCATARINA. O valor é de R\$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais). A vigência do contrato é até 20/10/2019. Fundamento da Dispensa de licitação: art. 24, I, da Lei Federal n. 8.666/93. Justificativa: necessidade de conhecimento específico para comunicação institucional de ações, programas, atividades e projetos do consórcio público, com ajuste de material gráfico, assessoria de imprensa, comunicação em eventos e mídias sociais.

Florianópolis (SC), 21 de agosto de 2019.

Elói Rönna

Diretor Executivo

**AVISO DE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 0032/2019 - LEITES E SUPLEMENTOS ALIMENTARES**

Publicação Nº 2131647

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA

PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 0032/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0041/2019

REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Leites e Suplementos Alimentares, para uso dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados ou referendados ao Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, na condição de Órgão participante desta licitação de acordo com os quantitativos estimados no Anexo V, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços. VIGÊNCIA: O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 16 de setembro de 2019 à 15 de agosto de 2020. JULGAMENTO: Menor Preço POR ITEM. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 22/08/2019 até às 09:00 horas do dia 04/09/2019. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 12:00 horas do dia 04/09/2019. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 13:30 horas do dia 04/09/2019. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br). Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: 1º Núcleo de Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, Fraiburgo/SC, CEP: 89.580-000. Fone (49) 3256 3400. Site: [www.cimcatarina.sc.gov.br](http://www.cimcatarina.sc.gov.br).

Florianópolis (SC), 21 de agosto de 2019.

Elói Rönna – Diretor Executivo do CIMCATARINA

**CIS/AMAUC****07º TERMO ADITIVO CR 01/2019 - PIRATUBA**

Publicação Nº 2130967

7º Termo Aditivo ao Contrato de Rateio 01/2019

CIS AMAUC – MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE SAÚDE

O CIS Amauc e o Município de Piratuba, o qual integra o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Uruguai Catarinense – CIS Amauc, com base na solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, através deste Termo Aditivo ao Contrato de Rateio 01/2019 estabelece o que segue:

**CLAUSULA PRIMEIRA****DO OBJETIVO**

O presente termo aditivo tem por objetivo alterar a despesa e estimar a receita do CIS Amauc, junto ao Município de Piratuba, para o restante do exercício de 2019, para atender as despesas com a contratação de atendimentos médicos clínicos especializados, exames e cirurgias, nas mais diversas áreas e especificidades da saúde, junto aos profissionais credenciados ao Consórcio.

Durante o exercício o Município integrante do CIS AMAUC poderá utilizar os serviços dos profissionais de saúde para atendimentos médicos clínicos especializados, exames e cirurgias nas mais diversas áreas e especificidades da saúde, sendo que o pagamento será feito pelos serviços utilizados, não tendo rateio das despesas, pois o cálculo do valor será aplicado sobre a tabela de credenciamento pela quantidade de serviços utilizados.

**CLÁUSULA SEGUNDA****DA DESPESA**

Para a realização da despesa o CIS AMAUC obedecerá o que dispõe a Lei nº 8.666/96 (Leis das Licitações Públicas), seguindo a seguinte classificação da despesa:

Órgão	1	CIS AMAUC		
Unidade	1	CIS AMAUC		
Funcional Programática				
01.01.10	Saúde			
01.01.10.301		Atenção Básica		
01.01.10.301.0001		Desenvolvimento Regional		
12.361.0001.2.002		Disponibilização de Exames Profissionais		
Elemento	Recurso	Descrição	Valor	Total
3.0.00.00.0		DESPESAS CORRENTES		60.000,00
3.3.90.00.0		Outras Despesas Correntes	60.000,00	
		TOTAL		60.000,00

Durante o decorrer do exercício o Presidente do Consórcio poderá efetuar por ato próprio o remanejamento de dotações de uma categoria de programação para outra, bem como suplementar o orçamento tendo como fontes de recursos o excesso de arrecadação e o superávit financeiro do exercício anterior.

#### CLÁUSULA TERCEIRA DO PAGAMENTO

Para realizar a receita, viabilizar a despesa prevista e possibilitar a prestação de serviços pelo Consórcio CIS AMAUC no exercício de 2019, o Município realizará o pagamento do valor utilizado em serviços médicos, clínicos e laboratoriais, em cada mês, até o dia 10 (dez) do mês subsequente a utilização dos serviços, ao Consórcio.

#### CLÁUSULA QUARTA DA CONTABILIDADE E PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CIS AMAUC manterá os registros contábeis em conformidade ao que dispõe a Lei nº 4.320/64 e observará as instruções emitidas pelos Tribunais de Contas do Estado de Santa Catarina e da União.

O CIS AMAUC encaminhará aos municípios associados, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente, cópia do balancete e dos relatórios mensais conforme dispõe a legislação vigente.

#### CLÁUSULA QUINTA DA UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO CONSÓRCIO

Todos os municípios consorciados terão direito a utilizar os serviços prestados pelo CIS AMAUC ou os que venham a ser implementados, bastando apenas requisitar os serviços e efetuar o pagamento conforme a efetiva prestação dos serviços.

#### CLÁUSULA SEXTA DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo terá a vigência de 23 de julho a 31 de dezembro de 2019.

#### CLÁUSULA SÉTIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As dúvidas oriundas deste Termo Aditivo serão resolvidas em Assembleia Geral do CIS Amauc, que poderá suprimir ou acrescentar cláusulas que objetivem aprimorar os serviços prestados pelo consórcio aos municípios associados. E, por estarem justos e acertados, firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Rateio 1/2019, em 2(duas) vias de igual teor e forma, para que produzam os efeitos legais.

Concórdia – SC 20 de agosto de 2019.

GENIR LOLI Prefeito de Lindóia do Sul Presidente do CIS Amauc	OLMIR PAULINHO BENJAMINI Prefeito de Piratuba
Roberto Kurtz Pereira OAB/SC 22.519	Vanderlei Roberto Picinini Contador CRC/SC 023.918

**CIS/AMURES****PORTARIA Nº 06 DE 21 DE AGOSTO DE 2019 - CIS/AMURES**

Publicação Nº 2130842

PORTARIA Nº 06 / 2019  
NOMEAÇÃO DE EMPREGO PÚBLICO

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMURES, Prefeito de Rio Rufino, Sr. Thiago Costa, no uso de suas atribuições que lhe confere seu respectivo estatuto, em seu artigo 22, inciso XX, e tendo em vista a classificação no Processo Seletivo nº 01/2019 homologado em 18 de Junho de 2019.

**RESOLVE:**

Art. 1º- Nomear nos termos do artigo 37, inciso II, da Constituição Federal do Brasil, 1988, a Sra. PRISCILA DOS SANTOS GOULART, brasileira, maior e capaz, RG nº 5.042.036, CPF nº 070.198.149-05, para exercer o cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, em caráter de emprego público, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, não havendo portanto, direito a estabilidade de emprego, conforme prevê a lei 11.107 de 06 de Abril de 2005, nível médio, criado pelo estatuto social em 30 de Setembro de 2013, do quadro de pessoal do CIS/AMURES, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lages, 22 de Agosto de 2019.

THIAGO COSTA

Presidente do CIS/AMURES

**TERMO DE POSSE EMPREGO PÚBLICO - PRISCILA SANTOS GOULART - CIS/AMURES**

Publicação Nº 2130846

TERMO DE POSSE PARA CARGO DE EMPREGO PÚBLICO – REGIDO PELA CLT “CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO”

**1-TERMO DE POSSE:**

Eu, PRISCILA DOS SANTOS GOULART, brasileira, maior de idade e capaz, casada, RG nº 5.042.036, CPF nº 070.198.149-05, residente e domiciliada à Rua Quinze de Novembro, 771, Bairro Coral, na cidade de Lages/SC, comprometo-me, nos termos do art. 37, inciso II, da Constituição Federal do Brasil, de 1988, a cumprir as atribuições, deveres e responsabilidades, em caráter de emprego público, regido pela CLT, Consolidação das Leis do Trabalho, não havendo portanto, direito a estabilidade de emprego, conforme Lei nº 11.107, que rege os Consórcios Públicos, inerentes ao cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, criado pelo estatuto social em 30 de Setembro de 2013, do quadro de pessoal do CIS/AMURES, com carga horária de 40 horas semanais, nomeada pela Portaria nº 06 de 22 de Agosto de 2019, publicado no DOM SC em 22 de Agosto de 2019, em virtude de aprovação em Processo Seletivo nº 01/2019, homologado em 18 de Junho de 2019. Apresento desde já a declaração de bens e valores que constituem meu patrimônio e atesto, sob as penas da lei, não exercer outro emprego ou função pública municipal, estadual ou federal, ressalvados os casos previstos na Constituição Federal do Brasil de 1988.

Lages, 22 de agosto de 2019.

THIAGO COSTA PRISCILA DOS SANTOS GOULART

Presidente CIS/AMURES Empossado

**CIS/AMVI****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2019 - MEDICAMENTOS**

Publicação Nº 2131021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - GERAL

PREGÃO ELETRÔNICO 05 / 2019

(Vigência de 22/08/2019 até 22/04/2020)

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, nº 466, bairro Velha, em Blumenau/SC, inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, e considerando a homologação da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para Registro de Preços, RESOLVE, nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 05/2019, registrar os preços das empresas indicadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas, nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e sujeitando-se as partes às normas constantes, conforme Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993, e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de MEDICAMENTOS, conforme especificações contidas no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 05/2019.

1.2 Os produtos deverão ser entregues nos endereços indicados pelas 15 (quinze) Secretarias de Saúde das cidades catarinenses da região do Médio Vale do Itajaí, consorciadas junto ao CISAMVI, conforme endereços discriminados no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº



05/2019.

1.3 As solicitações de fornecimento serão realizadas diretamente pelas Secretarias Municipais de Saúde, por intermédio de sistema informatizado disponibilizado pelo CISAMVI, conforme a necessidade de cada município, e a entrega deverá obedecer ao prazo estabelecido, sob pena de multa pelo atraso registrado.

## 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas pelos fornecedores vencedores da menor proposta são os que seguem:

A. G. KIENEN & CIA. LTDA. - CNPJ 82.225.947/0001-65					
Item	Produto	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
55	Bupropiona Cloridrato, 150 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	E. M. S.	46.800 CPR	R\$ 0,239	R\$ 11.185,200
94	Clorpromazina, 5 mg/ml, solução injetável, ampola com 5 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas.	HYPOFARMA	350 AMP	R\$ 0,960	R\$ 336,000
141	Escopolamina Butilbrometo, associada com Dipirona Sódica, 4mg + 500mg/ml, solução injetável, ampola com 5 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas.	HYPOFARMA	9.300 AMP	R\$ 1,260	R\$ 11.718,000
151	Fenobarbital Sódico, 100 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	UNIÃO QUÍMICA	640.000 CPR	R\$ 0,105	R\$ 67.200,000
213	Lidocaína cloridrato, 2%, com vasoconstritor, frasco-ampola com 20 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos-ampola.	HYPOFARMA	3.050 FAM	R\$ 2,436	R\$ 7.429,800
Total					R\$ 97.869,000
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - CNPJ 20.590.555/0001-48					
Item	Produto	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
60	Carbamazepina, 400 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	TEUTO	78.000 CPR	R\$ 0,360	R\$ 28.080,000
78	Ciclobenzaprina Cloridrato, 5 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	CIMED	150.200 CPR	R\$ 0,090	R\$ 13.518,000
86	Clonazepam, 2,5 mg/ml, solução oral - gotas, frasco com 20 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 frascos.	HIPOLABOR	12.240 FR	R\$ 1,735	R\$ 21.236,400
149	Fenitoína Sódica, 100 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	HIPOLABOR	536.200 CPR	R\$ 0,130	R\$ 69.706,000
271	Pentoxifilina, 400 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	E.M.S.	207.000 CPR	R\$ 0,554	R\$ 114.678,000
Total					R\$ 247.218,400
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. - CNPJ 00.802.002/0001-02					
Item	Produto	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
22	Aminofilina, 24 mg/ml, solução injetável, ampola com 10 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 ampolas.	TEUTO	1.550 AMP	R\$ 0,785	R\$ 1.216,750
34	Anlodipino Besilato, 5 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	TEUTO	3.551.000 CPR	R\$ 0,023	R\$ 81.673,000



44	Benzilpenicilina, Benzatina, 1.200.000 UI, suspensão injetável, frasco-ampola + ampola diluente, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 frascos.	TEUTO	16.700 FAM	R\$ 5,600	R\$ 93.520,000
51	Bromazepam, 6 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	TEUTO	42.800 CPR	R\$ 0,098	R\$ 4.194,400
58	Carbamazepina, 200 mg, comprimido, blister fracionável conforme RDC ANVISA 80/2006, ou embalagem primária com no máximo 15 comprimidos e embalagem secundária com no máximo 600 comprimidos.	TEUTO	2.245.400 CPR	R\$ 0,096	R\$ 215.558,400
70	Cefalexina (Cloridrato ou Sal Sódico), suspensão oral, 50 mg/ml, frasco com 50 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 60 frascos.	TEUTO	1.409.500 ML	R\$ 0,083	R\$ 116.988,500
73	Cetoconazol, 20 mg/g, creme tópico, bisnaga com 20 g ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 bisnagas.	THEODORO SOBRAL	128.700 G	R\$ 0,063	R\$ 8.108,100
77	Cianocobalamina, associada com Dexametasona, Piridoxina e Tiamina, 5 mg + 4 mg + 100 mg + 100 mg, solução injetável, ampola I com Vitaminas, ampola II com Dexametasona, ampolas com 1 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas.	ARESE	950 CJ	R\$ 8,000	R\$ 7.600,000
102	Dexametasona, 4 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	TEUTO	59.600 CPR	R\$ 0,177	R\$ 10.549,200
110	Diazepam, 5 mg/ml, solução injetável, ampola com 2 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 ampolas.	TEUTO	4.200 AMP	R\$ 0,535	R\$ 2.247,000
123	Divalproato de Sódio, 500 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	ZYDUS	1.800 CPR	R\$ 0,542	R\$ 975,600
140	Escopolamina Butilbrometo, 20 mg/ml, solução injetável, ampola com 1 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas.	TEUTO	10.550 AMP	R\$ 1,039	R\$ 10.961,450
156	Finasterida, 5 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	AUROBINDO	51.800 CPR	R\$ 0,495	R\$ 25.641,000
179	Hidroclorotiazida, 25 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	TEUTO	7.820.400 CPR	R\$ 0,012	R\$ 93.844,800
180	Hidrocortisona, Sal Succinato Sódico, 100 mg, pó liofilo para injetável, frasco-ampola, com diluente, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frasco-ampolas.	TEUTO	3.000 FAM	R\$ 2,314	R\$ 6.942,000
195	Ipratrópio Brometo, 0,25 mg/ml, solução para inalação, frasco de 20 ml, embalagem individual em cartucho.	TEUTO	11.630 FR	R\$ 0,650	R\$ 7.559,500
204	Levodopa, associado com Carbidopa, 250 mg + 25 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	TEUTO	214.000 CPR	R\$ 0,635	R\$ 135.890,000
218	Loratadina, 10 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	CIMED	792.600 CPR	R\$ 0,100	R\$ 79.260,000

232	Metoclopramida Cloridrato, 4 mg/ml, solução oral, frasco com 10 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	MARIOL	4.150 FR	R\$ 0,745	R\$ 3.091,750
247	Nifedipino, 20 mg, retard, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	GEOLAB	83.600 CPR	R\$ 0,121	R\$ 10.115,600
267	Paracetamol, 200 mg/ml, solução oral, frasco com 10 ml ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	FARMACE	631.400 ML	R\$ 0,060	R\$ 37.884,000
296	Secnidazol, 1.000 mg, comprimido, blister fracionável conforme RDC ANVISA 80/2016, ou blister com no máximo 2 comprimidos.	PHARLAB	25.800 CPR	R\$ 1,244	R\$ 32.095,200
305	Sulfametoxazol, associado com Trimetoprima, 40mg + 8mg/ml, suspensão oral, frasco com 50 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	THEODORO SOBRAL	441.200 ML	R\$ 0,019	R\$ 8.382,800
316	Timolol, 0,5%, solução oftálmica, frasco com 5 ml ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	TEUTO	27.650 ML	R\$ 0,250	R\$ 6.912,500

Total R\$ 1.001.211,550

ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES EIRELI - CNPJ 02.607.956/0001-81

Item	Produto	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
37	Atropina Sulfato, 0,25 mg/ml, solução injetável, ampola de 1 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 200 ampolas.	FARMACE	2.450 AMP	R\$ 0,375	R\$ 918,750

Total R\$ 918,750

ANTIBIÓTICOS DO BRASIL LTDA. - CNPJ 05.439.635/0004-56

Item	Produto	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
69	Cefalexina, 500 mg, cápsula, comprimido ou drágea, embalagem com no máximo 600 unidades.	ABL	1.028.200 UN	R\$ 0,260	R\$ 267.332,000

Total R\$ 267.332,000

AR FIOREZZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - CNPJ 10.869.890/0001-26

Item	Produto	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
128	Doxiciclina, 100 mg, cápsula, comprimido ou drágea, embalagem com máximo 600 unidades.	PHARLAB	53.000 UN	R\$ 0,120	R\$ 6.360,000
142	Espiramicina, 1.500.000 ui, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	SANOFI	18.500 CPR	R\$ 3,270	R\$ 60.495,000

Total R\$ 66.855,000

ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. - CNPJ 09.192.829/0001-08

Item	Produto	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
81	Citalopram, 20 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	ZYDUS	315.400 CPR	R\$ 0,130	R\$ 41.002,000
328	Venlafaxina Cloridrato, 150 mg, liberação controlada, cápsula ou comprimido, embalagem com no máximo 600 unidades.	TORRENT	43.800 UN	R\$ 1,000	R\$ 43.800,000

Total R\$ 84.802,000

BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA. - CNPJ 49.475.833/0016-84					
Item	Produto	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
79	Cilostazol, 100 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	BIOLAB	157.000 CPR	R\$ 0,310	R\$ 48.670,000
209	Levonorgestrel, associado com Etinilestradiol, 0,15 mg + 0,03 mg, blister calendário com 21 comprimidos.	BIOLAB	343.010 CPR	R\$ 0,040	R\$ 13.720,400
261	Ondansetrona Cloridrato, 4 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	BIOLAB	3.600 CPR	R\$ 2,298	R\$ 8.272,800
269	Paracetamol, associado com Codeína, 500 mg + 30 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	BIOLAB	654.200 CPR	R\$ 0,290	R\$ 189.718,000
Total					R\$ 260.381,200
CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. - CNPJ 03.652.030/0001-70					
Item	Produto	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
98	Complexo B + Frutose + Ácido Ascórbico EV, ampola com 10 ml, embalagem individual em cartucho ou com no Máximo 100 ampolas.	CRISTÁLIA	3.200 AMP	R\$ 4,300	R\$ 13.760,000
103	Dexametasona, 0,1%, creme, bisnaga com 10 g, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 bisnagas.	GREENPHARMA	61.800 BNG	R\$ 0,930	R\$ 57.474,000
114	Digoxina, 0,25 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	PHARLAB	351.000 CPR	R\$ 0,048	R\$ 16.848,000
120	Dipirona Sódica, 500 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	GREENPHARMA	1.643.200 CPR	R\$ 0,070	R\$ 115.024,000
159	Flunarizina Dicloridrato, 10 mg, cápsula ou comprimido, embalagem com no máximo 600 unidades.	VITAMEDIC	48.200 UN	R\$ 0,077	R\$ 3.711,400
214	Lidocaína Cloridrato, 2%, geléia, bisnaga com 10 g ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 bisnagas.	PHARLAB	131.750 G	R\$ 0,070	R\$ 9.222,500
281	Prometazina Cloridrato, 25 mg/ml, solução injetável, ampola com 2 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas.	CRISTÁLIA	5.200 AMP	R\$ 2,300	R\$ 11.960,000
300	Sinvastatina, 20 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	PHARLAB	9.057.200 CPR	R\$ 0,046	R\$ 416.631,200
Total					R\$ 644.631,100
CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - CNPJ 05.782.733/0001-49					
Item	Produto	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
41	Beclometasona Dipropionato, spray nasal, 50mcg/dose, frasco doseador com aerogador nasal, frasco com 200 doses, embalagem individual em cartucho.	GLAXO	400 FR	R\$ 16,640	R\$ 6.656,000
97	Colagenase, associada com Cloranfenicol, 0,6 UI + 1%, pomada, bisnaga com 15 g ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 bisnagas.	ABBOTT	217.200 G	R\$ 0,313	R\$ 67.983,600

201	Lactulose, 667 mg/ml, xarope, frasco com 120 ml ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	ABBOTT	674.880 ML	R\$ 0,051	R\$ 34.418,880
202	Levodopa, associado com Benserazida, 100 mg + 25 mg, comprimido bissulcado, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	ROCHE	472.200 CPR	R\$ 0,938	R\$ 442.923,600
203	Levodopa, associado com Benserazida, 200 mg + 50 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	ROCHE	402.000 CPR	R\$ 0,750	R\$ 301.500,000
211	Levotiroxina Sódica, 25 mcg, comprimido, embalagem secundária com 30 comprimidos.	ABBOTT	2.605.000 CPR	R\$ 0,126	R\$ 328.230,000
212	Levotiroxina Sódica, 50 mcg, comprimido, embalagem secundária com 30 comprimidos.	ABBOTT	2.969.200 CPR	R\$ 0,126	R\$ 374.119,200
312	Teofilina, 100 mg, cápsula, embalagem com no máximo 600 cápsulas.	ABBOTT	15.000 CP	R\$ 0,430	R\$ 6.450,000
322	Valproato de Sódio, 250 mg, cápsula, embalagem com no máximo 600 cápsulas.	ABBOTT	1.265.000 CP	R\$ 0,140	R\$ 177.100,000
323	Valproato de Sódio, 500 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	ABBOTT	620.200 CPR	R\$ 0,290	R\$ 179.858,000
Total					R\$ 1.919.239,280

## CIRÚRGICA BIOMÉDICA EIRELI - CNPJ 11.215.901/0001-17

Item	Produto	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
100	Cumarina associada com Troxerrutina, 15 mg + 90 mg, drácea, embalagem com no máximo 600 dráças.	CIFARMA	705.000 DRG	R\$ 0,120	R\$ 84.600,000
Total					R\$ 84.600,000

## COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA. - CNPJ 67.729.178/0004-91

Item	Produto	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
25	Amitriptilina Cloridrato, 25 mg, comprimido, blister fracionável conforme RDC ANVISA 80/2006 ou embalagem primária com no máximo 15 comprimidos e embalagem secundária com no máximo 600 comprimidos.	CRISTÁLIA	3.654.000 CPR	R\$ 0,071	R\$ 259.434,000
59	Carbamazepina, 20 mg/ml, suspensão oral, frasco com 100 ml, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	SANVAL	7.300 FR	R\$ 9,999	R\$ 72.992,700
63	Carbonato de Cálcio, associado com vitamina D3, 500mg de Cálcio + 200 UI, cápsula ou comprimido, embalagem com no máximo 600 unidades.	IMEC	835.000 UN	R\$ 0,094	R\$ 78.490,000
166	Glibenclamida, 5 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	MEDQUÍMICA	1.779.600 CPR	R\$ 0,018	R\$ 32.032,800
239	Miconazol Nitrato, 20 mg/g, creme dermatológico, bisnaga com 20 g ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 bisnagas.	HIPOLABOR	130.000 G	R\$ 0,061	R\$ 7.930,000
249	Nimesulida, 50 mg/ml, solução oral, frasco com 15 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 frascos.	VITAMEDIC	2.700 FR	R\$ 1,505	R\$ 4.063,500
Total					R\$ 454.943,000

CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA. - CNPJ 44.734.671/0001-51					
Item	Produto	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
49	Biperideno, 2 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	CRISTÁLIA	635.600 CPR	R\$ 0,160	R\$ 101.696,000
56	Cabergolina, 0,5 mg, comprimido, embalagem com no máximo 02 comprimidos.	CRISTÁLIA	10 CPR	R\$ 12,000	R\$ 120,000
74	Cetoprofeno, 100 mg/ml, solução injetável, EV, frasco ampola, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas.	CRISTÁLIA	7.700 FAM	R\$ 3,000	R\$ 23.100,000
92	Clorpromazina, 25 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	CRISTÁLIA	284.000 CPR	R\$ 0,180	R\$ 51.120,000
93	Clorpromazina, 40 mg/ml, solução oral - gotas, frasco com 20 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	CRISTÁLIA	1.050 FR	R\$ 5,370	R\$ 5.638,500
96	Codeína, 30 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	CRISTÁLIA	75.000 CPR	R\$ 0,730	R\$ 54.750,000
150	Fenitoína Sódica, 50 mg/ml, solução injetável, ampola com 5 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas.	CRISTÁLIA	2.250 AMP	R\$ 2,200	R\$ 4.950,000
152	Fenobarbital Sódico, 100 mg/ml, solução injetável, ampola com 2 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas.	CRISTÁLIA	1.200 AMP	R\$ 1,640	R\$ 1.968,000
153	Fenobarbital Sódico, 40 mg/ml, solução oral - gotas, frasco com 20 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	CRISTÁLIA	2.960 FR	R\$ 3,090	R\$ 9.146,400
158	Flufenazina, Sal Enantato, 25 mg/ml, injetável, ampola com 1 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas.	CRISTÁLIA	250 AMP	R\$ 4,320	R\$ 1.080,000
173	Haloperidol, 1 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	CRISTÁLIA	21.000 CPR	R\$ 0,110	R\$ 2.310,000
175	Haloperidol, 5 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	CRISTÁLIA	392.600 CPR	R\$ 0,170	R\$ 66.742,000
177	Haloperidol, Sal Decanoato, 50 mg/ml, solução injetável, ampola com 1 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 ampolas.	CRISTÁLIA	11.750 AMP	R\$ 3,990	R\$ 46.882,500
178	Heparina Sódica, 5.000 UI/0,25 ml, injetável, ampola com 0,25 ml, para uso subcutâneo, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 ampolas.	CRISTÁLIA	150 AMP	R\$ 4,280	R\$ 642,000
193	Imipramina Cloridrato, 25 mg, comprimido ou drágea, embalagem com no máximo 600 unidades.	CRISTÁLIA	517.800 UN	R\$ 0,260	R\$ 134.628,000
207	Levomepromazina, 25 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	CRISTÁLIA	496.200 CPR	R\$ 0,370	R\$ 183.594,000
208	Levomepromazina, 40 mg/ml, solução oral, frasco com 20 ml, embalagem individual em cartucho ou com no Máximo 50 frascos.	CRISTÁLIA	510 FR	R\$ 8,570	R\$ 4.370,700

216	Lidocaína cloridrato, 2%, solução injetável, sem vasoconstritor, tubete com 1,8 ml, embalagem com no máximo 100 tubetes.	CRISTÁLIA	2.500 TBT	R\$ 1,390	R\$ 3.475,000
242	Morfina Sulfato, 10 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	CRISTÁLIA	27.600 CPR	R\$ 0,370	R\$ 10.212,000
243	Morfina Sulfato, 10 mg/ml, solução injetável, ampola com 1 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas.	CRISTÁLIA	1.700 AMP	R\$ 2,130	R\$ 3.621,000
244	Morfina Sulfato, 30 mg, cápsula ou comprimido, embalagem com no máximo 600 unidades.	CRISTÁLIA	9.200 UN	R\$ 1,000	R\$ 9.200,000
259	Omeprazol, 40 mg, injetável, frasco-ampola, pó liofilo para injetável, com diluente, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frasco-ampolas.	CRISTÁLIA	1.200 FAM	R\$ 5,920	R\$ 7.104,000
262	Ondansetrona Cloridrato, 8 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	CRISTÁLIA	5.100 CPR	R\$ 1,610	R\$ 8.211,000
278	Prednisona, 20 mg, comprimido, blister fracionável conforme RDC ANVISA 80/2006, embalagem com no máximo 600 Comprimidos.	CRISTÁLIA	469.000 CPR	R\$ 0,221	R\$ 103.649,000
279	Prednisona, 5 Mg, comprimido, blister fracionável conforme RDC ANVISA 80/2006, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	CRISTÁLIA	431.400 CPR	R\$ 0,135	R\$ 58.239,000
280	Prometazina Cloridrato, 25 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	CRISTÁLIA	130.200 CPR	R\$ 0,110	R\$ 14.322,000
290	Risperidona, 1 mg/ml, solução oral, com pipeta dosadora, frasco com 30 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	CRISTÁLIA	2.765 FR	R\$ 9,800	R\$ 27.097,000
311	Tenoxicam, 20 mg, liofilizado, injetável, frasco-ampola, com diluente, uso IM e IV, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frasco-ampolas.	CRISTÁLIA	2.050 FAM	R\$ 5,900	R\$ 12.095,000
317	Tobramicina, 3 mg/ml, solução oftálmica, estéril, frasco com 5 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	CRISTÁLIA	9.830 FR	R\$ 9,500	R\$ 93.385,000
318	Tramadol Cloridrato, 100 mg/ml, solução oral, frasco com 10 ml ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	CRISTÁLIA	2.000 ML	R\$ 0,710	R\$ 1.420,000
Total					R\$ 1.044.768,100

DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. - CNPJ 02.520.829/0001-40

Item	Produto	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
27	Amoxicilina, 500 mg, cápsula ou comprimido, blister fracionável conforme RDC ANVISA 80/2006, embalagem com no máximo 600 unidades.	PRATI DONADUZZI	969.600 UN	R\$ 0,308	R\$ 298.636,800
39	Azitromicina, 500 mg, comprimido, blister fracionável conforme RDC ANVISA 80/2006, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	PRATI DONADUZZI	238.600 CPR	R\$ 0,730	R\$ 174.178,000

64	Carbonato de Lítio, 300 mg, comprimido, blister fracionável conforme RDC ANVISA 80/2006, ou embalagem primária com no máximo 15 comprimidos e embalagem secundária com no máximo 600 comprimidos.	HIPOLABOR	1.267.400 CPR	R\$ 0,310	R\$ 392.894,000
72	Cetoconazol, 200 mg, comprimido, blister fracionável conforme RDC ANVISA 80/2006, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	PRATI DONADUZZI	21.600 CPR	R\$ 0,350	R\$ 7.560,000
80	Ciprofloxacino Cloridrato, 500 mg, comprimido, blister fracionável conforme RDC ANVISA 80/2006, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	PRATI DONADUZZI	542.400 CPR	R\$ 0,289	R\$ 156.753,600
234	Metoprolol, Sal Succinato, 100 mg, comprimido de liberação controlada, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	ACCORD	43.000 CPR	R\$ 0,790	R\$ 33.970,000
307	Sulfato Ferroso, 25 mg/ml de Ferro II, solução oral, frasco com 30 ml, frasco conta-gotas, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	NATULAB	13.250 FR	R\$ 0,810	R\$ 10.732,500

Total					R\$ 1.074.724,900
-------	--	--	--	--	-------------------

**DIMERIOS COMÉRCIO DE MATERIAIS CIRÚRGICOS EIRELI - CNPJ 74.127.473/0001-90**

Item	Produto	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
210	Levotiroxina Sódica, 100 mcg, comprimido, embalagem secundária com 30 comprimidos.	MERCK	2.144.800 CPR	R\$ 0,140	R\$ 300.272,000

Total					R\$ 300.272,000
-------	--	--	--	--	-----------------

**DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA. - CNPJ 76.386.283/0001-13**

Item	Produto	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
42	Beclometasona Dipropionato, spray oral, 200 mg, frasco doseador com bocal aerogador, embalagem individual em cartucho.	CHIESI	800 FR	R\$ 58,000	R\$ 46.400,000
43	Beclometasona dipropionato, spray oral, 250 mcg/dose, frasco doseador com bocal aerogador, frasco com 200 doses, embalagem individual em cartucho.	CHIESI	2.550 FR	R\$ 57,000	R\$ 145.350,000

Total					R\$ 191.750,000
-------	--	--	--	--	-----------------

**F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - CNPJ 28.093.678/0001-85**

Item	Produto	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
47	Benzoilmetronidazol, 40 mg/ml, suspensão oral, frasco com 50 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 60 frascos.	E.M.S.	449.600 ML	R\$ 0,051	R\$ 22.929,600
82	Clarithromicina, 500 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	E.M.S.	15.300 CPR	R\$ 2,866	R\$ 43.849,800
230	Metilfenidato Cloridrato, 10 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	E.M.S.	176.600 CPR	R\$ 0,497	R\$ 87.770,200
238	Metronidazol, 400 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	LEGRAND	48.200 CPR	R\$ 0,400	R\$ 19.280,000
332	Zolpidem, 10 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	E.M.S.	31.400 CPR	R\$ 0,321	R\$ 10.079,400

Total					R\$ 183.909,000
-------	--	--	--	--	-----------------



GENÉSIO A. MENDES & CIA LTDA. - CNPJ 82.873.068/0001-40					
Item	Produto	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
131	Enoxaparina, 20 mg/0,2ml, injetável, subcutânea, seringa pré-enchida, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 seringas.	SANOFI	330 SRG	R\$ 12,490	R\$ 4.121,700
133	Enoxaparina, 60mg/0,6 ml, injetável, seringa graduada, seringa, subcutânea, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 seringas.	SANOFI	620 SRG	R\$ 20,100	R\$ 12.462,000
134	Enoxaparina, 80mg/0,8 ml, injetável, seringa graduada, seringa, subcutânea, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 seringas.	SANOFI	100 SRG	R\$ 26,150	R\$ 2.615,000
Total					R\$ 19.198,700
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. - CNPJ 12.889.035/0001-02					
Item	Produto	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
8	Ácidos Graxos Essenciais + Vitamina E + Vitamina A, frasco com no máximo 200 ml, produto registrado no ministério da saúde como de grau III, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	NUTRIEX	2.435.500 ML	R\$ 0,015	R\$ 36.532,500
23	Amiodarona, 200 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	GEOLAB	600.400 CPR	R\$ 0,526	R\$ 315.810,400
172	Glimepirida, 2 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	CIMED	151.600 CPR	R\$ 0,068	R\$ 10.308,800
186	Hidroxizina Cloridrato, 2 mg/ml, solução oral, frasco com 50 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	NATIVITA	30.000 ML	R\$ 0,033	R\$ 990,000
198	Isossorbida, Sal Mononitrato, 20 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	ZYDUS	311.600 CPR	R\$ 0,078	R\$ 24.304,800
199	Isossorbida, Sal Mononitrato, 40 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	ZYDUS	107.000 CPR	R\$ 0,172	R\$ 18.404,000
270	Paroxetina Cloridrato, 20 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	ZYDUS	266.200 CPR	R\$ 0,219	R\$ 58.297,800
288	Retinol, associada com Colecalciferol e Óxido de Zinco, 5.000 UI + 900 UI + 150 mg/g, pomada, bisnaga com 25 g ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 bisnagas.	CIMED	5.200 G	R\$ 0,069	R\$ 358,800
310	Tansulosina, 0,4 mg, cápsula ou comprimido, embalagem com no máximo 600 unidades.	GEOLAB	4.900 UN	R\$ 0,956	R\$ 4.684,400
315	Tiamina, 300 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	HIPOLABOR	40.000 CPR	R\$ 0,179	R\$ 7.160,000
Total					R\$ 476.851,500
LIFE CENTER COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - CNPJ 21.227.039/0001-16					
Item	Produto	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
155	Fenoterol Bromidrato, 5 mg/ml, solução oral, frasco com 20 ml, embalagem individual em cartucho.	HIPOLABOR	13.370 FR	R\$ 3,050	R\$ 40.778,500

Total					R\$ 40.778,500
MCW PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA. - CNPJ 94.389.400/0001-84					
Item	Produto	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
10	Água Destilada, Bidestilada, estéril, apirogênica, ampola com 5 ml, embalagem com no máximo 200 ampolas.	SAMTEC	7.000 AMP	R\$ 0,180	R\$ 1.260,000
105	Dexametasona, 4 mg/ml, solução injetável, ampola com 2,50 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas.	HYPOFARMA	4.600 AMP	R\$ 0,780	R\$ 3.588,000
167	Gliclazida, 30 mg, liberação controlada, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	RANBAXY	218.800 CPR	R\$ 0,097	R\$ 21.223,600
233	Metoclopramida Cloridrato, 5 mg/ml, solução injetável, ampola com 2 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 ampolas.	FARMACE	11.544 AMP	R\$ 0,365	R\$ 4.213,560
241	Midazolam 5 mg/ml, solução injetável, ampola com 3 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas.	UNIÃO QUÍMICA	1.500 AMP	R\$ 1,830	R\$ 2.745,000
254	Nortriptilina Cloridrato, 25 mg, cápsula, embalagem com no máximo 600 cápsulas.	RANBAXY	245.200 CP	R\$ 0,199	R\$ 48.794,800
255	Nortriptilina Cloridrato, 50 mg, cápsula, embalagem com no máximo 600 cápsulas.	RANBAXY	127.200 CP	R\$ 0,449	R\$ 57.112,800
256	Nortriptilina Cloridrato, 75 mg, cápsula, embalagem com no máximo 600 cápsulas.	RANBAXY	136.100 CP	R\$ 0,493	R\$ 67.097,300
264	Oxcarbazepina, 600 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	RANBAXY	26.000 CPR	R\$ 0,840	R\$ 21.840,000
329	Venlafaxina Cloridrato, 75 mg, cápsula ou comprimido, embalagem com no máximo 600 unidades.	RANBAXY	472.400 UN	R\$ 0,379	R\$ 179.039,600
Total					R\$ 406.914,660
MEDIGRAM COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI - CNPJ 04.470.877/0001-05					
Item	Produto	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Acetilcisteína, 600 mg, granulado para solução oral, envelope com 5 g, embalagem com no máximo 30 envelopes.	E.M.S.	11.700 ENV	R\$ 0,999	R\$ 11.688,300
18	Alprazolam, 1 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	E.M.S.	30.600 CPR	R\$ 0,080	R\$ 2.448,000
26	Amitriptilina Cloridrato, 75 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	E.M.S.	82.800 CPR	R\$ 0,199	R\$ 16.477,200
53	Budesonida, aerossol nasal, 32 mcg/dose, frasco com válvula dosificadora, frasco com 120 doses, embalagem individual em cartucho.	LEGRAND	1.300 FR	R\$ 9,469	R\$ 12.309,700
54	Budesonida, aerossol nasal, 50 mcg/dose, frasco com válvula dosificadora, frasco com 120 doses, embalagem individual em cartucho.	ACHE	2.100 FR	R\$ 23,880	R\$ 50.148,000
65	Carvedilol, 12,5 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	E.M.S.	1.441.200 CPR	R\$ 0,085	R\$ 122.502,000
66	Carvedilol, 25 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	E.M.S.	505.400 CPR	R\$ 0,119	R\$ 60.142,600

67	Carvedilol, 3,125 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	E.M.S.	304.000 CPR	R\$ 0,065	R\$ 19.760,000
68	Carvedilol, 6,25 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	E.M.S.	559.800 CPR	R\$ 0,072	R\$ 40.305,600
95	Clortalidona, 25 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	E.M.S.	15.200 CPR	R\$ 0,193	R\$ 2.933,600
185	Hidroxizina Cloridrato, 25 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	E.M.S.	21.800 CPR	R\$ 0,214	R\$ 4.665,200
220	Lorazepam, 2 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	E.M.S.	41.600 CPR	R\$ 0,099	R\$ 4.118,400
265	Oxcarbazepina, 60 mg/ml, suspensão oral, frasco com 100 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	UNIÃO QUÍMICA	250 FR	R\$ 17,999	R\$ 4.499,750
Total					R\$ 351.998,350

## MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S/A - CNPJ 07.752.236/0001-23

Item	Produto	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
119	Diosmina, associada com Hesperidina, 450 mg + 50 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	CIFARMA	286.200 CPR	R\$ 0,329	R\$ 94.159,800
146	Estrogênios Conjugados, 0,625 mg, embalagem individual com blister de 28 comprimidos.	MABRA	179.760 CPR	R\$ 0,800	R\$ 143.808,000
147	Extrato Medicinal de Castanha da Índia (Aesculus Hippocastanum L.), 100 mg, cápsula ou comprimido, embalagem com no máximo 600 unidades.	CIFARMA	179.200 UN	R\$ 0,105	R\$ 18.816,000
215	Lidocaína cloridrato, 2%, injetável, sem vasoconstritor, frasco-ampola de 20 ml, embalagem individual ou com no máximo 25 frascos.	HYPOFARMA	4.075 FAM	R\$ 2,480	R\$ 10.106,000
251	Nistatina, 25.000 ui/g, creme vaginal, bisnaga com 40 g ou mais, com 7 (sete) aplicadores, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 bisnagas.	GREENPHARMA	314.500 G	R\$ 0,058	R\$ 18.241,000
258	Omeprazol, 20 mg, cápsula ou comprimido, em embalagem primária blister e embalagem secundária com no máximo 600 unidades.	CIFARMA	11.420.400 UN	R\$ 0,056	R\$ 639.542,400
Total					R\$ 924.673,200

## NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - CNPJ 11.034.934/0001-60

Item	Produto	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
3	Aciclovir, 50 mg/g, creme dermatológico, bisnaga com 10 g, embalagem com no máximo 100 bisnagas.	PRATI DONADUZZI	3.000 BNG	R\$ 1,799	R\$ 5.397,000
11	Albendazol, 400 mg, comprimido mastigável, blister fracionável conforme RDC ANVISA 80/2006, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	PRATI DONADUZZI	91.700 CPR	R\$ 0,265	R\$ 24.300,500
12	Albendazol, 40 mg/ml, suspensão oral, frasco com 10 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 200 frascos.	PRATI DONADUZZI	38.000 FR	R\$ 0,979	R\$ 37.202,000
16	Alopurinol, 100 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	PRATI DONADUZZI	1.159.000 CPR	R\$ 0,066	R\$ 76.494,000

17	Alopurinol, 300 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	PRATI DONADUZZI	35.600 CPR	R\$ 0,189	R\$ 6.728,400
28	Amoxicilina 50 mg/ml, pó para suspensão oral, frasco com 60 ml, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 60 frascos.	PRATI DONADUZZI	38.460 FR	R\$ 3,259	R\$ 125.341,140
31	Ampicilina, 500 mg, cápsula ou comprimido, embalagem com no máximo 840 unidades.	PRATI DONADUZZI	1.680 UN	R\$ 0,347	R\$ 582,960
35	Atenolol, 100 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	PRATI DONADUZZI	70.000 CPR	R\$ 0,074	R\$ 5.180,000
36	Atenolol, 50 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	PRATI DONADUZZI	5.052.400 CPR	R\$ 0,037	R\$ 186.938,800
38	Azitromicina, 40 mg/ml, pó para suspensão oral, com dosador graduado, frasco com 600 mg, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	PRATI DONADUZZI	19.450 FR	R\$ 5,787	R\$ 112.557,150
113	Digoxina, 0,05 mg/ml, elixir, frasco de 60 ml ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	PRATI DONADUZZI	33.050 ML	R\$ 0,103	R\$ 3.404,150
137	Eritromicina Estolato, 50 mg/ml, suspensão oral, frasco com 50 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	PRATI DONADUZZI	40.050 ML	R\$ 0,068	R\$ 2.723,400
163	Furosemida, 40 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	PRATI DONADUZZI	1.662.800 CPR	R\$ 0,031	R\$ 51.546,800
189	Ibuprofeno, 600 mg, comprimido ou drágea, embalagem com no máximo 600 unidades.	PRATI DONADUZZI	2.823.000 UN	R\$ 0,185	R\$ 522.255,000
205	Levofloxacino, 500 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	PRATI DONADUZZI	10.000 CPR	R\$ 0,549	R\$ 5.490,000
219	Loratadina, 1 mg/ml, xarope, frasco com 30 ml ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	PRATI DONADUZZI	836.500 ML	R\$ 0,023	R\$ 19.239,500
221	Losartana Potássica, 50 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	PRATI DONADUZZI	10.193.200 CPR	R\$ 0,059	R\$ 601.398,800
226	Metformina Cloridrato, 500 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	PRATI DONADUZZI	3.017.000 CPR	R\$ 0,069	R\$ 208.173,000
227	Metformina Cloridrato, 850 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	PRATI DONADUZZI	6.599.000 CPR	R\$ 0,055	R\$ 362.945,000
237	Metronidazol, 250 mg, comprimido, em embalagem primária blister e embalagem secundária com no máximo 600 unidades.	PRATI DONADUZZI	337.800 CPR	R\$ 0,092	R\$ 31.077,600
240	Miconazol Nitrato, 2% (20 mg/g), creme vaginal, bisnaga com 80 g, com 7 (sete) aplicadores, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 bisnagas.	PRATI DONADUZZI	9.500 BNG	R\$ 5,381	R\$ 51.119,500
245	Neomicina, associada com Bacitracina, 5mg + 250 UI/g, pomada, bisnaga com 10 g ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 200 bisnagas.	PRATI DONADUZZI	381.000 G	R\$ 0,129	R\$ 49.149,000
248	Nimesulida, 100 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	PRATI DONADUZZI	2.080.600 CPR	R\$ 0,050	R\$ 104.030,000

250	Nistatina, 100.000 UI/ml, suspensão oral, frasco com 30 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	PRATI DONADUZZI	224.200 ML	R\$ 0,070	R\$ 15.694,000
289	Risperidona, 1 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	PRATI DONADUZZI	989.600 CPR	R\$ 0,089	R\$ 88.074,400
291	Risperidona, 2 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	PRATI DONADUZZI	357.800 CPR	R\$ 0,104	R\$ 37.211,200
292	Risperidona, 3 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	PRATI DONADUZZI	31.000 CPR	R\$ 0,160	R\$ 4.960,000
297	Sertralina Cloridrato, 50 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	PRATI DONADUZZI	1.337.400 CPR	R\$ 0,107	R\$ 143.101,800
304	Sulfametoxazol associado com Trimetoprima, 400 mg + 80 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	PRATI DONADUZZI	317.800 CPR	R\$ 0,089	R\$ 28.284,200
330	Verapamil Cloridrato, 80 mg, comprimido, embalagem com no máximo 800 comprimidos.	PRATI DONADUZZI	95.000 CPR	R\$ 0,099	R\$ 9.405,000
Total					R\$ 2.920.004,300

## NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA. - CNPJ 75.014.167/0001-00

Item	Produto	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
61	Carbonato de Cálcio 1250 mg (equivalente a 500 mg de cálcio), comprimido, registrado como medicamento, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	NUNES FARMA	207.000 CPR	R\$ 0,350	R\$ 72.450,000
Total					R\$ 72.450,000

## PHARMA LOG PRODUTOS FARMACÊUTICOS EIRELI - CNPJ 13.485.130/0001-03

Item	Produto	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
168	Gliclazida, 60 mg, liberação prolongada, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	SERVIER	883.000 CPR	R\$ 0,260	R\$ 229.580,000
Total					R\$ 229.580,000

## PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA. - CNPJ 02.816.696/0001-54

Item	Produto	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
32	Ampicilina, suspensão, 50 mg/ml, frasco com 60 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	PRATI DONADUZZI	3.000 ML	R\$ 0,060	R\$ 180,000
52	Bromoprida, 4 mg/ml, gotas, frasco com 10 ml ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 200 frascos.	MARIOL	116.000 ML	R\$ 0,052	R\$ 6.032,000
57	Captopril, 25 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	PRATI DONADUZZI	1.886.000 CPR	R\$ 0,022	R\$ 41.492,000
90	Cloreto de Sódio, associado com Cloreto de Benzalcônio, 0,9% + 0,01%, solução nasal, frasco com no máximo 30 ml, com conta gotas, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	MARIOL	213.500 ML	R\$ 0,023	R\$ 4.910,500
104	Dexametasona, 2 mg/ml, solução injetável, ampola com 1 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas.	FARMACE	850 AMP	R\$ 0,450	R\$ 382,500

121	Dipirona Sódica, 500 mg/ml, solução injetável, ampola com 2 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 ampolas.	FARMACE	28.900 AMP	R\$ 0,400	R\$ 11.560,000
132	Enoxaparina, 40 mg/0,4ml, injetável, subcutânea, seringa pré-enchida, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 seringas.	MYLAN	26.370 SRG	R\$ 13,809	R\$ 364.143,330
170	Glicose 25%, solução injetável, ampola com 10 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 200 ampolas.	SAMTEC	2.100 AMP	R\$ 0,190	R\$ 399,000
171	Glicose 50%, solução injetável, ampola com 10 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 200 ampolas.	SAMTEC	5.900 AMP	R\$ 0,200	R\$ 1.180,000
184	Hidróxido de Ferro III, solução injetável, equivalente a 20 mg/ml de Ferro III, uso endovenoso, na forma de complexo coloidal, ampola com 5 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 ampolas.	BLAU	500 AMP	R\$ 5,620	R\$ 2.810,000
217	Lidocaína Cloridrato, associada com Norepinefrina, 2% + 1:50.000, injetável, tubete com 1,80 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 tubetes.	CRISTÁLIA	500 TBT	R\$ 1,149	R\$ 574,500
231	Metoclopramida Cloridrato, 10 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	HIPOLABOR	353.000 CPR	R\$ 0,089	R\$ 31.417,000
236	Metronidazol, 100 mg/g, gel vaginal, com aplicador, bisnaga com 40 g ou mais, com 7 (sete) aplicadores, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 bisnagas.	PRATI DONADUZZI	461.500 G	R\$ 0,074	R\$ 34.151,000
246	Nifedipino, 10 mg, cápsula ou comprimido, embalagem com no máximo 600 unidades.	GEOLAB	59.000 UN	R\$ 0,030	R\$ 1.770,000
260	Ondansetrona Cloridrato, 2 mg/ml, injetável, ampola com 2 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas.	HYPOFARMA	2.600 AMP	R\$ 1,110	R\$ 2.886,000
283	Propiltiouracil, 100 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	BIOLAB	48.000 CPR	R\$ 0,531	R\$ 25.488,000
303	Sulfadiazina de Prata, 1%, creme, bisnaga com no máximo 50 g, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 bisnagas.	PRATI DONADUZZI	398.100 G	R\$ 0,085	R\$ 33.838,500
Total					R\$ 563.214,330
PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - CNPJ 04.355.394/0001-51					
Item	Produto	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
235	Metoprolol, Sal Succinato, 50 mg, liberação controlada, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	ASTRAZENECA	565.400 CPR	R\$ 0,430	R\$ 243.122,000
Total					R\$ 243.122,000
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. - CNPJ 81.706.251/0001-98					
Item	Produto	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
4	Ácido Acetilsalicílico, 100 mg, comprimido, embalagem com no máximo 1000 comprimidos.	THEODORO SOBRAL	6.025.000 CPR	R\$ 0,018	R\$ 108.450,000

5	Ácido Fólico, 0,2 mg/ml, solução oral - gotas, frasco de 30 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 frascos.	NATULAB	14.320 FR	R\$ 4,670	R\$ 66.874,400
6	Ácido Fólico, 5 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	NATULAB	825.800 CPR	R\$ 0,035	R\$ 28.903,000
15	Alendronato de Sódio, 70 mg, comprimido, blister com 4 comprimidos.	ELOFAR	213.600 CPR	R\$ 0,179	R\$ 38.234,400
19	Ambroxol, sal cloridrato, 3 mg/ml, xarope infantil, frasco com 100 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	NATULAB	947.500 ML	R\$ 0,014	R\$ 13.265,000
20	Ambroxol, sal cloridrato, 6 mg/ml, xarope adulto, frasco com 100 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	NATULAB	885.300 ML	R\$ 0,014	R\$ 12.394,200
29	Amoxicilina, associada com Clavulanato de Potássio, 500 mg + 125 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	SANDOZ	367.600 CPR	R\$ 0,740	R\$ 272.024,000
30	Amoxicilina, associada com Clavulanato de Potássio, 50mg + 12,5mg/ml, suspensão, frasco com 75 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 60 frascos.	SANDOZ	1.212.500 ML	R\$ 0,128	R\$ 155.200,000
50	Bromazepam, 3 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	BRAINFARMA	798.000 CPR	R\$ 0,079	R\$ 63.042,000
62	Carbonato de Cálcio, associado com Vitamina D3, 1250 mg (equivalente a 500 mg de Cálcio) + 400 UI, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	NATULAB	1.290.000 CPR	R\$ 0,093	R\$ 119.970,000
83	Clomipramina, 25 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	NOVARTIS	183.000 CPR	R\$ 0,750	R\$ 137.250,000
88	Clopidogrel (bissulfato) 75 mg, comprimido, embalagem com no máximo 100 comprimidos.	SANDOZ	771.800 CPR	R\$ 0,299	R\$ 230.768,200
89	Cloreto de Sódio, 0,9%, spray nasal, frasco com no máximo 50 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	NATULAB	60.000 ML	R\$ 0,061	R\$ 3.660,000
107	Dexclorfeniramina Maleato, 2 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	BRAINFARMA	251.800 CPR	R\$ 0,059	R\$ 14.856,200
122	Dipirona Sódica, 500 mg/ml, solução oral gotas, frasco com 10 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 200 frascos.	NATULAB	50.400 FR	R\$ 0,609	R\$ 30.693,600
124	Domperidona, 10 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	MEDLEY	25.200 CPR	R\$ 0,079	R\$ 1.990,800
125	Domperidona, 1 mg/ml, suspensão oral, frasco com 60 ml ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	MEDLEY	3.100 ML	R\$ 0,094	R\$ 291,400
126	Doxazosina Mesilato, 2 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	SANDOZ	1.323.200 CPR	R\$ 0,105	R\$ 138.936,000
127	Doxazosina Mesilato, 4 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	SANDOZ	60.000 CPR	R\$ 0,265	R\$ 15.900,000



129	Enalapril Maleato, 10 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	MEDQUÍMICA	8.915.200 CPR	R\$ 0,029	R\$ 258.540,800
143	Espironolactona, 25 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	ASPEN	1.551.000 CPR	R\$ 0,129	R\$ 200.079,000
144	Estradiol Valerato, associado com Noretisterona Enantato, 50 mg + 5 mg/1 ml, injetável, ampola com 1 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 ampolas.	MABRA	6.300 AMP	R\$ 8,999	R\$ 56.693,700
157	Fluconazol, 150 mg, cápsula, blister fracionável conforme RDC ANVISA 80/2006 ou embalagem primária com no máximo 02 cápsulas, embalagem com no máximo 600 cápsulas.	MEDQUÍMICA	213.400 CP	R\$ 0,339	R\$ 72.342,600
182	Hidróxido de Alumínio, 61,5 mg/ml, suspensão oral, frasco com 100 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	NATULAB	470.300 ML	R\$ 0,016	R\$ 7.524,800
183	Hidróxido de Alumínio, associado ao Hidróxido de Magnésio, 60 mg + 40 mg/ml, suspensão oral, frasco com 100 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	NATULAB	275.000 ML	R\$ 0,019	R\$ 5.225,000
190	Ibuprofeno, 20 mg/ml, suspensão oral, frasco com 100 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	NATULAB	120.500 ML	R\$ 0,032	R\$ 3.856,000
191	Ibuprofeno 50 mg/ml, suspensão oral, frasco com no máximo 30 ml, embalagem individual ou com no máximo 100 frascos.	NATULAB	927.400 ML	R\$ 0,029	R\$ 26.894,600
223	Mebendazol, 20 mg/ml, suspensão oral, frasco com 30 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	NATULAB	2.300 FR	R\$ 1,110	R\$ 2.553,000
252	Nitrofurantoína, 100 mg, cápsula, embalagem com no máximo 600 cápsulas.	COSMED	164.000 CP	R\$ 0,249	R\$ 40.836,000
253	Noretisterona, 0,35 mg, comprimido, blister calendário com 35 comprimidos.	BIOLAB	77.200 CPR	R\$ 0,165	R\$ 12.738,000
257	Óleo Mineral 100%, uso oral, adulto e pediátrico, frasco com 60 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	NATULAB	542.100 ML	R\$ 0,018	R\$ 9.757,800
273	Permetrina, 10 mg/ml, loção, frasco com 60 ml ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	IFAL	512.600 ML	R\$ 0,022	R\$ 11.277,200
275	Pirimetamina, 25 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	FARMOQUÍMICA	12.000 CPR	R\$ 0,071	R\$ 852,000
276	Piroxicam, 20 mg, cápsula ou comprimido, embalagem com no máximo 600 unidades.	BRAINFARMA	9.000 UN	R\$ 0,099	R\$ 891,000
282	Propatilnitrato, 10 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	FARMOQUÍMICA	372.400 CPR	R\$ 0,213	R\$ 79.321,200
285	Ranitidina Cloridrato, 150 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	MEDQUÍMICA	876.200 CPR	R\$ 0,083	R\$ 72.724,600

293	Sais para reidratação oral, pó, composto por: Cloreto de Sódio 3,5 g + Glicose 20 g, + Citrato de Sódio 2,9 g + Cloreto de Potássio 1,5 g, para 1.000 ml de solução pronta, segundo padrão OMS, envelope contendo 27,9 g, envelope, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 envelopes.	NATULAB	65.900 ENV	R\$ 0,429	R\$ 28.271,100
295	Salbutamol, 0,4 mg/ml, xarope, frasco com 100 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	NATULAB	103.150 ML	R\$ 0,008	R\$ 825,200
298	Simeticona, 75 mg/ml, emulsão oral, frasco com 10 ml ou mais, frasco conta-gotas, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 200 frascos.	NATULAB	32.700 ML	R\$ 0,071	R\$ 2.321,700
299	Sinvastatina, 10 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	SANDOZ	44.000 CPR	R\$ 0,052	R\$ 2.288,000
302	Sulfadiazina, 500 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	THEODORO SOBRAL	31.800 CPR	R\$ 0,189	R\$ 6.010,200
306	Sulfato de Magnésio, 50%, solução injetável, ampola de 10 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 200 ampolas.	HALEX ISTAR	900 AMP	R\$ 4,598	R\$ 4.138,200
308	Sulfato Ferroso, 40 mg de Ferro II, comprimido revestido, embalagem com no máximo 1.500 comprimidos.	NATULAB	1.908.800 CPR	R\$ 0,029	R\$ 55.355,200
326	Varfarina Sódica, 2,5 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	FARMOQUÍMICA	4.200 CPR	R\$ 0,302	R\$ 1.268,400
327	Varfarina Sódica, 5 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	FARMOQUÍMICA	480.800 CPR	R\$ 0,125	R\$ 60.100,000
331	Vitaminas do Complexo B, composição mínima de vitaminas: B1,B2,B3,B5 e B6, frasco com 100 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	MEDQUÍMICA	100 FR	R\$ 2,490	R\$ 249,000

Total R\$ 2.475.637,500

SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. - CNPJ 05.531.725/0001-20

Item	Produto	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
9	Água Destilada, Bidestilada, estéril, apirrogênica, ampola com 10 ml, embalagem com no máximo 200 ampolas.	FARMACE	16.600 AMP	R\$ 0,130	R\$ 2.158,000
21	Aminofilina, 100 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	HIPOLABOR	289.800 CPR	R\$ 0,060	R\$ 17.388,000
33	Anlodipino Besilato, 10 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	E.M.S.	429.400 CPR	R\$ 0,050	R\$ 21.470,000
45	Benzilpenicilina, Benzatina, 600.000 UI, suspensão injetável, frasco-ampola, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos-ampolas.	TEUTO	5.050 FAM	R\$ 8,798	R\$ 44.429,900
48	Betametasona Acetato, associada com Betametasona Fosfato, 3mg + 3mg/ml, injetável, ampola com 1 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas.	UNIÃO QUÍMICA	7.400 AMP	R\$ 5,640	R\$ 41.736,000

75	Cetoprofeno, 50 mg/ml, solução injetável, intramuscular, ampola com 2 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas.	UNIÃO QUÍMICA	9.850 AMP	R\$ 1,224	R\$ 12.056,400
84	Clomipramina, 75 mg, liberação lenta, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	E.M.S.	38.400 CPR	R\$ 1,447	R\$ 55.564,800
85	Clonazepam, 0,5 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	GEOLAB	326.600 CPR	R\$ 0,066	R\$ 21.555,600
91	Clorpromazina, 100 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	UNIÃO QUÍMICA	432.800 CPR	R\$ 0,180	R\$ 77.904,000
101	Deslanosídeo, 0,2 mg/ml, solução injetável, ampola com 2 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas.	UNIÃO QUÍMICA	350 AMP	R\$ 1,344	R\$ 470,400
106	Dexclorfeniramina Maleato, 0,4 mg/ml, solução oral, frasco com 100 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	HIPOLABOR	1.240.500 ML	R\$ 0,009	R\$ 11.164,500
112	Diclofenaco, Sal Sódico, 25 mg/ml, solução injetável, ampola com 3 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 200 ampolas.	FARMACE	31.550 AMP	R\$ 0,560	R\$ 17.668,000
115	Diltiazem Cloridrato, 60 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	E.M.S.	534.800 CPR	R\$ 0,350	R\$ 187.180,000
117	Dimenidrinato, associado com Piridoxina Cloridrato, 50mg + 50mg/ml, solução injetável, ampola com 1 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas.	UNIÃO QUÍMICA	15.050 AMP	R\$ 1,224	R\$ 18.421,200
130	Enalapril Maleato, 20 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	MEDQUÍMICA	2.215.200 CPR	R\$ 0,039	R\$ 86.392,800
135	Epinefrina, 1 mg/ml, solução injetável, ampola com 1 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 ampolas.	HIPOLABOR	9.050 AMP	R\$ 1,770	R\$ 16.018,500
138	Escopolamina Butilbrometo, 10 mg, drágea, blister fracionável conforme RDC ANVISA 80/2006, embalagem com no máximo 600 drágeas.	UNIÃO QUÍMICA	661.800 DRG	R\$ 0,530	R\$ 350.754,000
145	Estriol Creme Vaginal, 1mg/g, bisnaga com 50 g, com 1 aplicador, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 bisnagas.	SANVAL	600 BNG	R\$ 10,750	R\$ 6.450,000
160	Fluoxetina, 20 mg, cápsula ou comprimido, embalagem com no máximo 600 unidades.	TEUTO	4.737.800 UN	R\$ 0,057	R\$ 270.054,600
161	Folinato de Cálcio (Ácido Fólinico), 15 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	HIPOLABOR	60.600 CPR	R\$ 1,000	R\$ 60.600,000
162	Furosemida, 10 mg/ml, solução injetável, ampola com 2 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 60 ampolas.	FARMACE	6.030 AMP	R\$ 0,400	R\$ 2.412,000
169	Gliconato de Cálcio, 10%, solução injetável, ampola com 10 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 200 ampolas.	HALEX ISTAR	800 AMP	R\$ 1,350	R\$ 1.080,000

174	Haloperidol, 2 mg/ml, solução oral-gotas, frasco com 10 ml ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 200 frascos.	UNIÃO QUÍMICA	22.350 ML	R\$ 0,123	R\$ 2.749,050
176	Haloperidol 5 mg/ml, solução injetável, ampola de 1 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 ampolas.	UNIÃO QUÍMICA	2.720 AMP	R\$ 1,025	R\$ 2.788,000
181	Hidrocortisona, Sal Succinato Sódico, 500 mg, pó liófilo para injetável, frasco-ampola, com diluente, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frasco-ampolas.	TEUTO	6.800 FAM	R\$ 4,800	R\$ 32.640,000
188	Ibuprofeno, 300 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	MULTILAB	80.000 CPR	R\$ 0,124	R\$ 9.920,000
200	Ivermectina, 6 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	VITAMEDIC	18.900 CPR	R\$ 0,160	R\$ 3.024,000
225	Medroxiprogesterona Acetato, 150 mg/ml, solução injetável, ampola com 1 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas.	UNIÃO QUÍMICA	6.300 AMP	R\$ 12,100	R\$ 76.230,000
268	Paracetamol, 500 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	HIPOLABOR	3.020.600 CPR	R\$ 0,039	R\$ 117.803,400
277	Prednisolona Fosfato Sódico, 3 mg/ml, solução oral, frasco com 30 ml ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	HIPOLABOR	1.240.700 ML	R\$ 0,048	R\$ 59.553,600
284	Propranolol Cloridrato, 40 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos	PRATI DONADUZZI	1.683.400 CPR	R\$ 0,028	R\$ 47.135,200
286	Ranitidina Cloridrato, 25 mg/ml, solução injetável, ampola com 2 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 ampolas.	FARMACE	4.000 AMP	R\$ 0,420	R\$ 1.680,000
294	Salbutamol, 100 mcg/dose, aerosol oral, frasco com 200 doses, embalagem individual em cartucho.	TEUTO	37.200 FR	R\$ 6,260	R\$ 232.872,000
301	Sinvastatina, 40 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	E.M.S.	2.246.400 CPR	R\$ 0,080	R\$ 179.712,000
319	Tramadol Cloridrato, 50 mg, cápsula ou comprimido, embalagem com no máximo 600 unidades.	HIPOLABOR	1.330.500 UN	R\$ 0,124	R\$ 164.982,000
320	Tramadol Cloridrato, 50 mg/ml, solução injetável, ampola com 1 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 ampolas.	TEUTO	6.300 AMP	R\$ 0,840	R\$ 5.292,000
324	Valproato de Sódio, 50 mg/ml, xarope, frasco com 100 ml, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	HIPOLABOR	19.400 FR	R\$ 2,900	R\$ 56.260,000
325	Valsartana, 160 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	E.M.S.	21.600 CPR	R\$ 0,899	R\$ 19.418,400
Total					R\$ 2.334.988,350
VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI - CNPJ 27.860.256/0001-25					
Item	Produto	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
2	Aciclovir, 200 mg, comprimido, blister fracionável conforme RDC ANVISA 80/2006 ou blister com no máximo cinco comprimidos, embalagem secundária com no máximo 600 comprimidos.	PHARLAB	151.600 CPR	R\$ 0,300	R\$ 45.480,000

87	Clonazepam, 2 mg, comprimido, blister fracionável conforme RDC ANVISA 80/2006 ou embalagem primária com no máximo 15 comprimidos, embalagem secundária com no máximo 600 comprimidos.	GERMED	4.105.200 CPR	R\$ 0,064	R\$ 262.732,800
99	Complexo B (Vitaminas B1 1,2 mg+B2 1,3 mg+B5 5 mg+B6 1,3 mg + Nicotinamida PP 16 mg + B12 2,4 mcg), comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	VITAMED	867.400 CPR	R\$ 0,030	R\$ 26.022,000
148	Extrato medicinal, Guaco (Mikania Glomerata Spreng.), 80 µg de Cumarina, xarope, frasco com 100 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	TAUENS	1.395.000 ML	R\$ 0,017	R\$ 23.715,000
154	Fenofibrato, 200 mg, micronizado, cápsula, embalagem com no máximo 600 cápsulas.	NOVA QUIMICA	6.600 CP	R\$ 0,820	R\$ 5.412,000
263	Orfenadrina Citrato, associada com Dipirona e Caféina, 35 mg + 300 mg + 50 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	PHARMASCIENCE	6.000 CPR	R\$ 0,164	R\$ 984,000
287	Retinol, associada com Colecalciferol, 50.000 UI + 10.000 UI, solução oral, frasco com no máximo 30 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 frascos.	NATULAB	268.500 ML	R\$ 0,398	R\$ 106.863,000
Total					R\$ 471.208,800

V&amp;V COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI - CNPJ 22.771.751/0001-44

Item	Produto	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
76	Cianocobalamina, 0,5 mg/ml, solução injetável, ampola com 2 ml, embalagem com no máximo 100 ampolas.	CASULA E VASCONCELOS	400 AMP	R\$ 2,819	R\$ 1.127,600
274	Permetrina, 50 mg/ml, loção, frasco com 60 ml ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	NATIVITA	219.000 ML	R\$ 0,038	R\$ 8.322,000
313	Terbutalina Sulfato, 0,5 mg/ml, injetável, ampola com 1 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas.	GREENPHARMA	1.300 AMP	R\$ 1,529	R\$ 1.987,700
314	Tiamina, 100 mg/ml, solução injetável, ampola com 1 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas.	CASULA E VASCONCELOS	500 AMP	R\$ 6,092	R\$ 3.046,000
Total					R\$ 14.483,300

**3. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será da data da sua publicação até 22/04/2020 (22/08/2019 até 22/04/2020).

**4. DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao CISAMVI promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o CISAMVI deverá:

3.2.1 Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.2.2 Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

3.2.3 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o CISAMVI poderá:

3.3.1 Consultar os demais licitantes que tenham apresentado lance para o lote em questão, questionando-lhe sobre a possibilidade de assunção do registro, nas condições originalmente pactuadas pelo licitante vencedor ou, ainda, nas condições de sua melhor proposta no certame ou nas condições atuais de mercado;

3.3.1.1 Obtendo-se possibilidade de inclusão do lote na Ata de Registro de Preços com outro licitante, por valor inferior ao da proposta de

realinhamento, convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.3.1.2 Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes de esgotado o prazo para fornecimento da Autorização de Fornecimento;

4.4.2 Cancelar o item cujo valor foi comprovado como inexequível, a fim de inseri-lo em novo processo licitatório.

4.5 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando este as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.6 Será possível a subrogação de direitos e obrigações do fornecedor, nos casos de fusão, cisão ou incorporação, conforme artigo 78, inciso VI da Lei nº 8.666/93.

## 5. DAS CONDIÇÕES GERAIS

4.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega, acondicionamento e transporte do objeto, recebimento provisório e definitivo, as obrigações do CISAMVI e do(s) fornecedor(es) registrado(s), penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e no Termo de Referência.

5.2 O CISAMVI não se obriga a adquirir dos fornecedores vencedores os itens relacionados neste instrumento, nem as quantidades indicadas, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do Registro terá preferência, nos termos do artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

5.3 A quantidade relacionada no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 05/2019 serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento.

5.4 Caso a empresa fabricante e/ou produto vier a ser interditado ou descontinuado, o(s) fornecedor(es) vencedor(es) deverá(ão) substituir o produto, sem ônus para o CISAMVI, devendo previamente obter a homologação para o produto substituto proposto.

5.5 Todas as obrigações estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 05/2019 em relação aos fornecedores vencedores ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

5.6 Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 5.450/05, do Decreto nº 3.555/00, do Decreto nº 7.892/13, da Lei Complementar nº 123/06, e da Lei nº 8.666/93, subsidiariamente.

Blumenau/SC, 21 de agosto de 2019.

Cleones Hostins

Diretor Executivo do CISAMVI

**CISAM****ERRATA 01 DO PREGÃO PRESENCIAL 08/2019 - CPL CISAM-MO**

Publicação Nº 2131147

**CISAM MEIO OESTE****CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL**

Rua. Lourenço Côas Netto, 140, Loteamento Universitário – Capinzal/SC CEP: 89665-000

Fone: (49) 3555-6972 Site: [www.cisam.sc.gov.br](http://www.cisam.sc.gov.br) E-mail: [cisam@cisam.sc.gov.br](mailto:cisam@cisam.sc.gov.br)

CNPJ: 08.484.353/0001-16

Capinzal/SC, 21 de agosto de 2019

**ERRATA nº 01****Pregão Presencial 08/2019**

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM-MO, no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO a publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial dos Municípios (DOM), no dia 14/08/2019, referente ao Edital de Licitação – Pregão Presencial nº 08/2019 – que tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE POÇOS PROFUNDOS NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS, ÀS EXPENSAS DE CADA PRESTADOR**, com entrega na sede das respectivas sedes dos entes consorciados, COMUNICA aos interessados, a retificação do referido certame, no que tange ao informado da seguinte forma:

Retificação 1) ANEXO I - **Anexo I** – Quadro de Quantitativos /Especificações e Valor Máximo Estabelecido por Lote e por Item (Alteração apenas no valor total dos lotes. Não houve mudança no descritivo nem no valor unitário dos itens).

Onde lê-se:



**CISAM MEIO OESTE****CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL**

Rua. Lourenço Côas Netto, 140, Loteamento Universitário – Capinzal/SC CEP: 89665-000

Fone: (49) 3555-6972 Site: www.cisam.sc.gov.br E-mail: cisam@cisam.sc.gov.br

CNPJ: 08.484.353/0001-16

**ANEXO I**
**QUADRO DE QUANTITATIVOS/ ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS  
VALORES MÁXIMOS ESTABELECIDOS POR ITEM E POR LOTE**
**LOTE 01 - Serviços de Limpeza.**

Item	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID.	Consumo Estimado SIMAF JHL	Consumo Estimado Abdon Batista	Consumo Estimado Vargem	Consumo Estimado Brunópolis	Consumo Estimado Zortéa	Total	Valor de Referência
1	Serviço limpeza de poço com máquina de perfuração com profundidade de até 100 m	Serv.	5	0	6	2	0	13	R\$ 5.038,62
2	Serviço limpeza de poço com máquina de perfuração com profundidade de até 600 m	Serv.	5	0	3	3	4	15	R\$ 37.428,30
TOTAL GERAL DO LOTE									R\$ 626.926,59

**LOTE 02 – Serviço de Filmagem**

Item	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID.	Consumo Estimado SIMAF JHL	Consumo Estimado Abdon Batista	Consumo Estimado Vargem	Consumo Estimado Brunópolis	Consumo Estimado Zortéa	Total	Valor de Referência
3	Filmagem do poço profundo com laudo e em Mídia Digital (CD ou Pen drive) da filmagem até 100 metros.	Serv.	5	0	6	2	4	17	R\$ 9.069,03
4	Filmagem do poço profundo com laudo e em Mídia Digital (CD ou Pen drive) da filmagem até 600 metros	Serv.	5	0	3	3	3	14	R\$ 32.978,30
TOTAL GERAL DO LOTE									R\$ 615.869,71

**LOTE 03 – Teste de Vazão**

Item	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID.	Consumo Estimado SIMAF JHL	Consumo Estimado Abdon Batista	Consumo Estimado Vargem	Consumo Estimado Brunópolis	Consumo Estimado Zortéa	Total	Valor de Referência
5	Teste de vazão 24 horas com desinfecção e laudo técnico, para poço com até 100 metros.	Serv.	5	4	6	2	0	17	R\$ 1.625,93
6	Teste de vazão 24 horas com desinfecção e laudo técnico, para poço de até 600 metros	Serv.	5	2	3	3	7	20	R\$ 15.899,12
TOTAL GERAL DO LOTE									R\$ 345.623,26

CISAM MEIO OESTE

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

Rua. Lourenço Côas Netto, 140, Loteamento Universitário – Capinzal/SC CEP: 89665-000

Fone: (49) 3555-6972 Site: www.cisam.sc.gov.br E-mail: cisam@cisam.sc.gov.br

CNPJ: 08.484.353/0001-16

CISAM  
Meio Oeste

## LOTE 04 – Serviços para Manutenção

Item	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID.	Consumo Estimado SIMAF JHL	Consumo Estimado Abdon Batista	Consumo Estimado Vargem	Consumo Estimado Brunópolis	Consumo Estimado Zortéa	Total	Valor de Referência
7	Serviço de guincho para retirada e recolocação da bomba com profundidade de até 100 m em dias úteis e horário diurno. (Já incluso deslocamento).	Serv.	0	10	6	2	0	18	R\$ 512,02
8	Serviço de guincho para retirada e recolocação da bomba com profundidade de até 100 m em horário noturno, feriado nacional e final de semana. (Já incluso deslocamento)	Serv.	0	10	6	2	0	18	R\$ 670,22
9	Serviço de guincho para retirada e recolocação da bomba com profundidade acima de 100 metros em dias úteis e horário diurno. (Já incluso deslocamento).	Serv.	0	10	3	3	7	23	R\$ 682,70
10	Serviço de guincho para retirada e recolocação da bomba com profundidade de acima de 100 metros em horário noturno, feriado nacional e final de semana. (Já incluso deslocamento)	Serv.	0	10	3	3	7	23	R\$ 770,12
11	Serviço de guincho para retirada e recolocação de bomba com tubulação de 2", profundidade de até 100 metros em dias úteis e horário diurno. (Já incluso deslocamento).	Serv.	5	0	0	0	0	5	R\$ 512,02
12	Serviço de guincho para retirada e recolocação de bomba com tubulação de 2", profundidade de até 100 metros em horário noturno, feriado nacional e final de semana. (Já incluso deslocamento)	Serv.	5	0	0	0	0	5	R\$ 670,22
13	Serviço de guincho para retirada e recolocação de bomba com tubulação de 2", profundidade acima de 100 metros em dias úteis e horário diurno. (Já incluso deslocamento).	Serv.	5	0	0	0	0	5	R\$ 682,70
14	Serviço de guincho para retirada e recolocação de bomba com tubulação de 2", profundidade de acima de 100 metros em horário noturno, feriado nacional e final de semana. (Já incluso deslocamento)	Serv.	5	0	0	0	0	5	R\$ 770,12
15	Serviço de guincho para retirada e recolocação de bomba com tubulação de 2 ½", profundidade de acima de 200 metros em dias úteis e horário diurno. (Já incluso deslocamento)	Serv.	2	0	0	0	0	2	R\$ 4.400,00
16	Serviço de guincho para retirada e recolocação de bomba com tubulação de 2 ½", profundidade de acima de 200 metros em horário noturno, feriado nacional e final de semana. (Já incluso deslocamento)	Serv.	2	0	0	0	0	2	R\$ 4.800,00
17	Taxa diária de empréstimo de bomba com potência de até 10 HP, com vazões e alturas monométricas conforme descrito do item 03 deste termo de referência.	Dias	400	400	400	300	50	1550	R\$ 22,48
18	Taxa diária de empréstimo de bomba com potência de 10 HP a 20 HP, com vazões e alturas monométricas conforme descrito do item 03 deste termo de referência.	Dias	300	400	200	200	50	1150	R\$ 24,98
19	Taxa diária de empréstimo de bomba com potência acima de 20 HP, com vazões e alturas monométricas conforme descrito do item 03 deste termo de referência.	Dias	0	300	0	0	0	300	R\$ 59,00

**CISAM MEIO OESTE**
**CISAM**  
 Meio Oeste
**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL**

Rua. Lourenço Côas Netto, 140, Loteamento Universitário – Capinzal/SC CEP: 89665-000

Fone: (49) 3555-6972 Site: www.cisam.sc.gov.br E-mail: cisam@cisam.sc.gov.br

CNPJ: 08.484.353/0001-16

20	Serviço de guincho para "pescar" bomba em dias úteis. O serviço de "pescar" a bomba, consiste na retirada de bomba submersa que caiu dentro do poço devido à quebra da tubulação ou outro problema similar. Profundidade da bomba de até 100 metros. (Já incluso deslocamento).	Hora	50	20	50	50	0	170	R\$	220,00
21	Serviço de guincho para "pescar" bomba em dias úteis. O serviço de "pescar" a bomba, consiste na retirada de bomba submersa que caiu dentro do poço devido à quebra da tubulação ou outro problema similar. Profundidade da bomba de até 200 metros. (Já incluso deslocamento).	Hora	20	20	40	50	50	180	R\$	280,00
22	Serviço de guincho para "pescar" bomba em horário noturno, feriados nacionais e finais de semana. O serviço de "pescar" a bomba, consiste na retirada de bomba submersa que caiu dentro do poço devido à quebra da tubulação ou outro problema similar. Profundidade da bomba de até 100 metros. (Já incluso deslocamento).	Hora	50	30	50	50	0	180	R\$	250,00
23	Serviço de guincho para "pescar" bomba em horário noturno, feriados nacionais e finais de semana. O serviço de "pescar" a bomba, consiste na retirada de bomba submersa que caiu dentro do poço devido à quebra da tubulação ou outro problema similar. Profundidade da bomba de até 200 metros. (Já incluso deslocamento).	Hora	20	30	50	50	50	200	R\$	300,00
24	Rebaixamento de bomba com tubulação de 2" até 10 barras de tubo.	Serv.	5	0	0	0	0	5	R\$	1.500,00
25	Rebaixamento de bomba com tubulação de 2 ½", até 10 barras de tubo.	Serv.	2	0	0	0	0	2	R\$	1.800,00
26	Elaboração de orçamento. Desmontagem do conjunto moto bomba, para a elaboração de orçamento contendo: Laudo (relatório) descrevendo o problema ocorrido; Lista de todas as peças a serem substituídas; Serviços a serem realizados; Orçamento de uma bomba nova com as mesmas características para avaliação de viabilidade.	Serv.	10	20	0	0	0	30	R\$	350,00
TOTAL GERAL DO LOTE									R\$	381.937,38



**CISAM**  
Meio Oeste

**CISAM MEIO OESTE**

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL**

Rua. Lourenço Côas Netto, 140, Loteamento Universitário – Capinzal/SC CEP: 89665-000

Fone: (49) 3555-6972 Site: www.cisam.sc.gov.br E-mail: cisam@cisam.sc.gov.br

CNPJ: 08.484.353/0001-16

**LOTE 05 – Materiais para manutenção**

Item	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID.	Consumo Estimado SIMAE JHL	Consumo Estimado Abdon Batista	Consumo Estimado Vargem	Consumo Estimado Brunópolis	Consumo Estimado Zortéa	Total	Valor de Referência
27	Cabo PP submersível, 3 x 10 mm², 06/1kV. Condutor formado por fios de cobre nu, tempera mole, encordoamento classe 4 ou classe 5. Isolação de HEPR 90°C - composto termofixo extrudado à base de etilenopropileno, cobertura de PVC/ST2 90°C - composto termoplástico extrudado à base de policloreto de vinila, conforme NBR 7296.	M	500	600	500	400	200	2.200	R\$ 22,16
28	Cabo PP submersível, 3 x 16 mm², 0,6/1kV. Condutor formado por fios de cobre nu, tempera mole, encordoamento classe 4 ou classe 5. Isolação de HEPR 90°C - composto termofixo extrudado à base de etilenopropileno, cobertura de PVC/ST2 90°C - composto termoplástico extrudado à base de policloreto de vinila, conforme NBR 7296.	M	300	600	300	400	100	1.700	R\$ 28,86
29	Cabo flexível 25 mm², PRETO, isolamento 0,6/1kV – 90° - HEPR. Isolação em composto termo fixo atendendo a norma NBR 6251 para o tipo HEPR (EPR/B). Cobertura em composto termoplástico polivinílico atendendo a norma NBR 6251.	M	100	100	100	100	200	600	R\$ 16,85
30	Cabo flexível 50 mm², PRETO, isolamento 0,6/1kV – 90° - HEPR. Isolação em composto termo fixo atendendo a norma NBR 6251 para o tipo HEPR (EPR/B). Cobertura em composto termoplástico polivinílico atendendo a norma NBR 6251.	M	100	100	100	100	200	600	R\$ 26,79
31	Chave Estática (soft start) de 17A (chave partida suave com proteção da sobrecarga no motor bay pass integrado com controle de rampa de parada) Chave estática projetada para controle de aceleração e de desaceleração, controle e proteção nas 3 fases, própria para acionamento de motor elétrico de indução trifásico, 380 Volts, frequência nominal de 60 Hz, II polos (3500 RPM). Este componente deverá ter as seguintes características técnicas: tensão de alimentação em 200/220 Vca – 460/575 Vca, frequência de 60 Hz, eletrônica com fonte chaveada, saídas de relé, entradas de comando, By-pass interno, proteção contra sobrecarga, falha no triacitor, falha de rede de fornecimento de energia, falha no aparelho e rotor bloqueado, rampa de tensão com impulso de arranque, dever possuir modo de operação de economia de energia e função Pump control, temperatura de trabalho de 55 graus Celsius em AC-3.A chave estática deve ter a possibilidade de programar no mínimo os seguintes parâmetros: ajustes de corrente do motor; classe de temperatura do motor; fator de serviço; corrente nominal da chave; tensão nominal de linha; auto reset de erros e auto reset da memória técnica; tensão inicial da rampa de aceleração; tempo de rampa de aceleração; e desaceleração, limite decorrente de partida; sobre corrente imediata. A chave estática deve estar em Conformidade ou Normatizado pela UL 508 – Equipamentos de Controle Industrial, a IEC 60947-4-2, EMC diretiva 89/336 e EEC – Ambiental Industrial. Modelo de referência – SSW 007/45 Ampe	Pç	2	0	0	2	1	5	R\$ 2.430,09

CISAM MEIO OESTE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

Rua. Lourenço Côas Netto, 140, Loteamento Universitário – Capinzal/SC CEP: 89665-000

Fone: (49) 3555-6972 Site: www.cisam.sc.gov.br E-mail: cisam@cisam.sc.gov.br

CNPJ: 08.484.353/0001-16

CISAM  
MEIO OESTE

32	Chave Estática (soft start) de 45A (chave de partida suave com proteção de sobrecarga no motor bay pass integrado com controle de rampa de parada) Chave estática projetada para controle de aceleração e de desaceleração, controle e proteção nas 3 fases, própria para acionamento de motor elétrico de indução trifásico, 380 Volts, frequência nominal de 60 Hz, II pólos (3500 RPM). Este componente deverá ter as seguintes características técnicas: tensão de alimentação em 200/220 Vca – 460/575 Vca, frequência 60 Hz, eletrônica com fonte chaveada, saídas de relé, entradas de comando, By-pass interno, proteção contra: sobrecarga, falha no tiristor, falha de rede de fornecimento de energia, falhas no aparelho e rotor bloqueado, rampa de tensão com impulso de arranque, deverá possuir modo de operação de economia de energia e função Pump control, temperatura de trabalho de 55 graus Celsius em AC-5. A chave estática deve ter a possibilidade de programar no mínimo os seguintes parâmetros: ajustes de corrente do motor; classe térmica do motor; fator de serviço; corrente nominal da chave; tensão nominal de linha; auto reset de erros e auto reset da memória térmica; tensão inicial da rampa de aceleração; tempo de rampa de aceleração; e desaceleração, limite decorrente de partida; sobre corrente imediata. A chave estática deve estar em Conformidade ou Normalizado pela UL 508 – Equipamentos de Controle Industrial, a IEC 60947-4-2, EMC diretiva 89/336 e EEC – Ambiental Industrial. Modelo de referência – SSW 007/45 Amperes.	Pf	2	0	0	2	1	5	R\$	2.840,05
33	Chave Estática (soft start) de 45A (chave de partida suave com proteção de sobrecarga no motor bay pass integrado com controle de rampa de parada) Chave estática fornecida com IHNf, projetada para controle de aceleração e de desaceleração, controle e proteção nas 3 fases, própria para acionamento de motor elétrico de indução trifásico, 380 Volts, frequência nominal de 60 Hz, II pólos (3500 RPM). Este componente deverá ter as seguintes características técnicas: tensão de alimentação em 200/220 Vca – 460/575 Vca, frequência 60 Hz, eletrônica com fonte chaveada, saídas de relé, entradas de comando, By-pass interno, proteção contra: sobrecarga, falha no tiristor, falha de rede de fornecimento de energia, falhas no aparelho e rotor bloqueado, rampa de tensão com impulso de arranque, deverá possuir modo de operação de economia de energia e função Pump control, temperatura de trabalho de 55 graus Celsius em AC-5. A chave estática deve ter a possibilidade de programar no mínimo os seguintes parâmetros: ajustes de corrente do motor; classe térmica do motor; fator de serviço; corrente nominal da chave; tensão nominal de linha; auto reset de erros e auto reset da memória térmica; tensão inicial da rampa de aceleração; tempo de rampa de aceleração; e desaceleração, limite decorrente de partida; sobre corrente imediata. A chave estática deve estar em Conformidade ou Normalizado pela UL 508 – Equipamentos de Controle Industrial, a IEC 60947-4-2, EMC diretiva 89/336 e EEC – Ambiental Industrial. Modelo de referência – SSW 005/45 Amperes.	Pf	0	2	0	0	0	2	R\$	2.950,00





**CISAM**  
Melo Oeste

# CISAM MEIO OESTE

# CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

Rua. Lourenço Côas Netto, 140, Loteamento Universitário – Capinzal/SC CEP: 89665-000

Fone: (49) 3555-6972  
Site: [www.cisam.sc.gov.br](http://www.cisam.sc.gov.br)  
E-mail: [cisam@cisam.sc.gov.br](mailto:cisam@cisam.sc.gov.br)

CNPJ: 08.484.353/0001-16

	Chave Estática (soft start) de 85A (chave de partida suave com proteção de sobrecarga no motor bay pass integrado com controle de rampa de parada) Chave estática fornecida com IHMF, projetada para controle de aceleração e de desaceleração, controle e proteção nas 3 fases, própria para acionamento de motor elétrico de injeção trifásico, 380 Volts, frequência nominal de 60 Hz, II polos (3500 RPM). Este componente deverá ter as seguintes características técnicas: tensão de alimentação em 200/220 Vca – 460/575 Vca, frequência 60 Hz, eletrônica com fonte chaveada, saída de relé, entradas de comando, By-pass interno, proteção contra: sobrecarga, falha no tiristor, falha de rede de fornecimento de energia, falhas no aparelho e rotor bloqueado, rampa de tensão com impulso de arranque, deverá possuir modo de operação de economia de energia e função Pump control, temperatura de trabalho de 55 graus Celsius em A.C-3. A chave estática deve ter a possibilidade de programar no mínimo os seguintes parâmetros: ajustes de corrente do motor; classe térmica do motor; fator de serviço; corrente nominal da chave; tensão nominal de linha; auto reset de erros e auto reset da memória térmica; tensão inicial da rampa de aceleração; tempo de rampa de aceleração, e desaceleração, limite decorrente de partida, sobre corrente imediata. A chave estática deve estar em Conformidade ou Normalizado pela UL 508 – Equipamentos de Controle Industrial, a IEC 60947-4-2, EMC diretiva 89/336 e EEC – Ambiental Industrial. Modelo de referência – SSW 005/85 Amparas.	Pç	0	3	0	0	0	0	0	3	R\$	4.378,00	
34													
35	Kit módulo interface remota para SSW 007, para instalação na porta do QCM, composto por: IHMF, Cabo, Interface para IHMF remota	Pç	2	0								R\$	1.285,00
36	Mini Disjuntor trifásico 40A/380V.	Pç	5	10	7	5	2	29				R\$	55,00
37	Disjuntor monofásico 10A /200V.	Pç	5	10	7	5	2	29				R\$	6,56
38	Dispositivo de proteção com surto de tensão (DPS), Classe II, 275 volts, para trilho DIN.	Pç	15	5	15	5	3	43				R\$	36,07
39	Luva galvanizada 1 1/2".	Pç	20	3	20	15	5	63				R\$	16,81
40	Luva galvanizada 2".	Pç	50	3	50	15	5	123				R\$	26,43
41	Luva galvanizada 2 ½".	Pç	20	3	20	15	5	63				R\$	30,31
42	Nípel galvanizado 1 1/2".	Pç	10	3	14	10	1	38				R\$	18,50
43	Nípel galvanizado 2".	Pç	10	3	14	10	1	38				R\$	24,47
44	Nípel galvanizado 2 ½".	Pç	5	3	5	5	1	19				R\$	29,09
45	Valvula de gaveta corpo em bronze 1 1/2".	Pç	2	3	7	3	2	17				R\$	50,13
46	Valvula de gaveta em bronze 2".	Pç	15	3	14	3	2	37				R\$	82,83
47	Valvula de gaveta em bronze 2 ½".	Pç	4	3	4	3	2	16				R\$	110,22
48	Te galvanizado 1 1/2".	Pç	2	3	12	3	1	21				R\$	30,14
49	Te galvanizado 2".	Pç	20	3	21	10	1	55				R\$	48,76
50	Te galvanizado 2 1/2".	Pç	4	3	4	5	1	17				R\$	53,36

**CISAM MEIO OESTE**
**CISAM**  
Meio Oeste
**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL**

Rua. Lourenço Côas Netto, 140, Loteamento Universitário – Capinzal/SC CEP: 89665-000

Fone: (49) 3555-6972 Site: www.cisam.sc.gov.br E-mail: cisam@cisam.sc.gov.br

CNPJ: 08.484.353/0001-16

51	Tampa de poço reforçada 6".	Pç	5	3	5	5	2	20	R\$	92,75	
52	Tampa de poço reforçada 14".	Pç	2	3	2	2	2	11	R\$	187,00	
53	União galvanizada 1 1/2".	Pç	4	3	4	5	6	22	R\$	91,58	
54	União galvanizada 2".	Pç	10	3	12	5	6	36	R\$	118,18	
55	União galvanizada 2 1/2".	Pç	4	3	4	5	6	22	R\$	128,95	
56	Tubo galvanizado 1 1/2", fornecido em barras de 06 metros.	Pç	10	10	12	10	10	52	R\$	144,62	
57	Tubo galvanizado 2", fornecido em barras de 06 metros. Classe Média	Pç	100	10	100	50	10	270	R\$	181,64	
58	Tubo galvanizado 2 ½", fornecido em barras de 06 metros. Classe pesada.	Pç	20	10	10	10	10	60	R\$	229,82	
59	Válvula retenção horizontal 1 ½" fabricada em latão.	Pç	5	5	7	5	2	24	R\$	82,17	
60	Válvula retenção horizontal 2" fabricada em latão.	Pç	20	5	20	2	2	49	R\$	121,48	
61	Válvula retenção horizontal 2 ½" fabricada em latão.	Pç	4	5	6	2	2	19	R\$	158,77	
62	Válvula de retenção intermediária 2"	Pç	6	5	7	2	2	22	R\$	128,82	
63	Válvula de retenção intermediária 2 ½"	Pç	3	3	2	2	2	12	R\$	321,54	
64	Indicador Digital de Multivariáveis 96x96mm. O ENDEREÇAMENTO DE MEMÓRIAS DE MASSA DEVEM SER OS MESMOS AOS EXISTENTES NO SINAE, Indicador Digital de Multivariáveis provido de saída serial RS 485, com no mínimo as seguintes medições: Corrente, Tensão de linha, Tensão de fase, Potência ativa, Potência reativa, Fator de potência, Potência ativa total, Potência reativa total, Fator de potência total, Potência aparente total, Energia ativa consumida, Demanda de potência ativa, Frequência. Conforme o modelo QCM podemos solicitar um modelo específico de Multímidador. Modelos de referência –IDM 96 - ABB / PAC 3100/3200 SIEMENS / PH3100 - Altus.		8	2	0	5	0	15	R\$	1.675,71	
TOTAL GERAL DO LOTE										R\$	319.725,62

Valor total: R\$ 2.290.082,56



**CISAM MEIO OESTE****CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL**

Rua. Lourenço Côas Netto, 140, Loteamento Universitário – Capinzal/SC CEP: 89665-000

Fone: (49) 3555-6972 Site: www.cisam.sc.gov.br E-mail: cisam@cisam.sc.gov.br

CNPJ: 08.484.353/0001-16

**Leia-se:****ANEXO I****QUADRO DE QUANTITATIVOS /****ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS****VALORES MÁXIMOS ESTABELECIDOS POR ITEM E POR LOTE**

LOTE 01 - Serviços de Limpeza.									
Item	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID	Consumo Estimado SIMAE JHL	Consumo Estimado Abdon Batista	Consumo Estimado Vargem	Consumo Estimado Brunópolis	Consumo Estimado Zortéa	Total	Valor de Referência
1	Serviço limpeza de poço com máquina de perfuração com profundidade de até 100 m	Serv.	5	0	6	2	0	13	R\$ 5.038,62
2	Serviço limpeza de poço com máquina de perfuração com profundidade de até 600 m	Serv.	5	0	3	3	4	15	R\$ 37.428,30
TOTAL GERAL DO LOTE									R\$ 626.926,56
LOTE 02 – Serviço de Filmagem									
Item	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID	Consumo Estimado SIMAE JHL	Consumo Estimado Abdon Batista	Consumo Estimado Vargem	Consumo Estimado Brunópolis	Consumo Estimado Zortéa	Total	Valor de Referência
3	Filmagem do poço profundo com laudo e em Mídia Digital (CD ou Pen drive) da filmagem até 100 metros.	Serv.	5	0	6	2	4	17	R\$ 9.069,03
4	Filmagem do poço profundo com laudo e em Mídia Digital (CD ou Pen drive) da filmagem até 600 metros	Serv.	5	0	3	3	3	14	R\$ 32.978,30
TOTAL GERAL DO LOTE									R\$ 615.869,71

**CISAM MEIO OESTE****CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL**

Rua. Lourenço Côas Netto, 140, Loteamento Universitário – Capinzal/SC CEP: 89665-000

Fone: (49) 3555-6972

Site: www.cisam.sc.gov.br

E-mail: cisam@cisam.sc.gov.br

**CISAM**  
 Meio Oeste  
 CNPJ: 08.484.353/0001-16
**LOTE 03 – Teste de Vazão**

Item	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID	Consumo	Consumo	Consumo	Consumo	Consumo	Total	Valor de Referência
			Estimado SIMAE JHL	Estimado Abdon Batista	Estimado Vargem	Estimado Brunópolis	Estimado Zortéa		
5	Teste de vazão 24 horas com desinfecção e laudo técnico, para poço com até 100 metros.	Serv.	5	4	6	2	0	17	R\$ 1.625,93
6	Teste de vazão 24 horas com desinfecção e laudo técnico, para poço de até 600 metros	Serv.	5	2	3	3	7	20	R\$ 15.899,12
<b>TOTAL GERAL DO LOTE</b>									R\$ 345.623,21

**LOTE 04 – Serviços para Manutenção**

Item	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID	Consumo	Consumo	Consumo	Consumo	Consumo	Total	Valor de Referência
			Estimado SIMAE JHL	Estimado Abdon Batista	Estimado Vargem	Estimado Brunópolis	Estimado Zortéa		
7	Serviço de guincho para retirada e recolocação da bomba com profundidade de até 100 m em dias úteis e horário diurno. (Já incluso deslocamento).	Serv.	0	10	6	2	0	18	R\$ 512,02
8	Serviço de guincho para retirada e recolocação da bomba com profundidade de até 100 m em horário noturno, feriado nacional e final de semana. (Já incluso deslocamento)	Serv.	0	10	6	2	0	18	R\$ 670,22
9	Serviço de guincho para retirada e recolocação da bomba com profundidade acima de 100 metros em dias úteis e horário diurno. (Já incluso deslocamento).	Serv.	0	10	3	3	7	23	R\$ 682,70

10



**CISAM MEIO OESTE**

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL**

Rua. Lourenço Côas Netto, 140, Loteamento Universitário – Capinzal/SC CEP: 89665-000

Fone: (49) 3555-6972

Site: www.cisam.sc.gov.br

E-mail: cisam@cisam.sc.gov.br

CNPJ: 08.484.353/0001-16

10	Serviço de guincho para retirada e recolocação da bomba com profundidade de <b>acima de 100 metros em horário noturno, feriado nacional e final de semana.</b> (Já incluso deslocamento)	Serv.	0	10	3	3	7	23	R\$	770,12
11	Serviço de guincho para retirada e recolocação de bomba com tubulação de 2", profundidade de <b>até 100 metros em dias úteis e horário diurno.</b> (Já incluso deslocamento).	Serv.	5	0	0	0	0	5	R\$	512,02
12	Serviço de guincho para retirada e recolocação de bomba com tubulação de 2", profundidade de <b>até 100 metros em horário noturno, feriado nacional e final de semana.</b> (Já incluso deslocamento)	Serv.	5	0	0	0	0	5	R\$	670,22
13	Serviço de guincho para retirada e recolocação de bomba com tubulação de 2", profundidade <b>acima de 100 metros em dias úteis e horário diurno.</b> (Já incluso deslocamento).	Serv.	5	0	0	0	0	5	R\$	682,70
14	Serviço de guincho para retirada e recolocação de bomba com tubulação de 2", profundidade de <b>acima de 100 metros em horário noturno, feriado nacional e final de semana.</b> (Já incluso deslocamento)	Serv.	5	0	0	0	0	5	R\$	770,12
15	Serviço de guincho para retirada e recolocação de bomba com tubulação de 2 ½", profundidade de <b>acima de 200 metros em dias úteis e horário diurno.</b> (Já incluso deslocamento)	Serv.	2	0	0	0	0	2	R\$	4.400,00
16	Serviço de guincho para retirada e recolocação de bomba com tubulação de 2 ½", profundidade de <b>acima de 200 metros em horário noturno, feriado nacional e final de semana.</b> (Já incluso deslocamento)	Serv.	2	0	0	0	0	2	R\$	4.800,00
17	Taxa diária de empréstimo de bomba com potência de até 10 HP, com vazões e alturas monométricas conforme descrito do item 03 deste termo de referência.	Dias	400	400	400	300	50	1550	R\$	22,48
18	Taxa diária de empréstimo de bomba com potência de 10 HP a 20 HP, com vazões e alturas monométricas conforme descrito do item 03 deste termo de referência.	Dias	300	400	200	200	50	1150	R\$	24,98



**CISAM MEIO OESTE**

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL**

Rua. Lourenço Côas Netto, 140, Loteamento Universitário – Capinzal/SC CEP: 89665-000

Fone: (49) 3555-6972

Site: www.cisam.sc.gov.br

E-mail: cisam@cisam.sc.gov.br

CNPJ: 08.484.353/0001-16

19	Taxa diária de empréstimo de bomba com potência a cima de 20 HP, com vazões e alturas monométricas conforme descrito do item 03 deste termo de referência.	Dias	0	300	0	0	0	0	300	R\$	59,00
20	Serviço de guincho para "pescar" bomba em dias úteis. O serviço de "pescar" a bomba, consiste na retirada de bomba submersa que caiu dentro do poço devido à quebra da tubulação ou outro problema similar. Profundidade da bomba de até 100 metros. (Já incluso deslocamento).	Hora	50	20	50	50	0	0	170	R\$	220,00
21	Serviço de guincho para "pescar" bomba em dias úteis. O serviço de "pescar" a bomba, consiste na retirada de bomba submersa que caiu dentro do poço devido à quebra da tubulação ou outro problema similar. Profundidade da bomba de até 200 metros. (Já incluso deslocamento).	Hora	20	20	40	50	50	50	180	R\$	280,00
22	Serviço de guincho para "pescar" bomba em horário noturno, feriados nacionais e finais de semana. O serviço de "pescar" a bomba, consiste na retirada de bomba submersa que caiu dentro do poço devido à quebra da tubulação ou outro problema similar. Profundidade da bomba de até 100 metros. (Já incluso deslocamento).	Hora	50	30	50	50	0	0	180	R\$	250,00
23	Serviço de guincho para "pescar" bomba em horário noturno, feriados nacionais e finais de semana. O serviço de "pescar" a bomba, consiste na retirada de bomba submersa que caiu dentro do poço devido à quebra da tubulação ou outro problema similar. Profundidade da bomba de até 200 metros. (Já incluso deslocamento).	Hora	20	30	50	50	50	50	200	R\$	300,00
24	Rebaixamento de bomba com tubulação de 2", até 10 barras de tubo.	Serv.	5	0	0	0	0	0	5	R\$	1.500,00
25	Rebaixamento de bomba com tubulação de 2 1/2", até 10 barras de tubo.	Serv.	2	0	0	0	0	0	2	R\$	1.800,00

**CISAM MEIO OESTE****CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL**

Rua. Lourenço Côas Netto, 140, Loteamento Universitário – Capinzal/SC CEP: 89665-000

Fone: (49) 3555-6972 Site: www.cisam.sc.gov.br E-mail: cisam@cisam.sc.gov.br

CNPJ: 08.484.353/0001-16

26	Elaboração de orçamento. Desmontagem do conjunto moto bomba, para a elaboração de orçamento contendo: Laudo (relatório) descrevendo o problema ocorrido; Lista de todas peças a serem substituídas; Serviços a serem realizados; Orçamento de uma bomba nova com as mesmas características para avaliação de viabilidade.	Serv.	10	20	0	0	0	0	30	R\$	350,00
<b>TOTAL GERAL DO LOTE</b>											R\$ 381.941,48
<b>LOTE 05 – Materiais para manutenção</b>											
Item	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID	Consumo Estimado SIMAE JHL	Consumo Estimado Abdon Batista	Consumo Estimado Vargem	Consumo Estimado Brunópolis	Consumo Estimado Zortéa	Total	Valor de Referência		
27	Cabo PP submersível, 3 x 10 mm², 06/1kV. Condutor formado por fios de cobre nu, temperatura mole, encordoamento classe 4 ou classe 5. Isolação de HEPR 90°C - composto termofixo extrudado à base de etilenopropileno, cobertura de PVC/ST2 90°C - composto termoplástico extrudado à base de policloreto de vinila, conforme NBR 7296.	M	500	600	500	400	200	2.200	R\$	22,16	
28	Cabo PP submersível, 3 x 16 mm², 0,6/1kV. Condutor formado por fios de cobre nu, temperatura mole, encordoamento classe 4 ou classe 5. Isolação de HEPR 90°C - composto termofixo extrudado à base de etilenopropileno, cobertura de PVC/ST2 90°C - composto termoplástico extrudado à base de policloreto de vinila, conforme NBR 7296.	M	300	600	300	400	100	1.700	R\$	28,86	
29	Cabo flexível 25 mm², PRETO, isolamento 0,6/1kV – 90° - HEPR. Isolação em composto termo fixo atendendo a norma NBR 6251 para o tipo HEPR (EPR/B). Cobertura em composto termoplástico polivinílico atendendo a norma NBR 6251	M	100	100	100	100	200	600	R\$	16,85	



**CISAM MEIO OESTE**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL**

Rua. Lourenço Côas Netto, 140, Loteamento Universitário – Capinzal/SC CEP: 89665-000

Fone: (49) 3555-6972

Site: www.cisam.sc.gov.br

E-mail: cisam@cisam.sc.gov.br

CNPJ: 08.484.353/0001-16

		M	100	100	100	100	100	200	600	R\$	26,79
30	Cabo flexível 50 mm², PRETO, isolamento 0,6/1kV – 90°. HEPR. Isolação em composto termo fixo atendendo a norma NBR 6251 para o tipo HEPR (EPR/B). Cobertura em composto termoplástico polimilico atendendo a norma NBR 6251.										
31	Chave Estática (soft start) de 17A (chave partida suave com proteção de sobrecarga no motor bay pass integrado com controle de rampa de parada) Chave estática projetada para controle de aceleração e de desaceleração, controle e proteção nas 3 fases, própria para acionamento de motor elétrico de indução trifásico, 380 Volts, frequência nominal de 60 Hz, II pólos (3500 RPM). Este componente deverá ter as seguintes características técnicas: tensão de alimentação em 200/220 Vca – 460/575 Vca, frequência 60 Hz, eletrônica com fonte chaveada, saídas de relé, entradas de comando, By-pass interno, proteção contra: sobrecarga, falha no tiristor, falha de rede de fornecimento de energia, falhas no aparelho e rotor bloqueado, rampa de tensão com impulso de arranque, deverá possuir modo de operação de economia de energia e função Pump control, temperatura de trabalho de 55 graus Celsius em AC-3.A chave estática deve ter a possibilidade de programar no mínimo os seguintes parâmetros: ajustes de corrente do motor; classe térmica do motor; fator de serviço; corrente nominal da chave; tensão nominal de linha; auto reset de erros e auto reset da memória térmica; tensão inicial da rampa de aceleração; tempo de rampa de aceleração; e desaceleração, limite decorrente de partida; sobre corrente imediata. A chave estática deve estar em Conformidade ou Normalizado pela UL 508 – Equipamentos de Controle Industrial, a IEC 60947-4-2, EMC diretiva 89/336 e EEC – Ambiental Industrial. Modelo de referencia – SSW 007/17 Ampers.	Pç	2	0	0	2	1	5		R\$	2.430,09

**CISAM MEIO OESTE****CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL**

Rua. Lourenço Côas Netto, 140, Loteamento Universitário – Capinzal/SC CEP: 89665-000

Fone: (49) 3555-6972

Site: www.cisam.sc.gov.br

E-mail: cisam@cisam.sc.gov.br

CNPJ: 08.484.353/0001-16

32		Pç	2	0	0	2	1	5	R\$
	<p>Chave Estática (soft start) de 45A (chave de partida suave com proteção de sobrecarga no motor bay pass integrado com controle de rampa de parada) Chave estática projetada para controle de aceleração e de desaceleração, controle e proteção nas 3 fases, própria para acionamento de motor elétrico de indução trifásico, 380 Volts, frequência nominal de 60 Hz, II pólos (3500 RPM). Este componente deverá ter as seguintes características técnicas: tensão de alimentação em 200/220 Vca – 460/575 Vca, frequência 60 Hz, eletrônica com fonte chaveada, saídas de relé, entradas de comando, By-pass interno, proteção contra: sobrecarga, falha no tiristor, falha de rede de fornecimento de energia, falhas no aparelho e rotor bloqueado, rampa de tensão com impulso de arranque, deverá possuir modo de operação de economia de energia e função Pump control, temperatura de trabalho de 55 graus Celsius em AC-3. A chave estática deve ter a possibilidade de programar no mínimo os seguintes parâmetros: ajustes de corrente do motor; classe térmica do motor; fator de serviço; corrente nominal da chave; tensão nominal de linha; auto reset de erros e auto reset da memória térmica; tensão inicial da rampa de aceleração; tempo de rampa de aceleração; e desaceleração, limite decorrente de partida; sobre corrente imediata. A chave estática deve estar em Conformidade ou Normatizado pela UL 508 – Equipamentos de Controle Industrial, a IEC 60947-4-2, EMC diretiva 89/336 e EEC – Ambiental Industrial. Modelo de referência – SSW 007/45 Amperes.</p>								2.840,05





**CISAM MEIO OESTE**

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL**

Rua. Lourenço Côas Netto, 140, Loteamento Universitário – Capinzal/SC CEP: 89665-000

Fone: (49) 3555-6972

Site: www.cisam.sc.gov.br

E-mail: cisam@cisam.sc.gov.br

**CISAM**  
Meio Oeste

CNPJ: 08.484.353/0001-16

33	Chave Estática (soft start) de 45A (chave de partida suave com proteção de sobrecarga no motor bay pass integrado com controle de parada) Chave estática fornecida com IHM, projetada para controle de aceleração e de desaceleração, controle e proteção nas 3 fases, própria para acionamento de motor elétrico de indução trifásico, 380 Volts, frequência nominal de 60 Hz, II pólos (3500 RPM). Este componente deverá ter as seguintes características técnicas: tensão de alimentação em 200/220 Vca – 460/575 Vca, frequência 60 Hz, eletrônica com fonte chaveada, saídas de relé, entradas de comando, By-pass interno, proteção contra: sobrecarga, falha no tiristor, falha de rede de fornecimento de energia, falhas no aparelho e rotor bloqueado, rampa de tensão com impulso de arranque, deverá possuir modo de operação de economia de energia e função Pump control, temperatura de trabalho de 55 graus Celsius em AC-3. A chave estática deve ter a possibilidade de programar no mínimo os seguintes parâmetros: ajustes de corrente do motor; classe térmica do motor; fator de serviço; corrente nominal da chave; tensão nominal de linha; auto reset de erros e auto reset da memória térmica; tensão inicial da rampa de aceleração; tempo de rampa de aceleração; e desaceleração, limite decorrente de partida; sobre corrente imediata. A chave estática deve estar em Conformidade ou Normalizado pela UL 508 – Equipamentos de Controle Industrial, a IEC 60947-4-2, EMC diretiva 89/336 e EEC – Ambiental Industrial. Modelo de referencia – SSW 005/45 Amperes.	Pç	0	2	0	0	0	0	2	R\$	2.950,00
----	--	----	---	---	---	---	---	---	---	-----	----------



**CISAM MEIO OESTE**

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL**

Rua. Lourenço Côas Netto, 140, Loteamento Universitário – Capinzal/SC CEP: 89665-000

Fone: (49) 3555-6972 Site: www.cisam.sc.gov.br E-mail: cisam@cisam.sc.gov.br

CNPJ: 08.484.353/0001-16

**CISAM**  
Meio Oeste

34	Chave Estática (soft start) de 85A (chave de partida suave com proteção de sobrecarga no motor bay pass integrado com controle de rampa de parada) Chave estática fornecida com IHM, projetada para controle de aceleração e de desaceleração, controle e proteção nas 3 fases, própria para acionamento de motor elétrico de indução trifásico, 380 Volts, frequência nominal de 60 Hz, II pólos (3500 RPM). Este componente deverá ter as seguintes características técnicas: tensão de alimentação em 200/220 Vca – 460/575 Vca, frequência 60 Hz, eletrônica com fonte chaveada, saídas de relé, entradas de comando, By-pass interno, proteção contra: sobrecarga, falha no tiristor, falha de rede de fornecimento de energia, falhas no aparelho e rotor bloqueado, rampa de tensão com impulso de arranque, deverá possuir modo de operação de economia de energia e função Pump control, temperatura de trabalho de 55 graus Celsius em AC-3. A chave estática deve ter a possibilidade de programar no mínimo os seguintes parâmetros: ajustes de corrente do motor; classe térmica do motor; fator de serviço; corrente nominal da chave; tensão nominal de linha; auto reset de erros e auto reset da memória térmica; tensão inicial da rampa de aceleração; tempo de rampa de aceleração; e desaceleração, limite decorrente de partida; sobre corrente imediata. A chave estática deve estar em Conformidade ou Normalizado pela UL 508 – Equipamentos de Controle Industrial, a IEC 60947-4-2, EMC diretiva 89/336 e EEC – Ambiental Industrial. Modelo de referencia – SSW 005/85 Amperes.	Pç	0	3	0	0	0	0	0	3	R\$	4.378,00
35	Kit módulo interface remota para SSW 007, para instalação na porta do QCM, composto por: IHM, Cabo, Interface para IHM remota.	Pç	2	0	0	0	0	0	0	0	R\$	1.285,00



**CISAM MEIO OESTE**

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL**

Rua. Lourenço Côas Netto, 140, Loteamento Universitário – Capinzal/SC CEP: 89665-000

Fone: (49) 3555-6972 Site: www.cisam.sc.gov.br E-mail: cisam@cisam.sc.gov.br

CNPJ: 08.484.353/0001-16

36	Mini Disjuntor trifásico 40A/380V.	Pç	5	10	7	5	2	29	R\$	55,00
37	Disjuntor monofásico 10A /200V.	Pç	5	10	7	5	2	29	R\$	6,56
38	Dispositivo de proteção com surto de tensão (DPS), Classe II, 275 volts, para trilho DIN.	Pç	15	5	15	5	3	43	R\$	36,07
39	Luva galvanizada 1 1/2".	Pç	20	3	20	15	5	63	R\$	16,81
40	Luva galvanizada 2".	Pç	50	3	50	15	5	123	R\$	26,43
41	Luva galvanizada 2 1/2".	Pç	20	3	20	15	5	63	R\$	30,31
42	Níquel galvanizado 1 1/2".	Pç	10	3	14	10	1	38	R\$	18,50
43	Níquel galvanizado 2".	Pç	10	3	14	10	1	38	R\$	24,47
44	Níquel galvanizado 2 1/2".	Pç	5	3	5	5	1	19	R\$	29,09
45	Valvula de gaveta corpo em bronze 1 1/2".	Pç	2	3	7	3	2	17	R\$	50,13
46	Valvula de gaveta em bronze 2".	Pç	15	3	14	3	2	37	R\$	82,83
47	Valvula de gaveta em bronze 2 1/2".	Pç	4	3	4	3	2	16	R\$	110,22
48	Te galvanizado 1 1/2".	Pç	2	3	12	3	1	21	R\$	30,14
49	Te galvanizado 2".	Pç	20	3	21	10	1	55	R\$	48,76
50	Te galvanizado 2 1/2".	Pç	4	3	4	5	1	17	R\$	53,36
51	Tampa de poço reforçada 6".	Pç	5	3	5	5	2	20	R\$	92,75
52	Tampa de poço reforçada 14".	Pç	2	3	2	2	2	11	R\$	187,00
53	União galvanizada 1 1/2".	Pç	4	3	4	5	6	22	R\$	91,58
54	União galvanizada 2".	Pç	10	3	12	5	6	36	R\$	118,18
55	União galvanizada 2 1/2".	Pç	4	3	4	5	6	22	R\$	128,95
56	Tubo galvanizado 1 1/2", fornecido em barras de 06 metros.	Pç	10	10	12	10	10	52	R\$	144,62



**CISAM MEIO OESTE**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL**

Rua. Lourenço Côas Netto, 140, Loteamento Universitário – Capinzal/SC CEP: 89665-000

Fone: (49) 3555-6972 Site: www.cisam.sc.gov.br E-mail: cisam@cisam.sc.gov.br

CNPJ: 08.484.353/0001-16

57	Tubo galvanizado 2", fornecido em barras de 06 metros. Classe Media	Pç	100	10	100	50	10	270	R\$	181,64
58	Tubo galvanizado 2 ½", fornecido em barras de 06 metros. Classe pesada.	Pç	20	10	10	10	10	60	R\$	229,82
59	Válvula retenção horizontal 1 ½" fabricada em latão.	Pç	5	5	7	5	2	24	R\$	82,17
60	Válvula retenção horizontal 2" fabricada em latão.	Pç	20	5	20	2	2	49	R\$	121,48
61	Válvula retenção horizontal 2 ½" fabricada em latão.	Pç	4	5	6	2	2	19	R\$	158,77
62	Válvula de retenção intermediária 2"	Pç	6	5	7	2	2	22	R\$	128,82
63	Válvula de retenção intermediária 2 ½"	Pç	3	3	2	2	2	12	R\$	321,54
64	Indicador Digital de Multivariáveis 96x96mm. O ENDEREÇAMENTO DE MEMÓRIAS DE MASSA DEVEM SER OS MESMOS AOS EXISTENTES NO SIMAE, Indicador Digital de Multivariáveis provido de saída serial RS 485, com no mínimo as seguintes medições: Corrente, Tensão de linha, Tensão de fase, Potência ativa, Potência reativa, Fator de potência, Potência ativa total, Potência reativa total, Fator de potência total, Potência aparente total, Energia ativa consumida, Demanda de potência ativa, Frequência. Conforme o modelo QCM podemos solicitar um modelo específico de Multiindiacor. Modelos de referência –IDM 96 - ABB / PAC 3100/3200 SIEMENS / PH3100 - Altus.		8	2	0	5	0	15	R\$	1.675,71
TOTAL GERAL DO LOTE									R\$	319.736,05

As demais disposições permanecem inalteradas.

**CISAM MEIO OESTE****CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL**

Rua. Lourenço Côas Netto, 140, Loteamento Universitário – Capinzal/SC CEP: 89665-000  
Fone: (49) 3555-6972 Site: [www.cisam.sc.gov.br](http://www.cisam.sc.gov.br) E-mail: [cisam@cisam.sc.gov.br](mailto:cisam@cisam.sc.gov.br)  
CNPJ: 08.484.353/0001-16

Valor total: R\$ 2.290.097,01

  
**Leomar Eggers**

Pregoeiro/Presidente CPL

20

**CISAMREC****PROCESSO ADM. 033.CISAMREC.2019 - TROCA DE MARCA DO MEDICAMENTO LISINOPRIL 20MG CPR E DO PROPRANOLOL 40MG**

Publicação Nº 2131797

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 033/ADM/CISAMREC/2019

Cancelamento de Item

Pregão Presencial 082/CISAMREC/2018.

ARP nº. 019/CISAMREC/2018.

Requerente: VITASUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLI ME.

**CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO**

Certificamos para os devidos fins, a remessa nesta data para publicação no Diário Oficial dos Municípios-DOM/SC de 22/08/2019, o teor da decisão do Processo Administrativo nº. 033/ADM/CISAMREC/2019, conforme abaixo:

Teor do ato: Visto etc... "...nos termos dos autos do processo supra, defiro a troca de marcas dos itens: a) item 385 – LISINOPRIL 20mg CPR da marca EMS para marca TEUTO, a fim de atender o empenho da OC nº. 1388701/2019; b) item 508 – PROPRANOLOL 40mg da marca OSÓRIO DE MORAES para a marca GLOBO, a fim de atender os empenhos das OCs nº. 1464444, 1466369, 1443411, 1440174, 1422159, 1397495 e 1378692 de 2019, ambas emitidas pelo CISAMREC.

Ressalta-se que, conforme requerido os produtos devem ser fornecidos de imediato.

Criciúma SC, 21 de agosto de 2019.

ROQUE SALVAN

Autoridade Competente

**CISNORDESTE****ATA DA COMISSÃO - ANÁLISE DOS RECURSOS EDITAL 05.2019 - PROCESSO 02.2019**

Publicação Nº 2131071

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO DO CISNORDESTE/SC

Análise dos recursos do Edital nº 05.2019

Processo Seletivo Simplificado nº. 02.2019 para contratação por tempo determinado

Aos vinte e um dias do mês de agosto de dois mil e dezenove, às nove horas, na sala da coordenação administrativa e financeira do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE, realizou-se a reunião da Comissão de Concurso Público e Processo Seletivo do CISNORDESTE/ SC, com a presença do Sr. Guilherme Krueger, assessor jurídico; Sra. Patrícia Daura de Souza, assistente administrativa; e Sr. Vanderson Soares, coordenador administrativo e financeiro, tendo como pauta única a análise dos recursos apresentados do Edital 05/2019 do Processo Seletivo Simplificado 02/2019 para contratação por tempo determinado. As análises e deliberações colegiadas são expostas abaixo:

Recurso	Inscrição	CPF	Decisão
01	01	529.253.239-87	INDEFERIDO, pois os documentos apresentados para comprovação de experiência e escolaridade estão em desacordo com o exigido nos Item 1.5.1 – II e III do Edital.
02	16	657.964.469-91	DEFERIDO
03	14	039.674.209-22	INDEFERIDO, pois inexistente correlação das funções exercidas pela recorrente com o exigido no item – 1.5.1 - III
04	09	083.305.689-11	DEFERIDO

Após as devidas análises, cabe atualizar e divulgar amplamente o teor desta ata, bem como atualizar e divulgar a classificação final do processo seletivo.

Guilherme Krueger

Patrícia Daura de Souza

Vanderson V. Soares

**CLASSIFICAÇÃO FINAL OFICIAL - EDITAL Nº 05.2019 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02.2019**

Publicação Nº 2131073

**CLASSIFICAÇÃO FINAL****EDITAL Nº 05/2019 DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2019 PARA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO**

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina, em conformidade com o Edital n.º 05/2019 do Processo Seletivo Simplificado n.º 02/2019, visando a seleção para eventual contratação de Apoio Logístico, torna pública a CLASSIFICAÇÃO FINAL dos candidatos:

Classificação	CPF	N. Inscrição	Data de Nascimento	Idade	Pontuação
1º	083.305.689-11	09	25/04/1996	23	13
2º	719.811.799-68	11	17/08/1965	53	11
3º	657.964.469-91	16	31/01/1965	54	11
4º	012.131.099-06	08	03/10/1998	20	7
5º	033.479.929-54	06	05/05/1982	37	7
6º	039.674.209-22	14	18/10/1982	36	7
7º	695.183.609-44	15	07/06/1974	45	6
8º	048.263.869-90	19	03/08/1985	34	6
9º	064.499.919-50	02	03/06/1987	32	6
10º	529.253.239-87	01	18/08/1966	52	5
11º	069.486.849-39	17	29/06/1994	25	4
12º	860.375.012-20	07	18/12/1975	43	3
13º	011.507.927-01	10	09/11/1969	49	3
14º	035.530.709-00	05	28/02/1982	37	2
15º	595.588.732-68	12	12/04/1977	42	2
16º	267.095.318-21	13	17/03/1979	40	2
17º	091.881.369-73	18	14/09/1999	19	2
18º	065.011.329-24	03	05/06/1986	33	0
19º	101.604.639-12	04	23/06/1997	22	0
20º	486.448.218-73	21	20/01/2000	19	0

**Inscrições Indeferidas**

N. Inscrição	Nome	Motivo
20	107.641.969-01	Item 1.5 – II, III e V; do Edital

Joinville, 21 de agosto de 2019

CISNORDESTE – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA

**RESOLUÇÃO Nº 23.2019 - ERRATA - DESIGNA COMISSÃO CONCURSO PÚBLICO**

Publicação Nº 2130897

**Resolução nº 23/2019 - ERRATA**

Designa a comissão para a realização de Concurso Público e Processo Seletivo do CISNORDESTE/SC, e, dá outras providências.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, Sr. Julio Cesar Ronconi, Prefeito Municipal de Rio Negrinho, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento às disposições do Contrato de Consórcio Público do CISNORDESTE/SC, considerando as disposições da Lei Federal 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/05 e re-ratifica a presente resolução alterando seu o Art. 1º:

Retira a integrante Ana Maria Groff Jansen e inclui Patrícia Daura de Souza.

A presente passa a vigor com a seguinte redação:

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, Sr. Julio Cesar Ronconi, Prefeito Municipal de Rio Negrinho, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento às disposições do Contrato de Consórcio Público do CISNORDESTE/SC, considerando as disposições da Lei Federal 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/05,

Art. 1º - Fica designada a seguinte comissão para a realização de Concurso Público do CISNORDESTE/SC:

Patrícia Daura de Souza – Assistente Administrativo



Guilherme Krieger – Assessor Jurídico  
Vanderson Valci Soares – Coordenador Administrativo/Financeiro

Art. 2º - Caberá a Comissão organizar, coordenar e fiscalizar os atos relacionados aos Concursos Públicos e Processos Seletivos;

Art. 3º - Caberá a Comissão acompanhar a realização, julgar os casos omissos ou duvidoso e coordenar as atividades necessárias ao bom andamento do Concurso Público, bem como, quanto à publicidade dos atos sempre de acordo com o contido na legislação vigente e no Edital;

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua assinatura.

Joinville, 21 de agosto de 2019.  
Julio César Ronconi  
Prefeito de Rio Negrinho  
Presidente do CISNORDESTE/SC

---

## CITMAR

---

### CITMAR - EDITAL ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - 002-2019

Publicação Nº 2130642

EDITAL DE CONVOCAÇÃO n.º 002/2019  
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente do CITMAR – Consórcio Intermunicipal de Turismo – Costa Verde e Mar, no uso de suas atribuições estatutárias, vem por meio deste convocar os Srs. Prefeitos Municipais para participarem da Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no próximo dia 30 de agosto de 2019 (sexta-feira), às 11h30, tendo como local a sede do CITMAR, sito à Rua Luiz Lopes Gonzaga n.º 1655, Sala 02 – São Vicente – Itajaí – SC, para deliberarem sobre os seguintes assuntos:

11h30 Abertura  
Presidente do CITMAR – Fabrício José Satiro de Oliveira

11h35 Apresentação e Aprovação do Orçamento de 2020

11h45 Encerramento

Itajaí (SC), 20 de agosto de 2019  
FABRÍCIO JOSÉ SATIRO DE OLIVEIRA  
Presidente do CITMAR

---

## CVC

---

### 1º TERMO ADITIVO ATA Nº 35

Publicação Nº 2131817

TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2019, PARA AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELA-  
LADOS, DE MATERIAL AMBULATORIAL E ODONTOLÓGICO CONFORME TABELA DA CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DA MENCIONADA ATA DE  
REGISTRO DE PREÇOS, FIRMADA ENTRE O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, COMO ÓRGÃO GERENCIADOR E OS  
MUNICÍPIOS COMO ÓRGÃO PARTICIPANTE E SOMA/SC PRODUTOS  
HOSPITALARES LTDA COMO FORNECEDOR, EM CONFORMIDADE COM O PROCESSO LICITATORIO Nº 002/2019 - CVC.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, com sede à AVENIDA SANTA CATARINA, nº 346, Bairro CENTRO, na cidade  
de Coronel Freitas (SC), inscrita no CNPJ/MF 14.688.861/0001-19, neste ato representado Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL  
VELHO CORONEL - neste ato representado por seu PRESIDENTE, Sr. CARLOS ALBERTO TOZZO, doravante denominado ORGÃO GERENCIA-  
DOR, e os seguinte municípios:

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua PORTO  
UNIÃO, S/N Bairro CENTRO - Águas de Chapecó - SC CEP: 89.883-000 inscrito no CNPJ sob nº 82.804.212/0001-96, neste  
ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LEONIR ANTONIO HENTGES.

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua SETE DE  
SETEMBRO, S/N Bairro CENTRO - Águas Frias - SC CEP: 89.843-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.180/0001-02, neste ato  
representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RICARDO ROLIM DE MOURA.

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua CELSO  
TOZZO, S/N Bairro CENTRO - Cordilheira Alta - SC CEP: 89.819-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, neste ato  
representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CARLOS ALBERTO TOZZO.

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Santa Catarina, S/N Bairro Centro - Coronel Freitas - SC CEP: 89.840-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.824/0001-75, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. IZEU TOZETTO.

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida GETULIO VARGAS, S/N Bairro CENTRO - Formosa do Sul - SC CEP: 89.859-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.637.424/0001-09, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RUDIMAR CONTE.

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida FRANCISCO FERDINANDO LOSINA, S/N Bairro CENTRO - Nova Erechim - SC CEP: 89.865-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.840/0001-68, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NÉDIO ANTONIO CASSOL.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua DUQUE DE CAXIAS 165, CENTRO, S/N Bairro CENTRO - Quilombo - SC CEP: 89.850-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.865/0001-61, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. SILVANO DE PARIZ.

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua JOAO CASTILHO, S/N Bairro CENTRO - Tunápolis - SC CEP: 89.898-000 inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RENATO PAULATA

Doravante denominado ORGÃOS PARTICIPANTES, e a empresa: SOMA/SC PRODUTOS

HOSPITALARES LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Avenida ARY MIGUEL DA SILVEIRA Nº 391

JARDIM ELDORADO CEP 88.130-001 - Palhoça/SC CEP: 88.130-001, inscrita no CNPJ sob o nº 05.531.725/0001-20, neste ato

representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. GILSON LUIS DAL MAS, doravante denominado FORNECEDOR, celebram o presente Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 035/2019, firmada em 28/05/2019 em decorrência do Pregão Eletrônico nº 002/2019 - CVC:

Considerando o requerimento de reequilíbrio econômico – financeiro formulado pelo fornecedor registrado com fundamento no item 8.12 e incisos da Ata de Registro de Preços, bem como art. 17 SS do decreto nº 7.892/2013 aplicado no âmbito do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC por força do art. 18º da resolução CVC 03/2015 bem como previsão no art. 65, inciso II, alínea d da lei nº 8.666/93, que autorizam a revisão dos valores registrados para reequilíbrio da condição originalmente pactuada, resolvem as partes aditar a ata de Registro de Preço nº 035/2019 nos seguintes termos :

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA REVISÃO DE PREÇO DO LOTE LISTADO NA TABELA ABAIXO À CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

Fica alterado o preço do lote abaixo na Tabela da Cláusula Décima Quarta:

14.1 Tabela de itens, preços e estimativa de consumo registrados:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
78	45.500	UN	FRALDAS GERIÁTRICAS TAMANHO G, MODELO UNISSEX, COM BARREIRAS LATERAIS ANTIVAZAMENTO, ABSORÇÃO MÍNIMA DE 1800ML	MARDAN	0,97
149	13.940	PACOTE	FRALDAS GERIÁTRICAS ADULTO COM GEL TAMANHO M PACOTE C/ 8 UNIDADES	MARDAN	7,74
150	13.080	PACOTE	FRALDAS GERIÁTRICAS ADULTO COM GEL TAMANHO G PACOTES C/ 8 UNIDADES	MARDAN	7,74
151	11.840	PACOTE	FRALDAS GERIÁTRICAS ADULTO COM GEL TAMANHO XG PACOTES C/7 UNIDADES	MARDAN	7,74

CLÁUSULA SEGUNDA: DA RATIFICAÇÃO

O presente aditamento complementa a Ata de Registro de Preços nº 035/2019 firmada em 20/08/2019, ratificando todas as cláusulas que não foram modificadas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA PUBLICAÇÃO

Em atenção ao disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, o extrato do presente aditamento será publicado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR no Diário Oficial dos Municípios, disponível em [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

É por estarem assim justos e acordados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor.

Coronel Freitas (SC), 20/08/2019

CARLOS A. TOZZO

PRESIDENTE

Órgão Gerenciador

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ

Órgão Participante

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS

Órgão Participante

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Órgão Participante

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Órgão Participante

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL  
Órgão Participante

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM  
Órgão Participante

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO  
Órgão Participante

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS  
Órgão Participante

SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA  
Fornecedor

Testemunha

Testemunha

## 5º ATA COMISSÃO PREGÃO ELETRÔNICO 002 MATERIAL AMBULATORIAL E DONTOS.

Publicação Nº 2131816

ATA DA QUINTA REUNIÃO DO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO REFERENTE AO PROCESSO LICITATORIO 002/2018 PREGÃO ELETRÔNICO 002/2019 DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC

As 08:00 (oito) horas do dia 20 (vinte) de agosto de 2019, reuniram-se na sala de reunião do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel – CVC, sito a Av. Santa Catarina, 346, sala 2 – Centro, Coronel Freitas – SC, o pregoeiro e a equipe de apoio nomeada através da resolução nº 002/2019 assim constituída: pregoeiro Sra. FLAVIA ROLIM DE MOURA, equipe de apoio: Marines Costa Martelli e Ivone Maria Martelli, junto com o assessor jurídico Marcos Fernando Zanella, para apreciação e análise de:

- Solicitação de REVISÃO DE PREÇO do item 78 Fraldas geriátricas tamanho G, modelo unissex, com barreiras laterais antivazamento, absorção mínima de 1800ml, 149 fraldas geriátricas adulto com gel tamanho M pacote c/ 8 unidades, 150 fraldas geriátricas adulto com gel tamanho G pacotes c/ 8 unidades e 151 fraldas geriátricas adulto com gel tamanho XG pacotes c/7 unidades, apresentado pela empresa SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. A empresa foi vencedora dos itens mencionados, com a marca DESCARPACK, mas a fabricação desta marca foi descontinuada, conforme relatado na 4ª ata da comissão datada de dezesseis de julho de dois mil e dezenove. Com a troca da marca, os preços ficaram maiores do que o do fabricante anterior, conforme comprovado pela mesma. Foi analisada toda a documentação encaminhada pela empresa e concedido o reequilíbrio econômico financeiro, uma vez que foram consultados os participantes que tinham valores inferior ao solicitado e os mesmos não tiveram interesse em fornecer. O valor para o item 78 passa de R\$ 0,88 para R\$ 0,97, item 149 de R\$ 7,04 para R\$ 7,74, item 150 de R\$ 7,04 para R\$ 7,74 e item 151 de R\$ 7,04 para R\$ 7,74

Não havendo mais nada a relatar a pregoeiro declarou encerrada a reunião. E por assim ter sido designado, eu, Marcos Fernando Zanella, Assessor Jurídico (OAB/SC 30881), digitei a presente e declaro como autênticos os fatos acima narrados.

## ATA Nº 48 PAVIMAQUINAS - TUNAPOLIS

Publicação Nº 2131818

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2019 - CVC  
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 004/2019 - CVC  
EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019 - CVC  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2019 - CVC

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2019

Aos vinte e um dias do mês de agosto de 2019, presentes de um lado O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Santa Catarina, nº 346, sala 2, nesta cidade de Coronel Freitas/SC, inscrita no CNPJ sob nº 14.688.861/0001-19, neste ato representada por seu Presidente Sr. CARLOS ALBERTO TOZZO, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR, e o município de TUNAPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, centro, no Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, CEP 89.989-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 78.486.198/0001-52, neste ato representado por seu Prefeito municipal Sr. RENATO PAULATA, doravante denominado ORGÃO PARTICIPANTE, e de outro a empresa PAVIMAQUINAS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 85.199.578/0001-71, com sede na Av. Leopoldo Sander, 400-E, bairro Eldorado, no Município de CHAPECÓ - SC, neste ato representada pelo Sr. ODAIR JOSÉ MATTE, denominada FORNECEDOR, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, referente ao processo licitatório nº 004/2019, Pregão Presencial nº 01/2019 para REGISTRO DE PREÇOS visando atender as necessidades dos Municípios associados a CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, nos termos das Resolução nº 003, de 27 de março de 2015, Resolução nº 005, de 02 de abril de 2015, as quais se encontram disponível no site do CVC ([www.consorciovcv.sc.gov.br](http://www.consorciovcv.sc.gov.br)), bem como da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

### CLÁUSULA I - DO OBJETO E CONDIÇÕES

1. O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MECÂNICA, FUNILARIA, PINTURA, ELETRICIDADE, BOMBAS E BICOS, ESTOFARIA E TAPEÇARIA, PARA OS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS AO CONSÓRCIO CVC (compreendendo todas as secretárias, fundos, fundações, autarquias e demais órgãos dos mesmos), com o fornecimento de peças, óleos e filtros genuínos da marca do veículo ou originais de fábrica ou peças homologadas pelas montadoras, e serviços no que se refere à parte mecânica, funilaria, pintura, eletricidade, bomba e bicos injetores, estofaria, tapeçaria, suspensão, lanternagem em geral, pelo período de 12 (doze) meses, com quantitativos e especificações técnicas estabelecidos nos termos do presente Edital e no Termo de Referência - Anexo I, que fica fazendo parte do presente instrumento como se transcrito estivesse.

2. As peças, bem como os serviços deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial - ABNT, INMETRO, etc. - atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições do art. 39, inciso VIII da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor). Os serviços deverão ser executados de maneira que mantenha os veículos, em condições de perfeito, ininterrupto e regular funcionamento, mediante assistência técnica e serviços de manutenção preventiva e corretiva de defeito e verificações que se fizerem necessárias, efetuando-se conserto e lubrificações, bem como outros serviços recomendados para uma manutenção adequada.

3. A relação dos veículos constantes no Termo de Referência - Anexo I servem apenas como referência para o quantitativo de peças e serviços a serem prestados, podendo contudo, sofrer alterações durante a execução do contrato, devido a baixa ou aquisição de novos veículos, sendo que essas alterações não implicam em reajuste no valor contratado.

4. A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício dos Municípios associados perante o FORNECEDOR e seus subordinados, sendo de sua responsabilidade todas as despesas com deslocamento, transporte, estadia e alimentação dos profissionais que prestarão os serviços, pagamento de impostos, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação, além do fornecimento de todo material necessário para realização dos serviços.

#### CLÁUSULA II - DO PREÇO

1. O preço deverá ser fixo, equivalente ao de mercado na data da apresentação da proposta.

2. Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para-fiscais), frete, descarregamento, materiais e produtos e limpeza, todas as despesas com deslocamento, transporte, estadia e alimentação dos profissionais contratados para execução dos serviços, entrega e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital.

#### CLÁUSULA III - DO REAJUSTE DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

1. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições referentes à concessão de reajustamentos de preços, em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ter seus preços reajustados pelo IGPM/FGV ou pelo índice que lhe vier a substituir após 12 (doze) meses a contar da data da apresentação da proposta.

3. O beneficiário do registro, em função da dinâmica do mercado poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal à Comissão de Licitações e Contratos desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos.

4. A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.

5. O pedido de atualização dos preços aos preços praticados no mercado poderá acarretar pesquisa de preços junto aos demais fornecedores com preços registrados podendo ocorrer substituição na ordem classificatória de fornecedor devido à obrigatoriedade legal de aquisição pelo maior desconto por lote.

6. Independentemente do disposto no item 3, a Comissão poderá, na vigência do registro, solicitar a redução dos preços registrados, garantida a prévia defesa do beneficiário do registro, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa do mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação na Imprensa Oficial do Consórcio CVC.

#### CLÁUSULA IV - DOS PRAZOS

1. O FORNECEDOR poderá ser convocado a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de 3 (três) dias úteis a contar a data de homologação, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC.

2. O prazo de validade do registro de preços será de 03 de junho de 2019 a 31 de maio de 2020.

#### CLÁUSULA V - DOS PAGAMENTOS

1. Os pagamentos serão efetuados até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços e entrega dos serviços e ou materiais e mediante apresentação da Nota Fiscal e do Termo de Garantia na Diretoria de Compras do Município. Na nota fiscal deverá constar obrigatoriamente o nº do processo licitatório que originou a aquisição, placa do veículo e a assinatura do responsável pelo recebimento.

2. Na Nota Fiscal deverá constar: número do processo licitatório que originou a aquisição, valor do material empregado e o valor da mão de obra. Sobre o valor da mão de obra deverá ser obedecida à legislação vigente no que se refere ao INSS e ao ISSQN.

3. O FORNECEDOR deverá fazer o recolhimento de todos os impostos inerentes ao objeto, caso não venha impresso na Nota Fiscal os descontos os mesmos poderão ser descontados pela Administração Municipal.

4. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das Notas Fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

5. Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.



**CLÁUSULA VI - DA CONTRATAÇÃO**

1. A existência de preços registrados não obriga os Municípios associados a firmar as contratações que deles poderão advir, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.
2. Na hipótese do FORNECEDOR primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista no art. 81, da Lei 8.666/93.
3. Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, os Municípios associados poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelos Municípios associados, observada as condições do Edital e o preço registrado.
4. Os pedidos de fornecimento serão formalizados pela Diretoria de Compras dos Municípios associados.
5. As empresas licitantes classificadas no Registro de Preços deverão atender os Municípios associados do constante na Nota de Empenho, independente do valor, sob pena de penalização.
6. O FORNECEDOR deverá manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal durante a vigência do presente Registro de Preços.

**CLÁUSULA VII - DA ENTREGA**

1. O objeto será recebido pelo responsável da frota dos Municípios associados para tal fim.
2. Os veículos onde serão prestados os serviços deverão ser retirados pelo FORNECEDOR no prazo máximo 24 (vinte e quatro) horas corridos a contar do recebimento da Nota de Empenho, na sede Administrativa do Município Associado que requereu os serviços, sendo que todas as despesas de transportes, carga e descarga destes correrão por conta do FORNECEDOR. As peças relacionadas no orçamento, que por ventura não vierem a ser aplicadas na execução do serviço, deverão ser deduzidas para fins de emissão da Nota Fiscal, devendo também ser anexado um laudo do ocorrido. O prazo para devolução do veículo devidamente consertado dependerá do tipo de serviço a ser executado, não podendo ultrapassar, todavia, o prazo de 15 (quinze) dias corridos.
3. Quando não se fizer necessária a aplicação nos veículos das peças adquiridas pelos Municípios associados, o FORNECEDOR deverá entregar no prazo máximo 02 (dois) dias corridos a contar do recebimento da Nota de Empenho, na sede Administrativa do Município Associado que as requereu, sendo que todas as despesas de transportes, carga e descarga destes correrão por conta o FORNECEDOR.
4. Caso o produto não corresponda ao exigido no Edital, o FORNECEDOR deverá providenciar, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas a sua substituição visando o atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital.
5. O prazo estabelecido para entrega poderá ser prorrogado quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

**CLÁUSULA VIII - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

1. A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços em assinar a Ata do Registro de Preços, ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94 e Lei 10.520/02, a critério da Administração.
2. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representado por Nota de Empenho), o Município poderá aplicar, às detentoras da Ata, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:
  - 1 Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito a multa de 1% (um por cento) por cento por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o sexto dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a trinta dias;
  - 1 Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;
  - 2 Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;
  3. A penalidade pecuniária prevista neste capítulo será calculada sobre o valor contratado e descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo Município ou pode ser inscrita, para cobrança como dívida ativa do Município, na forma da Lei.
  4. As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas e/ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94
  5. Além da aplicação da multa poderão ser aplicadas sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei 8666/93, conforme segue:
    - 1 Suspensão de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de um(1) ano no caso de inexecução parcial do contrato;
    - 1 Suspensão de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de dois(2) anos no caso de inexecução total do contrato;
    - 2 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração pública enquanto perdurarem os motivos de determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação após o ressarcimento da Administração dos prejuízos resultantes da inexecução parcial ou total do Contrato.

**CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

1. Poderão ser motivo de rescisão contratual as hipóteses elencadas no art. 78, da Lei 8666/93.
2. Caso a contratante não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato a seu exclusivo critério poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a contratada cumpra integralmente a condição contratual infringida, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital, na Lei 8666/93 e no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8078/90).
3. O licitante reconhece os direitos dos Municípios associados nos casos de rescisão previstos nos artigos 77 a 80, da Lei 8666/93.

**CLÁUSULA X - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

1. O registro de preços do fornecedor poderá ser cancelado, nos seguintes casos:

- Pela Administração no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação: quando o fornecedor deixar de firmar a Ata decorrente do Registro de Preços, sem justificar ou não cumprir as exigências do Edital que deu origem aos preços registrados; por razões de interesse público, fundamentado; quando o fornecedor não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese dos preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado; quando o fornecedor não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável; quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do Registro de Preços por um dos motivos constantes no artigo 78, da Lei 8666/93 e alterações posteriores, assegurado o contraditório e a ampla defesa

- Pelos fornecedores, mediante solicitação por escrito acompanhada de comprovação na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação para fornecimento.

2. A solicitação do cancelamento do preço registrado deverá ser formulada por escrito na Diretoria de Licitações e Contratos facultado à Administração a aplicação das sanções previstas neste Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

3. A solicitação do cancelamento do registro do(s) preço(s) não o desobriga do fornecimento dos produtos até a decisão final do órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, a qual deverá ser prolatada em 30 (trinta) dias.

4. O cancelamento dos preços registrados, nos casos previstos nesta cláusula será feito por notificação.

5. No caso de ser ignorado, inacessível o lugar do fornecedor, a notificação será feita por publicação na imprensa oficial do município, transcorrendo o prazo de 5 (cinco) dias úteis para defesa prévia a contar do dia seguinte ao da publicação. Não havendo manifestação do notificado neste prazo, o registro de preços será cancelado.

6. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens constantes do registro de preços.

**CLÁUSULA XI - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÕES DE BENS COM PREÇOS REGISTRADOS**

1. As despesas decorrentes das aquisições, objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica dos orçamentos de cada Órgão Participante (municípios associados), referente ao exercício de 2019 e seguintes.

2. O Órgão Participante (municípios associados) quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

**CLÁUSULA XII - DO FORO**

1. Fica eleito o Foro da comarca de Coronel Freitas/SC, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pelo presente Edital e pelo futuro contrato, (representado pela Ata de Registro de Preços e Nota de Empenho), com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

**CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

1. Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial nº 01/2019 para Registro de Preços, a Ata de Lances do presente pregão e a proposta da empresa PAVIMAQUINAS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, classificada em 1º lugar, nos lotes 1, 2, 3, 5, 6, 7, 11, 17 18, 19, 20, 24, 49, 51, 55 e 60.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do Direito.

**CLÁUSULA IV – TABELA DO OBJETO PARA VALORES E ESTIMATIVA DE GASTO**

Lote	Item	Placa	Marca	Tipo	Modelo	Ano	Estimativa de gasto	Valor hora/Mão de obra	Percentual de desconto em peças
55	1	Máq. TP 16	BOB CAT	BOB CAT	S 175	2011	R\$ 50.000,00	R\$ 180,00	10,00%

Coronel Freitas/SC, 21 de agosto de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

PRESIDENTE - CONSÓRCIO CVC

RENATO PAULATA

PREFEITO MUNICIPAL DE TUNAPOLIS

ODAIR JOSÉ MATTE

FORNECEDOR – PAVIMAQUINAS

Examinado e aprovado

pela Procuradoria Geral do Consórcio CVC.